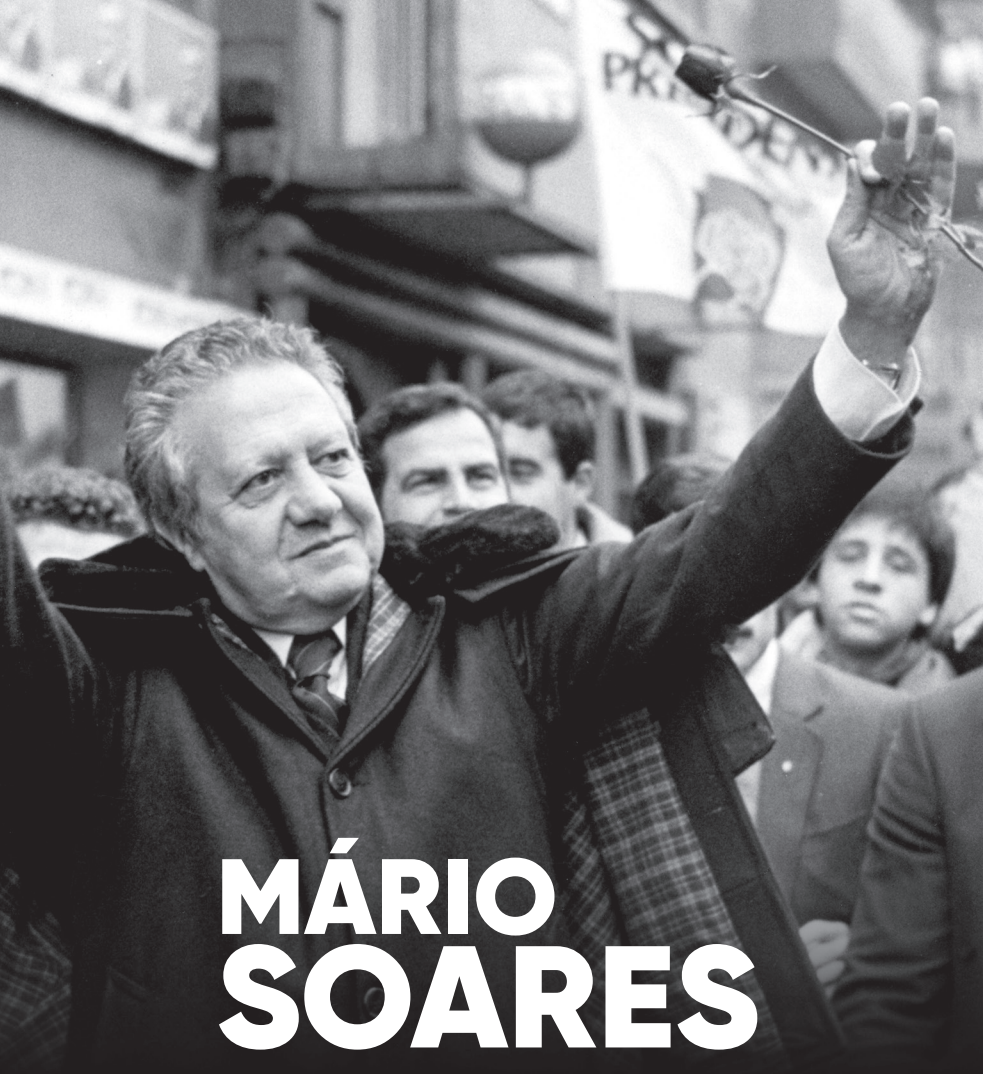




MÁRIO SOARES

UMA VIDA

BIOGRAFIA
REVISTA E AMPLIADA

Joaquim Vieira

SÁBADO

MÁRIO SOARES

UMA VIDA

BIOGRAFIA
REVISTA E AMPLIADA

Joaquim Vieira

SÁBADO

Coordenação editorial

João Pombeiro

Revisão

João Alexandre

Design e paginação

PixelReply.com

Fotografia de capa

© Arquivo DN

*[Mário Soares em campanha
presidencial, 08/02/1986]*

Mário Soares – Uma Vida

é uma série de quatro volumes editada
pela Reverso para a revista SÁBADO

© Reverso, 2022 | Joaquim Vieira, 2022
| Cofina Media, 2022

Reservados todos os direitos de acordo
com a legislação em vigor.

Depósito legal: 495273/22
ISBN: 9978-989-9080-18-8

Impresso em março de 2022 na Printer.



WWW.REVERSOEDITORA.PT

ÍNDICE

5	Prefácio à presente edição	437	Cap. 20 A resistência
9	Introdução	461	Cap. 21 O 25 de Novembro
	Mário Soares e eu	481	Cap. 22 A normalização
15	Prólogo	501	Cap. 23 O primeiro-ministro
	Um regime personificado	561	Cap. 24 O sucessor de si mesmo
23	Cap. 1 Infância	581	Cap. 25 A queda
41	Cap. 2 Adolescência	601	Cap. 26 O desânimo
55	Cap. 3 O comunista	627	Cap. 27 O ressurgimento
79	Cap. 4 A prisão	657	Cap. 28 O Bloco Central
99	Cap. 5 A dissidência	685	Cap. 29 A reviravolta
121	Cap. 6 O académico	705	Cap. 30 O momento decisivo
143	Cap. 7 A vocação	737	Cap. 31 O Presidente
163	Cap. 8 A ASP	763	Cap. 32 A reeleição
189	Cap. 9 O caso Delgado	787	Cap. 33 Macau
211	Cap. 10 O desterro	809	Cap. 34 O fax
243	Cap. 11 O marcelismo	833	Cap. 35 A força de bloqueio
263	Cap. 12 A CEUD	865	Cap. 36 O viajante
283	Cap. 13 O exílio	855	Cap. 37 Presidente-rei
305	Cap. 14 A rede	907	Cap. 38 O eurodeputado
325	Cap. 15 O PS	927	Cap. 39 O último combate
347	Cap. 16 O 25 de Abril	953	Cap. 40 Até ao fim
369	Cap. 17 A descolonização	977	Notas
391	Cap. 18 As crises	1027	Bibliografia consultada
415	Cap. 19 A radicalização		

Prefácio à presente edição

A reedição desta biografia, ao contrário da publicação original, surge já após a morte do seu protagonista, há cinco anos. Tratei pois de completar a narração do percurso de vida de Mário Soares com os factos mais salientes ocorridos nos seus derradeiros anos. Tive ainda o cuidado de acrescentar alguns elementos que entretanto apurei e julguei relevantes, assim como de efetuar algumas (escassas) correções (com agradecimentos à Reverso pela iniciativa e à Luísa Amaral por ter ajudado na pesquisa de certas datas).

Desconfio de que o fundador do PS não gostou deste livro. De alguma maneira já o deixara entrever nas entrevistas de preparação, ao reagir perante certos temas para os quais eu lhe pedia esclarecimentos. Disse-me, por exemplo, sobre as questões relacionadas com os negócios de Macau tentados por figuras da sua corte e que apenas a ele obedeciam, como Rui Mateus (que, depois de cortar laços com Soares, desenvolveu essa sórdida história no livro Contos Proibidos – Memórias de um PS Desconhecido): «Se você incluir isso, o livro vai ser uma merda, e eu não o vou ler.» Não sendo ele o leitor que eu procurava alcançar, a sua fúria redobrou quando a biografia foi impressa, sentindo-se particularmente incomodado com as referências aos seus casos extraconjugais.

Descarregou a bÍlis numa chamada telefónica que me fez mesmo antes de receber o volume, apenas porque um dos seus antigos fotógrafos oficiais na Presidência da República acabara de se cruzar comigo e eu lhe contara que o texto falava das mulheres do biografado. Soares perguntou-me se eu não sabia que ele era um homem casado e garantiu que

me iria pôr em tribunal. Sugeriu-lhe que lesse primeiro o livro para depois voltarmos a falar. Duvido de que alguma vez o tenha feito, mas ainda no mesmo dia, depois de ele receber o exemplar que fiz questão de ser o primeiro a sair da editora, voltou a telefonar-me – mais tranquilo – para me dizer que procurara no índice remissivo mas não encontrara os nomes femininos que, precipitadamente, presumira terem sido por mim mencionados. Expliquei-lhe que a minha intenção não era falar em nomes mas em situações, e que, após ter sido chefe de Estado, ele se alcandorara ao estatuto de reis e rainhas, cujos segredos de alcova são hoje esmiuçados até ao mais íntimo detalhe – com a diferença, muito vantajosa para o meu interlocutor, de permanecer no mundo dos vivos.

Soares não se conformou e – embora nada desmentindo da biografia – deu público manifesto do seu desagrado numa entrevista à jornalista Maria Flor Pedroso, da Antena 1, emitida a 12 de abril de 2013, quando inquirido acerca da recente publicação do livro: «Não li, não gostei e não falarei mais nisso, porque ele não tem que falar da minha vida privada. E pondo em causa, por exemplo, a minha mulher, a dizer que eu era um mulherengo e outras coisas assim. É uma coisa que é desagradável. Você, que é casada, sabe muito bem que isso não é agradável a ninguém. Eu achei que isso foi uma pouca-vergonha. Não se deve falar da vida privada, porque isso não tem razão de ser.» Adiantou ainda outra razão: «Também porque ele vem com coisas estúpidas. Foi outra vez desencantar o livro daquele Rui Mateus, que foi uma desgraça, a que nunca ninguém felizmente ligou importância. Foi feito para me tirar as eleições [Contos Proibidos foi publicado no final do segundo mandato presidencial de Soares, quando não tinha nenhum projeto de candidatura eleitoral à vista]. Ninguém ligou pevide ao livro. Eu nunca o li, aliás. E veio-me outra vez com a coisa, ao fim de tantos anos, de Macau e não sei quê, quando houve de facto um julgamento em que entrevistaram várias pessoas e foram absolvidas [...]. E eu nem sequer fui arguido. Porque não podia ser. E o gajo vem outra vez com isso tudo? Bem, isso já é de um gajo que é doente.» Em conclusão: «Eu, portanto, fiquei danado com ele e não fui ao lançamento, nem ninguém da minha família foi. E aquele gajo está igual ao que foi há 30 anos, que eu tive também uma

grande questão com ele [vd. Introdução], depois poupei-o e ele está na mesma. Aliás, ele faz uma diferenciação. É que no plano político diz que eu sou o melhor de todos, não há dúvida, um exagero; depois, no plano privado, diz coisas que não podia dizer, que afetam a minha família e o bem-estar da minha família, e de que eu não gosto. Tenho um grande amor pela minha família, eu não quero que isso esteja jamais em causa. Que eu honro-me de ser um bom pai e gostar muito dos meus filhos.»

Não me chegaram mais notícias de queixa-crime, e aliás não voltámos a falar, com a exceção de um encontro circunstancial num restaurante da capital, onde o meu biografado, fazendo jus ao seu perfil, parecia já esquecido da «afronta». Ou talvez apenas – magnânimo – a tivesse perdoado, porque a sua memória era de elefante.

Restou-me a reação da sua mulher, Maria de Jesus Barroso, quando me telefonou a agradecer-me o envio da biografia e me fez um único comentário: «É um livro escrito com muita honestidade.»

Introdução

Mário Soares e eu

*A*tendendo ao lugar que Mário Soares ocupa na História – através de uma aventura de vida porventura maior que a de qualquer outro português da mesma geração ou das subsequentes –, escrever a sua biografia constitui uma honra para o autor. Com ela fui distinguido pela Esfera dos Livros, a editora original, pelo que o meu primeiro agradecimento é endereçado aos seus responsáveis.

O convite não foi no sentido de produzir uma biografia autorizada – que aliás os editores sabiam não fazer parte do género de trabalhos a que me dedico. Desde o início pensei, porém, que, sendo este projeto concretizado em vida do biografado, seria de toda a lógica que passasse por uma recolha testemunhal junto do próprio, acerca do seu percurso pessoal e político. Só que, como alguns saberão – porque disso houve expressão pública –, tive no passado uma relação conflitual com Mário Soares, por via da minha atividade jornalística, pelo que, quando aceitei a incumbência da Esfera dos Livros, guardava uma enorme incerteza quanto à possibilidade de assegurar o seu depoimento. A forma como a questão foi resolvida é reveladora da personalidade do protagonista, e por isso julgo valer a pena contá-la como elemento complementar à biografia.

O meu primeiro encontro com Mário Soares – obviamente insignificante para ele mas marcante para mim, pelo que disso só eu terei guardado memória – deu-se em Paris pouco tempo antes de revolução de 25 de abril de 1974, estava ele exilado na capital francesa. Eu acabara de chegar em busca de idêntico estatuto, depois de ter estado preso para cima de um ano nas cadeias políticas de Caxias e de Peniche, e procurei-o no seu

apartamento do Boulevard Garibaldi por indicação do filho, João, que entretanto conhecera em Lisboa através de uma amizade comum. Soares forneceu-me então o contacto de um funcionário do governo francês, seu conhecido, que viria a fornecer-me as pistas para a obtenção do muito útil registo de refugiado político.

Passámos juntos o dia 16 de março de 1974 – durante o qual ocorreu em Portugal um primeiro ensaio de golpe militar com vista ao derrube da ditadura –, pois dera-se a coincidência de João Soares, acompanhado da mãe, estar então em Paris e me ter convidado para uma visita ao apartamento. Devido a tão inesperadas circunstâncias, acabei por ficar toda a jornada, despendida em desesperada busca de informação sobre o que ocorria em solo pátrio, apenas recebida de forma muito fragmentária. À noite, eu e João acompanhámos o pai à televisão francesa (então apenas estação pública) para ser entrevistado em direto sobre a situação portuguesa. Recordo-me de ao sair de casa, no elevador, Soares ter ironizado comigo – chapeau! – acerca das minhas tendências marxistas-leninistas pró-albanesas. (Em contrapartida, antes de abandonar Portugal, eu dissera ao meu primo António Marques Júnior, tenente no Exército, quando me revelou estar envolvido num movimento militar com a intenção de derrubar o regime e me perguntou a opinião quanto à hipótese de o líder socialista vir a ser nomeado primeiro-ministro pelos promitentes golpistas, que tal político era um «social-democrata» – a pior classificação com que então, entre os jovens radicais, se podia rotular um dirigente oposicionista).

Só voltei a privar com Soares, já como jornalista, a escassos meses das eleições presidenciais que 12 anos mais tarde o levariam ao Palácio de Belém (à parte ter-lhe perguntado circunstancialmente para a televisão, em 1980, à saída da mesa eleitoral do anterior escrutínio para o mais elevado órgão de soberania, em quem é que acabara de votar – do que guardou segredo). Falei então com ele para lhe traçar um primeiro esboço biográfico para o Expresso, cuja redação eu integrava, e fiz logo a seguir a cobertura da sua campanha eleitoral. Não lhe mencionei o encontro de Paris, por não querer misturar assuntos pessoais e profissionais – mas julgo que, de qualquer modo, não havia nenhuma razão para que

ele disse retivesse lembrança. Repararia então – e também mais tarde, noutras situações de reportagem – como Soares era insinuante para os jornalistas, prestando-lhes uma deferência especial que não deixaria de surpreender e agradar aos mais desprevenidos. Escreveria mais tarde a sua assessora de comunicação Estrela Serrano que em Belém seria definida uma estratégia de sedução dos jornalistas, e Soares fazia questão de recolher informações prévias acerca de quem o ia entrevistar (o que de resto eu haveria de verificar a meu respeito).

As coisas mudaram de tom quando, dedicado às minhas investigações jornalísticas, deparei com a existência de um grupo empresarial constituído por pessoas muito próximas de Soares – amigos políticos, anteriores homens de mão e até mesmo o filho –, beneficiando da influência de Belém para prosperar nos negócios, tanto em Portugal como em Macau, em circunstâncias que o Presidente não podia ignorar e que, na realidade, até estimulava. Cumpri o meu dever profissional de informar, sabendo que o próprio não ficaria agradado e que teria preferido que tais ligações nunca viessem a público.

Os soaristas à frente do grupo contrataram na ocasião um antigo segurança e motorista do fundador e primeiro líder do PS para investigar a minha vida particular e vigiar-me os passos, à procura de algo do domínio privado que pudesse comprometer-me ou desacreditar-me, mas, quando a revelação dessa manobra surgiu na imprensa, Soares apressou-se a pedir ao chefe da Casa Civil de Belém, o seu sobrinho Alfredo Barroso, que telefonasse ao diretor do Expresso, José António Saraiva, para comunicar que o Presidente nada tinha que ver com o assunto e até condenava tais métodos.

O caso teria outros desenvolvimentos que se projetariam na campanha para a reeleição de Soares em 1991, com o surgimento do episódio conhecido como «fax de Macau», retomando-se as interrogações quanto a sua conexão ao grupo. A menos de dois meses do escrutínio eleitoral, integrado numa equipa do meu jornal que o entrevistava no Palácio de Belém, perguntei-lhe com alguma insistência se ele tivera conhecimento desse polémico documento antes da sua divulgação pública. Soares foi então acometido de uma das suas fúrias épicas – tidas habitualmente

em privado e que Clara Ferreira Alves, também presente na entrevista, haveria de comparar a tempestades tropicais: intensas mas breves.

Acusou-me de estar a assumir um comportamento policial e elaborou depois, a propósito de outra pergunta, uma resposta que me tinha como óbvio destinatário (dado ser o único ex-prisioneiro político entre o grupo de entrevistadores): «E, já agora, devo dizer-vos que, em matéria de interrogatórios policiais, fui sujeito em tempos aos tão temidos interrogatórios da PIDE. Nunca falei na PIDE. Talvez fiquemos agora entendidos, uma vez que há entre vós quem tenha experiência na matéria.»

Se era, mais uma vez, para me intimidar, não resultou. Passada a publicação da entrevista, responder-lhe-ia nas páginas do Expresso (de que era então diretor-adjunto) de forma também áspera, em artigo intitulado «Duas ou três coisas que eu sei de Macau» (e onde revelava que Soares tivera, de facto, conhecimento prévio da existência do famigerado fax).

Transcorridos 15 anos sem nos termos voltado a cruzar, e já na posse de novos elementos entretanto vindos a público acerca do episódio de Macau e seus correlativos, questioneei, ainda com mais dureza, numa série de textos publicados na revista Grande Reportagem (que então dirigia), a infausta recandidatura presidencial de Soares em 2005-2006 (que perderia clamorosamente a favor do seu velho rival político Aníbal Cavaco Silva). Foi após a leitura desses artigos que a Esfera dos Livros me convidou para escrever a presente biografia, o que desde logo aceitei, com a noção de que, como parte do projeto, tinha o dever de solicitar a Soares que me desvendasse as suas próprias memórias, mas com a firme convicção de que ele nem sequer responderia ao pedido.

Engano meu. No outono de 2009, como provedor do leitor do Público, abordei o caso das «escutas de Belém» – as notícias acerca de uma suposta vigilância do governo socialista à atividade do Presidente Cavaco Silva, alegações transmitidas ao jornal por um assessor da Presidência da República. Na minha análise, que se estendeu ao longo de três crónicas, fui particularmente crítico dos responsáveis do diário, por não se terem acautelado perante uma clara manobra de intoxicação originada no Palácio de Belém, abdicando de investigar as responsabilidades políticas de Cavaco Silva em toda a operação.

Escassas semanas após eu ter escrito esses textos, por admirável coincidência, ia a sair num fim de manhã das instalações da Biblioteca Nacional, onde estivera em pesquisas para outro projeto, e deparei com Mário Soares no passeio fronteiro: acabado de sair de casa, situada a escassa distância, o ex-Presidente ensaiava alguns passos como tardio exercício matinal. Ao ver-me – quase duas décadas após o nosso anterior encontro –, teve a iniciativa de avançar para mim, felicitar-me pelos textos sobre as «escutas de Belém» – sublinhando, mais do que uma vez, ter-se tratado de um ato de «coragem» – e rematar: «E estou a dizer-lhe isto independentemente do que se passou entre nós no passado. Considere que isso está sanado.» Que outro político teria tal atitude?

Como eu estava em final do mandato de provedor e estabelecera que iria então dedicar-me a este empreendimento biográfico, a ocasião não podia ser mais propícia para o anunciar a Soares, acrescentando que tencionava remeter-lhe uma carta a perguntar se aceitava encontrar-se comigo para me relatar as suas vivências. «Não escreva carta nenhuma», replicou. «Telefone para a Fundação [Mário Soares] e diga à minha secretária que vai lá falar comigo.»

Foi o arranque para uma série de 16 longas conversas (por vezes de tardes inteiras), sem qualquer espécie de tabu, passando em revista todos os aspectos que me interessavam recordar da vida e da carreira de Soares. Em nenhum momento o meu entrevistado se referiu à matéria que antes azedara as nossas relações, tendo sido eu que, na última sessão, voltei a pedir-lhe esclarecimentos sobre o tema, desencadeando a ira do costume – tão intensa quanto breve.

Sou por isso também devedor de agradecimentos a Mário Soares, por ter aceitado falar comigo sem impor nenhuma limitação e pondo de parte quezílias antigas. Fê-lo mesmo depois de eu lhe ter dito que não aceitava a sua condição inicial de submeter-lhe para leitura todo o livro antes de publicado. Tratando-se de uma biografia não oficial, tal exigência não fazia sentido – expliquei-lhe –, mas contrapropus-lhe a prática – que sabia ter ele sempre seguido com os jornalistas – de rever as suas próprias entrevistas antes de impressas. Enviar-lhe-ia assim, para eventuais retoques ou correções, as declarações que dele registaria e tencionava reproduzir.

Contudo, mesmo disso Soares prescindiu já na fase final de escrita, pelo que surpreenderá talvez muitos leitores o tom desabrido, com frequente recurso ao calão, com que ele falou para este livro. Tratava-se, afinal, da linguagem de que o criador do PS fazia uso no quotidiano, a qual, para conservar a autenticidade, decidi não amaciar, à parte a eliminação de um ou outro insulto dirigido a alguns dos seus ódios de estimação.

Os meus agradecimentos são extensivos a todos os restantes entrevistados que aceitaram transmitir-me as suas memórias de Mário Soares, desde os seus familiares mais chegados a amigos, companheiros de percurso e políticos com quem trabalhou. Os nomes surgirão à medida que o livro for sendo folheado. Ao secretariado da Fundação Mário Soares, e em particular a Osita Eleutério – secretária pessoal do seu patrono ao longo de décadas –, é também endereçado o meu reconhecimento, pela resposta sempre atenciosa e diligente às minhas mais diversas solicitações.

Porque sei da dificuldade de os menores de idade aceitarem – ou sequer compreenderem – as razões pelas quais o pai não convive com eles para, ao invés, ficar preso ao teclado do computador, agradeço por último aos meus dois filhos a paciência que tiveram durante as múltiplas ocasiões vezes em que eu devia estar presente e me ausentei.

Prólogo

Um regime personificado

Ao final do dia 16 de fevereiro de 1986, Mário Soares assomava à varanda de um velho palacete na esquina da Praça Duque de Saldanha com a Avenida da República, em Lisboa, para ser vitoriado por milhares de apoiantes após vencer, horas antes, uma renhida batalha pela conquista do Palácio de Belém. Tratava-se de um momento histórico, já que pela primeira vez Portugal elegia, em sufrágio direto e universal, um civil como Presidente da República – o que simbolizava o encerramento do ciclo de plena institucionalização democrática do país.

Era também o momento culminante da vida e da carreira do próprio Soares, cumprindo um percurso em que há muito apon-tava para esse objetivo. Na hora da vitória, que encerrava a mais polarizada campanha eleitoral vivida em democracia, esqueceu ressentimentos e revanchismos para se tornar inclusivo e magnânimo, decretando extinta a maioria que o acabara de eleger e definindo-se como «o Presidente de todos os portugueses». Ninguém o fez antes ou depois dele com tal sentido de abrangência.

Na escalada para o cume acabado de alcançar, resumia-se toda a relação que o Presidente eleito há muito vinha forjando com os portugueses: saído pouco antes da chefia de um governo que impusera um pacote de austeridade ao país, em consequência da negociação de um resgate financeiro internacional, e que por isso havia registado assustadores níveis de impopularidade, Soares conservava contudo intactos os laços afetivos que há muito o ligavam aos

eleitores, os quais assim – por muito relutantes que à partida estivessem – resolveram voltar a conceder-lhe a sua confiança.

Ele continuava a ser o *Bochechas*, alcunha popular que lhe fora atribuída logo após ter regressado do exílio político, com a queda da ditadura em 25 de abril de 1974, e que denunciava já esse tipo de sentimentos. Afinal, Soares não se portava como super-homem recolhido no Olimpo, antes como o português comum, com as suas dúvidas e hesitações, baralhando números e menosprezando estudos, capaz de dialogar de igual para igual tanto com príncipes como com plebeus, relevando da mesma maneira as cerimónias oficiais e os contactos de rua, sorrindo até nas mais adversas circunstâncias, bonacheirão, atencioso, incapaz de renunciar aos melhores confortos, um bom almoço ou uma sesta retemperadora.

Ciente das virtudes dessas características, dirá amiúde possuir «os defeitos das suas qualidades»¹ – o que funciona também ao contrário: as qualidades dos seus defeitos. De resto, ainda no domínio do autorretrato, ter-se-á em particular boa conta na explicação da sua empatia para com o eleitorado: «Sou afetivo, espontâneo, caloroso, atento às pessoas, sincero. As pessoas sentem isso e, em geral, gostam de mim.»²

Poder-se-ia dizer até que conquistara os cidadãos mais pela sua maneira de ser do que pela ideologia, não fora a circunstância de a ter sabido apresentar – pelo menos em períodos eleitorais ou de permanência no poder – com uma moderação e um equilíbrio que, do mesmo modo, cativaram a atenção dos portugueses e as suas preferências em múltiplas ocasiões.

A carreira política de Soares não se compara com a de nenhum outro português: encabeçou a candidatura a 11 atos eleitorais, dos quais venceu seis (constituintes de 1975, legislativas de 1976 e 1983, presidenciais de 1986 e 1991 e europeias de 1999) e perdeu cinco (legislativas de 1969, 1979, 1980 e 1985 e presidenciais de 2006). Mais perto dele, neste tipo de comparação, só Aníbal Cavaco Silva, que ganhou cinco escrutínios – legislativas de 1985, 1987 e 1991 e presidenciais de 2006 e 2011 – e perdeu um – presidenciais de 1996 –,

com a vantagem de ter completado duas legislaturas como primeiro-ministro, contra nenhuma de Soares, ou ainda Álvaro Cunhal – que liderou oito vezes as listas comunistas para o hemiciclo mas nunca quis ser candidato presidencial.

Não admira, desta forma, que Soares seja considerado, porventura, o maior obreiro do regime democrático saído do 25 de Abril, confundindo-se com ele para o bem e para o mal – a ponto de também lhe poderem ser assacadas responsabilidades pelos bloqueios do sistema, a sua anemia e o estado de crise em que desembocou, sem solução à vista.

A sua apetência pelo poder resultou de uma vocação para a política que lhe foi estimulada desde criança, por uma educação de príncipe que parecia de facto programá-lo para o destino que viria a ter. Desmentiria encarar a vida política como um projeto de ambição pessoal, mas sim como uma obrigação altruísta: «Fiz sempre política por imperativo moral, nunca ‘como carreira’.»³

O seu período de formação decorreu contudo em ambiente hostil, no qual teve de enfrentar a cadeia por 12 vezes, e onde lhe seria mais fácil abandonar os desígnios políticos e enveredar por uma situação profissional estável e próspera. Resistiu, transformando pelo contrário a atividade profissional apenas num mero suporte da sua ação política, erigida desde cedo como razão de vida. E, apesar dos obstáculos, nunca encarou esse desafio como uma *via crucis*, antes como uma feliz caminhada no Eldorado: «Gosto de aproveitar o lado lúdico da política, não gosto de me martirizar.»⁴

Embora, por mais de uma vez, Soares prevenisse para os perigos de se ter razão antes do tempo, um dos grandes segredos do seu sucesso terá sido a capacidade de se antecipar aos acontecimentos, resultado de uma intuição que lhe foi unanimemente creditada. Na rotura com os comunistas, ainda na juventude, no lançamento de um movimento social-democrata em plena ditadura, no patrocínio jurídico à causa da família do assassinado general Humberto Delgado, na teimosa opção por uma candidatura separada do resto da oposição em 1969, na fundação do Partido Socialista pouco

antes de eclodir a revolução portuguesa, na liderança do movimento contra a radicalização no período revolucionário, na defesa da integração europeia de Portugal, na rotura com o primeiro Presidente eleito (e seu antecessor em Belém), general António Ramalho Eanes, ou nas opções para a revisão constitucional de 1982, Soares mostrou-se à frente do seu tempo, por vezes em confronto com os próprios correligionários, mas podendo dizer-se mais tarde caucionado pela evolução dos acontecimentos.

Arriscou por isso, com frequência, ficar isolado, mas insistiu sempre que no íntimo entendia estar a razão do seu lado. Ainda antes das presidenciais de 1986, dizia dele um companheiro de partido que «é capaz de avançar contra a maré, de defender a possibilidade de um homem – ele próprio – ter razão contra todos».⁵ Dele ficou uma divisa que tornaria consagrada: «Só é vencido quem desiste de lutar.»

Depois de abandonar a militância juvenil nas fileiras comunistas, Soares foi progressivamente construindo um ideal de sistema político, que consubstanciou na expressão, um tanto ambígua, de «socialismo democrático» e que não mais abandonou. Mas esse era, supostamente, o objetivo estratégico, porque na prática entregou-se ao mais variado tipo de taticismos para atingir as suas metas de curto ou médio prazo. Como o próprio admitiria, não era tanto a discussão de ideias que lhe interessava mas a eficácia da ação: «Nunca dei uma excessiva importância aos debates ideológicos e sempre condicionei muito mais a minha ação pelas relações políticas e táticas no terreno, por forma a, pragmaticamente, levar a água ao meu moinho.»⁶ No mesmo sentido, aliás, sempre desvalorizou o conteúdo dos programas políticos, alegando que os resultados se conseguiam algures a outro nível: «Em função da minha própria experiência, nunca dei excessiva importância a manifestos, nem a programas de candidaturas. São necessários, fazem parte das coisas que obrigatoriamente se têm de fazer, mas poucas pessoas os leem.»⁷

O seu segredo consistiu assim em tornar-se, nas palavras de outro correligionário também à mesma época, num «génio da intuição

do concreto – sabe dizer a palavra certa no momento certo ao auditor a quem se dirige».⁸

Não espanta por isso que Soares tenha seguido um percurso político que pode ter sido tudo menos linear: ele foi comunista antes de ser anticomunista, foi contra a NATO antes de subscrever a Carta do Atlântico, foi defensor da nacionalização de setores económicos estratégicos antes de condenar a sua execução, foi aliado da administração norte-americana antes de se tornar adversário de Washington, foi contra governos de iniciativa presidencial antes de advogar um executivo de salvação nacional promovido por Belém, foi contra a dissolução do parlamento e a convocação de eleições legislativas antes de rejeitar a procura no hemiciclo de uma solução governativa e, pelo contrário, dissolver a Assembleia da República e convocar eleições, foi o introdutor em Portugal de dois pacotes de austeridade antes de tomar posição contra um terceiro, foi pró-ocidental antes de desfilar ao lado de companhias altermundialistas, foi o homem público reformado que prometeu não regressar à política ativa meses antes de se apresentar como candidato presidencial.

Embora – citando Camões – admita que as vontades mudam com os tempos, Soares encontrará neste trajeto uma linha de rumo coerente, defendendo que foi o mundo que mudou, mais do que ele. É natural que um seu colaborador de muitos anos venha a considerar: «De Mário Soares pode dizer-se uma coisa e o seu contrário, acerca de tudo. É impossível reduzir o seu percurso.»⁹ Não foi contudo um calculista navegando ao sabor dos ventos, e nos momentos decisivos não recuou em valores que considerou imprescindíveis e irrevogáveis, como as liberdades, a democracia civilista ou a integração europeia.

O líder socialista revelou o seu melhor quando definia um alvo a combater, fosse a ditadura antes do 25 de Abril (período sobre o qual considerará mais estimulante expor memórias), fosse o comunismo na fase revolucionária (valendo-lhe a melhor homenagem que um adversário político como Adriano Moreira lhe poderia prestar: «Se não fosse Mário Soares, provavelmente teríamos

tido ditadura em Portugal; o país deve-lhe a oposição ao marxismo naquele período»¹⁰), fosse a direita no momento de disputar a chefia do governo ou a Presidência, fosse por fim o «neoliberalismo», após ter abandonado todos os cargos do Estado. Era como se necessitasse desse estímulo para espicaçar a sua ação política – vício talvez resultante dos tempos da oposição ao salazarismo –, já que, quando se tratava apenas de reformar e construir – das três vezes em que chefiou o governo, sem nunca completar o mandato –, a sua ação foi menos notória, deixando sempre um rasto de coisas por fazer ou completar.

A tudo soube resistir – fossem bons ou maus momentos –, ao longo de mais de sete décadas de carreira pública. Ele próprio desvendará o segredo dessa longevidade política: «Sempre tive uma grande apetência de viver e uma imensa curiosidade de conhecer – pessoas, paisagens, situações. Tenho realmente uma certa energia vital e nunca fui sujeito a depressões ou a ‘estados de alma’ negativos. Sou otimista por natureza e, perante as inevitáveis contrariedades ou situações desagradáveis da vida, parto facilmente para outra, como se tudo recomeçasse cada dia.»¹¹

É uma evidência confirmada por muita gente à sua volta que, mesmo quando sujeito a sucessivos períodos de detenção, Soares não se deixou abater. Testemunhará o filho acerca desses tempos remotos: «Não me lembro nunca de o ver a queixar-se. Ele sempre olhou para as prisões de forma muito descontraída. Durante as nossas visitas à cadeia, para o vermos, estava sempre otimista».¹²

Um amigo de juventude, José Fernandes Fafe, classificá-lo-á, no domínio psicológico, como um caso à parte: «O doutor Soares é um prodígio do ponto de vista da psique – tem um psiquismo que é excecional. Fui buscar para isso uma admirável frase de Matisse: “Génio é a capacidade de resistir à chatice.” É o caso. Soares é um impermeável, onde a água escorre e não molha. Os acontecimentos não lhe fazem moça, o que é interessante. E depois há uma outra coisa ao mesmo tempo. É um princípio de relacionamento com os outros, que consiste em não dar importância a certas

coisas: política é política; atrás do tempo, tempo vem, atrás de conjuntura, conjuntura vem. “Não vou zangar-me com um tipo por uma pequena coisa, porque eu amanhã preciso dele.” (Isto funciona um pouco em todos os políticos). Esta insensibilidade pode dar a ideia, muito corrente entre adversários do Soares, de que ele é um superficial: alguém em quem as emoções ficam periféricas pode-se induzir como superficial. Mas um tipo que é político tem de adotar a superficialidade, o que mostra uma certa profundidade, claro. Se o faz, sabe profundamente do seu ofício político. Há uma certa superficialidade inerente à política. Quem reflete muito não decide, fica paralisado.»¹³

Soares preferirá ver no seu relacionamento com os outros uma atitude mais ditada pela tolerância do que pelo oportunismo: «Não sou rancoroso, nem dado a ressentimentos. O passado é o passado. Mas tenho boa memória.»¹⁴

O que não se aplicará da mesma maneira a toda a gente, porquanto houve ligações pessoais de Soares que ficaram pelo caminho, irremediavelmente arruinadas pela política. Mas a cordialidade que procurou sempre praticar no contacto com os outros foi também uma das chaves para a sua eterna sobrevivência política, que se manteve mesmo quando já não tinha mais nenhum cargo para desempenhar.

Será ainda Fernandes Fafe a propor uma ousada comparação: «A minha experiência, desde que me conheço, diz-me que nesse período houve dois homens que tentaram afeiçoar Portugal: um que tentou e em grande parte afeiçoou e outro que afeiçoou se calhar sem o querer. O primeiro foi o professor Salazar e o outro foi Mário Soares. Com o Salazar isso é muito evidente. Com o doutor Soares, evidentemente, há uma maneira diferente: afeiçoou, lutou, triunfou, sempre com os valores democráticos.»¹⁵

Confundindo-se com a História, tratou-se de uma vida plenamente vivida em toda a sua extensão e todas as suas dimensões.

Capítulo 1

Infância

«**A**s minhas ideias vêm do meu pai e dos amigos dele. A minha casa respirava política.»¹ A formação da personalidade de Mário Soares não pode, na realidade, ser dissociada da figura tutelar do pai, João Lopes Soares (1878-1970), que não só lhe transmitiu o seu núcleo essencial de valores como o acompanhou até bastante tarde na vida.

João Soares reunia dois títulos na aparência antagónicos: era padre católico (embora já sem exercer quando lhe nasceu o filho) e estava filiado na Maçonaria: «Ele nunca perdeu a fé, sempre intensa, mesmo quando foi *maçon*.»² Não foi o único clérigo a procurar esta conciliação dos contrários, mas esse seu empenho decorreu na fase da história de Portugal em que Igreja e Maçonaria mais se guerreavam e antagonizavam: no início do século XX, durante o agitado período de transição do regime monárquico – claramente apoiado pela hierarquia católica, que protegia – para o republicano – inspirado, instaurado e dirigido por maçons.

Único rapaz entre nove descendentes,³ nascido nas cercanias de Leiria no seio de uma família de camponeses, com uma mãe fanaticamente devota, João Soares cursou o seminário e tirou Teologia na Universidade de Coimbra em 1900. Após receber ordens religiosas (porventura mais por pressão materna do que por vocação própria), foi colocado como capelão no regimento de Alcobaça, mas ainda no tempo da monarquia não só já conspirava a favor da república como era incapaz de resistir aos encantos

femininos (outro antagonismo com o estatuto clerical que não o incomodava). Em 1907, enquanto se batia contra o governo de João Franco (1855-1929), que a oposição republicana denunciava como uma deriva ditatorial caucionada pelo rei D. Carlos (1863-1908), nascia-lhe um filho de uma mulher de Valado dos Frades, entre Alcobaça e Nazaré. Batizado com o nome de Tertuliano (1906-1992), o bebé foi perfilhado por João Soares, que lhe garantiria a educação, se bem que o eclesiástico não tenha chegado a coabitar com a mãe da criança.⁴

Como penalização pela aventura sentimental, o capelão foi transferido de Alcobaça para uma espécie de desterro interior em Vila Viçosa, mantendo porém o exercício de funções religiosas no exército.⁵ Envolvido na conspiração republicana destinada a derrubar Franco em 28 de janeiro de 1908,⁶ desmantelada pelas autoridades à beira da eclosão, João Soares contar-se-ia entre a leva de detidos nesse dia em Lisboa, sendo libertado pouco tempo depois, na sequência do assassinio de D. Carlos e do príncipe herdeiro, em 1 de fevereiro, e da substituição do chefe do governo.

Naturalmente, ele não podia deixar de estar também mergulhado no movimento que, dois anos e meio mais tarde, a 5 de outubro de 1910, levou por fim ao derrube da monarquia e à proclamação da república. Abandonando entretanto a vida eclesiástica e iniciando-se na Maçonaria, começou verdadeiramente nesse dia uma segunda carreira como membro da nomenclatura do novo regime, onde foi deputado em diversas legislaturas, governador civil por três vezes em diferentes distritos (Guarda, Braga e Santarém), chefe de gabinete no governo e até ministro.

No novo espectro político, alinhou com a força hegemónica da I República, corporizada no Partido Democrático sob a liderança de Afonso Costa (1871-1937). Este era o mais radical dos chefes republicanos, dominando a vida política e o aparelho de Estado nos primeiros anos do regime, a ponto de os seus fiéis não deixarem espaço para as restantes forças respirarem, mesmo aquelas que também tinham estado na base do 5 de Outubro. Mário Soares

definirá o pai como um «republicano afonsista, anticlerical, radical mas tolerante».⁷

João Soares era governador civil de Santarém quando, a 14 de maio de 1915, eclodiu em Lisboa uma sangrenta revolução destinada a derrubar o governo do general Joaquim Pimenta de Castro (1846-1918). Numa tentativa de criação de uma alternativa ao quase monopólio do Partido Democrático, o presidente Manuel de Arriaga (1840-1917) promovera meses antes a formação desse executivo com o parlamento encerrado, quadro que os democráticos apelidavam de ditadura (à semelhança da de Franco nos últimos tempos da monarquia). Identificando-se como «governador civil por vontade do povo», João Soares emitiu uma proclamação após o triunfo do levantamento pró-afonsista para dizer que «a cidade de Santarém, solidarizando-se com o povo republicano de Lisboa, Porto e outros centros, acaba de restabelecer a Constituição, destruindo para sempre a ditadura que nos humilhava e desonrava.»⁸

O filho Mário escreverá que João Soares «combateu com armas na mão contra as ditaduras de Pimenta de Castro [...] e de Sidónio Pais [1872-1918]»⁹, mas o que se conta quanto à segunda, instaurada através de um golpe de Estado em 5 de dezembro de 1917, numa nova tentativa de erradicar o afonsismo da república portuguesa, é que o ex-capelão, habitando na zona lisboeta de Picoas, onde havia tropas rebeldes acantonadas durante a revolta sidonista, procurava corrigir por telefone a partir de casa, em ligação ao Ministério da Marinha, o tiro dos navios lealistas surtos no Tejo – sem sucesso porém, valendo-lhe nova detenção.¹⁰

Para João Soares, a faceta de aventureiro era naturalmente compatível com a de homem de Estado, e por isso, escassos meses após o assassinio de Sidónio Pais em finais de 1918, no período de grande instabilidade que se seguiu, vemo-lo como ministro das Colónias durante os três meses de um dos governos de Domingos Leite Pereira (1882-1956), da ala esquerda do Partido Democrático.

Dedicava-se também ao ensino, sendo professor no Instituto dos Pupilos do Exército, para cuja criação contribuíra em 1911.

Seis anos mais tarde, assinou (como o padre Elísio de Campos [1870-1931], também capelão do Exército) o manual escolar de «educação cívica» *Portugal, Nossa Terra*.

Outra vertente da personalidade de João Soares era o poder de sedução que exercia sobre o sexo oposto. Os seus retratos fotográficos testemunham um olhar penetrante e magnético, que lhe dava «capacidade para hipnotizar certas pessoas.»¹¹ Esse olhar tocava especialmente a sensibilidade feminina, e em tal território João Soares não se fazia rogado. «Não fazes ideia do que era o teu pai em matéria de mulheres», relatou uma vez a Mário, já este era adulto, um dos grandes amigos do pai.¹² O próprio filho recorda-se de, na adolescência, ter assistido a uma cena protagonizada pela mãe de um dos alunos de João Soares, que terá ficado como que num estado de transe à frente do homem.¹³

Quem caíra sob essa influência fora a bela Elisa Nobre Batista (1888-1955), dona, com o marido, de uma pensão na rua Ivens, em plena zona lisboeta do Chiado, onde João Soares se alojou nos primeiros anos da república.¹⁴ Filha de um homem que, não sabendo ler nem escrever, guardava a captação da Companhia das Águas do Alviela, de onde se abastecia a capital, Elisa nascera em Pernes e teria menos de 25 anos quando conheceu o antigo capelão. Já possuía um filho, Cândido Nobre Batista (1907-1993), que lhe nascera aos 19 anos, e que Mário Soares nunca conseguiu perceber se era do marido (pois usava o apelido deste) ou de outra relação, tendo sido depois perfilhado pelo novo homem. Ainda em Pernes, Elisa teria ganho algum dinheiro numa lotaria, o que lhe deu para comprar uma propriedade na terra e fixar-se em Lisboa a dirigir a pensão. Mas depois de iniciar o relacionamento amoroso com João Soares foi viver com ele para o 2.º esquerdo do n.º 163 da Rua Gomes Freire, largando tudo menos o filho Cândido, que levou para a nova casa.¹⁵ Com eles passou também a viver Tertuliano, um ano mais velho do que Cândido. João Soares nunca aceitou que o filho da companheira o tratasse por pai; em contrapartida, ela sempre terá mantido bom relacionamento com Tertuliano, como se de facto fosse seu filho.¹⁶

Foi nessa residência que, fruto da relação entre João e Elisa, nasceu, pelas 18h15 de 7 de dezembro de 1924, Mário Alberto Nobre Lopes Soares. Pode portanto dizer-se que, pelo estatuto político-institucional do pai, o bebé Mário surgia no seio da elite da sociedade portuguesa à época. A casa da Gomes Freire até tinha telefone (com o número Norte-887, que Mário Soares nunca mais esqueceu¹⁷), então um raro privilégio numa habitação particular.

Apesar da influência moral, intelectual e política do pai, Mário Soares reconhecerá também o peso da mãe na formação da sua personalidade:

Acho que lhe devo muito da minha energia vital, pertinácia e bom senso. E um certo tipo de força interior. Era uma pessoa simples, de poucas letras, mas admirável. [...] O meu pai era um idealista, bastante desinteressado no que diz respeito aos dinheiros; a minha mãe, pelo contrário, era uma pessoa com os pés fincados na terra, com grande sentido prático e realismo. Não se deixava enganar por nada, nem por ninguém. Uma mulher sólida, enérgica, de trabalho, com quem se podia contar. Sem, no entanto, ter a formação intelectual do meu pai.¹⁸

Recordará a mãe também como «muito inteligente e com grande firmeza, uma pessoa austera, voluntariosa – em casa mandava ela.»¹⁹ E mencionará ainda em Elisa um «falar franco, às vezes desabrido», que em parte julga ter herdado, já que «ela dizia o que lhe vinha à cabeça, com o coração ao pé da boca, como se diz, muito direta.»²⁰

Em maio do ano anterior ao nascimento de Mário, João Soares entendera dirigir ao papa Pio XI (1857-1939) um requerimento solicitando a nulidade da sua ordenação como padre ou a isenção das obrigações dela decorrentes – um concessão muito rara na história do Vaticano. Um dos motivos invocados era a inexistência de qualquer prática cultural sua desde a extinção do Corpo de Capelães Militares com o advento da república. Numa carta confessional a Domingos Pereira, o seu antigo ministro das Colónias explicava que o fazia sobretudo pela mãe, então com quase 86 anos: «Se ela

soubesse o filho desligado pelo Papa de todas as obrigações e nivelado com os outros homens, morreria tranquila. Só por isto me decidi.»²¹

Entretanto, João Soares mantinha inalterável a sua fé católica, com mais convicção até do que Elisa, uma religiosa intermitente, de quem ele diria mais tarde ao filho: «A tua mãe acredita em Santa Bárbara quando troveja».²² Desse modo, o recém-nascido Mário foi batizado de acordo com os rituais católicos, na circunstância como afilhado de Nossa Senhora da Conceição, segundo o voto da sua madrinha, a tia Júlia, irmã do pai.²³

O processo enviado ao Vaticano demoraria alguns anos a ser analisado pela Cúria Romana, até que em 1930 foi por fim concedida a João Soares a anulação das ordens. O filho entenderá essa decisão como o levantamento de um peso na consciência do pai: «Concedido o pedido, resolveu casar pela Igreja com a minha mãe, em 1933, talvez para eu passar a ser filho legitimado, como se dizia na altura.»²⁴

Nesse momento, contudo, já muita coisa havia mudado em Portugal e na vida da família Soares. Com o golpe de Estado de 28 de maio de 1926, foi extinto o parlamento e instaurada uma ditadura militar que inverteu o posicionamento social de João Soares, à data deputado por Leiria. Demitido logo das suas funções de vogal do Conselho Superior de Finanças (antecessor do Tribunal de Contas), haveria de ser mais tarde afastado também do cargo de professor dos Pupilos do Exército (além de detido outra vez), depois de faltar às aulas para participar na violenta mas frustrada revolta militar contra o novo regime ocorrida na capital entre 7 e 10 de fevereiro de 1927.²⁵ Também os manuais escolares de História e Geografia de que era autor, incluindo um atlas editado um ano antes, deixaram de ser adotados no ensino.²⁶

Impossibilitado de aceder à vida institucional no novo contexto político, restava a João Soares a componente aventureira, no cumprimento da sua firme crença nas virtualidades da I República, por cuja restauração passou a combater. Alinhava por isso com o chamado revirvalho, os republicanos depostos com o 28 de Maio, os quais,

já esquecidos das suas anteriores rivalidades políticas, sonhavam com o regresso ao quadro constitucional criado com o 5 de Outubro.

O que implicou para o antigo capelão, durante os oito anos seguintes, um quase permanente afastamento de casa, passando a vida ora na clandestinidade, ora preso, ora deportado, ora exilado em Espanha²⁷ (onde mantinha relação com os «Budas», o grupo de republicanos portugueses que se acolheu em Madrid à sombra da segunda república espanhola, proclamada em 1931, aí tendo João Soares travado também conhecimento com aquele que, além-fronteiras, terá sido o seu modelo de perfil político: Manuel Azaña [1880-1940], destacado dirigente republicano do país vizinho e na altura, aliás, chefe do governo).²⁸

Fisicamente ousado, João Soares avaliava sempre as oportunidades de fuga uma vez detido ou desterrado. Aconteceu durante a sua primeira deportação nos Açores, quando fazia uma viagem inter-ilhas na 1.ª classe do navio *Carvalho Araújo*. Um republicano cúmplice, encarregado do telégrafo da embarcação, instruiu-o para ele mudar para a 3.ª classe, enquanto avariava por uma semana o sistema de comunicações do navio, tempo suficiente para o deportado se escapulir para uma ilha diferente da do destino e embarcar para o continente. Conseguiu assim chegar à capital, onde por precaução se manteve clandestino. Quando, devido à sua participação na revolta republicana de 16 de agosto de 1931 em Lisboa, o voltaram a remeter para os Açores (onde um dos seus companheiros era o escultor republicano João da Silva [1880-1960]), tentou de novo a fuga, da prisão de São João Baptista, em Ponta Delgada, sem porém, dessa vez, o conseguir.²⁹

Tais aventuras paternas não poderiam deixar de afetar um filho ainda criança:

Lembro-me de ir visitar o meu pai, pela mão da minha mãe, com cinco ou seis anos, à prisão política do Aljube [...] e também ao Forte de São Julião da Barra. Lembro-me de ir a Peniche, numa fria madrugada, para me despedir do meu pai, quando foi deportado pela segunda vez para os Açores – e da

sensação, partilhada com minha mãe, de impotência e de raiva, ao vermos, já ao longe, o barco que se afastava... Lembro-me de o encontrar de tempos a tempos, quando vivia na clandestinidade, em automóveis furtivos que apareciam a horas e em locais bizarros, depois de grandes voltas a que a minha mãe nos forçava, de entradas e saídas de táxis, para iludir a vigilância dos *bufos*. Numas férias que passámos na Lousã – e mais tarde em Revelles, na quinta do nosso amigo Contento Ribeiro – o meu pai, que andava fugido, era o senhor Araújo, africanista em férias.³⁰

Não teria sido apenas nessa ocasião que o *senhor Araújo* ganhou vida: «Eu era industriado a chamar *senhor Araújo* ao meu pai sempre que estava com ele.»³¹

Mas o infante não se terá deixado impressionar pelo vazio paterno: «Não senti essa ausência, já que o meu pai estava presente nas conversas que havia em casa.»³² Ocorriam no lar, por outro lado, muitas entradas e saídas de João Soares (quando não estava preso, evidentemente), o que mantinha na criança a noção da sua existência.

Quando o pai, por razões de segurança, não podia aproximar-se de casa, eram a mulher e o filho que o iam ver a um refúgio na Escola de Belas-Artes, ao Chiado (Academia Nacional de Belas-Artes a partir de 1932). Tudo começara quando a tia Júlia, tão ardorosamente crente quanto o resto da família paterna de Mário, tivera em jovem um desvario amoroso por um impedido de João Soares (que depois de deixar de ser capelão conservara a patente de tenente e chegara a capitão ainda durante a I República). Acabaram por casar, e o cunhado, quando era chefe de gabinete do ministro da Instrução, arranjou para o impedido um lugar de contínuo na Escola de Belas-Artes. Era, pois, aí, mesmo nas traseiras do Governo Civil de Lisboa, que João Soares se escondia nos momentos mais difíceis, com a cumplicidade do seu antigo colaborador. E que Elisa o visitava, acompanhada do filho de ambos. «Passámos lá Páscoas, Natais, etc.», recordará Mário Soares, lembrando-se de o tio lhe mostrar desenhos e esculturas produzidos por alunos do estabelecimento, pelo que julgará ter nascido daí um estímulo para o seu futuro interesse pelas artes plásticas.³³

Mãe e filho regressavam depois à casa da Gomes Freire, onde tinham por vizinho, no andar de baixo, um rapaz chamado Mário Moniz Pereira (1921-2016), futuro treinador de atletismo (que viria a formar o primeiro medalhista de ouro português em Jogos Olímpicos – Carlos Lopes [n. 1947], vencedor da maratona olímpica de Los Angeles em 1984). Um pouco mais velho do que Mário Soares, Moniz Pereira já aos 8 ou 9 anos tinha a paixão do atletismo, organizando no quintal do seu apartamento, nas traseiras do prédio, vários tipos de competição entre ele, um irmão e um outro vizinho. Não tendo idade para entrar nas provas, o vizinho de cima limitava-se a observar, ao colo da mãe de Moniz Pereira: «Para nós ele era um miúdo, com uns 5 ou 6 anos, não tinha categoria para participar, nem ele queria. Estava lá todos os dias, assistia às nossas provas, nunca competindo mas mantendo-se presente, e portava-se sempre com muito juízo. É a única coisa de que me lembro, é que não fazia barulho, assistia mas não chateava. Realmente, até era simpático nesse aspecto. Desportivamente, ele não fazia nada.»³⁴

Moniz Pereira julga lembrar-se de que João Soares possuía naquela mesma rua um colégio particular, a Escola Pátria (que o filho não mencionará), e que por vezes passava pela Gomes Freire para ver a mulher e a criança, mas que não viveria lá: «Apanhávamos um susto muito grande nas noites em que a polícia entrava no prédio à procura do pai de Mário Soares. Queriam prendê-lo, e creio que nós o escondíamos ou protegíamos (não me recordo bem, mas era uma coisa desse género), e eles não o apanhavam.»³⁵

O treinador de atletismo não memorizou os brinquedos ou brincadeiras de Mário, mas sublinha que a mãe do vizinho apenas foi a sua casa uma ou duas vezes, ao contrário do filho, que estava lá diariamente: «Pode ter acontecido que ela o deixasse à guarda da minha mãe.»³⁶

Depois de Mário ter aprendido a escrever, o pai trocava com ele frequente correspondência, exigindo-lhe que mantivesse o ritmo epistolar, como numa carta que lhe escreveu de Angra do Heroísmo

a 22 de novembro de 1933, durante a sua segunda deportação açoriana, tratando-o por «Meu querido académico»: «Tens passado melhor agora? Estás muito contente com a tua nova casa? Tens aproveitado agora o tempo? Responde a todas estas perguntas. Quero carta tua em todos os barcos que venham para os Açores. Não te esqueças do que te pedi na Torre: para seres sempre muito amiguinho da mãe, obediente e estudioso. Milhões de beijos, adeus.»³⁷

A referência à nova casa deverá relacionar-se com a mudança da família para o Monte Estoril no início dos anos 1930, em virtude de, no verão de 1928, João Soares e outro pedagogo, João de Deus Ramos (1878-1953, filho do poeta e também pedagogo João de Deus), terem aberto nesse local o que designaram por Bairro Escolar do Estoril – um colégio particular em moldes inovadores, para o ensino primário e secundário, no qual Mário faria quase toda a sua instrução primária³⁸ (depois de em Lisboa ter passado pelo Jardim Escola João de Deus, na Avenida Álvares Cabral, por uma escola no Campo de Santana, não muito longe de casa e perto da Faculdade de Medicina, que o irmão Tertuliano frequentava, e por uma outra no Largo de D. Estefânia³⁹). A mãe envolveu-se, aliás, também no projeto do Estoril (onde o filho Cândido era funcionário), alugando ao lado uma casa para albergar os estudantes mais velhos que não pretendiam sujeitar-se à disciplina mais rígida de colégio interno, que o Bairro Escolar também era.⁴⁰

No Estoril, Mário e a mãe começaram por viver largos meses em casa de João de Deus Ramos, mas a nova residência a que o pai se refere na carta seria o próprio pensionato aberto mais tarde por Elisa, e onde ela passou a habitar com os filhos.

Com João Soares ausente por força da sua atividade política (ou na «vida airada», como ele próprio dizia⁴¹), o colégio era dirigido pelo sócio, que, aliás, tinha oportunidade de aplicar no Bairro Escolar do Estoril as modernas teorias pedagógicas que advogava há mais de 20 anos (passando por menor autoritarismo e maior responsabilização dos alunos).⁴²

A Mário só foi permitido conhecer melhor o pai após o seu regresso da segunda deportação em Ponta Delgada, em 1934, com

uma nova estada no Aljube e uma condenação em Tribunal Militar Especial a uma pena de cadeia já expiada. João Soares entendeu a partir desse momento dedicar-se mais à família, presumivelmente a atravessar dificuldades financeiras.⁴³

A mulher não partilharia, aliás, o ideário do ex-capelão militar, e muito menos a sua atividade conspirativa, pelo que costumava atirar-lhe: «Tu és um tonto, um poeta, não cuidas da vida.»⁴⁴ O marido fazia ouvidos de mercador: «Ele não ligava nenhuma. O meu pai toda a vida foi um idealista.»⁴⁵ Por outro lado, aquele que viria a ser o único filho de ambos garante que Elisa, apesar do seu ceticismo quanto às opções do marido, aceitava tudo quanto ele dizia e determinava.⁴⁶

Também é verdade que, num país onde antes parecia ser tão simples fazer triunfar uma revolução, começava a revelar-se difícil de apear o homem forte do recém-fundado regime do «Estado Novo», o professor da Universidade de Coimbra António de Oliveira Salazar (1889-1970), ministro das Finanças escolhido pela ditadura militar em 1928 e chefe do governo a partir de 1932 (e, por coincidência, sócio da Coimbra Editora, que nos últimos anos da I República publicara os manuais escolares de João Soares). Tudo recomendaria, pois, que o ex-ministro republicano procurasse diminuir a intensidade da sua vida conspirativa.

Foi só então que Mário, com uns 10 ou 11 anos, soube que o pai fora padre. Revelação que o jovem recebeu como «um choque psicológico, de certa maneira»: «Ter um pai ex-padre, ao princípio, fez-me uma grande impressão, parecia-me qualquer coisa de pouco nobilitante, porventura fiquei constrangido. Não falei com ninguém sobre isso... [...] Foi qualquer coisa que escondi de mim próprio durante um tempo. [...] Mas, curiosamente, não me deixou marcas, acabei por digerir bem o caso.»⁴⁷

A sua surpresa advinha em grande parte da ausência de religião em casa, quando a criança vivia apenas com a mãe, além de que os seus dois meios-irmãos «eram absolutamente anticlericais, à maneira do Afonso Costa»⁴⁸ – por seu turno, o ídolo político do pai. Mário julgava até, ao contrário do que lhe dizia o progenitor,

que a mãe não era religiosa, pois nem sequer o ensinara a rezar: «Um dia ele chegou à beira da minha cama e disse-me para eu rezar uma ave-maria, coisa que eu não sabia. “Então a tua mãe não te ensinou?” E rezou a ave-maria comigo.»⁴⁹

É certo que a piedosa tia Júlia, como em muitas famílias da época, teria gostado que o sobrinho seguisse a carreira eclesiástica, vocação que ela quis mesmo subsidiar: «A minha tia levava-me moedas de 5 ou 10 escudos e dizia-me: “Isto é para o menino, mas se o menino for para padre deixo-lhe toda a minha fortuna”.»⁵⁰

Contudo o jovem, que viria a contar nunca ter frequentado a igreja, jamais se deixará seduzir pela dimensão religiosa da existência, nem mesmo depois de saber o pai fora padre:

Quando tinha 12 ou 13 anos, o meu pai quis que eu fizesse a comunhão e que fosse à catequese. Rebelei-me contra essa ideia e levei a minha avante. Nessa altura, eu tinha já amigos mais velhos, companheiros do colégio, que me incutiam outras ideias... O meu pai não insistiu. Católico progressista *avant la lettre*, tolerante, nunca violentou a minha consciência. [...] Fundamentalmente, [ele] demonstrava muitos escrúpulos de natureza religiosa. Era um espírito não só devoto como profundamente piedoso, com imensas preocupações espirituais. Creio que acreditava na “outra vida” e num “juízo final”. [...] E, ao mesmo tempo, manifestava uma grande preocupação em relação a mim, seu filho.⁵¹

Preocupação que era também da mãe. Aos 3 anos, Mário adoeceu com asma a ponto de inspirar sérios cuidados, e Elisa, cumprindo a velha máxima de invocar Santa Bárbara sob relâmpagos, terá prometido, caso ele recuperasse, oferecer à Senhora de Fátima uma vela da altura da criança: «Curei-me, passaram os anos, mas a minha mãe, por uma razão ou por outra, não cumpria a promessa. Até que, um belo dia, resolveu cumpri-la. E lá fomos os dois a Fátima, eu já adolescente, com uma vela da minha altura. Achei-me ridículo, foi quase um vexame!»⁵² (Soares diria mais tarde ter 12 ou 13 anos quando ocorreu o episódio⁵³).

Mário confrontaria o pai com o seu passado eclesiástico quando, por volta dos 14 anos, se propôs ajudá-lo a escrever-lhe a biografia para figurar na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, cujos organizadores a haviam solicitado. Só então se terão resolvido as suas inquietações a esse respeito: «Ele contou-me a história com tal naturalidade que eu aceitei muito bem.»⁵⁴

Logo aí se revelava que o jovem não possuía propensão para grandes angústias, por tremendas que fossem as adversidades que enfrentava. A sua filha, Isabel Soares, julgará que esse estado de ânimo se deveu à forma como os pais sempre o idolatraram: «O meu avô tinha um amor incondicional pelo meu pai. O meu pai é a pessoa que é porque foi profundamente desejado e amado pelos pais, e nunca teve inseguranças na vida, acho eu. Esteve sempre de bem com a vida e com ele próprio por isso mesmo, porque o meu avô achava que nada podia beliscar o meu pai. Transmitiu-nos constantemente a ideia de que, houvesse o que houvesse, o meu pai estava sempre acima de tudo.»⁵⁵

Elisa partilharia do mesmo tipo de culto pelo filho: «A minha mãe tinha um ponto fraco, que era eu. Tinha adoração por mim, não me tratava como ao resto da família.»⁵⁶

O próprio evoca uma infância confortável e tranquila no remanso do lar: «Fui uma criança despreocupada, feliz, embora sempre ultraprotegida pelos meus pais, os meus meios-irmãos, os amigos dos meus pais. Convivia com muito poucos rapazes da minha idade.»⁵⁷ Em casa, nunca dormia com os irmãos no mesmo quarto⁵⁸ – o que de resto era compreensível dada a diferença de idades (e com Tertuliano a queixar-se de a criança lhe perturbar o sossego⁵⁹) –, e sempre que o pai não estava ficava no quarto da mãe⁶⁰.

Para a família, ele era o *Gigi*, alcunha inventada pelo pai (que por vezes também o tratava por *Licas*). João Soares «tinha o hábito de inventar nomes carinhosos ou alcunhas» para toda a gente próxima, incluindo os seus alunos⁶¹, e o filho mais novo não foi exceção. Tal como Tertuliano, a quem chamava *Tucas*, e Cândido, que era *Teta*. Mas, ao ritmo que atribuía cognomes aos filhos,

João Soares também lho anulava, e foi o que fez a *Gigi*, quando andava pelos 11 anos: «Este rapaz já não é *Gigi*, a partir de agora chama-se Mário.»⁶²

Um ano após o seu regresso dos Açores, no verão de 1935, João Soares rompeu com Deus Ramos na direção do Bairro Escolar, acabando por abandonar a sociedade. Mário Soares explicará mais tarde que o pai terá percebido que o colégio do Estoril estava arruinado e zangou-se com o sócio.⁶³ Mas é mais credível a explicação que o filho apresentou antes, no sentido de que a rutura se teria dado por divergências de natureza pedagógica quanto à forma como o estabelecimento devia ser dirigido,⁶⁴ versão corroborada por outras fontes⁶⁵.

João Soares resolveu então criar outro colégio interno na Venda do Pinheiro, perto de Malveira, ao qual chamou Nun'Álvares. O filho recorda-se de andar pela zona com o pai, num carro com um altifalante instalado, a fazer propaganda ao novo estabelecimento.⁶⁶ Mário frequentava então a 4.^a classe (atual 4.^o ano), e os pais puseram-no a acabar o ano letivo nas Caldas da Rainha, onde viveu na casa da família Maldonado Freitas, de tradição republicana e muito próxima de João Soares. Tendo sido criado nesse ano o exame de admissão ao liceu (onde se prosseguia os estudos finda a 4.^a classe), Mário foi fazê-lo ao Liceu Rodrigues Lobo, em Leiria, tendo inicialmente reprovado.⁶⁷

O assunto resolveu-se entretanto, sem perda do ano letivo, mas e verdade é que as suas primícias estudantis não se revelavam promissoras, o que ele viria a atribuir à instabilidade da vida familiar e académica:

Era um péssimo aluno. Tinha pouca queda para o estudo, não me concentrava e, com tantos sobressaltos e tantas mudanças, ainda menos estudava. A minha mãe ralhava-me, dizia-me continuamente: “O teu pai numa situação tão difícil e tu sem juízo nenhum!” A notícia da reprovação [no exame de admissão] amachucou-me, mas seguiu-se-lhe uma reviravolta que, pela primeira vez, me fez descobrir que iria ser um homem com alguma sorte: os exames de admissão

tinham sido muito difíceis, houve uma esmagadora percentagem de chumbos. O Ministério da Educação decidiu então alterar o critério inicial. Oito dias depois, recebi um telegrama a dizer que fora admitido ao liceu!⁶⁸

Se não guardou uma ideia muito positiva das suas capacidades estudantis, Soares também não via com grandes olhos a sua imagem à época: «Lembro-me, sobretudo, de ser uma criança preguiçosa. Era muito magro, enfermizo, tinha frequentes ataques de asma, estava muitas vezes doente. Na escola chamavam-me o *Lingrinhas*, mas, com isto tudo, jogava futebol e até tinha algum jeito, diziam. [...] Lia pouco, era sempre acusado pela minha mãe de “não me interessar por nada!” Nas leituras comecei por pegar nos policiais, li o Sherlock Holmes de enfiada, pouco mais.»⁶⁹

Não tendo vingado o projeto do Colégio Nun'Álvares (onde Mário chegou a estudar), João Soares virou-se, ainda no ano letivo de 1935-36, para a criação de um outro colégio à entrada de Lisboa, na zona do Campo Grande, com opção para regime de internato (sobretudo para estudantes oriundos da província ou das colónias). Como sempre, o estabelecimento deveria assentar em moldes pedagógicos modernos, e daí vir a chamar-se, adequadamente, Colégio Moderno (de início Pensionato Moderno). João Soares obteve o alvará para a sua abertura em finais de 1936, com uma capacidade para 35 alunos internos e 75 externos de ambos os sexos, primeiro para ministrar o ensino primário e os dois primeiros ciclos do secundário e, dois anos mais tarde, também para o terceiro ciclo do secundário (Curso Geral dos Liceus, aquilo a que hoje se chama, na realidade, «ensino secundário») – aumentando por isso a sua capacidade para 70 internos e 200 externos.⁷⁰

O sucesso imediato do novo projeto educativo, que abriu portas no n.º 19 da estrada de Malpique (hoje Rua Doutor João Soares), trouxe por fim alguma estabilidade à família Soares, se bem que «nos primeiros tempos» tenha sido Elisa «que aguentou o colégio».⁷¹ Residiam perto, e embora Mário ainda tivesse frequentado

antes o Externato D. Dinis, entrou para o Moderno no segundo ano liceal, lá ficando até terminar o secundário.

Uma das suas colegas no novo estabelecimento, Odete Ferreira (1925-2018), alguns meses mais nova (e cujos pais viviam na Guiné-Bissau), recorda que as aulas eram mistas, embora os recreios fossem separados. João Soares, conhecido como o *Pai Janico*, «era rígido, infundindo medo e respeito»: «Mas ao mesmo tempo tínhamos consideração por ele, era uma pessoa franca. Víamo-lo com um misto de receio e ternura. Tinha o gabinete à entrada do colégio, controlando quem entrava. Ele e a *Mãe Elisa* decidiam castigos quando havia asneiras. As meninas eram ensinadas em labores femininos, a tratar da roupa, a lavar, a descascar ervilhas. Era uma família.»⁷²

João Soares continuava a ambicionar o derrube do salazarismo, mas agora, com a estabilidade alcançada pelo Estado Novo, a conspiração fazia-se sobretudo em casa, tecida de intermináveis conversas entre ele e outros republicanos da velha-guarda, que Mário ia acompanhando com crescente curiosidade: «Tinham o hábito de aparecer, para o *cavaco*, aos domingos de tarde, e, muitas vezes, um ou outro ia jantar connosco aos dias de semana e ficava pela noite adiante, em discussões intermináveis.»⁷³

Vivia-se então o drama da guerra civil de Espanha, onde Salazar apoiava de forma não beligerante a insurreição militar antirrepublicana comandada pelo general Francisco Franco (1892-1975) contra o governo democrático de Madrid – uma coligação de forças de esquerda que tinha a lógica solidariedade da oposição portuguesa (a qual, aliás, via na manutenção do regime espanhol um forte instrumento tendo em vista o derrube do Estado Novo).

Do sangrento evento, que durou de 1936 a 1939 com a vitória final de Franco e o esmagamento da república espanhola, resultaram as primeiras aulas políticas de Mário Soares: «A minha formação política fez-se entre os 12-15 anos com a guerra civil de Espanha. Lembro-me que ouvíamos em casa a Rádio Madrid, com os discursos heroicos e apelos lancinantes da [dirigente comunista Dolores Ibárruri, *La Pasionaria* [1895-1989], do [dirigente

socialista] Indalecio Prieto [1883-1962], etc. Aí é que eu começo a ter respeito pelos ideais do PCP [Partido Comunista Português].»⁷⁴

Embora não perfilhada por João Soares, a ideologia comunista entrava em sua casa através de dois familiares do lado da mulher. Um deles, o cunhado Joaquim Nobre, ex-operário marceneiro na Cordoaria, que foi trabalhar para o Colégio Moderno quando este abriu e que habitava ao lado: «Muito bondoso, o tio Nobre era muito amigo de Bento Gonçalves [1902-1942, líder do PCP, então preso, sendo internado em 1936 no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, onde viria a morrer], que era para eles uma espécie de divindade. Já estava no Tarrafal, mas o meu tio falava continuamente nele. Esse tio oscilava entre a atitude de velho republicano, como o meu pai, e a de admirador de Bento Gonçalves.»⁷⁵ O outro, o sobrinho António Carvalho, carpinteiro e visita de casa todos os domingos: «Depois fez-se empreiteiro e acabou rico, mas era do PCP e levava o *Avante!* [jornal clandestino do partido]. Pelos meus 12-13 anos, tinha ele grandes discussões com o meu pai, que não podia com os comunistas, e que mais tarde era irónico comigo: “Tu e os teus camaradinhas...” O meu pai ia deixando cair umas coisas a propósito de Espanha, metia umas buchas, ironias, que ao mesmo tempo me obrigavam a refletir e a nunca ser comunista alinhado.»⁷⁶

Capítulo 2

Adolescência

Para o jovem Mário Soares, não se tratava então ainda de ser comunista, mas apenas de se opor à ditadura vigente, mesmo que, ao princípio, de forma um tanto ou quanto difusa. Nessa medida, a influência do pai e dos seus amigos, «que eram do revirvalho – era gente muito boa»¹, seria, naturalmente, determinante.

Se, por exemplo, com a morte de Afonso Costa, João Soares envergaria gravata preta, o seu filho mais novo tinha também de o seguir, apesar dos seus 12 anos de idade: «Os meus irmãos também eram todos republicanos – nunca comunistas. Os dois, muito mais velhos do que eu, puseram gravata. “Tu também tens de pôr gravata!” E eu pus. Nem sabia quem era o Afonso Costa.»²

A sua aprendizagem doméstica da política vai reforçar-se por volta de 1940, em virtude de uma complicada doença de João Soares que implicará a amputação hospitalar da sua perna esquerda, obrigando-o a manter rotinas mais caseiras. O filho credita a esse acontecimento um salto na sua maturidade: «A passagem da infância para a adolescência é algo de que guardo uma recordação muito nítida: deixei de ser criança quando o meu pai esteve muito doente, entre a vida e a morte. Feriu-se numa perna, teve uma septicemia, tiveram de lhe cortar um pé e, logo a seguir, a perna. [...] Foi um terrível susto e foi, sobretudo, a primeira vez que experimentei o sofrimento.»³

Passaram, em consequência, a ser mais intensas e diversificadas as idas dos reviralhistas à habitação da família Soares no Campo

Grande: «O meu pai passou a andar com uma prótese de madeira. Ficando preso em casa, iam os amigos republicanos visitá-lo, aos sábados e também aos domingos. Eram muitos, e nem todos eram afonsistas. Alguns ficavam para jantar, e eu ouvia aquelas conversas delicioso.»⁴

Entre os republicanos que circulavam na residência, Soares menciona o padrinho do seu irmão Tertuliano, Américo de Oliveira, revolucionário civil do 5 de Outubro e «almeidista» (de António José de Almeida [1866-1929], uma das mais destacadas figuras da I República e o seu único Presidente a cumprir um mandato), entre outros saudosistas do anterior regime:

Um Domingos Pereira, várias vezes presidente do Ministério, o amigo político mais íntimo do meu Pai; um [Fernando] Utra Machado [1882-1949], antigo ministro também, conspirador inveterado, combatente republicano em Espanha, em cuja guerra estivera para ser fuzilado, só salvando a vida por quase milagre; um [Júlio] César de Almeida [1892-1977], companheiro de [Jaime] Cortesão [1884-1960] e de Jaime de Morais [1882-1973], rescapado [*sic*] igualmente do braseiro espanhol; um Jacinto Simões [1886-1958], regressado de um longo exílio em Paris; um Emílio Costa [1877-1952], “seareiro” [da revista de intelectuais oposicionistas *Seara Nova*], apóstolo da educação cívica; um [Rodolfo] Xavier da Silva [Júnior], antigo ministro dos Estrangeiros, incansável contador de histórias divertidas, velho amigo e companheiro de [Sebastião de] Magalhães Lima [1850-1928, antigo grão mestre do Grande Oriente Lusitano (GOL), o ramo português da Maçonaria de rito francês, o de maior expressão no país] e de Afonso Costa; um Manuel Dias Ferreira [1863-1940] e um Américo de Oliveira, revolucionários civis, veros heróis da Rotunda e do 5 de Outubro – e outros mais...⁵

Em criança, o filho mais novo de João Soares quis mesmo adotar também Américo de Oliveira (a quem chamava «barbaridades», devido às suas longas barbas) como seu padrinho, dado que o pa-

drinho de registo, Joaquim Jacobetty Rosa, economista do Banco de Portugal, apesar de amigo próximo do pai, raramente aparecia.⁶

Mário Soares garantirá ter assim contornado a Mocidade Portuguesa (MP), a organização juvenil de apoio ao Estado Novo cuja filiação era então obrigatória em todas as escolas do ensino primário e secundário, mesmo nas particulares. O chefe da MP em cada estabelecimento de ensino deveria ser também o seu diretor, mas, com a sua limitação física, impedindo-o de encabeçar os exercícios paramilitares, o pai delegou a função num vigilante do colégio e seu futuro professor, Rogério de Araújo (n. 1917), licenciado em Direito e da inteira confiança dos opositores ao regime.⁷ Soares permitir-se-á deste modo afirmar nunca ter pertencido à MP,⁸ embora noutra ocasião admitisse «ter chegado, teoricamente, a chefe de quina» (o lugar mais baixo na hierarquia da organização), se bem que «sem nunca ter vestido a farda verde e sem ter feito a odiosa saudação fascista.»⁹

Escreveu também que nunca participou «em qualquer desfile, parada ou solenidade organizada» pela MP,¹⁰ embora mais tarde viesse a revelar ter avistado Salazar no ensaio de uma formatura da classe de ginástica do Colégio Moderno para uma grande cerimónia do regime, que julga ter sido a inauguração do Estádio Nacional, em junho de 1944 (Soares já não estava então no ensino secundário, pelo que o seu relato apresenta alguma incongruência neste aspecto, mas pode ter ido ao local por mera curiosidade, com a delegação da sua antiga escola): «O professor de Educação Física do colégio, [Celestino] Marques Pereira [1909-1978, autor do *Manual de Ginástica Infantil* da MP], era um grande salazarista (sabendo que o meu pai o não era), e foi encarregado de meter uma formatura na inauguração do Estádio Nacional, onde os alunos compunham a frase “Viva Portugal”, ou algo parecido [terá sido “Portugal eterno”¹¹]. Na véspera, durante o ensaio, estava Salazar a assistir, com as suas botas características e de sobretudo (o que estranhei por se estar já no fim da primavera). Foi a única vez na vida que o vi pessoalmente.»¹²

A política já então fizera a sua precoce entrada no universo mental do jovem Mário: «No meu terceiro ano do curso liceal, resolvi fazer um ministério no Colégio Moderno com colegas meus (incluindo também raparigas). Nomeei vários como ministros e pus-me a mim como primeiro-ministro.»¹³

Odete Ferreira (que como farmacêutica viria nos anos 1990 a liderar a luta contra a sida em Portugal) recordará uma certa altivez com que o filho do diretor olhava para os restantes alunos, como se iniciado em algo ainda não ao alcance dos demais:

Não era antipático, não era mania da superioridade, era um estilo talvez um pouco paternalista. Olhava cá para baixo pensando que éramos pouco desenvolvidos e tinha de nos ensinar, mas todos gostávamos dele. Já tinha facilidade de falar, e falava sempre de cabeça levantada, direito, com aquela mesma maneira de andar. Já o ouviam, já era um chefe, tinha comunicabilidade, capacidade de arrastar os outros, já era diferente. Despertava uma grande empatia. Estava sempre bem-disposto, era simpático, nunca o vi de mau humor. Acho que nasceu político, um líder. Tinha uma força interior muito grande, mas com graça, não era um duro. Sempre foi uma pessoa já com um perfil diferente, mais responsável e com ideias mais próprias. Tinha uma certa influência junto dos colegas, que o respeitavam. Parecia até mais velho, sempre foi um adulto.¹⁴

Cultivava, além disso, a rebeldia antifamiliar natural em muitos jovens da sua idade. «Era um camaradão com os colegas e possuía um grande espírito de convívio», lembrará Germano Sacarrão (1914-1992), então professor no estabelecimento (e mais tarde catedrático da Faculdade de Ciências de Lisboa). «Mas comportava-se contra a disciplina imposta pelo próprio pai no colégio, solidarizava-se com os outros em oposição à ordem estabelecida superiormente e mostrava-se sempre estranho em relação ao seu laço familiar com a direção.»¹⁵

João Soares ordenara para o filho um tratamento sem privilégios, em pé de igualdade com os restantes alunos, sendo por isso o adolescente também abrangido pelas normas disciplinares.¹⁶

Rogério de Araújo guardará de Mário a imagem de «um jovem muito contestatário e irreverente, que liderava e encobria os colegas»: «Uma vez ele e outros foram de roldão contra uma porta e partiram-lhe todos os vidros. O pai chamou-o e ele aceitou toda a responsabilidade, recusando-se a revelar os nomes dos restantes membros do grupo. Deste modo era frequentemente punido, mas não fugia a isso – dava a cara aos castigos.»¹⁷

Dessa atitude dirá o próprio: «A solidariedade com os colegas era o mais importante; eu era contra o meu pai e a minha mãe. Quando ele fundou o Colégio Moderno, queriam que eu almoçasse com a família – a comida era melhor, havia mais suplementos –, e revoltei-me várias vezes contra isso. Sempre fui o pior aluno do colégio, e o mais compincha de todos.»¹⁸

Do ponto de vista académico, com efeito, Mário continuou até quase ao fim do ensino secundário «um aluno medíocre e desinteressado»: «A minha mãe, sempre preocupada, continuava a dizer: “Este rapaz parece sonâmbulo, não se interessa por coisa nenhuma”.»¹⁹ Em matérias relacionadas com números ou ciências naturais, mais do que desinteresse, notava-se nele aversão.²⁰ E a sua primeira paixão não facilitou as coisas: «Uma paixão de caixão à cova. Tinha eu 15 anos e ela 13, mas era já uma mulherzinha. Chamava-se Judite. Como era aluna interna do colégio do meu pai, quando este namoro foi descoberto, criou alguns problemas. Meses depois, deu-se a separação com o regresso dela a Angola, onde os pais viviam. Foi o meu primeiro desgosto de amor. Não tive muitos outros, felizmente.»²¹

Um futuro amigo de Mário, José Fernandes Fafe [1927-2017], evocará a expectativa que, no ambiente de intensa politização daquela casa, o pai depositava no filho: «Ele era o filho preferido, e isto é muito importante, a projeção no filho do pai: “Esse meu filho é a minha continuação”.»²² Mas, para um homem que tanto apostava na formação e no futuro do descendente, o comportamento de Mário enquanto aluno do Colégio Moderno era uma decepção: «Eu tinha más notas, nunca fui bom aluno, passava à rasquinha.

Jogava futebol e namorava umas miúdas, não pensava em mais nada. O meu pai, que era um bom pedagogo, percebeu que eu tinha qualidades, mas adormecidas.»²³

João Soares usaria então o privilégio que lhe advinha da propriedade e direção de um estabelecimento de ensino: recorrer a professores selecionados como tutores particulares do filho. Três deles terão tido influência determinante na formação intelectual de Mário. O primeiro foi o filósofo, poeta e ensaísta Agostinho da Silva [1906-1994], ex-ativista monárquico e até pouco antes redator da *Seara Nova*, então já demitido do ensino oficial por se recusar a assinar uma declaração de não filiação em «associações secretas», obrigatória para os funcionários do Estado: «O meu pai contratou o Agostinho da Silva para me dar educação de cultura geral. “Este meu filho tem a inteligência fechada, tem de abri-la”, disse ele para Agostinho da Silva, que morava perto do Instituto Português de Oncologia [em Palhavã]. Era tudo campo à volta, e nós andávamos em passeio por ali e a falar. Ele aconselhava-me filmes, livros, exposições, e foi aí que despertei para as artes.»²⁴

O outro «explicador» foi Álvaro Salema (1914-1991), professor de Filosofia no Colégio Moderno: «Ele dava-me também explicações de cultura geral, em passeios de bicicleta que fazíamos no Campo Grande, que então era mesmo campo.»²⁵ Salema tinha outra particularidade: «Era muito próximo do Partido Comunista, um *compagnon de route*, embora nunca tivesse sido uma marxista ortodoxo. [...] Morava na Avenida da República, eu ia buscá-lo a casa, três vezes por semana. [...] Falava-me do comunismo, nutria admiração pelo Álvaro Cunhal [1913-2005], futuro líder do PCP – que era prefeito no colégio –, um homem que saíra da cadeia, um intelectual envolto numa aura romântica...»²⁶

Cunhal, que já começava a distinguir-se como dirigente do PCP (e de quem se sabia ter tido, anos antes, a rara oportunidade de visitar Moscovo, capital da então União Soviética – formada pela Rússia e nações periféricas –, país tido então como pátria e farol do comunismo), fora contratado por João Soares em 1941, num

breve período de vida legal (entre a sua libertação e a passagem à clandestinidade ainda no fim desse ano), como regente de estudos no Colégio Moderno (já que se encontrava proibido de lecionar tanto no ensino público como no privado), dando apoio a alunos com mais dificuldades (entre os quais o filho do diretor, na disciplina de Geografia). Licenciado em Direito, seria ele o terceiro homem a influenciar o amadurecimento intelectual de Mário Soares: «Suscitou também o meu interesse pela literatura e pelo movimento cultural do neorrealismo [corrente estética enaltecedora do protagonismo das classes trabalhadoras, surgida sob nítida influência comunista], que na época começava a ser pujante, afirmando-se nas letras, nas artes e na cultura.»²⁷

Talvez receando uma reação rebelde, João Soares não apresentou Cunhal diretamente ao filho, mas combinou com Rogério de Araújo que o novo contratado deveria acompanhar a evolução escolar de Mário. Foi o professor a persuadir o regente: «Há por aí um rapaz que é filho do diretor e não estuda nada. Por que é que você não conversa com ele?»²⁸

O futuro líder comunista completou assim a trindade que, entre outras coisas, incutiu em Soares o espírito de uma nova geração na vida política: «Estes três homens, tão diferentes entre si, nas posições ideológicas e nos temperamentos, exerceram uma influência profunda em mim – no sentido de que todos representavam, embora cada um a seu modo, uma contestação moral intransigente do regime, num plano declaradamente socialista que os situava numa posição de distância (que, aliás, gostavam de sentir!) relativamente aos “opositores burgueses” *ancien style*, simpáticos mas ultrapassados (diziam!), do tipo do meu pai e dos seus amigos...»²⁹

Muito mais tarde, Soares atribuirá a Agostinho da Silva e Salema uma influência sobre si «muito mais duradoura e profunda».³⁰ Terão ambos conseguido fazer-lhe despertar o interesse por Filosofia e Literatura, matérias do ramo de Humanidades do último ciclo dos liceus, pelo qual ele optara. (Gostava também de História, mas tudo o que saísse fora do âmbito dessas três disciplinas

era-lhe estranho. Rogério de Araújo lembrará por que detestava Organização Política e Administrativa da Nação (OPAN), a cadeira que ensinava a conhecer a estrutura institucional do Estado Novo: «Meti-lhe a matéria toda na cabeça em oito dias, para ele fazer o exame do 7º. Teve 18 valores, mas quando saiu disse: “Isto é para esquecer amanhã”.»³¹).

Só que um olhar para o seu imediato percurso político à época sugere que Cunhal o terá então influenciado mais do que os outros dois (coisa que, mais tarde, poderá ter-lhe sido desconfortável reconhecer): «Cunhal marcou-me num determinado momento: convidou-me para assistir a exposições, levou-me um dia a uma conferência sobre literatura, no salão do [diário *O Século*], fiquei impressionado com o prestígio que o envolvia. Achava-o um homem coerente e fascinante, um idealista, um puro que sonhava com a revolução e, ao mesmo tempo, um esteta: andava sempre bem vestido, trajava com gosto, embora modestamente. [...] Impressionou-me muito por ser diferente dos outros.»³²

O dirigente comunista, «embora discretamente, não perdia a ocasião de fazer novos prosélitos e sabia que o veículo da literatura de combate constituía uma boa introdução à militância política.»³³ Mário Soares entrou obviamente para a lista de possíveis recrutamentos de Cunhal, e o convite para a tal conferência literária fazia parte da manobra de envolvimento: «Ele perguntou-me: “Queres ir a uma conferência do Armando Bacelar [1918-1998, teórico do neorrealismo, futuro advogado, deputado e governante após a queda da ditadura] no *Século*?” A sala estava cheia de gente, a abarrotar. Estavam lá os neorrealistas todos. Houve também um recital da [declamadora] Manuela Porto [1908-1950], que conheci ali.»³⁴

As lições dos mestres terão dado os seus frutos, já que o jovem aprendiz ficou em pouco tempo mais capacitado nas matérias que pareciam interessar ao seu pai, e que no fundo tinham que ver com uma carreira de intervenção pública, que fora também a do progenitor. Explicá-lo-á Germano Sacarrão, de quem, apesar da

diferença de idades, o filho do diretor era amigo quando ambos, em distintas posições, frequentavam o Colégio Moderno: «O Mário era como um príncipe a quem o monarca destinasse os melhores professores para que ele fosse mais tarde o futuro dirigente do reino. Nesse aspecto, o pai foi feliz – os professores transmitiram ao Mário os assuntos necessários à formação de um político, e aos 17 anos ele possuía já uma cultura política universal.»³⁵

No ano letivo em que finalizou o seu curso liceal (1941-42), Soares teve o primeiro contacto direto com a polícia, a propósito de uma sessão de canto gregoriano na Casa do Alentejo, em Lisboa, complementada por uma conferência do compositor Fernando Lopes-Graça [1906-1994]. Próximo do PCP e dos neorealistas, Lopes-Graça fora professor do jovem Mário no Colégio Moderno, na disciplina de Canto Coral, tendo-o, aliás, expulsado do coro por desafinação (evidenciando que a música nunca seria o seu forte para o resto da vida).³⁶ A sessão de canto gregoriano não passava, para o rapaz e outros como ele, de uma improvável oportunidade para afirmar uma atitude de oposição: «Nós fomos lá porque o Lopes-Graça era um dos nossos. Mas apareceu um grupo da Mocidade Portuguesa a boicotar a sessão.»³⁷ O que se seguiu era à época a ordem natural das coisas: «A conferência foi interrompida e à saída, num movimento confuso de gritos, encontros, apupos e correrias, fui preso e conduzido à esquadra d[as traseiras d]o Teatro Nacional [Dona Maria II], donde saíra poucas horas depois, após as advertências solenes da praxe, por se verificar que não tinha ficha na outra polícia, a tenebrosa PVDE [Polícia de Vigilância e Defesa do Estado] de então.»³⁸

Se bem que Cunhal não tivesse introduzido o discípulo nos circuitos clandestinos, Mário Soares terá tido contacto com o grupo de estudantes comunistas ligado ao aparelho do PCP ainda durante o seu último ano liceal, através de Guilherme da Costa Carvalho (1921-1973), então a estudar na Faculdade de Ciências de Lisboa, possivelmente apresentado por Custódio Maldonado de Freitas (1917-1994), das Caldas da Rainha. Embora «filho de

gente rica», Costa Carvalho era um sacrificado militante (para o resto da vida, passando grande parte dela clandestino ou preso): «Era já comunista – e era-o com a veemência e a devoção total de um iluminado! Foi ele que me fez, pela primeira vez, e com a marca de certa condescendência amável, a crítica da “oposição liberal” – e que me falou, com acentos líricos, na nova aurora social que prometia para muito breve os *lendemains qui chantent* [amanhãs que cantam]...»³⁹

Enquanto estudante do secundário, teria sido ainda prematuro para Soares ligar-se ao setor estudantil do PCP, tanto mais que o pai e os seus amigos, perante os comunistas, seriam «reticentes quanto ao menosprezo que afetavam pelas liberdades políticas, pelos direitos humanos e, sobretudo, quanto aos métodos e ação empregados», o que imunizaria o jovem «quanto aos aspectos que poderiam ser mais aliciantes dessa propaganda.»⁴⁰

Tudo isto tinha por pano de fundo o dramático início da Segunda Guerra Mundial, desencadeado com a invasão da Polónia pelas tropas nazis em setembro de 1939, poucos meses após o fim da guerra civil de Espanha. Mas são discretas, nas evocações memorialísticas de Soares, as suas reações ao magno evento enquanto ele ainda frequentava o ensino secundário. A verdade é que a agressão alemã se havia dado com a caução soviética, uma semana depois de Berlim e Moscovo terem assinado um pacto de não-agressão que pressupunha a partilha da Polónia entre ambos os países. Do que resultou a neutralidade de comunistas em toda a parte (incluindo em Portugal) durante os primeiros dois anos de conflito («Nem Maginot, nem Siegfried», titulava Cunhal, em março de 1940, um célebre artigo seu em *O Diabo*, pondo ao mesmo nível as linhas de defesa francesa e germânica para reafirmar a equidistância perante o conflito) – só se virando contra o Eixo depois de a Alemanha invadir a União Soviética, no verão de 1941. Se até esta data o jovem visse os acontecimentos pela ótica de Cunhal e outros comunistas, é provável que o conflito começasse por não lhe causar grande impressão. Por outro lado,

sendo porventura demasiado novo para participar na intensa polémica que, à data da sua assinatura, o pacto germano-soviético provocou no seio dos comunistas e entre estes e a restante oposição ao Estado Novo, Soares escreveria que depois já considerava esses debates «de caráter acentuadamente histórico»⁴¹ – se bem que mais tarde opstasse por precisar: «Nunca chupei o pacto germano-soviético.»⁴²

De qualquer modo, se as lições dos tutores funcionaram no plano de uma maior consciencialização política de Soares, também não resultaram pior quanto ao seu progresso académico, já que no último ano de estudos liceais (e apenas nesse momento) ele se tornou num «aluno razoável»: «No exame de admissão à faculdade e no final do então 7º ano já só tivera catorzes e quinze, exceto em Latim, que passei com uns míseros dez...»⁴³ A sua média final do Curso Complementar de Letras, a opção que escolheu no último ciclo liceal, foi de 14.⁴⁴

É nesse período que toma consciência da necessidade de levar mais a sério a formação da sua personalidade, pensamento que verte para uma espécie de diário iniciado a 30 de julho de 1942, escrevendo num caderno do próprio Colégio Moderno, onde anuncia: «Este caderno será, então, o plano que antecipadamente traço para seguir, consciente e seguro de mim, o caminho que me há de conduzir ao lugar que suponho ser o sítio que verdadeiramente devo ocupar.»⁴⁵ Aí toma nota, a 13 de setembro seguinte, da sua deliberação em nunca desligar o pensamento da ação:

Não há nada que mais me horrorize do que ver um homem atormentado por remorsos; arrependido das suas próprias ações, ações que certamente não correspondiam ao conteúdo do seu pensamento. Por isso – para jamais me arrepender dos meus atos –, a primeira coisa que tenho a adquirir é uma coerência absoluta entre o pensamento e a ação. Existindo uma coerência, não pode haver contradições nem lacunas. Para a conseguir, julgo necessário pensar antes de praticar, decidir antes de executar. Para que a decisão não seja viciada é ne-

cessário avivar o espírito crítico; para que a execução seja conforme com a ideia anteriormente formada, para não me desviar do caminho traçado, preciso de desenvolver a força de vontade. Eis os mais urgentes requisitos de que necessito!⁴⁶

O grande dilema que enfrentou nesse ano foi escolher a curso universitário a que se candidataria: «O meu pai sempre achou que eu devia ir para Direito. Cunhal, Agostinho da Silva e Álvaro Salema, os meus três mestres principais, diziam que eu não devia ir para lá, por ser um antro da reação com vista a servir o regime. Não fui por isso, contra a vontade do meu pai.»⁴⁷ A opção foi, pois, diversa: «Foram eles, por uma vez unânimes, que me tiraram a ideia de fazer admissão a Direito, como sempre havia projetado. [...] Que iria eu fazer para Direito, cidadela do reacionarismo? À última hora, a meio do meu 7º ano, conseguiram desviar-me para a Faculdade de Letras, para o curso de Ciências Histórico-Filosóficas. Todavia, como mais tarde haveria de reconhecer, não ganhara com a troca, e a fantasia custar-me-ia dez anos de atraso...»⁴⁸

O jovem matriculou-se assim em Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras de Lisboa (então a funcionar num antigo convento por baixo da Academia de Ciências, entre a Praça das Flores e o Bairro Alto), em outubro de 1942 (a dois meses de perfazer os 18 anos), após um exame de aptidão em que obteve 10 a História, 12 a Filosofia e 14 a Português.⁴⁹ Se o pai não terá gostado da opção, por estar convencido de que, com o seu dom da palavra, o filho daria um bom causídico, a mãe concordou: «Pensou no lado utilitário, via-me como o futuro diretor do Colégio Moderno, o que não ocorreria se eu fosse advogado...»⁵⁰

Ele garantirá contudo que o seu programa era outro: «Já tinha uma posição mental e política claramente esboçada [...] – contribuir, na medida das minhas forças, para a libertação do meu País *ocupado*.»⁵¹ No mesmo sentido terá também ajudado a carta que, quase um ano antes, recebera de Cunhal a despedir-se dele: «Dizia-me que se ia embora – sem dizer para onde, nem o que ia

fazer – mas, tendo verificado que eu possuía uma certa consciência social, esperava que eu viesse a amadurecê-la. Uma carta de incitamento a uma vida política orientada em determinado sentido.»⁵² Desiderato que o destinatário se esforçará por cumprir nos tempos seguintes.

Capítulo 3

O comunista

As férias de verão de 1942, que Mário Soares passou na Foz do Arelho, onde o Colégio Moderno possuía uma colónia estival para os alunos internos, foram determinantes na sua carreira política. «Graças ao “santo e à senha”» que lhe havia dado Costa Carvalho, como narrará,¹ conheceu aí o comunista Humberto Lopes (1918-1984), um recém-licenciado em Direito que se desta cara pouco antes numa contestação estudantil contra o aumento das propinas universitárias: «Relacionei-me com ele, ficou impressionado por eu conhecer Cunhal [que ascendia então ao secretariado do PCP, o seu órgão diretivo mais importante, emanado do Comité Central] e encontrou em mim terreno fértil para exercer o seu proselitismo...»²

Lopes estava com um grupo de outros jovens comunistas em cujo convívio Soares se sentiu como que o neófito de uma nova família:

Esse “grupo”, espécie de “soviete de férias”, contribuiu poderosamente para a minha iniciação nas Juventudes Comunistas [ou FJCP – Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, secção juvenil do PCP], um ou dois anos mais tarde. Eu era o mais novo de todos, a seis ou talvez oito anos de distância, e, por isso, funcionava como um misto de benjamim e de discípulo, pronto a tomar a *relève* [o testemunho] daqueles veteranos –, aliás, o único ainda não convertido ao credo coletivo. [...] Senti-me membro do grupo, embora não ainda de pleno direito, um elo de uma larga cadeia secreta de companheirismo que daria um novo rosto a Portugal – o rosto do futuro!³

Para quem na geração de Soares se opunha ao Estado Novo, a filiação no PCP era quase uma inevitabilidade, já que os velhos republicanos se mostravam incapazes de atrair jovens a um programa político baseado no culto da fracassada I República – a «república sanguinolenta», como apregoava a propaganda da ditadura. De resto, a União Soviética, à época sob a férrea liderança de Josef Estaline (1878-1953), era então a única potência que na verdade fazia frente ao avanço do nazi-fascismo, concitando uma admiração mundial capaz de apagar a memória dos recentes processos de Moscovo (a eliminação física ou deportação sistemática de rivais políticos com base em falsas confissões, obtidas sob tortura, e em consequentes farsas judiciais) ou do pacto germano-soviético: «Para além das questões ideológicas, que a dureza dos tempos aconselhava a deixar em suspenso, havia qualquer coisa de novo na metodologia comunista que me tocava profundamente e que não encontrara em nenhum outro lado: o apelo à ação! Com efeito, eu sentia agudamente a necessidade moral de fazer alguma coisa de ofensivo contra o regime, dando assim a minha contribuição, embora modesta, para o combate geral antifascista que se travava no mundo.»⁴

O momento da ligação de Soares à estrutura comunista, por indicação de Humberto Lopes, ter-se-á dado no seu regresso de férias: «Levava no bolso uma credencial para um certo Jorge Borges de Macedo (1921-1996) [...], que era então o ativista número um da Universidade de Lisboa e me integraria, definitivamente, nas lutas académicas antifascistas. Estava iniciado o meu caminho!»⁵

Borges de Macedo, aluno de Letras e futuro catedrático de História, teria passado a ser o superior hierárquico do jovem comunista dentro do partido: «Fui apresentar-me a ele e passou a ser meu *controleiro*.»⁶ O historiador viria porém a negar não só a diligência como a função, garantindo nunca ter pertencido ao PCP, mas sim ao MUNAF (Movimento Nacional de Unidade Antifascista), uma organização de carácter frentista lançada em finais de 1943 pelos comunistas: «Fui eu, com efeito, que chamei Mário Soares para esta organização, não para o PC, que na altura

nem existia como tal na Faculdade de Letras.»⁷ Borges de Macedo garantiria, pelo contrário, que teria sido Fernando Piteira Santos (1918-1992), estudante também em Letras e destacado militante comunista, a convidá-lo tanto a ele como a Soares para se filiarem no setor da juventude do partido, mas que ambos haviam então recusado (o primeiro invocando, aliás, o pacto germano-soviético, além de questões filosóficas). Soares teria até explicado a Borges de Macedo que a razão da sua recusa se baseava no ideário político que o pai lhe havia transmitido.⁸

Parece facto assente que, no último trimestre de 1942 (mais cedo do que por vezes admitiu), Soares estava já nas Juventudes Comunistas, dedicando-se até a fazer ainda nesse ano outros recrutamentos, como o do futuro arquiteto Francisco Castro Rodrigues (1920-2015).⁹ A justificação para a adesão seria a falta real de alternativa para um jovem que quisesse bater-se contra a ditadura: «Em fins de 1942 aderi ao PCP porque era a única entidade organizada na Faculdade de Letras, com ligações a Direito, Medicina, Instituto Superior Técnico [IST] e com condições para se fazer um trabalho de frente.»¹⁰

Decisiva para a sua filiação teria sido a resistência que a União Soviética erguia então contra a invasão nazi,¹¹ estando de resto em curso, na transição de 1942 para 1943, a longa batalha de Estalinegrado (hoje Volgogrado), que se saldou pela derrota nazi e constituiu o ponto de viragem no rumo da Segunda Guerra Mundial a favor dos aliados.

Não espanta que, no diário, Soares tenha refletido uma abertura da consciência aos problemas sociais, decorrente das suas novas ligações políticas, como num escrito datado de 27 de junho de 1943:

Ao contemplarmos a miséria que se nos depara a cada passo, o aumento indecoroso da prostituição, o depauperamento moral das classes baixas, impelidas por coação económica às mais abjetas indignidades, e a imbecilidade semi-inconsciente das classes dirigentes, somos levados a pensar – porque todo o homem moralmente bem formado o é – que é necessário mo-

dificar este estado de coisas. [...] E devemos sobretudo edificar esse mundo – mundo novo que como o Sol renascerá das cinzas do outro –, firmemente assente nos três pilares que já a democracia pôs, a liberdade, a igualdade e a fraternidade, que são as normas mais puras que o idealismo dos homens concebeu. Ainda me parecem as bases mais justas – porventura as únicas – em que se pode erguer duradouramente uma sociedade.¹²

Como militante, ele cumprirá as obrigações de qualquer quadro comunista intelectual, como a leitura dos teóricos: «Li grande parte da obra de [Vladimir Ilitch] Lenine [1870-1924], depois os textos que nos chegavam de Estaline, [Giorgi] Dimitrov [1882-1949, dirigente da III Internacional Comunista] e [Maurice] Thorez [1900-1964, líder comunista francês], o *Anti-Dürhing* de [Friedrich] Engels [1820-1895, teórico alemão companheiro de Karl Marx (1818-1883)], o *ABC do Comunismo* de [Nikolai] Bukarine [1888-1938, vítima dos processos de Moscovo] [...] e a *História do Partido Comunista da URSS* [União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ou União Soviética], que várias vezes havia de ser corrigida e “atualizada”»¹³

No que respeita a *O Capital*, o *opus magnum* de Marx, admitiria a sua dificuldade: «Nunca fui capaz de passar das primeiras páginas, numa edição em português editada no Brasil, que [o editor Francisco] Lyon de Castro [1914-2004, estabelecido nessa atividade em 1945] importava. Quanto ao Estaline, que eu lia muito, era editado em francês. Todos estes livros, claro, circulavam *sous le manteau* [em circuito clandestino].»¹⁴ Fernandes Fafe contará que as leituras teóricas maçavam Soares, o que não abonava a favor dos seus créditos de comunista: «Ele disse-me que nunca passou da página 30 de *O Capital* e que o livro mais chato que tinha lido era *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, do Engels.»¹⁵

Não se sentia aliás à vontade com a língua francesa como confessaria numa entrada do diário datada de 6 de novembro de 1942, onde apontava essa como uma das razões pelas quais o início da sua carreira de estudante universitário estava a ser uma desilusão:

Já findou outubro e com ele o meu primeiro mês de Faculdade. Impressões?!... Parece-me que, ao contacto agreste com a rea-

lidade, já vacila aquele “castelo” tão sincera e engenhosamente arquitetado... Refiro-me aos projetos que tracei, quando do meu primeiro passo na nova quadra da minha vida: os estudos universitários. Estava realmente disposto a ser um bom aluno. Era necessário sê-lo! Mas finalmente que aconteceu? Tão cedo e já sem esperanças, ou não consigo vencer os pequenos obstáculos que se me apresentam de começo, como a aclimação ao meio? Nada disso, os livros é que não chegam, e os poucos que há são em francês, o que dificulta; depois, a vontade de estudar, de avançar, é tão pouca.¹⁶

Traduzia, não obstante, textos para consumo de militantes e simpatizantes, certamente a partir de versões em francês: «Traduzi para circulação interna, com grande custo e chatice, a célebre Constituição Soviética de 1936, que [Louis] Aragon [1897-1982, escritor surrealista francês, então adepto do comunismo] dizia ser a mais avançada do mundo.»¹⁷ Como um estudante aplicado, copiava também à mão alguns documentos partidários, como o opúsculo «A célula de empresa», escrito por Álvaro Cunhal¹⁸ – o qual, no primeiro congresso ilegal do PCP, em novembro de 1943, surgiria como o principal obreiro da reorganização do partido (afetado por uma vaga de prisões dos seus principais responsáveis) e como o seu verdadeiro líder (se bem que ainda não nominalmente).

Testemunho da admiração de Soares pelo seu ex-regente de estudos foi a carta que escreveu a Cunhal, a pedir-lhe conselhos, no início de 1943, para receber resposta seis meses depois, acentuando que «a maior preocupação que deve existir na educação moral dos jovens é a criação dum firme caráter e duma conduta correta».¹⁹

A súbita aparição de Cunhal, uma noite, na casa da família Soares marcou também o jovem militante:

Um dia, estávamos a jantar em família – vivíamos numa casa independente dentro do colégio –, apareceu um contínuo dizendo que estava à porta o doutor Álvaro Cunhal. O meu pai ficou surpreso, bem como o meu primo Nogueira Santos e eu próprio. O Cunhal estava na clandestinidade há já algum tem-

po! Levantou-se para o receber no escritório, que era perto da casa de jantar. Estiveram lá uma hora, não sei do que falaram, imagino que do MUNAF, que se formara meses antes, [...] e a que ambos pertenciam. E, de repente, o meu pai chamou-nos, ao meu primo e a mim. Cunhal manifestara o desejo de falar connosco: informar-se sobre o que fazíamos e qual o ambiente na universidade. Sobretudo, queria insistir para que prosseguíssemos o combate sem desfalecimentos. Mostrou-se otimista quanto ao futuro próximo.²⁰

A adesão de Soares aos princípios do comunismo era meramente intelectual (como, aliás, também fora a de Cunhal), já que se pode considerar que, no contexto da sociedade portuguesa à época, ele se mantinha um jovem privilegiado. Em nenhuma das suas múltiplas evocações deste período refere que a sua família tenha sido afetada pela carestia que então assolava Portugal, em virtude da situação de guerra vivida por quase toda a Europa além-Pirenéus. Embora o país fosse poupado ao conflito e constituísse um oásis para milhares de refugiados oriundos dos países em guerra, que nas ruas, nos hotéis, nos cafés e nas esplanadas de Lisboa recriavam uma atmosfera cosmopolita – inédita e assombrosa para a população nativa –, não estava isento de enormes dificuldades quanto ao abastecimento dos bens essenciais.

Para Mário Soares, porém, este era o momento de uma despreocupada vida de convívio, mais do que de estudo: «Só comecei a frequentar cafés quando saí do colégio. A minha tertúlia era no Paulistana, frente ao Teatro Monumental [ao Saldanha, que só foi inaugurado em 1951, pelo que esta referência deverá ser mais tardia]. Passava horas ali. A minha mãe era muito forreta, enquanto o meu pai me dava o dobro do que eu pedia. Por isso eu pagava os cafés à malta toda.»²¹

O estudante habituou-se desse modo a uma relação algo solta com o dinheiro, o que motivaria mais tarde o comentário acerbo de um amigo de juventude: «É muito generoso. Devido ao Colégio Moderno, nunca teve dificuldades na vida nem sentiu o preço das coisas. Não dava nem dá valor ao dinheiro. Pagava-me tudo sempre

que, na nossa juventude, saíamos juntos. Abria o armário dele e dizia-me para escolher para mim a gravata que mais me agradasse. Ainda guardo religiosamente um par de sapatos que me ofereceu nessa altura. Politicamente isso é mau para ele, pois é capaz de não compreender que haja gente a passar fome.»²²

Não espanta que, no seu diário, o jovem burguês adiantasse mais um motivo para se sentir tão pouco atraído pelos estudos, quando a alternativa era muito mais apelativa: «Em compensação é tão agradável não fazer nada – singularmente bem aconchegado, com uma atmosfera tépida em redor, lendo um livrinho interessante que não obrigue a vários raciocínios. Por exemplo, uma boa biografia, escrita por um autor razoável, de um poeta ou de um artista.»²³

O estudante Soares sentia a ânsia da novidade e do conhecimento do mundo, mas sem que isso implicasse responsabilidades. Gostava, por exemplo, de contactar com novos horizontes estéticos, como quando, a 15 de novembro de 1942, visitou em Lisboa uma exposição de arte contemporânea francesa, levando-o a registar no diário a desilusão com a terra em que nascera, mas abordando esse sentimento de uma perspetiva cosmopolita: «Mais uma vez, lamentei ter tido a desdita de nascer em Portugal, longe do centro das verdadeiras inovações, quer em arte quer no pensamento. Tudo aqui, a este pântano da inteligência, chega com 100 anos de atraso... A fatalidade da nossa situação geográfica! Será crime afirmar que gostaríamos de possuir outra nacionalidade que não a nossa? A pergunta é deveras embaraçosa, pois com ela está condicionado todo um sistema político. Eu, porém inclino-me para uma resposta negativa. Com efeito, só deve haver uma pátria – o culto pela humanidade.»²⁴

O Paulistana, ocupado pelo revirvalho, seria apenas o café do serão, porque, antes dele, havia ainda o do crepúsculo, o Café Chiado, situado na Rua Garrett: «O Café Chiado era para quando vínhamos das aulas, ao fim da tarde. [...] Descíamos a pé o Chiado e, depois, ficávamos horas a conversar no café.»²⁵ Em suma: «Passávamos horas nos cafés, a discutir e a ler os jornais: *Diário de Notícias*, *O Século* e, sobretudo, o *Diário de Lisboa*.»²⁶

E sobrava ainda tempo para os espetáculos: «Fui nessa época um cinéfilo impenitente, via tudo, com pouco critério, estudava pouco – sempre estudei pouco! –, ia às matinés e, se não tinha reuniões conspiratórias, voltava à noite. Ao teatro, ia pouco: apenas às revistas do Parque Mayer, do Avenida ou do velho Teatro Apolo...»²⁷ Essa atração pelo cinema levou-o às sessões de propaganda aliada no Estrela Hall, um pequeno auditório situado entre os bairros lisboetas de Campo de Ourique e da Estrela, pertencente à comunidade britânica em Portugal, onde eram projetados filmes a favor da causa inglesa. Recordará que, ao ver tão escassa audiência na sala, se ofereceu aos organizadores das projeções para distribuir bilhetes na universidade, o que terá contribuído não só para o tornar popular entre os colegas como para aumentar a frequência das sessões.²⁸

O próprio Soares nunca renegaria o estatuto social em que se inseria: «Fui um privilegiado – mas com consciência de o ser! Não me recordo de ter alguma vez pedido dinheiro aos meus pais, tinha um automóvel à minha disposição – naquele tempo, uma coisa fabulosa! Comprava os livros que queria, ia ao cinema quando me apetecia, almoçava ou jantava fora de casa... Havia indiscutivelmente uma retaguarda que olhava por mim – os meus pais – e que me facilitava a vida. Tinha muitas relações e amigos, era frequentador assíduo das tertúlias que se reuniam nos cafés...»²⁹

Foi possivelmente tal estatuto que lhe permitiu escapar ao serviço militar, então universal e obrigatório. Sendo certo que a sua doença de infância ajudou, tanto mais que à asma se seguiu uma bronquite capilar, foi também verdade que um «toque» do seu irmão Tertuliano, já licenciado em Medicina e a trabalhar como médico do Hospital do Exército, contribuiu para conseguir a dispensa da recruta.³⁰

José Fernandes Fafe, que seria seu condiscípulo em Letras (depois de ter começado por frequentar o curso em Coimbra), alegará mesmo uma diligência do «velho Soares» para livrar o filho da tropa: «Um dia, chego a casa do Mário Soares. Ele não estava, mas estava o doutor João Soares. Entrei, com um bocado de cerimónia,

sentei-me, a fazer conversa: “Então? Novidades políticas, senhor doutor?” E o velho: “Já não sei nada, dei homem por mim.” Era uma expressão que veio da tropa, para onde antigamente um tipo podia não ir mas pagava. O homem de que ele falava era o filho.»³¹

O próprio Soares admitirá mais tarde todas essas diligências familiares: «Fiquei isento. E tenho pena, porque achava muito importante que um militante político fizesse o serviço militar. Mas o meu pai temia que eu fosse mandado para um batalhão disciplinar, como aconteceu a colegas meus. Arranjou as coisas para que ficasse livre. Como o meu irmão, nessa época, era médico militar, não foi muito difícil.»³²

A inserção na estrutura da FJCP permitiu a Soares um contacto transversal com alunos de outras faculdades, ficando assim a conhecer o meio estudantil.³³ E não foi só por distribuir bilhetes para o Estrela Hall que também os estudantes começavam a habituar-se à sua figura. Foi o caso de um seu colega de Letras, António Coimbra Martins (1927-2021), quase três anos mais novo: «A primeira vez que vi Mário Soares foi numa espécie de ocupação ou manifestação em frente ao Instituto Superior Técnico. Houve uma entrada da rapaziada lá para dentro, e impressionou-me muito a franqueza e mesmo a relevância de Mário Soares em diálogo com o diretor do Instituto, que a certa altura diz: “Se isto continua, eu chamo a polícia e mando evacuar imediatamente este edifício.” E ele respondeu-lhe (nunca me esqueci): “Bem, senhor diretor, isso são métodos muito correntes hoje na Europa, nos países chamados fascistas”.»³⁴ Coimbra Martins ficou particularmente marcado pela voz de Soares, «que soava aguda e vibrante»: «Era já um líder, sentido por mim como tal, respeitado e admirado.»³⁵

Este tipo de atitude corresponderia à vontade de ação que Soares dizia possuir, sentindo-se frustrado com a rotina da FJCP:

Embora entusiasmado com a possibilidade de agir politicamente, logo de início pus em causa os métodos de ação. Lembro-me de ter dito ao Borges de Macedo e ao [Joaquim] Barradas de Carvalho [1920-1980, militante do PCP, futuro

historiador e professor] que distribuir meia dúzia de *Avante!* e fazer inscrições de protesto contra o fascismo, nas paredes, não servia para nada. E, apesar do ascendente que Borges de Macedo tinha sobre mim e da admiração cultural e política que então me merecia, comecei muito cedo a contestar aquele tipo de militância, irritavam-me as regras de disciplina, dita conspirativa, achava ridícula a agenda dos trabalhos das reuniões, as discussões sobre o chamado “minuto conspirativo” – o tempo em que discutíamos o que dizer se, acaso, aparecesse a polícia! –, coisas assim... Tratávamo-nos, entre nós, pelos pseudónimos respetivos, quando todos sabíamos os nossos próprios nomes... Sentia que não era por aí que devíamos caminhar: o importante era virar a juventude contra o regime, organizar movimentos de massas. [...] Sonhava com ações ofensivas contra o regime.³⁶

A promoção interna do camarada Mário ocorrerá logo em 1944. E aí entra de facto Piteira Santos, que, ao contrário da narrativa de Borges de Macedo, Soares diz que apenas «conhecia vagamente da Faculdade de Letras» e que sabia estar já a «viver na ilegalidade» como dirigente e funcionário do PCP: «A aura que ele tinha nessa altura na universidade era enorme: não só pela sua inteligência e raro brilho como pela coragem política demonstrada, que o obrigara já a, pelo menos, um longo estágio na cadeia [...] e que o conduzira agora à dura vida da clandestinidade.»³⁷

Mais uma vez, o contexto foram as férias de verão nas Caldas da Rainha (sempre um momento propício à evolução numa carreira política «subversiva»), onde Piteira Santos surgiu perante Soares: «Não admira [...] que aquele simples encontro tivesse tido uma importância considerável na minha vida.»³⁸ O ativista clandestino (que era também o responsável do PCP junto do MUNAF) ligou o jovem ao comité local do PC, controlado por um operário de móveis, Manuel Duarte, de quem Soares se tornaria amigo. Com ele, «correria a região, de bicicleta, à noite, a fazer palestras de cultura política a círculos mais ou menos escolhidos de “amigos” e de outros antifascistas, improvisadas nos casais perdidos no campo, nas

vendas das aldeias, uma vez no fundo de uma mina de manganês, perto de Óbidos...»³⁹

Ao regressar nesse outono à faculdade, Soares iria imbuído das «grandes responsabilidades» que lhe advinham da sua nova «experiência de militante»: «Assim, insensivelmente, passei de simples *compagnon de route* a militante arregimentado!»⁴⁰ Nessa fase da já muito previsível derrota das forças do Eixo, pela ação conjugada dos tropas soviéticas e dos aliados ocidentais, refletida em Portugal numa frente para derrubar o Estado Novo que se consubstanciava no MUNAF, não era o momento – explicaria – de aprofundar as «muitas dúvidas» que subsistiriam no seu espírito quanto ao comunismo, «sobretudo no que respeitava a fase da “ditadura do proletariado”, que se dizia, então, ser uma fase “necessária” da passagem ao socialismo, e cuja dureza e supressão das “liberdades burguesas” [lhe] repugnava aceitar».⁴¹ Tais questões eram pois, pelo menos para já, colocadas numa gaveta: «Propositadamente afastava para recantos longínquos da consciência as dúvidas e perplexidades que, a espaços, me assaltavam – e continuava em frente, assumindo sempre maiores responsabilidades, tranquilizando-me com a ideia de que em relação à luta para o derrubamento do fascismo não havia problemas.»⁴²

No seu diário, o jovem militante não deixava de produzir reflexões sobre o tema, cuja intenção parecia sobretudo tranquilizar-se a si mesmo quanto ao caminho empreendido. Foi o que escreveu a 2 de abril de 1945, com o Exército Vermelho quase às portas de Berlim:

O que os comunistas preconizam não é a violência como o agente construtivo de uma sociedade nova, não é a violência à *outrance*. Os comunistas preconizam é a violência organizada, a luta de uma classe – dos trabalhadores, dos explorados, dos oprimidos – contra outra. E preconizam aqui a violência apenas porque estão convencidos de que só esmagando, aniquilando como classe, os poderosos é que se pode entrar nos caminhos das reformas profundas [...]. Não há memória de uma classe abdicar em favor de outra das suas prerrogativas,

ainda que comumente sejam consideradas injustas. Assim, a violência é absolutamente necessária (violência organizada, sistemática) para quebrar a mecânica repressiva a serviço das plutocracias; mas não tem razão de ser quando se trata de organizar em bases diferentes uma sociedade nova. Aqui – dizia Lenine e muito bem – só o **Amor** [sublinhado no original] pode imperar.⁴³

Nesse ano letivo de 1944-45, Piteira Santos reúne na mata da Caparica, ao longo de um dia inteiro, à volta de duas dezenas de ativistas universitários da FJCP de Lisboa, selecionados pelo critério da maior confiança. Soares também está presente, e é «eleito» (aspas usadas pelo próprio), por indicação do *controleiro*, para a direção académica da organização na capital, ficando responsável «pela formação de um movimento unitário antifascista de estudantes que se julgava possível criar em ligação com o MUNAF.»⁴⁴

A ocasião não podia ser mais propícia, já que quase toda a população via com entusiasmo aproximar-se o dia do esmagamento das ditaduras alemã e italiana pela tenaz soviético-ocidental. Com um projetor e filmes de propaganda («documentários de guerra que escapavam à censura») cedidos pela embaixada americana, Soares e outros jovens militantes organizavam sessões públicas em clubes populares, assim criando «uma vasta rede que se tornaria numa poderosa organização estudantil antifascista.»⁴⁵

O dia da vitória na Europa chegou no final da primeira semana de maio de 1945. Assim que a notícia foi conhecida, Soares, que estava em aulas na Faculdade de Letras, pôs em prática um plano já antes delineado com o seu *controleiro* (que deixara de ser Piteira Santos, entretanto detido e rendido por Luís Guedes da Silva)⁴⁶: «Imediatamente – e como estava previsto – interrompi a aula, afirmando que deviam parar todas as atividades escolares em virtude do facto transcendente que acabava de passar-se.»⁴⁷ Houve réplica de alunos em desacordo, a aula continuou e Soares apenas conseguiu arrastar para fora da sala meia dúzia de colegas («grave erro de cálculo»⁴⁸). O grupo voltou então a entrar para prosseguir a discussão, que só terminou com o toque para intervalo.⁴⁹

Ato contínuo, Soares contou-se entre os que encabeçaram um primeiro desfile comemorativo na Baixa lisboeta:

Fomos até ao Rossio, descendo o Chiado, dando vivas aos Aliados; havia simpatia e mesmo entusiasmo, mas não passou disso. No dia seguinte de manhã, como tínhamos combinado, paralisámos as faculdades, cada um a sua [“em alguns casos não foi fácil”⁵⁰], e encontrámo-nos a uma hora certa no Largo do Rato, onde contávamos já centenas de pessoas. Direito, Medicina, Técnico, Veterinária e o Liceu Camões foram-se juntando e desceram a Rua [Avenida] Duque de Loulé, até ao Rato. Nós, de Letras, revoltámos a faculdade, com êxito, arrastámos o Liceu Passos Manuel – onde o reitor [José] Saraiva [1881-1946], à saída, gritava: “Quem é o energúmeno que está a revoltar o liceu?” E eu respondi, amavelmente, ao passar por ele: “Sou eu.” Subimos ao Príncipe Real (Escola Superior Colonial) e concentrámo-nos na Faculdade de Ciências. Aí esperava-nos o Mário Ruivo [1927-2017, estudante em Ciências], que controlava o tempo para chegarmos ao Rato à hora certa. Como estávamos em avanço sobre a hora, o Mário Ruivo, responsável da Faculdade de Ciências, obrigou-me a fazer um discurso (não previsto) de uma das janelas da Faculdade de Ciências. Foi a minha primeira prova como tribuno... Não me saí mal, segundo me disseram então os meus colegas e camaradas.»⁵¹

No meio desse eufórico 8 de Maio, haveria contudo um balde de água fria:

Do Rato partimos para as embaixadas, à Lapa. Éramos já alguns largos milhares com as pessoas que passavam por nós e iam aderindo, espontaneamente, à manifestação. A polícia, vigilante, tinha ordens para não intervir. O comité da direção da manifestação foi recebido pelos três embaixadores: o americano, o inglês e o francês. Todos tentaram refrear o nosso entusiasmo. Pediam-nos calma e respeito pela ordem instituída, quando nós gritávamos, a plenos pulmões: “Liberdade, democracia, fim do fascismo...” Uma cruel decepção! Descemos à 24 de Julho, onde se juntaram a nós os operários de Alcântara, da Cordoaria e do porto de Lisboa, seguimos pela Avenida 24 de

Julho e passámos pelo Terreiro do Paço, caminhando até ao Rossio. Éramos já centenas de milhares. A manifestação terminou no Rossio... No percurso, levávamos as bandeiras dos Aliados, exceto a da URSS [simbolizada pelos paus nus empunhados por alguns manifestantes]. Gritávamos “Viva a América! Viva a Inglaterra! Viva a França! E... viva a *outra*!” com grande insistência...⁵²

A grande desilusão consistiu em verificar que, ao contrário das expectativas criadas com a derrota da nazi-fascismo, o salazarismo se mantinha inamovível. «Eu convenci-me, em absoluto, de que o regime tinha acabado...», considerará Soares acerca do momento.⁵³ «Estávamos convencidos de que a marcha do fim da guerra, que organizámos, poderia contribuir para a democratização», recordará por seu lado Mário Ruivo, futuro biólogo.⁵⁴

No entanto, não só o MUNAF, para grande frustração de Soares, recuaria na intenção de criar «grupos antifascistas de combate», destinados «a promover um estado insurrecional no país»,⁵⁵ como as potências vencedoras não pareciam minimamente empenhadas, ou sequer interessadas, em mudar os regimes da Península Ibérica.

Mas as esperanças reviralhistas foram entretanto alimentadas por outro grande projeto surgido no rescaldo da guerra: a criação do MUD (Movimento de Unidade Democrática), com vista a concorrer a um ato eleitoral para a Assembleia Nacional (o hemiciclo do Estado Novo), o qual Salazar, em palavras que então fizeram fama, prometeu «absolutamente livre, como na livre Inglaterra.»⁵⁶ Soares esteve presente na sessão de apresentação do movimento, no Centro Republicano Almirante Reis, na capital, a 8 de outubro de 1945, uma iniciativa de advogados oposicionistas na qual o PCP não tivera influência, ao contrário da criação do MUNAF. Dá-se a partir desse dia uma explosão de apoios ao MUD a nível nacional, indiciando que por fim os portugueses estariam já à procura de uma alternativa a Salazar.

Sem comunicação prévia ao partido, Soares resolveu então ir com outros jovens ao escritório do advogado Mário Lima Alves

(1906-1970), fundador e líder informal do movimento, oferecendo-se para trabalharem para o MUD nas tarefas julgadas necessárias⁵⁷: «Fomos falar com eles mesmo sem ordens do PC. Ficaram radiantes. Não tinham contactos com a juventude, eram gente do revirvalho.»⁵⁸ Ao contrário do que seria previsível, este gesto aparentemente espontâneo, sem o normativo pedido de autorização ao PCP, não só não foi criticado pela hierarquia partidária como o *controleiro* (que continuava a ser Guedes da Silva) o aprovou e quis logo dele tirar proveito, encarregando Soares de «missões» dentro do MUD⁵⁹: «Depois de pormos o movimento em marcha, o Partido Comunista começou a tentar controlar os acontecimentos, tendo eu próprio participado ativamente nesse controlo.»⁶⁰

Perante o ímpeto popular que se seguiu ao anúncio da criação do MUD, não restava de facto ao partido, com todo o realismo, nada mais que não fosse apanhar o comboio já em andamento: «O MUNAF foi, digamos, subvertido pelo MUD, e os aparelhos políticos existentes (a começar pelo Partido Comunista), com os seus lentos reflexos, mais adaptados à clandestinidade, chegaram geralmente tarde.»⁶¹

E a ação de Mário Soares, como um dos instrumentos do PCP para se apropriar do MUD, ajudou até ao afastamento do criador do movimento, um membro da oposição moderada sem ligações aos comunistas: «O Mário Lima Alves – que estivera na origem da ideia e fora o único orador na reunião do Centro Republicano Almirante Reis – ganhou uma rápida popularidade e começou, contra a vontade do PC e dos seus *compagnons de route*, a querer subtrair o MUD ao controlo do MUNAF e dos comunistas. Mas não havia clima para isso. Estávamos no imediato pós-guerra, a opinião situava-se naturalmente à esquerda e a União Soviética vivia um grande momento de prestígio internacional. Inicia-se então uma campanha – na qual tomei parte – para anular a influência do Lima Alves no seio do MUD, que culminou com o seu afastamento.»⁶²

Soares surgia assim à época como estudante politicamente radicalizado, disposto a cumprir as diretivas do partido sem questionar

o seu fundamento ou a sua justeza – um «*engagé* político», na suas próprias palavras:⁶³ «Entusiasta, ativo e prosélito, o jovem comunista estava em todo o lado e ia a todo o lado.»⁶⁴

Invocando falta de condições para o pleno exercício da campanha eleitoral, constrangida pelo aparelho do Estado Novo através dos mais variados expedientes, o MUD recusará ir às urnas no escrutínio, marcado para 18 de novembro de 1945. Mas o movimento manter-se-á ativo, e no ano seguinte a dedicação de Soares é premiada com a sua inclusão entre os 12 membros da Comissão Central do MUD, como representante da juventude. Ele é ainda o secretário da Comissão, presidida por Mário de Azevedo Gomes (1885-1965), professor universitário e ex-ministro na I República, e na qual o PCP possui influência determinante, através de um catedrático muito prestigiado nos meios oposicionistas, o matemático Bento de Jesus Caraça (1901-1948), mas também do representante oficial do partido, o médico Luciano Serrão de Moura (1912-?), a representante das mulheres, Maria Isabel Aboim Inglês (1902-1963), o escritor e escultor Manuel Mendes (1906-1969) ou o engenheiro eletrotécnico Manuel Tito de Morais (1910-1999).

Do apoio de Soares e outros estudantes ao MUD nascera entretanto o Movimento Académico de Unidade Democrática (MAUD), uma ramificação autónoma cuja articulação com a estrutura-mãe se fazia através do jovem comunista, que por sua vez dialogava na Comissão Central sobretudo com Caraça, uma das personalidades que nessa época mais o impressionaram.⁶⁵ Soares recordará em particular o encontro que teve com o catedrático de Matemática em casa deste para submeter à sua aprovação a lista de reivindicações do MAUD que no dia seguinte iriam ser lidas numa sessão pública de apresentação do movimento estudantil – e que viria afinal a ser proibida pelas autoridades poucas horas antes da sua realização.⁶⁶

Por essa ocasião, Soares conhecerá Francisco Salgado Zenha (1923-1993), quase dois anos mais velho, um brilhante estudante de Direito em Coimbra, que se destacara no ano anterior por, en-

quanto presidente eleito da Associação Académica daquela cidade, se ter recusado a integrar uma delegação local para ir agradecer a Salazar o não-envolvimento português na Segunda Guerra Mundial, sendo demitido em razão de tal atitude. Por esse gesto desafiador, Zenha transformara-se instantaneamente num «herói da oposição», nas palavras de António Almeida Santos (1926-2016), seu colega de curso em Coimbra mas três anos mais novo: «Era um homem adorado pela academia de esquerda, e a academia era mais de esquerda do que de direita. Ele tinha a academia nas mãos, e chateou Salazar sempre que pôde.»⁶⁷

Soares assegurará mais tarde que Zenha era, como ele, militante do PCP: «Naturalmente que era. [...] Até à sua primeira prisão, esteve sempre ligado ao PC. Todos os jovens comunistas da época o sabem.»⁶⁸ Contará depois: «Zenha também foi do PC mas nunca o quis admitir. Uma vez ele disse-me: “Se não disse à polícia, não vou dizer agora”.»⁶⁹ O que no entanto Almeida Santos, que em Coimbra se tornará próximo do ex-líder académico, contestará: «Mário Soares gosta de ter companhia, mas Zenha, que era visita quase diária da minha república, nunca aderiu ao PCP. Eu e ele nunca fomos do partido, embora sempre tenhamos tido uma relação de colaboração política com o PCP.»⁷⁰ A verdade é que, por razões conspirativas, os membros do partido não admitiam sequer aos camaradas a sua ligação (a não ser – logicamente – encontrando-se na mesma estrutura clandestina), pelo que a militância comunista era sempre um segredo guardado a sete chaves, até dos amigos mais íntimos.

Seja como for, a «colaboração política» de Zenha com o PCP fez dele, no mínimo, um ativista pró-comunista, integrado na sua orientação estratégica para a juventude, então já definida por Cunhal. E é nesse quadro que, no primeiro semestre de 1946, Soares se encontra com ele numa reunião de dois dias para o alargamento da estrutura do MAUD e a coordenação de ações estudantis das três academias nacionais (Coimbra, Lisboa e Porto). Os dois eram então os mais destacados dirigentes da oposição estudantil

nas respetivas academias, e Soares passa duas noites na república de Zenha para os encontros que têm lugar no Centro Republicano Académico de Coimbra, cidade que ainda não conhecia.

Abandonando a comodidade burguesa do seu meio, o jovem lisboeta ficará para sempre «muito impressionado com as condições de incrível penúria, de quase sordidez, em que vivia a grande maioria dos estudantes de Coimbra»⁷¹:

Mal lá entrei [na república de Zenha], senti-me aterrorizado! Eu, habituado ao conforto doméstico da casa de meus pais, tratado com os carinhos e os mimos de um filho de família, estranhei a maneira como viviam aqueles rapazes, a imundície, não havia quarto de banho, apenas uma coisa horrível, numa escada, onde não se podia tomar banho. Deitavam-se a altas horas da noite, bebiam vinho carrascão, comiam pessimamente e, no meio de tudo isto, estudavam com as sebatas pelo chão; enfim, um ambiente que me fez alguma confusão. E o Zenha, claro, ironizava e metia-se um pouco comigo, por eu estar tão pouco familiarizado com aquele tipo de atmosfera!⁷²

Na altura, terão ambos contactado ainda com a estrutura do PCP, seguindo uma prática então habitual para pequenas reuniões clandestinas, realizadas ao ar livre: «Partimos os dois de Coimbra, a pé, a conversar por aí fora, e na antiga estrada nacional que subia por Santa Clara, em direção a Lisboa, tivemos um encontro com um dirigente do secretariado do PC, José Gregório [1908-1961] [...]. Começou assim entre mim e o Zenha [...] um relacionamento que foi imediatamente simpático, franco, eu com muita admiração por ele; ele, certamente, com amizade por mim.»⁷³

Impunha à época a estratégia definida em Moscovo – vinda ainda nos anos 1930 – para a Internacional Comunista que os partidos subordinados deviam desenvolver nos seus países uma ação frentista, conceito reforçado com o êxito da grande coligação celebrada entre soviéticos e aliados ocidentais para esmagar o Eixo. Não só o MUNAF e o MUD estavam nessa linha como o secretariado do PCP advogava a diluição da FJCP numa frente juvenil alargada, que deveria englobar tanto estudantes como jo-

vens trabalhadores (correspondendo, aliás, à vasta onda de adesão de gente nova ao MUD um pouco por todo o país).

A discussão dessa medida juntou de novo Soares e Zenha, ainda em 1946, no Estoril, numa longa reunião clandestina do PCP com jovens ligados ao partido, onde Cunhal surgiu como o grande orientador. A iniciativa passou pelas habituais dificuldades logísticas, em que Soares esteve envolvido:

Quem organizou aquilo, com ordens escritas do partido, fui eu e Manuel Domingues [um funcionário do partido, com anterior passagem pela União Soviética, o qual terá comunicado a Soares as instruções partidárias para a preparação do encontro⁷⁴], que eu conheci muito bem – até o meti a dormir em casa de um dos meus irmãos.⁷⁵ Eu tinha 21 ou 22 anos, era ainda um bocado imberbe. Era o n.º 1 da juventude estudantil, e o Zenha o n.º 2. Vinha ainda um José Borrego [estudante de Arquitetura] do Porto. A reunião era para discutir com os líderes das três academias a extinção da FJCP e a sua passagem a MUD Juvenil [MUDJ]. O Zenha estava já a acabar Direito em Coimbra. Com a ajuda de um tal Janeiro, que era oficial miliciano, queríamos encontrar uma casa para alugar. Então inventámos que o Janeiro ia alugar casa por um mês para a sua lua de mel no Estoril. Pedimos a uma amiga nossa (só simpatizante do PC), que estava a acabar Medicina e podia ser casadoira, que fosse com o Janeiro (ele fardado) alugarem uma vivenda, perto do Casino, toda mobilada. Deram logo o sinal, que era dinheiro do partido.⁷⁶

O episódio mostrou como muitas vezes os fatores humanos interferiam com a rígida cultura partidária: «Com cuidados conspirativos extremos, fomos chegando todos a pouco e pouco. O último foi Álvaro Cunhal, acompanhado de um ex-colega dele de Direito, Inácio Fiadeiro [1913-2003], primeiro marido da Maria Estela [ou Stella, (1917-2009), que mais tarde se casaria com o Piteira Santos]. Durante os trabalhos, ele e a senhora de Medicina, que não assistiam às reuniões mas estavam lá, envolveram-se: o Fiadeiro meteu-se com ela, aproveitou para a seduzir e largou a Estela, de quem tinha dois filhos.»⁷⁷

Mas Soares deparou também com nova perturbação aos seus hábitos burgueses, a que não conseguia fugir:

Éramos vinte e tal. Dormíamos lá, uma chatice. Eles lavavam os dentes com a escova uns dos outros, mas eu não os lavei. Não levava escova, nem pijama. Tínhamos dois vigilantes que, ao segundo ou terceiro dia, levantaram suspeitas de alguém andar a rondar a casa. Cunhal foi espreitar e concluiu que podia ser a PIDE [Polícia Internacional de Defesa do Estado, sucessora da PVDE a partir de 1945]. Resolveu-se então sair por ordem de importância na hierarquia do partido. Primeiro saiu ele, depois eu e o Zenha. Assim fiquei a saber que era importante lá dentro. Saímos à noite, não havia nada, tinha sido falso alarme, estava tudo perfeito. Fomos a pé apanhar o comboio para Lisboa, mas entretanto passámos pelo casino. E eu digo ao Zenha: “Não há coisa melhor para disfarçar do que irmos ao casino.” Ele não queria, mas eu convenci-o: “Não vamos jogar, mas vamos dançar com umas gajas.” Gosto de aproveitar o lado lúdico da política, não gosto de me martirizar.⁷⁸

O MUDJ, saído desse trabalho, viria a ser «talvez o maior movimento de massas juvenis sob a ditadura».⁷⁹ Culminava assim o ativismo iniciado por Soares junto dos jovens no tempo da guerra.

Elemento determinante na construção do MUDJ foi também Octávio Pato (1925-1999), militante comunista retirado por precaução de Vila Franca de Xira (onde era caixeiro) devido à sua participação num movimento grevista ocorrido pouco antes na cintura industrial de Lisboa (durante o qual a polícia política lhe assassinou um irmão) e acolhido por Soares na casa da sua família, fazendo-o passar por aluno interno do Colégio Moderno, para assim se dedicar a tempo inteiro à nova organização da juventude: «Constituíamos, durante os primeiros tempos do MUDJ, o duo que seria o seu principal motor de propulsão.»⁸⁰ Particularizando: «Eu fazia os manifestos do MUDJ. Ele punha-se por cima, a ler, e fazia também manifestos, como eu.»⁸¹ Apesar de «unitária», a nova estrutura juvenil era na verdade, mais uma vez, dominada

pelos comunistas. Além de Soares, fariam parte da sua Comissão Central Zenha, Pato, Borrego, o futuro pintor Júlio Pomar (1926-2018, então estudante de Belas-Artes no Porto), Rui Grácio (1921-1991, colega de Soares em Letras), António Abreu (1923-2005, do Instituto Superior Técnico) e Mário Sacramento (1920-1969, de Medicina), numa clara (embora não assumida) demonstração da hegemonia do PCP. A assunção de Soares, anos mais tarde (mas ainda durante o tempo da ditadura), de que «o Partido Comunista foi um dos motores do MUDJ, mas não o único»,⁸² pecaria por modesta.

O MUD Juvenil foi fundado num congresso realizado no Centro Republicano José Estêvão, na capital, a 28 de julho de 1946, onde participaram cerca de quatro dezenas de delegados de todo o país, a maioria ligada ao PCP.⁸³ A sessão teve lugar sob a presidência de Mário Soares, que, acumulando com a ligação ao MUD, via assim aumentar a sua notoriedade política. Para o encontro, ele elaboraria um relatório de balanço da atividade juvenil oposicionista, com perto de 300 páginas⁸⁴, a que o escritor Soeiro Pereira Gomes (1909-1949), então seu *controleiro* como responsável do PCP para o setor da juventude, havia feito uma enorme quantidade de emendas ou anotações à margem, e que o autor diria, ora expressarem muitas vezes «profundas divergências»,⁸⁵ ora serem «mais no plano formal do que no das ideias, [...] talvez por deformação de escritor.»⁸⁶ O documento, «embora aprovado, encontrou algumas resistências e críticas»⁸⁷.

A nova organização cumpria a estratégia definida por Cunhal no II Congresso ilegal do PCP, realizado apenas seis dias antes na Lousã. Das teses aí aprovadas resultavam orientações como «chamar audaciosamente os jovens progressistas que se destaquem» e «promover os quadros jovens que mostram uma compreensão justa dos problemas da unidade, mobilização e organização, e tenham uma experiência de trabalho de massas.»⁸⁸

Soares, a quem esse perfil encaixava como uma luva, teria, aliás, sido convidado para participar no conclave comunista, mas

declinou, sugerindo que fosse Pato no seu lugar. De novo, outros valores se levantavam, mais fortes do que os exigentes deveres de militância que lhe prometiam a curto prazo uma vida ilegal: «Eu disse que não queria ir para a clandestinidade. Com o meu temperamento, não dava. Queria ter gajas, ir ao cinema, viajar. Tinha ambições várias, ambições literárias...»⁸⁹

Um outro episódio ocorrido na mesma época mostra a flexibilidade de princípios de Mário Soares, para quem o pragmatismo começava a revelar predomínio sobre a doutrina. Aconteceu numa conversa noturna com Pato, quando este era seu hóspede e resolveu perguntar ao amigo se entendia que frequentar prostitutas violava a moral comunista. O anfitrião respondeu: «Eu acho que sim, mas se estiveres muito aflito vai.»⁹⁰

Capítulo 4

A prisão

O lançamento do MUD foi acompanhado de listas de apoio subscritas por milhares de pessoas, entre as quais estava Mário Soares, apesar de menor de idade (num tempo em que a maioria, juridicamente, só era atingida aos 21 anos). O gesto valeu-lhe um confronto inicial com a PIDE, depois de a polícia ter apreendido essas listas e começado a interrogar os subscritores (elaborando processos que levaram à expulsão da carreira de muitos funcionários públicos).

O jovem comunista foi inquirido a 2 de janeiro de 1946, revelando o auto ter assumindo a assinatura, feita «de sua livre vontade [...], tendo pedido licença a seus pais para assinar, licença que lhe concederam»¹.

Soares não voltaria a ser incomodado pelo assunto, mas logo no verão desse ano viria a sofrer a sua primeira experiência prisional às mãos da PIDE. Portugal pedira a adesão à Organização das Nações Unidas (ONU), criada na sequência da Segunda Guerra Mundial, e a Comissão Central do MUD emitiu um comunicado para se opor à aceitação do país na estrutura supranacional, defendendo que só um regime democrático teria legitimidade para solicitar a entrada e ser admitido. O próprio Soares foi enviado pela Comissão Central para ir buscar Bento de Jesus Caraça a Amaran-te, onde passava férias, e levá-lo ao Porto para o documento ser discutido com os dirigentes locais do movimento. Em resultado da difusão do comunicado, foram detidos todos os membros da

Comissão Central, aos quais, além de processados por atitude «antipatriótica» (e anos mais tarde amnistiados), foi imposta fiança para regressarem à liberdade, somando entre todos 1200 contos – verba considerável ao tempo e que não terá sido fácil de reunir.

Quem adiantou os 100 contos necessários à libertação de Soares (mais tarde devolvidos por não ter havido ida ao tribunal) foi o industrial da construção civil Amadeu Gaudêncio (1890-1980), um velho amigo republicano de João Soares e sogro do seu filho Tertuliano.²

O detido consideraria dessa vez a PIDE «singularmente amável» – e não estava a fazer ironia. À saída, foi chamado ao diretor da corporação, capitão Agostinho Lourenço (1886-1964), que lhe perguntou se fora violentado durante a detenção, o que negou. Da parte da polícia secreta era uma tentativa de contrariar denúncias antes efetuadas pelo MUD relativas à prática de tortura sobre os prisioneiros políticos.³

Ainda no mesmo ano aumentou a visibilidade de Soares no campo oposicionista, por ter começado a discursar em sessões públicas. Interveio pela primeira vez num comício comemorativo do 5 de Outubro, realizado na Voz do Operário, em Lisboa, sob a presidência de Azevedo Gomes e com a presença de outras velhas glórias republicanas, incluindo os almirantes José Mendes Cabeçadas (1883-1965, que interviera tanto no 5 de Outubro como no 28 de Maio) e Tito Augusto de Moraes (1880-1963, pai de Manuel Tito de Moraes) e o ex-chefe de governo António Maria da Silva (1872-1950, dirigente maçónico e último líder do Partido Democrático). Num ambiente entusiástico, onde se cantavam tanto canções de Lopes-Graça como *A Portuguesa*, Soares discursou em nome dos jovens, jurando a continuidade dos ideais do 5 de Outubro mas procurando apontá-los para o futuro, numa tentativa de se distanciar do saudosismo da velha geração.⁴

Falaria de novo num comício promovido pelo MUD no mesmo local a 30 de novembro, efetuado sob a presidência do general José Maria Norton de Matos (1867-1955), ex-grão mestre do GOL

e outra antiga eminência republicana, que fora comandante do Corpo Expedicionário Português à Flandres na Primeira Guerra Mundial e reputado colonialista, na qualidade de governador-geral de Angola e ministro das Colónias. A sessão destinava-se a dar uma resposta política à recém-realizada I Conferência da União Nacional (UN) – a força política de apoio ao salazarismo e a única com autorização legal permanente. Soares, com um discurso intitulado «A juventude não está com o Estado Novo», foi o último dos oradores, entre os quais, além de Azevedo Gomes, se incluiu Bento de Jesus Caraça e o economista Francisco Ramos da Costa (1913-1982). A estratégia do PCP para o momento estava bem refletida nas suas palavras:

Perante todas as manobras de divisão – divisão entre os estudantes e os outros jovens, divisão dos estudantes entre si –, é necessário opor unidade! Unidade entre os jovens trabalhadores para melhores condições de vida. Unidade entre os estudantes contra o aumento do preço das propinas, para associações académicas livres. Unidade de toda a juventude para um Portugal ressurgido – livre, próspero e feliz. Perante todos os incitamentos ao desinteresse, ao egoísmo ou ao desânimo, perante as vozes que se insinuam, derrotistas, dizendo que “não há nada a fazer”, é necessário sabermos opor a ação. Ação diária e constante. Ação nos bons e maus dias, nas grandes e pequenas tarefas! Unidade e Ação – eis as nossas palavras de ordem. Com elas, a juventude terá o seu lugar na luta pela democracia e por uma ordem social mais justa.⁵

Vivia-se ainda o rescaldo de 1945, com a forte convicção de que os dias do salazarismo estavam a chegar ao fim. O entusiasmo nessa sessão refletia tal esperança. Quando Soares acabou de discursar, a sala levantou-se num aplauso unânime.⁶ Mas este desfecho revelava também as capacidades oratórias do novel ativista: «Mário Soares era um jovem talentoso, bom orador, com boa voz, boa presença, uma coragem política excecional. Era dos mais atrevidos, estava normalmente na origem das iniciativas que se tomavam.»⁷ E mantinha-se o paralelismo com

o amigo de Coimbra: «Como Zenha, Soares era um bom orador, qualidade essencial na política destes anos.»⁸ O escritor Augusto Abelaira (1926-2003), então estudante na Faculdade de Letras de Lisboa, recordará que Soares se projetava como «a vedeta do MUDJ, a sua figura mais conhecida, o seu grande nome.»⁹ Maria de Lurdes Belchior (1923-1999), outra colega de Faculdade e futura catedrática de Letras, evocará também o prestígio do jovem agitador através das palavras de alguém que dizia ter ele «nervos de borracha».¹⁰

Para o seu diário, Soares ia entretanto debitando reflexões sobre o estatuto que já havia conseguido:

Indubitavelmente, eu adquiri um certo nome de que me poderia servir – e tenho esta espécie de talento fácil que me pode granjear boas posições e simpatias no futuro. Cheguei a uma posição na política e nela me tenho mantido com certo brilho. Sou mais ou menos considerado e noto ter um certo bom senso. Mas isso basta? Não, não basta. Eu dediquei-me à política (e cheguei nela a certo lugar) apenas como meio. Vim até aqui apenas pelo imperativo moral que todo o cidadão bem formado tem. Lutar contra a ditadura é um dever moral que todo o cidadão bem formado sente. Eu declarei isso à polícia, e não estava a mentir. Portanto, quero continuar em frente.¹¹

Um amigo da época como José Fernandes Fafe confirmará uma impressão de uma certa jactância que Soares já deixara no Colégio Moderno:

A primeira imagem que eu tenho do Mário Soares é esta: Faculdade de Letras, e de vez em quando passava por lá um sujeito alto, com um olhar que lhe vinha de cima da sua altura, um ar também de quem anda a passar revista às tropas. Não chegava a ser altivez, mas ia para aí. Lembro-me de que o [Augusto da] Costa Dias [1919-1976], que fez parte do PCP na altura dele, dizia que ele passava as discussões, não sei se em reuniões do partido se do MUD Juvenil, a ler um livro, sendo ele o mais graduado dentro do PC nesses encontros. Imagino

umas coisas teóricas sobre marxismo que eles discutiam – se a classe operária tinha vanguarda, essas coisas assim. Não sei se ele se julgava superior, mas suponho que menosprezava aqueles tipos que passavam a vida a discutir se isto ou aquilo era justo ou não era justo, porque ele depois recebia as instruções lá de cima.¹²

Outro fator que facilitava a afirmação de Soares nos meios oposicionistas era a circunstância de ser filho de quem era. Beneficiava da vasta rede de contactos do pai¹³, e a sua filiação era um perfeito cartão de visita nos círculos antissalazaristas, como aconteceu para iniciar com um destacado opositor uma das suas mais fortes amizades de sempre: «Um dia, o Manuel Mendes chega-se a mim: “Você é filho do professor João Soares?” “Sim.” “Ah, sou muito amigo dele.” E foi lá jantar a casa.»¹⁴

O estudante de Letras acaba também adotado pelos círculos intelectuais, que, como a restante elite da capital portuguesa, se concentravam na Baixa:

Depois do MUDJ, fui admitido no Café Portugal [no Largo do Rossio]. Havia aí várias vagas: revirvalho, escritores (do neorealismo), pintores, artistas... Falava com o meu pai sobre com quem é que tinha estado; ele tinha interesse em saber, perguntava-me. Passei também a fazer parte das tertúlias da [livraria] Sá da Costa e da [livraria] Bertrand, com [o escritor] Aquilino Ribeiro [1885-1963], [o pintor] Abel Manta [1888-1982], [o escritor José Maria] Ferreira de Castro [1898-1974], [o publicista António] Assis Esperança [1892-1975], o professor [de Física] Alberto Candeias, Bento Caraça...¹⁵

Era certo que Soares contava com um pai compreensivo quanto às suas atividades extracurriculares, como confirmará Fafe: «A minha impressão é esta: grande parte do que o Soares é deve-se à atitude do pai para com ele. Na universidade, se éramos presos, a família dava-nos cabo do juízo: “O menino não está aí para se meter em política, o que deve fazer é estudar.” Com ele não. Isto na sua carreira é muito importante.»¹⁶ Contudo, o que parecia

anunciar-se para a carreira política do rapaz acabaria por deixar João Soares pouco tranquilo:

O meu pai orgulhava-se em ter um filho que tinha estado preso e se tinha portado bem na prisão, e até tinha uma carta que [Francisco] Rocha Martins [1879-1952], um jornalista monárquico que a partir de 1945 passou para a oposição, lhe escreveu: “Você deve ter orgulho no seu filho.” Mas ele dizia-me ao mesmo tempo: “Qualquer dia vais parar ao Tarrafal.” Por isso sugeriu-me: “Acabas Letras e vais fazer um estágio [de preparação pedagógica] em Lausana, no Instituto [Johann Heinrich] Pestalozzi [1746-1827, pedagogo suíço criador de um inovador método educativo].” Chegou a matricular-me lá, estava eu em férias, quando estava no 4.º ano de Letras.¹⁷

Influenciado por amigos que viviam na Suíça, como Germano Sacarrão (então a interromper a docência de Biologia na Faculdade de Ciências para fazer um pós-doutoramento), o matemático Alfredo Pereira Gomes (1919-2006) e Augusto Sá da Costa (1913-2001), um assistente de Caraça, Soares começou por anuir ao pai, tendo informado o partido dessa intenção.¹⁸ Receberia pouco depois, no entanto, um recado através do *controleiro* (ainda Guedes da Silva) avisando que um membro do Secretariado queria falar ao mesmo tempo com ele e com Maria Isabel Aboim Inglês, que, além de amiga, fora sua professora na Faculdade (e que seria apenas simpatizante do partido): «O encontro foi marcado para Buarcos. Tomámos o comboio no Rossio para a Figueira da Foz. Julgávamos que Buarcos era perto, mas andámos muito tempo a pé. Já a sair de Buarcos, antes de começarmos a subir a serra [da Boa Viagem], estava na praia um tipo solitário, e eu disse a ela: “Este é o Cunhal”.»

O facto de se conhecerem não evitou que, seguindo as regras conspirativas, cada um se dirigisse aos outros pelo pseudónimo. Cunhal era então o camarada *Duarte*. E Soares adotara o nome de «Fontes», numa reunião clandestina na avenida Fontes Pereira de Melo, em Lisboa, com Octávio Pato e o também militante José

Gilberto de Oliveira (1915-?), como os outros dois, um dos principais dirigentes estudantis no momento, mais tarde caído em desgraça no PCP, onde cada um ficara com um dos nomes do topónimo (Pato seria *Melo*).¹⁹ A regra foi imposta pelo então já líder de facto do PCP, ao longo das muitas horas que durou o encontro: «Tratou-nos sempre pelo pseudónimo, em toda a reunião, no resto do dia. A Maria Isabel tinha para nós o nome de código *Rosa*, mas ela não sabia. O Cunhal sabia quem ela era, tinha até conhecido o marido (já falecido na altura), mas disse: “Olá Rosa.” E ela: “Não me chames Rosa, que sou Maria Isabel.” Ele até ao fim chamou-lhe Rosa e tratava-a por tu ou por “camarada”, e ela corrigia-o sempre e tratava-o por “senhor doutor”. O Cunhal disse-me em certa altura: “Não podes ir para a Suíça. É uma grande asneira, perdes os contactos e és necessário para a luta antifascista”.»²⁰ O reorganizador do PCP invocou o «dever de militância», e mais: «Acrescentou que, se eu prosseguisse naquela intenção, o partido a consideraria altamente negativa. Não chegou a dizer “traição”, mas faltou pouco... Falou-me em tom firme, convicto e convincente: “Assumiste responsabilidades, deves cumpri-las”.»²¹

Cunhal convenceu assim Mário Soares: «Vim a refletir sobre o que se passara naquele singular encontro, no comboio, conversando com a Maria Isabel [...]. No dia seguinte, comuniquéi ao meu pai que não iria para a Suíça. [...] Aceitou a minha decisão, percebeu-a pensada, não insistiu. Este encontro com Cunhal foi decisivo para a minha vida: deu-lhe um certo rumo.»²² O estudante comunista tinha sobretudo ficado sensibilizado por ver o dirigente máximo do partido a falar com ele: «Cunhal era uma figura emblemática, representava qualquer coisa de muito importante, a meus olhos. Era a personificação do partido da “classe operária”, principal dinamizador da luta antifascista. O facto de ser ele a dizer-me o que disse fez crescer o meu sentido de responsabilidade. Galvanizou-me!»²³

Poderia contudo existir também um argumento não político para prender o jovem a Lisboa: o início de uma fase mais intensa

de namoro com Maria de Jesus Barroso, uma colega de faculdade, cinco meses mais nova, que conhecera dois anos antes.²⁴ Encontrou-a num corredor da escola no ano letivo de 1944-45, quando ela entrou para Letras, acumulando com a carreira de atriz no Teatro Nacional D. Maria II: «O meu horário era muito apertado. De manhã tinha a faculdade, à tarde, a seguir ao almoço, ensaios no teatro e à noite espetáculos. E eu não tinha podido fazer o exame de Higiene Escolar, disciplina que não fazia parte do curso de Histórico-Filosóficas mas em que estava inscrita. Estava a chorar por causa disso, sentada num banco, e ao meu lado estava o [futuro escritor] João Falcato [1915-1995], que faria o livro *Fogo no Mar*. De repente, passou o Mário, e o João Falcato disse-lhe: “Veja lá você que esta nossa colega, que ganha a sua vida muitíssimo bem, está aqui a chorar só porque não fez o exame de Higiene Escolar.” E foi assim que nos conhecemos.»²⁵

Soares terá então procurado confortar a colega.²⁶ Que para ele poderia não ser de todo uma estranha: «Eu era bastante conhecida na faculdade, por ser atriz. Até houve um professor de Literatura que escreveu um artigo no jornal (não me recordo qual) que tinha por título “Uma aluna da Faculdade de Letras no Teatro Nacional”, e aquilo fez sensação na faculdade. Mas eu não tinha referência do nome do Mário.»²⁷

Pelo menos tinham em comum uma coisa, que poderia facilitar a sua aproximação – ambos viviam em contextos familiares reviralhistas:

Quando conheci o Mário, estava já politizadíssima. Não foi ele que me influenciou para ter interesse por temas políticos, porque eu tinha um pai, que era militar, que foi muitas vezes preso, e uma das vezes, tinha eu 8 anos, esteve deportado no forte de Angra do Heroísmo (onde mais tarde vi o nome dele – tenente [depois capitão] Alfredo [José] Barroso [1887-1970] – inscrito numa parede). A minha mãe era professora primária, tiveram sete filhos e passámos muitas dificuldades. Quando o meu pai regressou dos Açores, viemos de Setúbal, onde ele prestava serviço, para Lisboa. Na minha casa vivia-se um

ambiente político muito forte. Iam lá alguns clandestinos comer. Conheci Soeiro Pereira Gomes e José Magro [1920-1980], do PC.²⁸

Os pais de Maria de Jesus e de Mário tinham até estado deportados ao mesmo tempo em Angra do Heroísmo (mas sem se cruzarem, pois, Alfredo Barroso encontrava-se confinado a um presídio militar). «Os dois eram completamente do revirvalho», registaria mais tarde o filho de Mário Soares, João. Alfredo Barroso, «embora sem a envergadura intelectual» do outro, «era também um republicano inserido na tradição anticlerical.»²⁹

Enquanto estudante liceal, Maria Barroso frequentara em simultâneo os cursos de Música e Arte Dramática no Conservatório de Lisboa, mas por cansaço vira-se obrigada a desistir de um deles, tendo optado pela representação, onde o ator Arnaldo Assis Pacheco (1902-1991), seu professor, lhe daria uma nota de 20 valores. Acabou o Conservatório com 18 valores, e depois de terminar, no ano seguinte, o secundário ingressou ao mesmo tempo na Faculdade de Letras e no Teatro Nacional, então dirigido por uma célebre dupla de atores: Amélia Rey Colaço (1898-1990) e o seu marido, Felisberto Robles Monteiro (1888-1958).³⁰

Os festejos do fim da guerra aproximaram mais os dois estudantes, já que Maria Barroso também colaborou na interrupção das aulas em Letras.³¹ Desfilaram depois juntos na grande manifestação que no dia seguinte foi às embaixadas (e de onde ela, já sem poder almoçar, seguiu diretamente para o ensaio geral de uma peça a estreiar nessa noite no D. Maria II³², *Vidas sem Rumor*, de Olga Alves Guerra [1893-1974], com encenação da atriz Palmira Bastos [1875-1967]).

Terão começado a namorar meses depois, ainda em 1945.³³ A política era determinante para o seu entendimento, dirá ela: «Sentirmos que tínhamos interesse pela coisa política foi importante, além de que tínhamos amigos comuns com os quais lutávamos contra a ditadura. Aderi ao PCP, e tínhamos muita simpatia pelo partido, onde estávamos os dois.»³⁴

Era ilusória a atmosfera em que Soares havia feito os seus primeiros discursos públicos. Frustrando as expectativas da oposição, Salazar poria termo à réstia de tolerância consentida no pós-guerra, ao mesmo tempo que crescia a percepção de que afinal a Península Ibérica não seria arrastada pela remodelação democrática operada no ocidente da Europa. O regime procurava também prevenir a instabilidade que marcara os seus primeiros anos, revivida em outubro de 1946 com o que ficou conhecido por «revolta da Mealhada» (localidade onde se rendeu uma coluna militar que, amotinada no Porto, se dirigia à capital), na qual o pai de Soares tomou parte ativa.³⁵ O revirvalho reincidiu a 10 de abril do ano seguinte, não tendo dessa vez a tentativa de golpe chegado sequer a eclodir, o que não evitou mais uma vaga de detenções de oficiais.³⁶ João Soares, de novo com responsabilidades na conspiração, contou-se entre os detidos, apesar dos seus 68 anos.

O MUDJ ainda conseguiu ver autorizada uma primeira reunião pública, em março de 1947, no salão repleto da Voz do Operário (onde Zenha discursou mas Soares se limitou a presidir). Pode afirmar-se que a sessão do MUD a 30 de novembro do ano anterior e depois a do MUDJ na mesma sala foram os últimos comícios oposicionistas autorizados por Salazar fora dos períodos eleitorais.³⁷ A partir de então acentuou-se a repressão, começando-se pela expulsão da universidade, em março de 1947, de Jesus Caraça e Azevedo Gomes, a que se seguirão meses depois mais duas dezenas de professores e assistentes, acusados de ligações à oposição clandestina.

Na sequência de uma declaração de protesto do MUDJ pela demissão dos docentes, foram detidos em abril todos os membros da sua Comissão Central (exceto Octávio Pato), bem como da sua comissão académica de Lisboa (entre eles Mário Ruivo). Soares viu-se assim de novo na cadeia, apenas oito meses após a sua primeira detenção, desta vez em Caxias, com passagens ainda pelo Aljube e a Penitenciária de Lisboa.³⁸ Na Penitenciária foi colocado em isolamento, acusado de ter organizado no Aljube a contestação a um grupo de filiados da Legião Portuguesa (organização

miliciano do Estado Novo) que desfilava na rua, atirando-lhes restos de comida.³⁹ Estava nos calabouços quando foi detido também o pai pela tentativa de 10 de abril (e colocado em «rigorosa incomunicabilidade»).⁴⁰

Um dos seus companheiros de cárcere em Caxias era Júlio Pomar, com quem então reforçou laços de amizade: «Estávamos juntos de manhã, à tarde e à noite. Ele a desenhar, eu a ler. E outros a jogarem as cartas. Era o que podíamos fazer. [...] Tínhamos às vezes uma visitinha, mas era pouco tempo. Estávamos ali fechados, falávamos de tudo. Um dia, um de nós disse: “Vamos lá ver o que é que seremos daqui a 40 anos.” Eu disse logo: “O Pomar? O maior pintor português.” E ele, não sei se foi para me ser agradável: “Tu vais ser Presidente da República”.»⁴¹

Também o estudante de Belas-Artes notou o superior estatuto social do correligionário: «Sentia-se que o Mário Soares vivia bem, o que não era norma geral, além de que a juventude era sempre mais austera.»⁴² O jovem lisboeta recusava, por exemplo, tomar banho nas condições existentes: «Um tipo era obrigado a tomar um banho de chuveiro numa coisa que era uma espécie de retrete. Havia uns a fazer as suas necessidades e outros a tomar banho, e eu não queria tomar banho naquilo. Ainda por cima era água fria, gelada, e eu dizia: “Não tomo banho.” Passei dias assim, a malta já toda a chatear-me, eu já cheirava mal.»⁴³

A atitude algo elitista não parece porém ter desencadeado ressentimentos entre a dezena e meia de ocupantes de cela, dos quais Pomar recordará Rui Grácio («bom companheiro»), Mário Ruivo e um velho operário de Setúbal já com várias prisões no currículo, Antunes da Silva: «Foi uma figura que me ficou na memória.» A verdade é que, se «na prisão verifica-se, como em nenhuma parte, como o indivíduo funciona em grupo, e é um teste à capacidade e qualidade humanas», Soares «era um homem feito para viver em grupo, o que não quer dizer que aceitasse os princípios do grupo, se os houvesse.»⁴⁴ De resto, o filho do diretor do Colégio Moderno assumia uma «postura otimista» e «não havia quebras de moral».⁴⁵

Pomar, então também militante do PCP (reconhecendo que no MUDJ, de uma forma genérica, «era aceite a linha do partido, o grande animador do movimento»), além de ter dado um curso de introdução e história das artes aos seus camaradas de cela, desenhou o retrato de todos eles, incluindo Soares.⁴⁶ O que este aproveitou para conseguir o tipo de banho capaz de o satisfazer:

Um dia, o Pomar desenhou o retrato de um guarda prisional que era uma coisa maravilhosa. Esse guarda era um tipo horroroso, muito grande (bastante mais alto do que eu), testa pequena, com o cabelo a nascer-lhe na testa, desagradável. Víamo-lo pelo buraco da fechadura, metia os dedos na comida que nos mandavam de fora, era um malandro, chateava-nos imenso. Eu disse ao Pomar: “Agora dá-me cá esse retrato, que vou negociar com aquele tipo a ver o que ele faz.” Bati à porta, e ele: “Não abro a porta, não posso.” “Abra lá a porta, que tenho aqui uma coisa de que vai gostar imenso.” Lá abriu a porta, e quando viu o retrato, ele, que era estúpido, ficou com um ar parado, e disse: “Mas esse sou eu.” “Claro que é você.” “Então empreste cá isso que eu quero levar à minha mulher para lhe mostrar.” “Ah, isso é que você não leva, só se fizer um contrato comigo: você agora passa a ser um cordeirinho para nós, faz o que nós lhe dissermos e o Pomar dá-lhe o retrato.” A partir daí o tipo ficou mansinho. Com o pretexto de que eu estava com asma e não podia tomar banho frio, o médico aceitou que eu tomasse banho quente. E então mandavam-nos um alguidar, eu punha-me completamente nu dentro do alguidar, com a malta toda ali a ver, e esse próprio guarda prisional regava-me com um regador.⁴⁷

Por maiores que fossem as desconfianças da PIDE quanto à ligação dos prisioneiros ao PCP, não houve sessões de tortura,⁴⁸ habituais para todos os suspeitos de militarem no partido. Nem para Soares, «que era quem tinha mais responsabilidades – além do Octávio Pato, que era o braço determinante.»⁴⁹ Tendo os jovens recusado desta vez aceitar pagar caução, como antes havia sido fixado para os membros da comissão central do MUD, acabaram

por ser libertados ao fim de quatro meses, embora com processos a que ainda haveriam de responder (e que redundaram numa ninharia). Apenas Zenha, que, ao contrário dos outros, foi sempre mantido em total isolamento, sairia meses mais tarde. Não se desdenhava de Salazar impunemente.

À saída, Soares descobriu desgostoso que o relatório político apresentado ao MUDJ, confiado por segurança ao seu camarada de Económicas Afonso Howell (1923-2013), fora por este destruído num acesso de pânico, após as detenções iniciais de responsáveis do movimento: «Ainda hoje me custa pensar nisso! Foi o relato de dois anos e meio da nossa vida de militantes que assim, duma penada, levianamente, destruiu...»;⁵⁰ «foi o meu primeiro livro e tinha-lhe um amor de pai.»⁵¹

Era já então previsível que o regime se preparava para banir o MUD, o qual, logo em finais de abril de 1947, foi em nota oficiosa considerado «ilegal, por colaborar com o chamado Partido Comunista, subordinado a um poder político estrangeiro, e associação secreta proibida pelo Código Penal de 1886», se bem que nada tivesse sido então comunicado pelas autoridades ao movimento, ficando este tolerado numa espécie de purgatório. A Comissão Central, a que Soares continuava a pertencer, prosseguiu as reuniões regulares em casa de Bento de Jesus Caraça (já muito afetado por uma doença de natureza cardíaca) ou de Maria Isabel Aboim Inglês.⁵²

Os encarceramentos também continuariam. Para assinalar em 1948 o aniversário da insurreição republicana do Porto de 1891, os responsáveis do MUD prepararam um plano de comemorações, mas em plena madrugada do dia da efeméride todos os membros da Comissão Central foram detidos em casa e conduzidos à sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, ao Chiado. Autorizados a encomendar o almoço a um restaurante vizinho, Soares não deixará de registar o insólito da situação: «Todos os membros da Comissão Central num almoço quase de confraternização republicana, na própria sede da PIDE, cercados por agentes!»⁵³ No fim

foram conduzidos para o Aljube, onde Soares viria a encontrar o pai, ainda a aguardar julgamento.

Apesar da funesta coincidência familiar, Soares exibe de novo a sua costela otimista. Manuel Tito de Morais, detido também na leva dos dirigentes do MUD, relevará do seu companheiro a circunstância de «se encontrar na cadeia sempre com uma esplêndida disposição»: «Sendo o mais novo, era ele quem nos fazia rir a todos nós.»⁵⁴

Houve contudo um momento dramático, após a chegada à camarata de um jovem advogado, Adriano Moreira (n. 1922), que era defensor de um dos responsáveis do movimento de 10 de abril, o general José Marques Godinho (1881-1947), entretanto falecido sob detenção, em dezembro, por problemas cardíacos. O advogado havia anteriormente interposto um *habeas corpus* para a libertação de Godinho – que, embora indeferido por uma questão processual, viria mais tarde a servir de modelo para outros pedidos de soltura de prisioneiros políticos por incumprimento de formalismos legais.⁵⁵ Tinha-se além disso disponibilizado para depor a favor da família do general numa queixa contra as autoridades, que acusava de ignorarem os avisos médicos de que Godinho poderia vir a falecer sem a assistência necessária, como sucedeu.⁵⁶ Segundo Soares, fora por esta razão que Moreira estava detido, sob diretiva do então ministro da Defesa, Fernando Santos Costa (1899-1982), o qual teria ordenado: «Metam-no imediatamente na cadeia e deem-lhe uns apertões.»⁵⁷

O advogado era, pois, visto com simpatia pelos restantes detidos, apesar de não haver convergência de posições políticas: «Ele foi transferido para a nossa camarata, onde estavam os presos todos do MUD, e estava à vontade connosco.»⁵⁸ E o próprio diria desse encontro: «Mário Soares era o único da minha idade. Eu tinha comigo o livro *Filosofia da História*, do Hegel, e *O Príncipe* [de Maquiavel]. Ele perguntou-me: “Por que é que você anda a ler essa literatura tão reacionária?” E eu: “Ando a fazer o curso para miguelista”. Depois disse-me: “Você está aqui preso por engano.” Fiquei amigo dele. Achei-o inteligente e aberto, qualidades que manteve.»⁵⁹

Apesar de desaparecido, o general Godinho projetava ainda a sua sombra, porque, como comandante militar dos Açores no tempo da Segunda Guerra Mundial, teria recebido de Santos Costa, germanófilo notório, uma série de cartas a definir os aliados como os verdadeiros inimigos de Portugal.⁶⁰ A divulgação dessa correspondência seria um embaraço para o ministro, e daí a razão para a sua crispação, pois, mesmo com o general morto, mantinha-se a possibilidade de a família o fazer: «Havia má vontade porque as cartas de Santos Costa provavam que este era partidário da Alemanha nazi. O que na verdade era já inútil, porque a guerra tinha acabado e a Alemanha sido derrotada.»⁶¹

Dias após a chegada de Adriano Moreira, entrou na camarata o filho mais velho do general Godinho, um médico, que também havia acabado de ser detido devido às peripécias em volta da morte do pai e das cartas. A sua primeira reação assim que viu o advogado terá sido agredi-lo: «Tentou atirar-se a ele à pancada. Contou-nos que Adriano Moreira tinha entregado [às autoridades] as célebres cartas do pai em troca da liberdade.»⁶² Os outros ocupantes da sala, perante o que haviam acabado de ouvir, foram expeditos: «Julgámo-lo [a Moreira] e decidimos cortar relações com ele.»⁶³

O futuro ministro do Ultramar no governo de Salazar (e mais tarde líder do CDS) não confirmará esta versão, mas dirá ter recusado falar com o primogénito do general, que responsabilizava pela atitude levando à sua detenção. Aliás, as suas conversas no Aljube terão sido limitadas: «Não me apeteceu falar com nenhum deles, a não ser Mário Soares. Os únicos com quem falei além dele foram o professor [Pedro] Monteiro de Barros, do Instituto Superior Técnico, e Amadeu Gaudêncio, que também lá estavam.»⁶⁴ Quanto às cartas (que jamais foram divulgadas, se é que existiam), o advogado garantirá que nunca as viu e que alguém teria aconselhado a família do general a colocá-las no estrangeiro: «O que me interessava era a conspiração, não as cartas.»⁶⁵ De resto, o seu caso seria resolvido sumariamente dias mais tarde pelo próprio presidente do Conselho: «Salazar mandou pedir o processo,

segundo me foi contado por um inspetor, analisou-o e disse: “Arquivem isto e mandem libertar o rapazito, que foi o único que se portou com dignidade”.»⁶⁶

Os próprios dirigentes do MUD não ficarão detidos muito mais do que um mês, mas quase ao mesmo tempo em que foram libertados receberam por fim do governo a notificação da ilegalização do movimento. Os oposicionistas passaram então a debater se a ilegalização era de acatar, estendendo-se também ao MUDJ (cuja proibição, apesar de se tratar de uma organização subsidiária do MUD, não havia sido decretada), ou se as estruturas dos dois movimentos deveriam continuar a funcionar em moldes semiclandestinos, para desencadear novas iniciativas políticas. Era esta a diretiva do secretariado do PCP, contra a qual porém Soares se manifestaria: «Mário Soares foi no MUDJ um dos principais opositores à tática de manter a legalidade a todo o custo.»⁶⁷ O próprio explicará: «Quando o MUD foi ilegalizado, surgiram duas teses: a que dizia que devíamos acatar e não prosseguir a luta para não cairmos em formas clandestinas de ação e sob a alçada da lei; e outra, subscrita pelos comunistas, pretendia que resistíssemos. Foi até lançado um *slogan*: “O MUD é legal, a luta continua!”»⁶⁸ E sobre a sua divergência com o PCP: «Recebi uma indicação segundo a qual o MUDJ não devia extinguir-se, tinha de continuar em frente, apesar da ilegalização do MUD, que eu tinha, como toda a comissão central, aceitado. Não concordei e disse-o, claramente, ao *Armando* [pseudónimo de Luís Guedes da Silva]: “Como é que queres que, após ter aceitado a extinção do MUD (adulto), possa defender que o MUDJ é legal?” Em diversas reuniões continuei sempre a dizer que a posição preconizada pelo PC, para o MUDJ, não fazia sentido. E eles a insistirem.»⁶⁹

A polémica ficou também refletida em notas que Octávio Pato – entretanto, com a detenção dos restantes membros da direção do MUDJ, passado à clandestinidade como funcionário do PCP –⁷⁰ tirou de reuniões tidas com Soares:

Soares disse a Pato que “a ilegalização do MUDJ foi uma machadada no MUDJ” e fez uma análise pessimista do futuro do movimento: a “tempestade que se avizinha pode destruir tudo o que se fez com tempo e esforço”. O MUDJ, dizia Soares, podia ter a sua “continuidade” posta em causa muito em breve, “a polícia não hesitará em prender”, “a assinatura de documentos pela CC [Comissão Central] é atirá-la para a prisão, e que a direção deveria ser clandestina”, “as massas sentem uma crise de trabalhos [no MUDJ]” e “temem trabalhar dentro do MUDJ, preferindo fazê-lo dentro do P [partido]”. Soares propunha uma clara separação do movimento legal do ilegal e insiste na necessidade de “preparar um aparelho clandestino reduzido, que possa coordenar as comissões e o trabalho legal, através do qual mobilizará a juventude”, ou seja, um reforço das estruturas ilegais, exatamente a orientação tradicional das FJCP, que tinha sido recusada em 1946 no II Congresso ilegal do PCP. O que Soares/*Fontes* dizia era a opinião maioritária dos jovens comunistas dentro do MUDJ.⁷¹

Traduzia-se nesta divergência, de alguma forma, uma reserva que na consciência de Soares começava a crescer em relação à prática dos comunistas, e que a experiência prisional ainda mais agudizava, como confessou para o seu diário a 7 de setembro de 1947: «Quatro meses e meio de prisão [...] e uma vasta experiência de cadeias (Aljube – Caxias – Penitenciária – Aljube – Caxias), de guardas, funcionários, polícias, presos e derivados, não podiam deixar de me amadurecer e tornar um pouquinho diferente.»⁷² E a seguir especificava o que queria dizer (sem o admitir ainda a nenhum camarada):

Um comunista – e dado que o comunismo, a par do mais nobre ideal, “é a juventude do mundo”, como disse Paul Vailant-Couturier [1892-1937, escritor, cofundador do Partido Comunista Francês (PCF) e diretor do seu jornal diário, *L'Humanité*] – devia ser simples e humano, generoso e bom. Eu sei que todos nós somos do mesmo barro (isto é, com todos os defeitos de uma sociedade defeituosa) e que temos que

lidar não com o que devia ser mas com o que é. Em todo o caso, porém – e é aqui que eu quero chegar –, parecia lógico que um comunista – um homem que luta por uma sociedade melhor, por um mundo mais justo e mais belo –, que um homem nestas condições espalhasse em torno de si [...] calor e humanidade. Mas não é isso que se dá. E eu tenho visto esses homens que constituirão o futuro – eles também – duros e enregelados, turvados pela ambição e humanamente muito fracos. Sei que são esses mesmos que farão grandes coisas e que há contingências, de acaso e de fortuna, que os desculpem e justificam. Mas apesar disso eu gostaria de vê-los com o brilho da compreensão no olhar – “com outro calor no apertar das mãos”.⁷³

O debate sobre as formas legais de ação será contudo suspenso porque ao longo de 1948 se vai encontrar uma forma de envolver de imediato em atividade política as estruturas do MUD e do MUDJ: o apoio a um candidato da oposição às eleições presidenciais previstas para fevereiro do ano seguinte.

Capítulo 5

A dissidência

As presidenciais de fevereiro de 1949 abririam a primeira possibilidade de a oposição avançar com uma candidatura alternativa à do candidato do regime – o eterno presidente Óscar Carmona (1869-1951) –, já que nas duas anteriores eleições para o cargo não houvera condições políticas para tal.

A escolha do melhor nome para defrontar Carmona configurou-se assim, nos meses anteriores, como uma importante tarefa da oposição. Soares dirá que a sua preferência ia para Mário de Azevedo Gomes, figura consensualmente respeitada pelas diversas sensibilidades oposicionistas. Incansável reviralhista, Azevedo Gomes fazia a ponte entre a geração da I República e os jovens antissalazaristas, como contaria Mário Ruivo a propósito da detenção dos dirigentes do MUDJ: «Estávamos no 3º andar do Aljube, e todos os dias Azevedo Gomes passava encostado à Sé [Catedral] e só fazia uma coisa – tirava o chapéu e saudava os presos. Ele era a ligação à República.»¹

Mas perfilava-se também o nome do presidente do MUNAF (que ainda existia), e membro da comissão executiva do MUD, general Norton de Matos, mais uma referência direta ao anterior regime, porventura menos à esquerda do que Azevedo Gomes, e portanto mais suscetível de alargar o leque de apoios. Só que Norton de Matos, pelas responsabilidades que tivera, possuía uma maior identificação com o poder anterior ao 28 de Maio, sendo mais fácil aos propagandistas do Estado Novo associarem-no a

uma experiência falhada, ao contrário de Azevedo Gomes, que não podia «ser atacado pelos desmandos da I República».² Também o pensador e teórico republicano António Sérgio (1883-1969) raciocinava do mesmo modo, achando a candidatura de Norton de Matos demasiado ligada ao passado.³ E não se tratava, para Soares, de uma opinião qualquer: «O grande mestre da minha geração foi, incontestavelmente, António Sérgio.»⁴

Os próprios comunistas inclinar-se-iam mais para a candidatura de Azevedo Gomes, posição apoiada por amigos de Soares como Isabel Aboim Inglês ou Tito de Moraes.⁵ A conciliação estaria a cargo de Bento de Jesus Caraça, que, apesar da gravidade da doença que o tolhia, jogou todo o seu prestígio numa solução a contento de ambas as partes, e que acabou por se saldar na escolha do general.⁶

Norton de Matos, então já quase a fazer 82 anos, mostrava-se contudo muito reticente em aceitar a incumbência, dadas as reservas levantadas à sua candidatura por uma ala mais conservadora da oposição (na qual, aliás, o próprio se inseria), relutante em participar num processo eleitoral organizado pela ditadura.⁷

Foi então que Manuel Mendes, o braço-direito de Jesus Caraça (retido em sua casa), mobilizou Soares, Tito de Moraes e o advogado Gustavo Soromenho (1907-2001) para o acompanharem numa volta de carro pelo país com a missão de recolherem assinaturas de velhas eminências republicanas e de adormecidos animadores do MUD a favor da candidatura do antigo governador de Angola. Cumprida a missão, Norton de Matos aceitou por fim avançar.

O périplo nacional de Soares e amigos contribuiu ao mesmo tempo para redinamizar as estruturas do MUD e do MUDJ, transformando-as em comissões de apoio à eleição presidencial do ex-grão mestre da Maçonaria.⁸ Numa época em que a população portuguesa se distribuía de forma mais equitativa pelo território, a viagem constituiu ainda uma oportunidade para o jovem cidadão melhor conhecer o país profundo.

Quem não pôde já assistir à campanha eleitoral foi Caraça, que acabaria por falecer, vitimado pela doença, em finais de junho

de 1948, a pouco mais de seis meses do escrutínio. O enterro foi uma oportunidade para a oposição assinalar a sua existência e o seu protesto, e no acontecimento Soares reivindicará ter tido protagonismo especial: «Eu dirigi o funeral de Bento de Jesus Caraça, que foi uma grande manifestação de oposição ao regime.»⁹ Apesar de o féretro sair da casa de Caraça, a dois passos do Cemitério dos Prazeres, para onde se dirigia, o desfile duraria mais de uma hora, às voltas no bairro de Campo de Ourique.¹⁰ Tratava-se também de uma demonstração da influência pública do PCP, cuja orientação Soares tratava de executar.

Como presidente dos serviços centrais da candidatura de Norton de Matos, Azevedo Gomes seria como que o «orientador político» da campanha, «mas, dadas as ideias pessoais do candidato, muito senhor das suas próprias opiniões, a sua posição nem sempre foi fácil.»¹¹ O diretor político colocou Soares no importante lugar de secretário da candidatura, para satisfação do PCP, que assim dispunha de um militante em preciosa posição para observar, reportar e eventualmente influenciar muito do que se passava na campanha: «[Azevedo Gomes] favoreceu a entrada maciça de comunistas nas estruturas da candidatura. Escolhendo Mário Soares/*Fontes* para o secretariado, deu ao jovem comunista a possibilidade de colocar em funções, no interior dos serviços, muitos militantes comunistas do MUDJ. Não admira por isso que quando Soares comunicou ao seu *controleiro Armando* [Luís Guedes] as funções que exercia na candidatura, este manifestasse grande contentamento. Soares tornou-se a principal peça do PCP na candidatura de Norton de Matos”.¹²

Uma vez na função, Soares ganharia a confiança de Norton de Matos, que vivia sobre o 1.º andar onde estava instalada a sede da candidatura, na Rua do Quelhas, em Lisboa: «Foi-se criando entre nós uma relação afetuosa, de alguma intimidade. [O general] vivia com uma sobrinha, uma senhora alta, vistosa, muito dedicada ao tio e que também me manifestava grande simpatia. As portas do 2.º andar estavam-me abertas todo o dia. Eu andava para baixo e para cima, ligando o general aos serviços da candidatura.

Na secretaria da candidatura instalei o MUD Juvenil, isto é: datilógrafos, secretários, tarefeiros, eram todos jovens voluntários do MUDJ que trabalhavam dia e noite sem qualquer remuneração.»¹³

Tendo em conta que o MUDJ era dominado pelo PCP, pode-se concluir que Soares estava a infiltrar de jovens comunistas a candidatura de Norton de Matos sem o conhecimento do general, já que nas condições de clandestinidade ninguém assumia a sua filiação no partido. Dado o seu espírito militante, era, aliás, fácil aos comunistas sobressaírem num movimento unitário, que reunia outras sensibilidades mas menos combativas.

Até mesmo para angariação de fundos o secretário da candidatura convenceu Norton de Matos a deixar-se retratar por um artista comunista: «Nós estávamos muito aflitos, porque não havia dinheiro [...], e lembrei-me do seguinte: “Vamos fazer um desenho. Arranjo-lhe um pintor, grande pintor, que faz um retrato, e [pomos] uma frase sua. Vamos vender aquilo a dez tostões cada um. Vai dar um dinheirão!” Assim foi. Quando ele viu o Pomar, um rapazinho novo, mais novo do que eu ainda, perguntou: “Foi isto que você me arranjou?” “Ó senhor general, esteja descansado. Ponha-se a falar comigo, vamos lá ao despacho.” O Pomar olhou para ele, dez minutos no máximo, fez-me sinal. Fui lá ver. Era um retrato excecional. O Norton de Matos disse: “Oh, é um génio”.»¹⁴ Do retrato fizeram-se milhares de exemplares que foram vendidos por todo o país.

Os comunistas contavam-se também entre os oradores mais eficazes, possuindo aliás a perfeita consciência das fórmulas e palavras a usar. Soares contará que, no Teatro Avenida em Coimbra, na sessão de propaganda mais entusiástica a que assistiu (em grande parte devido à presença de Salgado Zenha, que permanecia como um ídolo da cidade), o advogado Manuel João da Palma Carlos (1915-2001), do PCP, propôs à mocidade local «o alto exemplo de luta e coerência do jovem mais destacado da sua geração – Álvaro Cunhal!». ¹⁵

Passar-se-ia nesta sessão, de resto, um episódio envolvendo o secretário de Norton de Matos e o agente policial presente, que a título excecional autorizou que o comício terminasse meia hora após as 24h00 – limite legal para as ações de propaganda eleitoral –, o que levou Soares a gritar do palco: «Uma salva de palmas para o representante da autoridade.» Quando anos mais tarde o subdiretor da PIDE José Sacchetti (1906-2009) interrogava Soares na sede da organização, identificou-se como o agente daquela noite e contou-lhe dos dissabores que o apelo lhe causara na corporação.¹⁶

Apesar dos afloramentos de entusiasmo que a campanha ia suscitando aqui e ali, o jovem colaborador do general lançaria para o diário, logo no primeiro dia de 1949, o seu ceticismo quanto a um desfecho favorável nas urnas:

Desde já quero dizer que não acredito na possibilidade da eleição de Norton de Matos. Trabalho entusiasticamente na candidatura há uns bons pares de meses, tenho-me aflagido e preocupado com a morosidade com que as coisas têm andado, tenho protestado contra a perda voluntária de certas oportunidades, tenho-me insurgido contra erros cometidos – mas tudo porém (mesmo os prejuízos que conscientemente tenho causado à minha vida particular) sem acreditar na possibilidade de uma vitória. O fascismo não se rende a votos, a situação internacional não nos é favorável (como era em 45, por exemplo), não conseguimos criar uma opinião pública de tal modo atuante que imponha ao governo um ato eleitoral sério. [...] A luta terá de continuar.¹⁷

Ao fim de três semanas de campanha, Soares, Zenha, Palma Carlos, Ramos da Costa e outros ativistas foram proibidos pela autoridades de fazerem novas intervenções públicas,¹⁸ ficando por isso o ainda estudante de Letras remetido a tarefas de organização e coordenação. Recebeu então uma incômoda diretiva: «O *Armando* comunicou-me que o secretariado do PC entendia que eu devia revelar ao Norton de Matos a minha qualidade de filiado do partido. E mais: que lhe devia dizer que, a partir daquele momento, passaria

a ser o representante do PC na candidatura.»¹⁹ É uma ordem que o dilacera, porque antevê uma reação negativa do general, e nega-se a cumpri-la, embora percebendo a intenção da liderança comunista: «Para a estratégia global do PCP, em relação às outras oposições, era importante ter aquela bandeira, que se soubesse que um membro do PC, conhecido e prestigiado, detinha aquele lugar.»²⁰

Poderia de facto haver lógica na opção dos comunistas: «O partido não podia deixar dúvidas sobre o seu reconhecimento como parceiro de pleno direito na candidatura e não como um tolerado cuja presença era escondida, mesmo que fosse considerada necessária. [...] *Armando* insiste para que Soares informe Norton de que representa o PCP na candidatura, mas Soares convenceu-se [de] que o PCP está a querer criar-lhe de novo uma situação conspirativa que o obrigue a ir para a clandestinidade.»²¹ Foram outros que levaram Soares a esta conclusão:

Quando a pressão se agudizou, reuni os meus amigos mais próximos, que vinham desde o MUD: o Manuel Mendes, a Maria Isabel Aboim Inglês, o Tito de Moraes, o Gustavo Soromenho, que pertencia à União Socialista mas alinhava totalmente conosco... Juntámo-nos em casa do Manuel Mendes [...]. Expus-lhes o meu problema. E, de súbito, foi o Manuel Mendes que tornou tudo claro, mostrando-me aquilo em que nunca pensara: o PC queria forçar-me a ir para a clandestinidade! No dia em que eu confessasse ao Norton que era o representante do PCP na sua candidatura, com bastante probabilidade muita gente ficaria a saber que eu era membro do Partido Comunista. A polícia facilmente conseguiria provas contra mim: daí em diante, ou passava à clandestinidade, ou estaria perdido. Tinha para muitos anos de prisão, com o suplemento das “medidas de segurança” automaticamente renováveis. Foi como uma luz que atravessou o meu espírito: nunca se me pusera uma hipótese tão maquiavélica. Fiquei siderado!²²

A tese da passagem forçada à clandestinidade não será porém unânime: «Embora já houvesse sintomas de um crescente conflito entre Soares e o PCP, a interpretação de que o queriam empurrar

para a clandestinidade parece pouco sólida. Havia razões políticas sérias para o PCP querer ter uma representação formal na candidatura, reproduzindo o modelo do MUNAF, e o PCP precisava de um quadro legal para cumprir essa função. Soares era uma escolha mais do que plausível, porque era a peça-chave da estratégia comunista na candidatura.»²³

De qualquer das formas, iniciou-se aí um braço de ferro: «Soares é chamado a uma reunião num ponto de apoio do PCP, a casa d[o escritor] Alexandre Cabral [1917-1996] na Rua de São Bento em Lisboa, onde está Gregório/*Alberto*, que o tenta convencer.»²⁴ A reunião rodeou-se dos máximos cuidados conspirativos, já que o secretário de Norton se presumia sob vigilância policial permanente: «Foi um encontro cordial, porventura até afetuoso. [Gregório] limitou-se a comunicar-me que eu devia cumprir a decisão do Secretariado, eram os superiores interesses do partido que estavam em jogo. Usou argumentos de autoridade, mas não me convenceu. Jogou com o meu idealismo e generosidade e elogiou a minha coragem, o meu trabalho. Foi um teste à minha militância. Por isso aceitei. Mas percebi que se procurava assim esmagar a minha própria personalidade, amachucando-me.»²⁵

O que então se passou constituiria um dos episódios políticos mais dramáticos da vida de Soares, que reconhecia ter uma dívida para com o PCP: «Eu não teria sido secretário-geral da candidatura se não tivesse havido uma pressão que fizeram para me pôr lá. “Não aceito que me façam isto. Como vocês é que me puseram aqui, vou cumprir. Mas nunca mais farei nada com vocês”.»²⁶ Apesar do desconforto da diretiva, não se lhe colocou a hipótese da desobediência: «Os meus amigos ainda tentaram dissuadir-me. Mas eu entendi que devia obedecer: tinha altas responsabilidades no MUD Juvenil e na candidatura, em virtude do apoio do PC. Não quis que uma questão que podia ser vista como sendo do meu interesse pessoal se sobrepusesse a uma decisão política que porventura me ultrapassava.»²⁷

Deu-se logo depois o anúncio de Soares a Norton de Matos, numa conversa em que apenas estavam os dois, mas através de uma meia verdade: «Não lhe disse a verdade total: comuniquéi-lhe que tinha decidido ingressar no Partido Comunista. “Sabe, senhor general, nós na vida temos que tomar as nossas opções partidárias. Entendi que era chegado o momento e ser meu dever fazê-lo, e escolhi o Partido Comunista. Sucedo que a direção do partido quer que eu o informe de que a partir de agora passo a ser, na candidatura, o representante do PCP.” Olhou-me por detrás dos óculos, profundamente, procurando penetrar nos meus olhos, foi um olhar que jamais esquecerei. “Ah, sim?” Fez uma pausa e acrescentou, distanciando-se: “Não sabia que era essa a sua opção”.»²⁸

No diálogo que se seguiu, pareceu até ao jovem que a revelação não teria sequelas: «“Se não há mais despacho, posso sair?” “Com certeza”.»²⁹ «Disse-me que, depois, falaríamos. Saí dali convencido [de] que, apesar de tudo, a conversa correu bem. Fui almoçar.»³⁰ Só no regresso percebeu as implicações da questão, ao verificar que os seus papéis e dossiês haviam sido levados para o 2.º andar: «Estavam os arquivos todos, máquinas de escrever, tudo retirado. Eu estava banido.»³¹ Explicaram-lhe que eram aquelas as ordens de Norton. Soares ainda tentou falar ao general, mas a sobrinha dissuadiu-o: «Ó Mário, não lhe posso abrir a porta. Não sei o que é que você fez ao meu tio, mas ele não deixa que entre aqui de maneira nenhuma.»³²

Manteve-se na campanha, mas longe do candidato: «Não fui posto fora da candidatura porque o Azevedo Gomes, figura extraordinária da política daquela época, foi lá dizer: “Se o põe fora, sou solidário com ele e vou também.” Mas nunca mais pude ir a um comício onde estivesse [Norton de Matos]. [...] Também percebo que estivesse danado... Falava comigo todos os dias, em confidências, era um tipo de quem ele gostava, era amigo do meu pai; e depois eu vou dizer-lhe que sou comunista?»³³

Na verdade, embora nunca mais fosse recebido por Norton ou falasse com ele, o secretário demitido pareceu não ter guardado

ressentimentos perante uma personalidade que sempre admirou: «Apesar de tudo, tenho por ele simpatia. E foi um homem extraordinário, isso é que é indiscutível. [...] Era um homem notabilíssimo. Foi o único que vi – ouvi – falar com arrogância ao Salazar. [...] Disseram-lhe que a PIDE tinha feito assim e assado, e o Norton agarrou no telefone e disse-me: “Quer ver?” Telefonou para o presidente do Conselho (que apareceu ao telefone, ao contrário do que eu julgava) e disse-lhe das boas. “Vou tomar medidas.” Quer dizer: ele tinha muito respeito pelo Norton de Matos.»³⁴

Muito embora se acentuasse então o isolamento internacional das correntes comunistas – quando se iniciava a Guerra Fria entre os blocos ocidental e soviético, e com a assinatura, em abril de 1949, do Tratado do Atlântico Norte (ou Pacto do Atlântico, implicando a criação de uma aliança político/militar, a NATO ou OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte –, de que o Portugal de Salazar era um dos 12 países fundadores) –, Soares procurava manter a sua fidelidade à ideologia que o havia mobilizado durante toda a década de 40: «Discute-se o livro de [Victor] Kravchenko [1906-1966, dissidente soviético], *Eu Escolhi a Liberdade* [denunciando os gulags e a coletivização agrícola forçada, causadora de fome, miséria e milhares ou mesmo milhões de mortes], e começa a falar-se de campos de concentração na União Soviética [...]. Tudo isso era – como hoje se sabe – indiscutivelmente verdadeiro. Mas eu não acreditava, ou não via as realidades dessa maneira. Quando me falavam de Kravchenko, reagia primariamente: “Kravchenko estava ao serviço da CIA [Central Intelligence Agency, departamento norte-americano de espionagem]!”»³⁵

As dúvidas que Soares dirá mais tarde já então o assediarem não eram suficientes para porem em causa a sua opção fundamental: «Entre a América do Norte e a União Soviética, na altura, eu escolheria esta última, sem hesitações – uma vez que estava ainda convencido de que a União Soviética era a verdadeira “pátria do socialismo” e que, se não era um paraíso, representava, pelo menos, o caminho do futuro.»³⁶ Dispensando-se assim de ler Kravchenko,

havia um outro livro que devorou à época «linha por linha»: *A Grande Conspiração* [- *A guerra secreta contra a Rússia soviética*, de Michael Sayers e Albert Kahn], «no qual se justificava toda a rigidez da política staliniana pela existência do cerco capitalista...»³⁷

Soares contará mais tarde que o início do seu afastamento do PCP se dá neste período, mas esse é um processo confuso e indefinido. Chegou a afirmar que a rotura ocorreu devido ao episódio da campanha de Norton de Matos, e antes ainda do dia do escrutínio: «Considerarei-me desligado a partir daí.»³⁸ Noutras ocasiões sustentará que essa foi apenas uma das razões pelas quais abandonou o partido.³⁹

O facto é que para o fim da campanha, quando se colocou a questão de decidir se Norton de Matos devia ir até às urnas ou desistir antes, devido à ausência de condições de liberdade para a realização da propaganda, Soares manteve-se em sintonia com o PCP, cuja posição era a favor do abandono, enquanto o candidato (assim como também Azevedo Gomes) pretendia manter-se até ao fim, dado o entusiasmo que recolhera em sessões um pouco por todo o lado: «Na reunião final, presidida pelo próprio Norton de Matos – onde estavam representantes de todo o país –, ocorrida no Centro António José de Almeida, alinhei, mais uma vez, ao lado dos comunistas, apesar de ter já fundas dúvidas quanto ao melhor caminho a seguir. O principal porta-voz da juventude, nessa reunião dramática, foi o Zenha. Foi, aliás, implacável, contrariando com veemência e lógica o próprio apelo feito pelo Norton de Matos, no sentido de se apresentar ao escrutínio.»⁴⁰

A tese comunista fez vencimento na reunião, e Norton de Matos, despeitado pelo que sentiu como gesto de traição, retirou-se para a sua casa de Ponte de Lima ao mesmo tempo que anunciou a desistência por falta das condições mínimas antes exigidas. Soares e os restantes membros dos serviços centrais da campanha passaram as últimas 48 horas antes da votação (no candidato único, Carmona), que teve lugar a 13 de fevereiro, a destruir papéis na sede, «cercada por agentes da PIDE que aguardavam o momento de intervir.»⁴¹

O que sucedeu de várias formas, uma delas com a detenção de diversos responsáveis da campanha, entre outros oposicionistas, poucas horas após o encerramento das urnas. Os agentes bateram também à porta de Soares, que porém foi prevenido pela criada: «Fuja menino, que está aqui a polícia.»⁴² Já pronto para uma emergência deste tipo, vestiu um sobretudo por cima do pijama e, ainda de pantufas, fugiu pelas traseiras, caminhando pelo descampado então existente até à Rua da Beneficência, onde apanhou um táxi e se refugiou em casa do seu amigo Barradas de Carvalho⁴³. Estava contudo marcada para essa tarde, no Tribunal Plenário da Boa Hora, o início da audiência de julgamento dos dirigentes do MUDJ relacionada com a sua detenção quase dois anos antes, e o foragido, tendo decidido apresentar-se à sessão, acabaria por ser intercetado à entrada por cinco agentes e levado para o Aljube.⁴⁴

A repressão intensificou-se, e no mês seguinte a PIDE deteve Álvaro Cunhal, numa casa clandestina no Luso, e outro dos principais dirigentes comunistas, Militão Ribeiro (1896-1950), o que representava um profundo golpe na estrutura do PCP. Militão Ribeiro acabara de terminar um relatório interno atacando «toda a tendência que procure desviar o movimento antifascista da sua linha justa, proletária, revolucionária», marcando uma radicalização contrastante com a tática unitária antes seguida e que houve quem interpretasse como visando Soares e outros dirigentes do MUDJ.⁴⁵

A prisão do líder comunista implicou um novo fator de risco para o filho do dono do Colégio Moderno:

Voltei a ser longamente interrogado sobre uns pretensos documentos encontrados na posse de Cunhal. Um deles referia-se ao meu relatório sobre a campanha de Norton. À cautela, eu redigira-o na terceira pessoa, nele narrando diversos episódios, entre os quais o meu próprio desacordo sobre a estratégia seguida pelo PC, na campanha eleitoral, e a minha crítica pelo facto de me terem obrigado a confessar ao candidato que pertencia ao PC. Tudo com nomes de empréstimo, obviamente. Quando ouvi dizer que os criptólogos da polícia estavam

a decifrar o relatório, passei alguns dias muito maus. Imaginava o pior! Se fosse apanhado, seriam, no mínimo, oito anos de prisão maior celular e medidas de segurança de internamento renováveis. [...] Mas a polícia não obteve qualquer prova contra mim. Creio mesmo que não desconfiou. Cunhal não falou, claro.⁴⁶

A quarta detenção sofrida em quatro anos levou Soares a repensar o sentido da sua atividade política: «Quando entrei no Aljube não experimentava a sensação exaltante do homem que cumpre o seu dever e que está sendo vítima duma injustiça, em breve reparada. Tinha, antes, a impressão incômoda de que estava a fazer um sacrifício que pouca gente entendia e que irremediavelmente seria perdido para todos: via-me como uma pedra que cai no fundo de um poço profundo e que levanta apenas uma ondulação superficial.»⁴⁷

Mas, procurando retirar sempre um resultado de cada nova experiência, ele interpretará o seu regresso à cadeia, em condições mais difíceis do que as anteriores – com o curso universitário ainda por terminar, o pai acabado de ser libertado mas abatido psicologicamente e «descrente de tudo», a mãe com os primeiros sintomas da doença que a vitimaria poucos anos depois, «uma vida económica familiar» que «não se apresentava nada fácil» e uma oposição desmoralizada com o balde de água fria que fora a candidatura às presidenciais –,⁴⁸ como um novo salto no seu amadurecimento: «A prisão foi uma grande escola de conhecimento de mim próprio. Tinha 24 anos. Ganhei uma confiança em mim que não tinha antes. Comecei a pensar, mais do que até então, pela minha própria cabeça.»⁴⁹

Explicará que esse sentimento lhe adveio da circunstância de ter resistido ao interrogatório conduzido pelo seu antigo colega de Letras Manuel Luís Farinha dos Santos (1923-2001, mais tarde professor universitário e diretor do Panteão Nacional), no terceiro andar da sede da PIDE, «onde ficavam as salas de interrogatório e de tortura»: «Alta madrugada, a brincar com uma pistola que me era apontada displicentemente, dizia: “Se o matar aqui, como um cão,

nada se passa, nem nada me acontece. Toda a gente estará disposta a acreditar que o matei em legítima defesa!”»⁵⁰

Mas acrescenta que a companhia, no Aljube, de Salgado Zenha e Manuel Mendes (com os quais combina deixar crescer bigode, com a promessa de apenas o raparem depois de libertados), entre outros (como Palma Carlos, Tito de Moraes ou Gustavo Soro-menho, quase todos presentes no comício eleitoral de Coimbra a favor de Norton de Matos⁵¹), o ajudou a passar esse período com um «excelente tónus moral» que não terá destruído o seu espírito positivo.⁵² Teve lugar aliás, durante estes meses de prisão, um feliz evento pessoal: o seu matrimónio com Maria de Jesus Barroso, a 22 de fevereiro, meros nove dias após ser detido.⁵³

A pressa não tinha que ver com a necessidade de o prisioneiro receber visitas da companheira, como chegou a justificar, mas sim com a circunstância de ela se encontrar grávida de três meses e não se saber por quanto tempo ele permaneceria na cadeia (a iminência da paternidade também terá ajudado ao seu amadurecimento).⁵⁴ Sexo pré-matrimonial, mesmo entre gente de esquerda, não era comum à época, mas terá resultado da capacidade de persuasão de Soares, como admitirá a sua mulher: «Foi uma coisa muito, muito difícil para mim, visto que eu tinha a mania de determinados princípios. Mas o meu marido convenceu-me, contra esses meus princípios.»⁵⁵

Herdeiro do pai neste particular, o jovem consumava aqui um fascínio pelas mulheres que o dominava desde criança e sempre o acompanharia, tendo explodido no fim da sua adolescência:

Lembro-me que, uma vez, ainda vivia na casa da Rua Gomes Freire, teria, talvez, seis anos, fiquei estranhamente seduzido pelas pernas de uma garota de 12 ou 13, filha da nossa mulher-a-dias. Comecei subitamente a acariciar-lhe as pernas e levei logo uma bofetada. Foi, que me recorde, a primeira manifestação de um interesse que, mais tarde, se manifestaria com força. Sempre fui particularmente sensível aos encantos femininos: as pernas, os cabelos, a voz, os olhos... Às vezes, quando estava

já em cheio metido na política, num elétrico ou num cinema, via uma mulher que me agradava e perguntava a mim próprio: que ando eu a fazer nesta vida, a tentar salvar o mundo, desperdiçando oportunidades tão mais interessantes? Nesses anos finais da minha adolescência, nos começos da juventude, sentia-me singularmente atraído por mulheres mais velhas, maduras, no esplendor dos seus dotes...⁵⁶

O casamento realizou-se por procuração (sendo Soares representado junto de Maria Barroso, no registo civil, por Rogério de Araújo): «Os padrinhos do meu marido foram o Manuel Mendes, que também estava preso, e a mulher, a Bá [Berta Mendes (1907-1983)], que era professora no Colégio Moderno. Os meus padrinhos foram o Joaquim Barradas de Carvalho e a mulher, na altura a Ruth Arons [n. 1922], uma alemã de origem judaica que tinha fugido com o pai para Portugal. Eu estava grávida. Pensámos que um dia não nos veríamos mais e pronto, quisemos ficar ligados. Depois até levei as alianças e trocámo-las no Aljube.»⁵⁷

Depois da sua participação em duas peças que deram polémica, *Benilde ou a Virgem Mãe*, de José Régio [1901-1969], e *A Casa de Bernarda Alba*, de Federico García Lorca [1898-1936], Maria Barroso havia entretanto sido demitida em 1948 do Teatro Nacional, por decisão conjunta dos ministros do Interior e da Educação, após efetuar em Santarém um recital com poesia neorrealista pertencente ao *Novo Cancioneiro*:

Tínhamos acabado a *Benilde...*, e Amélia Rey Colaço, mulher de grande cultura, sempre impecável comigo, quando fez a seguir *A Casa de Bernarda Alba*, que passou no Carnaval de 1948 e de cujo significado os censores, muito ignorantes, não se aperceberam, disse: “Interrompemos e vamos representar a Santarém, Setúbal e Coimbra.” Em Santarém, o advogado Humberto Lopes convidou-me a fazer um recital com poemas muito políticos. Recordo-me de um poema do Joaquim Namorado [1914-1986], que eu dizia como se estivesse a ler um panfleto: “Rasgai a minha carne! Triturai os meus ossos! [...] Que

aqui ninguém se entrega – isto é vencer ou morrer.” Quando acabou, o governador civil foi fazer queixa à polícia, e durante cinco dias seguidos chamaram-me à PIDE para me interrogarem. Depois fomos com *A Casa de Bernarda Alba* a Coimbra, onde estava toda a grande intelectualidade local, que era da oposição (como [o escritor] Carlos de Oliveira [1921-1981] ou [o professor universitário] Paulo Quintela [1905-1987, diretor do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra – TEUC]), e o teatro ia vindo abaixo com a atuação. As autoridades perceberam e já não deixaram levar a peça ao Porto. Logo a seguir, após o verão, veio a minha proibição. Telefonei para o Teatro Nacional: “Senhor Robles Monteiro, queria saber a que horas é minha reunião com a Senhora D. Amélia.” E ele, com voz muito aflita: “Mariazinha, venha imediatamente ao teatro que a Amélia precisa muito de falar consigo.” Foi quando ela me disse: “Olhe, tenho de lhe dar uma triste novidade: o governo não me deixa contratá-la mais.” Via-se que ela tinha sincera pena de mim. Estava muito pesadosa.⁵⁸

Tal como o marido, Maria de Jesus também não tinha ainda terminado o curso, pelo que aos recém-casados, com um filho já a caminho, perspetivava-se apenas irem viver para casa dos pais de Soares quando Mário fosse libertado.

Nenhuma dessas incertezas criava em Soares a ideia de que a sua entrega ao ativismo político fosse um desperdício de vida, como, por esses tempos, escreveria no diário: «Dou por muito bem empregado o tempo que gastei com o MUD Juvenil (mesmo em prejuízo dos meus estudos na Faculdade ou da aquisição duma cultura sólida), porque foi nele que eu formei a minha personalidade, criei espinha dorsal, encontrei um caminho, achei um sentido à vida. Os meus horizontes alargaram-se consideravelmente. Pude contactar com homens os mais diversos, aprendi a dominar situações difíceis e inesperadas.»⁵⁹

Com o objetivo de prosseguir a sua atividade frentista, o PCP procurou aproveitar as comissões eleitorais de Norton de Matos, assim como o balanço do MUNAF e do MUD (entretanto extintos),

para lançar em abril de 1949 o Movimento Nacional Democrático (MND), que se caracterizará por uma tônica de «feição acentuadamente esquerdista» e onde não participarão os mais moderados, agrupados em volta de Azevedo Gomes (convidado inicialmente para encabeçar o MND, o que recusou) e alinhados em ideias atlantistas, «convencidos de que assim melhor poderiam contestar o direito de Salazar a participar no Pacto do Atlântico.»⁶⁰

Ainda na prisão, Soares acompanhou distanciado o surgimento da nova estrutura oposicionista: «Fui defensor de que se dessem passos prudentes e fizessem as concessões julgadas necessárias para assegurar a participação de todos os setores oposicionistas. Não se entendeu assim, nem isso talvez fosse de momento possível.»⁶¹

Libertado na primavera, Soares faria a 6 de maio, no diário, o balanço desencantado de mais uma das suas detenções: «Mais 51 dias de cadeia – a terceira vez em dois curtos anos! Desta vez (de 15 de fevereiro a 6 de abril) como consequência do esforço despendido durante a campanha eleitoral para a Presidência da República. [...] A prisão nada me trouxe de novo – a não ser algumas maçadas (interrogatórios, longas esperas, ameaças veladas) e um bigode. Cumprido o voto feito – tirar solenemente uma fotografia [em grupo onde também figuravam Zenha e Manuel Mendes] –, rapei o bigode e esqueci-me das maçadas. Os transtornos que esta nova prisão me trouxe, esses, porém, não se desvanecerão tão rapidamente...»⁶²

Sairia bem a tempo de ver nascer o filho (a que deu o nome do pai), a 29 de agosto. Convidado para ser dirigente do MND, recusou, escrevendo a 1 de outubro ao presidente do movimento, o matemático portuense Ruy Luís Gomes (1905-1984, também demitido do ensino universitário dois anos antes), numa longa carta justificativa: «De vários lados me têm manifestado estranheza por não verem o meu nome entre os dos dirigentes do MND. E, num período confuso em que se têm revelado tantas desorientações e fraquezas, admito como possível que se possa pensar que eu estou indiferente à luta que continua ou hesitante quanto ao caminho que a oposição deverá seguir. [...] Circunstâncias da vida

particular (e política), de momento irremovíveis, obrigam-me agora a abrir curto parêntesis na minha atividade e, portanto, a deixar a outros o posto de honra onde tenho permanecido.»⁶³

Mas na mesma missiva, declarando-se contra «os divisionistas das nossas próprias forças (falem a linguagem que falarem)», Soares declara apoio explícito – e aparentemente incondicional – ao movimento: «Só há um caminho sério, e não aventuroso, para a conquista da democracia: é o caminho da luta (e não o da concessão); o caminho da unidade de todos os elementos sérios e combativos (e não o da divisão das próprias forças); o caminho do esclarecimento e organização do povo (e não o da intriga nos bastidores da “alta política”). Esse caminho propõe-se segui-lo, no plano legal, o MND – e enquanto tiver à sua frente homens da estatura moral do professor Ruy Luís Gomes não tenho dúvidas [de] que o conseguirá.»⁶⁴

Soares acabou por não explicitar as razões de ordem política que o impediam de entrar no topo da organização, mas era nítido que o PCP, com Cunhal na cadeia, se debatia com dificuldades em levar para o MND elementos da oposição não comunista, e que ele mantinha sobre essa matéria uma enorme ambiguidade, já que não era claro se se afastara ou não dos comunistas. Dirá aliás: «Ainda não me decidira a cortar definitivamente com o partido. Pensava que poderiam vir a compreender que enveredavam por uma luta irracional que, necessariamente, conduziria a novas derrotas... Acreditava ainda que o Partido Comunista tinha uma função positiva a desempenhar na sociedade portuguesa e pensava que, no plano mundial, se houvesse um agressor, seriam os Estados Unidos.»⁶⁵

Se bem que Soares – com Manuel Mendes, Tito de Morais ou Maria Isabel Aboim Inglês – resolvesse pois, perante a direção do novo movimento, «ficar de fora, como uma reserva para o futuro»⁶⁶, o facto é que não resistiu a manter um pé no movimento e – com Piteira Santos (após este ter cumprido vários anos de prisão, embora fosse agora olhado com desconfiança pelo PCP por suspeita de desvio ideológico de direita) e Jorge de Macedo

(também já afastado do partido) – aderiu à comissão concelhia de Lisboa do MND.⁶⁷

Fazendo-se passar por advogado, acompanhou também a saga judicial de Cunhal, que em 1950 foi julgado no Tribunal Plenário da Boa Hora: «Fui só uma vez a uma sessão do julgamento do Cunhal, com a toga vestida. Foi o Zenha que nos introduziu, a mim e à minha mulher, pela pequena porta das traseiras da Boa Hora na Calçada Nova de São Francisco, uma porta que ninguém conhece, por onde entravam advogados e funcionários. Conseguimos entrar no plenário e fomos cumprimentar o Cunhal. Ele disse-nos: “Isto é uma imprudência. Não podem estar aqui. Vão-se embora.” Eu tinha com ele uma relação de admiração, mas achei que ele tinha uma linha política de fanático.»⁶⁸

Não houve, na realidade, uma atitude de rotura de Soares perante o PCP, antes um progressivo distanciamento, como se a sua costela burguesa acabasse por se sobrepor, pouco a pouco, às árduas obrigações da militância: «Eu afastei-me, disseram-me depois que fui expulso.»⁶⁹ Foi com efeito o PCP que acabou por tomar a iniciativa do rompimento já em outubro de 1950, anunciando, numa circular da direção central da sua Organização Regional de Lisboa, que *Fontes* fora expulso por ter «sabotado» reuniões do seu organismo, por «indisciplina», por «derrotismo» e, insolitamente, por apropriação «de bens do partido».⁷⁰

Não obstante, Soares aceitaria participar, a 11 do mês seguinte, na comemoração do «Dia da Paz» (coincidindo com o aniversário do armistício da Primeira Guerra Mundial), discursando numa sessão a ter lugar no Centro Republicano António José de Almeida. O próprio reconhecerá que o seu discurso, que levava escrito, «condenando, abertamente, os “imperialistas agressores”», era «maniqueísta, segundo o esquema da época, sem ambiguidades nem nuances»: «Criticava o “Pacto do Atlântico”, como um instrumento bélico, e sugeria, sem hesitações, que o campo da paz e da democracia se situava no bloco Leste.»⁷¹ Após a denúncia norte-americana de que a União Soviética possuía a bomba atómica,

havia-se iniciado um ano antes a época do «equilíbrio do terror», com a corrida de ambas as superpotências ao novo tipo de arma apocalítica e o receio generalizado de um ataque nuclear. No entanto, Soares ainda tomava, com clareza, partido por Moscovo.

À chegada ao local da sessão, acompanhado de Maria de Jesus Barroso – que estava de novo grávida, vindo a nascer em janeiro a filha do casal, Isabel, de quem Salgado Zenha seria o padrinho –, Soares deparou com um forte aparato policial exterior, e «a sala estava quase repleta de elementos da PIDE, além de ter imensa polícia de segurança – democratas verdadeiros estariam uns 50 ou 100, quando muito».⁷² Um amigo aconselhou-o mesmo a não intervir, mas houve a diretiva de que a sessão teria de ir para a frente, «custasse o que custasse»: «Entendi que devia submeter-me, embora discordando (ou por isso mesmo!). Foi, de resto, a última vez que aceitei praticar conscientemente o que considerava um erro, só que para que se não dissesse que tinha medo ou para poder tirar, no futuro, razão do facto...»⁷³

Mas não chegou ao fim do discurso, sendo interrompido logo às primeiras palavras pelo representante da autoridade, para o prevenir de que não podia falar naqueles termos «subversivos»:

Duas frases mais adiante, nova interrupção. A sala agitava-se: palmas, assobios e vaias várias! Distintamente vi elementos da PIDE a aproximarem-se do palco, numa manobra envolvente. [...] Como protesto, disse que me sentia coagido e que, portanto, me recusava a continuar. Os “pides” entraram então no palco, quase de roldão, mas eu, de um salto, fiquei junto da primeira fila da sala e abracei-me ao velho [Luís da] Câmara Reis [1885-1961, professor do ensino secundário], diretor da *Seara Nova* – homem de uma finura intelectual extrema e de uma presença de espírito invulgar em ocasiões de aperto. Enquanto o abraçava, meti-lhe disfarçadamente no bolso do sobretudo o meu discurso. Não tive tempo para mais! Por uma pressão habilmente executada, fui como que expelido da sala pelos polícias que me arrastavam, numa confusão de pessoas que protestavam e perante os gritos inúteis da minha mulher.

Sem quase perceber como, encontrei-me na rua, entre encontros e puxões de vários lados, acompanhado de polícias agressivos que, prodigalizando as ameaças e os insultos, me levaram para um carro postado à distância, no escuro.⁷⁴

Sem encontrarem o discurso que o poderia incriminar, os responsáveis da PIDE acabaram por libertar Soares nessa mesma madrugada.⁷⁵ Mas ele considerará este evento, que não teria obtido a sua concordância prévia, como o «ponto de rotura irremediável» com o MND,⁷⁶ se bem que, mais uma vez, a iniciativa tenha partido do PCP. Com efeito, no *Avante!* datado de fevereiro de 1951, sob o título «A luta contra os oportunistas é a base do fortalecimento da luta pela democracia e a paz», Soares foi mencionado, com Piteira Santos, Jorge de Macedo, Sá da Costa e Ramos da Costa, como um dos elementos nocivos ao MND, apelando-se à sua expulsão, em negrito e até com uma velada sugestão de violência, nada condizente no seio de tantas proclamações pacíficas: «Às massas, cabe a tarefa inadiável de saltarem por cima de todos estes senhores, autênticos castradores da luta, desmascará-los impiedosamente perante todos, expulsá-los dos organismos de direção dos movimentos democráticos e da paz e escolherem entre si os mais firmes, ativos e honestos para os organismos dirigentes do MND e da paz.»⁷⁷

Consumava-se a dissidência de Soares com o PCP através de um anátema público sobre ele lançado pelos comunistas. Dirá depois que a partir desse momento não teve mais contactos com o MND e que apenas então ter-se-á efetivado o seu «rompimento a título definitivo» com o partido.⁷⁸

Capítulo 6

O académico

O divórcio entre Soares e o PCP assinalou o início do que ele mais tarde designará como a sua «travessia do deserto».¹ Podia-se fazer oposição a Salazar sem pertencer ao partido, mas, dada a hegemonia dos comunistas no antissalazarismo, era virtualmente impossível fazê-la contra o partido. E uma denúncia nos termos em que fez o *Avante!* equivalia a deixar pairar no ar uma suspeita de colaboracionismo do visado com o regime, suscitando não apenas a aversão dos militantes comunistas mas a desconfiança dos restantes oposicionistas.

O banido contará de amigos que, sem explicações, cortaram relações com ele,² em particular militantes comunistas e membros do MUDJ (que, ao contrário da organização-mãe, prosseguia uma atividade semilegal, e ao qual Soares, tendo aceitado a sua extinção oficial, se recusara a regressar após a mais recente saída da cadeia): «Muitos anos depois, um dos dirigentes do MUD Juvenil, de uma geração posterior à minha, havia de me confidenciar: “Em todas as reuniões do MUD Juvenil, desse tempo, havia sempre uma alínea inevitável: o caso Mário Soares! Fomos formados no ódio contra si”.»³

De «oportunista», Soares passará a «renegado» no léxico comunista.⁴ E Maria de Jesus Barroso será também alvo de constrangimentos por parte de membros do PCP:⁵ «Chegaram, por ordem do partido, a exercer pressões junta da minha mulher para que ela se separasse de mim. Sem qualquer êxito: o efeito foi

o mais contraproducente possível! [...] O Partido Comunista tentou inclusivamente aliciá-la contra mim, insinuando que ela tinha mais prestígio do que eu e que se prejudicava mantendo-se ligada a um “oportunista” que só pensava nos seus interesses pessoais.»⁶

Os comunistas esforçaram-se, por outro lado, para que, ao contrário do marido, Maria de Jesus não quebrasse laços com o PCP⁷, mas ela acompanhou-o: «Afastei-me do PC quando comecei a ler as acusações que faziam ao meu marido, ao Manuel Mendes ou ao Sá da Costa, que também apanhou no *Avante!* – assim uns quantos. Comecei a ficar chocada. Nunca me tinha filiado, nunca tive ficha de inscrição, mas havia uma simpatia muito grande [para com o partido]. Eu considerava-me comunista e entre eles havia uns que gostavam muito de mim.»⁸ Um jovem militante terá sido alvo de crítica interna por ter apertado a mão a Soares quando foi à residência do casal convidar a mulher para fazer um recital de poesia.⁹

Reconhecendo ter sido o PCP que o catapultou para a linha da frente,¹⁰ o excomungado viria a enaltecer esta experiência como uma oportunidade para ganhar autonomia de pensamento, fator crucial na sua futura carreira política: «Aprendi a pensar pela minha própria cabeça (o que nem sempre é fácil!) e a decidir tão-só segundo o meu critério – que pode estar errado, é evidente!, mas, ao menos, não é o simples reflexo condicionado da vontade de “aparelhos” que, tantas vezes, esmagam o homem no melhor da sua condição!»¹¹

O preço a pagar no curto prazo seria o apagamento político, o que Soares nunca disse lamentar, por se viver em época de «refluxo» das forças oposicionistas.¹² Na verdade, esse apagamento seria generalizado a toda a oposição em grande parte da década de 1950, e o próprio PCP, com Cunhal condenado a quatro anos e meio de reclusão mais medidas de segurança (em teoria, uma possibilidade de prisão perpétua), perdia-se em dogmáticas aplicações das diretivas de Moscovo sem ter em conta a realidade nacional, de que a execução, em maio de 1951, do seu dirigente Manuel Domingues, nos arredores de Lisboa, sob acusação de traição mas sem funda-

mento aparente, seria a mais dramática das exteriorizações, transformando o partido em «quase seita esotérica, donde os melhores militantes fugiam até por razões de simples bom senso.»¹³

Recém-casado e com dois filhos, ainda com o curso por completar e sem perspectivas de rendimento a não ser viver à custa dos pais, Soares tinha também outros motivos de preocupação: a estabilidade familiar. Essa foi a sua prioridade no início da década, em particular a obtenção da licenciatura e de uma forma de trabalho, a qual, com o curso de Histórico-Filosóficas, seria provavelmente no ensino.

Não só os seus estudos universitários haviam sido prejudicados pela atividade política como não ajudava a manutenção de um perfil de estudante pouco aplicado, mais atento ao resto do que à academia: «Eu [...] era um aluno bastante medíocre, mas muito empenhado nas coisas políticas.»¹⁴ Mesmo assim, foi aprovado regularmente em quase todas as cadeiras curriculares dos primeiros anos do curso, com notas que variaram entre um mínimo de 10 e um máximo de 14.¹⁵ O primeiro escolha surgiu no 2º ano com Paleografia (estudo de ortografias e textos antigos), que foi deixando por fazer em anos consecutivos: «Sobre a Paleografia eu dizia: “Mas toda aquela gente já estudou isto e está tudo traduzido, porque é que eu tenho de estudar esta porcaria?”»¹⁶

Teve também algumas dificuldades na primeira época de Lógica Matemática e Metodologia (2º ano): «O catedrático era [Francisco] Vieira de Almeida [1888-1962], um monárquico. Nas provas copiávamos uns dos outros, com ele a ler o jornal, e dava 10 a todos. Mas alguns foram reprovados, entre eles eu e o Beltrão, que sabia daquilo e tinha dado a copiar aos outros. Fui falar com Vieira de Almeida: “Venho muito indignado, não por mim – reprovou-me e muito bem, porque eu não sabia nada – mas pelo meu colega Beltrão, que sabia tudo e deu aos outros.” Resposta dele: “Então e como é que você fazia a segunda época se o Beltrão ficasse de fora?”»¹⁷ Na segunda época, em outubro, Soares lá passou com o 10 da praxe.¹⁸

No ano letivo de 1945-46, estava no quarto dos cinco anos do curso, não tendo perdido nenhum mas deixando para trás, no fim, não só Paleografia mas também Psicologia Experimental, Moral e Arqueologia (e obtendo um 16 a Estética e História da Arte, a sua nota mais elevada). Admitindo as suas dificuldades em Psicologia Experimental, Soares contará que teve também de resolver um conflito com o catedrático:

O professor de Psicologia, [João António de] Matos Romão [1882-1960], republicano, que toda a gente odiava, acusou-me de desestabilizar as suas aulas. Fui falar com ele, demonstrar que não fui culpado. Disse-me que não me recebia. E eu transmiti-lhe pelo contínuo: “Não recebe a bem, recebe a mal. Eu fico à porta da sala dos professores à espera que saia.” E fiquei. O contínuo regressa e diz: “O senhor professor vai sair mas não quer falar consigo.” E eu: “Diga que falo, estou aqui há uma hora.” Ele sai e eu interceto-o: “Senhor professor, tem de me ouvir. Acusou-me de uma coisa que é falsa. Não tenho nada que ver com isso.” “E quem é que provocou a barulheira?”, perguntou ele. “Não sou denunciante, mas posso garantir-lhe que estou inocente, não meti prego nem estopa.” “Dizem-me que você é muito rebelde.” “Não, o que sou é contra a ditadura.” “Então vá para a frente [na sala de aula], que passa com boa nota.” “Não posso, as meninas estão sempre lá à frente.” Era um pobre homem. Fazia uma demonstração matemática, com um sinal de integral, que eu não percebia nada. Eu disse ao Tito de Moraes: “Não percebo nada disto, mas vou decorar. Que raio de traço é este?” “Integral, mas não penses mais nisso.” Fui à pedra e disse, quando aparecia o sinal: “E integrando...” (em vez de “integral”). E quando desaparecia o sinal: “E desintegrando...” Toda a gente se riu, mas a partir daí o professor foi um protetor meu.¹⁹

O ano seguinte foi de repente, destinado a fazer as cadeiras em atraso, mas acabou por desistir de novo em Paleografia. Nem a ajuda da ainda namorada, a ele e a Piteira Santos, outro aluno de letras em luta com esse obstáculo, ajudou: «A Maria de Jesus

aprendeu com grande facilidade, mas eu não tinha pachorra. Um dia fui para a Torre do Tombo pedir livros para ver se aprendia. O Piteira, porque tinha a mesma dificuldade, veio também. E ela estava entre nós os dois a ver se nos ensinava.»²⁰

Não foi, mesmo assim, suficiente, e só o recurso a meios menos ortodoxos terá permitido que tanto Soares como Piteira Santos tivessem terminado a malfadada cadeira. O instrumento foi uma peça de vestuário feminino rara à época, devido aos efeitos da Segunda Guerra Mundial na escassez de alguns produtos, que ainda se prolongava: «O Piteira descobriu que uma velha funcionária chata que por lá andava na Torre do Tombo era, nada mais nada menos, que amante do nosso professor de Paleografia, um chato também. Já só nos faltava aquela cadeira. Comentámos: “Estas gajas que não prestam para nada agora gostam muito é de meias de *nylon*.” Conseguimos dois pares de meias de *nylon* e oferecemo-las à senhora, dizendo-lhe: “Não sabemos muito disto. Se o senhor doutor cá viesse, será que podia dar-lhe uma palavrinha?”»²¹ Foram por fim aprovados em Paleografia, com Soares a obter um assinalável 14.²²

Estava-se já em junho de 1948, e era ainda necessário, para terminar a licenciatura, apresentar uma tese de final de curso. No ano letivo seguinte, tendo sido designado logo em outubro secretário-geral da candidatura de Norton de Matos, Soares não chegou sequer a inscrever-se na universidade. Deixou por isso a produção e apresentação da sua tese para o final do ano de 1949-50. O tema que escolheu foi o republicano Teófilo Braga (1843-1924), o chefe do primeiro governo (provisório) saído da revolução de 5 de outubro de 1910 e ainda presidente da República por alguns meses em 1915, a seguir a outra revolução.

O texto, «As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga», não deixaria de refletir as preocupações políticas do autor, e durante as provas Soares percebeu pela exposição do arguente, o catedrático Délio Nobre Santos (1912-1977), «recém-convertido ao Estado Novo e deputado à Assembleia Nacional»,²³ que a receção ao

seu trabalho poderia não ser a melhor – tanto mais que os outros membros do júri eram professores com os quais já tivera conflitos: Vieira de Almeida e Matos Romão. O aspirante a doutor teve então uma reação insólita para os anais universitários: arrancou a tese das mãos de Délio Santos, quando este a estava a ler e comentar, e abandonou a sala. «Deixe cá ver isso», proferiu ao tirar-lhe os papéis. «Vou-me embora, isto é uma pouca-vergonha, não tenho nenhuma consideração por si.»²⁴ Matos Romão ter-lhe-á depois dito que exagerou: «Você tomou a nuvem por Juno.»²⁵ Mas não havia recuo possível.

Logo a seguir, com data de 30 de julho de 1950, Soares passou a escrito o seu protesto numa longa carta endereçada ao diretor da Faculdade de Letras, o próprio Matos Romão, fazendo eco de rumores circulando nos corredores da escola acerca da sua tese e contestando o raciocínio do arguente:

Considero significativo que o prof. Délio Santos tenha iniciado a crítica da minha tese pela afirmação do seu nenhum valor, e bem assim por acentuar o facto de ela não se prender às matérias próprias da nossa Secção. Devo dizer a V. Ex.^a que fiquei esclarecido desde logo, que o que se pretendia, de facto, era anular-me na minha personalidade intelectual – tomando como pretexto o meu trabalho. Mas para isso era necessário, como está bem de ver, comprovar pela análise da tese o seu escassíssimo valor. Tal não conseguiu fazer o Doutro Délio Santos. Se dúvidas houvesse quanto a este ponto primordial, a última frase de V. Ex.^a bastaria para as dissipar. Reproduzo-a na sua eloquente simplicidade: “Afinal, o mais importante ficou por provar.” Considero também insólito que se possa pensar que um trabalho sobre as ideias políticas de Teófilo Braga não estivesse adequado a uma dissertação de licenciatura em História e Filosofia. Se o zelo neófito do arguente foi ferido pela análise objetiva a que procedi do republicanismo de Teófilo Braga, competia ao bom senso do júri a que V. Ex.^a pertence ter evitado que fosse o Doutor Délio Santos a arguir a minha tese. Nesse sentido, quero aqui afirmar que não sou eu o responsável – mas V. Ex.^a – pelo tom apaixonado e nada académi-

co de que se revestiu, em certos passos, a discussão. [...] V. Ex.^a, se quiser ser justo, não se pode eximir a pôr em confronto o tratamento que me foi dispensado com aquele que é dado à generalidade dos meus colegas. O certo, porém, é que V. Ex.^a mostrou-se incapaz de assegurar que fosse dado o tratamento igual a todos. Nestas condições, só me restava um caminho: abandonar as provas e protestar. Abandonar as provas porque não me presto a farsas. Protestar para que se salve, ao menos, a dignidade própria.²⁶

Apesar de, com tal gesto, Soares ter impedido que o júri fizesse a avaliação do seu trabalho, subsistiu a ideia, em alguns dos que souberam do sucedido, de que teria havido uma reprovação. Foi o caso de Augusto Abelaira: «Assisti à discussão dessa tese, e só por razões políticas é que a chumbaram – o que não admira, pelo ambiente que então se vivia na faculdade.»²⁷ O candidato a licenciado fará questão de corrigir: «Nunca fui chumbado na universidade. O Abelaira diz que sim e engana-se.»²⁸ Logo nesse ano, o aspirante a licenciado tratou de editar em livro a tese frustrada, com um longo prefácio do historiador Vitorino Magalhães Godinho (1911-2011).

A sua prestação final de curso acabaria assim por ficar adiada por mais um ano. A 29 de maio de 1951, Soares solicitou de novo admissão às provas de licenciatura, para apresentar desta vez uma tese sobre (Joaquim Pedro de) Oliveira Martins (1845-1894) e o fontismo – o período de desenvolvimento a que Portugal assistiu por ação de Fontes Pereira de Melo (1819-1887), chefe de três governos nas décadas de 1870 e 1880. O recuo para o século XIX, em período da monarquia constitucional, prometia pelo menos introduzir menor dose de polémica – e de facto não haveria agora atritos, tanto mais que também era diferente o arguente, José António Ferreira de Almeida (1913-1981): «Era sério, isento e passei.»²⁹ A nota foi atribuída a 30 de julho desse ano e cifrou-se num 12,5 («suficiente»), como de regra arredondada para 13.³⁰

Num primeiro passo, a sua intenção seria mesmo a docência no ensino secundário oficial, já que logo a seguir, em setembro, inscreveu-se nas cadeiras de Psicologia Escolar, Pedagogia e His-

tória da Educação, também na Faculdade de Letras de Lisboa, para procurar diplomar-se em Ciências Pedagógicas, um curso complementar constituído por um ano de estudos na universidade seguido por dois de estágio num liceu. Manteve-se porém ausente das aulas, pelo que pediu isenção de propinas, e acabou por perder a frequência do curso em janeiro de 1952 (solicitando no mês seguinte o seu diploma em Histórico-Filosóficas).³¹

Desta vez a responsabilidade não foi da política, já que Soares pouco mais era nesses tempos do que mero observador. Nas eleições presidenciais de 22 de julho de 1951, convocadas devido à morte de Carmona, não tomou sequer partido por nenhum dos dois candidatos da oposição: o contra-almirante Manuel Carlos Quintão Meireles (1880-1962), lançado pelos mais moderados, e Ruy Luís Gomes, do MND e com o apoio do PCP. Explicará depois que achou a candidatura do presidente do MND, embora natural, pouco unificadora, tendo sobre isso escrito uma carta aberta a Luís Gomes: «Eu queria algo de mais abrangente, politicamente útil e eficaz; eles [o MND] queriam aumentar o número de mártires!»³² (Quintão Meireles desistiria a poucos dias do escrutínio por ausência de condições para a campanha e Luís Gomes foi considerado inelegível pelas autoridades, permitindo-se assim a eleição sem obstáculos do candidato do regime, general Francisco Craveiro Lopes [1894-1964]).

Soares procurava então alargar os seus horizontes políticos, e nessa medida teve papel determinante a sua primeira viagem a Paris, feita em 1951,³³ onde, entre outras coisas, se tornou assinante do semanário *L'Observateur politique, économique et littéraire* (depois chamado *France-Observateur*, já nos anos 60 *Le Nouvel Observateur* e agora apenas *L'Obs*), que adotava uma atitude de esquerda moderada, embora sem renegar o método de análise marxista: «Foram semanários que me marcaram pela coragem e singularidade das suas posições de esquerda. O *France-Observateur* assumia uma posição declaradamente “neutralista” – nem Washington, nem Moscovo –, mas que se situava radicalmente à esquerda. Reconhecia-me

em muitas das suas posições.»³⁴ De tal maneira bebia a influência da publicação parisiense que Piteira Santos chegou a atirar-lhe na altura: «Quando o *France Observateur* é apreendido pela polícia, ficam uma semana sem opiniões políticas...»³⁵

Em inícios de 1953, Soares anotava no diário as razões da sua desistência da ação política mas não da sua curiosidade por ela: «Para a arrumação geral da minha vida – a começar neste janeiro de 53 –, há um setor que me falta referir: o da atividade política. Sim: apesar de escorraçado, maltratado por todos os lados e desiludido (profundamente desiludido dos homens e das organizações!), teimo em interessar-me pelos problemas da minha terra e em não ser, como tantos outros, um mero doméstico. Mas o que posso eu fazer, dado o condicionalismo criado?»³⁶ Jurava no mesmo apontamento que, de qualquer modo, não regressaria à política militante. «A lição que me foi dada não cairá em saco roto.»³⁷

Consideraria assim que estes anos, em que a vida pública não o mobilizou, «foram bastante calmos no plano da intervenção política, mas fecundos do ponto de vista da reflexão e da aprendizagem teórica»: «Li muito: Milovan Djilas [1911-1995, dissidente do líder jugoslavo Josip Broz Tito (1892-1980), já de si um dissidente dos soviéticos], Arthur Koestler [1905-1983, que precocemente denunciou o estalinismo], Isaac Deutscher [1907-1967, biógrafo de Estaline e, mais tarde, de Trotsky], Henri Lefèbvre [1901-1991, marxista heterodoxo], Pierre Hervé [1913-1993, um estalinista que mais tarde se aproximará dos socialistas franceses], entre outros. Comecei a refletir seriamente sobre o primado dos direitos humanos, sobre o valor insubstituível da liberdade e sobre a falência do comunismo como sistema totalitário e fechado.»³⁸

Por essa época surgiu-lhe a intenção de tirar o curso de Direito, a tal opção sempre desejada pelo pai, tanto mais que, necessitando Soares de um diploma para exercer o ensino num estabelecimento particular, como era o Colégio Moderno, ele não lhe foi passado devido à falta de um atestado obrigatório que a PIDE se recusou a fornecer:³⁹ «Percebi que precisava da arma do curso de Direito para ser

o que fui. Não podia ser nada só com Letras. Fui para Direito para resolver um problema de vida: até aí vivia à custa do meu pai.»⁴⁰

A advocacia surgia por isso como uma lógica carreira profissional alternativa, o que o levou a inscrever-se no 1.º ano da Faculdade de Direito de Lisboa em outubro de 1952, com o estatuto de aluno voluntário (sem frequentar as aulas e apresentando-se apenas a exames). Não tendo requerido a inscrição no prazo legal «por ter estado ausente do país», pagou uma multa para ser admitido.⁴¹

Ao contrário do curso de Letras, Soares fez Direito no tempo regulamentar mínimo – cinco anos –, com médias anuais que oscilaram entre 13 e 14 valores e 13 como nota final de licenciatura, alcançada a 2 de julho de 1957.⁴² Mas, tal como na sua anterior licenciatura, os estudos decorreram com o empenhamento apenas suficiente, e não mais do que isso. Adelino da Palma Carlos (1905-1992), um dos seus professores na nova faculdade, recordaria mais tarde o momento em que «quis puxar pelo Mário Soares»: «Foi num exame do 4º ano. O pai telefonou-me para casa a avisar-me de que ele ia prestar provas. Mas não resultou grande coisa. No fim, o Mário disse-me: “Eu vi que quis puxar por mim, mas não deu mais do que isto”.»⁴³

Uma outra diferença com Letras é que o seu segundo curso decorreu sem história, exceto o contacto com o catedrático Marcello Caetano (1906-1980), salazarista já com diversos cargos exercidos no aparelho do Estado Novo (incluindo o de ministro), na altura visto também como possível sucessor do criador do regime. Apesar do seu estatuto de voluntário, Soares resolveu assistir a uma aula do putativo delfim de Salazar:

Um dia, por curiosidade, fui: achei-o um expositor claro, límpido, a sua sebenta – que, aliás, era um livro, nisso diferente dos outros – era objetiva e bem feita. Deu-me Direito Constitucional e Ciência Política e também, no primeiro ano, História do Direito Português. Como eu tinha alguns conhecimentos de História, entreguei-lhe um trabalho que ele pedira e que fiz com grande facilidade. Então chamou-me, falou comigo. Sabia tudo a meu respeito, achei-o

interessante, sobretudo nunca ninguém me tratara tão simpaticamente na Universidade. Marcello interessava-se pelos alunos, lia os pontos, o que nem todos faziam. Quando um aluno era bom, procurava captá-lo, agarrá-lo. No segundo ano, fui seu aluno numa cadeira mais enfadonha – Direito Administrativo –, que era, aliás, a sua especialidade, onde obtive a nota final de 14 valores. Nesse segundo ano, estive quase a desistir do curso – de tal maneira o Direito Administrativo me aborrecia –, a minha mulher é que não me deixou, teve nisso um papel determinante. Mas, como professor, guardo de Marcello Caetano a melhor das recordações: não me podia ter tratado melhor.⁴⁴

Soares dir-se-á até alvo de tentativa de aliciamento por parte de Caetano, certa vez em que o catedrático pediu para lhe falar: «Põe-me a mão no ombro e diz: “Se estudasse um bocadinho mais, podia chegar a professor desta casa, mas claro que tem de se deixar dessas veleidades políticas.” Respondo: “Mas quem é que lhe disse que eu queria vir para esta casa?”»⁴⁵

O seu diploma para o exercício do ensino particular acabaria finalmente por chegar, mas por caminhos ínvios e quando já não lhe fazia falta:

Foi metida uma cunha ao ministro [da Educação Nacional, entre 1955 e 1961] Francisco Leite Pinto [1902-2000] pelo pai de um rapaz meu amigo, que era dono da empresa dos cimentos brancos [Secil]. Depois de ter falado com o ministro, ele disse-me: “É mais difícil do que supunha. Está aqui o teu requerimento.” A PIDE dava a informação com todo o meu currículo, e eu ainda estava no princípio. Perante isso, Leite Pinto só podia ter despachado: “Negue-se o diploma.” Mas disse ao industrial amigo: “Só precisa de fazer uma coisa – eu rasgo isto, ele tem de fazer outro requerimento igual, eu esqueço-me de ouvir a PIDE e aprovo.” Foi assim. Consegui-o quando já não precisava, porque já era licenciado em Direito, mas ainda fui professor dois ou três anos no Colégio Moderno. E fiz exames a alunos no liceu Gil Vicente, onde fui muito benevolente.⁴⁶

Não tendo podido ensinar antes, Soares exerceu outras funções no Colégio Moderno, entre elas, por nomeação do pai, a de administrador, cargo para o qual confessará que «não tinha jeito nenhum».⁴⁷ Não obstante, teve a iniciativa de alugar uma quinta em Carnide onde desenvolveu uma criação de animais, daí fornecendo legumes e carne para as refeições do colégio.⁴⁸

Inopinadamente, a quinta acabou por desempenhar outra função, mais secreta, resultante do interesse precoce de Soares não só por juntar livros como por colecionar papéis de conteúdo político. Neste aspecto, o contraste entre pai e filho não podia ser maior: «O meu pai não tinha respeito nenhum pelos livros, até rasgava páginas depois de as ler. Tinha biblioteca, que eu é que arrumei, mas não tinha amor aos livros. E não conservava um único papel. Rasgava toda a correspondência. E a minha mãe ainda era pior: por segurança, queimava tudo aquilo. Ele assegurou-me: “Dou-te toda a biblioteca.” Comecei a conservar todos os papéis e livros por causa dele. Fui preso várias vezes mas nunca mos apanharam.»⁴⁹

Guardar documentos de natureza conspirativa em plena ditadura, que prendia quem fosse apanhado na sua posse, adicionava riscos aos riscos da atividade política, mas Soares era incapaz de deitar fora um papel: «Comecei a guardar tudo aos 15-16 anos, e tinha de esconder. Durante muito tempo, foi o meu tio Joaquim Nobre a tomar conta dos papéis. Depois foi o meu irmão Cândido, que também morava num prédio próximo. Já após as minhas primeiras prisões, comecei a ter medo de que apanhassem aquilo, onde tinha a coleção completa do *Avante!*. Por sugestão do Cândido, arranjei então um esconderijo por baixo de um estrado para espetáculos que havia no ginásio do colégio, onde pus tudo dentro de um caixote.»⁵⁰

Mas pensar em manter um esconderijo dentro de uma escola de crianças é não conhecer a natureza infantil: «Um domingo, quis tirar dali um papel e não estava lá nada. Fiquei aflito. Havia uma professora de piano que dava ali aulas (e que, aliás, quis, debalde, ensinar-me), minha prima do lado materno, que me disse: “É ca-

paz de ter sido o Gama.” O Gama era um seu aluno, de uns 10-11 anos, interno, filho de um africanista com uma filha casada com o procurador-geral da República e que tinha entretanto casado com uma mulher muito mais nova, que costumava ir ali ver o filho.»⁵¹

A mãe do aluno não era, de resto, indiferente a Soares, já então um galanteador, com confessado interesse por mulheres mais velhas: «Para dizer a verdade, a senhora, que tinha enviuvado, também me enchia o olho, era esplendorosa. Fui falar com o Gama, que me disse que viu os papéis, tirou-os e achou graça, porque eu tinha lá escrito pela minha mão: “Altamente explosivo, incendiário.” Disse-me: “Levei-os para casa da minha mãe e ela ficou indignada”.»⁵² Cresceu o desafio para Soares, que não desistiu:

Ela morava da Rua Castilho, num prédio pomposo. Fui lá. A empregada abriu-me a porta e disse que ela não estava. “Não saio daqui sem ver a senhora”, respondi. Esperei no escritório da residência, passou o fim de tarde, a hora de jantar e nada. A criada dizia: “Ela às vezes chega tarde.” Chegou já ao princípio da madrugada. Vinha num automóvel espampanante, a senhora a sair estava muito divertida, e o homem que conduzia também. A criada abriu-lhe a porta, e ela avançou para mim: “Você é um comunista perigosíssimo, vou dizer ao meu genro. Vai parar ao Tarrafal e o colégio vai ser fechado. Vou tirar de lá o meu filho.” Expliquei-lhe que não era nada disso, que ela não sabia o que estava a dizer, que fiz a coleção por mera curiosidade e que ela não tinha o direito de ficar com papéis meus.⁵³

Em desespero, o jovem universitário recorreu então à arma definitiva: «Eu disse-lhe: “Não é bonito da sua parte, com o seu marido morto há um mês, já andar nestas companhias. Vai ser uma desgraça para mim, e também para si. Eu até simpatizo consigo.” E ela: “Eu também. Olhe, o melhor é levar lá os papéis todos, faz de conta que não sei de nada.” Levei tudo. Ela nunca mais mexeu no caso.»⁵⁴

Apesar do susto, Soares teimou em continuar a guardar documentação «subversiva», e foi então que lhe surgiu o recurso à

quinta de Carnide: «Eu fiz lá uma criação de porcos, e quem tratava deles era o capataz da quinta, o senhor Gaspar, casado com a empregada que em casa me tinha dito para fugir quando a PIDE me foi prender. Um dia, eu estava lá e lembrei-me que se podia escavar ali e criar um local para pôr os papéis. O meu tio tinha um grande amigo que fora pedreiro anarquista, da Maçonaria e carbonário. Explicou-me: “Fazemos um grande buraco, ponho tudo revestido de cimento, embrulha-se, tapa-se, não vem ninguém.” Assim foi. Um dia, o Gaspar aparece no Colégio Moderno com um problema: é que estava a cavar, deu com a enxada em qualquer coisa e encontrou os papéis. Achava que tinha encontrado um tesouro que dava bom dinheiro. O trabalho que eu tive com aquele homem, para o convencer de que os papéis eram meus...»⁵⁵

Mesmo assim, não foi covil para durar muito mais tempo: «Um dia, morreram 200 porcos com a peste suína, e eu acabei com a quinta. Já estava em Direito. Agarrei no “tesouro” e levei tudo.»⁵⁶

Desde jovem que Soares se habituou também a acumular e conservar livros, cedo carecendo de alguém para lhe organizar a biblioteca. A escolha recaiu em certo momento no seu sobrinho Alfredo Barroso (n. 1945), filho do matemático Virgílio Simões Barroso (1919-1963), um dos seis irmãos de Maria de Jesus – não contando mais dois que morreram em criança –, expulso da docência universitária, na Faculdade de Ciências de Lisboa, por razões políticas. Alfredo era também interno do Colégio Moderno, e do tio se recordará desde início: «A primeira imagem que tenho dele é quando sou internado no Colégio Moderno, para aí aos cinco anos, após os meus pais se separarem. Havia umas camaratas no anexo, a que se chamava o pensionato, e, na hora em que estão todos os meninos (aqueles que eram católicos) a rezar antes de irem para a cama, aparece a minha tia e Mário Soares a dizerem para me tirarem de lá da reza, porque o meu pai não queria, e fui direto para a cama. Lembro-me de ver o meu tio a sorrir. Ele tinha 25 anos.»⁵⁷

Com a adolescência, virá uma maior aproximação entre tio e sobrinho: «Eu era bibliotecário do Colégio Moderno, tendo

sucedido a um amigo meu, o futuro advogado José Cobra Ferreira, e Mário Soares pediu-me para organizar a biblioteca dele. Era um trabalho impossível, com tudo disperso. Ele gostava que eu classificasse os livros, mas disse-lhe que tinha um certo receio sem a ajuda de uma pessoa experiente, porque podia estar a classificar erradamente. Recorria a mim também quando era necessário bater à máquina de escrever um documento da oposição, dado que eu sabia fazê-lo, embora com dois dedos. Tinha eu 14 ou 15 anos.»⁵⁸

Além de bibliófilo, Soares tornar-se-ia desde cedo também colecionador de arte (em particular pintura), mercê do seu convívio com os meios artísticos, num período em que quase toda a *intelligentsia* nacional (incluindo os pintores) ainda continuava a confinar-se à Baixa lisboeta. A disputa da herança do marido da sua tia Júlia, que como funcionário da Escola Superior de Belas-Artes havia juntado diversos trabalhos dos alunos, foi o momento para desenvolver esse interesse: «O meu tio tinha obras de arte, e quando morreu deixou-me parte da herança, onde se incluíam terrenos e a casa, que nós, herdeiros, teríamos de partilhar. Eu disse aos outros: “A casa e os terrenos deixo-os a vocês, só quero estes quadros e coisas que ele aqui deixou.” “Esses mamarrachos dos alunos?”, disse um dos outros herdeiros. Mas é que alguns desses alunos vieram a ser bons artistas.»⁵⁹

No período em que foi professor, na segunda metade dos anos 1950, Soares deixou nos adolescentes seus alunos a impressão de possuir bom poder de comunicação mas escassa assiduidade. Eduardo Fortunato de Almeida (1943-2013), que dele recebeu aulas de Organização Política e Administrativa da Nação, recordá-lo-á como «professor ocasional, que passava as aulas a falar de política e não de OPAN.»⁶⁰ O colega Alfredo Barroso, aluno do tio nas cadeiras de História, Psicologia e Filosofia, guardará a imagem de um «ótimo professor, com talento enorme para ensinar», mas que «faltava com muita frequência, devido à sua vida política.»⁶¹ O diplomata João Diogo Nunes Barata (n. 1941), outro interno, falará de «um professor efêmero de História e de OPAN, que

ensinava o que não devia, que mantinha atividades políticas e era preso»: «Não fazia proselitismo nas aulas, mas comparava os sistemas políticos. Tentava incutir um espírito oposicionista, embora pouco. Era um professor tolerante, mas que estava de passagem. Não deixou memória. Comigo nunca fez um ano completo.»⁶² E o futuro gestor financeiro Carlos Monjardino (n. 1942), que teve dois anos de aulas no estabelecimento, mencionará um «professor intermitente, que tapava buracos.»⁶³

Rogério de Araújo referirá que Soares «possuía um muito bom poder de comunicação com os alunos, mas não sentia grande apêndice pelo ensino – o pai dizia que não via o Mário a fazer uma carreira futura dentro do colégio.»⁶⁴

Sendo a docência meramente instrumental, era ainda a política que dominava os desideratos de Mário Soares. Na atmosfera plúmbea da década de 1950, não era fácil vislumbrar um fim para a experiência do Estado Novo. O próprio Soares resumiria a essa incerteza o seu sentimento na época: «Sempre achei que poderia morrer sob a ditadura!»⁶⁵

Não se colocava já o seu retorno ao PCP, apesar da tentativa de readmissão de que foi alvo em meados da década:

Por volta de 55 ou 56, quiseram negociar o meu regresso a uma estreita colaboração – numa daquelas muitas fases de autocrítica (ou de reconhecimento de erros antigos) por que se passou. [...] Mas então já eu me encontrava a uma distância abismal.»⁶⁶ Pormenorizará mais tarde: «O escritor e intelectual Alberto Ferreira [1920-2000] [...] procurou[-me] em minha casa, no Campo Grande, ao lado da igreja, onde vivi alguns anos depois de casado, para me dizer que vinha, em nome da direção do PCP, para me propor que voltasse à militância partidária. Fiquei espantado. Mas não tive a menor hesitação. Respondi-lhe: “Agradeço-vos muito, mas fiquei vacinado. Depois do que se tem passado na URSS, nas democracias populares e no Partido Comunista Português (que tenho acompanhado, por várias vias, entre elas no Tribunal Plenário), não tenho qualquer intenção de me reinscrever no Partido Comunista.

O meu caminho é outro. Não sei ainda bem qual, ando à procura, mas *outro*. Isso não me impede de continuar a ser resolutamente antissituacionista e vos poder ajudar em qualquer coisa com que, pontualmente, concorde.” Não houve resposta nem qualquer outro contacto.⁶⁷

A falta de enquadramento orgânico de Soares não significava menor interesse pela atividade política. Logo depois de sair do PCP terá, aliás, prosseguido «reuniões em *petit comité*» com outros dissidentes do partido, como Piteira Santos, Salgado Zenha, Borges de Macedo ou Ramos da Costa.⁶⁸ Mas só em 1955 este núcleo decidiu avançar para uma estrutura mínima e um nome próprio: a Resistência Republicana (RR), em cuja fundação Soares teve papel determinante. Neste «grupo de reflexão e intervenção»⁶⁹ estão também Manuel Mendes e os advogados Joaquim Catanho de Menezes (1926-1985), Gustavo Soromenho, José de Magalhães Godinho (1909-1994, irmão de Vitorino Magalhães Godinho), António Macedo (1906-1989), Teófilo Carvalho dos Santos (1906-1986), José Ribeiro dos Santos (1908-1988, também jornalista) ou Mário Cal Brandão (1910-1996) – no fundo, todos eles habituais companheiros políticos de Soares. Aos antigos comunistas agregavam-se aqui membros de um velho e diminuto grupo oposicionista chamado União Socialista.⁷⁰

Para Piteira Santos, a RR «não se propunha ser uma organização política unitária, mas, simplesmente, um reduto, uma trincheira, um centro elaborador de projetos, dinamizador de ações, promotor de iniciativas.»⁷¹ Soares dirá algo semelhante: «Nunca foi mais do que um sólido grupo de amigos, que analisavam em comum a evolução da vida nacional e tinham, forçosamente, uma capacidade limitada de intervenção.»⁷² Na verdade, tratava-se de não mais do que «uma tomada de posição moral»⁷³: «A Resistência, praticamente confinada ao escritório de advocacia de Soromenho, nada mais fez do que produzir uns panfletos satíricos, da autoria de Manuel Mendes, contra os dignitários do regime, tentando explorar as suas contradições internas. A sua mera existência

ajudava a manter os laços entre um grupo de individualidades com excepcionais relações pessoais e políticas na oposição, e muito bem informadas.»⁷⁴

Mas a organização trouxe a Soares uma enorme vantagem, já que em 1956 ele ingressaria como seu membro mais destacado – embora a título pessoal – no Diretório Democrato-Social (DDS), uma estrutura que agregava personalidades situadas no lado mais moderado do leque oposicionista. O convite a Soares foi formulado por um dos responsáveis do DDS, Armando Adão e Silva (1909-1993), futuro grão-mestre do GOL, e aí ele teria oportunidade de um convívio mais estreito com outros notáveis da oposição tradicional, sobretudo Azevedo Gomes, Jaime Cortesão (regressado em 1957 do seu exílio no Brasil) e António Sérgio. Esta pragmática aproximação à ala direita do antissalazarismo seria justificada por motivos táticos: «Os meus companheiros [da RR] zangaram-se: “Por que te vais meter com esses tipos? É uma coisa de burgueses.” Mas eu só estava interessado em fazer trabalho legal, e já achava que era precisa uma alternativa. Quando saí do PC pensei: “Só lá vamos com o apoio da Europa. Apenas pelo trabalho unitário não vamos lá.” Entendi que encostado à direita era melhor (e o DDS não era tão de direita como isso). Eles acabaram por me dar razão.»⁷⁵

A própria RR estava longe de ser um grupo com posição ideológica uniforme. A invasão da Hungria pelas tropas russas em finais de 1956, para extirpar uma revolta antissoviética e derrubar o primeiro-ministro reformista Imre Nagy (1896-1956, acabando executado), revelou quem no seio do grupo ainda não cortara o cordão umbilical com o PCP, segundo narrará Borges de Macedo:

Eu disse que era útil aproveitar a ocasião para estabelecermos uma comunidade de pontos de vista sobre um ato daquele teor. O Piteira reproduziu exatamente as posições comunistas – que a revolta húngara fora subsidiada pelos EUA, que o Imre Nagy era um traidor e que o levantamento popular de Budapeste fora realizado com armas fornecidas pela Cruz Vermelha. Eu perguntava-lhe como é que sabia e ele respondia-me apenas

que não podia deixar de ser assim. Afirmar que isso para mim era muito grave, que certamente em Portugal, com os comunistas, também não poderia deixar de ser assim e apresentei a minha demissão do grupo. O único que protestou contra Piteira foi Mário Soares, que me declarou: “Concordo consigo, mas temos outras coisas a fazer; não se deve ir embora”.⁷⁶

Borges de Macedo acabou de facto por sair, quando Soares manteve-se. Nunca excluindo o regresso a uma vida política mais dinâmica, ele classificava-se então em posição de «neutralidade colaborante», como descreve no seu diário a 14 de novembro de 1956:

Depois de vários anos de acalmia – ou melhor, de eclipse – as coisas de novo se desenvolvem, forçando-me de algum modo a intervir. Mas como? Espectador propriamente nunca fui – e mesmo nestes anos de forçado apagamento a minha inatividade foi uma forma de protesto. Como o de muitos outros. [...] O ambiente internacional, neste final de 1956, é, apesar de confuso e intrincado, francamente favorável. O ambiente nacional, o pântano, onde apenas se sente o coarçar das rãs... políticas. Mas a situação tende necessariamente a alterar-se. Não há situações sem saída – e aquela em que vivemos, por menos que se descortine a saída, não é uma exceção. O país real – o das pedras vivas, como diz o [António] Sérgio – anseia e espera por uma solução. Está apenas desencorajado e confundido, mas com uma aragem favorável voltará aos dias de 45 ou de 49. Sobre isto não tenho dúvidas. Serão porém as iniciativas em cursos capazes de propiciar essa aragem redentora? Não o creio. A crítica dos erros passados não foi suficientemente aprofundada nem suficientemente sincera. Assim, qual deverá ser a minha posição? A da neutralidade colaborante.⁷⁷

Logo após terminar o curso de Direito e ainda antes de finalizar o estágio, Soares iniciou-se na carreira da advocacia, entrando para o escritório de Gustavo Soromenho na Baixa lisboeta, com morada na Rua do Ouro, 87-2.º, que pertencia também a Henrique Pimentel Saraiva (1901-1975, «um republicano, grande advogado fiscalista»⁷⁸): «Dois advogados com clientelas próprias e larga

experiência, que me abriram as portas, me ensinaram muito e aguentaram sem pestanejar – e com grande amizade – os contratempos policiais a que fui sujeito: prisões, buscas, vigilância policial permanente a partir da pastelaria em frente, a Central da Baixa.»⁷⁹

Mudando-se de Leiria para Lisboa, o causídico oposicionista Vasco da Gama Fernandes (1908-1991) entrou também, pouco depois, para o escritório. «Cada um trabalhava para si, repartindo as despesas de instalações e funcionamento do escritório. Eu não era mau na barra, ganhei fama aí, mas quando havia um problema jurídico mais sério perguntava ao [Fernando de] Abranches Ferrão [1908-1985], ao Heliodoro Caldeira [1909-1966], ao Zenha...»⁸⁰ (noutra ocasião, Soares falará do apoio jurídico que lhe era ainda prestado pelos advogados Eduardo Figueiredo [1904-1983] e Eurico Ferreira [1912-?]⁸¹).

Tal como nos estudos, também na profissão o novo homem de leis não parecia ter grandes ambições (ao contrário, por exemplo, de Salgado Zenha, «que era um jurista excecional»⁸²). Encarárá a advocacia, na verdade, com um sentido meramente instrumental: «Esta atividade era sobretudo um meio de subsistência para mim, uma almofada para eu me dedicar à política.»⁸³ Com uma vantagem adicional: «Eu estava sempre a ser preso, e eles [no escritório] tratavam-me das coisas [os processos que tinha em mãos].»⁸⁴

Em suma, um obstáculo havia-se tornado num benefício: «Obrigando-me a tirar o curso de Direito, indiretamente, a PIDE prestou-me um involuntário serviço.»⁸⁵

Capítulo 7

A vocação

A entrada de Soares para o DDS ocorreu pouco antes do anúncio da candidatura do general Humberto Delgado (1906-1965) às eleições presidenciais de junho de 1958, um momento crucial na história da oposição ao salazarismo, mas que apanha de surpresa e a contragosto o principal animador da RR. Delgado fora um dos entusiásticos jovens tenentes apoiantes do golpe de Estado de 28 de maio de 1926 e ocupara diversos cargos de relevo na hierarquia do Estado Novo, até ter rompido com Salazar depois de permanecer algum tempo nos Estados Unidos como adido militar. A sua anterior ligação ao regime causou as maiores suspeitas a Soares e à maioria dos membros do seu grupo: «Com as exceções de Manuel Mendes e Eurico Ferreira, quando se esboçou a hipótese da candidatura de Humberto Delgado [a RR] levantou-lhe reticências várias. Que diabo, fora salazarista e tinha escrito um *Manual da Legião Portuguesa!* Na verdade, não o conhecíamos. Vindo das fileiras do salazarismo, não o considerávamos suficientemente antissalazarista. Por isso as nossas desconfianças persistiam...»¹

A aposta de Soares e seus companheiros era outra: «Queríamos que fosse Jaime Cortesão (ou Azevedo Gomes), não Humberto Delgado.»² «Só que o próprio Cortesão não queria e, tal como António Sérgio, achava melhor ser Humberto Delgado. E tinham razão. Os [oposicionistas] do Porto, Artur Andrade [1913-2005, arquiteto], [Artur] Santos Silva [1906-1976, advogado], etc., também queriam que fosse o general Delgado, que tinha muito mais apoios aí. Nós em Lisboa só despertámos mais tarde.»³

Embora impulsionada pelo próprio Sérgio, a candidatura de Delgado aparecia assim sem o apoio das tradicionais estruturas da oposição, já que o próprio DDS ao início se distanciara. A campanha do general impôs-se porém por si mesma, absorvendo a expectativa geral e não deixando espaço para alternativas, pelo que, «perante o facto consumado», o Diretório «encontrou uma solução diferente: resolveu apoiá-la, embora opondo-lhe “reservas” que se filiavam, sobretudo, no seu passado “situacionista”.»⁴

A campanha de Delgado, que se revelaria avassaladora, mobilizando apoios populares como nunca antes sucedera com qualquer outra ação antissalazarista, constituía na realidade uma forma diferente do combate político convencional a que a oposição moderada (ou radical) estava habituada. O DDS mantinha uma branda intervenção constituída por comentários críticos, com «representações» ao presidente da República, «assaz respeitosas, aliás», que depois viria até a ser ridicularizada pelo general.⁵ Soares reconheceria os limites dessa atividade: «É certo que os documentos do Diretório, se serviram para dar testemunho de uma situação, em nada contribuíram, em termos de eficácia, para a modificar.»⁶

Embora «com diversas *nuances* pessoais», também a RR apoiaria a campanha de Delgado, sobretudo através do trabalho de Manuel Mendes e Piteira Santos, que colaboraram de perto com o candidato, ou ainda de Teófilo Carvalho dos Santos e de Eurico Ferreira.⁷ Do mesmo modo, o PCP, à partida muito crítico do general, acabaria, perante a evidência dos acontecimentos, por apanhar esse comboio já perto da data do escrutínio, através do chamado Pacto de Cacilhas, pelo qual o candidato dos comunistas, o advogado e pintor Arlindo Vicente (1906-1977), abdicou a favor de Delgado. Acordo que, aliás, Soares criticaria, por entender que «não trouxe a Delgado quaisquer vantagens, concedendo, em contrapartida, ao governo o estafado argumento do “perigo comunista”.»⁸

Embora acabando, por via da sua ligação ao DDS, integrado na nomenclatura da campanha do «general sem medo», como mem-

bro da sua Comissão de Honra, Soares não teve nela o protagonismo que o caracterizara junto de Norton de Matos: «Tive pouca participação na campanha, na qual não tive praticamente importância nenhuma.»⁹ Viria depois a reconhecer que os «preconceitos ideológicos» o tolheram, assim como a outros membros do seu grupo: «Paralisado pelas “reservas” do DDS, [...] perdi muito tempo e nem de longe dei a colaboração que poderia ter prestado. Nesse aspecto, temos todos a obrigação de fazer uma larga parcela de autocrítica...»¹⁰

Nem mesmo o célebre desafio do «obviamente, demito-o», resposta dada por Delgado em conferência de imprensa a uma pergunta sobre o que faria a Salazar caso fosse eleito, terá convencido Soares, que apenas se deixou impressionar pelo momento culminante que foi a chegada do candidato à estação ferroviária de Santa Apolónia, na capital, regressando de um apoteótico comício no Porto: «Piteira Santos insistiu comigo para o ir esperar. Fui, devo confessá-lo, sem grande entusiasmo. [...] Começámos a ver um movimento inabitual de pessoas no sentido do Terreiro do Paço. Que gente é esta, perguntei? Não podia acreditar – ninguém o supunha possível! – que sem qualquer preparação prévia, sem esquemas orgânicos, sem convocações, por forma verdadeiramente espontânea, milhares e milhares de pessoas se dispusessem a ir esperar Humberto Delgado – poucos dias antes era ainda um desconhecido. Era, entretanto, verdade! [Foi] a mais imponente, extraordinária e impressionante manifestação popular a que assisti, desde o final da guerra!»¹¹

Soares não chegou a Santa Apolónia, «porque já era impossível passar para lá do Ministério das Finanças, tal era a multidão»,¹² nem a polícia o deixaria aproximar-se da gare, tendo bloqueado o acesso ao público. O que se passou a seguir é conhecido: aceitação por Delgado de um caminho de saída alternativo para não se cruzar com os apoiantes (acatando uma ordem policial, gesto em tudo contrário à sua maneira de ser), violenta repressão dos manifestantes (que se prolongou pela noite fora), desorientação

tática e estratégica da campanha do general, vitória do candidato do regime, contra-almirante Américo Tomás (1894-1987), num escrutínio – o único presidencial em que os antissalazaristas foram até às urnas – de que existiriam múltiplas provas de fraude.

Mesmo após a campanha presidencial, com Delgado erigindo como objetivo de vida a destruição de Salazar como estadista, Soares não se deixou seduzir pela controversa personalidade do general. Conviveu porém com ele nesse período, cedendo-lhe até o escritório de advogado para o general aí realizar uma reunião do seu Movimento Nacional Independente, com que pretendia agregar a oposição, mas sem se querer comprometer politicamente com o ex-candidato presidencial: «Recusei-me a participar, ou sequer a assistir [à reunião], por me parecer que o movimento não tinha grande viabilidade política, dado que, desde o início, se apresentava mal definido nos seus objetivos.»¹³ Pelo seu lado, Delgado, que parecia ter apreço pelo jovem advogado, lamentaria o seu envolvimento com as eminências do DDS, que alcinhava pelo traço capilar comum a Azevedo Gomes e Cortesão, atirando a Soares: «A minha pena é que você seja o homem da confiança dos barbas...»¹⁴

O general acumulara contudo considerável capital político com a campanha presidencial, tornando-se mesmo, por essa circunstância, a personalidade mais destacada da oposição não clandestina, pelo que não eram despidiendas as formas de associação pública de outros antissalazaristas à sua figura, como Soares terá percebido: «Quando, depois, alguns, mais desanimados, se afastaram, no período do refluxo, eu permaneci.»¹⁵ Acabaria por colaborar de perto com Delgado na organização em Lisboa das comemorações do 5 de Outubro de 1958 (data sempre aproveitada para a oposição se exprimir contra o regime), transmitindo-lhe a sua experiência em «técnica das manifestações de rua».¹⁶

Foi esse conhecimento que o levou a desconfiar de que os homens que de súbito puseram Delgado aos ombros à saída do cemitério do Alto de São João – onde uma vasta multidão (por efeito ainda da campanha eleitoral) se havia concentrado nesse dia para a

«tradicional romagem aos heróis da República» – não seriam seus apoiantes, mas sim agentes da PIDE, empenhados em retirá-lo do convívio com os presentes. Ordenou ao general que se libertasse dos indivíduos, o que Delgado fez «às punhadas», antecedendo uma carga policial sobre os manifestantes.¹⁷ Estes concentraram-se depois junto ao monumento a António José de Almeida, a um quilómetro de distância, onde Delgado apareceu a discursar perante o delírio geral. Desta vez, a polícia recorreu a gás lacrimogénio para dispersar a concentração: «Foi então que conheci, pela primeira vez, os efeitos terríveis dos gases, que tinha visto de perto já mas que nunca, pessoalmente, havia experimentado. Todos chorávamos copiosamente – e o pobre doutor Cortesão, gaseado da guerra, fora especialmente afetado, ficando bastante mal! Mas, apesar das lágrimas, sentia-me satisfeito por termos iludido a vigilância da polícia e conseguido realizar uma manifestação imponente!»¹⁸

Para dar projecção à situação política nacional, Soares pensou promover a visita a Portugal de alguns dirigentes socialistas ou sociais-democratas europeus, como o francês Pierre Mendès France (1907-1982), que recusou invocando falta de tempo, o italiano Pietro Nenni (1891-1980) ou o britânico Aneurin Bevan (1897-1960), que deveriam encontrar-se com Delgado,¹⁹ mas o regime anulou a iniciativa. O que se passou com Bevan, que já fora ministro e líder do Partido Trabalhista (sendo na altura o ministro-sombra dos Negócios Estrangeiros), foi característico: «À última hora, quando os bilhetes de avião já tinham sido entregues a Aneurin Bevan e sua mulher, [o governo de Lisboa] notificou Bevan de que o não deixaria entrar em Portugal! [...] A razão invocada por Salazar para justificar um gesto tão deselegante, numa “nota oficial” transcrita em todos os jornais portugueses, foi de um ridículo atroz. Não se havia permitido a vinda de Bevan porque ele só falava inglês e pouca gente em Portugal dominava a língua de Shakespeare!»²⁰

Para a oposição, o ano de 1959 foi dominado pela «Revolta da Sé», mais uma intentona antissalazarista, reunindo um largo

espectro de militares e civis, marcada para eclodir na madrugada de 11 para 12 de março. Contudo, de acordo com um padrão já tradicional entre o revirvalho, não só o golpe não deflagrou, devido a hesitações de última hora, como a PIDE atuou detendo e processando alguns dos seus principais responsáveis. Apesar do fracasso, a Revolta da Sé teve o condão de trazer para a arena oposicionista novos atores, em particular católicos que já haviam participado na campanha de Humberto Delgado e que estavam estimulados pela carta dirigida a Salazar pelo bispo do Porto, António Ferreira Gomes (1906-1989), pouco após as eleições presidenciais, criticando de forma acerba o regime dirigido pelo já quase septuagenário chefe do governo (atrevido que, de resto, valeria ao prelado o exílio por tempo indeterminado).

Soares não terá estado envolvido na conspiração (nem o seu pai), mas, no ambiente político em que se inseria, onde o fluxo de informação sobre as atividades oposicionistas era constante, é bem provável que tivesse conhecimento prévio do movimento, como, aliás, denunciaram mais tarde as suas lacónicas palavras sobre o evento: «Segui com paixão essa tentativa.»²¹

De qualquer modo, o recém-formado advogado aceitou ser o patrono em Tribunal Militar, no início do verão de 1960, de Fernando Oneto (1929-1976), um dos civis acusados de implicação na Revolta da Sé, o que correspondia a um novo capítulo da sua atividade de oposicionista: assegurar a defesa de presos políticos. Outro dos seus constituintes da época, cuja defesa assegurou a título gratuito (como era prática dos advogados dos presos políticos), foi Octávio Pato, apesar da suspensão dos laços de amizade com que o então funcionário e dirigente do PCP, 10 anos antes, brindara o antigo companheiro do MUDJ, então acabado de sair do partido: «O próprio Octávio Pato me pediu que fosse seu advogado. Ele seguira todo o meu processo de afastamento do partido – criticando-me, de resto, em termos duríssimos! –, mas, quando foi preso em 1961, escolheu-me como advogado. Sabia a quem se dirigia. Portou-se, aliás, heroicamente na cadeia: durante os lon-

gos interrogatórios, nunca falou e depois, no Tribunal Plenário, foi expulso pelo célebre juiz [João António da Silva] Caldeira, a socos e pontapés da PIDE... Uma vergonha que ainda hoje me vexa!»²²

Desde logo, Soares empenhou-se em construir pontes com os oposicionistas católicos, ciente da convergência de interesses que poderia resultar desse entendimento, favorável também à sua pretensão de alargamento da influência política. Um desses ativistas era Francisco Lino Neto (1918-1997), um engenheiro ligado às obras do Metropolitano de Lisboa, inaugurado em fins de 1959, e que Soares mobilizou para o DDS: «Praticamente, foi o Mário Soares que me começou a chamar para a atividade política. No Diretório Democrato-Social, ele constituiu comigo e com Zenha, Ramos da Costa e Azevedo Gomes um núcleo social-democrata que se opunha aos republicanos tradicionais em questões como o colonialismo – em que a velha guarda continuava a manter as antigas posições patrioteiras – e as relações com os comunistas, com quem os outros não queriam qualquer contacto.»²³

A questão colonial estava então na ordem do dia, mercê da resistência de Salazar às pressões internacionais, mormente na ONU, para proceder aos processos de autodeterminação dos territórios pertencentes ao império português. A oposição tributária da I República possuía do problema uma visão muito próxima da de Salazar, no sentido da conservação das colónias (a política do regime saído do 5 de Outubro), e o tema era tratado com pinças mesmo entre os membros das novas gerações de antissalazaristas, sem a existência ainda de uma posição clara a favor da descolonização, uma resultante da nova ordem internacional saída do pós-Segunda Guerra Mundial.

E Lino Neto recordará Soares à época visceralmente envolvido na política como propósito de vida: «Era um homem nitidamente vocacionado para a política, não possuindo qualquer outro objetivo. No seu escritório realizavam-se permanentemente contactos, reuniões e trocas de informações. Por lá passavam também todos os boatos sobre as conspirações contra a ditadura.»²⁴

Soares voltaria a ser detido – primeiro pela PSP, que depois o entregou à PIDE – durante um desfile comemorativo dos 50 anos do 5 de Outubro, em 1960. No auto de detenção, justificará o polícia que o fez «por ter visto que o apresentado, desde a Rua Cavaleiro de Oliveira e seguindo pela Praça do Chile e Avenida Almirante Reis até ao local da captura, tomou atitudes de comandante de regimento em campanha, de regente de orquestra ou de dirigente de grupo organizado [...], ora levantando o braço direito e indicando o itinerário a seguir, ora dando o sinal para cantar em coro e em voz alta *A Portuguesa*, ou transmitindo por outras formas as suas ordens, chefiava um considerável grupo de manifestantes, que executavam fielmente as suas ordens [e] davam vivas à República»²⁵. Escreverá depois a polícia política num relatório a propósito do protagonismo do advogado nesse dia: «Foi um dos mais destacados elementos da “oposição” no comando dos manifestantes que nesta data se aglomeraram no Cemitério do Alto de São João para a homenagem aos mortos da República e que depois marcharam para as ruas da Baixa, onde foi preso.»²⁶ Sujeito a um breve interrogatório, conhecerá nessa noite os famigerados «curros» do Aljube, que descreverá como «minúsculas celas [...] quase sem luz, de cinco palmos de largura por quinze de comprimento, tendo por única mobília uma tábua incrustada na parede, que se levanta e baixa, o “bailique” [estrado de madeira], em cima da qual existe um velho enxergão e duas mantas, onde se dorme, sem lençóis.»²⁷ Foi libertado no dia seguinte.

Por essa altura, Soares começara já a trabalhar com Azevedo Gomes, Piteira Santos, José Ribeiro dos Santos e Ramos da Costa, num «Programa para a Democratização da República», com que a oposição procurava responder aos ideólogos do Estado Novo, que a acusavam de não passar de um amontoado incongruente de tendências, sem uma linha de rumo político.²⁸ A iniciativa teve lugar sob a égide de Jaime Cortesão, em cuja residência (até à sua morte, em agosto de 1960) se realizaram as reuniões iniciais da comissão de redação.²⁹ Tratou-se de um exercício de cedência e convergên-

cia, para tornar o documento o mais abrangente possível: «O programa [...] não representou de modo algum o “ideário” do nosso grupo [a RR], situado nitidamente mais à esquerda: alargava-se para a direita, até aos republicanos liberais centristas (tipo Acácio Gouveia [1900-1974, advogado]) e, noutro sentido, até ao grupo Seara Nova [...]. A colaboração da Seara Nova foi particularmente difícil de obter, dado que muitos dos *seareiros* de então eram particularmente sensíveis às críticas do Partido Comunista, que via com desagrado no Programa a afirmação de uma orientação política perfeitamente autónoma.»³⁰ O consenso quanto à questão ultramarina revelou-se como um dos mais difíceis de alcançar.³¹

A apresentação pública do documento, realizada em maio de 1961 numa conferência de imprensa convocada para o escritório de Acácio Gouveia sem o conhecimento prévio da PIDE, ocorreria no período de maior crise do longo consulado de Salazar, com o desvio em janeiro, nas Caraíbas, do pacote português *Santa Maria*, numa ação de protesto contra o Estado Novo empreendida por um comando sob a liderança do antissalazarista Henrique Galvão (1895-1970, capitão e, tal como Humberto Delgado, homem do aparelho do regime antes de se tornar seu dissidente), o início da guerra nacionalista em Angola contra o domínio português, com ações armadas do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), respetivamente em fevereiro e março (esta através do massacre de centenas de civis no norte do território), e com a tentativa falhada de derrube do ditador levada a cabo em abril por oficiais da própria hierarquia governamental, sob iniciativa do ministro da Defesa, Júlio Botelho Moniz (1900-1970).

Já a 16 de fevereiro Soares intuía que, no que à política dizia respeito, estava a viver um ano especial, como então verteu para o diário:

Aqui estou eu, que planifiquei o meu ano de 1961 como um ano de trabalho no direito e de estabilização da minha vida pessoal e económica. Qual quê? Comecei bem – mas eis que surge,

inesperadamente, o caso do Santa Maria [...]: e não mais fui capaz de fazer mais nada (ou pensar em mais nada) para além da política. Os acontecimentos de Angola, depois a ida dos três ao Presidente da República [Azevedo Gomes, Eduardo Figueiredo e Acácio Gouveia³², a 28 de janeiro, para a entrega do Programa para a Democratização da República³³], abaixo-assinados, diligências junto do *Diário de Lisboa*, contactos com jornalistas estrangeiros, reuniões, conversas, boatos... e não passo disto! O momento é único, efetivamente. O momento é único, efetivamente. Mas eu não posso entregar-me de tal forma [...] às coisas públicas que abandone completamente a minha vida privada.³⁴

As autoridades policiais, assanhadas pelos acontecimentos, não tardaram a reagir à divulgação do Programa para a Democratização da República, detendo Soares no dia seguinte, assim como os 61 restantes subscritores. Iniciavam-se aí seis meses que constituiriam o seu maior período de privação de liberdade durante a ditadura, com passagens de uma semana pelos curros do Aljube, depois pelo último andar deste estabelecimento e por fim por Caxias. Ainda no Aljube, Soares daria de novo mostras da sua boa disposição em clima adverso, ao pedir emprestada a um servente que já conhecia de anteriores detenções, perante uma breve ausência do guarda de serviço, a chave da cela de Acácio Gouveia, para lhe abrir a porta e ordenar ao atónito advogado: «Arranje-se, Acácio! O Salazar caiu, tomámos conta da cadeia.»³⁵

Tendo sido, entre todos os detidos, o que então mais tempo passou na prisão, Soares foi libertado sem qualquer acusação formulada, juntamente com Abranches Ferrão, Ramos da Costa e Teixeira Santos, na madrugada a seguir à última sessão de propaganda oposicionista para as eleições de deputados desse ano, segundo ouviria dizer para impedir a presença dos ex-detidos no comício.³⁶ (A oposição, de resto, desistiria da ida às urnas). Com o seu sempre confessado fascínio pela literatura, Soares terá aproveitado essa detenção para escrever ficção (falando depois de um romance e várias novelas, mencionados também num documento interno

da família³⁷), mas que não passará do manuscrito.³⁸ Decorrerão anos de instrução contraditória dos autos relacionados com estas detenções, sempre com os arguidos em liberdade sob fiança, até o processo acabar amnistiado.³⁹

O Programa para a Democratização da República causaria ainda outra vítima – o pai de Maria de Jesus Barroso: «Foi a última vez que o meu pai foi preso, na véspera de fazer 74 anos, que foi celebrar na PIDE com tortura do sono. Teve uma síncope e ia morrendo. Foi em 1962, à volta do Programa para a Democratização da República.»⁴⁰

Detido fora também, em Luanda, Manuel Tito de Morais, mas por envolvimento em atividades do MPLA. Aproveitando a circunstância de Adriano Moreira, antigo camarada de cárcere tanto de Soares como de Tito de Morais, ser agora ministro do Ultramar, com a remodelação governamental empreendida por Salazar na sequência da tentativa de golpe de Botelho Moniz, o advogado oposicionista e outros solicitaram-lhe a libertação do amigo: «Mandámos-lhe um telegrama: “Seus companheiros de prisão, vimos intimá-lo a pôr em liberdade o engenheiro Tito de Morais.” A verdade é que o mandou vir logo para Lisboa. Tito de Morais diz que lhe salvámos a vida.»⁴¹

Não se comprometendo em conspirações, mas sempre na expectativa quanto ao seu desfecho, Soares continuava a par do que se passava nos bastidores desse campo então tão fértil. Mesmo a conspiração de Botelho Moniz, apesar de confinada à hierarquia oficial, não lhe era estranha, como constatou o advogado e então deputado da União Nacional – mas algo heterodoxo – Manuel José Homem de Mello (1930-2019), que com ele almoçara pouco antes: «Eram enormes as expectativas de Mário Soares em relação à possibilidade de restauração democrática. A ideia de que seria possível executar um golpe sem derramamento de sangue entusiasmava-o.»⁴² Na verdade, ele soubera da iminência do golpe através de um major do Exército, de apelido Carvalho da Silva, amigo de Botelho Moniz, tenente do 28 de maio (tal como o

ministro) e depois dissidente do regime. Conhecera-o numa das suas passagens pela cadeia: «Habitou-se a passar pelo meu escritório, onde me contava o andamento da conspiração. Naquela noite de 12 para 13 de abril, lembro-me muito bem, estávamos certos de que o Salazar ia cair...»⁴³

Não se tendo confirmado o prognóstico, Soares depositou ainda maiores esperanças na conspiração seguinte, em que estavam envolvidos elementos que lhe eram mais próximos (entre os quais Piteira Santos) – o golpe do quartel de Beja, marcado para a noite de Ano Novo de 1962: «Tive conhecimento prévio do golpe de Beja e de como ia ser feito, por via do Manuel Serra [1931-2010, antigo dirigente da Juventude Católica, que liderara já a componente civil da Revolta da Sé] e do [capitão João] Varela Gomes [1924-2018] – dava-me com ele e com a mulher. Mas não intervim. Eu estava nas Cortes [freguesia vizinha de Leiria, na qual João Soares tinha casa] com o meu pai a passar o Natal e o Ano Novo de 61 para 62, sabia que se ia dar a ação e estava inquieto. Soube depois que aquilo falhou tudo.»⁴⁴

O golpe fracassou devido a uma inesperada reação adversa, da qual Varela Gomes, chefe militar da intentona, saiu gravemente ferido (resultando ainda a morte do subsecretário de Estado do Exército, tenente-coronel Jaime Filipe Fonseca [n. 1910], que ao saber da revolta resolvera ir acompanhar *in loco* os acontecimentos). Quanto a Manuel Serra, de novo líder do braço civil armado, viria a ser detido em Tavira. Humberto Delgado, que entretanto se exilara no estrangeiro, entrou clandestino em Portugal para surgir como o chefe do movimento, mas, perante o fiasco, acabou por sair dias mais tarde sem a PIDE ter detetado a sua passagem.

Na onda repressiva que se seguiu, Soares viria também a ser detido, a 15 de fevereiro, por suspeita de envolvimento na revolta. Ou pelo menos de proteger um dos seus cabecilhas, como José Fernandes Fafe veio a concluir:

| A polícia tem a ideia de que o cérebro da coisa de Beja é o Piteira. E um dia cerca a casa do Piteira. A Estela Piteira perde a

cabeca, e a primeira pessoa a quem telefona é ao Mário Soares; portanto, dá indicações ou sugere à polícia que o Mário Soares sabe do Piteira. E o Mário Soares aparece-me em casa: “A Estela foi presa, isto é uma grande chatice, nós temos de mudar o Piteira do sítio onde está.” O Piteira estava em Algés. Ele vinha-me pedir o favor: como era amigo do Piteira, eu tinha obrigação [de o acolher] – e tinha. “Vamos lá a isso.” O Mário Soares contactou com o [Gustavo] Soromenho e combinaram almoçar no [restaurante] Rex, e, quando subíamos para o Rex, aparece um tipo gordalhufo, com um emblema brilhante do Benfica: “Mário Soares?” “Sim, sim.” “Acompanhe-me aqui à António Maria Cardoso, uma conversa prévia e tal.” “Eu ia almoçar.” “É uma coisa breve.” Eu devo ter dito qualquer coisa: “Como isso é uma coisa breve, eu vou entrar e espero por ti para almoçar.” Entrei e disse ao Soromenho: “Avise a Maria de Jesus, que o Mário acaba de ser preso.” Peguei num táxi, a pensar: “O que é que eu faço com isto? Ah, o Rui Grácio – mora em Sintra, não tem muita atividade política, é um homem de confiança, não vai dizer que não.” De maneira que fui a casa buscar o carro e fui buscar o Piteira a Algés; eu sabia onde ele estava porque a Estela me tinha dito. Levei-o para casa do Rui Grácio. Depois foi-se embora [para o estrangeiro].⁴⁵

Embora tivesse durado menos de um mês, por nada tendo a PIDE conseguido apurar, a detenção deixava uma marca de incerteza na existência do perseguido que o manteria apreensivo quanto ao futuro, como testemunhará no diário dias após ser libertado:

Quem pode manter constância nos projetos, neste desgraçado país? [...] Fui de novo preso – pela 8ª vez! – em seguida a um telefonema matinal da Estela a comunicar-me a prisão (falsa!) do Fernando. Mais 22 dias de cadeia, **por nada!**... Vinte e dois dias de curros, com dois períodos de 60 e 61 horas de interrogatórios. Além da angústia [...], do desgaste nervoso, do incómodo – a vida cortada, dando a toda a gente (colégio, clientes, até os amigos) a sensação de instabilidade e insegurança da minha vida. Isto é muito prejudicial – e a continuar assim arruína-me a vida! Era o que eu dizia aos polícias: “Não me posso dar

ao luxo de três em três meses passar seis na cadeia!...” Donde concluo agora: **tenho que me defender!**⁴⁶

Sempre parco no relato das formas da tortura a que afirmou ter sido várias vezes submetido pela PIDE, Soares não se eximiria a entrar mais em detalhe a propósito do sucedido nesta ocasião:

A privação da liberdade é uma tortura, o ostracismo e a permanente discriminação, outra. Em certos anos retiraram-me, arbitrariamente, o passaporte. Demorei dois anos de luta para ter direito a possuir carta de condução. Vários anos negaram-me o diploma de professor do ensino particular.[...] Fui sujeito, em 1962, à tortura do sono por dois períodos, sucessivos, de três dias e quatro noites, cada. Fui ameaçado várias vezes na cadeia e fora dela. Estive nos “curros” do Aljube quase um mês, sem luz, sem comunicação com ninguém, sem livros nem jornais, a comer um rancho repelente, num espaço exíguo de sete palmos por vinte, com uma tábua para dormir e duas mantas esburacadas, tábua que se levantava, de dia, para dar três passos, não mais. Estive também fechado um mês e tal numa cela de isolamento, na Penitenciária, um pouco maior do que os “curros” e com alguma luz, mas donde não saía nunca, com um balde para as dejeções...⁴⁷

Libertado sob caução, passaria a defensor de Varela Gomes (por pouco tempo) e sobretudo do major Francisco Vasconcelos Pestana (1922-2010, filho do antigo ministro das Finanças da I República Manuel Gregório Pestana Júnior [1886-1969]), um dos oficiais da guarnição de Beja envolvidos na conspiração, assim como do casal Francisco Veloso (1933-2005) e Lúcia Veloso, também acusados (e que ele visitava na embaixada do Brasil em Lisboa, onde se haviam refugiado⁴⁸).

No que respeita a Piteira Santos, fixar-se-ia depois na capital da Argélia, onde, devido à passagem desta ex-colónia francesa à independência em meados de 1962, se criaram condições para o acolhimento de exilados portugueses antissalazaristas. Aqui, o antigo dissidente comunista foi o principal animador das Juntas Patrióticas de Libertação Nacional, que, sob a designação de Juntas

Patrióticas (ou Juntas de Ação Patriótica), se haviam formado em Portugal dois anos antes e que evoluíram para a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN). Soares (juntamente com Zenha) aceitara fazer parte das Juntas Patrióticas (e participara mesmo com o amigo nos encontros com vista à sua formação, realizados do ateliê do pintor Nikias Skapinakis [1931-2020]⁴⁹), mas o grupo de Argel motivava-lhe maior desconfiança, cavando-se assim um fosso entre ele e Piteira Santos: «Quanto aos exilados de Argel, eu achava que não devia misturar-me naquilo.»⁵⁰

Ele parecia, na verdade, ter agora ideias mais claras sobre os seus objetivos políticos, já que, nos primeiros dias de janeiro de 1962, mudara o nome da Resistência Republicana para Resistência Republicana Socialista (RRS). O que queria dizer que Soares procurava um compromisso com a linha socialista ou social-democrata de matriz europeia ocidental: «Fundi a RRS para a transformar em Partido Socialista [PS].»⁵¹ Se tal intenção existia de facto, ela tornava-se agora mais clara: «Com o tempo este grupo constituiu o núcleo fundador de um novo movimento socialista (sem relações com o histórico e desacreditado PS da I República), que está na origem do atual PS.»⁵²

Estava-se porém ainda longe da constituição de um partido, já que a RRS continua a ser, no essencial, um grupo de amigos com atividade mais ou menos diletante. Mas Soares dedicou-se a intensificar recrutamentos, orientando-se já para uma geração mais nova, aquela que se envolveu na crise académica de 1962, iniciada com a proibição das comemorações do chamado Dia do Estudante, a 23 de março, e a greve universitária que se lhe seguiu como forma de protesto, em cuja liderança se destacaram nomes como Jorge Sampaio (1939-2021) ou José Medeiros Ferreira (1942-2014). O responsável da RRS começou por recorrer a conhecimentos pessoais:

Assim que começou a greve, quis conhecer os grevistas. Não foi difícil saber quem era Jorge Sampaio, conhecia o pai, Arnaldo Sampaio [1908-1984], da tertúlia do Café Portugal [...]. Era um médico de saúde pública, uma pessoa respeitável, amigo

do Manuel Mendes. [...] O meu sentimento foi o da maior satisfação: era uma nova geração a continuar a luta que travara até aí – pelos mesmos imperativos morais que a minha geração conhecera 20 anos antes! [...] Fizemos tudo para os chamar ao diálogo connosco. Namorámos politicamente o Jorge Sampaio, o Mário [Sottomayor] Cardia [1941-2006, então membro do PCP desde 1961], o Medeiros Ferreira e muitos outros. E propusemos-lhes que se juntassem a nós. Lembro-me de que, já depois do rescaldo da crise académica, tivemos uma conversa longa com o Jorge Sampaio. O Manuel Mendes e eu convidámo-lo para jantar, no Porto de Abrigo, um restaurante modesto onde íamos muito. [...] Queríamos que ele trabalhasse connosco, que viesse para a RRS. Dizia-nos que não: necessitava de independência política e, na sua geração, a luta académica era outra coisa!⁵³

Então finalista de Direito, Sampaio admite a existência desse encontro, mas afirma não ter memória dele.⁵⁴ Medeiros Ferreira, desembarcado dois anos antes da ilha açoriana de São Miguel para estudar Letras, possuirá contudo um registo mais nítido do contacto havido:

Mário Soares fez-me chegar a intenção de me conhecer através de Maria Antónia Fiadeiro [n. 1942], da Faculdade de Letras, que era afilhada e enteada de Piteira Santos [filha de Estela e Inácio Fiadeiro]. O encontro foi ou em casa d[o jornalista] Raul Rêgo [1913-2002, antigo diretor dos serviços de imprensa da campanhas de Norton de Matos e Delgado], que sei que estava nesse serão, ou em casa da mãe dela. Soares esteve a conversar comigo, no fundo para saber o estado da opinião dos dirigentes estudantis, quer em relação à greve propriamente dita, que estava a decorrer (e a que nós chamávamos “luto académico”) – saber as perspetivas, se a greve ia continuar, se continuava a ter muita adesão –, quer quanto à forma como politicamente se via a situação. A sua intenção era conhecer os dirigentes estudantis e tentar uma ligação com os que, não sendo declaradamente PC, tivessem um comportamento efetivo de luta contra a ditadura. Ele dizia que de um momento para o

outro podia haver novidades políticas, que o regime por dentro estava mais ameaçado do que se pensava. E eu: “É possível, mas o que vemos de cá de fora não é isso; vamos porém fazer o possível por continuar.” Eu estava menos otimista do que ele: nunca acreditei que aquela luta pudesse levar a um desfecho glorioso, era uma luta de resistência, de afirmação, mas não era uma luta de desfecho na ação contra o regime. Para nós, revolução nessa altura não rimava com sucesso, aquilo era uma forma de resistência.⁵⁵

O otimismo de Soares continuava, com efeito, a ser uma referência unanimemente notada por quem com ele convivia. Augusto Abelaira, que fazia parte de uma tertúlia literária com Carlos de Oliveira, José Gomes Ferreira (1900-1985) e Mário Dionísio (1916-1993, então professor no Colégio Moderno), onde o advogado oposicionista surgia a dar novas da situação política, recordará esses momentos: «De vez em quando, levava-nos notícias que indicavam: “Isto está quase a mudar.” Ele era reconfortante. Trazia sempre a esperança, boas informações de conspirações que se estavam a organizar nos quartéis.»⁵⁶ Quem reparava há tempos na persistência desse sentimento era José Fernandes Fafe:

Nos anos 50, durante o pior período para a oposição, dividida e fragilíssima, com o regime sólido e de situação na mão, as perspectivas eram ténues, mas se se falasse com o Soares ele dizia: “Não, não, temos esperança, há umas coisas.” O desânimo era grande e ele mantinha aquela chama, um otimismo se calhar sem base nenhuma, que só existia na cabeça dele, ou entendia que devia dizer aquilo. Uma vez, em 1959 ou princípio dos anos 60, passou pelo café e disse: “Há aí umas coisas.” Ele sai e alguém – já não sei quem, pode ter sido o Carlos de Oliveira, o [poeta João José] Cochofel [1919-1982] ou o Mário Dionísio – comentou: “Este tipo é a vitamina da alegria”, como o [ator e radialista] Igrejas Caeiro [1917-2012] dizia num programa dele, os *Companheiros da Alegria*.⁵⁷

E o advogado Vasco Vieira de Almeida [n. 1932], filho do antigo professor de Lógica Matemática na Faculdade de Letras e frequen-

tador dos ambientes oposicionistas da época, fará nesse particular uma distinção entre Soares e os restantes antissalazaristas: «As outras pessoas atuavam sem um grande convencimento de que a ditadura viesse a acabar, enquanto ele acreditava que o fim estava para breve. Contrastava mesmo com o peso opressivo que caracterizava a atuação dos outros. Tinha uma grande capacidade de resistência a tudo o que acontecesse, enquanto nós não passávamos de uns amadores.»⁵⁸

Soares prosseguia também as ligações aos oposicionistas oriundos do catolicismo, aceitando, assim como Zenha, não só colaborar como até fazer parte do conselho editorial na nova revista *O Tempo e o Modo*, lançada em janeiro de 1963 por intelectuais católicos da oposição, como os escritores António Alçada Batista (1927-2008), que dirigia a publicação, Nuno Bragança (1929-1985), Pedro Tamen (1934-2021), o professor e futuro crítico de cinema João Bénard da Costa (1935-2009), o economista e futuro catedrático Mário Murteira (1933-2013), o sociólogo Adérito Sedas Nunes (1928-1991) ou Lino Neto, que resolveram abrir a publicação a oposicionistas não católicos (e até assumidamente agnósticos), como era o caso dos dois amigos e correligionários. Nela escreverão também alguns ex-dirigentes estudantis da greve académica do ano anterior, entre eles Jorge Sampaio, advogado desde alturas da criação da revista, que se cruza com Soares na redação.

Mas o recém-licenciado terá mais presente, logo a seguir, o encontro para discutir a defesa dos acusados de Beja: «Foi Mário Soares quem ficou encarregado de preparar o conjunto de advogados que iria defender os réus do processo de Beja, e assim fez uma lista de 20 a 30 advogados, indo buscar advogados de várias gerações, desde Abranches Ferrão, [Francisco] Sousa Tavares [1920-1993, participante na Revolta da Sé] ou Vítor Wengorovius [1937-2005], e chegando depois aos jovens, no caso concreto eu e o Jorge Santos [n. 1939].»⁵⁹

Com atividade tão diversificada, muitas refeições eram utilizadas por Soares para fazer contactos em restaurantes, com implicações

na sua vida familiar: «Nesse tempo, lembro-me, almoçava quase sempre em casa e jantava frequentemente fora.»⁶⁰ Mas mesmo muitos dos jantares em casa eram propícios para falar de política, com o aparecimento de amigos que ficarão conhecidos na família como os «paraquedistas» (no seguimento da prática já antes instituída por João Soares). Lembrá-lo-á Alfredo Barroso, então a despertar para a atividade política em parte por ação do tio: «Tinham o hábito de aparecer à última hora, pouco antes do jantar, mas arranjava-se sempre um lugar na mesa para eles. Foi um costume que sempre perturbou de algum modo a economia doméstica.»⁶¹ Entre os que surgiam para conspirar pela conversa – prática tão do agrado do anfitrião –, contavam-se Manuel Mendes, Ramos da Costa, Abranches Ferrão, Zenha, o também advogado Duarte Vidal (1921-1997) ou Francisco Veloso.

Capítulo 8

A ASP

Para desenvolver uma atividade política permanente, com dois filhos por criar, Soares carecia de uma retaguarda familiar, que lhe foi garantida pela mulher e o pai – além da criadagem, que a família sempre teve meios para manter. Estar tantas vezes durante tanto tempo fora de casa não era prova que toda a esposa pudesse suportar, mas nesse aspecto o próprio reconheceria a tenacidade da ex-atriz: «A Maria de Jesus sempre me acompanhou com compreensão e tolerância. Não direi com agrado; ela gostaria que eu fosse mais caseiro. A maneira mais inteligente de preservar o casamento é que cada um aceite o outro tal como é e não o queira à sua imagem e semelhança. O amor, quando não é apenas o puro egoísmo da satisfação dos sentidos, não é senão isso mesmo: uma forma superior de compreensão e de aceitação!»¹

Por outras palavras, não havia no espírito de Soares qualquer dúvida de que a mulher deveria aceitar o seu modo de vida. O que implicou cedências, como por exemplo, no seio do casal, dar prioridade à licenciatura do marido em Letras, conforme relatará Maria de Jesus: «Acabei a licenciatura depois dele. Como casei, interrompi, e a certa altura disse: “Isto não pode ser.” Quando ele fez Direito eu disse: “Então tu vais fazer Direito e eu ainda não acabei a minha licenciatura?” E fui acabar. Isto foi pelo fim dos anos 50.»² Mas se o marido podia tirar dois cursos universitários, ela já não:

Eu no liceu queria tirar Direito, mas foi uma professora de Filosofia que me convenceu a ir para Letras. Mais tarde, voltei a pensar tirar Direito. O meu cunhado José [Manuel] Duarte [advogado (1924-1992), casado com a irmã mais nova de Maria de Jesus, Judite – 1929-], que fora meu colega na Faculdade de Letras, disse-me: “Vem daí tirar Direito, que sempre quiseste. Como já estás formada, não precisas de fazer o exame de admissão, entras automaticamente.” Eu fiquei entusiasmadíssima, mas o meu marido disse-me: “Não, que disparate! Já tens dois cursos, o do Conservatório e o de Letras.” E eu não fui, com grande pena minha. Ainda por cima, a faculdade era mesmo ao lado de minha casa. Os homens, às vezes, não querem.³

Também as tarefas diárias relativas à educação dos filhos recaíam na maior parte sobre Maria de Jesus, o que se pode deduzir do lamento feito ao marido em carta que lhe remeteu a 2 de abril de 1964, quando ele se encontrava a viajar pela Europa ocidental em contactos políticos, pedindo-lhe maior intervenção junto do filho de ambos, então com quase 15 anos: «Quando vieres terás de falar mais vezes com o João: que tem realmente excelentes qualidades de carácter mas que tem um feitio péssimo. (...) Tu és muito bom rapaz mas não intervéns **suficientemente** na vida dos teus filhos, sobretudo do rapaz, que está numa idade em que lhe é necessário sentir a amizade e sobretudo a autoridade do pai. Tens que conversar mais amiúde com ele, pois, **que é indispensável que o faças**. É que a **autoridade do pai** é indispensável ao lado da ação da mãe! – sobretudo na idade dele.»⁴

Soares não deixará de admitir a lacuna: «A vida dos meus filhos não foi fácil, no plano emotivo, devido à vida politicamente agitada que sempre tive.»⁵ E de reconhecer ter sido a mulher a colmatá-la: «Tenho a noção exata do seu papel decisivo, permanente, junto dos meus filhos. Sempre lidou bem com eles e, mesmo nessas ocasiões mais delicadas da adolescência do João, soube cumprir o seu papel de mãe, procurando suprir a ausência do pai.»⁶ Invocará contudo, em sua defesa, as virtudes da pedagogia a partir do arquétipo, que seria ele próprio:

Eduquei-os, sobretudo, pelo exemplo. E também através de conversas que não tinham, diretamente, nada que ver com eles. Julgo que se trata da melhor educação possível, uma influência que não se sente, mas se vai exercendo através do comportamento, das reações à vida de todos os dias, do estilo, das preocupações que se manifestam e dos interesses que realmente se têm, das relações com os outros, do ambiente que se cria em família e com os amigos. A cultura, as motivações éticas, as predileções estéticas, as amizades – por tudo isso, não tenho a menor dúvida de que os marquei. Da mesma forma que o meu pai me marcou a mim e os marcou a cada um deles.⁷

De qualquer modo, Isabel Soares sentiu igualmente o vazio relativo ao pai, apesar de atenuado pela onnipresença do patriarca da família:

As ausências causaram perturbação, com certeza. Também tivemos a sorte de viver sempre com o meu avô paterno, que foi das pessoas que mais nos marcaram, uma presença constante em casa, todos os dias. Havia sempre aquela figura masculina que impunha respeito mas que era ao mesmo tempo muito terna, afável, que se interessava pelos trabalhos da escola. Portanto, de certa forma, colmatou um bocadinho essa ausência forçada do meu pai, menos presente pela força das circunstâncias – as prisões, as saídas –, embora também estivesse em casa e se preocupasse. Nós [os filhos] não reclamávamos propriamente, e também a minha mãe nos fez ver as coisas de forma a protegê-lo sempre: ele [o pai] estava a tratar de outros assuntos, e portanto tudo em casa era em função dele, das necessidades dele, dos problemas dele, e desde muito cedo fomos habituados a ver que tínhamos de aceitar; e aceitávamos, porque ele estava a trabalhar para todos nós, pelo país, pelos interesses superiores. Ela transmitia um bocadinho essa mensagem, e o meu avô também. Obviamente que isso causou alguma perturbação ao nível da adolescência. Por exemplo, havia coisas que não se podia fazer: “Não, porque se isso for utilizado contra o teu pai...” Comigo talvez, que era rapariga, houvesse mais esse cuidado: “Não podes ir a não sei quê porque o teu pai...” Sair, ir, fazer, coisas normais da adolescência.⁸

Já o irmão se queixará menos: «Não houve nenhuma carência. Parecendo às vezes menos atento, o meu pai sempre foi muito atento à forma como os filhos evoluíam na escola e na família. O meu avô [paterno] era uma presença constante, muito interessante. Seguia com muita atenção as coisas que o meu pai fazia.»⁹ Lamentará apenas ter sido colocado a viver com o avô durante um curto período da sua infância, no Campo Grande, bairro onde a família sempre habitou:

Quando a minha avó [paterna] morreu, tinha eu 6 anos, o meu avô, que tinha alugado parte do andar onde hoje os meus pais ainda vivem, ficou a viver sozinho, e com algum protesto fui separado dos meus pais e irmã, no n.º 232 do Campo Grande, onde então estávamos, e fui mandado ir viver com o meu avô. Mas, passado pouco tempo, vagou o outro lado, o esquerdo, do andar onde eu estava com o meu avô, e então os meus pais alugaram-no e foram também para ali. O senhorio depois autorizou que se fizesse uma ligação dos lados esquerdo e direito, e passou a ser um único apartamento, como hoje é. Começou por ser uma ligação pelas marquises, nas traseiras. E depois também pela frente.¹⁰

Mas uma carta enviada por Maria Barroso ao marido, já com o filho do casal na universidade, confirmará de novo que as marcas em João Soares foram mais profundas: «Quando o João era muito pequeno chegou a dizer-me: “A mamã diga que faz as coisas para os seus filhos. Vai ao cabeleireiro é para o papá, faz uma comida boa é para o papá. Diga que é para os seus filhos.” Ora eles pensam que tudo gira à tua volta (como é natural, não te zangues..) e, sobretudo, o João tem um certo ciúme. Tantas vezes te disse: fala com o João. Ele é um sujeito muito bom de seu natural, inteligente, sério, mas está muito perturbado.»¹¹ Isabel sentiu o mesmo, embora fosse mais recatada a exprimi-lo: «O João verbalizava mais: “A mãe faz tudo em função do pai, nunca faz para nós, é sempre para o pai.” De facto, o meu pai era o centro da casa, sempre foi, tanto da parte do meu avô como da parte da minha mãe.»¹²

Ver o pai atrás das grades não deixaria também de provocar efeitos nos jovens (como, quando tinha a idade deles, a ele também causara):

Lembro-me de, desde pequenina, ir visitar o meu pai ao Aljube e, muito, a Caxias. As prisões tiveram muito impacto na família. Tenho memória de alguma raiva, zanga, revolta. Talvez por isso aguentássemos um pouco tudo. Falo por mim – eu aceitava as imposições todas da minha mãe: “Não podes fazer isto, aquilo.” Com esta ideia: “Temos de deitar estes tipos abaixo, ele está a fazer isto e está a sacrificar-se por todos.” Mas era difícil, claro, passar um Natal sem o pai porque estava na cadeia. Apesar de tudo, é engraçado que a imagem que tenho do Aljube é menos horrível do que a de Caxias, porque o Aljube tinha um parlatório, cá em baixo, com uma grade só, que nos separava – podia-se dar a mão –, e em Caxias era aquela coisa horrorosa dos vidros e do corredor onde estava o guarda. Tenho disso uma imagem horrível, e lembro-me de várias vindas da PIDE a casa buscar coisas, mexer nas nossas coisas, nos livros, tirar – era sempre muito traumática a invasão da privacidade –, de ter de se esconder as coisas... Hoje sou uma pessoa que nunca fala ao telefone, há tiques com que fiquei *ad aeternum*.¹³

A filha de Soares confirmará ter havido uma atenuação do protagonismo de Maria de Jesus em função do papel desempenhado pelo marido: «Se ela não tivesse casado com ele, teria tido outro tipo de atividade, mas acho que se apagou, e sempre nos passou isso. Ela tinha-lhe um amor incondicional, e nós tínhamos até um bocadinho de ciúmes.»¹⁴

Esta subalternidade levará Maria de Jesus Barroso (que em algumas cartas ao marido, quando este viajava pelo estrangeiro, autoatribuía-se o epíteto de «Penélope»¹⁵), com um amargo travo de injustiça, a considerar condicionada muitas vezes a existência das mulheres pelas carreiras dos homens: «Evidentemente. Quando a história é contada depois, as mulheres ficam na sombra. Mas, quando lutam, estamos ao lado deles, e em Portugal as mulheres foram sempre grandes lutadoras.»¹⁶

Por outro lado, as ausências cada vez mais longas de Soares noutros países, em nome do trabalho político que ele dizia ser necessário, começaram, a partir de inícios dos anos 60, a produzir os seus efeitos na solidez do matrimónio. Nas cartas ao marido (que tratava por «meu Quidicas»¹⁷), já em 1962 Maria Barroso se manifestava frustrada pelo diferente grau de paixão da parte de um e de outro: «Talvez seja tolice; talvez não devesse mostrar-me tão interessada por um marido que não sente por mim metade do amor que eu tenho por ele...»¹⁸ Depois reagiria através da ironia:

Cá vai mais uma a juntar ao monte de cartas que já debes ter a aguardar-te em Paris. Abri-las-ás se tiveres ainda tempo ou poderás deixá-las para os teus momentos de ócio em Lisboa... Vá de ironias, Maria de Jesus!... Que o rapaz tem sido solícito em escrever todos os dias. É claro que não são aquelas cartas amorosas e ternas de quando está em sítios onde se sente infeliz... Tens de perceber, minha pobre pateta, que o ambiente agora é outro... há muita solicitação, muita necessidade de se mostrar que não se está velho e... que não se é tão banana que se seja fiel à mulher... Estás mal contente (o que são as mulheres...) e tens tido um postalzinho todos os dias, telegráfico embora, mas tens tido notícias todos os dias!... Bem, basta de brincadeira!¹⁹

O tom tornar-se-á contudo mais amargo ao fim de dois anos:

Não tiveste a delicadeza – **que dantes tinhas** – de me mandares um magro telegrama em que dissesses apenas “cheguei bem”. Não precisava de beijos nem saudades, já que esses só gosto de os receber quando autênticos, espontâneos. Mas, francamente, estou bastante magoada contigo. Magoada pela falta de consideração e delicadeza que eu não mereço – que ao resto já eu me vou habituando e arranjando antídotos para nem pensar nisso. A vida é uma coisa de tal modo complexa que eu, muitas vezes, me pergunto se vale a pena andarmos para aqui a representarmos a comédia da felicidade. O coração dos homens é demasiado pequeno para conter o amor verdadeiro que é grande e duradouro, não achas? Portanto há que vê-lo nas

suas pequenas dimensões e não fazer exigências a que ele não poderá corresponder. Agora a consideração por alguém pode exigir-se, não é assim? E isso eu mereço-te, Mário.²⁰

Ou, logo na semana seguinte: «Apetecia-me dizer-te coisas ternas e doces, mas há qualquer coisa dentro de mim que me tolhe e que eu não sei explicar-te. Ando sôfrega, verdadeiramente sôfrega de carinho, e não sei se tu poderás ou quererás dar-mo. Tenho saudades da tua ternura antiga, do teu interesse por mim, do teu amor cheio de fogo que me punha perfeitamente louca. Precisava tanto de ti carinhoso!»²¹

Saudades que o casal matava durante os reencontros em casa ou no estrangeiro, que para Maria Barroso pareciam repor tudo nos termos certos: «Quero [...] agradecer-te, querido, o teres-me feito passar por Paris e teres-me dado as três maravilhosas noites de amor que me deste. Obrigada, meu querido, meu adorado amor!»²² Mas eram breves encontros – depois, a correspondência voltava a ser marcada pela amargura.

Não facilitava a circunstância de a vida do casal se enquadrar na tradicional conceção que remetia a mulher para o universo doméstico, considerado pouco digno para o homem: «Havia um grupo com o meu marido, que incluía o Barradas de Carvalho e o Alexandre Cabral, ambos do PCP, com os quais nos dávamos muito bem e que eram muito machistas e achavam que as mulheres deviam ter uma vida mais recatada. Faziam imensa troça do Álvaro Salema, que ajudava a mulher a mudar as fraldas aos filhos e a dar os biberões, e eu dizia: “Vocês são uns machistas incríveis, o Álvaro Salema faz muito bem. Então ele ajuda a mulher a tratar dos filhos e vocês fazem troça dele?” E a mulher, que tinha sido aluna do Colégio Moderno, só tratava dos filhos.»²³

Essa atitude de Soares perante a família, traduzida pelo tradicional distanciamento do quotidiano doméstico e pela remissão para a mulher das funções educativas junto da prole, foi também notada pela filha: «Era a cultura machista dos amigos do meu pai. Ele sempre foi muito educado nesse espírito. Como eu lhe digo, quase não

sabe sequer abrir a televisão. Ainda hoje tem essa ideia de que não consegue fazer nada. Cozer um ovo é algo que não lhe passa pela cabeça. Teve sempre alguém que lhe resolveu esses problemas.»²⁴

Teria Maria Barroso já à época consciência de que os homens deviam participar com as mulheres nas tarefas domésticas? «Com certeza. O meu pai era político, esteve preso, e ajudava a minha mãe quando podia. Os militares tinham muito essa preocupação.»²⁵ Admitirá porém que Soares sempre preferiu vê-la a assumir em casa essas incumbências: «Pois claro. Mas não sei se ele se importaria que eu fizesse qualquer outra coisa, só que também me dediquei muito aos meus filhos e comecei a interessar-me pelo colégio. Não pensei em mais nada.»²⁶

Impedida de exercer a docência mesmo no ensino particular, por suspeita de antissituacionismo (tendo o governo recusado emitir-lhe o respetivo diploma), Maria de Jesus dedicar-se-á às tarefas de gestão do Colégio Moderno, libertando também o marido desse encargo: «Nos tempos mais difíceis do Colégio Moderno [finais dos anos 60], quando estava cheio de dívidas, como tínhamos ainda o internato, eu, três vezes por semana, às 5h00 da manhã [às 6h00, segundo cartas ao marido em 1970²⁷], já estava agarrada ao meu carro para ir comprar produtos no mercado onde compravam os revendedores, que era a metade do preço, e depois com a empregada deixava tudo num senhor da praça, vinha para casa, tomava banho e ia para colégio. O primeiro chofer que chegava ao colégio ia lá buscar os produtos.»²⁸

Apesar desta divisão de funções, para a mulher de Soares sempre terá sido «normal» que ele partilhasse confidências políticas com ela.²⁹ Se confidências havia, não se refletiram nas várias cartas que Maria de Jesus lhe escreveu em fins de março-inícios de abril de 1964, enquanto ele descrevia um demorado périplo por França, Bélgica, Holanda, Alemanha e Suíça, já que nenhuma indicação existe nessas páginas quanto à missão que o marido ia executar, parecendo ela sobretudo interessada em saber da data do seu regresso.³⁰ Tal atitude não seria contudo de estranhar, já que a

permanente vigilância da PIDE sobre todo o tipo de comunicações implicava, por justificada cautela, a omissão de toda e qualquer referência política na correspondência.

Além do mais, esta era uma missão destinada a manter-se clandestina, pelo menos nos tempos imediatos: tratava-se da fundação da Ação Socialista Portuguesa (ASP), ocorrida, durante essa viagem, em Genebra, a 7 de abril, num ato celebrado no Hotel Moderne entre Soares e apenas mais dois dos seus companheiros políticos: Manuel Tito de Morais, que se encontrava exilado em Argel, onde era um dos animadores da FPLN (fixando-se depois em Roma), e Francisco Ramos da Costa, fugido para Paris após o fracasso do golpe de Beja, em que estivera envolvido.

A razão da confidencialidade do evento prendia-se com o princípio adotado por Soares de desenvolver toda a sua atividade política sob uma fachada legal, o que implicava não se saber da sua ligação a uma formação não autorizada em Portugal: «Nessa época, eu era uma referência legal, visível, da luta da oposição democrática. O meu escritório de advogado era um baluarte, frequentado por toda a oposição, pelas famílias dos presos políticos, pelos correspondentes da imprensa estrangeira que queriam saber notícias, mesmo por alguns secretários de certas embaixadas. Estava sujeito a uma vigilância policial constante. Se a PIDE me apanhasse em atividades claramente clandestinas, seria a morte definitiva do artista...»³¹

Pouco se passou no Moderne: «Ficámos três dias nesse modesto hotel suíço, fazendo uma apreciação global da situação da Europa e da situação portuguesa, dos apoios que tínhamos, da gente que poderia estar connosco.»³² A respeito de apoios, de resto, nada fora garantido *a priori*, já que o sempre confiante Soares acreditava na sua capacidade de persuasão: «No Hotel Moderne, assumi o compromisso de que, quando regressasse a Lisboa, convenceria os meus amigos da RRS.»³³ O que importava era para já a afirmação de uma via política própria, distinguindo-se, por exemplo, da da FPLN: «A estratégia da Frente Patriótica era unitária, e a nossa, na ASP, propunha-se seguir um caminho autónomo, para ganharmos maior credibilidade e apoios internacionais na luta contra a ditadura.»³⁴

Porquê, em todo o caso, substituir a RRS pela ASP? «Achámos que a RRS era demasiado elitista»³⁵, justificará: «Passámos de um grupo de reflexão para uma organização parapartidária, que se foi articulando por todo o país e entre os exilados no estrangeiro, atraindo jovens e operários.»³⁶ Apesar de nem todos os membros do antigo grupo aceitarem a transformação: «Venho para Lisboa e há alguns que não querem entrar. Foi o caso do Piteira, porque acho que no fundo sempre foi um comunista, mas anticunhalista, antes um adepto do chamado comunismo de rosto humano.»³⁷ Ou ainda de «Manuel Mendes, franco-atirador, que não queria nada que se assemelhasse a um partido, que via como um colete de forças.»³⁸ Na verdade, após regressar a Portugal, Soares descobriria que mesmo os seus mais próximos olhavam, se não com hostilidade, pelo menos com indiferença para o novo projeto político:

Acabariam por concordar com a ideia, embora sem grande entusiasmo. Salgado Zenha, Magalhães Godinho, Gustavo Soro-menho não percebiam bem por que é que eu queria mudar as coisas: tínhamos a RRS, para quê mudar? Apostavam na luta interna e eram céticos em relação à importância dos apoios internacionais. O Manuel Mendes considerou a ASP como uma fantasia que iria necessariamente desembocar num partido socialista, ideia com que não simpatizava excessivamente. [...] Ninguém morreu de entusiasmo pela ASP, de início. Foi preciso fazer um trabalho difícil e lento. Mas, enfim, eu forcei e consegui. Aquilo andou, sobretudo, quando começaram, mais tarde, a surgir alguns jovens, como Jaime Gama [n. 1947], José Luís Nunes [1941-2003], Alberto Arons de Carvalho [n. 1949, filho de Joaquim Barradas de Carvalho e Ruth Arons], Alfredo Barroso e outros.³⁹

Soares explicará a relutância de Zenha por ser «muito individualista»: «Esteve sempre no fundamental, que era a luta quotidiana de desgaste da ditadura. Mas, nessas coisas de criação de um partido, é verdade que não me acompanhava tanto. [...] Nunca sentiu o partido como instrumento necessário de trabalho.»⁴⁰ No entanto, o então jovem advogado e escritor de Penela António Arnaut

(1936-2018), que em Coimbra se considerava a «guarda avançada da ASP», relevará que Zenha partilharia com o cofundador as funções de chefia do grupo, deixando-se contudo subalternizar: «O Mário Soares era muito ativo, interveniente, via-se que era um líder. Quando era preciso deliberar, percorria toda gente à volta da sala, perguntando a opinião. Afirmou desde logo a sua aptidão de liderante, ele e sobretudo Salgado Zenha, mas creio que Zenha deixava voluntariamente a Soares o papel de liderança. Contudo, em qualquer coisa que fosse muita importante Soares perguntava-lhe: “E tu, Zenha, que achas?”»⁴¹

Na mesma linha, a propósito da definição entre ambos do lugar de líder, José Fernandes Fafe recuará um pouco no tempo para invocar um episódio que ouviu do próprio Soares:

Havia o MUDJ do Norte, cujo chefe era o Zenha, e o MUDJ do Sul, cujo chefe era o Mário Soares, e houve uma reunião desses dois hemisférios no Teatro Avenida de Coimbra, suponho que já para o fim dos anos 40, depois de o MUD ter acabado. E então o problema que se põe é quem entra primeiro no palco, que significa, do ponto de vista institucional: entre estes dois iguais, quem é que vai ser o primeiro? Há uma certa hesitação, e o Zenha com aquele ar de príncipe russo, diz: “Ó Mário, sempre tu primeiro.” E ele entrou. O Zenha não competia. Forçando um bocadinho a nota, eu posso dizer: eis como se arranja um primeiro e um segundo.⁴²

Apesar de Soares vir a explicar que havia a preocupação de alargar a ASP a uma base juvenil e trabalhadora, a organização não passava de início do mesmo grupo de amigos de profissão liberal (a maioria licenciados em Direito e muitos filiados na Maçonaria), repartidos por Lisboa, Coimbra e Porto: Magalhães Godinho, Soromenho, Rêgo, Zenha, Ribeiro dos Santos, Catanho de Menezes, António Macedo, os irmãos Carlos (1906-1973) e Mário Cal Brandão (1910-1996), Álvaro Monteiro (1909-1982), Manuel Costa e Melo (1913-2002), Fernando Vale (1900-2004), Arnaut, António Campos (n. 1938) e poucos mais.⁴³

António Campos, um engenheiro agrónomo da região de Coimbra, recordará o primeiro encontro com Soares, logo em 1964, num contexto de disputa com a liderança do DDS: «Conheci-o numa reunião clandestina que houve na [Rua] Marquês da Fronteira, em Lisboa, e aonde fui com o Fernando Vale. Também lá estava o [Francisco da] Cunha Leal [1888-1970, político já ativo na I República]. Eu, que era um puto (os outros eram tudo gente mais velha), tinha sido encarregado de fazer algum barulho. Estava a levar pancadaria e o Mário Soares veio em minha defesa. Foi quando houve a dissidência no DDS e se montou a ASP. Alinhei logo no princípio. Tive a noção de que ele [Soares] era o grande líder da oposição, uma convicção muito grande de que era o melhor de todos nós.»⁴⁴

Com a ASP, Soares procurava de facto estabelecer uma demarcação mais vincada face à tradicional e ineficaz oposição republicana agrupada em volta do DDS, onde pontificava o conservador Cunha Leal, que chegara a ser chefe de um dos efémeros governos da I República mas nunca reuniu consenso entre os antissalazaristas (recordados, entre muitas outras coisas, dos seus virulentos ataques à ação colonial de Norton de Matos lançados ainda em pleno regime saído do 5 de Outubro): «O Diretório era mais conservador, tinha Cunha Leal, que era anticomunista. Ele foi sempre contra o grupo da *Seara Nova*.»⁴⁵

O impulsionador da ASP, que seria o seu secretário-geral e a sua figura mais destacada, entendia ser já tempo de a geração da I República passar o testemunho aos oposicionistas da sua idade, entre os quais ele se considerava naturalmente um dos principais legatários. Foi a posição que exprimiu em público de forma explícita nas cerimónias fúnebres de Azevedo Gomes, morto por acidente rodoviário em dezembro de 1965: «No funeral de Mário de Azevedo Gomes usei da palavra, com algumas notas mas de improviso. E, ao elogiar Azevedo Gomes, disse mais ou menos isto: “E agora, falecido o nosso indiscutível líder – e referência –, não aceitaremos outro que não seja da minha geração.” Referia-me, claro, a Cunha

Leal e à geração de Azevedo Gomes [...]. O mais curioso é que ninguém se deu por achado e, tacitamente, todos concordaram...»⁴⁶

A altura seria propícia: «Nesse momento as divergências de orientação do seio do DDS [que na verdade, a partir de 1963, passara a designar-se Ação Democrato Social – ADS] eram já profundas, separando a ala republicana-liberal, a que se haviam juntado alguns sociais-democratas moderados, dos socialistas.»⁴⁷ A atitude tida no funeral de Azevedo Gomes constituiria, portanto, a assunção de um movimento de emancipação já em curso: «Foi a partir de então que os socialistas, constituídos em movimentos autónomos, entenderam que era chegado o momento de seguirem, com independência, o seu próprio caminho.»⁴⁸

No entanto, a ASP inicial tateava ainda a sua linha ideológica, mantendo-se muito tributária do marxismo e do socialismo histórico (o que não seria estranho no contexto coevo), como era evidente na sua declaração de princípios, enaltecendo a revolução soviética de 1917 como «um marco fundamental na história da humanidade» e rejeitando «o caminho daqueles movimentos que, dizendo-se socialistas ou sociais-democratas, acabam por servir deliberadamente os interesses do capitalismo internacional e do imperialismo».⁴⁹ Tais expressões seriam mais tarde justificadas por Soares com «as circunstâncias do tempo e as ideias que, nessa época, circulavam na esquerda europeia», que lhes dariam «um cunho bastante datado e conjuntural.»⁵⁰

Poderá ter existido outra razão mais ponderosa para a formação de um agrupamento com uma coesão ideológica e partidária mais forte do que a da RRS: o estabelecimento de relações com formações congêneres na Europa e a canalização dos seus apoios para a luta política em Portugal. Explicá-lo-á Soares: «Percebemos que o nosso futuro era a Europa, que procurava em Portugal um partido socialista para se relacionar, para entrar no país. Por via do Ramos da Costa, começo a ter contactos com os socialistas europeus.»⁵¹

Não que os socialistas para lá da fronteira gozassem da influência que emana da ocupação do poder: clandestinos (desde a guerra

civil) e pouco ativos em Espanha (mas há muito agrupados no Partido Socialista Operário de Espanha – PSOE), não tinham sequer partido em França (onde se designavam SFIO – Secção Francesa da Internacional Operária), e na Itália o PSI havia apenas no ano anterior ascendido pela primeira vez ao governo, mas integrado como parceiro menor num gabinete de coligação (liderado pelo democrata-cristão Aldo Moro [1916-1978]); na Alemanha Ocidental (separada da do Leste, pertencente à esfera soviética, por imperativo das autoridades comunistas simbolizado no recém-erguido Muro de Berlim), os sociais-democratas só conquistariam o poder cinco anos depois, pela mão de Willy Brandt (1913-1992), que contudo integraria antes um executivo de coligação dirigido pelos democratas-cristãos; na Grã-Bretanha, o Partido Trabalhista, que partilhava traços ideológicos comuns aos socialistas, formava governo nesse mesmo ano de 1964, sob a liderança de Harold Wilson (1916-1995); e só na Escandinávia (com particular destaque para o modelo sueco) há muito que a social-democracia triunfara em todo o seu esplendor, dominando a governação nas décadas mais recentes.

Antecipando-se à evolução dos acontecimentos, Soares intuiu todavia que essa seria uma via política em futuro desenvolvimento na Europa, e à qual ele teria toda a vantagem em estar associado. Desdobrou-se por isso em estabelecer ligações logo nos primeiros tempos de existência da sua nova formação: «O Ramos da Costa começou a fazer contactos, que eram muito fáceis, e marca-me encontros, e eu estou constantemente a ir a Paris. Ia lá todos os anos.»⁵²

Mas, antes de ter encontrado abertura por parte dos correligionários europeus, Soares ainda passou algum tempo votado ao ostracismo no recanto lusitano. O que na verdade o projetará além-fronteiras será a ligação que a partir de determinada altura se faz entre o seu nome e o de Humberto Delgado. O general, mercê da campanha presidencial de 1958 e da sua rocambolesca saída de Portugal no ano seguinte, refugiando-se na embaixada do Brasil em Lisboa para pedir asilo político a esse país, era então o membro

da oposição portuguesa mais conhecido no estrangeiro (qualidade apenas pontualmente desafiada por Henrique Galvão em consequência do desvio do *Santa Maria*, evento de tremenda repercussão mediática internacional).

Inesperadamente, Soares reencontrou Delgado na Checoslováquia a 13 de abril de 1964, por iniciativa do PCP – que lhe forneceu um passaporte falso para a viagem, dada a inexistência de relações diplomáticas entre Portugal e esse país do bloco soviético. Errático do ponto de vista político e irascível nas relações humanas, o general já tivera conflitos e roturas com vários setores da oposição, e aproximara-se entretanto dos comunistas. Gravemente doente, fora operado a uma hérnia estrangulada em Praga, capital de um dos países de leste que forneciam apoio e abrigo aos comunistas portugueses.

Soares nunca soube das razões que o levaram a esta cidade para visitar Delgado, então em plena convalescença da intervenção clínica, mas presumirá ter-se tratado de uma tentativa para desmentir rumores sobre a gravidade do estado de saúde do ex-candidato presidencial: «Ele estava muito doente, e eu era uma espécie de testemunha para verificar com o estavam a tratar bem. Dispus-me a lá ir, ainda hoje me interrogo porquê.»⁵³ Achará porém normal que, a convidarem alguém da oposição portuguesa, a escolha recaísse nele próprio: «Não era fácil arranjar quem se dispusesse a ir a Praga. Eu já era a figura mais proeminente da oposição paralegal.»⁵⁴

Foi a primeira visita que o paciente recebeu após a operação, no primeiro dia em que foi autorizado a levantar-se⁵⁵:

Quando entrei no quarto do hospital e o vi deitado na cama, pensei que estava diante de um moribundo! Estava magríssimo e inerte! Depois, pouco a pouco, foi-se entusiasmando, fez-me uma grande festa, conversou imenso, fez perguntas, pediu champanhe. Estava eufórico, de facto. Considerava que dentro em breve, pelo menos foi o que me disse, voltaria a Portugal para matar Salazar! No meio da euforia e do entusiasmo, teve porém alguns desabafos tristes. Confessou-me, com grande amargura, que era um homem tremendamente só,

que não tinha dinheiro, nem amigos, nem família, que fracassara em tudo. Mas logo surgia a ideia do regresso e da grande vitória. Saí de lá perplexo e impressionado.⁵⁶

A ida a Praga possibilitou também a Soares um primeiro contacto com um país «socialista», como se autointitulavam os membros da esfera soviética (e tal como Cuba ou a China). Ter-lhe-á servido para desfazer algumas dúvidas acerca desse modelo de regime (as quais poderiam ainda subsistir no seu espírito, atendendo à declaração de princípios da ASP): «Fiquei elucidado. Fui a uma igreja cheia de gente, a abarrotar, e pensei. “Há mais fé aqui do que em Portugal, com mais vibração, mais fervor”.»⁵⁷ Sobre o ambiente social de Praga, recordaria ainda: «Gostei da cidade, mas, por detrás, existia um povo cinzento, fechado sobre si próprio e também uma grande tristeza. Fiquei extremamente impressionado com essa tristeza! E com a pobreza das pessoas, o modo como se vestiam, a falta de comércio, de vida, de iniciativa. Percebi, indiscutivelmente, a infelicidade daquele povo.»⁵⁸

Num hotel da capital checa, Soares teve ainda o seu primeiro encontro com Cunhal desde que, década e meia antes, o fora ver à audiência na Boa Hora. O líder comunista refugiara-se no estrangeiro pouco tempo após evadir-se do forte-prisão de Peniche, em janeiro de 1960, integrado numa célebre fuga coletiva de uma dezena de dirigentes do seu partido, e em Praga oficiava como representante do PCP na receção ao chefe da recém-formada ASP.

Não obstante, a aparição do chefe comunista português foi para o viajante uma surpresa: «Convocaram-me para esse encontro, sem se darem ao trabalho de me informarem com quem.»⁵⁹ Só que, tal como a visão que Soares formou do «socialismo real», também as distâncias entre os dois homens haviam aumentado: «Cheguei com um ar fraterno e desejo de simpatia, a falar como falava antes, mas ele começou a falar de forma muito ostensiva, a tratar-me por “senhor doutor”, à distância, frio. Falei-lhe do pai [o advogado e escritor Avelino Cunhal (1887-1966)], que me passara alguns clientes, um homem encantador, e ele com uma indiferença absoluta:

“Um comunista nunca fala da sua vida privada.” Achei que os olhos dele tinham uma espécie de neblina, e dava a impressão de que já não pertencia a este mundo. Pensei: “Este tipo morreu na prisão, está para lá do bem e do mal”.⁶⁰ A conversa restringiu-se por isso a uma mera agenda política:

Cunhal recebeu-me por entender, talvez, que seria útil falar comigo. Perguntou-me o que se passava em Portugal, como é que eu via a situação política. Mas fê-lo sempre com uma cordialidade fria e, sobretudo, com muita distância. [...] Fiquei surpreendido. O que de imediato me tocou foi ele ter-me feito compreender que achava que eu era “outra coisa”. Que já não pertencia à família. Deu-me desde logo a entender isso: eu não era o homem “de antes”, era agora um “social-democrata”, sentado na frente dele. Um aliado com quem se podia contactar, mas de quem não se espera grande coisa. E – de toda a evidência – não queria nenhuma espécie de cumplicidade afetiva ou mesmo fraternidade antifascista. [...] A conclusão que tirei foi que não havia relações humanas entre nós: só havia, a partir dali, lugar para relações políticas e de interesse. Foi, de resto, o que aconteceu, desde então e pela vida fora.⁶¹

Ainda no verão desse ano de 1964, Soares teria a oportunidade de visitar outros dois países da esfera «socialista», se bem que um pouco menos alinhados, Cuba e Jugoslávia, mas as suas impressões não sofreriam alteração. Isto apesar do simbolismo que se projetava da ilha das Caraíbas, cinco anos após Fidel Castro (1926-2016) ter tomado o poder em Havana, derrubando a ditadura de Fulgencio Batista (1901-1973) e dando início a uma revolução que, no exterior, Soares não negaria ser então vista «com a maior esperança»: «A revolução cubana incendiaria de entusiasmo toda a esquerda europeia. Apareceu como um fenómeno insólito e original, que demonstrava a debilidade das ditaduras retrógradas, então apoiadas por Washington. Fidel e [Ernesto] Che Guevara [1928-1967, revolucionário argentino colaborador do novo regime de Havana] apareciam, aos nossos olhos, como heróis românticos e puros, de uma nova época!»⁶²

Por iniciativa do encarregado de negócios de Cuba em Portugal, Raúl Amado-Blanco, que desde que chegara a Lisboa, em 1963, havia estabelecido laços com os antissalazaristas, Soares recebeu o convite para visitar aquele país na companhia de José Fernandes Fafe, que era um observador empenhado do processo político na América Latina. A própria viagem, de que não podia haver rasto para as autoridades portuguesas, constituiu uma pequena odisseia, tendo começado com uma escala em Roma, onde os dois se encontraram com Mário Ruivo, que entretanto se exilara na capital italiana para trabalhar para a FAO (Food and Agricultural Organization – Organização da Alimentação e da Agricultura, da ONU) e terá querido que ambos visitassem o núcleo oposicionista português em Argel, onde na altura se manifestavam fortes divergências entre a FPLN e um grupo ligado a Humberto Delgado. Recordará Fernandes Fafe: «O Mário Ruivo queria mandar-nos para Argel. Eu disse: “Não vou fazer nada a Argel, não represento nada, represento-me a mim, é ridículo.” O Soares diz: “Eu também não vou. Porque vai haver a rutura do Delgado e dos outros, e eu não quero assistir a essa cena triste, fico ligado a isso e não quero”.»⁶³ Explicará o próprio por que motivo evitou a capital argelina: «Não ignorava que Argel era um vespeiro onde se cruzavam, de forma evidente e muito acesa, diversas tensões motivadas pela luta em torno de Humberto Delgado.»⁶⁴

Fafe e Soares concentraram-se, pois, no objetivo da sua viagem: «O pai de Amado-Blanco [Luis Amado-Blanco (1903-1975)], também diplomata, era o nosso contacto em Roma. E foi ele que nos ensinou como era: “Os senhores vão por Zurique, onde mudam de avião para Praga, porque indo por Zurique o vosso passaporte não fica com um ferrete, visto que são considerados em trânsito”.»⁶⁵ A segunda etapa foi de expectativa: «Mantivemo-nos sem sair do aeroporto suíço, em trânsito, à espera do avião para Praga. Estava um pouco amedrontado, foram muitas horas à espera do avião.»⁶⁶

Uma vez em Praga, funcionários da embaixada cubana deram-lhes passaportes com falsas identidades. Segundo Soares, ele passaria a ser um jornalista espanhol de apelido Diaz, embora Fafe

venha a contar que ambos se fizeram passar por jornalistas desportivos brasileiros: «E a certa altura, no aeroporto de Praga, há um tipo qualquer que quis entrevistar-nos. O cubano dizia: “Vá-se embora.” E o tipo insistia, e perguntava [a Soares]: “Então que dizes às declarações do [futebolista brasileiro Edson Arantes do Nascimento] *Pelé* [n. 1940]?” E o Soares à rasca; ele sabia lá quem era o *Pelé*. Tive de responder eu.»⁶⁷ Estiveram porém algum tempo na capital checa antes da partida:

Em Praga ficámos dois ou três dias quase sem sair do hotel, situado longe da cidade; eram as instruções que tínhamos. Fomos uma vez de eléctrico até ao centro, mas sempre sem dar nas vistas; tínhamos ordens estritas de não sair. Mas, um dia, estávamos os dois na rua a conversar, o Fafe e eu, em português, como é óbvio, e de súbito um homem olha para nós, um sujeito baixo, de bigode, e pergunta: “Vocês são portugueses?” Ficámos aterrorizados, pensámos que era da PIDE. E insistia: “Que fazem aqui em Praga?” O Fafe balbuciou que éramos comerciantes. Ele olhou-nos com um olhar fixo, muito sério, e rematou: “Não parecem!” Identificou-se. Ficámos a saber que era comerciante de cortiça, de nome Granadeiro, e que fazia negócios em Praga.⁶⁸

Não se livraram logo do português: «Felizmente veio o nosso autocarro. Dissemos-lhe: “Vamos para Viena.” E para infelicidade nossa, no dia em que tínhamos dito que íamos para Viena, encontramos o tipo, numa daquelas praças, e o gajo queria convidar-nos para a noite – que ele sabia tudo da noite –, com umas checas. Ele tinha autorização da PIDE para ir aos países da Cortina de Ferro [linha divisória entre o bloco comunista e a Europa ocidental] fazer os seus negócios.»⁶⁹ Mas tudo acabou sem problemas: «Pedimos-lhe que omitisse que nos conhecera e, sobretudo, que nos encontrara ali. Presumo que tenha cumprido a sua promessa, nada se passou depois de anormal.»⁷⁰

A viagem prosseguiria por outras escalas: «De Praga fomos para um aeroporto qualquer na Irlanda. Não saímos do avião, que era a hélice. Depois para Gander, no Canadá, e aí saímos não sei porquê,

não havia razão para não ficarmos no avião. A minha ideia era de que a CIA não podia deixar de controlar, tanto mais que os americanos souberam.»⁷¹ Aterraram finalmente em Havana:

Aparece-nos um tipo: “*Periodistas brasileiros?*” “Sim, sim.” E levou-nos a uma coisa chamada Rivera, que era um grande hotel. “Um hotel da máfia, foi o George Raft [1895-1980, ator de Hollywood, condenado por ligações financeiras ao submundo do crime] que mandou fazer isto, vocês conhecem?” “Não conheço.” Os quartos eram bons, não comemos mal, havia uma piscina, havia muita mulata, muita loira. Dizia o Mário Soares: “Isto é mais simpático do que Praga.” A certa altura o gajo diz: “Vocês estão muito expostos, vamos pô-los num sítio mais conspirativo.” E saímos do Rivera para uma coisa sórdida, onde a comida era macarrão; aquilo tinha uma ventoinha, mas o calor era imenso.⁷²

Soares e Fafe resolveram protestar, tendo sido o segundo, pelo seu melhor domínio da língua, a telefonar: «“Então mas que é isto? Vocês convidaram-nos para vir aqui dar um passeio por Cuba e praticamente sequestram-nos? Que é que se passa?” “Vou saber.” Passado um quarto de hora, telefonaram. “Tenho uma mensagem do camarada Álvaro [Cunhal].” “Bem, há aqui um equívoco, não temos nada que ver com o camarada Álvaro.” Havia um engano, deviam pensar que éramos um grupo de jornalistas que o PCP tinha lá mandado.»⁷³

Na sua narrativa, também Soares confirmaria que as coisas não estavam a correr da melhor maneira: «As autoridades cubanas que nos atendiam não acreditavam que eu me chamava Mário Soares e que era português. Persistiam em tratar-nos, ao Fafe e a mim, [...] como se fôssemos de facto jornalistas, afetos ao Partido Comunista. Nós queríamos andar livremente, visitar a ilha, ter contactos políticos e intelectuais, conhecer pessoas interessantes.»⁷⁴ Mas seria o companheiro de viagem a relatar a sua reacção: «O Soares teve uma fúria e disse: “Já vi tudo: é o Cunhal! O gajo tem-nos aqui prisioneiros e quer meter-nos no avião e mandar-nos para

Argel. Não vou!” Eu disse: “Ó Mário, mas isso não tem importância nenhuma, a gente pede aqui asilo à embaixada, e depois amanhã sai: ‘Líder português da oposição pede asilo na embaixada de Portugal em Havana’. Isso é formidável.” Ele não achou muita graça, riu-se mas não muito. Estava de facto muito preocupado com o que podia acontecer com a Frente Patriótica e o Delgado.»⁷⁵

Tudo se terá resolvido, segundo Soares, após um encontro ocasional de ambos, no ministério cubano do Interior, onde estavam a tentar clarificar a situação, com outro português já deles conhecido, o historiador José Manuel Tengarrinha (1932-2018), ele sim, integrante de uma missão do PCP em visita solidária para com o processo cubano: «Corremos para ele, abraçámo-lo e explicámos-lhe o impasse em que nos encontrávamos. Disse-nos que esperássemos um pouco, para ele explicar quem nós éramos. Minutos depois voltou sorridente e disse-nos: “Está tudo explicado, [vocês] vão comigo para o hotel em que estou, o Habana Libre.” Assim foi. Ficámos lá quase um mês, percorremos toda a ilha e assistimos a um dos discursos intermináveis de Fidel Castro, perto dele, mas sem termos o privilégio de o conhecer...”⁷⁶ Fafe relatará porém que ele e o companheiro de viagem só se encontraram com Tengarrinha à entrada do Habana Libre, já depois de as autoridades cubanas terem aceitado alterar a situação de ambos.⁷⁷

Nada terá contribuído para aproximar Soares do castrismo: «A realidade política e revolucionária cubana não me convenceu. Fiquei com mais dúvidas do que antes de lá ir...”⁷⁸ Mas estava fora de questão exprimir publicamente essas distâncias: «Os cubanos eram nossos aliados na luta contra o salazarismo. Mas cedo percebi que o caminho não era aquele. Viajara para ver em funcionamento uma experiência revolucionária, que então admirava, e que pensava ser original e diferente das chamadas “democracias populares”, as quais, com a única exceção da Jugoslávia, haviam sido impostas aos respetivos povos pelos exércitos soviéticos. [...] Havia como que um poder totalitário que pairava sobre nós.»⁷⁹ Testemunhará Fafe ter sido essa a impressão que desde logo Soares captou *in loco*:

Fomos a muitos sítios, mas, apesar de ele ter ficado bem impressionado pelo ambiente humano e de se ter rido muito, eu apanhei sempre com o refrão, que era este: quer estivéssemos nos canaviais, nos comícios, com o [poeta Nicolás] Guillén [1902-1989] (a quem nos apresentaram), no Tropicana (que eles nos diziam ser o maior cabaré do mundo, onde devemos ter ido uma vez e cujas raparigas eram simpáticas, apesar de desconfiarem de nós por sermos convidados do regime), o Mário Soares interrompia-me e dizia: “Nunca mais vai haver eleições. Francamente, isto vai ser uma ditadura, não sai nada daqui.” Era este o refrão. Ele tinha a perceção correta: não conhecia a história da América Latina, mas o faro dele chegou-lhe.⁸⁰

O regresso terá por isso sabido a descompressão, como contará Soares: «Voltámos de novo por Praga. Quando chegámos a Zurique respirámos: foi a grande euforia. Recuperámos as nossas identidades e mergulhámos nas delícias consumistas do mundo ocidental. Não vim nada convencido!»⁸¹

Apesar de tudo, talvez a experiência cubana tenha tido alguma influência em Soares, dado o fito com que, poucos meses depois, viajou até Belgrado acompanhado por Tito de Morais, que em Roma recebera um convite para a visita, endereçado à ASP pela Liga Socialista Jugoslava: «Eu fui lá para comprar armas, queríamos comprar armas para uma revolta armada. Falámos com um embaixador na ONU então já reformado, antigo companheiro de luta do marechal Tito. Recebeu-nos em nome da Liga Socialista, que era um partido satélite. Disse-lhe: “Vimos aqui para pedir armas e algum dinheiro. Aqui o meu amigo Tito reside na Itália, Ramos da Costa em Paris.” Ele respondeu: “Não podemos dar armas nem dinheiro. É muito complicado. Não queremos ser acusados de nada.” “Vocês, comunistas...” “Nós o quê? Ó meu amigo, meta na cabeça que aqui não há comunistas, só *aparatchiks* e anticomunistas”»⁸² Depois de ouvir isto, dirá Soares sobre a Jugoslávia (uma república federativa que se dissolveria nos anos 1990, após a queda do Muro de Berlim): «Fiquei edificado!»⁸³

Quanto ao recurso à luta armada, testemunhará o então líder da ASP: «Eu não tinha grande entusiasmo, porque não sabia manejar armas. Mas estávamos dispostos a isso.»⁸⁴ Enumerará de seguida quem na órbita da ASP o pudesse fazer, citando os nomes de Manuel Serra, Fernando Oneto, Edmundo Pedro (1918-2018, antigo membro do PCP e tarrafalista) ou Hermínio da Palma Inácio (1922-2009, autor, desde os anos 1940, de ousadas ações de contestação ao Estado Novo).⁸⁵

Ainda em finais do mesmo ano, Soares teria um segundo encontro com Delgado, desta vez na capital francesa, e também de forma inesperada:

No Natal de 1964, fui passar uns dias a Paris e fui convidado p[ela escritora antissalazarista] Maria Lamas [1893-1983], [...] exilada em França, para jantar em casa do professor [de Matemática] Emídio Guerreiro [1899-2005, oposicionista, então também exilado nesse país], que eu conhecia mal. Para me convencer disse-me que teria uma surpresa... Fomos. Quando chegámos a casa do professor – um andar modesto, de poucas divisões – estava apenas ele e a mulher. Havia, contudo, na mesa que estava já posta, um quinto lugar. O professor com ares misteriosos disse-me: “Verá quem é quando chegar...” A verdade é que esperámos bastante tempo [...]. Finalmente, estávamos quase no fim do jantar, bateram à porta: era o general Delgado em pessoa. Estava mais magro mas não menos impaciente.⁸⁶

Soares registou que Delgado, tal como na capital checa, se encontrava de novo eufórico com as perspetivas a curto prazo no seu país, pois alegava ter tido conhecimento de uma conspiração que estaria em marcha para derrubar Salazar.⁸⁷ O chefe da ASP terá prevenido o general: «Posso garantir-lhe que não há nada em Portugal em preparação.»⁸⁸ Mas o outro responder-lhe-ia: «Eu é que vou tratar disto tudo, vou desfazer o Salazar.»⁸⁹ Claro que Soares não se deixou convencer:

Tinha, portanto, quase a certeza quando escutei Delgado, em Paris, de que a nova revolta com que o general sonhava não

passava de uma fantasia, senão de coisa pior: uma armadilha da PIDE... Delgado nem sequer quis discutir comigo, quando lhe transmiti as minhas dúvidas, que Maria Lamas partilhava, mas não o nosso anfitrião do jantar, Emídio Guerreiro. Disse-me categoricamente: “Vocês só sabem fazer papéis e manifestos contra o regime. Mas a queda do regime não vai lá com papéis... Vai com uma revolução armada. Encontrar-nos-emos em Lisboa, no princípio do próximo ano, com a operação cirúrgica resolvida e já em liberdade...” E saiu, muito apressado, sem querer jantar. Notei à saída, quando abriu o casaco, que tinha uma larga mancha de sangue na camisa. Perguntei-lhe: “Senhor general, o que é isso?” Respondeu-me: “Não é nada. É a consequência da operação que fiz em Praga, quando você me visitou...” E saiu, com a mesma pressa com que entrou. Foi a última vez que o vi.⁹⁰

«Na verdade», evocará Soares escassos anos depois, Delgado «estava já a caminho da morte!».⁹¹

Capítulo 9

O caso Delgado

A História regista que a 13 de fevereiro de 1965, menos de dois meses após o jantar de Paris, Humberto Delgado e a sua secretária e amante, a brasileira Arajarir Campos (n. 1930), estando alojados no Hotel Simancas em Badajoz, foram atraídos a uma cilada junto da fronteira portuguesa e assassinados por uma brigada da PIDE. Contudo, não só os cadáveres ficaram semanas por encontrar como, após a sua descoberta, pairou no ar a incerteza acerca dos autores do crime, lançando a polícia política portuguesa múltiplas pistas falsas a apontar para um ajuste de contas no seio da oposição.

Para Soares, o caso começou quando, ainda em fevereiro, recebeu no seu escritório um telefonema de Emídio Guerreiro, a partir de Paris, perguntando-lhe se sabia algo de Delgado, que estaria em Espanha, ao que respondeu negativamente. O interlocutor explicou-se: «Sei que partiu daqui. Estou muito preocupado com ele. Devia escrever-me postais, mas deixaram de vir. Resolvi, à minha custa, mandar uma delegação da Federação Internacional dos Direitos do Homem [FIDH] para tentar apurar alguma coisa. Eles irão visitá-lo.»¹

Como julgava o seu telefone sob escuta permanente da PIDE, Soares não apreciou a chamada: «Fiquei muito contrariado, porque este telefonema fazia a denúncia à polícia de que eu estava metido no enredo.»² Enredo que estava ainda longe de conhecer.

Recebeu não obstante, a 23 de abril, a delegação de juristas da FIDH, constituída por um inglês, um italiano e um francês:

«Apareceram-me um dia no escritório – com a PIDE sempre encafuada na Central da Baixa, a vigiar e a fotografar quem entrava e quem saía! –, contando-me que haviam feito o mesmo percurso que o general Delgado.»³ Tinham partido de Argel, onde a oposição portuguesa se mantinha dividida entre pró e antidelgadistas, passando depois por Marrocos e entrando em Espanha até Badajoz, onde perderam o rasto do general: «Ficaram convencidos de que ele fora raptado ou morto. Fiquei com isto na memória, à espera da reação da PIDE, mas não houve nenhuma.»⁴

Já depois da partida da delegação, surgiu a 27 de abril a notícia da descoberta de dois cadáveres não identificados em Villanueva del Fresno, município espanhol raiano pertencente à província de Badajoz. Soares não perdeu tempo, e nesse mesmo dia convenceu a direção da ADS a enviar um requerimento a Salazar solicitando esforços oficiais para a descoberta do paradeiro do general. O próprio foi entregar o documento à presidência do Conselho de Ministros, tendo em seguida o texto sido distribuído à imprensa (mas censurada em Portugal qualquer menção ao seu conteúdo).⁵

No dia seguinte, embora sem haver ainda confirmação acerca da identidade dos corpos, prestou-se a fornecer apoio jurídico à família de Delgado: «Achei que devia fazer qualquer coisa: fui a casa do general, acompanhado pelo Raul Rêgo e pelo Duarte Vidal, visto que ambos conheciam muito bem a família. E ofereci então os meus serviços à senhora D. [Maria] Iva [1908-2014], sua viúva.»⁶ Soares reproduziria poucos anos depois a reação da mulher: «Você não foi dos amigos do meu marido que me frequentaram a casa na hora do triunfo, mas tem aparecido sempre nos momentos dolorosos. Sei que é tão perigoso ser advogado, num caso destes, que não me sinto com coragem para pedir a ninguém que aceite a minha procuração. Mas preciso de um advogado...»⁷ Ele ter-se-á limitado a responder-lhe: «Se acha que lhe posso ser útil, creia que me sentirei muito honrado com a sua confiança.»⁸

Acrescentou que o dinheiro não era problema: «Ela não tinha dinheiro para pagar. Eu disse que pagava tudo. Ela ficou muito in-

comodada: “Você tem mulher e filhos.” “Não se preocupe, se sou eu a dizer que o faço por amor à causa e à honra, que mais quer?” “Não o quero meter na cadeia.” “Não faz mal, já fui preso muitas vezes.” Ela passou-me a procuração. Fiquei contente, e exprimi a minha reação ao Zenha, dizendo-lhe que me dava um prazer especial.»⁹

Soares solicitou de imediato o concurso de Abranches Ferrão, que era então vice-presidente da Ordem dos Advogados e mais bem apetrechado tecnicamente. Com a complexa evolução do caso, ambos constituiriam depois, para lhes dar assistência, uma comissão jurídica de 10 advogados, onde figuravam, entre outros, Vasco da Gama Fernandes, António Alçada Batista, Acácio Gouveia, José de Magalhães Godinho, Joaquim Pires de Lima (1938-2017) ou Gustavo Soromenho.¹⁰ «Cada um deles entrava com uma quantia para cobrir despesas.»¹¹

Na expectativa da identificação dos cadáveres, Soares e Abranches Ferrão partiram de carro para Badajoz a 30 de abril. Mas, por razões não explicadas, a PIDE barrou a passagem do segundo pela fronteira, pelo que voltaram para Lisboa.¹² Soares fez nova tentativa três dias depois: «No meu Volkswagen, fui a Badajoz sozinho. Uma loucura total, temerária. Mas havia um grupo de jornalistas, da Agência France-Presse, da Reuters, do *Times*, a Marvine Howe [n. 1928, colaboradora itinerante do *New York Times* para a Península Ibérica e África, baseada em Lisboa], que me seguiam com discrição, para noticiarem se me acontecesse algo. Os agentes da polícia portuguesa, quando passei a fronteira, parecia que estavam com mais medo do que eu. Em Lisboa, quando pedi o visto no consulado espanhol, tinham ficado a olhar para mim aterrorizados; na fronteira também.»¹³ A umas horas de distância, Iva Delgado, o seu filho mais velho e a nora iam também na pegada de Soares.

No entanto, ele nada conseguiu dos magistrados na cidade espanhola, com o argumento de que apenas um advogado constituído no país vizinho estaria autorizado a aceder ao conteúdo do processo:¹⁴ «Fui direito ao juiz do processo em Badajoz. Queria ver o corpo [do homem assassinado]. Disse-lhe: “Tenho elementos que

posso dar para identificação, elementos clínicos, dentários, etc.” E ele: “Não posso deixar ver o corpo porque não é advogado em Espanha. Tem de se estabelecer neste país”.»¹⁵ Tratava-se, pois, de encontrar em Espanha, para tal efeito, um advogado fiável, o que não se afigurava fácil:

Perguntei, e só havia três advogados em Badajoz. Eu não tinha confiança em nenhum deles. Pela leitura do *Le Monde*, sabia da existência em Madrid de [Enrique] Tierno Galván [1918-1986], e então, sem o conhecer, fui para a capital espanhola para falar com ele [regressando os familiares de Delgado a Lisboa]. Sabia que ele tinha estado preso, o que era uma garantia, pois eu julgava que as autoridades de Portugal e Espanha estivessem feitas nisto. Cheguei lá e falei com o [escritor, poeta e] jornalista José Antonio Novais [1925-1993], filho do jornalista republicano [português Joaquim] Novais Teixeira [1899-1972, imigrado em Espanha, onde chefiou os serviços de imprensa do presidente Azaña] e correspondente do *Le Monde*, que já me tinha entrevistado e se lembrava de mim. Levou-me a Galván, de quem era amigo, e apresentou-mo. Afinal não era advogado, só professor de Direito. Era um grande filósofo e um professor com personalidade muito própria. Chamavam-lhe *o Velho*, por aparentar uma idade superior à que tinha, pois não era assim tão velho. Estava então a formar o PS espanhol do interior [distinto do PSOE], com [Fernando] Morán [(1926-2020, diplomata), [Raúl] Morodo [n. 1935, licenciado em Direito], tudo ex-alunos seus, etc. “Nunca fui à barra, faço pareceres”, disse-me ele. Pedi-lhe uma pessoa de confiança. Arranjou-me Mariano Robles [1910-1976]: “Você vai estranhar, ele foi franquista, mas não se preocupe, agora é democrata, é nosso.” Admirou-me a existência desses contactos entre franquismo e oposição, que em Portugal não havia. O Robles é que me ajudou a esclarecer tudo. Era um *bon vivant*, que gostava de mulheres, de touros – um espanhol típico, um tipo vivíssimo. “Não posso pagar-lhe”, disse-lhe eu. E ele: “Não é preciso. Eu gosto muito disto.”¹⁶

Soares assentou com Robles a formação de uma equipa de três advogados espanhóis para acompanhar o caso e partiu para Paris e Roma com o objetivo de mobilizar também causídicos locais.¹⁷ Na capital italiana, pretendia falar ainda com Emídio Guerreiro, que questionava a credibilidade dos supostos aliados de Delgado que o haviam convencido a viajar até à fronteira portuguesa.¹⁸ É à chegada a Paris que tem conhecimento de que fora feita uma identificação positiva dos cadáveres, como sendo de facto os do general e da sua companheira.¹⁹

O contrato de Soares com Iva Delgado seria depois alargado aos três filhos do casal, já que, confirmado o homicídio, todos eles podiam agora constituir-se como assistentes do processo que corria os seus termos em Espanha. Contará o líder da ASP que sentiu toda a família incomodada com as circunstâncias, dado o marido e pai ter sido assassinado na companhia da amante, pelo que havia uma reserva inicial dos filhos em avançar com ações judiciais. Também a viúva estava de pé atrás: «Pareceu-me que a Iva não gostava muito do marido, achava que ele era um doido.»²⁰

Entretanto, o regime de Salazar continuava por todos os meios a tentar sacudir a água do capote, o que, como narrará Soares, terá feito mais mal do que bem ao governo de Lisboa:

[Alberto] Franco Nogueira [1918-1993], que era ministro dos Negócios Estrangeiros, interrogado em Londres pelos jornalistas ingleses, respondeu: “Não temos nada que ver com isso. Ele foi assassinado em Espanha.” Quando os espanhóis sabem disto, ficam furiosos. É a polícia espanhola que diz ao Robles: “Querem saber como foi? Damos-lhes as matrículas dos que viajaram de Portugal para Espanha e foram ao Hotel Simancas buscar o general.” Inquiri a polícia em Portugal e disseram-me que aquelas eram matrículas de carros roubados. Mas deram-me também as marcas e os respetivos números dos motores. Perguntei à Renault e à Opel (creio que eram estas as marcas) e disseram-me que eram carros desaparecidos, que tinham sido atribuídos à PIDE.²¹

Soares voltou a Badajoz para assistir à reconstituição do crime, julgando ver nele o rasto indelével da PIDE.²² Juntamente com Abranches Ferrão, escreveu ao ministro da Justiça, João Antunes Varela (1919-2005), pedindo a colaboração das autoridades portuguesas no inquérito judicial espanhol, já que seriam as únicas que não o estariam a fazer, mas obtiveram como resposta que tudo seguia os trâmites normais.²³

Os papéis inverteram-se: enquanto Abranches Ferrão teve autorização para sair do país em qualquer altura, depois de lhe ter sido dito que o anterior impedimento resultara de um engano, Soares passou a ser obrigado a pedir licença à PIDE de cada vez que queria passar a fronteira. Mas a 9 de setembro, já com luz verde para ir a Badajoz, na companhia de Raul Rêgo, Catanho de Meneses e Pires de Lima, receber o corpo de Delgado e acompanhar a sua inumação em Espanha (pois o governo de Lisboa protelava para data «oportuna» a autorização da trasladação para Portugal), tanto ele como os outros foram detidos ao chegarem, de regresso, à fronteira, e transferidos para Lisboa. Foi-lhe apreendido o seu dossiê profissional sobre o caso Delgado, em violação dos direitos dos advogados, e todos foram colocados em isolamento na cadeia de Caxias. Os relatórios da polícia política não disfarçarão as bizarras motivações da detenção: «Preso [...] por, na qualidade de advogado constituído da família do falecido ex-general Humberto Delgado, ter convidado 10 advogados, na sua maioria adversários do atual regime político do país, para formar uma “comissão” de ajuda à sua tarefa.»²⁴

Desencadeou-se «uma onda de protestos dos meios jurídicos internacionais e uma reação enérgica da nossa Ordem Advogados»: «Para a imprensa mundial constituiu uma prova direta da culpabilidade do governo português e da sua profunda desorientação.»²⁵ Após duas semanas em permanente incomunicabilidade (exceto Pires de Lima, filho do diretor-geral do Ministério do Interior), serão libertados sob a justificação oficial «de que se tratava de impedir uma manifestação antiportuguesa projetada para junto à fronteira»

e devolvidos a Soares os papéis apreendidos, com a explicação de que se tratara de um «lapso lamentável» de um funcionário.²⁶

Por esta época, Soares arranjava outro constituinte de nome sonante, na pessoa de D. Maria Pia alegadamente de Bragança (1907-1995), que se reclamava filha bastarda do rei D. Carlos (1863-1908), e por isso herdeira da coroa portuguesa, dada a inexistência de outros descendentes diretos. Havia apoiado Humberto Delgado, ajudando-o no exílio até ao seu assassinio. Soares conhecera-a em Paris em 1963, apresentada por Maria Lamas, e aceitou representá-la nas defesas das suas pretensões em Portugal (um incómodo que Salazar dispensava), apresentando-a ao seu amigo Francisco Sousa Tavares, na altura um monárquico e por isso mais capacitado até para a defender «nos complicados problemas dinásticos brigantinos», o que sucedeu pontualmente.²⁷ Maria Pia entrou em Portugal sem problemas em fevereiro de 1965, mas ao sair foi detida temporariamente pela PIDE e levada para Caxias, incidente de repercussão internacional que projetou além-fronteiras as suas reivindicações.²⁸ Soares escreverá poucos anos depois: «Como advogado, tive acesso a documentos que não me deixaram dúvidas quanto à filiação de D. Maria Pia, embora não ignore que uma coisa são as convicções de ordem moral e outra, muito diferente, o problema do seu reconhecimento *de jure*, o qual envolve especiais dificuldades.»²⁹ Ainda em 1965, Maria Pia apresentaria ao seu advogado, em Roma, o bispo António Ferreira Gomes, cujo exílio se mantinha e que, nessa condição, Soares voltaria a encontrar mais tarde.³⁰

O causídico oposicionista discutiria anos mais tarde a figura de Maria Pia também com o conde de Barcelona, Juan de Bourbon (1913-1993), filho do rei Afonso XIII de Espanha (1886-1941), que estava exilado em Portugal sem nunca ter ascendido ao trono, devido à implantação da república e às funções de regente assumidas depois da guerra civil por Franco (que indigitaria o filho primogénito do conde, Juan Carlos [n. 1938] para lhe suceder). O encontro entre ambos deu-se no Estoril, onde morava o aristocrata

espanhol: «Tierno Galván e Raúl Morodo vinham cá falar com o conde de Barcelona e ele convidou-me para um almoço no York Bar, no Estoril. Eu disse-lhe que tinha sido advogado de Maria Pia. “É uma impostora”, reagiu ele. “Não é, foi educada na corte de Afonso XIII, seu pai, que a levou quando se exilou em Itália.” Ele ficou excitado, corado (era no final do almoço): “Sabe por que é que teve essas atenções do meu pai? Porque eram as melhores tetas que havia em Madrid nesse tempo.” “Mas havia uma carta de D. Carlos para o seu pai.” “Não, ela foi primeiro para Madrid mas não para a corte. Quem a namorou primeiro fui eu, e depois o meu pai sacou-ma”.»³¹

Em finais de 1965, teriam lugar as eleições para a Assembleia Nacional, às quais a oposição, apesar das divergências entre a ASP e a ADS, decidiu apresentar listas unitárias pelos círculos de Lisboa, Porto, Viseu, Leiria e Braga, sendo Soares, já reforçado pelo seu protagonismo no caso Delgado, a ler, em outubro, o «Manifesto ao País» que assinalou o anúncio dessa candidatura. A apresentação que fez do documento voltou a chamar as atenções sobre o seu perfil político: «Passei [...] a ser um dos alvos preferidos dos ataques governamentais.»³² Foi nesse âmbito que Medeiros Ferreira voltou a cruzar-se com ele:

Mário Soares estava interessado em que eu fosse às reuniões para se constituir as listas. Em janeiro desse ano houvera uma vaga de prisões na universidade, de elementos ligados ao PCP, e eu reagi escrevendo o comunicado “O dia de uma universidade cativa”. Talvez isso tenha de novo reanimado o seu interesse para que eu fosse candidato nas listas que ele estava a tentar levar para a frente. Percebi que Mário Soares ficou líder da oposição na sequência do assassinio de Humberto Delgado, tanto mais que os dirigentes do PC estavam lá fora. E ser advogado da família de Delgado ajudou. Acho que ele sentia isso com uma certa modéstia; não é alguém que seja um fanfarrão. Ele era muito intuitivo. Na aproximação a pessoas, a namorar politicamente, era excelente. O processo da campanha teve dois ou três elementos fortes: a elaboração do manifesto, onde

Soares teve um papel fundamental (e que desfaz talvez a tese de que a oposição esteve sempre calada sobre a questão colonial, o que não foi verdade, pois falava-se aí da autodeterminação dos territórios ultramarinos); a sua apresentação, sendo ele quem faz uma leitura empolgante, no Centro Republicano Botto Machado [em Lisboa]... Soares estava muito interessado no apoio dos católicos e na grande força da Ação Democrato Social, dando-lhe mais importância do que à ASP. É um homem de *métier*: tem a intenção de criar espaço a uma força autónoma, e daí a aliança com a ADS.³³

Para Medeiros Ferreira, a prova do pragmatismo de Soares estava na atitude perante a contestação internacional de que o governo norte-americano começava então a ser alvo, devido ao seu envolvimento na guerra do Vietname:

Ele dizia-me: “Nós precisamos imenso do apoio externo, e um dos países que nos podem dar apoio são os Estados Unidos. Estamos aqui a cometer um erro: a oposição contra a ditadura apresenta-se toda contra o [envolvimento dos EUA no] Vietname, pela saída dos americanos, mas não vale a pena estar a dizer isso aos berros na rua. Mais cedo ou mais tarde, eles vão ter de sair de lá, e não é pela nossa posição que vão sair mais depressa ou menos depressa. É um assunto a que não devíamos dar prioridade, porque a gente precisa do apoio deles. Você não acha?” Era uma pessoa muito prática. Nunca perdeu a bússola da orientação política. Vai reunindo os meios conforme as oportunidades, apesar de, de vez em quando, ser verdade que faz os seus desvios.³⁴

Um dos pontos mais fortes do «Manifesto ao País» incidia sobre o assassinio de Delgado, questionando-se a atuação das autoridades portuguesas na abordagem do caso. O que obrigou Salazar, no discurso de encerramento da campanha eleitoral, a 5 de novembro, a produzir a sua primeira e única declaração sobre o assunto, num exercício de pura hipocrisia política, já que continuava a lançar suspeitas sobre a oposição, embora não pudesse deixar de saber quem cometera o crime: «[Delgado], traído porventura

pelos que se afirmavam seus correligionários, parece ter tomado uma decisão em termos definitivos – acordar com outros conspiradores numa revolução “imediata” ou entregar-se às autoridades portuguesas e “dizer tudo”. [...] A nós convinha-nos que falasse; a outros havia de convir mais o silêncio que só a morte poderia com segurança guardar. [...] Vemos no caso o máximo interesse, e nessa conformidade temos agido com lealdade e prontidão.»³⁵

Como era de regra, a oposição não chegou a ir às urnas, alegando falta de condições de equidade para a campanha eleitoral (sendo certo que o seu principal objetivo consistia sempre mais em aproveitar o momento para fazer propaganda do que para contar votos). Mas resultará da conjugação do caso Delgado com a campanha de 1965 um reforço da posição política de Soares, mais ampliada ainda no fim do ano com as circunstâncias do desaparecimento dessa figura tutelar da oposição que era Azevedo Gomes.

O momento será pois aproveitado para agregar tendências à ASP, no esforço de a tornar uma ampla frente antissalazarista: «A partir de, pelo menos, 1966, o nosso objetivo era esse: agrupar toda a esquerda não comunista num amplo movimento suficientemente aberto e dúctil para nele poderem coexistir as diversas tendências socialistas que se desenhavam no país.»³⁶

As iniciativas de âmbito europeu pelo esclarecimento do assassinio de Delgado tinham evidentemente um custo material, o que levaria a uma confissão de Soares ao seu amigo José Fernandes Fafe: «É uma conversa que se passa em minha casa. Ele começa por desabafar-me assim: “Já passei uns poucos meses na cadeia, aquela família do Delgado não se mexe, gastei do meu bolso não sei quanto...” E a certa altura diz-me: “Ando aqui com um carro velho, com esse dinheiro já podia comprar um carro bom, gosto de carros bons, de ter carros. Só arranjo prisões e gasto dinheiro. E aqueles tipos: o filho do Delgado não se mexe, é um cágado. A culpa é do Cunhal”.» E a seguir atribuiu ao líder comunista a responsabilidade pelo seu envolvimento na atividade oposicionista³⁷ (pensando porventura no encontro que em tempos tivera com ele em Buarcos, decisivo para a sua permanência em Portugal).

Não se poderá contudo dizer que, do ponto de vista monetário, as coisas corresse mal para Soares. O exercício de advocacia garantia-lhe já a autonomia económica que almejava para poder dedicar-se à política, a avaliar pelo arranque em 1966 da construção de uma casa de fins de semana para a família em Nafarros, no concelho de Sintra, sob projeto oferecido pelo arquiteto seu amigo Francisco Keil do Amaral (1910-1975).³⁸ Soares mandaria criar aí um esconderijo secreto para a sua coleção de papéis políticos, que andava desprotegida desde o encerramento da quinta do Colégio Moderno em Carnide: «Recorri ao mesmo pedreiro [que cimentou o buraco na quinta de Carnide]. Em Nafarros, fez um esconderijo na parede. A PIDE esteve lá e nunca percebeu. Estava atrás da estante, carregava-se num botão e andava para a frente.»³⁹

A contrapartida do novo protagonismo político corporizado por Soares, que levava os representantes diplomáticos a auscultarem com frequência a sua opinião ou a pedirem-lhe informações, era o reforço das atenções policiais que concitava: «A partir de 1965, a vigilância policial que se passou a exercer sobre mim tornou-se verdadeiramente asfixiante.»⁴⁰ Como exemplos, citará as filmagens que a PIDE terá feito com teleobjetiva de parte de um almoço em Nafarros para o qual convidou diplomatas dinamarqueses e suecos, o cuidado com que os representantes estrangeiros estacionavam longe quando os convidava para jantar em sua casa ou o caso de dois secretários da embaixada dos EUA em Portugal proibidos de o visitar na sua residência «cedendo a pressões do Ministério dos Estrangeiros», pelo que se encontravam com ele, como que por acaso, no jardim fronteiro do Campo Grande.⁴¹ Um desses diplomatas chamava-se Diego Asencio (1931-2020): «Como ele sabia que eu ia normalmente de manhã dar um passeio pelo Campo Grande, apanhava-me aí. A primeira vez e a segunda achei que era por coincidência, mas depois percebi que era para me apanhar e para me dizer e transmitir coisas e para eu dizer a ele.»⁴² Asencio viria, a partir da década seguinte, a notabilizar-se como embaixador na Colômbia e no Brasil, tendo em Bogotá sido sequestrado, com uma dúzia de outros diplomatas, por um grupo

de guerrilheiros durante 61 dias, originando o rumor de que poderia estar ligado à CIA, mas o seu interlocutor do Campo Grande garantirá nunca ter dado por isso.⁴³

Durante alguns tempos, a vigilância da PIDE a Soares ter-se-á efetuado até a partir do interior do próprio Colégio Moderno, já que, pelo que relatará Maria Barroso, um dos funcionários da escola, de apelido Costa, era informador da polícia política, passando mesmo a agente da corporação depois de se ter despedido.⁴⁴

Neste período, em que Soares foi várias vezes aconselhado a refugiar-se em embaixadas ou avisado de agressões iminentes que nunca se verificaram,⁴⁵ eram as implicações do caso Delgado que mais continuavam a absorvê-lo. Henrique Cerqueira, um português habitando em Marrocos, que se tornara representante do general nesse país mas cujo comportamento ambíguo suscitará depois suspeitas à oposição, resolveria implicar no caso o líder da ASP: enviou-lhe em março de 1966, a partir de Rabat, um telegrama para o seu escritório dizendo-o «moralmente» e «legalmente impedido» de representar a família de Delgado. A mensagem surgiu logo reproduzida com foros de escândalo na imprensa mais fiel ao salazarismo. Os amigos de Soares entenderam organizar-lhe, nas instalações da Feira Industrial de Lisboa (FIL), à Junqueira, um almoço de desagravo pela difamação, mas a PIDE terá proibido a confraternização. Por outro lado, foi censurada a resposta que o advogado da família Delgado enviou aos órgãos de informação responsáveis pela difusão do telegrama de Cerqueira, e só após o autor protestar junto do próprio Salazar seria parcialmente autorizada a sua publicação.⁴⁶

O processo Delgado, entretanto, levá-lo-ia nesse ano de novo a Itália e a Espanha. Os seus contactos políticos abriam-lhe portas, como era o caso do líder socialista Pietro Nenni em Roma: «Do Nenni consegui que me indicasse um grande penalista italiano, [Giuliano] Vassali [1915-2009]. Tratava-me de igual para igual, era como se eu em Lisboa fosse falar com [o professor da Faculdade de Direito de Lisboa, e ex-ministro do Estado Novo, Manuel] Cava-

leiro de Ferreira [1911-1992]. Foi fabuloso, e consegui convencer os juízes italianos a pôr um processo contra os supostos apoiantes de Humberto Delgado na Itália. Convenci a D. Iva a ir comigo a Roma para que pudesse depor. O processo de Itália desencadeou outros processos, se bem que não tenha dado nenhuma condenação.»⁴⁷

A viagem com a viúva de Delgado à capital italiana teve lugar já em maio de 1967, poucos dias depois de Hermínio da Palma Inácio ter concebido e liderado um assalto bem sucedido à delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz, numa ação que uma nova organização oposicionista, a Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), reivindicou por razões políticas. À data Soares ainda só conhecia Palma Inácio de nome, embora soubesse que ele havia protagonizado uma fuga do Aljube quando lá estava também detido, em maio de 1948.⁴⁸

Na capital italiana, o responsável da ASP teve um encontro com Emídio Guerreiro, no bar do hotel onde se alojava com a viúva de Delgado, para lhe solicitar o seu depoimento à justiça italiana. Mas as coisas correram de forma inesperada: «Ele estava com uma prostituta, eufórico, e diz-me: “Ó Mário, e que tal o luar?” “Mas não há luar nenhum”, disse-lhe eu. Até fui à rua ver. “Há luar ou não há?”, insiste ele. “Então quem é que assaltou o Banco de Portugal e tem esse capital todo? Não acredita?” Tira um monte de notas do bolso e atira com elas para cima da mesa. “E agora? Acredita ou não?” A prostituta estava de olhos arregalados. “Tire isso daqui para fora, se não vou-me embora já”, disse-lhe eu. Começou a dizer-me que ele é que era o chefe da LUAR. Eu disse-lhe que estava ali para falarmos de Humberto Delgado, e ele garantiu que ia fazer o depoimento.»⁴⁹

Não terminariam aí os insólitos encontros com Emídio Guerreiro, que, segundo Soares, fora nomeado por Palma Inácio como presidente da LUAR «por ser o membro mais reputado da oposição em Paris», mas que o cérebro do assalto ao Banco de Portugal acusaria mais tarde de ter gasto no jogo o dinheiro roubado.⁵⁰ A reunião seguinte ocorreu num almoço entre ambos em Roma,

onde também participou outro oposicionista, o jornalista Victor Cunha Rego (1933-2000), exilado havia 11 anos, primeiro no Brasil, depois na Argélia e na Jugoslávia e por último em Itália:

Emídio Guerreiro continuava eufórico com as notas. Puxou da pasta um papel que queria que eu assinasse como primeiro subscritor de uma lista de várias personalidades da oposição. A folha dizia: “Os abaixo-assinados, depois do assassinio de Humberto Delgado, reconhecem que a grande figura que se impõe para chefiar a oposição é Emídio Guerreiro.” Ele já tinha as assinaturas do Porto, e havia um espaço em branco, à cabeça, para eu assinar. Disse-lhe: “Como se atreve a pedir-me para eu ser o primeiro subscritor de uma declaração que faz a homenagear-se a si próprio?” Ele tem um ataque de fúria. Começamos os dois a discutir em pé na *trattoria*, e reparei depois que estava toda a gente a olhar para nós: dois tipos a discutirem numa língua estrangeira no meio de um restaurante em Roma, quase à porrada. Disse-lhe: “Não é caso para não continuarmos a almoçar.” Mas entretanto o Victor Cunha Rego desaparecera, no que não tínhamos reparado no calor da discussão. Ficámos os dois a desconversar. Acabámos por almoçar. Ao pagar a conta, aparece o Cunha Rego e diz-nos: “Desculpem ter-me ido embora, mas estava a ver que ia tudo preso e eu estou clandestino, não posso dar-me a esses luxos.” Depois do almoço fiquei com o Cunha Rego, que me disse: “Ó Mário, sabe que não nos conhecemos, mas a partir de agora, com a coragem extraordinária que revelou, estou ao seu dispor.” Ficámos amigos.⁵¹

Estes episódios serviriam porém para Soares colocar reservas à personalidade de Emídio Guerreiro – sempre considerado um destacado oposicionista –, chegando mesmo ao ponto de considerar «duvidoso que ele tivesse estado no *maquis* [resistência francesa]» durante a Segunda Guerra Mundial, como sempre reivindicou.⁵²

Ainda em Roma, terá havido a possibilidade de Soares e Iva Delgado serem recebidos pelo papa Paulo VI [1897-1978], que acabara de viajar a Portugal com o exclusivo propósito de visitar o santuário de Fátima (onde se encontrara com Salazar): «Eu soube

através de alguém ligado ao Vaticano que o papa estava disposto a receber a D. Iva. “Nem pense”, disse-me ela. “Para isso tenho de ir com mantilha, vestida a rigor.” “Compra-se.” “Não quero, porque nunca mais me deixam voltar a Portugal.” Não foi possível convencê-la, e não fomos ao papa.»⁵³

Já conhecido além-fronteiras como o advogado do processo Delgado, Soares viu nesse ano franquearem-se-lhe as entradas da social-democracia europeia, que frequentaria em regra acompanhado por Tito de Morais e Ramos da Costa. Tudo começou com a visita a Portugal em inícios de 1967, com vista a recolher informação sobre a ASP, do secretário-geral da Internacional Socialista (IS), o britânico Albert Carthy. A IS reunia partidos da família social-democrata e era então um «pequeno clube político [...] dominado pelo Partido Trabalhista britânico»: «Limitava as suas atividades à coordenação de posições dos partidos do norte e centro da Europa», contando ainda, como seu destacado membro, o Partido Trabalhista de Israel.⁵⁴

Um pouco mais tarde, o líder da ASP ficará deslumbrado pela oportunidade de convívio que se lhe oferece com figuras de elevado gabarito político, algumas ainda em ascensão de carreira, como Olof Palme (1927-1986), que estava a dois anos de conquistar a liderança dos sociais-democratas e do governo na Suécia: «O Palme ofereceu-me almoço em Estocolmo. Eu pensava que os homens de Estado europeus eram distantes, como em Portugal. Mas ele estava em mangas de camisa. Depois do almoço levou-me a uma sauna. Eu nem sabia o que era uma sauna. Ficámos ali todos nus, o Tito à rasca, o Ramos da Costa à vontade. Depois houve o banho em piscina de água fria, onde pensei que ia morrer, mas, ao contrário dos meus cálculos, fiquei muito bem disposto. Fomos ver com ele *A Balada do Fantoche Lusitano* [peça musical anticolonialista do alemão Peter Weiss (1916-1982)]. Depois estivemos com Willy Brandt e os alemães, com [François] Mitterrand [1916-1996, futuro líder socialista francês, que Soares apenas conheceu já no início dos anos 1970⁵⁵], com os italianos – ainda havia o Pietro Nenni – ... Foi um banho de civilização.»⁵⁶

Para Soares, a integração nessa área política aparecia já então como uma opção definitiva, reconhecida pelos seus interlocutores: «Sabiam que eu era socialista, como eles, que liderava um grupo de amigos que, todos, se reconheciam no socialismo democrático, que a Internacional Socialista via, já nesse tempo, como um eventual embrião de um futuro partido socialista português. [...] Queriam conhecer-me, avaliar as minhas possibilidades e posições e manifestar-me (ao princípio com todas as cautelas, discretamente) a sua solidariedade.»⁵⁷

As circunstâncias favoreceram assim o socialista português, que, do ponto de vista exterior, passará a partir desta época a assumir, com progressivo destaque, as anteriores funções de Humberto Delgado como a face mais visível da oposição portuguesa. Mas na frente interna não soprava nem uma brisa – um panorama dececionante para ele, como expressou no diário ao fazer o balanço do tempo em que o seu nome ganhou projeção além-fronteiras: «Que se passou desde dezembro de 1965 até agora (agosto de 67)? Quase dois anos!... Um caminho inexorável no tempo, alguns progressos em certas direções, muitas desilusões, abandonados alguns projetos que pareciam essenciais, a tristeza do tempo vazio... Politicamente houve algum progresso? Sem dúvida, no conhecimento da Europa e dos líderes socialistas europeus. Mas a situação aguentou (não se pode dizer “estabilizou-se”, mas manteve-se): quem tal diria? Em África, na metrópole, o segredo da resistência do governo é o imobilismo: nada se passa!»⁵⁸

De qualquer modo, Soares era já o primeiro a ser procurado pela imprensa internacional para a publicação das – escassas – notícias sobre a realidade do Estado Novo. Assim aconteceu quando, em fins de 1967, o jornalista inglês Barry O'Brien, enviado do *Daily Telegraph*, entrou no seu escritório para lhe pedir informações sobre um caso judicial designado como «*ballet rose*», à volta de uma rede de exploração sexual de raparigas menores, na qual se dizia estarem envolvidas algumas figuras do salazarismo. Circulava ainda a ideia de que o processo havia sido abafado por

intervenção do próprio ditador, com o fim de proteger esses nomes. Soares sempre alegará que não foi ele a transmitir ao repórter a informação que lhe permitirá dias depois publicar na edição dominical do seu jornal um artigo com o título «Escândalo sexual abala o governo português»⁵⁹. Ter-se-ia limitado a remetê-lo para o advogado de uma das vítimas do escândalo, Joaquim Pires de Lima, e também, como declararia noutras circunstâncias, para o escrivão do Tribunal da Boa Hora que tinha à sua guarda o processo, já arquivado. Mas é um facto que conhecia os contornos do dossiê, seja porque os terá ouvido pela primeira vez, com grande soma de detalhes, da boca de Pires de Lima em casa de Francisco Sousa Tavares e da sua mulher à época, a poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen (1919-2004),⁶⁰ seja porque o próprio escrivão lhe terá transmitido a sua indignação pelo arquivamento sumário do processo, sem julgamento.⁶¹

Ainda segundo Soares, ao telefonar para casa do advogado, o jornalista dialogou com o pai (que tinha também o mesmo nome próprio), convencido de que era o filho. Sendo o pai diretor-geral no Ministério do Interior, e não desfazendo o equívoco, as autoridades policiais desde logo terão ficado a par da recolha em curso de informações para publicação na imprensa estrangeira e, provavelmente, da intermediação ou mesmo do contributo do próprio Soares.⁶²

No dia seguinte à publicação da história, e mal a edição chegou a Lisboa, Soares foi detido com grande aparato no seu escritório e acusado pela PIDE de «divulgação de notícias falsas, no estrangeiro, suscetíveis de prejudicar o bom nome de Portugal», tendo-lhe sido dito pelo subdiretor José Sacchetti: «Desta vez, o senhor pôs em causa pessoalmente a moralidade do senhor presidente do Conselho, injúria gravíssima.»⁶³

Apesar de O'Brien ter publicado a seguir uma nota no *Telegraph* ilibando Soares como fonte da reportagem, o advogado antissuacionista passaria três meses na prisão de Caxias «em condições muito duras de rigorosa incomunicabilidade»: «Dois meses e meio

completamente isolado, numa cela individual, sem qualquer contacto com o exterior e apenas uma visita da família, uma vez por semana, de um quarto de hora, por detrás de um vidro espesso e sempre na presença de um agente. Aí passei o Natal e o fim do ano de 1967, com um frio atroz. Não tinha livros nem, muito menos, jornais.»⁶⁴

Soares foi depois transferido para uma sala de beliches com 20 acusados de delito comum, tendo sido explicado ao bastonário da Ordem dos Advogados que não podiam colocá-lo com detidos políticos para não dar aos arguidos, com os seus conhecimentos jurídicos, indicações prejudiciais para a ação da polícia.⁶⁵ Contará que, apesar do desconforto inicial (sobretudo quando os outros lhe indicaram ter chegado a sua vez de lavar a retrete), conseguiu dialogar com os presos e até ajudar a resolver alguns dos seus imbróglis legais, ganhando-lhes o respeito e ficando até isento por eles de proceder às limpezas.⁶⁶

O seu advogado, José de Magalhães Godinho, acabará por interpor um requerimento de *habeas corpus* a 29 de fevereiro de 1968: «O Supremo Tribunal de Justiça reuniu e deram-me razão.»⁶⁷ Soares foi colocado em liberdade no dia seguinte, 1 de março (juntamente com Sousa Tavares e o escritor Urbano Tavares Rodrigues [1923-2013], entretanto também detidos no mesmo âmbito), explicando porém a PIDE que a decisão já havia sido tomada de véspera (supostamente sem conhecimento do pedido de *habeas corpus*) mas não fora logo executada «por lapso».⁶⁸

No diário, Soares dá então largas à sua indignação por ter sido detido sob tal justificação: «Pretexto: os artigos no *Sunday Telegraph* dum tal O'Brien sobre o escândalo dos *ballets-rose* lusitanos. Como era de esperar, e já que alguém devia pagar pela irritação e a desprestígio provocados, paguei eu, que embora sem ter nada a ver com a assunto, nada!, tenho contas antigas para liquidar: Delgado, relações internacionais, a última viagem à Escandinávia, artigos, entrevistas – o próprio facto insólito de existir, tal como sou e tenho sido!»

Após a libertação, ele e a mulher tentaram fazer uma viagem de descompressão à Madeira, mas, com a bagagem já no avião, a PIDE notificou-o, sem explicações adicionais, de que não podia embarcar.⁶⁹ Não recebendo resposta a uma exposição que endereçou ao ministro do Interior acerca do incidente, resolveu trocar a Madeira pelo Sul. A filha memorizou o que então sucedeu: «Foi passar uns dias de férias com a minha mãe para o Algarve, onde estive com a Sophia e o Francisco Sousa Tavares. Lembro-me de que a minha mãe telefonou do Algarve (o que não se fazia com a facilidade de hoje) a dizer: “Se nos acontecer alguma coisa, nós estamos a ser seguidos”.»⁷⁰

O casal dera pela perseguição já na estrada para o Algarve, tendo-se a vigilância tornado mais ostensiva nos dias seguintes⁷¹: «Os meus pais tinham-se instalado num hotel [o Balaia, em Albufeira⁷²] e o rececionista, que era um antigo aluno do Colégio Moderno, avisou-os: “Está aqui uma brigada da PIDE”.»⁷³ Soares contará que Maria Barroso, invocando o caso Delgado, terá temido a preparação de algo funesto, já que a brigada era composta por seis homens e uma mulher deslocando-se em dois carros e comunicando entre eles por rádio, pelo que resolveram os dois regressar a Lisboa, sempre com o mesmo tipo de escolta⁷⁴: «Quando voltei, julguei que me iam fazer um atentado, com um carro à frente e outro atrás.»⁷⁵

A viagem decorreu contudo sem incidentes, mas, no dia seguinte, Soares foi detido sem mandado de captura (tal como da vez anterior) ao entrar para o seu escritório da Baixa: «Lembro-me que era Dia do Pai [19 de março de 1968], eu tinha ido comprar um presente para lhe dar e quando eu e a minha mãe chegámos à nossa rua estava o motorista do colégio: “Estão fartos de telefonar da PIDE para o senhor doutor lá ir outra vez.” Ora, a PIDE nunca telefonava para ir lá.»⁷⁶ Maria Barroso relatará que o telefonema era para já comunicar a detenção: «Fui para o colégio, e quando lá cheguei um dos choferes disse-me: “Senhor doutora, vá a casa que há qualquer coisa de importante.” Os meus filhos tinham recebido recado de que a PIDE queria falar comigo e que o meu marido

tinha sido preso. E eu disse: “Então, Isabel, ficam aqui em casa que os nossos amigos agora vão telefonar, o Chico Zenha, toda essa gente, e o João vai comigo à polícia”.»⁷⁷

Entretanto, na António Maria Cardoso, Soares recebia de Sacchetti a comunicação de que nessa mesma tarde o Conselho de Ministros decidira deportá-lo, sem julgamento nem sequer acusação formulada, para a colónia de São Tomé e Príncipe, o pequeno arquipélago sobre a linha do Equador, ao largo da costa ocidental africana, onde lhe fora fixada residência por tempo indeterminado. O visado quis saber do subdiretor da PIDE qual o fundamento legal para a medida, ao que este terá respondido: «Eu preveni-o. Com a polícia não se brinca!»⁷⁸ Falando na terceira pessoa do singular, sugeriu depois que se tratava de uma ideia sua (e a que Salazar dera o aval): «Julga que José Sacchetti é burro? Mandá-lo a tribunal, com a montagem sempre possível de um grande espetáculo e observadores estrangeiros, para o senhor, ainda por cima, vir de lá absolvido? Não! José Sacchetti não é burro: assim fica definitivamente neutralizado. O senhor Mário Soares como opositor acabou-se. Até nós querermos!»⁷⁹ O responsável policial terá adiantado uma única justificação: «Ele disse-me: “O doutor Salazar está farto de que ande a brincar com ele. Acabou a brincadeira, injuriou-o na sua moral, isso é que ele não admite. Será como uma pedra que atiramos a um poço: faz uma ondulação à volta e depois fica tudo calmo de novo.” Acreditei. Fiquei convencido de que assim seria.»⁸⁰

Capítulo 10

O desterro

A pesar de a família de Mário Soares se ter adaptado já ao ritmo das suas detenções, nada a havia preparado para esta circunstância: «Na PIDE estava o meu marido, e a certa altura ele disse-me: “Tens de ter muita coragem, porque vou para São Tomé.” Foi como se um raio caísse dentro de mim, uma coisa terrível, uma sensação de mágoa, vontade de gritar, chorar, mas contive-me muito. O meu filho é que desatou a chorar e se agarrou a mim. Lembro-me que eu lhe disse uma frase de que nunca mais me esqueci: “João, é preciso aprender a chorar para dentro”.»¹

A memória pode ser traiçoeira nos detalhes. Soares recordará que a notícia da sua deportação para São Tomé foi dada à mulher na sede da PIDE mas sem a presença dele: «A Maria de Jesus fora chamada à António Maria Cardoso [...], onde foi acompanhada pelo João, para lhe comunicarem que eu seria deportado para São Tomé. Pediu para me ver, mas começaram por lhe negar autorização. De regresso a casa, foi ela que informou o meu pai, a Isabel e os amigos do que estava para acontecer.»²

Para Maria Barroso, a hora do lamento veio depois: «Em casa chorei. Ainda não tinha entrado, atirei a carteira para o chão e desatei a chorar desesperadamente. Aqui, na prisão, sempre podia vê-lo, ia a Caxias, ao Aljube, mas a deportação era de facto terrível. Eu sabia o que tinha sido a deportação do meu pai para os Açores.»³

O sentimento foi partilhado pela filha: «Durante a detenção do meu pai, tinha-se falado na hipótese de ele ser deportado para a Madeira (ou os Açores). Quando a minha mãe foi com o João

à PIDE, eu fiquei em casa a falar com os amigos do costume, o Rêgo, o Zenha, etc. À chegada, já eles lá estavam, ela disse que tinha sido notificada de que o meu pai ia para São Tomé. Foi como se o mundo desabasse. Lembro-me de que essa foi uma noite horrível.»⁴ Instalada a emergência familiar, havia que fazer preparativos:

No dia seguinte de manhã, fui com a minha mãe à PIDE falar com o Sacchetti, que fazia esperar sempre imenso tempo, para forçar uma despedida do meu pai relativamente à família. A minha mãe disse-lhe que o sogro ia fazer 90 anos, e lembro-me de ele lhe ter respondido: “A senhora acha que eu também não sou pai? Também tenho filhos.” Depois concederam-nos a visita, nessa tarde. Fomos todos, incluindo o meu avô. Foi talvez o dia em que senti o meu pai mais abatido, apreensivo. Ele achou que não ia voltar a ver o pai, como é óbvio. Lembro-me de que o meu avô me dizia sempre esta coisa: “Ninguém chora, não se chora à frente deles.” Isto para um jovem era sempre difícil. Notei que essa ocasião, quando nos fomos despedir, foi de facto a parte mais difícil. O inspetor que levou a São Tomé o meu pai [Abílio Pires, n. 1926], especialista dos intelectuais [já conhecido por Soares de anteriores detenções, e que para ele era o arquétipo do «pide bom»⁵], assistiu a toda a conversa. Para nós São Tomé era uma coisa muito longínqua, não se sabia como era.⁶

Ideia que era a do próprio Soares: «Eu nem sabia bem ao certo onde estava São Tomé no mapa!»⁷

Dessa visita, também João Soares reteve a diretiva da atitude a assumir perante a polícia: «A visita em comum foi na sede da PIDE, com a família toda, numa sala que seria de interrogatório. Há muitos anos que não deportavam ninguém. Houve sempre uma mensagem de firmeza da parte do meu pai, e nesse momento também. O meu avô, em relação aos pides, dizia (e o meu pai também): “A estes gajos não se lhes mostra os dentes”; e “eles só sabem aquilo que a gente lhes diz”.»⁸

Uma recordação convergente com a do próprio Soares: «Finalmente, [...] vi surgir a minha família, no terceiro andar da António

Maria Cardoso. Estavam muito comovidos, mas esforçavam-se por não chorar. Antes de se encontrarem comigo, a minha mulher tinha-lhes dito: “Não se chora diante da PIDE nem uma lágrima!”»⁹

No fim desse dia, acompanhado por Abílio Pires, Soares foi posto num avião da TAP para Luanda com o que já tinha vestido e uma pequena mala de roupa entregue pela mulher: «Atrás de mim deixaria família, amigos, profissão, interesses.»¹⁰ No aeroporto, formou-se uma concentração de familiares, amigos e simpatizantes para as despedidas: «De repente, alguma coisa se passou. De dentro do avião não podia ouvir o que diziam, mas percebi distintamente que um tumulto de vastas proporções se generalizara. Eram a PIDE e a polícia de choque, à paisana, que selvaticamente agrediam todos os presentes e, entre eles, as minhas próprias filha e mulher. Mesmo os passageiros em trânsito e as pessoas que nem sequer sabiam o que se estava a passar! Foi a última imagem que conservei dessa fatídica noite de março de 1968.»¹¹

A filha precisará que os agressores tiveram o cuidado de poupar Maria Barroso: «Eles protegeram a minha mãe – a PIDE tentou que ela não fosse tocada –, mas nós apanhámos, eu apanhei, o meu irmão também.»¹² E o filho relevará que se tratou de uma operação exclusiva da polícia política: «Foi uma ação estritamente da PIDE. Houve uma grande mobilização da estudantada – Jaime Gama [então dirigente estudantil de Direito] teve um papel nisso. Estava lá o grosso dos amigos – Manuel Mendes, Zenha, Catanho de Menezes, etc. Enchemos a varanda [exterior, virada para a pista], éramos uns 150. A carga policial deu-se quando vimos o meu pai a entrar no avião e pôs-se tudo aos gritos. Os pides formaram um corredor e mandaram lá para dentro quatro ou cinco deles com cassetetes. Não pouparam ninguém, a não ser a minha mãe. Apanhei também umas cacetadas.»¹³

Correspondendo à sua bonomia, o viajante achou que não haveria motivos para se ralar durante o resto da viagem: «No avião, deram-me um jantar opíparo, como era costume naquele tempo, em primeira classe. Comi regalado, tanto mais que quase não tinha

comido durante todo o dia, fumei um bom charuto e, depois, dormi até Luanda como um justo!»¹⁴

Entretanto, na notícia sobre a deportação enviada para o *New York Times*, Marvine Howe escrevia: «O regime de Salazar tem inúmeras contas a ajustar com Soares, e aparentemente decidiu que esta era a altura de o fazer, devido à crescente reputação do advogado além-fronteiras.»¹⁵

África, onde nunca pusera os pés, foi um choque para o político europeu. Tudo começou logo com o bafo de ar quente que recebeu quando, ao aterrar na ilha de 860 km², assomou à porta do aparelho a hélice que fazia a ligação semanal entre Luanda e São Tomé: «Cheguei com um fato escuro de flanela, camisa e gravata, devido ao tempo de inverno que fazia em Lisboa, e estavam 40 graus.»¹⁶ Sob aquele «calor abrasador», sentiu uma «impressão estranha» no aeroporto: «As pessoas estavam todas vestidas de branco, muitas em mangas de camisa. [...] Deu-me a sensação de ser um moscardo estranho a cair num prato muito quente de sopa...»¹⁷

Num meio onde nada se passava e a visita do avião de carreira, às quintas-feiras, era o grande acontecimento, a população branca aglomerava-se pela curiosidade de ver o deportado, cuja fama o precedia: «Toda a gente sabia que eu ia chegar. A rádio tinha dado a notícia. Não havia outros deportados além de mim. Era uma *avis rara*. Toda a gente me olhava mas ninguém ousava falar-me. A população que acudira ao aeroporto manifestava, tanto quanto julguei perceber, um misto de medo e curiosidade.»¹⁸

No próprio aeroporto, Abílio Pires passou a jurisdição policial sobre Soares para o responsável local da PIDE, inspetor-adjunto Manuel Nogueira Branco (1905-?), definido por Eduardo Fortunato de Almeida – o antigo aluno do dirigente da oposição e agora alferes miliciano, com o cargo de oficial às ordens do governador de São Tomé e Príncipe – como «sinistro» e «infernai»¹⁹, e que ao desterrado «pareceu um homem duro e arrogante».²⁰

O recém-chegado perguntou-lhe se estava preso, ao que o outro lhe terá respondido: «Não, trate da sua vida como quiser.»²¹

Havia contudo uma particularidade: «O senhor não está preso, está deportado, mas não pode sair da cidade sem nos avisar.»²² «Não fiquei esclarecido», anotárá o visado.²³

Com a sua atividade pretérita e o meio social em que se movia, Soares era já um homem de muitas relações, o que facilitaria a sua instalação local: «Entretanto apareceu [ainda no aeroporto] um colega meu do liceu, Aprígio Malveiro, que perguntou ao inspetor Nogueira Branco se me podia cumprimentar. E, como não houvesse resposta, abraçámo-nos. Perguntei ao chefe da PIDE onde iria ficar. Encolheu os ombros e disse: “Onde quiser. O senhor não está preso, está confinado nesta ilha.” Foi então que o Aprígio me disse que havia uma pequena pensão, intitulada Pousada de São Lourenço [na verdade, Pousada de São Jerónimo], onde poderia ficar. E ofereceu-se para me levar. Era, de resto, a única pensão existente em São Tomé, dirigida por um senhor Reis, que diziam ser informador da PIDE.»²⁴

Mas ainda no aeroporto surgiria outro conhecido, o engenheiro agrónomo João Goulão (n. 1934), de quem uma irmã, amiga de Isabel Soares, era professora no Colégio Moderno, e que fora alertado para a chegada do deportado por telegrama de um amigo comum: «Fomos dar uma volta para lhe arranjar roupa, e logo ele me impressionou pela convicção na sua força política – estava animado, não tinha aspecto de abatido ou vencido, não se sentia numa situação de inferioridade, mas assumia a atitude de quem sabia que as suas posições podiam custar caro.»²⁵ Goulão (que viria a ser secretário de Estado da Agricultura no início dos anos 1980) era então diretor da mais importante roça agrícola da colónia, a Água Izé, pertencente à CUF (o maior grupo económico português).

Por mero acaso, Fortunato de Almeida não fora nesse dia ao aeroporto, tanto mais que ignorava a chegada do seu ex-professor:

O governador soube na segunda-feira anterior, mas não me disse nada. Eu estava no quarto e ouço o alferes dizer-me: “Chegou o gajo. É comunista, do pior que há”.²⁶ Só então terá percebido que Soares estava em São Tomé: «Eu respondi:

“O Mário Soares, comunista?” Fora a PIDE que pusera a correr que ele era um perigoso comunista. Isto foi por volta das 14h00. Quando saí, às 17h00, fui à pousada, e já ele estava em mangas de camisa, numa cadeira de baloiço, no pátio. Ao ver-me, foi uma alegria. Ele não sabia que eu lá estava. Eu disse-lhe: “Conte com o meu incondicional apoio.” Encarava a sua situação com certa resignação, mas sempre revoltado.²⁷

Soares recordará a cena da mesma maneira: «Fortunato de Almeida, que fora meu aluno, estava lá na tropa e apresentou-se fardado a dizer que se encontrava à minha disposição para o que fosse preciso.»²⁸

No dia seguinte, foi recebido pelo governador, tenente-coronel António Silva Sebastião (1919-2005, já com larga experiência de administração colonial), para se definirem as regras da sua presença no território.²⁹ Mesmo entre os dois homens era possível estabelecer uma ligação, já que Silva Sebastião tinha como irmão o matemático José Sebastião e Silva (1914-1972), «um homem de esquerda» que Soares conhecia bem³⁰ e que fora íntimo amigo do seu cunhado Virgílio Simões Barroso: «Fui recebido com cortesia: “Não coexistiremos os dois nesta ilha mais de um mês. Ou o mandam para outro lado, ou eu me demito.” Ninguém o ouviu em Lisboa, onde veio, um mês depois, para tentar dar a volta à situação. Salazar recomendou-lhe que não se ocupasse de mim. Essa função competia exclusivamente à PIDE. O governador resignou-se.»³¹

Qual inseto a embater num para-brisas, Silva Sebastião foi com efeito encontrar um Salazar insensível, confirmará Fortunato de Almeida: «O governador veio em abril e um dos assuntos – se não o principal – a tratar com Salazar era a questão da ida de Soares para São Tomé. O governador não queria que ele lá estivesse, era um grande incómodo. Mas a reunião com Salazar não correu bem.»³²

O filho do tenente-coronel, Manuel Sebastião (n. 1949, presidente da Autoridade da Concorrência na transição para o século XXI), então um estudante universitário de Economia em Lisboa (e que via o líder da ASP como «uma pessoa de quem era difícil não gostar»³³), recordará até uma exigência do velho ditador ao seu pai:

«Salazar não queria que o governador recebesse Mário Soares. À despedida, disse-lhe: “Não deixarei de saber nada do que se passar em São Tomé”.»³⁴ A insinuação era clara: acima do governador estava a PIDE, que não o deixava pôr o pé em ramo verde sem que disso Salazar fosse informado.

Soares registou a imediata mudança de atitude de Silva Sebastião: «Nunca mais me chamou. Pedi-lhe um encontro, não o marcou. Mas como tinha o costume, às quintas-feiras, de receber livremente os africanos que lhe iam pedir pequenas coisas, meti-me na fila que se formava junto à sede do governo [um palácio que, segundo Manuel Sebastião, não tinha guarda³⁵]. Foi um escândalo: um branco na bicha dos pretos!»³⁶ O peticionário não se demoveu, e insistiu em ser recebido: «Veio logo uma secretária dizer que eu não podia estar ali, que aquilo era só para pretos. O governador lá me recebeu, com os olhos marejados: “O senhor sujeitou-me à maior vergonha da minha vida. Tenho de o receber, mas tenho ordens diretas do doutor Salazar para não o receber.” “Vou-me já embora”, disse-lhe eu. Agradei e fui. Nunca mais falei com ele.»³⁷

O último embaraço de que Silva Sebastião necessitava era a deportação para a colónia do mais destacado dos oposicionistas portugueses na legalidade, atraindo as atenções da imprensa estrangeira e os protestos de organizações internacionais (como a Amnistia Internacional), quando já sofria problemas de sobra com o apoio que, através de São Tomé, o governo de Lisboa estava a prestar aos combatentes independentistas da região do Biafra, que no continente africano pretendiam separar-se da Nigéria. O movimento secessionista tinha como aliados alguns governos ocidentais (como a França e Israel), incluindo os de minoria branca da África do Sul e da Rodésia (futuro Zimbábwe), e Salazar fazia essa aposta numa tentativa de enfraquecer a Organização de Unidade Africana, que apoiava as guerrilhas nacionalistas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique mas era contrária à partição da Nigéria.

«O meu pai tinha carta-branca do próprio Salazar para apoiar o Biafra», relatará Manuel Sebastião, que ia passar as férias escolares à ilha.³⁸ O movimento de aviões no aeroporto de São Tomé, ou de

pilotos europeus e de mercenários alojados no território, para uma espécie de ponte aérea de auxílio à «República do Biafra» (proclamada quase um ano antes e rica em petróleo), não passava despercebido ao mais distraído dos viajantes ali acabados de aterrar.

Fortunato de Almeida, como o militar mais próximo do governador, acompanhava toda a movimentação: «A Pousada de São Jerónimo estava cheia de pilotos de várias nacionalidades que transportavam armamento e dinheiro. O transporte era feito por aviões *Super Constellation*, todos pintados de branco, que eram guardados por mercenários, brancos e pretos, pagos pelo Biafra. As munições ficavam em depósito na placa do aeroporto, debaixo de telha ou de lonas. Os aparelhos voavam de noite e de dia, mas mais à noite.»³⁹

Maria de Jesus Barroso, que chegou a São Tomé poucos dias depois do marido para o apoiar na instalação (incluindo a sua mudança para um pequeno apartamento de duas assoalhadas num 3.º andar da marginal, frente ao oceano, com uma renda à volta dos 400 escudos mensais⁴⁰), recordará o ambiente na hospedaria: «Todas as noites, os mercenários chegavam às três e quatro da manhã, embriagados e fazendo todo o género de barulhos. Havia uma sensação de ameaça permanente.»⁴¹

A presença de gente tão duvidosa fez temer pela segurança de Soares entre os seus amigos em Lisboa, que acreditavam na possibilidade de um mercenário ser pago para sobre ele exercer qualquer tipo de ação violenta. Era não conhecer as suas qualidades de relacionamento, fosse com amigos, adversários ou indiferentes: «O hóspede forçado, fiel à sua própria natureza, acabará por estabelecer laços do mais cordial convívio com os aventureiros seus vizinhos. Maria Barroso regressa a Lisboa ao fim de um mês. Em São Tomé, o líder oposicionista é a coqueluche dos enviados de jornais estrangeiros, que passam pela ilha em serviço de cobertura da guerra do Biafra. Entre eles, Marvine Howe, [...] com quem Soares possuía já fortes vínculos de amizade.»⁴²

A curiosidade dos repórteres pela presença de Soares na ilha manifestou-se logo que perceberam que o responsável oposicionista ali permanecia em virtude do desígnio persecutório de Salazar.⁴³

Quanto à jornalista norte-americana, haverá quem ache que a sua ida a São Tomé teve mais que ver com o próprio Soares do que com o Biafra. Será o caso de Alfredo Barroso: «Ela foi ter com ele a São Tomé a pretexto da cobertura da guerra do Biafra.»⁴⁴ Mas Soares garantirá que a viagem da repórter foi motivada pelo conflito.⁴⁵ E Manuel Sebastião partilhará dessa opinião: «Marvine Howe esteve lá por conta do Biafra. A PIDE estava muito preocupada [com os jornalistas].»⁴⁶

Especular-se-ia mais tarde, aliás, com a possibilidade de ter existido um relacionamento amoroso entre Marvine Howe e o chefe da ASP: «Marvine ganhou uma reputação suplementar: a de manter um negócio do foro íntimo com o advogado Soares.»⁴⁷ A história seria posta a correr por figuras do regime salazarista, como Franco Nogueira: «Todos sabíamos que Soares andava metido com Marvine Howe. Os jornalistas da Associação dos Correspondentes Estrangeiros [em Portugal] confirmaram-me várias vezes esse facto e entretinham-se com pormenores.»⁴⁸ E, pelas palavras do inspetor Álvaro Pereira de Carvalho (n. 1920), diretor de serviço da PIDE, a insinuação até poderia ter vindo da própria polícia política: «Não era difícil saber que Mário Soares e a jornalista americana tinham um caso, nem isso exigia muito trabalho às nossas brigadas. Eles não disfarçavam nada em público.»⁴⁹ Marvine Howe, que na década seguinte, devido ao seu contacto com a língua portuguesa, seria colocada no Brasil como correspondente do diário nova-iorquino, desmentiria a informação como «totalmente inverídica» e fabricada pela polícia política: «Que pensam que disse a PIDE? E o que disseram no Brasil? Provavelmente, tive casos com todos os líderes brasileiros que havia.»⁵⁰ Quanto à razão da sua ida a São Tomé, será enfática: «O *New York Times* mandou-me para cobrir a história das armas que voavam para o Biafra através de São Tomé. Eu já sabia que Mário Soares estava lá. Mas não me parece que o jornal estivesse na disposição de me enviar para falar com ele.»⁵¹

Encontrou-o com o espírito de sempre: «Era o mesmo que em Lisboa: muito otimista. Espantoso. Tinha conquistado todos os

membros do governo português de São Tomé. Tornava-se amigo de toda a gente. Vivia lá da mesma maneira que vivia em Lisboa.»⁵²

Dispondo de uma dezena e meia de agentes⁵³ para uma população de 60 mil africanos e três mil europeus,⁵⁴ o responsável local da PIDE, como bom executor dos princípios da organização, tinha a obsessão do controlo absoluto, pelo que as atenções dedicadas pelos repórteres à presença de Soares, em conjugação com a questão biafrense, lhe perturbavam uma existência outrora tranquila: «A minha chegada, com a publicidade internacional que a precedeu, constituiu uma preocupação suplementar para o chefe da PIDE, acabando por lhe arruinar por completo o sossego. [...] Há vários anos na ilha, tinha-se tornado ele próprio roceiro, atividade em que investira, com proveito, as suas economias de polícia graduado, com mão firme sobre os negócios da operosa corporação. Pareceu-me ser um homem obtuso, velho lobo a quem os dentes tinham começado a cair e a quem os anos tinham ensinado uma certa moderação.»⁵⁵

Com a obrigação de prestar serviço e o receio de algo correr mal com Soares, Nogueira Branco fez do político antissalazarista o alvo principal dos seus homens: «Obcecado pelo medo de uma eventual fuga minha, destacou mais de uma dezena de agentes para o meu serviço, não me deixando dar literalmente um passo sem ser seguido de perto. Numa terra onde toda a gente se conhece, a situação tocava as raias da loucura. Um comerciante metropolitano de passagem, por ter tido a imprudência de me convidar para um curto passeio de automóvel – note-se que a ilha terá no total cerca de 50 quilómetros de estradas alcatroadas! –, foi obrigado nessa mesma noite a abandonar São Tomé. A partir de então fiquei circunscrito à pequeníssima área da cidade e proibido de sair sem prévia autorização da polícia.»⁵⁶

Acresce que os agentes da polícia secreta nem sempre exerciam com competência as operações de vigilância, daí resultando episódios que relevavam mais da comédia do que do drama. Aprígio Malveiro evocará uma dessas situações, quando entendeu dar a conhecer a Soares alguns dos recantos da ilha – numa altura em

que o político tinha já a obrigação de comunicar à PIDE as suas saídas da cidade –, para enviarem atrás deles a respetiva patrulha: «Recordo-me de que demos um passeio em direção ao sul, para ver o local onde iam construir um porto, e o carro da PIDE desapareceu. Eles andavam sempre desorientados. Tinham-se perdido. Mais tarde, deram connosco, mas limitaram-se a dizer-nos adeus e a irem-se embora.»⁵⁷

Soares viu assim crescer à sua volta «um tal clima de suspeição e de espionagem que se tornou mais do que intolerável, verdadeiramente ridículo – toda a gente o sentia, de resto...»⁵⁸ Não espanta que um dia Nogueira Branco tenha chegado a desabafar ao deportado: «Ninguém mais do que eu deseja que o senhor parta. Sei perfeitamente que quanto mais tempo aqui estiver mais difícil se torna a minha situação perante a gente da ilha.»⁵⁹

A suspeição alargava-se a todos os europeus que contactavam com Soares, como observou a filha, a passar as férias grandes na ilha um pouco mais tarde: «A presença da PIDE era muito opressiva. As pessoas evitavam o meu pai, tinham medo de falar-lhe, passavam para o passeio do lado – e eram de facto chamadas à PIDE caso falassem com ele.»⁶⁰

Malveiro e a mulher (donos da Farmácia Império, a única existente na capital de São Tomé) eram dos poucos que furavam o cerco, enviando mesmo a Soares artigos necessários à sua subsistência: «Mas ele trabalhava na Câmara Municipal e foi admoestado pela PIDE: “Olhe, se você continua a dar-se com ele metemo-lo no avião e acaba as suas funções de secretário da Câmara, vai para não sei quê.” E então ele fazia as coisas de forma mais discreta: mandava um empregado entregar as coisas ou nós íamos à farmácia. Havia assim um cuidado, mas ele foi sempre de uma solidariedade impecável.»⁶¹

Também João Soares, que foi para São Tomé de férias mais cedo do que a irmã por ter chumbado no 2.º ano de Direito, confirmará o episódio: «O Aprígio não podia falar com o meu pai, porque a PIDE o chamou e disse-lhe: “Tem a alternativa de continuar a falar com ele ou de o deportarmos para a metrópole.” Ele contou

ao meu pai, que lhe disse: “É um disparate continuarem a ver-nos juntos. Deixa de falar comigo”.»⁶² E o próprio secretário municipal o confessará: «Fomos falando até que a PIDE, que andava sempre atrás dele, insistiu para que as nossas relações cessassem, se não prendiam-me e mandavam-me para Lisboa.»⁶³

Escreverá Soares sobre esse afastamento forçado: «O secretário da Câmara [...] foi obrigado a deixar de me falar, sob pena de ser deportado para a metrópole (*sic!*) no primeiro avião. Os filhos, a quem havia começado a dar umas explicações de Filosofia, foram igualmente forçados a abandonar as lições. [...] Fiquei completamente isolado. [...] Contudo, [...] houve quatro ou cinco corajosos resistentes – não mais! – que nunca deixaram de se dar comigo.»⁶⁴

Pela sua posição junto do governador, o caso de Fortunato de Almeida era muito mais sensível, «uma situação delicadíssima»:

Eu era o oficial de confiança quer do comandante militar quer do governador. Não queria pôr em cheque o governador e o comandante militar, mas não abdicar da amizade com os amigos. Tinha um curto espaço de tempo para decidir o que fazer. Soube que ia passar na altura um avião militar em direção a Lisboa e penso: “Não é tarde nem é cedo.” Escrevo uma carta ao doutor Salazar, com quem a minha família mantinha boas relações, dizendo-lhe: “Em face de ter chegado a São Tomé um amigo meu, o doutor Mário Soares, com quem tenho laços de amizade por ter andado no Colégio Moderno, não vou deixar de me dar com ele, pelo que ponho o meu lugar à disposição.” Dei a carta ao comandante do avião, que era meu amigo. Con-tei ao governador, que ficou em pânico e me disse para manter a calma – e o coronel que era comandante militar ficou ainda mais à rasca. Quando escrevi a Salazar, pensei que ele me ia mandar para a Guiné[-Bissau]. Mas, na quinta a seguir, recebo uma carta da presidência do Conselho de Ministros, assinada por [José] Paulo Rodrigues [1919-2010, subsecretário de Estado da Presidência do Conselho], que diz o seguinte: “Encarrega-me S. Ex^a. o senhor presidente do Conselho de acusar a receção da sua carta e informá-lo de que mantém total confiança na pessoa do alferes miliciano tal, e que lhe pede para

retirar a colocação do lugar à disposição.” A partir daí, com grande revolta do Nogueira Branco, pinteí a manta 10 vezes pior. Às vezes, à hora do almoço, levava ao doutor Soares certa correspondência que se lhe destinava e ia para mim. Levava as cartas debaixo da boina ou do chapéu, porque havia dois agentes da PIDE em permanência em frente à casa dele. Pelas minhas vias, também ele enviava correspondência (e quando regressei a Lisboa levei uma carta dele para Raul Rêgo).⁶⁵

Para alguém distante das preocupações políticas e, pelo seu enquadramento social, mais à direita do que à esquerda, o convívio com o político oposicionista abria novos horizontes: «O que melhor retive desse contacto foram as conversas com Mário Soares na marginal, a passear com os pides atrás, a uns 20 metros, e ele a dizer-lhes: “Mas querem acompanhar-nos mais de perto? Fazem favor.” Foi um curso de formação política para mim, que era despolitizado. Falava-se de África, da descolonização, do rumo a seguir... Não senti pressão na minha hierarquia por eu insistir nesta ligação. Só ficaram muito incomodados por ter escrito a Salazar.»⁶⁶

Isto apesar de Soares não congregar simpatias no oficialato local: «Todos os oficiais, exceto um, eram da confiança do regime. O capitão Mário Jesus da Silva (1939-2008, depois tenente-general e diretor do Colégio Militar), também amigo de Soares, era o único, entre os oficiais, que não alinhava com o regime. Foi comunicar ao comandante militar que o ia convidar para almoçar com ele na messe e este respondeu-lhe: “De maneira nenhuma.” Foram para um restaurante.»⁶⁷ (João Soares contará que o oficial «fez questão» de o convidar com o pai «para casa dele»⁶⁸).

Fortunato de Almeida, que entretanto passara para oficial às ordens junto do comandante militar, estava abrangido pelo mesmo tipo de impedimento: «O comandante militar pediu-me que não levasse o doutor Soares a jantar à messe. Um dia, fomos jantar a um dos três restaurantes que havia em São Tomé, e o carro da PIDE não arrancou. No dia seguinte, Nogueira Branco telefonou-me para o comando militar aos berros: “Onde é que você esteve ontem, das tantas às tantas, com o Mário Soares?” Disse-lhe:

“Foi um mau serviço dos seus homens, que não vigiam. Não tenho de dar explicações. Se quer marcar um encontro com o comandante, tudo bem.” Quase teve uma apoplexia.»⁶⁹ Soares confirmará a resistência de Fortunato de Almeida: «Foi incomodado pela PIDE mas nunca cedeu.»⁷⁰

Quando o oposicionista decidiu, ele próprio, motorizar-se, aumentaram as peripécias: «Como em virtude do calor de dia não se podia dar um passo a pé, comprei um velho Volkswagen para me deslocar. Então foi o pânico da corporação! Agentes encarregados da minha vigilância exigiram o seu próprio automóvel privativo, sucedendo que um dos improvisados agentes móveis, na ânsia de me seguir de perto, acabou por dar lugar a um acidente de viação grave.»⁷¹

O aparatoso episódio foi testemunhado por Fortunato de Almeida: «Em plena cidade, junto do Clube Militar, Soares cortou à esquerda e os pides, que iam num BMW pequeno de duas portas, fizeram o mesmo, mas com tanto azar que chocaram com um jipe e este cortou o carro deles a meio. Ficaram sentados no chão. Foram para o hospital, assim como o condutor do jipe, todos com ferimentos ligeiros. Soares foi lá saber do estado deles, e até se ofereceu para defender o condutor da PIDE em tribunal.»⁷²

Fiel ao seu estilo cordato, à esquerda ou à direita, o dirigente oposicionista não via razão para deixar de tratar os agentes da polícia política com um mínimo de simpatia. Uma das funções do seu carro consistia em levá-lo até à estação radiofónica, numa colina dos arredores da cidade, em cujas instalações funcionava também a central de telecomunicações e onde eram recebidas chamadas telefónicas do exterior. Era para lá que Maria Barroso, de novo em Lisboa para terminar o período de exames do Colégio Moderno, telefonava a horas marcadas com dias de antecedência. Mas a filha recordará que, numa dessas vezes, o Volkswagen não colaborou: «O meu pai tentou pôr o carro a funcionar e não arrancou. Era um carro comprado para aí em 15ª mão. Ele dirigiu-se ao pido de vigilância e disse-lhe: “Olhe, o meu carro não pega, eu tenho de ir

receber o telefonema da minha mulher; como de qualquer maneira você tem de ir no seu carro, nós vamos os dois.” E o tipo ficou completamente estupefacto, meio atarantado: “Está bem, senhor doutor.” Mas a logo seguir apanhou uma reprimenda, e acho que foi retirado do serviço.»⁷³

Após o regresso de Maria Barroso a São Tomé, já em agosto, para aí permanecer ao lado do marido, e tendo o filho aproveitado para tirar a carta de condução no território, o planeamento da vigilância policial tornou-se mais complexo, já que todos os quatro membros da família deviam ser sujeitos a observação, como lembrará João Soares: «Para os pides, começou a ser complicado seguirem-nos todos, tanto mais que eu e a minha mãe também guiávamos.»⁷⁴

A memória de Isabel Soares registou ainda que a vigilância da PIDE se exercia mesmo nas sessões semanais de cinema, todas as quintas-feiras, no cineteatro Império, situado numa praça central: «O ambiente era opressivo, no sentido em que havia sempre um tipo atrás. O meu pai não se deslocava a sítio nenhum que não viesse um carro atrás, e estava um tipo à porta de casa sempre, 24 horas sobre 24. Nós íamos ao cinema e o tipo estava na cadeira uma fila atrás. Era permanente.»⁷⁵

“[Eram] filmes velhos, incríveis, mas íamos sempre, com uns pides sentados na fila de trás, atentos ao que dizíamos», confirma-rá Soares⁷⁶, fascinado pelo desejo da assistência africana em envolver-se no enredo em curso no ecrã: «Havia no cinema pretos que se levantavam e iam ao palco querer participar na ação. A mim não me deixavam ir para a plateia, que era dos pretos.»⁷⁷ «Berravam como uns doidos», recordará Fortunato de Almeida acerca dos nativos, que mesmo assim «eram os mais evoluídos de África.»⁷⁸

João Soares, sublinhando que, na ausência de televisão no território, a sessão cinematográfica das quintas era a única distração possível, anotou a mesma norma segregacionista: «Os brancos estavam no 1.º balcão e os pretos na plateia. Cá em baixo, a malta comentava aquilo com entusiasmo, em voz alta: “Cuidado, tens o gajo por trás”.»⁷⁹

Tal como o Estado sustenta um preso, Soares entendeu requerer à PIDE, logo à chegada a São Tomé, que lhe pagasse as despesas de alojamento e alimentação: «Disseram-me que fizesse um requerimento ao governo.»⁸⁰ Ele ainda terá hesitado sobre se devia ou não recorrer à ajuda financeira oficial, mas o conselho dos amigos políticos, recolhido e transmitido por Maria Barroso ao marido em maio, foi contrário a essa possibilidade: «Pensa-se que deves advogar. Não deves pedir o subsídio ao governo. [...] O que eles querem é que aceites o subsídio e fiques isolado do resto das pessoas, dizendo eles que te dão dinheiro para viveres. Deves sair limpíssimo de tudo isto, como sempre, porque tudo o que fazes é sabido, aumentado e deturpado.»⁸¹ Ele cumpriu, apesar de desafiado pelo governador a fazer o pedido: «“Que quer o governo? Reduzir-me pela fome?” – perguntei, num desabafo. “Requeira um subsídio de manutenção que o governo conceder-lho-á” – foi-me respondido. Nunca requeri. Entendi que, enquanto pudesse, não devia solicitar nada a um governo que me deportara ao abrigo de um decreto inconstitucional, por uma decisão discricionária vi-ciada por nítido abuso do poder.»⁸²

Impunha-se-lhe, de qualquer modo, obter um trabalho remunerado, que, como dizia a mulher, deveria ter que ver com a sua profissão. A hipótese mais aliciante surgiu logo duas semanas após a sua chegada, por iniciativa do diretor da roça Água Izé: «Um dia apareceu-me na pensão onde me alojava o engenheiro João Goulão [...]. Convidou-me, em nome do grupo [CUF], para trabalhar como advogado da empresa, oferecendo-me uma avença mensal. Fiquei, naturalmente, encantado com essa possibilidade de poder ganhar a vida e também de ocupar o meu tempo.»⁸³

De início, Soares revelou-se cético perante o entusiasmo de Goulão: «Ele diz-me: “Sou seu simpatizante, pensei que tem de ser advogado da minha empresa.” “Como? A empresa não é da CUF?” “Sim, mas vou escrever-lhes. Eles vão concordar. Não temos outra hipótese. Quero-o para mim já”.»⁸⁴

Não se tratava apenas de o grupo CUF – fundado ainda no tempo da monarquia pelo industrial Alfredo da Silva (1871-1942), que depois seria, no Estado Novo, entusiástico apoiante de Salazar e

procurador à Câmara Corporativa – se encontrar forçosamente acomodado a um regime que praticava o protecionismo como política económica. Acrescia o facto de, cerca de um ano antes, o líder da ASP ter aceitado patrocinar, como advogado, Maria Cristina de Mello (1920-2006), neta de Alfredo da Silva e co-herdeira da CUF, num litígio com os restantes herdeiros, os seus irmãos Jorge de Mello (1921-2013), o mais velho e líder do grupo, em nome de quem era feito o convite para Soares representar a Água Izé, Maria Amélia de Mello (1922-1992) e José Manuel de Mello (1927-2009).

Divorciada de outro grande industrial da época, António Champalimaud (1918-2004), e vivendo com um sobrinho de Mário Azevedo Gomes, o médico ortopedista Amaro Azevedo Gomes (1917-2008), com quem casaria anos mais tarde, Cristina de Mello tinha razões para ter escolhido Soares: «Disse-me que necessitava de alguém com as minhas características: habituado à barra do tribunal, capaz de enfrentar a PIDE no Plenário; portanto, alguém, corajoso, que não fosse subserviente perante o poder. Temia que um advogado mais ou menos do regime não fosse capaz de resistir à pressão do grupo CUF, que, nessa época, aparecia quase como um Estado dentro do Estado. Para dizer a verdade, achei lógico que me convidasse e gostei.»⁸⁵

A razão do litígio prendia-se com a gestão da herança: «Os irmãos tinham decidido criar uma *holding*. Dividiam os lucros pelos quatro, mas parte seria para reinvestir. Cristina de Mello recebia muito dinheiro, mas queria a sua independência, autonomizando-se da *holding*. Além disso, os irmãos não gostaram que estivesse separada de Champalimaud. Tinha sete filhos dele, mas contou-me: “Mário, não sei como é que os fiz. Foi sempre desagradável. O primeiro homem que tive foi o Amaro.” Ela tinha-me dito: “Como você é capaz de resistir à PIDE, com certeza que não tem medo dos meus irmãos.” “Então vamos tratar disso”, respondi-lhe.»⁸⁶

Como advogado da parte contrária, Soares defrontava um peso-pesado da jurisprudência nacional: nada mais nada menos que seu antigo professor Marcello Caetano. Era uma espécie de David contra Goliás no terreno do combate jurídico:

Pedi-lhe uma audiência. Foi a primeira vez que o vi depois de ter sido seu aluno. Disse-lhe: “Sou seu discípulo, não sei nada de Direito comparando consigo, que foi meu mestre, mas acho que não tem razão, por isso assim e assim.” Respondeu-me: “Quem inventou a *holding* fui eu. Você não destrói isto, nem à bala nem com a sua caneta de advogado.” “Vou pôr uma ação, então.” Pensei: “Se vou pôr a ação sem mais nada, estou tramado. Marcello Caetano é professor dos próprios juizes, uma grande figura do foro, e eu, reles e pobre advogado da oposição, fico esmagado. Só me resta o parecer de outra grande figura.” Vou a Coimbra – a outra escola – falar com o professor [António] Ferrer Correia [1912-2003, administrador e futuro presidente da Fundação Calouste Gulbenkian]. Explico-lhe a situação sem mencionar nomes. Ele diz que acha que eu tenho razão. Peço-lhe o parecer. “Mas eu levo caro.” “É o que entender.” “Levo-lhe 50 contos.” Era muito dinheiro. Disse à Cristina de Mello, e ela: “Isso é muito dinheiro.” “Não estamos em condições de discutir isso, com a fortuna de milhões de contos que está em jogo.” Fui a Coimbra buscar o parecer. Era o que eu queria. Ele diz-me: “Estive a refletir, e acho que levei dinheiro a menos. Tenho de lhe levar mais.” Fiquei gelado: “Já disse à minha cliente. Há de pensar que fico com o dinheiro.” “Quero mais cinco contos.” “Ah, isso até eu dou do meu bolso!” Voltei ao escritório de Marcello Caetano, que me recebe assim: “Eu disse-lhe que você não tinha hipótese.” “Mas isso não é a opinião de todos os juristas portugueses. Tenho aqui um parecer do professor Ferrer Correia.” Ele fica verde: “Faça como entender.” Fui meter o processo. No dia seguinte, telefona-me [o causídico António] Serra Lopes [1934-2021]: “Marcello Caetano não pode ser advogado daquilo, ele não gosta muito de ir à barra, o caso pode prolongar-se, e uma vez que sou advogado da CUF... Como fomos colegas de curso, podemos fazer um almoço a ver se nos entendemos.” E assim se resolveu. Ele disse que tinha latitude da parte dos clientes. Ela queria um quarto da fortuna.⁸⁷

O processo ainda não estava encerrado quando Soares partiu para São Tomé, pelo que a autorização da sua cliente era essencial

para ele poder aceitar ser jurisconsulto de uma empresa do grupo CUF. Escreveu-lhe por isso depois de ter recebido o convite formal do administrador da Água Izé, Augusto Barreiros. Cristina de Mello respondeu-lhe na volta do correio (e do avião), mas o patrono, ao ter-lhe enviado a carta num sobrescrito com o seu próprio nome, não havia contado com o crivo policial: «A carta – como de resto toda a minha correspondência – foi aberta pela PIDE, fotocopiada e mostrada ao próprio Salazar, que *pessoalmente* interveio junto da CUF. O convite que me havia sido feito, de natureza meramente privada e no interesse da firma, considerava-o o rancoroso ditador como um ato inamistoso contra si. E assim é que, [...] ao mesmo tempo que a minha constituinte se confessava encantada com a ideia de eu ser advogado da sua empresa, o administrador que me havia transmitido o convite recebia ordens diretas do doutor Jorge de Mello para voltar atrás em relação ao convite feito, dadas as ameaças de represálias da parte do Estado.»⁸⁸

Apresentando uma versão diferente dos factos, Jorge de Mello terá mais tarde explicado que a ideia consistia em várias roças da ilha se associarem para contratarem em conjunto os serviços jurídicos do advogado opositorista, mas que, mostrando-se as restantes indisponíveis, a Água Izé não estava em condições de avançar sozinha.⁸⁹ Soares contesta porém essa explicação, relatando ser muito clara a intenção declarada pelo diretor da roça ao falar com ele: «Há um razoável advogado na ilha, vamos tê-lo do nosso lado, antes que a concorrência o agarre.»⁹⁰ E o próprio Goulão confirmará a tese da interferência do presidente do Conselho: «Salazar pressionou e os Mello não lhe resistiram. Acabaram por impedir que Mário Soares trabalhasse para a empresa, e as suas atividades remuneradas em São Tomé ficaram reduzidas a zero.»⁹¹

Soares contará que a CUF chegou a acenar-lhe com a hipótese de uma indemnização a pagar-lhe discretamente, o que porém recusou: «Preferi ficar com aquele capital de queixa contra o capitalismo português, que, assim, mostrou estar em absoluto subserviente e subordinado às diretivas e pressões políticas de Salazar.»⁹²

O que não obstou a que uma pequena publicação de extrema-direita, tendo sabido que a Água Izé pretendia contratar o dirigente antissalarista, aproveitasse para o caluniar: «Com base na mesma carta privada, violada sem vergonha pela PIDE, um semanário ultra que se publicava em Lisboa – o *Agora* – inseriu com grande destaque uma notícia, a toda a largura da primeira página, com o título “Os incorruptíveis”, em que me apresentava como administrador da CUF em São Tomé (nada menos do que isto!) com chorudo ordenado, ao serviço do capitalismo e fazendo vida de nababo...»⁹³

De Lisboa, Maria Barroso avisava o marido: «O *Agora* faz uma campanha terrível contra ti e a CUF. Muita gente aqui estava acreditando que vivias aí muito bem materialmente – só depois da minha vinda perceberam a mistificação. [...] No estrangeiro, para onde foram notícias a dizer a tua verdadeira situação, acreditava-se em boatos que corriam de que eras o delegado da CUF e que estavas, portanto, muito bem. Tem sido um trabalhão desfazer tudo.»⁹⁴ O alvo dos rumores não ficou indiferente: «Processei o jornal e o autor da atoarda – os quais só vieram a ser condenados anos depois.»⁹⁵

Poder-se-ia pensar que Soares não tinha elementos para concluir ter a PIDE intercetado a sua carta para a herdeira do grupo CUF e que a organização poderia ter recorrido a outros meios de recolha de informação. Mas narrará um outro episódio revelador de tal método sistemático da polícia política, «apesar de a Constituição teoricamente garantir o sigilo»: «Quando escrevi uma carta de condolências ao embaixador americano em Lisboa, a propósito da morte d[o ativista dos direitos cívicos Martin] Luther King [1929-1968], fui chamado à PIDE local, que sem qualquer pudor me informou que a carta não podia seguir porque “na ilha me era vedado fazer política”.»⁹⁶

Outra confirmação resultava dos atrasos da correspondência que lhe era endereçada e cuja distribuição normal deveria ter lugar nas tardes de quinta-feira, após a chegada do avião de carreira: «Toda a minha correspondência era lida e violada da maneira mais grosseira. [...] A mim, ridiculamente, as cartas eram-me entregues

somente às sextas-feiras ou mesmo aos sábados. Os meus protestos escritos e orais, tanto para o governo local como central, ficaram sem resposta. [...] Esta situação incomodava visivelmente o governador, [...] que dizia não entender a política metropolitana.»⁹⁷

Avisadamente, Soares passou por isso a recorrer a intermediários, entre os poucos europeus da ilha que contactavam com ele (como Fortunato de Almeida), para receber e expedir correspondência. Ou até a quem não era suspeito de ligação pessoal: «O médico [obstetra, introdutor do parto sem dor em Portugal] Pedro Monjardino [1910-1969, pai de Carlos Monjardino], meu amigo, tinha tratado uma senhora de São Tomé que lhe ficara muito grata. Era uma senhora bem relacionada na ilha, com bastante família, de modo que o Pedro Monjardino pediu-lhe que organizasse a maneira de me fazer chegar alguma correspondência. Durante alguns meses, foi uma espécie de mensageira benévola.»⁹⁸ Pelo mesmo canal, Soares conseguiu também receber um recetor radiofónico, compensando a escassez de notícias impressas:

Recebi poucos livros dos que pedi – alguns até primeiras edições –, que me foram apreendidos pela PIDE, os jornais portugueses chegavam muito atrasados e tinham pouco interesse. Jornais e revistas estrangeiros nem pensar. E, no entanto, estava informado e segui, com extrema atenção, os acontecimentos de Maio de 1968 [revolta juvenil em França]. Como? Por um pequeno transístor, uma novidade naquele tempo, que [...] Pedro Monjardino [...] me fez chegar por intermédio de uma senhora, residente em São Tomé, que ele tinha operado e salvo [...]. Acho que nunca cheguei sequer a saber o nome dela. Mas tornou-se, para mim, um correio regular, muito eficiente e discretíssima... Por via desse transístor ouvia todos os dias, duas vezes, religiosamente, os noticiários da Rádio Brazaville, muito completos e interessantes, sobre os acontecimentos de Paris, mas também notícias de África e dos movimentos nacionalistas africanos e da China de Mao [Tsé-Tung (1893-1976)] em desentendimento com a URSS.⁹⁹

«Ouvíamos a Rádio Brazaville e a BBC», acrescentará Fortunato de Almeida. «E quando não se conseguia ouvir devido a interferências, Mário Soares recebia os relatórios informativos, em papel-bíblia, do comando militar, que eu lhe levava.»¹⁰⁰

No mesmo período, ocorreu também, a 20 de agosto de 1968, a invasão da Checoslováquia pelas tropas soviéticas para pôr termo ao período de abertura conhecido como «Primavera de Praga», mas Soares, nas evocações da sua deportação, não registou ter recebido a notícia.

Com a sua personalidade extrovertida, nunca perdia uma oportunidade para explorar novos contactos, o que o conduziria a uma situação imprevisível, narrada pelo próprio:

Nogueira Branco tinha aterrorizado toda a gente. As pessoas não podiam falar comigo. Eu comia na pousada, uma comida horrível. Havia lá um casal muito simpático, mas, não podendo falar como eles – nem sequer podíamos olhar um para o outro –, comecei a atrair os filhos, e começámos assim a contactar por intermédio dos miúdos. “Que faz aqui?” “Sou diretor do turismo”, respondeu o homem [segundo Fortunato de Almeida, o diretor de turismo da colónia tinha o apelido Brasão da Silva e «queixava-se de que não havia nada para fazer»¹⁰¹]. “Mas há turismo em São Tomé?” “Até agora só houve um turista, um americano que dizia querer investir no território. Mas, quando embarcou, descobri que era um espião do petróleo.” “Que é que já fez para atrair os turistas?” Ele não tinha feito nada. E estava lá há dois anos. “Vou arranjar-lhe os turistas”, respondi eu. Disse-lhe para escrever em francês à agência do turismo do Gabão [o país da costa africana mais próximo da ilha, a menos de 300 km, de língua oficial francesa]. Através dos filhos, entreguei-lhe a minuta da carta que ele devia enviar, a sugerir a organização de visitas a São Tomé de turistas que passassem pelo Gabão. Na ilha via-se tudo num dia. Na volta do correio, havia 20 turistas que estavam dispostos a vir. “E agora?”, pergunta-me ele. “Vamos organizar um plano. Arranje uma camioneta [autocarro]. Leva-os ao Cão Grande [formação natural no centro da ilha], dá-lhes uns banhos, jantam, almoçam,

vão à Pousada Salazar, no alto da serra, à noite organiza-se um *tchiloli* [tradicional espetáculo popular local] e dança.” Foi chamado à PIDE, onde Nogueira Branco lhe disse: “Isso são coisas do Mário Soares, não vêm da sua cabeça.” Ele respondeu: Não, isto é meu, está a tirar-me as ideias” (eu já o tinha prevenido para negar). “Vou ver quem são os turistas, devem ser todos subversivos.” Então o chefe da PIDE manda fazer uma guarita no aeroporto, onde os turistas à chegada têm de se pôr em fila indiana, ao sol, para ele ver os passaportes um a um. Chegam à pensão num estado horrível, a protestar por causa dos interrogatórios. O senhor Reis não falava francês, e eu fui autorizado a falar com eles. “Quem é o senhor?” “Estou aqui deportado.” Tinham o *Nouvel Observateur* e o *L'Express*, que lhes pedi. Disse-lhes que o regime português era horrível. Os banhos também não correram bem, por causa da temperatura da água. Foram comer e não souberam dizer-lhes o que havia. Na ida para o Cão Grande, o autocarro, que era velho, empanou e tiveram de empurrá-lo. Vem então uma chuvada colossal, daquelas tipicamente tropicais. Ficam como uns pintos. Chegam à pousada furiosos. Vão ao *tchiloli* e vêm desconsoladíssimos: o diretor do turismo havia-se embebedado lá e tinha estado a insultar a PIDE. “Eu quero que estes gajos se lixem. A PIDE que vá para o diabo que a carregue”.¹⁰²

De qualquer modo, numa terra onde «não havia nada para fazer, de uma pasmaceira total e absoluta»,¹⁰³ esta fora uma pitoresca fuga à rotina, constituída, para Soares, de leitura e escrita no apartamento – onde a filha dormia na sala e o filho no corredor –, além de lições de inglês, para tentar aperfeiçoar a prática de uma língua que ele nunca viria a conseguir dominar. As refeições continuavam a ter lugar na pensão, que se situava mesmo ao lado.¹⁰⁴ «Íamos comer à pousada apenas para ver as outras pessoas, que tinham medo de falar connosco», lembrará a mulher, que sentia uma atmosfera de «cerco total».¹⁰⁵

Apesar dos obstáculos, Soares ainda tentou exercer advocacia em São Tomé, já que, à sua chegada, a ilha «só tinha três advogados – sendo que um estava suspenso disciplinarmente do exercício

da profissão, outro acumulava com o cargo oficial de notário (donde lhe advinham vários impedimentos) e o terceiro era um homem de muita idade, manifestamente cansado e no fim da carreira.»¹⁰⁶ Resolveu por isso pegar num caso que lhe pareceu promissor:

Um dia, uma senhora convidou-me para ser advogado do marido, que estava preso e tinha sido muito maltratado: “Sou testemunha de Jeová e Deus disse-me que o devia procurar; não tenho dinheiro para lhe pagar.” Ele, guarda alfandegário, era preto e ela branca. Tinha sido descoberto um grande crime de corrupção na alfândega [descrito por Soares noutra ocasião como “um caso de pouca monta”¹⁰⁷ e particularizado por Fortunato de Almeida – que recordará o detido, de apelido Capela, como “civilizadíssimo” – como “um roubo num dos dois armazéns da alfândega – o que estava mais perto do mar, junto ao quartel da polícia militar”¹⁰⁸], e ele aparecia como o único responsável. Fui vê-lo. Tinha confessado à custa de pancada, mas as coisas não eram assim. Disse-lhe: “Tem de dizer que foi torturado para negar a acusação, se quiser sair em liberdade.”¹⁰⁹

Assim aconteceu: «Na audiência de julgamento, a meu conselho, o réu renegou a confissão e descreveu em pormenor as sevícias a que tinha sido sujeito. Compreende-se a impressão que o facto produziu na sociedade de São Tomé, habituada a que os julgamentos de crimes fossem meros pró-forma, destinados a invocar a clemência do senhor juiz. As audiências arrastaram-se vários dias, transformando-se no centro de maior interesse da terra – onde os espetáculos não abundam. A sala e o edifício do tribunal foram invadidos pelos nativos, surgidos não se sabe como, que, no maior silêncio, não perdiam uma palavra do que se passava.»¹¹⁰ A curiosidade entre os africanos explodiu logo que se espalhara notícia do que estava em curso:

No segundo dia houve uma avalanche de pretos. Todos iam para a praça do tribunal ouvir os gritos. Foi uma coisa épica. Estudei o processo como nunca tinha estudado nenhum, fiz daquilo o processo do regime. O juiz, de etnia indiana, um ma-

landro, era o mais aflito de todos. Comecei a criar uma série de incidentes, o juiz não se entendia, não percebia muito de direito. Mandou calar o réu: “É um mentiroso.” E eu: “Não pode mandar calá-lo, porque está a dizer a verdade.” Comecei a incriminá-los, e o primeiro foi o chefe da PIDE, que o réu dizia que estava metido na tramoia (contou-me depois que isso fez dele um carrasco). O governador pediu-me para moderar as minhas intervenções, “que isto vai dar uma revolta”. Ditei requerimentos sobre requerimentos, como expedientes dilatórios. O juiz diz: “Se calhar é preciso pedir aos serviços da Emissora Nacional [rádio oficial do regime] para gravar.” “Boa ideia”, digo eu, e vêm gravar aquilo tudo. Eufórico, não me apercebi da gravidade do que estava a acontecer. Nas alegações finais, fiz o meu melhor discurso como advogado, e até houve palmas.¹¹¹

O juiz remeteu a sentença para quase uma semana mais tarde, pois, «tinha de estudar o processo».¹¹² «E, ao fim de tão longo lapso de reflexão, o meu constituinte foi condenado a 13 anos e tal de prisão maior! A esposa do meu constituinte – mulher do povo de rara personalidade – gritou no meio da sala, por entre lágrimas: “Esta condenação não foi para o meu marido! Toda a gente compreendeu que foi para o senhor doutor, que não querem que se transforme no advogado dos pobres de São Tomé!”»¹¹³

«Foi um murro no estômago, nunca me passou pela cabeça, não havendo nenhuma prova», evocará Soares.¹¹⁴ «Toda a gente pensava que o homem saísse absolvido ou, quando muito, condenado a uma pena simbólica.»¹¹⁵

Embora a sentença viesse a ser anulada pelo Tribunal da Relação de Luanda e o réu devolvido à liberdade, depois de Soares ter solicitado a uma advogada da capital de Angola a interposição de recurso,¹¹⁶ a decisão, com o lamento final da mulher do condenado, fez ver ao chefe oposicionista que não valeria a pena insistir na advocacia enquanto estivesse na ilha, já que o mais certo seria as autoridades judiciais não dissociarem uma qualidade da outra. O choque que sentiu em São Tomé advinha também de incidentes

como este, que lhe faziam compreender como em África «era o regime puro e duro.»¹¹⁷

Além disso, o seu isolamento acentuava-se: «De regresso de férias em Portugal, Goulão [que nunca romperia os contactos com o líder oposicionista, convidando-o até com a família para almoçar] visita Soares e, à saída, o agente da PIDE em serviço de turno pede-lhe a lista de pessoas que se encontram no interior com o responsável da oposição.»¹¹⁸ João Soares sentiu o aperto progressivo das condições como resultado de o pai «ter começado a ser popular lá».¹¹⁹

Da parte da população africana, é um facto, segundo Fortunato de Almeida, que «havia uns “forros” [nativos], da administração, que apoiavam Mário Soares».¹²⁰ Mas não terá existido qualquer forma de colaboração política entre ele e os locais, julgará o filho do deportado: «Havia a [escritora nacionalista] Alda Espírito Santo [1926-2010]. No princípio o meu pai estava com ela. Houve um encontro numa bomba de gasolina, muito a medo. Mas depois ela também estava cheia de receio.»¹²¹ A «expressão de simpatia por parte dos africanos de um modo geral» que se pudesse sentir por Soares manifestava-se de forma «muito prudente».¹²² O facto é que séculos de um duro antagonismo entre dominador e dominado (com a terrível matança de Batepá ocorrida na década anterior) haviam criado um abismo racial difícil de suplantar, como terá constatado um dos amigos do advogado na ilha, ao dizer-lhe: «Repare nos olhos dos pretos quando eles nos observam, julgando que nós não os vemos. Ressumam ódio!»¹²³

Mesmo tendo em conta a clivagem política e o cordão sanitário criado em volta de Soares, do ponto de vista cultural talvez fosse mais fácil o relacionamento com a comunidade europeia: «Muita gente na ilha tinha simpatia por mim – a começar, creio, pelo próprio governador –, mas as pessoas coíbiam-se de a manifestar publicamente, tinham medo, preferindo fazê-lo através dos meus filhos: a Isabel e o João foram convidados para festas em casa de colonos e mesmo, uma vez, para a residência do governador [...]. A Isabel foi, mas o João, mais radical ou introvertido, não. A minha filha relacionou-se mais com gente da ilha, com o próprio

filho do governador. Era da sua idade, estabeleceram uma boa relação de amizade.»¹²⁴

João Soares justificará a sua atitude: «Fui um bocadinho mais radical nisso de contactar com o filho do governador. A minha irmã era mais aberta, e o meu pai sempre promoveu isso. A terra era pequena, os brancos mudavam de passeio para não falarem com ele, era um bocadinho de mais. Uma parte dessa elite branca procurou resolver os conflitos de consciência que tinha tentando o convívio comigo e com a minha irmã. Nunca alinhei nisso.»¹²⁵

Contará Alfredo Barroso que «Manuel Sebastião até namoriscou a Isabel.»¹²⁶ O facto é que a filha de Soares encarava as coisas de uma maneira distinta da do irmão:

Comecei a dar-me muito com o Manuel Sebastião, foi assim que conheci Maria José Nogueira Pinto [1952-2011, futura subsecretária de Estado da Cultura e deputada pelo CDS], que estava lá a passar férias numa roça. Sobre o relacionamento com o Manuel Sebastião, eu e o João tivemos posições diferentes. Ninguém me advertiu para não ir. O João não ia porque era o feito dele – sempre foi mais fechado e introvertido, nessa idade, em termos de contactos sociais ou com outras pessoas – e também por um certo radicalismo. Eu estava no último ano do liceu e ia para acabar lá o secundário. Para mim, São Tomé foi uma coisa terrífica. Considero que foi a fase mais complicada [de todas as ausências do pai por razões políticas].¹²⁷

Soares relatará que tentou também «arranjar um trabalho remunerado como professor – tanto mais que o liceu local carecia de quadros com as necessárias qualificações», mas que a «obstrução foi total!».¹²⁸

O mesmo sucedeu com Maria Barroso, que tencionava ficar na ilha para acompanhar o marido (e que segundo Fortunato de Almeida, «mais revoltada do que ele», era convidada pela mulher de Silva Sebastião para tomar chá no *Morro* – a residência do governador¹²⁹): «Pedi ao reitor do liceu para dar aulas, e ele disse-me: “Olhe, aqui formados sou eu e creio que mais uma ou duas pessoas. O resto, quem dá aulas são senhoras cultas, mulheres de milita-

res...”¹³⁰ As perspectivas eram, pois, animadoras, mas o filho do governador explicará que houve um obstáculo: «Maria Barroso só não foi professora em São Tomé porque o meu pai lhe pediu um compromisso para o ano inteiro, que ela não podia dar.»¹³¹ O que a mulher de Soares, porém, desmentirá: «Não foi isso que me impediu de dar aulas. O governador chamou o meu marido e disse-lhe: “Tenho muita pena, doutor Mário Soares, mas veio ordem do governo para que a sua mulher não possa ser professora.” Disse-lhe aquilo com sincera mágoa. Era um homem sério. Portou-se muito bem, foi correto, mas tinha de obedecer às ordens de Salazar para se manter no lugar.»¹³²

Mesmo dar aulas particulares de português à mulher de um mercenário interessada em aprender a língua se revelou impossível para Maria Barroso, pois, após a primeira lição, Nogueira Branco comunicou à discípula que ela não podia continuar.¹³³ Soares assumirá que o problema era ele próprio: «[Maria de Jesus] tinha todas as qualificações legais necessárias e havia vagas. Quando ela meteu os papéis, fui chamado ao governador, que me pediu para retirar o requerimento, visto que ele era obrigado, por decisão superior, a recusar-lhe o lugar. Por mera discriminação política. Pior: pelo simples facto de ser minha mulher!»¹³⁴

Para sustentar o recurso que entretanto interpusera para o Supremo Tribunal Administrativo contestando a decisão de o deportar, Soares solicitou, via postal, um parecer a Marcello Caetano, mas o antigo delfim de Salazar, agora na reserva do regime, declinou, por julgar que o ato do poder não violava a Constituição, embora acrescentasse na resposta, a título pessoal, que lamentava a medida e desejava ao seu antigo aluno um «rápido regresso ao seio da família e à atividade profissional».¹³⁵

O degredo de Soares suscitava dúvidas mesmo entre os aliados do governo português. O então ministro dos Negócios Estrangeiros holandês, Joseph Luns (1911-2002, futuro secretário-geral da NATO), pedira ao homólogo português informações sobre o caso, tendo Franco Nogueira respondido que o político oposicionista

tinha total liberdade de movimentos na ilha e que podia exercer a advocacia, só não havendo garantias quanto à duração da deportação, mas assegurando que não seria por tempo indefinido.¹³⁶

O perseguido olhava o desterro sem limite temporal, já que, numa decisão que não fora antecedida de processo nem de nota de culpa, também não estava indicada a duração da punição. A possibilidade de se evadir não poderia por isso deixar de lhe atravessar o espírito, pelo que, quanto a esse aspecto, os temores do chefe da PIDE local não resultavam de paranoia, antes de uma dedução lógica.

Pelo menos alguns dos correligionários de Soares pensaram dever apontar para esse objetivo, a eles se juntando Palma Inácio, que se havia aproximado da gente da ASP. A mensagem foi levada a Soares pelo filho, quando foi ter com ele à ilha: «O Catanho de Menezes deu-me o recado que vinha do Palma Inácio, que então estava em Paris, de que este estava disposto a ir lá buscar o meu pai. Se ele dissesse que sim, estava pronto a organizar uma operação. As hipóteses ainda não estavam estudadas, mas havia vagamente uns barcos suecos que passavam ao largo [como uma das possibilidades].»¹³⁷

Em São Tomé, pelo menos um homem – entre os escassos europeus que desafiavam a proibição de falar com Soares – se prontificou a colaborar: «Era um velho oposicionista de Viseu, da antiga tradição republicana, que disse não aceitar a restrição, e não lhe fizeram nada. Viviam na pensão-pousada, e estava disposto a ajudar a montar uma manobra de diversão se a fuga proposta pelo Palma se viesse a concretizar.»¹³⁸

A operação, contudo, não era consensual no seio da ASP: «Salgado Zenha opunha-se à fuga, dizia que era uma coisa muito arriscada: “Esse gajo [Catanho de Menezes] é maluco, em África deitam as pessoas ao mar”.»¹³⁹ Mas João Soares sentiu o pai aberto ao projeto, embora sem alguma vez o querer assumir.¹⁴⁰ A questão estava em assegurar um risco mínimo, e isso – reconhecerá Mário Soares – nunca o obteve: «Achei sempre uma loucura essa ideia do Palma Inácio: teria de sair de noite, numa piroga, para apanhar um barco

fora das águas territoriais de São Tomé. Embora o plano fosse factível – julgo que na ilha não havia nenhuma espécie de controlo marítimo, nem sequer uma vedeta rápida da Marinha que me pudesse intercetar –, o mar estava infestado de tubarões, a piroga podia voltar-se, enfim, nunca encarei essa hipótese seriamente. Encarou-se depois a hipótese de fuga através de um helicóptero que pousaria no próprio aeroporto, mas, apesar dos esforços de Palma Inácio, nunca se arranjou o helicóptero!»¹⁴¹

Pai e filho ouviram entretanto na Emissora Nacional que Palma Inácio fora detido a 20 de agosto, quando preparava uma tentativa de ocupação da Covilhã à frente de uma brigada da LUAR, o que deitou de vez por terra os planos de fuga.¹⁴² Acentuavam-se assim as incertezas quanto ao futuro de Soares.

Já a 4 de maio dera conta, no diário que continuava a escrever, da sua desesperança: «Na minha situação não se podem nem devem alimentar ilusões. Há que prever o pior e serenamente nos prepararmos para ele. E o pior é ter de ficar aqui nesta situação indecisa e indefinida mais alguns anos. Quantos? Nem vale a pena fazer prognósticos.»¹⁴³

Capítulo 11

O marcelismo

O destino do ilustre desterrado (assim como dos restantes portugueses) alterou-se a 3 de agosto desse ano, embora ninguém tivesse logo dado por isso. Salazar sofreu nesse dia uma queda accidental de uma cadeira quando se sentava para ler o jornal numa varanda do Forte de Santo António, em São João do Estoril, onde veraneava.

Passaram-se semanas de agravamento de um problema neurológico, presumivelmente daí resultante e não detetado no imediato, até que, a 7 de setembro, estava Soares a cortar o cabelo numa barbearia perto do mercado, no centro da cidade de São Tomé, à qual «os brancos raramente iam – que era também uma espécie de livraria, de retrosaria, de drogaria, etc.»,¹ quando ouviu, num aparelho de rádio que estava sempre ligado e «só apanhava a Emissora Nacional»², o locutor a ler uma comunicação oficial: «Em consequência de uma queda na sua residência de verão, no Estoril, o senhor presidente do Conselho apresentou sintomas que levaram o seu médico assistente a recorrer à colaboração de dois colegas neurocirurgiões. Sua excelência foi operado esta noite a um hematoma, sob anestesia local, encontrando-se bem.»³

A reação do cliente da barbearia correspondeu à dimensão do acontecimento: «Levantei-me de um salto: um homem com aquela idade! – pensei. Gritei: é o fim do salazarismo! Saí a correr, a minha mulher estava ao lado, na Farmácia Império.»⁴ Mais tarde particularizaria acerca do mesmo instante: «Gritei, um impulso espontâneo: “O quê? Um hematoma cerebral, com 80 anos, Salazar

acabou!” E saí porta fora, excitadíssimo, sem acabar o corte mas pagando ao barbeiro são-tomense, assombrado com a minha reação.»⁵ (O primeiro boletim clínico de Salazar não mencionava um hematoma cerebral, embora tal pudesse ser deduzido da referência à neurocirurgia).

Maria Barroso saíra já da farmácia para ir ter com o marido: «Fui ao sítio onde ele tinha ido cortar o cabelo, e o meu marido disse: “Olha, uma grande novidade, o Salazar caiu da cadeira.” [Não houvera, no comunicado oficial, referência a uma cadeira]. Ficámos com uma esperança louca de que aquilo se modificasse e fomos para casa.»⁶ A filha tinha ido com ela à farmácia (enquanto o irmão já regressara a Lisboa): «Quando fomos ter com o meu pai, ele disse-nos: “Aconteceu uma coisa fantástica: Salazar caiu da cadeira, foi operado a um hematoma.” Então, a pedido dele, fui à rádio, que também servia de telefone e telecomunicações, e copiei as notícias todas sobre o assunto, para vir para casa dar ao meu pai.»⁷

No microcosmos são-tomense logo se soube que Soares proclamara na barbearia o fim do salazarismo: «Do barbeiro a minha casa, a pé, deveria levar 20 minutos ou pouco mais. Mas a notícia da minha reação espalhou-se com muito mais rapidez. Antes de chegar a casa, um carro oficial parou ao pé de mim. Um secretário do governador convidou-me a entrar porque o senhor governador queria falar comigo. Fui. Há uns meses que não falava com ele [...]. Perguntou-me: “É verdade que disse que Salazar acabou?” “É”, respondi-lhe. “Um homem com 80 anos não resiste facilmente a uma operação tão delicada ao cérebro.” “E o que acha que se vai passar?” Respondi: “Não sei, vai ter de ser substituído, talvez pelo Marcello Caetano”.»⁸

A possibilidade de Caetano suceder a Salazar correra na década anterior mas deixara há muito de ser mencionada, com o catedrático de Direito remetido à vida académica. Soares achava contudo que ainda era a hipótese mais credível para tentar dar continuidade ao regime.

De qualquer modo, independentemente das opções que viessem a ser tomadas em Lisboa, onde os epígonos de Salazar ainda alimentavam uma secreta esperança na sua recuperação, o panorama para Soares já havia mudado em São Tomé: «Passei a consultor do governador. Todos os dias fazia a leitura dos jornais e a sua interpretação. Até Nogueira Branco, um carrasco, passou a mansinho, ansioso por me ir embora.»⁹ O encontro do dia 7 com Silva Sebastião fora um recomeço: «A partir desta breve conversa passou a chamar-me, com frequência, ao palácio governamental para conversarmos e discutir as notícias – e os rumores – que lhe chegavam de Lisboa. E tudo mudou, em relação a mim, em São Tomé. As pessoas perderam o medo e passaram a falar comigo, naturalmente.»¹⁰

De um minuto para o outro, o estatuto do desterrado deixou de ser o mesmo: «Houve como que um degelo por toda a ilha, [...] recebi alguns convites para jantar...»¹¹ Maria Barroso notou também a transformação: «A partir daí, as pessoas começaram a falar-nos doutra maneira.»¹²

Ao contrário do que imaginaria, Soares olhou decepcionado para a tranquilidade reinante em todo o país, onde não se verificava qualquer manifestação de alegria ou alívio pela doença de Salazar, muito menos um levantamento contra o regime: «Esperava [...] o súbito extravasar de uma onda incontida de júbilo popular: o povo liberto, enfim, de uma ditadura odiosa, que durara tantos anos! Esperava que o entusiasmo subvertesse vilas e cidades. Que irrompessem manifestações, espontaneamente, como no final da guerra, galvanizando o país inteiro... Em vez disso, os ecos que me chegavam da metrópole eram assaz anódinos e mornos, indicativos de um alheamento quase completo. Ninguém reagia!»¹³

Nem sequer os correligionários pareciam vitalizados: «Mesmo entre os meus amigos mais politizados, as notícias que me chegavam referiam que estavam todos de férias, tranquilamente, à espera que o “velho” acabasse de morrer...»¹⁴ Talvez porque, por muito conscientes que fossem quanto à necessidade de combater o

Estado Novo, não punham a política à frente das suas prioridades – e essa era a característica do líder da ASP, que de resto o levava onde estava.

Mas tão magno acontecimento apanhá-lo imóvel a tão longa distância era algo que o desesperava, como confessou para o diário a 10 de setembro: «É diabolicamente desagradável – e injusto – a distância e a correlativa impotência em que me encontro, insularizado no meio do Atlântico, num momento decisivo em que as instituições podem abrir brecha, ao fim de 25 anos de constante militância antifascista, à espera de um momento semelhante (que aliás nunca sonhei ser assim!).»¹⁵

A expectativa residia agora em ver qual a saída que o regime ia encontrar para o seu impasse, mas, como parecia não haver pressa, Soares aproveitou para saborear a sua nova situação: «Como a vigilância abrandou de imediato, ocupei-me em visitar a ilha, que não conhecia, visto estar proibido de sair da cidade. Descobri praias, tomei belos banhos de mar, conheci colonos e são-tomenses interessantes, visitei a magnífica ilha do Príncipe. E comecei a escrever o *Portugal Amordaçado* a todo o vapor.»¹⁶

Tratava-se de um projeto de livro – então ainda sem título – que fazia uma retrospectiva da carreira de Soares no contexto da história do antissalazarismo, uma espécie de autobiografia política que valorizaria o seu estatuto de líder da oposição: «A ideia surgiu-me quando tive conhecimento pela rádio [...] de que Salazar tinha sido operado [...]. Nesse momento, compreendi que uma época da história portuguesa tinha terminado. E que era justo – e necessário – fazer o ponto de todo esse tão longo e doloroso período histórico.»¹⁷

Para o autor, sublinhando haver males que vêm por bem, a tarefa estava facilitada após o último interrogatório a que fora submetido pela PIDE, a propósito do caso *Ballet Rose*:

Resolveram fazer-me uma espécie de *lavagem ao cérebro*, interrogando-me horas seguidas sobre a minha atividade política, em pormenor, desde 1942. A maior parte dos factos referidos tinha criminalmente prescrito, mesmo que por hipótese vies-

se a apurar-se serem verdadeiros. Isso não impedia que continuassem a massacrar-me, com perguntas e mais perguntas, sobre acontecimentos e pessoas tão distantes no tempo que, em grande parte, a minha memória não conservava mais. A esses meses de provas forçadas – em que fui obrigado a rever, como num ecrã deformado, toda a minha vida política passada – devo a facilidade com que depois, sem um papel de apontamento e sem uma nota, poderia vir a escrever o presente livro!¹⁸

Passados 20 dias sobre a operação ao chefe do regime, o presidente Américo Tomás – uma espécie de último dos salazaristas – anunciava de facto, contrariado mas sem alternativa, o nome de Marcello Caetano para suceder ao fundador do Estado Novo. A previsão de Soares estava certa, o que reforçou o seu peso local: «Estavam convencidos de que eu estava feito com Marcello Caetano.»¹⁹

Logo no seu discurso de posse, o novo chefe do governo insinuou uma tímida abertura que depois ficará conhecida como «primavera marcelista». «Ouvi, pela rádio, esse primeiro discurso – e gostei!»,²⁰ dirá Soares, que num primeiro momento terá mesmo acreditado no início de um processo de mudança: «Considereei [o discurso] positivo, visto que poderia abrir caminho a uma transição democrática a sério.»²¹

O seu regresso a Lisboa surgiria assim como uma preocupação natural, o que, aliás, seria abordado logo no primeiro Conselho de Ministros presidido por Caetano (ocorrido depois da convocatória de uma assembleia geral da Ordem dos Advogados, presidida por Pedro Pitta [1891-1974], para discutir a permanência em São Tomé do seu conhecido membro). No entanto, para não pôr em causa a decisão de deportação antes aprovada em Conselho de Ministros por proposta de Salazar, o seu sucessor fez aprovar uma deliberação no sentido de estabelecer em um ano, contado a partir da data da detenção de Soares, a pena a aplicar-lhe, pelo que ele poderia regressar a Lisboa já em dezembro.

Não será, para o visado, uma solução satisfatória, dado que mantinha a punição, limitando-se a definir-lhe um prazo: «A solução

do meu problema fugiu propositadamente à análise de fundo da questão. Esta consistia em saber se o governo tem ou não o direito de deportar, por tempo indeterminado, um cidadão, sem o julgar previamente e apenas porque no plano político o incomoda. A esta luz, pode dizer-se que foi uma decisão ambígua. Mas, mesmo assim, foi geralmente interpretada como um primeiro gesto probatório dos desejos de “liberalização” do novo chefe do governo, disposto (parecia) em criar um certo clima de apaziguamento relativamente à oposição.»²²

Foi com tal intuição que Soares escreveu de São Tomé a um grupo de exilados portugueses no Brasil: «O meu regresso a Lisboa representa um sintoma de que alguma coisa está evoluindo ou mudando na nossa terra. Em que sentido? De que forma? [...] Afastado do centro de decisões, não o posso prever de forma concreta. Basta-me, como dizem os ingleses, *wait and see*, até ao meu regresso.»²³

No livro cuja escrita iniciara Soares dirá ter sido apenas após a resolução do Conselho de Ministros que passou a ser de novo recebido com regularidade por Silva Sebastião: «Este, visivelmente mais à vontade, mandou-me chamar por diversas vezes e, a pouco e pouco, foi-me revelando as intenções do governo, no que me dizia respeito, num ambiente de cortesia, que me apraz salientar.»²⁴

Como até à data marcada para a extinção da pena ainda faltavam quase dois meses, o governador tentou encurtar o prazo – já obsoleto nas novas circunstâncias políticas –, conforme recordará Manuel Sebastião: «O meu pai trabalhou no sentido de acelerar o regresso de Mário Soares a Lisboa, e um bom argumento foi o aniversário do pai de Soares, que ia fazer 90 anos [a 17 de novembro]. O meu pai sugeriu a Marcello Caetano que se aproveitasse. E foi o que se fez.»²⁵ No ponto de vista do deportado, mais do que uma razão humanitária, havia nesta antecipação a preocupação de evitar incidentes com um regresso anunciado: «Dada a repercussão do caso na opinião pública, o governo temia que o meu retorno desse lugar a manifestações – pró ou contra –, tanto mais que seria obrigado a regressar via Luanda.»²⁶

«De setembro a novembro o tempo voou», registrará a memória de Soares, que só então terá feito a tal visita à outra ilha do arquipélago.²⁷ «Disse ao governador que ficava mais uma semana para ver a ilha e ir ao Príncipe: “Vamos arranjar um jogo de futebol entre São Tomé e o Príncipe.” Assim foi.»²⁸

Mas, na versão de Fortunato de Almeida, havia outro motivo para Soares protelar a partida: «O governador chamou-o e disse-lhe que podia ir-se embora. Só que Mário Soares tinha medo de sofrer um atentado no percurso, não queria vir.»²⁹ Segundo o antigo oficial às ordens do governador, este entendeu então fornecer ao dirigente oposicionista as garantias possíveis, o que será confirmado por Manuel Sebastião:

O meu pai disse-lhe: “Daqui até Luanda não tem problema. E em Luanda também não, asseguro-lhe. [Camilo] Rebocho Vaz [1920-1998, governador de Angola] é meu amigo e colega de curso. Depois de partir de Luanda, já nada posso assegurar.” Mas acrescentou: “Conte comigo se acontecer alguma coisa no trajeto Luanda-Lisboa.” Mário Soares disse-lhe: “Eu mando-lhe um telegrama quando chegar a Lisboa, se tudo correr bem.” A questão era como assinar o telegrama, para que a polícia o não detetasse. Combinaram então que seria escrito em meu nome: “Cheguei bem. Manuel.” O que aconteceu. A ida dele para Luanda não foi no avião de carreira, mas no da província, um bimotor que fazia também a ligação ao Gabão.³⁰

Soares relatará que os preparativos para a partida, na companhia da mulher (tendo a filha já antes regressado a Lisboa), foram da responsabilidade do governador e mantidos «na quase ignorância da PIDE local».³¹ Mas tratou-se de um acontecimento público na colónia: «A minha partida de São Tomé, no dia 12 de novembro, foi sintomaticamente apoteótica: julgo que não houve ninguém de significativo na ilha que não viesse ao aeroporto despedir-se de mim!»³² Ia acompanhado por dois pides, «mas não preso, como se esforçavam por dizer».³³ Por precaução, ficava para trás, entregue aos cuidados de João Goulão (que depois a levaria para Lisboa), a parte já escrita do seu livro.³⁴

Em retrospectiva, Soares avaliará os meses de desterro em São Tomé como um momento singular da sua biografia:

Foi um tempo em que aprendi muito sobre mim mesmo mas também sobre os outros. Adaptei-me facilmente a uma situação de isolamento difícil, criei, a pouco e pouco, amizades e simpatias e fiz sempre “boa cara ao mau tempo”... Isto é: resisti com coragem, aprendi com África, [...] e tendo chegado como um réprobo saí de lá como um quase herói, com a solidariedade dos são-tomenses e a simpatia – ou o oportunismo – dos brancos e dos roceiros, que capricharam em despedir-se de mim no aeroporto... Via-me um pouco como a personagem principal do romance de Carlo Levi [1902-1975] intitulado *Cristo Parou em Eboli*: um médico antifascista deportado para o sul de Itália – uma terra agreste para morrer –, [de] onde saiu, depois de ter tratado toda a gente, aos abraços como um herói...³⁵

A viagem de Luanda a Lisboa, sem qualquer incidente, deu-se de madrugada, e a chegada do casal à sua residência do Campo Grande constituiu uma surpresa para o pai de Soares e os netos: «Nós tínhamos a chave. Quando chegámos abrimos a porta e estava ainda toda a gente a dormir. Foi uma alegria enorme na casa.»³⁶

Isabel Soares recordará as primeiras palavras do pai ao entrar no seu quarto: «Sabíamos que ele vinha mas não quando. Abranches Ferrão tinha-nos dito: “Querem ver se ele vem para os anos do pai.” Chegaram às cinco ou seis da manhã. Entraram porta adentro – e foi uma surpresa. Lembro-me de ter sido acordada pelo meu pai a dizer-me: “Então esse poster do Guevara ainda está na parede?” E depois tratou-se de saber como é que íamos dar a notícia ao meu avô, mas ele reagiu de uma forma impecável.»³⁷

A abrir um perfil de Soares enviado nessa semana para a sua redação em Nova Iorque, Marvine Howe escrevia: «Quando as coisas endurecem, Mário Soares gosta de repetir um velho provérbio português: “Quem não quer ser lobo não lhe veste a pele.” [...] O principal atributo de Soares é pura coragem, tanto física como psicológica, num país em que 40 anos de domínio salazarista tiraram a energia à maioria dos homens.»³⁸

A jornalista informava que Soares se projetara como dirigente oposicionista ao pegar no caso Delgado: «Foi bem-sucedido ao avançar com o processo tão longe quanto os tribunais italiano e espanhol, e membros da polícia secreta portuguesa foram até publicamente incriminados no caso [em Espanha, não a própria brigada autora do crime – então ainda não identificada –, mas o chefe de posto fronteiriço que a deixara passar]. Contudo, desde a detenção de Soares há cerca de um ano, o caso aparentemente foi arquivado.» Salientava também a sua posição a favor da autodeterminação das colónias na campanha eleitoral de 1965, num regime que acusava de «traidor à pátria» quem fosse contrário à política africana de Salazar. E anunciava que o advogado oposicionista era «contrário a todos os totalitarismos», tendo condenado a recente invasão da Checoslováquia. Fazia o retrato de um político articulado com o seu país: «Soares é português até ao tutano. Gosta de comer bem, sobretudo as especialidades nacionais – bacalhau, dobrada e sardinhas assadas, acompanhados de aromáticos vinhos do Dão. [...] A sua forma favorita de entretenimento é o teatro de revista». E finalizava em tom encomiástico: «Pela primeira vez desde Delgado, apareceu um homem que parece ter suficiente autoridade política e moral para unir a oposição.»³⁹

Muita gente à volta de Soares (incluindo o próprio pai) o pressionou para agradecer a Caetano o termo do seu desterro africano. O velho João Soares fê-lo através de um cartão dirigido ao chefe do governo,⁴⁰ mas o seu filho entendeu renunciar a tal atitude: «A justiça não se agradece, mesmo quando possa constituir uma graça régia do poder: regista-se!»⁴¹ Consideraria aliás que, em boa verdade, não houvera justiça da parte do substituto de Salazar: «Limitara-se a fixar o prazo de um ano para a minha deportação – um ato de puro arbítrio, visto que não fora precedido de julgamento – e a incluir nesse prazo o tempo da minha prévia detenção em Caxias. Não reconheceu que eu fora injustamente deportado. Mandou-me vir, mas não me fez justiça.»⁴²

Havia mesmo da parte do chefe da ASP um ressentimento pela forma como o novo chefe do executivo havia atuado a seu respeito:

«Regresso danado com Marcello Caetano, porque faz aquilo para benefício dele, não meu.»⁴³ Trataria até de continuar com o processo contra o Estado português pela deportação, mas a causa não fez vencimento.⁴⁴

Soares podia desembarcar assim com inteira legitimidade para prosseguir o seu percurso político, como então declarou aos jornalistas: «Agora estou a planear retomar em pleno as minhas atividades profissionais e políticas – dentro da legalidade. Conhecem a minha posição: sempre atuei dentro da lei.»⁴⁵ Chegava esperançado na evolução sugerida por Caetano: «Vim convencido de que ia haver uma grande primavera.»⁴⁶ Apesar de, em circunstâncias mais formais, garantir que não se deixara enganar pelas promessas de abertura: «Nunca tive grandes ilusões sobre a “primavera caetanista”. No fim de 68, houve de facto um clima de alguma abertura política, criado pelo discurso de posse. Mas verifiquei, ao chegar, que, no essencial, Caetano não tocara em nada: as estruturas do regime e o seu aparelho repressivo mantinham-se intactos.»⁴⁷

Isso mesmo terá dito numa entrevista ao vespertino *Diário de Lisboa* em dezembro desse ano: «Não passámos das promessas ou das simples concessões do poder, que poderão ser oportunas, que com certeza serão hábeis, mas que não afetaram um mínimo o *statu quo* institucional vigente, de raiz vincadamente antidemocrática!»⁴⁸ E o facto de a censura ter impedido a publicação da entrevista na íntegra vinha dar razão às reservas que manifestara: «O próprio Marcello Caetano mandou a censura cortar entrevistas minhas. Fiquei logo esclarecido de que aquilo não dava nada.»⁴⁹

No mesmo mês, Soares mobilizou «duas ou três centenas» de correligionários (em *Portugal Amordaçado*, «cerca de quatro centenas de cidadãos cobrindo praticamente todas as regiões do país»⁵⁰) para subscreverem um «Manifesto à Nação», «onde se reclamavam as condições básicas para uma participação política que não se confundisse com mero colaboracionismo», e também a censura cortou a sua publicação noutro vespertino, o *República*, afeto à oposição moderada.⁵¹

O documento estendia a mão a Caetano, abrindo-se ao «diálogo político» como «condição necessária para a modernização da sociedade portuguesa», e pedia em concomitância «*liberdade* de organização e atuação para as forças políticas que compõem o agregado nacional – acabando de vez com o monopólio do poder ao serviço de um partido único – e um mínimo de *segurança* para as pessoas contra os arbítrios, por demais conhecidos, da polícia política e da censura.»⁵²

Configuravam-se já no horizonte as eleições de novembro de 1969 para a Assembleia Nacional como um teste ao novo quadro do marcelismo, e que o manifesto antecipava: «Não pode ser assim, como as eleições do passado, mais uma *farsa eleitoral*, garantindo a nomeação exclusiva de elementos obedientes ao governo. Por isso os signatários consideram urgente que as diversas forças políticas se organizem – em condições de liberdade – e possam apresentar à consideração do país, sem entraves policiais ou de censura, os seus programas o mais breve possível.»⁵³

Mas o que causaria maior controvérsia, por representar uma clara demarcação em relação ao setor da oposição sob influência comunista, era a assunção de uma divergência com o «socialismo totalitário» (a qual terá sido acentuada pelos acontecimentos ocorridos meses antes em Praga): «Não oferece a menor dúvida de que os signatários não aceitam o “socialismo totalitário” [...]. Afirmam-no, sem equívoco, com a clareza que resulta da sua posição ideológica e para não receber do poder qualquer atestado de bom comportamento cívico – de que não precisam – e cujo sentido discriminatório, como democratas, defensores portanto do pluripartidarismo, em absoluto repudiam.»⁵⁴

Os meios afetos ao PCP não deixariam de ver nesta declaração a existência de «anticomunismo» e uma tentativa de «negociar com o fascismo uma “legalidade preferencial”». ⁵⁵ Deste modo, «tomaram-na como pretexto para lançar uma campanha de enorme envergadura contra os socialistas.»⁵⁶

Com o Maio de 1968 parecia ter-se dado, durante a ausência de Soares em São Tomé, um processo de radicalização política em Portugal – onde Paris tivera mais impacto do que Praga. Embora

ele viesse a garantir que se encontrava até mais atento ao fenómeno da contestação juvenil do que os seus camaradas da ASP, não estava a ser fácil ligar-se à nova geração de oponentes ao regime: «Politicamente e intuitivamente, senti-a muito bem. Percebi logo que era necessário dar a volta a tudo isso, enquanto alguns dos meus companheiros resistiam aos sinais de mudança. Ultrapassei a geração a seguir à minha e comecei a dialogar diretamente com os mais novos. Em seguida existiram, não o nego, alguns conflitos. Houve sobressaltos e acidentes de percurso.»⁵⁷

As acusações ou insinuações de «oportunismo de direita», «colaboracionismo com o governo» ou manobras para «dividir a oposição» manifestar-se-iam à luz do dia um mês depois, no Coliseu do Porto, durante uma sessão comemorativa da revolta republicana de 31 de janeiro de 1891 naquela cidade, onde Soares interveio pela primeira vez em público após o seu regresso:

Nas galerias – a sala imensa estava apinhada de democratas – havia pequenos grupos espalhados em lugares estratégicos e que no total não passavam de escassas dezenas. Esses grupos lançaram papéis para a sala em que se reclamava *unidade* e, a despropósito, interrompiam os oradores com gritos de Ruy Luís Gomes! Ruy Luís Gomes! Unidade! Unidade! [...] Enquanto esses jovens mal aconselhados me mimoseavam com os primores do seu reportório – tais como “oportunista”, “colaboracionista” e mesmo, corajosamente, “fascista”! –, o ministro do Interior, [António Gonçalves] Rapazote [1910-1985], em Lisboa, ouvindo por gravação direta o meu discurso (feita pela polícia, já se vê!), teria tido a reação imediata de me mandar prender nessa mesma noite. O senso político de um dos seus conselheiros, porém, sobrepôs-se ao zelo partidarista e assim permitiu que a campanha “esquerdista” continuasse a lavrar – com o que só o governo lucrou.⁵⁸

Comentaria ainda: «Os acontecimentos do dia 31 de janeiro de 69, no Porto, foram seguramente dos que mais profundamente me irritaram e magoaram.»⁵⁹

Na intervenção feita no Coliseu, Soares concedia o benefício da dúvida ao novo presidente do Conselho, em cujas palavras de posse entendera «um apelo inesperado e timorato ao diálogo e à coexistência cívica»⁶⁰: «A liberalização poderia ser um meio eficaz, um começo de *saída* para os problemas que nos afetam – *com a condição de ser sincera e de conduzir à democratização efetiva da vida nacional*. De outra maneira, não!» Mas ao mesmo tempo advogava uma candidatura unitária da oposição: «As eleições só terão algum valor se forem *sérias*, isto é, *livres*! Ora, se as eleições forem *sérias*, a oposição – no pluralismo das suas diversas tendências – saberá encontrar uma plataforma comum e, unida, sem dispersão de votos, ganhá-las-á!» E, sobretudo, demarcava-se de qualquer arranjo de bastidores que estivesse a preparar com o marcelismo: «Que ninguém conte connosco para comparsas de farsas eleitorais ou para avalizar mistificações que iludam a vontade popular. Não faremos negociações secretas. Não compraremos a nossa entrada na Assembleia Nacional à custa de discriminações aviltantes que, como democratas, repudiamos!»⁶¹

O que não impediu que Soares, no seu estilo pragmático, se mantivesse recetivo às pontes para o diálogo que os marcelistas lhe lançaram, aceitando realizar contactos não só com Guilherme Melo e Castro (1914-1972, adepto da liberalização, chamado por Caetano para presidir à Comissão Executiva da União Nacional), como com José Pedro Pinto Leite (1932-1970, também arauto da abertura, colaborador do chefe do governo para a elaboração das listas de candidatos do partido oficial). «Quanto a Melo e Castro, tivemos de facto duas ou três conversas, poucas semanas após o meu regresso de São Tomé, uma delas no decurso de um almoço longo», relataria. «De uma vez esteve presente Ramón La Féria [1919-2003, médico oposicionista, futuro grão mestre do GOL]; a outra foi a sós.»⁶²

Como testemunha do primeiro encontro (que teve lugar no Tribunal de Contas, onde Melo e Castro era juiz), La Féria relatará:

O que se passou ali foi uma conversação sobre o Ultramar. Mário Soares era favorável à aplicação imediata de um programa de autodeterminação – era mais radical do que eu. Melo e

Castro quis encontrar uma plataforma diferente, que mantivesse o domínio político e militar de Portugal sobre os territórios, mas Mário Soares bateu-se pelo cumprimento rigoroso do que estipulava o Programa para a Democratização [da República]. Eu ainda atalhei, dizendo-lhe que uma *commonwealth* portuguesa seria um grande passo, mas ele manteve-se firme até final [...], pelo que não se avançou nessa questão. Na segunda parte do encontro discutiu-se a abertura do regime às liberdades políticas. Melo e Castro deu sinceras garantias de que ia existir essa abertura. Mário Soares e o seu grupo resolveram então aguardar – não era um abater de bandeiras, mas a manutenção de uma expectativa.⁶³

O dirigente oposicionista forneceria também a sua versão:

Da minha parte, o interesse residia em conhecer, através de um amigo próximo de Caetano, até onde estavam dispostos a ir. Melo e Castro, bem-intencionado, mas de forma vaga, explicou-me que ia haver uma “abertura”, falou-me na “liberalização”, tentou seduzir-me para ela e, sobretudo, convencer-me da sua concretização. Recordei-lhe que era radicalmente contra a ditadura, que sempre o fora e que, antes mesmo de discutir hipóteses, necessitava de provas palpáveis, reais, de que queriam acabar com o que estava. [...] Ele queria que eu integrasse a *ala liberal* [grupo informal de candidatos à Assembleia Nacional, defensores da abertura política, apresentados nas listas da UN nesse ano]. A sua ideia era que eu pudesse candidatar-me a deputado, o que, sem eleições livres, eu jamais aceitaria. [...] Era um dirigente da oposição, tinha um capital de quase 30 anos de permanente luta contra o regime e não queria – nem podia – perdê-lo.⁶⁴

Acrescentará Soares que Pinto Leite, futuro membro da *ala liberal*, lhe lançou idêntica sugestão: «Pinto Leite almoça comigo no Grémio Literário para eu ir nas listas deles.»⁶⁵ Outras fontes afirmarão que a intenção daquele que era um dos mais dinâmicos ativistas da abertura política do regime ia antes no sentido de convencer Soares a assumir-se como o líder de um grande partido

da oposição, com o qual fosse possível evoluir para um sistema bipartidário.⁶⁶ Mas Soares sempre viu esse contacto mais como um aliciamento: «[Pinto Leite] disse-me, como o Melo e Castro, que, apesar de eu ser da oposição, podia fazer a ponte com o Marcelo. Mas, para isso, precisava de entrar no sistema. Ora, era isso, precisamente, o que eu recusava.»⁶⁷

Os relatórios da embaixada norte-americana em Lisboa esclarecem apenas que os marcelistas pretendiam fazer entrar o dirigente oposicionista no hemicycle como sinal de abertura e distensão, mas sem explicarem como. Diria um desses despachos, enviado para Washington a 23 de abril de 1970: «Durante a campanha eleitoral, Caetano quis arranjar maneira de Soares e outros candidatos da oposição serem eleitos, como uma espécie de gesto indicador do começo da liberalização política.»⁶⁸

Por sua iniciativa, o dirigente socialista almoçaria nessa época também com outro dos candidatos da *ala liberal*, Francisco Balsemão (n. 1937): «Explicaram-me quem ele era e o que fazia: administrava o [vespertino] *Diário Popular*, um jornal que se vendia muito. E, enquanto sobrinho do dono do jornal, era uma pessoa muito aberta, um bom jornalista, com bons contactos no meio, um liberal que se interessava pela política.»⁶⁹ Ambos relatarão que o rescaldo do encontro ficou marcado por uma manobra difamatória lançada contra Soares, possivelmente pela extrema-direita ou até pela PIDE, que não viam com bons olhos a abertura à oposição. Contará Balsemão: «Recebi um cartão assinado “Mário Soares” de conteúdo insultuoso. Telefonei-lhe imediatamente e ele desmentiu-me que me tivesse enviado qualquer cartão. Nesse mesmo dia estaria no *Popular* para me assegurar que tudo não passava de uma manobra caluniosa.»⁷⁰

Entre os ultras do regime, os adeptos da sua abertura e a ala mais à esquerda da oposição, o caminho de Soares parecia, pois, muito estreito. No II Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro em meados de maio de 1969, o fundador da ASP seria objeto de novos ataques: «O congresso de Aveiro foi muito desa-

gradável pela maneira como os comunistas e a extrema-esquerda olharam para mim, a chamarem-me “traidor, feito com o Caetano”. Eu tinha raiva por os comunistas porem a circular que estava feito com Marcello Caetano.»⁷¹

Soares via na atitude do PCP uma reação de «pânico» no contexto da disputa pela liderança da oposição, lugar que, depois de São Tomé, ele julgava poder ocupar:

Intuí que o Partido Comunista não estava nada satisfeito com o prestígio que eu adquirira no plano nacional, por ter sido, nessa época, o único deportado de Salazar. [...] Foi nessa altura que comecei a ser conhecido como uma referência democrática para o país. Até aí, era-o apenas nos meios da oposição e para o exterior [...]. Cá dentro, fora do círculo dos meus amigos e da gente do “revirinho”, poucos sabiam quem eu era. Mas, de súbito, toda a gente passou a saber que havia alguém que estivera deportado em São Tomé por razões políticas e que o Marcello Caetano havia sido obrigado a fazer regressar a Lisboa. [...] Para o PC, era difícil tolerar que eu me transformasse no líder da oposição. Essa foi, creio, uma batalha importante para eles. Houve uma conjugação objetiva entre a extrema-esquerda e os comunistas, mas com estes a incitarem os ânimos.⁷²

Apesar das divergências, Soares mantinha-se como um dos membros de um grupo de advogados da oposição que se dispunham a patrocinar *pro bono* a defesa de todo o tipo de prisioneiros políticos, sem olhar à sua corrente ideológica: «Defendi toda a gente que me apareceu: militares e civis, estudantes, republicanos, membros da extrema-esquerda ou do PC, gratuitamente e a pagar custos.»⁷³

Por vezes a defesa podia ir mais além do que a mera representação do constituinte na barra do tribunal. Foi o que sucedeu com Palma Inácio, que começou por solicitar os serviços jurídicos de Soares após a sua mais recente detenção. O filho recordar-se-á de o acompanhar na visita ao detido: «Apareceu a irmã do Palma a pedir que o meu pai fosse seu advogado. Fui vê-lo com ele a Caxias, onde o meu pai lhe disse: “Então você queria ir buscar-me São Tomé e agora está aqui?”»⁷⁴

Uma semana antes do início do congresso de Aveiro, o responsável da LUAR conseguiu porém evadir-se da prisão do Porto para onde havia sido transferido:

Foge numa noite de chuva, sem apoios nenhuns (aquilo era uma organização ultravoluntarista). Surgem na imprensa anúncios de “procura-se” relativos a ele. Demorou dois ou três dias a chegar a Lisboa, sem dormir. A partir de fuga havia uma brigada [da PIDE] a tempo inteiro à frente de nossa casa. Vai a casa de um sobrinho e diz-lhe para procurar o meu pai, e o sobrinho faz uma coisa completamente estúpida, que é telefonar ao meu pai a dizer que vai lá a casa. Lembro-me de o meu pai dizer que aquilo era uma provocação policial. O sobrinho apareceu e o meu pai avisa-o: “Você vai ser preso hoje.” O outro diz que está muito preocupado com o tio, que está a subir a [Avenida] Almirante Reis. O meu pai sai com o carro dele, fazem-se trocas e baldrocas e sozinho vai buscar o Palma à Almirante Reis. Marca-se encontro com eles para daí a umas horas. A minha mãe foi entretanto tirar umas etiquetas da roupa do meu pai para o Palma usar, porque estava já meio andrajoso.⁷⁵

Maria Barroso confirmará: «Quando o Palma Inácio fugiu, descosi-lhe as etiquetas de um casaco e umas calças do meu marido, e até lhe dei dinheiro das minhas economias.»⁷⁶ Tratava-se, em seguida, de arranjar um refúgio para esconder o evadido: «O meu pai tentou metê-lo em casa de um escritor e poeta – já morreu e não quero dizer quem é –, que se borrou de medo e não o quis receber. Depois o meu pai lembrou-se da casa do José Fernandes Fafe, em Cascais.»⁷⁷ O próprio Soares confirmará ter levado Palma Inácio à vivenda de Fafe,⁷⁸ perante a estupefação deste:

É no dia em que eu vejo de manhã no *Diário de Notícias* a informação da fuga do Palma Inácio do Porto, com uma foto de uma cara horrível, de foragido de Alcatraz. Ao almoço tínhamos convidados, que eram colegas de faculdade da minha filha na Escola de Belas-Artes. A casa tinha sido feita pelo Keil do Amaral, e eles tinham muito interesse em vê-la. A empregada a certa altura entrou com o almoço e disse: “Está lá em baixo

um senhor que quer falar consigo.” Levantei-me, era o Mário Soares e não houve grandes conversas. Ele diz: “Olha, tenho lá em baixo o Palma, quero ver se tu o recebes.” Estava no carro. E a versão que sempre tive do que eu disse foi esta: “Isto é a *verguenza torera*, traz lá o tipo.” Era uma brincadeira, que é a coisa dos toureiros: o touro é muito grande, tem uns cornos imensos, um gajo tem de lidar, está com medo, mas por *verguenza torera* tem de lá ir e apanhar umas cornadas. A ideia com que ele ficou foi que eu disse: “Tenho vergonha de dizer que não.” Não é a mesma coisa, tem um ar de senador romano. A outra é mais bonita: “Isto é uma porra, só por *verguenza torera*.” O meu quarto tinha um reposteiro para o escritório. Disse ao Palma: “Deite-se e durma.” Puxei o reposteiro, vim cá para baixo, continuei o almoço e depois foi preciso visitar a casa. Visitaram tudo. Disse-lhes: “O meu quarto é aqui. Não vale a pena ver porque me levantei tarde e está tudo sujo. Vejam o resto.” E depois, quando o Palma acordou, desceu, já com a barba feita e o seu aspeto de galã de cinema, comeu, assim com alguma nobreza – estava cheio de fome –, e a certa altura há esta conversa entre nós: “Ó Palma, vamos lá ver como são as coisas. Vocês vieram num automóvel, podem ser referenciados, ninguém me garante que nesta altura – a minha casa era no meio de uma matazinha – não estejam atrás das árvores os tipos da PIDE. Eu tenho esta pistola que comprei, está legalizada, porque vivo aqui muito isolado. Como é que se faz?” E o tipo respondeu: “Se acontecer o que você está a imaginar, eu entrego-me. Numa casa isolada, com a polícia escondida nas árvores, cheia de armas à volta, não posso fugir. Só numa cidade com muita gente.” E assim ficámos. “Então, se me dá licença, vou guardar lá em cima a pistola.” Ali o tive durante quatro ou cinco dias. O grande problema era a empregada, porque ele tinha aparecido na televisão. Eu e a minha mulher conseguíamos que ele mudasse de quarto quando eram as limpezas. Depois veio o Catanho de Menezes num carro e levou-o. Creio que Mário Soares se lembrou de mim porque infelizmente ele tinha feito um telefonema nesse dia de manhã a perguntar: “Tu tens a *História da Colonização Portuguesa* tal? [provavelmente a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, de que Jaime Cor-

tesão fora um dos autores]” Passada uma hora, aparece-lhe o Palma. E ele: “Cá está, a casa onde eu o ponho é esta.”⁷⁹

Um membro da estrutura clandestina da ASP (Catanho de Menezes, julga João Soares,⁸⁰ ou Fernando Oneto, segundo Maria Barroso⁸¹) levaria Palma Inácio para Espanha, em cuja capital foi detido, mas Soares contará ter intervindo de forma a evitar a sua extradição para Portugal,⁸² tendo o foragido sido enviado meses depois para França.⁸³

Apesar da moderação política como se apresentava, a ASP de Soares (que se tornaria admirador e amigo de Palma Inácio) apoiava as atividades de um grupo tão radicalizado quanto era a LUAR: «Eu era a favor das ações armadas. Tudo era legítimo para derrubar o regime, e o regime não se podia derrubar a não ser pela violência. Nós tínhamos o nosso braço armado, que era a LUAR. Defendemos e apoiámos a LUAR, porque fez coisas que nos deram muito gosto.»⁸⁴

Mas as pontes lançadas por Soares às sensibilidades oposicionistas eram de muito largo espectro, incluindo naturalmente as vozes mais moderadas. Entre elas, os católicos que continuavam a constituir uma corrente de peso no confronto com o regime. Nessa medida, o ex-deportado em São Tomé não quis deixar de se encontrar com o bispo do Porto, que, tal como ele, Marcello Caetano também tinha permitido regressar – neste caso de Roma. Na companhia de Raul Rêgo, foi de carro visitá-lo a um convento no Norte, levando-o depois a almoçar numa pousada perto de Tormes. Contudo, no regresso ao convento, com o advogado antissituacionista ao volante, nem tudo correu bem, como relatará divertido: «De repente adormeci, como sucede com um tipo que almoça bem. Adormeci com o bispo ao lado. O bispo encomendou-se à divina providência e eu entrei por um trilho e só acordei com os sobressaltos do carro.»⁸⁵

Nenhum dos três ocupantes da viatura sofreu porém um beliscão sequer, e, com a ajuda de transeuntes, o carro foi retirado do campo e Soares conseguiu deixar António Ferreira Gomes em segurança no convento.⁸⁶

Capítulo 12

A CEUD

Desde logo se notou, nos meses dedicados a elaborar as listas de candidatos pela oposição, a dificuldade em conciliar as posições do círculo mais próximo de Soares com as dos restantes grupos.

Henrique Neto (n. 1936), na altura a trabalhar na produção de moldes na Marinha Grande e futuro industrial desse setor, recordará, enquanto ativista ligado ao PCP e a colaborar com o advogado José Henriques Vareda (1927-1989), que em Leiria se empenhava em unificar a oposição, a impressão que então recolheu de Soares:

Quando Soares veio de São Tomé fez um almoço na zona de Alenquer-Carregado, onde pela primeira vez o vi, e em Leiria ficámos muito zangados com ele porque a grande ideia que trazia do exílio era a de que tinha de fundar um partido socialista, de que a unidade já não servia ao país, à oposição democrática. Eu fiquei muito ofendido com isso, porque nessa época o ideal em Leiria – e de outros da oposição democrática – era a unidade. Em Leiria trabalhava-se para isso, até por lá existirem, nomeadamente, Vasco da Gama Fernandes e José Henriques Vareda (que não era do PC, embora se pensasse que era – na verdade era *compagnon de route*). Houve três ou quatro reuniões sucessivas em Lisboa, no escritório de Soares, com Zenha e Henriques Vareda, para tentarmos fazer a unidade, e eu detestei Soares porque era arrogante, tratava as pessoas abaixo de cão, enquanto fiquei grande admirador de Zenha, que, sem deixar de ter no fundo as mesmas posições que Soares, era um cavalheiro, um *gentleman*, um homem culto. Não quer dizer

que Soares não o fosse, mas Zenha era um senhor e Soares, para mim, era um conflituoso.¹

O líder da ASP explicará que se levantaram críticas ao «que viria a ser um caminho autónomo que [ele] tentava abrir para o grupo dos socialistas»:

Os católicos, bem como alguns oposicionistas da geração de 62 – de que um dos mais visíveis era Jorge Sampaio –, também puseram, nas reuniões preparatórias do ato eleitoral que se avizinhava, bastantes reticências à minha linha estratégica. A expressão “socialismo totalitário”, que se revelaria tão verdadeira, usada no “Manifesto à Nação”, que subscrevi com os meus amigos, indignou os comunistas e os seus habituais *compagnons de route*. Foi neste contexto confuso, em que a censura impedia que se dissesse tudo e o espectro da repressão nunca deixava de estar presente, que se chegou a uma situação de uma certa divisão, propiciando o lançamento da figura do professor [Francisco] Pereira de Moura [1925-1998, catedrático de Economia], católico prestigiado, recém-vindo à oposição, como o contraponto ideal para opor à minha possível liderança.²

Embora Soares sempre tenha relevado uma suposta intransigência dos comunistas, outros participantes no processo negocial destacaram que a principal resistência ao seu nome vinha de outras bandas. É o que relatará Lino Neto, delegado dos católicos numa primeira comissão para tentar obter a convergência, na qual também participavam o próprio secretário-geral da ASP, Salgado Zenha, Pereira de Moura e Sottomayor Cardia (o representante comunista na tentativa de conciliação): «Soares pretendia encabeçar a lista em Lisboa, e os comunistas queriam manter a unidade. Eram os católicos progressistas e os progressistas de esquerda, e não o PCP, quem não aceitava a chefia de Soares, considerada obsoleta.»³

Ramón La Féria, envolvido nas negociações, falará em flexibilidade soarista durante o processo: «Mário Soares fez tudo e mais alguma coisa para viabilizar a lista eleitoral de unidade – foi de uma

franqueza total, abertura e pragmatismo, a tal ponto que, nessa lista de unidade, de 12 pessoas, que eu ficaria encarregado de elaborar, ele só queria colocar três nomes: o seu, o de Salgado Zenha e o de Francisco Sousa Tavares.»⁴

Mas Sottomayor Cardia transmitirá uma ideia diferente: «Arranjei maneira de encontrar uma solução que consistia em alargar a comissão inicial. O próprio PCP não queria ao princípio, assustado por não conseguir controlar, mas cheguei com o partido a um acordo sobre isto. Só que Soares e Zenha votaram contra a proposta. Soares disse-me no fim: “Cardia, você pôs debaixo desta mesa uma bomba explosiva.” Ele queixava-se de que a solução levaria a que os comunistas conduzissem o movimento. Acabaram por romper depois do alargamento da comissão para 24 elementos – em fins de maio já não participavam nas reuniões.»⁵

Jorge Sampaio, apontado por Soares como seu opositor na altura, achará redutor simplificar a análise sobre quem estava certo: «Lembro-me da reunião em que estava José Ribeiro dos Santos, um mandatário de Mário Soares, para discutir como responder ao marcelismo. Havia uma diferença de opiniões, mas isso não explicava tudo. Havia uma rutura com aquilo que Mário Soares pensava que era o PCP – e era, nós sabíamos –, mas havia ali um grupo que decidiu acompanhar. Acho que ele não teve toda a razão antes do tempo. Ele não conta bem essa história. Isso levava-nos muito longe, mas foi tudo ultrapassado posteriormente. Ele dirá que teve razão: separou-se dos comunistas, com certeza; nós diremos que isso era prematuro por todas as razões e mais uma, como se viria a perceber.»⁶

Henrique Neto, que acompanhava Henriques Vareda também em reuniões no escritório de Jorge Sampaio e de Vítor Wengorovius («meio católicos, meio revolucionários – havia ali uma combinação esquisita»), com o mesmo fim conciliador, recordará que «Leiria ficou encarregada de tentar fazer a unidade em todo o país, o que nessa altura era sobretudo com Soares e Zenha».⁷ Uma das iniciativas consistiu na organização de uma espécie de estados ge-

rais da oposição, na praia de São Pedro de Moel, a 15 de Junho, sob a presidência de Vasco da Gama Fernandes, para encontrar uma plataforma comum com vista às eleições. Soares não compareceu, ou porque temia ser um elemento perturbador ou porque não concordava com o método de escolha dos delegados, o qual criticaria pouco tempo depois por «espontaneísmo» e «basismo».⁸

Poderia, aliás, ser esse o receio que tinha quanto à indigitação de candidatos, já que o seu próprio nome era tudo menos consensual, arriscando-se a ser remetido, mais o dos restantes socialistas, para uma posição subalterna nas listas.

Foi contudo possível encontrar um consenso em São Pedro de Moel quanto aos princípios políticos a defender na campanha eleitoral, consubstanciado numa «Plataforma de Ação Comum da Oposição Democrática». Não estaria, pois, aí o problema, mas sim no lugar que os socialistas ocupariam na candidatura: «A unidade (embora difícil) parecia, no entanto, ser ainda possível. Foi, pois, durante os meses de julho, agosto e setembro [...] que as polémicas subiram de tom e se organizaram reuniões *ad hoc*, mais ou menos tumultuárias, para extrair moções, todas no sentido de promover a “operação” pouco rendosa de isolamento dos socialistas.»⁹

As negociações endureceram, bloqueando, com efeito, na formulação das candidaturas, em particular por resistência à colocação de Soares como cabeça-de-lista pelo círculo distrital de Lisboa: «Era preciso definir quotas, cabeças-de-lista, etc. Não fui eu que trabalhei nas negociações, estavam lá o Zenha, o [Jaime] Gama ou o José Luís Nunes. Eu não estive porque não quis ser pomo da discórdia. O problema era de liderança. O PC não queria que eu liderasse a oposição, atirou para a frente Pereira de Moura, que era muito simpático mas não era político, como se provou depois.»¹⁰

A rotura anunciou-se numa reunião realizada em pleno verão no Palácio Fronteira, em Lisboa, onde Soares mais uma vez primou pela ausência deliberada: «Como eu era o centro da polémica e toda a gente me acusava de tudo, não quis estar presente no Palácio Fronteira; achei melhor ser o Francisco Zenha – que lá

foi acompanhado pela minha mulher – a prosseguir a negociação das listas de candidatos. Não foi possível: a extrema-esquerda e o PCP instalaram à minha roda um clima opressivo de desconfiança, faziam-me censuras permanentes, a cada dia pretendiam isolar-me mais e mais, a mim e ao grupo a que pertencia. À beira da rutura, o PC, através do Sottomayor Cardia, ainda hesitou. Mas a geração de 62, talvez inconscientemente, queria essa rutura. Estavam imbuídos do espírito de Maio de 68 e, para eles, eu era o anti-Maio de 68.»¹¹ Isabel Soares também esteve no Palácio Fronteira, «onde houve a cisão», lembrando-se do «ambiente hostil, duríssimo».¹²

Pela primeira vez, a oposição não conseguia apresentar uma candidatura unitária à Assembleia Nacional (mas também era a primeira vez que Salazar não era o adversário). Em Lisboa, Porto e Braga, os socialistas, contando com alguns católicos, monárquicos e figuras do antigo revirinho, constituíram as suas próprias listas, sob a designação de Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), enquanto comunistas, católicos radicalizados e outros «progressistas» se apresentavam em candidaturas preparadas no âmbito das Comissões Democráticas Eleitorais (CDE) que meses antes se haviam constituído em todo o país. Nos restantes círculos foi possível manter a unidade, com listas apresentadas sob a sigla CED (Comissão Eleitoral Democrática). Sampaio defenderá para sempre a posição então assumida pela «geração de 62»:

Consagrou-se a divisão entre, por um lado, a CDE, onde eu estava, e outros como eu – uma coisa que o doutor Soares nunca engoliu bem –, e a CEUD, que ele organizou. Ele ficou sempre a achar que esta divisão foi virtuosa e que explicava o que vinha a seguir, e não vale a pena destruir essa ideia – que ele sempre teve mas não é correta – de que aqueles rapazinhos que estavam na CDE no fundo foram manipulados pelo PC. Houve reuniões em escritórios de advogados, à noite, para discutir como responder às aberturas marcelistas, o encontro de São Pedro de Moel, aquela reunião muito grande no Palácio Fronteira, um conjunto de episódios que consagram essas diferenças. O grupo dos socialistas independentes, como

muitos de nós se designavam na altura, tinha contactos com católicos progressistas e resolveu fazer alianças tácitas com os membros do PC que estariam mais tarde no MDP/CDE [Movimento de Unidade Democrática/Comissão Democrática Eleitoral, formação da órbita do PCP que resultaria da continuidade da CDE].¹³

Medeiros Ferreira, exilado em Genebra desde o ano anterior, era outro dos estudantes contestatários de 1962 que optaram por preterir Soares a favor da CDE: «Em termos de geração, apesar de tudo, eu estava mais próximo de Sampaio – que, tal como Soares, também me visitava em Genebra –, José Manuel Galvão Teles [n. 1938, advogado] ou Vítor Wengorovius. De certa maneira, as minhas simpatias em 1969 foram para a CDE, percebendo a estratégia de Mário Soares, que era de autonomia em relação ao PCP. Acho que fazia sentido a existência de duas listas. Os meus amigos (Sampaio, etc.) também estavam à procura de orientação política, que se encontrava mais junto da movimentação social.»¹⁴

Preocupado com o efeito da divergência, Soares procuraria pouco depois combater a noção de que seria ele o divisionista no seio da oposição: «Aos olhos do público mal informado, a CEUD fez figura de dissidente, dado que as siglas CDE e CED, usadas por todo o país, se prestavam a confusões e sugeriam a ideia de representarem a “oposição unida”. Contudo, não foi assim. Como demonstram à saciedade as cartas trocadas entre a CEUD e a CDE de Lisboa, a esse respeito, até ao fim, a CEUD de Lisboa, incansavelmente, propôs uma solução de compromisso. [...] Por fim, CEUD e CDE sujeitaram-se à arbitragem da Comissão em favor da Unidade [...]. A CEUD aceitou tal arbitragem, embora lhe fosse desfavorável. Foi então que a CDE de Lisboa resolveu enveredar pelo facto consumado, apresentando no governo civil a sua lista».¹⁵

Para fazer a sua campanha, a oposição não beneficiou de muito mais garantias do que as concedidas com Salazar no poder: «Seria preciso todo um volume para referir as irregularidades ocorridas durante a campanha eleitoral – em todo o país – e as situações essenciais de desigualdade em que as listas oposicionistas foram

permanentemente colocadas em relação às do governo-União Nacional.»¹⁶

Soares procurou comprar tempo de antena numa estação de rádio, cujo presidente começou por lhe explicar que o espaço já fora todo adquirido pelas agências de publicidade. O líder da ASP retorquiu não ter importância, pois já reservara uma hora diária numa dessas agências. O outro ter-lhe-á então dito que mesmo assim não podia aceitar: «O governo [...] avisou-me de que se eu cedesse algum tempo à oposição poderia perder as esperanças relativamente à concessão do alvará para emitir em [ondas] curtas, que há tanto tempo me esforço por conseguir. Compreenda, são milhares de contos que estão em jogo! Peço-lhe que não me comprometa...»¹⁷

O dirigente socialista desafiou por outro lado Melo e Castro para um frente a frente televisivo, alargado também a um membro da CDE e a outro de uma lista monárquica independente que concorria por Lisboa, mas a emissão não terá sido autorizada.¹⁸

Contra o ar do tempo, Soares conseguiu apesar de tudo mobilizar alguns jovens para alinharem na CEUD. Entre eles, além de Jaime Gama, também Mário Mesquita [n. 1950, jornalista] era oriundo dos Açores: «Por alturas de abril-maio de 1969, houve uma negociação com um grupo de quatro estudantes universitários, José Luís Nunes, Jaime Gama, Alfredo Barroso e eu, para a participação na campanha eleitoral. A negociação foi com Gama, Luís Nunes e talvez Barroso. Eu não participei; o convite para mim veio já depois. A primeira reunião em que participei foi na casa de Zenha, sem Soares, que estava em viagem. Encontro-o pela primeira vez na campanha. Pela simpatia que tinha, naturalmente ele aproximava-se das pessoas.»¹⁹

Alfredo Barroso começara por ser crítico antes de convergir politicamente com o tio, mas, dado o contexto familiar, a relação entre ambos tinha antecedentes:

Mário Soares era genuinamente democrata, não há dúvida. Tem grande influência em mim: é ele que me instila a ideologia democrática, a ideia de liberdade de escolha, de pluralismo.

E influencia a minha escolha do curso, já que eu também queria fazer História ou Filosofia: “Tens é de ir para Direito. Toda a malta que se mete na política vai para Direito. Vê lá o que me aconteceu a mim. Tive de ir estudar Direito.” Não assumia que era pela política, mas para encontrar uma profissão independente para trabalhar, dado que tinha sido proibido de exercer o ensino. Quase todos os amigos que o influenciavam ou com quem se dava eram de Direito: Gustavo Soromenho, Adão e Silva, Vasco da Gama Fernandes, Teófilo Carvalho dos Santos, Zenha. Não entrei para a ASP em 1964, pois, era um pouco crítico: Mário Soares representava a social-democracia, que era um bocado condenável. É quando nos juntamos todos, Gama, Luís Salgado de Matos [1946-2021, sociólogo], José Luís Nunes e outros, que começamos a pensar em tomar uma opção, se não queremos o PC (para onde fui convidado três vezes). Sampaio não queria entrar para o PC nem dar a mão a Soares. Nós ainda fomos convidados para uma reunião com o grupo de Sampaio e achámos aquilo muito palavroso: “Estes tipos não andam nem desandam, não é isto que nos interessa, temos de ter ação útil.” Começamos a pensar seriamente se não seria de alinhar com a ASP. Sou eu que levo o Gama e o Luís Nunes a uma reunião com a ASP e os apresento a Mário Soares, em finais de 68. Gama ainda é candidato pela CEUD. Faço parte da comissão. Soares diz-me: “Tu é melhor não seres candidato, para não dizerem que ando aqui a puxar pela família, pelos sobrinhos”.²⁰

Também o recrutamento de Arons de Carvalho foi então facilitado em virtude das relações de amizade dos seus pais com o casal Soares:

Havia um correspondente em Lisboa do *Financial Times* que era simpatizante – dizia-se – de Marcello Caetano e que em 1969 escreveu uma série de artigos sobre o marcelismo. Num deles escrevia-se que havia um compromisso de Mário Soares e dos socialistas para a entrada no regime. Eu ouvi estas coisas na BBC e escrevi uma carta ao jornal (que nem sei se saiu). A minha mãe contou a Maria Barroso e passados uns dias recebo um telefonema do Pedro Coelho [1941-2016, engenheiro

químico], que queria falar comigo: estavam a criar um grupo de jovens da ASP e queria saber se eu concordava em entrar. Eu disse-lhe que era isso que pensava, e assim fiz parte dos jovens da CEUD. Estou convencido de que o que também esteve na base da CEUD foi a consciência de Mário Soares de que era preciso que a oposição falasse a várias vozes, porque do lado do regime dizia-se que “todos os que são contra nós são do PC”.²¹

Enquanto o filho de Soares acompanhava Maria Barroso em campanha por Santarém, onde era candidata, Isabel Soares estava com o pai em todas as suas ações de propaganda no distrito de Lisboa: «Fui a todos os sítios com ele. Lembro-me de haver sempre a GNR na mesa das sessões. Havia pouca gente, as pessoas tinham medo. Houve cenas de pancada no Teatro Vasco Santana.»²²

Em plena campanha eleitoral, desembarcou em Lisboa uma delegação da Internacional Socialista, conduzida pelo seu secretário-geral, o austríaco Hans Janitschek (1934-2008), para observar o ato eleitoral. Soares dirá que a IS chegou por iniciativa própria e não a seu convite, mas é provável que ele o tenha sugerido ao participar pouco antes, em julho, pela primeira vez, num congresso da organização, em Eastbourne, na Inglaterra, na companhia de Tito de Morais, Ramos da Costa (os quais, estando no exílio, eram os únicos que podiam assumir aí a sua filiação na clandestina ASP) e Gustavo Soromenho.²³ Com efeito, na sua constante busca de projeção e ligações no estrangeiro, a Soares conviria a presença da IS em Portugal, no que constituía uma forma de legitimação internacional do agrupamento político que liderava.

No seu excesso de zelo, o governo de Marcello Caetano acabaria por corresponder às intenções do líder da ASP ao decidir expulsar a delegação (composta também por elementos da Grã-Bretanha, da Itália, da Suécia e da Irlanda) na véspera do escrutínio, alegando, segundo o relato de Soares, «uma intromissão abusiva e intolerável de círculos estrangeiros nos negócios internos portugueses».²⁴ «Foi um erro crasso do regime», dirá, para valorizar a campanha da CEUD: «Aos comunistas não fizeram isso.»²⁵ No

seu entendimento, era também a prova da sua razão na opção que tomara: «O problema era se devíamos fazer uma política unitária, e confundirem-nos no estrangeiro com o PC, ou separada, e fazerem o que fizeram – os nossos amigos serem presos e expulsos.»²⁶

Ao contrário do habitual em votações para a Assembleia Nacional (com exceções em 1953 nos círculos de Lisboa, Porto e Aveiro e em 1957 em Braga), a oposição aceitará ir até às urnas, talvez até porque as correntes em disputa queriam medir forças. Realizadas a 26 de outubro, as eleições, mesmo que pudesse ser contestada a sua credibilidade (apesar de tudo, considerada maior do que no tempo de Salazar), constituiriam uma profunda desilusão para Soares, que sem dúvida esperava da parte dos votantes um maior reconhecimento do seu papel como oposicionista: «Fiquei dececionado com o resultado, também nunca soube se os números eram certos. Supunha que a nossa votação fosse melhor em Lisboa.»²⁷

A nível nacional, a UN recolheu 86 por cento dos votos expressos e preencheu todos os lugares em São Bento, enquanto a oposição no conjunto não foi além dos 12 por cento, mas em Lisboa, com Soares em cabeça-de-lista, a CEUD, com 5,2 por cento, ficou atrás da CDE, que obteve aí 18,5 por cento – e, para completar a humilhação pessoal, nos outros dois círculos onde ambas as forças concorreram, a sua formação até conseguiu ultrapassar a coligação animada pelos comunistas (no Porto com 7,8 por cento contra 5,1 por cento).

Para consumo público, o líder da ASP descreverá pouco tempo depois as eleições de 1969 em termos heroicos, defendendo a opção oposicionista pela ida às urnas e garantindo que se fizera cair a máscara ao regime: «O governo foi obrigado a recuar em toda a linha e, confrontado com críticas certeiras, deixou no terreno, em farrapos, muita da sua demagogia... Foi obrigado a perder a face.»²⁸

Não era porém esse o autêntico estado de espírito de Soares, ao reconhecer mais tarde que, no dia seguinte às eleições, «estava francamente pessimista»:

O fim da festa da CEUD foi desagradável, entrou-se numa *dégringolade* [derrocada] de desânimo. Percebi que diante de mim estava uma travessia do deserto e que, no país, o horizonte se fechara; que seria fácil ao regime destruir a CDE, por causa da presença dos comunistas; que nós, socialistas, talvez viéssemos a ter pouca audição internacional, porque os meus amigos da Internacional Socialista – que haviam sido expulsos – poderiam concluir que não tínhamos, afinal, o peso que eles julgavam [...]; e que Marcello iria tirar todo o partido que pudesse destes desaires. Foi depois de refletir sobre isto que pensei que teria de hibernar um tempo e decidi partir para uma longa viagem.²⁹

Da viagem que então empreendeu sozinho, com partida em fevereiro de 1970 – menos de um mês após a morte do sogro, com a sogra em difíceis condições de saúde no combate a um cancro, o pai debilitado pela idade e a mulher com todos os problemas resultantes da gestão do Colégio Moderno –, ainda por cima para se deslocar para fora da Europa, pelas paragens para ele desconhecidas do Brasil, da Venezuela, de Porto Rico, do México e dos Estados Unidos, Soares nunca apresentou uma justificação razoável, a não ser a descompressão, a evasão e o recreio.

A própria Maria Barroso criticaria o marido numa carta que lhe enviou já ele partira: «Tinhas de fazer mesmo esta viagem, senão morrias. Tem paciência, sou muito tua amiga, mas a verdade é que tu nunca medes as consequências dos teus atos – tens um capricho e tens de o satisfazer, doa a quem doer, custe o que custar.»³⁰ E recorreu também à ironia noutra missiva escrita ainda nos primeiros dias da viagem de Soares, estabelecendo-lhe um contraste com o sofrimento de quem ele deixara para trás: «Eu não tenho o direito de perturbar a tua maravilhosa viagem com as minhas ideias tristes. [...] Não quero perturbar o teu doce repouso por esses países paradisíacos.»³¹ Ou ainda, um mês depois: «Continuas radiante, feliz, verdadeiramente eufórico e esquecido talvez da realidade que deixaste na nossa terra.»³² Por último, refletiu algum desgaste na relação de ambos ao dizer-lhe, em *post scriptum* a uma carta de 9 de

março: «Para a outra vez, quando escreveres um postal a emendar a gafe (não tinha importância, acredita), repara que o carimbo dos correios contradiz a data que pões no cabeçalho. Não sou assim tão crédula quanto isso... Tanto não, Mário.»³³ (O arrufo terá tido que ver com o esquecimento por Soares do seu aniversário de casamento, 22 de fevereiro, já que, em carta anterior, de 24 deste mês, Maria Barroso também lhe assinalara o facto de ele não ter telefonado na véspera, como prometera: «Certamente terás, pelo menos, recebido o meu telegrama do dia 21. Tinhas dito aqui que telefonarias nesse dia, e por isso esperei todo o dia em casa. Não porque a data importasse muito, mas, enfim, porque tinhas prometido [...]. Mas passou-te, como é natural.»³⁴)

Soares invocará a vontade de sair e conhecer novos horizontes, aliada à capacidade económica que então tinha para se abalançar ao itinerário, a qual não resultava – claro – das defesas que assumia de presos políticos: «A minha fonte de rendimentos eram os outros casos (muitos deles de clientes que herdei de Avelino Cunhal): pequenas empresas, divórcios, cheques sem cobertura, partilhas de bens, casos de família, tribunal de menores, por exemplo uma avença da Canada Dry [conhecida marca estrangeira de refrigerantes à época], assuntos de [Lúcio] Tomé Feteira [1901-2000, multimilionário, industrial da metalurgia], que era também da Covina [empresa vidreira]...»³⁵ Mas, acima de tudo, o litígio de Maria Cristina de Mello contra os irmãos, já resolvido, constituía para ele «um grande sucesso económico».³⁶

Se entre o regresso de São Tomé e as eleições de 1969 lhe passara pela cabeça a ideia de fundar e dirigir um partido socialista em Portugal, esse projeto estava agora arredado com o malogro de outubro: «Não achava chegado o momento, eu não tinha ainda uma ideia formada. A ASP era apenas uma coisa difusa, de opinião.»³⁷ Durante a viagem, Soares soube que Salgado Zenha e Jaime Gama tinham sido detidos, enquanto a Raul Rêgo era fixada residência – sinal de dissolução da primavera marcelista, que não passara afinal de uma miragem. Os tempos anunciavam-se duros e implicavam

uma reavaliação estratégica. Mas havia, além disso, que gozar a viagem:

Dei a volta a meio mundo. Passei o carnaval no Brasil, o que foi muito interessante. Na Venezuela encontrei simpatizantes dos socialistas portugueses e republicanos espanhóis no exílio. Passei pelo México. Dei uma volta nos EUA por Miami, Los Angeles, San Francisco, estado da Virgínia, Dallas, Washington [a capital federal] e Nova Iorque, onde encontrei alguns portugueses agregados pela ASP. Foi aí que soube que tinham sido presos o Zenha e o Gama. Resolvi fazer então uma conferência de imprensa, o que não era fácil. Foi no Overseas Press Club, através de uma republicana espanhola no exílio, Victoria Kent [1889-1987, advogada, que Soares dirá ter-lhe sido apresentada por Tierno Galván, Raúl Morodo e Fernando Morán³⁸], uma lésbica que vivia com a filha do fabricante das notas de dólar e que tinha uma revista [antifranquista], *Ibérica*, onde passei a colaborar com o pseudónimo de Carlos Fuentes [Carlos Fontes era o nome com que Soares assinava textos no jornal da ASP, o mensário *Portugal Socialista*, existente desde 1967 e elaborado em Roma por Tito de Morais, com financiamento do Partido Socialista Democrático Italiano – PSDI].³⁹

Haverá quem, porém, assegure que a iniciativa coube à colaboradora do *New York Times* em Lisboa: «Depois de algumas menções na imprensa internacional, Marvine Howe conseguiria junto de um grupo de “liberais” norte-americanos, seus amigos, [...] juntar alguns correspondentes estrangeiros no Overseas Press Club de Nova Iorque com quem Soares comentaria os seus pontos de vista sobre a política colonial de Marcello Caetano.»⁴⁰ A jornalista negará porém ter tido alguma coisa que ver com o assunto.⁴¹ O encontro com os jornalistas deu-se a 31 de março: «A conferência de imprensa apareceu até na primeira página do *New York Times* [na verdade, foi na página 13⁴²]. Marcello Caetano ficou furo.»⁴³ Dois dias depois, Soares iria a Washington, onde, na Brookings Institution, falaria de novo à imprensa para voltar a desafiar o chefe do governo português. Inquirido sobre se o regime seria derrubado

na metrópole ou nas colónias, respondeu que «mais provavelmente em Portugal», mas que não conhecia nenhuma guerra colonial que tivesse sido perdida pelos guerrilheiros.⁴⁴

O que terá irritado o sucessor de Salazar foi sobretudo a defesa da autodeterminação das colónias e de contactos políticos com os grupos nacionalistas africanos, o que afetava o nervo mais sensível da política marcelista. A campanha que em Portugal, em consequência, os meios afetos ao regime desencadearam contra Soares assustou os seus familiares e amigos: «Começámos e receber telefonemos anónimos indicando que ele não devia voltar, apareceram escritos nas paredes – que fui fotografar – a dizer “Soares judeu”, “turra” [corruptela de «terrorista», termo usado por adeptos do regime para designar os guerrilheiros nacionalistas das colónias], “cão”, “matem-no”, “Soares ao pelotão”, e fomo-lo informando disso.»⁴⁵ As notícias que chegavam a Soares inquietavam-no: «A minha mulher dizia-me: “Não venhas, se chegas és morto.” Tinham-lhe mandado uma carta com balas a dizer que me eram destinadas [segundo Maria Barroso, tratou-se de uma encomenda com o formato de livro e em cujo interior se encontrava uma bala e uma mensagem: “Das 10 que esperam o doutor Mário Soares.”⁴⁶]. Fiquei ali um bocadinho sem rumo e resolvo ir para Paris.»⁴⁷

A sua despedida de Nova Iorque, sempre sob a tutela de Victoria Kent e da companheira, não se fez porém sem festa:

Elas viviam na 5ª Avenida, num *duplex* em frente a Central Park, com chofer (que falava espanhol) e quadros do Picasso, etc. Resolveram as duas dar um *cocktail* com espanhóis e – poucos – portugueses, enfim com um grupo de pessoas de várias nacionalidades interessadas pela Península Ibérica e a Europa. A partir de certa altura, estava tudo bêbedo, mas eu não era capaz, estive sempre com domínio da situação. Ficámos só os três à hora do jantar. Fomos a uma espécie de grande cervejaria onde comi pela primeira vez umas grandes santolas que vêm do Alasca. Elas estavam perdidas de bêbedas, e uma cai para o chão. Quando eu a estou a levantar, cai a outra para debaixo da mesa. A situação era aflitiva. Eu chamava o *garçon*, que

não percebia nada. Estava a ver a situação trágica para mim e decido: “Vou pôr-me a cavar.” Mas apareceu o chofer, que deve ter sido chamado pelo *garçon*, e levámos as duas para o carro. Suspirei de alívio.⁴⁸

A estada parisiense do secretário-geral da ASP destinava-se a ser breve, para deixar passar a revoada antissioarista em curso no seu país. «Não te precipites e deixa-te ficar por aí um pouco mais a repousar-te», escreveu-lhe a mulher a 30 de Abril,⁴⁹ na mesma carta em que lhe enviou o recorte de uma nota oficiosa publicada nessa dia pela Direção-Geral de Segurança (DGS, nova designação entretanto atribuída por Caetano à polícia política) anunciando a abertura de um processo contra ele por «tentativa de separação de parcelas do território português da mãe-pátria» e «divulgação de falsas notícias suscetíveis de pôr em causa o bom nome de Portugal no estrangeiro».⁵⁰

Na capital francesa, Soares instalou-se no «hotel de estudantes» que já antes frequentara nas suas visitas à cidade, o Saint-Pierre, na Rua de l'École de Médecine, em pleno *Quartier Latin*⁵¹: «Era também um ponto de conversa e de encontro, onde muitos portugueses que residiam em Paris, como Coimbra Martins, Jorge Reis [1926-2005, ex-funcionário do PCP, exilado político, locutor do boletim cinematográfico *Atualidades Francesas*, publicista e escritor] e José Terra [pseudónimo de José Fernandes da Silva – 1928-2014 –, poeta e ensaísta], por exemplo, se encontravam. Parecia mais uma tertúlia do que um hotel... Foi aí que me instalei, provisoriamente, à espera de melhores dias, não me considerando ainda exilado...»⁵² Convidado por sugestão do então chanceler austríaco, o socialista Bruno Kreisky (1911-1990), o dirigente da ASP foi a Estrasburgo a 20 de abril participar num debate sobre «Violações dos direitos humanos em Portugal», em plena sessão ordinária do Conselho da Europa, e no mês seguinte publicou no *Le Monde* um artigo sobre a situação portuguesa.⁵³

Só então Coimbra Martins, que era diretor da biblioteca do Centro Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian em Paris, o conheceu pessoalmente: «Em Lisboa, havia um representante da ASP

junto de José de Azeredo Perdigão [1896-1993, advogado, primeiro presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo-lhe sucedido Ferrer Correia], que era o Ribeiro dos Santos [então funcionário superior da instituição]. Achei-me convidado por ele para uma reunião na qual me propuseram aderir à ASP e trabalhar com uma pessoa que estava em Paris, que era o Francisco Ramos da Costa. E aí fiquei ligado ao grupo. Na verdade, levei uma carta do Ribeiro dos Santos para o Mário Soares, que me identificava e dizia: “Fulano de tal tem trabalhado connosco e gostávamos que continuasse a trabalhar contigo em Paris”.»⁵⁴

O novo recruta veio a conhecer alguém com um perfil diferente do que se lembrava dos tempos da faculdade: «Nessa altura, o Mário Soares já não tinha nada que ver com o radical que eu conheceria nos anos 40. Vivia como se encarnasse uma certa legitimidade da oposição portuguesa, com um extremo otimismo e confiança na sua estrela.»⁵⁵

Do seu lado, Soares evocará a deferência com que o novo cor-religionário o tratou: «Coimbra Martins convidou-me para ir a uma sessão no Centro Cultural da Gulbenkian, onde estava gente importante, ministros portugueses, Ferrer Correia, etc., e discursou: “Quero dedicar este discurso ao meu amigo, grande resistente antifascista, Mário Soares.” Até fiquei enfiado.»⁵⁶

Na sua atividade epistolar, Maria Barroso continuava entretanto a mostrar-se insatisfeita com o rumo dos acontecimentos, ao mesmo tempo que, tendo acabado de ver morrer também a mãe, evidenciava sinais de agravamento do estado depressivo que vinha a dominá-la nos tempos mais recentes: «Isto não está para brincadeiras e tu criaste uma situação difícil [...]. Agora, portanto, terás de aguentar-te sem impaciências e com a consciência de que estás numa situação complicada. Sempre é melhor estares aí, onde poderás distrair-te, do que aqui em Caxias. Por mim, não te preocupes, que pouco já presto – a minha vida é uma coisa sem sentido. Aqui estou, tomo-te conta dos filhos, trato-te do teu pai e procuro acudir ao colégio.»⁵⁷

A leitura das cartas de Maria Barroso ao marido permitirá concluir que se instalara uma crise no casal, a que certamente não seria alheio o stresse causado sobre a relação matrimonial pelas constantes ausências de Soares, já manifestado há anos. «Tenho sido um móvel cómodo para toda a casa, mas confesso que já não sinto muita resistência», escreve-lhe ela a 17 de março. «Parece-me injusto que caia tudo o que é difícil e desagradável sobre mim sozinha. Mas, enfim, teremos muita coisa e muito séria a dizer um ao outro quando nos encontrarmos. Tenho refletido muito e sinto-me muito determinada nos meus propósitos.»⁵⁸ Reincidiria no mesmo sentimento a 6 de maio: «Há uma amargura muito profunda que se apoderou de mim e que deixará marca para sempre, com certeza. Daí o não te escrever aquelas cartas tão alegres, tão apaixonadas e vivas que te escrevia antes.»⁵⁹

A ex-atriz encontrava-se, com efeito, já muito distante das intensas declarações de amor que antes proferia epistolarmente ao marido, e que ainda voltara a expressar na correspondência para São Tomé, como, por exemplo: «Tenho pensado tantas vezes, no meio desta amargura de me ver separada de ti, na sorte, na felicidade que eu tive em ter-te encontrado e ser a tua companheira. Tu sentes bem, como eu, com certeza, como o amor aparece em toda a sua força e espantosa pureza nestes momentos difíceis. Às vezes quase que me apetece gritar que te amo, que te adoro, tal é a força do que sinto dentro de mim.»⁶⁰

É certo que bastava uma palavra afetuosa do marido para ela regressar, mesmo que pela breve duração de uma carícia, a esse estado de espírito, conforme revela uma semana após a missiva de 6 de maio: «A tua carta, em que apelas para a minha ternura, deu-me uma vontade grande de te acarinhar, de pegar a tua cabeça e beijar os teus olhos, de te fazer meiguices, eu que tão carecida ando delas. As tuas palavras – talvez sublinhadas pela distância – despertaram em mim qualquer coisa de muito importante e profundo que tu próprio fizeste adormecer. Como te tenho dito já noutras cartas, aqui estou ao pé de ti, como sempre, a dar-me no máximo

de ternura, de coragem e de compreensão. Ponho de parte tudo o que há em mim de mutilado e seco e frio para só pensar em ti, acredita!»⁶¹

Mas, dias mais tarde, os problemas voltam à tona – e persistem: «Gostava imenso de ir aí passar uma semana contigo porque há, de facto, muita coisa da nossa vida para a qual teremos de encontrar juntos as soluções.»⁶²

Capítulo 13

O exílio

Em Paris, Soares encontrou um editor interessado em publicar o livro que começara a escrever em São Tomé mas a que não acrescentara mais nenhuma palavra desde que saída da ilha. Tratava-se de Alain Oulman (1928-1990), que nascera em Portugal, filho de um casal francês radicado no país, onde o pai se dedicava ao comércio. Após ter sido, nos anos 1960, compositor das canções que renovariam o repertório de Amália Rodrigues [1920-1999] e de ter estado preso pela PIDE, sob a acusação de apoiar a Frente de Ação Popular (FAP), uma organização armada subsidiária do Comité Marxista-Leninista Português (dissidência de extrema-esquerda do PCP, ocorrida, como noutros países, por influência do diferendo sino-soviético ocorrido anos antes), Oulman mudara-se para a capital francesa, onde trabalhava na editora Calmann-Lévy, pertencente à sua família.

Soares queixava-se, no entanto, de falta de tranquilidade para se dedicar à escrita: «O Alain Oulman pede-me para acabar o livro. Mas eu estava sozinho no *Quartier Latin*, só tinha tempo para passear, falar com amigos e amigas, fazer política e mais nada.»¹ O editor propôs-lhe então um retiro: «Levou-me para a Abadia de Royaumont, perto de Chantilly, [arredores de Paris], que diversos editores mantinham com a intenção de instalarem escritores e artistas para produzirem trabalho criativo.»² Contudo, não resultou:

Era um lugar extremamente interessante, um convento do século XV restaurado, sobriamente, com celas individuais austeras, onde dormíamos e podíamos escrever (eu tinha então

uma máquina *Hermes Baby*) ou na biblioteca preciosa, no meio da floresta e num quadro paradisíaco. Mas havia também lá pessoas, uma vintena, de ambos os sexos, culturalmente interessantíssimas. O convívio era fácilimo. Almoçávamos e jantávamos à mesma hora e a conversa daquela verdadeira tertúlia decorria normalmente. Eu era uma *avis rara*: português, perseguido, expulso de Portugal, a caminho de escrever um livro contra a ditadura. Ainda para mais bem disposto e com quarenta e poucos anos... Em suma, o livro pouco progrediu.³

O hóspede particularizará: «Ao fim de duas semanas, eu disse [a Oulman] que não tinha escrito uma linha porque ali só havia mulheres de várias nacionalidades (até um pintora russa) que me distraíam das minhas tarefas. Foi-me buscar de volta para Paris.»⁴

Soares isolar-se-ia depois na casa de campo de Mário Ruivo (que se mantinha em Roma a trabalhar para a FAO, já como seu funcionário superior) em Piediluco, 100 km a norte da capital italiana, não sem antes passar por Basileia, para o primeiro encontro de núcleos da ASP no estrangeiro, realizado a 26 de maio de 1970. Um dos presentes na cidade suíça era José Neves (n. 1932), que trabalhara na presidência do Conselho de Ministros, no Palácio de São Bento, e que em 1965 resolvera ir para Londres «lavar pratos, num autoexílio não por razões políticas, pois, ainda não tinha uma consciência política, apenas consciência de cidadania», aí conhecendo Tito de Morais: «Ele falava a linguagem que eu percebia. Sou um homem motivado para a ação, entusiasta nas coisas em que me envolvo. Assim entrei para a ASP. Organizámos um núcleo em Londres, numa reunião ao fim da tarde de 19 de abril de 1970.»⁵ O encontro de Basileia era a oportunidade para Neves conhecer Soares:

Encontrei-me com ele num café. Tito de Morais apresentou-nos. Dirijo-me a ele como “doutor” e de imediato recebo a sua primeira lição: “Trate-me por tu, por você, por camarada, por Mário, mas não por doutor. Entre nós não há qualificativos académicos.” O significado era o companheirismo, a solidariedade. Nessa reunião de Basileia, verifiquei outra característica

de Mário Soares: o seu espírito conciliador, na discussão das bases orgânicas e princípios da ASP. Fazia a defesa dos seus pontos de vista de forma muito firme mas sem fechar a porta ao diálogo. Tentava conciliar as diferenças e chegar a uma base comum. Mas constatei depois que é irredutível em questões de ética e de princípios ideológicos.⁶

Um dos membros do núcleo de Londres era Rui Mateus (n. 1944), radicado na capital britânica desde 1964 (e que dirá ter Neves entrado para o grupo já ele havia sido lançado dias ou semanas antes⁷). Este exilado, que depois se estabeleceu na Suécia, relatará que Tito de Morais lhe explicou na altura estar a doutrina orientadora da ASP contida no livro de Vitorino Magalhães Godinho *O Socialismo e o Futuro da Península*, saído nesse ano. E não havia dúvidas de que Soares tinha então o autor em grande estima, tendo à época escrito sobre ele no volume que preparava: «Dos professores que encontrei ao longo do curso [de Letras], só um tinha estatura de verdadeiro professor universitário – o então assistente de História Vitorino Magalhães Godinho, cujo contrato haveria de ser rescindido compulsivamente, por razões de discriminação política, durante o meu segundo ano.»⁸

Em carta que escreveu a Mateus, Tito de Morais considerava mesmo Magalhães Godinho como «o nosso teórico»,⁹ estatuto que porém não se manteria: «Curiosamente, acabaria por cair praticamente no “esquecimento”. Não será alheio a isto, mais do que o seu radicalismo, a sua oposição a Mário Soares, que ele considerava “não ter uma ideia consistente” [declaração efetuada mais tarde: “Mário Soares sabe aquilo que vai aprendendo por esse mundo fora entre dois aviões. Não tem uma ideia consistente.”¹⁰]. Mas contribuiu para a confusa definição ideológica da Ação Socialista, cujo oportuno lançamento não assenta em bases muito sólidas, nem define com rigor as suas origens.»¹¹

Apesar dos contactos já mantidos, a ASP não se havia ainda integrado na IS como membro de pleno direito, o que Tito de Morais justificava a Mateus, na mesma carta de janeiro de 1970, por

falta de consenso nas fileiras do grupo português: «A ASP não é filiada na Internacional Socialista, havendo sérias reticências da parte de alguns companheiros nossos – e com razão – a filiarmos numa organização que toma atitudes um pouco estranhas na política internacional. Contudo, apesar de não sermos filiados, eles estão sempre dispostos a ajudar-nos, e alguma coisa têm já feito para desmascaração [sic] do marcelismo, influenciando até junto dos governos ocidentais. Evidentemente que isto que lhe digo é inteiramente confidencial e serve só para o informar da nossa posição...»¹²

Ainda na mesma passagem pela Suíça, Soares encontrar-se-ia em Genebra com Medeiros Ferreira, sempre num discreto afã de assegurar apoiantes ou meros simpatizantes: «Procurou-me e tivemos uma conversa bilateral até. E ele, que é muito prático, disse sobre as eleições: “Isso para mim está feito. Temos agora é de pensar no futuro, temos de fazer uma aliança contra a ditadura. Acho que já criei o meu próprio espaço, a ASP. Um dia havemos de criar o Partido Socialista”. Ficámos com uma boa relação.»¹³

Em Piediluco, beneficiando da vantagem de não conhecer ninguém num raio de muitos quilómetros, o chefe da ASP pôde por fim dedicar-se ao seu projeto literário. Numa carta enviada a 13 de maio, Maria Barroso pedia-lhe que não facilitasse na escrita, como por vezes seria seu timbre: «Acho muito boa a ideia de trabalhares num sítio calmo, onde não possas ser distraído constantemente. Não precisas de outro esquema de livro? Fazes esse, afinal? O Alain está de acordo com esse esquema? Tens de fazer uma coisa muito boa, penso eu. Não poderás fazer um tipo de coisa sobre o joelho, como às vezes teimas em fazer.»¹⁴ Nessa mesma casa, onde receberia a mulher por alguns dias em junho, Soares terá chegado perto da finalização do manuscrito: «Não tinha rádio, nem televisão, nem lia jornais. Em três meses de quase total isolamento acabei o livro. Faltava apenas revê-lo e traduzi-lo.»¹⁵ (O texto não estaria totalmente terminado, dado que, em cartas que enviará depois ao marido, por exemplo em dezembro de 1970 ou

já em maio seguinte, Maria Barroso ainda lhe perguntava como ia o trabalho no livro¹⁶, considerando-o até «quase uma obra de St.^a Engrácia»,¹⁷ mas é de crer que o projeto tenha avançado substancialmente no local).

Ainda na mesma casa, Soares aguardava em finais de julho a chegada dos filhos, em férias escolares, para uma visita na companhia do seu sobrinho Eduardo Barroso [n. 1949, futuro médico, então a fazer o curso]. Os jovens, que fizeram a viagem em automóvel, começaram por se dirigir a Roma para se encontrarem com Tito de Moraes em sua casa, o qual depois os conduziria a Piediluco: «Chegámos a Roma e o Tito diz-nos que a minha mãe estava naquele momento a ligar para comunicar que o nosso avô tinha morrido.»¹⁸

Dava-se a circunstância de o velho João Soares ter conseguido sobreviver quatro dias a Salazar, na que terá sido a última alegria da sua vida, testemunhada pela neta: «Em Lisboa, ainda lhe demos a notícia de que Salazar tinha morrido, e ele disse à empregada: “Traz-me um copo de água, que eu não posso beber champanhe.” Manteve-se lúcido até ao fim.»¹⁹

Havia que manter o programa, mas agora para dar a Soares a infausta notícia: «Quando chegámos a Piediluco, que fica à beira de um lago, ele primeiro ficou radiante por nos ver e depois, quando viu as nossas caras, ficou... acho que foi talvez a única vez que vi o meu pai chorar.»²⁰ «Ficou em baixo», confirmará o filho. «Tomou a decisão de vir ao funeral.»²¹

O prolongamento da estada de Soares no estrangeiro não era uma opção pelo exílio, apenas um retiro temporário da cena nacional, a aguardar que acalmassem os ânimos à volta do seu nome. Contudo, regressar a Portugal tão cedo podia significar a detenção imediata, por se manter aberto o processo que a DGS lhe instaurara. A decisão implicava por isso riscos: «Imediatamente fomos para Roma, falámos com a minha mãe, com Zenha, com amigos, com José de Magalhães Godinho [que continuava a ser o advogado de Soares]. Toda a gente queria que ele não voltasse, e o meu pai:

“Vou, vou, vou.” Acrescentou: “Vou dizer a jornalistas estrangeiros amigos que vou ao funeral do meu pai, para o caso de me acontecer alguma coisa”.»²² Maria Barroso reafirmará essa diligência: «O meu marido resolveu vir imediatamente, e aqui preveniu vários jornalistas, como a nossa amiga Marvine Howe.»²³

«Acho que seguramente foi isso que fez com que não o prendessem à entrada», deduziu a filha. «Vimos os três de avião, e o meu primo Eduardo levou o carro para Paris. O meu pai, mesmo assim, vinha a pôr a hipótese de ser preso ao chegar a Lisboa. Quando descemos as escadas do avião, estava o Aurélio Rodrigues, das relações públicas da TAP, que era casado com uma professora do colégio, e que disse ao meu pai: “Temos ordens para o deixar entrar.” Estava também o José de Magalhães Godinho.»²⁴ Depois, os primeiros passos em terra: «A PIDE meteu os carimbos de entrada. Antes tinha-se dito a eles por telefone que o meu pai ia chegar.»²⁵ Soares particularizará: «Chego ao aeroporto e estavam muitos jornalistas estrangeiros. Recebo um recado: “Não vai ser preso, mas não faça declarações aos jornalistas.” Não aceito. Falei calmamente aos jornalistas.»²⁶ «Jornalistas estrangeiros, claro, porque portugueses, não havia nenhum...»²⁷

Do aeroporto seguiu logo para a vigília, na capela mortuária da Igreja de São João de Brito, em Alvalade: «Querida ver o meu pai antes de ser sepultado. Estive na igreja toda a noite.»²⁸ «O meu avô foi sempre religioso, até ao fim», recordará Isabel Soares. «E nunca impôs nada. Nenhum de nós dois é batizado. Quando o meu irmão nasceu ainda o sugeriu ao meu pai, mas ele disse: “Nem pensar!” Nunca quis catequizar-nos. Tinha uma tolerância fantástica. Quando morreu, deixou todas as coisas das missas, etc., orientadas.»²⁹

Depois do funeral, também religioso, no dia seguinte nas Cortes, onde João Soares pedira para ser sepultado (ao lado de Elisa), a família reagrupou-se em Nafarros: «Era verão, fui ficar a Nafarros. Percebi que havia PIDE à volta.»³⁰ O filho detalhará: «Passámos o dia com o Zenha em Nafarros. Fomos jantar à Adega do Saraiva, com pides à porta, e havia um pouco a nossa estranheza: “Que é que os gajos vão fazer?”» Uma chamada mudou os planos:

«Íamos com a ideia de ficar em Nafarros. Mas a empregada ligou para lá a chorar: “Estão a telefonar a dizer que o senhor doutor deve ir refugiar-se numa embaixada, que estão a vir para cá prendê-lo.” Era um telefonema anónimo. O meu pai disse: “O melhor é irmos dormir a Lisboa”.»³¹ Relatará o próprio:

Vim dormir a Lisboa num domingo, para na segunda-feira ir ao meu escritório. Telefona-me Álvaro Pereira de Carvalho: “Tenho uma missão: precisava de lhe transmitir uma indicação do presidente do Conselho, proponho um encontro no Paulistana [pastelaria da zona do Saldanha].” Saiu-me a resposta logo: “Se bater à minha porta para entrar, tenho de abrir que é autoridade, se me chamar à PIDE, também tenho de ir, agora encontrar-se comigo num café, não.” Ficou furioso, convocou-me para a PIDE. Antes de ir, convoco o Zenha e outros amigos para estarem à espera no escritório, para lhes dizer o que acontecera se eu sáisse da PIDE. A atitude do inspetor, sem explicações, era hostil: “Estou encarregado de lhe dizer que abandone em quatro horas o território nacional, se não é preso de novo e não vai para São Tomé, mas para um sítio mais longe.” “Já estou preso?”, perguntei. “Ainda não, só daqui a quatro horas.” Venho a descer o Chiado num início de tarde glorioso, a refletir nos momentos cruciais da existência de cada ser em que o próprio tem de decidir: “Vou, não vou, vou, não vou. Timor é o degredo. Por quanto tempo? Em Paris acabo o livro e depois decido se vou ou não para Portugal”.³²

Esse não era porém o pensamento unânime dos que lhe estavam mais próximos: «Fez-se uma reunião lá em casa [apesar de Soares dizer que o encontro foi no seu escritório,³³ os restantes membros da família garantem ter-se realizado na residência], em que estavam Zenha, José de Magalhães Godinho, Gustavo Soromenho, Catanho de Menezes, Rêgo, etc. – o núcleo duro. As pessoas eram mais por que ele partisse; o Zenha dizia que ele devia ficar: “Tu é que sabes, mas...”»³⁴

Maria Barroso, para quem o marido «sentia-se muito hesitante, o que é raro nele»,³⁵ registou também essa posição do compadre,³⁶

assim como o filho, que se recordará de o padrinho da irmã ter dito que as dificuldades de Soares com o regime, caso ele permanecesse em Portugal, não durariam mais de «um ano ou dois». ³⁷ O próprio Soares memorizou: «Todos me aconselharam a ir para o estrangeiro, exceto o Zenha: “Se saís nunca mais vens, ficas estrangeirado. Com uma campanha internacional, não ficarás na cadeia mais do que um certo tempo. É melhor deixares-te prender”.» ³⁸

Diversa foi a sua opção: «Decido sair. Mas como? Não havia aviões disponíveis. Concluo que tinha de ir de carro. Tínhamos o Renault [16, o carro de Soares, se bem que o filho venha a relatar que a viatura escolhida foi o Morris 1300 da mãe ³⁹], metemo-nos lá os quatro. Chegamos ao posto fronteiriço perto de Elvas já eram 17h30. Diz-me a PIDE: “Podem sair apesar do atraso, mas o seu filho está em idade militar e não pode ir.” Reajo: “Então eu também não saio.” Telefonam ao inspetor [Pereira de Carvalho], que dá ordem para ele também sair.» ⁴⁰

Atravessando a fase de recrutamento militar, embora adiado devido aos seus estudos universitários (em Direito), João Soares só dispunha de uma autorização para sair do país, que já usara quando fora a Itália encontrar-se com o pai. Segundo Isabel Soares, o irmão já ia convencido, a caminho da fronteira, de que não conseguiria sair, «mas havia ordem para o deixar seguir», rumando depois a família a Paris. ⁴¹

Foi uma viagem feita em estado de emergência, pelo relato de Maria Barroso: «Eles dormiam no carro. Como eu não adormecia, continuava a guiar.» ⁴² O que não deixou boas memórias ao marido: «Foi uma das viagens mais tormentosas da minha vida. Guiaram todos e nunca parámos. Eu pensava: “Que vai ser da minha vida?” Levava a ideia de que a intenção deles [o governo português] era eu ir ser um segundo Delgado e arranjar sarilhos com todo o mundo [da oposição]. “Vou ser um cordeirinho”, planeei.» ⁴³

Soares julgará, com efeito, ter percebido o que estava subjacente à sua expulsão de Portugal: «Marcello Caetano sabia que, se eu ficasse preso, me transformaria numa espécie de mártir. Com as minhas relações no mundo universitário e, sobretudo, jurídico, e nos

meios da imprensa internacional, não tinha dúvidas: ele sabia o que acontecera com a campanha feita pela Associação Internacional dos Advogados e a Amnistia Internacional quando eu estivera deportado em São Tomé. Uma situação difícil de gerir. Por outro lado, [...] sendo eu uma pessoa polémica nos meios da oposição [...], iria, no estrangeiro, ser [...] um grande divisor dos meios oposicionistas no exílio. Caetano pensou duplamente.»⁴⁴

Antes da chegada, encontrará contudo palavras animadoras: «Em Blois, já próximo de Paris, parámos para dar uns passos e desentorpecer. Comprei o *Le Monde* e, numa página interior, vi uma pequena notícia que, referindo-se a Portugal, dizia assim: “*Maître* [causídico] Mário Soares, advogado da família Delgado, foi outra vez expulso do seu país e compelido a partir para o exílio.” Fiquei contente: três linhas no *Le Monde* eram nesse tempo, para mim, a glória...»⁴⁵

Com o regresso da sua família a Portugal no fim do verão, para a retoma das atividades escolares, e depois de João Soares ainda ter voltado a Roma para recuperar o original do livro do pai (que estava com Tito de Morais) e ter-lho ido entregar,⁴⁶ começou o verdadeiro exílio parisiense de Soares, que do Hotel Saint-Pierre, aonde regressou, se mudou para um pequeno apartamento térreo na Rua Violet, no 15.º *arrondissement*, e mais tarde para outro um pouco maior, num 9.º andar do *boulevard* Garibaldi, uma via perpendicular à anterior, no mesmo bairro da margem esquerda do Sena.

Uma das suas primeiras atitudes, uma vez estabelecido em Paris, foi a adesão à Maçonaria francesa, curiosamente à corrente mais conservadora das duas alas existentes no país:

Eu dava-me muito com o Jorge Reis, que para se proteger entrara na Maçonaria francesa, mas em vez de aderir ao Grande Oriente de França aderira à Grande Loja, mais conservadora. Ele disse-me: “Entrando, só tive benefícios, na polícia francesa, etc.” Eu não estava interessado, mas ele tanto insistiu que aceitei. Achei a iniciação uma coisa terrível: a sala escura, eu deitado no chão ao lado de uma caveira, abrem-se as luzes e vejo quatro tipos com espadas apontadas para mim. Não me trouxe

nenhuns conhecimentos especiais. A não ser o tipo que me alugou a primeira casa, um rés-do-chão horrível, cuja janela não se podia abrir porque o interior se via da rua, e de trás dava para o saguão, com lixo e mau cheiro. Tudo era desagradável, mas eu queria sair do hotel. Deve ter sido o único benefício que tive da adesão à Maçonaria.⁴⁷

Apesar da importância que parece ter dado à cerimónia da sua iniciação, em princípios de 1971, a ponto de, segundo um documento contendo uma série de indicações transmitidas à mulher, convidar a assistirem três maçons portugueses da oposição – Vasco da Gama Fernandes (que estava «encarregado de ir com todas as credenciais e representações»⁴⁸), António Macedo e Luís Dias Amado (1901-1981, médico, membro do DDS, futuro grão mestre do GOL) –,⁴⁹ o novel recruta perceberia porventura que a organização não tinha o peso que julgava: «A Maçonaria, em França, era uma escola de humanismo e das chamadas “virtudes republicanas”. Tinha ainda alguma influência em certos meios e permitia excelentes contactos, baseados na fraternidade maçónica. Mas tudo isso, não tardaria a descobrir, era mais teórico do que prático. Constituiu, entretanto, uma experiência humana interessante.»⁵⁰

Numa agremiação cujas vantagens pareciam essencialmente gastronómicas, Soares não se inibia porém de recrutar novos membros: «Eles até eram simpáticos, e havia sempre um ágape no fim das reuniões. Meti lá o Coimbra Martins.»⁵¹ O então diretor da biblioteca da Gulbenkian em Paris não esqueceu o momento: «Na parte final das provas de admissão – porque há uma série de provas de admissão, onde nós vamos com os olhos tapados e a sala completamente escura –, a certa altura, quando é proferida a sentença, faz-se luz e tiram-nos a venda, e então está uma pessoa por detrás de nós, e essa pessoa dá-nos um abraço. E quem estava atrás de mim era o Mário Soares.»⁵² Coimbra Martins explicará as distinções no seio da organização:

Em França, a maior ordem da Maçonaria é o Grande Oriente, onde havia uma forte representação espanhola mas não havia representação portuguesa. Existia contudo uma loja que esta-

va disposta a trabalhar com portugueses, e até lhe agradaria [a Soares]. Essa loja era *L'Effort* ["O Esforço"]. Mas a Grande Loja, que era mais à direita de uma maneira geral, estava mais bem informada do que se passava em Portugal, e não sei até se não teria alguém do regime francês, mesmo da polícia francesa. Havia uma loja desta ordem que era *Les Compagnons Ardents* ["Os Companheiros Arrebatados"]. Aderimos a *Les Compagnons Ardents*. Não sabíamos que era mais à direita. Tomámos consciência disso depois. A Grande Loja era completamente a favor da mudança em Portugal. Através de um dos seus responsáveis, Jean Marie l'Allinec, quis criar no seu seio uma presença portuguesa apostada na restauração da liberdade em Portugal. Jogou melhor do que o Grande Oriente, foi mais ativa, foi mais longe, auxiliou mais.⁵³

Uma opção tomada apesar de, a Coimbra Martins, ter suscitado dúvidas a «integridade política» de L'Allinec, «um tipo inteligente, manobrador».⁵⁴

O chefe da ASP considerará que sempre achou extravagante o rito maçónico: «Nunca me dei com o ritual e havia certas práticas simbólicas que sempre me pareceram um pouco ridículas...»⁵⁵ Dele não estava porém isento, como confirmará Coimbra Martins: «Ele podia achar o rito exagerado, mas cumpria-o. A Maçonaria tinha prestígio, era um sustentáculo da República [francesa] e Mário Soares era cumpridor.»⁵⁶ O correligionário não viu que a iniciação maçónica «tenha tido um peso muito grande» na carreira de Soares. Contudo, facilitava a obtenção de informações: «Havia muita gente, sobretudo do Porto, que passava por Paris e fazia uma oração para falar das coisas em Portugal, etc. Gente da oposição encapotada, da ASP, [Mário] Cal Brandão, etc.»⁵⁷

Para assegurar a sua independência económica, Soares tornar-se-ia professor universitário, o que em Paris no rescaldo do Maio de 68, para um social-democrata, mesmo proscrito por uma ditadura, podia não ser tarefa fácil:

Um velho colega da Faculdade de Letras, que era dirigente do departamento de Português da Universidade de Vincennes, José

Terra, procurou-me para me propor ser professor de Civilização Portuguesa. Aceitei, com tanto mais gosto quanto em Portugal isso tinha sido impensável. Foi o meu primeiro emprego regular em França. Deu-me, aliás, alguns dissabores. Porque a notícia espalhou-se nos meios portugueses e a embaixada resolveu distribuir um texto anónimo acusando-me de “social-fascista” e agente do ditador Marcello Caetano, em França. Quando me preparava para dar a primeira aula, uma pequena multidão de alunos inscritos no curso impediu-me literalmente de falar, acusando-me de fascista, traidor e outros epítetos do estilo... Nas aulas seguintes repetiu-se a festa. Eu aguentava sentado à secretária e a barulheira era tal que não podia fazer-me ouvir. Durou isto um mês. As aulas eram semanais.⁵⁸

Coimbra Martins entendeu estar presente, «com um fato velho, pronto para tudo»,⁵⁹ para proteger o «irmão» maçónico: «Cheguei a ir lá para o apoiar em caso de contestação violenta. O auditório era dominado por um grupo hostil que proclamava que Mário Soares era a “última carta da burguesia” em Lisboa. Ele saiu um tanto ou quanto indisposto, mas com uma certa altanaria – não se deixara rebaixar. De resto, não se atingiu o boicote às aulas nem se chegou a vias de facto.»⁶⁰ Também Soares evocará esse ato solidário do amigo: «O Coimbra Martins foi uma vez a Vencen-nes assistir à contestação, com um ar mal enjorcado: “Isto vai dar porrada”, disse ele, “e eu trouxe o fato mais velho que tinha.” Ia até sem gravata.»⁶¹ Apesar de não ter havido violência, a hipótese terá chegado a pairar, segundo Coimbra Martins: «A certa altura, eu estava ameaçado, mesmo fisicamente. Fui à saída da aula, que era aí que ele podia ser forçado a abandonar, mas não houve que fazer uso dos meus fracos braços, nem dos dele.»⁶²

Ao que narrará o professor contestado, um dos indícios da filiação burguesa pelo qual os estudantes o condenavam era o uso de gravata: «Disseram-me que era melhor tirar a gravata, eu disse que não. Eu estava lá o tempo todo da aula, mesmo que não me deixassem falar. Um aluno pediu aos restantes: “Deem ao menos 10 minutos para o ouvirmos”.»⁶³ Tratar-se-ia de um estudante li-

gado à central sindical francesa Union Générale des Travailleurs (UGT), de inspiração socialista: «Propôs que me deixassem falar, para me poder defender das acusações. Houve uma aluna, acho que portuguesa, que exclamou: “Se o deixam falar, ele convence-vos!” E, realmente, assim foi.»⁶⁴ Soares resumirá o discurso que fez então aos estudantes: «“Chamam-me social-fascista. Algum de vocês já esteve preso? Eu já estive, 12 vezes. E fui deportado para São Tomé.” Ficaram abismados. Tinham sido ludibriados. No dia seguinte, em vez de 200 estavam os 30 do curso.»⁶⁵ A sua imagem terá passado a ser outra: «Não me foi difícil explicar-lhes que não era um agente de Marcello Caetano... Acabou-se a “festa” e começaram as aulas regulares.»⁶⁶

A contestação à linha social-democrata de Soares (ou pelo menos como tal considerada por quem se situava mais à esquerda) tornou-se de resto uma constante da parte de jovens oposicionistas, mas a que ele nunca deixou de replicar, como revela um episódio parisiense que recordará: «Um dia, eu descia o *boulevard St. Michel*, após jantar bem, e ouço: “É sempre a mesma melodia, Soares e a social-democracia.” “Isto sou eu”, pensei. Eram três ou quatro indivíduos que estavam a gritar aquilo. Atravesso a rua e vou direito a eles: “Açam isso? Estou aqui com vocês. Quantas vezes foram presos? Deportados? Expulsos? Nenhuma”.»⁶⁷

A sua carreira académica evoluiria entretanto noutras direcções:

Meses depois [da entrada em Vincennes], fui procurado pelo professor [Jean-Michel] Massa [1930-2012] e pelo português Liberto Cruz [n. 1935, poeta, ensaísta e tradutor], que me conhecia, para me convidarem a ser professor, mais uma vez de Português, na Universidade da Alta Bretanha, Rennes. Só precisava de lá estar um dia e meio por semana. Às vezes, dois. Ia domingo, ao fim da tarde, e regressava à terça da parte da tarde. Aceitei. E fiz bem, porque foi uma experiência enriquecedora e deixei lá muitas amizades [...]. Era um ambiente totalmente diferente do de Paris. Mais tarde, em 1973, fui ainda contactado para dar aulas [de Civilização Portuguesa]⁶⁸ na Sorbonne, Paris IV, pelo professor Paul Teyssier [1915-

2002], que era um grande conhecedor da cultura portuguesa e foi tradutor, para francês, de *Os Maias*, de Eça de Queirós. Deixei Vincennes e fiquei na Sorbonne, muito mais próximo da minha casa.⁶⁹

A docência simultânea em Vincennes e Rennes terá constituído um alívio para uma bolsa contraída: «Encarei as duas solicitações com alegria, fundamentalmente por razões financeiras: ao fim de poucos meses, já me autobastava.»⁷⁰

A verdade é que as contas do Colégio Moderno – que a mulher enviava com regularidade a Soares, assim como o relatório sobre o número de alunos matriculados no início de cada ano letivo – estavam a causar constrangimentos financeiros à família. Em finais de 1970, por exemplo, Maria Barroso comunicava ao marido que não iria satisfazer a reivindicação de subsídio de Natal apresentada pelo corpo docente: «Os professores queriam o 13º mês mas isso é impossível, dado que teríamos de nos empenhar em cento e tal contos – o que não devemos fazer. Tenho muita pena mas não poderemos afundar-nos mais.»⁷¹

Para Soares (obrigado a distribuir a sua carteira de clientes pelos colegas em Portugal), era importante libertar-se destes problemas. Para isso, foi crucial a ajuda de um amigo especial:

Se não trabalhasse durante um ano, se não conseguisse que o colégio singrasse, ficaria em muito má situação. Tive então uma inspiração extraordinária para a questão das partilhas: como as partilhas já haviam sido feitas com o meu irmão materno, Cândido, após a morte de minha mãe, eu era dono de metade do colégio e o meu pai da outra metade. Por morte dele, havia agora essa metade a dividir entre mim e o meu outro irmão, Tertuliano. Ele achava que eu era um louco obcecado por essa coisa da política, que tinha uma vida toda ao contrário do que ele pensava ser o “bom senso”. Entendíamos-nos bem no plano pessoal, mas no que era essencial – quanto à posição perante a vida – tínhamos pontos de vista diferentes, antagónicos mesmo. [...] Para evitar uma questão de herança com o meu irmão, propus-lhe que o sogro dele [Amadeu Gaudêncio,

que] [...] tinha por mim muita simpatia [...], procedesse a uma avaliação das coisas e que definisse quanto havia a partilhar. Tinha-o na conta de um homem justo e experiente. E foi, de facto, não obstante ser sogro desse meu irmão. Mas, para poder ficar com o colégio, tinha de dar ao meu irmão Tertuliano, em tornas, o valor correspondente em dinheiro. E não possuía o suficiente. Sem que a minha mulher ou eu tivéssemos pedido nada – ou sequer sugerido! –, o Francisco Salgado Zenha foi um dia ter com a Maria de Jesus e propôs-lhe em prestar-lhe 500 contos, na época uma pequena fortuna, sem juros, sem um papel! Quis que tudo ficasse entre nós, acrescentando que, se morresse, a dívida prescreveria: ficaria como uma dádiva para a sua afilhada, a minha filha Isabel. De Paris, escrevi-lhe uma carta a agradecer, não sei se a guardou. Mais tarde, evidentemente, saldámos a dívida. Nunca esqueci esta generosidade, verdadeiramente fraterna, do Zenha.»⁷²

Soares particularizará ainda sobre o gesto do amigo: «Ele tinha acabado de ter o processo [António] Champalimaud [o caso de herança Sommer, que à época fez correr rios de tinta] e tinha ganhado bastante dinheiro. Disse-me sobre o empréstimo: “Não digas a ninguém.” “Está bem, mas tenho de dizer à minha mulher.” “Sim, à Maria de Jesus podes dizer, mas não digas à minha mulher.” Ele não queria que a mulher soubesse, que ela era muito forreta.»⁷³

O exilado contava também com outras fontes complementares de rendimento, uma delas o trabalho para um banco sediado em França mas com ligações a Portugal:

Tive ainda, como advogado, um contrato regular do Banque Franco-Portugaise, de que era então o grande patrão o dono da [empresa de combustíveis] Sacor [na verdade a Sonap, sociedade concorrente], Manuel Bulhosa [1905-2000]. Ia lá apenas uma vez por semana ou quando era convocado para resolver qualquer problema jurídico que tinha que ver com Portugal. Muitos clientes eram emigrantes portugueses. Bulhosa foi, aliás, corretíssimo comigo. Marcello Caetano, quando soube que Bulhosa me tinha contratado, mandou a Paris o [futuro] ministro [do Interior, na altura subsecretário de

Estado da Presidência do Conselho, César] Moreira Batista [1915-1982], com a missão de o convencer a demitir-me. Bulhosa não só se recusou a demitir-me como respondeu a Moreira Batista, mais ou menos assim: “Se um dia o regime cair e lhe suceder a si, senhor ministro Moreira Batista, exilar-se em Paris, também o contratarei.” O que veio, curiosamente, a acontecer.⁷⁴

Aos 29 anos, Carlos Monjardino, que era então o responsável pelo banco em Paris, achou que o contrato com o líder da ASP tinha uma finalidade específica: «Era próprio do Bulhosa. Decidira dar-lhe uma avença para o ajudar.»⁷⁵ A presença na capital francesa do filho do médico amigo de Soares (falecido pouco antes) – que agora, quando ia a Lisboa, «lhe levava carapaus de escabeche de uma casa do Cais do Sodré» – serviu para cimentar uma amizade com o antigo professor: «Em Paris eu tinha um Rolls-Royce e íamos os dois jantar nele, acompanhados pelo Coimbra Martins. Mário Soares dizia-me: “Você é como o seu pai. Gosta muito de coisas boas”.»⁷⁶ Coimbra Martins recordará a amizade para lá da conspiração: «Havia um convívio agradável entre amigos íntimos, e sem segredos, que se fazia para além da atividade política.»⁷⁷

Mas convívio havia também com os amigos idos de Portugal. Embora, como relatará Fernandes Fafe, nem todos os que Soares queria ver apareciam: «Eu ia lá visitá-lo algumas vezes, e ouvia-o dizer: “Este tipo, que não tem dinheiro, vem cá; o Zenha, que é podre de rico, nunca cá vem.” Era eu que tinha pouco dinheiro, enquanto a mulher do Zenha era muito rica.»⁷⁸

Uma vez instalado na capital francesa, Soares tentou obter da Fundação Calouste Gulbenkian uma bolsa com vista a preparar um doutoramento em História, não tendo sido, no entanto, bem sucedido:

Pedi-a através do José Ribeiro dos Santos, meu íntimo amigo [...]. Isso soube-se e julgo que o Marcello Caetano mencionou o caso ao Azeredo Perdigão, fazendo a mesma coisa que mandara o Moreira Batista fazer junto do Manuel Bulhosa.

O Azeredo Perdigão arranjou-se para que o assunto só fosse a discussão num conselho de administração em que ele não estava. Recebi uma carta do professor Ferrer Correia dizendo que eu era um bom jurista, um advogado de mérito, mas que, não tendo ainda dado provas como investigador de História, não parecia oportuno à Fundação a concessão de tal bolsa. Respondi-lhe que, sem me querer comparar a [Alexandre] Herculano [1810-1877], o que a Fundação me dizia era como se o célebre escritor, quando esteve também ele no exílio, antes de ter obra feita de historiador, tivesse pedido uma bolsa e lha recusassem com idêntico argumento. Quem tem já uma reputação firmada, em regra, não precisa de bolsas. Do meu dossiê, aliás, constavam cartas abonatórias do professor Vitorino Magalhães Godinho e do professor Albert Silbert [1915-1996, historiador francês, especializado na geografia humana portuguesa] – com quem preparava o doutoramento.⁷⁹

De nada serviu nem o conselho que, através de Maria Barroso, Vitorino Magalhães Godinho dera a Soares no outono de 1970, para mencionar na candidatura a sua frustrada tese de doutoramento em História sobre Teófilo Braga, nem e a sua colaboração, desde 1963, no *Dicionário da História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão (1919-2008).⁸⁰

Por último, quanto a remunerações, Soares recebia ainda um pagamento pela sua colaboração mensal para a *Ibérica*, assim como, mais tarde, para a revista *Nueva Sociedad*, também de língua espanhola, ligada à IS e publicada com apoio do Partido Social-Democrata alemão (SPD), tendo como destino sobretudo a América Latina. Esta ligação abriria um novo campo de intervenção ao secretário-geral da ASP, a qual em junho de 1972 entrava formalmente (e finalmente) para a IS, durante o seu XII Congresso, realizado em Viena com a presença de Soares e Tito de Morais: «Willy Brandt entendeu que a América Latina era importante para os socialistas europeus, no contexto da época, e não só me convidou para colaborar com certa regularidade na revista como me encarregou de várias viagens à América Latina, para contac-

tar – e encorajar – os oposicionistas às ditaduras militares latino-americanas que quisessem colaborar com a Internacional Socialista, que, nessa altura, era quase só constituída por partidos europeus. Achava que um ibérico poderia fazer melhor esse trabalho de persuasão socialista do que um alemão. E não se enganou.»⁸¹

De resto, Soares vivia numa capital que podia fazer a diferença no acesso a uma rede de contactos internacionais: «Criei, com efeito, inúmeras amizades e relações com políticos socialistas europeus, jornalistas e correspondentes estrangeiros, interessados em Portugal, universitários, emigrantes políticos como eu, portugueses, espanhóis e gregos, brasileiros e sul-americanos e com os nacionalistas africanos lusófonos. Paris, nessa época, era um centro por onde passavam pessoas de todos os continentes.»⁸²

Um dos fatores que contribuíram para a reafirmação do nome de Soares como figura destacada da oposição portuguesa foi a publicação, por fim, do seu livro, em abril de 1972, após um conturbado processo de tradução e edição, sobretudo porque Alain Oulman entendia que muitas passagens tinham apenas que ver com o pequeno meio da política oposicionista portuguesa, sem nada dizerem aos leitores estrangeiros: «O Alain fez a edição cortando coisas que não interessavam para França – dizia-me. Estive para me zangar com ele.»⁸³ O que para o autor constituiu um sofrimento: «A tradução foi uma tragédia, o texto surgido em francês correspondia a um terço do que escrevera. Estou a ver o Alain Oulman com o seu lápis vermelho: “Isto é para cortar!” – “Mas porquê?” – “Porque ninguém sabe quem é o Sérgio, em França.” Cortado o Sérgio! Cortado o Cortesão! E outras coisas que ele achava que não interessavam... O livro [...] teve boa imprensa, houve um ou outro debate em torno dele, umas páginas no *L'Express* [...], um convite para ir à televisão francesa...»⁸⁴

Também o título – *Le Portugal baillonné* («Portugal Amordaçado») – foi imposto pelo editor: «Eu queria “Depoimento Inacabado”, mas o Alain Oulman disse que não era comercial.»⁸⁵ Durante o fase de provas do livro, Oulman apresentou Soares a Raymond

Aron (1905-1983), que também era editado pela Calmann-Lévy, e o português recordará ter recebido do ilustre pensador francês o estímulo para a publicação de *Le Portugal baillonné*.⁸⁶

A obra, de que algumas livrarias em Portugal fizeram uma discreta importação em pequenas quantidades que logo esgotaram,⁸⁷ terminava com a promessa de retorno do autor ao seu país: «Encerrado o parêntesis doloroso, regressarei a Portugal, logo que as circunstâncias o aconselhem. Serenamente – e com a confiança no futuro, que nunca me abandonou – encararei então os meus juízes e, eventualmente, os meus algozes. É um ato de fidelidade necessário, que devo ao meu país, ao ideal que sirvo e a mim próprio.»⁸⁸

Acima do lado autobiográfico do livro, Soares sempre valorizará mais a descrição de uma vivência marcada pela resistência à ditadura: «É um testemunho político de um tipo que acaba a dizer que regressa a Portugal, pelo que no texto não se deve ver as coisas ao tempo atual, mas relativas ao ano de 1972.»⁸⁹

No entanto, *Le Portugal baillonné* constituiu também a primeira oportunidade para conhecer um pouco mais em detalhe o pensamento político do principal aspirante a líder da oposição portuguesa, já então um dos nomes mais prováveis para dirigir o país em caso de mudança de regime. Nas últimas páginas, após um longo requisito contra Marcello Caetano e a denúncia dos seus impasses políticos, Soares revelava-se favorável a uma aproximação de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE – futura União Europeia), mas também adepto de uma profunda intervenção na economia de um Estado centralista e monopolizador: «Na perspetiva da perda das colónias e de uma associação mais íntima com a Europa, há que reestruturar toda a vida nacional em novas bases [...]. No plano económico geral haverá que assegurar a planificação democrática e a nacionalização de certos setores de base, tais como: a grande banca e os outros instrumentos de crédito; as indústrias que trabalham para a defesa nacional; certas indústrias de ponta que possam especialmente contribuir para o arranque económico do país; e as grandes empresas monopolistas

que exerçam uma atividade de serviço publico.»⁹⁰ Defendia ainda a autogestão nas grandes empresas públicas e privadas e uma reforma agrária (sem a detalhar).⁹¹

Num período em que a esquerda internacional se encontrava sob influência da experiência chilena, com a eleição do presidente marxista Salvador Allende [1908-1973], Soares advogava a «planificação socialista da economia»⁹² e antevia como objetivo estratégico a «revolução socialista»: «Como socialista, penso, naturalmente, que os problemas portugueses só podem encontrar uma resolução completa mediante a instituição do socialismo democrático. Não me parece, no entanto, que Portugal possa abordar, desde já, a fase da revolução socialista [...]. As exigências do combate antifascista continuam a ter, na minha opinião, prioridade absoluta – uma vez que a democracia é a base a partir da qual se pode começar a construir o socialismo.»⁹³ Sem entrar em pormenores, defendia contudo que o novo regime deveria exercer-se «em liberdade»: «Sou pelo socialismo em liberdade ou, para empregar uma expressão que suscitou tantas esperanças, pelo socialismo de rosto humano. Relativamente à situação em Portugal, creio que o país só pode resolver os seus problemas básicos pelo recurso ao socialismo.»⁹⁴

Capítulo 14

A rede

A partir da base parisiense, Soares foi tentando alargar a sua influência sem rejeitar o diálogo com todo o tipo de gente que se opunha ao regime português. Encarando o derrube da ditadura como objetivo estratégico no curto prazo, não lhe repugnava a convergência de esforços com todas as formações ou indivíduos que tivessem a mesma ambição, atitude pragmática que resumiu num artigo publicado em setembro de 1972 no *Portugal Socialista* (sempre sob o pseudónimo Carlos Fontes), defendendo que, apesar de haver «divergências», «isso não implica que a ASP não sinta a necessidade de dialogar com o Partido Comunista Português e com as outras formações de esquerda e de extrema-esquerda», de onde não excluía os grupos favoráveis à violência, como a LUAR de Palma Inácio, a Ação Revolucionária Armada (ARA), controlada pelos comunistas, e as Brigadas Revolucionárias, uma dissidência do PCP. Fazia, aliás, questão de, no mesmo texto, advogar a luta armada para o cumprimento da meta prioritária: «É hoje quase unanimemente aceite o princípio de que só a violência pode operar o derrubamento do regime. Violência – entendida-se – no seu sentido mais amplo: luta de massas, revolta civil e militar, ações especiais ofensivas contra o aparelho repressivo e colonial.»¹

Na capital francesa, Soares deu especial ênfase aos contactos com o PCP: «Através de diversos amigos: o Francisco Ramos da

Costa, que conhecia bem todos os meios da oposição, incluindo os comunistas. O Barradas de Carvalho, que vivia em Paris, era meu amigo íntimo desde a faculdade e, além disso, membro do Partido Comunista. [Eu] disse aos comunistas que era escusado agredirmo-nos, estávamos no exílio, tínhamos de manter uma política de unidade de ação vantajosa para ambos os lados. Comecei por me avistar com o José Vitoriano [1918-2006] – dirigente do Partido Comunista em França –, que me marcava encontros em estações de metropolitano, no fim das linhas, sempre a horas mortas... Vi muito o Sérgio Vilarigues [1914-2007], tive dois ou três encontros com o Octávio Pato. E com o Cunhal, claro.»²

Apesar de procurar um entendimento tático com o PCP, Soares sabia que o necessário crescimento da estrutura da ASP, se quisesse manter a intenção de passar o seu agrupamento a partido, não se faria à custa da organização mais poderosa da oposição. Virou-se por isso para oposicionistas isolados – desiludidos com o PCP ou situados mais à esquerda, em estruturas débeis ou pouco consistentes, fossem intelectuais ou operários – como o seu terreno favorito de recrutamento:

No exílio, percebi que necessitava de jovens e de recrutar uma base operária, duas coisas que não tínhamos. Eu, jovem burguês, progressista, sem dificuldades materiais, sem experiência operária nem sindical, colocado frente aos partidos socialistas da toda a Europa, todos eles de grande base sindical... Visitei algumas universidades europeias – onde estudavam jovens que haviam fugido à guerra colonial –, tentando ganhá-los para a nossa causa. Em França conheci Jorge Campinos [1937-1993, exilado em França, futuro catedrático em Direito e ministro], que aderiu à ASP; na Suécia, Rui Mateus; e, em Lovaina, Bernardino Gomes [1944-2016] [...], que me puseram em contacto com mais gente e me proporcionaram fazer algumas conferências, em meios estudantis, em Gand, Lovaina, Bruxelas, Genebra.³

Rodolfo Crespo [n. 1942], que no início dos anos 1960, desiludido com o ambiente político em Portugal e com a rigidez da

Faculdade de Direito de Lisboa, se fixara em Paris, onde dirigia um hotel, era um desses elementos:

No grupo de portugueses nós fazíamos a revolução todos os dias e também desfazíamos a revolução todos os dias. Só que não era nada a sério. Mas quando encontrei Mário Soares percebi que era uma coisa mais séria, e por isso meti-me na ASP. Quando eu o conheci já ele tinha o apartamento no *boulevard* Garibaldi, onde fazíamos as nossas primeiras reuniões. Mas o meu primeiro contacto com ele foi no Hotel Sofitel. Disse-me: “Então você venha lá ver-me.” Fui a casa dele com um camarada que estava na Gulbenkian. À chegada, tocámos à campainha mas ninguém abria. “Não sei o que se passa, ele nunca fez isso”, disse-me o outro. Fomos dar uma volta e depois lá nos abriram a porta. Acontece que o Mário Soares tinha ido para a varanda, a porta fechou-se e ele estava preso do lado de fora. Viu que tinha ali uma garrafa, e com ela partiu o vidro. A primeira impressão que tive dele, logo depois de falarmos, foi sentir que era um conhecido de há muito. É que ele põe as pessoas tão à vontade que me parecia que era uma relação de sempre. Acabei por ser o responsável da ASP em Paris. Reportava diretamente a ele. A ASP reunia em casa dele.⁴

Exilado na Bélgica, onde tirava um doutoramento na Universidade de Lovaina, Bernardino Gomes era outro radical sem partido, depois de ter abandonado a LUAR:

Conheci o doutor Soares em 1972. Naquela ocasião eu achava que ele era um conservador, social-democrata, burguês, sabe-se lá o quê. E o Soares começou a criar uma rede de contactos com os que estavam na mesma situação que eu: refugiados políticos ou pessoas que estavam nas universidades a estudar ou a fazer doutoramentos. Ele quis ir a Lovaina. Um dos meus grandes amigos, Jorge de Oliveira e Sousa [n. 1945, futuro politólogo, alto funcionário da União Europeia e docente do Colégio Europeu], que estava na mesma universidade também a tirar um doutoramento, disse-me: “Telefonaram-me a dizer que o Soares vinha cá e queria ver as pessoas que estão aqui ligadas à política.” E eu: “Não estou interessado, não

tenho nenhuma obrigação de o aturar, nem pensar.” E portanto eu não quis falar com ele, mas o meu amigo falou. No dia seguinte disse-me: “Foste um tonto, porque não é nada daquilo que nós pensamos. O homem é muito mais interessante. Acho que devias conhecê-lo. Eu falei-lhe de ti.” Insistiu: “Devias ir a Paris vê-lo.” Resultado: ele organizou a minha ida a Paris e fui a casa do Soares. Era pequena, passava o metro [de superfície] em frente, havia aquela barulheira toda. Fiquei lá o dia inteiro. Cheguei eram 11h00 ou meio-dia, o Soares devia ter-se acabado de levantar e ficámos a conversar até às 17h00. Eu era de uma ingenuidade absoluta e ele tinha uma grande experiência de vida. Sentou-se e foi ouvindo tudo. “Então diga-me lá o que é que você pensa disto”, dizia-me. Eu respondia-lhe uma coisa louca qualquer, e ele: “Interessante, essa ideia.” Quando saí, achei que o tinha transformado num revolucionário. Ele dizia a tudo que sim. Era uma coisa de conciliação, de captação. E, portanto, nesse dia entrei para a ASP. Na ocasião, eu estava já menos radicalizado.⁵

Soares aproximar-se-á também de Palma Inácio, por cuja costela de aventureiro romântico nutria genuína admiração:

O Palma aparecia-me numa moto: “Meta-se aí atrás e vamos dar um passeio.” E depois: “O próximo golpe é bombardear a casa do Marcello Caetano.” Na Força Aérea, nunca passou de cabo, mas era como um aristocrata com a sua presença, apesar de humilde. Falava bem línguas, sobretudo inglês. Tinha uma habilidade extraordinária com as mãos. O Jorge Campinos entrou comigo na Grã-Bretanha com um passaporte inteiramente falso feito pelo Palma. Os ingleses estiveram meia hora a ver o passaporte e finalmente deixaram passar. Num dia, estava eu a dormir tranquilamente e tocam pelas três da madrugada. Era o Adolfo Ayala [1912-1994, ex-militante do PCP, ex-colaborador de Humberto Delgado, exilado em França]: o Palma e amigos tinham sido presos na Alemanha [Occidental]. Foram buscar um carregamento de armas à Checoslováquia e o carro dele derrapou contra uma árvore. Quando chegou a polícia, as armas estavam todas espalhadas. Pensei: “Mesmo um alemão

da qualidade do Willy Brandt [então chanceler] é quadrado. Vou pedir-lhe a libertação? Como é que posso fazer isso? Digo-lhe que as armas não são para ficarem na Alemanha.” Lá consegui.⁶

O líder da ASP mantinha através de Palma Inácio a ligação à LUAR, mesmo – segundo Fernandes Fafe – depois de saber, em conversa com Abílio Pires a caminho do degredo em São Tomé, que a organização podia estar infiltrada pela PIDE: «O inspetor na viagem para São Tomé disse-lhe: “A luta armada? Ó senhor doutor: houve uma reunião da LUAR há três ou quatro dias em Paris e nós fomos lá dentro.” E o Soares: “Pois muito me conta. Então, e não jantamos?” Taticamente esta atitude é magnífica.»⁷

Foi também a oportunidade para Maria Barroso conhecer o homem do assalto ao banco da Figueira da Foz, numa das frequentes idas dela a Paris, sempre que tinha possibilidade: «O meu marido disse-me: “Olha, vou ter com o Palma. Queres conhecê-lo?” “Quero, com certeza.” E, ao contrário do que julguei, sai-me um homem elegantíssimo, vestido com um casaco e umas calças do meu marido.»⁸

A mulher de Soares dedicava-se a «fazer a *navette* entre Paris e Lisboa»: «Eu ia lá, fazia a comida quando lá estava. Levava daqui coisas portuguesas, bacalhau, feijão frade – de que o meu marido gostava muito –, produtos que depois passou a ser possível comprar em Paris num mercado de rua perto de casa. O Mário aproveitava para convidar algum amigo: “Tu vais fazer bacalhau? Achas que posso convidar o Ayala?” “Podes, com certeza.” Eu gostava muito do Ayala, que era porteiro numa instituição em Paris. Aparecia sempre com uma garrafinha de vinho. Eu fazia uns almoços de pratos portugueses e eles ficavam muito satisfeitos.»⁹

Com tal ritmo de vida, Maria Barroso terá achado mais racional a aquisição de residência na capital francesa, mas o marido discordou: «A minha mulher queria comprar casa em Paris. Eu não, por questão de convicção ideológica.»¹⁰ Poderia ser, da parte dela, uma tentativa de estar fisicamente mais próxima de Soares, com a consciência de que a sua faceta de sedutor, quarentão

celibatário numa cidade tão propensa ao hedonismo, poderia levar à destruição do casamento: «O meu marido fez a vida que quis quando estava em França. O Chico Zenha disse-me: “Você venda o colégio e vá para ao pé do seu marido.” Lá tinha as suas razões. Mas a verdade é que eu tinha em Lisboa interesses muito grandes, pela política, pela cultura, etc.»¹¹

Atenta a todos os indícios de prevaricação do cônjuge no plano afetivo, Maria Barroso descarregou uma vez as suas fúrias sobre Coimbra Martins, quando descobriu, no interior de um livro vindo de Paris, uma carta esquecida por Soares, que, quando estava na Abadia de Royaumont, a havia recebido do amigo. Ela interpretou na carta a intermediação de Coimbra Martins num caso amoroso envolvendo o marido. Mas, nessa história específica, o autor da missiva alegará equívoco:

Eu falava de uma pessoa sobre a qual vieram a recair suspeitas, ciúmes, mas aí havia uma confusão da Maria de Jesus: eu não dizia o que me atribuía. Ela deu-lhe proporções perfeitamente coléricas, mas nesse caso eu estava completamente inocente. Não fui agente de tal relação ou de tal devaneio. A Maria de Jesus enganou-se. Compreendo que ela tenha suspetado, construído, não um romance, mas uma aventura de que eu tivesse sido o proporcionador, só que não fui nesse caso proporcionador de nada. Não que não tenha devaneado com Mário Soares e me tenha divertido com ele, mas não foi o caso concreto que exaltou a Maria de Jesus e lhe deu uma mágoa que compreendo, porque ela era extraordinária na sua dedicação pelo Mário – e todos nós beneficiávamos disso. Aquilo foi fruto de um mal-entendido. Contudo, mesmo que eu ainda hoje lhe diga isto, ela não acreditará.¹²

Para o companheiro das aventuras galantes de Soares, nada de extraordinário havia no quotidiano de ambos na capital francesa: «Esse aspeto da vida do Mário Soares é comum a todos os homens: nós temos olhos, inclinações. Ainda me lembro de todos os nomes e situações.»¹³

Numa ou noutra carta ao marido, Maria Barroso ainda foi aflo-
rando a ideia de ir viver para Paris: «Não tem jeito eu estar para
aqui numa luta inglória e com dificuldades sempre crescentes e tu
só, por aí. Porquê não aproveitar estes anos que já não serão mui-
tos para vivermos ao lado um do outro?»¹⁴ Ou: «Penso que o meu
lugar é aí, ao pé de ti, porque caminhamos a passos largos para a
velhice. Os filhos estão grandes. (...) Precisam, talvez, de começar
a fazer um esforço por si próprios e a saber o que custa a vida, que
lhes tem sido fácil por um lado, embora perturbante por outro.»¹⁵

Também a venda do Colégio Moderno chegou a ser encarada
com muita seriedade (ao mesmo tempo que se faziam as partilhas
entre Soares e o seu irmão Tertuliano), e houve até «sondagens
discretas» a possíveis interessados, conforme diretivas escritas que
Maria Barroso levou de um encontro com o marido em Paris no
fim de 1970¹⁶, sendo o valor inicialmente pedido de 10 mil con-
tos.¹⁷ «É de facto altura de passarmos isto», concluía ela numa carta
que lhe enviaria em maio.¹⁸ Mas ao fim de um mês comunicava-
-lhe: «Todas as hipóteses de venda falharam.»¹⁹

Sob gerência de Maria Barroso – para todos os efeitos respon-
sável principal do estabelecimento após o desaparecimento do
sogro, apesar de continuar legalmente impedida de assumir a di-
reção –, o Colégio Moderno mantinha-se em precário equilíbrio
financeiro, como o demonstravam o aumento dos encargos e a
diminuição do número de alunos.

No entanto, não só a escola permaneceria nas mãos da família
como Maria Barroso ficaria em Lisboa, por razões que uma vez
sintetizou ao marido: «Gosto muito de ti, crê, e por vezes apete-
cia-me ir ter contigo e deixar tudo para trás. Mas vejo que é im-
possível, que tenho de me manter aqui e encarar corajosamente,
tentando resolvê-los, todos os problemas que se me deparam.»²⁰
Não existe, de qualquer modo, um indício de que Soares fosse
recetivo à mudança da mulher para Paris, projeto que parece nun-
ca ter estimulado nas cartas que lhe remeteu. Pelo contrário, tendo
em conta o que ela lhe escreveu já em maio de 1973: «Sinto que te

habitua-te a viver sem mim e que sentes, no fundo (e eu conheço-te muito mais profundamente do que tu imaginas) que é a solução que te agrada mais: vês-me de vez em quando, e o resto da família nas férias, e retomas a tua liberdade.»²¹

A Maria Barroso restava assim exprimir por via postal a frustração por sentir degradar-se a relação do casal: «O que é a minha vida? O que é a nossa vida, querido? Tanta dificuldade, tanto sacrifício, tanta angústia sempre! Estaremos condenados a viver mutilados, repartidos, nós que fomos sempre uma pequena família unida? E tudo isto num país podre, nebuloso, onde a confusão, a inversão de valores é que reinam? [...] Perdoa-me! Gosto muito de ti! Preciso de ti! Estou sempre contigo, mas preciso, por vezes, de sentir que estás comigo também.»²² O seu sentimento tingia-se com a nostalgia dos anteriores momentos de paixão:

Se soubesses as saudades que tenho do homem ardente e meigo que foste (...). Quando penso nas noites apaixonadas (...) que passámos juntos (...) e vejo e penso no que me dás hoje quando estás muito tempo separado de mim, fico abismada e profundamente triste. Como foi possível chegar a isto? A esta indiferença, a esta frieza, a este desinteresse que é recíproco? Lembras-te quando vieste de Cuba as noites que passámos em Roma? E quando eu ia para Inglaterra sozinha e pediste para passar em Paris, as noites que passámos juntos? Quando vinhas de qualquer lado, depois de uma ausência, por curta que fosse, a impaciência e o desejo de estares a sós comigo imediatamente eram extraordinários. E lembras-te agora quando cheguei a Roma, depois de dois meses de separação e de eu ter sofrido tanto com a perda dos meus pais, a indiferença com que me recebeste? Passámos o dia todo sem que te interessasse estares a sós comigo – e a frieza com que nos encontrámos à noite, no hotel? Meu querido Mário, partiu-se qualquer coisa dentro de nós de tão importante que eu me pergunto como é que foi possível. [...] Fiquei fria, como um lago gelado, [...] porque tu me contagiaste com o teu frio, porque cavaste uma distância incrível entre nós. Porquê? Porquê, meu querido amor? Tenho chorado tanto sozinha, tenho-me interrogado tanto e tão

aflitivamente que quase endoideço. Por que é que chegámos a esta situação? Eu que fui um vulcão de desejo, que bastava pensar em ti para me sentir perturbada, hoje estou quase numa pedra, fria e indiferente.»²³

Ou ainda, apenas um dia depois: «Manda-me uma cartinha meiga por qualquer via amiga. Não te desculpes com o facto de saberes que as cartas são lidas pelos pides, visto que, quando estavas preso, sabias bem como elas eram devassadas e me dizias as coisas mais doces, sem te importares com eles. Até me fizeste um poema, lembra-te? Onde isso já vai, querido...»²⁴

Barafustava ainda pela falta de correspondência do marido: «Então e tu? Nem uma linha recebo! Não tens tempo? Ou é que já estou trocada?»²⁵ Embora Soares também a recriminasse por não cumprir a regularidade da missiva diária a que se comprometera, levando-a a penalizar-se: «Tens razão! É incrível que eu não tenha escrito com mais assiduidade! Perdoa-me e não leves a mal. A vida corre aqui a uma velocidade tal que julgo não ter tempo para fazer tudo o que é necessário.»²⁶

Todo este estado de espírito continuava ainda a inverter-se sempre que Soares, atento a tais sinais de perigo, respondia com uma carta mais afetiva, a qual voltava a instilar o entusiasmo sentimental na mulher, atirando para trás as costas tudo o que antes fora dito. O casal manteve por isso uma rotina de exílio composta de altos e baixos, um *modus vivendi* que passava por encontros regulares de toda a família nos intervalos escolares: «No Natal, na Páscoa e verão íamos sempre a Paris ou a outro sítio qualquer: recordo-me de umas férias em Marbella, outras na Jugoslávia, que era mais barato. Havia muita gente que ia e vinha e dava notícias.»²⁷

A filha evocará a necessidade de, em Portugal, a família continuar à procura de fontes alternativas de rendimento:

O Colégio Moderno estava em situação difícil, tinha acabado com o internato, eu e o meu irmão estávamos ambos na faculdade, a minha mãe estava sozinha à frente do colégio. Decidimos que se calhar era bom alugar a casa de Nafarros, pois,

era mais um dinheiro para fazer face às coisas. A minha mãe achou que devia ser eu a tratar disso, porque com ela já tinha havido várias tentativas, depois havia a pressão da PIDE sobre as pessoas e estas não alugavam. Tratei disso com a mulher do [José Fernandes] Fafe [Virgínia] numa agência do Estoril, de uma amiga deles, e quem alugou foi um inglês, médico na [instalação da] NATO [em Oeiras], e a mulher, ainda jovens. Eu estava com todo o cuidado a alugar, para que eles não percebessem de quem era a casa. Foi logo a seguir a ter saído *Le Portugal baillonné*. E a mulher do médico disse-me “Eu queria pedir um livro do seu pai. Você não mo arranja?” Eles estavam fartos de saber.²⁸

Cabe recordar que obter em Portugal exemplares do livro de Soares, mesmo que a polícia política fosse às livrarias apreender a obra, não era problema, pelo que contará Mário Mesquita: «Após a publicação de *Le Portugal baillonné*, encontrei-me com Soares em Madrid, para onde fui de comboio com Maria Barroso. No Renault dele, conduzido pela filha, trouxe-se então umas dezenas, talvez uma centena, de exemplares para distribuir cá.»²⁹

A suposta imaturidade de João e Isabel era outra questão a afligir Maria Barroso, como então escreveu ao marido: «Os nossos filhos têm tido uma vida perfeitamente perturbada. Todo o estilo da nossa vida, viagens tuas constantes, gastos de dinheiro sem olhar a nada – tudo isso lhes deu uma visão errada da vida e lhes tirou todo o sentido das responsabilidades. Mesmo agora eles pensam que tudo corre bem e que eu dramatizo tudo – porque lhes faço ver que o colégio está num momento difícil e que não há dinheiro para gastos supérfluos.»³⁰

Mas as suas inquietações tinham acima de tudo que ver com o filho, sobre quem ela enviava regulares alertas a Soares: «[O João] continua [...] bastante perturbado. Tu fazes-lhe muita falta. Uma das coisas que eu noto é uma revolta (que ele não confessa mas que eu adivinho em tudo o que diz e faz) pelo facto de estares afastado de nós.»³¹ O processo ia em crescendo: «Quanto ao teu filho, não sei o que fazer. (...) Acarinho-o, peço-lhe que me ajude, que traba-

lhe em qualquer coisa, mas nada consigo. [...] Entende-te tu com ele.»³² Ou ainda:

O teu filho tem-me feito sentir profundamente infeliz [...]. Digo-te mesmo, Mário, que eu não aguento outro ano assim: não tenho resistência para tanto. (...) Que fiz para merecer tudo isto? Fiz de pai, fiz de mãe, fiz tudo para serem pessoas honestas, sérias, generosas. [...] Também penso que haverá um complexo de Édipo, que existe em todos os rapazes e cuja libertação é para ele mais difícil (...). Por outro lado a tua situação, sempre afastado, quando lhe fazes tanta falta para o ajudar exatamente a vencer todas estas coisas. Quando ele me atirava à cara, o ano passado, o dinheiro que tinhas gasto com esta viagem e mo dizia, diante da criada, era um sintoma de revolta por te teres afastado quando a tua presença era necessária: (...) precisava de uma mão segura, interessada, carinhosa que o tivesse amparado e ajudado. Mas precisava da tua mão porque tu eras o pai, o homem, e a minha era a mão da mulher que sempre se lhe estendeu (...). Fizeste-lhe sempre muita falta; não pudeste debruçar-te sobre ele dada a agitação da tua vida política e do teu irrequietismo. Vê se remedeias agora um pouco tudo isso. (...) Na idade em que ele está não posso fazer de pai, acredita.³³

Na mesma carta, Maria Barroso transmitia indicações ao marido para o caso de receber o filho em Paris:

E se ele for aí a casa mostra-lhe que és capaz de fazer tarefas aborrecidas, porque ele não acredita quando lhe digo. “O pai lavar a loiça? O pai fazer comida? Julga que eu não sei que o pai não está para maçadas? (...)”, etc., etc. Ele precisa de apagar essas ideias da cabeça, percebes? É preciso que lhe mostres que és capaz de te sacrificar e fazer coisas que ele (...) não pensa que sejas capaz de fazer. Mete-o aí uns dias e mostra-lhe que não vais sempre ao restaurante, que precisas de economizar, que o que digo aqui não são fantasias de pessoa mesquinha, que se chora. (...) Se, entretanto, ele não for antes das férias, ao passarmos os quatro [...] um mês num apartamento e tivermos de fazer a comida, seria bom mostrares-lhe que és capaz de participar e ajudar; que não tomas sempre a atitude de teres

quem te faça as coisas e não queres saber disso. Deves fazer-lhe ver que eu devo ser ajudada porque tive um ano de trabalho, trabalhei como um homem e como tal devo ser aliviada nas férias, participando todos nas tarefas a fazer. “Eu faço o que o pai fizer” – diz ele sempre. Pois bem, mostra-lhe que és capaz de ajudar, mesmo nas coisas mais aborrecidas, os que te rodeiam. Acredita que digo isto para tentar ainda remediar alguma coisa do que está mal em relação ao teu filho.³⁴

A ex-atriz refletia a ideia, reiterada em sucessivas missivas, de que Soares teria enormes dificuldades em gerir o seu apartamento: «Vejo-te aí só, às voltas com a casa, tu que foste sempre um menino a quem a vida satisfaz todos os caprichos... e eu aqui, numa luta constante com as dificuldades que me surgem a todo o instante e a falta de perspectivas.»³⁵ Ou, menos de duas semanas depois: «Fiz-me pena saber que tens tudo ao abandono e que nem sequer mudaste a roupa de cama. Nessas pequenas coisas é que tu vês a falta que te faço – tarefas maçadoras a que sempre foste poupado e que agora é duro conseguir realizá-las. Se eu pudesse ajudar-te!...»³⁶ Ou ainda, dois dias mais tarde: «Eu faço ideia, pelo que me dizes na tua carta, do que será a limpeza dessa casa: devias obrigar-te a um mínimo de regras de higiene – é uma questão de método. [...] Meu pobre Mário! Habitado à boa vida burguesa e preconceituosa da nossa terra, em que tudo o que é chato e desagradável cai para cima da mulher; eu faço ideia do que sofres com essa trapalhada.»³⁷

A verdade é que, com todos os problemas que o exílio lhe possa ter acarretado no plano pessoal e familiar, Soares nunca viu essa experiência como um fardo mas sim como uma bênção, tendo em vista a sua carreira: «Seguir a política francesa, diariamente, e encontrar líderes socialistas europeus, de grande dimensão, [...] constituiu uma aprendizagem política de exceção. E viver num centro cultural, artístico e científico de primeira importância – como Paris –, conhecer pessoas em todos os meios e nas universidades, de várias nacionalidades e procedências, não foi menos valioso para a minha formação. Disse uma vez – e agora repito:

“Por muitos anos que viva, nunca poderei agradecer suficientemente a Marcello Caetano ter-me expulsado de Portugal”.³⁸

O sucessor de Salazar confirmaria, aliás, em 1972, no círculo restrito do aparelho do regime, que manter o opositor socialista à distância continuava a ser a melhor opção. Estando marcada para esse ano a eleição do Presidente da República (que depois da ameaça delgadista de 1958 Salazar determinou, através de uma alteração constitucional, que passasse a ser efetuada através de um colégio eleitoral), houve quem advogasse junto de Caetano o regresso ao sufrágio direto e universal, «no pressuposto de que ele mesmo se candidataria à Presidência, para assim conseguir livrar-se da tutela asfixiante do almirante Américo Tomás e ganhar legitimidade popular para governar.»³⁹ O ditador terá porém respondido ao advogado e professor de Direito André Gonçalves Pereira [1936-2019], um dos adeptos dessa mudança: «Se fôssemos para uma eleição inteiramente livre, provavelmente o Mário Soares seria eleito Presidente da República.»⁴⁰ Tomás conservou-se em Belém, assinalando o fim das aspirações reformistas de Caetano.

Mantendo-se no exílio, Soares pôde ir assim consolidando laços com os dirigentes sociais-democratas estrangeiros ou ainda de outras correntes à esquerda: «Nesses anos em Paris estabeleci uma rede imensa de contactos. Dei-me com muitos dos dirigentes espanhóis no exílio, como o [escritor Jorge] Semprún [1923-2011, futuro ministro espanhol da Cultura] ou o [Santiago] Carrillo [1915-2012, secretário-geral do Partido Comunista Espanhol, um «eurocomunista», mais aberto e autónomo face a Moscovo do que o seu congénere português], com os gregos também no exílio, como o [Andreas] Papandreou [1919-1996, futuro primeiro-ministro], como muitos socialistas franceses...»⁴¹

O chefe da ASP valorizaria este convívio, que considerou também uma fase de iniciação: «A partir de Paris, passei a ir aos congressos dos partidos socialistas ou sociais-democratas: a Inglaterra, à Suécia, à Alemanha, à Itália, à Áustria. Entretanto, aprendia e fiquei a saber como era. Foi uma experiência única.»⁴² Desses encontros, o que mais destacará será o congresso de refundação do

Partido Socialista Francês, em Épinay, em junho de 1971, onde François Mitterrand se sagrou como líder, e a que Soares assistiu «como convidado, na primeira fila»⁴³: «Esse congresso, onde estive do princípio ao fim e assisti a tudo, foi, para mim, uma lição política de extraordinária importância. Vi, pela primeira vez, uma máquina socialista a trabalhar, com todo o jogo de interesses e intrigas, e uma personalidade política que não era socialista, antigo candidato derrotado à Presidência da República, tomar conta de um partido que não era o dele. Foi uma proeza de inteligência política excepcional! Conheci, pouco depois, Mitterrand. Tornámo-nos amigos e mantive uma enorme admiração por ele.»⁴⁴

O líder socialista português colocará, aliás, Mitterrand – juntamente com Willy Brandt – entre os dirigentes da sua área política que à época mais o terão impressionado.⁴⁵ Estariam então os dois juntos num comício realizado em Paris contra a guerra colonial portuguesa, do qual Rodolfo Crespo, também presente, reteve a imagem de um Soares – sempre dado a improvisos ao falar em línguas estrangeiras – a discursar numa mestiçagem sintática e vocabular de francês e português: «Foi o primeiro comício em que estivemos os dois, em 1972, que era organizado por socialistas e onde participou o Mitterrand. O teatro estava cheio. Eu escrevi o meu discurso, mas depois o Mário Soares improvisou num francês macarrónico. E eu disse-lhe: “Ó Mário, da próxima vez você dita-me e eu escrevo-lhe o discurso.” E ele: “Não, não, eles gostam é disto assim”.»⁴⁶

Nunca recusando entrar num avião, Soares ter-se-á sentido certamente lisonjeado ao ser apontado por Willy Brandt para fazer a ponte com os sociais-democratas latino-americanos:

Os alemães perceberam que eu podia ser mais conveniente do que eles para falar com os sul-americanos. Mandaram-me para a América Latina, para falar com possíveis futuros dirigentes socialistas, como, no Brasil, Fernando Henrique Cardoso [n. 1931, futuro presidente, então a lecionar em Paris, onde se tornaria próximo do socialista português], ou, na Venezuela, Carlos Andrés Pérez [1922-2010, futuro presidente] e o seu

antecessor, Rómulo Betancourt [1908-1981, ex-presidente]. Estive no Brasil sem problemas, apesar da ditadura. Eu mantinha o passaporte português. Fui aí ao consulado da Bolívia [então sob ditadura] pedir um visto, e o cônsul diz-me: “Mas o senhor não é um político português chamado Mário Soares?”. “Não, sou advogado.” “Sim, você é advogado, está escrito no seu passaporte. Mas se entra no meu país e é o Mário Soares político que temos na lista vai passar um mau quarto de hora.” E eu disse-lhe: “Dê cá o passaporte. Um país desses não merece que eu lá vá.” E não fui. Fui ao Chile [em fevereiro de 1973], onde conheci também Salvador Allende [derrubado seis meses depois por um sangrento golpe de Estado, que redundou na sua morte, presumivelmente por suicídio].⁴⁷

O viajante gostava de surpreender os amigos com notícias enviadas das paragens mais remotas, como sucedeu a Mário Ruivo: «Recebo um postal de Mário Soares enviado das ilhas Galápagos: “Desta vez não és tu o biólogo, sou eu.” Ele tinha ido em missão da IS ao Equador e pedira para ir visitar as ilhas. Não tinha de lá ir, mas isso mostrava uma das suas características: a curiosidade permanente.»⁴⁸

O seu relevo como dirigente oposicionista não escapou ao olhar atento das autoridades de Moscovo, que em 1972 o convidaram, através da União das Associações de Amizade e Laços Culturais com os Países Estrangeiros e por intermédio de Barradas de Carvalho, para uma visita à União Soviética:

Fizeram convites [em ocasiões separadas] a todos os dirigentes sociais-democratas europeus. Eu ia sozinho no avião, e verifico que iam também três portugueses: o [Augusto] Abelaira, meu amigo, e dois PC fanáticos, o Alexandre Babo [1916-2007, jornalista e escritor] e o Óscar Lopes [1917-2013, linguista e crítico literário]. Em Moscovo tinha uma senhora à minha espera, de idade avançada, que me diz: “Você vem comigo e não com aqueles senhores.” “Porquê? Somos todos amigos.” “Esses vêm em missão cultural.” O hotel era uma coisa imensa no centro de Moscovo [pelas descrições, o Leninegradskaya, construído nos anos 1950 ao estilo da arquitetura estalinista neoclássica],

o ascensor funcionava aos solavancos, as torneiras às bochechas. “Temos de ir jantar”, disse-me ela. “Não vale a pena, já jantei no avião.” “Temos, é obrigatório.” Fomos para o restaurante. Ela escolheu a ementa para mim e para ela. Só bebi um copo de zurrapa que parecia vinho, mas ela comeu brutalmente, e no fim puxou de um *tupperware* e guardou o resto da comida.⁴⁹

De súbito, era uma outra realidade que lhe entrava pelos olhos dentro: «Compreendi que tinha diante de mim uma pessoa esfoameada; o que ela queria, realmente, era comer!»⁵⁰

A mulher despediu-se, combinando o regresso às 9 da manhã seguinte, para dar início ao programa. Soares decidiu então começar a visita ainda nessa noite, pelo seu pé: «Saio e vejo que estou numa praça, onde começo a dar a volta sem perder a referência do hotel. Há grande movimento. Eu estava na Praça das Três Estações [ferroviárias]: para a Crimeia, Vladivostok e Leninegrado [atual São Petersburgo]. Entro no grande *hall* de uma estação e sinto-me num filme do [cineasta italiano Federico] Fellini [1920-1993], com a galeria de estranhas figuras»⁵¹ – «miseráveis a dormir pelos cantos, bêbados encostados às paredes, velhos arrastando-se pelo chão, um espetáculo dantesco... [...] E, de repente, com o meu fatinho de flanela cinzenta, muito bem cortado, caio ali, toda a gente a olhar para mim. Fugi, horrorizado...»⁵² Não sem antes observar o WC: «Entro numa sala de *toilette* e está tudo aberto; faziam tudo à vista de toda a gente.»⁵³ (Num depoimento prestado apenas quatro anos após a visita, o oposicionista português traçaria um retrato menos severo do que vira na capital soviética: «Dessa viagem guardei uma recordação agradável [...]: cidadãos aparentemente satisfeitos, compenetrados e bem vestidos. Estritos. Julgar-nos-íamos [...] nas avenidas tranquilas de um bairro burguês: aceitável, correto, mas uniforme, colhendo-se porventura uma impressão geral de apatia.»⁵⁴)

A sua guia surgiu de manhã à hora prevista, acompanhada do diretor da associação que convidara Soares:

Era um tipo de *blazer* azul, elegantíssimo, num estilo ocidental, com uma pérola na gravata, anéis, as unhas polidas. Dá-me, num francês perfeito, “as boas-vindas à pátria do socialismo, onde há igualdade para todos”. Penso: “Mas que grande vigarista”. Eu tinha visto o contrário. Pedi que me pusessem no mesmo hotel dos outros portugueses. “Não está previsto.” Fui ao mausoléu do Lenine, onde reparei no mau gosto da conservação do cadáver. À tarde o diretor diz-me que conseguiu que eu fosse para o Hotel Moscow, de grande luxo, perto do Kremlin, onde estavam os outros portugueses. Havia lá uma quantidade de mulheres bonitas, assombrosas. O Babo e o Abelaira avisam-me de que existe um sistema de filmagem e gravação de som para fazerem chantagem. Lá resisti.⁵⁵

Após três dias de visita a Moscovo, Soares acabou por acompanhar os compatriotas na viagem pelo resto da URSS: «O Babo não veio, ficou em Moscovo, tinha medo de andar de avião. O Augusto Abelaira e eu criticávamos o que víamos – e não se podia fazer outra coisa! –, enquanto o Óscar Lopes interpretava tudo ao contrário, de modo a poder sempre louvar e elogiar!»⁵⁶ A memória de Abelaira coincidirá: «Estávamos os dois algo céticos quanto ao sistema. [Soares] ironizava sobre algumas das coisas que víamos – sobre o que lhe parecia ser a falta de liberdade ou a existência de uma censura.»⁵⁷

O programa foi amplo: «Visitámos Leninegrado, fomos à cidade de Estaline – Tibilisi –, na Geórgia, e a Samarcanda, no Uzbequistão. A nossa guia começou, pouco a pouco, a revelar-se, vindo a confessar que, à noite, copiava páginas inteiras do livro [presumivelmente *Arquipélago de Gulag*] do [escritor dissidente Alexander] Soljenitsine [1918-2008, Nobel da Literatura em 1970] para dar a outras pessoas. Ao princípio, o Abelaira e eu desconfiámos: “E se fosse um ardil?” Não era.»⁵⁸ Era, sim, mais uma pessoa a deixar-se encantar pelo charme soarista: «A senhora a partir de certa altura torna-se minha amiga. Era judia, e já com confiança ela diz-me que copia o Soljenitsine para o difundir a quem não o pode ler. Foi a primeira vez que ouvi falar dele.»⁵⁹ Soares daria ainda conta

da aflição de Óscar Lopes com a descoberta da nova dissidente: o crítico literário «viajava com três descrentes do sistema!»⁶⁰

De resto, o dirigente socialista não encontrou na URSS nem Cunhal nem qualquer outro membro do PCP. Mas Portugal parecia continuar presente nas suas preocupações, contagiando Abelaira com uma onda de otimismo: «Continuava a garantir que o governo em Portugal ia cair, mais dia, menos dia. Conversar com ele era alimentar as nossas esperanças.»⁶¹

Na frente interna, atento a tudo o que podia representar um desvio à ortodoxia da ditadura, Soares procurou estabelecer uma ponte com o governador da Guiné-Bissau, general António de Spínola (1910-1996), acerca de quem corriam rumores de que preconizaria uma saída negociada para a guerra de guerrilha, não só nessa colónia como em Angola e Moçambique. Segundo João Soares, os contactos eram feitos através de dois milicianos então membros do gabinete militar de Spínola: um sobrinho do dirigente socialista, José Manuel Barroso (n. 1943, futuro jornalista), e João Diogo Nunes Barata, o antigo aluno do Colégio Moderno.

A aproximação começou pela oferta ao general, por intermédio do sobrinho, de *Le Portugal baillonné*: «O meu pai mandou o livro com uma dedicatória a Spínola, que agradeceu.»⁶² Seguiu-se a sugestão para uma conversa, enviada igualmente por intermédio de José Manuel Barroso: «Fui também portador da mensagem do Soares ao general perguntando se ele estaria disponível para se encontrar com ele no Senegal, devendo esse encontro, naturalmente, ser mediado pelo [presidente senegalês Léopold] Senghor [1906-2001, ligado à IS].»⁶³ Coimbra Martins recordará que o projeto foi discutido no seio da ASP e que Soares deveria ir acompanhado do líder da LUAR: «O Palma Inácio seria o guarda-costas do Mário Soares. O encontro seria algures no Senegal ou na fronteira do Senegal com a Guiné.»⁶⁴ Mas, numa reflexão porventura ingénua, Soares poderá ter previsto para o seu aliado e amigo um protagonismo muito mais ambicioso: «O meu pai tinha a ilusão de que o Spínola aceitaria que o Palma lá fosse e tomasse conta da Guiné.»⁶⁵

«O general não disse nem que sim, nem que não», relatará José Manuel Barroso.⁶⁶ De qualquer modo, ocorreria entretanto, em janeiro de 1973, o assassinio do líder nacionalista guineense Amílcar Cabral [n. 1924] impedindo a prossecução dos contactos: «Aí, toda essa construção, que era ainda muito eventual, caiu por terra», segundo o sobrinho de Soares.⁶⁷ Com a suspeita de que as autoridades portuguesas pudessem estar envolvidas, também os socialistas portugueses abandonaram o objetivo: «O assassinio do Amílcar Cabral foi decisivo na votação na ASP, que passou a ser contrária ao encontro.»⁶⁸

Três meses depois, Soares sofrerá a desvantagem do exílio durante o III Congresso da Oposição Democrática, realizado nos primeiros dias de abril de 1973 de novo em Aveiro, tendo em vista as eleições para a Assembleia Nacional previstas para o outono. Enviaria de Paris uma mensagem ao conclave, que porém não foi lida, embora acabasse por figurar nas atas. Nunca saberá a razão, desconfiando porém de que teria sido «por pressão da esquerda não socialista».⁶⁹ Difundir-se-á contudo a versão de que o documento, mandado pelo correio, fora interceptado pela polícia política e não chegou ao destino.⁷⁰

Capítulo 15

O PS

No início de 1973, Soares amadurecera por fim no seu espírito a necessidade de transformar a ASP em partido, ideia que alega ter resultado «fundamentalmente de conversas com o Tito de Morais».¹ Os delegados da ASP foram convocados para debater o assunto num encontro a realizar na estância termal de Bad Münstereifel, perto de Bona (capital da Alemanha ocidental), entre os dias 17 e 19 de abril de 1973 (terça a quinta-feira de uma semana de Páscoa), com viagens e estadas a cargo do SPD, através da sua Fundação Friedrich Ebert – uma academia para formação de quadros políticos –, à qual pertenciam as instalações onde decorreria o evento: «Foram os alemães que pagaram tudo, sobretudo os bilhetes de avião, que eram o mais dispendioso.»²

Lançar um partido requeria massa crítica ao nível da estrutura e do número de membros, sob pena de imediata perda de credibilidade ou mesmo de pulverização por ação policial. Na oposição continuava a existir apenas um partido, o PCP, já com mais de meio século de existência, e seria difícil surgir num ápice uma nova organização capaz de se equiparar a tal aparelho, número de militantes dentro e fora do país e capacidade de sobrevivência às constantes investidas da PIDE/DGS.

Não sendo a ASP uma organização de massas, havia dentro do grupo, sobretudo entre os seus membros do interior, com Zenha à cabeça, quem duvidasse da oportunidade em avançar para a constituição de um partido. E isso – não qualquer questão política ou

ideológica – constituía o maior obstáculo: «O grande problema era que em Portugal havia resistências à fundação do partido por causa da legislação interna: as associações eram semipermitidas enquanto os partidos eram proibidos. A resistência era liderada em especial por Salgado Zenha, que não queria a transformação da ASP em partido. Com as pessoas que estavam lá fora era o contrário, porque estavam ligadas a partidos. E a ASP funcionava praticamente como partido.»³

A desconfiança provinha sobretudo da capital, onde a ASP era mais numerosa: «Lisboa tinha uma visão contra a fundação do partido porque as pessoas tinham medo. A passagem da ASP a partido era meramente formal, nominal, mas teria como única consequência mais repressão, o risco de as pessoas serem apanhadas e presas. O aparelho estava completamente aberto, éramos poucos e todos sabiam de todos.»⁴

Em Lisboa, a ASP funcionava de resto sob a cobertura da Cooperativa de Estudos e Documentação, uma fachada legal criada pelos socialistas em finais dos anos 60, na Avenida Duque de Ávila, onde se faziam reuniões, colóquios e conferências, e cuja atividade não escapava ao olho policial. Relatará Mário Mesquita – que, além de filiado na ASP, costumava cobrir para o *República*, onde era jornalista, as sessões públicas da cooperativa:

Foi aí que houve uma reunião do núcleo de Lisboa da ASP, na qual estavam presentes, que me recorde, entre outros, José Magalhães Godinho e José Ribeiro dos Santos. Em Lisboa ninguém apareceu a defender a imediata criação do PS. Seria uma coisa para ir pensando, preparando. O núcleo da capital entendia que não era oportuno na altura fundar o partido por várias razões, ditas e não ditas. As ditas eram que o partido não estava suficientemente organizado, era mais uma estrutura informal. Mas também se dizia: “Se isto começa a parecer-se com um partido, como todos nos conhecemos, havendo reuniões a nível nacional, caso um de nós fale na PIDE, pode dizer os nomes de Braga a Faro.” E achávamos que era pouco razoável tentar instituir um partido, com funcionários, na base

naquela estrutura da ASP. Muita gente cá dentro atribuía essa vontade de passar a partido ao exílio de Mário Soares e à vontade de ação que ele tinha, com a qual o que existia cá dentro não tinha correspondência suficiente. E havia a argumentação dos mais novos (não dita): achávamos que não tínhamos credibilidade, nomeadamente nos meios estudantis, etc., ao anunciar a criação do partido. Creio que isso até foi dito, pelo Arons e eu. Pensávamos que não seria levado a sério.⁵

Maria Barroso também participou no encontro: «Nós em Lisboa fazíamos as reuniões na cooperativa da Duque de Ávila, onde estavam Salgado Zenha, Mário Mesquita, Jaime Gama, Arons de Carvalho, Gustavo Soromenho e Raul Rêgo, entre outros, e ficou assente que devíamos adiar a transformação da ASP em Partido Socialista. Não era não fazer, mas, porque o ambiente estava muito agressivo, resolvemos que os que fossem [a Bad Münstereifel] deviam lutar contra a transformação imediata em PS.»⁶

Contudo, nos núcleos de Coimbra e Porto, os filiados eram favoráveis ao salto para o nível de partido. Relatará António Campos, que vivia em Oliveira do Hospital: «Eu é que organizei até os encontros contra os de Lisboa, que não queriam a passagem a partido. A Maria de Jesus [Barroso] não queria. O Zenha também era contra. Organizei uma reunião clandestina em minha casa, onde se decidiu de facto avançar para o partido. Depois houve outra, em Coimbra, em casa do [António] Arnaut.»⁷ Confirmará este: «A 1 de abril de 1973 fez-se uma reunião preparatória nacional na minha casa de Coimbra. Pensámos que, como era dia do meu aniversário de casamento, podíamos disfarçar se viesse a polícia. Arranjei uma garagem onde cabiam 30 pessoas.»⁸

Compareceram em Bad Münstereifel 27 filiados, 12 do interior e os restantes do exílio ou emigração. Entre eles, do exterior, além de Soares, Tito de Morais, Ramos da Costa, Jorge Campinos, Bernardino Gomes, Rui Mateus e José Neves; de Portugal, Fernando Vale, Gustavo Soromenho, Catanho de Menezes, António Arnaut, o finalista em Direito Nuno Godinho de Matos (n. 1949), Arons de Carvalho, Mário Mesquita e Maria Barroso (a única mulher pre-

sente). Havia contudo alguns notáveis ausentes, à cabeça de todos Salgado Zenha, mas ainda Raul Rêgo, José de Magalhães Godinho ou Vasco da Gama Fernandes.

António Campos também não pudera comparecer devido ao envolvimento de um dos seus filhos num grave acidente de viação, na altura em que estavam a ser distribuídos os bilhetes de avião aos delegados de Coimbra e do Porto, o que acabaria ainda por inviabilizar a ida de António Macedo e Mário Cal Brandão.⁹ Quanto a Jaime Gama, José Luís Nunes, Alfredo Barroso ou ainda António Reis (n. 1948, antes ligado ao PCP, futuro historiador, secretário de Estado da Cultura e grão-mestre do GOL), não podiam ausentar-se de Portugal por estarem a cumprir o serviço militar (embora acabassem também considerados fundadores). Rodolfo Crespo, por seu lado, teve de ficar em Paris por ser época de grande movimentação hoteleira devido à quadra.¹⁰ Também não foi possível garantir a presença de delegados do Brasil.¹¹

Outros foram propositadamente deixados de lado, como o grupo de exilados de Genebra – onde, além de Medeiros Ferreira, pontificavam o sociólogo António Barreto (n. 1942) ou o psiquiatra Eurico Figueiredo (n. 1938) –, como narrará o primeiro:

Mandei [a Soares] a minha tese para o [III] Congresso [da Oposição Democrática] de Aveiro, em que falava do papel das Forças Armadas no derrube da ditadura – e que depois, quer quisessem ou não, teriam de descolonizar, democratizar e desenvolver. E ele respondeu: “A sua tese é muito interessante, posso estar aqui e ali em desacordo, mas é uma tese que pode interessar é ao general Spínola.” E disse-me esta frase na casa dele, no *boulevard* Garibaldi: “Uma coisa são estas análises e propostas que você faz, que até podem ser pertinentes – para ele eram uma coisa relativamente secundária –, mas eu sou é um líder partidário. O que me interessa são as condições para chegar à democracia.” Depois foi a Genebra, teve uma negociação quanto a mim incompleta e interrompida (ele diz que não): nunca nos disse claramente que queria fundar o PS. A gente percebia que era coisa que podia tender para isso. Mas nunca disse: “Nós vamos fazer um congresso, vocês querem estar connosco?”»¹²

Soares apresentará uma versão um pouco diferente: «Convidei o José Medeiros Ferreira, porta-voz do grupo, para ingressar no PS, em 73. Na altura, recusou. Tinham um posicionamento muito mais radical, mas foram mantendo um diálogo comigo.»¹³

E terá havido até quem tivesse preferido não comparecer, como Henrique Neto: «O António Reis convidou-me a mim e ao Vareda para sermos fundadores do PS e recusámos, simplesmente porque não gostávamos de Mário Soares.»¹⁴

O encontro na Alemanha foi organizado com os devidos cuidados conspirativos: «Fomos de Portugal vários grupos separados, para a PIDE não ter consciência disso.»¹⁵ Mas se a polícia política estivesse atenta talvez conseguisse detetar algo de anormal: «Éramos sete do núcleo de Lisboa (a maior representação depois da dos exilados). Tivemos o cuidado de irmos todos por sítios diferentes em aviões da Lufthansa. Mas quando chegámos rimo-nos muito porque os alemães, menos preocupados com isso, compraram um bilhete de grupo ou coisa do género e baralharam tudo.»¹⁶ A prova, afinal, de que um futuro partido com base na ASP talvez não estivesse mesmo preparado para a clandestinidade: «Recomendámos aos nossos amigos alemães que os bilhetes para Bona fossem expedidos por diversas vias: Londres, Paris, Frankfurt, Amesterdão, etc., para evitar que a concentração dos bilhetes, para Bona, fosse notada pela PIDE. Assim fizeram. Mas concentraram todos os bilhetes numa empresa turística portuguesa, com relações na Alemanha. A um dos últimos a levantar o seu bilhete, o funcionário da empresa disse-lhe: “É interessante, há um grupo de portugueses que vão todos para Bona, mas em trânsito passam por diferentes aeroportos.” Piscou-lhe o olho e entregou-lhe o bilhete. Mas a PIDE não soube de nada! Eram assim os tempos...”¹⁷

Mário Mesquita explicará ter percebido só em Bad Münstereifel que aquele não seria um fórum de discussão sobre a transformação da ASP em partido, mas o próprio congresso de fundação do PS: «Chegámos lá e encontrámos uma coisa que não sabíamos que íamos encontrar: a reunião tinha sido preparada como destinada a fundar o PS, e a nossa posição era estranha, extemporânea.

Os de Coimbra e de outros sítios, assim como a representação do exílio, eram a favor. Em Lisboa não tínhamos a ideia de que íamos discutir a possível fundação do partido. O Zenha não tinha ido porque achava que não havia razão para lá ir. Ele e outros amigos em Lisboa diziam algo do género: “Isto são coisas do Mário”.¹⁸

Também Rui Mateus constataria a inesperada mudança de agenda: «A reunião na Alemanha, prevista para a Páscoa de 1973, não passava de um minicongresso da ASP ou, como Tito de Moira lhe chamaria, uma “assembleia de quadros”, cujo “número de participantes [estava] limitado a 20 por razões financeiras” [circular da ASP de 7 de março de 1973]. [...] Mas, algumas semanas antes, Mário Soares decidiria abordar a questão da transformação da ASP em partido.»¹⁹

A tónica foi dada por Soares logo na abertura do conclave: «Começou por um extenso relatório verbal sobre a situação política em Portugal, a situação interna da ASP e a situação internacional da ASP. Apontava que já estávamos de facto a funcionar como partido. Com os contactos dele, a IS aceitara a ASP como membro de pleno direito em 1972 – mais uma razão para se avançar para o partido.»²⁰

Consagrar-se-ia então, de facto, uma clivagem entre Lisboa e Soares (e os restantes) a esse respeito, como constatou Mesquita: «Os exilados teriam mais pressa devido à sua situação. E é preciso dizer que em Portugal não havia a percepção transmitida por Mário Soares de que o regime podia estar à beira do fim. Mesmo lá fora ele era dos que mais convictos estavam acerca disso. Sempre foi um otimista. Noutras circunstâncias procurava também ver sempre as coisas pelo lado positivo. Nós, a começar pelos companheiros da geração dele, achávamos sempre que aquilo era um excesso de optimismo. Havia uma grande diferença entre o estado de espírito dele, achando que o regime ia cair em breve, e o ponto de vista do núcleo de Lisboa, que vivia num grande desânimo.»²¹

A questão é que, na eventualidade do fim do regime a breve prazo, um PS teria mais autoridade política do que uma mera ASP para se afirmar no novo contexto daí resultante, qualquer que ele fosse. Contudo, também Arons de Carvalho relatará que a delega-

ção de Lisboa não via as coisas desse modo: «Mário Soares tinha muito mais essa percepção. Lembro-me, no congresso de fundação, dele a dizer que “o regime está no fim”. A maior parte da malta achava tudo ótimo, mas ninguém acreditava. Ele tinha a visão distanciada, global, e a nossa, que vivíamos no dia a dia, era que isto estava intocável, firme. Só que ele era de facto um otimista, tinha a forma de convencer as pessoas e mobilizá-las.»²²

Foi a única nota verdadeiramente dissonante no congresso, como o próprio Soares recordará:

O núcleo de Lisboa sabia que, se a ASP passasse a partido, aqueles que fossem apanhados pela PIDE como “membros” poderiam sofrer 2 a 8 anos de prisão maior. [...] O risco era mil vezes maior. Eu não corria perigo nenhum, uma vez que vivia fora do alcance da PIDE. Mas eu percebia que, como representante do partido, disporia de um instrumento para falar de igual para igual com os restantes delegados da IS e que teria outros apoios. É verdade: Coimbra, Porto e os núcleos do estrangeiro votaram a meu favor; Lisboa contra. Estive quase a perder: o meu grande antagonista foi o Mário Mesquita, tomou à letra as instruções que trazia de Lisboa, particularmente do Zenha... Até ao fim bateu-se para que o partido não se formasse. A minha própria mulher votou contra, segundo indicação que lhe fora dada de Lisboa. Não fiz pressão, votou como entendeu.²³

Maria Barroso recordará que a reação de Soares foi tudo menos fleumática: «O meu marido ficou furioso por eu ter votado contra, como quase todo o resto dos que íamos de Lisboa. Mas eles ganharam e muito bem, porque os outros votaram todos a favor. Nós não mudámos o sentido de voto.»²⁴ Arnaut também registará a reação do líder: «O voto era nominal. À minha esquerda, a Maria Jesus votou contra e o Mário Soares ficou abespinhado. Houve sete que votaram contra.»²⁵ José Neves entenderá que «Soares foi tão convincente que só sete pessoas votaram contra, incluindo Maria Barroso.»²⁶ Reconhecendo essa capacidade do líder, Mário Mesquita defenderá as suas razões:

Ele convenceu o Congresso. E houve uma pessoa que teve uma posição muito clara no sentido de dizer: “Viemos de Lisboa, temos um mandato, não podemos votar contra esse mandato. Podemos daqui a seis meses fazer outro congresso, ponderando as razões que o secretário-geral invoca, mas neste momento estamos vinculados a um mandato.” Era eu, com a minha vocação para ser um desmancha-prazeres. Os outros de Lisboa acompanharam-me, creio que com a exceção do Alberto Arons. A Maria Barroso votou comigo, e mais tarde eu seria acusado veladamente de, pela primeira vez, ter separado o casal. Mas ela apenas achava que os argumentos de Lisboa eram razoáveis e que a minha posição também. Calculo que, se eu não tivesse insistido, o PS teria sido fundado por unanimidade. Eu disse a Mário Soares que foi melhor que o partido tivesse sido votado e fundado por militantes que cumpriam os mandatos do que por unanimidade por militantes que traíam os seus mandatos. Ficou a declaração de voto de que era contra a oportunidade, não contra o partido.²⁷

Arons de Carvalho justificará por que razão, dos delegados da capital, foi ele o único a alterar o sentido de voto:

Fui uma das pessoas que acharam que havia uma margem de manobra para cada um de nós no congresso, e votei a favor. Fui convencido pelo Mário Soares. Eu entendi que o mandato de Lisboa não era inflexível. Mas o Soares foi de facto muito convincente nisso: para além de uma visão do que se passava no interior, ele tinha muitos contactos internacionais, havia uma série de experiências de evoluções de outros países (como a própria evolução espanhola a partir de finais dos anos 60) que ajudavam a que ele percebesse um pouco a fragilidade do regime. Tínhamos a noção de que ele ou era demasiado otimista ou estava muito bem informado. Era, de qualquer modo, altamente mobilizador e persuasivo.²⁸

Mesquita fará, por outro lado, questão de contrariar Soares quanto a ter sido mandatado por Zenha (que Alfredo Barroso julgou ter delegado o voto na sua tia²⁹): «Desde o congresso de 1973 que Mário Soares ficou a pensar que atuei por conta de Salgado

Zenha, o que não era verdade. Ouvi Zenha, que também pensava o mesmo, mas não atuei por conta dele.»³⁰

É claro que os vencedores não deixariam de puxar a brasa à sua sardinha: «No fim de contas, quem ganhou essa batalha foram os do Norte», considerará António Campos.³¹ E rematará Bernardino Gomes, olhando para o que viria a seguir: «A História veio demonstrar que eles [o núcleo de Lisboa] não tinham nenhuma razão.»³²

Recordará Mesquita (que com o congresso deixaria de fazer parte da estrutura diretiva da organização) que «a votação da fundação do PS foi no primeiro dia de trabalhos, e a seguir tratou-se de aprovar a declaração de princípios, o programa, os estatutos, etc.»³³ A ter sido desse modo, a criação do PS não ocorreu na data consagrada como oficial – 19 de abril de 1973, quando os fundadores assinaram a respetiva ata – mas sim um ou dois dias antes.

Para todos os efeitos, o resto do encontro decorreria quase sem história. A não ser, segundo o maçom António Arnaut, uma chamada da atenção de Soares: «Temos de pensar a nossa relação com a Maçonaria.»³⁴ Havia razões para isso, já que «mais de metade dos fundadores eram da ou estavam ligados à Maçonaria.»³⁵ Aliás, Fernando Vale, outro ilustre maçom, indigitado para presidir à jornada inicial do congresso, enganou-se ao abrir os trabalhos: «Em vez de dizer “camaradas” disse: “Meus irmãos... desculpem: camaradas”.»³⁶ E as seguintes sessões seriam todas presididas pela «irmão» Arnaut, que redigiu a ata do congresso, datilografou-a e foi o primeiro a assiná-la.³⁷

E também um outro tópico causaria alguma discussão: a ambiguidade perante a questão do uso da violência no combate ao regime. O episódio não viria a ser lembrado nas histórias oficiais do partido, mas Mário Mesquita não se esqueceu da discussão havida em Bad Münstereifel:

No dia seguinte à aprovação da passagem da ASP a partido, houve um debate acerca do ponto da declaração de princípios dizendo que o PS não preconizava a luta armada contra o regime mas compreendia que houvesse organizações que re-

corressem a essa luta armada devido à ausência de liberdades públicas, à polícia política, etc. Para Soares, isto tinha sobretudo que ver com a sua ligação privilegiada à LUAR e a amizade que tinha com Palma Inácio. E nisto há um dos membros da delegação de Lisboa, o [economista e jornalista] Eduardo Maia Cadete [1942-1999], que faz uma intervenção do arco da velha a defender esse ponto invocando como exemplo o caso dos Jogos Olímpicos de Munique em 1972 [massacre de 11 membros da representação israelita por um comando terrorista palestiano]. Apoiava o que dizia a declaração com esse argumento, como uma coisa que se justificava, embora o espírito da declaração remetesse para uma situação de ditadura. Aquilo, com representantes da Fundação Ebert ali, foi um ambiente complicado – num congresso pago pelo SPD, alguém a defender aquela que fora umas das primeiras ações de grande terrorismo internacional, para mais ocorrida na Alemanha. Mário Soares ficou embaraçado. Mas isso também caiu rapidamente, a questão foi afastada.³⁸

Do congresso saiu ainda a simbologia socialista do punho fechado, conforme recordará Arnaut: «Havia a mão de hoje, mas mais esquelética, e um punhal partido. Sugerir que fosse a mão esquerda, por ser do lado do coração.»³⁹ Sem surpresas, Soares seria eleito o secretário-geral, enquanto a presidência do partido ficou entregue ao veterano António Macedo.

Quanto ao programa do PS, a sua génese não foi fácil: «O programa tinha sido objeto de negociações prévias com alguns dissidentes do PC que acabaram por o radicalizar, curiosamente: Sotomayor Cardia [entretanto transitado do PCP para a ASP], António Reis e [Francisco] Marcelo Curto [1937-2001, futuro ministro do Trabalho], este da área sindical. Teria sido uma coisa negociada do Mário Soares com eles, mas saiu um programa que era bastante mais radical do que em relação ao pensamento médio dos militantes tradicionais da ASP. Para Soares, em relação ao programa, aquilo para ele tinha sobretudo uma função instrumental.»⁴⁰ O líder contudo queimara as pestanas com esse texto:

O programa do PS – tal como havia sido redigido o projeto vindo de Portugal – pareceu-me excessivamente radical e irrealista, tendo em conta o contexto político europeu da época. Por isso o tentei emendar quanto pude. No que toca aos capítulos económicos, foi quase uma batalha campal: passei três dias em Paris metido numa casa com o Sottomayor Cardia, o António Reis, o Marcelo Curto e o Ramos das Costa. Foram horas infintas de trabalho e discussão, com o objetivo de dar a esses capítulos uma versão mais moderada. Não foi fácil, de cada vez o queriam radicalizar mais: havia a pressão dos esquerdistas, de toda uma atmosfera que os envolvia e, simultaneamente, os atirava para esse radicalismo. Eu tentava ganhar um espaço de manobra, por saber que no plano eleitoral não era assim. E, quando imprimimos o programa do PS, em Itália [meses já após o congresso], redigi ainda uma introdução com uma linguagem e um conteúdo bem diferentes. Mas os meus amigos do “interior” não gostaram: ficaram furiosos, começaram até por não querer distribuir o programa, acharam que eu o havia subvertido!⁴¹

Soares deixava assim claro que havia o partido e havia a sua própria figura: por muita democraticidade interna que existisse, quem dava cartas no PS era ele.

O programa foi depois enviado para Portugal, onde não era difícil introduzir documentação à revelia das autoridades, conforme recordará António Campos: «Ramos da Costa era de Alfarelos, e recebíamos aqui a papelada toda através [do nó ferroviário] de Alfarelos, trazida de França. Ele entregava lá em Paris no Sud Expresso, onde tinha uma rede bem montada nos ferroviários. Era um tipo muito organizado. De todos os dirigentes, era o mais organizado, enquanto o anarquista maior era o Mário Soares.»⁴²

Um dos redatores do documento fora o major Ernesto Melo Antunes (1933-1999), que colaborara nos capítulos da defesa (esquartejado pelo secretário-geral, por achá-lo «bastante absurdo e radical»⁴³) e da diplomacia, e que Soares conhecia desde 1969, quando o convidou para fazer parte da lista da CEUD em Lisboa, o

que o oficial de carreira declinara por já ter sido vetada nesse ano pelas autoridades a sua candidatura pela oposição nos Açores.⁴⁴

Meses após a fundação do PS, Melo Antunes haveria de integrar-se num movimento clandestino de oficiais subalternos do quadro permanente (sobretudo capitães), que estavam a contestar diversos aspetos do regime, havendo começado nesse ano de 1973 por uma mera reivindicação de natureza corporativa. Os socialistas do interior puseram-se a par desta agitação, tendo tido até o cuidado de levar a Soares a ata de uma reunião que os militares descontentes realizaram em Évora no início de setembro. António Campos fez parte da missão de contacto: «Eu, o Arnaut e o António Macedo levámos clandestinamente a Mário Soares a ata com o resultado da reunião dos capitães em Évora. O encontro foi em Vigo. Ele estava com o Ramos da Costa e o Tito de Morais. Acharam que aquilo era uma ação nossa para os mobilizar, dar-lhes ânimo. O Tito de Morais chegou-se ao pé de mim e disse: “É pá, vocês inventaram um documento bestial.” Acho que foi a dona Branca, mulher do António Macedo, que tinha o cabelo comprido enrolado num totó, quem levou a ata dentro do totó [tendo tido a atenção de transportar na viatura também pastéis de bacalhau, de que, segundo Arnaut, «o Mário gostava muito»⁴⁵]. E trouxemos para Portugal o programa do PS.»⁴⁶ (Outros socialistas estiveram também na altura em Vigo com Soares, como Mário Mesquita e Marcelo Curto⁴⁷).

Arnaud explicará a técnica para introduzir os papéis em Portugal por essa via: «Os programas vinham na mala do meu carro embrulhados num pacote, e, para passarmos na fronteira, foram postos na roupa interior das nossas mulheres.»⁴⁸

Poucos meses antes, em meados de julho, Soares arriscara encabeçar um desfile de protesto contra a visita de Marcello Caetano a Londres, para celebrar os 600 anos da aliança luso-britânica:

Eu tinha fundado em Londres um pequeno núcleo do PS, mas muito ativo, que tinha as suas ligações com outros movimentos, anti-*apartheid*, etc. Consegui, multiplicando as reuniões por

cada dia, organizar uma manifestação anti-Marcello Caetano com milhares de pessoas. Eu lá ia à frente. Passámos em frente da embaixada portuguesa, até Hyde Park, com a embaixada fechada e Caetano lá dentro. Foi nessa altura que inventaram a história de que eu tinha pisado a bandeira portuguesa. Ora, eu era republicano, não ia pisar a bandeira da república. Insultar Caetano, o Estado Novo, o fascismo português, isso sim. O embaixador era [Gonçalo] Caldeira Coelho [1918-1995], meu colega no Bairro Escolar do Estoril, e foi ele que inventou essa história.⁴⁹

Havia sido então denunciado na capital britânica, pelo padre Adrian Hastings (1929-2001), o massacre da aldeia de Wyriamu, cometido em finais do ano anterior por tropas portuguesas, do batalhão de Comandos, sobre centenas de elementos da população civil moçambicana, sobretudo mulheres e crianças, e o líder socialista entendeu associar-se à acusação, indispondo ainda mais o governo de Lisboa: «Fiz uma exposição [em conferência de imprensa] com o padre Hastings aquando da denúncia do massacre de Wyriamu, o que pôs esta gente [as autoridades portuguesas] muito mal comigo.»⁵⁰

Na verdade, Soares estava já em Inglaterra a beneficiar de uma bolsa do Partido Trabalhista para frequentar um curso de âmbito político (que curiosamente tinha o nome de Aneurin Bevan, o britânico que ele convidara no final dos anos 1950 para uma conferência em Lisboa): «Passei um mês e meio em Londres. Eu tinha relações muito cordiais com o [Harold] Wilson [de novo primeiro-ministro a partir de março de 1974] e o [James] Callaghan [1912-2005, ministro dos Negócios Estrangeiros e sucessor de Wilson à frente do governo em abril de 1976]. O Callaghan diz-me: “Tens de aprender inglês, és novo. É horrível não falares inglês.” Realmente na América andei por lá a falar francês e ninguém percebia nada, só espanholado. Foi em Paris que o Callaghan me disse, numa conferência da IS, que Portugal nunca entraria na CEE. Eu, que era europeísta, fiquei decepcionadíssimo.»⁵¹

A verdade é que Soares foi aprendendo que a solidariedade dos seus camaradas da IS, apesar das proclamações de apoio, tinha as suas limitações. A Olof Palme, o líder do PS terá pedido ajuda para a instalação de um barco junto à costa portuguesa, mas em águas internacionais, equipado com um emissor de rádio que transmitisse propaganda antirregime para o interior do país, mas o social-democrata sueco rejeitou a solicitação por demasiado onerosa.⁵²

Fora a designação, pouco ou nada mudou na organização que Soares chefiava. A sua atividade para-legal em Portugal continuava a resumir-se a debates públicos, num estilo muito do agrado da oposição moderada à época. Foi essa a diretiva que recebeu Arnaut: «Logo no verão de 1973, abri em Coimbra, por indicação do PS, uma *sede*, com a contribuição do Zenha, do Vasco da Gama Fernandes, do Macedo, do Soromenho, do Rêgo, do Campos, de mim, etc. Cada um deu uns 50 contos, que era muito dinheiro à época. Era uma cooperativa chamada Encontro, também livraria e que estava para ser ainda delegação do *República*. Ia lá muita gente, fazíamos conferências... Havia independentes para disfarçar. Convidei o Joaquim Namorado, que tinha saído do PC.»⁵³

Também no setor estudantil, onde o sentimento oposicionista estava tão generalizado quanto radicalizado, se faziam sentir dificuldades de implantação: «Designávamo-nos Jovens Socialistas. Havia poucos Jovens Socialistas na Faculdade de Direito, onde tínhamos mais relações com o MRPP [Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, de orientação maoísta dogmática] do que com o PCP. Tentávamos, com algum radicalismo, ultrapassar a conotação social-democrata que tínhamos, com coisas mais agressivas, mas sempre com pouca gente. Onde crescemos bastante foi numa ligação que fizemos à JUC [Juventude Universitária Católica].»⁵⁴

No estrangeiro, não eram mais auspiciosos os sinais de expansão: «Era uma coisa informal, pequenos núcleos que tinham meia dúzia de pessoas, não um partido de massas», reconstituirá Bernardino Gomes. «Ainda por cima, os exilados estavam separados por vários países, da Suécia até Itália. Na Bélgica, como centro,

havia só eu. Mas na Suécia também era só o Rui Mateus. Em Inglaterra havia três ou quatro, entre eles o José Neves. O Rodolfo Crespo estava em Paris. Depois havia uns trabalhadores que aderiram ainda à ASP numa daquelas terras da Alemanha onde havia muitos emigrantes portugueses.»⁵⁵

Mesmo a circunstância de Soares habitar na capital francesa não era fator de mobilização para a delegação local, como constatará Rodolfo Crespo: «Eu era o responsável em Paris. Primeiro chamávamos-lhe núcleo; éramos vinte e tal. Depois passou a chamar-se secção de Paris e por fim passou a federação, porque metíamos outros núcleos, sendo que não éramos muito numerosos.»⁵⁶

Mas, contrariando a vontade dos mais basistas, não era o recrutamento de massas aquilo que mais interessava ao líder, para incompreensão de Crespo e outros:

Nós queríamos a revolução, íamos tentar politizar a imigração portuguesa, tentar catequisá-los – entre aspas – nos *bidonvilles*, etc. Até andei a pôr cartazes. Dizíamos que ia ser um movimento popular [a derrubar a ditadura], e Soares dizia que não: “Isto vai ser um movimento militar.” Já estava convencido. Havia de ser um golpe militar a mudar a situação. Com certeza tinha mais informação do que nós, lidava com todos os meios e toda a gente, estava em todas. Não só tinha relações com os partidos socialistas ao mais alto nível como com os movimentos todos de oposição. Nós dizíamos-lhe: “Ó Mário Soares, você é um líder do PS, não pode agora ir falar com esses grupelhos da extrema-esquerda.” “Ah, eles convidaram-me e tal, está bem, não vou.” Mas ia na mesma.⁵⁷

Na verdade, o secretário-geral do PS parecia orientar-se por um princípio:

Ele considerava que tudo o que de esquerda não era PC era do nosso lado, haveriam sempre de cair cá. Por isso tinha diálogo com todos os pequenos grupos que se formavam. Sobre Piteira Santos, por exemplo, dizia: “Esse é nosso.” A vida do Mário Soares era feita sobretudo de contactos políticos, que ele tinha em todo o lado. Não era um organizador, mas precisava de ter

| pessoas de confiança em cada lado, e foi a necessidade de ter informação que o levou a estruturar o partido. O que ele queria era a rede, que se multiplica. Ele telefonava: “Há uma reunião em tal lado, tens de ir.” O partido não era uma grande organização, mas uma multiplicidade de contactos, mais os do Mário Soares, que toda a gente conhecia. O partido cresceu à custa da personalidade dele, multiplicou-se.⁵⁸

Foi também com o mesmo objetivo que Soares e outros cor-religionários se quotizaram para manter aberta uma livraria em Paris: «Depois da fundação do PS, comprámos uma livraria, que foi a Livraria Portuguesa, na Rua Gay-Lussac. Juntámos um grupo de dez sócios, de que eu também fazia parte, o Carlos Monjardino, o Zenha.... O Ayala é que tomava conta. Não era sócio, mas tínhamos de lhe dar qualquer coisa. A livraria tinha dois pisos, e ele estava cá em baixo, mas aquilo também tinha saída pelo 1º andar. Não deu grandes resultados. Púnhamos lá o nosso boletim. Servia para alargar os contactos. O Soares não acompanhava o dia a dia. Ele foi sempre mais de impulsionar as coisas e pôr pessoas à frente. Nunca foi *controleiro*, dava liberdade.»⁵⁹

As eleições de 28 de outubro de 1973 para a Assembleia Nacional foram um anticlímax, se comparadas com as de quatro anos antes. Caetano já abandonara os seus propósitos liberalizantes (se alguma vez os tivera), a guerra continuava sem solução, a repressão policial acentuava-se, a *ala liberal* extinguiu-se em São Bento e o regime estava num impasse. Pareceu ter-se formado um consenso de que não seria o escrutínio eleitoral a contribuir para a solução. O PS juntou-se de novo ao PCP e à restante oposição para uma candidatura unitária, sob a sigla CDE, mas as listas foram retiradas antes da ida às urnas, sob a usual alegação de falta de condições.

Os socialistas pareceram, em particular, pouco empenhados numa campanha onde a mobilização já não era entusiástica: «A participação do PS nessas eleições foi pequena, só em Lisboa, com dois candidatos: Arons e Pedro Coelho. A maior parte das pessoas da CEUD em 69 não se reviam com a entrada na CDE em 73.»⁶⁰

Além disso, a propaganda assumiu um tom mais radical do que aquele que correspondia à linguagem e às ideias do PS. Sottomayor Cardia comentaria: «Os socialistas deixaram-se dominar pela influência esquerdista da CDE. Daí resultou o PS esquerdista e não [o PS] social-democrata.»⁶¹

O regresso à aliança eleitoral poderia contudo ser o resultado de uma reunião tida no mês anterior em Paris, nas instalações do Partido Comunista Francês, entre delegações do PS e do PCP, chefiadas pelos seus líderes (tendo-se Soares e Cunhal encontrado pela primeira vez na capital francesa em abril de 1972). Vivia-se então em França a ilusão do «Programa Comum de Governação», uma plataforma de entendimento assinada no ano anterior entre o PCF e o PS Francês com vista a uma eventual vitória da esquerda em futuras eleições legislativas: «Soares tinha um plano para aplicar em Portugal o Programa Comum. Cunhal podia dizer que achava muito bem, mas não tinha nada que ver com a estratégia do PCP para Portugal.»⁶²

O líder socialista garantirá nada ter acordado a propósito das eleições: «Não negocieei com Álvaro Cunhal a “unidade antifascista”. As pseudoeleições de 1973 foram uma farsa total em que a oposição – e bem – não quis participar. Porquê? Porque sabia, com o saber da experiência feita, que não eram sérias. Foram tão-só aproveitadas para denunciar o governo: sem mais.»⁶³

Mas a ideia de um Programa Comum não estaria arredada dos seus planos, já que em março de 1974 (acompanhado por Ramos da Costa, Coimbra Martins e Campinos) voltaria a encontrar-se com Cunhal para nova reunião das cúpulas de ambos os partidos, desta vez numa sala arranjada pelo PSF. O balanço que Soares fará dos dois encontros oficiais de Paris entre o PS e o PCP será genérico: «Fizemos uma análise da situação portuguesa, convergente nos aspetos económico, social e político, e falámos da guerra colonial. Concluímos que era possível que houvesse uma rutura do sistema, o marcelismo estava apodrecido e esgotado. Reivindicámos eleições sérias, novo recenseamento eleitoral, fim da guerra

colonial, temas sobre os quais os dois partidos estavam de acordo e que nos abririam as portas para uma democracia o mais pluralista possível. Mas, confesso [...], nunca pensei vir a ter acesso imediato ao poder. Nem nós, socialistas, nem muito menos ainda os comunistas.»⁶⁴ Havia também um vago entendimento para mais tarde: «Depois do derrube da ditadura, devíamos coordenar esforços.»⁶⁵

Por essa altura, já o governo de Marcello Caetano fora abalado pela publicação em Lisboa de *Portugal e o Futuro*, um livro de Spínola que questionava o prosseguimento do conflito colonial e preconizava uma saída politicamente negociada, dentro de um quadro federativo no qual o império se transformaria. Soares (a quem, através de José Manuel Barroso, o general enviara o polémico volume⁶⁶) não perdia a oportunidade, e nos primeiros dias de março publicava no *Le Monde* um artigo de opinião antevendo uma grave crise para o regime, sob o título «Caem as máscaras em Portugal» e onde começava por dizer: «Algo mexe, finalmente, em Portugal.»⁶⁷ Poucos dias depois dava-se o 16 de Março, a saída de uma coluna rebelde do quartel das Caldas da Rainha em direção a Lisboa, não tendo contudo atingido o objetivo e frustrando-se a insurreição. No seu apartamento de Paris, onde nesse dia recebia a visita da mulher (a cozinhar um almoço de favas à portuguesa) e do filho, Soares, que sabia da preparação de um movimento militar contra o regime, telefonava para dentro e fora do país, mas as informações eram vagas e inconclusivas⁶⁸: «Ainda estou para saber o que foi o 16 de Março. Fiquei um bocadinho desorientado, porque foi um *flop*, e a impressão que eu tinha é que consistiu numa coisa muito mais sólida. O Gama e o António Reis, que eram oficiais milicianos, estavam por dentro. O José Luís Nunes ia-me dando informações. O Rêgo [diretor do *República* desde 1971] tinha contactos sobretudo com Spínola e a sua gente.»⁶⁹

A derrota dos revoltosos do 16 de Março poderia significar um retrocesso e causar o desânimo a qualquer opositor, mas não a Soares, que nessa noite foi ao telejornal do segundo canal da televisão francesa (então toda estatal) prever que o seu país poderia estar à beira de uma mudança política.

A quem com ele se cruzava não deixaria de transmitir o seu entusiasmo, como testemunhará Carlos Monjardino: «Depois do 16 Março ele disse-me: “Agora é que é.” “Deixe-se dessas coisas”, respondi-lhe. “Não, agora é que é!”»⁷⁰ Registrará Rodolfo Crespo: «Não só ele era o mais otimista entre nós todos como era o mais intuitivo.»⁷¹

Quatro dias após a tentativa abortada das Caldas, Soares assegurou numa declaração à imprensa internacional: «A base de apoio do governo Caetano acaba de se reduzir de novo, e de forma considerável, o que faz prever interessantes desenvolvimentos da situação portuguesa no futuro próximo. Para o PS, o contexto é claro: apenas o restabelecimento da democracia e o reconhecimento do direito dos povos africanos à independência podem abrir a Portugal uma via de progresso e assegurar-lhe o respeito da opinião pública mundial.»⁷² E havia que estimular as hostes no interior:

Em 21 desse mês, após a “falsa partida” das Caldas da Rainha, [Soares] escreve a António Macedo, responsável pelo PS no interior: “Penso que estamos no momento psicológico. Era necessário, entretanto, que a oposição interviesse e participasse no processo em curso.” A sua proposta – valha a verdade – não é muito ousada: seguindo a velha tradição oposicionista, sugere “a publicação urgente” de mais um “documento assinado pelo maior número de pessoas compatível com a rapidez”, e onde se reclame “a constituição imediata de um governo de salvação nacional, presidido por uma personalidade independente (almirante [na reserva, Jorge] Ramos Pereira [1901-1974, ex-candidato à Assembleia Nacional pela oposição, em 1969, por Viana do Castelo, o qual na verdade falecera por doença no próprio dia 16 de março, claramente sem Soares estar disso ainda informado]) onde participassem todas as forças representativas do país, sem discriminações.” Após considerar que “é preciso e urgente denunciar publicamente as responsabilidades do regime e insistir na ilegitimidade e falta de representatividade do atual governo e do próprio Presidente da República”, o dirigente socialista frisa ser necessário “insistir em que a nossa intervenção representa a derradeira

tentativa para evitar a efusão do sangue português, num combate fraticida, e porventura também para evitar a pior catástrofe nacional desde sempre”. A argúcia de Soares ficaria patente no derradeiro parágrafo da missiva: “Empurre os nossos amigos, pois esta é a hora H. É o momento mais crítico por que o Governo passou até hoje. Se houve alguma altura em que a oposição deve descer à rua e manifestar-se, esta é seguramente a principal. Não percam tempo em discussões bizantinas”.⁷³

No interior, era Arons de Carvalho quem estava encarregado de centralizar informação e enviá-la a Soares, mas o canal passava através de Fernando Tavares Loureiro (1935-2020), um licenciado em Medicina que vivia na Suíça e também estivera presente no congresso de Bad Münstereifel: «Eu tinha muitos contactos através do Fernando Loureiro, que tinha um papel interessante, porque a Suíça era então o único país da Europa de onde se podia telefonar diretamente para Portugal. Ele ligava-me para cafés pré-combinados, a horas também pré-combinadas, e nós dizíamos as coisas por códigos. Ele depois informava Mário Soares, por telefone, para Paris.»⁷⁴

Através da rede de contactos do PS em Lisboa, Arons de Carvalho recolheu a indicação de que se preparava para 25 de abril seguinte um novo golpe militar, porventura mais alargado, tendo também como objetivo derrubar o regime: «Via Álvaro Guerra [1936-2002, membro do PS, jornalista no *República*, escritor, elemento de ligação do Movimento dos Capitães a elementos civis, futuro diplomata], eu tinha a 24 de abril toda a informação prévia sobre o que ia acontecer, a estação de rádio que ia ser ocupada, etc.»⁷⁵ Começou então a espalhá-la às estruturas do PS, como confirmarão os seus camaradas: «O Arons funcionava como uma espécie de secretário do partido. Ele, pouco antes do 25 de Abril, veio dizer-me: “Ó pá, prepara-te, agora é que a revolução vai”.»⁷⁶

Na véspera do dia marcado, Soares, na companhia de Maria Barroso, Tito de Morais e Ramos da Costa, chegou a Bona para conversar com o SPD, então no poder, tendo já agendado para a manhã seguinte um encontro com Willy Brandt:

Passei a noite a tentar convencer os meus anfitriões de que iria ocorrer uma revolução em Portugal. Foi quase impossível: baseados nas informações que tinham a nível do governo, nas informações confidenciais veiculadas pela NATO, pelos serviços secretos alemães e pelos diplomatas que estavam em Portugal, diziam-me que Marcello Caetano estava de pedra e cal, não pensavam haver qualquer hipótese, a curto prazo, de derrube do regime. O próprio ministro da Defesa usou de enorme convicção e, ao mesmo tempo, de algum paternalismo. Olhava-me com simpatia, mas ia dizendo que eu era um idealista, que me preparasse para ficar ainda longos anos no exílio.⁷⁷

A discussão desenrolara-se durante o jantar, na Fundação Ebert: «O ministro, que tinha combatido na Guerra Civil de Espanha e falava espanhol, disse-me: “Você tem de tirar essas ideias da cabeça. Portugal nunca vai libertar-se do regime antes dos espanhóis.” “Em Espanha não há nenhuma revolução em curso”, disse-lhe eu, “em Portugal sim.” Como não consigo convencê-lo até à meia-noite, remato: “OK, amanhã digo isto ao Willy Brandt, embora você diga outra coisa.” O jantar acaba mal.»⁷⁸

Tudo apontava, em princípio, para que Soares soubesse já nessa noite da iminência da ação militar, mas as circunstâncias haviam-se complicado do lado de Arons de Carvalho: «A coisa curiosa, que irritou o Loureiro, era que 24 abril era dia de telefonema, e eu pensava: “Como é que o vou informar de uma coisa desta dimensão?” Ele ligou tarde, passados já 10 minutos da hora marcada, e eu pouco antes pensei: “Também não sei o que lhe vou dizer, portanto vou-me embora.” Resolvi o meu problema, mas não resolvi o do Mário Soares, que não foi informado.»⁷⁹

Capítulo 16

O 25 de Abril

A jornada mudou a existência tanto de Mário Soares como a de todos os portugueses: «O 25 de Abril foi a coisa mais extraordinária que me aconteceu na vida.»¹

Mas na véspera da data, ao deitar-se em Bona, ele não imaginava estar em curso tão radical transformação no seu país. «Eu estava no hotel a dormir profundamente quando o telefone tocou às 7h00.»² Quem atendeu, nesse momento em que as tropas do capitão Fernando Salgueiro Maia (1944-1992) haviam ocupado o Terreiro do Paço e o Rádio Clube Português difundia comunicados dos militares rebeldes, foi Maria Barroso: «Era uma secretária [do serviço internacional do SPD] que trabalhava com Willy Brandt. Disse-me: “Olhe que houve uma revolta em Portugal.” E eu: “Espere, que passo ao meu marido”.»³ Soares terá ouvido do outro lado do fio: «Mário, parece que afinal você tem razão. Passa-se qualquer coisa em Portugal.»⁴ A fonte da interlocutora era jornalística: «Acabara de ouvir o noticiário alemão, havia movimentações de natureza revolucionária em Lisboa. [...] Em pijama, corri ao quarto do Ramos da Costa e do Tito de Morais e acordei-os. Fomos imediatamente para a sede do SPD, donde telefonámos para Lisboa, [...] para os meus filhos e para o Raul Rêgo. O João estava eufórico, foi logo para a rua.»⁵

As indicações iniciais eram, contudo, ainda muito incertas quanto à natureza do golpe e ao desfecho dos acontecimentos: «O Rêgo disse-me que havia movimentos de tropas mas não sabia o que era

aquilo.»⁶ Cerca das 11h00, Soares falou de novo com o correli-gio-nário, que lhe acrescentou: «Parece que isto está a correr bem, mas não venha, que é preso na fronteira.»⁷ Adiantou porém um pouco mais o diretor do *República*:

Disse-me que se “passavam coisas” na rua, que não ia mandar o jornal à censura, mas que não tinha ainda a certeza de que espécie de golpe se tratava. Vasco da Gama Fernandes – que estava com Raul Rêgo – recomendou-me que me deixasse estar onde estava, que dariam notícias... Era bom de dizer e mau de fazer! A partir do momento em que soube que os militares estavam na rua, não podia ficar longe. Voltei para Paris [no próprio dia, por via aérea], decidido a viajar para Lisboa. Expliquei aos alemães que, dadas as circunstâncias, cancelava a entrevista com Willy Brandt. De Lisboa chegavam, entretanto, mais telegramas e vários telexes, numa catadupa de notícias sobre os acontecimentos. Em Paris tinha a minha casa invadida: Jorge Campinos, Fernando Oneto, Coimbra Martins, Adolfo Ayala [e também Barradas de Carvalho⁸], muita outra gente da emigração, diversos jornalistas, televisões. A casa estava transformada num verdadeiro centro de informações e comunicações!⁹

O próprio estatuto de Soares na sua rua mudou num instante, tanto para o porteiro do prédio («chamava-se monsieur Lepute, estava sempre bêbado a partir de meio da tarde e era muito inconveniente»¹⁰) como para a padeira:

Eu saía de manhã todos os dias, no rés-do-chão era a padaria, que tinha um pão esplêndido, e depois tomava o pequeno-almoço em casa. A padeira sabia que eu era português, mas embirrava comigo porque a filha andava embeicada por um pedreiro português que a mulher achava uma besta. Até que a rapariga apareceu grávida, com a mãe cada vez mais zangada, embora depois de nascer a criança os avós se tenham tornado afetuosos para com o neto (e a filha até chegou a casar com o pedreiro). Ao chegar lá a meio da tarde do dia 25, vejo a televisão a entrevistar a padeira, que estava a dizer que tinha muito orgulho em ter um neto filho de um português. Ralho com ela: “Então você embirra com os portugueses...” Ela começa a

tratar-me: “Ó senhor doutor.” E eu ríspido com a mulher, com os jornalistas todos a rirem. Cá em cima, no apartamento, digo que tenciono ir-me logo embora para Portugal. Estavam ali três ou quatro dezenas de portugueses.¹¹

A determinação de Soares em embarcar no primeiro Sud Expresso a partir para Lisboa, depois de verificar, no dia 26, que o aeroporto da Portela ainda se encontrava encerrado devido às consequências do golpe militar, foi determinante para o rumo futuro dos acontecimentos: «Passei o dia ao telefone neste “vamos-não vamos”. Até que decidimos regressar, apesar de o Zenha, o Rêgo, o Magalhães Godinho e outros nos dizerem insistentemente para aguardar. Ainda não tinham sido libertados os presos políticos.»¹² Rodolfo Crespo testemunhou: «Soares estava eufórico. Diziam-lhe para não ir, que era preciso esperar, mas ele: “Não. Vou, vou!”»¹³ O embarque no comboio foi a 27: «Antes, tínhamos telefonado para Lisboa pedindo-lhes que montassem um sistema de forma a que, se as coisas andassem para trás, fosse alguém a Salamanca avisar-nos.»¹⁴

O líder socialista tinha com efeito a noção de que o calendário de chegada seria crucial, numa altura em que muitos outros exilados portugueses iriam, como seria natural, aproveitar o momento para regressar ao seu país:

A 26, à espera da abertura do aeroporto, digo: “Vamos amanhã de comboio.” Todos me dizem que pode haver uma reviravolta, que é cedo para ir, como o Zenha, o Rêgo (sempre desconfiado, que não sabia para onde aquilo pendia), etc. Mas eu queria ser dos primeiros, era uma questão de conquistar capital político. Vieram também o Ramos da Costa e a mulher, o Tito de Morais (que não podia entrar em França – tinha sido posto numa lista de indesejáveis no país – e que saiu de Bona para Bruxelas, foi clandestino para Paris e meteu-se connosco no comboio) e o Oneto (que estava em Espanha, mas semanas antes, avisado de que ia ser preso, fugira e fora meter-se na minha casa – e onde até, quando uma vez toquei à campainha, veio abrir completamente incomodado porque estava a tomar banho).¹⁵

O primeiro sinal da metamorfose peninsular em curso surgiu ainda em Espanha: «Em Salamanca [onde Rêgo não havia enviado qualquer mensageiro de más novas] era madrugada, e o comboio esteve aí parado uns minutos. Estavam na gare dezenas ou centenas de estudantes, todos aos berros, com cravos vermelhos, a gritar: “Viva Portugal!” Não tinha que ver comigo. Voltei a dormir.»¹⁶

Passada a fronteira, Soares deparou com algo que dirá nunca ter esperado: um passeio triunfal. O que foi visível logo em Vilar Formoso: «Vêm amigos meus saudar-me. Penso: “Bem, estamos com a nossa gente.” Levam-me em braços para o bar, há champagne, põem-me em cima da mesa de megafone na mão, começo a discursar. O chefe da estação dirige-se-me com um militar, que era capitão e que entretanto lá tinha chegado. E julgo eu: “Vou ser preso outra vez.” Calei-me. Batem-me uma grande continência: “V. Ex.^a dá licença que o comboio continue? É que já estamos 20 minutos atrasados”.»¹⁷ Dava já para perceber: «Não restava qualquer dúvida. Tudo mudara em Portugal!»¹⁸

Depois, a aclamação: «Houve paragens, com pessoas a aplaudir-nos – entre as quais havia sempre alguns camaradas conhecidos – e as populações vinham às estações, embora o comboio, abrandando a marcha e apitando, não parasse.»¹⁹ Pelo caminho, um jornalista português que fora ao encontro de Soares para o entrevistar passou-lhe para as mãos a transcrição de um documento que ele ainda não conhecia, o «Programa do MFA [Movimento das Forças Armadas, o grupo de militares que havia derrubado a ditadura]»: «Notei que não havia qualquer referência aos partidos políticos, o que me desagradou.»²⁰

Em Alfarelos, outra apoteose, dedicada ao filho da terra Ramos da Costa.²¹ Assim como em Vila Franca de Xira, sob os gritos de «Soares!»²² Nada antecipara, contudo, o delírio à chegada a Santa Apolónia, com atraso de umas duas horas sobre a tabela:

Surpresa máxima! Recebeu-nos uma massa de gente que extravasava da estação e enchia a praça fronteira. Gritos de “Viva o MFA!”, “Viva o Socialismo!”, “Vivam os exilados!”. Conduziram-nos ao primeiro andar, a uma sala que dava para a praça,

onde estavam jornalistas, fotógrafos, camaradas do PS, do PCP e o Palma Inácio, que saíra da prisão de Caxias na noite anterior. Houve uma conferência de imprensa improvisada, com jornalistas portugueses e correspondentes estrangeiros. Depois, mais uma vez, meteram-me na mão um megafone, para falar da varanda às massas que enchiam a praça, frente à estação. Senti, pela primeira vez, a responsabilidade das palavras que dizia, visto saber que tudo estava a ser transmitido pelas rádios e televisões, para o país inteiro e o estrangeiro, ávidos de ouvir a voz dos políticos vindos do exílio.²³

Aqueles milhares de pessoas, sôfregas de palavras livres, que aclamavam Soares frente à gare, davam um enquadramento diferente ao que ele esperaria quanto ao protagonismo dos partidos antes na oposição: «Quando falei com Cunhal [...] em Paris, [...] apercebi-me, de forma muito nítida, da perspetiva dos comunistas: quando muito, queriam obter o estatuto da legalidade. Era o máximo que ambicionavam naquela altura: terem um estatuto de respeitabilidade para poderem vir a ser um partido legal. E eu também: tinha, quando muito, a ambição de poder vir a ser um deputado do PS, mas na oposição. Era, sinceramente, o máximo que eu julgava possível. Surpreendi-me muitíssimo quando cheguei a Lisboa e fiz o primeiro discurso às massas, na varanda de Santa Apolónia [...]. Jamais pensava ter aí o meu primeiro banho de multidão.»²⁴

Os portugueses, eufóricos com o retorno à liberdade, andavam desde o dia 25 à procura de heróis. Com a discrição dos homens do MFA, onde ainda não se haviam destacado nomes, e com o envolvimento que António de Spínola – o oficial escolhido pelos golpistas para presidir à Junta de Salvação Nacional (JSN) e ser o primeiro Presidente da República pós-ditadura – tivera com o anterior regime, suscitando algumas desconfianças, Soares surgia como a primeira figura, inteiramente fresca e descomprometida, a poder gozar desse estatuto. Não porque fosse o líder – doutrinário ou operacional – dos revoltosos, mas apenas porque fora o primeiro a emergir da sombra do exílio, antes de todos os outros, no sítio

e no momento certos. Era uma estação ferroviária, perto do centro da capital, numa manhã de domingo, com a população disponível para prolongar a festa dos últimos dias. Cunhal (receoso de atravessar Espanha e ser intercetado pelas autoridades franquistas, preocupação inexistente do lado do socialista) chegaria apenas dois dias depois, de avião – embora tão ou mais aclamado, metaforicamente já perdera o comboio apanhado por Soares.

Mas a surpresa do chefe do PS ao desembarcar não terminara em Santa Apolónia: «Quando estava empoleirado a fazer esse discurso, [...] José Magalhães Godinho tocou-me no ombro e segredou-me: “Acabe o discurso, está aqui um oficial do MFA para o vir buscar. O general Spínola está à sua espera”.»²⁵ A sua reação terá sido de admiração:

Fiquei espantado. Fomos até [ao palácio da] Cova da Moura [sede da JSN], com a minha filha a conduzir o carro, sempre com multidão no percurso. Dos militares que lá estavam, os únicos que eu conhecia eram o Varela Gomes e o Melo Antunes – que fui cumprimentar. É então que conheço Spínola [“que se deixou abraçar por mim”²⁶]. Ele diz-me: “Há duas coisas que me preocupam: estou com medo de que o 1.º de Maio vá acabar em banho de sangue.” “Não”, disse-lhe eu, “vai ser em grande fraternidade – leve-nos à RTP [Radiotelevisão Portuguesa], para que façamos apelos à paz.” Fui pela primeira vez à RTP, e também foram elementos do PC e do MDP[/CDE]. Fizemos um apelo à festa e à fraternidade. A segunda questão de Spínola é que achava que o antigo governo estava a mexer os cordéis para que Portugal não fosse reconhecido pela NATO. Prontifiquei-me a fazer um circuito por Inglaterra, Bélgica, Holanda, Alemanha, Finlândia, Itália (Vaticano) para reconhecerem a nova situação portuguesa. Por sorte, eram quase todos governados por socialistas.²⁷

Junto de Spínola (particularmente efusivo com Tito de Morais, de quem fora colega no Colégio Militar, nunca mais se tendo os dois encontrado²⁸), o líder do PS não desperdiçou a ocasião para apontar uma lacuna programática aos novos detentores do poder:

«Aproveitei para dizer a Spínola que era politicamente muito útil para um rápido reconhecimento internacional da revolução que os partidos políticos fossem reconhecidos e legalizados. Na linha de pensamento de que não há democracia sem partidos.»²⁹

Caído de paraquedas em terreno desconhecido, a Soares importava perceber o melhor possível as intenções dos militares. O livro de Spínola não seria para ele um bom ponto de partida:

Não me agradou nada. Propunha uma solução para o problema colonial que me parecia ultrapassada, uma solução federalista, que eu sabia que já não era exequível. Era um livro prolixo, pouco claro e nada explícito. Na altura, considerei que era bom apenas pelo simples facto de existir: pelos efeitos de desgaste que provocou no regime. Havia, finalmente, um general no ativo capaz de se assumir como crítico da política colonial do governo de Marcello Caetano. Como ocorrera, 20 anos antes, com o general Delgado. Mas eu não sabia quem era António de Spínola. Quando entrei na Cova da Moura, a minha primeira preocupação foi tentar perceber ou intuir como poderia lidar com aquela gente. Na mesma altura, conheci [o coronel] Vasco Gonçalves [1922-2005]. Apresentou-se-me como presidente da Comissão Coordenadora do Programa do MFA e fez-me um discurso simpático e extremamente moderado. Quanto ao general Spínola, recordo-me [de] que as suas ideias eram confusas. [...] Concordei de imediato com o programa nas questões da censura, da liberdade de imprensa, dos presos políticos: era a parte positiva [...], tão positiva que bastou para que eu aderisse ao MFA e ao seu programa. Mas, quando falei com o general Spínola, vislumbrei por detrás da sua atitude a intenção de concretizar uma transição supercontrolada, o que explicava, aliás, a ausência de referência aos partidos políticos no programa. Pelo contrário, para mim, o que havia a fazer era, sem demora, legalizar os partidos, para podermos começar a falar e a agir em seu nome. Quando saí da Cova da Moura, já tarde, fui para casa. E combinei com os meus amigos uma reunião para essa noite, creio que em casa do Zenha [local confirmado por António Campos³⁰], onde me

encontrei com praticamente toda a direção do Partido Socialista. Éramos uma quinzena de pessoas que continuavam a debater-se com informações contraditórias.³¹

Desse encontro da estrutura dirigente do PS saiu a lista de medidas que os socialistas reclamavam para a consolidação do novo regime, entre elas a finalização do conflito colonial, com a abertura de negociações com os movimentos nacionalistas africanos; a livre criação de partidos e sindicatos; um novo recenseamento eleitoral; sufrágio livre e universal para uma assembleia constituinte; e estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países.³²

Ao fim de um dia tão singular, chegou o momento de Soares suspender a vertigem:

Essa noite, de 28 para 29 de abril, para mim, foi uma noite sem sono, o que rarissimamente me acontecia. Alguém me tinha dito, no turbilhão da chegada, uma frase que fixei: “A partir de agora deixaste de ter vida privada: és uma referência, quase um mito.” Obviamente, não podia continuar a ser um advogado da Rua do Ouro, até porque os meus colegas de escritório tinham mudado para a Rua Marquês de Fronteira, onde me deixaram um gabinete ao qual, por fim, só fui uma vez. Não tencionava regressar à advocacia, nem ao Colégio Moderno, que a minha mulher então dirigia. Era toda uma vida a refazer – por quanto tempo? –, dedicada, finalmente, à política. Tinha 49 anos. Refletira muito sobre a hipótese do fim da ditadura, enquanto estive exilado em França. Mas tudo foi diferente do que pensava.»³³ Maria Barroso já então não devia ter dúvidas sobre qual seria o destino do marido: «Ele, a seguir ao 25 de Abril, enfronhou-se completamente na política e deixou de seguir a carreira profissional.³⁴

Apesar da atmosfera fraternal que se viveu à sua chegada, houve atitudes de Soares que não agradaram a todos. Como ao seu correligionário Mário Mesquita, que na qualidade de jornalista o inquiriu para o *República* na conferência de imprensa em Santa Apolónia:

Houve logo uma irritação comigo, por parte dele. Vinha naquela euforia. Dominique Pouchin [n. 1949, enviado do *Le Monde* a Portugal] pergunta-lhe se se sente como Lenine quando chegou à Rússia [na revolução de 1917] e aqui o chato de serviço pergunta-lhe se queria comentar a declaração daquele dia do general Spínola a elogiar o “soldado português no Ultramar”. Quando o cumprimentei noutro registo, foi frio: obviamente ficou irritado. Não é que ele não tivesse contactos com a imprensa internacional – tinha muitos, com Marvine Howe, com Marcel Niedergang [1922-2002, especialista de temas ibero-latino-americanos] do *Le Monde*... –, mas tinha uma visão do jornalismo que era a da I República: isto do jornalismo livre era um incómodo. Ele imediatamente respondeu-me: “Não li essa declaração, não comento.” Mas o tom com que me falou era o prelúdio do que depois se seguiu.³⁵

Por seu turno, Henrique Neto, então ainda situado à esquerda do PS, recebeu com desconfiança este «menino bem, filho de família»:

Fiquei gelado com uma coisa que nunca esqueço. No dia em que ele chegou de Paris, o MDP/CDE, a que eu pertencia, estava todo reunido para discutir o futuro numa casa da [Avenida] Infante Santo [perto da Cova da Moura], muito grande, onde estavam talvez 150 pessoas. Sabia-se que ele ia chegar e foi dito: “O Mário Soares vem cá.” Eu estava quase ao pé da porta. Entrou, todos se levantaram, bateram palmas, numa grande alegria, foi à mesa, cumprimentou quem estava na mesa, usou da palavra, muito breve, “meus amigos, vamos fazer isto e aquilo”, mas lembro-me perfeitamente de que ao passar para sair vira-se para os outros três ou quatro que iam com ele e diz baixinho: “São todos comunistas.” Foi o juízo dele. Várias pessoas ali à volta ouviram. Era muito característico dele.³⁶

Na realidade, Soares regressava a Portugal com uma atitude ambígua perante os comunistas, na qual o espírito de cooperação se misturava com a suspeição e a rivalidade, talvez sem ele próprio perceber ainda qual das componentes predominaria. Em primeiro lugar, a frente da esquerda francesa continuava a ser o seu modelo:

«Mário Soares na altura veio imbuído do Programa Comum, com influência do Mitterrand, e ele pensava que apesar de tudo era possível fazer a mesma coisa em Portugal. Sabemos, aliás, que os comunistas eram muito influentes na oposição, eram a força política que mais existia, porque o resto era muito desorganizado, e ele pensava que o PC era indispensável numa solução pós-fascismo. Os contactos de Paris em 73 e 74 foram nesse espírito.»³⁷

A plataforma assinada com os comunistas dias antes era até mais desenvolvida do que o acordo francês, como explicará o dirigente do PCP Domingos Abrantes (n. 1936), que estava então também na capital francesa: «O documento era muito mais avançado do que o Programa Comum. O comunicado conjunto acabou por não sair porque logo a seguir veio o 25 de Abril. E o PS rasgou aquilo tudo dias depois.»³⁸ O próprio Soares o confirmará, confessando terem-lhe começado a surgir dúvidas após o regresso: «Eu vinha com a ideia de uma Frente Popular (uma espécie de Programa Comum), mais dinâmica do que a de Mitterrand, mas nessa linha que havia em França, e que podia haver em Portugal. Só que, nos primeiros contactos com Álvaro Cunhal após o 25 Abril, achei que ele estava “passado”, a querer fazer daqui uma Cuba. Fiquei desconfiado logo à chegada dele.»³⁹

Soares foi saudar e abraçar Cunhal no regresso do exílio, dois dias depois da sua própria chegada, mas o ritual desagradou-lhe:

Como tínhamos tido, há umas semanas, em Paris, uma reunião conjunta, PS/PCP, na perspectiva da revolução, que finalmente ocorreu, recebi-o não só com cordialidade mas com manifesta e genuína alegria. No entanto, percebi que Cunhal, com a sua frieza habitual, não terá gostado de me ver lá. À saída do aeroporto estava uma pequena multidão à espera de Cunhal. E, paradoxalmente, havia um tanque estacionado. Para quê, pensei eu? Cunhal subiu para o tanque e, salvo erro, entre um soldado e um marinheiro, retirou um discurso do bolso e começou a falar. Um dirigente comunista, que não recordo quem fosse, convidou-me a subir para o tanque, o que fiz com alguma relutância, diga-se. Quando Cunhal se apercebeu de que eu

estava ao lado dele, disse qualquer coisa a um camarada, o qual, pouco depois, me pediu para descer, porque – disse – tinha havido um equívoco. Desci com grande gosto, porque percebi o cenário: Cunhal entre um soldado e um marinheiro, em cima de um tanque, era algo que lembrava Lenine, no seu regresso a Moscovo... [na verdade a São Petersburgo].⁴⁰

Tendo desembarcado com Cunhal, Domingos Abrantes desfarrá as comparações com a tomada do Palácio de Inverno: «É tudo uma fantasia completa. O tanque estava ali para fazer segurança ao aeroporto, não era para receber Álvaro Cunhal. Não estava nada combinado, não sabíamos rigorosamente de nada. Foi um dos militares, creio que [o major] Jaime Neves [1936-2013, comandante do Batalhão de Comandos, que então fazia segurança à Portela], a ter a ideia de ele subir lá para cima.»⁴¹

De qualquer modo, Soares também não apreciou o que se seguiu: «Chocou-me o facto de Cunhal chegar a Lisboa – após tantos ano de exílio, perante uma revolução tão bela e pacífica – e, em vez de o ouvir pronunciar um discurso caloroso e espontâneo, vê-lo a ler um discurso sem chama nem emoção e a debitar meia dúzia de teses políticas ultrarracionalizadas. Foi frio, insípido, convencional, sem alma!»⁴²

E mais: «Depois do discurso no tanque [...], organizaram um cortejo para conduzir Cunhal até à Cova da Moura, onde Spínola o esperava. Eu tinha vindo sozinho, espontaneamente, a guiar um pequeno Fiat que era da minha filha. Quiseram, no entanto, que fosse com eles. Entrei para um carro que me indicaram, e que seria o terceiro ou quarto a seguir ao de Cunhal. Mas entalaram-me nos lugares de trás, entre dois militantes do PCP.»⁴³

A Soares, tudo pareceu tratar-se de uma manobra para apagar a sua presença: «Enquadraram[-me] de modo a que a multidão não me pudesse ver, nem aplaudir. Quando o carro passou pelo Campo Grande, perto da minha casa, mandei-o parar, apeei-me e saí.»⁴⁴

Mais uma vez, Domingos Abrantes verá as coisas de outro modo: «Que é que o Mário Soares ia fazer à Cova da Moura? O partido [PCP] é que lá ia, ele não. Sejam sinceros e honestos: ele na altura

não sabia o terreno que pisava, não tinha ideia do rumo que isto ia tomar, só via bandeiras vermelhas por todo o lado. O PS não existia. No aeroporto, quando se encontraram, o Cunhal perguntou-lhe: “Então, como vai ser?” E ele disse uma coisa histórica: “Tudo o que o senhor doutor quiser.” Assim. É claro que não era sincero, como é evidente.»⁴⁵

Para a iconografia da história portuguesa, ficará a imagem dos dois líderes, banidos até poucos dias antes, a desfilar nas avenidas de Lisboa, entre uma multidão de mais de meio milhão de pessoas, para celebrarem o 1.º de Maio de 1974. Mas mais uma vez aí a desconfiança terá ganho ascendente sobre a convergência: «Combinámos mobilizar os socialistas na Duque de Ávila, em frente à nossa cooperativa, e, de lá, rumar para a Alameda Afonso Henriques, local anunciado para a concentração dos manifestantes. A dado momento, estava eu com a minha mulher e os meus camaradas, sindicalistas encarregados da organização vieram dizer-me que eu devia ir para a frente, para o lado do Cunhal. [...] Desde a Alameda até ao Estádio 1.º de Maio [antes Estádio FNAT – Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, uma estrutura do regime deposto] fui sempre ao lado do Cunhal [...]. Falávamos muito pouco, mas, naturalmente, com cordialidade.»⁴⁶

O líder comunista terá porém uma visão diferente acerca da agregação à sua pessoa do antigo discípulo e subordinado político, ao comentar nesse dia a Carlos Brito [n. 1933], seu colega da direção do PCP, «que durante o desfile teve de fugir de Mário Soares, que queria à viva força dar-lhe o braço para partilhar a sua impressionante popularidade».⁴⁷ O que Soares pouco contrariará: «Penso que não foi assim, mas o importante é que se tratou de uma enorme festa da liberdade e fraternidade que legitimou, pela sua dimensão e pacifismo, a revolução dos capitães de Abril.»⁴⁸

Surgiu depois a questão da ordem das intervenções: «No estádio estava um enorme mar de gente: foi para ambos uma agradável surpresa! Quando subimos ao estrado, os elementos da Intersindical [futura CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portu-

gueses], que eram, teoricamente, os organizadores, indicaram-me a ordem dos discursos. Eu seria o penúltimo a falar, Cunhal encerraria o comício. Quando perguntei porquê, alegaram-me o facto de ele ser o mais velho. Achei bem...»⁴⁹ Foi, porém, claro que o chefe socialista se sentiu desconfortável:

Optei por não abrir ali uma questão. Mas o meu discurso foi o mais espontâneo e o mais empolgante para as pessoas. Ao contrário dos outros, falei de improviso, sem ler e com emoção. Através das minhas palavras, pretendi essencialmente comunicar uma mensagem: era ali, naquela imensa manifestação popular, que estava a ser criada uma legitimidade de natureza civil e se iniciava verdadeiramente o processo democrático a que a revolução deu lugar. Logo a seguir, para cortar os aplausos que me eram dirigidos, tocaram *A Portuguesa*. E, finalmente, falou Álvaro Cunhal, pronunciando um discurso em tudo oposto ao meu, entre um marinheiro e um soldado que ele chamou emblematicamente: era a aliança do povo-MFA a germinar... com ressonâncias subliminares de Petrogrado [São Petersburgo] em 1917. Desagradou-me profundamente. As coisas começavam a parecer-me menos claras do que julgava.⁵⁰

Havia outras coisas em que pensar. Com a implosão do Estado Novo, tudo mudara da noite para o dia: «Nunca me convenci de que o regime caíria de podre. Achava que as suas estruturas se mantinham. Mas, de repente, encontramos-nos com o menino nos braços.»⁵¹

Na noite de 1 para 2 de maio, em articulação com Spínola, Soares iniciava um périplo por capitais europeias com o fim de conquistar apoios para o regime revolucionário português. Viajava num *Caravelle* da TAP requisitado por ele e fretado pela JSN. Dirá que partiu «a pedido de Spínola e, se quiser, da Junta de Salvação Nacional»,⁵² apesar de, por sua iniciativa, se ter «prontificado» para a tarefa no primeiro encontro com o general. Escolheria criteriosamente, apenas entre os seus aliados da IS que estavam no poder, os chefes de governo a visitar: Wilson em Londres, Willy Brandt em Bona (o qual se encontrava, aliás, à beira de se demitir, devido

a uma acumulação de escândalos pessoais e problemas governativos), Joop Den Uyl (1919-1987) na Haia, os primeiros-ministros dos países escandinavos que estavam num encontro em Helsínquia, Pietro Nenni (vice-primeiro-ministro) em Roma e, única exceção, o cardeal Agostino Casaroli (1914-1998), futuro secretário de Estado da Santa Sé, no Vaticano. Em França, com eleições presidenciais então em curso, falaria com o candidato François Mitterrand e, para preparar conversações sobre a Guiné-Bissau, com Léopold Senghor. Em Bruxelas, reuniu-se com Agostinho Neto (1922-1979), o líder do MPLA.

O que se passou logo na capital inglesa anteciparia o tom de todos esses contactos:

Meti-me num táxi em Londres e fui ao n.º 10 de Downing Street, onde estavam à minha espera, tendo sido recebido por Wilson e Callaghan. Disseram-me: “Estávamos à tua espera para reconhecermos a revolução. Vamos imediatamente fazer a declaração.” Pedi-lhes: “Esperem meia hora para eu ir à embaixada enviar o telegrama para Lisboa”.⁵³ Na representação diplomática portuguesa, onde se mantinha o mesmo embaixador do tempo da manifestação contra Marcello Caetano, o proscrito de então aproveitou para um pequeno ajuste de contas pessoal: «Eu tinha duas frases em código para enviar ao Spínola – uma para significar “sim” e outra para “não” [ao reconhecimento do novo regime]. Deixei o táxi à espera, a contar. Abre-me a porta da embaixada um mordomo à inglesa. Olhou para mim como se tivesse visto um espectro, ficou a tremer. “Chamo-me tal”, disse eu. “Eu sei.” “Então diga ao embaixador que quero falar com ele.” O embaixador desce a escada a correr. Digo-lhe para enviar a frase ao Spínola. “Entre.” “Não preciso.” “Não percebo nada” (da frase). “É exatamente por isso.” Era a minha vingança. Ele disse “sim, senhor” e mandou.⁵⁴

Com mais ou menos peripécias, o enviado da revolução portuguesa foi recolhendo apoios trajeto fora:

Na Holanda, com o chefe do Partido Socialista Holandês, nós entendíamos-nos em línguas diferentes. Ele apresentava-me

a mulher e dizia: “Mon mari” [“o meu marido”]. Fomos dali de carro, com escolta, a Bona. Willy Brandt, que era muito simpático, estava radiante. Eu disse-lhe: “Convence também o teu ministro da Defesa de que fomos os primeiros” (o ministro achava e queria que fossem os espanhóis). Perguntou-me: “Para onde vais agora?” “Para a Finlândia, porque estão lá reunidos os sociais-democratas dos países nórdicos.” Alguém que trabalhava com ele arranjou-me uma ligação com o cardeal Casaroli, que era mais ou menos o ministro dos Negócios Estrangeiros do Papa. Cheguei à Finlândia já de noite. Havia uma reunião de sindicalistas e políticos, da Suécia (com o Palme), Noruega, Finlândia e Dinamarca. Cheguei com muito atraso, e enquanto tinham esperado ficara tudo bêbedo, além de que havia muito fumo. “Não se pode abrir uma janela?”, perguntei. “Não, que está muito frio.” Sentiram como se o que se passou em Portugal fosse deles, algo nunca visto na Europa. Prometeram-me tudo e mais alguma coisa. No dia seguinte estava em Roma para falar com o Pietro Nenni, grande figura do socialismo europeu. Ele estava doido com aquilo em Portugal, mas também só pensava na Espanha, pois, tinha estado igualmente na guerra civil. Vou ao Vaticano para a reunião com Casaroli. Simpatizámos. Tranquilei-o: “Vamos tratar a Igreja nas palminhas. Não vamos fazer o erro da I República.” Valeu-me muito depois esse contacto, para assuntos que tiveram que ver com a descolonização e com a Igreja em Portugal. Todos reconheceram a nova situação portuguesa, sem exceção.⁵⁵

Soares viria a avaliar a viagem como uma espécie de iniciação: «Em poucos dias tinha-me tornado conhecido – como líder do PS – por todos os portugueses que viviam na Europa. Regressei muito mais confiante e seguro de mim. Durante aquele périplo consolidei muitas das ideias que já tinha, para o futuro do PS e do país, e, sobretudo, como as poderia realizar e com que apoios externos podia, em absoluto, contar.»⁵⁶

Utilizou também a aeronave alugada pelo Estado para transportar de volta a Portugal alguns militantes do PS espalhados pela Europa, assim como materiais do partido: «No avião da TAP, que

ia vazio, fui metendo gente que queria voltar a Portugal. Já ia praticamente cheio. O avião era grande. Com os pilotos e as hospedeiras, estava tudo divertidíssimo, era uma festa permanente.»⁵⁷ Em Londres, José Neves foi um dos recolhidos:

O Soares é que me disse: “Tu agora vens connosco.” Em mais de nove anos em Londres, eu tinha arranjado o meu melhor emprego dois meses antes, mas imediatamente larguei tudo. Vim no *Caravelle*, no regresso do avião a Lisboa. Na passagem por Paris, carregou-se o avião com o programa do partido e outros documentos do PS, que estavam preparados para vir por via marítima – sobretudo propaganda partidária. Venho eu e outros camaradas da emigração, enquanto o Soares segue para os países nórdicos. À chegada a Lisboa, eu dava vivas à liberdade e aos movimentos de libertação. O Soares veio depois noutro avião. Em Lisboa fui logo enquadrado no PS, onde trabalhei 22 anos.⁵⁸

Em Bruxelas, foi a vez de Bernardino Gomes embarcar: «Quando foi do 25 de Abril, falei com o Soares: queria vir com ele. Mas pediu-me que ficasse a tratar de várias coisas, incluindo fazer contactos. Depois chegou no *Caravelle* fretado à TAP. Tive uma conversa com ele, que ficou em Bruxelas, e eu apanhei o avião, que ia voltar para Lisboa. Recordo-me de entrar no avião e as pessoas terem sido simpaticíssimas comigo.»⁵⁹ E em Paris também Rodolfo Crespo aproveitou a boleia: «O Soares foi lá buscar as coisas e eu voltei depois com ele de avião. Na altura vínhamos todos imbuídos do espírito “Partido Socialista, partido marxista”, era tudo muito de esquerda.»⁶⁰

Relacionado com a viagem, Soares viria a descobrir um insólito pormenor: os seus contactos com dirigentes africanos eram duplicados por um representante de Spínola, por coincidência Diogo Nunes Barata, que era então o assessor diplomático do general. «O Spínola enviou à Europa o Nunes Barata mas nunca me disse nada», registará. «Ele queria certamente avaliar o que eu estava a fazer. O Nunes Barata esteve com o Agostinho Neto na Suíça um dia depois de eu me ter encontrado com ele em Bruxelas.

Tivemos até uma conversa muito interessante, embora ele não soubesse de nada do que então acontecia em Portugal e estivesse desconfiadíssimo.»⁶¹ Nunes Barata (que Soares tratava por *Baratinha* desde os tempos em que fora seu professor) confirmará: «Fui falar ao Léopold Senghor logo a seguir ao 25 de Abril e estive com o Neto em Genebra, após ter-se encontrado com Mário Soares.»⁶² O líder socialista não apreciou: «Fiquei, como é natural, desagrado, *a posteriori*, quer com o general Spínola, quer com o próprio Agostinho Neto. Certamente que ele já sabia, quando me encontrou, que ia ter esse outro encontro. Foi uma deslealdade ter-me omitido o facto. Desnecessária, aliás, tendo eu falado com ele com a abertura com que falei...»⁶³

Ao mesmo tempo que se preparava a posse de Spínola como Presidente da República e a formação de um governo provisório, os militares toleravam a atividade partidária – e o PS abria portas: «Na cooperativa da Duque de Ávila, pôs-se um pano a dizer que ali era o PS. Depois, a JSN deu prédios aos partidos, e ao PS foi concedido primeiro o sótão e um andar de um prédio na Rua de São Pedro de Alcântara, onde antes funcionava a censura aos filmes, e depois acabaram por dar o prédio todo.»⁶⁴ Além dos partidos oriundos da fase ditatorial – PCP e PS –, surgia também, logo a 6 de maio, o PPD (Partido Popular Democrático – mais tarde Partido Social Democrata, PSD), a partir da *ala liberal* da primeira legislatura marcelista, sob a liderança de um dos seus membros mais destacadados, o advogado portuense Francisco Sá Carneiro (1934-1980).

No seu primeiro encontro com Soares, Spínola havia-lhe atirado com o nome que estaria já a ponderar para chefe do governo provisório: «Disse-me que a JSN se comprometera a fazer eleições – o que aplaudi – e que iria constituir um governo civil. Com grande surpresa minha, perguntou-me se achava que Raul Rêgo, ali presente, seria um bom primeiro-ministro. Respondi-lhe: “Não sei se sabe que o Raul Rêgo é um dirigente do PS.” Spínola não sabia. Portanto, continuei: “Não sei se há alguma decisão (acabo de chegar) do partido a esse respeito.” Rêgo disse então que não tinha comunicado ao partido. Estava a refletir.»⁶⁵

Embora não o admitisse, perceber-se-á que Soares tinha reservas quanto à indignação do seu camarada: «Rêgo foi um resistente estimabilíssimo, de uma coragem a toda a prova, um homem de convicções e um grande jornalista. Auxiliou Spínola e manteve no *República* contactos estreitos com militares abrilistas. Tudo isso é indiscutível. Mas isso não faria dele, necessariamente, um bom primeiro-ministro, designadamente no momento tão complexo que então vivíamos.»⁶⁶

O que na verdade sucedia é que Soares aspirava a ser ele próprio o chefe do executivo, como pedira ao seu amigo Callaghan que transmitisse ao secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger (n. 1923). Escreveu o britânico a 3 de maio ao seu homólogo em Washington:

Acabei de ter um encontro muito útil com Mário Soares, o secretário-geral do Partido Socialista português, sobre o qual julgo que você gostará de ser informado de imediato. A situação em Portugal é ainda confusa e as intenções de Spínola em relação à formação do governo não são claras. Soares diz que o governo será formado dentro de 14 dias e deixou-me claro que o único lugar que o PS aceitará é o de primeiro-ministro: ele rejeitará de certeza o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. Isto porque ele encara a sua principal tarefa como sendo a de preparar as eleições que espera que ocorram dentro de um ano. Se ele for nomeado primeiro-ministro agora resignará ao cargo de secretário-geral e pensa que estará em boa posição para organizar e ganhar as eleições. [...] Soares vê o PS como a única força no país capaz de resistir aos comunistas, que, segundo acredita, têm o total apoio por parte da União Soviética. Soares sublinhou que, durante as manifestações do 1.º de Maio em Lisboa, que podem ter envolvido mais de um milhão de pessoas, ele foi a única personalidade em posição de desafiar o secretário-geral do Partido Comunista, Álvaro Cunhal. Ele diz que a direita não está em posição de lançar um contragolpe ou mesmo de constituir uma força política viável neste momento. Soares atribui grande importância ao facto de poder ter o total apoio dos governos britânico e americano

[...]. Para esse fim, ele está muito ansioso por se encontrar consigo e visitar os Estados Unidos e as Nações Unidas o mais breve possível. [...] Conheço Mário Soares há muitos anos e tenho considerável confiança nele. Nós deveremos oferecer ao PS ajuda técnica e ao nível da sua organização, na convicção de que um governo com a sua participação é aquele que oferece a melhor perspetiva para o Ocidente.⁶⁷

Com o objetivo de ganhar apoio dos governos ocidentais, Soares declarava-se assim nos bastidores, desde início, como a melhor barreira contra o avanço do comunismo, embora, para consumo público, preferisse ser visto a desfilar ao lado de Cunhal. Mas as suas pretensões à chefia do governo provisório não foram atendidas pelo novo poder militar, e o líder socialista teve mesmo de se contentar com o lugar que dizia não querer, o de ministro dos Negócios Estrangeiros, num elenco dirigido pelo seu ex-professor Adelino da Palma Carlos.

Para conceder direitos de cidadania aos partidos, corrigindo-se a lacuna inicial do Programa do MFA, os líderes das principais formações existentes foram incorporados no elenco governamental – uma forma de amortecer a pressão para que os comunistas fizessem parte do poder, e da qual Soares participou: «Os adversários políticos de Mário Soares à sua direita culpá-lo-iam de ter “puxado” o PCP para o governo e de ter temporizado com ele nos primeiros tempos.»⁶⁸ O secretário-geral dos socialistas tinha contudo uma justificação: «Tornei claro que o PS não entraria no governo sem a participação dos comunistas. Se os deixássemos de fora, nós, socialistas, ficaríamos numa posição política muito vulnerável, com o PC a tirar, na oposição, todos os dividendos de uma situação que, obviamente, seria muito difícil.»⁶⁹

Mas, enquanto três desses dirigentes eram ministros sem pasta – Cunhal pelo PCP, Pereira de Moura pelo MDP/CDE e Sá Carneiro pelo PPD –, Soares surgia com um estatuto diferente (é verdade que ele se batera para que Cunhal fosse titular do Trabalho, mas Spínola rejeitou a proposta⁷⁰; por outro lado, Sá Carneiro era

também ministro adjunto do primeiro-ministro, o que, segundo Soares, dava ao líder social-democrata «uma posição de relativa superioridade no governo»⁷¹). Por motivos protocolares, o seu partido gostaria que ele fosse também ministro sem pasta, mas o secretário-geral, não podendo ser primeiro-ministro, tinha outras ideias: «Preferi ser ministro dos Negócios Estrangeiros. Por duas razões: porque era uma pasta que não dava grande desgaste interno e também porque era a que tinha mais visibilidade [“Seria muito mais fácil adquirir notoriedade aos olhos do povo português através da maior visibilidade da pasta, conferida pela televisão.”⁷²]. Não me arrependi.»⁷³

Capítulo 17

A descolonização

De um só golpe, Soares tornou-se no rosto visível do novo Portugal no mundo – ou, pelo menos, no mundo diplomático. Num país onde a ditadura impusera uma vida isolada do exterior, tratava-se da concretização do velho provérbio segundo o qual «em terra de cegos quem tem olho é rei.»

Mas o novel ministro dos Negócios Estrangeiros, empossado com o resto do governo provisório a 16 de maio de 1974, teria de mexer no mais complexo e delicado dossiê do novo regime: a descolonização (que, juntamente com a democratização e o desenvolvimento, fazia parte dos três “dês” anunciados pelo Programa do MFA como objetivos estratégicos a cumprir pelo novo regime – a partir, aliás, de uma tese enviada por José Medeiros Ferreira ao III Congresso da Oposição Democrática¹). Nada, afinal, que ele não tivesse já na cabeça: «Trazia várias ideias quando cheguei a Portugal em abril de 1974: a descolonização, mas a descolonização possível, a democratização, com a instauração de uma democracia pluralista, e o desenvolvimento, com a entrada na CEE.»²

Afinal, dois dias após o 25 de Abril, ele já escrevia num artigo de opinião publicado no *Le Monde*: «Só o reconhecimento dos direitos à autodeterminação e à independência dos povos africanos – e o reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau – pode dar lugar à abertura imediata de negociações políticas com os movimentos de libertação, a fim de assegurar a paz e de salvaguardar as vidas e os interesses legítimos das populações tanto africanas como europeias.»³

Descolonizar constituía, no entanto, uma pesada responsabilidade histórica, já que estava em causa o futuro de um império com séculos de existência, e sobretudo – como o articulista aliás intuía no diário francês – das suas populações, fossem elas nativas, originadas na metrópole ou oriundas de outras paragens.

No seio do governo, Soares partilhava esse dossiê com o ministro da Coordenação Interterritorial, António Almeida Santos (que antes da revolução se estabelecera como advogado em Moçambique – onde fora destacado oposicionista –, regressando agora a Portugal). Apesar de manter laços de amizade tanto com Soares como com Zenha, Almeida Santos nunca aderira ao PS – partido que, porém, tinha outros dois membros seus no executivo de Palma Carlos: o próprio Zenha, com a pasta da Justiça, e Rêgo, com a da Comunicação Social.

Nas suas declarações iniciais como ministro, Soares, como já antes fazia, passou logo a referir-se aos territórios ultramarinos como «colónias», o que – notará Almeida Santos – terá ferido alguns ouvidos mais sensíveis: «Esta verdade, autenticada por todos os registos da ONU, e por todos os sacramentos da opinião universal, teve impacto negativo e sabor pecaminoso numa grande área da opinião pública portuguesa!»⁴

Para formar a sua equipa nas Necessidades, o líder socialista recorreu a alguns correligionários, entre os quais Jorge Campinos, que seria seu secretário de Estado, e Bernardino Gomes: «O Mitterrand veio a Lisboa em maio [na realidade, no início de julho, três semanas após ter perdido por estreita margem as eleições presidenciais, contra Giscard d'Estaing (1926-2020)] com uma delegação do PS francês. E o Soares pediu-me se eu podia organizar a estada, quer dizer, no quadro do partido e das relações internacionais. Eu ajudei a organizar aquilo. E foi nessa ocasião, mais ou menos, que me convidou para eu trabalhar com ele. Fui como seu assessor para as relações internacionais. Eu tinha estudado relações internacionais, estivera sempre ligado a esse tema. O seu chefe de gabinete era o [Victor da] Cunha Rego.»⁵ (O convi-

te ao chefe socialista francês contribuiria provavelmente para uma futura relação de amizade, conforme defenderá José Manuel dos Santos (n. 1955), que mais tarde trabalhará junto de Soares como seu assessor de imprensa: «O Mitterrand perde as eleições, logo a seguir ao 25 de Abril, e o Soares convida-o para vir a Portugal. O Mitterrand sempre terá isso em consideração.»⁶).

O ministro foi também buscar o seu sobrinho Alfredo Barroso: «Quando ele chega – estava eu ainda na tropa –, diz-me: “Queria que fosses para o Ministério dos Negócios Estrangeiros comigo, como assessor de imprensa.” Eu já tinha algum prestígio oposicionista, não se colocava já a questão da família. E lá fui para diretor dos serviços de informação do ministério.» Iniciava-se uma colaboração que se prolongaria pela vida fora, ao longo dos vários cargos políticos de Soares: «Como não sou muito amigo de andar de avião para ir ao estrangeiro, para ele era ótimo. Era uma garantia de que eu estava aqui, tratava dos assuntos, o informava... – por que eu era um tipo da confiança dele.»⁷

«Eu não conhecia a carreira diplomática e não sabia sequer como se usava fazer um simples despacho da administração pública», dirá mais tarde Soares.⁸ Mas essa também não era a sua preocupação. Logo no próprio dia da posse, não perdeu tempo e partiu para Dakar à procura de uma saída para a Guiné-Bissau, a mais delicada das frentes de guerra, onde a posição militar portuguesa era tida como insustentável e o PAIGC já havia declarado a independência em setembro do ano anterior:

Eu trazia algumas ideias-chave, e a primeira era de que não podia haver democracia sem descolonização. Logo a 16 de maio, assino o cessar-fogo em Dakar com Aristides Pereira [1923-2011, sucessor de Amílcar Cabral à frente do PAIGC e futuro primeiro presidente de Cabo Verde]. Eu já tinha negociado com o Senghor no dia 2 de maio: “Se for ministro, a primeira coisa que faço é ir a Dakar. Você arranja-me um encontro com o Aristides?” Fui quase sem falar a ninguém, nem disse aos meus colegas de governo, só por alto ao Palma Carlos – ou devo ter-lhe dito (ficaram todos surpreendidos; os do PC

ficaram aterrados, porque queriam ser eles a fazer a descolonização). Mas falei ao Spínola. “Você leva um tipo”, disse-me ele, e indicou o [major João de] Almeida Bruno [n. 1935], que era da sua confiança.⁹

Palma Carlos confirmará que Soares lhe comunicou a deslocação e até que ela levantou problemas logísticos, a serem resolvidos por outro membro do governo: «Mário Soares tinha uma preocupação única: acabar com a guerra e entender-se logo com os movimentos de libertação. Logo no dia da posse do governo partiu para negociações [...]. Foi uma irrequietação. Tinha um encontro aprazado [...] e não havia transporte, nem possibilidades de o arranjar. O Conselho de Ministros acabou por pedir a[o tenente-coronel Mário] Firmino Miguel [1932-1991], ministro da Defesa, que arranjasse, nesse mesmo dia, um avião para levar Soares ao norte de África.»¹⁰

Mas, no mapa de competências, era na realidade o presidente e não o governo quem tutelava a diplomacia. O mandato que o general outorgara a Soares no próprio dia da sua partida era por isso limitado, e daí a razão para a apertada vigilância de um militar spinolista a seu lado, como explicará Almeida Santos:

Spínola reuniu-se com Mário Soares para acertar agulhas quanto ao comportamento deste em Dakar, para onde partiria de imediato para se encontrar com Aristides Pereira. Era o primeiro ato, o primeiro gesto de boa vontade. O presidente deixou bem claro que não deveria passar disso. Chá e simpatia. Companheiros de luta durante o exílio de Mário Soares, foi fácil a este e a Aristides Pereira repor a linguagem da amizade. E não só da amizade. Também do lançamento de uma trégua nas operações militares, na Guiné, facilitada por espontâneas confraternizações entre os inimigos do 24 de Abril, que irromperam a partir da notícia do triunfo da revolução. Mas não mais do que isso. O presidente Spínola não estava ainda – e por algum tempo continuou a não estar – psicologicamente preparado para encetar com o PAIGC negociações sobre a descolonização da Guiné. [...] Que a República da Guiné-Bissau

tivesse sido já internacionalmente reconhecida por mais de 80 Estados soberanos era um facto que não o impressionava por demais.¹¹

«Eu desconfio desse Soares!», terá dito Spínola a Almeida Bruno. «É um exilado que nada percebe de África e deve estar feito com os comunistas.»¹² No diálogo com o PAIGC, Spínola e Soares não estavam de facto a pensar na mesma coisa, como, aliás, adiante se perceberia. Marcado para Londres, duas semanas depois, o verdadeiro início das conversações sobre o processo de transição guineense, onde o ministro dos Negócios Estrangeiros era agora escoltado por outro homem da confiança do presidente, o major Manuel Monge (n. 1938), a delegação portuguesa estava perante pouco menos que um facto consumado, como descreverá Almeida Santos, também presente: «O essencial estava definido. Definido que era impensável tentar impor ao PAIGC uma consulta popular; impensável deixar de reconhecer o PAIGC como único e legítimo representante do povo da Guiné; impensável recusar o reconhecimento da Guiné-Bissau como novo Estado soberano; impensável seguir outra via que não fosse a da negociação direta entre o Estado português e o PAIGC.»¹³

O titular dos Negócios Estrangeiros, segundo as notas tiradas por Palma Carlos nas reuniões do governo, alertou, no Conselho de Ministros de 12 de junho, para os perigos de não se chegar depressa a um acordo com o movimento guineense: referiu a «situação interna na Guiné e confraternização das tropas portuguesas com os elementos do PAIGC» e previu que, perante «uma posição de rigidez aqui – e diz isso com solenidade –, daqui a um mês ou mês e meio vamos fazê-lo em condições de grande humilhação.»¹⁴ Soares adiantaria ainda aos colegas de governo: «A situação é esta. Fechamos as portas e as negociações (expedientes dilatórios) e recomeçam os combates. Não temos possibilidade de os combater mais um mês.»¹⁵

Elaborado um esboço de acordo, Spínola e Soares entraram então em choque ao prepararem a estratégia portuguesa para nova

sessão negocial, que desta vez teria lugar em Argel em 14 de junho: «Houve [em Conselho de Ministros realizado em Belém, com Spínola a presidir¹⁶] uma pega imensa por causa da Guiné. Cheguei a demitir-me devido ao Spínola. O Almeida Santos é que veio atrás de mim, a dizer: “Não faça disparates”.»¹⁷ Não era na verdade apenas no presidente que Soares não encontrava recetividade, mas também no próprio executivo:

Spínola não queria autorizar-nos a fechar o acordo com o PAIGC: pretendi ainda algum espaço de manobra. [No Conselho de Ministros presidido por Spínola] enfrentei o general, dizendo-lhe que comprometera já a minha palavra quando anunciara ao mundo que iríamos descolonizar seriamente e que o primeiro passo seria dado na Guiné. Perante a desautorização que Spínola queria infligir-me, não teria outro remédio senão demitir-me do governo. Fiquei tanto mais chocado quanto encontrei muito pouco eco no Conselho de Ministros. Recordo-me mesmo de ter ouvido o próprio Cunhal dizer que era “premature” falar em independência da Guiné [...] e que se deveria avançar, com prudência, na questão da descolonização! Álvaro Cunhal queria tudo menos que fosse eu a realizar a descolonização. Salgado Zenha também, por mais de uma vez, me recomendou calma. Mas Almeida Santos, que devia acompanhar-me dias depois a Argel, pediu-me que não me precipitasse na minha decisão de abandonar o governo.¹⁸

Também o então titular da Coordenação Interterritorial por menorizará a profunda divergência que opôs o presidente e o líder socialista:

Na véspera da partida para novo *round* de negociações, o doutor Mário Soares e eu próprio fomos a Belém receber instruções. “Não ceder nem uma vírgula!”, foi a indicação recebida. Aí, o doutor Mário Soares entrou em crise. E objetou que, se não levávamos nenhuma margem de discussão – já que de acordo nem pensar! –, o PAIGC, ao aperceber-se disso, levantava a mesa anunciando rutura das negociações. Compreendia que o presidente não quisesse que a reunião fosse conclusiva, mas era conveniente salvaguardar um espaço mínimo de ne-

gociação. De contrário, não íamos [...] fazer nada, hipótese em que se recusava a ir. O presidente Spínola recebeu a recusa de péssimo humor. Em decorrência disso disseram um ao outro coisas menos protocolares. O fantasma da demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros pairou no ar, ora da iniciativa de um ora do outro. O presidente foi ao ponto de insinuar falta de patriotismo na atitude do ministro. Este ripostou asperamente recusando-se a receber lições de patriotismo. A cena é, a partir daqui, facilmente imaginável. Por fim, já falavam os dois ao mesmo tempo, sem que cada um se ouvisse ao outro.¹⁹

Almeida Santos acrescentará que pediu um minuto sem ser interrompido pelos restantes, propondo então uma solução que Spínola terá aceiteado: o recurso a expressões alternativas às frases que estavam em disputa na negociação, «que se necessário significassem o mesmo mas fossem, apesar disso, outras.»²⁰

Com a sua anterior experiência de governador na Guiné, onde julgava ter alcançado extensa popularidade entre a população africana, Spínola opunha-se ao reconhecimento da independência do território, mantendo-se fiel à sua visão federalista para o império. Julgava que Soares pretendia ceder nessa matéria ao PAIGC – e porventura aos agrupamentos nacionalistas das restantes colónias. Tal suspeita havia-o levado, aliás, a preterir a companhia do ministro dos Negócios Estrangeiros quando, a 19 de junho, teve conversações na ilha Terceira com o presidente norte-americano Richard Nixon (1913-1994): «Para o encontro com Nixon nos Açores, o general Spínola levou Sá Carneiro, pensando que os americanos não gostavam de Soares por ser socialista».²¹ O ausente falaria com Nixon apenas uma semana depois, numa cimeira da NATO em Bruxelas, mas seria de novo ignorado quando o general conferenciou mais tarde, sobre o processo angolano, com o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko (1930-1997), a 14 de setembro, na ilha cabo-verdiana do Sal. «Fui ultrapassado», comentará Soares. «Eles não me davam conta das coisas, nem eu a eles.»²²

Estava em causa optar entre fazer entrar automaticamente as colónias em processo de independência ou proceder antes à sua

autodeterminação através de referendo entre as populações sobre o modelo de governação que escolhiam (princípio advogado pelas Nações Unidas nos territórios por descolonizar). O então assessor diplomático de Spínola explicará que era por aí a linha de fratura entre Belém e as Necessidades: «Soares sempre defendeu a independência, Spínola sempre defendeu que isso era uma solução neocolonial, já que impunha aos africanos um ponto de vista que eles podiam não querer. O general tinha a experiência da Guiné – onde estava [como delegado da JSN e depois governador, o tenente-coronel] Carlos Fabião [1930-2006, ex-colaborador de Spínola no território] –, julgando que 80 por cento da população votaria a favor de Spínola. Portanto, achava que devia haver autodeterminação – que podia ou não conduzir à independência –, mas não independência. A divergência era essa: cada um dizia uma coisa diferente.»²³

O ministro entendia que o presidente vivia numa ilusão, ligada ao seu passado na Guiné, que não correspondia à realidade no terreno: «O Spínola pensou que com uns retratos dele mandados para a Guiné tomava conta daquilo. Tinha o Carlos Fabião, que foi para lá dirigir as coisas, mas que começou logo a dar armas à outra parte [a guerrilha do PAIGC]. Eu nunca fui tão longe.»²⁴ A verdade é que Fabião deparara com um quadro irreversível, como reconstituirá também Soares: «Spínola incumbira-o de preparar a visita que ele projetava fazer ao território e de distribuir milhares de cartazes seus, pensando que esse gesto provocaria um movimento que subverteria o PAIGC. E, sobretudo, que lhe seria ainda possível fazer o referendo, instrumento ao qual permanecia agarrado com ambas as mãos. Mas, mal Fabião chegou ao território e deparou com a situação no terreno [...] pressionou Lisboa para que Portugal apressasse o epílogo das conversações com o PAIGC.»²⁵

Tratava-se, pois, da «descolonização possível» que Soares terá querido fazer: «Depois de 13 anos de guerras coloniais, quando se gritava em Lisboa “nem mais um só soldado para as colónias”, com os exércitos a confraternizarem no terreno, como ter força para fazer melhor? Foi um milagre a descolonização que se fez.»²⁶

Não era o que pensavam os spinolistas, como recordará Nunes Barata: «Mário Soares diz que não havia outra hipótese. Eu digo que sim, que era o que a ONU exigia. Foi o que o general Spínola disse ao Kurt Waldheim [1918-2007, secretário-geral das Nações Unidas] que se ia fazer.»²⁷

Almeida Santos achou que se iniciara uma reação em cadeia: «Perdemos a guerra na Guiné. E a guerra na Guiné inquinou tudo. Em Moçambique, a guerra estava a caminho de perdida. Era o efeito dominó. Só em Angola aguentávamos a situação.»²⁸ Pensar em entregar o processo aos Capacetes Azuis – já que o exército português deixara de ter força para sustentar a situação por forma a garantir a oportunidade de as populações se pronunciarem em referendo – foi coisa que na altura não terá passado pela cabeça a nenhum responsável português: pelo menos Soares não referirá que a alternativa tenha sido alguma vez ponderada. A posição negocial portuguesa estava, aliás, tolhida por um argumento apresentado pelo movimento de Amílcar Cabral na mesa de conversações: «O PAIGC dizia que, se não o reconhecêssemos como o único interlocutor na Guiné – dado que a sua legitimidade provinha da luta armada, do mesmo modo que a nossa vinha da revolução do 25 de Abril –, não assinariam a paz e continuariam a guerra.»²⁹ Os movimentos que combatiam nas outras frentes poderiam dizer o mesmo.

O presidente e o ministro dos Negócios Estrangeiros também não se entenderam quanto à nomeação do novo embaixador português na ONU, que Soares pretendia que fosse Jorge Sampaio (então dirigente do MES – Movimento de Esquerda Socialista –, fundado após o 25 de Abril e situado à esquerda do PS), tendo chegado a lançar-lhe o repto:

Mário Soares convidou-me para embaixador na ONU, e combinei com ele e Spínola que, antes de mais nada, iria ter uma deslocação a Nova Iorque para perceber a posição dos vários países relativamente à descolonização portuguesa. Pedi para ir com o João Cravinho [n. 1936, engenheiro, à época também no MES]. Estivemos quatro dias em Nova Iorque, falámos com 32 delegações, recorde absoluto, uma coisa de loucos. O nosso

papel [relatório] dizia que não havia alternativas a não ser a autodeterminação, pelo que devia haver um processo conducente a isso. Chegamos a Lisboa, vou ao Mário Soares, que me diz: “Tenho muita pena, mas o Spínola quer nomear o [José] Veiga Simão [1929-2014, último ministro da Educação do regime anterior] embaixador na ONU. E eu não vou fazer uma crise por causa disso. Espero que compreenda.”³⁰

Um dilema difícil para Soares, cujo desfecho, porém, não lamentou: «O general Spínola – que considerava Jorge Sampaio um esquerdista, de quem desconfiava – opôs-se frontalmente. Ao cabo de umas semanas de impasse, transigi em nomear Veiga Simão, que não conhecia, devido à intervenção de Almeida Santos, que organizou uma longa conversa, entre nós, que correu muito bem. Não me arrependi. Ficámos amigos!»³¹

Tudo indicava que o processo de negociação do cessar-fogo com a Frelimo – o movimento nacionalista que há uma década combatia em Moçambique –, marcado para Lusaka com início a 6 de junho, sob os auspícios do presidente zambiano Kenneth Kaunda (1924-2021), e no qual Soares chefiava de novo a delegação portuguesa, iria ser uma cópia a papel químico do que se passara em Dakar com o PAIGC. Para mais, o presidente resolvera enviar outro *vigilante* do ministro: o major Otelo Saraiva de Carvalho (1936-2021), que fora o comandante operacional dos golpistas no 25 de Abril. «O general Spínola conhecia Otelo melhor do que conhecia Mário Soares, dos tempos da Guiné, onde ele era oficial da propaganda – o Departamento de Ação Psicológica.»³²

Mas Soares salientará a existência de uma *nuance*, já que a escolha não teria sido do presidente: «Foi na própria manhã da minha partida que o general Spínola me preveniu, pelo telefone de Estado, que – na sua expressão – “os rapazes da [Comissão] Coordenadora [do MFA]” lhe tinham sugerido que o major Saraiva de Carvalho me acompanhasse a Lusaka. Comunicava-me que achara bem e que Otelo me apareceria no aeroporto. Por estranho que [...] pareça, nessa altura não sabia quem era Otelo Saraiva de Car-

valho! Pedi ao meu chefe de gabinete, Victor Cunha Rego, que se informasse. Assim fez. Já no aeroporto, disse-me que Otelo era um elemento muito importante do MFA.»³³

Saraiva de Carvalho descreverá uma missão em tudo semelhante à dos anteriores acompanhantes de Soares: «Fui chamado de véspera, não sabia nada. O Spínola disse-me: “Você vai vigiar esse gajo, que eu não tenho confiança nenhuma nele. O que é preciso é que traga de lá o cessar-fogo.” Lembro-me de que na escala no aeroporto de Nairóbi o Mário Soares tirou os sapatos e usou o casaco a fazer de almofada.»³⁴

Soares falará de uma amizade construída com Saraiva de Carvalho durante a longa viagem até Lusaka.³⁵ Aí veio o momento do encontro com a delegação da Frelimo, chefiada pelo seu líder, Samora Machel (1933-1986). O então major descreverá o cenário: «Era uma sala monstra, estreita mas comprida. Ao fundo da mesa, enorme, estava Kaunda. De um lado, eu, o Mário Soares e o Manuel Sá Machado [1935-1976, diplomata, assessor principal do ministro]. À nossa frente, havia umas portas de correr, que Kaunda dá ordem para serem abertas, e surgem os nove elementos da delegação da Frelimo, que se postam desse lado da mesa.»³⁶

Relatará Soares que o presidente zambiano estabelecera antes rígidas regras protocolares para o momento: «O Kaunda, num estilo absolutamente britânico, dissera: “Vocês [os chefes de delegação] fazem uma vénia os dois, param, fica cada um no seu lugar e eu profiro o meu discurso. Eu chamo-vos e vocês cumprimentam-se.” E eu pensei: “Mas que raio de protocolo”.»³⁷

Só que as instruções acabaram subvertidas. Recordará Saraiva de Carvalho (nascido e criado em Moçambique): «O Mário Soares pergunta-me o que acho: “Cumprimento-o [a Machel] com um aperto de mão ou dou-lhe um abraço?” “Se o senhor doutor não fizer isso, faço eu.” Chego-me perto do Jacinto Veloso [n. 1937, antigo desertor da Força Aérea Portuguesa, membro da delegação da Frelimo, futuro ministro moçambicano da Segurança], meu colega de liceu, que estava muito rígido, e disse-lhe: “Vai-te lixar”.»³⁸ Soares

fez idêntica aproximação ao seu principal interlocutor: «Olhei para o Samora, que eu não conhecia, ele emitiu uma enorme gargalhada, avançámos um para o outro e demos um grande abraço. Houve uma salva de palmas bestial. O Kaunda nem fez o discurso.»³⁹

O inesperado instante, que ficou conhecido como «o abraço de Lusaka», seria visto com enorme controvérsia, como registou Almeida Santos: «A televisão deu-nos a ver, não o “aperto de mão” que eu havia imaginado, mas um espontâneo abraço, com palma-da nas costas e tudo, entre Mário Soares e Samora Machel, que a um só tempo desfeiteou o protocolo, esqueceu o conflito militar ainda em curso e, segundo alguns, as próprias conveniências. Dividiram-se as opiniões entre os que o acharam excessivo e inoportuno e os que o julgaram premonitório.»⁴⁰

O titular da Coordenação Interterritorial garantirá ter-se contado entre os que defenderam a oportunidade do gesto, então na aparência irrefletido e natural, mas que Soares justificaria a *posteriori*: «Foi um sinal de fraternidade e de vontade de paz entre os povos que tinham lutado, cada um a seu modo, contra o fascismo e o colonialismo das ditaduras salazarista e caetanista. [...] Esse “abraço” de Lusaka ajudou a preservar o bom entendimento, para o futuro, dos dois povos. Foi esse o seu significado simbólico. [...] Transmitem a ideia de que não eram os povos que se tinham combatido. Quem fizera a guerra – e fora vencido – foi o regime colonialista, ao arrepio da vontade popular, simultaneamente contra os nacionalistas africanos e os oposicionistas portugueses. Nunca Portugal.»⁴¹

Apesar da carga simbólica da imagem, se alguém na delegação portuguesa quebrou a disciplina negocial desenhada em Lisboa não foi o ministro, como narrará o próprio: «Quem dirigia a conferência do lado da Frelimo era o [Joaquim] Chissano [n. 1939, futuro presidente de Moçambique]. O Samora só lá ia de tempos a tempos, mas tinha a palavra decisiva. A Frelimo só queria assinar o cessar-fogo contra o seu reconhecimento como único interlocutor e a aceitação do princípio da independência. Mas, de acordo com as instruções de Spínola, eu dizia que primeiro devíamos acordar

o cessar-fogo. Então o Otelo disse ao Samora: “Você tem toda a razão.” E para mim: “O senhor doutor não pode insistir mais nisso, porque a guerra está perdida.” Peço a interrupção da reunião, venho cá para fora e ralho com ele.»⁴² Saraiva de Carvalho confirmará, ao mínimo pormenor, esta versão dos factos:

O Mário Soares só queria o cessar-fogo, cumprindo rigorosamente o que o general Spínola tinha dito. Mas o Samora queria garantias prévias do novo poder político em Portugal, desde o reconhecimento da Frelimo como legítimo representante do povo moçambicano como o direito à independência e a transferência do poder. “Nós sabemos do estado anímico das vossas tropas”, dizia ele. “Estamos preparados para décadas de luta.” Eu, perante o impasse, peço a palavra: “Estou aqui como representante do MFA. A delegação de Moçambique, a Frelimo e Samora Machel têm toda a razão. Se eu estivesse no seu lugar faria o mesmo. Têm todo o direito à independência, que faz parte do programa do MFA: autodeterminação que pode levar à independência.” O Mário Soares pede logo a interrupção: “Você coloca-me numa posição tramada. O cessar-fogo é a determinação do Spínola.” E eu: “Mário Soares, eu estou aqui a representar o MFA. Assumo em Lisboa toda a responsabilidade.”⁴³

Prosseguirá Soares o seu relato: «Verberei a posição de Otelo e ameacei-o de, ali mesmo, abandonar as negociações. Deu-me razão e desculpou-se, embora insistindo que a situação no terreno, por ele descrita, era verdadeira. Voltámos à sala. As negociações prosseguiram, mas nenhuma das partes cedeu. Ficámos por aí e regressámos a Portugal [após Otelo, sem a presença de Soares, se ter encontrado ainda na capital zambiana com uma delegação do MPLA, chefiada por Henrique Iko Carreira (1933-2000), futuro ministro angolano da Defesa⁴⁴]. O mais curioso é que, quando chegámos a Lisboa, tínhamos um carro à nossa espera para nos conduzir diretamente a Belém. Spínola recebeu-nos, aos dois, de imediato. Descrevi-lhe o impasse a que tínhamos chegado, omitindo a intervenção de Otelo. Spínola perscrutava-me com o olhar, desconfiado.»⁴⁵

O presidente intuiu, com efeito, uma lacuna na narrativa do ministro: «O Spínola, que tinha enviado o Otelo, pensava que eu não falava verdade. “Foi só isso?”, perguntou. E o Otelo: “Não, senhor general, há uma coisa que o doutor Mário Soares não disse.” O general olha para mim com um olhar de quem me queria matar. O Otelo continua: “Ele não disse que eu disse que a guerra estava perdida.” O Spínola fica de cabeça perdida, chama traidor a Otelo.»⁴⁶

De novo a memória de Otelo encaixará com a de Soares: «O Spínola perguntou: “Então, trazem o cessar-fogo?” E eu respondi: “Não, foi exigido isto pela Frelimo e eu dei-lhes toda a razão.” Ficou lixado, fez-me logo ameaças. Acrescentei: “Mário Soares cumpriu as suas indicações, mas não têm cabimento.” E o general: “Não aceito isso, vou encontrar-me com o Nixon nos Açores e vão ver como é: tropas americanas em Moçambique”.»⁴⁷

Depois desta «diatribe, aos gritos, incontrolável», durante a qual «Otelo permaneceu impávido»,⁴⁸ contará Soares que o presidente mandou sair os dois do gabinete, e já no exterior o major ter-lhe-á dito: «Senhor doutor, não ligue ao que diz o velho, que ele já não manda nada.»⁴⁹ Ou, segundo outra versão sua: «O general julga que tem mais força do que efetivamente tem.»⁵⁰

Talvez só naquele momento o líder socialista tenha compreendido que o verdadeiro poder revolucionário não residia em Belém mas na CC do MFA, onde estavam os responsáveis pela preparação e execução da rotura operada pela força das armas no 25 de Abril. Nela, era Melo Antunes quem se encarregava de acompanhar a descolonização, e o cérebro por detrás das posições pró-independentistas que então o MFA começava a adotar, encurralando o presidente num beco com cada vez menor margem de manobra – e daí as palavras do major à saída da reunião com Spínola. Garantirá, aliás, Saraiva de Carvalho que «Melo Antunes ficou satisfeito» com o seu comportamento em Lusaka.⁵¹ Este tenderá de facto a desculpar a atitude do colega com «um certo ambiente festivo, ainda resultante do próprio 25 de Abril», embora remetendo também para o ministro responsabilidades que ele não terá tido nesse particular: «Mário Soares, de certa maneira, aparece em

Lusaka com esta imagem de dirigente político que já tinha tomado posições nessa matéria, [...] direito à autodeterminação e à independência dos povos colonizados [...], e que, portanto, com meia dúzia de abraços as coisas se resolviam.»⁵²

Um pouco contraditoriamente, de resto, Melo Antunes reconhecerá que «Soares, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, e em missões que lhe foram confiadas pelo general para concretizar os projetos de descolonização, manteve-se fiel às orientações que ele lhe tinha dado.»⁵³ Nunes Barata, embora constatando que «Spínola e Mário Soares tinham ideias um do outro que eram falsas – ele era um paisano, desconfiado do general com aquela pose, o monóculo, a atitude, etc.», reconhecerá o mesmo: «Apesar da discordância que havia, o presidente nunca considerou Mário Soares como desleal. O ministro nunca fez nada contra as suas diretivas.»⁵⁴

Palma Carlos, por outro lado, terá visto Soares mais próximo de Melo Antunes do que de Spínola: «Sabíamos lá o que estava a negociar-se! Soares era o cabeça das negociações. Eu recomendava a Spínola que se apoiasse na Lei Constitucional, que dava ao Presidente da República a direção da política externa portuguesa. E ele estava de acordo comigo, quando eu lhe dizia: “Olhe que o fim da guerra é político. Não se trata da entrega pura e simples. Têm de ser feitas negociações com vista à autodeterminação. Há que encerrar a hipótese de uma consulta popular para esse efeito.” Mário Soares não queria saber disso. Tinha o apoio de Melo Antunes, nestas soluções radicais extremas.»⁵⁵

Por seu turno, Bernardino Gomes mencionará um equilíbrio impossível entre dois polos de poder militar: «Soares tinha de se movimentar entre por um lado Spínola e por outro o MFA, com as suas lutas internas, porque havia toda a gente a negociar, e cada um passava por cima dos outros.»⁵⁶

Seja como for, iniciadas as primeiras negociações, Soares deixará de acompanhar com tanta intensidade o processo africano, que passará para as mãos de Almeida Santos e, sobretudo, do próprio Melo Antunes, promovido a 18 de julho a ministro de Estado sem

pasta com competências para a descolonização. Na aparência, o ministro dos Negócios Estrangeiros não atribuirá na altura grande importância ao facto,⁵⁷ sendo que lhe interessavam mais a definição das grandes linhas de ação (estabelecidas no arranque dos contactos) do que as maçadoras minudências dos textos de acordo, discutidos à mesa de negociações até ao pormenor de cada vírgula. Essa era antes a função de Almeida Santos, que não desmentirá ter sido ele o «arguente» nas conversas com os nacionalistas africanos, enquanto Soares «era o homem da grande política, dos contactos internacionais.»⁵⁸ Quanto ao poder de Melo Antunes, Soares aceitou-o como natural: «Melo Antunes [...] era o representante do MFA, o verdadeiro detentor de toda a legitimidade. Afinal, nós éramos ministros porquê? Porque houvera uma revolução que tinha querido partilhar o poder político com alguns civis, é bom não o esquecer.»⁵⁹ Mas o então major apontará razões específicas para substituir o ministro dos Negócios Estrangeiros nas negociações para a descolonização:

Nós começávamos a perceber – eu digo “nós”, os elementos do MFA que pensavam, como eu, que a descolonização era uma das peças essenciais da rutura revolucionária – que, se as coisas continuassem por aquela via, com o Spínola e o Mário Soares como protagonistas do processo, tudo era posto em causa. Portanto, eu fui nomeado ministro sem pasta, no II Governo, especialmente com o encargo da descolonização [...], uma nomeação decorrente das pressões exercidas pela Comissão Coordenadora junto do Spínola [...] para que fosse eu [...] o responsável pelo começo das negociações com Angola e Moçambique. [...] Mário Soares obviamente nunca engoliu esta versão porque imagina sempre que se armaram conspirações terríveis para o desalojar e para que eu aparecesse a protagonizar o processo. Não! Tínhamos uma conceção, uma estratégia, ela foi claramente defendida nos órgãos próprios.⁶⁰

Com a aprovação pelo Conselho de Estado, a 27 de julho, da Lei 7/74, reconhecendo o direito das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência, Spínola cede por fim à pressão

do MFA – a partir de então a força dominante na orientação de Lisboa sobre o processo descolonizador. Soares ainda vai a Dar-es-Salam a 16 de agosto, chefiando uma delegação com o ministro de Estado e com Almeida Santos (que «foi já, praticamente, dirigida por Melo Antunes»⁶¹), para prosseguir as reuniões com a Frelimo; de novo a Argel dez dias mais tarde, para assinar com o PAIGC o reconhecimento da independência da Guiné; e outra vez a Lusaka, a 7 de setembro (também com os mesmos acompanhantes), para acordar com Machel o cessar-fogo e a data da independência de Moçambique (desencadeando-se nesse dia uma revolta de colonos no território, em protesto contra os acordos, que se salda em 100 mortos e 250 feridos⁶²), mas admitirá não ter já então mão na evolução dos acontecimentos:

Eu pensava ainda ser possível avançar, gradualmente, por fases, diferenciando as colónias consoante as situações no terreno, e envolver nos processos as populações através de personalidades representativas, negras, mestiças e mesmo brancas. [...] Teríamos desejado que houvesse maior gradualismo [...], uma maior busca de consensualidade, menos unilateralidade. Mas, nessa altura, o MFA – que se considerava ele próprio um movimento de libertação de Portugal – sentia-se a falar com os seus homólogos de libertação de Angola e de Moçambique. E, naturalmente, privilegiava-os em absoluto. [...] Foram os militares de Abril, opositores de Spínola e mais próximos d[o general Francisco da] Costa Gomes [1914-2001, vice-presidente da JSN, tido como mais identificado com a liderança do MFA], que, finalmente, conduziram a política de descolonização levada a cabo por Portugal nas suas fases mais decisivas. [...] [Eu] não podia dizer: “Não, não, quem faz a descolonização, em exclusivo, sou eu!” O que aconteceu, realmente, é que eu cavalguei a questão africana e comecei a correr à desfilada para ser eu a resolvê-la: na convicção de que poderia solucioná-la melhor do que os outros ou, pelo menos, com menos estragos para o país. Não foi o caso, infelizmente. Reconheço-o.⁶³

Em rigor, não era esta, porém, a perspetiva que Soares apresentava no rescaldo do processo de descolonização, em 1976, a

propósito do caso moçambicano: «O principal é saber se tínhamos alguma outra saída. Partimos de um dado de facto indiscutível: o exército português estava vencido no campo de batalha e desmoralizado. Seria possível, como preconizava Spínola, adotar um procedimento *soi-disant* democrático: “Um homem, um voto?” Era ignorar a realidade africana: provocar, em Moçambique, uma guerra civil desastrosa, inventando formações políticas para afrontar a Frelimo, único movimento representativo; empenhar de novo e inelutavelmente o exército português na guerra e preparar uma derrota mais desgastante ainda. Não, não havia outra escolha senão a de negociar, nas melhores condições possíveis, com a Frelimo.»⁶⁴

Almeida Santos corroborará esta ideia, invocando «os limitados poderes dos negociadores políticos» perante as «pressões exercidas pela componente militar, liderada pela CC do MFA e suas delegações no espaço colonial»: «Fica assim evidenciado o diminuído grau de influência que, na formação da vontade subjacente aos acordos de descolonização, tiveram os negociadores civis. Nomeadamente, mas não só, o doutor Mário Soares e eu.»⁶⁵

O então ministro da Coordenação Interterritorial invocará projetos de acordos que já apareciam datilografados, limitando-se depois ele e Soares a tentar melhorar alguns dos seus aspetos – como no caso das conversações com a Frelimo em Dar-es-Salam, para as quais foi previamente distribuído «um protocolo pré-negociado por Melo Antunes».⁶⁶ Palma Carlos relatará por sua vez:

Contou-me Spínola que, quando regressaram de Lusaka – onde se realizou a última conferência relativa ao termo da guerra em Moçambique –, Mário Soares e Almeida Santos, que tinham ido com Melo Antunes, foram queixar-se ao Presidente da República, explicando que não tinham sido ouvidos para coisa nenhuma. Que tinha acontecido? Tinham aprazado a conferência onde iriam ser resolvidas, em definitivo, as condições em que se faria a paz naquela colónia. O encontro estava marcado para um determinado dia, de manhã, às tantas horas, num tal lugar. Eles, pontualmente, compareceram. Só que nem os da Frelimo nem Melo Antunes lá puseram os pés.

Receberam, por junto, Soares e Almeida Santos, indicação para regressarem à tarde. E, à tarde, apareceu Melo Antunes, dizendo que já se resolvera tudo durante a manhã. Só faltava assinar o acordo... Ele, Melo Antunes, decidira tudo sozinho com a Frelimo. Soares e Almeida Santos estavam numa fúria. Spínola só bradava: “Se apanho Melo Antunes, mando-o fuzilar aqui mesmo, no Palácio de Belém.”⁶⁷

Sobre a polémica – que apenas emergiria décadas mais tarde –, Melo Antunes viria a expor uma interpretação algo distinta, embora coincidente no essencial:

Não tenho quaisquer dúvidas em afirmar que foram razões de política interna, que têm que ver com os ataques de que o próprio Mário Soares foi alvo, relativamente ao papel que teria assumido como descolonizador, que o levaram a branquear um pouco a sua imagem de intransigente defensor de princípios que ele próprio sempre proclamara. Para poder prosseguir a sua carreira política, tentou dar a ideia de que teria sido ultrapassado por mim e pelos meus colaboradores mais próximos. Claro está que confirmo que o processo de descolonização de Moçambique começou nessa reunião de Dar-es-Salam [em que Melo Antunes falou a sós com a Frelimo, após o “abraço de Lusaka”], seguida de uma outra em que já vai uma delegação chefiada por mim e em que participam Mário Soares, Almeida Santos e vários outros elementos. E penso que também haverá, por parte de Soares, uma certa mágoa pelo facto de, sendo ele ministro dos Negócios Estrangeiros, ter sido, do seu ponto de vista, subalternizado, visto que era eu quem chefiava a delegação. Naturalmente que, nas condições da época, não só pelo facto de ser o elemento da confiança do MFA, mas também como ministro de Estado, eu seria o chefe natural da delegação. Portanto, de facto, as negociações que foram conduzidas em Dar-es-Salam, mais a parte final dessas mesmas negociações e o acordo que acabou por ser assinado em Lusaka, em 7 de setembro de 1974, tiveram, obviamente, a marca das concepções que eu defendia e da orientação que imprimi, coisa [de] que, penso, o Mário Soares não teria gos-

tado muito. E acabou, infelizmente, por acolher, ele próprio, certas insinuações e, em alguns casos, acusações diretas feitas pelo próprio general Spínola contra mim no sentido de que, no fundo, eu era um traidor à pátria, isto é, estava pura e simplesmente a entregar Moçambique.⁶⁸

Até mesmo alguém insuspeito como Diogo Freitas do Amaral (1941-2019), professor do Direito com carreira de serviço público já iniciada no anterior regime e fundador, a 19 de julho de 1974, do partido do Centro Democrático Social (CDS), de ideologia democrata-cristã, tenderá afinal a ilibar o então responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros: «É, [...] a meu ver, uma grave injustiça histórica acusar Mário Soares pela forma como decorreu a descolonização: que poder negocial tem o ministro dos Negócios Estrangeiros de um país cujas forças armadas se degradam ao ponto de depor e entregar as armas ao “inimigo” sem autorização dos comandos militares?»⁶⁹

E, no entanto, para a opinião pública portuguesa – muito em resultado do clamor da população branca das colónias, que então se sentiu abandonada pelo governo de Lisboa –, Mário Soares passaria à História como um dos principais responsáveis pela descolonização. Processo que aliás, apesar das divergências que possa ter então tido com o MFA, ele no essencial sempre defenderá, não se afastando muito das expressões «descolonização exemplar» ou «incontestável sucesso» que os detratores não mais se cansarão de lhe atribuir. No essencial, porque – alegará – quando se deu o 25 de Abril já nada havia a fazer perante a degradação das condições em África, da responsabilidade do anterior regime, incapaz de pôr termo a 13 anos de guerra: «Salazar é que é responsável. E culpam-me a mim por fazermos a paz?»⁷⁰

Capítulo 18

As crises

Ultrapassando a circunspeção dos diplomatas, Mário Soares conquistou as Necessidades – uma casa que defendera no estrangeiro a política do anterior regime e naturalmente olhava desconfiada e receosa para o novo poder – logo no dia em que pela primeira vez ali pusera os pés, com um discurso feito entre a sua tomada de posse e a partida para Dakar:

Percebi, nos olhos dos diplomatas presentes, que estavam muito inquietos e ansiosos, que me olhavam como um bicho raríssimo. Tranquilei-os: iniciar-se-ia uma política externa que se situava nos antípodas da que fora praticada pelo anterior regime – embora permanecêssemos fiéis às nossas alianças tradicionais –, mas que, comigo, não haveria saneamentos [onda de afastamentos compulsivos desencadeada após o 25 de Abril]. Os que não quisessem aceitar a nova política, o que compreendia, que mo dissessem frontalmente, analisar-se-ia a situação. Não haveria represálias. Mas aos outros, que ficassem, exigiria absoluta lealdade. Iríamos entrar num período novo, exaltante, mas muito difícil, que não admitia tergiversações nem reticências. [...] Julgo que pacifiquei o ministério! Com as minhas palavras, ganhei não só a confiança dos funcionários mais reticentes, como o seu desejo de trabalharem comigo com lealdade. Como aconteceu.¹

Bernardino Gomes explicará que, para além da descolonização – «a questão mais controversa internamente e politicamente a mais arriscada também; aquilo depois entrou naquela velocidade

alucinante de descontrolo total –, a primeira coisa que Soares quis fazer foi abrir Portugal em termos internacionais a todos os países». ² Adicionando uma terceira prioridade, «que o caminho de Portugal era um caminho por dois eixos – um eixo atlântico e um eixo europeu», completava-se o quadro de referência diplomático:

Portanto, Soares, de uma certa forma, desenha o modelo internacional da existência do país. Isso penso que ainda hoje se mantém. Ele tem essas coisas quase por intuição: não era teorizado na ocasião (depois passou a ser). Percebeu antes dos outros que era por ali que se ia. Depois fez uma segunda coisa que também foi muito importante: abriu a carreira diplomática às mulheres. E não saneou ninguém, entrou e deu o exemplo de que o problema era político, não um problema de administração pública, de demissões das pessoas. O que disse foi: “Vai haver uma mudança, mas todos os que quiserem servir a república, e todos os que quiserem servir o país, são bem-vindos.” Todos ficaram, mesmo alguns que eram totalmente do anterior regime. Incluindo o embaixador em Washington, [João Hall] Themido [1924-2017], que se manteve no mesmo posto e que muito mais tarde, de certa forma, descobri ser o informador permanente do governo americano. ³

Soares escolheu, aliás, o embaixador norte-americano em Lisboa, Stuart Nash Scott (1906-1991), para iniciar os contactos com a comunidade diplomática credenciada em Lisboa, quatro dias após a sua posse. No encontro, justificou a sua insistência para que Cunhal entrasse no elenco governativo mas, segundo comunicou Nash Scott a Washington, «negou veementemente a possibilidade de qualquer futura frente comum socialista-comunista como acontecia em França.» ⁴

No mesmo dia, evidenciou idêntico tipo de moderação ao tomar a iniciativa de se dirigir à Nunciatura para visitar o núncio apostólico, «um gesto simbólico, espontâneo», praticado «por mera intuição política, contra a praxe»: «Necessitava do apoio da Igreja, quer na consolidação da democracia, quer na descolonização.» ⁵ Freitas do Amaral saberia do que falava ao escrever sobre

«uma atitude que inspirou confiança e satisfação, sobretudo aos católicos»: «Prenunciava que, felizmente, a direção do PS não tinha a intenção de abrir uma “querela religiosa” entre os portugueses, como erradamente se havia feito na I República.»⁶

Seguindo idêntica lógica, Soares propor-se-ia em Conselho de Ministros visitar o cardeal patriarca de Lisboa, António Ribeiro (1928-1998, com quem, aliás, tivera um cordial encontro no início do ano anterior em Roma), «para apaziguar a opinião pública e evitar que a revolução caísse no tremendo erro de deixar que resurgisse a questão religiosa, um dos erros funestos [...] na origem da destruição da I República.»⁷ Num governo dominado por agnósticos, ateus e maçons, o encontro não foi visto com arrebatamento: «“Por que hás de ir ao cardeal?”, interrogou-me Salgado Zenha, manifestando uma dúvida que era comum a alguns dos meus colegas do conselho. Não houve oposição, mas ninguém se mostrou entusiasmado com a ideia. Finalmente, o primeiro-ministro, Palma Carlos, decidiu ir também, o que deu outro peso à minha iniciativa. Embora, ao princípio, também se mostrasse renitente.»⁸

Também a criação do CDS contou com o estímulo de Soares, ouvido da sua boca por Freitas do Amaral quando se conheceram no início de setembro de 1974: «Queria felicitá-lo, vivamente, por ter fundado o CDS. Era absolutamente essencial à democracia portuguesa que surgisse um partido como esse. Vocês prestaram um grande serviço ao país, talvez maior do que vos possa parecer neste momento.»⁹

Em contrapartida, a sua filiação maçónica parece ter ficado em Paris: «Quando veio a revolução, queriam logo que eu me transferisse para o GOL. Aqui os meus amigos maçons até me disseram que eu seria grão-mestre. Mas nunca quis entrar na maçonaria portuguesa. Achei incompatível. E não tenho tempo para clandestinidades e coisas rituais, que sempre achei ridículas.»¹⁰

Coimbra Martins confirmará a desafetação: «Cá em Portugal, Mário Soares não quis entrar para a Maçonaria. E eu também não. Suponho mesmo que ele teria avisado os franceses de que aqui

teria de desligar-se. E eu fiz o mesmo.»¹¹ O filiado Palma Carlos, conhecedor profundo dos meandros da organização secreta, dará os pormenores:

Mário Soares foi iniciado em França e, quando veio para Portugal, era *companheiro*. Nem chegou a ser *mestre*. Foi *aprendiz* e ficou grau 2, o de *companheiro*. Quando chegou a Portugal, eu sabia que ele era maçom e disse-lhe: “Você agora tem de se regularizar na Maçonaria.” “Com certeza”, respondeu-me. “Mande-me os papéis para eu assinar.” Mandeí-lhos. Nunca mais me respondeu. Nunca se regularizou cá, ao que julgo. Continua a ser maçom em França, e li, outro dia, num jornal, que tinha sido apontado como um dos maçons mais notáveis do mundo. A única vez que foi ao Palácio Maçónico [sede do GOL, na Rua do Grémio Lusitano, em Lisboa] foi de visita [...]. Soube que lhe fizeram uma recepção e o [José] Magalhães Godinho, grau 33, fez um discurso em que, a dada altura, dizia qualquer coisa como “o meu irmão e chefe”. Uma confusão lamentável entre o mundo sagrado e o profano. Como pode um grau 2 ser chefe de um grau 33?¹²

No terreno diplomático, eram três os grandes receios que Soares tentou neutralizar: «Eu temia a Espanha, e por isso tive uma conversa com [Manuel] Fraga Iribarne [1922-2012, embaixador em Londres, ex-ministro da Informação e Turismo do regime franquista, favorável à abertura], que garantiu a não intervenção. Quando os americanos quiseram intervir, Franco disse que não – também tive medo dos americanos. Por fim, receava que a África do Sul pudesse querer fazer governos brancos em Angola, Moçambique, e falei com [Roelof] Pík Botha [1932-2016, embaixador sul-africano na ONU, futuro ministro dos Negócios Estrangeiros], que me disse que não.»¹³

Quanto à ideia de integração europeia, não pareceu uma prioridade definida por Soares enquanto ocupante das Necessidades, já que se lhe desconhecem declarações ou diligências nesse sentido junto de instâncias ou líderes estrangeiros. Palma Carlos revindicará até a primazia nesse capítulo, numa ocasião em que, aliás,

estava acompanhado do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, coincidindo com a ida de ambos à cimeira da NATO realizada na capital belga a 26 de junho:

A meu pedido, o nosso embaixador em Bruxelas arranjava-me um encontro com o presidente da CEE, [o francês] Xavier Ortoli [1925-2007], para o qual levei Mário Soares. Expliquei a Ortoli que a situação em Portugal mudara radicalmente e que desejávamos estabelecer contacto com a Comunidade. Referi a hipótese de começarmos a pensar na adesão ao Mercado Comum. “A adesão, para já, é um processo muito demorado; em todo o caso, proponham uma espécie de associação com a CEE, para começarmos a estabelecer contactos”, sugeriu Ortoli. Como se vê, fui a primeira pessoa a falar na adesão de Portugal à CEE, com o assentimento de Mário Soares, que, nessa altura, era um ótimo assistente.¹⁴

Feitas na década seguinte (já após consumada a adesão portuguesa), estas declarações mostravam até algum ressentimento: «Fui o primeiro a falar na entrada de Portugal para as Comunidades e, agora, o Soares é que se coroa com os louros.»¹⁵

Apesar da natureza da pasta, Soares, como líder partidário e membro do governo, precisava também de acudir à frente interna. Num país onde até então era bissexta a escassa atividade política autorizada, todos os seus protagonistas se encontravam em aceleração em fase de aprendizagem, ao agirem num cenário de liberdade inexistente em Portugal no meio século anterior.

Palma Carlos, pese embora o seu prestígio académico, era um dos protagonistas com maiores dificuldades de adaptação a esse estágio político, no caso já misturado com o autêntico exercício do poder. Será severa a avaliação feita por Soares ao seu antigo mestre: «Adelino da Palma Carlos fora professor de todos nós – a maior parte daquela gente [no governo] era de Direito –, mas não sabia nada de política. Cada um estava para o seu lado.»¹⁶ Ou: «Não [se] faz ideia do que foi o governo de Palma Carlos. Era a desordem absoluta. Disseram que havia um programa do governo, nunca houve programa nenhum, que eu visse. Nunca ninguém me

disse “você vá aqui, ou faça isto ou faça aquilo”. Nunca se falou de política externa no governo. Eu fiz a que quis.»¹⁷

Palma Carlos pagará contudo na mesma moeda: «Mário Soares era muito amável e atencioso, mas não ligava nada ao governo. Antes do nosso primeiro Conselho de Ministros, logo a seguir à posse, já ele cá não estava, mas em Dakar. Depois, Londres. Depois, andou por aí a passear com o Mitterrand. Depois, foi outra vez para África. [“Fala com preto, fala com branco, fala com amarelo, fala com árabe.”¹⁸] Não posso dizer que tivesse sido um elemento de grande qualidade.»¹⁹ (Por «passeio» com Mitterrand, Palma Carlos entendia uma ida ao Porto a 3 de julho, onde num comício – repetido no dia seguinte na capital – discursou o líder socialista francês, traduzido para a assistência, a pedido de Soares, por Rodolfo Crespo: «Só que o Mitterrand tinha umas frases quilométricas, e, para quem não é tradutor, a gente perdia-se naquelas frases. Comecei a traduzir, depois engasguei-me completamente. O Mário Soares disse: “Não faz mal, eu traduzo.” De maneira que o Mitterrand fez um discurso e o Soares fez outro. Mas toda a gente aplaudiu, passou-se tudo muito bem.»²⁰).

E o chefe do I Governo Provisório mencionará ainda um incidente ocorrido com o seu ministro para a diplomacia:

Vinham da NATO umas informações ultraconfidenciais, que eram enviadas com cuidados excepcionais, porque havia comunistas no governo. Um dia vejo um despacho dele em que advertia que esses documentos só podiam ser transmitidos ao Presidente da República e ao ministro dos Negócios Estrangeiros. Pedi-lhe uma explicação, e ele respondeu-me que o despacho fora da responsabilidade do secretário-geral do ministério. Estranhei que ele assinasse, mesmo assim. Chamei em seguida o secretário-geral, que me garantiu que o despacho viera do gabinete do ministro. Pouco tempo depois, num Conselho de Ministros presidido pelo general Spínola, estávamos todos pegados por causa do limite do salário mínimo, e eu falei no assunto: “Isto está a correr de tal maneira que até se passou este caso com o ministro dos Negócios Estrangeiros.” Foi uma

bomba. O Mário ficou embaraçado, e o Zenha queixou-se por eu ter censurado o facto.²¹

A crise política manifestou-se à luz do dia ao fim de escasso mês e meio de governo, como relatará Soares: «Foi a primeira crise do regime, e resultou na demissão do próprio Palma Carlos. Ele resolveu inventar. Pensou: “Este governo não marcha, não nos entendemos, de modo que o melhor é dar mais poderes ao Spínola. Com o reforço do poder presidencial, Spínola seria uma espécie de Sidónio [Pais]. Spínola gostou. Fui chamado por Palma Carlos a casa dele, onde já estava o Almeida Santos. Ele tinha comigo uma grande familiaridade: fora advogado do último julgamento do meu pai. Achava, com razão, que eu não era grande sabedor de direito: olhava-me por cima da burra, mas com amizade e consideração.»²²

«Já um bocado toldado do uísque que estava a beber»,²³ o projeto que Palma Carlos expôs aos outros dois era uma revolução dentro da revolução, no resumo que Soares dele faria: «Logo que me sentei, disse-me: “[...] A promessa do MFA é que deve haver eleições legislativas a um ano de vista. Mas o Presidente da República e eu achamos que não é possível esperar tanto tempo, face ao agravamento da situação interna, e que se deve aprovar uma lei segundo a qual o primeiro ato eleitoral – a realizar rapidamente – seja a eleição do Presidente da República. Para que o general Spínola tenha uma legitimidade própria, e, a partir daí, a legitimidade do governo decorrerá da própria legitimidade da eleição presidencial.»²⁴

A resposta terá sido imediata: «Eu reagi: “Não aceito isso.” Almeida Santos também disse que não.»²⁵ Soares exporia as suas razões:

Numa democracia pluralista, os partidos teriam de se afirmar, o que só poderia acontecer através de eleições legislativas prévias, como estava previsto – e bem! – no Programa do MFA. Não gostei, portanto, nada da ideia exposta pelo professor Palma Carlos e disse-lho logo abertamente [...]. São necessárias eleições legislativas prévias para haver um mandato popular, a fim de se elaborar, com legitimidade, uma nova Cons-

tituição. Será a nova Constituição a determinar se haverá um Presidente da República eleito diretamente ou indiretamente pelo povo. Só nessa altura é que se poderá realizar a eleição do Presidente. [...] Corria-se o risco de adulterar a evolução democrática do país, criando uma legitimidade plebiscitária assente num homem, por mais simpático e democrata que fosse. [...] A afirmação dos partidos políticos era, para mim, a questão fundamental.²⁶

O mesmo confronto de posições transferir-se-ia, logo a seguir, para uma reunião do governo – reconstituirá ainda Soares:

Fui desviado antes do Conselho de Ministros, e não tive tempo de avisar o Rêgo do que se ia passar. Palma Carlos fez a exposição com as suas propostas e a seguir passou a Sá Carneiro, que disse que estava de acordo. Depois o [Vasco] Vieira de Almeida, ministro da Economia, que estranhamente também disse que sim. Depois o Rêgo: “Estou de acordo”, disse. Dei-lhe uma canelada, mas ele não percebeu nada. A seguir, eu e o Zenha manifestámo-nos contra, e o Rêgo, quando nos ouviu: “Afinal retiro o que disse. Também sou contra, pensando melhor.” O Palma Carlos levanta-se de um pulo: “Ó Rêgo, você é um covarde. Pensei que fosse um homem de coragem. Foram eles?” Rêgo levanta-se: “Está a insultar-me!” E quer jogar à porrada com o Palma Carlos. Cunhal e os restantes foram contra.²⁷

Com a proposta do primeiro-ministro sem o apoio necessário, o resto foi cálculo político: «Spínola percebeu a jogada e concluiu que o melhor era deixar cair Palma Carlos. Perdemos também Sá Carneiro, Vieira de Almeida e Firmino Miguel, que votaram com ele.»²⁸

No dia em que o chefe do governo anunciou ao Conselho de Ministros a sua resignação – 9 de julho –, Soares ainda tentou a moderação, segundo as notas da reunião tomadas por Palma Carlos²⁹. Começou por perguntar a este: «Podemos conversar?» Ao que o demissionário lhe respondeu: «Sim, mas não como primeiro-ministro.» Almeida Santos pediu a seguir ao professor para esperar até ao dia seguinte, obtendo como resposta: «Nem mais um segundo, tudo isto foi muito pensado e ditado pelos acontecimen-

tos.» Soares então insistiu, tendo Palma Carlos sintetizado os tópicos da sua intervenção: «Talvez [seja] possível [uma] troca [de] impressões sobre o assunto. Os antagonismos talvez não sejam invencíveis. Sem esforço de entendimento coletivo é criar situação chocante de nem se saber qual a nossa posição de confiança. Não nos deixa falar! Acho que é útil saber e trocar impressões sobre o nosso futuro coletivo. [É uma] decisão sem ouvir o governo e sem nos dar a possibilidade de nos exprimirmos.» O primeiro-ministro manter-se-á porém irredutível, acabando ainda por invocar em apoio do seu gesto de abandono: «Entrega-se Guiné, Angola e Moçambique e amanhã quem é o traidor? Eu não quero ser.»³⁰

Soares não perdeu tempo em avançar com alternativas: «Propus logo ao general Spínola o Firmino Miguel. Mas infelizmente para nós esse militar não era muito valente e não aceitou ser primeiro-ministro.»³¹ Tratava-se de continuar a gozar das graças presidenciais, mas o quadro militar era bem mais complexo: «O facto de estarmos em desacordo com a tentativa de Palma Carlos e de Spínola não pressupunha a nossa vontade de que o general Spínola caísse ou saísse de cena. Queríamos aguentá-lo. Mário Firmino Miguel era um homem moderado, correto, da confiança de Spínola [...]. Sentiu que não tinha nem força, nem peso, nem poder; compreendeu que a relação de forças lhe era adversa, o núcleo vital do MFA – a CC do MFA – não o apoiava, o que nós, socialistas, ignorávamos na altura.»³²

Surgiu então a solução, numa aparente imposição da CC do MFA: «Alguém soprou a Spínola o nome de Vasco Gonçalves. Eu considerava-o nessa altura como um dos elementos mais moderados do MFA. Mais velho do que eu, muito cordato, fazia-me praticamente um namoro político, falava da unidade entre comunistas e socialistas e dizia-me: “Você tem de se aguentar”.»³³

No novo executivo, onde Sá Carneiro, como representante social-democrata, foi substituído por Joaquim Magalhães Mota (1935-2007, outro advogado, antigo membro da *ala liberal* e cofundador do PPD), Soares manteve a pasta e pôde dar continuidade ao programa que traçara para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

As intervenções que então fez em areópagos internacionais na qualidade de chefe da diplomacia portuguesa – na conferência ministerial da NATO em Otava (Canadá), a 21 de junho (onde conheceu Kissinger que, sempre muito sarcástico nas suas observações, terá então comentado a um colaborador: «Soares não me impressionou como sendo um dos homens mais fortes que conheci»³⁴), ou na Assembleia Geral da ONU, a 23 de setembro – foram dominadas pela intenção de tranquilizar os tradicionais aliados de Portugal, revelando haver mais continuidade do que rotura no relacionamento internacional do novo regime: o país mantinha-se atlantista, inserido no espaço ocidental, aceitando a presença norte-americana na base açoriana das Lajes (onde se deu o encontro entre Spínola e Nixon), cultivando a boa vizinhança com Espanha, considerando especial a sua relação com o Brasil e tratando com delicadeza a África do Sul do *apartheid*.

Na cimeira da NATO, Soares até subscreveu por Portugal a Carta do Atlântico, 25 anos depois de ter estado detido por expressar a sua oposição à aliança: «Assinei, em Bruxelas, em toda a consciência, seguro de ter permanecido fiel aos meus princípios. No início da Guerra Fria, em 1949, não avaliava na sua justa medida as consequências reais do combate travado, o perigo mortal que ameaçava a Europa. Hoje, compreendi-o: sou partidário sincero da *détente* [desanuviamento].»³⁵

Na ONU, onde as agências de informação internacionais reportaram que Soares, convidado a intervir por Kurt Waldheim, teve um «acolhimento de herói»³⁶, o ministro português anunciou a intenção descolonizadora do novo poder em Lisboa: «Fui o primeiro português aplaudido de pé no plenário.»³⁷ Ficou estabelecido que Soares voltaria com Spínola durante a mesma sessão da Assembleia Geral, para que o presidente pudesse também discursar.

Durante a mesma deslocação, Soares voltou a encontrar-se em Washington com o secretário de Estado norte-americano, de quem recordará a desconfiança perante os acontecimentos portugueses: «Lembro-me da conversa com Kissinger e do seu pessimismo (ou

ceticismo) a respeito do futuro de Portugal [...] e, também, um certo ostensivo desconhecimento – ou distância – das realidades que se viviam em Portugal. Pareceu-me, nesse primeiro encontro, desconfiado, pouco interessado, se não mesmo desatento. É certo que não me conhecia e que presumo que teria, quanto ao socialista que eu era, as maiores dúvidas.»³⁸

Dos EUA, Soares voou para Estrasburgo, onde, a 28 de setembro, devia usar da palavra na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. A sua intervenção viria contudo a ser perturbada pela chegada constante de notícias de forte agitação em Lisboa: «Fiz o discurso sendo alvo de várias interrupções. Um deputado inglês perguntava-me: “Tem a certeza de que ainda é ministro dos Negócios Estrangeiros?” “Por que faz essa pergunta?” “Estão a cair sobre nós telexes a dizer que há uma revolução em curso em Portugal.” Eu não sabia de nada. Ele lê telegramas. E eu digo-lhe: “Olhe, eu por enquanto, até ser demitido, sou ministro dos Negócios Estrangeiros, e é nessa qualidade que estou a falar. Se o governo cair, terá de vir outro.” Eu continuei a falar e ele aparecia com mais telegramas que iam chegando.»³⁹

A convocatória para Lisboa, nesse dia, de uma manifestação de apoio a Spínola em nome da «maioria silenciosa», à qual o presidente havia apelado num dramático discurso proferido duas semanas antes (após o reconhecimento oficial por Portugal da independência da Guiné-Bissau),⁴⁰ havia causado uma reação de militares e civis de esquerda e extrema-esquerda, com destaque para os comunistas, que instalaram barricadas às entradas da capital para fiscalizar os automóveis, sob a suspeita de que tal convocatória poderia ser o pretexto para uma tentativa de golpe de Estado de direita, em ligação ao general. A manifestação acabou por não ter lugar, redundando a curto prazo numa vitória para o PCP e num severo revés para Spínola.

Soares regressou a Lisboa logo a seguir, encontrando uma cidade ainda sob forte tensão, começando pelos que o receberam na Portela: «Foram buscar-me ao aeroporto, queriam que eu passasse de imediato à “clandestinidade”, antes que viesse a ser preso.»⁴¹

O seu assessor para as relações internacionais estava entre os que o aguardavam: «O Bernardino Gomes disse-me no aeroporto: “Ó Mário, tenho aqui uma coisa que você tem de levar.” E passa-me um pistolão. “Nem pense nisso”, respondi. “Isto está tudo em revolução, você tem de se defender. Leve lá você.” “Eu é que não levo, de certeza.” Quiseram que eu fosse dormir fora. Não fui ao ministério. “Mas eu vou para casa”, disse. “Não pode ir. Está a revolução na rua.” “Então, se não querem, vou dormir a Nafarros.” Estávamos a dormir tranquilamente e aparece lá um tipo do Partido [Socialista] para garantir a segurança.»⁴² Bernardino Gomes confirmará a tentativa de entregar a arma a Soares, a qual lhe terá sido fornecida para o efeito nas instalações do PS.⁴³

Jamais se provou a existência de uma conspiração de direita a favor de Spínola, pelo que a «intentona» denunciada pela esquerda passou a «inventona» alegada pela direita. Soares também não terá acreditado – nem concordado com a atuação do seu partido –, embora achasse que o ato de apoio ao presidente devesse ter sido proibido: «A direita manobrou. Houve um impulso reacionário que foi inflacionado na sua importância, para melhor o utilizar com fins partidários. Na altura, o PS não apreciou assim a situação e contribuiu ele próprio para exagerar o perigo: os meus camaradas foram para as barricadas. A manifestação da maioria silenciosa representava uma pressão intolerável e inoportuna. O governo devia utilizar os meios necessários para a impedir. Quanto à conspiração contrarrevolucionária, permita-me que duvide dela.»⁴⁴

Para o líder socialista, o presidente ter-lhe-á então parecido liquidado: «Percebi que, perante o perigo de um golpe de direita, real ou fictício, houvera uma mobilização popular enorme para acelerar a revolução. Lembro-me de que pensei: “Spínola e os seus conselheiros estão a oferecer um pretexto de bandeja aos comunistas para avançarem!” Por outro lado, apercebi-me de que o sacrifício político do general Spínola parecia irreversível e que teria, como preço, radicalizar a revolução, correndo-se o sério risco de a colocar numa direção errada.»⁴⁵

Soares não se empenhou, com efeito, em impedir a queda de Spínola, como já não o havia apoiado na crise Palma Carlos: «Havia que ser realista», justificará.⁴⁶ De nada tinham servido os esforços de alguns para tentar aproximar os dois homens, como fora o caso de Nunes Barata: «Soares cedo percebeu que o general Spínola era o grande baluarte contra o comunismo. Eu e Victor Cunha Rego tentámos várias vezes a aproximação, mas foi impossível, porque ele andava sempre fora, e em Portugal estava sempre envolvido nas tarefas do PS. Ambos andavam muito atarefados. Faltava-lhes conhecimento recíproco.»⁴⁷

O facto é que, dois dias após o 28 de Setembro, Spínola apresentava a sua resignação ao cargo de Presidente da República, numa reunião do Conselho de Estado transmitida em direto pela televisão. Evocava a «crescente deterioração do clima social, económico e político, ultimamente mais acentuada», manifestava-se contra o rumo do processo de descolonização e alegava ser «inviável a construção da democracia sobre este assalto sistemático aos alicerces das estruturas e instituições por grupos políticos cuja essência ideológica ofende o mais elementar conceito de liberdade, em flagrante desvirtuação do espírito do 25 de Abril.»⁴⁸

Foi uma renúncia que Soares dirá nunca ter entendido.⁴⁹ Mas para ele tratava-se agora de apoiar o seu sucessor, anunciado no mesmo dia pela JSN: Francisco Costa Gomes. «Ajudei a pô-lo lá», reivindicará o chefe socialista, sem explicar como. «Era um político, racional e muito inteligente, mas nunca sabia bem qual era o norte.»⁵⁰ A verdade é que de início o líder civil viu o general como seu aliado: «Joguei sinceramente o jogo com Costa Gomes. [...] O PS não podia fazer outra coisa: apostou em Costa Gomes e [...] fê-lo sinceramente, com plena convicção e no entendimento de que era, naquele momento, a melhor solução para Portugal. E eu estava convencido de que a simpatia íntima do presidente Costa Gomes também ia nessa direção...»⁵¹

Também no plano pessoal Soares enfrentou uma crise coincidindo com o rescaldo do 28 de Setembro. Durante a sua ausência

no estrangeiro, como se acumulavam nas Necessidades cartas que lhe eram dirigidas a título pessoal, Bernardino Gomes entendeu dever juntar toda essa correspondência e enviá-la para a residência da família Soares: «Ele não estava cá, levanta-se o 28 de Setembro e aquelas coisas todas, e eu, que pura e simplesmente não costumo ler as cartas de ninguém, abri uma gaveta dele, peguei nuns envelopes, meti neles tudo o que estava lá dentro e mandei-os para casa dele. Tinha de se mandar para algum lado.»⁵² O problema é que «algumas dessas cartas eram de uma fotografia com quem Soares andou em Paris antes do 25 de Abril», narrará alguém que lhe estava próximo.⁵³ Ao receber o correio, Maria Barroso resolveu abri-lo: «A minha tia ia morrendo», hiperbolizará Alfredo Barroso, acerca de um episódio de que todo o gabinete ficou a par.⁵⁴ Pode adivinhar-se o que aconteceu quando o marido regressou a casa.

As fúrias de Soares seriam descarregadas no dia seguinte sobre o seu assessor: «O Soares chega e dá-me talvez a maior descompostura que eu recebi. Estava enraivecido, e eu, que tinha acabado de começar a trabalhar com ele, não percebia do que é que estava a falar. Depois acabei por perceber. Isso foi ingenuidade minha, provavelmente. Não sei como é que ele depois resolveu a questão.»⁵⁵

Para Rodolfo Crespo, Bernardino Gomes teria sido, aliás, selecionado justamente com a finalidade de servir como espécie de saco de pancada: «Soares tem fúrias repentinas, e depois passa-lhe. Ele escolhe as pessoas para certas coisas, e escolheu o Bernardino para gritar, para descarregar em cima dele. Quando precisava de dar um grande raspanete a alguém, berrava com ele, berrava, berrava e sentia-se melhor. Berrava muitas vezes com ele: descarregava e pronto.»⁵⁶

Soares mantinha-se, de resto, como o grande sedutor que já fora em Paris, e no plano dos relacionamentos amorosos – testemunham grande parte dos seus amigos – nada se modificou com a sua ascensão ao poder. Relatará um dos seus companheiros desde os tempos do exílio: «Mário Soares sempre foi uma pessoa de dar facadas no matrimónio. E o Palma Inácio sempre serviu de desculpa. Quando

Soares saía com ele, já se sabia – era o álibi. O Palma, que estava habituado a fazer esperas, esperava depois por ele no carro.»⁵⁷

Com a mudança de presidente, Vasco Gonçalves formou novo governo, onde os partidos mantiveram idêntico posicionamento e Soares conservou a pasta dos Negócios Estrangeiros, saindo porém, tanto da JSN como do executivo, alguns oficiais próximos de Spínola. Mas o 28 de Setembro reforçava o peso do PCP no processo político. O chefe do PS teria já tido antes, em julho, uma disputa com Cunhal:

Disse-lhe [...], frontalmente, que era necessário acabar com o MDP. Quanto a mim, não tinha sentido continuar um movimento unitário, quando já tínhamos partidos a atuar legalmente. [...] No início de julho, o PS tinha emitido um comunicado onde se insurgia contra qualquer tentativa de “institucionalizar uma frente única orgânica de forças democráticas, ainda que aparentemente suprapartidária”. Um movimento unitário representava um entorse à regra democrática do pluralismo. [...] Respondeu-me frontalmente: “Você ainda não compreendeu, Mário Soares, que, para nós, o MDP é muito mais importante do que o Partido Socialista?” Fiquei edificado! A minha intuição estava certa: o PC iria ajudar e soprar, quanto pudesse, o MDP como uma força política satélite. A partir daí, iniciámos uma campanha, perante o país, denunciando os heterónimos do PC, os seus disfarces, os seus “filhotes”, procurando desmascarar o jogo comunista... [...] Pouco depois, em novembro, o MDP passou a partido político.⁵⁸

De qualquer modo, as implicações de uma coabitação com os comunistas pareciam então suscitar mais preocupações no exterior do que no espírito de Soares. Foi o que percebeu ao deslocar-se outra vez aos EUA, em meados de outubro, para acompanhar o novo presidente na intervenção prevista para a Assembleia Geral das Nações Unidas: «Tinha-se combinado na ONU que eu levaria lá o general Spínola para falar, mas deu-se o 28 Setembro e tive de levar o general Costa Gomes.»⁵⁹ A sessão em Nova Iorque cor-

reu «excecionalmente bem»: «O caminho para a descolonização estava, aliás, aberto, de par em par desde que Spínola tinha desaparecido de cena. Fomos, portanto, recebidos triunfalmente nas Nações Unidas.»⁶⁰ Mas quando ambos foram para Washington, num programa complementar, surgiram as palavras ásperas: «Os americanos não nos ocultaram a sua preocupação relativamente à deriva extremista da revolução, que começava a ser muito comentada na imprensa ocidental.»⁶¹ O sinal terá sido transmitido no momento em que presidente e ministro ficaram separados:

Costa Gomes era bem conhecido em Washington porque, como oficial superior da NATO, tinha feito várias estadas na América. Era considerado, portanto, um homem de confiança. Tanto que [...] improvisaram uma viagem à base de Norfolk e me disseram que só iria o presidente, porque eu era civil e socialista. Curiosa ironia, pensei eu, tendo em conta a desconfiança que eu já tinha de Costa Gomes e que seria reforçada em função do que se passaria meses depois... Foi então que Kissinger aproveitou para ter uma longa conversa comigo e me disse que, com grande probabilidade, eu seria o [Alexander] Kerensky português [1881-1970, líder socialista – menchevique – russo que chefiou o governo saído da revolução democrática de fevereiro de 1917, sendo depois, com a revolução bolchevique de outubro seguinte, conduzida por Lenine, apeado e obrigado ao exílio nos EUA]. Convidou-me a ficar na América e ofereceu-se para encontrar uma universidade que me acolhesse. Era a ideia que tinha, já nessa altura. Por pensar que os comunistas portugueses tinham já ido longe de mais no domínio dos sindicatos, da comunicação social, dos apoios entre os militares de abril, para recuarem. Respondi-lhe, com segurança, que Portugal não era a Rússia e que as situações portanto não iam repetir-se. E que voltaria tranquilamente a Portugal, porque nada de definitivo estava ainda jogado, apesar das aparências. Era a minha convicção profunda.⁶²

(Costa Gomes testemunhará que o epíteto atribuído pelo secretário de Estado ao líder socialista ocorreu num almoço onde, além dos três, também participou o presidente Gerald Ford [1913-

2006, sucessor de Nixon, que acabara de resignar devido ao seu envolvimento no escândalo Watergate], antes da sua partida para Norfolk, não deixando de particularizar: «[Kissinger] foi bastante agressivo connosco, em especial com o doutor Mário Soares, a quem apelidou de Kerensky.»⁶³).

Apesar de rebater logo ali o ponto de vista do seu homólogo americano, Soares não o convenceu:

Dei-lhe sempre, da realidade portuguesa, a mesma ideia: nem eu era o Kerensky, nem iria ser fuzilado, porque os comunistas jamais tomariam o poder em Portugal. As aparências, projetadas para o exterior, eram ilusórias. Insisti junto de Kissinger que tinha a solidariedade dos meus amigos sociais-democratas europeus e que contava com ela, que os nórdicos, os britânicos e os alemães desenvolviam diversos esforços em prol da democratização da revolução portuguesa. Recordo que Kissinger nunca dissimulou o seu ceticismo e, ostentando uma atitude um pouco distante, quase irónica, me disse em francês: “*Bonne chance, Europe!*” Subentendido: “Coitados deles que não sabem o que lhes vai acontecer...” Depois, em novembro, numa digressão que me levou ao Zaire, à Líbia e à Tunísia, voltei a encontrá-lo, em Tunes, no palácio presidencial de [Habib] Bourguiba [1903-2000]. Kissinger encontrava-se ainda mais preocupado com Portugal e com o meu próprio destino. Não duvidava [de] que Portugal caíra definitivamente sob a órbita comunista. E dizia-me: “Quando um país tem um Presidente da República e um primeiro-ministro dominados pelo Partido Comunista, quando as forças militares estão sob o domínio comunista e quando a comunicação social se encontra igualmente dominada, a situação não é reversível.” Recordo que acrescentou: “Talvez não seja mau que Portugal se torne comunista: será uma vacina para toda a Europa.”⁶⁴

Não seria ainda clara à época a associação que viria a fazer-se entre o então primeiro-ministro e os comunistas, embora Soares venha a declarar: «Vasco Gonçalves foi sempre foi mais ou menos comunista. Ele seguia-se pelos livros do marxista [francês

Georges] Politzer [1903-1942]. Mas tinha uma concepção ingênua do que era o marxismo. Mudava várias vezes de opinião, quando Cunhal lhe aparecia com certas ideias. Por exemplo, quando se discutiu o salário mínimo, ele quis publicar um decreto também com um *plafond* para o salário máximo, mesmo no setor privado.»⁶⁵

Tudo isto se passava na atmosfera pesada em que decorriam as reuniões governamentais, conforme reconstituirá o chefe socialista: «O Conselho de Ministros durava pela madrugada. Começava às 15h30, e a partir das 16h00-17h00 Vasco Gonçalves recostava-se a dormir. [O ministro sem pasta major] Vítor Alves [1935-2011, membro do MFA] começava então a dirigir a reunião, no que era muito mais eficiente. De repente, Vasco Gonçalves acordava, e dava logo uma balbúrdia qualquer. Cerca das 21h00-22h00 chegavam as sandes, que Vasco Gonçalves mandava vir. De repente, ele adormecia outra vez. Era quando se conseguia maior consenso. Mas todos dormiam. Eu também. Assim como Cunhal, embora menos. Não era possível resistir àquilo.»⁶⁶

Seja como for, Soares virá a considerar o final desse ano como um período de avanço do PCP: «Os meses de novembro e dezembro de 1974 foram uma escalada enorme do Partido Comunista. Foi nessa altura que compreendi que Álvaro Cunhal queria “fazer a economia de uma revolução”, como disse, e passar de uma revolução democrática e pluripartidária para uma revolução socialista (leia-se: comunista). Foi nesse momento que ele julgou que o caminho lhe iria ser aberto por parte substancial do MFA.»⁶⁷

Também dirá em relatos posteriores que já então tinha razões para desconfiar de Costa Gomes, apenas duas semanas após ter entendido apoiá-lo, mas nunca apresentou indícios que o pudessem confirmar em fase tão prematura. Para efeitos exteriores, Costa Gomes mantinha-se como o apoio do ministro dos Negócios Estrangeiros na sua diplomacia lançada em todos os azimutes.

Apesar de entregue a Melo Antunes, a descolonização era ainda, a tempo parcial, uma preocupação do ministro dos Negócios Estrangeiros, também presente na sua agenda. Faltava, aliás, nego-

ciar a joia da coroa, Angola, intencionalmente protelada por estar em causa a existência de três movimentos nacionalistas – além do MPLA de Agostinho Neto e da FNLA de Holden Roberto (1923-2007), a UNITA de Jonas Savimbi (1934-2002) – e porque, apesar disso, o nível do conflito era aí bem menos intenso e mais facilmente sustentável. «Eu queria deixar Angola para o fim», dirá Soares.⁶⁸

Mesmo em territórios africanos onde nunca houvera guerra, procedia-se à concessão da independência a movimentos locais, sem se pensar em referendos às populações. Soares admitirá que nada fez para contrariar esses acordos. Assim aconteceu com as ilhas de São Tomé e Príncipe, tendo a transferência de poderes sido acordada com o MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), na capital argelina, a 26 de novembro (sem a presença do ministro dos Negócios Estrangeiros), e com Cabo Verde, com o PAIGC (que aspirava a dominar também o arquipélago, embora tivesse aceitado uma negociação separada da da Guiné-Bissau), em Lisboa, três semanas mais tarde (também sem a comparência de Soares).

O primeiro contacto com o MLSTP («meramente exploratório») teria sido contudo efetuado na sede da ONU pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, na pessoa de Miguel Trovoada (n. 1936, futuro primeiro-ministro e, mais tarde, presidente de São Tomé e Príncipe), então secretário do movimento para os Assuntos Exteriores – dirá Almeida Santos, adiantando que os dois eram amigos desde o exílio de ambos em Paris.⁶⁹ Quanto a Cabo Verde, Soares fará mais tarde a sua autocrítica: «Eu nunca quis dar a independência a Cabo Verde. Foi um erro, e já o admiti publicamente. Devia ser uma região autónoma, com estatuto idêntico ao dos Açores e da Madeira.»⁷⁰

Restavam as parcelas asiáticas. Na sede da ONU, durante a sua segunda visita, Soares falou a respeito de Timor-Leste com Adam Malik (1917-1984), o seu homólogo na Indonésia – o imenso país insular, de maioria islâmica, com o qual a colónia portuguesa fazia paredes-meias –, e, acerca de Macau, com o ministro chinês dos

Negócios Estrangeiros, Ji Pengfei (1910-2000). Ambos lhe disseram que os seus países não estavam interessados na descolonização dos respetivos territórios (com Pequim a considerar, aliás, que Macau não era sequer uma colónia, mas um enclave onde a China tolerava a administração portuguesa): «Tanto a Indonésia como a China viam com preocupação o rumo que a política interna portuguesa ia assumindo, dada a influência crescente que nela tinha o Partido Comunista.»⁷¹ Sobre Timor-Leste, Soares possuía aliás uma vulnerabilidade, por ter escrito em *Portugal Amordaçado*: «Timor [...] é uma ilha indonésia com bastante pouco que ver com Portugal.»⁷²

Nada se avançou então quanto aos dois territórios. Acerca da China, de resto, Soares sentir-se-ia frustrado por, no fervor de ligar Portugal a todos os países do mundo, não o ter conseguido realizar com Pequim. «Os chineses são desconfiados», explicaria. «Receiam a influência que a URSS possa exercer em Portugal por intermédio do Partido Comunista.»⁷³

A visita que o ministro fez no outono de 1974 à Argélia, à Tunísia, à Líbia e a Marrocos, para estabelecimento de relações diplomáticas com esses países magrebins, ficou particularmente marcada pelo encontro com o coronel Muammar Kadhafi (1942-2011), não em Trípoli mas num quartel já à entrada para o deserto, nas circunstâncias pitorescas que haveriam de caracterizar o líder líbio:

Encontrei-o numa espécie de *bunker*, uma guarnição medonha, repleta de militares armados até aos dentes. Levaram-me junto dele, através de múltiplos e compridíssimos corredores, e, quando entrei na sala onde se encontrava, que era imensa, vi um homem a rezar, virado para Meca, prostrado no chão, com a cabeça recolhida. Lembro-me de que era ao pôr-do-sol e que durante um longo minuto Kadhafi permaneceu imóvel, a rezar. [...] Tinha, diante de mim, um homem com uma mentalidade que se situava nos antípodas da minha. Uma mistura de místico e de político, com um temperamento autoritário e um projeto de poder pessoal [...]. O seu principal inimigo eram os norte-americanos e o seu “imperialismo”. Mostrou simpa-

tia pela revolução portuguesa e considerou que poderia ter em mim um aliado.⁷⁴

Terá sido porém de um homem com este perfil que, a crer nas palavras de Rui Mateus, no seu livro *Contos Proibidos – Memórias de um PS Desconhecido*, Soares obteria então «o único contributo [financeiro] significativo recebido pelo PS» antes do seu I Congresso (realizado no final de 1974). Mateus insinuou que essa soma teria sido transferida da Associação António Sérgio para uma conta bancária aberta em Hilversum, na Holanda, e posteriormente «titulada por José Neves».⁷⁵ O fundador do PS daria mesmo a conhecer uma carta enviada por Soares a Kadhafi em setembro do ano seguinte, aproveitando uma visita à Líbia de Neves e Catanho de Menezes, em alegado agradecimento pelo contributo: «Aproveito a oportunidade para lhe expressar as minhas melhores saudações e a admiração pelo interesse e a ajuda concedidos por si à luta e à libertação do povo português. [...] Estamos de novo em condições de reabrir os nossos contactos com todas as forças que no mundo lutam pela libertação de todos os povos. Entre essas forças, a Líbia e Vossa Excelência desempenham um papel fundamental. [...] Permita-me por favor reafirmar a grande admiração e estima que temos por Vossa Excelência.»⁷⁶

Soares recusará sempre comentar qualquer uma das revelações feitas no livro de Mateus. Mas José Neves apresentará uma versão diferente, acusando Mateus de, «de dois episódios distintos, engendrar uma história que não corresponde à verdade»:

De facto, fomos portadores da carta [a Kadhafi], mas isso em nada está relacionado com a conta num banco na Holanda. Como candidato a deputado pelo círculo de emigração, em abril de 1975, com deslocações por vários países europeus, proporcionou-se a minha ida à Holanda para depositar uns valores num banco, tarefa que me foi incumbida por Tito Morais. Cumprida a missão, não mais fui envolvido no caso, pois nesse período outras eram as minhas funções no PS. No entanto, posso afirmar que o cheque depositado no banco em

nada tinha que ver com a Líbia. Quanto à carta que Mário Soares escreveu a Khadafi e que agradece apoios recebidos dos líbios, oferece-me refletir do modo seguinte. Depois do 25 de Abril, um aspeto notório da política externa portuguesa era a ausência de relações com o mundo árabe. A Líbia tinha tido uma revolução há cerca de cinco anos, sem derramamento de sangue, com uma política interna de desenvolvimento e grandes conquistas sociais. Era um país que se estava a prestigiar no concerto das nações. Por outro lado, Kadhafi manifestara grande apreço pela descolonização levada a cabo pela nossa revolução. A Líbia era desta forma o país árabe ideal para se iniciar as relações de Portugal com o mundo árabe, e Kadhafi estava ansioso por manifestar solidariedade e apoio a Portugal. Neste contexto, não estará desenquadrado o texto da carta.⁷⁷

Capítulo 19

A radicalização

Outro indício da inexperiência dos governantes era o seu desconhecimento do que valeriam os homens quando, saídos da placidez do seu quotidiano, tivessem de enfrentar situações de responsabilidade. Soares dirá ter sentido esse problema com Vitorino Magalhães Godinho, depois de avançar com o seu nome para ministro do II Governo Provisório:

Eu é que empurrei o Vitorino Magalhães Godinho para o governo. Ele falava muito comigo em Paris. Era socialista democrático. Após o 25 de Abril ficou um pouco afastado – tinha estado muitos anos em França. Lembrei-me dele para a Educação. Péssima ideia: era muito autoritário e conflituoso, quadrado. Era discípulo d[o historiador francês] Fernand Braudel [1902-1985], que eu conheci apresentado pelo Barradas de Carvalho, também seu discípulo. O Braudel disse-me do Vitorino: “Veio para aqui e já sabia tudo, e saiu daqui a dizer que também já sabia tudo.” Há uma crise e o Vitorino quer demitir-se. “Não faça isso”, disse-lhe eu, “que perdemos a maioria aqui no Conselho de Ministros.” “Que tenho eu com isso? Vou-me embora.” E foi.¹

A demissão do ministro ocorreu em finais de novembro de 1974, assim se remetendo à sombra aquele que anos antes Tito de Morais apontava como a referência doutrinária dos socialistas portugueses. A escolha de Soares para o substituir recaiu em Medeiros Ferreira, que regressara de Genebra dois meses antes e se reincorporara para acabar de cumprir o serviço militar:

Estava eu na Cova da Moura, onde tinha sido colocado, e recebo um telefonema de Mário Soares para ir a casa dele. Chego e estavam lá o [João Pedro] Miller Guerra [1912-1993, médico, ex-membro da *ala liberal*], o Zenha, o António Reis, o Arons e o Cardia. Soares diz-me: “Não sei se sabe, mas o Vitorino Magalhães Godinho pediu a demissão de ministro da Educação. A pasta de certa maneira foi-nos atribuída implicitamente nas negociações para o governo provisório, e nós aqui chegámos à conclusão de que o Medeiros Ferreira daria um excelente ministro da Educação.” As pessoas todas: “Sim, sim.” E eu: “Percebo as dificuldades da pasta; basta ver pelos presentes quantos possíveis ministros não podiam ter aceitado esta incumbência.” Mário Soares tem esta coisa saudável, porque tudo isto tem um aspeto lúdico para ele: “Estamos esclarecidos sobre as dificuldades da pasta.”²

Mas o convidado acabou por recusar, indo o cargo parar às mãos de um militar.

Longe do PS devido às suas funções governativas, que além do mais o levavam a constantes viagens para fora do país, Soares tinha em mãos, no fim do ano de 1974, um grave problema de direção partidária: «Tudo me tinha afastado, com efeito, dos assuntos do partido: primeiro, a descolonização; depois, a diplomacia itinerante – e as raras semanas que passava em Lisboa eram absorvidas por conselhos de ministros intermináveis, autênticas maratonas, e pelo exame aprofundado dos principais dossiês económicos ou políticos do país. O partido foi, desde o início, relegado para segundo plano.»³

O PS era a formação que captava toda a gente de esquerda sem aspirações a ver uma ditadura marxista-leninista (ou aparentada) no país – e a esquerda era sem dúvida a ideia hegemónica incrustada pelo 25 de Abril nos portugueses (fossem ou não, genuinamente, de esquerda). O que quer dizer que o partido sofreu um crescimento exponencial nos meses que se seguiram ao derrube do anterior regime, como relatará o seu líder: «Só no primeiro mês depois da revolução, apareceram umas 100 mil pessoas a inscrever-se no PS, quando antes éramos para aí uns mil.»⁴

Albergavam-se então no partido desde uma facção trotskista e adeptos da revolução castrista, como Manuel Serra – para quem o PCP era o aliado natural –, a elementos que ainda mantinham uma ligação a Spínola ou membros do anterior regime, que haviam procurado proteger-se da turbulência nos novos tempos à sombra do PS. A esquerdização preocupava sobremaneira Soares:

Muitos dos meus camaradas tinham, nessa época, uma posição muito radicalizada, perdendo o norte da democracia pluralista – a nossa meta essencial –, no que foram acompanhados por alguns membros da direção do partido, felizmente poucos. Nunca me esqueço de que, uma vez, à saída de uma reunião, encontrei alguém que me contou que “a sua adesão ao PS lhe fora recusada com o argumento de que era doutor”. E, pior, teriam acrescentado: “Se é doutor, vá para o PPD; o PS não é um partido de doutores.” Isso repetiu-se em vários lugares. Fiquei preocupadíssimo! Queria que o PS deixasse que os doutores fossem todos para o PPD e ficasse com os ignorantes? A luta foi titânica, complexa e difícil. Obrigou-nos a ter nervos de aço, à prova de bala!⁵

Liderar tal albergue espanhol implicava uma espargata cada vez mais difícil de praticar. Por isso, o I Congresso do PS na legalidade, marcado para meados de dezembro de 1974, surgia como o necessário momento de clarificação, com a desejável aprovação de uma opção ideológica e uma linha de rumo político.

Soares começou por não apreciar o contexto em que a reunião magna se realizava: «Tinham acabado de ser presos vários tipos da finança [entre eles o empresário Agostinho da Silva (1922-2018), da empresa turístico-imobiliária Torralta]. Fiquei muito mal-disposto: então vão prendê-los e não me dizem nada?»⁶ Não apreciou também o sistema partidário de segurança que encontrou instalado à chegada ao local do congresso, na reitoria da Cidade Universitária de Lisboa, quase às portas de sua casa – que entendeu como sinal de algo mais ameaçador: «Vejo quatro ou cinco matulões que se diziam da segurança: “Identifique-se”. “Vão barda-merda mais a identificação, seus cabrões. Identifiquem-se vocês.

Não os conheço de lado nenhum.” Havia um *complot* que veio para lixar o congresso. A ligação era com o MFA e o PC. Se ganhassem, tínhamos de fazer outro partido.»⁷

Referia-se o fundador do PS à facção de Manuel Serra, que emergiu no congresso como o seu maior rival: «O Manuel Serra estava completamente feito com o PC, é a minha convicção.»⁸ Mário Mesquita, então um apoiante de Soares, recordará o estado de espírito dos participantes: «A ala de Manuel Serra, antes um católico radical, estava ligada ao MFA. Era um grupo que vinha de Setúbal, muito aguerrido e provocatório, quase ao nível pessoal. O meu discurso no congresso foi um dos primeiros a serem apupados, mas o primeiro foi o do Gama. Houve uma vaia assim que ele disse: “Quero começar por saudar o nosso presidente, António Macedo.” Lembro-me do ar preocupado com que estava Mário Soares.»⁹

Ao fim de um intenso debate, tudo acabaria por se polarizar na escolha da liderança, com Serra a disputar o lugar até aí ocupado por Soares, por interposto escrutínio de listas para a Comissão Nacional. Soares contou então com três apoios decisivos: «Houve um papel importante do Zenha, que presidiu na última parte por proposta minha, e também do [engenheiro agrónomo António] Lopes Cardoso [1933-2000, ex-exilado no Brasil] e do [poeta] Manuel Alegre [n. 1936, antes exilado em Argel], que não era do PS – estava nas Juntas Patrióticas com Piteira Santos –, mas tinha negociado com [o setor de] Coimbra entrar para o partido durante o congresso.»¹⁰

Na contagem final, Soares acabou por ganhar, mas a lista de Serra somou quase 40 por cento de votos, reflexo da extensão do seu ideário revolucionário dentro do partido. A reta final terá sido crucial: «O congresso foi ganho por Mário Soares num conjunto de quatro intervenções no fim: dele próprio, de Zenha, de Alegre e de Lopes Cardoso. Alegre e Lopes Cardoso foram obviamente determinantes. Zenha, como presidente da mesa, impôs uma coisa que beneficiou muito Soares, que foi o silêncio durante o discurso.»¹¹

Mas o PS encontrava-se ainda longe da pacificação, recordará o reeleito secretário-geral: «Não estava nada tranquilo. Saí na convicção de que, apesar de ter ganho o congresso, o partido continuava muito minado por dentro. Não existia ainda a decisão de Serra e dos seus amigos de saírem do PS, o que constituiria, para nós, um imenso alívio. Afligia-me a ideia de que no interior do PS pudesse vir a estabelecer-se uma espécie de guerra civil permanente.»¹²

No seio da IS, Soares tinha também motivos para se sentir desconfortável. No congresso destinado a unificar os socialistas espanhóis no PSOE, realizado em Suresnes (França), dois meses antes, ele não estivera presente, mas apoiara de longe a facção perdedora, dos seus amigos Tierno Galván, Raúl Morodo e Fernando Morán, distanciando-se assim do grande triunfador, o jovem Felipe González (n. 1942), que gozava da simpatia de Willy Brandt e que, sob o seu pseudónimo de *Isidoro*, fora antes apresentado ao português em Viena, no congresso da IS assinalado pela adesão da ASP. González foi logicamente o representante do PSOE no congresso dos socialistas portugueses, mas o líder do PS resolveu preterir-lo ao programar as intervenções dos dirigentes estrangeiros, dando a primazia a um comunista para falar em nome dos antifranquistas, como descreverá:

O representante do PC espanhol era o seu líder, Santiago Carrillo, que eu conhecia bem, desde o exílio de Paris. Convidei-o a estar no Congresso [...]. Convinha-me, por todas as razões, que fosse ele a falar em nome das delegações espanholas: Tierno Galván, Felipe González e outros queriam também falar. Mas, com 80 delegados internacionais presentes, não podiam falar todos. Felipe González disse-me: “Eu tenho de falar porque sou o líder do Partido Socialista irmão.” E acrescentou: “Se não me deixares falar, abandono o congresso.” Respondi-lhe: “Pois abandona.” Saiu a bater com a porta. Mas, logo a seguir, abriu-a e disse, solene: “Pois é, Mário, os comunistas dos outros são sempre melhores do que os nossos.” E voltou a bater com a porta. Nunca mais esqueci a frase de Felipe. Tinha razão. Mas no momento agudo em que já se

esboçava o confronto entre o PS e o PCP foi importantíssimo o discurso do eurocomunista Santiago Carrillo. De tal maneira que Cunhal, furioso, se recusou a recebê-lo...¹³

O incidente deixaria a sua marca na relação entre os dois líderes socialistas ibéricos, como testemunhará tempos depois Rui Mateus, que seria colocado no setor [de relações internacionais do PS: «O herói do I Congresso do Partido Socialista tinha [...] sido Santiago Carrillo, situação vexante para Felipe González, que, posteriormente, me comentaria, numa visita a Lisboa em 1976, que podia imaginar “o que Mário Soares teria dito se a situação tivesse sido inversa e, num congresso do PSOE, aclamassem Cunhal e ignorassem Mário Soares”...»¹⁴

O I Congresso assinalaria também a marginalização dos dois cofundadores, com Soares, da ASP, que desde então sempre o haviam ladeado no seu percurso político:

No rescaldo do congresso, Manuel Tito de Morais seria de certo modo responsabilizado pela situação a que tinha chegado o partido por ter sido “ultrapassado pela grandeza da tarefa que lhe estava incumbida”¹⁵, sendo “desterrado”, enquanto responsável pelas Relações Internacionais, para um primeiro andar na Rua D. João V [em Lisboa, perto da futura sede do PS, no Largo do Rato]. O outro dirigente histórico a quem o partido muito devia, por ter sido ele a abrir as primeiras relações internacionais nos anos 70 e que poderia ter sido uma excelente alternativa para ministro dos Negócios Estrangeiros, também não seria poupado, não entrando sequer para o Secretariado Nacional [...]. Francisco Ramos da Costa seria também “desterrado” para embaixador em Belgrado.¹⁶

Será de admitir, de qualquer modo, que estes fossem casos de dirigentes inadaptados aos novos tempos, quais atores do cinema mudo incapazes de uma atuação convincente no advento do sonoro. Soares considerava Tito de Morais, por exemplo, como alguém que, «embora um “indefetível”, [...] se colocava mais à esquerda e algumas vezes se bateu pela unidade com o PC»: «Era uma ideia que

vinha de longe e a que se conservou fiel um certo tempo. Mantendo sempre uma amizade fraterna e leal comigo, achava, porém, que eu tinha uma linguagem demasiado à direita. Pelo contrário, eu pensava que a via que ele defendia nos conduziria a um beco sem saída.»¹⁷

Arrumada a casa partidária, mesmo que provisoriamente, Soares regressou aos aviões: «Saí do congresso e fui dar uma volta ao mundo: Somália, Índia, União Soviética, Roménia, Jugoslávia, Paris...»¹⁸ O seu colega de executivo Almeida Santos creditará esta viagem como central no esforço desencadeado além-fronteiras pelo líder socialista: «No decurso do III Governo Provisório, [...] Mário Soares desenvolveria uma intensa atividade diplomática tendente a desbloquear dificuldades no plano das relações externas, aplanando caminhos a percorrer ainda no processo de descolonização. [...] O prestígio internacional de Mário Soares foi, também para isso, determinante.»¹⁹

A visita à Índia assumiu significado especial, dado que se tratava da primeira efetuada por um dirigente português após a rotura havida em finais de 1961, com a ocupação, pelas tropas de Nova Deli, das possessões lusas de Goa, Damão e Diu. Se bem que o mais difícil – restabelecimento das relações diplomáticas e reconhecimento por Lisboa da soberania indiana sobre os territórios ocupados – já tivesse sido consumado meses antes (por ação de Soares), havia que descongelar o ambiente e pôr termo à desconfiança. Embora sem ter «havido um amor à primeira vista» com a primeira-ministra indiana, Indira Gandhi (1917-1984), dirá o visitante que acabou por existir um «entendimento fácil»: «Fui eu que tomei a iniciativa do nosso encontro [...]: ela acolheu-me, não sabendo, talvez, que espécie de pessoa seria. [...] Cheguei e imediatamente sintonizámos posições. [...] Falei-lhe com simpatia e usei uma abertura à qual ela foi sensível. Pude ir a Goa, onde fui recebido com grandes mostras de carinho.»²⁰

Na ex-colónia, Soares apreciou sobremaneira a ligação que os anfitriões quiseram fazer à antiga presença portuguesa, alojando-o até nos aposentos que eram do governador e pondo-o a dormir na

cama do seu último ocupante, o general Manuel António Vassalo e Silva (1899-1985, irmão de Maria Lamas): «O requinte foi ao ponto de [eu] ser conduzido no velho carro de Vassalo e Silva e pelo seu próprio motorista [...] e de me oferecerem um jantar no Palácio do Governador, onde comi numa baixela que tinha escrito: “Estado Português da Índia”.»²¹ As autoridades locais quase se terão desculpado pela ocupação, justificando ao representante português: «Nós fomos atirados para isto.»²²

Em Moscovo, Soares recebeu do seu homólogo Andrei Gromyko (1909-1989) uma promessa de não favorecimento do PCP por parte das autoridades soviéticas, no que o ministro português viu como «política dúplice, em dois registos», dada a existência de uma relação ao nível do Estado e de outra ao nível dos partidos.²³ De resto, apreciou menos o homem e mais a mulher: «Nunca me entendi bem com o Gromyko, sempre muito rígido. Mas a mulher dele era interessantíssima, sabia imenso de literatura russa. Passámos dias a discutir literatura russa. Mais tarde conheci o filho, que se converteu em social-democrata.»²⁴

Em Bucareste, o ministro português explorou a preocupação de Nicolae Ceausescu (1918-1989) em equilibrar-se entre as duas potências comunistas rivais: «Era [...] um paranoico, um tirano abominável. Mas tinha uma política externa diferente da das outras democracias populares. Queria ser equidistante em relação à URSS e à China, promovendo uma política externa com pretensões de independência. Nesse sentido, foi-lhe fácil entrar em sintonia comigo contra as posições de Cunhal. Percebeu com muita clareza que, quanto mais nações comunistas alinhadas pelos soviéticos houvesse na Europa, menos independência ele alcançaria em relação ao centro, Moscovo. E ele queria essa independência.»²⁵

Não seria muito diferente a posição a assumir em Belgrado perante o marechal Tito, sobre quem Soares exprimiria sentimentos mistos: admiração do ponto de vista da sua atitude geoestratégica – «Gostei dele. Impressionou-me. Era, indiscutivelmente, uma figura, uma grande personalidade histórica.»²⁶ –; desilusão no plano

pessoal – «Fiquei um bocado dececionado com Tito. Quanto ele estava em contraluz, via-se que, com o sol batendo-lhe por trás, tinha o cabelo todo pintado. Julgava-o mais do que aquilo.»²⁷

No fim do périplo intercontinental, Soares tomou ainda a súbita decisão de passar por Paris a pretexto de visitar Giscard d’Estaing, surpreendendo o seu amigo António Coimbra Martins, que acabara de nomear como embaixador de Portugal em França: «Apresentei credenciais nas vésperas do Natal de 1974. E uns três dias depois recebo um telefonema da Jugoslávia. Era o Mário Soares, que andava naquela sua volta ao mundo: “Então, ó Coimbra, vou passar por Paris e evidentemente quero vê-lo, mas quero ver outra pessoa – o Presidente da República.” “E você dá-me quantos dias?” “Depois de amanhã.” Fiquei bastante encravado.»²⁸

Contra as normas protocolares, o embaixador conseguiu a marcação quase em cima da hora. Para Soares fazer passar uma mensagem ao presidente francês, testemunhada por Coimbra Martins: «O perigo de um golpe comunista existe em Portugal. Da parte da União Soviética, não incitam, mas apoiam, e aceitariam com grande prazer. Embora não empurrem, o perigo existe, de forma que seria necessário travar isto.»²⁹

Se o ministro português estava à espera de qualquer forma especial de apoio, tudo o que na aparência terá resultado do encontro seria a marcação de uma visita do presidente Costa Gomes a França.³⁰

Mas a obtenção de todo o tipo de ajuda material e financeira junto das capitais aliadas era então uma preocupação constante de Soares, como transmitira pouco tempo antes, em novembro, ao responsável pelos Assuntos Ibéricos do Departamento de Estado norte-americano, Alan Wood Lukens (1924-2019), de visita a Lisboa: «Soares foi [...] muito direto, ao afirmar “esperar que os Estados Unidos ajudassem o país de todas as maneiras possíveis, económica e politicamente”, acrescentando de modo especialmente significativo que “era importante que o fizessem antes das eleições”, para “incentivar publicamente as forças anticomunistas”.»³¹

Chegado a Lisboa quase em cima da passagem do ano, Soares, ainda no aeroporto, entrou noutra aeronave para acompanhar Costa Gomes até ao Alvor, no Algarve, onde entre 10 e 15 de janeiro Portugal iria conferenciar com a FNLA, o MPLA e a UNITA com vista à assinatura dos acordos para a independência e a transição do poder em Angola, em cujas minutas o ministro dos Negócios Estrangeiros não tivera responsabilidade:

Quando cheguei, percebi que os dados estavam lançados e o jogo, praticamente, feito. [...] Eu trabalhara muito para a realização daquela conferência, falara com Agostinho Neto, com Holden Roberto e com Jonas Savimbi [os dois últimos numa viagem a Kinshasa dois meses antes]. Era necessário pô-los em contacto para, em conjunto, procurarmos uma solução. Mas quando lá cheguei [...] percebi que a visão dominante, naquela sala, era pró-MPLA. Os outros dois movimentos deixaram-se colocar, talvez pela força inelutável das coisas, numa posição secundária. [...] Os responsáveis do MFA tinham feito um imenso caminho, negociando com os movimentos de libertação, e a situação em Angola tinha-se deteriorado e modificado. Tanto o Almeida Santos como eu estávamos um pouco à margem desses esquemas, e a nossa contribuição na conferência, para dizer a verdade, foi mais do tipo “chá e simpatia”, limando algumas arestas mais vivas que já se desenhavam, claramente, entre eles.³²

O então titular da Coordenação Interterritorial deporá no mesmo sentido: «[O acordo do Alvor] foi aquele em que a minha intervenção pessoal – e posso dizer o mesmo da do doutor Mário Soares – foi menos significativa. Limitámo-nos, literalmente, a melhorar a texto cozinhado em Angola apenas do ponto de vista formal.»³³

Terá Soares percebido a magnitude do que estava em jogo? Aparentemente, havia outras questões que o absorviam mais do que Angola: «Confesso que, em Alvor, estive sempre mais preocupado com o que se passava em Portugal, onde se caminhava, a grandes passos, para a deterioração grave da situação interna.»³⁴ Sabe-se o que se passou a seguir aos acordos então assinados: o seu

incumprimento, confrontos armados entre os movimentos, ponte aérea precipitada da população europeia (e também alguma africana) em fuga, com gigantescas e irreversíveis perdas patrimoniais, recuo da tropa portuguesa permitindo aos beligerantes a ocupação do vazio criado, cumplicidade e cooperação de muitos desses militares com o MPLA, proclamação da independência na data acordada (11 de novembro de 1975) mas com as forças de Agostinho Neto como únicas ocupantes da capital angolana, intervenções estrangeiras, guerra civil que se prolongaria até ao século XXI. O Alvor integrou por isso (ou foi mesmo o ponto de partida para) uma cadeia de infaustos acontecimentos que martirizariam Angola – país imenso e rico em matérias-primas – durante mais de uma geração. Se era possível fazer melhor nunca se saberá, já que qualquer exercício de história alternativa não passa de mera especulação. Mas ficará para sempre a ideia de que se podia tentar ir mais além. Para Soares, contudo, era mais uma vez a «descolonização possível»: «Acabou por ser o melhor possível – na minha opinião – nas condições extremamente complexas e difíceis em que nos encontrávamos. [...] Podemos com certeza ter opiniões e avançar palpites. Na altura, poucos o terão feito, com lucidez e conhecimento de causa, e, se o fizeram, não souberam fazer-se ouvir. Participei na conferência do Alvor. Honro-me disso. Foi uma primeira tentativa equilibrada e bem intencionada para se chegar à paz em Angola. Da minha parte, foi certamente. Teria sido possível ter sido diferente e melhor? Talvez. Estou, porém, convencido de que a maior parte dos intervenientes, mesmo os que depois vieram a renegar Alvor, agiram de boa fé.»³⁵

Mas é um facto que, no Alvor, Soares estava cercado por vários outros problemas, políticos e pessoais, que o distraíam do objetivo dos trabalhos: «Comi qualquer coisa estragada, e no outro dia encontrava-me derreado. O PS queria fazer uma reunião contra a questão da unicidade sindical, e eu estava com a cabeça noutro sítio. Catanho de Menezes e Manuel Alegre resolveram ir ao Algarve falar comigo sobre esse assunto, tiveram um grave desastre de

automóvel e foram parar ao hospital. Eu até disse: “Olhem, façam o que entenderem”.»³⁶

A questão da «unicidade sindical» fora suscitada por Zenha numa ardorosa denúncia publicada no *Diário de Notícias* durante a ausência de Soares, e o líder socialista encontrava-se a leste do problema (tudo indicando até que, à partida, aceitasse como normal o princípio que o seu amigo resolvera pôr em causa). Por iniciativa do MFA, preparava-se uma lei que obrigava os trabalhadores de cada setor profissional a filiarem-se num sindicato único, sem possibilidade de escolha, o que – temiam Zenha e alguns socialistas à sua volta – potenciava o domínio dos comunistas sobre a generalidade das estruturas sindicais (devido à influência do PCP no mundo laboral), com desvantagem para o PS. Soares logo se adaptou: «Quando li [o artigo de Zenha no *Diário de Notícias*] – o que só ocorreu depois de publicado –, achei a expressão bizarra, nem sequer a entendi bem. Mas logo a seguir apercebi-me de que entrara rapidamente no léxico político e que traduzia bem a realidade. Com ela conseguimos demonstrar que éramos a favor da unidade dos trabalhadores, desde que construída livremente por eles, embora rejeitássemos uma “unidade à força”, a que o Zenha chamou “unicidade”! Entretanto, nos sindicatos, a nossa gente, os sindicalistas socialistas, estavam a ser escoraçados e violentados.»³⁷

Para tentar travar a aprovação do diploma, a direção do PS, à revelia de Soares, havia decidido convocar um comício de protesto para o Pavilhão dos Desportos (futuro Pavilhão Carlos Lopes), em Lisboa, o que causou a apreensão do líder. Seria uma prova de fogo para o partido, que nunca desencadeara ações de massas, e Soares admitiu que o pavilhão pudesse não encher, o que representava o fracasso da iniciativa. Mas negará que tenha levantado obstáculos ao apelo: «Não resisti: pus dúvidas [...]. Eu estava afastado de Lisboa há quase um mês: uma eternidade em termos de aceleração revolucionária! Quando cheguei a Lisboa, no próprio dia do comício [14 de janeiro], compreendi imediatamente que tinham razão: constituiu uma das primeiras grandes vitórias do PS e a afirmação

clara da sua autonomia estratégica face ao PC. Foi um comício extraordinário, inesquecível.»³⁸

Tratou-se, com efeito, de um ponto de viragem no processo político inaugurado com o 25 de Abril, contrariando o sentido único que até então caracterizava a marcha dos acontecimentos: «Pela primeira vez, nós, socialistas, fizemos um colossal comício popular, com o pavilhão completamente cheio, fremente de entusiasmo e de empenhamento militante. [...] Pela primeira vez, desde Abril de 74, o PS afrontava claramente o MFA como “aliado objetivo” do PCP.»³⁹ Soares discursou a fechar, mas o próprio reconhecerá que a intervenção mais importante da noite foi de Zenha, «que interveio sobre a especificidade da Lei da Unicidade Sindical – e destruiu implacavelmente a sua pseudofundamentação, com uma lógica irrefutável.»⁴⁰

O abandono do PS, dias antes, por Manuel Serra e o seu grupo, para constituírem a Frente Socialista Popular (FSP), ajudara a clarificar um pouco a turva paisagem ideológica ainda subsistente no PS, mas levantava a Soares outro tipo de preocupação: «O PCP tentava construir uma unidade popular, a sério, envolvendo o MDP, o grupo Serra e outros, para isolar cada vez mais o PS.»⁴¹ Depois da questão do MDP, Soares viveria, a propósito da unicidade sindical, o seu segundo grande confronto com Cunhal num Conselho de Ministros, e teria ao mesmo tempo de se bater contra o MFA à volta do mesmo tema, o que aconteceu num vigoroso debate com o capitão Vasco Lourenço (n. 1942), uma das mais destacadas figuras do movimento militar, durante uma reunião no Palácio de Belém.⁴²

Defenderia o mesmo tipo de posicionamento quando, em finais de janeiro, o I Congresso do CDS, no Pavilhão dos Desportos do Porto, foi alvo de cerco e boicote por parte de elementos da extrema-esquerda, obrigando os participantes a uma noite de assédio no interior do edifício. Soares, em declarações à televisão holandesa, sintetizou o que, do seu ponto de vista, estava em jogo: «Nunca aceitámos uma ditadura das direitas, não podemos agora admitir uma ditadura das esquerdas!»⁴³

Por essa ocasião, desembarcava em Lisboa Frank Carlucci (1930-2018), o embaixador norte-americano escolhido por Kissinger para substituir Nash Scott. Houve controvérsia logo à sua chegada, quando Otelo Saraiva de Carvalho, então comandante do Copcon (Comando Operacional do Continente, organismo militar encarregado da segurança), declarou que, se o diplomata pertencesse à CIA – como se dizia do lado da extrema-esquerda –, não poderia garantir a sua segurança. Foi com esse pano de fundo que o ministro dos Negócios Estrangeiros conheceu o novo embaixador:

Ouvi as declarações do Otelo na rádio de manhã, antes de ir para as Necessidades. Daí a uns minutos, tinha o Costa Gomes a dizer-me: “Já viu aquela besta do Otelo, o que ele acabou de dizer?” “Acabo de ouvir.” “Mas isto é gravíssimo.” “Pois é, mas o que é que quer que lhe faça? Isto é a revolução.” “Ah, não, isto é o pretexto para os americanos invadirem o nosso país com os *marines*.” (Coisa que os americanos pensavam, aliás; o Kissinger fez diligências junto do Franco para isso, e o Ford também). E perante isto ele disse-me: “Você já conhece o Carlucci?” “Eu não, ele ainda não apresentou credenciais, nem veio aqui em visita de cumprimentos.” “Então faça-me um favor: telefone-lhe imediatamente, mande-o ir aí e peça-lhe desculpa em nome do governo e em meu próprio. Como CEMGFA [chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas], garanto que ele terá toda a proteção.” Assim fiz. Telefonei para a embaixada, e ele veio ao telefone, num português mascavado – que ele falava abasileirado. Perguntei-lhe se ele podia lá ir, porque eu tinha um recado para lhe transmitir, do Presidente da República e chefe das Forças Armadas. “Ah, sim senhor, tanto mais que eu estava para ir aí por causa das credenciais.” “Nós vamos tratar disso já, mas se puder vir aqui eu agradecia-lhe muito.” “Vou já.” Daí a 15 ou 20 minutos no máximo, entra-me o Carlucci, baixinho, pequenino, sorridente, tipo italiano típico, mafioso, e a primeira impressão com que fiquei foi essa, de um *rastacueru* [novo rico latino americano em passeio pela Europa], um tipo que não é ninguém mas vai fazendo assim umas graças, estando muito

à-vontade. Começou a falar em português e disse-me sobre o Otelo: “Ó senhor ministro, não se preocupe com isso, não tem importância nenhuma.” E eu disse: “Não tem importância nenhuma? Então ele diz que não o protege. Claro que tem importância, o senhor tem de ser protegido se houver por aí alguma coisa, e eu estou aqui para lhe garantir que terá toda a proteção militar e policial e tudo o que o senhor quiser.” E ele: “Não, não tem importância. Sabe? Eu já falei com o Otelo, até já o convidei para almoçar amanhã.” E eu pensei: “Porra, este gajo bate-me em velocidade em tudo.” Perguntei: “Mas como é que telefonou?” “Bem, ouvi a notícia e resolvi telefonar-lhe e digo-lhe: ‘O senhor diz isto assim, assim e tal.’ E ele começou a meter os pés pelas mãos. E eu disse: ‘Mas não é problema, vamos almoçar amanhã, se me quiser dar a honra.’ ‘Ah, muito obrigado, embaixador, vou com certeza.’” E o Otelo foi. E isto deu logo a ideia de que aquele não era um embaixador qualquer. Nem era um tipo formal, era um tipo que percebia as coisas todas num instante e atuava num instante. A partir daí começámos a ter relações com alguma frequência.⁴⁴

Otelo Saraiva de Carvalho assinalará nesta história, contada por Soares uma vez atrás de outra, muita fantasia e pouca correspondência com a realidade: «Eu disse após o 11 de Março [de 1975, tentativa de golpe spinolista, conforme descrito mais adiante] que, se fosse primeiro-ministro, declararia Carlucci *persona non grata*. A seguir ele telefona-me, e só falei com ele dessa vez, e foi ao telefone.»⁴⁵ Pelo que nunca terá havido almoço entre o embaixador ianque e o militar revolucionário. Quanto ao qualificativo com que o então Presidente da República o terá mimoseado, o cérebro operacional do 25 de Abril contestará: «Não acredito que Costa Gomes tenha dito isso de mim.»⁴⁶

Uma semana após a sua chegada, Carlucci pediu de novo para falar com Soares por terem sido recebidos no Departamento de Estado rumores sobre um possível golpe de Estado em preparação pelo «PCP e elementos de esquerda do MFA [...] contra os elementos moderados, para o início da semana seguinte.»⁴⁷ No relato

da conversa que enviou a 27 de janeiro para Washington, o diplomata deu conta do ceticismo do ministro quanto à credibilidade da informação:

Soares ouviu a minha exposição calma e sobriamente. Pareceu impressionado pela seriedade com que encaramos a situação. Perguntou primeiro que tipo de informação nós tínhamos. Indiquei haver vários relatórios que suscitaram a nossa preocupação. Soares perguntou se algum deles emanava dos militares. Disse-lhe que um, sim. Perguntei-lhe o que pensava. Disse que não dava crédito a relatórios sobre tentativas de golpe. Acrescentou que a sua convicção pessoal era que, em face do forte posicionamento assumido pelos socialistas e outros, os comunistas recuariam. Disse que, com tantos jornalistas estrangeiros presentes e os olhos do mundo virados para Portugal, seria pouco provável que os comunistas tentassem algo que desse nas vistas. Perguntei-lhe se era possível uma remodelação governamental da qual os comunistas saíssem reforçados. Soares encolheu os ombros e disse simplesmente: “Opor-nos-emos a isso.”⁴⁸

Em pouco mais de duas semanas, Soares mudava de posição quanto à possibilidade de uma intentona de natureza comunista em Portugal: de muito provável junto do presidente francês para pouco credível perante o embaixador americano. Aparentemente, o comício no Pavilhão dos Desportos contra a unicidade sindical havia modificado a sua avaliação da correlação de forças no país.

Mas é também verdade que neste período o seu discurso acerca dos comunistas nem sempre primou pela coerência, parecendo mais dependente das circunstâncias ou contingências do momento, ou, quiçá, até do interlocutor: se logo a seguir ao 25 de Abril rejeitara, perante o anterior embaixador norte-americano, a possibilidade de existir um Programa Comum em Portugal, no ano seguinte declarava numa entrevista (talvez para não antagonizar o eleitorado mais à esquerda): «Se não temos, em Lisboa, um Programa Comum, a falta deve-se unicamente aos comunistas, que recusaram todos os nossos convites para progredir nesse sentido.»⁴⁹

De qualquer modo, os seus primeiros contactos com Carlucci constituíram, invocando a clássica referência cinematográfica, o princípio de uma bela amizade. Soares recordará que, para prosseguir os diálogos com regularidade, o embaixador arranjou até um cenário próprio:

Ele disse-me um dia: “Eu gostaria muito de termos estas conversas, mas para si e para mim é melhor que sejam discretas, não têm de ser ouvidas. E aqui toda a gente tem escutas. Estou preocupado porque à minha frente há a embaixada da Bulgária [país então inserido no bloco soviético], que acho que tem umas coisas especiais para captar o som. Portanto, vou arranjar uma coisa lá em cima, vou mandar revestir aquilo de maneira que não se possa ouvir e nós vamos passar a almoçar lá. Tem uma vista muito boa, vai ver.” Assim fomos para o zimbório [no piso superior da embaixada, então no bairro da Lapa]. A partir daí almoçávamos com alguma frequência, uma ou duas vezes por mês, conforme os acontecimentos. E fui percebendo que aquele tipo tinha uma grande sensibilidade para a política e uma grande experiência, e que estava convencido desde o princípio de que os comunistas não iam tomar o poder – que eu ajudei a convencê-lo, diga-se, porque lhe dei informações. Eu dizia-lhe: “Nós, Partido Socialista, não aceitaremos nunca que isto se transforme numa democracia popular. Isso posso garantir-lhe. Nós vamos resistir, e nós temos condições para resistir. Temos muitos apoios, não só apoios da direita – que está aterrorizada – mas também da Igreja Católica; e ainda no plano social. De modo que isto não é assim tão simples como se diz e como eles querem aparentar, como vai ver.” E ele realmente começou a seguir os acontecimentos, começou a jogar ténis todas as semanas com o Otelio, por exemplo [outra alegação que o militar desmentirá categoricamente⁵⁰] – eu não, porque não sei jogar ténis –, e criou uma boa relação com toda a gente. Falei ao Costa Gomes, que o recebeu várias vezes. E ele começou a dizer que queria que nós fizéssemos..., foi ele que organizou as relações entre Portugal e a América, e entrou em colisão com o Kissinger. Numa conversa que os dois tivemos com o Kissinger, o Carlucci estava de acordo comigo, enquanto o Kissinger estava contra.⁵¹

Quando aparelhos da Força Aérea, na manhã de 11 de março de 1975, bombardearam o Regimento de Artilharia 1 (RAL 1, que mudou meses depois para Ralis – Regimento de Artilharia de Lisboa), às portas da capital, numa tentativa putschista desencadeada por oficiais ligados a Spínola, Soares não terá ficado propriamente espantado: «Havia contactos do PS com o grupo spinolista, através de Jaime Gama e Manuel Alegre, pelo que para mim não foi uma surpresa completa. Era da parte dessas figuras uma tentativa para dar mais força ao general Spínola e travar o governo de Vasco Gonçalves. Existia esse fervilhar, de que eu não era partidário, já que não queria mais poderes para o general Spínola, mas o PS estava dividido: havia dentro do partido quem gostava do Spínola. O 11 de Março tratou-se, contudo, de uma coisa muito mal organizada. A aeronáutica antecipou-se»⁵²

Fazia quase um ano que oficiais spinolistas se haviam precipitado no 16 de Março, antecipando-se aos restantes conspiradores militares, que derrubariam a ditadura no mês seguinte. Agora, apesar da sua apregoada competência castrense, voltavam a cometer o mesmo erro, sujeitando-se de novo a uma fácil neutralização.

Se Soares intuía a movimentação em curso, não deixou porém de ser apanhado desprevenido pelo bombardeamento, como todos aqueles que não sabiam do momento da ação:

Na manhã desse dia, recebi um ministro nórdico, o que me impediu de estar presente no princípio do Conselho de Ministros dessa manhã. A meio da audiência, surgiu Victor Cunha Rego, avisando-me: “Desta vez é que é, Mário. Andam uns aviões a bombardear Lisboa!” Minutos depois, o Zenha telefonou-me do Conselho de Ministros: estaria a haver um golpe militar, Cunhal abandonara precipitadamente a reunião, após alguém ter irrompido na sala para o chamar. Pedi desculpa ao ministro, finalizámos o encontro. Pouco tempo depois, Zenha, acompanhado por Maria de Lourdes Pintasilgo [1930-2004, ministra dos Assuntos Sociais], [Emílio] Rui Vilar [n. 1939, ministro da Economia] e Almeida Santos, vieram ter comigo ao meu gabinete. O conselho terminara abruptamente.

[...] As opiniões dividiam-se: uns achavam que se tratava de um golpe de direita – dirigido por Spínola, provavelmente –, outros desconfiavam de uma montagem...»⁵³

Soares admitiu logo uma atitude extrema: «Eu disse: “Temos de nos preparar para ir para a clandestinidade.” E a Pintasilgo perguntou: “Mas onde é a clandestinidade?”»⁵⁴

Facilmente dominada, a tentativa seria o trampolim para reforçar o ascendente da esquerda revolucionária – militar e civil – sobre o processo político, suscitando a Soares preocupações acrescidas: «Ao princípio da tarde, já o PCP cantava a vitória porque – conforme diziam – “a contrarrevolução fora esmagada!” Reunimos então o Secretariado do PS, em São Pedro de Alcântara, de uma forma um pouco atrabiliária, com os dirigentes que lá se encontravam. Não foi uma reunião fácil: pairava uma intensa emoção e incerteza, acentuando as divergências...»⁵⁵

Estava em questão, no essencial, continuar a participar na coligação com o poder militar ou romper com ele. Numa reação a quente, Soares quis a rutura: «Eu estava aflito, achei que podíamos ser banidos, queria cortar com os militares logo a 11 de março, não entrar no governo, fazer frente à situação. Nessa reunião só tive uma pessoa do meu lado: o Sottomayor Cardia [algumas versões falam também de Manuel Alegre⁵⁶]. Os outros achavam que devíamos disfarçar. No partido estava muita gente atemorizada pelo que pudesse acontecer se nos opuséssemos aos militares. Houve uma grande separação entre mim e o Zenha.»⁵⁷

Aquele que era considerado o n.º 2 do PS aconselhava sobretudo prudência, convencendo até o n.º 1:

Zenha evitou pronunciar-se sobre o fundo da questão. Defendeu a opinião de que, mesmo que estivéssemos perante uma “manobra” ou uma montagem política para forçar e acelerar o processo revolucionário, não nos deveríamos precipitar com atitudes irreversíveis, que nos conduziriam, quanto a ele, necessariamente, ao adiamento ou, mesmo, à não realização de eleições. A meio da reunião, ponderando os argumentos

táticos do Zenha, mudei de opinião e dei-lhe razão: era preciso aguentar tudo o que fosse preciso para conseguir chegar às eleições. Tínhamos o dever de manter a cabeça fria e não podíamos arriscar! Entretanto, o PCP havia-nos convidado a integrar uma manifestação prevista para o fim dessa mesma tarde. Uma vez tomada a opção, entendi que devia ir. Curiosamente, Álvaro Cunhal não compareceu.⁵⁸

A crer nas palavras de Soares, a sua presença no desfile terá sido um ato de extraordinário contorcionismo político: «Eu disse na reunião: “Se acham que devemos fazer isso, eu faço. Vou à frente da manifestação.” Durante ela, o MES, ao nosso lado, gritava: “O golpe falhou, o PS disfarçou.” E eu a pensar: “Estes tipos têm razão.” Eu não acreditava que fosse um golpe fascista. Mas falei no Rossio, contra um golpe militar no qual eu não acreditava.»⁵⁹ Até esse discurso final se distinguiu por um insólito radicalismo: «Falei ao gosto do momento, admito: era necessário aguentar e inserirmo-nos na corrente, para termos peso e capacidade para impor a realização de eleições. Passou a ser a questão crucial.»⁶⁰

Capítulo 20

A resistência

A assembleia do MFA realizada na noite de 11 para 12 de março, ainda sob a emoção e a emergência dos acontecimentos da jornada, assinalará a entrada do processo político português numa nova fase. A própria reunião seria apelidada de «assembleia selvagem», por ter sido convocada à margem do método habitual, nela participando, além dos oficiais do costume, sargentos e praças dos três ramos das Forças Armadas.

Aí foi aí decidida de uma penada, por aclamação, a nacionalização dos bancos e companhias seguradoras sediados em Portugal, alargada à totalidade dos respetivos grupos económicos, significando à volta de um quinto da riqueza nacional.

Soares dirá que soube da medida pelos jornais: «Ninguém se incomodou, sendo eu membro do governo e titular da pasta dos Estrangeiros, a informar-me previamente.»¹ Acrescentará ainda que a sua reação foi de um prudente silêncio: «Encarei as nacionalizações com a maior reserva, mas não me pronunciei sobre o assunto.»² Se bem que, ao matutino *O Século* de 25 de março, tenha afirmado, em aparente apoio à medida, que ela «é a liquidação dos potentados.»³

Mas mesmo reputados economistas como Vítor Constâncio (n. 1943), Rui Vilar ou José Silva Lopes (1932-2015, ministro das Finanças dos II e III Governos Provisórios) aceitaram a decisão (tendo o último ajudado a preparar os respetivos decretos, produzidos um pouco mais tarde). É um facto que os tempos também

não aconselhavam dissidências: «Nessa assembleia selvagem do MFA chegou-se a pedir a pena de morte contra mim...», evocará Soares (referindo-se outras versões apenas ao pedido de fuzilamento dos autores da intentona⁴). «O clima emocional era propício a tais desvarios.»⁵

Da reunião saíra ainda a criação do Conselho da Revolução (CR), um órgão formado por oficiais do MFA, resultante da fusão da JSN, do Conselho de Estado e de outras estruturas político-militares saídas do 25 de Abril, e que possuía funções constitucionais, legislativas e até de soberania. Também os partidos o aceitaram, por concordância ou mutismo.

Uma coisa a assembleia do MFA não alterou, apesar de ainda ter havido intervenções nesse sentido: o compromisso, há muito assumido pelos militares, de se realizarem eleições para uma câmara constitucional num prazo não superior a um ano após o 25 de Abril. Esse constituía então o mais importante objetivo tático para Soares e os seus colegas da direção do PS, já que seria um momento de clarificação política no qual o partido depositava fortes esperanças – sobretudo após constatada a dimensão da contestação à unicidade sindical.

Mas o nervosismo era agora maior, como testemunhou Soares numa reunião com Cunhal (e membros das direções dos dois partidos), a pedido do PS, na sede dos comunistas, então na Rua António Serpa, ao Campo Pequeno, dois dias após o 11 de Março: «Além de tenso, Cunhal estava muito seguro de si, eufórico, e tudo na sua atitude denotava um sentimento indisfarçável de vitória! Foi a única vez, no decurso da revolução, que o vi assim. Fora até aí sempre ultrarreservado, controlado e sóbrio.»⁶

Carlos Brito recordará as palavras que ouviu então do boca do líder do PCP ao convocá-lo para participar também no encontro com os socialistas: «Vêm pedir batatinhas.»⁷ Cunhal parecia com efeito ter todos os trunfos na mão, consoante o relato do Soares: «Nesse dia, usou de uma franqueza inabitual: “Vocês (nós, socialistas) têm ainda um longo caminho a percorrer connosco. O melhor, para todos, é que o PS se junte a nós. Caso contrário, ocorrerá com

os socialistas o mesmo que se passou já com a direita: serão implacavelmente eliminados!” E fazia com ambas as mãos um gesto perentório, de quem afasta inoportunos. A dinâmica revolucionária parecia-lhe totalmente irreversível. Álvaro Cunhal acabara de ganhar, principalmente por culpa dos seus adversários militares, uma batalha decisiva, e sabia-o.»⁸ Carlos Brito confirmará este relato, comentando que o secretário-geral do PCP «foi muito duro».⁹

Domingos Abrantes, também sentado à mesa do encontro, recordará um Soares obrigado àquilo que seria o seu típico con-torcionismo político à época, num esforço para se manter à tona da água, porque «a partir de certa altura, ele teve a noção de que a correlação de forças se estava a alterar»: «Um exemplo da falta de seriedade dele: foi-nos dizer, na António Serpa, à beira das nacionalizações, que isto estava a andar depressa, que não nos iam acompanhar nas nacionalizações. E eis senão quando, no decurso da reunião, há um camarada que passa debaixo da porta um papel a dizer que o CR acabara de decretar as nacionalizações. E o Cunhal passou-lhe o papel. Ficaram sem pinga de sangue. Mas o que é curioso é que a comunicação social à saída deu-lhe a notícia, e, se virmos os registos da época, ele saúda a decisão do CR. Depois já disse que foi uma questão tática, e tal.»¹⁰

«Nós não fomos à António Serpa para pedir “batatinhas” ao PCP», reagirá mais tarde Soares. «Respondi-lhe [a Cunhal] secamente: “Por mim, estou esclarecido.” Como mais ninguém falasse, levantámo-nos e saímos. Descemos a Avenida da República a pé, a conversar. Em síntese disse aos meus camaradas: “A partir de agora é a guerra total: ou ganhamos ou perdemos. Mas antes vamos tentar ganhar as eleições”.»¹¹

As suspeitas suscitadas sobre a atitude de Soares perante o 11 de Março ainda levaram os militares a querer envolvê-lo num inquérito aos acontecimentos:

Vasco Gonçalves chamou-me no final de um Conselho de Ministros, um dos poucos onde ainda fui. E, surpreendentemente, disse-me, com aparente inocência e um tom neutro, que “havia

uns rapazes do MFA que estavam convencidos de que eu e outros dirigentes do PS estivéramos metidos na conspiração do 11 de Março”. E acrescentou: “Terá de ir depor num processo que lhe estão a organizar.” Invoquei a minha prerrogativa de ministro. Como tal, tinha direito a recebê-los no meu gabinete. Vasco Gonçalves ficou “de pensar”. Dias depois, insistiu: queria então que eu fosse ouvido no seu gabinete, em São Bento. Acedi, com a condição de que ele também, primeiro-ministro, que assim me convocava, estivesse presente. Quando entrei no gabinete estavam lá dois militares, cujos nomes não fixei, à paisana, que me começaram a interrogar, em jeito de conversa. Espantei-me: “Tratava-se de um interrogatório ou de uma conversa?” – perguntei. Se era um interrogatório, em função de um inquérito aberto, exigi perguntas que fossem transcritas em auto e respostas igualmente ditadas, por mim, para os autos. Até na PIDE – disse – se procedia assim. Gerou-se alguma confusão. Os inquiridores saíram da sala com o argumento de que iriam ponderar como haveriam de proceder. Momentos depois, regressaram com uma máquina de escrever e começou então o interrogatório em forma: como é que eu explicava que, no 11 de Março, tivesse recebido uma chamada telefónica do major [Luís] Casanova Ferreira [1931-2015, tido por spinolista]? Enfureci-me com a pergunta e dei uma resposta breve: “Queria saber qual a razão da pergunta feita: acaso haveria escutas telefónicas registando as chamadas que se faziam?” “Nessa hipótese, quem fazia as escutas e ao abrigo de que lei?” [...] Ditei depois a minha resposta à pergunta formulada: “Nunca recebera tal chamada telefónica.” Segunda questão: “Como explicava eu que, no jornal francês [político-satírico] *Canard Enchaîné*, tivesse surgido a notícia do meu envolvimento no 11 de Março?” Retorqui-lhes: “Se faziam tanta fé nesse jornal francês, então deviam saber que, na mesma edição, se afirmava que o primeiro-ministro Vasco Gonçalves era membro inscrito, com número e cartão, do Partido Comunista.” Achava isso uma calúnia, mas se entendiam que o *Canard Enchaîné* era uma fonte de confiança, era caso para ficar perplexo... Quanto à pergunta em si, neguei-a obviamente. [...] O inquérito acabou aí, uma vez assinado o auto. Nunca mais me falaram de nada.¹²

Na previsível mudança de governo que se seguiu ao 11 de Março, e cuja posse se deu duas semanas depois, Soares perdeu as Necessidades (que passaram para Melo Antunes) e ficou como ministro sem pasta, em situação idêntica à dos outros representantes partidários: «Eles [o MFA] não se enganaram comigo, tanto que deixei de ser ministro dos Negócios Estrangeiros com o 11 de Março. Só aceitei porque se estava em período pré-eleitoral.»¹³ Sentiu-o como uma despromoção: «Percebi que havia a intenção de me isolar e diminuir do ponto de vista político. Tivera até aí o bastião das Necessidades, que me dera visibilidade e uma sólida base de influência nas relações externas. Tornara-me conhecido no país. [...] E eu aparecia, aos olhos do mundo, como a voz da revolução moderada. Essa situação esbateu-se com o meu afastamento: nem por isso perdi a visibilidade externa, é certo; mas diminuía os meus contactos institucionais com os diferentes países. Foi um golpe inteligente e certo. Uma espécie, quase, de xaque-mate...» (Curiosamente, com este comentário, o governante parecia ver o cargo mais como instrumento de promoção pessoal do que como serviço à república).

Mas, ao mesmo tempo, entendeu aceitar a alteração, sem nada fazer para a contrariar. A verdade é que, com a ida às urnas acabada por marcar para 25 de abril seguinte (assinalando um ano sobre a revolução), Soares dispunha assim de mais tempo para se dedicar ao partido e à campanha eleitoral, deixando a Zenha, que se mantinha como titular da Justiça, as tarefas de representação do PS no governo: «Hesitei bastante. Acabei por considerar que, aproximando-se o período de campanha eleitoral, para realizar a grande digressão que projetava fazer pelo país [...], era, apesar de tudo, muito melhor continuar a ser ministro *in nomine*. [...] Dedi-quei-me a trabalhar quase exclusivamente para as eleições. Pouco ia às reuniões do governo nessa altura.»¹⁴

No IV Governo Provisório, um dos sinais do reforço da influência do PCP era o regresso ao elenco de Francisco Pereira de Moura como representante do MDP, partido que não integrara os dois anteriores gabinetes. O inevitável protesto de Soares foi

mencionado num memorando sobre a situação em Portugal enviado pela CIA ao presidente Ford: «Os dois partidos moderados do presente governo [PS e PPD – cujo representante se mantinha Magalhães Mota] começam a mostrar alguma determinação para segurar a sua posição. Mário Soares questionou publicamente a intenção de Gonçalves de trazer para o executivo o Movimento Democrático Português [descrito no relatório como “uma frente comunista”] e disse que as mudanças no Conselho de Ministros nas vésperas das eleições eram inoportunas.»¹⁵

Para chegar até às eleições, Soares teve ainda de digerir o chamado Pacto MFA/Partidos, oficialmente chamado Plataforma de Acordo Constitucional, que na prática significava o reconhecimento pelas forças políticas subscritoras (PS, PPD, CDS, PCP, MDP e FSP) do protagonismo institucional dos autores do 25 de Abril. Como esse era um preço a pagar pela consulta eleitoral, os partidos aceitaram apor-lhe a sua assinatura a 11 de abril, incluindo o PS, que Soares admitirá ter negociado «com alguma reserva mental e entendendo [o pacto] como uma ação de retardamento (para ganhar tempo) e de pura sobrevivência.»¹⁶ O secretário-geral do PS disse-se condicionado pela perceção de que o seu partido era a parte mais fraca num confronto com o MFA: «Quem teve responsabilidade no pacto foi Melo Antunes. Aí eu tive algumas divergências com o Zenha, que dizia que nós éramos a panela de barro e o MFA a panela de ferro – quebrávamos se batéssemos nela. Assinei taticamente, estando também os outros partidos.»¹⁷

De qualquer modo, Soares apostava tudo no resultado das eleições, pedindo por isso aos seus aliados estrangeiros que se abstivessem de qualquer iniciativa implicando a perturbação do escrutínio. A ideia foi partilhada e comunicada a Washington por Carlucci a 1 de abril, perante notícias de que a NATO poderia estar a preparar a imposição de uma «quarentena» a Portugal:

A questão mais frutuosa do nosso ponto de vista serão eleições livres e justas. O MFA está comprometido na iniciativa e não poderá facilmente livrar-se do anzol. Apesar de a institucio-

nalização do MFA significar que as eleições serão pouco mais do que uma exteriorização da vontade popular, tal facto, assumindo que o escrutínio seja razoavelmente fiel, poderá constituir a forma mais eficaz de enfraquecer a existente aliança MFA-PCP. Soares vê as coisas desta maneira [...]. Peço-vos encarecidamente que concentrem os os nossos esforços nas eleições [...]. Precisamos de encorajar as forças moderadas, não de as repelir, e temos de ter isso em linha de conta quando andamos à procura de questões para levantar.¹⁸

Washington recebia também dos sociais-democratas europeus pedidos de ajuda aos socialistas portugueses. Num encontro com Ford e Kissinger realizado a 27 de março na capital federal, Willy Brandt (que se mantinha como presidente do SPD) foi até portador de uma mensagem de Soares na qual o líder do PS dizia: «A situação em Portugal é séria e a democracia está em risco; os socialistas portugueses estão a chegar a um ponto de desespero e esperam a ajuda dos EUA; o golpe de 11 de março foi encenado para servir os interesses dos comunistas; o Movimento das Forças Armadas está sob a influência dos comunistas; as eleições de 25 de abril vão ser realizadas de molde a servir para intimidar as forças políticas moderadas.»¹⁹ Não é de excluir que Soares exagerasse a dimensão da ameaça para obter com mais facilidade os apoios estrangeiros – não só políticos como materiais – de que tanto necessitava.

A elaboração das candidaturas do PS à Constituinte, mais do que um processo coletivo da direção do partido, esteve centralizada em Soares: «De norte a sul de Portugal, ocupei-me da organização das listas a deputados – tarefa ingrátissima –, do discurso e do *marketing* da campanha eleitoral.»²⁰ Relatará Mário Mesquita, que fez parte da lista por Lisboa em lugar à partida elegível (e onde o próprio secretário-geral do PS surgia à cabeça): «Fazer as listas foi uma decisão supercomplexa dentro do partido. Mário Soares é que geria isso. Vinham delegações que não se sabia quem eram, nem o próprio Soares. Ele falava com essa gente e tentava seguir a intuição dele. Geriu aquilo de maneira a colocar nos topos das listas aqueles que precisava que fossem de certeza eleitos.»²¹

Medeiros Ferreira, outro dos convidados para lugar elegível (como independente) pela capital, recordará um cuidado de Soares na propaganda: «Fiz campanha com ele em grande parte. Houve um comício no Campo Pequeno a 21 de março. Mário Soares queria lançar-me e fui um dos oradores escolhidos. O Campo Pequeno estava cheio. A meio do meu discurso as palmas eram imensas. Ele, que ia ser o último orador, estava a meu lado e quando pressentiu que aquilo estava ao rubro disse-me: “Ó Medeiros, você não excite de mais esta gente.” A minha interpretação é que os melhores aplausos estavam reservados para ele, e eu estava a fazer sombra. Mas foi uma coisa muito espontânea. O que significa que é um homem que controla a situação nas circunstâncias mais excecionais.»²²

Isolado no espectro partidário e sem a confiança dos militares, Soares sentia que as eleições surgiam como a sua única saída: «Estávamos a ser muito fortemente atacados, sem aliados à vista. Só havia uma solução: dialogar diretamente com o povo, fazermos-nos compreender e ouvir pelo povo. Foi assim que parti para a minha primeira grande volta a Portugal, no pós-25 de Abril! A minha filha Isabel era o meu motorista. Não tínhamos segurança. Utilizávamos o meu automóvel, um Renault 16, vermelho.»²³

Para Isabel Soares, os novos tempos eram a oportunidade de uma reaproximação: «O pós-25 de Abril significou reencontrar-me com o meu pai, que tinha estado muito ausente e com quem tinha uma relação muito próxima. Deixei a Faculdade de Medicina, e acho que não me arrependo. Em campanha eleitoral, o meu pai era uma pessoa sempre muito tranquila, o que dava muita confiança. Na campanha de 1975, a tensão era sobretudo no Alentejo, com os comunistas. Em Évora, Beja – mas também em Almada – houve situações de grande tensão, mas ele estava sempre calmo. Lembro-me de, no Norte, as pessoas virem ter connosco quando parávamos e quererem entrar no carro. Eu dizia: “Não, não pode entrar.” E o meu pai: “Entre, era o que mais faltava, entre mesmo.” Nunca recuou.»²⁴

Num exercício afetado pela inexperiência de todos os participantes, o mais difícil para Soares era adaptar o discurso a estratos tão contrastantes da população de «um país confuso e atordado»:

Se, ao partir para esta digressão, estava inseguro, com um discurso por vezes hesitante, em face de certos auditórios mais impenetráveis, regressei seguríssimo: o país estava a aderir à mensagem do PS, entendia o que os socialistas representavam e dava grandes mostras de simpatia pelo PS e por mim próprio. A corrente passara... [...] Havia locais onde mal conhecia as pessoas: senti dificuldades medonhas com algumas estruturas locais: lutei, gritei, gesticulei, tive fúrias homéricas. Até na organização dos percursos de campanha. Um inferno! E tudo sem preparação, nem grande experiência. Praticamente, improvisando sempre. Vivi um mês fora de casa, percorri o país todo, incluindo as ilhas, travei, quanto possível, os radicalismos da minha gente. Bati-me, sobretudo, para transformar uma massa informe de entusiasmos num coro uniforme. Por vezes, encontrei reticências, não gostavam de mim, achavam-me pouco revolucionário e tentavam rejeitar a minha linguagem moderada, como sendo pouco ajustada ao gosto do tempo. Havia apreciáveis diferenças de região para região. No Alentejo, por exemplo, os socialistas ou eram muito moderados, demasiado mesmo, ou se situavam muito à esquerda, procurando ultrapassar o PC. Em Murça, quase fui espancado. Quando falava em socialismo, havia gente, em certos lugares, que me confundia com os comunistas e vinha contra nós de varapau em riste! Tanto era contestado à esquerda como à direita... [...] Guardo dessa campanha uma recordação única! Quando cheguei a Lisboa, não só tinha o PS na mão, como a quase certeza da vitória eleitoral!²⁵

O resultado das eleições, com a expressiva vitória do PS ao recolher cerca de 38 por cento dos votos, quase mais 12 por cento do que o segundo classificado – o PPD – e três vezes mais do que o PCP, que ficou em terceiro com menos de 13 por cento, excedeu a expectativa geral quanto àquilo que os socialistas poderiam alcançar, assim como a do próprio Soares: «Foi uma surpresa para

mim, tanto o nosso resultado como o baixo resultado do PC e do MDP [4,1 por cento, enquanto a FSP obteve apenas 1,2 por cento e nenhum mandato]. Eu pensava que iríamos ter uma expressão eleitoral pequena, que aquilo ia aos poucos. Mas ganhámos assim uma legitimidade que nunca tínhamos tido. O Zenha tinha razão: se não ganhássemos as eleições, ter-nos-iam eliminado.»²⁶

Tratava-se agora de digerir a vitória. Recordará Mário Mesquita, um dos deputados à Constituinte: «Como não se esperava um resultado tão retumbante (em parte por condicionamento dos *media*), o próprio Mário Soares dizia: “Não conheço metade deste grupo parlamentar. Sei lá quem são!”»²⁷ O líder socialista teve porém o cuidado de evitar triunfalismos, optando por «uma estratégia, mais uma vez, bastante prudente»: «Nem sequer reclamámos uma imediata mudança de governo, como seria natural depois de um ato eleitoral com o significado e a magnitude que teve. Assumimos a vitória, sem fazermos qualquer reivindicação política, dando tempo ao tempo e acumulando capital de queixa. [...] Foi melhor assim.»²⁸

Na manifestação do 1.º de Maio de 1975, Soares, reforçado com os números do escrutínio, já não quis reproduzir o quadro do ano anterior, recusando desfilar ao lado de Cunhal: «Tudo tinha, entretanto, mudado. Resolvi seguir com a minha gente. Salgado Zenha e eu encabeçámos a manifestação socialista».²⁹ Mas mantinha-se o plano de convergência de ambos os desfiles no Estádio 1º de Maio, para os discursos. Só que o caminho foi barrado a Soares e os seus: «Não nos deixaram entrar no estádio, com o pretexto de já estar cheio. Mas mandei ver e não estava cheio. Forçámos a entrada.»³⁰

Alegando que o líder do PS se recusara a participar no desfile supostamente unitário do 1.º de Maio, Cunhal apresentará uma versão diferente quanto ao impedimento que lhe foi erguido: «[Soares] recusou-se a aceitar que, além do movimento sindical, falasse, no comício, o primeiro-ministro do governo ao qual [...] pertencia. O desenrolar da operação mostrou que projetava, realizando uma contramanifestação, e provocando desordens no próprio estádio, chegar à tribuna e ali mesmo dizer o que já andava dizendo. Isto é:

tomar a palavra, acusar o primeiro-ministro e o PCP, exigir a demissão de Vasco Gonçalves e a saída dos comunistas do governo.»³¹

Tal arenga, lançada no meio de uma larga maioria de adeptos do PCP, a ser autêntica essa intenção de Soares, teria consequências imprevisíveis. De qualquer modo, o desfile socialista penetrou entre a multidão já presente: «Atravessámos o relvado do estádio, abrindo caminho ao empurrão, ao soco e aos encontrões. Em certa altura, houve alguém que pretendeu esfaquear-me pelas costas [...] e foi impedido por um soldado e um popular, que seguiam logo atrás de mim.»³² A direção do PS pretendeu depois aceder à tribuna: «Subimos as bancadas até à porta da tribuna, quisemos entrar, mas estava fechada. Demos grandes punhadas na porta e aparece um tipo a dizer: “Aqui não entram traidores à classe operária.” Isto cinco dias depois de termos ganho as eleições. Fizemos o percurso inverso, com tudo à porrada outra vez. Não houve praticamente comício. Nós fomos expulsos como traidores, mas desfilámos a seguir pela Avenida de Roma.»³³

Marcelo Curto, que seguia também à cabeça do desfile socialista, descreverá o mesmo momento sob o seu ponto de vista:

Entrámos no Estádio 1.º de Maio sob uma chuva de insultos e pancada de cabos de bandeiras. Soares, Zenha, Manuel Alegre e eu. Fomos até à tribuna. Chegámos lá e disseram-nos que os reacionários não tinham lugar ali. Rimo-nos. Não nos indignámos logo. Tudo nos estava vedado. Voltámos para a bancada onde os homens dos Correios – que estavam connosco – tinham conseguido uma clareira no topo leste. De repente, Soares não resistiu. Enfiou pelo meio daquela gente e nós fomos atrás dele. Levámos ainda mais insultos e mais pancada. Lembro-me de que Soares desmaiou, e foi levado para casa de alguém, ali na Avenida Rio de Janeiro. Passei a ter uma grande admiração por ele. A coragem física não se inventa.³⁴

Nessa mesma noite, Soares jantaria com Rossana Rossanda (1924-2020), diretora do jornal italiano de extrema-esquerda *Il Manifesto*, e K. S. Karol (1924-2014), jornalista de *Le Nouvel Observateur*.³⁵ Tendo ambos seguido pela televisão a confrontação da

tarde no estádio, Karol, de origem polaca e especializado no bloco soviético, resolveu aconselhar Soares: «Ele disse-me: “Ó Mário Soares, eu tenho a experiência dos países de Leste. Você fuja o mais depressa possível, se não é morto.” E eu respondi: “Isto não é um país de Leste, é um país diferente. Eu conheço o meu país, não tenha dúvida de que isto não dá para esse tipo de situações”.»³⁶

O líder socialista falará desse 1.º de Maio como um ponto de viragem na confiança e na atitude do PS: «A partir daí nunca deixámos de fazer manifestações. Saíamos com pacotes de papéis tirados ao copiador, íamos chamando as pessoas e quando chegávamos ao Rossio era uma multidão.»³⁷ Disse-o pensando na iniciativa que o seu partido desencadeou no dia seguinte, 2 de maio: «Fizemos a seguir a maior manifestação em Lisboa, pelo Rossio, a Avenida da República, a Avenida da Liberdade, até São Pedro de Alcântara. Uma coisa épica.»³⁸ Tratava-se de uma ação de protesto pelos acontecimentos da véspera:

Depois do almoço, começámos a descer o Chiado e a distribuir o comunicado, apelando à manifestação. Ainda me lembro de, no Loreto, ter entrado numa farmácia ou numa barbearia e de ter sido interpelado, aos berros, de “miserável” e de “traidor da revolução” por um editor que conhecia bem. Tinha aderido ao PC após a revolução e estava com o entusiasmo dos recém-conversos! Mas a maioria das pessoas às quais distribuíamos o comunicado manifestava-se recetiva e apoiava-nos. À medida que descíamos o Chiado, uns aplaudiam, o maior número, e outros apupavam. Ninguém ficava indiferente! Por ali fomos, num glorioso improviso, até ao Rossio. Já estávamos então acompanhados de um mar de gente.³⁹

O desfile continuou até terminar, frente às instalações do PS em São Pedro de Alcântara, com mais um discurso de Soares: «O dia 2 de maio representou uma enorme viragem. O PS, sozinho, conseguiu fazer descer à rua milhares e milhares de pessoas, assumindo a liderança da oposição ao gonçalvismo. O povo gritou nas ruas: “É preciso respeitar a vontade popular! O povo não está com o MFA!” O país, estupefacto, começava a perceber isso mesmo: dera-

-se uma enorme libertação da sociedade. Voltou a haver razões de esperança. As eleições, afinal, tinham servido para alguma coisa. Viu-se, nesse dia histórico, que tinham sido decisivas.»⁴⁰

O teste deixara eufórico o secretário-geral socialista: «Foi a primeira prova de que tínhamos tanta força na rua como eles. Fui jantar lagosta à Solmar [um restaurante da Baixa, onde o grupo de Soares, para celebrar os aniversários, coincidindo nesse mesmo dia, de Maria Barroso e de Salgado Zenha, ocupou “umas seis ou sete mesas, perante os aplausos frenéticos dos outros comensais”⁴¹], com um ar de contentamento bestial. Era a nossa maior vitória desde sempre.»⁴²

O passo seguinte nesse crescendo de tensão com a esquerda comunista/gonçalvista foi o caso *República*: o vespertino, cujas finanças haviam sido resgatadas por socialistas que se haviam tornado seus proprietários quase exclusivos, dirigido por um histórico dirigente do PS e usado como meio de difusão da linha política do partido, foi ocupado em 19 de maio por funcionários seus do PCP e da extrema-esquerda, sobretudo trabalhadores gráficos (mas também alguns jornalistas). Quando Raul Rêgo telefonou a Soares comunicando-lhe que «os responsáveis editoriais estavam sequestrados e impedidos de publicar o jornal»⁴³, o líder socialista concluiu pela necessidade de ação:

Era uma situação intolerável! Reuni imediatamente o Secretariado Nacional do PS: todos compreenderam, sem dificuldade, que tinha chegado o momento [de cortar com o gonçalvismo e de fazer a nossa própria política]. Mesmo o Zenha, curiosamente, que, em reuniões anteriores, tinha sido sempre o mais renitente em encarar o rompimento... [...] No dia do sequestro, começámos por protestar contra a ocupação do *República* junto do primeiro-ministro [...], depois, do Presidente da República, e finalmente do chefe do Copcon, Otelio Saraiwa de Carvalho, que tinha sob o seu controlo direto os meios de intervenção. Em vão! Perante as portas a fecharem-se, decidimos, o Zenha e eu, como membros do governo, e toda a direção do PS, organizar uma manifestação – ou melhor,

uma movimentação de rua, de natureza diferente – porque não tinha como objetivo apenas protestar, mas sim libertar o jornal, pelos meios ao nosso alcance e utilizando a força da indignação popular! [...] Fomos para a rua gritando *slogans*, como “O *República* é do povo, não é de Moscovo!”, “Fora do jornal os lacaios do Cunhal!” Era um caudal de gente, disposta a tudo, em que havia milhares de socialistas, mas também muitos outros democratas e milhares de populares, anónimos e indignados. Cercámos as instalações do *República*, na Rua da Misericórdia.⁴⁴

A situação saldou-se por um impasse: após uma jornada de tensão, os sequestrados puderam sair sem contudo o PS recuperar o vespertino, tendo de abrir outro 10 dias depois, *O Jornal do Caso República* (de periodicidade irregular e de existência efémera), também dirigido por Rêgo. Mas o episódio, interpretado como uma ofensa à liberdade de imprensa, teve o condão de projetar além-fronteiras a luta dos socialistas portugueses, reforçando a notoriedade de Soares aos olhos da opinião pública (e publicada) internacional.

O conflito redundou na decisão do PS de abandonar o IV Governo Provisório, tomada a 10 de julho: «A opção pela nossa saída do governo foi unânime no seio do PS. Afinal de contas, nós tínhamos ganho as eleições.»⁴⁵ Unânime e solitária: «Fizemo-lo unilateralmente, porque o PPD permaneceu no executivo ainda por uns dias.»⁴⁶

Pouco antes desta rutura, ao aceder a receber, a seu pedido, Freitas do Amaral e o n.º 2 do CDS, Adelino Amaro da Costa (1943-1980), Soares traçara-lhes um quadro ameaçador, segundo o registo das suas palavras feito pelo líder centrista: «Não tenho ilusões. Está em curso um processo revolucionário comunista que poderá vir a desembocar numa situação do tipo do golpe de Praga, em 1948. E sei muito bem que eles têm medo de mim, porque eu sou capaz de lhes fazer frente. Por isso, eu sou para eles, neste momento, o inimigo público n.º 1, o alvo a abater. Estou perfeitamente consciente de que, se puderem, me meterão na cadeia

com um pretexto qualquer, ou me darão um tiro para me calarem. Só que eu não tenho medo deles. Nasci assim. Não tenho medo. E vou dar-lhes luta até ao fim. Vocês vão ver!»⁴⁷

Tudo sucedia enquanto 250 deputados iam procurando elaborar o articulado da futura Constituição. Não era porém essa a frente política que interessava a Soares, como constatou Medeiros Ferreira, membro do grupo parlamentar socialista: «Tivemos uma conversa por causa da liderança do grupo parlamentar. Disse ao Mário Soares e ao Zenha que um deles viesse para a Constituinte para liderar o grupo, que eu achava mais importante do que o governo provisório. Talvez até devesse mais ser o Zenha, que tinha conhecimentos jurídicos mais atualizados. E confesso que fiquei um bocado desiludido com os dois, por nenhum ter querido ir. Ficou o Lopes Cardoso. Portou-se como um bravo, mas de vez em quando havia um argumento de Vital Moreira [n. 1944, jurista e constitucionalista, então deputado pelo PCP] que era difícil de desembrulhar – lá se conseguia.»⁴⁸

Acertadamente, Soares possuía a intuição de que o verdadeiro protagonismo se desenrolava então no exterior, não dentro das paredes do Palácio de São Bento. Ungido pela votação de 25 de abril, era ele o mais destacado protagonista civil da resistência contra a radicalização revolucionária, com o líder do PPD, Sá Carneiro, ausente em Londres por doença e o do CDS, Freitas do Amaral, limitado pelos cerca de 7,5 por cento de votos recolhidos pelo seu partido nas eleições. Nove dias após o abandono do governo, resolveu subir a parada com a convocatória de uma manifestação antigonçalvista, de âmbito nacional, na Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa, frente à Fonte Luminosa, antecedida por uma outra de idêntico teor no Porto, onde também interveio.

A concentração da Fonte Luminosa – na qual Soares proferiu um violento discurso contra Vasco Gonçalves (de quem se dizia estar a preparar um novo executivo), contra o MFA e contra os responsáveis do PCP (que tratou de «paranoicos» e «energúmenos») –, pela vastidão da multidão que congregou (apesar dos rumores de uma intentona marcada para esse dia e de algumas

barreiras reerguidas à entrada de Lisboa), ficaria registada como um marco na alteração do rumo do chamado PREC («Processo Revolucionário em Curso»), naquele que ficou conhecido como o «Verão Quente de 1975».

E nessa data Soares, de novo, foi o protagonista. O seu aviso aos chefes militares era claro: «Nós dizemos daqui ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução que o primeiro-ministro designado para constituir o V Governo Provisório não nos parece ser neste momento um fator de coesão e de unidade nacional. Portanto, dizemos-lhes, com a autoridade de sermos um partido maioritário na representação do povo português, que será melhor eles escolherem uma outra individualidade que dê mais garantias de apartidarismo real, para que possa formar um governo de coligação nacional.»⁴⁹

Isto apesar de o líder socialista manter no discurso, como em todas as suas intervenções públicas à época, uma linguagem ambígua, tentando não perder a sintonia com o sentimento dominante dos tempos pós-ditatoriais: «O PS está junto do povo para assegurar o prosseguimento de uma política de esquerda, uma política progressista que conduza à construção de uma verdadeira sociedade socialista e não de um capitalismo de Estado servido por um exército de burocratas e polícias, que denotam um imenso apetite de poder e de dinheiro.»⁵⁰

Os socialistas e o seu secretário-geral já não se encontravam então isolados no espectro de forças políticas e sociais, mas encaixavam uma vasta frente – se bem que não assumida – de todos aqueles que se revelavam apreensivos com o ascendente do PCP no processo político, desde os maoístas do MRPP, com cujo chefe, o advogado Arnaldo Matos (1939-2019), Soares teve nesse verão um encontro secreto numa vivenda de Paço de Arcos rodeada de militantes armados de espingardas-metralhadoras G3,⁵¹ até à Igreja Católica, com reuniões igualmente secretas do líder socialista com o cardeal António Ribeiro. Soares valia-se, neste último caso, da sua iniciativa de aproximação aos responsáveis católicos, um ano antes, como ministro dos Negócios Estrangeiros:

Voltei a ter contactos mais estreitos com a hierarquia através da Maria de Lourdes Pintasilgo, católica praticante que, por mais de uma vez, me pôs em contacto com o senhor cardeal, através de entrevistas totalmente confidenciais, ou secretas [...]. Digamos: sem publicidade. Normalmente, ocorreram num lar de religiosas situado perto do largo das Duas Igrejas, no Chiado, em pleno centro de Lisboa. [...] Batia à porta, as religiosas sabiam que eu era esperado. Lá dentro, D. António Ribeiro aguardava a minha chegada. Conversávamos sobre a situação política, sobre o país. Eu pedia-lhe apoio, pedia-lhe que, através das diversas organizações religiosas, das missas, dos sermões, dos padres, a Igreja apelasse a que as pessoas estivessem presentes nas nossas manifestações. Tratou-se de um apoio vital. Por si só, os socialistas jamais poderiam ter tido centenas de milhares de pessoas mobilizadas nas ruas..⁵²

Um exemplo da cooperação na rua entre socialistas e católicos deu-se quando, a 18 de junho, o edifício do Patriarcado de Lisboa foi cercado por manifestantes da extrema-esquerda, no desenvolvimento de um outro processo que tinha que ver com liberdade de informação – a ocupação da emissora católica Rádio Renascença, levada a cabo por elementos radicais. Soares confirmará: «O PS foi avisado por pessoas que estavam no interior do Patriarcado e fez acorrer ao local inúmeros militantes seus, numa vigorosa contramanifestação, para proteger os sitiados, sinal inequívoco do apoio às posições da Igreja.»⁵³

A formação dirigida por Soares surgia assim como o aglutinador de quem era contra a radicalização, não de quem era a favor do programa defendido pelo partido: «A maior parte das adesões que tivemos nessa altura foram de pessoas que vieram ter connosco porque o PS aparecia como o último reduto da resistência contra o gonçalvismo.»⁵⁴

Na contagem de espingardas que se desenhava, era crucial também assegurar os apoios diplomáticos. Com Washington em primeiro lugar, aprofundando-se a relação especial entre Soares e Carlucci. Em pleno Verão Quente de 1975, frequentar a festa

da independência norte-americana na respetiva embaixada não era para todas as sensibilidades, mas Soares não deixou de estar presente: «Eu e o Zenha fomos ao 4 de Julho. Estavam umas sete pessoas no total na festa da embaixada [Carlucci mencionará 40 presenças, entre as centenas de políticos e militares convidados⁵⁵]. O próprio pessoal da embaixada encontrava-se atemorizado. Vasco Gonçalves dissera em Conselho de Ministros que não autorizava que os ministros fossem. Eu e o Zenha dissemos que íamos.»⁵⁶

Havia depois os dirigentes sociais-democratas europeus, entre eles os trabalhistas ingleses: «Nos primeiros tempos eu falava com o Harold Wilson. Depois ele começou a ficar doente e passou a ser mais com o Callaghan, que era um tipo ótimo. Sempre simpatizei muito com ele e ele comigo. Tive a sorte de fazer relações de amizade estrita, não só política. Por vezes há gente que diz: “Este é um político bom, vou auxiliá-lo porque é do meu interesse auxiliá-lo, mas é um chato.” Mas comigo não: tive relações realmente pessoais, de grande intimidade, com essa equipa de bons dirigentes da social-democracia alemã, com os nórdicos, toda essa gente. Tratavam-me por Mário, gostavam imenso de mim, disso é que não há dúvida.»⁵⁷

Um destacado elemento do MFA como Melo Antunes explicará a razão pela qual Soares ganhou vantagem no relacionamento internacional: «No fundo, era a Internacional Socialista a agir com toda a influência de que dispunha nos diferentes governos. O PSD [então ainda PPD] sempre revelou essa falha, digamos assim, de não ter ligações internacionais eficazes, de ser um partido sem contornos ideológicos suficientemente firmes e também sem parentes próximos no resto da Europa. Por isso, era mais fácil, mais natural, que se inclinasse para o Mário Soares, que aparecia como um líder socialista moderado, como eram os vários dirigentes dos partidos socialistas, ou sociais-democratas, europeus.»⁵⁸

Essa atitude foi corporizada numa cimeira da IS realizada com a presença de Soares na capital sueca em finais de julho, onde foi criado um «comité de apoio à democracia portuguesa». Tendo tido lugar no rescaldo da assinatura dos Acordos de Helsínquia,

que marcaram um certo desanuviamiento entre os blocos soviético e ocidental, a cimeira social-democrata pretendia também desse modo prevenir a URSS quanto a possíveis tentações sobre Portugal. Nas suas memórias, Willy Brandt escreverá: «No princípio do verão de 1975 fui pessoalmente a Moscovo advertir [o líder soviético, Leonid] Brejnev [1906-1982] das consequências que teria uma avaliação errada da situação no sul da Europa. Entreguei-lhe uma carta de Mário Soares e tentei descrever-lhe quão grave seria para as relações Leste-Oeste que a direção soviética julgasse poder pôr o pé no ocidente da Península Ibérica.»⁵⁹ Na carta, o líder do PS, após a sua habitual declaração a favor «de um projeto de democracia pluralista avançada no plano social e cultural», avisava: «Mas [...] nunca aceitaríamos qualquer tipo de democracia popular.»⁶⁰

Os apoios europeus a Soares, no entanto, iam para além da esfera social-democrata, como o democrata-cristão italiano Aldo Moro comunicou a Ford e Kissinger na manhã do próprio dia da assinatura da ata final da cimeira de Helsínquia: «O primeiro-ministro italiano sublinhou o papel fundamental que estava a ser desempenhado por Mário Soares no combate ao PCP, devendo por isso ser apoiado. Na opinião de Moro, “Soares podia ser capaz de ajudar”, pois, era “muito corajoso e popular”, tinha “alguma tendência para as mesmas ideias dos democratas-cristãos” e era “uma personalidade segura para todos os que tinham laços fortes com o Ocidente e a Aliança Atlântica”; por tudo isso, os aliados deviam “encontrar-se com ele”.»⁶¹

O líder socialista terá também solicitado a Carlucci que os EUA concedessem ajuda militar à ala mais moderada do MFA, o que Kissinger achou demasiado nessa fase, escrevendo a 19 de julho ao seu embaixador em Lisboa para falar em formas alternativas de apoio, mas também para lhe dizer que a tal fação moderada devia mostrar na prática o seu peso, passando à ação: «Você fez bem em contrariar as recentes propostas dos socialistas e outras fontes relativamente a apoio militar. Haverá outras maneiras, tal como a assistência económica, através das quais poderemos atuar

de forma a fortalecer os moderados do MFA caso eles ajam agora, como me parece que devem fazê-lo.»⁶²

Como político pragmático, Soares tinha com efeito a noção de que, no contexto revolucionário, o poder residia na ponta das espingardas, ou seja, que não seria possível vencer o confronto sem uma política de alianças com alguma facção militar. E a verdade é que, dentro do MFA, o radicalismo gerava anticorpos, que quanto mais se empurrava o processo no sentido revolucionário mais tendência tinham para se agregar e reagir. Os oficiais moderados acabaram por se polarizar no «Grupo dos Nove», que a 8 de agosto – o mesmo dia em que Costa Gomes deu posse a um V Governo Provisório ainda da responsabilidade de Vasco Gonçalves mas já só com elementos do PCP, do MDP e militares – publicaram um documento com a propósito de constituir uma alternativa às correntes revolucionárias do MFA. «O “Documento dos Nove” foi um sinal importante, mas em si mesmo é um texto prolixo e algo confuso», classificará Soares. «Mas a reação que provocou é que havia militares que não estavam de acordo com o sentido que a revolução tomava, ainda que, para o dizer, se servissem de uma arresada terminologia marxizante.»⁶³

Os Nove (todos eles membros do CR) surgiram por isso como aliados naturais do PS. Embora no grupo houvesse militares que haviam estado em conflito com Soares, como Melo Antunes (o redator do documento⁶⁴, que, aliás, ficou também conhecido como «Documento Melo Antunes») ou Vasco Lourenço, e o seu texto rejeitasse tanto o modelo soviético como a social-democracia da Europa ocidental, derrotar as facções revolucionárias era a tarefa prioritária que justificava todas as coligações: «Desde que o PS saíra do governo [...] que nos começámos a entender com o grupo de oficiais que viria a assinar esse documento. Depois do 11 de Março, Melo Antunes e os seus amigos ganharam uma outra consciência da situação e, a partir dessa data, foi para eles evidente que a revolução entrava em derrapagem. [...] Após os meses iniciais de confronto de alguns desses militares com o PS, as circunstâncias aproximaram-nos.»⁶⁵

Além de Melo Antunes e Vasco Lourenço, o líder socialista terá passado então a contactar com outros membros do grupo, como Vítor Alves, (o capitão Rodrigo de] Sousa e Castro, n. 1944) e (o vice-almirante) Vítor Crespo (1932-2014): «Começámos a conspiração com o Grupo dos Nove – que eram muito mais que nove –, que eu encontrava quase todos os dias num restaurante que havia em frente à embaixada de França, que se chamava Chocalho [“Encontrávamo-nos no primeiro andar e conspirávamos horas a fio.”⁶⁶]. No Grupo dos Nove há tipos que são importantíssimos, temos de dizer isso, mais até que Melo Antunes. Melo Antunes era um teórico, mas se se ler hoje o “Documento dos Nove” verifica-se que é uma coisa intragável. Só que foi ótimo, porque se tratou de uma lufada de ar fresco. Vítor Alves, Vasco Lourenço, Vítor Crespo e vários outros, realmente, eram tipos com uma visão. Ou o [ex-comandante da Armada e gestor José] Gomes Mota [1932-2002], que também participava em todas as reuniões, embora já não fosse militar – tinha sido da Marinha mas agora era civil.»⁶⁷

Melo Antunes defenderá que, apesar de tudo, houve a preocupação do seu grupo em manter algumas distâncias: «Poderia parecer [...] estranho que não nos entendêssemos mais estreitamente. Mas o certo é que esse entendimento estreito com Mário Soares nunca foi possível, porque eu, inclusivamente, tinha a ideia, que sempre preservei, de que a parte do MFA que eu integrava deveria ser perfeitamente autónoma dos partidos. [...] E isso foi algo que o Mário Soares [...] nunca entendeu, porque achava que deveríamos ser, à semelhança do que eram os chamados gonçalvistas ou os chamados otelistas [de Otelo Saraiva de Carvalho, agrupando a extrema-esquerda], uma espécie de braço militar do PS, o que eu sempre recusei.»⁶⁸

Aliás, Carlucci comunicaria a Washington a existência de ligeiras diferenças de avaliação quanto à «ameaça comunista» por parte de Soares e dos militares moderados, no caso representados por Vítor Alves, o elemento de ligação do Grupo dos Nove aos americanos: «Alves foi mais comedido do que Soares ao avaliar a situação, mas também é verdade que ele é uma pessoa mais calma

e menos política. Julgo que ele acredita que uma disputa aberta do poder por parte do PCP é menos provável do que Soares diz, mas noto que não pôs de parte essa possibilidade. Outro fator importante para explicar a diferença de tom é que Soares está na rua a observar o que se passa, enquanto Alves ainda se encontra nos gabinetes a contar aliados na esperança de avançar com a sua própria disputa do poder.»⁶⁹

Fosse como fosse, com tal diversidade de relações, Soares tinha agora montada uma base que julgava segura para desenvolver o seu combate. Nessa convergência de vontades, havia já muita gente a remar para o seu lado, e ele haveria de revindicar na História o lugar do timoneiro: «Se não fosse o PS, é importante que se diga, a própria Igreja não teria assumido as posições que tomou, sobretudo no Norte, e no seio da instituição militar não se teriam produzido as clivagens [...] que levaram à constituição do Grupo dos Nove. Historicamente – importa reconhecê-lo –, a posição do PS, liderando um impetuoso movimento popular, foi perfeitamente determinante e decisiva. Mudou o curso dos acontecimentos...»⁷⁰

Capítulo 21

O 25 de Novembro

A medida que avançava o Verão Quente, a percepção diplomática ia no sentido de que se estaria na iminência de um confronto armado entre as partes em conflito. A 27 de agosto, o embaixador norte-americano comunicava ao Departamento de Estado: «A situação política atingiu o nível de uma possível guerra civil emanando do Norte. Há razões para acreditar que isto poderá ocorrer dentro dos próximos 30 dias.»¹

A correlação de forças alterava-se todas as 24 horas, com os militares a ensaiarem múltiplas soluções, tão frágeis quanto efémeras, para o equilíbrio de poderes. O novo governo de Vasco Gonçalves – contra quem Soares, debalde, escrevera uma carta aberta a Costa Gomes, pedindo que não o empossasse uma quarta vez – revelou-se afinal um mero executivo de transição, não aguentando sequer um mês de existência. Na tentativa de se obter um executivo mais abrangente, foi indigitado para o formar Carlos Fabião, sobre quem o líder socialista não tinha opinião muito favorável: «Um dia vêm dizer-me: “Está cá o Fabião, com quem nos podíamos aliar para bater os comunistas.” “OK”, respondi. Eu ainda era ministro dos Negócios Estrangeiros, até vinha de um jantar, de *smoking* e laço. Fui lá, comecei a “apalpá-lo” e ao fim de 20 minutos pensei: “Está esgotada a conversa, este tipo é o maior cobarde que vi na vida, com ele não vamos a lado nenhum”.»²

Fabião falharia nos seus esforços, sucedendo-lhe o vice-almirante José Pinheiro de Azevedo (1917-1983), com quem Soares e

o PPD se entenderiam, sem porém se anular a presença comunista no governo. Antes da indigitação do novo chefe do governo, o líder do PS foi chamado inesperadamente à Presidência da República, e, devido à carregada atmosfera política da época, ter-se-á formado no seu espírito a ideia de que poderia ser detido, pelo que resolveu fazer-se acompanhar de Zenha³:

Tomámos então algumas precauções, avisando os camaradas do Secretariado do PS de que, se não saíssemos ambos de Belém à hora do almoço, anunciassem esse facto às agências estrangeiras. Na sala, quando entrámos, encontravam-se o Presidente Costa Gomes e o almirante Pinheiro de Azevedo. Costa Gomes manteve-se sempre mais ou menos silencioso. Ouvimos então Pinheiro de Azevedo dizer-nos que fora encarregado pelo Presidente de formar um governo para substituir o de Vasco Gonçalves [...]: “Quero que seja meu vice-primeiro-ministro. Quero um governo onde haja muitos socialistas, alguns comunistas e um ou dois elementos do PPD. O resto não interessa. [...]” “E Vasco Gonçalves – interroguei –, que é ainda primeiro-ministro em exercício?” Pinheiro de Azevedo respondeu-me de chofre: “Vai para chefe do Estado-Maior General, até já está designado!” Fiquei atônito: “Então – respondi-lhe – não aceito de modo algum! Não posso consentir na sovietação geral das Forças Armadas. O PS saiu do governo por causa do general Vasco Gonçalves, a nossa luta é contra ele e contra o que ele representa, o meu partido não aceita em caso algum esse convite.” O almirante levantou-se, indignado. Disse-me, aos gritos, que sempre havia pensado que “eu não era de confiança”. Chamou-me traidor à revolução. Também me levantei. Iniciámos então uma discussão tremenda, aos berros, os dois, perante o silêncio total de Costa Gomes e de Zenha. Palavra puxa palavra, ouço Pinheiro de Azevedo dizer-me: “Você é um traidor, vou prendê-lo!” Virei-me para o Zenha e disse-lhe: “Eu não te dizia que era para isto que nos tinham convocado?” Expliquei aos meus interlocutores que nos podiam prender à vontade, tínhamos ambos tomado todas as precauções! Nessa altura, ouço o Zenha dizer numa voz quase inaudível: “Parece-me que o senhor almirante, para

primeiro-ministro, não serve. Lá dizia o Mao Tsé-Tung que quem não sabe ouvir não sabe governar.” O almirante, subitamente, acalmou. Sentou-se, bateu-me numa perna e disse: “Ele é capaz de ter razão, vamos conversar com calma.”⁴

Vasco Gonçalves acabaria por não permanecer no cargo de vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas para que foi indigitado (com o líder do PS a classificar publicamente a nomeação como «uma afronta direta à NATO»⁵), e Soares aceitou então assumir protagonismo nos esforços para a formação do novo governo, frequentando diariamente Belém, entre as exigências de Cunhal e de Sá Carneiro⁶: «O PC não queria o PPD, e este não participaria se os comunistas tivessem assento no novo executivo. O PS desempenhou um verdadeiro papel de charneira, negociando com os dois partidos, que aceitavam sentar-se à mesma mesa do Conselho de Ministros, mas que, nas negociações prévias para decidir da composição do governo, não se falavam entre si! Eu mantive então reuniões separadas com os drs. Sá Carneiro e Álvaro Cunhal, em dois gabinetes que Costa Gomes pusera à minha disposição no Palácio de Belém. As negociações foram duríssimas, com muitas exigências de parte a parte. Um inferno!»⁷

Seguindo a sua linha anterior, o líder socialista mantinha a defesa da participação do PCP no elenco, achando que, da sua exclusão, resultaria uma atitude de hostilização do executivo muito difícil de gerir. Kissinger tinha porém horror à presença de um só simpatizante comunista que fosse num governo ocidental, como mais uma vez expressou a Carlucci a 9 de setembro:

Quando você esteve aqui [em Washington] para consultas no mês passado, disse que pensava como muito provável que um governo organizado pelo grupo de [Melo] Antunes viesse a incluir pelo menos um ministro comunista. Sei também que Soares assume estar preparado para se juntar aos comunistas num futuro governo, desde que essa participação corresponda à força eleitoral deles. Dos relatórios que tenho visto, parece claro que Soares estará sob forte pressão, nas discussões agora em curso, para dar o seu acordo a uma coligação com

os comunistas, e possivelmente com outros elementos da extrema-esquerda, provavelmente numa base muito para lá da força eleitoral que têm. Você deve aproveitar todas as oportunidades disponíveis nos seus contactos para enfatizar os perigos de tal coligação, que dá aos comunistas um significativo potencial de poder político. Esses perigos abrangem não só os relativos às genuínas liberdades política, laboral e de imprensa em Portugal (das quais os socialistas e outros devem estar agora dolorosamente conscientes) mas também as perspectivas do futuro relacionamento de Portugal connosco, o Ocidente em geral, e particularmente a NATO. Não há regra em política que estabeleça que, com 12 por cento dos votos, tem de se ter um lugar reservado no governo. Os acontecimentos recentes não podem dar nem a Soares nem ao grupo de Antunes qualquer sensação de que os comunistas estão a jogar com respeito pelas regras democráticas.⁸

O embaixador viu-se obrigado a solicitar uma clarificação ao chefe do PS, conforme comunicaria no dia seguinte ao secretário de Estado norte-americano: «Pedi uma reunião com Soares e discuti com ele a participação dos comunistas no governo, apresentando os pontos contidos no seu telegrama. Já apresentei esses pontos em discussões, mas não fará mal que os reitere. Claro que o verdadeiro problema não é Soares, mas Costa Gomes. Ele ouviu os meus argumentos, e eu e os meus colegas temo-lo feito repetidamente, mas continua a insistir na participação dos comunistas. Parece não haver maneira de o demover.»⁹

Logo no mesmo telegrama Carlucci tendia porém a secundar a argumentação de Soares, que já conhecia: garantiu que, da sua leitura da situação, «a participação atualmente prevista dos comunistas não lhes dará significativo potencial de poder político», pois, «os socialistas pensam que o PCP ficará com um ministério, dois no máximo, num total de 15.»¹⁰ «Por acaso» – continuava –, o ministério já garantido pelo partido de Cunhal abrangeria o setor dos transportes, e «os socialistas veem isto como uma armadilha para os comunistas, pois o novo ministro terá de lidar com o pro-

blema, politicamente explosivo, do aumento do preço dos bilhetes dos caminhos de ferro.»¹¹

Os líderes partidários não entrariam para o novo governo, justificando Carlucci a posição do secretário-geral do PS: «O próprio Soares não participará, reservando-se para uma estratégia eleitoral.»¹² Por fim, o embaixador assegurava a Kissinger: «Eu e a minha equipa compreendemos e apreciamos as suas preocupações neste ponto, e faremos tudo o que pudermos para excluir os comunistas de participar em qualquer governo português, ou, se isso falhar, para manter a sua participação no mínimo. Embora a situação possa mudar, acho que estamos a fazer progressos.»¹³

A relutância de Soares em integrar o novo gabinete (e muito menos em ser o seu n.º 2, como lhe pedira Pinheiro de Azevedo) continuaria a ser objeto de conversas entre governos estrangeiros, consoante o resumo enviado a Carlucci por Kissinger, dias mais tarde, de um contacto que o subsecretário de Estado norte-americano, Robert S. Ingersoll (1914-2010), havia tido com Olof Palme a 12 de setembro:

Palme abordou então a posição tática de Soares. Neste momento, Soares não quer aceitar inteira responsabilidade por governar, e por isso visa uma coligação governamental composta por elementos das forças armadas, do PS, do PCP, do PPD e um ou dois independentes (que na verdade representariam a Igreja Católica). Palme acredita que, uma vez que os comunistas entrem num governo, os seus “amigos exteriores” os aconselharão a permanecer nele. Palme julga não ser certo que o PPD aceite entrar para o gabinete, e Soares não tem influência no PPD. Palme citou Soares como tendo dito que “a minha social-democracia não se baseia no modelo sueco, mas é mais à esquerda.” Palme comentou que a postura de Soares permite uma abertura ao PPD, que constantemente garante aos suecos que “nós somos os verdadeiros sociais-democratas”. De facto, afirmou Palme, “os socialistas de Soares têm a confiança sobretudo dos trabalhadores e menos dos burocratas”.¹⁴

Mas, ao mesmo tempo que promovia a entrada do PCP no novo governo, Soares batia-se pelo seu isolamento perante a diplomacia ocidental. Utilizou, por exemplo, toda a sua capacidade de argumentação para dissuadir o senador norte-americano George McGovern (1922-2012), o candidato democrata derrotado por Nixon nas presidenciais de 1972, então de visita a Lisboa, de se encontrar com Álvaro Cunhal, conforme relataria Carlucci a Kissinger:

Na noite passada, Soares, o secretário-geral do PPD, Emídio Guerreiro [a substituir Sá Carneiro, então doente] e eu pressionámos [McGovern] muito fortemente sobre este assunto. Soares disse-lhe que a visita estaria certa se ele fosse um jornalista, mas como estadista apenas iria “ajudar o outro lado”. Soares disse-me mais tarde que a visita de McGovern a Cunhal seria o equivalente a uma visita de um líder português à Coreia do Norte no tempo da guerra da Coreia. Também sublinhou que ele, Soares, tinha sido o único português proeminente a aparecer na nossa festa do 4 de Julho, enquanto o governo a boicotou. Acentuando como tão bem cooperou connosco durante as negociações para a formação do governo, Soares perguntou se esta era a forma através da qual os Estados Unidos lhe retribuíam.¹⁵

E a seguir Carlucci invocaria o nome do líder socialista para pedir ao senador o cancelamento do encontro: «Esta manhã tive uma conversa privada com McGovern durante a qual lhe disse que prejudicaria irremediavelmente o governo americano e as nossas relações com Soares se mantivesse a intenção de proceder a essa visita. A não ser que tenha sido convencido do contrário pelos assessores, penso que McGovern está agora de acordo em não se encontrar com Cunhal.»¹⁶

A posse do VI Governo Provisório, a 19 de setembro, com membros dos três partidos, não poria termo à instabilidade. No Centro e no Norte registava-se desde há semanas uma onda de destrutivos ataques a delegações do PCP (causando mesmo algumas mortes), com o possível envolvimento espontâneo de militantes de base do PS, apesar do distanciamento da direção do partido:

«Evidentemente que não podíamos aprovar os incêndios nas sedes comunistas! Não éramos – e sempre repudiámos – os incendiários, que claramente alteravam a ordem pública. [...] Foram reacções espontâneas de massas populares em fúria.»¹⁷

Apesar da crescente tensão e da incerteza quanto ao desfecho dos acontecimentos, o líder socialista contará que pouco alterou as suas rotinas: «Nunca usei uma arma, apenas dormi duas ou três vezes fora de casa, em Algés, em casa de um cunhado meu, o José Manuel Duarte, ou da minha cunhada Fernanda Barroso [1921-1998]. Foram as raríssimas exceções à regra de dormir na minha casa do Campo Grande. Circulava por toda a parte, ia por vezes pernoitar a Nafarros, sozinho, com a minha mulher, onde uma vez por outra nos aparecia o Fernando Oneto, sempre preocupado com a nossa segurança. Mas ele acabava por dormir mais profundamente do que nós!»¹⁸

Uma das missões do VI Governo Provisório consistia em recuperar a situação económica e financeira do país, que caminhava para a bancarrota ao fim de 18 meses de PREC. Para o efeito, Soares batera-se pela nomeação de Zenha como ministro das Finanças, o que só conseguiria após vencer a relutância tanto dos militares como do próprio amigo. Convenceu-o depois de o fazer rodear de uma sólida equipa de economistas da área socialista, incluindo Artur Santos Silva (n. 1941, filho do antigo oposicionista homónimo do Porto), António Sousa Gomes (1936-2015), Vítor Constâncio e Henrique Medina Carreira (1931-2017), se bem que também tenha tido de os conquistar: «O pior é que eles também estavam muito renitentes. Lembro-me de que foi precisa muita persuasão para os convencer. Recordo uma longa conversa que com eles mantive nesse sentido – e na presença do Zenha – no átrio do Hotel Altis. Prometi-lhes que iria ao estrangeiro tentar que nos dessem os apoios financeiros necessários. [...] Assim fiz e assim aconteceu.»¹⁹

O líder socialista procederia, com efeito, a uma ronda europeia pelos seus amigos sociais-democratas, explicando-lhes que a ajuda

financeira ao Estado português era crucial para levar a bom termo a política de contenção das facções revolucionárias e de transição para a democracia. Esses contactos foram cuidadosamente acompanhados pela diplomacia norte-americana. Já em meados de setembro, Carlucci comunicava a Washington: «Em Frankfurt, para contactos com os dirigentes alemães, Soares declarou a 13 de setembro que o PS concordava com todos os pontos do programa [do novo governo], que criou as condições de estabilidade política necessárias a capacitar o país para dar início à tarefa prioritária da reconstrução económica. Soares apelou à imediata ajuda europeia a este esforço.»²⁰ E no dia da posse do VI Governo o Departamento de Estado dava aos seus diplomatas notícias de Estocolmo, após uma diligência de Soares: «A preocupação de Palme é com a economia portuguesa, que garante precisar de ajuda.»²¹

Mas, enquanto se arrastavam as negociações para um empréstimo internacional, era a agudização da tensão política que continuava a dominar a vida nacional. A um nível simbólico, as duas vias que se abriam a Portugal – revolução de um lado, democracia do outro –, corporizadas nos líderes respetivamente do PCP e do PS, acabaram por se confrontar no serão de 6 de novembro, ao longo das três horas e 40 minutos de um frente a frente na RTP, moderado pelos jornalistas Joaquim Letria (n. 1943) e José Carlos Megre (n. 1939). A iniciativa terá partido do socialista, segundo o próprio: «A razão fundamental que orientava o Cunhal é que ele não se deu por vencido com as eleições e entendia que as eleições não iam resolver a questão, a questão ia-se resolver na rua e pela força. E a partir daí ele só trabalhou nesse sentido. [...] Eu desafiei-o para o debate e ele aceitou. Com uma grande surpresa minha, porque eu estava convencido, quando o convidei, de que ele não aceitava, e quando ele aceitou fiquei um bocado aflito, para dizer a verdade, porque fiquei a dizer: “Bem, se isto corre mal é o diabo”.»²²

O líder do PS terá preparado o duelo verbal em total solidão: «Preocupe-me muito com esse debate. Era decisivo. Pensei longamente na maneira como o abordar. Mas preparei-o sozinho, deba-

tendo comigo próprio a melhor forma de agir, tanto no plano formal como político. Recordo que a minha primeira linha de ataque se baseou no conhecimento que tinha da personalidade de Cunhal: um militante habituado aos chavões ideológicos, frio, ultracontrolado, racionalista, incapaz de se deixar arrastar pelos humores de momento ou pelas emoções que acaso tentasse provocar-lhe.»²³

Ao longo da áspera discussão televisiva com o secretário-geral comunista, Soares preocupou-se em separar as águas, como ao sintetizar o que estava em jogo: «Quem deve governar é quem tem a maioria do povo e não quem se diz mais revolucionário ou quem se identifica, de uma maneira metafísica, com a revolução.»²⁴

Definir o vencedor de um debate televisivo releva sempre de um ponto de vista ideológico, mas neste caso – que constituiu um marco no processo de democratização do país, por se tratar do primeiro frente a frente entre dois chefes políticos em Portugal –, passaria a ser consensual dizer-se que o triunfo pertenceu a Soares. Ou pelo menos que conseguiu encostar Cunhal às cordas, o que este expressou pelo constante recurso à expressão «olhe que não, olhe que não» com que se ia defendendo das investidas do adversário.

O critério de aferição do sucesso de Soares foi medido pela concentração de simpatizantes que ao longo do debate se foram juntando à entrada para o velho estúdio da RTP, no Lumiar, conforme recordará a sua filha, que o acompanhava: «Lembro-me de, no fim do debate, nos virem dizer: “Vocês têm de ir para outro carro, porque está uma manifestação lá em baixo.” Depois, quando saímos, vimos que a manifestação era de malta do PS. Também havia gente do PC, mas era sobretudo do PS. Foi um ponto de viragem.»²⁵

Soares registaria idêntica impressão: «Quando entrei para lá, estava uma multidão de comunistas à porta do Lumiar, que apupou e aquelas coisas, e quando saí já não havia nenhum comunista, havia uma multidão de socialistas a dizer: “Vamos embora, vamos para a rua.” E eu: “Não posso ir, não aguento agora, depois destas três horas de combate. Não consigo ir a pé a gritar por aí fora até aos Restauradores, como vocês querem. E portanto vamo-nos

encontrar no nosso partido”, que era [já] na Rua da Emenda. E foi assim que se passou.»²⁶

Nesse mesmo dia, Kissinger resumia a Carlucci os rumores de possíveis ações militares em Portugal que haviam sido recolhidos pelo Departamento de Estado, e acerca dos quais solicitava ao embaixador confirmação e dados adicionais: «Elementos militares liderados pela Força Aérea preparam-se para agir contra a extrema-esquerda, e forças de extrema-esquerda estão a mobilizar-se ativamente para prevenir ou reagir à ação da direita.»²⁷

Nas artérias da capital sucediam-se extensas manifestações de apoio a cada um dos projetos políticos em confronto, tendo Soares participado, ao lado de Sá Carneiro, numa concentração a favor do governo de Pinheiro de Azevedo realizada na Praça do Comércio a 9 de novembro.

Depois de abandonar o IV Governo Provisório, o líder socialista havia retomado o seu lugar na Assembleia Constituinte, onde a 12 de novembro fazia o seu primeiro discurso ao mesmo tempo que uma manifestação de operários grevistas da construção civil se aproximava de São Bento, no que seria mais um degrau da escalada do PREC em direção à explosão:

Quando estava no uso da palavra, alguém me fez chegar um papelinho com umas palavras escritas pelo Jaime Gama: “Acabe o mais depressa possível, o parlamento está quase cercado.” Inventei um fecho para o discurso e terminei. Porém, em vez de me dirigir ao meu lugar, fui à janela do salão nobre – com o Manuel Alegre e o Jaime Gama – e, como possuo uma larga experiência de manifestações, visto que desde os meus 17 anos as organizo e tenho o hábito de fugir à polícia, compreendi que iam mesmo cercar o edifício. A única coisa a fazer era sair pelo jardim que dá para residência [oficial] do primeiro-ministro. Com o Manuel Alegre, comecei a correr, atravessámos o jardim das traseiras, subimos à residência de São Bento e saímos pelo portão do palácio do primeiro-ministro. Nesse momento, já os manifestantes se apressavam a dar a curva e a entrar na rua da Imprensa Nacional à Estrela. Milagrosamente, surgiu um táxi que nos levou à sede do PS [...]. O Gama, com aquele

sentido pachorrento, quando nos viu começar a correr, disse-nos “para irmos andando”. Acabou por já não sair! No PS, falei telefonicamente com o primeiro-ministro. Pinheiro de Azevedo, aparentemente tranquilo, disse-me ter chamado os fuzileiros, que depois, como se verificou, não compareceram. Apelou a outras unidades: nenhuma respondeu. O nervosismo começou a crescer. Pinheiro de Azevedo, à medida que o tempo ia passando, começou a ficar muito inquieto, com vários ministros bloqueados na sua residência. Apelei a Costa Gomes, com quem contactei por diversas vezes. Manifestava-se incapaz de agir. Dizia-me que “não tinha forças suficientes”.²⁸

Os deputados e governantes que então se encontravam em São Bento acabaram submetidos a um sequestro de 36 horas:

Foi, finalmente, através de negociações complexas e com a cedência do primeiro-ministro a algumas das reivindicações salariais colocadas pelos manifestantes, que a ordem se repôs. A partir desta experiência traumática – e das imagens transmitidas, a que o país, atónito, assistiu – comecei a encarar, com seriedade, a ideia que, entretanto, começara a germinar, da necessidade de a Assembleia se deslocar para o Porto. Entendia-se que era de lá que se poderia organizar uma resistência articulada e bem estruturada. Mas abandonar Lisboa, onde reinavam a agitação permanente, a desordem e o caos, era consagrar a divisão do país e caminhar a passos largos para uma confrontação violenta.²⁹

Alguns dias depois, Soares teve a inédita lembrança de propor uma greve do governo: «Recordo-me de que o Zenha ficou perplexo com a ideia! Disse-me que a achava insólita e algo despropositada. Respondi-lhe com o argumento de que me parecia excelente criar um choque na opinião pública. No seu gabinete do Ministério das Finanças, no Terreiro do Paço, reunimos os ministros socialistas e, depois, os outros – independentes e mesmo do PPD. Quando deles recebi o apoio necessário, dirigi-me a São Bento e falei pessoalmente com Pinheiro de Azevedo, o qual, já ao corrente da nossa ideia, se mostrou totalmente disponível para a apoiar.»³⁰

Não passou de um ato simbólico, se bem que marcante na opinião pública. Para saber o que fazer a seguir, punha-se já nos pratos da balança as forças de um lado e do outro. Soares fez a sua contabilidade: «Eu tinha a sensação plena de que o Cunhal havia chegado ao limite e não podia avançar mais, porque a partir daí aquilo era um combate, e eu já estava em conspiração com o Grupo dos Nove. Eu tinha a noção da disposição das forças revolucionárias: o Cunhal tinha alguma presença em Lisboa, mas sobretudo através dos fuzileiros navais – porque o resto não prestava, eram os paraquedistas e não sei mais quê, não tinham força militar –, e nós tínhamos os comandos do Jaime Neves, que serviam para bater – mas não se sabia quem é que venciam. Depois, eles tinham Setúbal e tinham Évora e Beja. Nós tínhamos o Algarve, que eles no Algarve não penetravam. Acima de Rio Maior, eles não tinham nada, era tudo nosso. Nós tínhamos levado os aviões para [o Aeródromo Militar de] Cortegaça [no concelho de Ovar] e estávamos numa superioridade militar absoluta.»³¹

Correria mesmo o rumor, a 13 de novembro, de que se preparava na capital uma tomada do poder pelas forças afetas ao PCP e a instauração da «comuna de Lisboa»: Freitas do Amaral relatará um telefonema recebido nesse dia de Soares dizendo-lhe que o líder centrista e os restantes dirigentes e deputados do CDS, por precaução, deveriam, nas horas seguintes, sair da cidade para se instalarem no Norte.³² Curiosamente, o líder socialista negará tê-lo feito na altura: deslocava-se diversas vezes ao Porto para conversações com o seu aliado e chefe da Região Militar Norte, coronel António Pires Veloso (1926-2014), mas regressava sempre à capital.³³

A hipótese de uma qualquer forma de intervenção militar a partir do exterior chegou mesmo a ser ponderada entre Soares e os seus amigos europeus: «Organizei com o Callaghan e com um oficial da RAF [*Royal Air Force* – Força Aérea Britânica] a possibilidade de existirem apoios militares externos muito sérios caso se desencadeasse uma guerra civil em Portugal. Em 1975, julguei

algumas vezes que a guerra civil aqui era inevitável, e cheguei a avisar a minha mulher de que ela poderia ter de sair para o estrangeiro.»³⁴ (Maria Barroso confirmará que o marido preveniu a família em certa altura: «Vocês podem vir a ter de abandonar Portugal, que isto está muito mal. Eu e o João vamos combater.»³⁵ O que a filha reiterará, contando que esse momento terá ocorrido já na segunda quinzena de novembro: «Ele veio para casa bastante abalado e disse à minha mãe e a mim para deixarmos o país. Nunca nos tinha sugerido uma coisa dessas. “Então e o pai?”, perguntei-lhe. “Eu fico aqui com o João e vamos lutar.” Claro que nos recusámos a ir embora, e após um bocado ele desistiu. Mas estava muito apreensivo, como se o fim estivesse próximo.»³⁶).

Soares relatará ter prevenido Callaghan para a iminência de «um golpe comunista e que era preciso contra-atacar», assim como que o oficial britânico de ligação com Portugal era do «serviço de espionagem»: «A sua missão era estudar a maneira como nos poderia ajudar a Inglaterra nas primeiras horas, no caso de o país ficar dividido ao meio. No estudo da situação, chegou-se à conclusão de que eles nos fariam chegar as armas ao Norte, no caso de ser necessário.»³⁷ Nas suas memórias, o ex-primeiro-ministro britânico confirmará a preparação de apoios britânicos nessa eventualidade, embora sem entrar em detalhes.³⁸

Por fim, no desfecho de disputas e conflitos militares internos, na madrugada de 24 para 25 de novembro, paraquedistas de Tanços ocuparam algumas bases aéreas e prenderam um comandante das instalações da Força Aérea em Monsanto, junto a Lisboa. Por seu lado, o Ralis passava a controlar o acesso norte de Lisboa (uma prática já habitual), e mais tarde nesse dia forças da administração militar instalaram-se nos estúdios da RTP na capital. O significado desta insubordinação ou insurreição conjugada, enquanto outras unidades militares se agitavam e preparavam porventura para intervir, nunca foi cabalmente apurado, mas para o Grupo dos Nove e os oficiais a ele agregados, que há muito possuíam o seu próprio plano de ação na perspetiva de um confronto, tratou-se de uma

tentativa de golpe de Estado revolucionário. Soares, o político civil com mais fortes ligações à ala dos oficiais moderados (servindo até de intermediário para as direções do PPD e do CDS³⁹), seria da mesma opinião: «Houve uma tentativa de golpe, animado pela esquerda militar e pelo PCP, e uma resposta, ou, se quiser, contragolpe da parte do setor democrático, isto é, militares moderados, Grupo dos Nove e PS, liderando um amplo movimento da sociedade civil.»⁴⁰

Com as tropas nas ruas, Soares fez o que lhe estava destinado no plano de operações: retirar-se para o Norte (enquanto Zenha ficava em Lisboa). Mas antes de arrancar reuniu-se em casa de Cunha Rego, no Estoril, com outros responsáveis do PS, onde se recordará de ter visto a emissão revolucionária da televisão, transmitida de Lisboa, ser abruptamente substituída por um filme americano: «Soube depois que, nessa providencial “substituição”, [o militante do PS] João Soares Louro [1933-2007], que trabalhava então na RTP, e o grupo socialista da empresa tiveram um papel determinante: concertado com a gente do Porto, cortou a emissão em Lisboa e transferiu-a para os estúdios do Norte.»⁴¹

A opção de Soares e outros responsáveis socialistas por se refugiarem no Porto virá a ser objeto de uma ácida observação crítica de Costa Gomes, que no Palácio de Belém, em articulação com elementos do Grupo dos Nove, tentava gerir a explosiva situação: «Isso achei simplesmente ridículo. Considerei uma fraqueza inexplicável, assumida talvez na sequência de boatos fantasistas. Considero o doutor Mário Soares uma pessoa muito corajosa (como o tem demonstrado várias vezes), mas, nessa ocasião, não o foi. Fugir do local onde havia atividade revolucionária para um sítio dito de paz [...], sinceramente, nunca o compreendi.»⁴²

De qualquer modo, Soares, a mulher e outros dirigentes socialistas fizeram a viagem de carro programada, contornando possíveis barreiras que pudessem existir na via principal, montadas por militares revolucionários e milícias populares: «Nesse dia fui para o Porto por estradas secundárias, sempre pela costa: Ericei-

ra, Caldas da Rainha, Nazaré, São Pedro de Moel e não sei quê. Quando lá cheguei era 1h30 de 26 de novembro. Fui apresentar-me ao quartel-general, onde estava o Pires Veloso e o [subchefe do Estado-Maior da Força Aérea, brigadeiro] José Lemos Ferreira [1929-2020], com um ar triunfal, que me disseram: “Isto está quase resolvido.” Eles estavam em contacto com o Palácio de Belém. Indicavam os últimos telefonemas: “Não precisamos de nos preocupar, porque Lisboa não vai avançar. O próprio Cunhal deu ordem de paragem”.»⁴³

Ter-se-á com efeito assistido, nessa visão, à retração de efetivos ligados ao PCP colocados ao longo do dia no exterior em atitude de *standby*: «Algures na madrugada de 25 para 26 de novembro, Álvaro Cunhal deu ordem para que o PC se retirasse de qualquer das movimentações que ocorriam desde a tarde da véspera.»⁴⁴

Do lado do PCP, porém, desmentir-se-á sempre a existência de qualquer tentativa insurreccional nessa data. Cunhal será a tal respeito categórico: «A verdade é que não houve “recuo” nem “desistência” porque não houve golpe nem tentativa de golpe do PCP.»⁴⁵ O secretário-geral comunista alegará que, ao invés, foi aproveitada a circunstância como pretexto para afastar do poder as correntes revolucionárias, tese reforçada por Carlos Brito: «Enquanto as ações das unidades consideradas revolucionárias foram dispersas, sem nexos aparente, sem plano, nem comando, com configuração defensiva ou de protesto espontâneo, as ações das forças consideradas contrarrevolucionárias obedeceram a um plano de golpe militar certo, com organização e comando unificado, preparado, ao longo de meses, pela ala militar do “Grupo dos Nove”, e que, para mais, agiram legitimadas pelo Presidente da República para, em seu nome, promoverem a reposição da ordem. O resultado deste confronto desigual foi o completo esmagamento da esquerda e do esquerdismo militares, com o arrastamento de toda a esquerda na derrota.»⁴⁶ Nessa perspetiva, o líder socialista teria sido ultrapassado pelos acontecimentos: «Quando Mário Soares se deslocou para o Porto, para se juntar a Pires Veloso, esperava

acompanhar as tropas da Região Norte e o seu comandante na marcha sobre a capital para sufocar a “comuna de Lisboa”. Afinal, tudo se resolveu no Sul e os protagonistas foram Costa Gomes, os “Nove” e a sua ala operacional.»⁴⁷

Contudo, ninguém demoverá Soares da ideia de que o líder do PCP foi persuadido a abandonar as suas intenções insurrecionais:

Estou convencido de que houve grandes pressões de todos os governos europeus (ou dos sociais-democratas que estavam nos governos) junto do Brejnev, e que ele deu ordem para o Cunhal recuar. Mas é um convencimento pessoal. Tipos como o Gromyko, etc., e se calhar o Brejnev, achavam que aquilo era uma tremenda asneira e que punha em causa toda a *détente* na Europa. Eu sei que eles [os sociais-democratas] fizeram todas as diligências – gabaram-se disso –, e portanto não sei se não chegou alguma coisa ao Cunhal a dizer: “Sustenha-se.” Realmente ele não resistiu, teve essa ideia mas no 25 Novembro recuou, porque o Costa Gomes o convenceu a recuar e mostrou-lhe o panorama das Forças Armadas, e de facto ele não tinha forças para nos combater.⁴⁸

Do lado dos Nove ganhava notoriedade o nome do então tenente-coronel António Ramalho Eanes, escolhido como comandante operacional da ação militar dos moderados, o qual, ao fim do dia 25, lançou os comandos de Jaime Neves contra a unidade revolucionária que era o regimento de Polícia Militar (nas traseiras do Palácio de Belém), pondo termo à subversão castrense na capital pelo preço da vida de três soldados. Soares consideraria contudo a participação de Eanes como «uma coisa ocasional».⁴⁹

Na noite de 26, o moderado Melo Antunes aparecia subitamente na RTP, falando em direto da Presidência da República, para garantir que a existência legal dos comunistas não estava posta em causa e que «a participação do PCP na construção do socialismo é indispensável».⁵⁰ Soares, que cedo regressou a Lisboa, assentirá: «As suas palavras pareceram-me sensatas: se se criasse na mente dos portugueses a ideia de promover uma caça às bruxas, contra os comunistas e a extrema-esquerda, é evidente que a situação po-

deria vir a desembocar numa ditadura de direita. Era um grande risco que importava evitar!»⁵¹ Mais ainda, reclamará ter tido ele próprio essa iniciativa no mesmo dia: «Num grande comício que fizemos no Porto em 26 de novembro frente à Câmara Municipal, em que esteve Pires Veloso, eu também disse que os comunistas não podiam entrar pelo processo de ilegalização – que a extrema-direita pediu logo –, porque nós não consentíamos. Também não queríamos que eles fossem ilegalizados.»⁵²

Nos bastidores diplomáticos, Kissinger ordenava a mobilização internacional com vista a reforçar o apoio aos militares moderados e seus aliados, consoante um telegrama que logo a 26 enviou à embaixada dos EUA em Londres: «O embaixador Carlucci recebeu instruções para falar com Pinheiro de Azevedo, Antunes e Soares expressando a simpatia e o apoio do governo norte-americano pelos seus atuais esforços no sentido de manter e reforçar o VI Governo Provisório. Vemos interesse em que haja outros representantes ocidentais a fazerem o mesmo.»⁵³

Ainda antes de falar com Soares, Carlucci, que já conhecia as suas opiniões, usou o nome do líder socialista para recomendar ao secretário de Estado dos EUA cautela na expressão desse apoio: «Soares deverá concordar com a nossa intenção, mas tem-nos aconselhado regularmente a manter a discrição em períodos de crise. Os próprios socialistas mantiveram uma relativa discrição neste caso.»⁵⁴ Isto porque «a operação da noite passada foi uma operação portuguesa» e «só pode enfraquecer os moderados e retardar os seus esforços de capitalizar com os acontecimentos se nos tornarmos associados à sua ação.»⁵⁵ O embaixador só conseguiu falar com Soares dois dias mais tarde, dando disso conhecimento a Kissinger: «Soares, na noite de 28 de novembro, manifestou agrado pela mensagem do embaixador ao primeiro-ministro. Soares disse que o almirante Pinheiro de Azevedo falou com ele à tarde e reproduziu a nossa mensagem, que Azevedo descreveu como de “felicitações do presidente Ford”. Soares sublinhou a sua satisfação e a de Azevedo pela nossa abordagem.»⁵⁶

O 25 de Novembro assinalaria o fim do PREC e a entrada num período de normalização democrática, com a consagração do projeto constitucional e a realização dos atos eleitorais nele previstos. Soares emergia já como vencedor desse delicado período histórico: «O que então se passou em Portugal foi um fenómeno internacional que apaixonou a Europa. Sou o primeiro menchevique a vencer um bolchevique.»⁵⁷ O líder do PS reivindicará a justeza da atuação do seu partido ao longo de todo o processo: «Provocámos as crises quando tínhamos a certeza das condições para ganharmos.»⁵⁸

Eram agora de outra natureza os desafios que iria enfrentar.

Capítulo 22

A normalização

A primeira tarefa com que Soares se deparou após o 25 de Novembro dizia respeito à contínua degradação do panorama financeiro do país. Embora estivesse fora do governo, acabou por se envolver também nos esforços para controlar a situação, tendo de cumprir a promessa que fizera à nova equipa das Finanças:

No fim do ano de 75, correria-se o risco de uma rutura cambial. Salgado Zenha reuniu um dia, no seu gabinete do Ministério das Finanças, os titulares das pastas económicas do VI Governo, num encontro para o qual me pediu que estivesse também presente. Saí da reunião com os cabelos em pé: eram precisos milhões de contos. Iniciei então uma nova digressão por várias capitais. Por um lado, queria tranquilizar os governos desses países, explicar-lhes que tínhamos vencido a batalha da democracia. E, ao mesmo tempo, alertá-los para as tremendas debilidades da nossa situação económica. Para obter estabilidade política e consolidar a democracia, Portugal necessitava, com urgência, de auxílio financeiro.¹

Acompanhado por Vítor Constâncio, o líder socialista começou por conferenciar em dezembro em Bona com Helmut Schmidt (1918-2015), o social-democrata sucessor de Brandt à frente do governo federal alemão, de quem obteve um crédito de curto prazo para assistência à balança portuguesa de pagamentos. Na verdade, segundo Schmidt, as diligências de Soares para a obtenção de empréstimos haviam tido início dias antes do 25 de Novembro,

enquanto se realizava o congresso do SPD em Mannheim: «Após um dramático encontro com um delegado de Mário Soares, que, dada a urgência da situação, teve de ser realizado à noite, à margem do congresso partidário, foi tomada pelo governo federal alemão e pelo Banco Federal a decisão de concederem a Portugal, sem mais delongas, um apoio em divisas no valor de 250 milhões de dólares. Comprovou-se depois ter sido esta decisão adequada.»²

Agora na capital federal alemã para aprofundar o mesmo tipo de negociações, Soares mostrava que minudências não eram com ele:

O Vítor Constâncio não conhecia Schmidt. Apresentei-os e até os deixei sozinhos um bocado. Disse ao Schmidt: “Você sabe que eu não percebo nada de finanças, este é um homem que sabe de finanças, portanto vocês vão ficar aqui numa conversa que é técnica e eu, em vez de estar aqui a atrapalhar, vou ver um museu.” Fui ver o Museu do [Karl] Marx, que era perto de Bona. “E daqui a hora e meia, duas horas, regresso. Deve ser o tempo que vocês levam. Você quer que nós almoçemos? Almoçamos e falamos de questões políticas. Mas espero que quando eu voltar vocês já tenham isso resolvido.” Eles acharam bem e eu fui. À volta, o Constâncio aproveitou para ir ao *toilette* e o Helmut Schmidt disse-me: “Tenho de te dar os parabéns, porque este tipo que arranjaste é de grande categoria intelectual.” Eu contei ao Constâncio e ele até ficou muito contente.³

Um mês depois, em meados de janeiro de 1976, na cimeira da IS em Elsinore (Dinamarca), o secretário-geral socialista apelou aos amigos sociais-democratas para o auxílio financeiro a Portugal. Mas nesse período valorizaria em particular a «colaboração inestimável» de Carlucci, que – recordando antes por escrito ao Departamento de Estado que «Soares liderou a difícil luta do ano passado contra a influência comunista no governo português»⁴ – o acompanhou em mais uma visita a Washington, onde o embaixador persuadiu não só Ford e Kissinger como o próprio Congresso norte-americano a apoiarem o envolvimento dos EUA num programa de ajuda financeira a Portugal, sob a forma de um consórcio internacional com a Venezuela, o Japão, a Alemanha Ocidental e outros

países europeus para um empréstimo de 750 milhões de dólares, que viria a ser assinado com as autoridades de Lisboa três meses mais tarde.⁵ Soares nunca se cansaria de creditar o sucesso da sua ida à capital federal norte-americana, em larga medida, ao embaixador americano: «Carlucci contribuiu muito para o primeiro grande empréstimo. Percebeu as condições no país para vencermos; mais ninguém acreditava. Manejava muito bem a sociedade portuguesa, e foi também exímio nas relações com o MFA. Conseguiu “vender-nos” aos americanos. Conspirávamos quase todas as semanas, no zimbório.»⁶

Do encontro com Kissinger, ocorrido a 26 de janeiro, resultou algo porventura ainda mais compensador para Soares do ponto de vista pessoal: o reconhecimento de que era ele, não o secretário de Estado norte-americano, quem tinha razão quanto ao desfecho da luta política ocorrida em Portugal no ano anterior: «Recebeu-nos num gabinete imenso, e fiquei surpreendido, quando entrei, por ver na sala uma correnteza de cadeiras. De pé, estavam vários dos seus mais importantes colaboradores. Com um misto de ironia e seriedade, disse-me: “Estes senhores sabem que eu nunca me engano. Chamei-os aqui, hoje, para lhe dizer a si, Mário Soares, diante deles, que, consigo, enganei-me!”»⁷

O essencial desta versão foi corroborado pelas fontes americanas. Segundo o memorando da reunião feito pelo próprio Departamento de Estado, Kissinger disse a Soares logo a abrir a reunião: «Quero que saiba que admirei o papel que você desempenhou no ano passado. Mostrou grande coragem num momento muito difícil.» E depois acrescentou: «Raramente me engano. Devo dizer-lhe que o que você fez surpreendeu-me. Tenho de admitir isso.»⁸

Esse foi o preâmbulo para Kissinger mostrar toda a disponibilidade a Soares do ponto de vista financeiro: «Concordo que devemos tentar fazer alguma coisa antes das eleições [legislativas]. Quero que saiba que nós apoiamo-lo, e penso que esta é a altura de fazer qualquer coisa.»⁹

Depois de propor a ida de Zenha a Washington para tratar dos pormenores, o que foi aceite por Kissinger, Soares entrou na dis-

cussão política: «Penso que vamos realizar eleições em breve e que vamos ganhar. Estou convencido de que tem havido uma significativa perda de força dos comunistas.»¹⁰ Quando o interlocutor lhe perguntou se os militares podiam continuar a participar no poder nos mesmos moldes do ano anterior, respondeu: «Não, não podem, e essa não é a sua intenção.»¹¹

Mas é claro que a espinha cravada na garganta de Kissinger continuava a ser a participação do PCP no executivo, matéria sobre a qual o líder socialista português foi, perante o outro, enfático: «Sempre defendi a presença dos comunistas no governo e continuo a fazê-lo agora, mesmo após o 25 de Novembro. Isso tem um grande valor simbólico.»¹² E mais à frente: «Eu sei que se os nossos comunistas continuam no governo mesmo contra os seus interesses é porque os soviéticos lhes ordenaram, e não devido a razões portuguesas.»¹³ Surpreendentemente, até nesta matéria o responsável da política externa norte-americana acabou por concordar com o interlocutor: «Afirmiei várias vezes o que pensava em relação à participação de comunistas em governos europeus. Até agora os vossos métodos tiveram sucesso; assim sendo, eu não posso argumentar contra o sucesso.»¹⁴

Os dois discutiram ainda alguns aspetos da descolonização portuguesa. Soares deixara há muito de acompanhar esses dossiês, tendo o seu último ato na matéria consistido em assistir em Maputo às cerimónias da independência de Moçambique, a 25 de junho do ano anterior (acompanhando Vasco Gonçalves), onde registara o ambiente algo caótico do acontecimento.¹⁵ Entretanto dera-se também, a 7 de dezembro, a invasão de Timor-Leste pela Indonésia (com a provável cumplicidade norte-americana), mas sobre essa colónia nem quando estivera nas Necessidades ele alguma vez se houvera debruçado: «Enquanto fui ministro dos Negócios Estrangeiros nunca ninguém me falou de Timor. Eu nem sequer conhecia a Fretilin [Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, então sob influência maoísta]. [O governador, coronel Mário] Lemos Pires [1930-2009], de qualquer maneira, fugiu e deixou o território entregue àqueles tipos, envolvidos numa

luta fraterna entre moderados e pró-comunistas. Era evidente que, com a Indonésia ao lado, eles iam ser massacrados.»¹⁶

Dos escolhos do império português, o que mais preocupava Washington era Angola, em cuja capital o MPLA tomara o poder no dia acordado para a independência, 11 de novembro, reforçando-se agora com ajuda soviética e cubana nos combates contra os outros signatários de Alvor. Na conversa, Soares garantiu a Kissinger: «Estamos também muito preocupados com Angola e encontramos-nos a fazer tudo o que é possível para manter a política de neutralidade do governo português.»¹⁷ O que não era suficiente para o chefe da diplomacia americana: «Nós não nos preocupamos com o MPLA enquanto tal. Se tivesse chegado ao poder do mesmo modo que a Frelimo em Moçambique, não teríamos dificuldades em lidar com isso, mas o surgimento de 12 mil cubanos e de 200 milhões de dólares em equipamento soviético de topo é um facto geopolítico. Se é dado aos soviéticos o direito de intervir a esta escala noutras áreas, passamos a ter realidades geopolíticas novas.»¹⁸ O líder do PS não foi muito tranquilizador para o secretário de Estado: «Há uma grande pressão em Lisboa, no Ministério dos Negócios Estrangeiros [onde se mantinha Melo Antunes], para uma atitude mais favorável relativamente ao MPLA. Nós, socialistas, opomo-nos a esta perspectiva e estamos a fazê-lo a todos os níveis, incluindo na secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros [ocupada por Medeiros Ferreira, em nome do PS]. Pensamos que será extremamente grave para outros países – e para o mundo ocidental em geral – se reconhecermos o MPLA.»¹⁹

A fechar o encontro, o circunspecto Kissinger não deixaria de reiterar a sua admiração pelo líder socialista português: «Só posso repetir que você tem o meu maior respeito. Também ficarei satisfeito em receber quaisquer ideias suas sobre onde nós podemos cooperar. [...] Sempre que você quiser contactar-me diretamente, terei o maior prazer em ouvi-lo.»²⁰

Mas, no rescaldo da viagem, surgiram notícias de que os EUA não estavam a auxiliar financeiramente apenas o Estado português, mas também o PS, tendo as verbas origem na CIA. Rui Mateus,

que na qualidade de adjunto de Tito de Moraes no Departamento de Relações Internacionais do PS, havia acompanhado o secretário-geral a Washington, garantirá que esses apoios existiram, apesar dos esforços de Soares então feitos para o desmentir:

As notícias inicialmente difundidas pelo *New York Times* de que o PS estaria a receber avultadas quantias da CIA e do estrangeiro “obrigariam” Mário Soares a veementes desmentidos e a uma conferência de imprensa, a 8 de fevereiro, não só para desmentir o que era verdade mas, sobretudo, para camuflar esses apoios, anunciando o lançamento pelo PS de uma campanha nacional de angariação de fundos. Diria então que “o nosso partido é um partido de trabalhadores, é um partido de esquerda e, como tal, um partido pobre. Têm-nos sido dirigidas muitas calúnias por parte dos que nos acusam de recebermos fundos estrangeiros. Essas calúnias nunca foram provadas, nem o poderiam ser, porque são efetivamente calúnias. Estamos no início da campanha eleitoral [com escrutínio marcado, de novo, para 25 de abril]. Por isso resolvemos iniciar a nossa atuação, neste período pré-eleitoral em que nos encontramos, por uma campanha de recolha de fundos. [...]” Nesse ano de 1976, vários partidos e entidades estrangeiras entregariam avultadíssimas somas em dinheiro, por todos os meios, as quais a administração financeira [do PS] ia classificando como campanha de “angariação de fundos”.²¹

Soares acabará por admitir ter então recebido fundos estrangeiros, mas apenas dos seus aliados sociais-democratas: «Dado o relato dos acontecimentos vividos em Portugal, não tiveram mais dúvidas. Passei a ser respeitado. Colaboravam, como podiam, no que lhes pedia, politicamente, e deram-nos algumas significativas ajudas financeiras.»²² Havia razões para procurar verbas além-fronteiras: «Naquele tempo, nós andávamos à rasca para arranjar dinheiro para as coisas mais elementares. Os grandes grupos económicos estavam liquidados, portanto estávamos tramados sob esse aspeto, e só não o ficámos por causa dos alemães, dos italianos e também por via dos ingleses e dos suecos [noutra ocasião, falaria também de aju-

da norueguesa²³].»²⁴ Na sequência, negará que algum desse dinheiro viesse de outra área política, muito menos da CIA, reafirmando:

A nível do partido, quem nos auxiliou no plano monetário a sério, por ordem de importância, foi a Alemanha, a Itália, a Suécia e na parte final os ingleses. A França nunca apoiou, porque era o Giscard d'Estaing que estava no poder. Nem tínhamos contacto. O Partido Socialista [francês] estava na oposição, não tinha dinheiro. Eram apoios de partido a partido, mas vinham por via do Estado. Como é que eu recebia os dinheiros da Alemanha, por exemplo? Por via da Fundação Friedrich Ebert, que era subsidiada pelo Estado alemão. E deu-nos imenso dinheiro, isso é indiscutível. Eu falava com o tipo da Fundação Ebert, ele perguntava: "Então vocês precisam disto e daquilo?" E fazia chegar aos sítios onde era necessário. Quanto a apoio material da CIA, nunca. Nunca gostei muito de associações secretas, para dizer a verdade, e muito menos de polícia, mas de qualquer modo nunca ninguém me falou em termos de CIA ou qualquer coisa do género. Ou que tenha dito: "Venho da CIA e trago-lhe dinheiro." Nem pensar. Quem nos deu dinheiro foram estes que digo. Os ingleses, inclusive, mandaram um navio cheio de petróleo para abastecer os aviões lá do Norte [no 25 de Novembro], e que não usámos.²⁵

A notícia do *New York Times* continha porém uma *nuance*: que o apoio da CIA aos socialistas portugueses seria canalizado através dos sindicatos norte-americanos. E a ajuda americana, pela via sindical, acabaria por ser confirmada por Soares, mas para a estrutura congénere afeta ao PS: «O Carlucci auxiliou-nos por via dos sindicatos americanos, através do meu velho conhecido [Irving] Brown [1911-1989, membro da confederação sindical americana, AFL-CIO – American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations –, que esteve envolvido, durante a Guerra Fria, no apoio à criação de sindicatos anticomunistas na Europa e de quem viria a ser conhecida mais tarde uma permanente ligação à CIA, com a qual articulava a sua atividade²⁶], que os comunistas odiavam, não sei porquê. Foi um tipo que mais tarde deu auxílios à

UGT [União Geral de Trabalhadores, afeta ao PS e ao PSD, criada em 1978 com origem na dissidência da Carta Aberta no seio da CGTP, que era controlada pelos comunistas], no seu começo. Mas auxílios a nós em dinheiro, dos americanos, nunca. Jamais.»²⁷

João Soares, que à época era militante de base do PS mas convivía com a cúpula devido à sua relação familiar, não será tão categórico: «Nunca transporte uma mala, mas não tenho dúvidas de que o PS recebeu dos alemães, dos nórdicos, do AFL-CIO e se calhar também da outra CIA (sem AFL). Mas tenho a certeza de que, salvo raríssimas exceções, nenhum desses gajos tirou benefício pessoal daquilo. No sentido de o usar para comprar uma casa, um automóvel, encher os bolsos. Felizmente, nunca tive nada que ver com essas coisas.»²⁸

Rui Mateus insinuará que também a editora Perspetivas & Realidades, criada em 1975 sob a responsabilidade de João Soares e Victor da Cunha Rego, fora lançada com o apoio financeiro da CIA, segundo um esquema montado por um agente da organização (com as iniciais KC) e por Bernardino Gomes.²⁹ O filho de Soares confirmará o objetivo político da editora: «Era um bocadinho. O Cunha Rego tinha vindo do exílio com a ideia de criar uma editora, de publicar umas coisas que chateassem o PC.»³⁰ Será vago contudo a reagir à alegação de Mateus: «Nunca tive conhecimento. O Rui Mateus praticamente insinua que a Perspetivas & Realidades tinha sido montada pela CIA, que o Cunha Rego era da CIA. Nunca vi e tenho as maiores dúvidas.»³¹

Quanto aos apoios dos sociais-democratas, Soares considerou-os normais no domínio das relações interpartidárias, explicando que outros partidos em Portugal recebiam idênticas ajudas dos respetivos aliados políticos além-fronteiras – ou nenhuma, se não possuísssem ligações internacionais: «Não veio dinheiro só para o nosso partido. Todos os partidos recebiam. Os alemães do CDU [União Democrata-Cristã] também deram imenso dinheiro ao CDS. O PSD [PPD] estava sempre mais carente, porque não tinha o aconchego da família – nós éramos da família social-democrata ou socialista.»³²

Essa seria uma das razões para Soares vetar a admissão dos sociais-democratas no seu clube político internacional: «Fiz tudo para o PSD não ser admitido na IS – e não foi. Sá Carneiro, pessoalmente, podia ser social-democrata, mas o partido não: o partido era gente, a maior parte dela, que tinha vindo da situação [anterior ao 25 de Abril], mas que eram mais ou menos liberais.»³³

Desde a criação do PPD, com efeito, que Sá Carneiro pretendia entrar para a IS (o que não seria anormal, já que em alguns países a organização possuía mais do que um filiado), mas Soares sempre o conseguiu impedir, dizendo-lhe ao início que, se de facto partilhava o ideário social-democrata, podia aderir ao PS em vez de avançar para a criação de um partido próprio.³⁴

A solidariedade social-democrata europeia para com o PS foi celebrada numa conferência reunindo no Porto vários dirigentes dessa área política, sob a designação «A Europa connosco», em meados de março de 1976, culminando num comício no Pavilhão dos Desportos local (antigo Palácio de Cristal, depois Pavilhão Rosa Mota), em cuja mesa, além de Soares, se sentavam Brandt, Palme, Mitterrand, Bruno Kreisky, o socialista italiano Francesco De Martino (1907-2002), Joop Den Uyl e González.

O secretário-geral do PS continuava a antipatizar com González, e, segundo Rui Mateus, a presença do socialista espanhol no Porto devia-se apenas à pressão de Kreisky, já que os sociais-democratas austríacos custeavam grande parte da iniciativa.³⁵ Mesmo assim, numa reedição do que acontecera no I Congresso do PS, Soares quis impedir a intervenção de González, ainda segundo Mateus:

Numa das crises de *enfant gaté* [menino mimado] que ocasionalmente o assaltavam, não queria que González discursasse [...], encarregando-me a mim da desagradável tarefa de explicar a González que só um número restrito de oradores estava previsto. Um pequeno número que incluía só os “grandes” líderes. Tanto quanto me pude aperceber então, a ideia era a de excluir Zenha, cuja reputação nacional, popularidade e estatura moral lhe começavam a fazer sombra. E depois, quando já fosse tarde de mais, seria eu responsabilizado, por ter sido eu a orga-

nizar a conferência... [...] Por isso recusar-me-ia, informando, pelo contrário, Zenha da “deselegância” que o secretário-geral pretendia cometer. Zenha, que melhor do que ninguém o conhecia de ginjeira, alteraria a situação. Zenha seria um dos grandes oradores da noite e González discursou mesmo, sendo vibrantemente aplaudido. Afinal ele estava ainda a lutar pelos direitos de existência do seu partido em Espanha e necessitava daquela publicidade, talvez mais do que nós próprios, que já a tínhamos adquirido.³⁶

No mês seguinte – acrescentará Mateus –, a mesma animosidade de repetir-se-ia quando o líder do PSOE desembarcou em Lisboa para assistir ao ato eleitoral: «González chegara no voo de Madrid na manhã de 25 de abril, [...] mas o secretário-geral do PS disse-me “que não estava para o aturar” e eu que “tomasse conta dele, como fizera no Porto”. [...] Apesar de todos os esforços que eu desenvolveria nos anos seguintes, as relações de Mário Soares com Felipe González seriam sempre pouco calorosas.»³⁷

Menos de um mês depois de, em Washington, Soares prometer ao governo norte-americano que os socialistas iriam resistir ao reconhecimento diplomático da República Popular da Angola sob governo do MPLA, o departamento de Estado decidia desobrigá-lo da incumbência, mais uma vez por influência de Carlucci, que a partir de Lisboa, a 16 de fevereiro, descrevia a Kissinger:

A pressão aqui para o reconhecimento é esmagadora. Até a rádio controlada pelo governo está a especular que o reconhecimento está iminente. Parece-me que Soares está a combater uma batalha perdida, e o máximo que pode ganhar é o adiamento por uns dias. Como o Departamento tem conhecimento, Soares e o PS bloquearam o reconhecimento do MPLA desde a independência de 11 de novembro. Em cada nova ofensiva, Soares consultou-nos por sua própria iniciativa. Ele tem sido totalmente recetivo aos nossos argumentos, mesmo com algum custo político dentro e fora do seu partido. Recomendo vivamente que não o deixemos num “limbo”. Se os outros países europeus estão em vias de reconhecer [Angola], sugiro que

o informemos. Se nós não temos quaisquer iniciativas em curso que tornem importante tentar adiar o reconhecimento por parte do governo português durante mais uns dias, recomendo que nós o transmitamos a Soares. Podemos dizer-lhe que a política dos Estados Unidos não mudou, mas entendemos a posição crescentemente difícil em que ele está nesta questão. Se o PS pensar que não pode mais aguentar, nós vamos compreender. E apreciamos a sua colaboração connosco até à data.³⁸

Portugal reconheceu o governo de Luanda uma semana mais tarde, depois de o terem feito a França, o Reino Unido, a Alemanha Federal, a Dinamarca, a Irlanda, a Itália, a Holanda, a Noruega, a Suécia, a Suíça, o Canadá e mais 70 países.

Refletindo o quadro político-institucional saído do 25 de Novembro, foi assinado a 26 de fevereiro um segundo Pacto MFA/Partidos, corrigindo a predominância militar contida na primeira versão. Para Soares, seria mais um passo no rumo da normalização democrática: «Tratou-se de um indiscutível avanço no caminho que sempre defendi: uma democracia civilista, europeia e pluralista. No novo texto, as forças armadas disponibilizavam-se a limitar o seu próprio poder e a retirar-se de todas as instâncias do poder político, após um prazo de transição de cinco anos. Numa palavra: o MFA não era mais o motor da revolução...»³⁹

No mesmo sentido ia a aprovação da nova Constituição, que o hemiciclo votou a 2 de abril (com as vozes contrárias apenas do grupo parlamentar do CDS). Tratava-se de um laborioso compromisso, elaborado ao longo de um período de grande instabilidade, entre as tendências mais revolucionárias e as mais moderadas, e prevendo no seu próprio articulado a regular possibilidade de revisão para correções ou aperfeiçoamentos. No imediato, permitia a realização dos dois atos eleitorais que iriam fechar a cúpula institucional do novo regime: legislativas e presidenciais.

Na campanha para a Assembleia da República (AR), Soares daria de novo a volta ao país, encontrando uma atmosfera menos fervorosa do que um ano antes: «Havia mais tranquilidade e menos

entusiasmo político-partidário. [...] Observei que havia menor adesão e algumas dificuldades em certas áreas, mais seduzidas, agora, pelo PPD.»⁴⁰

Registaram-se mesmo assim alguns momentos de tensão, em parte porque a sociedade portuguesa estava a tentar absorver mais de meio milhão de *retornados* das ex-colónias, em cujo seio se continuava a alimentar grandes ressentimentos contra Soares, visto como um dos principais obreiros do processo de descolonização acabado de concretizar. Isabel Soares, que conduzia de novo o pai em campanha, recordará: «Houve alguns momentos difíceis no Norte, com retornados a quererem bater e a atirarem pedras. Em Carrazeda de Montenegro, atiraram-nos uma pedra brutal para cima do carro e partiram o vidro. Em Tondela, um retornado agarrou-se à camisa do meu pai e rasgou-lha.»⁴¹ Soares evocará também um desses tensos episódios (que a filha disse ter ocorrido em Vila Nova de Foz Côa):

Vínhamos de Bragança. Atravessámos o Douro perto da fronteira. Chegámos lá acima, a uma terra alta, com o sol a pôr-se. Eu estava muito cansado, pedi para ficar a descansar num parquinho, enquanto o cortejo ia andando. Fiquei ali a passar pelas brasas, até que a minha filha me disse que tínhamos de ir. A chegada foi já à noite, a iluminação era muito fraca; às tantas vimos um local cheio de luzes e gente cá fora e pensámos que era ali. Abri a porta e comecei a falar de cima do carro: “Olá, camaradas.” Mas era um comício do CDS ou do género. Levei com um ovo na testa, atirado por uma mulher, e fiquei com o fato cheio de ovo, no meio de insultos. “Sai daqui o mais depressa possível”, disse à minha filha. Fomos para o meu comício, que era maior.⁴²

As alterações ocorridas com o 25 de Novembro levavam a admitir que os partidos à direita do PS reforçariam a sua votação, e Carlucci chegou a enviar a Kissinger, mais de três meses antes do escrutínio, uma ousada previsão: «Mário Soares e Sá Carneiro são os dois principais líderes democráticos civis em Portugal. Os socialis-

tas são o partido liderante no país, mas é possível que o PPD possa ultrapassá-los nas eleições para a assembleia legislativa de 1976.»⁴³

O PS, contudo, manter-se-ia como o partido mais votado, embora com ligeira descida em relação ao ano anterior: de 38 para 35 por cento. O PPD, aliás, acabaria também por descer dois pontos, ficando pelos 24 por cento, enquanto o PCP subia para 14 por cento. A grande surpresa foi o resultado do CDS, que mais do que duplicou o resultado, recolhendo 16 por cento das preferências e passando de quarto para terceiro partido mais votado. Cumpria-se a profecia que Soares havia feito a Freitas do Amaral e Amaro da Costa quando, no ano anterior, os recebera no seu gabinete ministerial de São Bento, pouco antes de abandonar o IV Governo, e lhes comentara a dececionante percentagem que os centristas haviam recolhido para a Constituinte: «Não se preocupem com a fraca votação que tiveram: para a campanha eleitoral que vos deixaram fazer, até foi bastante razoável. O importante é que vão começar os trabalhos da Assembleia Constituinte, e esta vai funcionar como caixa de ressonância para o país em relação a tudo quanto vocês aqui disserem e votarem. Vão beneficiar muito com isso. Verão como o CDS vai subir nas próximas eleições... se as houver.»⁴⁴

Quanto à sua própria vitória nas primeiras legislativas do novo regime, o líder socialista, que com toda a lógica, depois dos combates do Verão Quente, sonhava com uma maioria absoluta (embora não a pedisse em campanha), sentiu-a como uma pequena desilusão: «Não esperava a descida eleitoral que efetivamente se verificou.»⁴⁵

Havia agora que decidir que tipo de executivo poderia o PS formar com este resultado: se procurar uma coligação, se tentar governar em minoria e arriscar ser chumbado no parlamento. Soares acabou até por ser alvo de uma discreta abordagem do PPD, através do seu n.º 2, Francisco Balsemão, para a formação de um elenco conjunto. E não era a primeira vez que recebia uma proposta de aliança da direção social-democrata: «Já no ano anterior rejeitara as insinuações de Sá Carneiro para uma fusão dos dois partidos. É ainda Balsemão quem recorda que, num sábado de verão em que

Vasco Gonçalves apelara à realização de “um dia de trabalho para a Nação” [6 de outubro de 1974], ele esteve longas horas reunido com Soares e Victor Cunha Rego para discutir a possibilidade de unir forças entre os dois partidos – de acordo com uma ideia do próprio Sá Carneiro. Soares recusaria.»⁴⁶

Mas o secretário-geral dos socialistas entendia não fazer sentido coligar-se: «Como a campanha foi toda ela a dizer “só, só, só PS” – *slogan* inventado pelo Zenha –, eu não podia fazer uma aliança. Com quem? Sá Carneiro, que estava à rasca com problemas internos [declarara-se no ano anterior uma crise no grupo parlamentar do PPD, se bem que apenas em 1978 viesse a ocorrer aí uma cisão]? Não. Com o CDS? Também não. Com o PC muito menos – era o nosso inimigo principal. Portanto, tinha de ser minoritário.»⁴⁷ Soares dirá *a posteriori* não se ter apercebido dos riscos que a sua opção implicava: «As pessoas disseram, todas, que achavam bem que eu fizesse o governo, e entrei por ali adentro. E a reserva mental que elas fizeram foi: “Este vai estender-se a todo o comprimento, e depois ficamos desembaraçados dele.” Aceitei portanto fazer o governo minoritário, o que foi um erro. A alternativa seria fazer com o PSD, mas o PSD estava todo dividido, em crise, e eu não podia passar por cima do Sá Carneiro.»⁴⁸

Estando decidido que o governo seria, por conseguinte, de exclusiva presença do PS (com alguns independentes), o líder quis adiar o processo da sua formação apenas para depois do escrutínio presidencial, previsto para dois meses mais tarde (27 de junho), «quando o ciclo eleitoral ficasse completo e definido».⁴⁹

A escolha dos candidatos presidenciais foi antecedida de intensos contactos de bastidores. O próprio Soares foi inquirido quanto à hipótese de concorrer – em primeiro lugar, de forma um tanto surpreendente, pelo seu amigo Octávio Pato, a quem expôs a posição que o PS deveria assumir:

Pato, em nome do PCP, procurou-me para me sondar quanto à eventualidade da minha candidatura a Presidente da República. Matei no ovo essa hipótese: disse-lhe que isso estava

completamente fora do horizonte do PS, que entendia dever ser um militar. Sem, no entanto, lhe dizer qual... Houve outras tentativas no mesmo sentido. Por exemplo: os oficiais superiores da Força Aérea, que me ofereceram um jantar no Rex Bar, para me convencerem a avançar como candidato a Presidente. Sobretudo, não queriam um militar como candidato. Mas o PS entendia – e bem, quanto a mim – que a situação político-militar a que a Revolução de Abril conduzira não estava ainda suficientemente madura e estabilizada para a eleição de um Presidente civil.⁵⁰

Também o líder do PPD terá insistido nessa possibilidade: «Lembro-me de que Sá Carneiro me convidou para almoçar no Tavares Rico – restaurante muito do seu gosto – para me convencer a candidatar-me a Presidente. Disse-lhe logo, frontalmente, que não. Não me sentia com os conhecimentos necessários para tanto e também porque ainda estávamos num regime sob tutela militar. Só então começava a conhecer um pouco melhor os militares, nas suas diferenças político-ideológicas.»⁵¹

Naturalmente, até no PS havia também quem quisesse a candidatura do secretário-geral, como era o caso de Manuel Alegre, mas – confessará o próprio Soares – na altura sem grande eco no partido.⁵² O líder continuava a bater na tecla da solução militar: «O Zenha partilhava do meu ponto de vista, bem como a maioria da direção do PS – e, por isso, convidei para almoçar alguns dos nossos aliados do Grupo dos Nove (Melo Antunes, Vítor Alves, Vasco Lourenço e Vítor Crespo) para debatermos o problema presidencial.»⁵³ O almoço decorreu de novo no Rex:

Propus-lhes então, frontalmente, quatro nomes possíveis que achava que no PS seriam bem recebidos. Eles que escolhessem, entre si, ouvidas as Forças Armadas que tinham estado com o 25 de Novembro. Foram eles, por ordem exata: Pires Veloso, [o tenente-coronel Manuel da] Costa Braz [1934-2019, que, como ministro da Administração Interna dos II e III Governos Provisórios, organizara o recenseamento eleitoral e fora responsável pelo sucesso do escrutínio para a Constituinte],

Firmino Miguel e Ramalho Eanes [que, pelas provas de disciplinador militar reveladas no 25 de Novembro, fora entretanto nomeado chefe do Estado-Maior do Exército, sendo por isso elevado à patente de general]. Pessoalmente, conhecia-os bem, à exceção de Ramalho Eanes, que só surgiu como figura importante após o 25 de Novembro. Mas, note-se, a lista fora feita e discutida nas instâncias do PS... Aceitaram a lista sem qualquer objecção e disseram-me que iam consultar os seus camaradas das Forças Armadas. Depois – em breve – dariam a resposta. Assim fizeram. E o nome que indicaram foi Ramalho Eanes.⁵⁴

Não foi escolha inteiramente pacífica entre os militares: a Armada pretendia avançar com Pinheiro de Azevedo, que Soares rejeitava.⁵⁵ O almirante acabou por se apresentar a escrutínio, tendo o líder socialista, a pedido do Grupo dos Nove, tentado, debalde, convencê-lo a desistir, numa cena algo caricata, onde o chefe do último governo provisório voltou a dar voz de prisão, desta vez a Vasco Lourenço.⁵⁶

Decidindo o PS apoiar Ramalho Eanes e negociadas as condições com o próprio, deveria ser o partido, como força política mais próxima do Grupo dos Nove, a revelar publicamente a decisão, mas Sá Carneiro soube da iminência da comunicação e resolveu antecipar-se, anunciando o apoio do PPD ao chefe operacional do 25 de Novembro. Para sossegar as hostes socialistas, Eanes (que viria também a ser apoiado pelo CDS) garantiu-lhes que não tivera responsabilidade na fuga de informação e prometeu-lhes que, sendo eleito, nomearia o líder do PS como primeiro-ministro.

Soares revelará mais tarde que não estaria inteiramente seguro quanto ao candidato, sobretudo devido às reservas que Maria Barroso levantava acerca do seu perfil⁵⁷ e ao facto de o nome pouco dizer à maioria dos militantes e simpatizantes socialistas. Recordará a propósito a interpelação de que fora alvo durante uma sardinhada de campanha, com o candidato ao lado, por parte de um velho pescador de Buarcos (zona de forte implantação do PS), que apontava para o general: «Ó Mário Soares, veja lá o que está a fazer! Nós vamos votar neste homem por sua causa.»⁵⁸ Por seu

lado, Eanes, ainda segundo Soares, «queixava-se de que o PS era muito anárquico».⁵⁹

O líder socialista acabou por ter intervenção discreta na campanha presidencial. Estava então envolvido na formação do governo. Havia em primeiro lugar que indicar o nome de quem seria primeiro-ministro. Num tempo em que os políticos portugueses ainda procuravam ganhar experiência de vida democrática, Soares terá entendido que o chefe do partido vencedor das eleições não teria forçosamente de encabeçar o gabinete. Propunha-se por isso permanecer no hemiciclo como líder parlamentar do PS, enquanto Salgado Zenha assumiria as funções de primeiro-ministro: «O meu terreno fora a política, as lutas sociais e culturais, os embates ideológicos. Parecia-me, pelo contrário, que o Zenha, pelos seus conhecimentos práticos de jurista e pelo exercício do seu cargo de ministro das Finanças – e, antes, da Justiça –, estava bastante mais bem preparado do que eu.»⁶⁰ Expôs os argumentos aos órgãos diretivos do PS, mas sem sucesso:

Eu não queria ser primeiro-ministro, não era por causa do risco, era porque não me achava suficientemente competente nem com suficiente conhecimento das questões ou da máquina administrativa. Eu tinha gostado muito de ser ministro dos Negócios Estrangeiros, onde me mexia como peixe na água, mas faltei a muitas reuniões do governo, e quem estava ali sempre à tona, atento a tudo, a responder em nome do partido quando eu não estava, era o Zenha, que não saía de Portugal. E eu achava que o partido ia ser muito atacado na AR logo a seguir à formação do governo. Estávamos entalados entre a extrema-esquerda comunista e os esquerdistas e a direita. Calculei por isso que era melhor que eu, como líder do partido, ficasse na Assembleia e fosse ali o rosto da defesa do governo. E eu gostava muito de ser parlamentar. Preferia, sinceramente, ser deputado, e foi por isso que eu queria que o primeiro-ministro fosse o Zenha. Não é obrigatório que o chefe do partido seja primeiro-ministro – veja-se o caso do Willy Brandt. Simplesmente, quando pus isto no Secretariado, todo ele se opôs, e o Zenha também. A teoria deles era esta: “Você

é que fez a campanha eleitoral, você é que ganhou as eleições, para a Constituinte, e as legislativas. Correu o país em todas as direções. Ninguém acha bem agora que não seja o primeiro-ministro e seja o Zenha, que esteve sempre metido no gabinete e não fez propaganda nenhuma durante a pré-campanha ou a campanha.” Foi unânime no partido e no Secretariado, que eu consultava sempre, quer ainda na Comissão Política, quer depois na Comissão Nacional, por uma quantidade de votos esmagadora, que eu é que devia ser o primeiro-ministro. De modo que eu disse: “Tenho de avançar para isto, não há outra solução.” E lá fui.⁶¹

Nas eleições presidenciais, conforme esperado, foi eleito Ramalho Eanes com mais de 61 por cento dos votos. A grande surpresa consistiu na candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, apoiada apenas pela extrema-esquerda, que conseguiu um resultado superior a 16 por cento, mais do dobro de Octávio Pato, que se apresentou pelo PCP. Com mais de 14 por cento dos votos – apesar de afetado por um grave problema de saúde ocorrido durante a campanha –, Pinheiro de Azevedo mostrava, pelo seu lado, que o candidato apoiado pelo PS, o PPD e o CDS estava longe de ser consensual.

Primeiro chefe do Estado português eleito por sufrágio direto e universal, Eanes foi investido no cargo a 14 julho e, consoante estabelecido, indigitou Soares como primeiro-ministro a 23, tendo o governo tomado posse de imediato. Uma das mais significativas mensagens de felicitações que os estadistas estrangeiros enviaram ao novo chefe do executivo vinha de Kissinger: «A sua coragem e determinação são em larga medida responsáveis pela restauração da democracia em Portugal, e o feito da sua nação ganhou a profunda admiração de todos os povos livres. Valorizo muito os estreitos laços que desenvolvemos durante os dois últimos anos, e espero renovar a nossa amizade pessoal em breve. Na difícil tarefa que está a levar a cabo, tem o meu firme apoio.»⁶²

Capítulo 23

O primeiro-ministro

Durante a discussão parlamentar do programa de governo, terminada a 11 de agosto de 1976, apesar de se tratar de um executivo minoritário, ninguém suscitou uma moção de rejeição, equivalendo à aprovação tácita do gabinete de Soares. As palavras que o líder socialista proferiu ao apresentar o programa foram particularmente apreciadas à direita, a crer no testemunho de Freitas do Amaral, classificando-o como «um dos melhores discursos de toda a sua carreira política»:

Foi claro, convincente e cheio de determinação. Confirmando os meus pressentimentos, fez uma enorme viragem à direita, “meteu o socialismo na gaveta” [expressão usada apenas mais tarde pelo primeiro-ministro] e cativou com inteligência os empresários e investidores, invadindo assim, afoitamente, o território doutrinário e político do PPD e do CDS: o seu discurso quase podia ter sido feito pelos líderes deste ou daquele. Depois de o ouvir, virei-me para o Adelino Amaro da Costa, que estava sentado à minha direita na bancada parlamentar do CDS, e disse-lhe ao ouvido: “Cuidado! Com este discurso e com este programa, o PS vai ficar dez ou quinze anos no governo.” Ao que o Adelino, sempre otimista, respondeu: “Isso era se eles fossem capazes de governar bem. Mas não vão ser. Não duram os quatro anos da legislatura, vais ver.”¹

Apesar das facilidades que então encontrou no hemiciclo, Soares negará que tal tenha resultado de qualquer acordo de bastidores:

«Não negocie a abstenção com ninguém. Disse na AR que ia fazer um governo minoritário, mas que se eles quisessem podiam evidentemente opor-se. Ninguém quis, porque eu na altura gozava de um enorme capital em relação ao que fora aquela luta para travar os comunistas – e toda a gente tinha tido medo de que eles chegassem ao poder (o Cunhal esteve para lá chegar).»²

Mas logo na altura cometeu um dos «erros políticos, alguns graves» que dirá terem estado associados às suas primeiras experiências primo-ministeriais: «O primeiro – e enorme! – foi não ter apresentado uma moção de confiança, exigindo a sua votação. E ainda o de ter menosprezado um pouco o PCP e o PPD.»³ A certeza que então sentiu de que os outros partidos nunca deixariam de viabilizar o seu executivo tê-lo-á mesmo levado – admitirá – a atuar à frente do governo com «alguma arrogância».⁴

Na escolha do seu elenco, a opção mais polémica de Soares consistira em afastar Zenha do gabinete, alegando que o grupo parlamentar socialista carecia de uma figura forte a liderá-lo e que, não podendo ser o próprio secretário-geral, o nº 2 do partido era o dirigente mais indicado: «Como [eu] depois compreenderia, [Zenha] teria preferido permanecer no governo. Mas eu opunha-me, frontalmente, a que as duas principais figuras do partido fossem para o executivo: quem tomaria conta do grupo parlamentar? [...] Esta nossa diferença de opinião ou mesmo, talvez, desinteligência – que, aliás, nunca foi bem explicitada – marcou o princípio de um certo mal-estar. A partir daí, as coisas começaram a ser diferentes.»⁵

Os sinais emitidos pelo amigo no partido eram evidentes a esse respeito, recordará Bernardino Gomes: «O Zenha estava encantado com a ideia de ser ministro. Eu vi: estava feliz, ele gostava de ser ministro. Quando o Soares lhe diz “vais ser chefe do grupo parlamentar”, foi uma decepção.»⁶ Quando o seu ex-assessor nas Necessidades lhe sugeriu que isso poderia ser problemático, o líder socialista não se demoveu: «Ele disse-me: “Você não percebe que isto [a liderança da bancada] é a coisa mais importante?” “Não é”, disse-lhe eu. “Um chefe parlamentar é difícil de arranjar, mas ar-

ranja-se. Assim você vai transformar o Zenha num inimigo seu.” Acho que não o levou para o governo porque se calhar não queria ter uma chatice. É exato que eles tinham uma proximidade total, mas é também um facto que o Zenha era uma pessoa particularmente difícil, fechada.»⁷

Maria Barroso também terá prevenido o marido: «Eu disse-lhe: “Faz que com que o Zenha entre no governo.” Eu conhecia o Zenha e sabia que ele gostaria de ser ministro. E ele: “Não, que o partido quer que eu seja primeiro-ministro e que o Zenha seja líder do grupo parlamentar.” Eu sabia que o Zenha tinha uma grande pena de não ser ministro, ele queria participar no governo.»⁸

Que havia no grupo parlamentar quem quisesse ver Zenha à sua frente será confirmado por Medeiros Ferreira, reeleito deputado: «A minha posição de ver Soares ou Zenha a liderar o grupo parlamentar foi transferida da Constituinte também para a primeira legislatura.»⁹

Como ministro de Estado e segunda figura do executivo, Soares escolheu Henrique de Barros (1904-2000), velho socialista que havia sido presidente da Constituinte. Depois colocou também Jorge Campinos junto de si como ministro sem pasta, «desaproveitado e um tanto esvaziado de funções», dada a existência do ministro de Estado, o que viria a admitir ser um erro, ditado pela falta de experiência governativa.¹⁰

Fiel à sua eterna vocação cosmopolita, Soares ainda pensou acumular com a pasta dos Negócios Estrangeiros, deixando Medeiros Ferreira como secretário de Estado, mas este foi frontal ao dizer-lhe que achava estar na altura de passar a ministro, e o chefe do governo, com alguma relutância, acabou por lhe entregar as Necessidades, confiado nas provas já dadas por um europeísta e atlantista convicto – no fundo, os valores que o líder socialista advogava também para a diplomacia portuguesa.¹¹

Como independentes, transitavam do último governo provisório Rui Vilar (Transportes e Comunicações) e Almeida Santos (Justiça), a que se acrescentavam, com o mesmo estatuto não parti-

dário, os oficiais do Exército Firmino Miguel na Defesa, Costa Brás de novo na Administração Interna e João Almeida Pina (1926-2014) nas Obras Públicas. O ministro da Indústria e Tecnologia, o socialista Walter Rosa (1919-?), engenheiro eletrotécnico, devido a um problema de natureza familiar, seria substituído ao fim de um ano também por um independente: Alfredo Nobre da Costa (1923-1996), igualmente engenheiro, mas de mecânica. Sottomayor Cardia ia para a Educação, Lopes Cardoso para a Agricultura, Marcelo Curto para o Trabalho, o engenheiro civil Eduardo Pereira (1927-2015) para a Habitação, Urbanismo e Construção e António Barreto (tal como Medeiros Ferreira, em rota de aproximação ao PS após o regresso de Genebra) para o Comércio. Soares colocou nas pastas económicas dois colaboradores de Zenha no anterior governo por indicação do amigo: António Sousa Gomes, como ministro do Plano e da Coordenação Económica, e Henrique Medina Carreira, como ministro das Finanças. Dirá que teria preferido ver Vítor Constâncio nas Finanças, mas que Zenha se opôs.¹²

O primeiro-ministro procurava, de toda a evidência, federar no governo várias tendências existentes no PS ou à volta do partido, concedendo-lhes no plano administrativo alguma margem de autonomia, como constatará Sottomayor Cardia: «Havia ministros que apresentavam uma imagem de direita e outros de esquerda. Ele [Soares] apreciava muito essa “coligação interior”, embora pense que gostava mais dos de direita. Permitia a autogestão dos ministros e não intervinha na definição das suas linhas de atividade. Houve uma forte discussão entre Medina Carreira e Sousa Gomes, sem que ele resolvesse fosse o que fosse – ia adiando e agradecendo o contributo que os outros tinham dado. Dizia que “se devia dormir sobre a questão”, até ao encontro seguinte.»¹³

A disputa entre ambos os titulares da área económico-financeira marcaria toda a existência do governo, a ponto de Soares confessar ter cometido «um enorme erro» com a criação dos dois ministérios: «Medina Carreira, nas Finanças, aplicou uma política muito atenta aos financeiros, portanto necessariamente restritiva,

enquanto Sousa Gomes, no Ministério do Plano, tinha um entendimento mais expansionista da economia.»¹⁴

O desentendimento deu origem ao que Soares designará como «a guerra das Manuelas», entre, por um lado, Manuela Morgado (n. 1937), secretária de Estado das Finanças, do campo de Medina Carreira, e, por outro, Manuela Silva (1932-2019), secretária do Planeamento, sob a alçada de Sousa Gomes: «Haver um ministério do Plano era uma coisa estúpida. Andei ali numa situação um bocado difícil, porque era preciso gerir a luta entre as duas Manuelas: uma queria o desenvolvimento e outra queria as finanças em ordem. As duas coisas eram necessárias, mas incompatíveis.»¹⁵ Medina Carreira recordará o eterno confronto entre um e outro conceito de governação:

O Sousa Gomes não concordava comigo. É uma tolice, porque o desenvolvimentismo pressupõe um certo tipo de equilíbrios: a gente não se atira no desenvolvimento sem ter finanças públicas que o permitam. Por isso eu colocava o problema financeiro: vamos fazer o quê sem dinheiro? A Manuela Silva, que trabalhava com o Sousa Gomes, era uma espécie de porta-voz dele, e a Manuela Morgado trabalhava comigo e percebia as minhas teses, e elas lá discutiriam, mas não tinham naturalmente interferência que se sobrepusse aos ministros. Sousa Gomes era calado, estava sempre metido na concha, e eu manifestava-me, mas o Mário Soares percebeu que eram as Manuelas [à bulha]. Ele estava embaraçado. A sua atitude era a de um homem sensato e prudente: não tinha bem a certeza do lado para onde pendia a boa razão, e foi aguentando até o governo cair.¹⁶

A dificuldade do primeiro-ministro em tomar uma decisão prendia-se, segundo Medina Carreira, com uma escassa disponibilidade para contas: «Mário Soares é um homem avesso a números. Ele, aliás, é altamente agressivo para os chamados economicistas. Não tinha assim uma grande noção, tal como outros homens políticos daquele tempo e daquela formação. O problema era o equívoco em que estava: essa gente viveu numa Europa próspera, nos

anos de 1945 a 1975, uma época de ouro, em que os políticos faziam política mas não tinham de se preocupar com o dinheiro. E a economia gerava os meios. Ele vinha dessa escola. Começou a perceber as dificuldades no I Governo Constitucional.»¹⁷

Mas até ao resto da vida Soares não mudará a sua perspetiva crítica sobre os tecnocratas que submetem a política às suas áreas de conhecimento:

O que muda o mundo não são os números, nem os défices, nem as crises, nem essas coisas; o que muda o mundo são as pessoas. Veja-se o que se passou com a nossa revolução: nós também estávamos na pior das situações, com a crise do petróleo [acentuada subida dos preços do produto como consequência da guerra israelo-árabe do Yom Kipur, em 1973, causando forte instabilidade económica, e até mesmo recessão, no mundo industrializado], o país sem recursos de nenhuma espécie... Apesar da herança que deixou o Salazar, os retornados que vieram, isto, aquilo e aqueloutro, ao fim de uns meses estava tudo na maior. Entrámos no Primeiro Mundo. Não foi a fazer economias que se conseguiu isso. Há os economistas e os economicistas. Os economistas são aqueles que pesam as coisas com uma seriedade absoluta; os economicistas não têm cultura política nem outra, e só sabem aquelas coisas. E esses tendem a não afinar, embora façam bem as coisas e tenham razão em dizer que “isto está mal”. Para suplantarmos os problemas é só precisa vontade política. Para isso podemos ter grandes apoios externos.¹⁸

Regressando aos incontornáveis aspetos contabilísticos, a verdade, porém, é que naquele momento os empréstimos antes negociados já não garantiam a estabilidade financeira, como descreverá Medina Carreira:

Todo o segundo semestre de 1976 foi a tentar levar a cabo as soluções tendentes à regularização económica e financeira do país, que vinha, como é compreensível, muito desarticulada na sequência do 25 de Abril, com muitas empresas ocupadas, aquele folclore de ruas, etc. As dificuldades dos governos pro-

visórios, acentuadas pela primeira crise do petróleo, a seguir a 1973, voltaram a sentir-se basicamente porque o petróleo pesava imenso na nossa balança externa. O I Governo viveu com bastantes dificuldades. Alertei o Mário Soares: “Eu achava melhor um dia fazer uma exposição no Conselho de Ministros para que o governo se apercebesse do caminho que vamos trilhando.” E ele: “Ah, sim senhor.” Levei um pacote de números e fui expondo ao conselho a situação, com progressivo esmorecimento dos ministros: estavam cada vez mais amarelos perante aquilo. É a minha forma de tentar tratar destes problemas, a única via que sei, que é conhecer a realidade. O governo não estava sintonizado com a situação e com as dificuldades. O Mário Soares apercebeu-se de que aquilo estava a incomodar particularmente os ministros, e disse: “Talvez seja melhor continuar no próximo conselho.” No conselho seguinte aconteceu um percalço originado num artigo publicado no semanário *Tempo*, de um colunista chamado Manuel de Portugal [um pseudónimo], com o título “Henrique, o estrangulador.” Alguém lhe terá contado algo do que se tinha passado. Disse ele que a velha coisa do Salazar é que “o homem sabia para onde ia”. Quando cheguei ao Conselho de Ministros, havia ministros a dizerem: “Salazar nunca mais.” Foi uma coisa patusca. O ambiente era pesado. Acabei de expor o que tinha a expor, avisei o governo e pronto, este ficou ciente. Não sei se aceitou as explicações ou não, mas eu disse o que devia dizer. Passados poucos dias, disse ao Mário Soares: “Deixe-me ir embora, que já vi que aqui não vou acertar com o restante governo.” Ele não aceitou. Mas eu disse-lhe que não ficava no governo depois do fim do ano [de 1977].¹⁹

Apesar de garantir que «Soares nunca perdeu uma noite por causa da política», António Campos, então secretário de Estado do Fomento Agrário, testemunhará ter sido esta uma das duas únicas vezes em que o viu «muito incomodado»: «Foi quando o Banco de Portugal estava à beira da rutura e teve de vir dinheiro da Alemanha. O Medina Carreira tinha aquele discurso sempre muito pessimista – eu até tinha de levar o Henrique de Barros a apanhar

ar, porque ele arrasava aquilo tudo. Mas um dia era verdade: não havia dinheiro. Soares fez um telefonema para o Helmut Schmidt. Eu estava lá em casa quando ele telefonou. Havia alguém a servir de intérprete.»²⁰

O então ministro das Finanças (que em janeiro de 1977 fez uma comunicação pública para traçar um quadro negro da economia portuguesa) recordará ter ouvido dizer que era desse modo – ligando para os seus amigos em Bona – que antes o líder socialista resolvia as carências financeiras do país: «Era uma ajuda na altura em circunstâncias diferentes, para fazer eleições, quando já o país estava em muitas dificuldades financeiras, e creio – pelo menos assim se contava – que o Mário Soares telefonou para a Alemanha e o Helmut Schmidt mandou 250 milhões [de dólares]. Claro que esse dinheiro, por causa do problema do petróleo, rapidamente desaparecia. Por isso, a hipótese de recurso ao FMI [Fundo Monetário Internacional] coloca-se logo no I Governo [Constitucional].»²¹

Devido à sua ligação a Soares, Kissinger apoiava o envolvimento português nesta negociação, conforme instruções que transmitiu a Carlucci logo no início de setembro de 1976, de onde transparecia a ideia de que o primeiro-ministro português era favorável ao aperto do cinto no seu país: «Soares enfrenta uma considerável oposição ao seu programa de austeridade, parte dela dentro do seu governo e do Partido Socialista. A sua capacidade para controlar os assuntos vai depender em larga medida do apoio que receber do exterior. [...] Enquanto líder socialista comprometido em implementar um programa económico conservador, ele precisa não apenas de assistência económica como da bênção política do Ocidente, significando o empréstimo essa bênção. [...] A minha opinião é que agora é o momento para vir em seu apoio. Se adiarmos, corremos o risco de o programa do seu governo nunca chegar a ser posto em prática, com tudo o que isso implica em termos de instabilidade política futura.»²² Abriram-se com efeito negociações com o FMI, que porém – narrará Medina Carreira – se iam prolongando sem um desfecho:

O FMI não veio no I Governo porque o executivo andava um bocado a arrastar os pés. Nós íamos pedindo financiamentos, até que os americanos, em princípios de 1977, na transição da administração Ford para a administração [do presidente Jimmy] Carter [n. 1924], mas ainda com a primeira, tinham arranjado uma solução: 14 países promoveriam um empréstimo de 1500 milhões de dólares para financiar a economia portuguesa, mas a condição que esses 14 países punham, com os americanos à frente, era que isso fosse feito através do FMI. A partir do início de 1977, portanto, andámos sempre com o grande empréstimo na cabeça, mas sempre com grandes dificuldades em chamar o FMI. Houve sempre muita relutância, e o público não se apercebeu da razão disso.²³

Um dos mais fortes motivos para o recurso ao financiamento estrangeiro eram os custos da integração dos retornados: mais de meio milhão de pessoas oriundas sobretudo de Angola e de Moçambique. Em outubro de 1976, o primeiro-ministro entregou a missão a um alto-comissário para os Desalojados, o então tenente-coronel António Gonçalves Ribeiro (n. 1933), que ficaria responsável pelo Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), criado no ano anterior: «Ao alto-comissário foi cometida pelo primeiro-ministro Mário Soares, com carta branca, a tarefa, então julgada impossível, de reduzir as tensões existentes e integrar, o mais possível sem dor, os deslocados do ultramar na vida nacional.»²⁴ Feito o balanço, a absorção do equivalente a seis por cento da população portuguesa desenrolou-se melhor do que as melhores expectativas.

Esta era uma amostra dos múltiplos problemas que Soares viveu com o primeiro executivo da sua responsabilidade, o que o levava todas as manhãs, quando chegava ao gabinete, a bater à porta de Victor Cunha Rego, seu secretário de Estado adjunto, e perguntar-lhe: «Há chatices?»²⁵ Dirá, aliás, que fazia a mesma pergunta «a toda a gente».²⁶ O então primeiro-ministro explicará as grandes questões que o seu executivo enfrentou:

Nós queríamos normalizar a democracia, que não estava normalizada. Queríamos conter os sindicatos, de forma a não serem eles a mandar no país. Queríamos dar, como demos, um grande impulso ao sindicalismo democrático. Queríamos uma reforma agrária que não fosse pura e simplesmente uma fraude, visto que as cooperativas [agrícolas] existentes eram praticamente do PC – as que funcionavam –, e as outras funcionavam mal. E na política externa queríamos entrar na CEE (eu nem podia falar nisso, porque ao princípio era tudo contra a CEE). E depois queríamos resolver o problema dos retornados. Foi isso tudo que nos caiu em cima no I Governo. E eu tenho orgulho naquele I Governo, porque foi um governo com capacidade. Trouxemos cá o FMI [numa negociação encetada mas não finalizada] para resolver os problemas do dinheiro, porque senão isto tinha parado tudo: não tínhamos dinheiro para pagar, os bancos estavam quase todos nacionalizados – os que não estavam não eram dirigidos por ninguém competente –, e os bons técnicos que tínhamos não queriam dirigi-los, porque sabiam que aquilo não poderia demorar muito. Depois tinha havido uma percentagem de gente – bons quadros – que tinha ido para o estrangeiro. Por isso nós estávamos ali numa situação um bocadinho difícil. Um bocadinho não, um bocadão.²⁷

A adesão à CEE estava contida no programa de governo e correspondia a um dos desígnios de Soares para o país: «A ideia central que me orientava, desde o meu regresso a Portugal, era a de que a integração europeia seria o contraponto absolutamente essencial para a descolonização, que se revelara inevitável e grandemente traumática.»²⁸

Medeiros Ferreira gostará porém de reclamar créditos pela iniciativa: «Fizemos uma coisa que Mário Soares tem dificuldades em ingerir: o pedido de adesão à CEE. Quem redigiu o capítulo de política externa no programa de governo fui eu, os pressupostos do pedido de adesão no programa fui eu, o responsável pela rapidez do pedido de adesão fui eu, com a ajuda do ministério, a certeza de que o pedido de adesão ia ser afirmativo fui eu que estimei.»²⁹

Bernardino Gomes, que era então chefe de gabinete de Cunha Rego, defenderá, porém, que a primazia sempre pertenceu ao primeiro-ministro: «O Medeiros Ferreira foi instrumental, mas transformou aquilo numa coisa pessoal. O que não foi. Tratou-se de uma linha de rumo que Soares definiu em 1974. E é uma linha de rumo feita por Soares, não é feita por mais ninguém.»³⁰ Mas o inquilino das Necessidades terá encontrado alguma renitência do lado do chefe do governo, preocupado com um possível insucesso da iniciativa:

As coisas estavam muito confusas na cabeça de pessoas que tinham influência em Mário Soares. Uma delas era um embaixador político importante, Coimbra Martins, em Paris: como Giscard d'Estaing e [o primeiro-ministro francês] Raymond Barre [1924-2007] tinham estado reticentes em relação à revolução portuguesa, pareciam também reticentes em relação ao pedido de adesão. Quem de certa maneira está ali sempre a lutar politicamente para a rapidez do pedido de adesão sou eu. Faço uma reunião com os nossos embaixadores no princípio de fevereiro de 1977. Íamos iniciar as viagens que Mário Soares fez, acompanhado do ministro dos Negócios Estrangeiros e com Vítor Constâncio [ainda deputado e presidente da Comissão de Acompanhamento da Adesão de Portugal à CEE], que estava a trabalhar nos aspetos económicos. Alguns dos embaixadores estavam com dúvidas sobre a reação das respetivas capitais. Finda a reunião, envio um telegrama a todos os nossos embaixadores nas diferentes capitais europeias dizendo: “O que os senhores irão anunciar nas respetivas capitais é que o nosso primeiro-ministro irá pedir, na viagem que está programada, a adesão plena à CEE.” Isto porque havia uns que propunham a associação, outros a pré-associação. Um duas horas depois de enviar o telegrama, Mário Soares chama-me (nós tínhamos conversado para pedir a adesão, mas ele não sabia que aquilo ia ser passado a escrito) e diz-me: “Então você escreve? Era melhor deixarmos isto um bocadinho impreciso.” Alguns embaixadores, com receio, genuíno ou não, da resposta das respetivas capitais, sobretudo – penso eu – Coimbra

Martins, mostraram reservas. Eu respondo-lhe: “Mário Soares, isto vai ser muito simples. Primeiro, tenho a certeza de que a resposta vai ser afirmativa, pelas sondagens já efetuadas, e se houver algum país que esteja intratável no assunto eu desmarco a viagem. O que lhe posso garantir é que se a gente levantar voo da Portela temos a resposta afirmativa connosco.” Ele olhou para mim: “Você joga muito forte à minha custa.” Penso que a única questão que existia era a de Paris.³¹

Soares não negará as incertezas que então o atravessaram: «Tinha dúvidas quanto à viabilidade ou ao êxito da iniciativa? É bem possível: quem não tem dúvidas? Mas isso não me fez hesitar. Em nenhum caso.»³² E Coimbra Martins confirmará que a orientação dele recebida nesse sentido era prioritária: «A integração europeia era a diretiva mais importante. E vencer a ala do Partido Socialista francês não colaborante com Portugal e com a linha do Mário Soares. O que até me pôs em situações difíceis, com ele a dizer-me: “O Mitterrand gostava muito que você fosse a casa dele, na *rue* de Bièvre, e à “peregrinação [passeio campestre, conhecido ritual do presidente francês].” E eu: “Não posso, fico lixado perante o Giscard. Então sou embaixador de Portugal e vou para a escalada com o Mitterrand?” Não dava.»³³

Ainda em fevereiro houve uma primeira viagem a Londres, Dublin, Copenhaga e Roma, e um mês depois a Bona, Haia, Luxemburgo, Bruxelas e Paris. Soares e comitiva foram sempre recebidos ao mais alto nível, sentindo bom acolhimento.³⁴ Medeiros Ferreira explicará a estratégia do percurso: «Tínhamos organizado as duas viagens com um conceito. Primeiro íamos aos países mais fáceis, e vínhamos da primeira ronda já confortáveis. Quando na segunda volta fôssemos a França, já estava cercada de países que diziam que sim. Se percebêssemos que Giscard fosse dizer que não, arranjávamos um pretexto para não ir, mas a resposta foi sim. A partir da resposta sim, Mário Soares percebeu que havia uma questão a dirimir entre ele e seu ministro dos Negócios Estrangeiros: quem é que tinha feito a estratégia do pedido de adesão? Quem recolhia os louros?»³⁵

Na véspera da primeira viagem, o chefe do governo espanhol, Adolfo Suárez (1932-2014), que liderava o processo de transição democrática no país vizinho, telefonou a Soares para lhe dizer que seguira o seu conselho (recebido três meses antes durante uma visita a Lisboa) de legalizar o Partido Comunista Espanhol e que poderia transmitir essa informação às capitais europeias. O que, para o primeiro-ministro português, significaria que Portugal iria trilhar ao lado de Espanha o caminho para a integração europeia.³⁶

O pedido português de adesão foi apoiado no parlamento por todas as forças à direita do PS mas rejeitado pelo PCP e a UDP (União Democrática Popular, partido de extrema-esquerda que mantinha um deputado em São Bento desde a Constituinte). A 5 de abril, o Conselho de Ministros da CEE, reunido no Luxemburgo, decidiria dar início ao processo de integração de Portugal.

Ao nível da administração, a procrastinação, como no caso do confronto Medina Carreira/Sousa Gomes, ou o princípio de «dormir sobre o assunto», para usar a expressão do próprio Soares, era algo que começava a ficar associado à personalidade do governante. Convencê-lo da urgência de um tema podia ser uma arte, como relatará Bernardino Gomes: «Ele tinha de facto essa ideia de dormir sobre o assunto. As coisas eram muito difíceis de gerir – o doutor Soares não cumpre, é um bocadinho caótico às vezes. Era difícil porque, por vezes, as coisas acumulavam-se. Não lhe apetecia ouvir aquilo. “Tem aqui um problema complicado.” “Amanhã.” “Tem de ser agora.” “Hoje não posso.” Depois eu lá conseguia meter aquilo de repente. É o método que ele tem de ter, que os líderes têm de ter. Não tem tempo.»³⁷

Outra característica que desde cedo se lhe colou à pele foi a indisponibilidade para estudar as questões a fundo, tendência logo notada pelo seu professor Adelino da Palma Carlos: «A impressão que tenho dele é de que não gosta de estudar os dossiês.»³⁸ Contará a esse respeito Bernardino Gomes: «Lembro-me de que grande parte daqueles relatórios sobre planeamento, da Manuela Silva, aquilo a que depois se veio a chamar Grandes Opções do Plano, que eram para aí uns cinco, de uma grande altura, nunca saíram

de cima da minha secretária.»³⁹ Este colaborador confirma a ideia, depois muito difundida, de que Soares exigia que tudo lhe fosse resumido numa folha A4 – caso contrário não leria –, mas acrescenta que nunca foi um problema ou uma insuficiência: «Era apenas uma coisa interna, de gestão.»⁴⁰ Alfredo Barroso, então chefe de gabinete do primeiro-ministro, também não podia deixar de lhe conhecer o hábito: «Eu sabia muito bem que ele não se dava ao trabalho de ler tudo. Dizia-me: “Escreve-me uma coisinha pequena, com uns apontamentos, para eu falar com este e aquele.” Nem era uma folha A4, era menos.»⁴¹

Um membro de um dos seus governos recordará, sob anonimato, que, durante um complexo debate de natureza económica, Soares ficou à margem do âmago da discussão: «Deparei com uma certa incapacidade dele para ver o alcance dos argumentos utilizados. Parecia possuir alguma dificuldade em compreender os problemas económicos, com as suas múltiplas implicações.»⁴² Mas o próprio guardará uma memória diferente dos estudos que teve de fazer como primeiro-ministro, rejeitando a ideia de que confundir números (outra das facetas da sua imagem) lhe atrapalhasse o rigor do raciocínio: «Fui até obrigado a ler demasiados dossiês. E eu prefiro livros aos dossiês, isso é exato! Algumas vezes, em discussões, terei confundido o dólar com o escudo ou trocado os milhões com os milhares, não o nego. Mas as pessoas não ignoravam que, quando me pronunciava sobre uma questão, sabia do que falava.»⁴³

Se havia porém um terreno sobre o qual Soares não adiava decisões era o da política. Com a noção de que o poder de antecipação pode ser crucial em confrontações dessa natureza, não hesitou ao deparar com ameaças ou cenários de crise no seu relacionamento com alguns ministros.

O primeiro caso surgiu com o titular da Agricultura. O que sucedeu no II Congresso do PS, realizado em Lisboa em outubro de 1976 (durante o qual se filiaram no partido, a convite do secretário-geral, Almeida Santos, Eduardo Pereira, Sousa Gomes e Rui Vi- lar), não teria história para uma formação política recém-instalada no governo, não fora pela dissidência à esquerda anunciada por

Lopes Cardoso (e ainda pela expulsão de uma minúscula infiltração trotskista). Tratava-se da continuação do esforço de Soares em recentrar o partido, embora já nada comparado com o que sucedera quase dois anos antes com Manuel Serra, como concluirá o secretário-geral desta «cisão, de amplitude moderada, que em nada enfraqueceu o PS – antes pelo contrário... suscitou uma clarificação oportuna.»⁴⁴ Mas era um sinal de que no seio do governo poderiam existir diferentes perspectivas na abordagem de certos dossiês, como na verdade viria a acontecer com a política agrícola para o Alentejo, onde as propriedades continuavam em grande parte ocupadas. Já então, com efeito, estaria afetada a confiança do primeiro-ministro numa figura que de resto estimava:

Sempre gostei muito do Lopes Cardoso, um tipo competente, seriíssimo, com uma visão bastante de esquerda, mas uma esquerda que achava sempre que estava à minha esquerda. Eu também não me importava que ele achasse isso, não me fazia nenhuma diferença. Mas quando percebi que ele estava realmente numa situação de impasse e que contemporizava com a reforma agrária dos comunistas, que era uma farsa – criaram as chamadas cooperativas mas era o PC que mandava naquilo –, disse-lhe: “Isto não pode ser assim, e tal e tal, isto tem de ser assado. Você aí tenha lá paciência, mas a política é pôr-se menos ao lado do PC.” Só que ele era um tipo que tinha um certo complexo de nunca ter sido do PC – mesmo no tempo em que eu era comunista, ele não era. Isso não teve importância, mas a certa altura ele começou a não fazer. E eu e o Henrique de Barros – que era uma autoridade em matéria agrícola e me ajudou muito (e ninguém pode acusá-lo de ter sido um homem de direita, só que tinha critério, tinha saber e sabia que aquilo era uma balbúrdia) – começámos a verificar isso. Ninguém podia entrar no Alentejo a não ser os comunistas; eu próprio tinha dificuldade em parar em terras alentejanas. Havia chatices, insultos, ameaças e o diabo.⁴⁵

A perceção de Soares ia no sentido de que até havia condições para a reforma:

A minha ideia era mudar para uma política mais anticomunista e mais ligada a uma visão socialista das coisas, com liberdade e sem ocupações, etc. E então o Cunhal aí também deu uma achega positiva, porque conseguiu aceitar o princípio das reservas em cada caso, o que deu uma certa acalmia àqueles latifundiários que ficaram com as casas e com um bocado de terra mais ou menos grande à volta das casas; não perderam todas as coisas que estavam ocupadas. Foi um princípio, mas eu disse ao Lopes Cardoso: “Você vá para casa e pense nisso.” No outro dia, que era de Conselho de Ministros, ele antes da reunião, no meu gabinete, estando só nós os dois, disse-me: “Ó Mário Soares, tenho uma coisa para lhe dizer. Se me pudesse atender antes do Conselho de Ministros...” E eu: “Sim senhor, começamos o Conselho de Ministros meia hora mais tarde. Faça favor de dizer.” “Tenho aqui uma carta que lhe quero apresentar.” Era a pedir a demissão, mas em tais termos que percebi que ele queria ficar. E eu disse-lhe: “Bem, Lopes Cardoso, você pede a demissão e eu aceito.” O gajo ficou para morrer, nunca esperou que eu aceitasse. Estava à espera que eu dissesse: “Não faça isso, vamos fazer aqui um acordo entre nós, toma lá, dá cá.” “Ah, mas você aceita a demissão?” “Claro que aceito. Amigos como dantes, ó Lopes Cardoso.” Ficou um bocado desamparado e ficou chateado.⁴⁶

Soares colocará todas as responsabilidades no ministro, acusando-o de tergiversar quando havia que ser determinado: «Lopes Cardoso hesitou. [...] Conhecia bem o absentismo dos velhos agrários e era sensível a alguns argumentos que lhe chegavam do lado dos partidários da “reforma agrária”. [...] Havíamos chegado a um ponto em que [eu] não tinha alternativa.»⁴⁷

Na escolha do substituto, António Barreto, Soares procurou quem mais se identificava com os seus propósitos para a reforma agrária:

Eu tinha ouvido no Conselho de Ministros o Barreto a discutir bem a favor da minha tese e contra a tese mais radical do Lopes Cardoso. Chamei-o e disse-lhe: “Ó Barreto, você tem aqui uma oportunidade. O Lopes Cardoso demitiu-se e eu aceitei,

e portanto você assuma a pasta da Agricultura.” E assim foi [tendo Barreto sido substituído na pasta do Comércio pelo professor universitário Carlos da Mota Pinto (1935-1985), um fundador do PPD que entrara em rutura com Sá Carneiro]. Ele começou a ver aquilo, rodeou-se de técnicos bons e propôs-se então fazer uma nova lei, a chamada lei Barreto. Que os comunistas puseram em toda a parte, escrevendo “fora a lei Barreto” em todas as paredes de Portugal.⁴⁸

A nova lei da Reforma Agrária constituía um dos três pilares legislativos – juntamente com a lei da delimitação dos setores público e privado e a lei das indemnizações aos proprietários expropriados pelas nacionalizações – com que Soares procurou fazer assentar, no I Governo Constitucional, o retorno a uma economia competitiva e de mercado: «Fui dos primeiros socialistas europeus a defender que o socialismo democrático era perfeitamente compatível com a economia de mercado e com o respeito pelas suas regras, embora também sempre defendesse que era indispensável que o Estado funcionasse como o corretor natural das desigualdades provocadas pelo mercado.»⁴⁹

Apesar de estas e outras reformas agradarem mais a quem se situava à direita do PS, Soares temia, em finais de 1976, que os partidos de Sá Carneiro e Freitas do Amaral, votando contra a proposta de Orçamento do Estado do ano seguinte, pusessem em perigo a continuidade do seu governo, resolvendo por isso pedir socorro a Cunhal. Mas, depois de lhe darem a mão, os comunistas acabaram por se remeter à oposição, ao descobrirem o conteúdo dos diplomas de fundo que o primeiro-ministro tencionava propor, conforme relato que fará Carlos Brito, então líder da bancada parlamentar do PCP:

No dia de Natal de 1976 recebi um recado da sede central do Partido [Comunista], informando-me que o primeiro-ministro, Mário Soares, tinha telefonado dizendo que queria contactar com toda a urgência a direção do nosso partido. Fiz as diligências necessárias para fazer chegar o recado ao secretário-geral e este foi da opinião que eu próprio entrasse

imediatamente em contacto com o gabinete do primeiro-ministro para nos inteirarmos do que se passava. Foi Mário Soares que fez questão de me receber e me informou de que tinha informações seguras de que o PPD e o CDS se preparavam para chumbar o Orçamento e o Plano, o que deixaria o governo muito fragilizado. Nesta situação, propunha abrir uma negociação com o PCP para que este viabilizasse com o seu voto os dois diplomas. [...] Cunhal defendeu que se aceitasse a proposta e se iniciassem as negociações, pois entendia ser fundamental que Soares nunca pudesse justificar os seus acordos com a direita por falta de vontade do PCP para negociar com ele. De imediato constituímos uma delegação do nosso grupo parlamentar [...] que negociou com uma delegação do governo (Jorge Campinos e Manuela Silva) a elaboração de um acordo, que obteve a concordância do primeiro-ministro e de [...] Álvaro Cunhal. [...] Tratando-se de um acordo de incidência parlamentar, devia ser assinado pelos dois líderes [das respetivas bancadas]. [...] Zenha, [...], porém, ao ler o texto, pediu desculpa e declarou que não assinava, pois desconhecia o enquadramento da negociação. Um pouco depois, encontrando-se a sós comigo, explicou-me que não assinava porque o PS não ia cumprir aquelas normas relativas à defesa das empresas intervencionadas e nacionalizadas, ao controlo de gestão e à reforma agrária, etc. O acordo foi assinado por qualquer outro dirigente do PS. Não tardou a revelar-se que Zenha tinha inteira razão. Passado pouco tempo, o governo apresentou um “pacote” de propostas de lei que atingiam gravemente todas as principais transformações revolucionárias: a lei de delimitação dos setores, contra as nacionalizações; a lei Barreto, contra a reforma agrária; a lei sobre os direitos dos trabalhadores, contra o controlo de gestão; a lei das indemnizações; o código dos investimentos estrangeiros [...]. Era a “contrarrevolução legislativa”, como foi designado pelo grupo parlamentar do PCP.⁵⁰

Pelo seu lado, o liberal João Salgueiro (n. 1934), que fora subsecretário de Estado do Planeamento no governo de Marcello Caetano e que agora estava próximo do PPD (a que aderiria pouco depois), relevará as reformas económicas de Soares: «O I Governo

fez medidas válidas, como a criação dos contratos precários, que vêm daí. Senão, iríamos estar muito mais tarde com uma taxa de desemprego idêntica à de Espanha. Curiosamente, as leis eram aprovadas numa linguagem ao contrário da sua intenção: a lei da Reforma Agrária era para limitar a reforma agrária, a lei da delimitação dos setores era para abrir o sector privado... Foi pena não ter ido mais longe, por Soares não ter a noção de que a economia não funciona se não houver vontade de investir.»⁵¹

Pelo seu simbolismo, assinalar-se-á a forma como Soares aceitou então dialogar com dois dos maiores expropriados de 1975, Jorge e José Manuel de Mello, quando lhe pediram audiência: «Convidei-os para almoçar em Nafarros. Falámos longamente sobre a situação económica portuguesa e o papel que cabia aos empresários. Encorajei-os, bem como a muitos outros, a prosseguir as suas atividades. Dei-lhes garantias. Sempre que ia ao estrangeiro, uma das minhas preocupações era dialogar com os empresários e os quadros que se tinham refugiado na Europa ou no Brasil, pedindo-lhes para regressarem a Portugal.»⁵²

Foi, com efeito, o que fez no Brasil em dezembro de 1976, durante a primeira visita de um estadista português ao grande país sul-americano após o 25 de Abril, rodeada, aliás, de alguma polémica por se manter em Brasília a ditadura militar instaurada em 1964 (controvérsia que o viajante amorteceu ao contactar durante a viagem uma vintena de oposicionistas brasileiros, num encontro ocorrido numa residência particular do Rio de Janeiro até às 5h00 da manhã⁵³). Soares quis aí dialogar, sobretudo numa grande reunião havida no Rio, com uma colónia portuguesa conservadora – à época reforçada por gente saída de Portugal com a queda da ditadura –, que olhava desconfiada para o novo poder em Lisboa: «Vivi, então, algumas situações de tensão perante centenas de refugiados portugueses, entre os quais se encontravam pessoas de elite, com peso e importância económica e social. Tudo acabou, finalmente, por sair muito bem, depois de uns tantos debates homéricos...»⁵⁴ A amplitude dos seus contactos com os empresários

saídos de Portugal estava contudo ainda um pouco limitada pelo espírito do PREC, como deixou transparecer numa declaração que terá proferido em Brasília: «Não vou negociar com os senhores Champalimaud e Espírito Santo [família proprietária do banco homónimo, nacionalizado em março de 1975], que no passado exploraram o povo portugueses.»⁵⁵

Idêntico quadro de hostilidade havia-se-lhe deparado meses antes em Newark, próximo de Nova Iorque: «Aí a plateia era diferente e composta, na sua grande maioria, por retornados das ex-colónias. Tratou-se de um comício que eles próprios organizaram. [...] Não se tratava já de uma sessão de esclarecimento, mas de insultos. [...] Durante mais de duas horas, pacientemente, do alto de um palco onde me encontrava sozinho, enfrentei uma plateia hostil, furiosa e virulenta, respondendo a toda a sorte de acusações relacionadas com a revolução e com a descolonização. Respondi a tudo. Não iludi nenhuma das questões. E posso asseverar que levei a melhor.»⁵⁶

Era verdade que, se algum traço de personalidade se realçava já em Soares, era a sua propensão para não virar costas a diálogos difíceis. Nessa medida, procuraria também fazer pontes com personalidades do antigo regime, mesmo que houvesse do outro lado mais ressentimentos do que do seu. Em agosto de 1977, entendeu comparecer na Sé de Lisboa para as solenes exéquias de Manuel Gonçalves Cerejeira (n. 1888), o antigo cardeal-patriarca da cidade conhecido pela sua proximidade a Salazar, para ouvir de uma mulher: «O senhor é um canalha. Não tem vergonha de estar aqui?» Ao que o primeiro-ministro terá apenas respondido, fleumático: «Minha senhora, por caridade...»⁵⁷

Mas, das várias frentes políticas em que se dispôs a combater, aquela que Soares consideraria mais inesperada seria a da Presidência da República – admitindo a sua tese de que havia desse lado a intenção de abrir fogo contra o I Governo Constitucional. Foi essa a conclusão que os socialistas tiraram do discurso de Ramalho Eanes comemorativo do 25 de Abril em 1977, onde o Presidente

– eleito com a indispensável ajuda do PS – criticou a lentidão das reformas e exigiu de quem de direito maior empenho nas ações com vista ao desenvolvimento e à modernização do país.

Até essa data consideraria Soares: «Eanes foi um Presidente que cooperou lealmente com o governo, com o PS e comigo em particular, como seu primeiro-ministro.»⁵⁸ Mas o líder socialista, interpretando o discurso de Eanes como dirigido a si e ao seu executivo, viu aí um ponto de viragem: «Foi o princípio das hostilidades. [...] Eanes fez um discurso altamente injusto e inaceitável para alguém que, como ele, conhecia por dentro as dificuldades. [...] Essa intervenção deixou o PS revoltado, magoado, profundamente perplexo. [...] Não quis, naquele momento, abrir um conflito, que seguramente precipitaria o país numa crise gravíssima. Fiquei a remoer aquele discurso... engolindo em seco, contra o meu temperamento.»⁵⁹

Crente de que em política nada acontece por acaso, Soares parece ter ficado a partir desse momento particularmente atento a possíveis sinais de «conspiração» por parte de Belém, o que logo julgou ter detetado junto do seu ministro dos Negócios Estrangeiros.

Medeiros Ferreira constatara até a prévia consolidação de uma relação cordial: «Mário Soares convidou-me a mim e à [minha mulher] Maria Emília [Brederode Santos (n. 1942)] como únicos convidados do almoço de Natal de 1976 em Nafarro. No fim, tivemos uma conversa política em que ele me perguntou: “Como é que você vê a sucessão no PS?” E eu: “Não vejo sucessão nenhuma no horizonte. Daqui a 10 anos talvez.” “Ah, sabe? Em política às vezes as coisas são muito rápidas.” Penso que ele estava a fazer-me um teste qualquer. Mas foi inconclusivo.»⁶⁰

No entanto, as coisas mudaram depois de, em junho de 1977, Ramalho Eanes resolver enviar um emissário a Luanda para avaliar a situação interna do MPLA, após ter sido esmagada no mês anterior de forma bárbara, com o massacre de centenas ou milhares de pessoas, uma facção do partido chamada «Revolta Ativa», acusada de tentar desencadear um golpe contra a linha de Agostinho Neto.

O enviado era o capitão Armando Fonseca de Almeida (1938-2007, que fora do MFA de Angola), e o general justificará a iniciativa porque o oficial português «tinha relações privilegiadas com o MPLA», o que facilitava os objetivos da sua missão: «1.º, impedir que se liquidassem os portugueses que participaram ou se viram envolvidos no golpe; 2.º, ver como mitigar os problemas alimentares das pessoas em causa; e 3.º, dizer a[*o* presidente] Agostinho Neto, naquela fase difícil, que Portugal estava com o governo de Angola e condenava o golpe e os golpistas.»⁶¹

Tratou-se de uma manifestação de «diplomacia paralela» que desagradou ao primeiro-ministro mas não ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros, conforme narrará Medeiros Ferreira:

Eu tinha proximidade com Ramalho Eanes desde que em 1974 estivera na Cova da Moura, onde o conheci, mas não tinha nada que ver com o seu discurso do 25 de Abril. Eanes entretanto tem a ideia: “Eu gostava de enviar à capital de Angola um dos [antigos] oficiais do MFA de Luanda, o capitão Fonseca, para perceber melhor a situação, levando uma carta a Agostinho Neto.” Eu e Soares fomos juntos a Belém falar sobre o assunto, e antes da reunião ele diz-me: “O Eanes quer roubar-nos o protagonismo, mas não podemos aceitar que ele mande alguém a Luanda.” E eu respondo: “Por acaso aí estou em desacordo consigo, porque acho que as Forças Armadas estão mais bem colocadas do que nós para perceber o que se passa em Angola e até para estabelecer alguns passos necessários e em relação aos quais nós temos mais dificuldade, tendo em conta o contexto.” Na realidade, as informações recolhidas pelos nossos militares eram mais fiáveis do que as dos americanos. E ele: “Medeiros, veja lá isto, que pode ser uma coisa contra o PS.” Eu digo: “Não chega a ser. Já fizemos o pedido de adesão [à CEE], temos os nossos laços cimentados com a Europa Ocidental. Em relação às ex-colónias, acho que temos de utilizar mais meios, por uma questão de complementaridade. Por que não do Eanes?” Chegámos a Belém cada um a defender a sua posição. E isso marcou uma certa clivagem entre nós, embora também houvesse muita gente

interessada nela, como [Manuel] Alegre. A partir daí as relações entre nós arrefeceram. Não fui desleal nem sequer pouco transparente com ele. As ex-colónias tinham aquela ideia de que o PS e até a IS [para a qual Soares fora eleito, em novembro de 1976, como um dos vice-presidentes] eram agentes do capitalismo ocidental. E que eles tinham uma outra via, que não se sabia bem qual era, mas que era lá deles, aparentemente diferente. Também havia a propaganda dos nossos militares: até Melo Antunes – não vale a pena fazer dele um anjo – era contra o PS, contra o imperialismo ocidental. Isso também teve os seus efeitos. Enquanto o PS estava muito bem vocacionado para as relações internacionais com o mundo ocidental, já para o caso específico das relações com as ex-colónias, em particular Angola e Moçambique, havia anticorpos criados contra o partido – externos, como as características desses governos, e internos, com o PCP e os retornados a dizerem do Mário Soares aquilo que a gente sabe. Mas Eanes, que tinha raízes conservadoras, queria ter esse papel, e as Forças Armadas queriam, mais rapidamente do que nós até, melhores relações com África, para mostrar que a descolonização tinha sido útil e era boa para Portugal. Tentei explicar isso: para mim, Eanes era um aliado para as relações com África, um ponto de apoio para essa reaproximação.⁶²

Instalada contudo a desconfiança, o próprio Soares aderiu à diplomacia paralela, aproveitando em setembro uma visita particular de Manuel Alegre (então secretário de Estado da Comunicação Social) à capital angolana: «Pareceu-me oportuno enviar alguém a Luanda. Era preciso convencê-los a aceitar um diálogo mais aberto e franco com Portugal e com o seu governo legítimo.»⁶³ O líder socialista entenderá que, viajando o seu camarada «em missão partidária», «não tinha de prestar contas especiais ao Medeiros Ferreira».⁶⁴ O ministro não possuía porém o mesmo entendimento:

Eu tinha decidido ir a Angola quando as coisas estivessem normalizadas, com a embaixada a funcionar. Soares faz um discurso em Alenquer com muitos elogios a Alegre e sem nunca se referir a mim. Quando vi isso, pensei: “Bem, isto está a atingir

aquele ponto.” (Eu já tinha pedido a demissão uma vez, por causa da questão da Comissão de Acompanhamento da Adesão de Portugal à CEE, cuja tutela achava dever ser minha, mas Vítor Constâncio tinha-se predisposto a resolver o assunto e Soares também não estava nada interessado na minha demissão na altura, pois era praticamente em cima do pedido de adesão.) Posso ter cometido um pequeno erro: Soares não estava em Portugal, fez o discurso e foi não sei para onde [para a Grécia]. Eu podia ter de facto esperado que regressasse e falado com ele, mas falar com ele também era ainda um compromisso possível; achei que o assunto estava feito e escrevi a carta de demissão. Sou eu que tenho a iniciativa de me demitir: sou um institucionalista, o meu entendimento das coisas é assim. Eu era ministro nomeado por Soares. Enquanto fosse possível uma estada honrosa para ambas as partes – e digna e confortável –, muito bem. A partir do momento em que não o fosse (e eu e ele somos superintuitivos – até admito que ele seja um bocadinho mais, mas pouco), a minha atitude era irreversível – a não ser que Soares tomasse a iniciativa de falar comigo a sério dizendo que havia um equívoco. Quando ele chegou junto a Ramalho Eanes, disse-lhe: “Isto é muito simples, ou ele ou eu.” Eanes também não argumentou: “Veja lá, não quer chamar o rapaz?”⁶⁵

O chefe do governo recebeu a carta do ministro assim que desembarcou em Lisboa e Henrique de Barros lha entregou em envelope fechado (não estando Medeiros Ferreira no aeroporto a recebê-lo, como era da praxe). Leu-a já em São Bento, mas não reconhecerá que se tratasse de uma carta de demissão, iniciativa que quis ser dele:

Não apreciei nem o tom – um pouco impertinente – nem o teor, ou seja, as condições que me punha para continuar no governo. Além disso, julguei ver a mão de Eanes por detrás daquela inesperada atitude. Reagi de imediato. Pedi ao meu gabinete que me preparasse um decreto de demissão do ministro. Telefonei a Eanes comunicando-lhe, em tom cominatório, que necessitava de falar com ele naquele mesmo dia. Meia hora depois, estava em Belém. Quando lhe apresentei o decreto de demissão para

assinar, sem explicações prévias, Eanes ficou aflito [...]. O dilema – disse-lhe – era, para mim, extremamente simples: ou saía o ministro, ou saía eu. O Presidente, percebendo que eu estava em absoluto determinado, agarrou na caneta e, sem mais palavras, assinou o decreto de demissão de Medeiros Ferreira. Depois – mas só depois – expliquei-lhe, mais calmamente, por que razão jamais poderia aceitar a permanência no governo de um ministro que tentara pôr em causa a minha autoridade através da carta que me escrevera e que, de resto, lhe mostrei.⁶⁶

Alfredo Barroso testemunhou a quase instintiva reação do chefe do governo após ler a carta do titular dos Negócios Estrangeiros: «Mário Soares diz-me: “Olha, passa-se isto. Eu vou antecipar-me. Que achas?” “Acho bem, se não ele fica na mó de cima e Eanes a cantar de galo”.»⁶⁷ Foi como um xeque-mate a culminar uma partida de xadrez, na visão competitiva que Soares sempre teve da política: «No caso de Medeiros Ferreira, vi-me obrigado a reagir, saindo politicamente por cima. Por outro lado, Medeiros Ferreira tentou também testar a minha reação. Acho que avaliou mal a relação de forças existente: saiu-se mal...»⁶⁸

Mário Mesquita, então diretor do *Diário de Notícias*, que se mantinha próximo de Medeiros Ferreira por razões de afinidade pessoal (a que a comum origem insular não seria estranha), procurará uma explicação para o afastamento entre o chefe do governo e o ministro: «Mário Soares não deixava o ministro dos Negócios Estrangeiros atuar autonomamente por razões compreensíveis: a área internacional era onde ele se movia na oposição ao antigo regime e não é homem para detalhes, não aprecia muito minúcias, pormenores. Com ele é sempre o essencial. Por isso, aquilo deu para o torto. Medeiros Ferreira tinha uma ideia de política externa para Portugal que já vinha de Genebra, e não a via como continuidade da política da IS e da Europa. Um dos casos foi o reconhecimento diplomático de Israel: Medeiros Ferreira achava que não era a altura e Mário Soares impôs o seu ponto de vista».⁶⁹ (Durante uma visita oficial aos EUA em abril de 1977, o chefe do governo recebeu das mãos do embaixador norte-americano na

ONU, Andrew Young [n. 1932], o prémio da Liga Internacional dos Direitos Humanos, organização privada ligada ao «*lobby* judaico», segundo Rui Mateus, que lhe teria sido atribuído pela «decisão de reconhecer o Estado de Israel»⁷⁰).

O caso de Angola havia, aliás, estalado logo depois de o ministro ter estado nas Nações Unidas a tratar da questão israelita: «Em Nova Iorque fiz um brilharete, pois tinha conseguido diminuir as reações árabes ao nosso reconhecimento diplomático de Israel, a que nunca me opus. Só tinha pedido a Mário Soares que fosse discutido em Conselho de Ministros, onde eu dizia os prós e contras e o executivo decidia, para que fosse da responsabilidade ministerial. Até estava no programa do governo – não foi uma questão de fundo para nós. Mas depois ele disse a coisa de Israel contra mim [de que o ministro seria contra o reconhecimento], que era pura mentira.»⁷¹

A divergência de fundo radicava contudo na suspeita soarista de uma conspiração de Medeiros Ferreira com Belém, segundo a tese de Alfredo Barroso: «Mário Soares percebe, por um telefonema que faz, que Medeiros Ferreira está a arranjar um atrito combinado com Eanes, e apoiado por ele, para se demitir e arranjar um problema.»⁷²

A Medeiros Ferreira de nada adiantará negar essa conexão: «Em que é que Soares cria na altura? Que eu e Ramalho Eanes estávamos feitos, que eu estava em entendimento com o Presidente. É mentira, já lho disse várias vezes, mas ele insiste sempre.»⁷³

O líder socialista (que assumiria a título interino a pasta dos Negócios Estrangeiros) suspeitou ainda de outro ex-exilado em Genebra, António Barreto, como terá deduzido do Conselho de Ministros que convocou para a tarde do dia em que demitiu Medeiros Ferreira: «Barreto pediu a palavra para me comunicar que também ele estava a redigir uma carta para me enviar. Perguntei-lhe se queria ou não terminá-la e se tal facto viria a afetar a sua permanência no governo. Reconheceu que, mais uma vez, “o tinha batido em velocidade”. Acrescentou que a saída de Me-

deiros Ferreira era uma “perda” séria. Mas, dado que ela era já um facto consumado, entendia não dever levantar obstáculos, nem fazer mais nada. Ninguém mais se pronunciou.»⁷⁴

Considerará Soares quanto às suas suspeitas sobre o papel de Belém: «Eu sabia, já nessa altura, que Eanes alimentava conversas, se não conspirativas, pelo menos altamente críticas com alguns dos meus ministros. Deixara realmente de apoiar o governo.»⁷⁵ Noutra explicação posterior dirá mesmo que não tinha já dúvidas quanto a uma cabala eanista corroendo o terreno à sua volta:

Dentro do meu governo há uma conspiração a favor do Eanes, a conspiração dos [futuros dissidentes do PS e fundadores do grupo dos] Reformadores, com Medeiros Ferreira e António Barreto. Têm esse ferrete na vida deles: conspiraram com o Eanes. Quando eu começo a perceber que o Eanes era um tipo que usava um pau de dois gumes e que me queria atirar abaixo, começando a ter a ideia, que lhe davam, de que ele podia ser um [Charles] De Gaulle [1890-1970, presidente francês de 1959 a 1969] à portuguesa, eu percebi: “Vai-nos cair isto agora nas mãos de um militar, que é aquele tipo.” Apoiado por militares que ainda por cima eram meus amigos.⁷⁶

Uma intenção que, no entanto, Ramalho Eanes tratará de desmentir: «A “conspiração a favor de Eanes” com Medeiros Ferreira e António Barreto à cabeça não merece comentários. É pura ficção, como, de resto, o podem comprovar, quer um, quer outro. Aliás, devo acrescentar que se com Medeiros Ferreira tivera frequente convivência – pois, na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, se reunia comigo para preparar e receber as credenciais dos diplomatas estrangeiros –, outro tanto já não aconteceu com António Barreto.»⁷⁷

De qualquer modo, a animosidade face a Eanes reforçava o isolamento político do PS, que nas primeiras eleições autárquicas portuguesas, em dezembro de 1976, havia registado nova e acentuada descida nas preferências do eleitorado, evidenciando-se o seu desgaste no seio da opinião pública. É verdade que Soares procurara

convergências pontuais no parlamento, sobretudo com o PPD, para a aprovação de alguns dos diplomas económicos mais marcantes do I Governo Constitucional, como a reforma agrária e a delimitação de setores. O líder socialista levava até o seu partido a comunicar publicamente que o PS «nunca fechará a porta a nenhum acordo parlamentar ou extraparlamentar a nenhum dos outros partidos democráticos, e designadamente ao PPD [que, em congresso no outono de 1977, passaria efetivamente a PSD]» (criando este destaque acesa polémica interna).⁷⁸ Contudo, a ideia de uma Convergência Democrática, avançada pelo PPD em junho de 1977 e englobando os partidos da «maioria presidencial», foi liminarmente rejeitada pelo secretário-geral do PS, que não reconhecia a existência de tal maioria (a plataforma seria formada apenas pelos centristas e sociais-democratas, mas teria existência efémera).

Além disso, Soares considerava uma perversão do quadro constitucional o reforço que alguns pediam da componente presidencial, num sistema que se dizia semipresidencialista: «Sempre fui contra uma leitura presidencialista da Constituição – dado o espectro de poder pessoal, velha tendência portuguesa que sempre me preocupou – e, por isso, sempre privilegiei [...] um entendimento predominantemente parlamentar do texto e do espírito da Constituição.»⁷⁹

No plano governativo, o chefe do executivo substituiria ainda Marcelo Curto por um ministro mais à direita, António Maldonado Gonalves (n. 1935), através de quem – revogada entretanto a lei da unicidade sindical – «se conseguiu estruturar em bases sólidas e programáticas o movimento sindical independente de onde sairia a UGT»⁸⁰ Cunha Rego, por sua vez, saía do governo alegando cansaço (embora em privado afirmasse discordâncias com as políticas seguidas pelo primeiro-ministro⁸¹).

No fim de 1977 era evidente que Soares necessitava de alguma iniciativa para reforçar e revitalizar a sua ação governativa e a do seu elenco. A ideia consistiu em submeter ao parlamento uma moção de confiança: o que lamentou não ter feito ao início, faria agora.

Capítulo 23

O primeiro-ministro

Durante a discussão parlamentar do programa de governo, terminada a 11 de agosto de 1976, apesar de se tratar de um executivo minoritário, ninguém suscitou uma moção de rejeição, equivalendo à aprovação tácita do gabinete de Soares. As palavras que o líder socialista proferiu ao apresentar o programa foram particularmente apreciadas à direita, a crer no testemunho de Freitas do Amaral, classificando-o como «um dos melhores discursos de toda a sua carreira política»:

Foi claro, convincente e cheio de determinação. Confirmando os meus pressentimentos, fez uma enorme viragem à direita, “meteu o socialismo na gaveta” [expressão usada apenas mais tarde pelo primeiro-ministro] e cativou com inteligência os empresários e investidores, invadindo assim, afoitamente, o território doutrinário e político do PPD e do CDS: o seu discurso quase podia ter sido feito pelos líderes deste ou daquele. Depois de o ouvir, virei-me para o Adelino Amaro da Costa, que estava sentado à minha direita na bancada parlamentar do CDS, e disse-lhe ao ouvido: “Cuidado! Com este discurso e com este programa, o PS vai ficar dez ou quinze anos no governo.” Ao que o Adelino, sempre otimista, respondeu: “Isso era se eles fossem capazes de governar bem. Mas não vão ser. Não duram os quatro anos da legislatura, vais ver.”¹

Apesar das facilidades que então encontrou no hemiciclo, Soares negará que tal tenha resultado de qualquer acordo de bastidores:

«Não negocie a abstenção com ninguém. Disse na AR que ia fazer um governo minoritário, mas que se eles quisessem podiam evidentemente opor-se. Ninguém quis, porque eu na altura gozava de um enorme capital em relação ao que fora aquela luta para travar os comunistas – e toda a gente tinha tido medo de que eles chegassem ao poder (o Cunhal esteve para lá chegar).»²

Mas logo na altura cometeu um dos «erros políticos, alguns graves» que dirá terem estado associados às suas primeiras experiências primo-ministeriais: «O primeiro – e enorme! – foi não ter apresentado uma moção de confiança, exigindo a sua votação. E ainda o de ter menosprezado um pouco o PCP e o PPD.»³ A certeza que então sentiu de que os outros partidos nunca deixariam de viabilizar o seu executivo tê-lo-á mesmo levado – admitirá – a atuar à frente do governo com «alguma arrogância».⁴

Na escolha do seu elenco, a opção mais polémica de Soares consistira em afastar Zenha do gabinete, alegando que o grupo parlamentar socialista carecia de uma figura forte a liderá-lo e que, não podendo ser o próprio secretário-geral, o nº 2 do partido era o dirigente mais indicado: «Como [eu] depois compreenderia, [Zenha] teria preferido permanecer no governo. Mas eu opunha-me, frontalmente, a que as duas principais figuras do partido fossem para o executivo: quem tomaria conta do grupo parlamentar? [...] Esta nossa diferença de opinião ou mesmo, talvez, desinteligência – que, aliás, nunca foi bem explicitada – marcou o princípio de um certo mal-estar. A partir daí, as coisas começaram a ser diferentes.»⁵

Os sinais emitidos pelo amigo no partido eram evidentes a esse respeito, recordará Bernardino Gomes: «O Zenha estava encantado com a ideia de ser ministro. Eu vi: estava feliz, ele gostava de ser ministro. Quando o Soares lhe diz “vais ser chefe do grupo parlamentar”, foi uma decepção.»⁶ Quando o seu ex-assessor nas Necessidades lhe sugeriu que isso poderia ser problemático, o líder socialista não se demoveu: «Ele disse-me: “Você não percebe que isto [a liderança da bancada] é a coisa mais importante?” “Não é”, disse-lhe eu. “Um chefe parlamentar é difícil de arranjar, mas ar-

ranja-se. Assim você vai transformar o Zenha num inimigo seu.” Acho que não o levou para o governo porque se calhar não queria ter uma chatice. É exato que eles tinham uma proximidade total, mas é também um facto que o Zenha era uma pessoa particularmente difícil, fechada.»⁷

Maria Barroso também terá prevenido o marido: «Eu disse-lhe: “Faz que com que o Zenha entre no governo.” Eu conhecia o Zenha e sabia que ele gostaria de ser ministro. E ele: “Não, que o partido quer que eu seja primeiro-ministro e que o Zenha seja líder do grupo parlamentar.” Eu sabia que o Zenha tinha uma grande pena de não ser ministro, ele queria participar no governo.»⁸

Que havia no grupo parlamentar quem quisesse ver Zenha à sua frente será confirmado por Medeiros Ferreira, reeleito deputado: «A minha posição de ver Soares ou Zenha a liderar o grupo parlamentar foi transferida da Constituinte também para a primeira legislatura.»⁹

Como ministro de Estado e segunda figura do executivo, Soares escolheu Henrique de Barros (1904-2000), velho socialista que havia sido presidente da Constituinte. Depois colocou também Jorge Campinos junto de si como ministro sem pasta, «desaproveitado e um tanto esvaziado de funções», dada a existência do ministro de Estado, o que viria a admitir ser um erro, ditado pela falta de experiência governativa.¹⁰

Fiel à sua eterna vocação cosmopolita, Soares ainda pensou acumular com a pasta dos Negócios Estrangeiros, deixando Medeiros Ferreira como secretário de Estado, mas este foi frontal ao dizer-lhe que achava estar na altura de passar a ministro, e o chefe do governo, com alguma relutância, acabou por lhe entregar as Necessidades, confiado nas provas já dadas por um europeísta e atlantista convicto – no fundo, os valores que o líder socialista advogava também para a diplomacia portuguesa.¹¹

Como independentes, transitavam do último governo provisório Rui Vilar (Transportes e Comunicações) e Almeida Santos (Justiça), a que se acrescentavam, com o mesmo estatuto não parti-

dário, os oficiais do Exército Firmino Miguel na Defesa, Costa Brás de novo na Administração Interna e João Almeida Pina (1926-2014) nas Obras Públicas. O ministro da Indústria e Tecnologia, o socialista Walter Rosa (1919-?), engenheiro eletrotécnico, devido a um problema de natureza familiar, seria substituído ao fim de um ano também por um independente: Alfredo Nobre da Costa (1923-1996), igualmente engenheiro, mas de mecânica. Sottomayor Cardia ia para a Educação, Lopes Cardoso para a Agricultura, Marcelo Curto para o Trabalho, o engenheiro civil Eduardo Pereira (1927-2015) para a Habitação, Urbanismo e Construção e António Barreto (tal como Medeiros Ferreira, em rota de aproximação ao PS após o regresso de Genebra) para o Comércio. Soares colocou nas pastas económicas dois colaboradores de Zenha no anterior governo por indicação do amigo: António Sousa Gomes, como ministro do Plano e da Coordenação Económica, e Henrique Medina Carreira, como ministro das Finanças. Dirá que teria preferido ver Vítor Constâncio nas Finanças, mas que Zenha se opôs.¹²

O primeiro-ministro procurava, de toda a evidência, federar no governo várias tendências existentes no PS ou à volta do partido, concedendo-lhes no plano administrativo alguma margem de autonomia, como constatará Sottomayor Cardia: «Havia ministros que apresentavam uma imagem de direita e outros de esquerda. Ele [Soares] apreciava muito essa “coligação interior”, embora pense que gostava mais dos de direita. Permitia a autogestão dos ministros e não intervinha na definição das suas linhas de atividade. Houve uma forte discussão entre Medina Carreira e Sousa Gomes, sem que ele resolvesse fosse o que fosse – ia adiando e agradecendo o contributo que os outros tinham dado. Dizia que “se devia dormir sobre a questão”, até ao encontro seguinte.»¹³

A disputa entre ambos os titulares da área económico-financeira marcaria toda a existência do governo, a ponto de Soares confessar ter cometido «um enorme erro» com a criação dos dois ministérios: «Medina Carreira, nas Finanças, aplicou uma política muito atenta aos financeiros, portanto necessariamente restritiva,

enquanto Sousa Gomes, no Ministério do Plano, tinha um entendimento mais expansionista da economia.»¹⁴

O desentendimento deu origem ao que Soares designará como «a guerra das Manuelas», entre, por um lado, Manuela Morgado (n. 1937), secretária de Estado das Finanças, do campo de Medina Carreira, e, por outro, Manuela Silva (1932-2019), secretária do Planeamento, sob a alçada de Sousa Gomes: «Haver um ministério do Plano era uma coisa estúpida. Andei ali numa situação um bocado difícil, porque era preciso gerir a luta entre as duas Manuelas: uma queria o desenvolvimento e outra queria as finanças em ordem. As duas coisas eram necessárias, mas incompatíveis.»¹⁵ Medina Carreira recordará o eterno confronto entre um e outro conceito de governação:

O Sousa Gomes não concordava comigo. É uma tolice, porque o desenvolvimentismo pressupõe um certo tipo de equilíbrios: a gente não se atira no desenvolvimento sem ter finanças públicas que o permitam. Por isso eu colocava o problema financeiro: vamos fazer o quê sem dinheiro? A Manuela Silva, que trabalhava com o Sousa Gomes, era uma espécie de porta-voz dele, e a Manuela Morgado trabalhava comigo e percebia as minhas teses, e elas lá discutiriam, mas não tinham naturalmente interferência que se sobrepusse aos ministros. Sousa Gomes era calado, estava sempre metido na concha, e eu manifestava-me, mas o Mário Soares percebeu que eram as Manuelas [à bulha]. Ele estava embaraçado. A sua atitude era a de um homem sensato e prudente: não tinha bem a certeza do lado para onde pendia a boa razão, e foi aguentando até o governo cair.¹⁶

A dificuldade do primeiro-ministro em tomar uma decisão prendia-se, segundo Medina Carreira, com uma escassa disponibilidade para contas: «Mário Soares é um homem avesso a números. Ele, aliás, é altamente agressivo para os chamados economicistas. Não tinha assim uma grande noção, tal como outros homens políticos daquele tempo e daquela formação. O problema era o equívoco em que estava: essa gente viveu numa Europa próspera, nos

anos de 1945 a 1975, uma época de ouro, em que os políticos faziam política mas não tinham de se preocupar com o dinheiro. E a economia gerava os meios. Ele vinha dessa escola. Começou a perceber as dificuldades no I Governo Constitucional.»¹⁷

Mas até ao resto da vida Soares não mudará a sua perspetiva crítica sobre os tecnocratas que submetem a política às suas áreas de conhecimento:

O que muda o mundo não são os números, nem os défices, nem as crises, nem essas coisas; o que muda o mundo são as pessoas. Veja-se o que se passou com a nossa revolução: nós também estávamos na pior das situações, com a crise do petróleo [acentuada subida dos preços do produto como consequência da guerra israelo-árabe do Yom Kipur, em 1973, causando forte instabilidade económica, e até mesmo recessão, no mundo industrializado], o país sem recursos de nenhuma espécie... Apesar da herança que deixou o Salazar, os retornados que vieram, isto, aquilo e aqueloutro, ao fim de uns meses estava tudo na maior. Entrámos no Primeiro Mundo. Não foi a fazer economias que se conseguiu isso. Há os economistas e os economicistas. Os economistas são aqueles que pesam as coisas com uma seriedade absoluta; os economicistas não têm cultura política nem outra, e só sabem aquelas coisas. E esses tendem a não afinar, embora façam bem as coisas e tenham razão em dizer que “isto está mal”. Para suplantarmos os problemas é só precisa vontade política. Para isso podemos ter grandes apoios externos.¹⁸

Regressando aos incontornáveis aspetos contabilísticos, a verdade, porém, é que naquele momento os empréstimos antes negociados já não garantiam a estabilidade financeira, como descreverá Medina Carreira:

Todo o segundo semestre de 1976 foi a tentar levar a cabo as soluções tendentes à regularização económica e financeira do país, que vinha, como é compreensível, muito desarticulada na sequência do 25 de Abril, com muitas empresas ocupadas, aquele folclore de ruas, etc. As dificuldades dos governos pro-

visórios, acentuadas pela primeira crise do petróleo, a seguir a 1973, voltaram a sentir-se basicamente porque o petróleo pesava imenso na nossa balança externa. O I Governo viveu com bastantes dificuldades. Alertei o Mário Soares: “Eu achava melhor um dia fazer uma exposição no Conselho de Ministros para que o governo se apercebesse do caminho que vamos trilhando.” E ele: “Ah, sim senhor.” Levei um pacote de números e fui expondo ao conselho a situação, com progressivo esmorecimento dos ministros: estavam cada vez mais amarelos perante aquilo. É a minha forma de tentar tratar destes problemas, a única via que sei, que é conhecer a realidade. O governo não estava sintonizado com a situação e com as dificuldades. O Mário Soares apercebeu-se de que aquilo estava a incomodar particularmente os ministros, e disse: “Talvez seja melhor continuar no próximo conselho.” No conselho seguinte aconteceu um percalço originado num artigo publicado no semanário *Tempo*, de um colunista chamado Manuel de Portugal [um pseudónimo], com o título “Henrique, o estrangulador.” Alguém lhe terá contado algo do que se tinha passado. Disse ele que a velha coisa do Salazar é que “o homem sabia para onde ia”. Quando cheguei ao Conselho de Ministros, havia ministros a dizerem: “Salazar nunca mais.” Foi uma coisa patusca. O ambiente era pesado. Acabei de expor o que tinha a expor, avisei o governo e pronto, este ficou ciente. Não sei se aceitou as explicações ou não, mas eu disse o que devia dizer. Passados poucos dias, disse ao Mário Soares: “Deixe-me ir embora, que já vi que aqui não vou acertar com o restante governo.” Ele não aceitou. Mas eu disse-lhe que não ficava no governo depois do fim do ano [de 1977].¹⁹

Apesar de garantir que «Soares nunca perdeu uma noite por causa da política», António Campos, então secretário de Estado do Fomento Agrário, testemunhará ter sido esta uma das duas únicas vezes em que o viu «muito incomodado»: «Foi quando o Banco de Portugal estava à beira da rutura e teve de vir dinheiro da Alemanha. O Medina Carreira tinha aquele discurso sempre muito pessimista – eu até tinha de levar o Henrique de Barros a apanhar

ar, porque ele arrasava aquilo tudo. Mas um dia era verdade: não havia dinheiro. Soares fez um telefonema para o Helmut Schmidt. Eu estava lá em casa quando ele telefonou. Havia alguém a servir de intérprete.»²⁰

O então ministro das Finanças (que em janeiro de 1977 fez uma comunicação pública para traçar um quadro negro da economia portuguesa) recordará ter ouvido dizer que era desse modo – ligando para os seus amigos em Bona – que antes o líder socialista resolvia as carências financeiras do país: «Era uma ajuda na altura em circunstâncias diferentes, para fazer eleições, quando já o país estava em muitas dificuldades financeiras, e creio – pelo menos assim se contava – que o Mário Soares telefonou para a Alemanha e o Helmut Schmidt mandou 250 milhões [de dólares]. Claro que esse dinheiro, por causa do problema do petróleo, rapidamente desaparecia. Por isso, a hipótese de recurso ao FMI [Fundo Monetário Internacional] coloca-se logo no I Governo [Constitucional].»²¹

Devido à sua ligação a Soares, Kissinger apoiava o envolvimento português nesta negociação, conforme instruções que transmitiu a Carlucci logo no início de setembro de 1976, de onde transparecia a ideia de que o primeiro-ministro português era favorável ao aperto do cinto no seu país: «Soares enfrenta uma considerável oposição ao seu programa de austeridade, parte dela dentro do seu governo e do Partido Socialista. A sua capacidade para controlar os assuntos vai depender em larga medida do apoio que receber do exterior. [...] Enquanto líder socialista comprometido em implementar um programa económico conservador, ele precisa não apenas de assistência económica como da bênção política do Ocidente, significando o empréstimo essa bênção. [...] A minha opinião é que agora é o momento para vir em seu apoio. Se adiarmos, corremos o risco de o programa do seu governo nunca chegar a ser posto em prática, com tudo o que isso implica em termos de instabilidade política futura.»²² Abriram-se com efeito negociações com o FMI, que porém – narrará Medina Carreira – se iam prolongando sem um desfecho:

O FMI não veio no I Governo porque o executivo andava um bocado a arrastar os pés. Nós íamos pedindo financiamentos, até que os americanos, em princípios de 1977, na transição da administração Ford para a administração [do presidente Jimmy] Carter [n. 1924], mas ainda com a primeira, tinham arranjado uma solução: 14 países promoveriam um empréstimo de 1500 milhões de dólares para financiar a economia portuguesa, mas a condição que esses 14 países punham, com os americanos à frente, era que isso fosse feito através do FMI. A partir do início de 1977, portanto, andámos sempre com o grande empréstimo na cabeça, mas sempre com grandes dificuldades em chamar o FMI. Houve sempre muita relutância, e o público não se apercebeu da razão disso.²³

Um dos mais fortes motivos para o recurso ao financiamento estrangeiro eram os custos da integração dos retornados: mais de meio milhão de pessoas oriundas sobretudo de Angola e de Moçambique. Em outubro de 1976, o primeiro-ministro entregou a missão a um alto-comissário para os Desalojados, o então tenente-coronel António Gonçalves Ribeiro (n. 1933), que ficaria responsável pelo Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), criado no ano anterior: «Ao alto-comissário foi cometida pelo primeiro-ministro Mário Soares, com carta branca, a tarefa, então julgada impossível, de reduzir as tensões existentes e integrar, o mais possível sem dor, os deslocados do ultramar na vida nacional.»²⁴ Feito o balanço, a absorção do equivalente a seis por cento da população portuguesa desenrolou-se melhor do que as melhores expectativas.

Esta era uma amostra dos múltiplos problemas que Soares viveu com o primeiro executivo da sua responsabilidade, o que o levava todas as manhãs, quando chegava ao gabinete, a bater à porta de Victor Cunha Rego, seu secretário de Estado adjunto, e perguntar-lhe: «Há chatices?»²⁵ Dirá, aliás, que fazia a mesma pergunta «a toda a gente».²⁶ O então primeiro-ministro explicará as grandes questões que o seu executivo enfrentou:

Nós queríamos normalizar a democracia, que não estava normalizada. Queríamos conter os sindicatos, de forma a não serem eles a mandar no país. Queríamos dar, como demos, um grande impulso ao sindicalismo democrático. Queríamos uma reforma agrária que não fosse pura e simplesmente uma fraude, visto que as cooperativas [agrícolas] existentes eram praticamente do PC – as que funcionavam –, e as outras funcionavam mal. E na política externa queríamos entrar na CEE (eu nem podia falar nisso, porque ao princípio era tudo contra a CEE). E depois queríamos resolver o problema dos retornados. Foi isso tudo que nos caiu em cima no I Governo. E eu tenho orgulho naquele I Governo, porque foi um governo com capacidade. Trouxemos cá o FMI [numa negociação encetada mas não finalizada] para resolver os problemas do dinheiro, porque senão isto tinha parado tudo: não tínhamos dinheiro para pagar, os bancos estavam quase todos nacionalizados – os que não estavam não eram dirigidos por ninguém competente –, e os bons técnicos que tínhamos não queriam dirigi-los, porque sabiam que aquilo não poderia demorar muito. Depois tinha havido uma percentagem de gente – bons quadros – que tinha ido para o estrangeiro. Por isso nós estávamos ali numa situação um bocadinho difícil. Um bocadinho não, um bocadão.²⁷

A adesão à CEE estava contida no programa de governo e correspondia a um dos desígnios de Soares para o país: «A ideia central que me orientava, desde o meu regresso a Portugal, era a de que a integração europeia seria o contraponto absolutamente essencial para a descolonização, que se revelara inevitável e grandemente traumática.»²⁸

Medeiros Ferreira gostará porém de reclamar créditos pela iniciativa: «Fizemos uma coisa que Mário Soares tem dificuldades em ingerir: o pedido de adesão à CEE. Quem redigiu o capítulo de política externa no programa de governo fui eu, os pressupostos do pedido de adesão no programa fui eu, o responsável pela rapidez do pedido de adesão fui eu, com a ajuda do ministério, a certeza de que o pedido de adesão ia ser afirmativo fui eu que estimei.»²⁹

Bernardino Gomes, que era então chefe de gabinete de Cunha Rego, defenderá, porém, que a primazia sempre pertenceu ao primeiro-ministro: «O Medeiros Ferreira foi instrumental, mas transformou aquilo numa coisa pessoal. O que não foi. Tratou-se de uma linha de rumo que Soares definiu em 1974. E é uma linha de rumo feita por Soares, não é feita por mais ninguém.»³⁰ Mas o inquilino das Necessidades terá encontrado alguma renitência do lado do chefe do governo, preocupado com um possível insucesso da iniciativa:

As coisas estavam muito confusas na cabeça de pessoas que tinham influência em Mário Soares. Uma delas era um embaixador político importante, Coimbra Martins, em Paris: como Giscard d'Estaing e [o primeiro-ministro francês] Raymond Barre [1924-2007] tinham estado reticentes em relação à revolução portuguesa, pareciam também reticentes em relação ao pedido de adesão. Quem de certa maneira está ali sempre a lutar politicamente para a rapidez do pedido de adesão sou eu. Faço uma reunião com os nossos embaixadores no princípio de fevereiro de 1977. Íamos iniciar as viagens que Mário Soares fez, acompanhado do ministro dos Negócios Estrangeiros e com Vítor Constâncio [ainda deputado e presidente da Comissão de Acompanhamento da Adesão de Portugal à CEE], que estava a trabalhar nos aspetos económicos. Alguns dos embaixadores estavam com dúvidas sobre a reação das respetivas capitais. Finda a reunião, envio um telegrama a todos os nossos embaixadores nas diferentes capitais europeias dizendo: “O que os senhores irão anunciar nas respetivas capitais é que o nosso primeiro-ministro irá pedir, na viagem que está programada, a adesão plena à CEE.” Isto porque havia uns que propunham a associação, outros a pré-associação. Um duas horas depois de enviar o telegrama, Mário Soares chama-me (nós tínhamos conversado para pedir a adesão, mas ele não sabia que aquilo ia ser passado a escrito) e diz-me: “Então você escreve? Era melhor deixarmos isto um bocadinho impreciso.” Alguns embaixadores, com receio, genuíno ou não, da resposta das respetivas capitais, sobretudo – penso eu – Coimbra

Martins, mostraram reservas. Eu respondo-lhe: “Mário Soares, isto vai ser muito simples. Primeiro, tenho a certeza de que a resposta vai ser afirmativa, pelas sondagens já efetuadas, e se houver algum país que esteja intratável no assunto eu desmarco a viagem. O que lhe posso garantir é que se a gente levantar voo da Portela temos a resposta afirmativa connosco.” Ele olhou para mim: “Você joga muito forte à minha custa.” Penso que a única questão que existia era a de Paris.³¹

Soares não negará as incertezas que então o atravessaram: «Tinha dúvidas quanto à viabilidade ou ao êxito da iniciativa? É bem possível: quem não tem dúvidas? Mas isso não me fez hesitar. Em nenhum caso.»³² E Coimbra Martins confirmará que a orientação dele recebida nesse sentido era prioritária: «A integração europeia era a diretiva mais importante. E vencer a ala do Partido Socialista francês não colaborante com Portugal e com a linha do Mário Soares. O que até me pôs em situações difíceis, com ele a dizer-me: “O Mitterrand gostava muito que você fosse a casa dele, na *rue* de Bièvre, e à “peregrinação [passeio campestre, conhecido ritual do presidente francês].” E eu: “Não posso, fico lixado perante o Giscard. Então sou embaixador de Portugal e vou para a escalada com o Mitterrand?” Não dava.»³³

Ainda em fevereiro houve uma primeira viagem a Londres, Dublin, Copenhaga e Roma, e um mês depois a Bona, Haia, Luxemburgo, Bruxelas e Paris. Soares e comitiva foram sempre recebidos ao mais alto nível, sentindo bom acolhimento.³⁴ Medeiros Ferreira explicará a estratégia do percurso: «Tínhamos organizado as duas viagens com um conceito. Primeiro íamos aos países mais fáceis, e vínhamos da primeira ronda já confortáveis. Quando na segunda volta fôssemos a França, já estava cercada de países que diziam que sim. Se percebêssemos que Giscard fosse dizer que não, arranjávamos um pretexto para não ir, mas a resposta foi sim. A partir da resposta sim, Mário Soares percebeu que havia uma questão a dirimir entre ele e seu ministro dos Negócios Estrangeiros: quem é que tinha feito a estratégia do pedido de adesão? Quem recolhia os louros?»³⁵

Na véspera da primeira viagem, o chefe do governo espanhol, Adolfo Suárez (1932-2014), que liderava o processo de transição democrática no país vizinho, telefonou a Soares para lhe dizer que seguira o seu conselho (recebido três meses antes durante uma visita a Lisboa) de legalizar o Partido Comunista Espanhol e que poderia transmitir essa informação às capitais europeias. O que, para o primeiro-ministro português, significaria que Portugal iria trilhar ao lado de Espanha o caminho para a integração europeia.³⁶

O pedido português de adesão foi apoiado no parlamento por todas as forças à direita do PS mas rejeitado pelo PCP e a UDP (União Democrática Popular, partido de extrema-esquerda que mantinha um deputado em São Bento desde a Constituinte). A 5 de abril, o Conselho de Ministros da CEE, reunido no Luxemburgo, decidiria dar início ao processo de integração de Portugal.

Ao nível da administração, a procrastinação, como no caso do confronto Medina Carreira/Sousa Gomes, ou o princípio de «dormir sobre o assunto», para usar a expressão do próprio Soares, era algo que começava a ficar associado à personalidade do governante. Convencê-lo da urgência de um tema podia ser uma arte, como relatará Bernardino Gomes: «Ele tinha de facto essa ideia de dormir sobre o assunto. As coisas eram muito difíceis de gerir – o doutor Soares não cumpre, é um bocadinho caótico às vezes. Era difícil porque, por vezes, as coisas acumulavam-se. Não lhe apetecia ouvir aquilo. “Tem aqui um problema complicado.” “Amanhã.” “Tem de ser agora.” “Hoje não posso.” Depois eu lá conseguia meter aquilo de repente. É o método que ele tem de ter, que os líderes têm de ter. Não tem tempo.»³⁷

Outra característica que desde cedo se lhe colou à pele foi a indisponibilidade para estudar as questões a fundo, tendência logo notada pelo seu professor Adelino da Palma Carlos: «A impressão que tenho dele é de que não gosta de estudar os dossiês.»³⁸ Contará a esse respeito Bernardino Gomes: «Lembro-me de que grande parte daqueles relatórios sobre planeamento, da Manuela Silva, aquilo a que depois se veio a chamar Grandes Opções do Plano, que eram para aí uns cinco, de uma grande altura, nunca saíram

de cima da minha secretária.»³⁹ Este colaborador confirma a ideia, depois muito difundida, de que Soares exigia que tudo lhe fosse resumido numa folha A4 – caso contrário não leria –, mas acrescenta que nunca foi um problema ou uma insuficiência: «Era apenas uma coisa interna, de gestão.»⁴⁰ Alfredo Barroso, então chefe de gabinete do primeiro-ministro, também não podia deixar de lhe conhecer o hábito: «Eu sabia muito bem que ele não se dava ao trabalho de ler tudo. Dizia-me: “Escreve-me uma coisinha pequena, com uns apontamentos, para eu falar com este e aquele.” Nem era uma folha A4, era menos.»⁴¹

Um membro de um dos seus governos recordará, sob anonimato, que, durante um complexo debate de natureza económica, Soares ficou à margem do âmago da discussão: «Deparei com uma certa incapacidade dele para ver o alcance dos argumentos utilizados. Parecia possuir alguma dificuldade em compreender os problemas económicos, com as suas múltiplas implicações.»⁴² Mas o próprio guardará uma memória diferente dos estudos que teve de fazer como primeiro-ministro, rejeitando a ideia de que confundir números (outra das facetas da sua imagem) lhe atrapalhasse o rigor do raciocínio: «Fui até obrigado a ler demasiados dossiês. E eu prefiro livros aos dossiês, isso é exato! Algumas vezes, em discussões, terei confundido o dólar com o escudo ou trocado os milhões com os milhares, não o nego. Mas as pessoas não ignoravam que, quando me pronunciava sobre uma questão, sabia do que falava.»⁴³

Se havia porém um terreno sobre o qual Soares não adiava decisões era o da política. Com a noção de que o poder de antecipação pode ser crucial em confrontações dessa natureza, não hesitou ao deparar com ameaças ou cenários de crise no seu relacionamento com alguns ministros.

O primeiro caso surgiu com o titular da Agricultura. O que sucedeu no II Congresso do PS, realizado em Lisboa em outubro de 1976 (durante o qual se filiaram no partido, a convite do secretário-geral, Almeida Santos, Eduardo Pereira, Sousa Gomes e Rui Vi-lar), não teria história para uma formação política recém-instalada no governo, não fora pela dissidência à esquerda anunciada por

Lopes Cardoso (e ainda pela expulsão de uma minúscula infiltração trotskista). Tratava-se da continuação do esforço de Soares em recentrar o partido, embora já nada comparado com o que sucedera quase dois anos antes com Manuel Serra, como concluirá o secretário-geral desta «cisão, de amplitude moderada, que em nada enfraqueceu o PS – antes pelo contrário... suscitou uma clarificação oportuna.»⁴⁴ Mas era um sinal de que no seio do governo poderiam existir diferentes perspetivas na abordagem de certos dossiês, como na verdade viria a acontecer com a política agrícola para o Alentejo, onde as propriedades continuavam em grande parte ocupadas. Já então, com efeito, estaria afetada a confiança do primeiro-ministro numa figura que de resto estimava:

Sempre gostei muito do Lopes Cardoso, um tipo competente, seriíssimo, com uma visão bastante de esquerda, mas uma esquerda que achava sempre que estava à minha esquerda. Eu também não me importava que ele achasse isso, não me fazia nenhuma diferença. Mas quando percebi que ele estava realmente numa situação de impasse e que contemporizava com a reforma agrária dos comunistas, que era uma farsa – criaram as chamadas cooperativas mas era o PC que mandava naquilo –, disse-lhe: “Isto não pode ser assim, e tal e tal, isto tem de ser assado. Você aí tenha lá paciência, mas a política é pôr-se menos ao lado do PC.” Só que ele era um tipo que tinha um certo complexo de nunca ter sido do PC – mesmo no tempo em que eu era comunista, ele não era. Isso não teve importância, mas a certa altura ele começou a não fazer. E eu e o Henrique de Barros – que era uma autoridade em matéria agrícola e me ajudou muito (e ninguém pode acusá-lo de ter sido um homem de direita, só que tinha critério, tinha saber e sabia que aquilo era uma balbúrdia) – começámos a verificar isso. Ninguém podia entrar no Alentejo a não ser os comunistas; eu próprio tinha dificuldade em parar em terras alentejanas. Havia chatices, insultos, ameaças e o diabo.⁴⁵

A percepção de Soares ia no sentido de que até havia condições para a reforma:

A minha ideia era mudar para uma política mais anticomunista e mais ligada a uma visão socialista das coisas, com liberdade e sem ocupações, etc. E então o Cunhal aí também deu uma achega positiva, porque conseguiu aceitar o princípio das reservas em cada caso, o que deu uma certa acalmia àqueles latifundiários que ficaram com as casas e com um bocado de terra mais ou menos grande à volta das casas; não perderam todas as coisas que estavam ocupadas. Foi um princípio, mas eu disse ao Lopes Cardoso: “Você vá para casa e pense nisso.” No outro dia, que era de Conselho de Ministros, ele antes da reunião, no meu gabinete, estando só nós os dois, disse-me: “Ó Mário Soares, tenho uma coisa para lhe dizer. Se me pudesse atender antes do Conselho de Ministros...” E eu: “Sim senhor, começamos o Conselho de Ministros meia hora mais tarde. Faça favor de dizer.” “Tenho aqui uma carta que lhe quero apresentar.” Era a pedir a demissão, mas em tais termos que percebi que ele queria ficar. E eu disse-lhe: “Bem, Lopes Cardoso, você pede a demissão e eu aceito.” O gajo ficou para morrer, nunca esperou que eu aceitasse. Estava à espera que eu dissesse: “Não faça isso, vamos fazer aqui um acordo entre nós, toma lá, dá cá.” “Ah, mas você aceita a demissão?” “Claro que aceito. Amigos como dantes, ó Lopes Cardoso.” Ficou um bocado desamparado e ficou chateado.⁴⁶

Soares colocará todas as responsabilidades no ministro, acusando-o de tergiversar quando havia que ser determinado: «Lopes Cardoso hesitou. [...] Conhecia bem o absentismo dos velhos agrários e era sensível a alguns argumentos que lhe chegavam do lado dos partidários da “reforma agrária”. [...] Havíamos chegado a um ponto em que [eu] não tinha alternativa.»⁴⁷

Na escolha do substituto, António Barreto, Soares procurou quem mais se identificava com os seus propósitos para a reforma agrária:

Eu tinha ouvido no Conselho de Ministros o Barreto a discutir bem a favor da minha tese e contra a tese mais radical do Lopes Cardoso. Chamei-o e disse-lhe: “Ó Barreto, você tem aqui uma oportunidade. O Lopes Cardoso demitiu-se e eu aceitei,

e portanto você assuma a pasta da Agricultura.” E assim foi [tendo Barreto sido substituído na pasta do Comércio pelo professor universitário Carlos da Mota Pinto (1935-1985), um fundador do PPD que entrara em rutura com Sá Carneiro]. Ele começou a ver aquilo, rodeou-se de técnicos bons e propôs-se então fazer uma nova lei, a chamada lei Barreto. Que os comunistas puseram em toda a parte, escrevendo “fora a lei Barreto” em todas as paredes de Portugal.⁴⁸

A nova lei da Reforma Agrária constituía um dos três pilares legislativos – juntamente com a lei da delimitação dos setores público e privado e a lei das indemnizações aos proprietários expropriados pelas nacionalizações – com que Soares procurou fazer assentar, no I Governo Constitucional, o retorno a uma economia competitiva e de mercado: «Fui dos primeiros socialistas europeus a defender que o socialismo democrático era perfeitamente compatível com a economia de mercado e com o respeito pelas suas regras, embora também sempre defendesse que era indispensável que o Estado funcionasse como o corretor natural das desigualdades provocadas pelo mercado.»⁴⁹

Apesar de estas e outras reformas agradarem mais a quem se situava à direita do PS, Soares temia, em finais de 1976, que os partidos de Sá Carneiro e Freitas do Amaral, votando contra a proposta de Orçamento do Estado do ano seguinte, pusessem em perigo a continuidade do seu governo, resolvendo por isso pedir socorro a Cunhal. Mas, depois de lhe darem a mão, os comunistas acabaram por se remeter à oposição, ao descobrirem o conteúdo dos diplomas de fundo que o primeiro-ministro tencionava propor, conforme relato que fará Carlos Brito, então líder da bancada parlamentar do PCP:

No dia de Natal de 1976 recebi um recado da sede central do Partido [Comunista], informando-me que o primeiro-ministro, Mário Soares, tinha telefonado dizendo que queria contactar com toda a urgência a direção do nosso partido. Fiz as diligências necessárias para fazer chegar o recado ao secretário-geral e este foi da opinião que eu próprio entrasse

imediatamente em contacto com o gabinete do primeiro-ministro para nos inteirarmos do que se passava. Foi Mário Soares que fez questão de me receber e me informou de que tinha informações seguras de que o PPD e o CDS se preparavam para chumbar o Orçamento e o Plano, o que deixaria o governo muito fragilizado. Nesta situação, propunha abrir uma negociação com o PCP para que este viabilizasse com o seu voto os dois diplomas. [...] Cunhal defendeu que se aceitasse a proposta e se iniciassem as negociações, pois entendia ser fundamental que Soares nunca pudesse justificar os seus acordos com a direita por falta de vontade do PCP para negociar com ele. De imediato constituímos uma delegação do nosso grupo parlamentar [...] que negociou com uma delegação do governo (Jorge Campinos e Manuela Silva) a elaboração de um acordo, que obteve a concordância do primeiro-ministro e de [...] Álvaro Cunhal. [...] Tratando-se de um acordo de incidência parlamentar, devia ser assinado pelos dois líderes [das respetivas bancadas]. [...] Zenha, [...], porém, ao ler o texto, pediu desculpa e declarou que não assinava, pois desconhecia o enquadramento da negociação. Um pouco depois, encontrando-se a sós comigo, explicou-me que não assinava porque o PS não ia cumprir aquelas normas relativas à defesa das empresas intervencionadas e nacionalizadas, ao controlo de gestão e à reforma agrária, etc. O acordo foi assinado por qualquer outro dirigente do PS. Não tardou a revelar-se que Zenha tinha inteira razão. Passado pouco tempo, o governo apresentou um “pacote” de propostas de lei que atingiam gravemente todas as principais transformações revolucionárias: a lei de delimitação dos setores, contra as nacionalizações; a lei Barreto, contra a reforma agrária; a lei sobre os direitos dos trabalhadores, contra o controlo de gestão; a lei das indemnizações; o código dos investimentos estrangeiros [...]. Era a “contrarrevolução legislativa”, como foi designado pelo grupo parlamentar do PCP.⁵⁰

Pelo seu lado, o liberal João Salgueiro (n. 1934), que fora subsecretário de Estado do Planeamento no governo de Marcello Caetano e que agora estava próximo do PPD (a que aderiria pouco depois), relevará as reformas económicas de Soares: «O I Governo

fez medidas válidas, como a criação dos contratos precários, que vêm daí. Senão, iríamos estar muito mais tarde com uma taxa de desemprego idêntica à de Espanha. Curiosamente, as leis eram aprovadas numa linguagem ao contrário da sua intenção: a lei da Reforma Agrária era para limitar a reforma agrária, a lei da delimitação dos setores era para abrir o sector privado... Foi pena não ter ido mais longe, por Soares não ter a noção de que a economia não funciona se não houver vontade de investir.»⁵¹

Pelo seu simbolismo, assinalar-se-á a forma como Soares aceitou então dialogar com dois dos maiores expropriados de 1975, Jorge e José Manuel de Mello, quando lhe pediram audiência: «Convidei-os para almoçar em Nafarros. Falámos longamente sobre a situação económica portuguesa e o papel que cabia aos empresários. Encorajei-os, bem como a muitos outros, a prosseguir as suas atividades. Dei-lhes garantias. Sempre que ia ao estrangeiro, uma das minhas preocupações era dialogar com os empresários e os quadros que se tinham refugiado na Europa ou no Brasil, pedindo-lhes para regressarem a Portugal.»⁵²

Foi, com efeito, o que fez no Brasil em dezembro de 1976, durante a primeira visita de um estadista português ao grande país sul-americano após o 25 de Abril, rodeada, aliás, de alguma polémica por se manter em Brasília a ditadura militar instaurada em 1964 (controvérsia que o viajante amorteceu ao contactar durante a viagem uma vintena de oposicionistas brasileiros, num encontro ocorrido numa residência particular do Rio de Janeiro até às 5h00 da manhã⁵³). Soares quis aí dialogar, sobretudo numa grande reunião havida no Rio, com uma colónia portuguesa conservadora – à época reforçada por gente saída de Portugal com a queda da ditadura –, que olhava desconfiada para o novo poder em Lisboa: «Vivi, então, algumas situações de tensão perante centenas de refugiados portugueses, entre os quais se encontravam pessoas de elite, com peso e importância económica e social. Tudo acabou, finalmente, por sair muito bem, depois de uns tantos debates homéricos...»⁵⁴ A amplitude dos seus contactos com os empresários

saídos de Portugal estava contudo ainda um pouco limitada pelo espírito do PREC, como deixou transparecer numa declaração que terá proferido em Brasília: «Não vou negociar com os senhores Champalimaud e Espírito Santo [família proprietária do banco homónimo, nacionalizado em março de 1975], que no passado exploraram o povo portugueses.»⁵⁵

Idêntico quadro de hostilidade havia-se-lhe deparado meses antes em Newark, próximo de Nova Iorque: «Aí a plateia era diferente e composta, na sua grande maioria, por retornados das ex-colónias. Tratou-se de um comício que eles próprios organizaram. [...] Não se tratava já de uma sessão de esclarecimento, mas de insultos. [...] Durante mais de duas horas, pacientemente, do alto de um palco onde me encontrava sozinho, enfrentei uma plateia hostil, furiosa e virulenta, respondendo a toda a sorte de acusações relacionadas com a revolução e com a descolonização. Respondi a tudo. Não iludi nenhuma das questões. E posso asseverar que levei a melhor.»⁵⁶

Era verdade que, se algum traço de personalidade se realçava já em Soares, era a sua propensão para não virar costas a diálogos difíceis. Nessa medida, procuraria também fazer pontes com personalidades do antigo regime, mesmo que houvesse do outro lado mais ressentimentos do que do seu. Em agosto de 1977, entendeu comparecer na Sé de Lisboa para as solenes exéquias de Manuel Gonçalves Cerejeira (n. 1888), o antigo cardeal-patriarca da cidade conhecido pela sua proximidade a Salazar, para ouvir de uma mulher: «O senhor é um canalha. Não tem vergonha de estar aqui?» Ao que o primeiro-ministro terá apenas respondido, fleumático: «Minha senhora, por caridade...»⁵⁷

Mas, das várias frentes políticas em que se dispôs a combater, aquela que Soares consideraria mais inesperada seria a da Presidência da República – admitindo a sua tese de que havia desse lado a intenção de abrir fogo contra o I Governo Constitucional. Foi essa a conclusão que os socialistas tiraram do discurso de Ramalho Eanes comemorativo do 25 de Abril em 1977, onde o Presidente

– eleito com a indispensável ajuda do PS – criticou a lentidão das reformas e exigiu de quem de direito maior empenho nas ações com vista ao desenvolvimento e à modernização do país.

Até essa data consideraria Soares: «Eanes foi um Presidente que cooperou lealmente com o governo, com o PS e comigo em particular, como seu primeiro-ministro.»⁵⁸ Mas o líder socialista, interpretando o discurso de Eanes como dirigido a si e ao seu executivo, viu aí um ponto de viragem: «Foi o princípio das hostilidades. [...] Eanes fez um discurso altamente injusto e inaceitável para alguém que, como ele, conhecia por dentro as dificuldades. [...] Essa intervenção deixou o PS revoltado, magoado, profundamente perplexo. [...] Não quis, naquele momento, abrir um conflito, que seguramente precipitaria o país numa crise gravíssima. Fiquei a remoer aquele discurso... engolindo em seco, contra o meu temperamento.»⁵⁹

Crente de que em política nada acontece por acaso, Soares parece ter ficado a partir desse momento particularmente atento a possíveis sinais de «conspiração» por parte de Belém, o que logo julgou ter detetado junto do seu ministro dos Negócios Estrangeiros.

Medeiros Ferreira constatara até a prévia consolidação de uma relação cordial: «Mário Soares convidou-me a mim e à [minha mulher] Maria Emília [Brederode Santos (n. 1942)] como únicos convidados do almoço de Natal de 1976 em Nafarro. No fim, tivemos uma conversa política em que ele me perguntou: “Como é que você vê a sucessão no PS?” E eu: “Não vejo sucessão nenhuma no horizonte. Daqui a 10 anos talvez.” “Ah, sabe? Em política às vezes as coisas são muito rápidas.” Penso que ele estava a fazer-me um teste qualquer. Mas foi inconclusivo.»⁶⁰

No entanto, as coisas mudaram depois de, em junho de 1977, Ramalho Eanes resolver enviar um emissário a Luanda para avaliar a situação interna do MPLA, após ter sido esmagada no mês anterior de forma bárbara, com o massacre de centenas ou milhares de pessoas, uma facção do partido chamada «Revolta Ativa», acusada de tentar desencadear um golpe contra a linha de Agostinho Neto.

O enviado era o capitão Armando Fonseca de Almeida (1938-2007, que fora do MFA de Angola), e o general justificará a iniciativa porque o oficial português «tinha relações privilegiadas com o MPLA», o que facilitava os objetivos da sua missão: «1.º, impedir que se liquidassem os portugueses que participaram ou se viram envolvidos no golpe; 2.º, ver como mitigar os problemas alimentares das pessoas em causa; e 3.º, dizer a [o presidente] Agostinho Neto, naquela fase difícil, que Portugal estava com o governo de Angola e condenava o golpe e os golpistas.»⁶¹

Tratou-se de uma manifestação de «diplomacia paralela» que desagradou ao primeiro-ministro mas não ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros, conforme narrará Medeiros Ferreira:

Eu tinha proximidade com Ramalho Eanes desde que em 1974 estivera na Cova da Moura, onde o conheci, mas não tinha nada que ver com o seu discurso do 25 de Abril. Eanes entretanto tem a ideia: “Eu gostava de enviar à capital de Angola um dos [antigos] oficiais do MFA de Luanda, o capitão Fonseca, para perceber melhor a situação, levando uma carta a Agostinho Neto.” Eu e Soares fomos juntos a Belém falar sobre o assunto, e antes da reunião ele diz-me: “O Eanes quer roubar-nos o protagonismo, mas não podemos aceitar que ele mande alguém a Luanda.” E eu respondo: “Por acaso aí estou em desacordo consigo, porque acho que as Forças Armadas estão mais bem colocadas do que nós para perceber o que se passa em Angola e até para estabelecer alguns passos necessários e em relação aos quais nós temos mais dificuldade, tendo em conta o contexto.” Na realidade, as informações recolhidas pelos nossos militares eram mais fiáveis do que as dos americanos. E ele: “Medeiros, veja lá isto, que pode ser uma coisa contra o PS.” Eu digo: “Não chega a ser. Já fizemos o pedido de adesão [à CEE], temos os nossos laços cimentados com a Europa Ocidental. Em relação às ex-colónias, acho que temos de utilizar mais meios, por uma questão de complementaridade. Por que não do Eanes?” Chegámos a Belém cada um a defender a sua posição. E isso marcou uma certa clivagem entre nós, embora também houvesse muita gente

interessada nela, como [Manuel] Alegre. A partir daí as relações entre nós arrefeceram. Não fui desleal nem sequer pouco transparente com ele. As ex-colónias tinham aquela ideia de que o PS e até a IS [para a qual Soares fora eleito, em novembro de 1976, como um dos vice-presidentes] eram agentes do capitalismo ocidental. E que eles tinham uma outra via, que não se sabia bem qual era, mas que era lá deles, aparentemente diferente. Também havia a propaganda dos nossos militares: até Melo Antunes – não vale a pena fazer dele um anjo – era contra o PS, contra o imperialismo ocidental. Isso também teve os seus efeitos. Enquanto o PS estava muito bem vocacionado para as relações internacionais com o mundo ocidental, já para o caso específico das relações com as ex-colónias, em particular Angola e Moçambique, havia anticorpos criados contra o partido – externos, como as características desses governos, e internos, com o PCP e os retornados a dizerem do Mário Soares aquilo que a gente sabe. Mas Eanes, que tinha raízes conservadoras, queria ter esse papel, e as Forças Armadas queriam, mais rapidamente do que nós até, melhores relações com África, para mostrar que a descolonização tinha sido útil e era boa para Portugal. Tentei explicar isso: para mim, Eanes era um aliado para as relações com África, um ponto de apoio para essa reaproximação.⁶²

Instalada contudo a desconfiança, o próprio Soares aderiu à diplomacia paralela, aproveitando em setembro uma visita particular de Manuel Alegre (então secretário de Estado da Comunicação Social) à capital angolana: «Pareceu-me oportuno enviar alguém a Luanda. Era preciso convencê-los a aceitar um diálogo mais aberto e franco com Portugal e com o seu governo legítimo.»⁶³ O líder socialista entenderá que, viajando o seu camarada «em missão partidária», «não tinha de prestar contas especiais ao Medeiros Ferreira».⁶⁴ O ministro não possuía porém o mesmo entendimento:

Eu tinha decidido ir a Angola quando as coisas estivessem normalizadas, com a embaixada a funcionar. Soares faz um discurso em Alenquer com muitos elogios a Alegre e sem nunca se referir a mim. Quando vi isso, pensei: “Bem, isto está a atingir

aquele ponto.” (Eu já tinha pedido a demissão uma vez, por causa da questão da Comissão de Acompanhamento da Adesão de Portugal à CEE, cuja tutela achava dever ser minha, mas Vítor Constâncio tinha-se predisposto a resolver o assunto e Soares também não estava nada interessado na minha demissão na altura, pois era praticamente em cima do pedido de adesão.) Posso ter cometido um pequeno erro: Soares não estava em Portugal, fez o discurso e foi não sei para onde [para a Grécia]. Eu podia ter de facto esperado que regressasse e falado com ele, mas falar com ele também era ainda um compromisso possível; achei que o assunto estava feito e escrevi a carta de demissão. Sou eu que tenho a iniciativa de me demitir: sou um institucionalista, o meu entendimento das coisas é assim. Eu era ministro nomeado por Soares. Enquanto fosse possível uma estada honrosa para ambas as partes – e digna e confortável –, muito bem. A partir do momento em que não o fosse (e eu e ele somos superintuitivos – até admito que ele seja um bocadinho mais, mas pouco), a minha atitude era irreversível – a não ser que Soares tomasse a iniciativa de falar comigo a sério dizendo que havia um equívoco. Quando ele chegou junto a Ramalho Eanes, disse-lhe: “Isto é muito simples, ou ele ou eu.” Eanes também não argumentou: “Veja lá, não quer chamar o rapaz?”⁶⁵

O chefe do governo recebeu a carta do ministro assim que desembarcou em Lisboa e Henrique de Barros lha entregou em envelope fechado (não estando Medeiros Ferreira no aeroporto a recebê-lo, como era da praxe). Leu-a já em São Bento, mas não reconhecerá que se tratasse de uma carta de demissão, iniciativa que quis ser dele:

Não apreciei nem o tom – um pouco impertinente – nem o teor, ou seja, as condições que me punha para continuar no governo. Além disso, julguei ver a mão de Eanes por detrás daquela inesperada atitude. Reagi de imediato. Pedi ao meu gabinete que me preparasse um decreto de demissão do ministro. Telefonei a Eanes comunicando-lhe, em tom cominatório, que necessitava de falar com ele naquele mesmo dia. Meia hora depois, estava em Belém. Quando lhe apresentei o decreto de demissão para

assinar, sem explicações prévias, Eanes ficou aflito [...]. O dilema – disse-lhe – era, para mim, extremamente simples: ou saía o ministro, ou saía eu. O Presidente, percebendo que eu estava em absoluto determinado, agarrou na caneta e, sem mais palavras, assinou o decreto de demissão de Medeiros Ferreira. Depois – mas só depois – expliquei-lhe, mais calmamente, por que razão jamais poderia aceitar a permanência no governo de um ministro que tentara pôr em causa a minha autoridade através da carta que me escrevera e que, de resto, lhe mostrei.⁶⁶

Alfredo Barroso testemunhou a quase instintiva reação do chefe do governo após ler a carta do titular dos Negócios Estrangeiros: «Mário Soares diz-me: “Olha, passa-se isto. Eu vou antecipar-me. Que achas?” “Acho bem, se não ele fica na mó de cima e Eanes a cantar de galo”.»⁶⁷ Foi como um xeque-mate a culminar uma partida de xadrez, na visão competitiva que Soares sempre teve da política: «No caso de Medeiros Ferreira, vi-me obrigado a reagir, saindo politicamente por cima. Por outro lado, Medeiros Ferreira tentou também testar a minha reação. Acho que avaliou mal a relação de forças existente: saiu-se mal...»⁶⁸

Mário Mesquita, então diretor do *Diário de Notícias*, que se mantinha próximo de Medeiros Ferreira por razões de afinidade pessoal (a que a comum origem insular não seria estranha), procurará uma explicação para o afastamento entre o chefe do governo e o ministro: «Mário Soares não deixava o ministro dos Negócios Estrangeiros atuar autonomamente por razões compreensíveis: a área internacional era onde ele se movia na oposição ao antigo regime e não é homem para detalhes, não aprecia muito minúcias, pormenores. Com ele é sempre o essencial. Por isso, aquilo deu para o torto. Medeiros Ferreira tinha uma ideia de política externa para Portugal que já vinha de Genebra, e não a via como continuidade da política da IS e da Europa. Um dos casos foi o reconhecimento diplomático de Israel: Medeiros Ferreira achava que não era a altura e Mário Soares impôs o seu ponto de vista».⁶⁹ (Durante uma visita oficial aos EUA em abril de 1977, o chefe do governo recebeu das mãos do embaixador norte-americano na

ONU, Andrew Young [n. 1932], o prémio da Liga Internacional dos Direitos Humanos, organização privada ligada ao «*lobby* judaico», segundo Rui Mateus, que lhe teria sido atribuído pela «decisão de reconhecer o Estado de Israel»⁷⁰).

O caso de Angola havia, aliás, estalado logo depois de o ministro ter estado nas Nações Unidas a tratar da questão israelita: «Em Nova Iorque fiz um brilharete, pois tinha conseguido diminuir as reações árabes ao nosso reconhecimento diplomático de Israel, a que nunca me opus. Só tinha pedido a Mário Soares que fosse discutido em Conselho de Ministros, onde eu dizia os prós e contras e o executivo decidia, para que fosse da responsabilidade ministerial. Até estava no programa do governo – não foi uma questão de fundo para nós. Mas depois ele disse a coisa de Israel contra mim [de que o ministro seria contra o reconhecimento], que era pura mentira.»⁷¹

A divergência de fundo radicava contudo na suspeita soarista de uma conspiração de Medeiros Ferreira com Belém, segundo a tese de Alfredo Barroso: «Mário Soares percebe, por um telefonema que faz, que Medeiros Ferreira está a arranjar um atrito combinado com Eanes, e apoiado por ele, para se demitir e arranjar um problema.»⁷²

A Medeiros Ferreira de nada adiantará negar essa conexão: «Em que é que Soares cria na altura? Que eu e Ramalho Eanes estávamos feitos, que eu estava em entendimento com o Presidente. É mentira, já lho disse várias vezes, mas ele insiste sempre.»⁷³

O líder socialista (que assumiria a título interino a pasta dos Negócios Estrangeiros) suspeitou ainda de outro ex-exilado em Genebra, António Barreto, como terá deduzido do Conselho de Ministros que convocou para a tarde do dia em que demitiu Medeiros Ferreira: «Barreto pediu a palavra para me comunicar que também ele estava a redigir uma carta para me enviar. Perguntei-lhe se queria ou não terminá-la e se tal facto viria a afetar a sua permanência no governo. Reconheceu que, mais uma vez, “o tinha batido em velocidade”. Acrescentou que a saída de Me-

deiros Ferreira era uma “perda” séria. Mas, dado que ela era já um facto consumado, entendia não dever levantar obstáculos, nem fazer mais nada. Ninguém mais se pronunciou.»⁷⁴

Considerará Soares quanto às suas suspeitas sobre o papel de Belém: «Eu sabia, já nessa altura, que Eanes alimentava conversas, se não conspirativas, pelo menos altamente críticas com alguns dos meus ministros. Deixara realmente de apoiar o governo.»⁷⁵ Noutra explicação posterior dirá mesmo que não tinha já dúvidas quanto a uma cabala eanista corroendo o terreno à sua volta:

Dentro do meu governo há uma conspiração a favor do Eanes, a conspiração dos [futuros dissidentes do PS e fundadores do grupo dos] Reformadores, com Medeiros Ferreira e António Barreto. Têm esse ferrete na vida deles: conspiraram com o Eanes. Quando eu começo a perceber que o Eanes era um tipo que usava um pau de dois gumes e que me queria atirar abaixo, começando a ter a ideia, que lhe davam, de que ele podia ser um [Charles] De Gaulle [1890-1970, presidente francês de 1959 a 1969] à portuguesa, eu percebi: “Vai-nos cair isto agora nas mãos de um militar, que é aquele tipo.” Apoiado por militares que ainda por cima eram meus amigos.⁷⁶

Uma intenção que, no entanto, Ramalho Eanes tratará de desmentir: «A “conspiração a favor de Eanes” com Medeiros Ferreira e António Barreto à cabeça não merece comentários. É pura ficção, como, de resto, o podem comprovar, quer um, quer outro. Aliás, devo acrescentar que se com Medeiros Ferreira tivera frequente convivência – pois, na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, se reunia comigo para preparar e receber as credenciais dos diplomatas estrangeiros –, outro tanto já não aconteceu com António Barreto.»⁷⁷

De qualquer modo, a animosidade face a Eanes reforçava o isolamento político do PS, que nas primeiras eleições autárquicas portuguesas, em dezembro de 1976, havia registado nova e acentuada descida nas preferências do eleitorado, evidenciando-se o seu desgaste no seio da opinião pública. É verdade que Soares procurara

convergências pontuais no parlamento, sobretudo com o PPD, para a aprovação de alguns dos diplomas económicos mais marcantes do I Governo Constitucional, como a reforma agrária e a delimitação de setores. O líder socialista levava até o seu partido a comunicar publicamente que o PS «nunca fechará a porta a nenhum acordo parlamentar ou extraparlamentar a nenhum dos outros partidos democráticos, e designadamente ao PPD [que, em congresso no outono de 1977, passaria efetivamente a PSD]» (criando este destaque acesa polémica interna).⁷⁸ Contudo, a ideia de uma Convergência Democrática, avançada pelo PPD em junho de 1977 e englobando os partidos da «maioria presidencial», foi liminarmente rejeitada pelo secretário-geral do PS, que não reconhecia a existência de tal maioria (a plataforma seria formada apenas pelos centristas e sociais-democratas, mas teria existência efémera).

Além disso, Soares considerava uma perversão do quadro constitucional o reforço que alguns pediam da componente presidencial, num sistema que se dizia semipresidencialista: «Sempre fui contra uma leitura presidencialista da Constituição – dado o espectro de poder pessoal, velha tendência portuguesa que sempre me preocupou – e, por isso, sempre privilegiei [...] um entendimento predominantemente parlamentar do texto e do espírito da Constituição.»⁷⁹

No plano governativo, o chefe do executivo substituiria ainda Marcelo Curto por um ministro mais à direita, António Maldonado Gonalves (n. 1935), através de quem – revogada entretanto a lei da unicidade sindical – «se conseguiu estruturar em bases sólidas e programáticas o movimento sindical independente de onde sairia a UGT»⁸⁰ Cunha Rego, por sua vez, saía do governo alegando cansaço (embora em privado afirmasse discordâncias com as políticas seguidas pelo primeiro-ministro⁸¹).

No fim de 1977 era evidente que Soares necessitava de alguma iniciativa para reforçar e revitalizar a sua ação governativa e a do seu elenco. A ideia consistiu em submeter ao parlamento uma moção de confiança: o que lamentou não ter feito ao início, faria agora.

Capítulo 24

O sucessor de si mesmo

«Passei à ofensiva»¹, resumirá Soares a sua atitude em finais de 1977. «O governo, politicamente, talvez tivesse perdido alguma credibilidade, embora tenha realizado um trabalho cabouqueiro de verdadeira salvação nacional. Mas, fazendo uma política patriótica de contenção financeira, era necessariamente impopular. Parecia cercado por todos os lados.»²

Começou por sujeitar à apreciação dos partidos e parceiros sociais um acordo estratégico de longo alcance para o desenvolvimento nacional: «O país precisava, como de pão para a boca, de uma política coerente, sustentada e internacionalmente credível. Mas uma tal política, restritiva no plano económico, era necessariamente impopular. Havia apoio para a prosseguir, ou não? Não estava disposto a gastar o capital de confiança – que o governo ainda tinha, sobretudo no plano dos auxílios internacionais – em inconsequentes jogos partidários e de poder. Portanto, a minha decisão era clara: cada um que assumisse as suas responsabilidades.»³

Sem obter reações à sua proposta, e estando já concluídas as negociações com o FMI – que passavam por um programa de austeridade com o presumível agravamento das condições de isolamento do governo –, Soares decidiu então procurar reforçar a sua legitimidade como primeiro-ministro através da aprovação de uma moção de confiança no parlamento: «Primeiro, elaborei um programa a dizer o que era preciso fazer. Não teve grande repercussão, e depois avancei mesmo com a moção. Eu quando

fiz isto já sabia que não tinha saída. Fi-lo para pôr o país perante a situação de que ou era eu ou estavam tramados. E portanto não me estivessem a chatear todo o dia no governo: parecia que eu estava ali por favor, por não ter posto a moção de confiança na altura própria, isto é, ao início.»⁴ Mais uma vez, Soares atirará responsabilidades ao Presidente da República:

Por que é que eu entrei em rutura? Porque o Eanes começou a lixar-me. Esta é que é a verdade. Quem elegeu o Eanes foi o PS. Claro que o PSD também contribuiu, e depois o CDS, mas contribuiu depois de nós termos decidido avançar com o candidato. Ele fez o discurso do 25 de Abril, etc. Fui deixando e engolindo, até que as coisas se puseram a jeito do meu lado. Porque em certa altura nós tínhamos chegado a acordo provisório com o FMI – já estava apalavrado –, mas eu é que sabia que os gajos [a oposição] me punham fora do governo assim que apanhassem a massa – o problema é esse. E é então que ponho a moção. Foi um golpe inesperado para aquela gente toda. Eu estava convencido de que ia ganhar.⁵

Para responder a tais desabafos, o general será levado a historiar todo esse período, justificando o uso de poderes presidenciais que julgou legítimos:

Na minha primeira eleição para a Presidência da República, o PS teve, é verdade, papel dominante. Resolveu, como se sabe, apoiar-me, depois de os militares, os chamados “moderados”, do Conselho da Revolução me terem designado para me submeter à eleição presidencial (com dois votos contra: o meu e o de Vasco Lourenço). O meu apoio político ao I Governo foi repetidamente solicitado por Mário Soares e repetidamente concedido. Lembre-se, a título meramente exemplificativo: a presença do primeiro-ministro no CR para apresentar o primeiro pacote de austeridade, que decidira adotar; a reunião no Palácio de Belém para operacionalizar a reforma agrária, com a presença de Mário Soares, do seu ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, e dos chefes do Estado-Maior dos três ramos (reunião que levou o ministro a demitir-se, por se recusar a fazer uso da coerção para se cumprir a lei); a ação desenvolvida

pelo Presidente da República para que a lei da reforma agrária conseguisse aprovação parlamentar. A acusação que Mário Soares me dirige não só não tem fundamento como revela que continua a perceber mal o papel, as funções e obrigações políticas de um Presidente da República num sistema de governo semipresidencial. Com um governo minoritário e, talvez por isso, sem estratégia, com entendimentos táticos ora à direita ora à esquerda, tardava a adoção de políticas que, para além de democraticamente pacificadoras e mobilizadoras, libertassem o país da crise em que mergulhara. Neste quadro, e tendo em consideração que constitucionalmente o governo dependia politicamente, também, do Presidente da República, cabia a este fazer uso, prudente mas oportuno, dos poderes de regulação, pressão e substituição do governo, se o exercício do governo e a situação do país assim o exigissem.⁶

Começada a discutir a 7 de dezembro, a moção de confiança seria votada já na madrugada de 8. Soares rejeitou negociar quaisquer votos que garantissem a sua viabilidade, como terá acontecido do lado do PCP: «Cunhal não queria votar contra. Nos dois dias anteriores à votação, mandou-me recados vários por telefone que diziam assim: “Telefone para o Cunhal, que está no partido, fale com ele, que ele chega a acordo consigo.” Queria pedir não sei o quê, queria fazer um acordo. Bastava só telefonar, era o que me disseram. E eu: “Não telefono, ele que diga o que quer, mas eu não telefono.” E não telefonei. Não telefonei a ninguém. “Isto é assim: ou querem ou votam como entenderem, agora é da vossa responsabilidade”.»⁷

Mas Freitas do Amaral revelará que Soares utilizou os tais recados do secretário-geral do PCP para pressionar o CDS a deixar passar a moção, ao enviar ao líder centrista um dirigente do PS para lhe comunicar: «O Mário recebeu há pouco uma mensagem do Álvaro Cunhal, com um determinado número de telefone, e com o seguinte recado: “Se até ao momento da votação o doutor Mário Soares ligar para este número [e mostrava um papel com um número de telefone], o PCP, mesmo sem qualquer contrapartida ou acordo político, votará a favor da moção de confiança”.»⁸

O mesmo mensageiro ameaçava que, se os centristas não viabilizassem a moção, Soares pegaria no telefone e falaria com Cunhal. A direção do CDS manteve porém inalterada a decisão, já tomada, de chumbar a moção de confiança.

No escrutínio, toda a oposição, à esquerda e à direita, acabou por votar contra, implicando o derrube automático do governo. Em 53 anos de vida, feitos a 7 de dezembro, Soares nunca havia recebido tal prenda de aniversário. Mas da derrota quis fazer uma vitória: «Deu-se esta coisa extraordinária: o PC votou com o CDS e toda a direita para derrubar o governo socialista. Era o que eu queria. Foi o meu grande triunfo, porque eu saí de lá triunfantíssimo.»⁹ Como explicá-lo? Por, apesar do imprevisto, se ter levantado a névoa: «Dada a aflitiva situação financeira do país – e com as negociações do FMI em curso –, julguei que não haveria coragem para, numa coligação negativa, contranatura, suspeitíssima, votar contra a moção proposta, derrubando o governo. Enganei-me. [...] Mas a apresentação da moção não foi um erro: clarificou a situação, obrigou a uma partilha de águas e de responsabilidades. [...] Perder era uma hipótese remota, porque me parecia inimaginável que o PC se aliasse à direita para derrubar um governo socialista! Perdi e ganhei a seguir, porque o Eanes não me pôde pôr na rua.»¹⁰

Na verdade, a AR não foi dissolvida por Belém, pelo que o PS continuava a ser o maior partido nela representado, de uma forma que impedia a formação de novo governo sem o seu consentimento. O general sabia-o e logo o transmitiu a Soares: «Para se formar o segundo governo, ele não tinha ninguém. Dizia assim: “Então como é que se faz isso com o FMI? Se o senhor se vai embora nós não recebemos o dinheiro do FMI.” Era tão simples como isto.»¹¹ A conversa decorreu logo após o chumbo da moção de confiança:

No dia seguinte fui a Belém: “Senhor presidente, venho apresentar a minha demissão em consequência da votação que perdi. E agora não é comigo, é consigo.” E ele: “Mas então como é que vai ser? E o PS?” “Isso agora deixou de ser comigo.” “Mas não pode ser.” Demorámos 15 ou 20 dias nesta

coisa; ele chamava-me de vez em quando e dizia-me: “Tem de ser.” E percebeu que qualquer outro governo estava tramado. Porque não conseguia ter uma maioria para governar. Apercebendo-se de que era uma coisa terrível para ele se não conseguisse formar governo, diz-me: “Você desculpe, mas tem de arranjar governo, e você é que é a pessoa, eu não tenho outra. Você, que ajudou tanto a minha campanha, tem de fazer isto, etc., etc.”¹²

Ramalho Eanes recusará caucionar esta versão do seu diálogo com o líder socialista: «Não quero comentar o registo discursivo que Mário Soares me atribui literalmente. Não creio que Mário Soares tivesse gravado as conversas que tivemos no Palácio de Belém, muitas das quais, aliás, constam de registos escritos de Belém (de todas as reuniões do Presidente da República com delegações partidárias e com parceiros sociais).»¹³ Mas sublinhará ter levado Soares a admitir constituir um novo executivo numa fórmula diferente: «Mário Soares só aceitou abandonar a solução política de governo unipartidário, do PS, quando, depois de derrotada a moção de confiança que apresentara no parlamento, eu entendi que – como a situação do país exigia e a situação e a lógica partidária e interpartidária, então existentes, aconselhavam – deveria exigir um governo de apoio parlamentar maioritário estável e coerente. Era meu entender que a solução governativa teria de ter como base o PS, como aliás, então, o afirmei, e como primeiro-ministro Mário Soares, em quem, então, ainda confiava...»¹⁴

Sensível à argumentação presidencial, o secretário-geral socialista achará porém ter cometido aí o seu segundo grande erro no exercício do poder: «O país inteiro ficou aflito com a queda do governo. O general Eanes [...] entendia que eu não poderia sair, tinha de formar novo governo, corria-se o perigo de um vazio institucional, de o acordo com o FMI ir por água abaixo... Era o espectro da bancarrota! E foi aí que cometi outro erro político muito maior do que o primeiro: por razões patrióticas, aceitei formar novo governo. Se não o tenho feito ficaria com um prestígio intacto e em situação de força, dentro e fora do PS.»¹⁵

Explicará o general que a saída encontrada não foi a mais previsível, mas a mais exequível: «Dada a situação interna do PSD, a solução desejável – um governo PS-PSD – não era possível. Situação essa que levou Mário Soares a negociar com o CDS um acordo de governo de incidência parlamentar.»¹⁶ Soares resumirá: «Por exclusão de partes, só me podia virar para o CDS.»¹⁷

Mas a ponte para os centristas surgiu de forma ocasional, por intermédio de António Alçada Batista: «Avistei o Alçada, estava ele à espera do elétrico, e nessa altura quase ninguém lhe falava, era um réprobo porque tinha escrito um livro sobre Marcello Caetano [*Conversas com Marcello Caetano*, 1973]. Era um tipo que oscilou ali entre nós e o CDS. Foi ele, com as ligações que tinha à democracia-cristã, que apresentou os tipos do CDS, que ninguém conhecia, aos democratas-cristãos italianos e alemães. Eu era amigo dele. Parei o carro: “Ó Alçada.” Ele ficou um pouco admirado: “Estou à espera do elétrico.” “Então venha no carro e vamos a conversar para baixo. Vou lá pô-lo.” Estivemos a conversar.»¹⁸ Soares terá então lançado ao outro: «Você é que podia ir dizer aos seus amigos do CDS se eles não querem formar um governo comigo...»¹⁹

Foi imediato o contacto telefónico do escritor para Freitas do Amaral, que logo comunicou a novidade a Amaro da Costa e a outro dirigente centrista, Basílio Horta (n. 1943). Soares salientará a cordialidade da relação que mantinha sobretudo com Amaro da Costa, que o convidara uma vez para jantar em sua casa depois de ter tido com ele uma altercação no hemiciclo, vindo o líder do PS a descobrir, ao chegar, que se tratava da celebração do aniversário do anfitrião: «Tive pegas com o Amaro da Costa no parlamento, mas gostava dele porque o achava muito inteligente, que o era de facto.»²⁰

O primeiro contacto foi apenas entre Soares e Freitas do Amaral, na noite de 12 de dezembro, em casa do primeiro. No seu relato, o líder centrista contará que faltou a eletricidade logo depois da sua chegada, tendo ambos estado a falar de trivialidades durante 15 minutos, até que a energia regressou e abordaram o objeto do encontro.²¹ Freitas mostrou abertura para o acordo governamental,

mas impôs como condição que Soares não fizesse qualquer tipo de entendimentos com os comunistas. O líder socialista ainda propôs: «É claro que eu também não os quero no nosso acordo. Mas gostaria de explorar com eles a hipótese de um “compromisso social”, de mera incidência parlamentar. Teria duas grandes vantagens: uma era ligá-los à política de austeridade que aí vem, para não provocarem agitação laboral; a outra era compensar à esquerda o acordo feito pelo PS à sua direita. Isto tem lógica, não acha?»²²

Contudo, os centristas, para além do prurido ideológico, tinham também problemas com o seu eleitorado, como respondeu Freitas do Amaral a Soares: «Lógica tem, senhor primeiro-ministro. Mas nós não podemos aceitar qualquer compromisso vosso com o PCP. Já é difícil, para muitas das bases do CDS, engolirem um acordo com o PS; agora, com o PS e com o PCP, é impossível.»²³

O PS ainda procurou, no entanto, algum tipo de negociação com o PCP, correspondendo a uma preocupação de Soares: «Eu sabia que era necessário haver alguma tranquilidade social para que a economia funcionasse em pleno e Portugal obtivesse credibilidade externa. Entendia, assim, que era útil dialogar com os comunistas, visto que ainda não era prática, na altura, fazer com os sindicatos ou com o patronato um acordo social.»²⁴

Os centristas, contudo, exigiram uma clarificação, e o líder socialista acabou por anunciar a rutura das conversações com o PCP, acusando os comunistas de radicalizarem as exigências à última hora, enquanto Cunhal denunciava as intenções dos socialistas, que para ele seriam, desde o início, de apenas fazer um acordo com o CDS.²⁵

Para os democratas-cristãos tratava-se da conquista da sua carta de alforria, como contará Freitas do Amaral: «Foi uma festa. O Amaro da Costa e o Basílio Horta exultavam de contentes, repetindo: Conseguimos! Conseguimos! Outros acrescentavam: em menos de quatro anos, é obra! E outros ainda: seremos o primeiro de todos os partidos portugueses a fazer coligação com o PS! E o que menos se esperava que o fizesse! Era um momento histórico para o

“pobre coitado” do CDS, que até ali tinha sido o bombo da festa.»²⁶

Do seu lado, Soares sentia também a volúpia do sucesso: «[Eu] estava numa posição muito forte quando formei o II Governo. Havia um vazio total e parecia que dificilmente alguém me poderia substituir. Tinha, além disso, a direção do partido comigo, apesar de algumas reticências nas bases. A opinião pública – apesar do desgaste dos últimos 18 meses – continuava a olhar-me como o político mais capaz de formar um governo consistente. Era de facto, politicamente, à minha volta que tudo girava.»²⁷

Se bem que o acordo tivesse sido aceite com relativa facilidade no seio do CDS, no PS – cujos militantes ainda se encontravam sob influência do período revolucionário – o remédio foi mais difícil de engolir do que Soares daria a entender:

O acordo com o CDS nunca foi referendado pelas bases do PS. Fazendo uso dos seus dotes oratórios e da sua capacidade de improvisação, Soares diria à Comissão Nacional do seu partido que se tornara “necessário, com muita flexibilidade e imaginação, encontrar uma fórmula governativa diferente que possibilitasse a constituição de uma maioria parlamentar estável... que não pusesse em causa o princípio, sempre afirmado pelo PS, de não fazer um *governo de coligação*”. As bases do PS eram esmagadoramente contra um tal acordo com o CDS, e a própria Comissão Nacional esboçaria desde logo indícios de grande contestação. Mas o secretário-geral controlava o partido com mão de ferro e, salvo raras exceções, ninguém teve coragem de se arriscar a perder o lugar. [...] Esquecera-se de que fora ele que, um mês antes, afirmara que um governo de coligação “viria ainda agravar as tensões sociais e regionais já existentes, radicalizando perigosamente a política nacional”.²⁸

O líder socialista tratou de ainda encontrar alguma compensação à esquerda: «Perante o enorme descontentamento do eleitorado socialista e em virtude da crescente contestação das bases, muitas das quais, pela primeira vez, começariam a tratar o seu secretário-geral com alguma hostilidade, Soares resolver tirar nova carta “da manga” para calar os contestatários, anunciando negociações para

a entrada em bloco do pequeno grupo de ex-dirigentes do MES, conhecidos como Grupo de Intervenção Socialista [GIS].»²⁹

O GIS (ou apenas Intervenção Socialista), que abandonara o MES pouco após a sua criação, havia-se situado à esquerda do PS e próximo do MFA em 1975, e não passava agora, sobretudo, de um grupo de reflexão. Jorge Sampaio, a sua figura mais proeminente, especificará as circunstâncias do convite que então recebeu de Soares:

A Intervenção Socialista achava que fazia a ponte entre o PS e o PC: tínhamos preocupações em falar com ambos. Fizéramos um colóquio internacional sobre a transição para o socialismo, que decorreu na Aula Magna [da Universidade Clássica de Lisboa], para onde convidei o PS. Fui falar sobre isso com Mário Soares, que me disse: “Vocês estão doidos da cabeça, deviam integrar-se no PS, andam para aí a perder tempo.” São aquelas coisas que se diz quando se está confiante, ou pseudoconfiante. E nós: que não podia ser assim. Vem o II Governo Constitucional e, aquando da sua formação, ele convida-me para ministro da Saúde [Assuntos Sociais]. Eu digo: “Não, porque a Intervenção Socialista tem uma posição de desagrado quanto à fórmula de governo encontrada.” (Nós fomos contra o governo PS-CDS). Hoje, se me perguntarem, sou capaz de ter pena. E é nessa altura que o doutor Soares, de facto, sabendo que estávamos a pensar na viabilidade do nosso caminho, nos convida para aderir. A mera presença do GIS já não fazia sentido, com os partidos estabilizados. Nós perguntávamo-nos: “Qual é o sentido disto? As coisas estão perfeitamente claras, temos de dar um rumo às nossas vidas.” Também na altura – sejamos pragmáticos – o Lopes Cardoso estava de saída [do PS], e portanto convinha aí uma rapaziada de esquerda. Mas, para ser justo, não se pode dizer que o doutor Soares não tivesse tentado desde sempre que isso acontecesse. E portanto serviu-lhe nessa altura. Há ali um conjunto de pessoas que faziam todo o sentido no PS; em 1978 ainda faziam mais. Nós, aliás, fizemos uma diligência junto do Lopes Cardoso para ele não sair do PS, é sabido. Aderimos talvez coincidentemente com a formação do [II] Governo [Constitucional]. Houve conver-

sas em casa do José Manuel Galvão Teles [também do GIS], porque vivia no Campo Grande por cima de Mário Soares, que subia depois do jantar para conversar connosco. Ele às tantas tem a célebre frase: “Então que é que vocês querem para aderir ao PS?” E nós a célebre resposta: “Não queremos nada; a única coisa é que queremos publicar que não estamos de acordo com esta fórmula de governo.” “Ah, com certeza.” Há umas 30 ou 40 pessoas da Intervenção Socialista que entram, algumas ficam lá. Entramos em conjunto, havendo quem entrasse mais tarde. Há um texto publicado em que dizemos que entramos no PS, achamos que é o caminho, mas não estamos de acordo com a fórmula governativa. Entramos todos nas secções com propostas assinadas – no meu caso, por Mário Soares e Salgado Zenha, pois tinha de haver dois membros do partido que rubricassem o pedido de adesão.³⁰

O processo negocial com o CDS foi perturbado a 11 de janeiro devido à súbita detenção pela Guarda Fiscal, no âmbito de uma ação anticontrabando, de um importante dirigente do PS, Edmundo Pedro, que era não só membro do Secretariado Nacional do partido como presidente do conselho de administração da RTP. Segundo as notícias logo divulgadas, Pedro conduziria um camião que transportava, além de, supostamente, eletrodomésticos não declarados ao fisco (segundo a imprensa da época), um lote de espingardas automáticas G3 e pistolas, que explicará às autoridades terem sido distribuídas ao PS durante as operações do 25 de Novembro pelos oficiais moderados encarregados de, nessa data, lançarem a ofensiva contra a extrema-esquerda militar. Soares interrompeu a formação do governo para presidir a uma reunião de emergência do Secretariado e interceder em favor do camarada:

Eu tinha a certeza de que ele não era nada contrabandista, porque tinha ido devolver as armas que nos tinham dado no 25 de Novembro. Eu dissera-lhe: “Agora que sou primeiro-ministro, você não pode ter aqui as armas, tem de as levar e devolver.” E ele tirou-as; as armas estavam não sei onde, tinha-as fechadas. Fizera-lhe uma rasteira: combinou com um general que ia

entregar as armas e o Eanes meteu a sua colherada, não sei bem como, mas meteu. Tinham lá, em vez dos que levavam as armas ao sítio de onde as tinham tirado, uns gajos que o prenderam por contrabando de armas. Fiquei furioso. Eu queria libertá-lo. Chamei o ministro da Justiça [Almeida Santos]: “Temos de libertar este gajo, que ele está inocente.” “Ai, não pode ser que tem uma ordem do juiz, mais isto e mais aquilo.” O ministro estava cheio de medo, não era capaz de resolver aquilo.³¹

«Responderei com factos que a comunicação social, na altura, apresentou, e com testemunhos de personalidades», defender-se-á Eanes das insinuações de Soares acerca de tema tão sensível:

A autorização para a entrega de armas ao PS, no 25 de Novembro, foi solicitada ao Posto de Comando, na Amadora, pelo general [Octávio] Galvão de Figueiredo [1919-1996], do Estado-Maior do Exército. Autorização que lhe foi concedida e transmitida pelo, então, tenente-coronel [Alípio] Tomé Pinto [n. 1936]. Autorização pela qual sempre me considerei o único responsável, pois, sendo eu quem chefiava o Posto de Comando, responsável era, nessa qualidade, por todas, mas todas, as decisões nele tomadas. Aliás, o plano de operações do 25 de Novembro, que previa essa hipótese de distribuir armas, tinha sido aprovado pelo chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e Presidente da República, general Costa Gomes. Logo no dia 11 de janeiro de 1978, o Estado-Maior do Exército emitiu o seguinte comunicado: “Nos acontecimentos de 25 de novembro de 1975, quando a liberdade do povo português foi seriamente ameaçada por uma tentativa de forças totalitárias que pretenderam instaurar, com o apoio de algumas unidades militares, os seus projetos ditatoriais, o Estado-Maior do Exército considerou necessário proceder a uma distribuição de armamento a elementos democráticos.”³² Acontecera que o “comandante do batalhão da Guarda Fiscal tinha sido autorizado pelo ministro das Finanças”, de então (a Guarda Fiscal era tutelada pelo governo de Mário Soares), “a lançar uma operação para detetar e dissuadir ações de contrabando. É no contexto dessa operação de combate à fuga ao

fisco que é apanhada a carrinha com as armas”³³. Aliás, na altura, a comunicação social referiu-se à detenção de uma viatura com armas e eletrodomésticos (Edmundo Pedro garantir-me-ia, mais tarde, não ter havido quaisquer eletrodomésticos). Tendo sido legitimada e assumida publicamente a distribuição de armas, pelo Estado-Maior do Exército, creio que teria sido razoável que “Edmundo Pedro tivesse contactado os responsáveis político-militares para lhes comunicar que estava na posse de espingardas recebidas no 25 de Novembro para serem devolvidas. Pelo mesmo motivo, não havia razão para ocultar o nome ou nomes de quem lhe tinha confiado as armas”³⁴. Em reunião comigo, Mário Soares pediu-me que o Estado-Maior do Exército declarasse saber que Edmundo Pedro ia entregar as armas. Respondi-lhe que [esse] era pedido que eu não poderia dirigir ao chefe do Estado-Maior do Exército [general Vasco Rocha Vieira (n. 1939)], até porque, conhecendo-o bem, ele o recusaria. Sugeri, na altura, a Mário Soares, que, se ele, primeiro-ministro, me dissesse que o governo tinha conhecimento de que Edmundo Pedro iria entregar as armas ao Estado-Maior do Exército, eu me encarregaria de transmitir a notícia ao chefe do Estado-Maior do Exército. Mário Soares achou que não queria ou podia fazê-lo. Terá decidido manter-se totalmente alheio à questão das armas que Edmundo Pedro tinha recebido enquanto dirigente do PS e aliado do Grupo dos Nove.³⁵

Pouco preocupado com a separação dos poderes executivo e judicial, Soares entendeu dirigir-se à cadeia de Caxias, onde se encontrava o detido:

Como ele [o ministro da Justiça] não conseguiu nada, eu vou como primeiro-ministro visitar o Edmundo Pedro, e obriguei todos os gajos da hierarquia, o chefe da polícia, o diretor-geral dos Serviços Prisionais, a terem de estar ali. Fui lá acompanhado pelos jornalistas, só para chatear, para dizer que ele estava inocente. E disse àquela malta toda: “Este homem está inocente, eu venho aqui manifestar isso, é uma armadilha. E eu agora quero ir ver o preso.” O chefe dos guardas, que era meu

conhecido, pequenino mas esperto, diz-me: “Senhor doutor, quer que eu mande vir o preso cá abaixo ou quer ir lá falar com ele?” “Está bem, vamos subir para ir à cela do Edmundo Pedro.” E, quando chego ao andar dele, quem é que vejo lá? O mesmo guarda cujo retrato o Pomar tinha desenhado quando estivemos presos em Caxias³⁶. E esse gajo não tem mais nada para dizer a não ser, voltando-se para mim: “Ah, também já cá estás outra vez?” E o outro, que vinha comigo: “Ó sua besta, está a falar com o primeiro-ministro!” E eu disse: “Deixe-o, que nós somos velhos amigos, abra lá a porta.” Abriu, e lá estive a falar com o Edmundo Pedro.³⁷

Com a aquiescência e o encorajamento do Presidente da República³⁸, o acordo de governo entre o PS e o CDS foi assinado a 18 de janeiro de 1978. Para manter certas aparências, foi oficialmente designado como um «acordo parlamentar de incidência governamental», ou seja, um executivo do PS que integrava alguns membros do CDS mas a título de independentes e era viabilizado no parlamento pelos democratas-cristãos (embora para a opinião pública, naturalmente, tivesse sido sempre o «governo PS-CDS»).

«Era mais oneroso para mim ter o chefe do partido no governo», concluiria Soares. «Preferi contar com ministros com uma carga partidária muito menos pesada.»³⁹ Desse modo, ficavam de fora não apenas Freitas do Amaral mas também o n.º 2 dos centristas, Amaro da Costa, conforme a explicação que, durante as negociações, Soares apresentou ao primeiro: «Quanto a haver ministros do CDS no governo, *cela va de soi [é natural]*. Só não poderão ser nem o senhor professor [Freitas do Amaral] nem o engenheiro Amaro da Costa, porque então toda a gente diria que isso era uma coligação formal, e nós prometemos, na campanha eleitoral de 1976, não fazer nenhuma coligação até 1980 [o fim da legislatura].»⁴⁰ Freitas do Amaral e Amaro da Costa declararam perceber a justificação e deram-lhe o seu assentimento.⁴¹ (Muito mais tarde, o líder socialista lamentará não ter colocado Amaro da Costa no elenco ministerial, confessando ter na altura tido receio da sua inteligência e da sua ambição⁴²).

O novo executivo foi empossado por Ramalho Eanes a 30 de janeiro, e para a memória coletiva ficaria retida a expressão «meter o socialismo na gaveta», utilizada por Soares durante a discussão parlamentar do programa de governo. Na verdade, ele terá querido significar o contrário, ao intuir as implicações políticas de uma aliança com o CDS: «Não quer isto dizer que estejamos aqui para meter o nosso socialismo na gaveta.»⁴³ Mas não por acaso a mensagem captada pela opinião pública foi a oposta.

O elenco contava com três ministros do CDS, que Soares dirá terem sido escolhidos por ele próprio e aceites pela direção centrista⁴⁴: Vítor de Sá Machado (1933-2002) nos Negócios Estrangeiros, Basílio Horta no Comércio e Turismo e Rui Pena (1939-2018) na Reforma Administrativa (havendo mais cinco secretários de Estado que os democratas-cristãos tinham direito a indigitar). O independente Firmino Miguel mantinha-se na Defesa. Os restantes governantes pertenciam à área socialista. Almeida Santos saía da Justiça para, na qualidade de ministro-adjunto do primeiro-ministro, aparecer como nº 2 do executivo. Do anterior governo continuavam também Sottomayor Cardia e Maldonado Gonelha, nas mesmas pastas, e Sousa Gomes, agora na Habitação e Obras Públicas. Os restantes eram caras novas como ministros, entre eles o engenheiro mecânico Carlos Melancia (n. 1927), na Indústria e Tecnologia, o gestor Manuel Ferreira Lima (1939-2001), nos Transportes e Comunicações, ou o jurista José dos Santos Pais (n. 1929), na Justiça.

Aproveitando as lições do seu primeiro governo, Soares resolvia agora juntar as Finanças e o Plano nas mãos de um único ministro, Vítor Constâncio, considerado o competente negociador do acordo com o FMI, que logo rematou com sucesso: «Foi um bom ministro, ao contrário de Medina Carreira, com aquela mentalidade que este teria mais tarde, embora na altura ele não fosse tão radical – mas também é verdade que estava aflito.»⁴⁵ Nesta matéria, dado o rumo que as coisas haviam levado, Medina Carreira não tivera de cumprir a sua promessa de se demitir no final do ano anterior: «Felizmente, o fim de 1977 coincidiu com a perda

da moção de confiança, em grande parte por causa do FMI. Foi preciso cair o I Governo Constitucional [para se fazer o acordo com o FMI]. Soares aprendeu quando foi obrigado a fazer a coligação com o CDS, porque o Fundo tinha de cá vir, mas nós não tomaríamos as medidas essenciais. Já na altura eu percebi que um governo monopartidário não tem condições para pedir um resgate financeiro internacional. Mesmo com maioria absoluta, não resolve os problemas, porque não se queima fazendo o que é preciso fazer, por não querer perder popularidade em favor da oposição.»⁴⁶

Para a pasta da Administração Interna Soares foi buscar o governador civil de Viana do Castelo, Alberto Oliveira e Silva (1924-2011). No entanto, segundo Alfredo Barroso, que se mantinha como chefe de gabinete do primeiro-ministro, «quando se está na fase de elaboração do programa, Oliveira e Silva percebe que não tem estaleca para aquilo, não aguenta a pressão, mas não tem coragem de dizer que não é capaz.»⁴⁷ O ministro foi então acometido por uma profunda crise psicológica, implicando uma expedita solução de substituição: «E quem encobriu aquilo foi o que seria seu chefe de gabinete, Nuno Godinho de Matos, e eu. Propus um substituto: Jaime Gama [então deputado]. Soares disse-me: “Mas é um miúdo [então com 30 anos].” Respondi-lhe: “É mais velho do que muitos que meteu neste governo.” “Se calhar tens razão.” E chamou-o.»⁴⁸

António Arnaut, que era vice-presidente do parlamento, relatará ter recebido também um convite precipitado de Soares para o executivo, tentando o primeiro-ministro procurado depois emendar a mão:

“Tens de ser ministro da Justiça”, disse-me ele. Respondi que não queria, sentia-me bem na AR. “Tens de ser, porque tenho uma missão que só tu és capaz de cumprir: acabar com a corrupção na Polícia Judiciária [PJ].” “Se tens essa missão e confias em mim, aceito. Vou cumprir o meu dever, nem que tenha de dormir na PJ.” Fui logo ao Ministério da Justiça falar com o ministro cessante, o Almeida Santos, que lá me deu os seus conselhos. Comecei a gizar um programa, incluindo a criação do

Serviço Nacional de Justiça – um defensor público para quem não pudesse pagar, com estatuto idêntico ao do acusador público [Ministério Público]. Passados três dias, Mário Soares manda-me chamar: “Tens de ir para os Assuntos Sociais.” Eu, que já estava arrependidíssimo de ter aceitado a Justiça, digo-lhe: “Então tinhas uma missão para me dar e já não precisas de mim para isso?” “Não, arranja-se outro, porque não tenho ninguém para os Assuntos Sociais. Jorge Sampaio e António Guterres [n. 1949, engenheiro, oriundo da Juventude Universitária Católica, militante do PS desde 1974, deputado] não aceitaram.” “Se não precisas de mim para a Justiça dispensa-me do governo”, disse-lhe eu. “Se não aceites, não formo governo. Tens um ministério onde podes mostrar que és socialista.” E aceitei ser ministro dos Assuntos Sociais, com a condição de criar o Serviço Nacional de Saúde [SNS]. Ele disse-me, porventura sem ponderar o risco que ia assumir, dado que se tratava de um acordo parlamentar de incidência governamental: “Está bem, tu é que sabes.” Eu tinha uma ideia, é evidente, quanto a direitos sociais, de saúde não sabia. “Nunca digas que não sabes nada de saúde”, determinou o Mário Soares. “Arranja um bom secretário de Estado da Saúde.” Pensei em Mário Mendes, médico de Coimbra, que estivera na origem da criação das carreiras médicas no início dos anos 60, e que me disse logo: “SNS, com certeza!” Mário Soares não me disse que tinha sido Eanes a vetar o meu nome para a Justiça. Quem depois me disse isso foram aqueles que foram sempre antieanistas, como o António Campos, etc.⁴⁹

Alfredo Barroso reiterará a versão do veto presidencial a Arnaut para a Justiça: «Sugeri António Arnaut a Soares para a Justiça, e ele convidou-o, mas Eanes não aceitou. Para os Assuntos Sociais, eu tinha sugerido Guterres, que não aceitou, arranjando uma série de desculpas – mas era por causa de Zenha, que ia ficar fora do governo, e Guterres achava que Soares estava a montar um esquema para Zenha ficar isolado, o que era um perfeito disparate, porque Soares queria que ele se mantivesse presidente do grupo parlamentar. Então Soares, para lixar Eanes, mete Arnaut como

ministro dos Assuntos Sociais, e é por isso que ele vem a ser o pai do SNS.»⁵⁰

O general negará porém ter levantado qualquer impedimento a Arnaut: «Da constituição do II Governo, apenas recordo que sugeri a Mário Soares António Barreto para a pasta da Agricultura. Sugestão que, soube depois, nem sequer terá sido transmitida àquela personalidade. Estranho, no entanto, que tenha recusado António Arnaut para a Justiça e o tenha aceitado para os Assuntos Sociais. Era, aliás, uma personalidade do PS que me merecia, que me mereceu sempre, a maior consideração. Foi com agrado e expectativa que o vi colocado à frente dos Assuntos Sociais, onde, aliás, realizou ação política de alto mérito. Só Mário Soares poderá esclarecer esta questão.»⁵¹

Continuar com Barreto na Agricultura e Pescas, em função do sucedido no anterior executivo, surgia de facto como uma solução não só lógica como fácil para pasta tão delicada. Eanes viria contudo a descobrir que, na mente de Soares, não estavam esquecidos os jogos florentinos de 1977: «Só tarde – já depois de ter deixado a Presidência da República – me apercebi de que terá sido essa efabulação conspirativa que terá levado Mário Soares a não convidar António Barreto para a pasta da Agricultura no II Governo Constitucional, convite que eu lhe sugerira apenas pelo facto de a António Barreto se dever a lei da Reforma Agrária e de eu o considerar, também por isso, a personalidade politicamente mais indicada para continuar a gerir os destinos da transformação agrária do país.»⁵²

Explicará Soares que Barreto manifestou dúvidas em continuar, um pretexto que o responsável pelo governo aproveitou logo, a pensar de facto na «conspiração» eanista: «Como eu próprio também não estava muito interessado em que ele permanecesse, resolvi substituí-lo.»⁵³ Problema maior foi encontrar o sucessor. Mas Salgado Zenha (que não teria a máxima das simpatias pela aliança com os centristas⁵⁴) acabou por propor um colega de escritório: o socialista Luís Saias (n. 1924). Para Soares, Saias «tinha o grande mérito de não ser conhecido», além de se tratar de «um homem

de muito bom senso, inteligente, grande e experiente advogado, com algum conhecimento prático no domínio da agricultura e das pescas.»⁵⁵ Aceitou a sugestão perante a surpresa geral, já que o nome não fazia parte da lista de ministeriáveis com que se especulava na praça pública.

O novo titular da Agricultura veio introduzir um fator de moderação na aplicação da lei da Reforma Agrária a que o Alentejo não estava habituado com Barreto, sob cujo mandato se haviam registado frequentes confrontos na devolução de terras aos antigos proprietários, com a intervenção constante da GNR. Soares desmentirá contudo que isso correspondesse a qualquer tipo de acordo secreto com os comunistas: «Não houve nenhum compromisso. O que houve, da nossa parte, foi uma séria tentativa para minimizar os efeitos socialmente negativos das atribuições de reservas. [...] Mas [...] sempre explicámos que não havia alternativa à lei Barreto, que seria persistentemente aplicada.»⁵⁶

Capítulo 25

A queda

O CDS mantinha-se intrigado com a súbita acalmia na frente alentejana, já que os seus dirigentes estabeleciam o contraste entre um PCP que agora «mostrava-se muito sossegado e criticava pouco [...], estava de veludo», com a posição «tremendista» nas vésperas da formação do governo, quando Cunhal, num comício, classificava como «autêntico crime» o acordo entre socialistas e centristas.¹

Mais inquieto ficou o partido democrata-cristão quando os seus quadros averiguaram no Alentejo que a entrega de reservas estava suspensa desde a posse do governo.² Ao pedir explicações a Soares num almoço a dois, Freitas do Amaral ouviu da sua boca: «A execução da lei Barreto vai prosseguir. Houve apenas uma certa pausa, para ver se serenamos os ânimos mais exaltados e se conseguimos dispensar a presença sistemática da GNR, que dá uma imagem “policial” do nosso regime. [...] A revolução ainda está muito fresca na memória de muitos trabalhadores. Os sonhos e promessas foram imensos, e a realidade custa a aceitar. Temos de proceder com serenidade e com cautela.» Como a refeição tinha lugar num restaurante com vista para o Tejo, o líder socialista apontou para a margem esquerda e prosseguiu: «Não podemos levantar aquela gente toda contra o nosso governo. Temos de dialogar.» Freitas queixou-se então de excesso de diálogo mas falta de autoridade, o que levou Soares a rematar: «Não se preocupe. Eu vou tratar disso. As entregas de reservas vão recomeçar.»³

Enquanto o CDS esperava o cumprimento da promessa, surgiu outra fonte de atrito, quando Arnaut quis avançar com a aprovação da lei do SNS (no cumprimento, aliás, do texto original da Constituição, que preconizava «a criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito»⁴). O presidente centrista queixou-se de novo a Soares, que o remeteu para o ministro da Saúde. Mas ao mesmo tempo, como contará Arnaut, ia pressionando para que fosse protelada a apresentação da iniciativa:

Na discussão do programa de governo, comprometi-me a apresentar o projeto de SNS no prazo de quatro meses. O CDS até bateu palmas. Ao fim de um mês, tínhamos o anteprojeto pronto para ser submetido a debate público. Aí, o CDS começou a ver que era a sério. Devem ter dito a Mário Soares: “Isto é delicado.” Então ele chamou-me: “Arnaud, o CDS está a levantar problemas. Vê lá, tem calma nisso.” Eu disse-lhe: “Ó Mário, desculpa, a minha palavra é esta: eu disse que apresentava em quatro meses, está feito. Os meus pais ensinaram-me a respeitar a palavra dada.” Ele falou comigo várias vezes, procurando que a apresentação fosse protelada, que se arrastasse para Freitas do Amaral apaziguar as suas hostes e que entretanto se aproveitava para ir aperfeiçoando o diploma. Disse-lhe que para mim era uma questão de palavra, mas eu também achava que aquela era uma oportunidade única. Soares então propõe-me que almoce com Freitas do Amaral, o que aconteceu no Hotel Tivoli, onde tivemos uma conversa muito cordial. Começou por me dizer que concordava com o SNS, que estava na Constituição, mas que o partido dele não aceitava porque era uma reforma socialista. E eu argumentei: “Professor, está na Constituição, no programa de governo. Fala em socialismo, mas é um socialismo cristão.” E ele: “Deixe ficar isso, tem muitas coisas para fazer, vá andando com elas.” “Não, eu comprometi-me, tenho de honrar a palavra.” Disse-me depois que eu não conseguiria fazer aprovar o diploma na AR.⁵

Arnaud chocou então o interlocutor, ao anunciar-lhe que não iria precisar da atitude favorável do CDS para fazer passar o projeto: «Eu tenho os votos do PCP.»⁶ Freitas do Amaral só podia

recorrer à arma final: «Se insiste com isso, está em causa a permanência do CDS no governo.»⁷ Ao que o ministro retorquiu: «Isso já é alta política, tem de falar com o Mário Soares, não comigo.»⁸

Por último, o CDS mostrava-se impaciente porque Soares não cumpria o que ficara acordado quanto à atribuição aos centristas de lugares na administração central e nas empresas públicas, e quando por fim o fez terá ficado aquém do prometido.⁹

Para tentar desanuviar a paisagem, os dois partidos realizaram uma cimeira a 26 de março, na qual Freitas do Amaral apresentou a Soares reclamações respeitantes aos três pontos de divergência, replicando-lhe o chefe socialista, depois de voltar a desmentir a existência de qualquer acordo com o PCP: «O CDS tem de compreender uma coisa: o PS é um partido de esquerda; não pode fazer uma política de direita.» O líder centrista respondeu com a ideia complementar: também o seu partido tinha de ser fiel à sua matriz de direita. Foram Almeida Santos e Jaime Gama, também presentes, que puseram água na fervura: «Temos é de governar por consenso. Temos é de cumprir o nosso acordo de governo.»¹⁰

O desconforto do CDS era porém cada vez maior. Freitas do Amaral reconhecerá que havia constrangimentos no seu próprio partido devido à aliança praticada com uma formação de esquerda.¹¹ Notava além disso que perdia eleitorado e que «era diariamente vergastado por todas as forças políticas e sociais à direita do PS», devido à participação da sua formação num executivo «claramente mais à esquerda» do que o anterior.¹²

No discurso comemorativo do 25 de Abril, Ramalho Eanes seria, em 1978, ainda mais violento para o governo do que no ano anterior, acusando-o veladamente de torpor e ineficácia. Ao fim da tarde desse dia, Soares e Zenha reuniram-se em casa do líder socialista com Freitas do Amaral e Amaro da Costa. O CDS, como aliado do PS na governação, também se sentia visado pelo mesmo Presidente da República que três meses antes impulsionara a formação do gabinete. Amaro da Costa defendeu que o executivo devia apresentar a demissão ao general, mas Soares reagiu: «O quê? Pedir a demissão? Mas para quê? O que é que vocês esperam alcan-

çar com o pedido de demissão do governo?» O dirigente centrista explicou que se tratava de uma manobra tática para reforçar o governo, já que, por ausência de alternativa, o Presidente não estava em condições de poder aceitar a demissão. Mas os socialistas não concordavam, tendo Zenha desabafado, após salientar a juventude e inexperiência política dos dois democratas-cristãos: «Olhem, quem tinha razão era o Salazar: o poder, quando se tem, nunca se larga!» Soares convenceu-os, optando por relativizar: «Não percebo por que é que vocês estão tão preocupados com o discurso do Eanes. Foi um discurso, e nada mais. Apenas palavras, é tudo. Daqui a uma semana, já ninguém fala nele.»¹³

Seria, no entanto, óbvio que o discurso deixaria marcas. A direção do PS reuniu de emergência e muitos aconselharam o líder não só a denunciar a intervenção presidencial como até a apresentar a demissão da chefia do governo, sentindo-se também o mesmo espírito no Conselho de Ministros.¹⁴

Soares resistiu, mas no íntimo remoía contra o general, que chegava a imaginar conluiado com os seus aliados: «Os tipos do CDS foram pressionados pelo Presidente. Quem queria atirar-me abaixo eram todos os três partidos – a direita e o PC – e o Presidente.»¹⁵

O líder socialista defenderá que, assinado o acordo com o FMI, tudo havia mudado. Não se notariam sequer sinais de forte rejeição social às medidas de austeridade, que Soares lançara sob o *slogan* «Temos de viver com aquilo que temos!» Haviam-se entretanto contraído dois empréstimos junto da banca comercial internacional, dispensando o dinheiro do FMI com vantagem (já que o crescimento da economia portuguesa nesse ano foi de 3,2 por cento do PIB, quando o acordo com o Fundo previa zero). O que, no entanto, não era suficiente no terreno político: «Começaram de novo a cair-me em cima toda a espécie de críticas, mas, desta vez, com a ajuda, mais ou menos explícita, de Eanes.»¹⁶ E para Soares o CDS fazia jogo duplo: «Recebido o *bago* [resultante do acordo financeiro] para nós repousarmos, toda a gente diz: “Isto agora é um alívio, vai tudo por aí fora.” Resultado: houve conversas entre Freitas do Amaral e Eanes, e o Presidente lançou-se, aceitou que o governo

caísse.»¹⁷ E insistirá: «Falei com Freitas do Amaral e ele disse-me: “Nós não podemos transigir, porque o governo está outra vez a avançar numa linha comunista.” E eu: “Ó homem, comigo em presidente do governo? Você sabe que isso nunca pode acontecer.” Mas eu depois percebi que eles queriam atirar o governo abaixo. E que tinham um compromisso com quem? Com o Eanes.»¹⁸

O general sempre desmentirá qualquer interferência desse tipo: «Como Diogo Freitas do Amaral poderá testemunhar, houve, realmente, conversas dele comigo, mas apenas para me dar conta das razões políticas que levavam o CDS a denunciar o acordo com o PS.»¹⁹ Também o líder centrista será omissos quanto a uma eventual combinação com Eanes. Explicará, ao invés, que a gota de água que o fez optar pela rutura com Soares, depois de todo o contencioso já acumulado, terá sido a votação na AR, a 15 de junho, pelo PS, o PCP e a UDP e com a abstenção do CDS (e o voto contra do PPD), de uma lei de proibição de «organizações fascistas». Não seria tanto o conteúdo do diploma que estava em causa, mas a aliança dos socialistas com os partidos à sua esquerda, em detrimento do parceiro de governo.²⁰

Mesmo assim, a confrontação com o PS só foi assumida a 8 de julho, durante um Conselho Nacional dos centristas, numa altura em que Soares passava férias no Alvor. Freitas do Amaral enviou um dirigente do CDS ao Algarve para comunicar ao chefe do governo que a rutura estava iminente: «Fiquei espantadíssimo: sempre tivera um bom relacionamento [com Freitas do Amaral], sempre o mantivera ao corrente da governação, reunia com ele frequentemente, nada fazia prever uma tal borrasca no horizonte...»²¹

A mais importante reivindicação saída do órgão dirigente do CDS era a substituição de Sias no executivo, mas Soares recusou: «No dia em que o fizesse, passaria o CDS a liderar o governo! Se Freitas do Amaral não quisesse romper, teria falado comigo, previamente e em privado, e, com alguma probabilidade, teríamos chegado a uma fórmula consensual.»²²

No dia seguinte, o líder socialista interrompia as férias para, acompanhado de Almeida Santos, se reunir com Freitas do Ama-

ral e Amaro da Costa na casa do presidente centrista na Quinta da Marinha, em Cascais, mas do encontro, apesar de se prolongar madrugada adentro, não saiu fumo branco.²³ Na mesma semana, o presidente do CDS recebia de Almeida Santos, durante uma recepção diplomática, a mais inesperada das propostas: colocá-lo como vice-presidente do governo, com a tutela sobre Saias, e com a garantia de que, no fim da legislatura, dois anos depois, Soares se candidataria à Presidência da República, apoiado pelos dois partidos, e Freitas do Amaral seria primeiro-ministro. Aturdido com plano tão ousado (que o interlocutor lhe apresentou como ideia sua), tê-lo-á rejeitado ali mesmo.²⁴

Uma das pessoas mais preocupadas com a irreversível rota de colisão entre os dois partidos governamentais era António Arnaut: estivera meio ano a preparar o diploma do SNS para concluir agora que talvez já não houvesse tempo para a sua aprovação e promulgação. Resolveu por isso recorrer a todos os expedientes possíveis – até às suas ligações maçónicas –, argumentando que não encontrava resistência da parte do primeiro-ministro:

Soares dizer-me: “Arnaut, estou aqui com um dilema entre continuares com a tua coisa e fazer cair o governo ou não ceder e teres de ir para tua casa.” Mas a verdade é que ele, que antes tinha tentado várias vezes persuadir-me a não avançar, nada me disse então. Eu já tinha apresentado o projeto no Conselho de Ministros, onde foi aprovado, com pequenas sugestões, por todos (incluindo os três do CDS, que o apoiaram entusiasticamente). O Vítor Constâncio é que levantava algumas reservas, por ser ministro das Finanças. Fiz pequenas alterações e o despacho ministerial a criar o SNS. Mas tive receio de que, mandando-o para o *Diário da República*, não fosse publicado enquanto eu ainda estivesse em funções, porque às vezes demora. Tive de me valer de um *irmão* para que fosse publicado a 29 de julho. Não disse a Soares nem a ninguém. O despacho vinculava os hospitais do Estado a abrirem os serviços a toda a população em regime de gratuidade e entrou em vigor. Só em dezembro de 1978 submeti a lei ao parlamento [com a assina-

tura como proponente, entre outros, do líder socialista, tendo sido aprovada em 1979 com os votos do PS, do PCP e da UDP e a oposição de sociais-democratas e centristas]. Soares não leu o *Diário da República*, mas depois falou-me disso a felicitar-me. Constâncio é que me disse: “Ó Arnaut, então vais publicar uma coisas destas? Já fizeste as contas ao que vai custar?” Respon-di-lhe: “As contas fazes tu, que és o ministro das Finanças.”²⁵

A heterodoxa atuação de Arnaut salvou *in extremis* o projeto quando parecia já condenado, uma vez que, a 25 de julho, o CDS rompeu o acordo com o PS, os seus três ministros abandonaram o governo e nessa tarde o Presidente chamou Soares e Freitas do Amaral a Belém, num derradeiro mas falhado esforço para conciliar os parceiros desavindos. O líder centrista lembrar-se-á de que Eanes acabara de assistir a manobras militares em Santa Margarida, e que estava ainda de camuflado, coberto de poeira e com óculos escuros. Começou em tom ríspido, em particular para com o líder socialista, sugerindo «que ele não tem sido um bom primeiro-ministro» e deixando implícitas responsabilidades suas na crise, o que levou Soares a preveni-lo: «Senhor presidente, é bom que, antes de discutirmos aqui a crise política, uma coisa fique bem clara entre nós. É que Vossa Excelência não é dono nem tutor dos partidos políticos, não é juiz num processo de que eu seja réu; e muito menos pode falar comigo como um general que dá ordens a um sargento.»²⁶ Freitas do Amaral informará então que já não há condições para a resolução das divergências.²⁷

Soares reconhecerá mais tarde que a formação desse executivo fora afetada por mais uma das suas falhas políticas desse período: «Cometi aí outro grande erro, porque se eu em vez de ter escolhido Sá Machado, que era um tipo ótimo, tivesse escolhido um gajo que gostava de ter sido ministro, que era o Amaro da Costa, ele não me tinha atirado o governo abaixo a seguir, como atirou [Freitas reivindicará porém para si a decisão²⁸]. É preciso não esquecer que era o início do sistema democrático, era a normalização da democracia. Eu não tinha experiência para aquela situação.»²⁹

O primeiro-ministro ainda tentou que o executivo de alguma forma se mantivesse, mas o Presidente recusou. Recordará Arnaut: «Soares foi ao Eanes convencido de que ele lhe dizia que o governo continuava, com uma moção de confiança posta no parlamento, mas parece que correu muito mal. Veio muito maldisposto. A diretiva é que nós continuávamos como governo de gestão.»³⁰

O líder socialista preferiria ter voltado ao modelo de gabinete minoritário, chegando a propor a Eanes nomes para substituir os ministros centristas, e em alternativa pedindo-lhe tempo para procurar outras fórmulas. Admitiu até uma aliança parlamentar com o PSD (ou pelo menos com a parte do seu grupo parlamentar que estava então em rutura com Sá Carneiro, por advogar alianças à esquerda e não à direita, como pretendia o líder social-democrata). A tudo o Presidente disse que não, mostrando-se contrário à permanência do líder socialista no cargo e instando a que resignasse. Soares respondeu-lhe não ver razões para tal, entrando num braço-de-ferro com o general:

[Eu] não fora posto em minoria no parlamento, nem haveria condições para que isso viesse a acontecer. [...] Preferiu exonerar-me. Concretizou, de resto, esse propósito sem sequer dissolver o parlamento, o que, no plano do estrito respeito pelas regras constitucionais, me pareceu muito pouco ortodoxo. Estava decidido a avançar utilizando a fórmula de um governo de iniciativa presidencial, tão discutível, negociada antes e nas minhas costas, em grande parte à revelia dos partidos. [...] Continuou a pressionar-me para que fosse eu a demitir-me. Como não me convencia, enviou-me emissários a Nafarros [...] para me convencerem. Sem sucesso. Membros do PS, na melhor boa-fé, também defenderam que o melhor – para se evitar o agudizar da crise – seria, talvez, eu apresentar a demissão. Opus-me determinantemente. Por uma questão de princípio, só sairia exonerado. [...] Ao demitir-me, desvendou claramente a vontade de concretizar governos de iniciativa presidencial e da sua exclusiva responsabilidade, à revelia do parlamento e dos partidos. Um passo muito perigoso...³¹

Eanes exporá outra versão, evidenciando as suas diligências para salvar o governo e descrevendo um errático líder do PS, que teria apresentado uma primeira renúncia depois cancelada:

Esquece Mário Soares que tudo tentei para evitar que a rutura PS-CDS se consumasse. Esquece, a propósito, que, em reunião que mantive, no Palácio de Belém, com ele e com Freitas do Amaral, tentei que se encontrasse um acerto de posições que assegurasse perdurabilidade à solução governativa PS-CDS. Esquece, também, que, invocando a denúncia do acordo governativo de incidência parlamentar PS-CDS, me apresentou o seu pedido de demissão, cuja correção política compreendi, e que aceitei. Esquece, ainda, que na reunião seguinte, comigo, voltou a insistir na situação de governo minoritário PS, apresentando o diploma de nomeação dos ministros para substituir os cessantes (seria interessante Mário Soares referir os nomes dos ministros que pretendia nomear). Disse-lhe que não percebia aquela sua iniciativa, tendo em conta o pedido de demissão que me apresentara, que eu aceitara e já comunicara a todos os partidos com assento parlamentar. Ripostou que pedira a demissão a título pessoal, mas que tivera, naturalmente, de ouvir o PS, que discordara. Disse-lhe, então, que me não avisara de que o seu pedido de demissão era a título pessoal e que carecia de ouvir o seu partido. E que, sendo assim, estava demitido.³²

«Eu não me quis demitir», acentuará Soares, nunca reconhecendo ter renunciado para depois recuar: «Primeiro, o Eanes pediu-me para eu renunciar: “Agora você vai demitir-se.” Respondi: “Não é caso para demissão, porque eu vou ao parlamento, faço ali um acordo e tenho a maioria parlamentar, o senhor vai ver.” Ele não quis e, por eu não me ter demitido, resolveu demitir-me. Não tinha outro caminho.»³³ Ou ainda: «Não aceitei demitir-me voluntariamente. Obriguei o Presidente da República a fazê-lo, com a responsabilidade que isso implicou. O pretexto invocado por Raimundo Eanes foi o de que o governo, com a saída dos ministros do CDS, tinha perdido a sua base de sustentação parlamentar. O que não chegou a ser comprovado, porque o parlamento nem sequer

foi ouvido. E, se fosse, o PS teria facilmente arranjado uma maioria, com independentes do PSD e talvez alguns do CDS.»³⁴

A sua exoneração deu-se a 27 de julho, ficando marcada pelas palavras que, após ouvir a decisão da boca de Eanes, proferiu aos jornalistas à saída do Palácio de Belém (repetindo a frase do Presidente da I República Manuel Teixeira Gomes [1860-1941] quando renunciou ao cargo em 1925): «Senti-me como um pássaro a quem abrem a gaiola.»³⁵ Era outro, contudo, o seu estado de espírito: «Fiquei zangado [...], maldisposto, furioso com o comportamento de Eanes... [...] Foi desleal e injusto, depois do que [eu] fizera – desinteressadamente e quase sem rede – pelo país.»³⁶

A propósito do comportamento de Ramalho Eanes, Soares haveria de falar em «presidencialismo», «concentração excessiva de poderes num só homem», «sidonismo», «cesarismo» ou até de um ato ilegítimo: «Ele cometeu o erro, até constitucional, de me demitir.»³⁷ E não deixaria de cobrar: «Foi sobretudo uma coisa moralmente inaceitável, porque Eanes foi eleito por nossa causa.»³⁸

Em alternativa, Ramalho Eanes tomou então a iniciativa de impulsionar a formação de um governo fora do âmbito dos partidos parlamentares, na esperança de poder ser viabilizado na AR. Convidou para o chefiar um antigo ministro de Soares: Nobre da Costa. Uma atitude logo condenada pelo líder do PS: «Ele [Ramalho Eanes] lançou-se nessa teoria dos governos de iniciativa presidencial, que é uma coisa inconstitucional, inaceitável e que veio a tentar de maneira desastrada. Como resultado, convidou Nobre da Costa, de quem eu até era amigo. Então falei com Sá Carneiro: “Isto é uma coisa antiparlamentar, para lizar os partidos. Você já percebeu que o Eanes quer ser Presidente da República de novo [num segundo mandato] com um governo presidencialista?”»³⁹

Do seu lado, Eanes lembrará as razões que o levaram a avançar para esta fórmula governativa, fazendo questão de descrever o contexto: «Estava excluída a solução de um governo PS de base parlamentar minoritária e não era possível nova eleição para o parlamento por falta de lei eleitoral e por não estar atualizado o

recenseamento eleitoral (a Lei de Recenseamento Eleitoral só seria aprovada na AR a 29 de agosto de 1978). Na verdade, seriam “necessários cerca de cinco meses (no mínimo quatro, em caso de sobreposição do prazo para a atualização do recenseamento e para a campanha eleitoral) para que se possam efetuar novas eleições”⁴⁰. Ora, a dissolução da Assembleia da República implicaria a simultânea marcação da data de novas eleições dentro do prazo de 90 dias. Não era, pois, possível dissolver, desde logo, a Assembleia.»⁴¹

Mas o general ia também buscar precedentes além-fronteiras: «O governo de iniciativa presidencial era uma solução que os sistemas de governo semipresidenciais europeus tinham já adotado com relativa frequência, como, aliás, é sobejamente referido p[elo jurista e politólogo francês] Maurice Duverger [1917-2014] na sua obra *Échec au roi*.»⁴²

A escolha do novo primeiro-ministro foi justificada pela «sua proximidade com o PS (fora ministro da Indústria e Tecnologia de Mário Soares)», o que no entanto – lamentaria Eanes – não seria suficiente para convencer o líder socialista:

Com Nobre da Costa pretendia-se dispor de um governo de personalidades (independentes ou pertencentes a partidos, mas não em sua representação), que concedesse tempo e oferecesse condições aos partidos políticos para constituírem uma solução governativa com apoio parlamentar maioritário ou, se ainda não acontecesse, para preparar eleições legislativas antecipadas (aliás, uma solução deste tipo – “governo de marca presidencial chefiado por uma personalidade independente, onde participassem representantes do PS e PSD” – teria sido já encarada, segundo o jornal *Expresso* de 2 de setembro de 1977, no artigo “Compromisso histórico será saída de emergência para a crise?”. Acrescentaria ainda este semanário que “o PS não se oporia a uma solução deste tipo e, segundo certos setores, poderia mesmo vir a preconizá-la”). Pretendeu-se, ainda, dada a gravidade da situação socioeconómica e política do país, um governo dotado de determinação, pragmatismo e eficácia, que fosse capaz de encontrar soluções adequadas. À delegação do

PS, constituída por Mário Soares, Jaime Gama e Jorge Campinos, foi dito, em reunião realizada a 8 de setembro de 1978, no Palácio de Belém, que o Presidente da República escolhera “um independente, com perfil tecnocrático, para que se não criasse tensões no interior dos partidos políticos, com capacidade negocial, experiência governativa e conhecimento de gestão administrativa”. Procurara ainda “que estivesse próximo do PS, ou com ele tenha colaborado, porquanto este partido deverá ter uma posição central, *dominante* na constituição do novo Governo.” Disse, em resposta, o líder do PS: “Quanto à figura indigitada para primeiro-ministro, manteve sempre boas relações com o PS, tendo sido um bom ministro da Indústria, executando a política então definida pelo governo, nomeadamente quanto a desintervenções nas empresas. Deixou o governo por razões de natureza pessoal e não por quaisquer divergências. Naturalmente que irá ter conversações com o PS para formação do governo e então será definida a posição do partido [...]. Reconheceu que o primeiro-ministro indigitado era um bom tecnocrata, mas, como o próprio expressou quando era ministro, *não percebia nada de política*, facto que poderá fazer duvidar da sua capacidade de negociação política. Contudo, o PS irá conversar com ele e só depois se verá.” Governo, o de Nobre da Costa, que foi constituído depois de longas conversas de Nobre da Costa com os partidos políticos, em especial com o PS. No discurso de posse do primeiro-ministro, o Presidente da República estabelece, entre outros, o objetivo de preparação das condições para que os partidos políticos definissem as possibilidades de um acordo interpartidário e, ao mesmo tempo, preparação de todos os instrumentos necessários à realização de eleições com total dignidade democrática (diz o Presidente da República no seu discurso o seguinte: “Não se verificando, entretanto, um acordo político que se traduza em estabilidade governativa e se, por outro lado, for derrotada a moção de confiança que este governo terá de apresentar à AR, logo que concluídos os trabalhos necessários à realização de eleições, serei forçado a concluir que os partidos políticos propõem, expressamente, a antecipação das eleições.”). Responde o primeiro-ministro, no seu discurso de posse, que era objetivo do seu

governo “facilitar um acordo entre dois ou mais partidos”, que pudesse originar um governo de coligação que, à semelhança do que existia na maior parte dos países europeus, assumisse a responsabilidade de governar o país. Mário Soares [ao designar a solução como “desastrada”] parece ter esquecido que Nobre da Costa não passou no parlamento dada a moção de rejeição apresentada pelo PS, com os votos desse partido, do CDS e da UDP, a 14 de Setembro (com 141 votos a favor do PS, CDS, UDP, [os dissidentes socialistas] Lopes Cardoso, [José] Braz Pinto [n. 1941], Vital Rodrigues [1920-?], Carmelinda Pereira [n. 1948] e António Aires Rodrigues [n. 1945] e [o general Carlos] Galvão de Melo [1921-2008, deputado pelo CDS, antigo membro da JSN], 71 contra do PSD e [dos dissidentes do PS] António Barreto e Medeiros Ferreira e 40 abstenções do PCP. Por ter sido aprovada a primeira moção de rejeição a ser apresentada na AR, não chegaram a ser votadas as moções de rejeição do PCP e do CDS). A aprovação da moção de rejeição transformava o executivo em governo de gestão, de assumida e responsável gestão, contrariamente ao que acontecera com o II Governo Constitucional, depois de exonerado.⁴³

Alegará o secretário-geral do PS que, nessa votação, não poderia ter sido outra a atitude do seu partido, e que a abstenção não era hipótese, pois a intenção era não «deixar passar o governo Nobre da Costa», apesar de ser, «na sua composição, bastante razoável»: «Os socialistas, após as circunstâncias da minha exoneração, por uma questão de princípio, nunca o poderiam fazer.»⁴⁴

Soares imputava tenebrosas intenções ao Presidente: «A partir de certa altura, Eanes teve, obviamente, um projeto de poder pessoal e tentou pô-lo em prática, empurrado por alguns dos seus conselheiros, que se foram tornando seus partidários. Saiu do papel de árbitro para entrar na arena político-partidária, deslocando o centro de poder político de São Bento para Belém.»⁴⁵

Mas a sua posição parecia também condicionada por mero capricho, já que a tal questão de princípio invocada para chumbar Nobre da Costa deixou de existir no argumentário soarista quando Eanes submeteu à apreciação do hemiciclo, nos primeiros dias de

dezembro de 1978, um novo governo de iniciativa presidencial, dirigido por outro antigo ministro de Soares, Carlos da Mota Pinto, que os socialistas desta vez viabilizariam através da abstenção: «Compreendemos que nem a opinião pública politicamente esclarecida nem o país compreenderiam que, pela segunda vez, assumíssemos a responsabilidade de vetar um governo. Perante o impasse governativo que então se vivia, ninguém nos perdoaria esse gesto. Tratava-se de uma pura questão de bom senso.»⁴⁶ Isto apesar de mais tarde Soares vir a considerar que a iniciativa de governos presidenciais «foi a ensaiar uma mudança de regime, [...] porque aquilo era anticonstitucional»⁴⁷.

Defenderá Eanes que a solução seria sempre provisória, devendo-se-lhe seguir outra, saída dos partidos: «Mota Pinto, dado o seu perfil político, com maior capacidade negocial que Nobre da Costa, foi escolhido para primeiro-ministro do segundo governo de iniciativa presidencial e empossado com a missão de constituir um governo que procurasse, com os partidos políticos, encontrar uma solução governativa, ou ser substituído logo que se tivesse encontrado um entendimento interpartidário suficiente para sustentar um governo de base parlamentar maioritária.»⁴⁸

Nos meses seguintes baixou o tom da conflitualidade entre o PS e Eanes, e no fim de 1978 Soares afirmou mesmo à RTP: «O PS poderá apoiar Ramalho Eanes nas eleições presidenciais de 1980.»⁴⁹ O líder sabia corresponder a um sentimento espalhado pelos militantes: «Havia uma corrente forte no partido que começava a inclinar-se para a reeleição de Eanes. Ele reaproximara-se do PS e mostrava-se disposto a negociar connosco, parecendo aceitar todas as nossas exigências.»⁵⁰

No seu III Congresso, em março de 1979, o PS, aparentemente pacificado, consagrou o líder sem oposição, reelegendo-o secretário-geral por 920 votos contra 25. Havia então uma nova geração de socialistas que começava a dar cartas. No conclave foi aprovado o programa estratégico «Dez anos para mudar Portugal», ideia de António Guterres produzida pelo próprio em articulação com Vítor Constâncio. Ao mesmo tempo, Jorge Sampaio era alvo de uma

promoção fulgurante: «Eu era claramente uma espécie de cabeça da coroa: saio desse congresso na Comissão Nacional, na Comissão Política, no Secretariado Nacional e depois deputado, como candidato em lugar elegível. Tive uma entrada no PS muito rápida. Causou engulhos, mas eu não era um recém-chegado à política.»⁵¹

Por essa época, Freitas do Amaral propunha uma frente englobando o CDS, o PSD, o Partido Popular Monárquico (PPM), os Reformadores e sociais-democratas independentes, mas Sá Carneiro recusava, exigindo o seu alargamento também ao PS. Ideia que, por seu turno, era rejeitada por Soares, temendo ficar «refém dos partidos que se situavam à [sua] direita»: «Teria como resultado fatal o esvaziamento do PS.»⁵²

Os líderes socialista e social-democrata entabularam na altura reiterados conciliábulos, e Sá Carneiro chegou a propor a Soares um projeto idêntico ao que Almeida Santos apresentara a Freitas do Amaral no ano anterior: «Pretendia que eu me apresentasse contra o general Eanes, e pretendia [...] fazer um acordo PS-PPD, que passaria, precisamente, por ser ele primeiro-ministro e eu Presidente da República. [...] Entendi que a situação não estava ainda suficientemente clarificada, em termos partidários, para ser possível constituir essa espécie de “bloco central” *avant la lettre*, firmado entre dois líderes, mais ou menos à revelia dos respetivos partidos...»⁵³ O presidente do PSD explicou-lhe então que não lhe restaria alternativa: «Deu-me claramente a entender que, se eu lhe recusasse a mão, ver-se-ia obrigado a virar-se para o CDS, na esperança de fazer o pleno da direita contra a esquerda.»⁵⁴

Soares não acreditava, contudo, que fosse possível o entendimento à direita, pois sempre julgara que os dois partidos rivalizavam mais do que cooperavam na disputa do mesmo eleitorado: «Eu estava convencido de que Sá Carneiro não chegaria a um acordo com o CDS...»⁵⁵ Terá sido, pois, de forma algo desprevenida que a 5 de julho viu ser assinado entre o PSD, o CDS e o PPM (a que se agregariam ainda os Reformadores) um compromisso pré-eleitoral de governo a que chamaram Aliança Democrática (AD).

O líder social-democrata, citado por Freitas do Amaral, havia posto as coisas nestes termos, numa reunião com membros do PSD que preferiam a aliança com o PS: «Conversei longamente, em encontros separados, primeiro com o Mário Soares e depois com o Freitas do Amaral. O primeiro falou-me sobretudo em questões de poder, e foi vago quanto às relações com o PCP; o segundo falou-me de um projeto de sociedade, que coincide em vários pontos importantes com o nosso. É por isso que vos proponho que optemos pelo CDS em vez do PS.»⁵⁶

O executivo de Mota Pinto havia caído no parlamento dias antes, com a derrota de dois documentos de fundo que propusera: o Plano (contra o qual o PS votou) e o Orçamento de Estado (que contou com a abstenção socialista). «O governo de Mota Pinto caiu devido à obstrução sistemática do parlamento à sua ação», precisará Eanes. «Foi isso que levou Mota Pinto a apresentar o seu pedido de demissão.»⁵⁷ O cenário de eleições intercalares (de forma a permitir acabar a legislatura de quatro anos, como então impunha a Constituição) surgia, pois, no horizonte, e a direita organizava-se para essa batalha.

Soares procurou porém jogar uma cartada diferente, confiado na garantia já fornecida por Eanes de que daria posse a um governo de base parlamentar maioritária: chegou a um entendimento com a parte substancial do grupo parlamentar social-democrata (à volta de metade) que, embora sem abandonar o hemiciclo, havia rompido com Sá Carneiro, subscrevendo o texto «Opções Inadiáveis» e fundando depois a Associação Social-Democrata Independente (ASDI), nela sobressaindo um fundador do PSD, Magalhães Mota, e o jurista António de Sousa Franco (1942-2004).

Soares acreditou então que conseguiria desta forma forçar a mão presidencial, mesmo achando que Eanes não o queria voltar a ver na chefia do governo, conforme, a 26 de junho, refletiu para o diário que, de forma intermitente, continuava a escrever: «A política suspende-se à espera da decisão de R. Eanes: dissolver ou não a Assembleia da República? [...] Depois de tudo o que se passou desde a exoneração do II Governo, não é crível que o PR

opte por fazer regressar de bom grado o PS à área do governo. Poderá – talvez – não ter outro remédio, mas não o fará de bom grado. Por mim, penso que o PS não deve aceitar qualquer solução que o envolva **sem condições prévias.**»⁵⁸ O Presidente, contudo, foi inflexível quando ele lhe foi apresentar a proposta a Belém: «Eu disse-lhe: “Tenho uma solução maioritária, com a ASDI.” Mas ele não quis correr esse risco.»⁵⁹

Mais uma vez, na cabeça do secretário-geral, o general era a alma negra dos socialistas: «Eanes, mal aconselhado, tinha em vista abater o PS. [...] Se quisesse, sinceramente, resolver a questão política, no quadro parlamentar, aceitaria a nossa proposta, que lhe oferecia uma base maioritária, bastante coerente, com o PS e a ASDI. Esforçámo-nos nesse sentido, apresentando-lhe uma solução governativa sem recurso a eleições antecipadas, sempre inconvenientes no plano institucional. [...] Os seus conselheiros tinham outro cenário em vista. Um cenário que favorecia a direita.»⁶⁰

Justificará o general que, apesar de a hipótese lhe parecer viável, não estava em condições de corresponder a tudo o que a ele se pedia: «Eu disse a Mário Soares que aceitaria essa solução, mas não estava disposto a satisfazer a exigência da ASDI: pronunciar-me publicamente sobre a solução, manifestando-lhe o meu apoio. E, embora tivesse na ASDI bons amigos, e nela houvesse muitos elementos de elevada craveira política, não pude fazer esse apelo dado o modo de eleição dos deputados – em lista única aprovada pelas direções partidárias –, e entendi que, a fazê-lo, não respeitaria as expectativas partidárias (no caso, as do PSD).»⁶¹

O Presidente optou antes por dissolver a AR e convocar eleições intercalares. Para preparar o escrutínio e fazer a gestão corrente, Eanes deu posse, a 1 de agosto, a um terceiro governo da sua iniciativa, tendo desta vez à frente a primeira mulher a liderar um executivo português: Maria de Lourdes Pintasilgo.

Se bem que a primeira-ministra fosse tida como de esquerda moderada (e não alinhada), Soares interpretará a atitude presidencial como mais um ato de hostilidade para com o PS. Não só a dissolução beneficiaria os partidos à sua direita, devido à dinâmica

para-eleitoral já criada pela criação da AD, como a indigitação de Pintasilgo era um presente envenenado: «Eanes não dissolveu o parlamento quando exonerou o II Governo [promovido por Belém]; optou por mais um governo de iniciativa presidencial, prejudicando o PS, que, obviamente, se foi desgastando durante meses. Mas fez mais: deixou-nos numa situação política delicada ao nomear uma personalidade de esquerda, Maria de Lourdes Pintasilgo, para primeiro-ministro, o que nos impedia de vetar o seu governo.»⁶²

Sem nunca o dar a entender em público, Soares temia um ato eleitoral que não desejava, até porque considerava o PS mal preparado, consoante, para o seu íntimo, já antes admitira na entrada escrita para o diário a 26 de junho: «A situação interna do partido não parece boa. As tensões subsistem. O partido está em grande parte paralisado. Há reação (normal) a estímulos, mas não se planifica o trabalho. A médio prazo.»⁶³ E aí chegava ao ponto de confessar culpas próprias: «Como secretário-geral, entendo (auto-crítica) que não tenho estado à altura das responsabilidades. Desde o III Congresso. [...] Confio demasiado em mim e nas minhas qualidades de improvisação.»⁶⁴

O pessimismo, raro no espírito de tão inveterado otimista, acentuar-se-ia à medida que se aproximava a data do confronto eleitoral, consoante anotaria no mesmo diário a 26 de setembro: «A reunião da Comissão Diretiva [do PS] foi desanimadora: não há tónus, esperança de vitória, nem entendimento fraterno entre os dirigentes do PS. A escolha das listas dos deputados revelou luta mesquinha pelo poder, estreiteza de vistas e um certo triunfo da mediocridade. [...] Em certos momentos, sinto-me invadido de um desejo sincero de tudo abandonar. E no entanto há tudo o que está em jogo – a vitória da direita representa o fim do 25 de Abril (tão comprometido já) e o fim da esperança – em sentido lato. O PS poderia (poderá ainda?) ter sido um polo de renovação efetiva numa sociedade decadente com todo o peso do conservadorismo e do medo.»⁶⁵

Capítulo 26

O desânimo

«**A**pós 1978, combinou-se com Mário Soares que ele não seria mais primeiro-ministro, mas que devia ficar no partido e apontar para a Presidência da República», revelará quem viria a ser então um dos mais próximos colaboradores do líder do PS.¹

Da estratégia fazia parte a procura de maior protagonismo internacional. Nessa medida, Soares bateu-se em 1978 por ser o chefe de missão da IS à América Latina, ultrapassando na corrida Felipe González, que tinha, como ele, naturais características (e aspirações) para a função. A sua escolha ter-se-á devido em parte às movimentações de bastidores reivindicadas por Rui Mateus, já responsável pelo setor de Relações Internacionais do PS.²

A primeira missão de Soares à América Latina, à frente de uma extensa representação multinacional – onde avultava o secretário-geral da IS, o sueco Bernt Carlsson (1938-1988) –, ocorreria ainda durante a vigência do II Governo Provisório, no início da primavera de 1978, e incluiu visitas ao México, à República Dominicana, à Jamaica, à Costa Rica e à Venezuela. Era embaixador no México José Fernandes Fafe (depois de o ter sido em Cuba, para onde fora nomeado pelo amigo em 1974): «Mário Soares aparece-me na cidade do México em final dos anos 70 e diz-me: “Vou para São Domingos. Há uma eleição lá.” E lá foi.»³

Segundo Rui Mateus, que fazia parte da delegação em representação do PS, a missão visava «intervir» no processo eleitoral para a presidência da República Dominicana a favor do parceiro

local da IS, o Partido Revolucionário Dominicano, dirigido por Francisco Peña Gómez (1937-1998), que apoiava o candidato Antonio Guzmán (1911-1982), «um abastado produtor de café, completamente apolítico», contra o presidente Joaquín Balaguer (1906-2002), que dirigia um regime autoritário com múltiplos tiques ditatoriais.⁴ Os visitantes entraram noutra universidade a partir do momento em que aterraram na capital, Santo Domingo (ou São Domingos):

Quando chegámos ao aeroporto de Santo Domingo, ficámos estupefactos. Esperava-nos o Presidente da República com todo o seu governo e o corpo diplomático ao fundo de uma tapete encarnada. Tocava-se o hino nacional de Portugal e havia uma guarda de honra militar. Por detrás do governo estava uma delegação do nosso partido irmão, com Peña Gómez à cabeça e a quem o protocolo de Estado nos “apresentaria”. Mário Soares seria tratado como primeiro-ministro de Portugal e a visita subitamente transformada numa visita oficial. Os delegados da IS seriam completamente ignorados [...], enquanto Mário Soares, acompanhado por uma escolta militar chefiada por um general do Exército, seguia directamente da pista do aeroporto para o hotel. À saída do aeroporto estava uma multidão de muitas dezenas de milhares de pessoas que a pé, de carro e de moto acompanharam os delegados da IS até ao centro da cidade, onde nos reencontraríamos com Mário Soares. Tinha-se iniciado uma autêntica revolução. O presidente Balaguer, personalidade curiosíssima, que se dizia admirador de Salazar, marcou uma recepção a Mário Soares, que foi ao palácio presidencial acompanhado de [...] Carlsson [...]. Balaguer falava do seu país, do apoio que o seu governo tinha dado na ONU ao governo de Portugal sobre a questão colonial, a troca da exportação de açúcar para o nosso país. Não tocou na situação do seu país nem no facto de considerar a visita do primeiro-ministro de Portugal inoportuna naquele momento eleitoral. Nada, nem mesmo quando Mário Soares lhe disse que estávamos ali para apoiar o Partido Revolucionário Dominicano, [...] que o pretendia derrubar.⁵

No dia seguinte, a caravana eleitoral em que se integrou a delegação constatou na população um «entusiasmo frenético» correspondendo a um «desejo de mudança», contexto em que o líder do PS já era mestre:

O entusiasmo era tanto que Soares “regressou” aos tempos do PREC e, perante o espanto do general do exército que Balaquer tinha colocado às suas ordens, tomou conta da situação, ordenando ao tímido Antonio Guzmán que erguesse o punho e gritasse palavras de ordem. [...] O grande comício, que duraria praticamente todo o dia, iria acabar num anfiteatro apinhado de gente em que foram produzidos os discursos mais revolucionários e mais cómicos que eu ouvira até então. O entusiasmo era indescritível e a desorganização também. No discurso final, Peña Gómez decidiu chamar os delegados internacionais, um por um, entregando-lhes medalhas e certificados do seu partido agradecendo a nossa solidariedade. Cada um era recebido com tanto entusiasmo e barulho que o teatro parecia em risco de desmoronamento. Seria um acontecimento inesquecível, e os membros da delegação não sabiam se acabariam por morrer esmagados pelo entusiasmo popular ou de riso.⁶

Se o ambiente era tipicamente latino-americano, a reviravolta seguinte também:

Nessa madrugada, os militares dominicanos tomariam conta do poder, começando a prender dirigentes do Partido Revolucionário em todo o país. A guarda de honra militar que acompanhava o primeiro-ministro português também tinha desaparecido. Este seria informado telefonicamente ser a “sua” delegação considerada indesejável na República Dominicana e os seus membros aconselhados a abandonar o país. Pelas 8 da manhã, reuniríamos com Peña Gómez na sua casa para analisar a situação. Bom, havia pouco que analisar, embora o secretário-geral da IS, excitadíssimo com a inédita experiência, fosse da opinião de que não deveríamos aceitar o ultimato e deveríamos ficar até ao fim da estada prevista, o que significava mais 24 horas na República Dominicana. Mário Soares seria evidentemente de opinião contrária. Em primeiro lugar era

primeiro-ministro de um governo com o CDS, e uma expulsão levantaria toda uma série de problemas políticos. [...] Apesar de o país visitado ser uma “república das bananas”, o comportamento do primeiro-ministro de Portugal não ficara atrás. Andara mais de 24 horas de punho no ar a dar vivas ao Partido Revolucionário Dominicano e a gritar “abaixo a ditadura”, o que, convenhamos, poderia levantar alguns problemas. [...] Não tínhamos transporte para sair daquele país, tendo sido obrigados a apelar ao presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, para nos ir buscar. Este enviaria o seu avião presidencial que nos transportaria até ao país seguinte, a Jamaica. A caminho do aeroporto não se viam mais manifestantes, mas, para grande surpresa, ali encontraríamos, de novo, o presidente Balaguer, o governo, os militares e o corpo diplomático a apresentar cumprimentos de despedida!⁷

Duas semanas passadas, o candidato do Partido Revolucionário seria eleito presidente, mas os militares só lhe permitirão aceder um pouco mais tarde ao poder, por pressão de Jimmy Carter. No ínterim, Fernandes Fafe verificaria *in loco* que a visita de Soares havia deixado marcas:

Passado um mês, mês e meio, recebo instruções do Ministério dos Negócios Estrangeiros para ir a São Domingos apresentar credenciais ao presidente no poder, Balaguer. Era um sucessor do [presidente Rafael] Trujillo [1891-1961], na mesma linha de ditadura. Estava quase cego, já muito velho. Nos olhos do gajo sentia-se que tinha passado por tudo, que tinha mandado assassinar, que tinha mandado roubar, toda a experiência de vida que aquele homem tinha. Eu apresentava credenciais ao presidente em exercício para, dentro de dias, estar presente na passagem do poder, visto que a presidência tinha sido ganha pelos sociais-democratas. Quando chego, verifico que a situação era muito fluida. O carro do aeroporto para a cidade tinha a bandeirinha portuguesa, e noto esta coisa estranha, que era uns tipos a virarem-me a cara e outros a baterem palmas. “Mas que história é esta, que é que se passa? Eu acabo de chegar, estou completamente inocente desta coisa toda.” Quando apresento credenciais, numa sala que era uma coisa imensa,

lá avancei, e vejo um velho, a que já não faltavam muitos dias de vida, com uns olhos sem ver. E quando o tipo diz “Portugal?”, segunda vez, baixinho, mirando-me da cegueira dele, eu digo “Portugal, senhor presidente, se vamos para o humor...” Que é que se tinha passado? O doutor Soares chegara lá e resolvera fazer uns comícios inflamados: suponho que ele queria mostrar muito bom trabalho na IS. Tão inflamados foram que, a certa altura, o Balaguer lhe disse que se fosse embora, expulsou-o. De maneira que quando eu chego: “O gajo é português, ui, fora, fora!” Apanhei com esta história em cima de mim.⁸

Um ano depois, em agosto de 1979, Soares chefiaria nova delegação da IS à América Latina, com especial enfoque na Nicarágua, então no rescaldo da guerra civil que pôs fim à ditadura da dinastia Somoza, com a conquista do poder pela castrista Frente Sandinista. Antes de desembarcar em Manágua, o líder do PS passou por Washington, onde, por intermédio de Rui Mateus (que mais uma vez o acompanhava), recebeu de Carlucci, então guindado a diretor-adjunto da CIA, um memorando acerca da posição norte-americana quanto ao processo naquele país da América Central, estabelecendo um curioso paralelismo: «Numa nota mais pessoal, Soares reconhecerá certas semelhanças entre a situação na Nicarágua e a que teve de enfrentar em Portugal em 1975. O melhor caminho é tentar reforçar os elementos moderados. Infelizmente, a Nicarágua não conta com um Mário Soares à volta de quem os moderados se possam organizar. Talvez um dos melhores serviços que Soares poderá prestar às forças democráticas e ao mundo ocidental será a identificação dos líderes não marxistas que possam vir a ser apoiados e que tenham os melhores interesses do seu país em conta. Ficarei muito satisfeito em conhecer os pontos de vista pessoais dele sobre este assunto.»⁹

No plano das relações internacionais, mas a um nível mais discreto, continuavam também a ser cruciais, para a consolidação do projeto político do PS em Portugal, as ajudas materiais, em particular as de natureza financeira. Os socialistas haviam instalado várias fundações para canalizarem esses apoios, como a Fundação

Antero de Quental, para o trabalho autárquico, a Fundação Azedo Gneco, para o desenvolvimento cooperativo (com incidência na criação de cooperativas atuando para cumprimento dos objetivos partidários) ou a Fundação José Fontana, para apoio à criação de sindicatos alternativos aos da CGTP. As contribuições continuavam a chegar, ora dos aliados sociais-democratas europeus (em particular do SPD, através da Fundação Friedrich Ebert, e dos escandinavos), ora dos americanos (sobretudo da AFL-CIO, para a ação sindical anticomunista). Tratando-se de duas áreas distintas (e perante a suspeita de os dinheiros americanos terem origem na CIA, dado serem movimentados por Irving Brown), melhor seria, para o líder socialista, que uns não soubessem de outros: «Por determinação de Mário Soares, o representante da Fundação Ebert em Lisboa e os escandinavos estavam impedidos de ter conhecimento das relações cruzadas da Fundação José Fontana com os americanos. E, em virtude de rumores que de vez em quando circulavam sobre o assunto, esse tipo de relacionamento era sempre desmentido.»¹⁰

Tendo a seu lado, também como vice-presidente da IS eleito em 1976, o socialista italiano Bettino Craxi (1934-2000), Soares ganhara não só uma nova amizade como um novo aliado na captação de fundos. «Um tipo de relacionamento descontraído, comum a pessoas com gostos e pontos de vista semelhantes», como caracterizará Rui Mateus, para descrever a ligação:

O PSI tinha ajudado bastante a ASP através de Manuel Tito de Morais, que vivera exilado em Roma, mas depois do 25 de Abril esse apoio seria relativamente modesto. Assim, eu seria surpreendido quando Mário Soares informou de que a situação mudara e que o seu cunhado [Fernando Barroso (1931-2011), tesoureiro do PS] e eu nos deveríamos deslocar a Milão no dia 15 de setembro [de 1977], a fim de receber uma considerável quantia de dinheiro. Naquele dia, Fernando Barroso e eu teríamos à nossa espera um dos assessores de Craxi para assuntos financeiros, Ferdinando Mach [di Palmstein, n. 1950], que nos levaria numa agradável viagem de carro à cidade de Lugano, na Suíça, onde nos seria entregue aquele dinheiro. Meio milhão de dólares que deixavam o partido numa situação desafogada.

Nunca me foi dito qual a razão desta generosa dádiva, e nem a mim me competia fazer “investigações”. A angariação de fundos era e é da exclusiva responsabilidade do secretário-geral do partido, e eu, apesar de ser secretário nacional do PS, considerava-me, em questões não relacionadas com as minhas funções políticas, um mero “correio” que obedecia a ordens superiores.»¹¹

Mateus assinalará a coincidência com a escolha que a RTP estava então a fazer para a adoção do seu sistema de emissão a cores, vindo a optar pelo PAL, de tecnologia e equipamento alemães, mas não retirará daí conclusões, limitando-se a afirmar que «existiam aspetos que entravam pelos olhos dentro e que seria quase impossível ignorar».¹² Já desde 1976 que a empresa adquiria material PAL para os seus trabalhos a cores, mas a decisão final só viria a ser tomada no verão de 1979.¹³ Sem adiantar pormenores, Soares admitirá apenas: «Os italianos ajudaram-nos muito (em jornais, etc.).»¹⁴

A Fundação José Fontana seria o embrião da UGT,¹⁵ que foi criada em outubro de 1978 e realizou o seu I Congresso no Porto em janeiro do ano seguinte. Entre os convidados à reunião magna, sem intervirem, estavam Soares e Sá Carneiro, já que a central sindical não comunista resultava de um acordo de não-agressão estabelecido entre ambos para a área laboral: «Conversámos bastante na altura, almoçámos uma ou duas vezes – sempre no Tavares – e decidimos fazer um pacto: não nos disputarmos no terreno sindical. Deveríamos ambos apoiar, politicamente, a formação da UGT. Foi um compromisso simplicíssimo, uma espécie de acordo de cavalheiros, sem nada escrito.»¹⁶

Mas a constituição da UGT cavou alguma divisão no seio do PS, onde a ala mais à esquerda achava que assim se contribuía para enfraquecer o poder reivindicativo do trabalho. Tito de Moira, por exemplo, era dessa opinião, e discutiu-a com o líder.¹⁷ Soares explicará que quem lhe fez ver com clareza o problema foi Maldonado Gonelha – presidente da Fundação José Fontana e autor do plano estratégico para a criação da UGT –, já que só após conhecer os seus argumentos passou a defender a necessidade da central alternativa.¹⁸

Outra aposta material do líder socialista era a imprensa, já que dispor de influência na comunicação seria «um velho sonho do PS em geral e de Mário Soares em particular.»¹⁹ Nessa caminhada, acumulavam-se projetos que haviam soçobrado: o *República* (por razões alheias aos seus responsáveis, é certo), o *Jornal do Caso República* e depois, ainda sob a direção de Raul Rêgo, *A Luta*, entre agosto de 1975 e janeiro de 1979.

Havia, é certo, o vasto setor de comunicação social estatizada, mas a influência aí não podia ser permanente – só quando se ocupava o governo. Mário Mesquita seria diretor do *Diário de Notícias*, um dos matutinos nacionalizados, após uma conversa, no início de 1978, com Soares e o diretor cessante e novel secretário de Estado da Comunicação Social, o socialista João Gomes (1934-2021): «Foi o João Gomes que convenceu Mário Soares. Ele aceitou-me um bocado contra vontade. Aquilo a que ele ligava era aos editoriais. Achou por exemplo que um editorial necrológico sobre o [escritor] Vitorino Nemésio [1901-1978, diretor de *O Dia*, um matutino de direita, em 1975 e 1976] era demasiado elogioso (depois veio a dizer que só muito mais tarde leu o *Mau Tempo no Canal*). O modelo de jornal de Mário Soares era o [Manuel de] Brito Camacho [1862-1934, jornalista e político da I República] a ir para *A Luta* fazer o seu editorial. Fiz um grande esforço para não ser correia de transmissão.»²⁰ Os atritos com o PS acabaram, aliás, por levar Mesquita a abandonar o partido:

Fui praticamente encostado à parede, em posição de isolamento estratégico, logo depois de ter escrito um editorial acerca dos *yes men*, a propósito da saída de Medeiros Ferreira do governo. Não me falavam, nem sequer para a recolha de informações noticiosas. Houve depois outro editorial, coincidindo com o acordo com o FMI em 1978, que foi interpretado de uma maneira conspirativa, e a partir do momento em que se instala a tese conspirativa é muito difícil contrariá-la. Apareceu um comunicado do Secretariado Nacional do partido que era um violento ataque ao editorial e terminava a dizer que “o diretor do *Diário de Notícias* não exprime opiniões do PS,

escreve por conta própria”. Respondi que tomava isso por um elogio. Convoca-se pela primeira vez uma reunião de jornalistas do partido, onde Soares Louro, então presidente da RTP, diz: “Estamos num momento muito difícil. Há jornais onde estão socialistas que não nos apoiam, criticam.” Pedi a palavra, dizendo que o acordo com o FMI fora criticado por alguns jornais estrangeiros pela sua dureza: “Eu não tinha uma explicação. Podia ter tido uma reunião com o camarada Constâncio em que ele podia ter-me explicado.” Não voltei ao partido; mandei uma carta a Zenha dizendo que renunciava a deputado e me demitia do PS. Houve quem dissesse: “... e que se demita também do jornal”.²¹

Mesquita, que os soaristas conotavam com Ramalho Eanes, terá julgado até que se preparavam para o afastar da direção do *Diário de Notícias* quando caiu o governo PS-CDS: «Eanes chama-me para me dar uma palavra de apoio. Eu disse-lhe que ficava se tivesse uma administração que me apoiasse. Ele pressionou por isso [Daniel] Proença de Carvalho [n. 1941], que era ministro da Comunicação Social do governo de Mota Pinto, e o [presidente do conselho de administração da empresa proprietária do *Diário de Notícias*, [tenente-coronel Manuel] Pedroso Marques [n. 1934, ex-exilado, membro do PS desde a fundação] foi afastado. Ele nunca percebeu porquê, mas foi por causa de mim.»²²

A passagem do PS para fora da área governativa, somada à proximidade das eleições, implicava outra solução para manter a presença na comunicação social: um novo jornal diário, mas menos politizado do que o *República* ou a *A Luta* (estilo que já se percebera não ser do agrado do público leitor) e mais atento ao gosto popular. Para tal, utilizar-se-ia as instalações de uma cooperativa gráfica pertencente ao PS, a CEIG (Sociedade Cooperativa de Edições e Impressão Gráfica), que funcionava no Dafundo (arredores de Lisboa), num amplo edifício que Rui Mateus afirmará ter sido adquirido «com o apoio de Carlucci e com dinheiro da CIA em 1975»²³ (Soares alegará no entanto que a aquisição foi feita «com a ajuda dos nossos amigos alemães.»²⁴). Ainda segundo Mateus, os sociais-

-democratas noruegueses contribuíram com papel para a impressão e quatro carrinhas para a distribuição.²⁵ O jornal chamar-se-ia *Portugal Hoje*, seria dirigido por João Gomes e foi lançado a 5 de outubro de 1979, a tempo de cobrir a campanha eleitoral para as legislativas antecipadas, que teriam lugar a 2 de dezembro. A ideia era do secretário-geral: «Ele sempre teve a mania dos projetos de comunicação social. O *Portugal Hoje* é um projeto dele.»²⁶

Apesar de Soares ter admitido mais tarde que ainda chegou a acreditar poder ganhar as intercalares,²⁷ a verdade é que, neste combate que não fazia parte dos seus planos mas que ele não podia recusar, as perspetivas eram-lhe desfavoráveis (como apenas ao seu próprio diário tinha antes confessado). Estava há ano e meio fora do governo, e as suas duas experiências como primeiro-ministro haviam-se saldado por um balanço algo frustrante: efémeras, instáveis, associadas a austeridade e deixando muitas reformas estruturais incompletas ou até por iniciar. Além disso, Sá Carneiro introduzira uma nova dinâmica política com a criação da AD, enquanto o líder socialista, isolado no espectro político e crispado com o Presidente da República, só podia prometer mais do mesmo.

Não terá sido, por conseguinte, uma surpresa que o escrutínio viesse a redundar na vitória da AD, mas talvez mais inesperado fosse a coligação liderada por Sá Carneiro conseguir um feito então inédito no regime: uma maioria absoluta de deputados – 128 em 250. A percentagem recolhida pelo PS, pouco mais de 27 por cento (74 mandatos), ficava abaixo das piores expectativas dos seus dirigentes. Duas semanas depois, nas autárquicas, a AD confirmava-se como a força hegemónica da política portuguesa, ao obter a preferência da maioria dos eleitores.

Se antes no parlamento – a que regressara após o fim do executivo PS-CDS – Soares se encontrava numa espécie de limbo político, agora, pela primeira vez, era o chefe da oposição. O novo quadro implicava uma redefinição do que viriam ele e o seu partido a fazer. Foi um dos raros momentos na sua carreira política em que terá sido abalado pelo desânimo: «É verdade que me sentia,

por vezes, cansado. Valeram-me diversas missões ao estrangeiro, gratificantes e apaixonantes, que fiz como vice-presidente da IS. Mas estava cansado das quase sempre mesquinhas lutas partidárias internas, que, aliás, nunca me entusiasmarem. [...] Tinha a ideia de que, se tudo continuasse tão difícil para mim, dentro do PS, era, porventura, melhor fazer-me substituir como secretário-geral. Algumas vezes, pensei nisso como forma de dar uma chicotada psicológica no partido.»²⁸

Com novas eleições para o parlamento previstas para dentro de dez meses, quando a legislatura chegasse ao seu termo normal, havia que preparar uma estratégia política com esse objetivo, mas Soares parecia ter esgotado a imaginação, deixando-se arrastar, mais do que arrastando os outros. Constituir uma coligação eleitoral, como veio a fazer logo nos primeiros meses de 1980, era já imitar a prática à sua direita, mas mesmo dentro das hostes socialistas não foi dele a ideia de formar a Frente Republicana e Socialista (FRS), uma aliança do PS com dissidentes seus e do PSD, respetivamente a UEDS (União de Esquerda para a Democracia Socialista, o grupo entretanto formado por Lopes Cardoso) e a ASDI: «A FRS nasce pouco depois da vitória da AD. O Constâncio e o Guterres tentaram convencer-me, e com bons argumentos: “Nós estamos sozinhos, é só, só, só, PS, e isto vai-nos correr mal. Temos de alargar a nossa esfera de influência, e temos possibilidades: se eles têm uma coligação, nós podemos ter outra, com a ASDI e ao mesmo tempo com a UEDS (de que fazia parte o António Vitorino [n. 1957] – onde ele estava e onde ele veio a estar depois...).»²⁹

Foi uma época em que o líder socialista parecia estar a agir contra os seus próprios sentimentos, como, meses antes, ao colocar no Secretariado Nacional elementos oriundos do GIS, afastando para isso da estrutura diretiva alguns dos que estavam com ele há muito mais tempo. Lembrará José Manuel dos Santos: «Há uma coisa que no Soares tem muita importância: ele dizia que quando ia contra o seu instinto normalmente enganava-se. A saída de históricos do Secretariado para entrarem membros do GIS, decidida

em Comissão Nacional em [março de] 1979, foi um desses casos. Ele votou a favor, mas não estava convicto. Foi uma solução muito apadrinhada pelo Zenha.»³⁰

Afinal, Soares virá depois a dizer-se condicionado pelo próprio Secretariado, cuja esmagadora maioria não participara no II Governo e se sentira pouco mobilizada pela sua recente cruzada pessoal contra Eanes, em que ele consumira as energias: «Os tipos do Secretariado [sobretudo Guterres e Constâncio³¹] tinham ideia, não de me afastar do Secretariado, mas de me reduzir poderes, e acharam que era bom que eu não fosse a única vedeta de cartaz e que podiam pôr duas outras figuras: Sousa Franco e Lopes Cardoso. Eu disse: “Aceito essa teoria. Não é coisa de que eu goste muito, mas enfim, vamos fazer isso, arranjar aí um nome que me agrade, e tal.” E depois acho que o Zenha diz: “República”, já tivemos uma coisa com “República” [a Resistência Republicana e Socialista].” Bem, fizemos uma Frente Republicana e Socialista, nome inventado por ele e com o qual concordei. Avancei nisso, como costumo avançar nessas coisas, sem nenhuns complexos: os cartazes, etc., eram com as três figuras.»³²

Na realidade, os cartazes continham o símbolo gráfico das três formações políticas e não o retrato dos seus líderes. Mas correspondiam à intenção de preservar o rosto de Soares, presumindo-se que a sua figura se mantinha desgastada perante o eleitorado: «Os estrategas da campanha diziam que “o melhor seria não se fazer uma campanha personalizada”; que não deveria haver, contrariamente ao que era habitual, cartazes meus [...]. A ideia era diluir a imagem do PS e, talvez mesmo, do dirigente que com o PS mais se identificava no sentimento popular. [...] Apercebi-me logo de que a FRS jogava um pouco contra mim.»³³

Jorge Sampaio confirmará a génese da organização e as reservas do líder socialista: «Depois da derrota de 1979, arranjou-se a fórmula que António Guterres e Vítor Constâncio propõem, e a que eu adiro – a FRS. Mário Soares, francamente, não gostou da fórmula, e terá aquela célebre frase dele: “A FRS é um mau negócio

para o PS.” Sempre avançou muito contrariado, mas a verdade é que tinha tido uma grande derrota em 1979.»³⁴

Decorrida uma campanha inédita para ele, Soares iria saber a 5 de outubro de 1980, data do escrutínio, quão mau fora o negócio:

Durante a campanha, no meu carro ia sobretudo o Sousa Franco; o Lopes Cardoso vinha mais atrás. Dei-me muito bem com o Sousa Franco: muito simpático, invulgarmente bem-disposto, *bon vivant*, gostava de comer, beber, etc., e tinha o seu olhar lúbrico em relação às raparigas que apareciam, e tal. Não sei se isso tinha alguma correspondência prática, mas lá que olhava, olhava, e que gostava de olhar, gostava. Fiz uma amizade sincera, simpática e agradável com ele. Divertimo-nos imenso os dois: comíamos, discutíamos coisas, mas nada de política, conversa pessoal, o mais agradável possível. E quanto ao Lopes Cardoso sempre fui amigo dele e tinha respeito por ele: era um tipo mais solene, mais formal, menos alegre, no sentido de bem disposto, mas um tipo seriíssimo. Passados dois ou três dias de campanha, toda a gente tinha percebido, a começar por eles, que a figura dominante da campanha era eu, porque as pessoas tinham essa referência. E não a perdi em nada. Deve ter sido um espanto para eles, porque julgavam que eu a perdia e que iam surgir dois grandes tipos – não perdi nada com isso, antes pelo contrário. Mas ninguém acreditou muito na FRS. E portanto tivemos um mau resultado, sofremos uma derrota. A FRS não tem história.³⁵

A FRS obteria uma percentagem idêntica (e o mesmo número de mandatos) à do PS quando concorrera sozinho no ano anterior, ficando os socialistas a perder porque oito desses parlamentares eram dos seus aliados; em contrapartida, a AD reforçava a sua votação e a sua maioria absoluta, agora com mais seis deputados.

Recordará Jorge Sampaio que, na noite desse 5 de outubro, quando Soares foi fazer declarações à sede da Fundação Calouste Gulbenkian, onde então se anunciavam os resultados dos escrutínios eleitorais, parecia mais isolado no que nunca: «No dia da derrota, ninguém queria ir à Gulbenkian, mas eu e o Vítor Constâncio

fomos com Mário Soares. É uma coisa de que pessoas já não se lembram, mas aconteceu assim, e foi muito doloroso.»³⁶ Refugiado nos dias seguintes, a lamber as feridas, na Prainha (Alvor), o secretário-geral socialista deixaria registada essa amargura, no seu diário, a 13 de outubro, admitindo ao mesmo tempo uma necessidade de metamorfose no seu partido:

Há dias **mastigo** como posso a derrota eleitoral de 5 de outubro. Representou um grande balde de água fria nas nossas ilusões. Não estava prevista (por ninguém) – o que significa que conhecíamos mal a realidade portuguesa. E, entretanto, talvez tivesse sido possível imaginar esse cenário: o refluxo da revolução, com todos os traumatismos que deixou, a descolonização, os nossos erros e desacertos, o país conservador, as influências da Igreja, a crise internacional, um certo desejo de segurança e mesmo de regresso a um passado calmo que existe em grandes áreas da burguesia... [...] Numa das fases mais difíceis da minha vida política, tenho que ser paciente, modesto (no sentido de ouvir), prudente (em relação às decisões), determinado e o elemento principal de coesão e unidade. Há que recuperar toda a estratégia da esquerda – e não só do PS. Aí também terei de tomar a iniciativa de conversas e encontros. Sem medo de ser ultrapassado. Sem ideias feitas. Sem desânimos: porque vai ser necessário engolir muitos “sapos vivos”.³⁷

O amparo dado a Soares por Sampaio e Constâncio na noite da derrota eleitoral tinha a sua lógica, já que ambos haviam levado o líder a adotar a estratégia fracassada. Mas essa circunstância era também o resultado de uma clivagem que se formara no seio do PS entre, por um lado, os soaristas, a que também se chamava «históricos», por acompanharem o líder desde antes da revolução, e os «tecnocratas», uma espécie de cristãos-novos, entrados recentemente pela mão do próprio secretário-geral, por norma oriundos de grupos à esquerda do partido, que pretendiam inovar mas a que outros não reconheciam credenciais. Rui Mateus, soarista e «histórico», faria remontar essa desconfiança ao momento em que, cedendo à tentação de formar o II Governo Constitucional,

Soares, «num ato de duvidosa lealdade política, tentaria diluir a influência histórica de alguns dirigentes do PS com a entrada dos “ex-MES” e o reforço da então chamada “ala tecnocrática” ou os “ministeriáveis”, como ele lhes viria a chamar.»³⁸

O secretário-geral parecia com efeito preocupado em injetar sangue novo no partido, já que julgava os recentes recrutas tecnicamente mais apetrechados para funções governativas, ao mesmo tempo que introduziam uma modernização na imagem do PS perante o eleitorado. Aos «históricos», com os quais sabia poder contar em qualquer circunstância, Soares chamava – segundo Mateus – «os beócios», significando indivíduos brancos e simplórios, reputação que na antiguidade tinham os habitantes da região grega da Beócia.³⁹ Rodolfo Crespo resumirá a distinção que o líder fazia entre os amigos e aqueles que precisava de cativar: «Mário Soares não deixava cair os amigos, mas servia-se dos amigos: “Este é meu amigo – não preciso de lhe dar nada. Aquele não – tenho de o comprar.” Um bocadinho assim. Os amigos eram amigos para sempre; portanto, ele achava que já eram amigos e bastava. Quando passava um amigo para segundo plano, é porque era um amigo que ele podia prejudicar. Na política ele não ia pôr os amigos, mas as pessoas de quem precisava, que serviam melhor; não promovia os amigos. Ele quando fazia isso muitas vezes não se dava conta, e quando se apercebia compensava: “Eu tenho de dar qualquer coisa àquele...”»⁴⁰

«A velha-guarda socialista esteve sempre comigo, os verdadeiramente históricos», assegurará Soares.⁴¹ Do outro lado, a percepção de Sampaio não era muito diferente quanto ao novo quadro: «É por esta altura que aparecem os chamados históricos do PS. Começa esse debate tão vivo entre os históricos e a lista de gente que depois veio a formar a necessidade de uma renovação, no nosso entendimento, dentro do PS. Esse conjunto de pessoas propõe a FRS a Mário Soares. Ele aceitou mas com muitas dúvidas. E foi quando se conheceram os resultados e mais uma derrota do PS em 1980 que ele chamou à FRS um mau negócio, coisa que,

aliás, tinha sido sempre a posição de alguns dos históricos, como Tito de Morais, etc. A FRS vai desfazer-se.»⁴²

Não era assim tão nítida a fronteira entre uns e outros, já que históricos como Zenha e Arnaut, entre outros, estariam em 1980 do lado dos modernizadores e contra Soares, enquanto Gama, prudente, reservaria para mais tarde a definição da sua posição. Mas, *grosso modo*, poder-se-ia afirmar que a maioria dos companheiros de Soares ao tempo da ditadura se colocariam ao seu lado contra o «arrivismo» da nova geração, mais bem preparada, mais dotada tecnicamente e menos seduzida por certos esquemas de raciocínio e funcionamento vindos do tempo da ditadura.

A questão da FRS nem foi o principal pomo de discórdia, tanto mais que o secretário-geral não dispunha de estratégia alternativa. O grande cisma, que cavou uma profunda divisão no PS, consistiu na escolha do candidato a apoiar nas eleições presidenciais de 1980, que teriam lugar dois meses após as legislativas. Apesar de algumas ambiguidades públicas, Soares guardara todo o ressentimento contra Eanes acumulado nos dois anos anteriores, e não só não estava disposto a apoiá-lo como julgou que, em alternativa, devia ser ele próprio o candidato socialista. Zenha e os outros, porém, não estavam tão sensíveis ao que parecia ser apenas o prolongamento da querela pessoal entre o líder do PS e o Presidente, pelo que viam Eanes como o candidato «natural» do partido – sobretudo quando os socialistas estavam à defesa com a vitória da AD em 1979 –, entendendo que Soares se deveria reservar para as presidenciais seguintes. Como Eanes dissera que só se candidataria com o apoio explícito do PS, e como a AD teria um candidato próprio (uma vez que também Sá Carneiro se incompatibilizara com o general na época dos governos de iniciativa presidencial), a definição da atitude do socialistas afigurava-se como crucial para o desfecho da corrida a Belém.

Na segunda-feira, 14 de abril de 1980, Soares resolvera prolongar o fim de semana em Nafarros para convocar para uma reunião «de reflexão» na sua casa de campo os membros do Secretariado

Nacional do PS e um punhado de outros notáveis socialistas, antecederam de um almoço volante de «cozido à portuguesa bem regado»⁴³, após o qual se definiria uma posição estratégica para as presidenciais, a apresentar em seguida às estruturas diretivas mais alargadas (e de onde terá saído também, em discussão prévia, a ideia da FRS⁴⁴). Para sua decepção, todos se pronunciaram a favor do apoio a Eanes menos Rui Mateus e Gonelha, que preferiam uma candidatura civil e que fosse a do secretário-geral socialista. Consistência ressaltaria que não poria em causa a unidade do partido e apoiaria Soares se ele resolvesse candidatar-se, mas que achava isso um erro.⁴⁵ Almeida Santos contará que «amigos do peito [de Mário Soares] convenceram-no numa reunião em Nafarros que devia ser ele o candidato em 1980, mas não encontrou apoio no partido.»⁴⁶

«Soares estava lívido, como se tivesse sido acometido de uma síncope»⁴⁷, relatará Mateus. «Ele achava que para a democracia seria um erro grave apoiar de novo Eanes. Considerava que o general tinha um plano para tomar o PS e que a sua reeleição significava o fim do partido.»⁴⁸

Sampaio, embora também presente, terá uma memória mais vaga quanto à intenção de Soares em ser candidato: «Isso diz-se, mas não tenho dados. Agora que se falou, falou. Mas acho que Mário Soares podia esperar.»⁴⁹ António Arnaut corroborará contudo o relato de Rui Mateus:

Mário Soares tentou candidatar-se para evitar a reeleição do Eanes, e convocou os amigos mais próximos para Nafarros. Estavam umas 15 ou 20 pessoas – eu também estive. Mas ele viu que o partido não o apoiaria, isto é, que o partido achava que ele não tinha condições para ser eleito – não era nada contra ele. Mas ele insistia, porque é teimoso (também foi teimoso na criação do partido, porque dizia que sem isso não seríamos membros de pleno direito da IS). Disse que era do interesse do país e do PS. Nunca perdoou ao Eanes a demissão em 1978 – o Eanes tratou-o como um sargento, e com razão o Soares tinha-lhe um ódio de estimação. Tentou convencer-nos, e depois íamos para a Comissão Nacional e convencíamos a malta.

Praticamente todos dissemos: “Gostávamos muito que fosses Presidente da República, e um dia vais ser, mas não agora.” Aceitou contrariado, e depois alheou-se completamente dos atos conducentes às presidenciais.⁵⁰

Relatará Sampaio que o n.º 2 do PS foi figura central nessa atitude, com papel determinante na definição da estratégia de apoio à reeleição de Eanes: «Salgado Zenha achava que era prematuro ter um candidato civil. É nisto uma figura absolutamente crucial: ele estava convencido de que não estavam criadas as condições para que houvesse um candidato civil à Presidência da República.»⁵¹

Conversando com Zenha após o encontro de Nafarros, Mateus terá concluído: «Percebi então que, ao longo dos últimos cinco anos, Zenha se tinha profundamente distanciado do seu velho companheiro e que pura e simplesmente não considerava Mário Soares com competência para dirigir com seriedade e rigor o Partido Socialista. Segundo ele, o PS não podia continuar à mercê dos caprichos pessoais de Mário Soares, que dirigia sozinho o partido, sem dar contas a ninguém. Uma das críticas mais acutilantes relacionava-se com a administração financeira do PS e das principais fundações, que, desde 1976, estavam a cargo do cunhado de Mário Soares.»⁵²

Soares nunca reconhecerá ter admitido candidatar-se, muito menos divergido do amigo: «Eu achava que não tinha ainda chegado a minha hora. [...] Eanes aparecia como um candidato possível e natural. Se eu também entrasse na corrida eleitoral, a esquerda ficaria dividida! [...] Uma análise fria da situação aconselhava-me a não avançar, mesmo que o desejasse, o que não era o caso [...]. Por isso concordei com o Zenha e com outros que apelaram a que não me candidatasse.»⁵³

«Ele percebeu perfeitamente que ainda não era a altura», comentará Alfredo Barroso. «Mas deixou que os sindicatos [da UGT] recolhessem as assinaturas [para a apresentação da candidatura a Belém], para as pessoas perceberem que podia ser ele. Foi o António Janeiro [1945-1986], um grande sindicalista [presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Turismo], que andou a fazer aquilo.»⁵⁴

Face à contabilidade dos apoios, o líder socialista, segundo Mateus, ainda avaliou as hipóteses de, contra a posição dos outros dirigentes do PS, entrar na corrida: «Ele estava indeciso. Ponderava seriamente se deveria ou não lançar-se contra a vontade dos 12 elementos do Secretariado por quem se sentia então profundamente atraído. No fundo, sabia que, se se dirigisse às bases do partido, não teria dificuldades em colocar a maioria do Secretariado em minoria, mas receava que, se alguns deles se juntassem a Eanes, o então Presidente avançasse, mesmo contradizendo a sua anterior declaração de que não se recandidataria sem o apoio explícito do PS.»⁵⁵

Que essa possibilidade estivera na sua mente, mesmo depois de chocar com a firme recusa da esmagadora maioria da direção socialista, prova-o o que apontou no diário a 27 de abril:

A questão presidencial continua a polarizar as atenções e a dividir os socialistas. Tenho a certeza [de] que, em grande parte, as coisas dependem de mim – no sentido que a minha decisão pessoal arrastará o Partido. Num sentido ou noutro. Inegavelmente apoiar o Eanes, como deseja o PC, claramente representa uma derrota para o PS. Um partido com um milhão e seiscentos mil eleitores não tem capacidade de apresentar o seu próprio candidato e desiste de liderar o processo de oposição ao atual governo. Abriga-se por detrás de um militar e dá-lhe assim a liderança do processo. É óbvio que não posso atirar-me para a frente sem o apoio da maioria do partido. [...] Fundamentalmente, sinto que devo recuperar o meu próprio equilíbrio anterior. É essencial, até para inspirar confiança nos outros. Não posso suscetibilizar-me, não posso deixar-me ferir com as facadas que procuram dar-me nem surpreender-me com as traições. Há muito tempo que sei que a política, quando se chega a certas posições, é um jogo solitário: as amizades são, no aspeto político, circunstanciais e flutuantes.⁵⁶

Mas, resignado à impossibilidade da sua própria candidatura, Soares reconhecerá, por outro lado, que tudo fez para que o seu partido não apoiasse o general: «Eanes era um osso duro de roer...

Ainda propus que o PS escolhesse outro candidato, militar ou civil. Andei à procura de candidatos possíveis, cheguei mesmo a sondar militares, nesse sentido. Recordo-me até de ter falado com o Vasco Lourenço... Mas a verdade é que não se improvisam candidatos!»⁵⁷ Teve contudo de se render às evidências: «A ideia não me agradava nada, mas não tinha realmente alternativa. Estava numa posição difícilíssima. Decidi-me, então, a apoiar Eanes, mas com condições sérias, que foram duramente negociadas e aceites.»⁵⁸

Sampaio descreverá o processo: «A seguir vem toda a negociação [com a equipa de Eanes], conduzida do lado do PS por Vítor Constâncio e Eduardo Pereira. Durou meses. Chegou-se a um papel comum, para assegurar alguns comportamentos, porque na verdade Mário Soares tinha uma desconfiança significativa em relação a Ramalho Eanes.»⁵⁹ E, para Mateus, o líder tinha uma preocupação: «Soares dizia: “Nós apoiamos Eanes se ele apoiar o PS”.»⁶⁰ O próprio Soares envolveu-se na negociação com o Presidente:

Conversei algumas vezes com ele e pus-lhe as minhas exigências, com franqueza, sem esconder as preocupações que afligiam muitos de nós. [...] Os socialistas obtiveram o que exigiam, souberam fazer valer o seu indispensável apoio. O PS negociou para se assegurar de que, no futuro, não haveria mais governos de iniciativa presidencial; que Eanes não voltaria a acumular as funções de Presidente da República com as de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas; que ficasse excluído o referendo, como instrumento para rever a Constituição. [...] Uma vez firmado o acordo, recordo-me de que convidei algumas pessoas para a Comissão Nacional de Recandidatura – como o [Adelino da] Palma Carlos, por exemplo, que acabaria por ser o mandatário –, tendo-se reunido a Comissão, pela primeira vez, em Belém, numa cerimónia que ajudei a organizar e a que assisti. Convenci muita gente a apoiar Eanes e participei ativamente nos primeiros passos da sua recandidatura...⁶¹

Arnaut dirá, contudo, que o afastamento do líder do partido, após a decisão de apoio ao general, foi «de tal modo que acabou

por ser o Secretariado a nomear os seus representantes à Comissão Política da recandidatura do Eanes.»⁶²

No futuro, Soares duvidará sempre se tomou a decisão mais acertada: «Com Eanes, eu tive culpas no cartório. Admiti que ele tinha aprendido alguma coisa e que ia fazer as coisas bem, apesar do conflito todo que tivemos, incluindo ter-me demitido de chefe do II Governo. Durante a campanha [para as legislativas de 1980] telefonava-me muitas vezes: “Como é que isso vai? Como é que está? Vai andando? Não vai?” “Sim, vai andando.” Na véspera estive a falar comigo convencido de que nós íamos ganhar, e eu também.»⁶³ É uma versão que Eanes contestará, lembrando que por essa altura as relações entre ambos estavam congeladas:

Na consulta das minhas notas pessoais referentes à campanha para as legislativas de 1980 não encontrei qualquer referência a telefonemas que tenha feito para Mário Soares. Lembro, a propósito, que na altura já se tinha quebrado a minha confiança em Mário Soares (recordo que, em todas as reuniões com Mário Soares, para se assentar no apoio à minha recandidatura, me fiz acompanhar sempre do chefe da minha Casa Civil); Mário Soares andava em campanha e, por isso, fácil não seria telefonar-lhe (recordo que não existiam, na altura, telemóveis); estava com o PS (nunca confundi o PS com Mário Soares) e com a FRS, e até para o testar publicamente aceitei que fosse filmado um encontro meu com Mário Soares. Durante a campanha para as legislativas de 1980 foi frequente, nas hostes de Mário Soares, o uso do *slogan* “Uma maioria, um governo, um presidente”. *Slogan* que já anteriormente a AD fizera seu. O *slogan* contrariava implicitamente o acordo que eu havia estabelecido com Soares, pois dele decorria que não haveria vinculação política do Presidente da República nem com maiorias nem com governos. A campanha de Soares colocou-me, assim, numa situação dilemática: ou me calava e sofria os eventuais efeitos negativos do *slogan* no eleitorado PSD, indispensável para conseguir uma vitória nas eleições presidenciais, ou o repudiava e acusado seria de ter contribuído para a derrota eleitoral da FRS, derrota, aliás, para que apontavam

todas as sondagens efetuadas no período pré-eleitoral. Optei por calar-me.⁶⁴

«Os resultados foram maus e no dia seguinte o gajo mudou de discurso», resumirá Soares o que se passou logo após as legislativas.⁶⁵ O grande conflito, com efeito, viria a 14 de outubro, quando Eanes, sem que ninguém o esperasse, afirmou numa conferência de imprensa que se identificava com o modelo de sociedade da AD e se demarcou dos partidos da esquerda: «Era inaceitável! Uma traição ao PS e ao acordo que com ele tinha assinado! Um golpe final de misericórdia na FRS e em tudo o que havíamos combinado, na própria véspera das eleições [presidenciais]... Fiquei indignado, fora de mim! [...] O PS ficou em estado de choque..., mesmo os mais próximos do general. Lembro-me do António Arnaut, por exemplo, em cólera contra ele, e de tantos outros, perplexos, revoltados, indignados.»⁶⁶

Ramalho Eanes justificar-se-á com a tentativa de corrigir um abuso que teria sido cometido pela campanha socialista:

Terminada a campanha eleitoral de 1980, procurei, então, falar com Mário Soares para fazermos uma avaliação da situação e acertarmos medidas a adotar. Não o consegui. Saíra para o Algarve. Perante esta situação, entendeu a comissão diretiva da minha campanha que era indispensável corrigir os efeitos eventualmente provocados pelo uso, pelas hostes de Mário Soares, do *slogan* “Uma maioria, um governo, um presidente”. Decidi, então, numa conferência de imprensa, dizer, no essencial político, que o meu modelo de sociedade era semelhante ao da AD (Mário Soares já havia, há muito, metido o socialismo democrático na gaveta). Intervenção que levantou tempestades e que eu tive ocasião e necessidade política de esclarecer.⁶⁷

Esse esclarecimento teve lugar num almoço em Belém, para onde Eanes convidou Soares no dia seguinte:

O general não chegara ainda. Em vez dele, surgiu [a mulher] Manuela Eanes [n. 1938], que começou de imediato a falar comigo sobre a conferência de imprensa do marido, concor-

dando com o seu teor e tecendo-lhe até alguns elogios. Optei pelo silêncio. Mas a senhora tanto insistiu que acabei por lhe dizer o que pensava: o seu marido fora muito infeliz, tratava-se de uma traição ao compromisso assumido com o PS, tinha procedido de forma política e eticamente inaceitável. Palavra puxa palavra, estávamos já um pouco alterados quando Eanes, finalmente, entrou na sala. Perguntou-me o que se passava. Vi-me obrigado a dizer-lhe que fora sua mulher que insistira, contra minha vontade, em falar do assunto. Ele disse-lhe qualquer coisa e fez-lhe sinal para que saísse da sala. O almoço foi a sós. Disse-lhe claramente o que pensava. Sem rodeios. Paradoxalmente, concordou. Pareceu-me aflito, tenso, humilhado. Escusou-se quando ao conteúdo das suas palavras. Disse-me que não queria dizer o que disse e propôs-se emendar a mão, através de uma entrevista a *O Jornal*. A situação parecia irreparável.⁶⁸

Duas entrevistas dadas pelo general à imprensa não foram suficientes para dissipar as nuvens na relação: «A candidatura de Eanes estava em curso, e o PS era o principal partido apoiante. Que fazer?»⁶⁹ Fora marcada para dois dias depois uma reunião da Comissão Nacional socialista, de onde deveria sair uma posição perante as presidenciais. Soares estava de novo a ser devorado pelos fantasmas eanistas: «Era praticamente impossível – como queriam alguns mais voluntaristas – descobrir outro candidato. Mas como podia eu continuar, como se nada fosse, a apoiar Eanes? Com que cara e em que estado de consciência?»⁷⁰

Mesmo que ele ainda tivesse voltado a pensar numa candidatura alternativa do PS, o Secretariado mantinha o apoio a Eanes.⁷¹ Explicará Sampaio: «Havia aquela desconfiança dos históricos sobre os que diziam serem os eanistas, que eram alguns de nós. O PS estava efetivamente muito dividido internamente, e tínhamos a noção de que na altura continuava a não fazer sentido outro candidato que não Ramalho Eanes.»⁷²

Soares chegaria à reunião da Comissão Nacional com uma solução, não para o PS mas para ele próprio: retirava o seu apoio

pessoal ao general e – «para não obrigar o partido a seguir-me nessa mesma via», explicará – autossuspendia-se do cargo de secretário-geral do PS até ao dia das presidenciais.⁷³

Capítulo 27

O ressurgimento

Os socialistas sentiram a angústia dos filhos abandonados pelo pai, circunstância de que Soares sempre esteve consciente (exprimindo-o até com o deleite de quem se julgava insubstituível): «Quando retirei o apoio ao Eanes, ficaram danados comigo.»¹

Na sua narrativa, a ideia surgiu-lhe espontânea, em frente ao espelho da casa de banho, na manhã do dia da Comissão Nacional – sábado, 18 de outubro –, após ter ficado na véspera em casa para recuperar de uma constipação: «Tinha estado sempre a pensar naquilo, e depois, ao fazer a barba, eu disse para mim próprio: “Não posso de maneira nenhuma apoiar este gajo.” Porque eu não sou de ressentimentos, mas sou emocional. Quando não gosto, não gosto. E portanto eu disse de repente: “Que é que eu estou a fazer? Como é que vou apoiar este cabrão?” Vomitei o Eanes. Eu olhava para o espelho e dizia: “Posso ou não posso apoiar este gajo? Não posso. Pronto, acabou.” E disse só à minha mulher.»²

«Quis praticar um ato simbólico quando verifiquei que Ramalho Eanes tinha um projeto pessoal – nesse momento já não havia nada a fazer em relação a uma correção do apoio do PS», justificar-se-á.³ Mais do que uma decisão impulsiva, tudo indica que retirar o apoio a Eanes foi uma conclusão amadurecida nos dias anteriores, um risco calculado, porque Soares sabia que as consequências seriam mínimas. Do lado da AD, com efeito, Sá Carneiro, num monumental erro de *casting*, havia apostado tudo num candidato sem carisma, sem passado, sem currículo e sem notoriedade: o general António Soares Carneiro (1928-2014). O que significava

que o Presidente não carecia do apoio de Soares para ser reeleito, e o socialista sabia-o: «Eu não tinha nenhuma preocupação com o Soares Carneiro poder ganhar. Sempre achei que o Eanes ganharia na mesma.»⁴

O secretário-geral foi logo comunicar a sua decisão ao partido, onde a Comissão Nacional o aguardava:

Estava já tudo lá. Não tive tempo de falar com ninguém. Entrei e disse: “Meus amigos, antes de qualquer coisa, vou aqui fazer uma declaração – vocês se calhar não vão gostar mas é o que eu penso: resolvi suspender o meu lugar de secretário-geral porque acho que vocês devem apoiar o candidato Ramalho Eanes à Presidência por razões várias, mas eu é que não sou capaz de o apoiar [a autossuspensão terá sido anunciada apenas mais tarde, após a Comissão Nacional ter decidido, com dois terços de votos a favor, manter o apoio a Eanes⁵]. Portanto, vocês tenham paciência, e tal.” E saí da sala. Não se faz ideia do que foi aquela sessão, em que houve gajos que se agarraram a mim a chorar, por exemplo o Mário Cal Brandão: “Ó Mário, isso é o fascismo outra vez, não faça uma coisa dessas, aquele general [Soares Carneiro] é o fascismo.” “Ó Mário Cal Brandão, deixe-me ir embora. Eu vou para Nafarros. Não saio de lá.”⁶

Zenha, que Soares não avisara da decisão, apesar de uma cumplicidade de décadas, era dos mais irados: «Instala-se o pânico, Salgado Zenha grita violentamente contra Soares.»⁷ Este não se esquecerá da reação do amigo: «O Zenha ficou mesmo zangado: “Eu não posso aceitar isso e sobretudo tu não me dizeres nada antes de entrares na sala.” “Eh pá, não te pude dizer porque, como tu viste, eu estava em casa, vim de casa para aqui, e foi em casa a fazer a barba que tomei esta decisão, mas é uma decisão definitiva, entrou na minha cabeça de uma maneira meridiana, que eu eticamente não posso apoiar, aceitar um gajo destes.” “Ah, mas a panela de ferro é muito maior do que a panela de barro.” “Ó Zenha, tu pensarás isso, eu penso o contrário.” Esta conversa foi a *posteriori*. Ele nunca foi a minha casa depois disso.»⁸

Apesar da reflexão prévia, tudo indica que a decisão foi de facto tomada no último minuto, como testemunhará José Manuel dos Santos: «Na véspera de Soares retirar o apoio a Eanes, eu estive a conversar com ele até às 3h00 da manhã e ainda não se tinha decidido. A mim não me ocorreu a solução de autossuspensão que ele depois tomou. Ele achava que a atitude do Presidente representava uma grande perda de solidariedade para com o PS, partido que o apoiava.»⁹

Poderia não se tratar de uma atitude que obedecesse ao raciocínio lógico, mas o líder socialista, como contarão os seus correligionários, sempre foi propenso a deixar-se guiar mais pela intuição do que pela ponderação. Explicará António Campos: «Na política, Mário Soares era imprevisível. Seguiu a sua intuição, que não tinha nada que ver com a lógica. Ele alia a inteligência a um *feeling* que parece feminino: às vezes, com ele, a lógica da política não tem sentido; a lógica do raciocínio muitas vezes não tem validade. Ele segue a lógica da intuição: “Eu tenho cá um pressentimento...” A maior parte das vezes – quase sempre –, a lógica era mesmo uma batata e a intuição é que estava certa. Aconteceu muito com ele – e sem lógica. Ele não tinha muita apetência pelo partido. Tinha de resolver aqueles problemas todos que o partido tinha, mas depois dizia: “Vocês agora tomem lá conta disso”.»¹⁰

Era natural a comoção que o inesperado anúncio causou no órgão máximo do partido entre congressos. Jorge Sampaio falará «nesta coisa extraordinária que é a suspensão do cargo, em reuniões da Comissão Nacional verdadeiramente trágicas»,¹¹ enquanto Almeida Santos manifestará estupor: «Para surpresa minha, Mário Soares chega um dia e diz: “Refleti e resolvi cortar o apoio a Ramalho Eanes. Não ouvi o que o partido pensa, mas a minha atitude é definitiva.” Fiquei muito chocado e disse-lhe: “Isso é um erro.” Nós [soaristas] tivemos de pedir a demissão do Secretariado, estávamos em minoria. Mesmo não concordando, fiquei com ele por uma questão de lealdade. A lealdade para mim é um valor muito importante.»¹²

A memória dos protagonistas nem sempre coincide nos detalhes. António Arnaut dirá que Soares regressou pouco depois à reunião, por insistência dos dirigentes: «Era eu quem presidia à Comissão Nacional. A coisa não corre bem a Soares, ele abandona e autossuspende-se, e a malta diz-me: “Tomas tu conta do partido.” E eu telefonei para ele: “Ó Mário, precisamos de ti, tens de voltar.” Uma hora depois ele voltou ao [edifício do largo do] Rato [local da reunião, onde seria a futura sede nacional do PS] e foi recebido com aplausos.»¹³

De qualquer modo, ficariam para sempre feridas incuráveis, como reconhecerá o criador do SNS: «Tudo aquilo deixou sequelas, por contaminação, visto que Soares reagiu mal. Não gostou que fizéssemos parte da candidatura de Ramalho Eanes. E começou o afastamento de Zenha. Depois, Mário Soares começou a rodear-se de um certo tipo de pessoas que faziam tudo o que ele dizia, como Alegre e Campos, que entre outras coisas nos caluniavam, dizendo que éramos eanistas.»¹⁴

Jorge Sampaio recordará que, na emergência, foi preciso definir quem ficava à cabeça do partido: «Fica ali uma comissão administrativa composta pelo Zenha, o Arnaut e o António Guterres, que assegurou um pouco o funcionamento do PS nessa altura. Eu não faço parte; interrogava-me na altura (era a minha interpretação): “Não se lembraram de mim? Ou, tendo-se lembrado, acham que eu ainda não fiz a escola suficiente dentro do PS?”»¹⁵

António Campos, então à frente do aparelho partidário, ficará com a memória de que «logo nessa altura Soares teve a percepção de que Ramalho Eanes ia formar um partido.»¹⁶ Mas Sampaio dirá que essa era questão que não se colocava entre os dirigentes socialistas apoiantes do Presidente: «Lembro-me de me ter claramente demarcado de qualquer movimento eanista que pudesse eventualmente estar em preparação. Eu ficava sempre muito irritado: isso não era de todo verdade. Sempre me dei bem com Ramalho Eanes, participei na sua campanha em vários momentos, mas não era a favor de qualquer tipo de criação de alternativa que viesse a cindir o PS.»¹⁷

O general entenderá que os atos de hostilidade, depois da sua polémica conferência de imprensa, vieram sempre do outro lado: «Mário Soares retirou-me, então, o seu apoio político e, em minha opinião, tudo fez para desencadear contra mim uma vaga de fundo no PS que lhe proporcionasse condições para ele se candidatar a Presidente da República. Várias manifestações de iniciativa soarista ocorreram em consonância com esse propósito político. Tive, na altura, notícias de que se procedia, mesmo, à recolha de assinaturas para uma candidatura de Soares. O comportamento político de Mário Soares durante a pré-campanha e campanha foi largamente noticiado nos meios de comunicação social.»¹⁸ Para Sampaio, tratou-se de uma iniciativa sem expressão: «Falou-se num movimento da massas a favor de Mário Soares no Rato. Houve uns apelos, mas não deu nada, objetivamente, só uma coisa muito pequena.»¹⁹ A crer no próprio Soares, contudo, até parecia uma vaga de fundo: «Todo o mundo sindical e os jovens queriam que fosse eu a candidatar-me. Ainda não tinha condições para isso, porque não estava suficientemente maduro. Estava ainda na força da vida, mas a verdade é que fui para casa e não fiz nada. Fiquei silencioso durante toda a campanha.»²⁰

Não sendo candidato, nada impediria que expressasse apoio, mesmo que subtil, ao rival de Eanes – pelo menos assim terão pensado os dirigentes da AD: «Sugeriram-me isso [num jantar com responsáveis do CDS]. Disse-lhes que não. Obviamente não o podia fazer. Mesmo antes desse jantar já me tinham chegado muitos recados, sugestões e mesmo pedidos para que me pronunciasse publicamente a favor de Soares Carneiro. Fui sempre dizendo que não. Por uma questão moral: era inimaginável, para mim, agir contra a orientação expressa do meu partido, do qual continuava a ser secretário-geral – embora autossuspenso – e no qual retomaria as funções para que fora eleito em congresso, a seguir às eleições e fosse qual fosse o resultado.»²¹

Mesmo assim – acrescentará –, o líder do PSD julgou que o seu gesto já seria suficiente para dar a vitória ao candidato da AD:

«Passados uns dias [sobre a autossuspensão] encontrei Sá Carneiro e ele estava radiante. Antes andava um bocado chateado comigo por causa da oposição dura que, como líder da oposição parlamentar, fiz ao governo dele, mas apareceu assim: “Ó Mário Soares, deixe-me dar-lhe um abraço. Você com isto fez-nos ganhar a eleição.” E eu disse: “Não se engane, o PS vai votar em massa no Eanes. Acho que o partido vai estar com ele e até percebo que deva estar. Pragmaticamente não pode fazer outra coisa, não tem outro candidato à vista”.»²²

Assim aconteceria, com efeito, mas Sá Carneiro jamais o pôde confirmar. A 4 de dezembro, três dias antes do escrutínio, quando levantava voo da Portela, na companhia de Amaro da Costa e das mulheres de ambos, para, num derradeiro e desesperado esforço de campanha, intervir num comício a favor de Soares Carneiro no Porto, a avioneta despenhou-se em Camarate, morrendo todos os ocupantes.

A tragédia – de que resultaria a sucessão de Sá Carneiro por Francisco Pinto Balsemão à frente do PSD e de um novo governo da AD – veio relativizar por momentos o psicodrama do PS, mas a luta interna continuaria após as presidenciais, das quais, conforme esperado, Eanes saiu vencedor, com uns convincentes 56 por cento (Soares dirá ter votado no general Galvão de Melo, que entendeu candidatar-se e recolheu 0,8 por cento dos votos²³).

Refletindo sobre as consequências das presidenciais, o secretário-geral que agora retomava funções antevia, numa entrada do seu diário escrita a 19 de dezembro, que, se os últimos tempos não haviam sido fáceis, os seguintes anunciavam-se-lhe ainda mais adversos: «É inegável que a vitória de R. Eanes me coloca, dentro do PS, numa situação difícil, embora no plano nacional tenha hoje uma imagem porventura melhor. Todos os meus **inimigos** dentro do PS (ainda hoje me dizia o Fernando Martins [1917-1987, proprietário] do [Hotel] Altis [em Lisboa, antigo presidente do Benfica e figura próxima dos socialistas], “olhe que o Zenha não é seu inimigo”!) não deixarão de aproveitar a situação para me atirar pedras.»²⁴

Sendo o combate disputado no PS, o Presidente reeleito estava já fora da contenda, e por isso Soares procurou logo a seguir estabelecer um *modus vivendi* com Eanes: «Pouco depois de ter vencido as eleições presidenciais, pediu-me Mário Soares, por intermédio de António Macedo, que o recebesse, ao que acedi (audiência que, aliás, viria a ser adiada pelo facto de António Macedo e Mário Soares terem sofrido um acidente automóvel quando se dirigiam para Belém).»²⁵ O líder socialista evocará essa «grave» ocorrência:

Tínhamos almoçado, em minha casa, uma boa dobrada com feijão branco, bebido bem, e íamos os dois bem-dispostos, quando nos metemos, num pequeno automóvel do partido, a caminho da Presidência da República. Na bifurcação da Avenida das Descobertas, o nosso motorista atrapalhou-se e chocou de frente com um carro que subia a avenida. O nosso automóvel ficou muito danificado; eu, mal saí do carro, desmaiei [“pela primeira vez na vida”²⁶]; António Macedo teve uma fratura exposta numa das pernas; só o motorista, felizmente, nada sofreu. Quando voltei a mim, lembro-me de que continuava muito bem-disposto, recorro o chilrear dos pássaros nas árvores da Avenida das Descobertas... A primeira coisa que vi, quando abri os olhos, foi um grupo de populares a dizerem uns para os outros: “Foi um atentado! Primeiro, mataram o Sá Carneiro; agora é este!” Tranquilei-os: fora apenas uma atrapalhação do motorista. Levaram-nos para o Hospital Particular, onde o médico que me viu quis que eu ficasse em observação, por mera prudência, uma vez que tinha desmaiado. Garanti ao ilustre clínico: “O meu desmaio não fora devido a qualquer pancada, mas ao facto de estar um pouco empanturrado, após uma barrigada de feijão com dobrada.” Fiquei dois dias internado, tendo, até, recebido a visita de Eanes no meu quarto do hospital. Quando saí, retomei o contacto com o Presidente Eanes.²⁷

Quanto ao panorama interno, Soares entrava no ano de 1981 em posição de acentuada fragilidade, com o Secretariado reforçado pela vitória eanista: «Eu vivia uma situação conjuntural extremamente ingrata, com o aparelho do PS, o grupo parlamentar e a esmagadora maioria do Secretariado abertamente contra mim.»²⁸

Não quis porém baixar os braços e resolveu reagir, estabelecendo um objetivo muito concreto: «Comecei, então, a pensar no próximo congresso: era necessário provocar uma clarificação, dentro do partido, para saber, uma vez por todas, se continuaria secretário-geral e reconquistaria o partido ou se, pelo contrário, seria, definitivamente, derrotado.»²⁹

O seu sobressalto tivera uma erupção a 11 de dezembro, quando a AR voltou a reunir-se, começando pela evocação da memória dos dirigentes falecidos em Camarate:

Apareci na AR e fiz o discurso de homenagem a Sá Carneiro e Amaro da Costa. Depois das presidenciais, julgavam eles [o Secretariado] que eu ficava numa situação de derrotado, mas instalei-me normalmente no Secretariado do partido logo no dia seguinte e comecei a atuar. E, com grande espanto deles no dia seguinte, houve a reunião da AR de homenagem aos mortos e eu disse: “Quem fala sou eu.” “Mas porquê? Nós tínhamos pensado...” “Pensassem o que pensassem, eu sou secretário-geral do partido, eu é que falo.” Foi assim. Tinha recuperado o cargo, que suspendi só até ao dia depois das eleições. O PSD e o CDS aplaudiram-me em pé, e o PS aplaudiu-me muito pouco. Não me importei nada com isso. Continuei. Fiz várias reuniões do Secretariado, onde fiquei em minoria. Eu disse: “Temos de fazer um congresso. Eu tenho a legitimidade estatutária de comandar o partido. Vocês agora estão a pensar que mandam no partido, que não mandam, quem manda no partido sou eu. Mas, se vocês quiserem que isso vá por diante, marcamos um congresso.” Marcou-se. Eles estavam convencidos de que iam ganhar o congresso. Foi então que escrevi toda a moção “Novo rumo para o PS” – à mão, como de costume.³⁰

O IV Congresso do PS foi apontado para maio seguinte, pelo que Soares teria cinco meses para reverter a situação a seu favor, derrotando o grupo que controlava a cúpula do partido (mais tarde designado como «ex-Secretariado») e recuperando o controlo da formação de que era ainda o líder em título. Embora Zenha estivesse do outro lado da barricada, não se tratava de um confron-

to entre as duas principais figuras do PS, mas de Soares contra o Secretariado, à volta do qual se agrupavam muitas personalidades mas nenhuma sobressaía. Em suma, era a luta de um general sem tropas contra tropas sem general.

A ausência de um líder do lado oposto era, na verdade, uma debilidade que Soares não deixaria de explorar: «Eles não tiveram coragem de encontrar um tipo que os chefiasse. O Zenha, que era o único possível, não quis. O Arnaut, fundador do partido, ainda pensou, mas eles também não queriam o Arnaut. Podemos dizer que havia três tipos que mandavam naquilo: o Guterres, o Constâncio e o Sampaio, por esta ordem.»³¹ Sampaio exporá o verdadeiro drama do grupo – não conseguir levar a segunda figura a concorrer a líder contra Soares: «Salgado Zenha não queria ser candidato, tão claro como isso. Não sei porquê, mas não queria. E porventura podia ter querido – havia todas as condições para isso. Talvez tenha pensado que podia eventualmente perder: ele sabia como é que as coisas funcionavam. Era uma figura moral de grande força, tão combativo quanto o necessário quando foi da batalha contra a unicidade sindical, tão claro nos contactos e financiamentos para o PS – lembro-me muito bem disso, já no Secretariado –, a favor do apoio a Ramalho Eanes porque achava que isso era importante... Mas, chegada a altura, o ex-Secretariado entendeu para já que ninguém queria.»³²

De qualquer modo, como pano de fundo, não deixava de estar presente a luta fratricida entre as duas maiores eminências socialistas, obrigando todos e cada um a tomar partido por um dos lados, nem que fosse por razões circunstanciais, como terá sido o caso de Arons de Carvalho:

Foi uma zanga política muito dura, mas que correspondeu à zanga entre dois irmãos inseparáveis, de certeza muito dolorosa para ambos. Tenho a noção de que a gente mais qualificada do PS alinhou com Constâncio, Guterres, Zenha, Sampaio, etc. Era o grupo de gente com quem me dava mais, e portanto alinhei com eles. Olhando para trás, para os fatores de divisão, questiono-me. Por exemplo, o Soares olhava desconfiado para

o Eanes, achava que este não ia ser um bom Presidente e pensava que era melhor ser ele o candidato. Claro que não o assumia diretamente, mas percebia-se que era isso um pouco o que estava estrategicamente no seu pensamento. A maior parte das pessoas achava que não, que o Eanes era melhor. Tenho a noção de que no ex-Secretariado também se achou que era tarde de mais para mudar o apoio. Portanto, houve ali uma rutura, em que acho que o Soares tinha razão. Claro que o ex-Secretariado separou-se do Soares por razões de tática política e também por razões de organização interna. O Soares ligava pouco ao partido, às coisas orgânicas: saber quem faz isto, quem vai para deputado, quem é que vai para este lugar, para aquele; isso fazia o António Campos. O Soares dizia: “As listas têm de ter este, aquele e aqueloutro, e o Campos faz.” O Campos fazia o contacto com as federações, mas a última palavra era do Soares – e do Alegre. Estava completamente centralizado. O ex-Secretariado também se afirmou pela democratização das opções, pela dinamização da vida interna do partido, as escolhas de deputados, definindo uma regra atualmente ainda existente no PS: um terço dos deputados são escolhidos pelo secretário-geral, dois terços pelas federações. Foi um grande ponto de viragem na vida interna do partido.³³

Por muito dura que fosse a blindagem psicológica do líder, a rutura com Zenha nunca se trataria, para ele, de mera divergência política: «Estranhei o comportamento de alguns velhos camaradas, irritei-me com outros (sem que isso afetasse as nossas relações pessoais!) como o Chico Ramos da Costa [...] ou como o José de Magalhães Godinho, por exemplo. E finalmente – reconheço-o em absoluto – fiquei muito magoado com o Zenha. Fiquei sentido, surpreendido e irritado. É verdade! Foi o único caso, dada a natureza das nossas fraternais relações, que me deixou profundas marcas.»³⁴ Se bem que ele encarasse a relação com os outros, até pela natureza de uma personalidade dominada pela bonomia, como «meros acidentes de percurso, a que não se deve atribuir nenhuma carga de natureza pessoal»,³⁵ com o compadre «foi completamente diferente»³⁶: «Este tema [...] deve ter sido, talvez, se não dos mais

graves na vida do PS, certamente o mais doloroso na vida política de Mário Soares no pós-25 de Abril.»³⁷

Entendeu o líder socialista não recuar mais nas posições que ainda mantinha dentro do partido, e quando Rui Mateus, isolado no Secretariado após a demissão de Gonelha por incompatibilidade com a maioria («não aguentou a pressão»³⁸), quis também sair (por estar «contra a hostilidade de todos»³⁹), o secretário-geral foi imperativo: «Dei a conhecer a Mário Soares a minha intenção e ele teve um ataque de nervos. Disse-me que não poderia fazer tal coisa, pois o “nosso” maior erro seria entregar “àqueles malandros” os contactos internacionais. Berrou comigo, em pânico, que “se eu lhes queria entregar o partido de mão beijada então o melhor era fazer como o Gonelha”. Considerou que se eu fizesse tal coisa seria uma traição igual à “daqueles gajos”. Fiquei metido numa camisa de onze varas, recebendo, do outro lado, da maioria do Secretariado Nacional, impropérios e humilhações diários.»⁴⁰

Ao longo de meses, o ambiente de autêntica guerra civil dentro do PS transbordou para o espaço público, à vista de toda a gente, ameaçando pulverizar o partido. Augusto Abelaira fazia em *O Jornal* uma síntese que exasperaria os soaristas: «Não é certamente por acaso que, com algumas exceções, as melhores inteligências do PS alinham contra o monarca, desejam a República.»⁴¹ Ao que responderia Alfredo Barroso, sempre ao lado do tio: «A verdadeira luta que se trava no interior do PS é entre uma autêntica oligarquia de dirigentes – que na sua maioria entraram para o partido muito depois do 25 de Abril, com fortes solidariedades exteriores ao PS, e alguns deles sem qualquer passado de luta contra o antigo regime – e um vasto grupo de dirigentes coesos na defesa da autonomia e na afirmação da identidade própria do partido – que recusam a diluição do PS num frentismo inorgânico e defendem uma clarificação da sua orientação política.»⁴²

Para lá de tudo o resto, Soares continuava a reclamar-se de uma legitimidade histórica: «Eles achavam que eram a nata do PS, os gajos mais conhecidos, mas eu tinha comigo Alegre, Tito de Morais,

Gama, Almeida Santos, Saias (que me interessou muito, porque era companheiro de escritório de Zenha e estava contra ele), Walter Rosa, Cardia, Eduardo Pereira, Campinos, António Macedo, [Mário] Cal Brandão, enfim, a velha guarda do PS.»⁴³

Encontrava-se, apesar disso, desapossado da máquina partidária, que estava agora nas mãos do Secretariado. Refugiou-se por isso nas fundações afetas ao PS, onde antes colocara homens da sua confiança:

Criou uma espécie de “gabinete de guerra” com os “chefes” das fundações que dominava e que passariam a ser essenciais para contrabalançar a notória perda de controlo sobre o aparelho do partido, então dominado por António Guterres: Maldonado Gonelha da Fundação José Fontana, Jorge Campinos da Fundação Antero de Quental, Eduardo Pereira da Fundação Azedo Gneco, [José Alberto] Menano do Amaral [1944-1921, ex-deputado socialista pela Guarda e secretário de Estado no governo PS-CDS], gestor da CEIG, e o tesoureiro do partido, Fernando Barroso. A este grupo chamaria também Walter Rosa, Almeida Santos, António Campos e a mim. O local de reunião seria, curiosamente, a “velha” sede do grupo de Jorge Sampaio na Avenida Guerra Junqueiro [em Lisboa], cujo contrato de arrendamento passara para o património do partido.⁴⁴

Mas Soares necessitava ainda de uma outra estrutura na qual pudesse confiar e que lhe obedecesse a cem por cento. Avançou por isso para a criação da Fundação de Relações Internacionais (FRI), onde se entrincheirou:

Era necessário um fórum de total confiança, impenetrável aos adversários “eanistas” da sua moção ao IV Congresso, [...] e independente das flutuações dos alemães que se começariam então a notar [...]. Por essa razão nasceria a “fundação das fundações”, a Fundação de Relações Internacionais, por escritura notarial de janeiro de 1981, que tinha como presidente Mário Soares, como vice-presidentes Maldonado Gonelha [...], Eduardo Pereira [...], Bernardino Gomes (pessoa da sua confiança para as relações com a CIA) e eu próprio enquanto responsável pelas

relações internacionais do PS e, então, o único “soarista” no Secretariado Nacional. Os outros fundadores seriam Joaquim Catanho de Menezes, Raul Rêgo, Menano do Amaral [...] e os seus dois cunhados Fernando Barroso e José Manuel Duarte.⁴⁵

Dirá Mateus que os sociais-democratas alemães e suecos estariam insatisfeitos com a conotação pró-americana de Soares, pelo que os fundos para a FRI terão sido obtidos sobretudo nos EUA, por intermédio de Frank Carlucci, quando era ainda diretor-adjunto da CIA (e cuja lealdade ao líder socialista se mantinha inabalável). A canalização das verbas seria resolvida em Washington pelo próprio diretor de Relações Internacionais do PS e por Bernardino Gomes, junto de dois agentes para tal instruídos pelo ex-embaixador em Lisboa (sendo um deles o mesmo «KC» que já tratara em 1975 do «esquema de apoio à editora Perspetivas & Realidades»).

Na versão de Soares, no entanto, os sociais-democratas europeus continuaram a apoiá-lo, o que constituiria um trunfo a seu favor: «Quando houve as lutas do ex-Secretariado e do não-ex-Secretariado, esses tipos todos foram-me sempre fiéis. E uma das coisas que travaram o ex-Secretariado, que nunca me quis propriamente atirar abaixo – queriam apenas que eu deixasse de ter poderes dentro do partido –, foi porque eu tinha as ligações internacionais e, através delas, era eu que funcionava a arranjar dinheiro para o partido. Naquela altura, quem arranjava dinheiro para o partido era uma pessoa importante. Hoje não, porque os partidos são subsidiados pelo Estado.»⁴⁷

Manter o pelouro das Relações Internacionais nas mãos de um indefetível permitia a Soares respirar, como deporá o próprio Rui Mateus: «Eles [o Secretariado] não controlavam as relações internacionais. Era por ali que passava o dinheiro do partido, e isso era fundamental para ter voz no PS. O Secretariado não tinha acesso a ninguém lá fora. Para falarem com o Mitterrand ou o Willy Brandt tinham de falar comigo. O Secretariado vivia atrofiado numa mediocridade, éramos um país muito provinciano, nenhum deles

tinha relações internacionais.»⁴⁸ Escreverá ainda: «Soares estava consciente de que, se então perdesse o controlo das relações internacionais, perderia definitivamente o partido.»⁴⁹ Nesse caso restar-lhe-ia a FRI, para onde entretanto se mudara a «*task force*»: «Se na pior das hipóteses ele saísse de novo derrotado, seria a base natural para prosseguir as suas atividades políticas.»⁵¹

O caderno de encargos para os próximos tempos era pesado mas incontornável, caso Soares quisesse mesmo – como mostrava querer – recuperar o seu protagonismo a nível nacional: «Ganhar o congresso, alterar o funcionamento do Secretariado Nacional, transformando-o numa “Comissão Permanente” homogénea em sintonia com o secretário-geral, preparar o partido para as eleições autárquicas de 1982 e legislativas previstas para 1984, retirar poderes ao Presidente da República e pôr fim ao Conselho da Revolução em 1982 [por via da primeira revisão constitucional, prevista para esse ano], não excluir coligações governamentais com o PSD, apoiar a candidatura de Mário Soares à Presidência da República e lançar Almeida Santos [pela sua experiência governativa e a sua lealdade ao líder socialista] para o cargo de primeiro-ministro.»⁵²

O líder socialista, que já dera voltas a Portugal inteiro em campanha eleitoral para conquistar o país, precisou agora de repetir o itinerário para reconquistar o seu próprio partido. Em condições nem sempre tranquilas: «Houve sedes onde nem me queriam deixar entrar, onde andámos quase à pancada.»⁵³ E um único circuito nacional não foi suficiente: «Eu corri o país duas vezes. Aquela eleição foi mais difícil do que as eleições legislativas. Eu entrava nas sedes do partido – lembro-me por exemplo de Oeiras, a terra onde morava o Constâncio – e havia pouca gente e todos os meus retratos dentro das delegações estavam substituídos por retratos do Eanes, aquilo estava cheio de fotografias dele. Entrei [na sede de Oeiras]. Não disse nada sobre os retratos do Eanes mas registei, e continuei, fiz lá um debate. Ao fim de meia hora, os presentes começaram já a ser mais meus que deles. E eles começaram a não ir aos sítios onde eu ia. Percorri todas as secções do partido, pelo país inteiro. Foi um esforço diabólico.»⁵⁴

O esforço compensou: a abrir o IV Congresso, realizado no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, de 8 a 10 de maio, a sua moção elegera quase o dobro dos delegados da que tinha por primeiro subscritor Salgado Zenha. O que prenunciava a vitória que acabou por arrebatá-lo, confirmando-se com o apoio de 72 por cento dos congressistas no cargo de secretário-geral (ao qual, na verdade, era candidato único). «No congresso do Coliseu eles ainda estavam a pôr problemas», resumirá. «Mas ganhou-se tudo.»⁵⁵

«Mário Soares recupera uma legitimidade acrescida, com o ex-Secretariado sem candidato alternativo», reconhecerá Sampaio, que havia proposto a aprovação de um conjunto de dez normas de comportamento dentro do PS. «Eu achava que a minoria devia pôr em cima da mesa as regras de convivência interna, aquele decálogo que Soares odiava. Ele ficava furioso: “Lá vem você com essa coisa do decálogo, isso não é preciso na nossa prática.” Era uma coisa criada por mim e pelo Secretariado, que aprovou, um conjunto de princípios para existir uma vida sã dentro do partido. Ele achou que era redundante: “Agora o decálogo, que estupidez, e tal”.»⁵⁶

Até os ventos da História foram então auspiciosos para o líder, conforme recordará Alfredo Barroso: «Soares é eleito no congresso do Coliseu no mesmo dia em que Mitterrand é eleito presidente [da França, para o seu primeiro mandato]. Quem lhe vai dizer ao palco sou eu. Ele pergunta-me: “Tens a certeza?” “Sim, absoluta.” Então ele levanta-se (já tinha havido a votação do partido) e diz: “Camaradas, o nosso camarada François Mitterrand acaba de ser eleito [a sala, nesse instante, quase veio abaixo com a euforia provocada], de maneira que eu já amanhã vou a Paris visitá-lo.” E foi.»⁵⁷ Soares reconstituirá a ousadia (que ainda o terá levado a pensar, prevenido por Rui Mateus, se não se teria precipitado naquele momento de entusiasmo⁵⁸): «Fui sem qualquer garantia, à sorte, como se diz. Mitterrand convidou-me para almoçar na sua casa [...], no seu primeiro almoço como Presidente já eleito. [...] Toda a França vibrava com a sua eleição. Lembro-me – não o posso esquecer – de que, apesar disso, Mitterrand esteve cerca de meia hora a fazer-me perguntas sobre o congresso do PS.»⁵⁹

No rescaldo da reunião magna, o secretário-geral foi rápido a consolidar a vitória: remodelou todos os órgãos diretivos do partido para não ficar refém do ex-Secretariado. Menano do Amaral substituiu Fernando Barroso como tesoureiro.

Ainda nesse mês de maio, o revigorado secretário-geral encontrou-se em Lisboa com Caspar Weinberger (1917-2006), o secretário de Estado da Defesa da nova administração norte-americana do presidente Ronald Reagan (1911-2004). Rui Mateus – que, demonstrada durante a crise interna a sua absoluta lealdade a Soares, mantinha o pelouro das Relações Internacionais – assistiu ao encontro (onde, como habitualmente com Soares, foi o intérprete) e registou o que o líder socialista expôs ao interlocutor, depois de lhe dizer que o PS, na revisão constitucional, tencionava retirar poderes ao Presidente Eanes e extinguir o CR:

Confessaria estar arrependido de não ter chegado a um acordo com Sá Carneiro e com o PSD, mas que, em virtude da debilidade do governo de Balsemão, aquele partido estava em vias de desintegração e era possível poder pensar de novo num tal acordo. Disse ao secretário da Defesa que em tal hipótese Almeida Santos, “o número dois do PS”, como ele lhe chamaria, seria o próximo primeiro-ministro e que, “muito provavelmente, aqui o Rui Mateus, responsável pela política externa do partido, seria o próximo ministro dos Negócios Estrangeiros”. Disse que de modo algum considerava entrar num próximo governo do PS e que era questão assente preservar a sua imagem, de novo reforçada, para se candidatar em dezembro de 1985 à Presidência da República. Weinberger perguntou-lhe para quê reduzir os poderes presidenciais, se era esse o seu plano, explicando-lhe, então, o líder português que os poderes que Ramalho Eanes detinha eram contrários ao seu conceito de democracia e que os poderes do Presidente da República, segundo a revisão constitucional que o PS propunha, eram importantes, uma vez que competiria sempre ao Presidente nomear o primeiro-ministro e dissolver a AR.⁶⁰

Ao secretário da Defesa, Soares solicitou o prolongamento, pela nova administração norte-americana, do apoio ao PS, à UGT e à

FRI, tendo-lhe Weinberger feito notar que o líder socialista tinha muitos amigos em Washington.⁶¹ Não era por acaso: Carlucci havia sido promovido a subsecretário da Defesa, trabalhando, pois, em estreita ligação com o visitante.

Num momentâneo regresso ao passado, no verão de 1981, Soares foi convidado pelos advogados de acusação no processo do assassinio de Humberto Delgado – cujos autores (a maioria à revelia) estavam por fim, desde há três anos, em julgamento no Tribunal Militar de Santa Clara em Lisboa – a reviver a sua carreira na advocacia:

Não pude participar nesse processo final porque era então primeiro-ministro. Quem o conduziu foram os advogados Fernando Abranches Ferrão, Luís Saias e José Luís Nunes. Por forma brilhante, aliás. Assisti, contudo, a uma das alegações finais e, pela última vez, vesti uma toga. Num intervalo da sessão, dirigi-me a um dos réus, o inspetor Álvaro Pereira de Carvalho, uma das figuras mais responsáveis da operação que conduziu ao crime, e que na PIDE me interrogou várias vezes, a altas horas da noite. Perguntei-lhe, a olhar diretamente para ele: “Como foi possível que o senhor me tenha interrogado noites inteiras no terceiro andar da PIDE, acusando-me, inclusivamente, de ter responsabilidades no crime, que o senhor atribuía aos comunistas, quando foi o senhor mesmo que o programou e mandou executar?” Respondeu-me, com os olhos no chão, sem me fixar: “Coisas da vida, senhor doutor...”⁶²

Não tinha terminado no IV Congresso o confronto entre Soares e o ex-Secretariado. O processo de revisão constitucional, a qual seria votada no ano seguinte e levaria à extinção da tutela militar sobre o Estado, faria prolongar com a mesma intensidade a disputa de facções dentro do PS: «A crise atinge o auge por causa dos poderes militares na Constituição. A questão que dividiu o ex-Secretariado dos soaristas foi a revisão constitucional, atingindo-se a grande polémica em finais de 1981. Essa questão já vinha de antes do congresso e atravessou todos os debates no partido.»⁶³ Recordará José Manuel dos Santos um dos pontos de maior divergência:

«Os do ex-Secretariado puseram-se todos contra Mário Soares na revisão constitucional: queriam as chefias militares dependentes do Presidente da República e não do governo.»⁶⁴

Para a obtenção dos dois terços necessários à alteração da lei fundamental seria necessário o acordo de PS e PSD, estando em curso para o efeito os trabalhos de uma Comissão Eventual de Revisão Constitucional, o que não evitava o recurso pontual a conversações entre os líderes dos dois partidos.

Entre os aspetos que o ex-Secretariado entendia desconsiderarem Eanes e os militares do antigo MFA, a fonte de maior conflito era, ainda, a determinação de Soares em eliminar a dupla responsabilidade do governo perante a AR e o Presidente. O governo passaria a ser responsável «politicamente» apenas perante o parlamento e não já perante Belém, que só deteria o poder de dissolver a AR. Como confessará o secretário-geral do PS, essa posição remontava ao momento da sua exoneração por Eanes como chefe do II Governo Constitucional: «Foi essa a razão pela qual na revisão constitucional eu e Balsemão já mudámos algumas coisas, para tornar isso impossível.»⁶⁵ Rejeitaria contudo que se tratasse de uma revisão dirigida a uma só pessoa – no caso, o Presidente: «A revisão de 1982 não foi *ad hominem*, foi uma revisão para segurar o regime e os partidos – o regime parlamentar e semipresidencial, como é o nosso. Nós não queríamos que os partidos fossem totalmente dominantes como são num regime parlamentar, e como foram na I República, nem queríamos que fosse um regime presidencialista, como foi o Sidónio, no fundo. Nós não éramos sidonistas, éramos a favor da democracia republicana e socialista.»⁶⁶

O problema é que assim se violava o acordo PS/Eanes anterior às presidenciais, além de que a dupla responsabilidade do governo já havia sido aprovada pela Comissão Eventual de Revisão Constitucional. Mas para Soares isso não seria obstáculo, tanto mais que considerava suficiente o poder presidencial remanescente: «Quando o Eanes dizia “eu estou sem poderes”, não estava nada sem poderes.»⁶⁷ Será diferente, naturalmente, a perspetiva mantida pelo general:

Conheço bem a versão de Mário Soares a propósito da revisão constitucional de 1982. Vários são os relatos aquando das reuniões entre o Presidente da República e o PS a propósito desse assunto. Antes de lhe fazer referência, chamo a atenção para o *Diário da Assembleia da República*, que relata as intervenções feitas no parlamento sobre a matéria, sobre a nova configuração do regime semipresidencial, que contradizem a afirmação de Mário Soares [acerca da não diminuição dos poderes presidenciais]. Considerando essas intervenções e os relatos das reuniões no Palácio de Belém sobre a revisão constitucional e o novo texto constitucional, devo dizer que Mário Soares não respeitou o acordo que estabeleceu comigo, aquando da minha segunda candidatura à Presidência da República, apesar de a Comissão Política do PS, em comunicado de janeiro de 1982, ter referido que o partido “reafirma solenemente os compromissos assumidos em 1980 no pacto político firmado com o General Eanes”.⁶⁸ Lembro, textualmente, a Mário Soares, o que lhe disse (na presença de Almeida Santos, Jaime Gama e Eduardo Pereira) a 26 de março de 1982 (e que consta de relatório, feito na Presidência da República, sobre essa reunião): “No quadro dos compromissos políticos e morais, a dupla responsabilidade do governo é um fator principal que caracteriza o nosso semipresidencialismo. O Presidente da República tem, não só o poder arbitral, como um certo poder de pressão sobre o governo. A modificação proposta descaracteriza o regime.”⁶⁹

Eanes ameaçou mesmo resignar do cargo em janeiro de 1982, como estava implícito nas palavras do seu porta-voz, o ex-jornalista Joaquim Letria (n. 1943), durante uma entrevista: «O Presidente da República não aceitará uma redução de poderes que desvirtue o compromisso que assumiu perante o eleitorado na campanha para as presidenciais, que venceu.»⁷⁰ Soares viu na ameaça uma intenção a ele dirigida: «Atemorizar-me e criar ambiente para me obrigar a recuar. Nunca acreditei que [Eanes] se demitisse.»⁷¹

Intensificaram-se os apelos de apoiantes de Eanes para a formação de um «partido presidencial», cuja liderança o general dizia rejeitar. Por seu turno, os membros do CR queixaram-se de que

a revisão em curso violaria o II Pacto MFA/Partidos. Ao mesmo tempo, os constitucionalistas debatiam em público se a alteração prevista implicava ou não uma redução dos poderes presidenciais.

Para Soares, a prova de fogo consistiria em levar o próprio grupo parlamentar do PS, onde o ex-Secretariado dispunha de uma confortável maioria, a obedecer às suas intenções, condição indispensável para a aprovação da revisão. Teria de convencer primeiro a nova direção do PS a suspender Zenha da liderança da bancada: «Foi um gesto que ele nunca me perdoou.»⁷² Mas levou a água ao seu moinho: «Invocando a disciplina partidária, levei o grupo parlamentar a votar o texto das alterações à revisão constitucional. Confesso que nunca pensei que o viesse a conseguir tão facilmente... Julguei sempre que a maioria pró-ex-Secretariado se opusesse de uma forma mais obstinada. Mas não. Um a um, antes de votar, fizeram diversas declarações de voto – a começar pelo Zenha –, mas votaram. Respeitaram a disciplina partidária, por respeito às regras democráticas de vivência interna do partido ou, talvez (quem sabe?), com medo de serem expulsos...»⁷³ Sampaio, um dos deputados socialistas que estavam do outro lado, recordará o episódio, reconhecendo, com a experiência política depois acumulada, que os opositores internos de Soares ferviam então em pouca água:

O Zenha nisso foi uma figura de grande capacidade, e bateu-se, como líder parlamentar que era, contra a aprovação da Constituição. Eu acharia que os membros do 25 de Abril – o *hardcore* do 25 de Abril – e do Conselho da Revolução poderiam ter tido um tratamento mais simpático. Mas a revisão era absolutamente indispensável, disso não tenho a menor dúvida. [Quanto à dupla dependência do governo], na altura achámos que era um pouco tirar poderes ao Presidente da República: foi esse o objetivo, tirar aquele poder de demissão do governo ao general Eanes, ao deixar de existir a responsabilidade política do executivo perante o Presidente e passando a existir só perante o parlamento. O general Eanes usou esse poder várias vezes, e foi para impedir que isso se verificasse que essa alte-

ração constitucional foi feita. Não tenho sobre isso a menor dúvida, e os que votaram vencido, como nós, têm a certeza de que isso era assim. Vistas as coisas hoje, a verdade é que, no equilíbrio de poderes, o Presidente da República recuperou a capacidade de dissolução livre da AR. Eu hoje já não mexeria nisso, já não faria o voto de vencido que então fiz. Na altura era absolutamente importante mostrar isso. Mas acho que a dualidade das responsabilidades políticas, depois da experiência entretanto acumulada de 1982 para agora, talvez se perceba que seja assim, deixando ao Presidente, claro, apenas um instrumento que é a tal dissolução, a que alguns chamam “bomba atômica”, mas que se pode usar em circunstâncias muito especiais. Ninguém tinha percebido que havia uma distinção entre demitir o governo e dissolver a assembleia, mas a verdade é que é completamente diferente.⁷⁴

Situado também no campo contrário ao de Soares, Arons de Carvalho notará que a questão dos poderes presidenciais não era a única na qual a oposição interna fazia finca-pé, embora, de novo, pudesse afinal não estar na linha justa: «O ex-Secretariado foi muito renitente em retirar o Conselho da Revolução na revisão de 1982. Tratou-se de outro grande elemento de fissura. Mas Mário Soares, mais uma vez, tinha toda a razão nisso também.»⁷⁵

Quanto ao poder de nomeação das chefias militares, Soares mostrava-se igualmente intransigente, convergindo com a proposta da AD – garantia que deu a Freitas do Amaral num jantar a sós realizado entre ambos, na sua casa do Campo Grande, para discutir o assunto, conforme o citou o interlocutor: «Olhe, senhor professor: eu creio que a maioria dos deputados do PS me apoia neste ponto, [...] mas ainda vou ter de trabalhar muito até ao dia da votação. Agora, há uma coisa que eu aqui lhe garanto: é que, mesmo que eu fique isolado no seio do grupo parlamentar do PS, eu votarei sozinho, se necessário for, de acordo com a minha consciência, e ao lado dos deputados da maioria parlamentar. Pela simples razão de que, neste ponto, a vossa proposta coincide com as minhas ideias de sempre.»⁷⁶

O líder socialista virá a justificar a revisão constitucional de 1982 como uma questão de princípio: «Houve pontos do meu percurso político em relação aos quais nunca transigi. Essa foi sempre, aliás, uma das minhas pedras de toque: nunca ceder no essencial. Sempre fui a favor da democracia pluralista e pluripartidária, a favor dos partidos políticos. E civilista na maneira de conceber a democracia. Como era justamente isso que estava em causa na revisão constitucional, não transigi. Era necessário acabar com o Conselho da Revolução e criar uma legitimidade única: a que resultava do voto popular.»⁷⁷ Considerará aliás, a propósito de Eanes, que o futuro viria a dar-lhe razão na disputa que empreendeu com o ex-Secretariado para satisfazer a sua vontade na reforma constitucional.⁷⁸

As alterações à Constituição foram aprovadas no verão desse ano, mas Soares – apesar de solicitado à sua direita e de Vítor Cons-tâncio também ter mostrado disponibilidade – recusaria negociar com a AD a revisão da parte económica do diploma fundamental, sobretudo a extinção do controverso artigo sobre a irreversibilidade das nacionalizações, invocando estar-se ainda demasiado perto do período revolucionário para mudanças dessa natureza.⁷⁹

Seu confidente, José Fernandes Fafe relevará a propósito das lutas de Soares em inícios dos anos 80, uma característica particular do líder do PS: «A coragem. Ele tem muita coragem. Disse-me ele: “Esses gajos lá do PS eram muito mais cultos do que eu, mas não tinham coragem.” O que é verdade: o Guterres é inteligentíssimo.»⁸⁰ Já perto do fim da vida, Soares haveria de expor ideia idêntica a propósito do seu confronto com o ex-Secretariado: «A verdade é que senti sempre que eles, sob muitos aspetos, intelectuais, etc., eram melhores do que eu, mas obedeciam-me. E eu cheguei à conclusão [de] que eu, quando é preciso, dou um murro na mesa “e é assim!”. Eles ficam a pensar se é ou não é, e, quando chegam à conclusão, já foi [risos].»⁸¹

Eleito pelo parlamento como membro do Conselho de Estado, criado em substituição parcial do CR, Soares optou por uma bran-

da oposição aos dois gabinetes consecutivos que Balsemão liderou, apostando na lenta degradação da coligação governamental, que se sentia todos os dias, em paralelo com uma nova fase de deterioração financeira do país. Não estando interessado em regressar ao lugar de primeiro-ministro (que classificou como «uma penosíssima tarefa», cumprida «com grande desgaste físico e intelectual»⁸²), o seu plano consistia em deixar arder a AD em lume brando, sem pedir a dissolução do parlamento e eleições antecipadas, convencido de que o método reforçaria a implantação eleitoral do PS: «Julgávamos que poderíamos vir a obter uma maioria absoluta, que encarávamos, aliás, como indispensável para aplicar a política de austeridade que seríamos obrigados a fazer.»⁸³ Os resultados das eleições autárquicas de dezembro de 1982, onde o PS avançou em detrimento da AD, indicavam o bom caminho.

Procurando reforçar o seu prestígio, Soares apostava também na atividade onde sempre se sentiu como peixe na água: as relações internacionais. Definindo duas metas: manter, junto da Administração Reagan, o apoio norte-americano e consolidar posições no seio da IS. Escreverá Rui Mateus, o permanente intermediário nessas relações: «O presidente Reagan tinha dificuldades em aceitar que houvesse “socialistas bons”, mas parecia preparado para criar uma exceção no caso de Mário Soares.»⁸⁴

Para convencer Washington, Soares valeu-se do seu trabalho para a IS, fazendo convergir as duas metas numa só. A sua posição sobre a Nicarágua era já apreciada pelo Departamento de Estado, na medida em que aconselhava a ouvir setores moderados e não apenas a Frente Sandinista de Libertação Nacional, no poder (depois de, em 1979, ter vencido uma prolongada guerra civil), ao contrário da posição da maioria da IS e de Willy Brandt, que confiavam em exclusivo na organização pró-cubana. Mas o que daria notoriedade a Soares seria a sua complexa missão ao Médio Oriente, também ao serviço da IS.

A acumulação de tensões entre Israel e o Líbano, no início de 1982, levou a uma reunião do *Presidium* da organização social-

-democrata internacional (formado pelo presidente, os 21 vice-presidentes, o secretário-geral e, *ex officio*, responsáveis pelas relações internacionais dos partidos com vice-presidências), em Bona, a 2 de abril, para analisar a situação e decidir pelo envio de uma missão. O líder do Partido Trabalhista israelita, Shimon Peres (1923-2016, que depois seria primeiro-ministro, Nobel da Paz e presidente do seu país), concordou com a missão ao Médio Oriente mas vetou o nome de Bruno Kreisky, especializado na região, por suspeita de parcialidade a favor dos palestinianos. Soares foi um dos três únicos vice-presidentes presentes a expressar alguma inclinação por Peres, e na reunião seguinte da IS, em Helsínquia, a 26 de maio, o líder israelita propôs o nome do português para chefiar a missão. A IS começou por rejeitar o nome de Soares, mas nessa viagem o líder socialista terá pedido a Mateus para «mexer as coisas», uma vez que a chefia da missão lhe interessava, «convencido que estava que dela poderia retirar dividendos políticos».⁸⁵

No mês seguinte, o exército israelita invadiu o Líbano, com o objetivo de chegar a Beirute, o que tornaria mais premente concretizar a missão da IS. Bernt Carlsson falou com Mateus a perguntar-lhe se Soares estava disponível para fazer a viagem, ao que o português anuiu, desde que o convite fosse confirmado por Willy Brandt.⁸⁶

Segundo o chefe das Relações Internacionais do PS, «Kreisky terá ficado zangado e afirmado que mandar Soares seria a mesma coisa que mandar os americanos.»⁸⁷ Mas, depois da sondagem feita por Carlsson junto de Mateus em nome do presidente da IS, o nome do líder português acabou por se impor. Soares dirá que Willy Brandt lhe telefonou a convidá-lo, estava ele na AR.⁸⁸ Mateus duvidará de que o presidente da organização tenha de facto chegado a fazer a ligação.⁸⁹ Para todos os efeitos, no entanto, a missão realizou-se, sob a chefia do português.

Dada a configuração geopolítica da zona, só foi possível cumprir o objetivo com três viagens separadas. Na primeira, ainda em junho e no mês seguinte, Soares, acompanhado por Carlsson e Mateus,

foi a Israel, a partir daí ao Líbano num helicóptero israelita (chegando às portas de Beirute) e depois às capitais síria, jordana e egípcia.

A segunda deslocação, em agosto, na qual Bernardino Gomes substituiu Mateus, destinou-se a Beirute, para contactar as forças políticas libanesas, e onde Soares conseguiria encontrar-se com o líder palestino, Yasser Arafat (1929-2004), que estava então sob intenso assédio das forças israelitas, como o visitante relatará:

Hospedámo-nos num curioso hotel, o Bristol, que havia sido bombardeado pelos israelitas e que tinha o centro (as escadas, o *hall*, a receção e os elevadores) completamente incinerado, mas em que tudo o resto funcionava, impecavelmente, incluindo os telefones! Aí estivemos dois dias de vigília, à espera, assistindo aos bombardeamentos noturnos de Beirute [...]. Uma noite, pelas duas da manhã, surgiu-nos no hotel um emissário que nos veio buscar para irmos ao encontro de Yasser Arafat. Conduziu-nos, sem faróis, pelas ruas esburacadas de Beirute, completamente às escuras, para despistar os aviões de Israel. Ouviam-se, ao longe, explosões de bombas e fogo de artilharia antiaérea. Chegámos, após um longo percurso. Arafat, imperturbável, sorridente, acompanhado por um oficial que depois compreendemos ser russo, recebeu-nos no seu *bunker*, uma cave profunda, sob um prédio completamente em ruínas, a antiga sede da OLP [Organização de Libertação da Palestina], destruída no início da guerra. Falámos longamente: pusemos-lhe as questões mais delicadas e, algumas vezes, respondeu-nos usando um duplo registo, tipicamente mediterrânico, em que os subentendidos e as reticências tinham mais valor do que as afirmações explícitas.⁹⁰

Da visita à capital libanesa ficou outra recordação: «Quando íamos a atravessar Beirute, do lado oriental para o ocidental, por caminhos ínvios e esconsos, no carro do cônsul grego, conduzido por um libanês (o cônsul e eu íamos no assento de trás, e o Bernardino Gomes no banco da frente, ao lado do motorista), ouviu-se um estalido estranho. Intrigado, perguntei: “Que é isso?” E o motorista, impassível, respondeu, num francês impecável: “Foi

uma bala perdida que, como vê, furou o para-brisas e se deve ter alojado no banco onde vai o senhor ao meu lado.” Ficámos lívidos! O Bernardino procurou a bala e encontrou-a. Ainda hoje a conserva como fetiche...»⁹¹ O que o companheiro de viatura confirmará: «Aquela bala que Soares diz sempre que entrou ao lado do meu braço – uma história que ele conta volta e meia –, é verdade.»⁹²

A terceira viagem concretizou-se apenas em janeiro e fevereiro de 1983, e incluiu outra vez Beirute, a Jordânia, a travessia do Jordão para contactos com Peres e o governo israelita, e Tunes, para onde já se havia escapado Arafat. Dirá Mateus (de novo na comitiva) que neste périplo aumentara significativamente o número de partidos socialistas integrando a missão – a qual, no seu conjunto, reforçaria o prestígio de Soares no seio da IS, «num momento em que estava a ser particularmente criticado entre os seus pares».⁹³

A missão ao Médio Oriente foi instrumental para Soares conseguir o que já vinha a tentar com os bons ofícios de Carlucci: um encontro com Ronald Reagan. Seria um pouco insólito pensar que o presidente norte-americano estaria na disposição de receber o líder da oposição de um pequeno país europeu, mas foi o que aconteceu: ainda em fevereiro, o secretário-geral do PS (sempre com Mateus a traduzir), numa viagem em que teve também conversas com o vice-presidente George Bush (1924-2018) e com o secretário de Estado George Shultz (1920-2021), encontrou-se na Casa Branca durante meia hora com o seu ilustre ocupante:

Reagan pediu a minha opinião sobre as missões da IS em que eu participara, metendo-me no coração, como se pensasse que era da maior importância o que eu lhe dizia. Trocámos impressões sobre as questões europeias, sobre o processo de integração de Portugal na então CEE, sobre Angola. Quando voltámos a abordar, com algum detalhe, a situação no Médio Oriente – eu regressara dias antes [da última viagem da missão da IS] –, o presidente interrompeu-me: “Temos a mesma visão sobre quase tudo, mas há um ponto sobre o qual discordo totalmente de si!” Perguntei qual era. “Arafat!”, limitou-se a responder. “Desculpe, presidente, mas não tem

razão”, afirmei-lhe. Falei-lhe longamente da personalidade de Arafat. Disse o que pensava. Que o considerava um homem moderado e que, no superdelicado *puzzle* do mundo árabe, se tratava de alguém com quem se podia – e devia – dialogar. “Mais tarde ou mais cedo – insisti –, será, necessariamente um interlocutor dos Estados Unidos no conflito israelo-árabe e para a paz do Médio Oriente.” Não me pareceu, na altura, que o presidente Reagan tivesse ficado muito convencido.⁹⁴

Prova do êxito de Soares com a sua missão ao Médio Oriente foi a sondagem que o SPD fez a Rui Mateus para o PS ser o anfitrião do congresso seguinte da IS, que teria lugar em abril desse ano, e a que o líder socialista logo anuiria.⁹⁵ O encontro, com a participação de delegados de 126 partidos e organizações de mais de 90 países, desenrolar-se-ia no hotel Montechoro, em Albufeira, e, como resultado ainda da mesma missão, contaria pela primeira vez com a presença da OLP como observadora, a convite de Soares. A delegação palestiniana seria chefiada por um moderado com notória influência na organização, devido aos seus recentes esforços para se conseguir um acordo de paz com Israel: o médico cardiologista Issam Sartawi (n. 1935).

Da forma mais inesperada, na manhã de 10 de abril, o último dia dos trabalhos, Soares testemunharia o assassinio de Sartawi por um atirador radical palestino, perante a incredulidade dos delegados da IS:

Tinha descido do meu quarto para tomar o pequeno-almoço. Havia pessoas que ainda não estavam na sala dos trabalhos. O Willy Brandt tinha entrado e eu fui ao *hall* do hotel, onde estava muita gente a falar, para dizer ao Sartawi e aos outros (estava também o Shimon Peres): “Vamos embora, que já está o presidente Willy Brandt à espera.” Então ele caiu, e eu fiquei assim [atónito]. Vi os tipos todos da segurança a atirarem tiros para o ar, que só atiraram depois de o gajo [o assassino] sair. Atiraram tiros para fora e para dentro, mas não o apanharam. Os gajos da segurança que estavam no *hall* ficaram tão estupefactos que não reagiram a tempo e não o apanharam. Depois

saíram e não sabiam para onde é que ele tinha ido – é verdade que o gajo deve ter dado o tiro da porta de entrada. Acho que não ouvi esse tiro, não sei. Não houve mais sessão, ficou tudo à rasca. A seguir àquilo, a primeira ideia que tive foi telefonar ao Balsemão: “Acaba de suceder isto, feche as fronteiras.” Depois lembrei-me de que há duas fronteiras, a nossa e a espanhola, e perguntei: “Onde é que está o Felipe [González, então já primeiro-ministro desde o ano anterior]? E o Felipe não estava. Fui a correr ao quarto dele e o gajo ainda estava a levantar-se. Disse-lhe: “Ó pá, fecha as fronteiras, tens aí um telefone direto para Espanha, não sei que mais.” E ele assim fez. Depois ficámos sem saber. Só mais tarde se percebeu que era um árabe [as autoridades portuguesas prenderiam um suspeito palestino, que, apesar de julgado, não chegou a ser condenado pelo crime]. Aquilo foi para nos liquidar o esforço, porque ia ser resolvido o problema da paz em Israel. Foi um trabalho bestial que eu tive: fui a Tunes ver o Arafat depois da história do Líbano, e ele disse que sim senhor, que mandava este gajo, e acho que me apresentou ao Sartawi. Nós na véspera demos um jantar: estava lá tudo, incluindo os dois [Sartawi e Shimon Peres]. Depois viemos para no dia seguinte começarmos a falar, e estávamos a começar quando se deu aquilo. O Arafat queria resolver e os de Israel também. Era o que estava em curso.”⁹⁶

As atenções de Soares focar-se-iam entretanto de novo para o interior do país, pois estava-se apenas a duas semanas de se realizarem legislativas antecipadas em Portugal.

Capítulo 28

O Bloco Central

A estratégia do PS produzira os seus frutos, mas mais cedo do que o calendário ideal para Soares. Na sequência das autárquicas de 12 de dezembro de 1982, após Freitas as ter considerado um «desaire eleitoral» para a AD, Balsemão vira-se forçado a resignar da chefia do governo, o que tivera efeitos a partir de 23 do mesmo mês.

Com o seu faro político intacto, dois dias após o Natal, Soares logo antevira, no diário que continuava a escrever, o que a seguir se poderia configurar:

Aqui estamos neste Natal sem governo e rodeados de incertezas. [...] E agora? Procura-se um primeiro-ministro. Quem? Para realizar que política? Contando com que apoios? E o Eanes recomeçou com a fatídica ronda aos partidos, de que só sairá desprestígio para as instituições. Não é isso mesmo que ele procura? [...] Os cenaristas de Belém, segundo consta, aconselham o Presidente a dissolver a Assembleia da República e a convocar novas eleições para abril. A razão é simples: o *timing* para a constituição do “partido presidencial” passou. É preciso, portanto, queimar a única solução não ensaiada – um governo PS/PSD – para a seguir, ainda antes do fim do mandato de Eanes (dezembro de 1985), tentar a última *chance* de partido eanista, na primavera de 85, e que precederia nova dissolução. [...] O ano de 1983, seja qual for o governo, será um ano muito duro e difícil para Portugal. [...] A verdade é que, na situação atual, toda a gente responsável foge a assumir responsabilidades. É isto que tem de ser dito, claramente, ao país.¹

Parecendo confirmar as profecias soaristas, Eanes não aceitaria um novo executivo da AD, chefiado por outro dirigente social-democrata, e caminhar-se-ia de facto para eleições, marcadas para 25 de abril de 1983, não sem antes o PSD escolher um novo líder: Carlos da Mota Pinto.

O secretário-geral socialista viu-se assim de novo na estrada em campanha para o parlamento (dominada pela promessa de «100 medidas para 100 dias» iniciais de um governo PS, ideia de *marketing* eleitoral que ele atribuirá a Jaime Gama²).

O escrutínio teria lugar quase três anos antes das eleições presidenciais seguintes, às quais Eanes (devido à limitação constitucional de dois mandatos consecutivos) já não poderia recandidatar-se, e que Soares pretendia disputar e ganhar. Mas esta antecipação poderia comprometer as suas aspirações a Belém, tanto mais que havia nítidos sinais de que o PS voltaria a vencer as legislativas, obrigando o líder a regressar à chefia do governo. Não tinha porém alternativa: «Foi o que decidi fazer: lançar-me sem hesitações nessa tarefa, porque nunca aceitei voltar a cara aos problemas do meu país.»³

No sempre delicado processo de formação das listas de candidatos, Soares foi muito claro – os que haviam ousado pôr em causa a sua autoridade deviam continuar a amargar o fel: «Quando comecei a negociar as listas, o grupo do ex-Secretariado fez-me uma espécie de ultimato: exigiam um número fixo de lugares que não era compatível com a representatividade que tinham no partido, segundo os resultados do congresso. A direção de que eu fazia parte não aceitou.»⁴

«Tudo isto se pagou nas candidaturas de 1983», resumirá Jorge Sampaio, referindo-se ao anterior atrevimento do seu grupo.⁵ Mesmo um fiel como Alfredo Barroso apresentará a intransigência como vingança servida a frio: «Mário Soares dá o golpe final no ex-Secretariado com a escolha dos deputados para as eleições antecipadas de 1983. Eles esticam a corda e ele diz: “Se continuo a ceder, estou tramado.” Já tinha cedido em algumas coisas, e então disse numa reunião da Comissão Política, de que eu era membro:

“Acabou! Se não aceitam isto, muito bem, não fazem parte das listas.” Eles ficaram lívidos, julgavam que ainda podiam dar a volta à situação.»⁶

«Precisávamos de indefetíveis no grupo parlamentar»⁷, justificará Soares. «Os gajos queriam ter uma representação na proporção de 40 para 60, e eu disse: “Não têm. Há um grupo que vai escolher”.»⁸ Sampaio, que, apesar de ser à época o primeiro português a representar o país na Comissão Europeia dos Direitos do Homem, em Estrasburgo, fazia parte desse comité para a elaboração das candidaturas socialistas, detalhará o sucedido:

O ex-Secretariado foi tendencialmente varrido das listas. A gente começa a ver que querem que o António Guterres deixe Castelo Branco e vá não sei para onde, que este não fica, que o Aquilino [Ribeiro Machado (1930-2012), filho de Aquilino Ribeiro, primeiro presidente eleito da Câmara Municipal de Lisboa] não fica, que fulano não fica, que fulano muda para ali – e portanto não se chegou a acordo. O prazo para a entrega das listas ia-se aproximando e não havia acordo nenhum. Não podia haver, com este afastamento projetado e pensado, até porque existiam sempre muitas rivalidades: sai um da lista há cinco para entrar. Não tenho dúvidas de que tais eram as condições postas em cima da mesa que, se tivéssemos o mínimo de dignidade, não poderíamos aceitar, solidariamente. Que caísse o Arons, caísse o Aquilino, este, aquele, aquele ia para ali, aquele ia para acolá, era uma coisa altamente problemática. Acho que era uma espécie de “a gente depois do congresso de 81 ajusta contas nas listas dos deputados”. Alguns pensaram assim, não sei se o doutor Soares também, mas a verdade é que deu corpo e decisão a essa matéria. Numa célebre manhã, estava reunida a comissão das listas e ele, como já se aproximavam os prazos para encerramento das candidaturas, aparece e diz: “Meus amigos, como é que isto está?” “Está assim, não há acordo nenhum.” “Vamos embora.” E a gente depois não fez parte das listas, e é aquela altura em que o não-Secretariado consegue pôr umas listas a entrar, o que é considerado um grande triunfo definitivo sobre o ex-Secretariado.

O que significa que eu e muitos outros – António Guterres, Vítor Constâncio, Luís Filipe Madeira [n. 1940], etc. – ficámos de fora. Salgado Zenha também ficou de fora, manteve-se com a sua independência de sempre. Mas eu pessoalmente participei na campanha eleitoral. Fiz ponto de honra nisso, para mim era uma questão de princípio.⁹

O caso de Guterres, que os soaristas pretendiam transferir do distrito de Castelo Branco, de onde era natural e onde antes fora cabeça-de-lista pelo PS, para nº 3 em Braga, onde nada dizia ao eleitorado, ilustrava o tipo de imposição que parecia propositada para provocar a rejeição do ex-Secretariado, embora, acerca da situação em concreto, Soares venha a invocar falta de memória: «Sinceramente, não me lembro de ter esse “requite de malvadez”, que não é nada do meu temperamento...»¹⁰ O líder socialista dará a sua versão sobre a rutura:

Houve uma reunião com eles a dizerem que tinham direito, e eu: “Estatutariamente não têm. Portanto, eu vou aplicar isto. Ou vocês aceitam o meu ponto de vista ou, se não aceitam, apresentam uma lista diferente.” E acho que foi o Guterres que disse: “Isso não vamos fazer. Ou o camarada dá a representação ou nenhum de nós aceita ser candidato a deputado.” E eu disse: “Ah, não aceitam? Então não aceitem e eu nomeio outros.” E em dois dias montámos uma lista, andámos à procura pelas secções de gajos que quisessem ser deputados para substituir todos aqueles, que ainda eram muitos.¹¹

Não foi tarefa fácil, e a pressa agiu contra a perfeição: «Como os prazos apertavam e as listas estavam desfalcadas de nomes sonantes, foi num grande burburinho, no meio de pressões e contrapressões desencontradas, que se buscaram os substitutos. Nem sempre com o melhor critério, reconheço.»¹²

«Não foi eleito um [dos membros do ex-Secretariado]», acentuará o secretário-geral.¹³ «Autoexcluíram-se das listas de deputados. Donde resultou, para eles, uma certa “travessia do deserto”. Mas, mesmo esses, após as eleições, abrandaram as suas críticas.»¹⁴

Sampaio confirmará a marginalização: «Ficámos completamente arredados da vida política. Foi a travessia.»¹⁵

O líder socialista sentiria desforra completa com o resultado das eleições: o PS ganhava com mais de 36 por cento dos sufrágios, o seu melhor resultado, até à data, em legislativas. Era como se o ex-Secretariado não fizesse falta (embora, na verdade, se possa especular sobre se a percentagem não seria mais elevada caso os excluídos fossem candidatos). Não era contudo suficiente para atingir a maioria absoluta com que Soares chegara a sonhar, o que para ele tinha uma explicação: «A antecipação das eleições legislativas [...] impediu o PS de chegar à maioria absoluta.»¹⁶

Depois da experiência do seu primeiro executivo, ele não punha a hipótese de um novo governo de minoria socialista. A História ensinara por outro lado que o PS, para procurar uma maioria de governação estável, não devia aliar-se nem ao PCP (lição de 1975) nem ao CDS (lição de 1978). Restava assim – como havia antecipado no seu diário no final do ano anterior – o PSD, que obtivera um pouco mais de 27 por cento dos votos. E na verdade já nos dois meses anteriores que Soares vinha a alimentar essa ideia com Mota Pinto: «Dessa vez eu fui já macaco de rabo pelado», comentará.¹⁷

O primeiro encontro – confidencial – entre ambos, logo por alturas do congresso do PSD, em fevereiro, tivera lugar em casa de Daniel Proença de Carvalho, que se disponibilizara a apadrinhar a junção dos líderes dos dois partidos com vista a um projeto comum de governação: «Tivemos conversas em casa do Proença de Carvalho, um homem interessante, que era muito amigo do Mota Pinto. Ele é que promoveu essa aproximação entre os dois: convidou-nos para jantar em casa dele duas ou três vezes. A ideia já vinha de longa data, mas foi ali que se concretizou.»¹⁸

O nome do projeto saído dessas conversas entre os dirigentes dos partidos que, no hemiciclo, ocupavam a zona do meio não poderia ser mais apropriado: «Foi lá que verdadeiramente nasceu o Bloco Central.»¹⁹ Tendo antes beneficiado, no seu primeiro governo, da colaboração do novo presidente social-democrata, Soa-

res nunca deixará de o enaltecer: «Mota Pinto foi um excelente interlocutor e compreendeu, desde o início, o alcance do que estava em causa: a gravidade imensa da situação do país. Ainda hoje estou sinceramente convencido de que foi uma sorte para Portugal, e para mim próprio, o facto de Mota Pinto ser quem dirigia o PSD nessa altura.»²⁰ O entendimento estratégico fora imediato:

De início não houve qualquer acordo formal. Verificou-se que existia um olhar idêntico sobre a realidade político-partidária e um certo consenso sobre a situação económica gravíssima vivida pelo país. O que se traduziu por uma pré-disposição, de ambos os lados, para, qualquer que fosse o resultado eleitoral, o PS e o PSD se disporem a colaborar na construção de uma grande maioria social e política capaz de enfrentar os problemas de Portugal. Por mim, recusava em absoluto repetir a experiência – e o erro – do meu I Governo Constitucional, no qual o PS arcara sozinho com as responsabilidades de um país em situação ultradelicada, com aflitivas questões, financeiras e outras, para resolver.²¹

Manifestaram-se porém dúvidas quanto à tática: «Mota Pinto propôs-me fazermos logo o Bloco e irmos às eleições coligados. Mas eu disse: “Isso não pode ser. Ninguém sabe assim quem é o primeiro partido e quem é primeiro-ministro. O primeiro-ministro deve ser o líder do partido mais votado. Ou é você, e eu sou ministro de Estado, ou o contrário.” E Mota Pinto aceitou. Embora ele gostasse mais que fosse da outra maneira: se fossemos coligados, ele aceitava que eu fosse primeiro-ministro.»²²

Cada um dos líderes necessitava, em qualquer caso, de convencer o seu partido para a bondade da solução: «Ganhámos sem frente, só com o PS, e sem maioria, claro, mas com o Bloco Central eu já tinha uma maioria absoluta com o PS a dominar. E aí tive outra grande questão com quase toda a gente. Opõem-se o Zenha, o Constâncio, o Guterres, este grupo que reunia lá no sótão do Guterres [local que ficara célebre por constituir ponto de encontro do ex-Secretariado]. O Zenha, por exemplo, nunca suportou a ideia – com ele era só PS, só PS. Achava que eles [o PSD] eram

muito de direita e embirrava com Mota Pinto. Sempre tive muito boas relações com Sá Carneiro, que o Zenha não tinha, sendo muito irónico a respeito dele nas suas intervenções.»²³

Uma vez que o PS estava interdito, por deliberação em congresso, de proceder a coligações fora do campo do «socialismo democrático», Soares, para fazer vingar o projeto, organizou um referendo interno no partido sobre a formação do Bloco Central. Embora a iniciativa não fosse estatutariamente vinculativa nem tivesse contado com a participação de metade dos filiados²⁴, forneceu-lhe, com uma maioria de votos a favor, um mínimo de legitimidade para a aliança com Mota Pinto: «Desta vez fiava mais fino: queria a responsabilização do partido, no seu conjunto.»²⁵

Dizendo-se assim possuidor de luz verde, encetou com o PSD uma negociação de governo que «foi um trabalho duro, com lances difíceis»: «Algumas vezes – é certo – estivemos a ponto de soçobrar. Mas conseguimos!»²⁶

«Há dois anos, encontrava-me nas lonas (diziam os comentadores), batido [...] no próprio partido», escreverá um Soares triunfante no seu diário a 4 de junho, após assinalar o momento em que ficou fechado o processo negocial com Mota Pinto:

Vamos, finalmente, hoje assinar o acordo político, parlamentar e de governo entre o PS e o PSD, cujos textos (acordo e protocolo adicional) entreguei ontem [...] ao Presidente da República. Começa agora, para mim, o **grande calvário**. Poderia recusar-me, após a vitória do PS, a ser primeiro-ministro? Objetivamente, não podia. Era considerado, por todos, um ato de fraqueza (cobardia perante as dificuldades) ou de calculismo político (estar-me a guardar para as presidenciais). Em qualquer das hipóteses, perdia as alavancas do comando e recusava o “grande desafio”. Trata-se, com efeito, de um “grande desafio”, pessoal e político. Um grande desafio **nacional**, sobretudo.²⁷

Dadas as circunstâncias, não havia, com efeito, condições para o secretário-geral do PS delegar em Almeida Santos o cargo de primeiro-ministro, que teria de ser assumido de novo pelo líder

socialista, ficando Mota Pinto em vice-primeiro-ministro e resignando-se o novo n.º 2 do partido a assumir a função de ministro de Estado para os Assuntos Parlamentares.

A pasta mais difícil de preencher terá sido a das Finanças, dada a necessidade, já inevitável, de negociar a curto prazo um novo resgate financeiro com o FMI (escassos cinco anos após o anterior). Vítor Constâncio, que fechara com incontestável mérito o primeiro acordo, era para Soares a «escolha óbvia», mas, com as feridas ainda a sangrar no partido, «não se mostrou disponível para aceitar participar no governo»²⁸. Ao fim de várias recusas no campo socialista²⁹, terá ocorrido a Soares o nome do catedrático em Economia Ernâni Lopes (1942-2010), que acabou por aceitar após alguma insistência da parte do primeiro-ministro indigitado: «Não foi fácil consegui-lo. Fui eu que me lembrei de Ernâni Lopes, então nosso embaixador em Bruxelas [como representante permanente junto da CEE]. Telefonei-lhe e marquei-lhe um encontro em Paris, que ocorreu à noite, no Hotel [de] Crillon. Foi entre ambos que se delineou, nas suas grandes linhas, a política financeira e económica do futuro governo, onde, a par da austeridade financeira, que se impunha, se previu uma maior flexibilização da economia, visto que o nosso objetivo principal era conseguir a entrada de Portugal na CEE.»³⁰

Se escasseavam candidatos ao difícil posto das Finanças, abundavam para se sentarem nas Necessidades, como constataria Soares:

[Para ministro dos Negócios Estrangeiros] tinha, pelo menos, dez nomes idóneos no meu partido!»³¹ A crer nas palavras de Rui Mateus, mantinha-se a expectativa que o líder socialista lhe havia criado a ele próprio nesse sentido. Aliás, antes do congresso da IS em Montechoro, o seu presidente terá sondado Mateus para vir a suceder a Bernt Carlsson como secretário-geral da organização, e Soares não quis largar mão do seu colaborador: «Quando Brandt sugerira o meu nome numa primeira discussão entre os seus pares, todos [...] concordariam à exceção de Mário Soares, que explicaria que embora a decisão tivesse de ser minha ele achava má ideia, uma vez que eu lhe

era muito útil no partido e que muito provavelmente, caso o PS ganhasse as eleições como se previa, poderia vir a integrar o próximo governo. No encontro que tive com Brandt onde ele me explicaria o que se passara, dir-me-ia que tinha concordado com a posição expressa por Soares e que, evidentemente, considerava ser mais importante para mim ser ministro do Negócios Estrangeiros do que seu secretário-geral. Receberia, mesmo, felicitações de alguns dos líderes presentes naquela reunião.³²

Nas circunstâncias de um gabinete de coligação, seria mais difícil cumprir este desígnio, tanto mais que, a princípio, Mota Pinto terá querido acumular com os Negócios Estrangeiros. Só que a seguir mudaria de ideias e diria antes preferir a Defesa, onde Soares já havia colocado Jaime Gama. Como resultado, o chefe do executivo transferiria Gama para as Necessidades, esquecendo a promessa feita a Mateus, que assistiu frustrado a esta dança de cadeiras numa reunião da Comissão Permanente do PS: «Fiquei estupefacto mas não disse nada. Gama respondeu que “só aceitaria com o acordo do Rui Mateus” e na condição de reunir comigo regularmente. Eu estava entalado, furioso e, sobretudo, sentia-me impotente. Disse unicamente que achava que Jaime Gama seria um excelente ministro dos Negócios Estrangeiros.»³³

Bernardino Gomes, futuro chefe de gabinete de Soares no novo governo, duvidará de que alguma vez o líder socialista tenha tido a real intenção de levar Mateus a ministro: «O Rui achou num certo momento que devia ser o ministro dos Negócios Estrangeiros. Não sei se o Soares o convidou. Por aquilo que eu conheço, não fazia sentido. Entre convidar o Jaime Gama e convidar o Rui Mateus há uma pequena diferença, por assim dizer. É evidente que na cabeça do Soares não estava seguramente ter o Rui Mateus como ministro.»³⁴

No entanto, numa aparente tentativa para pôr água na fervura, Soares convidaria semanas mais tarde Mateus e a mulher para um almoço na vivenda de veraneio que entretanto adquirira junto à Praia do Vau, no Alvor. O seu braço-direito para as relações internacionais não terá então poupado nas palavras: «Disse-lhe que

considerava que o que ele me tinha feito era inqualificável e que revelava as suas duas faces: a do Mário Soares afável, solidário e generoso e a outra, a do arrogante, egocêntrico e autoritário. O primeiro, quando atravessa momentos de dificuldade, é capaz de todos os atos de *charme* e contorcionismo para conseguir apoios para um determinado objetivo e o segundo, quando sente ter conseguido esse objetivo e o poder na mão, tenta sempre apagar da história os que o ajudaram a conquistar posições de relevo. Respondeu-me irritado que eu não tinha direitos adquiridos no partido.»³⁵ Se Mateus projetava demitir-se da Comissão Permanente, como relatará, mudou então de ideias: «Em virtude da persistência da sua arrogante atitude, que me magoara profundamente, não o faria. Ele que me demitisse quando quisesse.»³⁶

Soares colocaria ainda Eduardo Pereira na Administração Interna, Maldonado Gonelha na Saúde, o arquiteto João Rosado Correia (1939-2002) no Equipamento Social, Carlos Melancia no Mar, José Veiga Simão (agora filiado no PS) na Indústria e Energia e o seu companheiro de exílio António Coimbra Martins na Cultura. Mota Pinto levaria o advogado Rui Machete (n. 1940) para a Justiça, o professor de Letras José Augusto Seabra (1937-2004) para a Educação, o catedrático de Agronomia Manuel Soares Costa (1933-2021) para a Agricultura, o engenheiro Joaquim Ferreira do Amaral (n. 1945) para o Comércio e Turismo, o licenciado em Direito Amândio de Azevedo (n. 1928) para o Trabalho e Francisco Sousa Tavares (agora no PSD) para a Qualidade de Vida.

Para ultrapassar dificuldades de última hora na negociação da política laboral, com Mota Pinto a recusar assinar o acordo de governo caso não fosse prevista maior flexibilização nas leis do setor, Soares pediu a Eanes que atrasasse a sua nomeação como primeiro-ministro, mas por fim o governo do Bloco Central, baseado na que era até à data a maior maioria parlamentar do regime, tomou posse a 9 de junho (mais de meio ano depois da resignação de Pinto Balsemão e da entrada do seu executivo em gestão). Com o fim de preparar o país para as medidas de austeridade, o líder socialista terá pedido a Eanes que fizesse antes um discurso sobre

o «estado da nação», «para explicar aos portugueses onde estávamos e quais as dificuldades com que deparávamos», mas, não tendo o Presidente correspondido, só lhe restaria uma possibilidade na cerimónia de posse: «Fi-lo eu. Apesar de saber que a memória das pessoas é curta. Mas vale sempre a pena deixar bem delimitadas as responsabilidades.»³⁷

Dava-se, com efeito, a circunstância de, sempre que Soares ascendia à chefia de um governo, se impor a negociação internacional do saneamento financeiro do país. Essa era mesmo a prioridade das prioridades, antes ainda de se tentar encerrar o processo de negociação da adesão portuguesa à CEE – o outro tópico no cimo da lista dos grandes objetivos do IX Governo Constitucional.³⁸

Ernâni Lopes fechou o novo acordo com o FMI em setembro de 1983, apenas três meses após a entrada em funcionamento do executivo. Soares explicará a nova abordagem: «Agiu-se de forma diferente, desta vez: começou-se por tomar as medidas que se julgavam adequadas ao relançamento da economia e só depois negociámos com o Fundo em posição de força. Em função disso, expusemos as condições que o país poderia aceitar e aquelas que não nos era possível satisfazer.»³⁹

Dar-se-ia o inelutável aperto do cinto dos portugueses, mais duro do que em 1978: «Fez-se a política da austeridade, sabendo de antemão que era tremendamente impopular, embora imprescindível. E, efetivamente, fez-se sangue. Não se podem comer omeletas sem, primeiro, partir os ovos [...]. O poder de compra diminuiu, houve salários em atraso, contratos a prazo, falências... Era inevitável. Mas a verdade é que não havia outro caminho.»⁴⁰ Quando Ernâni Lopes optou pelo corte de cerca de um quarto do 13.º mês dos assalariados portugueses, no final de 1983, e comunicou ao primeiro-ministro que o ia anunciar na televisão, Soares antecipou-se dizendo-lhe que, fazendo a medida parte da política de austeridade que ele caucionava, seria o próprio chefe do governo quem o comunicaria pela RTP à população.⁴¹

Soares admitirá contudo ter havido uma oportunidade perdida, já que a reposição das contas nacionais se fez à custa do setor

privado e dos seus trabalhadores e não com as reformas do Estado que se afiguravam imperiosas. Apesar de, em teoria, defender «o princípio salutar» de «menos Estado e melhor Estado», reconhecerá sê-lo «de muito difícil aplicação»: «Vai contra velhas rotinas, serviços instalados, direitos adquiridos – e nem sempre legítimos –, o peso e a morosidade tradicionais da burocracia. E vai também contra os interesses constituídos, que não dão batalha frontal, mas são difíceis de vencer.»⁴²

O distrito de Setúbal foi particularmente atingido pela carestia, com a referência a «bolsas de fome» e reclamações do bispo da diocese, Manuel Martins (1927-2017), o que levou o governo a criar um programa de emergência social para a região, tendo Soares destacado Alfredo Barroso, então secretário de Estado adjunto da Presidência do Conselho de Ministros, para supervisionar a sua aplicação, em conjunto com a secretária de Estado da Segurança Social, a social-democrata Leonor Beleza (n. 1948).

Havia, no entanto, linhas vermelhas que Soares entendia não dever atravessar. Bernardino Gomes evocará o momento em que um dos membros do governo lhe comunicou o inaceitável: «Chega lá um ministro (não me recordo qual) e diz-lhe: “Estamos num ponto em que este ano já não se pode importar bacalhau.” Era isto em novembro ou dezembro. E o Soares pede-lhe: “Diga lá isso.” “Não podemos importar bacalhau para o Natal.” “Pois essa é a primeira coisa que eu gostava de fazer – importar bacalhau para o Natal –, e vamos fazer disso um grande acontecimento.” Foi exatamente o que aconteceu. Bacalhau para o Natal queria dizer que o país estava melhor. Foi realmente uma coisa que só o Soares.»⁴³

Embora com pouca eficácia, como o próprio primeiro-ministro reconheceria no parlamento,⁴⁴ o Bloco Central criou, em fevereiro de 1984, o Conselho Permanente de Concertação Social, com a presença, do lado sindical, da UGT mas não da CGTP (que boicotaria o órgão na sua fase inicial).

A outra prioridade do executivo – completar as negociações de adesão europeia – passou por pressionar Bruxelas a encerrar os diversos capítulos do processo que se encontravam paralisados,

não tanto por causa de Portugal mas sim de Espanha, cuja integração corria em paralelo mas cuja dimensão punha à CEE problemas bem mais complexos. Como pela primeira vez na História havia governos liderados por socialistas simultaneamente em ambos os países ibéricos, isso haveria de servir para alguma coisa, e Soares (esquecidos azedumes antigos) apelou à solidariedade de Felipe González. O presidente do governo espanhol deu uma ajuda ao declarar a Bruxelas «que Portugal nunca podia ser vítima das dificuldades espanholas e que, se os nossos dossiês estavam negociados e concluídos, merecíamos ter a luz verde.»⁴⁵

Mas nem tudo eram facilidades entre Lisboa e Madrid, já que os espanhóis pretendiam, após a adesão, manter os direitos previstos num acordo bilateral sobre pescas assinado por um governo anterior, que dava vantagens ao país vizinho na sua atividade em águas portuguesas, perante os protestos dos pescadores nacionais. Soares acabou por solicitar ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros, em setembro de 1984, a denúncia do documento na capital espanhola: «Não recomendei só ao Gama que denunciasse o acordo: na véspera, pedi ao embaixador Nunes Barata [assessor diplomático do primeiro-ministro] que levasse uma carta minha a Felipe González – explicando-lhe as nossas razões.»⁴⁶

«Soares teve de desfazer o acordo de pescas feito com Balsemão [como primeiro-ministro]», confirmará Nunes Barata. «Foi decidido em Conselho de Ministros denunciar o acordo. Fui enviado a Madrid para explicar a González a nossa posição. Recebeu-me com uma certa arrogância: “Devia ser para cumprir, mas temos uma grande frota pesqueira.” Os espanhóis pescavam mais em águas portuguesas do que os portugueses.»⁴⁷

Relevará o embaixador que as cimeiras ibéricas se iniciaram no tempo do Bloco Central. A sucessão de encontros periódicos começou na localidade raiana de Alcântara, em Espanha, com a presença dos dois primeiros-ministros. Era sabida – precisa Nunes Barata – a existência de uma corrida surda entre Portugal e Espanha que Soares fazia questão de ganhar: «A condição dele era entrarmos na CEE antes da Espanha. Isso foi imposto por Mário

Soares, que tinha outro traquejo internacional, experiência, relações, que González não tinha. Coordenámos as coisas com a Espanha, mas com atenção, para não sermos ultrapassados por eles. Não queríamos receber menos do que a Espanha. Os argumentos eram semelhantes, mas com a cautela que é necessário ter sempre com a Espanha.»⁴⁸

Soares jogaria logo de início com as divisões europeias então existentes para provocar Bruxelas, em outubro de 1983, com uma declaração televisiva: «A Europa está em desagregação ela própria.»⁴⁹ O primeiro-ministro recebera diversos chefes de governo em Lisboa e ganhara consciência das dificuldades de percurso ainda pela frente. Mas havia também aliados inesperados. A primeira-ministra britânica, a conservadora Margaret Thatcher (1925-2013), apesar do seu permanente confronto com a CEE (ou talvez por isso mesmo), não se opunha à adesão portuguesa, segundo Nunes Barata: «Thatcher era muito dura. Era a favor da nossa integração porque ficava tudo mais diluído, e Portugal e Inglaterra eram aliados. Ela e Soares falaram mais de política interna portuguesa: a Constituição falava em caminho para o socialismo e impunha limitações económicas, que ela criticava asperamente. Expunha e defendia qual a melhor política que se devia fazer.»⁵⁰ Na verdade, ninguém terá dito apenas «não» a Portugal:

Não havia oposição à adesão, havia sim uns mais exigentes, que percebiam logo na altura que eram eles que iam pagar. Mas estava na Alemanha o [chanceler democrata-cristão] Helmut Kohl [1930-2017], um europeísta convicto, com quem Soares estabeleceu uma boa relação – temperamentalmente eram muito parecidos. Mário Soares argumentava sobretudo politicamente, com a necessidade de consolidação da democracia em Portugal. Não tínhamos argumento económico e financeiro. [O socialista] Pierre Mauroy [1928-2013, primeiro-ministro francês] também veio cá. Como era camarada do homólogo português, que era amigo de Mitterrand, Mauroy disse que queria facilidades para a França. Mas Soares disse-lhe que não. Ele não fazia favores aos amigos socialistas, ao contrário do que se diz. Registei isso.⁵¹

Os franceses tinham, aliás, responsabilidade por se encontrar em impasse o dossiê agrícola, já que nesse país nem os socialistas se entendiam: o presidente Mitterrand era a favor das pretensões portuguesas e o seu ministro da Agricultura, Michel Rocard (1930-2016, futuro primeiro-ministro), era contra.⁵² (Alfredo Barroso acrescentará que também Álvaro Barreto [1936-2020], o social-democrata que em 1984 substituiria Soares Costa na pasta da Agricultura, levantaria «as maiores dificuldades» nas negociações deste capítulo com Bruxelas⁵³).

Mercê da sua persistência, os negociadores portugueses acabariam por forçar um ato inédito em processos de adesão europeia: a assinatura com a Comunidade de um *constat d'accord*, um documento declarando estarem reunidas as condições para um país candidato poder entrar. Soares subscreveu com júbilo a declaração em outubro de 1984 na Irlanda, que então presidia à CEE: «Foi um passo extraordinário. Tratava-se do reconhecimento, por parte dos países da Comunidade, de que Portugal estava em condições de entrar. Fiquei eufórico com essa vitória.»⁵⁴

Havia mesmo assim muito terreno para aplanar: a expectativa na capital portuguesa atingiu o auge durante a última ronda de negociações, em 28 e 29 março de 1985, sob a presidência italiana. A passagem de um dia para o outro ficou na memória de Soares: «Recordo-me [de] que Ernâni Lopes e Jaime Gama me telefonavam para São Bento, de meia em meia hora, a contar as dificuldades que iam surgindo. Era como se se tratasse de um jogo a quente e frio, vivemos momentos de uma tensão extrema! Já de madrugada, telefonaram-me de novo: “Está feito!” [O democrata-cristão Giulio] Andreotti [1919-2013, duas vezes chefe do governo, então ministro dos Negócios Estrangeiros de um gabinete liderado por Bettino Craxi], no último minuto, às duas ou três da manhã, encontrou a fórmula, que a todos satisfaz, com a sua subtileza, sem a qual não teria sido possível estabelecer o acordo.»⁵⁵ Resumirá Nunes Barata: «Foi em grande parte devido à tenacidade de Mário Soares que se deu a adesão. Ele estava sempre a pedir-me para telefonar a este e àquele, lá fora, para tentar desbloquear as coisas.»⁵⁶

O sucesso do funcionamento do Bloco Central devia-se em muito ao entendimento entre os chefes dos dois partidos: «Mota Pinto era um tipo ótimo, uma excelente pessoa, um excelente jurista, bom companheiro. Entre nós nunca tivemos um conflito.»⁵⁷

Esse entendimento ia muito para além das *coisas* políticas e entrava pelo terreno da cumplicidade pessoal, como testemunhou Bernardino Gomes: «O Soares e o Mota Pinto davam-se muito bem. O Soares gosta muito de senhoras e de boa vida, e Mota Pinto também gostava. Eram iguais. Tinham uma cumplicidade enorme, e portanto isso significava que o governo todo também tinha essa cumplicidade. Não era *bunga-bunga* [referência a festas privadas organizadas mais tarde pelo primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi (n. 1936)], porque não era a Itália, mas era uma coisa de amigos. Como a relação entre os dois líderes era muito boa, depois as outras acabavam também por sê-lo.»⁵⁸

Essa relação especial iria ser posta à prova no seguimento do V Congresso do PS, realizado em Lisboa no último dia de setembro e no primeiro dia de outubro de 1983. Com o partido no poder há semanas, o conclave não era suposto ter história. A oposição interna estava desbaratada, e Soares viria a ser reeleito secretário-geral, sem concorrência, por 86 por cento dos congressistas. É verdade, que, segundo António Campos, o líder achava excessivos tais unanimismos: «Uma das coisas que Soares queria era não ter congressos sem oposição. Muitas vezes eu tinha de arranjar um problema qualquer com os tipos do ex-Secretariado para os mobilizar, criar um sururu para os obrigar a reagir, porque isso era uma das coisas que o Soares apreciava. Não digo que fossem inocentes úteis, mas tinham alguma utilidade no interior do partido.»⁵⁹

O problema com que Soares deparou, contudo, não resultou de um artifício do seu homem do aparelho nem de uma manobra congeminada no sótão de Guterres. Surgiu de súbito, de onde ele menos esperava e de forma incontrolada, como o próprio relatará:

No congresso, em que não havia problema nenhum, de repente a Maria Belo [n. 1938, psicóloga, filiada no PS desde 1979]

resolve propor que fizéssemos uma lei a favor do aborto [na altura ilegal em qualquer circunstância]. Eu estava fora da sala a conversar, vem um gajo a correr e diz-me: “O congresso está todo em polvorosa.” Fui a correr para lá, estava o [Manuel] Alegre a apoiar a proposta dela entusiasmado: “...e portanto nós somos anticlericais e temos de lutar pelo aborto, e tal.” Eu pensei: “Bom, estes gajos ainda derrubam o governo do Bloco Central, estão doidos.” Agarrei no microfone (como secretário-geral tinha a prerrogativa de poder falar, era uma tradição): “Vocês tenham paciência. Nós estamos coligados num governo em que há membros que são de missa diária. Como é que vocês querem que eles engulam uma coisas destas? Isto é uma coisa de loucura.” Mas estava tudo desencadeado: cada um que falava era mais anticlerical que o anterior. Eu também sou, mas tenho a noção das coisas. Parece que foi a Maria Belo que disse: “Requeiro o voto por braço no ar.” Fez-se a votação de braço no ar e claro que eu perdi e eles ganharam, por uma grande maioria. E pensei: “Como é que eu vou resolver isto?” Tive uma conversa com o Mota Pinto, que era um tipo aberto. Não levantou nenhum problema, mas disse: “No meu partido isso vai ser o diabo.”⁶⁰

«Eu não era contra a iniciativa mas sim contra a oportunidade escolhida», explicará Soares. «No governo, houve problemas gravíssimos com o PSD. Rui Machete esteve à beira da demissão. Ernâni Lopes não andou longe de seguir o mesmo caminho. Valeu-me, *in extremis*, o espírito conciliatório de Mota Pinto, que, tendo inicialmente manifestado a sua discordância de forma enérgica, quando compreendeu que a situação era irreversível, acabou por encontrar uma fórmula apaziguadora para os setores mais conservadores do PSD.»⁶¹

Não foi contudo pacífico o que se passou no Conselho de Ministros, mesmo que o PS tivesse preparado uma lei mínima, que apenas legalizava a interrupção voluntária da gravidez em casos de violação, doença congénita da mulher ou da criança e iminência de morte da mãe. Soares apresentou com pinças o projeto ao seu executivo, mas acabou por perder a cabeça:

Disse-lhes: “Meus caros amigos, isto não é um problema de governo, cada um de vocês tem autorização de votar como quer, votamos em consciência. Isto foi votado pelo meu partido, mas não posso chegar e dizer que não houve votação, quando houve. Tenho de aceitar, por mais que me custe, mas vamos arranjar uma lei muito doce, nós é que vamos fazer a lei.” Ficaram muito chateados. Receberam ordens do patriarcado – era D. António Ribeiro na altura o cardeal – para fazerem uma manifestação com velas em frente ao PS. Foi uma chatices, puseram o país quase em penitência. Eu estava a ver aquilo muito mal parado. Mas o Mota Pinto estava porreiro. Só que me tinha dito antes: “Tive uma reunião, todo o partido [PSD] está em pé de guerra, eu tenho de seguir o partido, não posso deixar de seguir o partido, de modo que tenho de dizer que vou votar que não podemos.” Falam todos, ele é o último a falar e diz que era contra, que as suas convicções religiosas e não sei quê, e começa a dizer que era uma imoralidade. Eu às tantas deu-me um ataque de fúria, mas um ataque de fúria brutal, dei um murro na mesa em pleno Conselho de Ministros e disse: “Ó Mota Pinto, você o que é é um hipócrita. Responda aqui a estes senhores, responda aqui a toda a gente quantos abortos é que você já pagou às gajas com quem se meteu.” Eu acabo de dizer isto e o governo ficou todo “ah!”, e eu pensei: “Perdemos o governo, vai o governo ao fundo.” Nessa altura, o Mota Pinto dá gargalhada: “Essas coisas nem se dizem nem se falam. Vamos lá a tratar de coisas sérias, temos que nos entender.” O gajo salvou a coisa ali, naquele momento, e salvou por amizade, porque estava bem-disposto. É absurdo, fiz uma coisa que não podia fazer, mas saiu-me aquilo, que é que querem?⁶²

A lei, submetida a debate parlamentar pelo PS, foi aprovada em finais de janeiro de 1984 com 132 votos favoráveis da esquerda e a oposição de 102 deputados do PSD e do CDS (e ainda de um socialista), mas a coligação sobreviveu ao abalo.

Soares ficou contudo preocupado com as implicações negativas que a adoção do diploma viesse a ter nas relações entre a área socialista e a Igreja: estava em causa, além do mais, a preservação da sua

imagem como futuro candidato presidencial.⁶³ Até porque, embora nunca o tenha querido admitir, a decisão de se apresentar como concorrente à sucessão de Eanes já há muito estava assente no seu espírito, como testemunhará Alfredo Barroso: «Quando ele ganha as eleições em 1983 a sua candidatura a Belém já está perfeitamente decidida. Há um setor do PSD disposto a apoiá-lo, como António Capucho [n. 1945, presidente do grupo parlamentar social-democrata, futuro ministro, eurodeputado e presidente da Câmara Municipal de Cascais], etc., e ele julga que são favas contadas. Todo o governo do Bloco Central sabe que ele quer ser candidato e ele sabe que quer ser candidato, e acha que com o Bloco Central uma das vantagens que pode tirar é ter o apoio do PSD nas presidenciais.»⁶⁴

Bernardino Gomes, que também assistiu ao desenvolvimento da querela à volta da lei do aborto, contará que o chefe do governo terá logo apreendido as consequências mais profundas da decisão:

Soares percebeu que tinha de gerir o pós-aprovação da lei. Disse-me: “Você pergunte ao nosso embaixador no Vaticano se é possível arranjar uma coisa qualquer em Roma. Eu podia lá ir e talvez conseguisse falar com alguém do Vaticano. Peguei no telefone e liguei ao embaixador, que era o Hélder Mendonça e Cunha [1921-1992], um homem muito engraçado, um *gay* divertido, que tinha uma grande paixão pelo doutor Soares – o Soares fazia-lhe sempre uma coisa qualquer, dizia-lhe “ó senhor embaixador, a sua gravata é lindíssima”, e ele ficava derretido, perdido para o dia inteiro. E era também muito eficiente. Digo-lhe: “Ó Hélder, você veja-me lá esta coisa – o doutor Soares gostava de ir aí a Roma.” Uma hora depois ele telefona-me: “Falei com o cardeal Casaroli [então secretário de Estado do Vaticano] e ele diz que sim senhor, não só ele tem muito prazer em recebê-lo mas que sua santidade [João Paulo II (1920-2005)] o recebe em visita oficial.” E eu disse: “Ó Hélder, mas isso é assim?” “Exatamente assim.” Eu vou ao Soares e digo-lhe: “Ó Mário, o Hélder ligou de volta e diz que sua santidade o Papa o recebe em visita oficial.” “Você tem a certeza?” “Tenho a certeza que ele me disse. Calculo que seja verdade.” “Telefone-lhe lá.” Fazemos a ligação e diz-lhe o embaixador: “O cardeal Casaroli

é um grande amigo do doutor Soares, diz os maiores elogios a seu respeito, que é uma pessoa que ele admira muito, e com certeza que vem de visita.” Era inimaginável. Acontece que eles fazem este convite sem avisar a Igreja portuguesa. E há um certo momento em que o cardeal-patriarca percebeu, e vai para Roma tentar impedir a audiência com o Papa. É uma coisa de doido, completamente de doido.⁶⁵

Confirmará Soares a tentativa de impedir *in extremis* o seu encontro com João Paulo II:

O cardeal António Ribeiro e bispo de Aveiro [Manuel de Almeida Trindade (1918-2008), então presidente da Conferência Episcopal Portuguesa], resolveram ir a Roma para convencer o Papa a não me receber. Eu só soube isso no dia em que estava a entrar para o avião. Eu tinha dito antes no Conselho de Ministros: “Vou amanhã visitar sua santidade o Papa a convite dele.” Ficou tudo banzado na sala. Acrescentei: “Acho que um dos senhores ministros me deve acompanhar, e acho que não deve ser o ministro dos Negócios Estrangeiros mas sim o da Justiça, porque há essa tradição em Portugal – o ministro da Justiça e dos Cultos, pasta dos tempos da monarquia. O Rui Machete disse: “Ó senhor doutor, com a maior das honras. Quando é que vamos?” “Vamos amanhã às 11h00.” Na manhã seguinte telefona-me ele às 9h00 a dizer: “Senhor doutor, eu não posso acompanhá-lo.” “Mas porquê? Está doente?” “Não senhor doutor, é que o senhor cardeal proibiu-me de ir.” “Então você é um gajo que em política segue as orientações do cardeal em vez de ser do seu primeiro-ministro?” Fiquei lixado com ele. “Bem, não venha que eu não preciso de si para nada.” Isso ficou-me sempre atravessado até hoje.⁶⁶

Machete justificará que recuou quando soube que a viagem fora tratada à margem da Igreja portuguesa.⁶⁷ Bernardino Gomes procurará explicar uma abertura «tão inusitada» do Vaticano: «Esse procedimento só se pode justificar porque houve de certa forma uma aliança entre o PS e a Igreja em 1975, e o Casaroli ficou sempre agradecido.»⁶⁸ Durante a viagem, no entanto, Soares ainda ia desconfiado de tanta facilidade:

A verdade é que cheguei lá à rasca. Enquanto eu ia no avião só sabia que já lá estavam o cardeal e o outro a quererem impedir-me o encontro. À partida eu dissera aos jornalistas: “Vou encontrar-me com sua santidade o Papa a seu convite.” E só pensava isto: “E se sua santidade cede ao cardeal-patriarca? Estou tramado, e os católicos vão fazer-me uma perseguição...” Cheguei e lá tinha o embaixador, muito maricão mas muito simpático, impecável, sempre muito bem vestido, a quem eu tinha feito alguns favores grandes, um deles mandá-lo para o Vaticano, porque ele era muito católico embora maricão. E eu digo-lhe: “Então falou com cardeal-patriarca?” “Sim, esta manhã.” “E o Papa?” “O Papa vai recebê-lo a si, não vai é receber o cardeal.” Fui para lá e tive a audiência com Papa. Foi de uma gentileza bestial. Falou, falou, falou, falámos de Angola, de política internacional, disto e daquilo, dos temas da altura, e depois de uma hora de conversa ou coisa assim, de repente, já estávamos a acabar, levanta-se ou faz sinal disso, eu levanto-me, e ele diz assim: “Ouça, também há aí uma coisa que se está a passar lá em Portugal sobre a lei [da interrupção voluntária da gravidez], mas o senhor cardeal Casaroli mostrou-me a lei e eu li-a e é muito mais moderada que a lei que temos aqui em Itália. Sabe? A Igreja portuguesa ainda está um bocadinho provinciana.”. Eu vim de lá cheio como um bode.⁶⁹

Noutra ocasião, o visitante dirá ter sido dele a iniciativa de abordar na conversa a lei de despenalização do aborto, o que levaria João Paulo II a enunciar a posição filosófica da Igreja, contrária à legalização, antes de referir o tema no plano secular⁷⁰. Mas, de uma forma ou de outra, Soares não deixaria de explorar logo o sucesso:

Há a tradição de, após o primeiro-ministro ou Presidente ver o Papa, convidar nesse dia para jantar na respetiva embaixada no Vaticano todos os cardeais da Curia indicados numa lista que eles fazem, sendo o primeiro sempre o Casaroli. Convidei-os todos, ou por outra, o embaixador convidou-os todos. Mas assim que saí da audiência, como estava à minha espera o embaixador, disse-lhe: “Telefone imediatamente ao cardeal-patriarca e diga-lhe que, além dos cardeais do Vaticano, tinha

muita honra em convidá-lo e ao senhor bispo de Aveiro para estarem no jantar.” O cardeal disse depois que tinha de ir numa missão a Assis, por causa de São Francisco. Não foi ao jantar, mas não deixei de fazer o convite, porque estava vitorioso: tinha de ser generoso com os gajos. Foi um êxito aquela sessão. O Casaroli fez um discurso porreiríssimo, eu fiz um discurso porreiríssimo. Enfim, tudo acabou em grandeza. Saí dali e vim para Lisboa. Cheguei e havia uma pilha de jornalistas bestial: “Então? Viu o Papa?” “Claro que vi o Papa, então não sabem já que vi o Papa? Eu fui a convite dele, então não havia de ver? Sua santidade foi muito generosa, tratou-me muito bem, falámos muito de Portugal.” “Mas então e a lei?” “Não falámos disso, quase, mas não vou revelar agora a conversa que tive com sua santidade, por amor de Deus.” “E o cardeal?” “Eu tive a informação de que o senhor cardeal estava lá, e senhor bispo de Aveiro. Até os convidei para irem à embaixada, como é da tradição, mas não podiam porque foram numa missão religiosa a Assis. Não tive oportunidade de falar com ele.” “E do aborto? Não se falou?” “Não, isso é uma coisa menor. A lei portuguesa até é uma lei (eu não sabia e passei a saber) menos tolerante que a da Itália, onde fica o Vaticano.” “Mas a Igreja está muito zangada consigo, até consta que o doutor Machete não o acompanhou.” “Pois é pena, porque uma visita ao Papa sempre é uma visita ao Papa.”⁷¹

Não ficou por aqui o rescaldo:

O cardeal-patriarca cortou relações comigo depois. Nas cerimónias em que nos encontrávamos voltava a cara, não falava comigo. Um mês depois, telefona-me o cardeal Casaroli: “Ó Mário Soares, é altura de você me convidar a mim para ir a Lisboa.” “Ó senhor cardeal, quando quiser.” “Mas tem de me convidar para um jantar.” “Um jantar? Quando quiser. Em São Bento? Quer no Palácio da Ajuda? O que o senhor quiser.” Diz-me ele: “Não, eu quero aí em São Bento, e tenho aqui uma lista de bispos portugueses e do cardeal-patriarca, além do nuncio e dos nossos representantes, que o senhor vai fazer o favor de convidar.” “Mas olhe que o senhor cardeal não me fala.” “Ah, isso é cá comigo. Faz favor de convidar o senhor cardeal.”

“Sim senhor, muito bem, com muita honra.” Veio o Casaroli [em março de 1985], recebi-o com as maiores honras [condecorando o visitante com a grã-cruz da Ordem do Infante], houve um jantar fantástico, fiz um discurso muito simpático para ele, para a Igreja, para o Papa, para o diabo... Estava o cardeal-patriarca, que me cumprimentou friamente à entrada, o bispo de Aveiro a mesma coisa. Eu estava a falar à parte com Casaroli, que viu passar D. António e disse-lhe: “Ó D. António, pode chegar aqui?” D. António veio e Casaroli agarrou na minha mão, agarrou na mão dele, pôs a mão dele em cima da minha e disse assim, sorridente: “Então as pazes, estão feitas?” E eu disse: “Nunca deixei de ter pazes, senhor cardeal.” E o outro: “Estão sim, senhor cardeal.” Pronto. Resolveu-se tudo e ficou tudo em beleza.⁷²

No fundo, Soares usava nos contactos diplomáticos não só o capital acumulado enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros como a experiência de relações internacionais iniciada ainda nos tempos da ditadura. Continuava essa prática com um informalismo que contrastava com a rigidez de Ramalho Eanes, registando-se alguns atritos entre São Bento e Belém, como, segundo Nunes Barata, nas relações com as antigas colónias africanas.

Não se conseguindo grandes progressos com Angola, verificou-se uma considerável abertura nas relações com Moçambique, com a visita de Samora Machel a Portugal em outubro de 1983. Mesmo que, mais uma vez, Eanes e Soares não estivessem articulados: «Machel pediu para construirmos um quarteirão de habitação económica em Maputo e instalações hospitalares. Eanes ter-lho-á prometido, mas Soares disse que não podíamos fazer bairros populares em Moçambique quando ainda não tínhamos resolvido o problema da habitação em Portugal.»⁷³

Certamente em memória do «abraço de Lusaka», «Machel fez-se convidado para almoçar na casa de Soares em Nafarroos.»⁷⁴ No verão do ano seguinte, o primeiro-ministro português visitaria Moçambique, «onde conseguiu a libertação de portugueses acusados de ligação à Renamo [Resistência Nacional de Moçambique,

movimento de oposição armada ao governo da Frelimo], no que Eanes, tendo estado lá antes, não tivera sucesso.»⁷⁵ Nessa deslocação, viajou também com Machel até Arusha, na Tanzânia, onde ambos participaram num fórum da IS contra o *apartheid*, durante o qual o primeiro-ministro português ousou ir contra a corrente majoritária no encontro (encabeçada por Olof Palme), ao apoiar a atitude do presidente moçambicano por ter assinado pouco antes, com o governo de Pretória, os polémicos acordos de Incomati, que estabeleciam uma política de boa vizinhança entre os dois países, passando pela suspensão das atividades do ANC em território da antiga colónia portuguesa: «Defendi Samora como um leão. Tive uma discussão vivíssima, e algo crispada, com o Olof Palme, que, a dado momento, me interpelou, com azedume, dizendo não aceitar que uma pessoa pudesse estar ali a defender o “indefensável”. Respondi-lhe: [...] “Eu também sou contra o *apartheid*, mas compreendo muito bem – e apoio – a posição delicada em que se encontra o Samora Machel e como o interesse do seu povo lhe comanda uma política realista”.»⁷⁶

Soares voltaria a Washington em março de 1984, agora em visita oficial, para ser recebido por Reagan e Schultz, com quem discutiu a criação da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), como contrapartida pela utilização norte-americana da base aérea das Lajes, na ilha Terceira. Dado o bom relacionamento já cimentado entre Soares e Reagan, a visita do presidente norte-americano a Portugal, em maio do ano seguinte, seria assinalada por outra fricção com Belém: «Reagan veio a convite de Ramalho Eanes, mas Mário Soares conseguiu que fosse almoçar com ele, do que Eanes não gostou muito.»⁷⁷ Poderia haver outra razão para a atitude de Belém: explicará Rui Mateus que, a pedido de Soares, e falando para os contactos certos nos EUA, conseguiu impedir que o ilustre convidado, no seu discurso na Assembleia da República, fizesse as referências elogiosas ao Presidente português que estavam previstas.⁷⁸

Em fevereiro de 1984, o primeiro-ministro decidiu ir a Moscovo para participar no funeral do sucessor de Brejnev, Iúri Andropov

(n. 1914), tido como favorável à liberalização do regime soviético. Na fila para prestar as homenagens ao morto, no exterior do palácio do Kremlin, sob os rigores do inverno russo (com Soares a envergar o pijama por baixo da roupa normal), o líder socialista deu de caras com o secretário-geral do PCP: «O Cunhal passou por mim como cão por vinha vindimada, nem sequer me falou! Dois passos à frente tinha saído o Fidel Castro, que me cumprimentou cordialmente. A seguir, [Enrico] Berlinguer [1922-1984, líder comunista italiano] e [o seu homólogo francês Georges] Marchais [1920-1997] também me falaram com simpatia. Samora Machel deu-me um abraço efusivo. Cunhal, significativamente, passou sem me ver...»⁷⁹ De Moscovo, reteve ainda o seu encontro com Margaret Thatcher na embaixada britânica, dentro de uma sala especialmente preparada para evitar escutas a partir do exterior, que parecia saída de um filme de espionagem.⁸⁰

Numa estreia para um chefe do governo português, Soares foi ainda ao Japão, em junho de 1984, «acompanhado por um grupo significativo de empresários ligados a empresas japonesas – ou em busca de conexões com o mercado japonês – e por intelectuais e professores interessados e curiosos da cultura japonesa.»⁸¹

Confirmava-se a sua propensão para as viagens, já marcante nos seus anteriores mandatos ao serviço do Estado. Nos 11 anos que mediarão entre o seu regresso do exílio e 1985, o líder socialista terá totalizado 640 dias em visitas ao estrangeiro, embora ao fim desse período não considerasse excessiva tal ausência de quase dois anos: «Todos os outros viajaram muito mais do que eu quando lá estiveram. Simplesmente, as minhas viagens foram mais eficazes.»⁸²

No Japão, Soares foi alertado por um problema doméstico, relacionado com a organização terrorista de extrema-esquerda Forças Populares 25 de Abril (FP-25) que a Polícia Judiciária (PJ) estava a tentar dismantlar, depois de alguns anos de atentados, assaltos e assassínios. Alfredo Barroso recordará o momento:

Num Conselho de Ministros discute-se mais uma vez se é o momento de avançar e prender os suspeitos das FP-25. A PJ reportava ao ministro da Justiça, Rui Machete, que era um

hesitante: “Não é oportuno, não chegou o momento, é o que eles nos dizem, mas dizem também que, se a gente lhes der cobertura, seguramente avançam.” Várias pessoas achavam que se devia avançar, como Eduardo Pereira e Jaime Gama, e quem estava nas encolhas era Machete. Mesmo Mota Pinto achava que se devia avançar, mas não quis autorizar. Houve uma ronda, decide-se por fim avançar, mas é preciso consultar antes o primeiro-ministro, que estava em viagem no Japão. Quem vai falar com ele é Mota Pinto: “A maioria acha que é altura, senão isto nunca mais.” E Soares manda avançar. Correu bem ao governo, correu bem ao Soares.⁸³

Foram detidos dezenas de indivíduos, mais tarde acusados pelas autoridades judiciais de pertencerem à organização, incluindo Otelo Saraiva de Carvalho. O nome de um deles, Joaquim Dias Lourenço (n. 1935), embora não tivesse qualquer relação com o destacado dirigente comunista António Dias Lourenço (1915-2010), levou alguns a pensar tratar-se da mesma pessoa, pelo que – segundo Barroso – Soares terá visto aí a evidência de um elo entre o PCP e o grupo terrorista: «Ele está convencido, às tantas, durante um Conselho de Ministros anterior, de que Dias Lourenço era a prova da ligação ao PC. Mas isso não é determinante para a sua decisão de mandar avançar com as detenções.»⁸⁴

Soares desmentirá ter alguma vez feito tal confusão,⁸⁵ mas é um facto que a 19 de abril declarara à revista italiana *L'Espresso* que a atividade do PCP estava a ir já «para terrenos além da legalidade», ao mesmo tempo que se dizia «preocupado com as atividades das FP-25.»⁸⁶ (Explicará depois que, quanto aos comunistas, falava «em termos de agitação de rua», já que sabia que o terrorismo era «em absoluto estranho aos seus métodos e comportamentos»⁸⁷).

Quanto ao antigo comandante operacional do 25 de Abril, esclarecerá Alfredo Barroso: «Soares e os restantes membros do governo tinham a noção do envolvimento de Otelo.»⁸⁸ Tratava-se contudo de alguém a quem o primeiro-ministro atribuía um estatuto especial, pelo que não gostou do tratamento policial dado ao militar: «Bem incomodado fiquei – diga-se – por a polícia ter

posto Otelo em regime de incomunicabilidade. Talvez devesse ter havido mais cuidado. Pense-se o que se pensar dele, não devemos esquecer que Otelo Saraiva de Carvalho é um herói de Abril.»⁸⁹

Quase em simultâneo, o chefe do governo procedia à recuperação de outro oficial situado na ponta oposta do leque político, ao nomear o general António de Spínola (que regressara do exílio logo em 1976 e ganhara o título honorífico de marechal cinco anos depois) como presidente da Comissão de Honra das comemorações do décimo aniversário do 25 de Abril.

Indício da degradação das relações entre Soares e a área comunista fora a atmosfera hostil que pouco antes, em janeiro de 1984, enfrentou ao comparecer nas homenagens fúnebres ao poeta José Carlos Ary dos Santos (n. 1937), filiado no PCP – conforme o relato de José Manuel dos Santos, que se mantinha como seu assessor de imprensa: «Quando o Ary morre, Soares vai à Sociedade Portuguesa de Autores prestar-lhe homenagem. Depara com um mau ambiente mas toma conta daquilo. Estava lá o médico e poeta [neorrealista] Armindo [José] Rodrigues [1904-1993], um PC tardio, que antes do 25 de Abril era amigo de Soares. Escrevia em *O Diário* [matutino detido e controlado pelo PCP], e no dia seguinte publicou lá qualquer coisa como: “Mário Soares, malandro, apareceu no funeral do Ary dos Santos. Darei instruções à minha família para, quando eu morrer, ele ficar proibido de entrar no meu enterro.” Soares manda-lhe então um cartão a dizer: “Combinado, não vou ao seu enterro, mas vou no dia seguinte ao cemitério mijar-lhe na campa”.»⁹⁰

Capítulo 29

A reviravolta

Para um primeiro-ministro que aspirava a ser eleito Presidente dentro de um ano, 1985 começou sob maus auspícios. À contestação social ao governo, devido às medidas de austeridade, juntava-se a fragilidade do Bloco Central, sobretudo porque no PSD abundavam as dúvidas sobre se estar em minoria na coligação com o PS era, para o partido, a atitude adequada. Alguns deputados sociais-democratas recusaram votar a favor de uma moção de confiança aprovada no parlamento em junho de 1984. Para gerir a oposição interna, o líder do PSD queixou-se em público, nesse mês, da falta de execução das reformas estruturais negociadas na formação do governo. Soares reagiu «indignadamente», mas em privado compreendia o drama do vice-primeiro-ministro: «Mota Pinto desculpava-se junto de mim, pretendendo que era a única maneira que tinha ao seu dispor para controlar o partido. Era, em parte, verdade. Eu sabia que ele tinha grandes dificuldades internas e que, frequentemente, ameaçava abandonar a liderança do partido. Era, naturalmente, o que eu mais temia. O desaparecimento da liderança do PSD, de Mota Pinto, implicava, com grande probabilidade, o fim da coligação.»¹

Mota Pinto acabará mesmo por se afastar da chefia do PSD em finais de 1984, a título provisório, num recuo destinado a regressar em força no congresso social-democrata marcado para meados de maio seguinte na Figueira da Foz. Em fevereiro, seria substituído na presidência do PSD por Rui Machete, e então, de forma

inesperada, a menos de duas semanas do conclave, morrerá fulminado por doença cardíaca. «Fico um bocado desamparado», confessará Soares. «Mota Pinto era o parceiro, era o amigo, era o tipo fixe que estava ali, em quem eu tinha confiança.»²

O desaparecimento do aliado veio baralhar as contas ao líder do PS. Por um lado, ele tinha em Mota Pinto um apoiante seguro da sua corrida a Belém, daí a oito meses, a qual há muito estava assente no seu espírito e em cuja preparação trabalhava já há algum tempo: «Estou absolutamente convencido de que uma das coisas que mais o preocupavam era a minha candidatura à Presidência da República. Mota Pinto percebeu que eu seria candidato – várias vezes me incitou a sê-lo, de resto – e, sinceramente, penso que teria gostado de levar o seu partido a apoiar-me. [...] Sentia – de uma forma cada vez mais clara – que, no seu partido, se avolumavam as reticências, quando não mesmo as recusas frontais, a esse apoio.»³

Por outro lado, tornando-se mais incerto o desfecho do congresso social-democrata, e perante a agitação interna, podia não estar garantida a posterior continuação do Bloco Central. Rui Machete, que admitia candidatar-se a sucessor de Mota Pinto, prometia mesmo assim manter o apoio ao projeto, tal como João Salgueiro, outro dos putativos aspirantes ao cargo, faltando apenas resolver entre os dois quem avançaria: «Poucos dias antes do congresso, eu tivera uma reunião com João Salgueiro e Rui Machete, em São Bento. Disseram-me ambos, com toda a clareza, que um ou outro seria o vencedor. Descansei.»⁴

Aparentemente, tanto Soares como os dois dirigentes sociais-democratas ignoravam a existência de movimentações subterráneas no PSD para o surgimento de uma alternativa, como escreverá o economista Aníbal Cavaco Silva (n. 1939), professor universitário e diretor do Gabinete de Estudos do Banco de Portugal, que fora ministro das Finanças e do Plano do executivo de Sá Carneiro: «Alguns notáveis do PSD acusavam Mota Pinto e Rui Machete de quererem apoiar Mário Soares [às presidenciais], que, claramente, desejava ser candidato e beneficiar do apoio do PSD. Eu achava que isso seria um erro grave.»⁵

Numa reviravolta que apanhou de surpresa o país político, o próprio Cavaco Silva emergiu da sombra para ganhar o congresso da Figueira da Foz, derrotando João Salgueiro, que acabara por ser o candidato do *establishment* e que tinha a vitória por garantida. A notícia foi dada a Soares por António Campos:

Um dia antes do congresso, tínhamos estado com João Salgueiro, que nos disse que tinha garantido 80 por cento. Estava tudo negociado com ele. Eu tinha ido a uma feira de Penela e o governador civil de Coimbra, [o médico socialista Carlos Alberto] Santana Maia [1936-2012, depois bastonário da Ordem dos Médicos], que tinha casa na Figueira, telefona-me aflito: “Vem cá que há problemas; olha que o Salgueiro não vai ganhar isto.” Fui para a Figueira e meti-me entre a delegação do PS ao congresso. Depois, da casa de Santana Maia, telefonei ao Mário Soares. Se o relacionamento dele com Mota Pinto era fraterno e solidário, já prevíamos problemas mesmo com Salgueiro. Agora, com Cavaco, era ir completamente para o desconhecido.⁶

Era um sinal preocupante para Soares, já que Cavaco não só pretendia renegociar com o PS os termos da participação social-democrata no governo como fizera o congresso decidir que o candidato presidencial a apoiar pelo PSD deveria ter por característica «não ser membro de nenhum partido político», excluindo assim uma candidatura soarista suportada pelo Bloco Central.

O secretário-geral socialista ficou, aliás, perplexo com o inexplicável aparecimento de um novo protagonista político que ele não conhecia e, para mais, lhe parecia hostil: «Eu tinha um grande apoio de toda a gente, exceto dos comunistas, mas estes não contavam nada nessa altura. Estava por isso sossegado acerca da eleição presidencial. Mas entretanto morreu Mota Pinto (porque, vivo, ainda era um sombra dentro do PSD). Depois nem Salgueiro nem Machete tinham coragem – disseram-me na véspera que o congresso estava garantido e foi o que se viu. Por fim, o Cavaco subiu ao trono e começou logo a atuar, com declarações desagradáveis contra o PS. Foi uma conspiração que fizeram dentro do PSD.»⁷

Uma «conspiração» onde, como não podia deixar de ser, o Presidente da República tinha de estar envolvido: «Estou perfeitamente convencido de que houve negociações prévias entre Eanes [...] e o próprio Cavaco Silva.»⁸ O que o novo líder do PSD tratará de desmentir mais tarde, garantindo que a ideia «não tem qualquer fundamento».⁹

Tudo indica que a primeira reação da parte de Soares foi de alívio, perante alguém que achava não estar ao seu nível, por nem sequer possuir «biografia política» – expressão que confirmará ter usado: «Disse e pensei isso.»¹⁰ Ao novo líder social-democrata não terá escapado a forma como era apreciado:

Segundo a imprensa, a minha eleição para presidente do PSD tinha sido uma surpresa e um choque para Mário Soares, que terá mesmo exclamado: “Mas ele não tem currículo político!” Para Mário Soares eu era um técnico economista e não pertencia ao mundo da política, que era o seu. Nisso eu achava que ele tinha razão. Mário Soares estava firmemente convencido de que o congresso da Figueira da Foz elegeria João Salgueiro para presidente do PSD, o que não lhe traria problemas de maior. A minha eleição, para além de inesperada, não devia encaixar de todo nos esquemas que ele teria imaginado, e vinha introduzir na vida política portuguesa uma dose de imprevisibilidade com que não contava.¹¹

Tratava-se, com efeito, de duas formas diferentes de ver o exercício da atividade política, já que da parte de Cavaco Silva também havia desconfianças em relação a Soares:

Conhecíamos-nos mal um ao outro. Apenas ocasionalmente nos tínhamos encontrado e trocado palavras de circunstância. A imagem que eu tinha de Mário Soares resultava muito da comunicação social, do que me diziam algumas pessoas que o conheciam e da minha observação da sua ação política depois do 25 de Abril. Via-o como um político corajoso e hábil, perito nos jogos político-partidários, pouco preocupado com questões de coerência e pouco conhecedor das matérias concretas

da governação, muito determinado na realização dos seus objetivos políticos pessoais e que se movia com à-vontade nos meios internacionais. Achava-o em quase tudo muito diferente de mim e nalguns aspetos mesmo o oposto. Imaginava, por isso, que não seria fácil entender-me com ele no governo. Receava pressões para que a atividade governativa fosse orientada no sentido de favorecer a sua ambição de ser eleito Presidente da República.¹²

Parecia estarem assim virados do avesso todos os cálculos que o líder socialista há muito vinha a fazer quanto à sua estratégia presidencial. A candidatura a Belém germinara naturalmente no seu espírito de político profissional desde os anos 1970, como corolário de um percurso e apogeu de uma carreira, se bem que ele próprio revele apenas ter consolidado a intenção definitiva em finais de 1984: «Ficou claro, para mim, que não tinha alternativa: seria mesmo candidato a Presidente da República.»¹³

Consciente da dificuldade em ganhar as presidenciais sob medidas de austeridade, Soares até pedira então ao ministro das Finanças para aliviar o programa que ainda estava a ser aplicado em articulação com o FMI (confirmando neste particular os receios de Cavaco Silva): «Falei com o Ernâni [Lopes], sensibilizando-o para a questão eleitoral. Teve uma resposta muito firme, recusando frontalmente alterar a sua política. Disse-me que o seu contrato era comigo e com o país – até ao fim –, mas que não lhe parecia conveniente, em termos nacionais, ceder a pressões eleitoristas. Respeitei o seu ponto de vista, tanto mais que esse era o compromisso que havíamos feito desde o começo, embora estivesse convencido de que teria de me confrontar com um eventual desaire eleitoral.»¹⁴

A partir de inícios do ano, Soares começara a reunir em São Bento com um grupo de instigadores da sua candidatura capazes de alargar o âmbito dela para lá das fronteiras partidárias – como António Barreto, o historiador e ensaísta Vasco Pulido Valente (1941-2020, ex-filiado do PS e secretário de Estado da Cultura do executivo de Sá Carneiro), José Gomes Mota e o empresário

António Dias da Cunha (n. 1933) –, a que depois se juntariam emi-nências socialistas como Jaime Gama e Vítor Constâncio.¹⁵ Conta-se que na altura uma sondagem confidencial havia dado ao então primeiro-ministro apenas 8 por cento das intenções de voto em futuras presidenciais,¹⁶ mas sem se saber se o inquérito era aberto a candidatos indicados pelos respondentes ou limitado a uma lista de nomes previamente indicados, qual a percentagem de indecisos ou se o resultado havia sido objeto de ponderação técnica – fatores que alteram consideravelmente os números em estudos do género.

Do ponto de vista da promoção da sua imagem, Soares dispôs-se a encomendar a Marvine Howe – segundo Rui Mateus – a sua biografia escrita em inglês para português ver, ou seja, para o eleitorado perceber como ele era uma figura conhecida e respeitada no estrangeiro. *Mário Soares, Portrait of a Hero* («Retrato de um Herói»), com prefácio do senador democrata norte-americano Edward Kennedy (1932-2009, que visitara Lisboa meses após o 25 de Abril), acabou por ser escrito pelo antigo secretário-geral da IS Hans Janitschek, e a FRI terá pago 50 mil dólares à editora britânica Weidenfield & Nicolson pela sua edição em 1985.¹⁷ Marvine Howe dirá nunca ter sido contactada para esse objetivo.¹⁸

Outro aspeto a ter em consideração, já que uma candidatura civil com a ambição de ganhar a Presidência da República por escrutínio popular era coisa inédita em Portugal, seria o estudo das reações do eleitorado e das hipóteses de vitória. Para isso, foi necessário recorrer a amigos estrangeiros, como relatará Rui Mateus (a quem Soares, meses após a posse do governo do Bloco Central, pedira para «enterrar o “machado de guerra” e acabar com os “amuos”», mantendo-o como responsável das Relações Internacionais do PS e dando-lhe como «recompensa», entre outras funções, a presidência da Comissão Parlamentar de Integração Europeia¹⁹):

[Após o livro] o segundo passo importante do lançamento da campanha foi o convite a uma empresa de relações públicas para definir as grandes orientações [...]. Em janeiro [de 1985] [...] seria convocado para uma reunião com Mário Soares. Nesta altura, [...] já praticamente só se discutia a eleição

presidencial. Dir-me-ia para falar com o Carlucci sobre a questão falada [...] durante a visita oficial aos EUA, quando este lhe sugerira o recurso a apoio técnico de uma empresa especializada em eleições. Carlucci, com quem, aliás, mantinha contactos regulares, dir-me-ia que sim, que se lembrava e que me ia pôr em contacto com uns homens do Reagan que eram “*the best that money can buy*” [“o melhor que há no mercado”]. [Harvey] Lee Atwater [1951-1991, conselheiro de Reagan, vice-diretor da campanha para a sua reeleição em 1984, futuro diretor da campanha para a eleição presidencial de George Bush em 1988 e presidente do Comité Nacional Republicano (CNR – o órgão do Partido Republicano que dirige as campanhas eleitorais dos seus candidatos) – considerado tão pouco escrupuloso quanto muito agressivo nas técnicas de propaganda, métodos de que, para o fim da sua vida, afetado por um tumor cerebral incurável, expressaria arrependimento escrito] telefonar-me-ia poucos dias depois e combinou-se organizar uma visita a Portugal para em contacto com Soares discutirem o assunto. Lee Atwater e Paul Manafort [n. 1949, vice-diretor político do CNR e funcionário superior da Casa Branca, mais tarde líder da campanha presidencial de Donald Trump, acabando condenado pelos tribunais norte-americanos por ilegalidades cometidas em ações relacionadas com a Ucrânia e por obstrução à justiça], dois dos proprietários da empresa de relações públicas Black, Manafort, Stone & Kelly, chegariam a Lisboa num voo da TWA às 7h30 de domingo, dia 3 de março. Na parte da tarde eu próprio os iria buscar ao hotel Méridien para depois os levar a uma longa conversa com Mário Soares na sua casa de Nafarros. [...] Soares estava absolutamente eufórico e, depois de várias horas de conversa, decidiria apresentar o seu novo trunfo ao seu *think tank*, que se encontrava reunido nessa noite na FRI. Lá estavam, entre outros de que não me recordo, Gomes Mota, Vítor Constâncio, Jaime Gama e Vasco Pulido Valente. [...] Antes de partir, tiveram a oportunidade de dizer a Mário Soares que o seu trabalho era para ser pago. [...] As relações com o candidato e com a sua equipa continuariam em pleno, tendo mesmo alguns dos elementos “técnicos” visitado Washington para ali trabalhar com esta empresa.²⁰

Embora admitindo as conversas com os dois norte-americanos, Soares desmentirá ter seguido as suas orientações: «Deram-me alguns conselhos e disseram-me o que, quanto a eles, deveria ser o estilo do candidato ideal. Felizmente, não segui os seus conselhos. Percebi muito rapidamente que estavam desfasados da nossa realidade e que aquilo que propunham não se aplicava a Portugal, não colava à psicologia do eleitorado português. [...] Mesmo que viesse a utilizar os métodos propostos (o que nunca me passou pela cabeça), sairiam caríssimos. Disse-lhes que não tínhamos meios para lhes pagar. Para mim, tratou-se de uma sondagem que classifiquei como negativa.»²¹

Estas ligações poderiam ter pouco que ver com a «ética socialista» proclamada por Soares como princípio de orientação, mas a verdade é que o então pré-candidato viria a sintetizar a campanha presidencial que se aproximava com uma pragmática expressão francesa justificando os meios com os fins: «*À la guerre comme à la guerre*» («Guerra é guerra»)²². A oficialização de outras candidaturas – à direita, em 26 de abril, de Diogo Freitas do Amaral (que abandonara a liderança do CDS havia já mais de dois anos), e à esquerda, semanas depois, de Maria de Lourdes Pintasilgo (que na aparência gozava do patrocínio ou apoio de Eanes) – parecia de facto impor ao secretário-geral do PS a mobilização dos mais variados recursos ao seu alcance.

Perante as dificuldades que se avolumavam na condução do governo, devido à imprevisibilidade criada do lado do PSD, alguns dos conselheiros de Soares disseram-lhe que, se ele quisesse ganhar as presidenciais, devia abandonar quanto antes as funções executivas demitindo-se do cargo de primeiro-ministro, orientação que rejeitou: «Conservei-me no governo até ao fim, o que não deveria ter feito – como tantos amigos me diziam –, se quisesse ter partido em melhores condições políticas para ganhar.»²³

Talvez a sua maior preocupação consistisse em assinar o Tratado de Adesão à CEE, marcado para 12 de junho: «Tinha a convicção de que, se me tivesse demitido antes, o tratado, porventura, não teria sido assinado. Por isso fiquei até ao fim.»²⁴

Logo no seu primeiro encontro com Cavaco Silva, o líder socialista terá intuído que as coisas não iriam correr bem entre ambos, como relatará o recém-eleito presidente do PSD:

Dois dias depois do congresso, em 22 de maio de 1985, ao fim da manhã, tive um primeiro encontro com Mário Soares, no seu gabinete na residência oficial de São Bento. A reunião durou uma hora e meia e não se pode dizer que tenha sido uma conversa simpática ou que tivesse contribuído para a criação de uma relação de confiança entre nós. Mário Soares atacou o PSD e utilizou um tom de grande firmeza, procurando inibir-me. Para que eu não tivesse dúvidas, rematou: “Apesar do meu ar um pouco bonacheirão, não pense que me vem moldar às suas exigências ou que lhe vou fazer jeitos.” De forma delicada, respondi-lhe com igual firmeza. O PSD não prescindia de uma mudança na atuação do governo, que lhe desse um novo fôlego e maior eficácia, de modo a enfrentar melhor os problemas do país.²⁵

Trabalhar em coligação com o PS estava longe de ser a grande ambição de Cavaco Silva (antes pelo contrário), mas, a fazer fé nas suas palavras, dispor-se-ia a assumir o compromisso antes firmado pelo seu partido:

A ideia que eu trazia da Figueira da Foz era de que o PSD não podia romper unilateralmente o acordo que Mota Pinto tinha celebrado com o PS e que, embora sem grande entusiasmo, eu teria de aceitar o lugar de vice-primeiro-ministro no governo presidido por Mário Soares. Mas entendia que o PSD devia obter do PS um mínimo de garantias que permitissem iniciar uma nova fase da governação, mais dinâmica e eficaz, que criasse um novo clima de confiança no país e relançasse o crescimento económico. Em meu entender, o acordo de governo celebrado entre os dois partidos não estava a ser cumprido em pontos essenciais. O PS impedia a concretização de medidas nele previstas, dominava em seu proveito a comunicação social estatizada e ocupava os cargos políticos sem respeito pelo critério de competência.²⁶

Uma das posições da nova liderança social-democrata que certamente mais exasperavam Soares era a nova estratégia eleitoral do PSD para a Presidência da República, com Cavaco Silva a rejeitar dar-lhe apoio e a inclinar-se para o ex-líder centrista:

Percebi logo nesse primeiro encontro que a eleição presidencial era para Mário Soares a questão chave. A estratégia autónoma do PSD aprovada na Figueira da Foz, apontando para o apoio à candidatura de Freitas do Amaral, era para ele totalmente inaceitável. Contudo, saí de São Bento com a convicção de que nas reuniões partidárias que se iriam seguir seria possível chegar a um acordo que permitisse a continuação do governo de coligação, até porque tinha notado que Mário Soares estava inseguro quanto à atitude do Presidente da República em caso de rutura da coligação. Contrariamente ao que muitas vezes se escreveu, eu não saí da Figueira da Foz com a intenção de provocar o fim do “bloco central”.²⁷

Tratou-se de uma inesperada contrariedade para o primeiro-ministro, que, como dirá Alfredo Barroso, não terá avaliado a determinação do político à sua frente, por ele considerado apenas um caloiro: «O grande problema ali foi Mário Soares ter subestimado Cavaco. Sempre isso aconteceu naquela fase, o que só deu força ao líder do PSD.»²⁸ O que o próprio Soares reconhecerá: «Eu até o menosprezei. O tipo não falava, e eu recebi-o no partido [ainda na Rua da Emenda]: “Se você quiser falar comigo, vai lá.” O gajo mandou dizer “não sei quê de flores”, e eu enchi a casa de flores. Talvez a ideia fosse minha.»²⁹

Foi a que ficou conhecida como a «cimeira das flores» entre os dois maiores partidos parlamentares, realizada na sede socialista ao fim da tarde de 25 de maio para discutir o futuro do Bloco Central. Tudo porque Cavaco Silva comentara antes à imprensa que aquela ia ser uma reunião «de trabalho» e não «de flores». A atitude do partido anfitrião, pela qual António Campos assumirá a responsabilidade, revelou como os socialistas, na linha de Soares, continuavam a encarar Cavaco com paternalismo: «Resolvi pôr lá as flores. Cavaco estava disponível para fazer algumas ligações,

mas Soares disse que não. Acho que na altura ele foi mais intransigente do que Cavaco, com quem, por exemplo, Jaime Gama e Eduardo Pereira eram a favor de se falar. E essa coisa das flores já era uma atitude de hostilidade. Na sala de reuniões também havia flores.»³⁰ Mas Alfredo Barroso não isentará da iniciativa o próprio líder socialista: «São aquelas coisas do Soares. Deve ter sido uma ideia do António Campos de que ele tirou partido: “Ó Mário, com a história das flores, vamos encher aquilo.” E o Soares: “Boa ideia, porreiro”.»³¹

Todo o percurso de Cavaco no interior da sede do PS estava com efeito pejado de flores, o que ele não deixaria de notar: «Quando passei a porta de entrada, fiquei surpreso ao ver vasos de arbustos e de flores por todo o lado, o que dificultava mesmo a movimentação das pessoas. Percebi que se tratava de uma brincadeira do PS em relação à minha pessoa. [...] Não apreciei o gesto, que achei uma falta de respeito da parte do PS. “Como é que um PSD presidido por mim pode estar no governo com um partido que se comporta assim com o seu parceiro de coligação?” – foi a interrogação que me veio à cabeça.»³²

A conversa não se destinava, na realidade, a correr bem, como sintetizará o anfitrião: «Eu disse-lhe: “O que é que o senhor agora quer fazer?” “Eu quero não sei quê, ser independente do PS, esta coligação não me satisfaz.” “Então sigam lá o vosso caminho, que nós seguimos o nosso.” Fui acompanhá-lo à porta, mas o gajo praticamente não falou, só disse isto, não era um gajo de conversa. Eu fiquei com esta impressão: “Este gajo não tem mundo, não tem conversa, é um gajo esquisito, não me satisfaz.” Era o contrário do Sá Carneiro e do Mota Pinto. Fiquei convencido de que ele não ia longe, mas foi, porque teve sorte.»³³ (Muita gente considerará mais tarde que o tratamento por «gajo» refletia o menosprezo de Soares por Cavaco, mas esse era o modo como o líder socialista se referia, em conversa informal, a todos os homens, mesmo os seus mais íntimos amigos; a verdadeira desconsideração estava em ele não ter o interlocutor na conta de um cosmopolita).

O visitante adiantará mais detalhes da reunião, passando pela enunciação de uma lista de nove reivindicações:

Depois da minha apresentação dos nove pontos, que deve ter sido feita em tom sério, influenciado pelas circunstâncias em que o PS tinha recebido a delegação do PSD, Mário Soares fez uma intervenção muito dura, com fortes acusações ao PSD e, nalguns aspetos, foi mesmo indelicado. Exigiu da minha parte uma declaração pública prévia de que estava de alma e coração com a coligação governamental. Percebi mais tarde [...] que o tom brusco e duro era uma tática habitual a que Mário Soares recorria, visando diminuir e inibir o seu interlocutor. Fui apanhado de surpresa pela reação de Mário Soares e fiz um grande esforço para manter a cabeça fria. Achei que devia dar-lhe a entender que não me amedrontava com a dureza das suas palavras. Respondi-lhe que era inútil pretender dar lições ao líder do PSD e que era bom que não confundisse franqueza com arrogância. E disse-lhe muito claramente que o PSD estava na coligação enquanto ela permitisse realizar os objetivos para que fora constituída e não para servir estratégias pessoais, como, aliás, eu tinha afirmado no discurso de encerramento do congresso da Figueira da Foz.³⁴

Durante a fase mais aguda da discussão, Soares, puxando dos seus galões, terá atirado ao interlocutor a tal desconsideração que já pairava no seu espírito: «Você não tem biografia! E quando falar comigo olhe-me nos olhos».³⁵

A verdade é que, apesar das discordâncias, ninguém pretendia assumir a responsabilidade por pôr termo ao Bloco Central: «Procurei também sublinhar que as estratégias presidenciais dos dois partidos eram diferentes, mas isso não punha em causa a coligação, contrariamente ao que o PS afirmava. [...] A reunião chegou ao fim num tom um pouco mais distendido, tendo o PS afirmado que concordava com a maioria dos pontos por mim apresentados (Mário Soares chegou a dizer que os aceitava a 95%), e o PSD manifestou-se disponível para reexaminar aqueles que suscitavam dúvidas ao PS e estudar outros que o PS quisesse pôr sobre a mesa.

[...] Não saí da sede do PS com a ideia de que a rutura da coligação era inevitável. Pelo contrário, inclinava-me mais a pensar que se chegaria a um acordo.»³⁶

Contudo, três dias depois, Soares descrevia para o seu diário os sentimentos de apreensão e pessimismo que dele se havia apoderado após as negociações inaugurais com Cavaco Silva:

A política portuguesa muda aceleradamente, com impressionante rapidez. Mais uma vez o cenário se modificou. Agora, após o congresso do PSD, com a vitória “dinâmica e anti-PS do Cavaco e Silva”. As conversações com ele – e com a nova equipa – têm sido duríssimas. A coligação está em grande risco. Romperão os PSD's a coligação? Aguentarão até 15 de julho [porventura relacionado com a entrada do parlamento em férias estivais, após ratificar o Tratado de Adesão à CEE]? Que fará Eanes? Eis algumas das incógnitas imediatas. Por um lado, estou em posição de firmeza: não farei concessões maiores. Não tenho interesse nisso. [...] De Cavaco e Silva não virá nada de bom nem da dinâmica “direitista” que está a suscitar no interior do PSD e da direita. A não ser **ressituar-me** ao centro, criando problemas aos apoiantes da M. de L. Pintasilgo. [...] Mas tive o êxito da cimeira luso-espanhola em Alcântara [a 25 de maio]; terei, no dia 12 [de junho], o ato solene da adesão à CEE (onde aliás subsistem problemas...).³⁷

E o facto é que, se Cavaco Silva saíra da «cimeira das flores» convencido de que a coligação poderia sustentar-se, tais ilusões cedo se desvaneceram: «Esta expectativa não se confirmou na reunião seguinte das duas delegações, a 30 de maio, na sede do PSD, na Rua de Buenos Aires. Nessa reunião não foi feito qualquer progresso de aproximação entre os dois partidos. O PS insistiu na questão prévia do empenhamento do PSD de corpo inteiro na coligação, até ao fim da legislatura, em 1987. O PSD via a coligação como instrumento e não como fim em si e exigia um compromisso do PS de que seria tomado um conjunto de medidas [...] que desse uma nova dinâmica e eficácia ao governo, mas o PS mantinha-se intransigente em relação a algumas delas – alteração da legislação

laboral [...] e da legislação agrária.»³⁸ Terá mudado então de vez a percepção quanto ao destino do governo:

O PS voltou a insistir que, nas eleições presidenciais, o PSD não podia apoiar uma candidatura que pusesse em causa a coligação. O PSD recusava-se a misturar a questão das eleições presidenciais com o governo e não abdicava de ter uma estratégia própria, como fora definido em congresso. Mário Soares, embora tenha adotado um tom mais cordial nesta segunda reunião, manifestou uma clara desconfiança em relação ao novo PSD, que acusou de ter virado à direita, e em particular em relação a mim. Embora sem o dizer, também era reduzida a minha confiança num governo presidido por Mário Soares. Com este estado de espírito era difícil que a coligação conseguisse resolver os graves problemas do país, pensava eu. No final da reunião, a minha impressão era de que o PS tinha já concluído que a rutura da coligação era inevitável e eu começava a pensar o mesmo.³⁹

A discussão sobre a responsabilidade da rutura arrastar-se-ia no tempo. Almeida Santos, que se sentava sempre à mesa de negociações como braço-direito de Soares, negará ter sido essa a intenção dos socialistas: «Em 1985 nós queríamos a coligação. É mentira que o PS não estivesse interessado.»⁴⁰ Mas não será essa a versão de António Campos: «Soares resolveu cortar e bem. A sua intenção pessoal era não dar nenhuma *chance* ao PSD. Eram dificuldades sucessivas que eles levantavam...»⁴¹ E o próprio líder socialista dirá que «sabia que não valia a pena, era perder tempo»,⁴² embora, contraditoriamente, não tenha deixado de atirar o ónus para a parte contrária: «O PSD rompeu a coligação e derrubou o governo, com premeditação, levando o requinte da hipocrisia a acusar-nos a nós, socialistas, de o termos feito.»⁴³

O corte definitivo ocorreu apenas na manhã seguinte à reunião da Buenos Aires, num encontro restrito realizado no gabinete do primeiro-ministro em São Bento, como Cavaco relatará:

Seria uma última tentativa para salvar o governo PS/PSD. Cheguei a pensar que Mário Soares, com receio de que uma crise política não lhe fosse favorável, faria nessa reunião uma

ou outra concessão para manter a coligação. [...] Logo que nos sentámos à mesa pressenti que, efetivamente, o PS não estava mais interessado na coligação governamental. De nada serviu eu anunciar que o PSD aceitava a quase totalidade das medidas apresentadas pelo PS na reunião anterior e que, aceites as medidas por mim propostas, o PSD estava em condições de garantir o seu total empenhamento e comprometimento no governo. Da intervenção de Mário Soares ficou claro que as eleições presidenciais eram a questão chave, tendo mesmo referido um acordo verbal com Mota Pinto segundo o qual, sendo ele Presidente da República, o primeiro-ministro podia ser do PSD. Mota Pinto terá dito que Mário Soares nunca conseguiria impor uma tal solução ao PS, ao que ele lhe respondera que era um engano, pois isso até facilitaria a sua sucessão no partido. Mário Soares parecia obcecado com a sua eleição para Presidente da República. Era para mim claro que, se o PSD prescindisse da sua estratégia defendida na Figueira da Foz de negociar o seu apoio a Freitas do Amaral e apoiasse a candidatura de Mário Soares, não seria difícil ao PS aceitar todas as medidas que eu tinha proposto. Embora Mário Soares tivesse começado a reunião dissertando sobre como o PSD se devia comportar e qual era a melhor estratégia para o partido, no fundo ele já tinha percebido que eu não ia mudar em matéria de estratégia presidencial e, por isso, foi muito claro ao afirmar que o PS não aceitava alguns dos pontos apresentados pelo PSD. Eram para o PS questões fechadas – disse ele. O PS também não podia aceitar que uma mudança positiva na atuação do governo fosse atribuída às exigências do PSD e à sua nova liderança, porque isso não serviria o objetivo da eleição presidencial de Mário Soares. Quando a reunião terminou, ambas as partes tinham o sentimento de que a coligação tinha chegado ao fim, embora ninguém o tivesse assumido formalmente.⁴⁴

A seguir, na realidade, tratou-se já da mera passagem da certidão de óbito ao Bloco Central. A Comissão Política dos sociais-democratas concluiu que a rutura era inevitável e que não se deveria deixar apodrecer a situação: «Eram nove horas da noite quando telefonei a Mário Soares a pedir uma reunião com o PS para

comunicar a decisão tomada. A reunião teve lugar no dia seguinte, às 17h00, na sede do PS, e durou apenas dez minutos.»⁴⁵ Cavaco leu uma declaração de denúncia da coligação, atirando contudo a responsabilidade para os socialistas, ao acusá-los de recusarem as medidas propostas pelo PSD. Estes não se mostraram interessados em replicar: «Os membros do PS não reagiram. Perguntaram se era tudo, e a reunião terminou.»⁴⁶

PS e PSD atuavam sob o fio da navalha, estando a cerimónia de adesão de Portugal à CEE marcada para oito dias depois. Aliás, para além da legislação laboral, as dificuldades que os sociais-democratas vinham a levantar no seio do executivo (mencionadas por Soares no diário) eram ainda as que o ministro da Agricultura suscitara no âmbito das negociações de adesão, e às quais Cavaco era agora sensível, a ponto de fazer disso uma das exigências escritas apresentadas ao PS nas conversações: «Ponderar a assinatura do Tratado de Adesão à CEE, em 12 de junho, se não for possível chegar a uma solução que garanta a defesa dos interesses nacionais quanto aos pontos de carácter técnico ainda em aberto.»⁴⁷

O chefe do governo ignorou a reivindicação: «Mário Soares parecia [...] pouco inclinado para isso, porque receava que a data marcada para a cerimónia de assinatura do tratado fosse posta em causa.»⁴⁸ Alfredo Barroso entenderá ter sido a intervenção presidencial a resolver a questão: «Foi com base nas objeções de Álvaro Barreto que o próprio Cavaco pensou em adiar a adesão, e aí acho que Eanes percebe e porta-se bem, com sentido de Estado – ou de oportunidade, porque se porventura tramassem a adesão isso era um grande argumento eleitoral para o PS.»⁴⁹ Mas o líder social-democrata dirá que a sua cedência só ocorreu após terem sido obtidas melhorias à última hora: «Uma delegação portuguesa foi a Bruxelas e conseguiu que as exigências fossem tidas em conta, e Álvaro Barreto comunicou-me que as objeções podiam ser retiradas.»⁵⁰

Os ministros do PSD concordaram assim em pedir a demissão apenas a 13 de junho, para permitir a assinatura do tratado no dia anterior.⁵¹ Para Soares, era suficiente: «Eu no governo já tinha conseguido o que queria, incluindo entrarmos na CEE.»⁵²

Mas, mesmo assim, estava ainda por resolver uma outra exigência social-democrata: «Cavaco quis que entrasse o Machete nas assinaturas do tratado: “Se vocês não põem o Machete pelo PSD, então o PSD retira-se da coligação, o governo cai”».»⁵³

O primeiro-ministro viu-se obrigado a transigir: «Quem negociara tudo, no meu governo, fora uma equipa coesa constituída pelo ministros das Finanças, Ernâni Lopes, por Jaime Gama, titular dos Negócios Estrangeiros, e, finalmente, p[elo economista] António Marta [1946-2015, então presidente da Comissão para a Integração Europeia]. Eram estes que deviam, portanto, assinar comigo. Segundo as regras da CEE, por Portugal só poderiam figurar quatro assinaturas, no máximo. Assim, para meter Rui Machete, foi necessário eliminar António Marta, o que considerei uma injustiça.»⁵⁴ Fazer finca-pé em António Marta criaria o risco de morte na praia, e, numa altura em que a data da cerimónia já estava marcada, o chefe do governo justificou a cedência com uma frase roubada à História: «Paris vale bem uma missa [palavras que o rei francês Henrique IV (1553-1610) terá proferido ao trocar o protestantismo pelo catolicismo, para assim ganhar a confiança da maioria dos seus súbditos]. Vamos lá a isso!»⁵⁵

Soares tinha pois o que nesse momento mais ambicionava: a consagração em letra de forma da adesão de Portugal à Europa (a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1986), celebrada em Lisboa ao fim da manhã desse 12 de junho, ainda mais saborosa por (por reivindicação do governo do Bloco Central) ter ocorrido antes de Espanha, que assinaria no mesmo dia, embora só à tarde: «A entrada de Portugal na CEE foi espetacular, com todos os efe-erres. O dia estava bonito. Fiz os convidados irem à Torre de Belém e depois aos [claustros do Mosteiro dos] Jerónimos para a cerimónia. Tinha sido um pouco à força, mas lembrei-me do Henrique IV. Eu tinha dito aos gajos [do PSD]: “Vocês vão-se embora sem isto e eu quero assinar isto antes de me ir embora.” Assinei e logo a seguir estava fora do governo. Mas fiz aquilo: isso, para mim, é que foi fundamental. Fui eu que consegui a entrada de Portugal.»⁵⁶

O seu principal objetivo pessoal – ser eleito Presidente da República – é que se apresentava agora mais nebuloso do que nunca: «Como o Presidente era Eanes, em quem não tinha nenhuma confiança, eu estava bloqueado por todos os lados. Não podia estar pior.»⁵⁷

Capítulo 30

O momento decisivo

As hostilidades públicas foram abertas logo no dia a seguir à assinatura do Tratado de Adesão. Depois de ter falado com o Presidente Eanes, Soares anunciou numa comunicação televisiva que iria demitir-se de chefe do governo «para facilitar a solução que se mostre menos onerosa para o país», procurando atirar para o parceiro de coligação a responsabilidade pelo fracasso do executivo.

Cavaco não gostou da intervenção, na qual, «tirando partido da sua posição de primeiro-ministro», o líder socialista terá feitos ajustes de contas partidários: «Atacou[-me] violentamente e ao PSD, responsabilizando-me pelo rompimento unilateral da coligação e acusando-me de causar graves prejuízos ao país. Como bom ator que era, procurou mascarar-se de vítima e, numa linguagem demagógica, tentou voltar o eleitorado contra a nova liderança do PSD. Fiquei profundamente chocado com o teor da sua comunicação, que considereei uma desonestidade política. Foi uma intervenção de dirigente partidário e não de primeiro-ministro. [...] Denunciei a estratégia do PS de tudo subordinar à eleição de Mário Soares para Presidente da República e responsabilizando-o pelo fim da coligação.»¹

Logo a 16 de junho, Soares anotava no diário novos lamentos quanto ao líder social-democrata: «*Consumatum est!* Rutura com o PSD: [...] dois anos certos de governo. Cavaco e Silva, intratável, tem uma nova estratégia de direita clara e não quer fazer nenhuma concessão. Nós também não. E para quê? Seria um preço a pagar que

só nos diminuiria, e logo a seguir ele arranjaria outros pretextos. É um tipo com o qual o diálogo é impossível. Ouve vozes; parece que foi chamado pelo destino; quer imitar o Sá Carneiro, no pior.»²

O presidente do PSD era a favor da dissolução do parlamento e da convocação imediata de novas legislativas, convencido de que, se as presidenciais tivessem lugar antes e Soares fosse eleito, seria mais difícil a obtenção de um bom resultado pelos sociais-democratas.³

E o fim antecipado da legislatura foi de facto o caminho seguido por Eanes, mais uma vez com o desacordo do secretário-geral do PS, que lhe garantia ter o seu partido a capacidade de formar novo governo, minoritário ou com outro tipo de solução a obter no hemiciclo: «O Presidente, ao contrário do que lhe pedi, resolveu dissolver, uma vez mais, a Assembleia.»⁴ Anunciada por Belém a 27 de junho, a dissolução só foi executada duas semanas depois, para dar tempo à Assembleia da República de ratificar o Tratado de Adesão Europeia.

Eanes desligava assim a máquina de respiração assistida ligada ao governo do Bloco Central, projeto de que Soares fora o principal progenitor e cuja designação se prolongaria muito para lá da sua existência enquanto executivo. A expressão «bloco central» viria a integrar a cultura política nacional para significar partilha de poder entre os dois partidos-charneira do sistema político, os quais, embora em alternância no governo, se sentariam ambos à mesa do orçamento, à semelhança do «rotativismo» de finais da monarquia, para repartir, de forma tácita ou explícita, cargos administrativos, administrações de empresas estatais e até adjudicações de obras públicas, satisfazendo clientelas de um lado e outro (sistema que o fundador do PS, em contexto diferente, viria a considerar que «não deu resultado», por conduzir «a uma situação estagnada, de valores entendidos e de cumplicidades estabelecidas, insuscetível de renovação»⁵). Daí também a consagração da perniciosa expressão «bloco central de interesses». Isto apesar da criação pelo Bloco Central, sob inspiração soarista, de uma Alta Autoridade contra a Corrupção, de resto com escassos resultados visíveis.

Não por acaso, a percepção deste fenómeno, certa ou errada, foi um dos fatores de estímulo ao surgimento, em 1985, de uma nova formação política alimentada pelo indisfarçável patrocínio eanista (se bem que ainda não assumido): o Partido Renovador Democrático (PRD). Fundado em finais de fevereiro desse ano, o PRD propunha-se «moralizar a vida política nacional», apresentando-se com um dirigente relutante, o engenheiro técnico agrário Hermínio Martinho [n. 1946], que dava a entender não ser mais do que um regente à espera que o verdadeiro líder, Ramalho Eanes, terminasse o seu mandato presidencial.

Para Soares, tudo isso era a confirmação da profecia que vertera para o diário em finais de 1982: formação no ano seguinte e dissolução em 1985 de um executivo PS/PSD, dando tempo de se formar o «partido eanista», a escassos meses de a sua figura tutelar abandonar Belém. Nas palavras de José Manuel dos Santos, ele via agora justificados os avisos que há muito vinha a fazer ao seu partido quanto aos perigos que o general representaria para os socialistas: «Eanes veio a dar razão a tudo o que Soares disse dele. Consideravam os críticos sobre as suas posições (Arons de Carvalho, por exemplo): “Ele está doido.” Depois viu-se o que aconteceu. Em 83-85, Soares achava até que andavam em Belém a inventar coisas para o pôr em causa. Eanes perguntava-lhe, por exemplo: “Importa-se de me dizer quantas casas de habitação social se construíram nos últimos seis meses?” E ele: “Ó senhor Presidente, não faço a mais pequena ideia, mas se quer saber eu mando aqui um secretário de Estado.” Tudo aquilo do eanismo era uma alternativa muito nebulosa: Mário Soares chamou-lhe peronismo e outras coisas, um caldo indefinido.»⁶

Tratava-se, por conseguinte, de outro dado adverso a ter em conta na complexa situação que o líder socialista iria enfrentar, com um escrutínio para a AR a complicar ainda mais o seu percurso até às presidenciais, se bem que se dissesse confiante: «Quando Eanes – tal como eu sempre intuía – dissolveu o parlamento, acreditei que o povo português iria compreender, finalmente, o que se passara e o que estava em jogo.»⁷

Tendo retomado o lugar de deputado, não irá liderar o PS com vista à disputa das legislativas, marcadas para 6 de outubro – já que o seu combate será Belém –, mas ousará pedir uma maioria absoluta para o partido. A 27 de julho, uma Convenção Nacional socialista, reunida para o efeito, nomeá-lo-á candidato do PS à Presidência da República, por unanimidade e aclamação. Tratava-se agora de escolher quem iria ser posto à frente do partido para a batalha das legislativas.

A opção de Soares era a mesma que já há muito tinha em mente: Almeida Santos. Propôs-lo na Comissão Nacional onde a decisão foi tomada por escrutínio secreto, e onde os restantes candidatos eram Jaime Gama e Vítor Constâncio.⁸ A escolha recaiu quase por unanimidade na sua sugestão. Alfredo Barroso foi um dos poucos com uma ideia diferente: «Há oito que votam contra Almeida Santos, e eu sou um deles. Votei em Gama. Mário Soares propôs Almeida Santos mas depois arrependeu-se. Eu disse-lhe: “É simpaticíssimo, mas politicamente é um nabo”.»⁹ Reconhecerá o líder socialista: «Tive responsabilidade na escolha de Almeida Santos. Houve várias hipóteses, uma delas o Gama, mas pareceu-me que ele não era conhecido no país, só em Lisboa.»¹⁰

Cabeça-de-lista por Lisboa, como sempre, Soares, não participou na campanha – reservado que estava já para as presidenciais. Enquanto Almeida Santos se dedicava a elaborar o programa eleitoral, Cavaco Silva desencadeava ataques diários à governação socialista, fazendo por ignorar que o seu partido também fizera parte do Bloco Central. De férias na sua casa do Vau, Soares ia assistindo a tudo com algum desconforto: «Existiam salários em atraso, contratos a prazo, *deficit* público, trabalho infantil, tudo isso é a verdade. Mas a economia estava a recuperar fortemente. Melhor do que ninguém, Cavaco Silva era o primeiro a sabê-lo.»¹¹

E exasperava-se pelo atraso da campanha socialista: «Eu telefonava para o Largo do Rato e diziam-me que o Almeida Santos estava trancado em casa a redigir o programa; telefonava, desesperado, ao Almeida Santos e ele respondia-me tranquilamente que havia

tempo, estava a redigir o programa e que, uma vez apresentado este, logo se pensaria nos votos. O resultado viu-se: a campanha começou tarde de mais para o PS, já apertado entre dois fogos.»¹² Os cartazes da campanha socialista pediam 43 por cento dos votos, para garantir maioria absoluta ao PS, *slogan* de que o próprio Soares se autocriticará: «Infeliz ideia (que eu apadrinhei).»¹³

Para os socialistas, 6 de outubro de 1985 ficará assinalado como o dia da sua hecatombe eleitoral: recolheriam menos de 21 por cento dos votos – uma queda brutal de 15 por cento em relação a 1983, traduzida em apenas 57 deputados eleitos, ou seja, numa perda de 44 parlamentares. O vencedor seria o PSD de Cavaco Silva, com quase 30 por cento e mais 31 mandatos que o PS. Mas a grande surpresa da jornada estaria reservada para o PRD: surgido do nada, era a opção para cerca de 18 por cento dos eleitores, que lhe garantiam uma bancada parlamentar de 45 deputados (tendo obtido no círculo da capital mais mandatos do que o PS). Pior ainda: o eleitorado desse «partido presidencial» havia sido pescado sobretudo nas águas do PS.

«Deus não dorme» – o título do editorial do *Diário de Notícias* no dia seguinte, da autoria de Mário Mesquita, há muito passado para o campo eanista, refletia o sabor a vingança que o Presidente sentia com a dupla vitória: por um lado, o sucesso do seu putativo partido; por outro, o desastre do PS, interpretado como um severo castigo do eleitorado à governação de Soares e que não poderia deixar de afetar – quiçá sem redenção – as suas aspirações presidenciais.

Na madrugada de dia 7, o secretário-socialista, aturdido, desabafava para o diário, sem perceber ainda as razões do que se passara:

O país **injustamente** responsabiliza-me de tudo o que de mau acontece. O eleitorado socialista foi, aliás, o mais atingido pela austeridade. E há o ódio cego do PCP, do eanismo, da direita, de muitas áreas do próprio PSD. Estou no centro de todos os disparos [...]. Os resultados eleitorais foram muito piores do que as piores e mais pessimistas previsões: um verdadeiro descalabro! O PS perde 42% do seu eleitorado de 1983 e desce a uma percentagem de 20%: é o segundo partido, mas logo

seguido pelo partido eanista, que lhe rouba quase metade do seu tradicional eleitorado. O PSD, embora pouco, sobe: 29% dos votos. Assim, os que provocaram a crise são premiados e os que tudo fizeram para a evitar, punidos. Rude lição!¹⁴

E no entanto Soares havia recolhido nos meses anteriores sinais do descontentamento que a sua governação provocara, tanto mais que não mudara a sua rotina de vida:

Nunca me refugiei atrás de ninguém, nunca me defendi invocando as responsabilidades dos ministros, nunca me reservei para as boas ocasiões. [...] Nunca deixei de fazer a minha vida normal. Apesar de sofrer diversos dissabores, de pessoas me insultarem na rua, de me abordarem por mais de uma vez – na praia do Vau, por exemplo – de modo intempestivo e insultuoso, continuava a sair de casa a pé, a passear por onde me apetecia, a ir dormir a Nafarros, sem nenhuma espécie de segurança, a frequentar as livrarias habituais, a comer nos restaurantes, a dar os meus passeios dominicais no jardim do Campo Grande. Mas as coisas são o que são: quando o governo caiu, paguei o preço: o desgaste abateu-se por inteiro sobre mim. O PS e eu próprio, em especial, fomos responsabilizados por tudo.¹⁵

Ficara sobretudo estupefacto por um desfecho que jamais previra: «Por que levou o PS com todo o ónus? Eu não estava à espera disso.»¹⁶ E para quem se aprestava a entrar numa corrida presidencial, a dessintonia com a vontade dos votantes era preocupante: «Nunca acreditei que o PRD pegasse no eleitorado.»¹⁷

A posteriori, seria contudo possível perceber as causas da derrocada: «Durante o tempo em que fui primeiro-ministro assumi a responsabilidade de tudo – o FMI, o 14.º mês [o corte de 1983], etc. –, e isso marcou muito as pessoas. Apanhei com tudo, mas para salvar o país. Onde estaríamos hoje se não fosse isso? Tivemos de resolver a situação, senão não entrávamos na CEE. O descontentamento que havia era contra mim: fui penalizado, senti-me mais visado pelo resultado do que o Almeida Santos.»¹⁸

Ao n.º 2 dedicará o soarista António Campos palavras de consolação: «Almeida Santos, sabendo que ia perder, imola-se para

salvar Mário Soares e abrir-lhe caminho para a candidatura a Presidente da República.»¹⁹ Mas para Soares o candidato socialista a primeiro-ministro não terá sido a opção ideal: «Fiz campanha pelo Almeida Santos. Ele realmente não deu para aquilo, mas eu esperava que desse. É simpático para as pessoas, mas faz aqueles discursos muito grandes e elas não percebem. Depois mete-se a fazer aquele grande programa que ninguém leu e apanha uma talhada daquelas – foi um desaire.»²⁰

Falhas que, na perspetiva do líder socialista cessante, terão sido exploradas pelo «eanismo»: «Isso é que espevitou também o Eanes a ir para a frente com o partido: “Temos aqui uma coisa fantástica, temos um partido, temos o PS descendo na escala, agora é que nós comemos o PS. O Soares, como candidato a Presidente, vai apanhar uma pancada formidável, e isto fica tudo resolvido entre nós”.»²¹ Acerca da criação do «partido presidencial», Ramalho Eanes defenderá contudo a existência de fortes razões para a iniciativa:

Quanto ao PRD, a história está por fazer. Importará referir que, numa situação de crise grave no aspeto social, económico e político e de desconfiança, de desemprego, salários em atraso e fome (como o então bispo de Setúbal, D. Manuel Martins, teve a coragem de denunciar), imperativo era tentar alterar a situação partidária vigente. A única maneira democrática disponível era criar uma força política temporária com esse propósito. Lembro que não se pretendeu um partido mas sim um movimento de existência temporária que impulsionasse a necessária regeneração (Hermínio Martinho poderá testemunhar a conversa que a esse propósito tivemos, eu e ele, com Henrique de Barros).²²

Seria outra a visão de Soares acerca do surgimento do novo partido – criar um quadro político que para ele era uma camisa de sete varas:

Eu tinha agora duas frentes: a do PSD de um lado e a do Eanes e do PRD, para comer o PS, do outro. Não esperava aquele resultado do PRD, nem pensar. Mas a política é assim, com fenómenos circunstanciais sem base. O PRD foi um fenómeno

circunstancial, porque há um gajo que está na Presidência, não quer sair da Presidência, ou, se tem de sair, porque a lei a isso o obriga, quer ficar numa posição de chefia, e para isso constitui um partido. Esse partido foi um equívoco, um partido das pessoas boazinhas, que diziam que o PS estava feito com a direita, que não tinha resolvido os problemas nacionais, moralista mas sem rigor – inclusive logo apresentaram uma série de listas [de candidaturas às autárquicas, marcadas para dezembro desse ano] com assinaturas falsas. Foi uma coisa bastante desagradável. E aquela gente não prestava: eu conhecia aqueles tipos. Eu tinha ainda o PC contra mim e a direita toda contra mim, dado que o Cavaco aderiu ao Freitas.²³

Palavras que Eanes, mais uma vez, rebaterá:

As referências de Mário Soares ao PRD são tão irrisórias quanto ofensivas. Ofensivas das muitas personalidades de indiscutível mérito e capacidade intelectual, profissional e política que fizeram parte do seu grupo fundador. Para o comprovar bastará referir, entre muitas outras pessoas com a maior credibilidade cívica e moral e competência, os nomes de Melo Antunes, Silva Lopes, Manuela Silva, Magalhães Mota, Medeiros Ferreira, [o jornalista] José Carlos Vasconcelos [n. 1940], [o capitão António] Marques Júnior [1946-2012, antigo membro do MFA], Hermínio Martinho, [a escritora] Natália Correia [1923-1993], [o escritor] Vasco Graça Moura [1942-2014], [o licenciado em Direito] Miguel Caetano [n. 1935, filho de Marcello Caetano], [o advogado e constitucionalista] Miguel Galvão Teles [1939-2015], [o industrial e articulista] José Rabaça [1926-1998] e João Botequilha [n. 1935]. O aparecimento de novas formações partidárias é, em democracia, um fator de maior pluralismo. Não é por acaso que o regime democrático português é, por definição e ambição, constitucional pluralista.²⁴

Almeida Santos, o grande vencido, verá a este respeito as coisas sob um ângulo diferente do do amigo: «Foi o contrário do que Soares diz: Ramalho Eanes reagiu em função de ele lhe ter tirado o apoio em 1980. Por causa disso é que nós perdemos as eleições em 1985.»²⁵

A verdade é que a desorientação reinou nas hostes soaristas assim que foram conhecidos os resultados das legislativas: «Muita gente me disse: “Isto está perdido”.»²⁶ A percepção do eleitorado quanto à candidatura de Soares ter-se-á invertido instantaneamente: «O resultado das eleições constituiu um autêntico tremor de terra político, os cenários mudaram. Não foi a vitória escassa (minoritária) do PSD: foi a derrota clamorosa do PS, dada a emergência de um novo partido, o PRD! Passei a ser, do dia para a noite, o bombo da festa de toda a gente, mesmo no meu próprio partido. [...] No interior do PS, intervieram responsáveis aconselhando-me a desistir, antes que eu arrastasse o partido para outro desaire eleitoral...»²⁷

Até o próprio Soares caiu no desânimo, mesmo na descrença, com o choque das legislativas de 1985, como confessaria para o seu diário a 28 de outubro: «A ressaca da derrota é sempre muito amarga: estou nela. A última semana: **estou a perder o controle de mim próprio** – irritado, desanimado, esbracejando, em vez de ter um plano ordenado de recuperação. As dificuldades são imensas, as probabilidades de vitória quase nulas, o cansaço da política (e das manobras e contramanobras) enorme. Numa semana (caso raro) fui duas vezes ao cinema: demonstração evidente do desejo de fuga! Obviamente, tenho que **reagir**. Não posso desistir da candidatura: seria pior do que a derrota. Mas a perspetiva (muito razoável) de não passar à segunda volta é muito dura!»²⁸

A campanha do líder socialista destinava-se a ser desenvolvida pelo MASP – Movimento de Apoio Soares à Presidência –, mas no início o candidato encontrou a sua estrutura, em grande parte apoiada no aparelho do PS, ainda atordoada pelo colapso de 6 de outubro: «A máquina do partido estava muito perra e, de início, funcionava mal. Recordo que uma das minhas primeiras deslocções foi a Santarém. Na sede local da candidatura – uma casa esconsa, escura, mal situada –, estariam, quando muito, 20 pessoas. Na rua não se via ninguém, e, ainda por cima, chovia. As pessoas estavam tristes, não havia o menor eco na população, ninguém atribuía a menor importância à minha presença. No dia seguinte,

os jornalistas transmitiram ao país este clima deprimente. Fiquei impressionado e pensei, para comigo, que, se as coisas continuassem assim, iria perder as eleições de uma maneira humilhante.»²⁹

Parecia, para António Campos, «uma candidatura impossível» (valendo-lhe «um esgotamento e internamento hospitalar»): «O partido encontrava-se completamente desmobilizado. Os seus membros não estavam com convicção nem disponíveis, era preciso arrancar tudo a ferros.»³⁰ O próprio homem do aparelho socialista seria alvo das fúrias de Soares, ao não conseguir mais do que 28 mil assinaturas de apoio, quando lhe havia prometido 300 mil.³¹

Uma sondagem publicada pelo *Expresso* no fim de semana a seguir às eleições espelhava o desolador panorama que se abria à candidatura do líder socialista: Soares, em terceiro lugar, recolhia apenas 5 por cento das intenções de voto (16,6 por cento após ponderação), Maria de Lourdes Pintasilgo obtinha o dobro, 10 por cento (32,4 por cento após ponderação) e Freitas do Amaral, com 15 por cento, chegava quase à maioria absoluta (49,2 por cento) com a distribuição técnica de votos. Entre o eleitorado comunista a votação no secretário-geral do PS era nula. A única coisa animadora para ele consistia no elevado número de indecisos: 69 por cento de todos os eleitores.³²

Para mais, Soares não conseguia livrar-se ainda da chefia de um governo que continuava em gestão, apesar de ter pedido a Eanes que pusesse Rui Machete no seu lugar enquanto o executivo resultante das eleições não tomasse posse. Diligência a que Cavaco logo se opusera: «Parecia-me que a sua pretensão não era constitucionalmente possível e que politicamente não podia ser aceite. O Presidente pensava da mesma forma. O PSD fez sair um comunicado afirmando existir uma “impossibilidade legal e moral de o primeiro-ministro, bem como qualquer outro membro de um governo demitido, se afastar das suas funções sem que o novo governo tomasse posse” e esclarecendo que o PSD só aceitava liderar um novo governo devidamente nomeado e empossado nos termos legais, o que queria dizer chefiado por mim.»³³

Como líder do partido mais votado, Cavaco seria com efeito indigitado por Eanes para formar um governo de base minoritária. Soares queixava-se de que o Presidente não quisera o PS, com 36 por cento dos votos obtidos dois anos antes, sozinho à frente do governo, após a rutura com os sociais-democratas, para o entregar ao PSD, com apenas 30 por cento. Mas o general poderia argumentar que, pelo mais recente escrutínio, o eleitorado mostrava já não querer manter os socialistas a liderar o executivo.

Em todas as suas opções futuras, Soares teria de levar também em linha de conta a existência do campo eanista, como foi o caso ao seleccionar o seu diretor nacional de campanha, José Gomes Mota:

Escolhi alguém com quem não tinha grandes relações até aí. Tinha-o conhecido quando era diretor do aeroporto [da Portela, hoje Humberto Delgado], e tinha a ideia de ser um bom gestor. Precisava de um tipo enérgico, que não fosse do partido, para congregar mais gente. Por outro lado, ele pertencia à lista dos que tinham atuado comigo antes do 25 de Novembro (abrangendo o Grupo dos Nove). Fomos almoçar para Oeiras, convidei-o e ele: “Quero e tenho muito gosto nisso.” “Então veja lá, ponha essa gente toda dos capitães de Abril a alinhar comigo, porque é importante que os consigamos.” Essa malta estava muito lixada comigo porque eu tinha acabado com a tutela do Conselho da Revolução. Alguns estavam francamente mais perto do Eanes, como Vítor Alves e Melo Antunes. Mas o facto de ele entrar para ali naquela qualidade neutralizou-os um bocado.»³⁴

Para António Campos, Gomes Mota revelou-se «uma peça importante no alargamento dos apoios».³⁵ Mas o diretor podia ajudar também na parte financeira da campanha, que estava com dificuldades no momento do arranque, como revelará Carlos Monjardino, membro da Comissão Política do MASP³⁶ e que Soares colocou, juntamente com Gomes Mota, a tratar da angariação de verbas do lado dos independentes, enquanto Menano do Amaral o fazia junto do PS³⁷. Monjardino recordar-se-á de um diálogo tido então com Soares: «Ele perguntou-me: “Que é que você acha disto?

Devo desistir?” Respondi: “Não me venha com isso, já sei que não vai desistir.” Mas havia pessoas que abandonaram completamente o barco e que nem queriam encontrar-se publicamente com ele.»³⁸

Para reagrupar as forças, Soares entendeu publicar em *O Jornal*, ainda durante o mês de outubro, um longo artigo intitulado «Serenidade e coragem», onde procurava evidenciar o que estava em jogo no sufrágio presidencial e por que achava que ainda tinha o perfil ideal para Presidente. Começava por um exercício de humildade: «Os resultados das eleições de 6 de outubro constituem, em si mesmos, uma cruel lição. Pessoalmente, direi: *compreendo*. O eleitorado infligiu uma severa derrota ao PS e, em especial, a mim próprio. Com humildade e realismo, assumo-a integralmente.» E depois defenderia:

A minha candidatura inscreve-se numa luta que vem de muito longe, desde a juventude, e justifica-se em função de uma ideia que tenho para Portugal. É, portanto, uma candidatura de *combate*, de responsabilidade, de exigência democrática e que tem subjacente um projeto nacional. Projeto pelo qual nunca desisti de lutar, como as circunstâncias da minha vida – algumas bem difíceis, e que são conhecidas de todos – têm amplamente demonstrado. O povo português sabe disso, e essa é uma vantagem minha na hora em que cada português tiver de escolher, em consciência. [...] Pelo meu lado, bater-me-ei sempre. Como no passado. E haverá apoios com certeza surpreendentes: nem Deus, nem os portugueses, dormem...³⁹

O toque a reunir teve efeito nas hostes dispersas, como testemunhará Jorge Sampaio: «Com o célebre artigo para *O Jornal*, o doutor Soares dá o golpe de rins, e há uma reunião tumultuosa da Comissão Nacional do PS em que devo dizer que apoio a sua candidatura franca. Digo aí: “Tenham paciência, mas não há alternativa.” E ele ficou grato. Nós tivemos muitos desencontros, mas nessa reunião fiz uma defesa dele como candidato; achava que era o único com potencial de vitória e que deveríamos apoiá-lo. Foi muito importante, porque o ambiente era de cortar à faca: depois daquela derrota, quem é que se ia conseguir eleger?»⁴⁰

Soares relevará o apoio dos membros do ex-Secretariado, agora agregados de novo à sua volta: «Dos gajos todos do MES, nunca nenhum desapareceu: quiseram perder comigo. Discutiram isso entre eles, disseram: “Não podemos sair agora porque fica mal perante o partido.” Mas apoiaram convencidos de que eu ia perder.»⁴¹

Com as legislativas desse ano, acabara com efeito a travessia do deserto para os antigos dissidentes, como testemunhará Sampaio: «Na derrota de 85 houve uma abertura outra vez. Entrámos de novo nas listas, em lugares muito mais secundários do que anteriormente. Também se percebe que assim tenha sido. Já não me lembro se foi o doutor Soares a fazer a nossa recuperação. Mas regressou-se à normalidade.»⁴²

«Todos os do ex-Secretariado estavam já na altura a trabalhar comigo», confirmará Soares. Trata-se de um lento exercício de sedução por ele efetuado enquanto primeiro-ministro do Bloco Central: «Foi fácil, não me zanguei com nenhum. A verdade é que comecei a pescá-los à linha. Para o governo, para aqui, para ali – os que quiseram –, para o Banco de Portugal, para a empresa tal, etc. O Guterres não se interessou muito por isso, o Zenha muito menos – até saiu do partido, mais ou menos próximo da minha candidatura.»⁴³

Mas houve ainda um preço a pagar, como aprenderia Sampaio, com o que considerou o «segundo grande desgosto» que Soares lhe criou (depois da sua falsa nomeação para embaixador na ONU): «Havia eleições na CEDH em 1986-1987 e falava-se de que eu podia ser candidato a vice-presidente, o que era uma coisa muito significativa. Mas acabava o meu mandato em 1984, e era preciso renová-lo. Fui falar com o doutor Soares: “Nunca lhe pedi nada, mas, dado o investimento que fiz em trabalho e estudo, e sabendo bem que isto não é política, gostaria muito que me apoiasse para um segundo mandato. Se o PS me apoiasse eu teria condições para a minha candidatura vingar, digamos assim.” Ele ouviu com muita atenção: “Sim, sim, vou ver.” Mas depois saí e foi o [Jorge] Campinos quem me substituiu. Tive pena que isso tivesse acontecido.»⁴⁴

O inesperado sucedeu então da parte do único membro da antiga oposição interna transformado em carta fora do baralho:

Salgado Zenha. Soares começou por ouvir rumores de que Eanes não estaria satisfeito com Maria de Lourdes Pintasilgo e procurava outro candidato para apoiar, avultando o seu compadre como a hipótese mais forte: «Nunca acreditei! Parecia-me impossível que viesse a suceder. Tive até uma discussão com a Maria de Jesus – chegámos a fazer uma aposta – sobre essa eventualidade. Ela insistia que ele se apresentaria...»⁴⁵

A intuição da mulher bateu desta vez a dele próprio: demitindo-se do PS a 11 de novembro (dois dias antes de Soares se autossuspendar da liderança do partido para entrar na corrida presidencial), Zenha anunciou-se candidato quatro dias depois, tão imprevisto quanto, pouco antes, o PRD, partido que o apoiava. Mais ainda: também o PCP desistiria da candidatura do seu dirigente Ângelo Veloso (1930-1990) para se juntar às fileiras do ex-n.º2 socialista.

Para Soares, esta era mais do que uma banal dissidência do PS: era Caim contra Abel, irmãos tornados inimigos, envolvidos numa luta que só um podia vencer. Se em 1975 as massas socialistas gritavam «Soares e Zenha – não há quem os detenha», uma década depois um deles teria de ser detido para o outro prosseguir. Sem recorrer à palavra «traição», o líder do PS dará a entender que essa foi a atitude do outro lado: «O Zenha fez uma coisa que não devia fazer, uma coisa horrível, que realmente eu não esperava. Aí é que fiquei bastante magoado com o gajo. Foi o Melo Antunes que convenceu o Eanes, porque achou que a Pintasilgo não tinha capacidade de dominar aquilo, por ser muito católica e não sei quê, e que o Zenha era o gajo que podia entrar em luta comigo.»⁴⁶

Evocar o nome de Zenha junto do seu amigo de décadas convocará sempre neste memórias de outros tempos, fosse a noite em que o jovem estudante comunista de Lisboa dormiu na república coimbrã do outro (atirando-lhe: «Ó pá, como é que podes viver neste chavascal?»⁴⁷), fosse o empréstimo sem juros que salvou as contas da família Soares pouco antes do 25 de Abril («devo-lhe muitos favores»⁴⁸): «O Zenha era a segunda pessoa do partido, e sempre o considerei o braço-direito, e o esquerdo às vezes. Tinha feito todo o percurso comigo desde o antifascismo. Era uma figura

carismática, não no sentido de as pessoas gostarem muito dele mas de toda a gente o respeitar. Tinha um grande prestígio.»⁴⁹

Di-lo embora possa perceber o sentimento que animava o rival: «O Zenha ficou ferido comigo porque eu não lhe disse [em 1980] que retirava o apoio a Eanes. Com aquele seu ar sarcástico – que ele nunca gozou de grande simpatia no partido, onde não tinha afetividade. Porque era muito inteligente, simpático, mas sarcástico, naquele estilo coimbrão da piada – aprendeu aquilo nas assembleias gerais de estudantes –, com superioridade em relação aos outros, e tal. Mas era um tipo especial.»⁵⁰ Isabel Soares julgará que as desavenças entre o pai e o padrinho eram ainda mais recuadas, convocando memórias de 1976:

Havia qualquer coisa e falava-se com o Chico Zenha, ele era a pessoa a quem se recorria sempre. Acho que ele não quis ir para o executivo quando foi do I Governo Constitucional. Eles falaram e ele disse ao meu pai: “Não, és tu quem vai.” Deve ter havido ali, obviamente, qualquer coisa que ficou lá dentro. Depois foi a história do Ramalho Eanes. Se calhar tudo aquilo mais tarde veio ao de cima. Ao nível familiar, foi falada a rutura com grande sofrimento de todos. Mantive sempre uma relação fantástica com o Zenha mesmo depois, embora menos. Era uma pessoa de quem eu gostava muito. Nunca comentou – era muito contido e muito fechado. Muito irónico, muito sarcástico, lidava mal com os afetos – era uma capa que ele tinha. Mas teve sempre uma ternura imensa para comigo, nunca houve ali a mais pequena mácula. Uma vez terá talvez dito: “Sabes como é o teu pai...” Mas nunca mais do que isso. A reconciliação [antes de 1985] era um bocadinho difícil, porque as coisas estavam muito extremadas. Usou-se o Rêgo e outras pessoas para conciliar, mas nada foi possível.⁵¹

Almeida Santos fora outro dos pacificadores frustrados: «Quando ficaram desavindos, tentei uma reconciliação entre os dois. Encontrei mais abertura da parte de Soares, não de Zenha.»⁵²

Para António Campos, o rompimento irreversível dera-se já em 1982, nada havendo que pudesse sarar a ferida: «A rutura com

o Zenha foi a segunda vez [após o quase colapso financeiro do Banco de Portugal à época do I Governo Constitucional] em que vi o Soares perder o sono. A parte mais dolorosa foi a da revisão constitucional, quando o Zenha se atrelou completamente ao ex-Secretariado. Havia ali qualquer coisa de ciúmes. Quando veio o Mário Soares de Paris, a seguir ao 25 de Abril, na primeira reunião (em casa do Zenha), toda a malta se comprometeu numa grande solidariedade para elegê-lo se houvesse eleições (que eram a nossa pretensão – as aspirações também não eram muito elevadas). E talvez o Zenha tenha depois ficado ciumento por causa disso.»⁵³

A súbita aparição de Zenha no palco das presidenciais ajudou a campanha de Soares a bater no fundo. A 8 de dezembro, descreveu no diário como as suas esperanças se esvaíam:

Desliguei-me do partido, percorri quase todo o país a inaugurar sedes: fiz um esforço tremendo – discussões, artigos, entrevistas. Mas a campanha não arranca: na verdade só eu (ou quase) a faço. Ninguém acredita (salvo talvez o Joaquim Aguiar [n. 1947, sociólogo, anterior assessor político do presidente Eanes e colaborador do MASP]). O meu *staff* mais próximo desaparece em bicos de pés... [...] Vou ter, como escreve o *Expresso*, uma derrota humilhante. Não passo à 2.^a volta e fico atrás de todos os outros candidatos (M. L. Pintasilgo incluída). Devo então desistir? Essa é a minha tentação e, ao mesmo tempo, a minha angústia. Vontade não me falta! Mas não posso: seria uma fraqueza que ninguém entenderia. Sou pois obrigado a continuar. [...] De qualquer modo, se for até ao fim ninguém me pode acusar de nada. Cumpri. Não é trágico, em democracia, perder uma eleição. O trágico é abandonar, deixando-se intimidar.⁵⁴

Na melhor das hipóteses para a esquerda – com três concorrentes na corrida a Belém contra apenas um da direita –, configurava-se um duelo final numa segunda volta entre o seu candidato mais votado e Freitas do Amaral (desde que este, na primeira volta, não ultrapassasse os 50 por cento dos votos e arrebatasse logo ali a Presidência). Do ponto de vista meramente aritmético, com os resultados das legislativas, Zenha possuía mais probabilidades

do que Soares para passar à segunda volta – e eram essas as contas que ele fazia no diário.

Foi já escrito que, perante tal cenário, os consultores norte-americanos recrutados por Carlucci terão dito que «era impossível eleger Mário Soares».⁵⁵ Rui Mateus precisará porém que no veredicto deles havia uma diferença significativa: «Era possível eleger Mário Soares desde que tudo fosse feito para manter Maria de Lourdes Pintasilgo.»⁵⁶

«Não há dúvida [de] que a manutenção da candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo, até ao fim, me beneficiou indiretamente», admitirá o próprio Soares.⁵⁷ A ex-primeira-ministra, na verdade, tornou-se numa poderosa arma secreta do MASP:

Quando o Zenha se mete a candidato liquidando a Pintasilgo, ela portou-se bem comigo. A certa altura eu disse a ela: “Olhe que você agora, que já está nisto, não desista, se faz favor.” E ela disse-me: “Mário Soares, garanto-lhe que não desisto, isto foi uma coisa muito dura. O Eanes prometeu-me isto e aquilo e depois traiu-me por causa do Zenha.” Era uma pessoa que tinha gente da esquerda não comunista e comia muito na faixa mais à esquerda do PS. Foi bom que ela se candidatasse. Estimulei a sua campanha. Disse-lhe logo: “Maria de Lourdes, desde que a deixaram cair, eu e você somos aliados, pois não nos interessa nada que o Zenha passe e o Freitas ganhe.” Ela percebeu. Nós nunca falámos nessa altura: não fui eu que lhe disse estas coisas [pessoalmente]. Quem falou com ela foi o comandante [Gomes Mota] e mais alguém ao lado dele, talvez o Sampaio.⁵⁸

Se guerra é guerra, melhor seria então financiar a campanha da aliada confidencial, para assegurar que ela ia até ao fim: «A única, não digo batota, mas ajuda que houve foi a Maria de Lourdes Pintasilgo», desvendará Alfredo Barroso, então chefe de gabinete do candidato.⁵⁹ Houve um tempo em que Soares desmentiria a existência desse apoio: «Não tenho conhecimento de qualquer ajuda financeira à candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo. De resto, não faria sentido. Eram candidaturas rivais.»⁶⁰ Virá contudo a confirmá-lo mais tarde: «Houve ajudas financeiras, para

dizer a verdade: numa certa altura demos algum dinheiro à candidatura de Pintasilgo. Foi o Gomes Mota: os apoios que eram para nós – poucos – foram para ela. Eles estavam aflitos na altura: o PC, que ao princípio via a candidatura dela com bons olhos (tal como o PRD), deixou aquilo completamente.»⁶¹

Como relatará Rui Mateus, a campanha de Soares dispunha agora de outras possibilidades financeiras, apesar de se terem revelado decepcionantes as primeiras diligências que o candidato lhe solicitara junto dos tradicionais partidos da IS ou dos americanos: «Estive em Viena, Estocolmo e Bona sem grande sucesso. Em outubro Mário Soares pedir-me-ia para falar com [Bob] Skidmore, [chefe da estação] da CIA [em Lisboa], que me diria exatamente o que me tinha dito da primeira vez que o conheci. Não acreditava (sobretudo após a derrota do PS nas legislativas) que Mário Soares pudesse vencer e estava convencido [de] que Carlucci tinha ido longe de mais no seu apoio ao PS.»⁶²

Mesmo assim, o homem das Relações Internacionais do PS receberia do SPD cerca de dois milhões de marcos alemães, que entregou a Menano do Amaral em diversos cheques ao portador de reduzida dimensão. Seguir-se-iam outros quatro milhões da mesma fonte, que – ainda segundo Mateus – Carlos Monjardino faria transferir para Portugal em pequenas quantidades.⁶³ Depois, Soares pôs o enviado a contactar com o francês Roger-Patrice Pelat (1918-1989), «amigo do seu amigo Mitterrand» (e mais tarde conhecido por envolvimento num escândalo financeiro em França). Mateus contará que, no entanto, não foi ele a receber a contribuição reunida por Pelat, por se ter recusado a assinar um documento com contrapartidas já no local da entrega, em Zurique, pelo que «o assunto seria resolvido por outra pessoa»: «Quando regresssei a Lisboa confrontei Mário Soares, que me respondeu irritado não saber de nada sobre o conteúdo do documento mas que tinha sido atrevimento da minha parte sugerir que fosse ele a assinar!»⁶⁴

Alfredo Barroso confirmará as entradas em numerário, sem porém colocar questões: «Se há coisa relativamente à qual estive sempre distante – não quis compreender nem saber –, é tudo

quanto teve que ver com dinheiro. Foi Gomes Mota que o fez. Entravam pacotes de papel de mercearia com notas lá dentro. Mas foi o mesmo em todas as campanhas.»⁶⁵

Entretanto, Soares dispensara os consultores americanos, depois de uma disputa com eles a respeito de pagamentos. Ainda enquanto primeiro-ministro, os homens da Black, Manafort, Stone & Kelly ter-lhe-iam lembrado a existência de uma fatura de 180 mil dólares por pagar, ao que, segundo Rui Mateus, ele responderia que se poderia resolver o problema através de um contrato de *lobbying* a favor do Estado português nos EUA, a celebrar pelo governo de Lisboa e a ser pago através das tutelas dos ministros Almeida Santos e Veiga Simão. A ideia não terá ido para a frente, já que, ao fim de meses a firma de Washington continuava a reclamar o pagamento, escrevendo Manafort a Soares a 28 de agosto: «Acreditamos em V. Ex.^a e nos seus objetivos, mas, infelizmente, não nos é possível manter uma relação comercial nestes moldes. É absolutamente incompreensível, para mim, esta situação. Passaram-se seis meses e só obtivemos várias e diferentes desculpas.»⁶⁶ Acerca desta questão, Soares apenas comentará: «Não foram pagos, nem tinham de ser: não passámos da fase de sondagem; ofereceram-nos um modelo que não foi utilizado. Foi tudo. Menos ainda com dinheiros do Estado.»⁶⁷

De um outro técnico em campanhas eleitorais, enviado por Willy Brandt, retiraria Soares uma ideia útil: a produção de cartazes com a fotografia de populares figuras públicas que o apoiassem.⁶⁸

Mas o *slogan* mais eficaz para promover a imagem do candidato – «Soares é fixe» – não seria criado por qualquer especialista de marketing, e sim por um dos seus jovens adeptos, e dirigia-se de início apenas a essa camada etária. O momento evocado por Alfredo Barroso:

Havia uma reunião para escolha de *slogans*, onde estávamos eu, o Vasco Pulido Valente, o António-Pedro Vasconcelos [n. 1939, realizador de cinema, um dos encarregados dos tempos de antena televisivos da candidatura, após o afastamento do primeiro responsável, o militante socialista e também reali-

zador João Roque (1944-1996)], o António Barreto, o [João Bénard da Costa, a Clara Ferreira Alves [n. 1956, jornalista do *Expresso*], e estivemos ali duas horas a lançar frases. Às tantas, entra um puto do CDS [apoiente, contudo, de Soares], que precisava de me pedir qualquer coisa. Eu disse-lhe: “Estamos aqui há tempos à procura de um *slogan*.” E ele: “Soares é fixe.” Nós ali há tanto sem conseguir nada... Isto foi imediatamente antes do primeiro comício de Soares como candidato, no Pavilhão dos Desportos [em Lisboa]. O [radialista e produtor] Zé [José] Nuno Martins [n. 1948], que ia apresentar, diz-me: “Como é isto de músicas?” Vou para minha casa, estive horas, cheio de sono, a gravar, e pus logo à cabeça a [marcha] *Pompa e Circunstância* [do compositor britânico Edward Elgar (1857-1934)]. O comício foi um êxito. Foi aí que lançamos o “Soares é fixe” e essa música.»⁶⁹

Recordará o advogado José António Barreiros, também colaborador do MASP, o momento em que, depois de ter sido encarregado de obter uma certidão de nascimento de Soares para efeitos de divulgação pública, regressou, receoso, à sede da campanha para informar o candidato que havia um problema: se a certidão fosse narrativa completa, estaria lá indicado que o aspirante a Presidente era «filho ilegítimo» [designação, anterior ao 25 de Abril, para qualquer criança tida fora do casamento]. Depois de refletir um pouco, Soares replicou-lhe: «Traga a certidão completa. Assim terei o voto dos milhares de filhos ilegítimos que há por esse país fora.»⁷⁰

Para tornar mais eficazes as ações de propaganda por parte da família Soares, o casal separou os seus trajetos, com a anuência dos estrategos do MASP. No seu percurso autónomo, Maria Barroso notava maior hostilidade em regiões com mais forte presença comunista: «Começámos a campanha juntos, mas depois percebi que não adiantava e propus que nos separássemos, cada um para seu lado. A ideia foi minha. Fui a vários lados fazer comícios. Em Grândola, puseram em altos berros a canção “Grândola, vila morena” [de José Afonso (1929-1957), que serviu de senha radiofónica no desencadeamento das operações militares do 25 de Abril], e eu

disse: “Sim senhor, se põem esta canção para me calarem, estão enganados, que não me calo, mas, se a puseram para me enquadrar, eu sinto-me muito orgulhosa. Eu estava na Guarda quando soube da Marinha Grande.»⁷¹

O incidente da Marinha Grande, considerado por muitos analistas como um ponto de viragem na campanha de Soares, foi desencadeado por militantes e simpatizantes do PCP que quiseram impedir a entrada do candidato na povoação, severamente afetada pela carestia ocorrida durante o governo do Bloco Central:

Nesse dia [14 de janeiro de 1986] estávamos no distrito de Leiria. Passei por vários concelhos, onde fui quase sempre bem recebido. Na Nazaré – como sempre me acontecera até aí – houve uma verdadeira apoteose feita pelas peixeiras e pelo povo mais humilde da terra. Depois do almoço, estava previsto que seguíssamos até à Marinha Grande. Como me sentia muito cansado, meti-me no carro e adormeci. Vinha a dormir muito regaladamente quando, de súbito, toda a caravana parou. Acordei estremunhado. Um militante do MASP, enfermeiro na Marinha Grande, viera ao nosso encontro, apresentando-se ferido e com o automóvel amolgado, o que acontecera quando tentara fazer propaganda da minha chegada. Fora brutalmente espancado, chamaram-lhe provocador e gritaram-lhe: “Se o Mário Soares entra na Marinha Grande, será morto!” Um homem como eu, diziam, que havia “feito tanto mal à Marinha Grande e à sua indústria” – no governo do Bloco Central, houve realmente problemas sérios em várias fábricas – não podia entrar na terra.⁷²

Soares contará que continuou a descansar e mandou seguir a caravana até à localidade, quando a noite se aproximava já:

Chego lá, vejo aquela onda negra de gajos, tudo vestido de preto, as mulheres com cartazes a falar de fome e não sei quê, e eu atravesso a concentração. E, ao contrário do que eu supunha – que não iam deixar-me entrar –, eles fizeram alas e eu avancei. Mas depois fecharam as alas, fiquei quase só, com as poucas pessoas que vinham comigo, e começou tudo à pancada. O meu segurança ficou ferido, eu apanhei uma pancada nas costas.

Conseguimos entrar [na fábrica vidreira Stephens], fecharam o portão e os gajos ficaram de fora. Toda a comunicação social estava do lado de dentro e apanhou-me no auge, quando eu estava numa fúria contra os comunistas: “Estes tipos têm de compreender que isto não é de Moscovo, é do povo.” Discurssei para as televisões. Os meus apoiantes não puderam entrar, ficaram numa fila de carros. A TV deu isso muito. Nesse dia, eu tinha um comício à noite em Leiria. Fui para lá e vejo uma multidão como eu nunca tinha apanhado em Leiria. Já tinham sabido do que se havia passado. Fiz um discurso inflamadíssimo, com aquela malta toda a aplaudir. Até veio gente de Lisboa.⁷³

Numa campanha que até ao momento funcionara com muitos desacertos, divergências e hesitações nos bastidores,⁷⁴ o melhor trunfo parecia ser o próprio candidato, como salientará o seu mandatário nacional, o catedrático de Química (e titular da Educação no segundo governo de Balsemão) João José Fraústo da Silva (n. 1933): «Mário Soares tinha uma enorme coragem e uma grande disponibilidade. Mesmo quando lhe diziam para ficar no carro, ele levantava-se e ia, independentemente do que estivesse a acontecer.»⁷⁵

Apesar do considerável impacto causado na opinião pública, Soares desvalorizará a agressão da Marinha Grande: «Na campanha, a Marinha Grande não foi determinante, mas sim os debates na televisão.»⁷⁶ Nessa primeira volta, o candidato socialista só se terá sentido desconfortável num dos confrontos com os outros três concorrentes: «Pensei que tinha ganho todos os debates menos o que tive com o Zenha, porque ele deu-me um murro no estômago, que nunca esperava de um tipo que era meu irmão. Mas deu.»⁷⁷

Mais do que um, dois, que o terão deixado particularmente combalido: «Levei dois socos no estômago, à queima-roupa, e fui incapaz de reagir de imediato. [...] O primeiro soco ocorreu quando Zenha me disse, em tom agreste, que eu não pertencia à sua família. O segundo, levei-o quando afirmou que já não havia identidade, nem qualquer contacto possível entre nós. Foi muito duro e injusto comigo. Não fui capaz de lhe responder no mesmo tom.»⁷⁸ Soares ter-se-á ressentido mais quanto à questão da família:

Foi um debate formal da parte dele; quase não me tratava por tu. A certa altura eu disse-lhe: “Ó Zenha, não digas essa coisa, somos da mesma família, somos irmãos, não te esqueças disso.” “Somos da mesma família? Não pertenço nada à tua família.” Fiquei lixado, para dizer a verdade: eu queria dizer família política; não éramos obviamente irmãos – ele era do Minho e eu de Lisboa. Mas fiquei lixado porque fiquei sem resposta; não estava à espera de uma coisa dessas de um amigo do peito, um irmão. Saí do estúdio a dizer à minha equipa: “Perdi o debate, perdi a eleição, ele deu-me aquele murro no estômago e eu fiquei-me.” Os gajos do Zenha, como o João Soares Louro [antes ligado ao ex-Secretariado] que estava a acompanhá-lo – inteligente, esperto, terrível (mais tarde reconciliou-se comigo, dizendo-me: “Eu enganei-me em tudo, Mário Soares, desculpe lá”) –, estavam convencidos de que ele tinha ganho. Os meus disseram-me: “Não perdeu nada; é isso mesmo. Nós vimos a sinceridade da sua atitude e a frieza do Zenha. Isso lixou-o.” O próprio Zenha estava convencido de que ganhara, saiu com ar altivo.⁷⁹

Essa atitude, do ponto de vista de António Campos, também prejudicava o minhoto no confronto com o ex-camarada: «A vantagem do Mário Soares é que quando acreditava numa causa tinha uma capacidade brutal de arrastar as pessoas à volta dessa causa, que o Zenha não tinha. Este era mais distante das coisas, das pessoas e das causas.»⁸⁰ Mário Mesquita, então a trabalhar para a campanha de Zenha (tal como António Arnaut ou Medeiros Ferreira, por exemplo), analisará: «Soares e Zenha eram dois tipos de inteligência que não tinham comparação: Soares é uma inteligência emocional, com uma extraordinária sensibilidade para as coisas, e Zenha era mais distante, não tinha paciência para aturar militantes. Chegava um militante de Bragança e dizia: “Camara-da Zenha, há um problema em Bragança que tem de se resolver.” E ele dizia: “Há ali um departamento que trata disso.” Se fosse Mário Soares: “Ó camarada, dá cá um abraço, isso resolve-se já”.»⁸¹

Num tempo de grandes opções, Sampaio – segundo confessará – sacrificou também a sua relação com Zenha para defender um valor que julgava superior:

Aí eu joguei claramente. Custou-me um pouco a amizade do Zenha. Fui sempre apoiante de Mário Soares do princípio ao fim, dei tudo o que podia dar pela campanha dele. Fiz disso questão. Achei que Mário Soares tinha mais condições para ganhar e tinha mais qualidades para ser Presidente da República do que qualquer um dos outros. Zenha era uma figura notável, tinha outras qualidades, mas outras dificuldades também. E por causa do episódio do comício de encerramento da campanha de Soares na primeira volta, na FIL, em que fui escolhido para falar e falei, aparecendo à meia-noite a dizer uma coisa que não parecia elegante para Zenha (eu analisava as três candidaturas [da esquerda]), ele nunca mais me perdoou.⁸²

O orador foi com efeito particularmente duro para com o antigo companheiro do ex-Secretariado (de quem até se dizia mais amigo do que de Soares): «É equívoco, doloroso e politicamente grave a sua associação a uma direção política [...] que tem feito dos socialistas e do PS seus inimigos principais. E é também gravemente redutor [...] ter praticamente como programa político a silhueta de um herdeiro. Não há nova democracia nem nova república em bases hereditárias.»⁸³

As dificuldades psicológicas de Soares por ter de sustentar um combate contra Zenha foram sentidas por todos os que lhe estavam próximos, como Bernardino Gomes: «O Soares é uma pessoa emotiva: nas presidenciais, aquela coisa dele com o Zenha foi muito emotiva para ele e muito difícil. Eu raras vezes o vi tão tenso como quando foi para o debate com o Zenha. Deve ter sido para ele um dos momentos mais difíceis, porque o Zenha tinha uma frieza muito grande e uma capacidade de influenciar o Soares, mesmo em coisas estúpidas às vezes. Inexplicáveis. Havia um laço genuinamente muito profundo de amizade entre eles, e portanto isso tocou o Soares profundamente. É indiscutível.»⁸⁴ Fernandes Fafe abrirá uma exceção ao invocar de novo a «psique excecional de Soares, que tem as suas falhas – tem a do Zenha».⁸⁵

Mas os resultados da primeira volta, realizada a 26 de janeiro, confirmaram a justeza do combate presidencial de Soares: acabaria

por lhe pertencer, com cerca de 25 por cento dos votos, a vitória nas «primárias» da esquerda, à distância de quase cinco por cento de Zenha e remetendo Pintasilgo a pouco mais de sete por cento. Freitas do Amaral, com quem disputaria a votação final, três semanas depois, recolhia acima de 46 por cento das preferências do eleitorado, e tudo indicava que não fizera o pleno da direita, pelo que se anunciava uma renhida segunda volta. Só que, por agora, o candidato socialista respirava de alívio: «Mário Soares é um tipo com sorte, o que também é um fator importante na política.»⁸⁶ Havia agora que mudar de orientação:

Na primeira volta, a estratégia era ganhar à esquerda, eu não precisava do centro. O que eu queria era passar à segunda volta. E acredito que tenha havido alguns gajos da direita que tenham votado em mim não pelos meus lindos olhos mas com medo de que viesse o Zenha, e acho que houve uns gajos que me trataram razoavelmente bem na imprensa. Houve um conjunto de circunstâncias favoráveis. Realmente, a partir de certa altura, as pessoas estavam com medo, e quando fui para as eleições havia ali uma grande simpatia, como dos muitos empresários que me apoiaram (embora deva ter perdido apoios desses para o Cavaco quando ele apareceu) ou dos que eram meus amigos no PSD (que ficaram um bocado encavacados porque não eram cavaquistas), como Miguel Veiga [1936-2016, advogado, cofundador do PSD] ou Balsemão. Este fez absolutamente tudo o que pôde para eu ser eleito: não quis fazer uma declaração contra o partido (de que era na altura o filiado n.º 1), mas foi extremamente simpático para mim. Sempre teve um bom relacionamento comigo, e tenho a certeza de que votou em mim.⁸⁷

Alfredo Barroso duvidará contudo de que Balsemão tenha sido um dos escassos responsáveis sociais-democratas a permanecerem ao lado de Soares, numa disputa onde a polarização era agora mais evidente: «Depois das garantias de apoio no tempo do Bloco Central, houve poucos do PSD que deram cara por ele: Miguel Veiga, Maria João Sande Lemos [n. 1938], Helena Roseta [n. 1947, arquiteta]... Balsemão no fim até começou a dar uma mãozinha ao Freitas.»⁸⁸

Será ainda o sobrinho do candidato a lembrar como mudaram as perspetivas depois de 26 de janeiro: «Após a primeira volta, houve uma declaração de Proença de Carvalho [diretor político da campanha de Freitas do Amaral] a dizer que Soares devia desistir, que não era necessária a segunda volta face aos resultados. Mas é nessa altura que eu acho que Mário Soares pode ganhar. Podia nem ter passado para a segunda volta.»⁸⁹ O candidato socialista reconhecerá que só então se sentiu mais dentro do seu elemento: «Quando passei à segunda volta, a campanha foi uma coisa mais normal e mais interessante. Nessa altura comecei a ganhar uma dinâmica, corri o país inteiro. Aí foi esquerda contra direita.»⁹⁰

Foi então que, na boca do candidato, surgiu o discurso a apelar para a congregação do «povo de esquerda», expressão que ficaria associada ao mais importante combate eleitoral da vida política de Soares – o momento decisivo que determinaria se a sua carreira iria culminar em fracasso ou em glória: «Quando o afirmei, era para dizer: “Vocês não pensem que estou muito satisfeito com a vitória de Cavaco ou que fiz um contrato com este gajo para mudar de opinião e para eu e ele nos unirmos, não foi isso.” Foi para separar as águas, e separei-as.»⁹¹

Com o apoio já garantido dos socialistas que antes haviam estado com Zenha ou dos apoiantes de Pintasilgo, a nova linguagem destinava-se sobretudo a atrair o eleitorado comunista, sem cujo voto Soares sabia não dispor da mínima hipótese para derrotar Freitas do Amaral. Mas como, após a Marinha Grande, toda a agitação social contra as medidas de austeridade do governo do Bloco Central e, sem suma, tudo o que estava para trás desde 1975?

O candidato socialista não perdeu tempo, e enviou Gomes Mota e Jorge Sampaio para falarem com o PCP, que destacou para o efeito Octávio Pato e Carlos Brito. Relatará este: «Os nossos interlocutores vinham cheios de argumentos para convencer o PCP do imperativo de se juntarem os votos de toda a esquerda para se derrotar Freitas do Amaral. Ficaram visivelmente surpreendidos por encontrarem tanta compreensão do nosso lado a favor desse

objetivo.»⁹² De uma parte e de outra garantir-se-á que não foram negociadas condições.

Cunhal percebera, na verdade, que não se lhe apresentava outra saída. Só que no anterior congresso do PCP, em finais de 1983, fora decidido que um futuro voto em Soares nas presidenciais era «questão excluída»⁹³, pelo que o partido convocaria em tempo recorde um congresso extraordinário, a 2 de fevereiro de 1986, para revogar a deliberação, tendo no seu discurso o secretário-geral comunista proferido um apelo que ficará célebre: «Se for caso disso, não leiam o nome de Soares, não olhem para o seu retrato. Marquem a cruz do voto no quadrado que está à frente desse nome...»⁹⁴ Para a História, ficaria também a imagem de uma eleitora comunista, entrevistada na rua pela televisão, a dizer que já andava a tomar «saís de frutos» para engolir o «sapo» Soares.

Restava saber se os apoiantes do PCP adeririam à diretiva de Cunhal, pelo menos com a mobilização suficiente para garantir, mais do que a vitória do candidato da esquerda, a derrota do candidato da direita. Acerca da reviravolta operada pelos comunistas, Soares contará um ilustrativo episódio da campanha:

Percorri todo o Alentejo nas duas voltas. A primeira vez que passei em Pias, um reduto PC a 90 por cento, e saí para ir a pé, como fazia sempre – não passava de carro –, atravessei a povoação com gajos a dar “morras ao Soares”, ao “traidor”, etc., de uma ponta à outra. Quando passei no sítio onde havia mais pessoal, há um tipo do PC que estivera preso ao mesmo tempo que eu e que eu via lá em Caxias, embora não o conhecesse pessoalmente, que estava aos berros contra mim, possesso, como aquela malta toda. Pensei: “Olha este malandro, esteve preso comigo e agora a dizer que eu sou fascista, que estou feito com o Freitas, não sei quê” (porque da primeira volta não ataquei muito o Freitas). Na segunda volta, voltei a Pias e fiz a mesma coisa, e estava toda a malta aos berros a dizer bem de mim. Passei no mesmo sítio e lá estava o gajo, mas em vez de estar a dizer “fascista” dizia “camarada”, aquelas coisas, e eu, naquele balanço que se faz quando se está com a multidão (não

se pode ir contra, tem de se ir na onda), aproximei-me dele e quando lhe passei ao pé pus-lhe a mão no ombro e disse: “Ouça lá, então você há 15 dias estava a chamar-me fascista, seu malandro, que me conheceu na prisão, e agora está aqui, e tal; como é que explica isso?” O gajo, impecável, diz assim: “É que agora você voltou a ser amigo dos trabalhadores.”⁹⁵

De novo, o ex-líder socialista valorizaria o peso da sua prestação televisiva, valendo-se de um traquejo que faltava ao adversário:

Freitas ganhou desde o debate da primeira volta um certo complexo em relação a mim, porque ele era um professor e eu era um político; portanto, eu ia direto às coisas e ele fazia arredondamentos – não dava. Ele, no fundo, tinha um complexo profundo por nunca ter sido um antifascista – gostaria muito de o ter sido, mas não foi. Isso é que era o ponto. E ele, sempre que eu lhe lembrava isso, ficava todo transido. Foi ele quem instruiu o processo que o meu filho teve quando o expulsaram por dois anos da Faculdade de Direito, por causa do que ele e outros disseram sobre o professor [catedrático e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar] Paulo Cunha [1908-1986, que então se queixou de ofensa pessoal]. Ele estava com medo de que eu lhe atirasse isso à cara. Nunca lho disse, mas ele sentia isso, estava aflito. Não ameacei, andei por ali pelas bordas, mas nunca disse nada que lhe permitisse dizer que eu o tinha dito. De qualquer maneira ele ficou com esse medo. Era o que eu queria. Não queria mais do que isso.⁹⁶

O candidato valorizaria também a própria intuição, mais do que as indicações da equipa, que sempre tendeu a minimizar: «Nunca tive grandes conselheiros. Quem dirigiu a campanha fui sempre eu. Nunca me deram conselhos. Gostava de ouvir toda a gente, mas eu fazia o que queria.»⁹⁷ O que não será a perceção de quem trabalhou junto dele na campanha, como Alfredo Barroso: «Aquilo correu tão bem, Soares foi tão disciplinado: aceitou todos os discursos que lhe púnhamos à frente...»⁹⁸

No plano financeiro, depois de um período de algum constrangimento⁹⁹, as contribuições deixaram de ser problema, agora que

a vitória parecia ao alcance: Rui Mateus relatará que foi a Paris fazer o levantamento de um empréstimo de um milhão de francos franceses concedido pelo líder socialista, Lionel Jospin (n. 1937), enquanto Menano do Amaral se deslocou a Madrid para ir buscar uma mala de pesetas entregue pelo PSOE ao candidato.¹⁰⁰

Na véspera da votação, solicitado a fazer uma previsão, Soares recuou cinco anos no tempo: «Em maio de 1981, pouco antes das eleições em França, passei por Paris para cumprimentar o Mitterrand, e perguntei-lhe apenas: “Então? Sim ou não?” Ele respondeu-me: “*C’est faisable*” [“É exequível”]. Eu digo agora o mesmo.»¹⁰¹

Com tudo em aberto, às 9h30 do dia seguinte, 16 de fevereiro, enquanto os primeiros votantes iam às urnas, acabou de escrever uma observação no seu diário, após ter estado a «preparar os discursos para as duas hipóteses» (um de derrota e outro de vitória): «Estou agora, como dizem os jornais “patrão da esquerda”. [...] Acho que não cometi erros. Ninguém podia prever, há dois meses, um tal dinamismo. A política reserva-nos surpresas extraordinárias: ninguém já se lembra do “Soares, rua” de primeiro-ministro, da austeridade, dos salários em atraso. Agora sou o herói popular, o resistente – como disse um comunista, “voltei a ser amigo dos trabalhadores”! Simplesmente espantoso. [...] E, a partir de amanhã, começarei a tirar as consequências da memorável batalha.»¹⁰²

E ao fim da manhã, tendo depositado o seu voto, entreteve-se na sede da candidatura – um palacete na esquina da Praça do Saldanha com a Avenida da República – a fazer um jogo de antecipação, em que cada um dos presentes tentava adivinhar o resultado. O candidato atribuiu-se a si mesmo 51 por cento (depois de, duas semanas antes, já ter feito o mesmo desafio, acertando então no seu valor e no de Zenha mas dando apenas 38 por cento a Freitas do Amaral para beneficiar Pintasilgo).

Em cheio: apurados todos os sufrágios, Soares recolheria 51,18 por cento das preferências, contra 48,82 para Freitas do Amaral. Era Presidente com mais 138 mil votos do que o rival (num universo de quase seis milhões de votantes).

Nessa noite, a partir da varanda da sede de candidatura, discursando para uma concentração de apoiantes eufóricos espalhados pelo Saldanha, Soares começará a colar os cacos de um país que parecia ter acabado de se partir ao meio: «Não há maioria presidencial», diria em síntese.

No fim da campanha mais polarizada a que Portugal alguma vez assistira, havia no MASP quem nesse momento defendesse a dissolução do parlamento e a convocação de novas eleições, à semelhança do que fizera Mitterrand em França.¹⁰³ Esse sentimento de uma certa vingança perpassava também pela multidão:

Aquela gente estava tão irritada, com uma raiva tão grande contra a direita, que quando ganhei e tive de fazer um discurso ali, improvisado, disse: “Eu sou o presidente de todos os portugueses.” Nunca ninguém tinha dito isto antes. “A partir de agora vou depor o meu cartão do PS e só o recupero depois de deixar de ser presidente.” O meu pensamento era este: “Neste momento, com o país dividido em dois e eu como presidente, ou insisto e caminho para a frente começando a fazer uma política de esquerda, e fico cada vez mais isolado, ou tenho de unir esta gente.” E segui esse segundo caminho. Eu em casa tinha preparado dois discursos, em caso de vitória e de derrota, mas que eram só tópicos. Já lá estava isso de unir os portugueses, no discurso de vitória. E quando vi aquela gente que estava furiosa e queria uma revanche pensei: “Tenho de parar isto tudo já aqui.” Não o pensava antes de uma maneira tão determinada. Mas dirigi cumprimentos ao meu adversário, e mandei no dia seguinte um ramo de flores à mulher de Freitas do Amaral, com quem eu tinha boas relações.¹⁰⁴

Considerará ainda, acerca do seu apelo à reconciliação: «Não era fácil fazê-lo [...] perante aquela multidão em delírio, desejosa de ouvir exatamente o contrário. Considero que esse gesto foi dos mais corajosos e importantes que tomei na minha vida política. Fi-lo, uma vez mais, sem consultar ninguém. Em consciência, refletidamente. Sabia que Portugal estava dividido em dois e que se corria o risco de uma confrontação generalizada no país.»¹⁰⁵

Soares veria neste combate a confirmação de tudo o que vinha dizendo há anos quanto à suposta intenção de Eanes pretender destruir o PS. Não se importara de promover uma rutura prematura, em 1980, apesar de avisar sempre que «ter razão antes do tempo é perigoso em política, como na vida.»¹⁰⁶ ou que «não se pode, em política, ter razão antes de tempo!»¹⁰⁷

Como de costume, ele via o lado positivo das adversidades: «Eanes depois atirou-se para aquela loucura do partido presidencial, que me deu no fundo a vitória.»¹⁰⁸ O que levará o general a observar: «Quanto à vitória de Mário Soares nas presidenciais, a minha interpretação é diferente da de Mário Soares. A História, espero eu, se encarregará de a dilucidar.»¹⁰⁹ Mas, para o primeiro civil chegado a chefe do Estado português por sufrágio direto e universal, ficará a satisfação final: «Eu fui eleito Presidente contra o Zenha, ganhei!»¹¹⁰

Era essa «vitória impossível» que, logo a seguir a 16 de fevereiro, ele valorizaria no seu diário, a par de uma reflexão sobre como fazer caminho daí por diante: «Finalmente, a **vitória!** Inesperada, tremendamente difícil, incrível, em muitos aspetos: mais saborosa por tudo isso. Com ela, a consagração como “corredor de fundo”, “animal político”, supercampeão” e outras amabilidades que têm aparecido nos jornais portugueses e nos estrangeiros, sobretudo franceses. Com efeito, venci Eanes, Cunhal (Zenha e Pintasilgo foram apenas epifenómenos!), Cavaco, a Igreja, a direita arrogante e saudosista (a que Freitas/Proença de Carvalho deram o nome), as reticências da esquerda festiva, [a oposição dentro] do próprio PS. Arrumei-os a todos, como me disseram. E agora? Que fazer da vitória? Como encaminhar Portugal para uma nova fase de estabilidade e de prosperidade? **Eis a questão!**»¹¹¹

Capítulo 31

O Presidente

Na abertura de um novo capítulo da sua extensa carreira política – sem dúvida o seu zénite –, Mário Soares quis dar significado ao que dissera na noite eleitoral: ser o chefe de toda uma comunidade, não de parte dela. Assim o expressou na mensagem de resposta às felicitações que Cavaco Silva lhe enviou pela eleição como Presidente da República: «A minha principal preocupação, durante o meu mandato, será assegurar a estabilidade política e a paz social, para propiciar as melhores condições a uma política séria de desenvolvimento económico e social. Nesse sentido, pode V. Ex.^a, e o governo a que preside, contar com a minha inteira solidariedade.»¹ O que perante o chefe do governo desde logo desanuviou a atmosfera crispada resultante da campanha presidencial: «Apreciei a linguagem e fiquei um pouco menos desconfiado.»²

O Presidente eleito não perdeu tempo, e, antes mesmo de tomar posse, dez dias passados sobre o escrutínio, tomou a iniciativa de convidar Cavaco Silva para um almoço. Seria útil atingir desde logo um *modus vivendi* entre os dois máximos responsáveis do Estado, que iriam coabitar nos tempos mais próximos:

Toda a gente pensava que Cavaco, como era minoritário, ia abaixo com a minha eleição. Achei que não podia fazer isso, que era a perpetuação da guerra civil. Eu queria terminar com isso. No PS ficaram zangadíssimos comigo; diziam (quem, já não me lembro): “Agora vamos a eles. Para que é que vai falar com esse tipo?” Mas convidei Cavaco para almoçar no restaurante

Mónaco [em Caxias], que era um *dancing* aonde eu ia em jovem. Eu disse-lhe: “Dentro de um mês ou mês e meio, vai continuar a ser primeiro-ministro.” Ele estava muito aflito, não tinha a certeza de que isso ia acontecer. E eu: “Não o vou importunar; pelo contrário: vou querer que o senhor pacifique isto assim, assim e assado.” Ele ouviu e deve ter ficado muito surpreendido porque ia convencido do contrário. Ia crispadíssimo, não sabia o que havia de dizer. Estava um bocado espantado: não sabia se aquilo que eu lhe estava a dizer era certo ou se eu lhe estava a tentar comer as papas na cabeça – o que se calhar pensou, que ele é desconfiado. Mas eu estava a ser sincero, e disse-lhe uma coisa importante para ele: “Olhe, a partir de agora nós vamos fazer um compromisso: as conversas que tenho consigo o senhor não as vai dizer no seu partido e as conversas que tem comigo não as vou dizer à gente que está comigo, aos chamados conselheiros, se você quiser. Porque, quer de um lado quer do outro, há muita gente que quer que entremos à luta. Acho que, para o país, é indispensável que isso não aconteça, sobretudo quando vamos começar um ciclo novo com a CEE. O senhor vai ter muito dinheiro, vai poder fazer um bom governo, e eu quero que o senhor faça isto. Posso estar certo disso?” “Com certeza” – mais do que aceitou. E ele efetivamente cumpriu. Mas houve muitas intrigas depois.³

O interlocutor recordará apenas o «ambiente de grande cordialidade» do almoço, numa mesa voltada para o mar.⁴ Mas Soares suscitou uma questão que não teve a concordância do seu convidado: «Segundo a leitura que eu fazia da Constituição, considere que o primeiro-ministro deveria demitir-se para me dar oportunidade de o reconduzir, na nova fase política que se abria com a minha eleição. Mas, no decurso dessa conversa, tornou-se claro, para mim, que Cavaco Silva não o faria, apesar de eu lhe ter insinuado a intenção de o renomear primeiro-ministro.»⁵

O chefe do governo referirá a divergência, embora garantindo que ela ocorreu na sua primeira audiência oficial com o novo Presidente: «Mário Soares, com o argumento de que tinha mudado o Presidente da República, tentou convencer-me a pôr o lugar de

primeiro-ministro à sua disposição. [...] Disse-lhe que não o faria. A Constituição não apontava no sentido de o primeiro-ministro pôr o lugar à disposição quando um novo Presidente era eleito, e eu não via qualquer razão para iniciar a praxe. [...] A insistência de Mário Soares para que eu o fizesse pareceu-me contraditória com a sua afirmação de que a eleição presidencial em nada tinha posto em causa os resultados das eleições legislativas. [...] O assunto morreu aí.»⁶

Dera-se já entretanto a cerimónia de investidura presidencial, a 9 de março, e a esse propósito Cavaco Silva dirá ter começado a descobrir, a partir de então, uma face diferente do novo Presidente:

O que me surpreendeu foi o gosto de Mário Soares pelas honras e formalismos, pelos atos de veneração e vassalagem, pela grande pompa e solenidade, que me pareciam mais próprias de um rei do que de um republicano e socialista. Foi domínio em que nunca me intrometi, mesmo quando estavam em causa encargos orçamentais mais elevados, porque o argumento de dignidade do chefe de Estado era obviamente irrefutável. Tinha a noção de que Mário Soares não dispensava uma honra militar a que como Presidente da República tivesse direito. Quando à partida e à chegada das suas visitas oficiais ao estrangeiro eu assistia, no aeroporto, às honras prestadas por uma companhia de militares do Exército, da Marinha ou da Força Aérea, não deixava de achar curioso que um Presidente socialista e republicano que se afirmava civilista apreciasse tanto aquele aparato. Percebi também que Mário Soares valorizava muito a apresentação protocolar de cumprimentos pelas mais variadas entidades nacionais ou estrangeiras, civis ou militares, que os fotógrafos e câmaras de televisão deviam registar devidamente. Sem dificuldade, o governo integrou-se no ritual dos cumprimentos de Natal. Parecia-me ainda revelador de um certo espírito monárquico o facto de Mário Soares ser muito cioso dos “seus” palácios, que eu pensava serem apenas o de Belém e o da Ajuda, mas que, segundo ele, eram também o Palácio de Queluz e a Cidadela de Cascais. Ouvi alguns reparos pelo facto de o governo ter organizado algumas

cerimónias no Palácio de Queluz sem a devida autorização presidencial. Comecei a notar a inclinação para uma certa grandeza monárquica – que alguns diziam ser uma influência do presidente Mitterrand – logo na preparação da cerimónia de investidura, em que Mário Soares, se pudesse, traria todos os chefes de Estado do mundo – o meu chefe de gabinete fez uma cara de espanto quando recebeu de Alfredo Barroso [escolhido por Soares como chefe da sua Casa Civil] uma lista de 179 chefes de Estado e personalidades estrangeiras a quem o Ministério dos Negócios Estrangeiros devia enviar convites. A confirmação veio logo a seguir, na nossa segunda reunião das quintas-feiras, em meados de março, quando me comunicou o desejo de a sua posse ficar marcada por uma amnistia e, principalmente, quando falámos da comemoração do 25 de Abril do ano de 1986, a primeira do seu “reinado”. Teria de ser um grande desfile militar pela Avenida da Liberdade abaixo – não em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, como era habitual – que atraísse muito povo.⁷

O primeiro-ministro entendeu essa exigência como o desejo de uma «coroação popular», mas também «uma forma de mostrar a políticos, militares e a população em geral que Mário Soares era agora o comandante supremo das Forças Armadas»:

O que eu até compreendia, sendo ele o primeiro civil a ocupar essa função depois de restabelecida a democracia. Em 1986 não foi possível satisfazer o seu desejo. Os chefes militares argumentaram que não havia tempo para a organização de um desfile com um mínimo de dignidade e que os seus custos não eram compatíveis com o aperto orçamental a que as Forças Armadas estavam sujeitas. Foi só em 1989, na comemoração dos 15 anos da Revolução dos Cravos, que o desfile militar se fez na Avenida da Liberdade. Perante o desejo do Presidente, pedi ao ministro da Defesa que falasse com os chefes de Estado-Maior e lhes pedisse que fizessem todos os possíveis para organizar um desfile que enchesse o olho, incluindo viaturas e carros de combate. Muito povo acorreu à Avenida em ambiente de festa, e Mário Soares ficou visivelmente satisfeito.⁸

Um partido como o PCP teve até dificuldade em adaptar-se aos novos rituais do Estado, como revelará Domingos Abrantes, um dos seus dirigentes: «Soares introduziu aspetos de protocolo difíceis de imaginar, como o *smoking*, o fraque e a cartola, que tinham sido abolidos com o 25 de Abril. A certa altura, deixámos de ir às receções porque não usávamos fraque. Era impossível mesmo de *smoking*, já nem falo do fraque. Houve uns camaradas que, com muito sacrifício, lá foram alugar um *smoking*, julgo que o [ex-deputado] Lino [de Carvalho] Lima [1917-1999].»⁹

Um outro ponto de atrito entre Soares e Cavaco Silva surgira ainda antes da posse presidencial: o afastamento de Gomes Mota do cargo que então ocupava como presidente da TAP, decidido pelo governo com base em informações que nunca viriam a público, mas que o primeiro-ministro mostrou ao Presidente eleito e que insinuará serem delicadas: «Era óbvio que eu não desejava começar as relações com o Presidente Mário Soares com um caso que ele considerava menos feliz. Mas não havia nada que eu pudesse fazer, sem pôr em causa um princípio que considerava essencial à eficácia governativa [...], mesmo que isso pudesse ser mal compreendido por Mário Soares, como foi, sabendo eu que Gomes Mota era seu amigo e tinha sido o diretor da sua campanha eleitoral para a Presidência.»¹⁰

O chefe do governo haveria de interpretar à época outra atitude presidencial também como um ato de favorecimento de quem o apoiara. Tratou-se da indicação de Helena Roseta, que entrara em rutura com o PSD depois de se ter envolvido na campanha presidencial de Soares, para presidir à comissão das comemorações do 10 Junho (que em 1986 teriam lugar em Évora). «Uma pequena provocação a que decidi não reagir», nas palavras de Cavaco Silva: «Disse ao Presidente que receava que a arquiteta não tivesse a capacidade de organização e direção requeridas pela função, mas como ele retorquiu dizendo-me que também algumas vezes não concordava com as minhas escolhas de pessoas, decidi não acrescentar mais nada. Menos de um ano depois já Helena Roseta, “uma

pessoa de natureza instável”, como o Presidente reconheceu, se tinha demitido de presidente da comissão.»¹¹

O que revelou ao primeiro-ministro outra faceta do novo inquilino de Belém: «Ao longo dos anos, pude verificar como Mário Soares procurava generosamente ajudar os amigos políticos quando eles estavam em dificuldades – o que é, sem dúvida, uma qualidade – e eu, na medida do possível e tendo em conta os critérios que orientavam a minha ação, procurei ter em atenção os seus pedidos ou sugestões.»¹²

Era um padrão idêntico ao relatado por António Arnaut, que apesar da aventura do ex-Secretariado (repercutida depois no apoio a Zenha), não perdera o afeto de Soares, o qual, em nome dos velhos tempos, quisera amenizar-lhe a situação económica, ainda no tempo do Bloco Central:

Comecei a cansar-me da política, da corrupção, das intrigas, o ar começava a ficar irrespirável e afastei-me em princípios de 1983. Tivera com Mário Soares esse incidente desagradável [o ex-Secretariado], que nos distanciara um pouco, mas continuei a fazer parte da Comissão Nacional [do PS]. Vim para Coimbra advogar, mas não tinha clientes, nenhum processo. As pessoas começaram a aparecer, mas duvidosas de que eu estivesse aqui muito tempo. Passei dificuldades grandes – tinha três filhos –, vendi umas propriedades. Um dia chego à Comissão Nacional, ele era primeiro-ministro, e eu disse-lhe, num corredor do Rato: “A vida está difícil, isto é um recomeço.” E ele: “Ó Arnaut, mas francamente, não tens necessidade disso, há para aí tanto lugar. Vou arranjar-te um lugar de presidente de uma empresa pública.” Eu reagi mal, no sentido de que ele estava a querer seduzir-me para seu apoiante, a levar-me para o seu campo: “Não preciso de nada.” Elevei a voz. E ele: “Ó Arnaut, não sejas assim. És uma pessoa séria. Se aceitares é o Estado que fica a dever-te um favor.” E eu até lhe pedi desculpa. Não aceitei, evidentemente, mas aquele gesto, quando eu estava em dificuldade, comoveu-me. Este aspeto tem que ver com o retrato dele.¹³

Era um retrato gradualmente construído por Cavaco Silva nas suas reuniões com o Presidente, todas as quintas-feiras às cinco da tarde em Belém: «Quando eu terminava a minha apresentação dos assuntos que trazia anotados no bloco de notas e confirmava que, da minha parte, era tudo, Mário Soares puxava do pequeno bloco que sempre o acompanhava e fazia saltar a lista de pedidos de esclarecimento e dos problemas – normalmente poucos e alguns deles, achava eu, sem dignidade para uma reunião entre Presidente da República e primeiro-ministro – que o seu gabinete tinha preparado para me serem apresentados.»¹⁴ Terá sido fácil ao chefe do governo, desenhado o retrato, aprender como passar a lidar com o retratado:

Foi nos encontros semanais a sós que eu aprendi a conhecer melhor a maneira de ser e as idiossincrasias de Mário Soares e ele as minhas, com certeza. Percebi por que é que ele tinha utilizado para comigo um tom duro e brusco, pouco delicado [...], [n]a chamada “cimeira das flores” [...]. Era a tática que adotava quando estava zangado e queria impor os seus pontos de vista ao interlocutor. Procurava amedrontá-lo e inibi-lo, falando alto, fazendo ameaças e impedindo a outra parte de argumentar. Da primeira vez que fez isto comigo, sendo ele Presidente da República e eu primeiro-ministro, [...] fiz uma cara séria e, delicadamente mas com firmeza, disse-lhe que não valia a pena falar alto porque eu ouvia bem, que não era por isso que me convencia e que eu saía dali sem lhe expor os meus argumentos. Mário Soares deve ter percebido rapidamente que comigo a tática não funcionava, embora não conseguisse evitar a repetição da cena uma ou outra vez. Mas pode dizer-se que, em geral, apresentava-se nas nossas reuniões com o ar afável e simpático que fazia e faz parte do seu estilo político.¹⁵

Cavaco Silva descobriu assim um «político muito hábil [...]», com uma grande capacidade de argumentação, capaz de dizer coisas contraditórias em pouco espaço de tempo com a maior das naturalidades, com uma intuição aguda dos seus interesses pessoais em cada momento, uma preocupação forte em valorizar o seu

passado de antifascista e defensor convicto dos direitos e liberdades individuais.»¹⁶ E com a tendência para esmagar, com a sua biografia, um aprendiz de político que a não tinha: «Por mais de uma vez, em tom paternal, invocou a sua experiência política para me dar conselhos pessoais.»¹⁷

Atitude refletida na forma como Soares via Cavaco Silva à época: «Quando entrámos na CEE, Cavaco começa a ver aquele maná a cair em cima e percebeu que era a sorte grande para ele. O PS fez tudo para ter aquele maná e afinal foi Cavaco que o apanhou. Foi uma questão de sorte. Ele não tinha postura nenhuma, não sabia o que queria, o que era a Europa, não conhecia ninguém. Esteve lá em York [na Inglaterra, em cuja universidade se doutorou em Economia Pública, em 1971], mas nunca falou com ninguém, só sabia que era preciso endireitar as contas. Eu também o ajudei logo.»¹⁸

Apesar dos sinais que poderiam indiciar dificuldades, o primeiro-ministro classificará esses primeiros tempos de trato com o Presidente Soares como acima das suas expectativas: «Devo reconhecer que o relacionamento entre o governo e o Presidente começou por ser bem melhor do que eu inicialmente imaginara. [...] Várias vezes utilizei a expressão “cooperação frutuosa” para qualificar o relacionamento entre o governo e o Presidente.»¹⁹

Isto embora Cavaco Silva sentisse por vezes da outra parte algum alheamento: «Muitas vezes fiquei com a sensação de que Mário Soares achava as minhas exposições monótonas e soporíferas [...]. Quando não se tratava de matérias de política externa, a minha impressão era de que a conversa o cansava.»²⁰

A preocupação inicial do novo ocupante de Belém consistiu em impor o seu perfil presidencial fazendo esquecer o de chefe de grupo político, objetivo que, logo a 2 de junho de 1986, considerava, em anotação para o diário (durante uma pausa no Vau), ter alcançado: «Quase sem dar por isso, passaram cem dias desde que sou Presidente da República. [...] Façamos um primeiro balanço (provisório): [...] A primeira preocupação consistia em dissolver as oposições e criar uma aceitação generalizada do facto de ser

Presidente. Havia que tomar distanciação em relação à antiga liderança partidária e aparecer, realmente, como o “Presidente de todos os portugueses”. Acho que o consegui.»²¹

Um primeiro conflito a céu aberto onde pôde exercer a recém-adquirida autoridade presidencial manifestou-se pouco depois, em setembro, a propósito de alterações ao estatuto político-administrativo dos Açores, aprovadas por unanimidade pela Assembleia da República, dando origem à chamada guerra das bandeiras, devido a protestos dos militares – uma vez que na região autónoma se passavam a equiparar os símbolos regionais aos símbolos nacionais – e a um clima de tensão criado entre o governo regional, presidido pelo social-democrata João Bosco Mota Amaral (n. 1943), e o ministro da República, Vasco Rocha Vieira. Optando por apor o seu veto político ao diploma, Soares entraria em rota de colisão com as autoridades locais: «Nenhum partido, incluindo o PSD e o PS – os dois principais partidos do país –, dera pela referência às bandeiras [na nova lei]. Dias depois, estava marcada uma cerimónia – onde eu aceitara estar presente – na Assembleia Regional dos Açores.»²² Envergando gravatas pretas, Mota Amaral e outros responsáveis locais aguardavam o Presidente no aeroporto do Faial: «Tive oportunidade de lhes explicar, ponto por ponto, o que estava em causa. Não foi fácil levá-los a compreender que não poderiam brincar com a república em assuntos fundamentais que poderiam pôr em causa, de modo flagrante, a unidade e a hierarquia do Estado.»²³ Considerará o Presidente que reagiu «com grande firmeza»: «Diziam-me que não devia ir, mas fui e obriguei-os a mudar a posição da bandeira. Vim de lá com tudo resolvido, a conversarmos ali à frente. Só compro as guerras necessárias.»²⁴ Era o caso.

Como Presidente, Soares acreditava na conjugação do seu peso institucional com a sua personalidade e capacidade de relacionamento para levar a água ao seu moinho. Era aquilo que, no léxico presidencial, se viria mais tarde a designar por «magistratura de influência». De alguma maneira, as «presidências abertas» – a sua

deslocação temporária para determinada cidade ou região, rodeado de uma vasta equipa de assessores, governantes, notáveis locais e repórteres –, fórmula que inventou logo nos primeiros tempos de mandato, correspondia também a um modo de exercer a magistratura de influência.

A sua primeira presidência aberta teve lugar em Guimarães, no mesmo mês de setembro: «Falei com o povo em direto. As pessoas vinham pedir-me coisas. As presidências abertas surgiram com a minha preocupação de fazer diferente em relação a Eanes. E nunca mais nenhum Presidente deixou de as fazer. Toda a gente queria falar comigo. As pessoas não compreendem o que é para aquela gente a presença do Presidente, foi uma coisa extraordinária.»²⁵ O simbolismo da escolha inicial – ponto de origem do reino e da nacionalidade – foi assumido por Belém, sendo apenas o primeiro dos sinais que levarão Cavaco Silva a classificar as presidências abertas de Soares como uma espécie de corte na aldeia, a «expressão das suas tendências monárquicas: os reis medievais levavam a corte até várias cidades para se darem a conhecer ao povo».²⁶ O então chefe de Estado rejeitará contudo qualquer tipo de comparação com uma postura de monarca: «Nunca me passaria pela cabeça ser presidente-rei; sou republicano.»²⁷

Afastado da liderança do partido que fundara, garantindo ter entregue o seu cartão de filiado, nem por isso Soares deixava de se preocupar com o PS, até porque, no congresso onde foi escolhido o seu sucessor, em junho de 1986, os rivais do ex-Secretariado tomariam conta da direção, tendo o cargo de secretário-geral sido ocupado Vítor Constâncio. A candidatura alternativa era de Jaime Gama, apoiada pelos filhos de Soares. Este reclamará neutralidade absoluta na disputa²⁸, mas Rui Mateus relatará ter então dele recebido instruções para canalizar os meios logísticos da FRI a favor da campanha interna de Gama.²⁹

Mesmo dentro do ex-Secretariado, Constâncio não seria a sua primeira escolha, já que, segundo Arons de Carvalho, Soares preferiria António Guterres (que no entanto não quis então candida-

tar-se): «Ele apreciava muito o Guterres, que era mais espontâneo do que o Constâncio, sendo este mais reservado, menos frontal. Foi um erro de *casting* do PS. Constâncio era um tipo inteligentíssimo, honesto, que gostava de uma reunião à volta da mesa a discutir alta política (e com quem regressou em força a gente do ex-Secretariado), mas que depois, quando o secretário-geral tinha de ir a Loures ao jantar dos militantes e tal, dizia: “Estou cheio de dores de cabeça; vá lá outro, que vou para casa.” O circuito da carne assada não era com ele. Não só isso: não era um tipo decidido e pragmático.»³⁰

Embora Cavaco Silva viesse mais tarde a confessar que nem ele nem o PSD acreditavam na autoproclamada neutralidade de Belém, desconfiando de que o Presidente tudo faria para criar dificuldades ao governo minoritário dos sociais-democratas,³¹ Soares dará, em finais de 1986, provas no sentido contrário, com um segundo veto político de uma norma da lei de licenciamento de novas estações radiofónicas. Com efeito, o diploma, por proposta da oposição, retirava à Rádio Renascença e à Radiodifusão Portuguesa (RDP – estação pública) duas frequências nacionais que o governo do Bloco Central lhes atribuíra a título provisório. Explicará o então primeiro-ministro que Soares se confrontou com um dilema: se deixasse passar a norma, indisporia a Igreja e a direita; se a vetasse, enfrentaria a hostilidade da oposição (incluindo o PS) e da Maçonaria.³² Acabaria por se decidir pelo veto.

O que não queria dizer que já por essa altura não olhasse desconfiado para o exercício do poder pelo líder social-democrata. Soares, com efeito, escrevia no diário a 15 de novembro:

Apesar das aparências favoráveis, a posição de Cavaco começa a debilitar-se. A cota do governo não é boa, apesar da conjuntura favorável e do desafoço financeiro. Não há políticas de Defesa (o ministro [Leonardo Ribeiro de Almeida – 1924-2006 –, anteriormente presidente da AR] é um zero) nem de Estrangeiros (um tecnocrata de direita que sabe de petróleos [Pedro Pires de Miranda – 1928-2015 –, engenheiro civil, ligado à indústria petrolífera]). A Saúde [Leonor Beza – n. 1948]

continua a ser altamente contestada pelos médicos. A Justiça [Mário Raposo (1929-2013), titular do mesmo cargo do governo do Bloco Central] não parece progredir. Na Educação [João de Deus Pinheiro, engenheiro químico, futuro comissário na Comissão Europeia] há fortes problemas (universidades privadas, etc.). As pastas económicas são grandemente contestadas (Indústria [Fernando Santos Martins – 1930-2006 –, engenheiro mecânico], Equipamento Social [João de Oliveira Martins – 1934-2011 –, engenheiro civil], Agricultura [Álvaro Barreto], Trabalho [Luís Mira Amaral – n. 1945 –, engenheiro eletrotécnico]). Que fica então? Um bom trabalho de *marketing* político; o controlo inteligente da TV e da rádio; muita propaganda [...].³³

Mas, ao invés de ir contra o executivo, o Presidente enfrentaria a breve prazo uma dura prova de fogo que redundaria na defesa da ação governamental de Cavaco Silva. Foi na sequência da apresentação pelo PRD no parlamento, em abril de 1987, de uma moção de censura ao governo – a qual, se aprovada, implicaria a queda automática do governo social-democrata. Garantido o apoio dos comunistas à iniciativa, o seu sucesso ficou dependente do voto do PS. Algo que Soares, então de partida para uma viagem de Estado ao Brasil, se bateu por evitar, apesar das suas anteriores garantias de não interferência nos assuntos do partido:

Inteligentíssimo e com grandes conhecimentos de economista, o Constâncio era contudo um homem ultra-hesitante, sem habilidade política nem capacidade de decisão. Nas vésperas de ir para o Brasil, eu estava em casa doente, porque tinha tido uma grande gripe – e o médico até dizia que não podia ir, mas eu queria ir (e lá fui, e no avião curei-me da gripe, curiosamente). Hermínio Martinho foi a minha casa e comunicou-me que ia apresentar uma moção de censura no parlamento. Eu disse-lhe: “Amanhã vou partir e estar lá uns dias, como sabe, mas isso é você que faz, você é que é o chefe do partido, decide com os seus camaradas.” “Ah, mas e o PS?” “Isso não sei, visto que já não sou o líder, terá de falar com o Vítor Constâncio,

com os tipos do partido.” O tipo saiu de minha casa e eu telefonei ao Vítor Constâncio: “Ó Constâncio, acabo de saber que isto assim, assim.” E ele: “Mas isso é uma irresponsabilidade.” Disse-lhe logo: “Também acho, mas quero avisá-lo de que se encontrar tipos dentro do partido – e vai encontrar muitos – que vão reclamar para que você vote porque querem ir outra vez para o poder, para serem ministros, você não se deixe ir nisso, que há uma coisa que eu lhe garanto: é que não deixo que isso vá para diante; eu estou disposto a dissolver a Assembleia da República.” Se eu permitisse isso, dava toda a força ao PRD e escavacava o PS. Foi a minha razão. As soluções de governo podem-se arranjar no hemiciclo, mas, como eu tinha um poder, avisei o Constâncio: “Eu não aceito uma moção de censura. Não quero que o governo caia agora, porque está recentemente eleito. Numa altura em que vamos entrar numa nova fase, meter um governo desse género é uma coisa horrível, e eu, como Presidente de todos os portugueses, não aceito isso. Você é secretário-geral do PS, fica já sabendo que eu não faço isso.” E ele respondeu-me: “Não há perigo nenhum.” Ponto final. Depois falei ao Cavaco: “Ó senhor professor, você viu o que vai haver?” Ele não sabia, fui eu quem lho disse em primeiro lugar. Ficou à rasca, e eu disse-lhe: “Mas não quero que haja turbulências no poder neste momento, porque temos de aproveitar o dinheiro que vem da Europa e não quero que o seu governo vá ao fundo.” “Ah, mas eu vou ser posto em minoria, e tal.” “Pois vai, mas eu nessa altura dissolvo a AR. Portanto, você esteja tranquilo, não reaja a essas coisas, porque esta é a minha posição.”³⁴

Os acontecimentos não ocorreriam, contudo, da maneira desejada por Soares: «Fui para o Brasil, e na comitiva ia um tipo do mesmo grupo do Constâncio, o João Cravinho; eu disse-lhe: “Ó Cravinho, mantenha o contacto com o Constâncio, porque ele disse-me isto assim, mas vai ser assaltado por muitos gajos.” Um dos tipos que queriam por força ir para governo era o Almeida Santos – e outros. Eu sabia: queriam tirar despique daquela desgraça [das eleições de 1985]. Era uma coisa porreira, mas daí o PS ficaria

completamente reduzido em cacos. E a fazer uma associação com o PC, com o Cunhal ainda vivo, a aplicar as suas estratégias, para onde é que aquilo ia? Não sei se o PCP também entrava no governo, mas apoiava no parlamento. Era a grande vingança. Para o Cunhal, então, era a coisa melhor que lhe podiam ter dado.»³⁵

Alfredo Barroso precisará: «O PC não entrava no governo, mas deixava-o passar. A rasteira era muito bem pregada, e Vítor Constâncio ia naquilo.»³⁶ E Almeida Santos confirmará: «Eu e Vítor Constâncio éramos favoráveis a um governo com o PRD em 1987. Dissemo-lo a Mário Soares. Ele torceu-se, não nos disse claramente que não dissolvia, mas viemos convencidos de que podíamos votar a moção de censura e que ele não ia dissolver.»³⁷ Teria sido outra, contudo, a avaliação que fazia o ex-líder socialista: «Fui colocado diante de uma hipotética coligação que sempre considereei contranatura, puramente artificial, e, por isso mesmo, repetidamente avisei de que jamais favoreceria um acordo político desse tipo, que, na minha opinião, seria nefasto para o país.»³⁸

Em Lisboa, Alfredo Barroso não conseguira, com efeito, anular a inclinação da liderança socialista para se aliar ao partido eanista:

Foi um problema muito complicado. Constâncio não percebeu que era desastroso entender-se com o PRD e o PC. Não sei se daria cabo do PS, mas era o culminar da estratégia de Eanes e do PC: os socialistas na altura só estavam com 20 por cento, de modo que aquilo podia ser a machadada final. Constâncio, mais uma vez, como sempre lhe aconteceu na vida, não viu o que se ia passar. É um tipo tecnicamente bom nas economias, mas na política é um desastre, sem firmeza, sem decisão. Ao partir, Soares disse-me para fazer as ligações com os dirigentes dos partidos. Deixou-me um recado que fui dar a casa de Constâncio no dia a seguir à ida para o Brasil. Desbobinei toda a argumentação a dizer que era um erro, e Constâncio respondia uma única coisa: “Empenhei a minha honra, empenhei a minha honra.” Soares tinha falado ao telefone com Guterres antes de partir, e este tinha ficado de convencer Constâncio. Não sei se tentou amolecê-lo ou se, pelo contrário, mandou-o

atirar-se contra o muro. Cavaco, que estava muito atento [ao debate parlamentar da moção de censura], telefona-me a dizer: “Neste momento, o governo foi derrubado.” Eu tinha uma ligação feita para o Brasil e disse: “Cavaco acaba de me dizer que foram derrubados.” E o Soares vai para um jantar e faz uma grande figura a anunciar a notícia lá no Brasil.³⁹

Do outro lado do Atlântico, a aliança em formação despertava incómodos fantasmas em Soares: «Eu olhava para aquilo e dizia: “Vamos outra vez ter um PREC.” Foi o que pensei. E realmente o Cravinho ia falando com o Constâncio, e a princípio dizia-me: “Não, ele não quer isso.” Mas, a partir do segundo ou terceiro telefonema: “O Almeida Santos e os outros, está tudo a fazer pressão sobre o Constâncio. Ele acha que talvez não sei quê, e tal.” E eu disse: “Você faz o favor, insiste que eu não aceito isso.” Um dia ou dois antes de eu regressar, os tipos aprovam a moção de censura – o PS vota favoravelmente, com o PRD e o PC.»⁴⁰

O Presidente dirá ter-se sentido sem alternativa: «Fiquei furioso, e disse: “Os gajos vão-se lixar, que eu vou dissolver a AR.” Não sei se o disse ao Cravinho, mas pelo menos era o que eu pensava na altura. Regresso e chamo logo o Constâncio: “Ó Constâncio, você não me disse que era uma irresponsabilidade?” “Ah, mas mudei de opinião.” “Você mudou mas eu não mudei, continuo a achar que é uma irresponsabilidade, e vou dissolver a AR.” “Não faça uma coisa dessas.” “Ah, isso é que faço.” E fiz.»⁴¹

«Foi a camisa de 11 varas que S. Ex.^a o general Eanes me arranhou», escreverá Soares no diário a 20 de abril, já depois de ouvir os partidos mas ainda antes de proceder à reunião obrigatória com o Conselho de Estado. «Muito a propósito – uma manobra de comandos calculada ao milímetro, na véspera da minha partida para o Brasil.» Critica a direção do PS por «inconscientemente ter votado a moção de censura» e conclui ser «obviamente as eleições [...] o menor dos males»: «Fundamentalmente porque um governo, no atual quadro parlamentar, arriscava-se a trazer o PC para a área do poder.»⁴²

José Manuel dos Santos – então assessor cultural do Presidente – explicará que a tomada de decisão de Soares correspondeu ao seu estilo: «É muito intuitivo. Fez uma reunião em Nafarros com os assessores políticos e outros colaboradores próximos e já sabia o que ia fazer. Estava só a testar argumentos. Se se deixa emprenhar pelos ouvidos é só em relação a intrigas sobre pessoas, não a decisões políticas. Mas não disse aos presentes que ia dissolver a AR.»⁴³

Também Soares recusava agora aquilo que em tempos acusara o Presidente Eanes de não o deixar fazer: procurar no parlamento uma solução governativa. Talvez por isso os socialistas estivessem convencidos de que a sua decisão ainda seria reversível:

O Constâncio disse-me: “Ó Mário Soares, você vai ter de mudar de opinião, porque o partido todo está a fazer contas.” “Já não é a primeira vez [que estou contra o partido].” No dia seguinte, eu tinha de ir a uma coisa a Braga, e ele lá preveniu que eu ia e estava no aeródromo de Braga, que é pequenino, toda aquela malta socialista ali do Norte: o [Francisco] Mesquita Machado [n. 1974, presidente da Câmara Municipal de Braga], o gajo de Guimarães e por aí fora. E que eram até todos bastante próximos de mim. Disseram: “Senhor doutor, temos de falar, temos aqui uma coisa muito séria. Fazemos uma reunião aqui no aeroporto.” E fizemos a reunião. Os gajos disseram: “Senhor doutor, não pode dissolver, é uma desgraça para o partido.” “Não, eu acho que uma desgraça para o partido é não dissolver. Mas vocês vão falar todos, um por um, dizem o que quiserem e eu depois respondo-vos.” Eles disseram todos que não podia dissolver, que o partido ficava numa posição fantástica. E eu: “Não fica. Vocês vão ser todos comidos, mas eu não faço isso. Devem queixar-se de vós próprios, por o PS ter votado a favor da moção do PRD. E como tenho a faca e o queijo na mão... Vocês votaram em mim para Presidente da República.” “Todos votámos.” “Ah, pois, votaram, mas eu não aceito isso, e vou dissolver.” Aquilo era uma pressão, mas não era um abuso.⁴⁴

Almeida Santos entenderá que na atitude presidencial se projetavam ainda antigas animadversões: «Acho que Mário Soares

dissolveu mais uma vez por ódio a Ramalho Eanes. E talvez não acreditasse que a nossa coligação com o PRD teria sucesso.»⁴⁵

Para Cavaco Silva, ter-se-á tratado de um gesto calculista: «Sendo para mim claro que Mário Soares queria ser reeleito para um segundo mandato, ele não deixaria de ter em atenção que, em geral, a população estava contra a atitude da oposição de derrubar o governo e apoiava a realização de eleições antecipadas.»⁴⁶

E a verdade é que tanto o primeiro-ministro como o seu partido pressionavam Soares a optar por eleições antecipadas como única saída aceitável para a crise política.⁴⁷ Cavaco Silva confessará mesmo que, nessas diligências, procurou «tirar algum partido da conhecida animosidade de Mário Soares em relação ao PRD»: «A isto juntava-se o facto de o PRD ser agora presidido pelo seu antecessor, Ramalho Eanes, com quem Mário Soares tinha tido, no passado, fortes conflitos.»⁴⁸

Em duas reuniões do Conselho de Estado, a 22 e a 28 de abril, expressou-se uma clara maioria a favor da dissolução⁴⁹, ajudando a empurrar Soares para a sua solução preferida: «Estava no Palácio de Belém para agir segundo o que me ditava a consciência e cumprir o que entendia ser o meu dever para com o país, não para fazer a vontade ao partido que ajudara a criar e que me apoiara nas eleições.»⁵⁰

«Nunca tive ilusões», dirá, categórico. «A dissolução em 1987 para mim foi obrigatória.»⁵¹ Assim o anunciou na sequência da segunda reunião do Conselho de Estado, convocando as legislativas para 19 de julho. O chefe da sua Casa Civil sustentará as razões para a atitude presidencial: «Em primeiro lugar – e esse foi o argumento fundamental que Soares utilizou –, não fazia sentido fazer uma inversão da legitimidade, constituindo um governo a partir dos partidos da oposição, que tinham sido os partidos derrotados nas eleições. Depois – embora não o tenha dito –, era um ótimo argumento para dar cabo do partido eanista – não sei se foi prioridade, mas isso reforçou a decisão de dissolver, na qual ele não hesitou.»⁵²

Talvez o momento tivesse servido para Soares refletir sobre a questão dos poderes presidenciais outorgados pela Constituição, que tanta tinta fizera correr quando fora acusado por Ramalho Eanes de contribuir para a sua redução. Será que agora, na cadeira antes ocupada pelo general, sentiria a falta das funções que ajudara a suprimir ao cargo? Uma coisa é certa – não o lamentará: «Nunca me queixei de ter falta de poderes presidenciais. Acho que o poder do Presidente depende exclusivamente da sua personalidade e da sua pessoa. Se o Presidente for uma autoridade, se for respeitado e for uma pessoa inteligente, e se souber manejar as coisas, tem todos os poderes do mundo e mais alguns.»⁵³ E adiantará um exemplo, ocorrido décadas mais tarde com um ex-ministro de Cavaco Silva:

Disseram: “O [Manuel] Dias Loureiro [n. 1951, futuro titular dos Assuntos Parlamentares e mais tarde da Administração Interna, envolvido posteriormente num escândalo bancário] não se pode tirar do Conselho de Estado porque o senhor Presidente da República não tem poder para pôr fora um dos seus membros. É evidente. Mas suponha-se que o Presidente chama um Dias Loureiro qualquer e diz assim: “Meu caro amigo, acho que você está numa situação má e tem de fazer o favor de se demitir.” Julgam que algum fica? Sobretudo se se souber que o Presidente pode dizer publicamente isto? É preciso ter experiência política e saber também lidar com as pessoas. Um Presidente da República, no Estado que temos, com a imprensa toda sempre dependente da sua voz e do que ele diz, se tiver um mínimo de habilidade, não precisa de mais poderes do que os que tem. Eanes estava com muito mais poderes do que eu tive. Alguém me viu alguma vez queixar-me de falta de poderes? Nunca me queixei e saí-me sempre muito bem.”⁵⁴

O sucessor de Ramalho Eanes enumerará deste modo as armas que assegurou terem-lhe bastado para exercer o múnus presidencial: «As fiscalizações preventivas da constitucionalidade dos diplomas, os vetos, a magistratura de influência, usada discretamente, mas com alguma eficácia, as presidências abertas, as palavras deixadas cair oportunamente, ou certas omissões e silêncios

pesados... Tudo isso são formas de exercer os poderes que a Constituição confere ao Presidente, para não falar dos pedidos de esclarecimento e informação ao primeiro-ministro e das mensagens enviadas à Assembleia da República.»⁵⁵

Jorge Sampaio, com futura experiência do cargo e da necessidade de recorrer a todos os instrumentos disponíveis, discordará de Soares em parte (até por se ter oposto à redução de poderes no tempo de Eanes), para contudo coincidir no essencial: «Não há dúvida nenhuma de que o doutor Soares sentiu a falta desse poder, mesmo que diga que não. Mas estou inteiramente de acordo com ele, contrariamente ao que agora se vem dizendo para aqui e para acolá, que é preciso mexer permanentemente na Constituição por causa do pêndulo dos poderes presidenciais. Os poderes presidenciais têm já um acervo da sua aplicação. Tem muito que ver com o seu titular, como olha para as coisas, como faz as coisas, etc.»⁵⁶

Trata-se mais uma vez, sem o mencionar, da ideia de «magistratura de influência», tão cara à presidência soarista: «A magistratura de influência é realmente uma coisa interessante, mas é através disso que se faz política; não se faz política nem aos berros, nem aos tiros, nem a criar conflitos com o vizinho.»⁵⁷

Soares fará até questão de registar em seu nome a patente do conceito: «Fui eu que inventei a expressão “magistratura de influência”.»⁵⁸ Reivindicação que, porém, Alfredo Barroso contestará:

Não é exato! A expressão já existia, utilizada por vários constitucionalistas franceses, para significar, em termos muito precisos e concretos, uma parcela dos poderes de que dispõe o presidente da República Francesa, e que se traduz, sobretudo, no poder de nomeação de altos funcionários do Estado. Por outro lado, quem pela primeira vez utilizou a expressão “magistratura de influência”, num sentido mais amplo e genérico, para caracterizar o papel que estava a desempenhar o Presidente da República, Mário Soares, em Portugal, foi o seu chefe da Casa Civil, Alfredo Barroso, numa conversa [...] reproduzida sob a forma de artigo na edição do *Semanário* de 22 de agosto de 1987. Aliás, lembro-me bem de que Mário

Soares, depois de ler o artigo [...], me telefonou do Algarve, onde estava de férias, para me dizer, em tom ameno, mais ou menos o seguinte: “Antes de fazeres este tipo de afirmações a um jornal, debes falar comigo. O que disseste está bem, e essa ideia da ‘magistratura de influência’ é um bom tema a explorar. Mas, para a próxima, debes falar primeiro comigo.” Claro que Mário Soares está hoje genuinamente convencido de que foi ele que inventou a expressão.⁵⁹

Entretanto, a aproximação das legislativas de 1987 deixou Soares apreensivo perante os riscos que corria, caso se viesse a verificar uma vitória dos apoiantes da moção de censura: «Dissolvi a AR, mas fiquei logo com esta convicção: “Se estes gajos tiverem razão, tenho de me demitir. Na minha conceção dos poderes presidenciais, um tipo que dissolve, que faz um ato desses – que é a “bomba atômica” – e perde tem a obrigação de se demitir.” Eu demitir-me-ia, absolutamente, sem a menor hesitação. Faz parte das minhas linhas de atuação. Ninguém era capaz de me convencer a não fazê-lo.»⁶⁰

O que redundava no secreto desejo de um triunfo de Cavaco Silva (que Soares virá contudo a declarar não ser da sua responsabilidade). Foi isso que, de resto, antecipou no diário 48 horas antes da ida às urnas: «Não tenho agora ilusões: o PSD vai ter maioria absoluta, na melhor das hipóteses (para mim) terá com o CDS. [...] Vou ter pois que enfrentar a arrogância do PSD e uma crise aberta – parece-me – no seio do PS. Crise da qual dificilmente me poderei excluir.»⁶¹ E explicará porquê, apesar de todas as consequências, a sua preferência pelo sucesso do líder social-democrata naquele momento: «Eu era favorável à vitória dele no sentido de que tinha a certeza de que Cavaco ia ganhar, porque eu sabia que a opinião pública naquele momento não queria aquilo que os outros propunham, queria o contrário. De modo que eles perderam. O que eu não esperava era que Cavaco tivesse a maioria absoluta. Foram eles que lhe deram a maioria absoluta, com aquela porcaria daquele projeto.»⁶²

A primeira maioria absoluta monopartidária do regime democrático, um feito julgado até então impossível ou pelo menos de muito difícil concretização no quadro eleitoral existente, foi de facto a grande novidade do novo sufrágio para a Assembleia da República. Era o êxito de Cavaco Silva em toda a linha, com mais de 50 por cento dos votos e uma bancada de 148 deputados (em 250). O eleitorado enaltecia a ação do seu governo minoritário e penalizava o partido que tomara a iniciativa de o derrubar, condenando o PRD à irrelevância, com menos de cinco por cento dos sufrágios e apenas sete mandatos (menos 38 do que dois anos antes). Para o PS, com pouco mais de 22 por cento e 60 deputados (correspondendo a um reforço de três lugares no seu grupo parlamentar), o balanço do conúbio com os renovadores era virtualmente nulo. O Presidente encarou o desfecho com alívio, como comentará Alfredo Barroso:

Naturalmente, para Soares, a vitória do PSD era uma espécie de legitimação da decisão que ele tinha tomado. Se porventura aquilo tinha dado para o torto, ele teria ficado mais enfraquecido. Na altura não era ainda um Presidente aceite por vários setores da direita. Chegou até a dizer numa conferenciuzinha muito particular que fez no ISCTE [Instituto Universitário de Lisboa, ex-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa], a convite deles: “Vocês têm de perceber que fui um Presidente que começou por ser eleito por uma estreitíssima margem e que logo a seguir havia tipos da direita que traziam na lapela um autocolante que dizia: ‘Este não é o meu Presidente’.” “Era uma minoria”, dizia ele, mas que refletia os desiludidos com a derrota de Freitas do Amaral. E portanto ele, para ser o tal Presidente de todos os portugueses, em que genuinamente acreditava, explicou como agiu: “Eu tinha de fazer esta gente perceber e confiar em que ia comportar-me acima dos partidos e ser um Presidente tão isento quanto possível.” Um dos fatores fundamentais foi a dissolução, que funcionou como uma espécie de legitimação, permitindo o alargamento da sua base para uma maioria não política ou ideológica, apenas quantitativa.⁶³

Mas Soares ficou impressionado com um *score* social-democrata muito acima das expectativas que tinha: «Ninguém pensava, então, na hipótese de uma maioria absoluta: no reforço da maioria relativa, isso sim.»⁶⁴ Mesmo assim, ainda minorizava Cavaco Silva, e por isso recusou-se a aceitar o comentário do secretário-geral do PS ao prever que, com tal resultado, o líder social-democrata ganhara não uma mas duas legislaturas à frente do executivo: «Não acreditei em Constâncio quando me disse, a seguir à maioria absoluta do PSD: “Vamos ter Cavaco por oito anos.” Mas eu também não acreditava que Cavaco tivesse a maioria absoluta. Eu menosprezei-o.»⁶⁵

Acrescentará contudo que o sufrágio lhe trouxe pelo menos o cumprimento de um segundo desejo secreto – o esmagamento das ambições políticas de Eanes: «Serviu para dar cabo do PRD, e para levar o PS outra vez às alturas. Estou convencido de que prestei um grande serviço ao PS, porque, se eu fizesse o que queriam, o PRD ia para o governo e o PS, com aquela gente, ia para o maneta. A minha preocupação era que o PS continuasse a ser o partido que sempre tinha sido, mas não era possível se tinha 20 por cento e o PRD 18 por cento.»⁶⁶

Quanto às alturas do PS, elas eram ainda notoriamente baixas, como, aliás, reconheceria Soares na comparação a que recorreu ao expressar em privado a sua insatisfação com a ação de Constâncio à frente do partido, como contará Alfredo Barroso: «“Constâncio é uma galinha”, disse ele. “Ponham-no em cima do Cristo Rei a ver se voa.” Toda a malta riu muito, mas ele não devia ter dito isso. Agora, é verdade que Constâncio, em matéria política, é um zero à esquerda.»⁶⁷

«Isso foi uma expressão que eu disse e que não devia ter dito», autocriticar-se-á. «Tenho muita estima por Constâncio como economista: é muito inteligente, bem preparado, etc.»⁶⁸ Elogios posteriores que não apagavam a preocupação com o seu sucessor à frente do PS, saído diminuído da crise política de 1987: «Quando ele mudou de opinião na questão do PRD, eu disse-lhe que o apoio à moção de censura era uma irresponsabilidade. Desde essa altura

ficou um bocado abananado com aquilo, ainda mais depois da vitória de Cavaco Silva. E o PS ficou um bocado desconjuntado.»⁶⁹

Contará José Manuel dos Santos que Constâncio terá confronto Soares: «Contam-me que o senhor diz que eu não sou um líder. É verdade?» Ao que o antecessor na chefia do PS responderia: «Se é ou não, não sei, mas experimente descer o Chiado. Se chegar ao fim com mais de 30 pessoas, é um líder.»⁷⁰

Ao reforçado primeiro-ministro, não escapará o desacerto dessa relação: «Vitor Constâncio não era, claramente, o socialista que Mário Soares gostaria que lhe tivesse sucedido à frente do partido. [...] Tinha a pretensão de, na liderança do PS, se autonomizar em relação a ele, o pai fundador do partido.»⁷¹

O secretário-geral do PS acabará por resignar à liderança dos socialistas em outubro de 1988, acusando precisamente o fundador, na Comissão Nacional que se seguiu ao seu súbito anúncio de demissão, de o atropelar: «Mário Soares, como ex-secretário-geral do PS, tem contribuído para alimentar, privadamente, contra mim e contra a direção do partido, uma campanha de descrédito pessoal e político que tem contribuído para algumas ideias feitas veiculadas pela comunicação social.»⁷² Especulará o líder social-democrata: «Quando Vítor Constâncio bateu com a porta [...], Mário Soares deve ter ficado satisfeito, mas não conseguiu esconder uma profunda irritação pelo facto de ele o ter acusado de interferir na vida interna do PS e de o Palácio de Belém intrigar e instigar contra ele a comunicação social.»⁷³

A esse respeito, Soares reclamará total distanciamento: «Não sei se Constâncio entrou em competição comigo ou não, mas não tinha razão, porque eu já era Presidente. Só que ele quis modificar o partido e quis dizer: “Eu é que sou o chefe do partido, e os tipos que estão a falar do Soares não devem falar, e não sei quê.” Aquilo tinha um ar um pouco de *revanche*, por eu não ter seguido a coisa. A antiga guarda do PS não estava com ele. Tinham-lhe dito que eu é que tinha razão. Mas eu nunca tive nenhum conflito com Constâncio.»⁷⁴

Correu também nos bastidores que Constâncio estava descontente porque Soares continuaria a controlar as fontes de financiamento dos socialistas, colocando por essa via o partido sob sua dependência, já que o secretário-geral requirera o controlo da FRI e da CEIG mas o antecessor ter-se-ia oposto.⁷⁵ O primeiro líder do PS desmentiu-lo-á – de certo modo: «Não confirmo que controlasse essas fontes. Pelo contrário, eu ainda arranjei algum dinheiro para o partido.»⁷⁶ O que não impedirá Constâncio, segundo Rui Mateus, de se queixar de Soares por «ter deixado o partido na penúria».⁷⁷ E adiantará Alfredo Barroso: «A questão das fontes de financiamento nunca tinha sido resolvida [durante a liderança de Constâncio].»⁷⁸ O facto é que a situação altamente deficitária do partido foi a primeira das razões invocadas pelo líder para se ir embora.

Como sucessor de Constâncio, seria eleito Jorge Sampaio, em congresso realizado em janeiro de 1989. De novo Jaime Gama foi o candidato derrotado, de novo se suspeitará de que para ele pendiam as simpatias soaristas e de novo o então Presidente o desmentirá.⁷⁹ De qualquer modo, para o ocupante do Palácio de Belém, o entendimento com o novo líder parecia agora mais fácil: «A eleição de Jorge Sampaio [...] alteraria profundamente o relacionamento da direção do partido com o seu ex-secretário-geral, aparecendo Sampaio muito mais permeável às pretensões de Soares do que acontecera com Vítor Constâncio.»⁸⁰

Quanto aos diferendos entre Soares e Eanes, tinham-se transformado de divergência política em ressentimento pessoal. O que significava que o ex-líder socialista não os esqueceria mesmo após o dramático abandono pelo general da liderança do PRD e da política ativa, na sequência das legislativas de 1987. O então primeiro-ministro assinalaria a permanência do contencioso já na década seguinte: «Quando Vasco Graça Moura, presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, anunciou a intenção de nomear o general Ramalho Eanes para presidente da comissão de honra da comemoração [dos 450 anos] da chegada

dos portugueses ao Japão [em 1993], Mário Soares entendeu isso como uma provocação e ficou profundamente irritado. Foi uma imprevidência do governo [...] não ter consultado previamente o Presidente Mário Soares. O próprio general percebeu que seria negativo para as comemorações que o presidente da comissão de honra não tivesse a confiança do Presidente da República e acabou por pedir para não ser nomeado.»⁸¹

Capítulo 32

A reeleição

Apenas 13 dias antes de se afastar da liderança do PS, Vítor Constâncio assinou com o PSD o acordo para a segunda revisão constitucional, incidindo basicamente em matéria económica e complementando as alterações político-institucionais de 1982. A revisão de 1989 pôs termo ao princípio da irreversibilidade das nacionalizações do PREC, permitindo reprivatizar instituições financeiras e grandes companhias, com efeitos dinamizadores na economia.

«Tinha de ser», defenderá Soares sobre um processo que sete anos antes achara ou prematuro ou desnecessário. Mas, apesar de se manterem as mesmas funções presidenciais, não deixará de criticar uma revisão que julgou ir «talvez um bocadinho demasiado longe»: «Houve uma ideia demasiado liberal. Ainda não se falava de liberalismo no sentido que depois apareceu, mas havia a intenção de diminuir a dimensão do Estado, de deixar atuar a tal mão invisível. Embora Cavaco sempre tenha tido uma visão keynesiana da economia – tem de se admitir –, era então atacado por defender o contrário. As privatizações foram de mais. Tenho essa sensação, de que era uma asneira aquela coisa de acabar com o Estado, ou pelo menos de querer menos Estado, etc.»¹

Estas são contudo observações que Soares fará muito *a posteriori*, já que na altura ter-se-á mais preocupado com o balanço de ganhos e perdas entre os dois partidos (o que no entanto não assumirá), mas sem levantar objeções ao novo articulado da Constituição.²

Germinava em simultâneo outra questão partidária, no âmbito do PS, que terá porventura mobilizado mais a sua atenção: havendo eleições autárquicas marcadas para finais de 1989, o filho de Soares, entendendo que o abandono do cargo de secretário-geral pelo pai lhe abria por fim a possibilidade uma insuspeitada carreira política, pretendia ser o candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Lisboa (CML): «Em larguíssima medida por causa do meu pai, nunca tinha querido fazer nada antes; achei que estava bloqueado. Até ao dia em que ele tomou posse como Presidente da República e deixou a Comissão Nacional do PS. Antes disso só tinha apoiado o Palma [Inácio] para a [presidência da] FAUL [Federação da Área Urbana de Lisboa do PS] – e só dei o nome, mais nada. Fui prejudicado em relação a outros gajos da minha geração. Por que é que eu não podia ser deputado à Constituinte ou dirigente do PS? Mas nunca quis sentir isso como um *capitis deminutio* [diminuição de direitos ou de capacidade]. Participei em todas as campanhas do PS como cidadão.»³

João Soares não era contudo o candidato que o novo secretário-geral preconizava. Logo após ter ocupado o cargo, Sampaio viu-se por isso com um delicado problema político nas mãos:

Eu não estava nada convencido de que essa fosse a melhor solução para a CML, e por que é que isto tinha de ser equacionado? Porque na anterior eleição para a CML o PS tinha ficado em terceiro lugar, com 16 por cento – as pessoas esqueceram-se disso. Eu chego em janeiro de 1989, vejo que resolvemos menos mal as europeias [eleições para o Parlamento Europeu (PE), ganhas pelo PSD com 32,7 por cento, seguido do PS com 28,5 por cento], e depois tínhamos as autárquicas em novembro. Estive muito aflito com essa questão, porque João Soares não me convinha como candidato capaz, com aquela idade e aquele passado. Posso estar enganado: essa ambição era legítima, depois de toda aquela crise [do PS]. João Soares já queria ser candidato ainda no tempo de Vítor Constâncio, que também não queria, achava que isso era um prémio que não fazia sentido nenhum e que era precisa uma grande personalidade. Constâncio também me perguntou se eu queria, e eu disse que

não, numa célebre reunião em que perguntou a várias pessoas se queriam ser candidatas a Lisboa e todas disseram que não. Por isso ele não tinha os tais generais de que depois se veio a falar. Havia obviamente muitos elementos do soarismo militante que queriam que João Soares fosse candidato e faziam pressões sobre mim por indiretas pessoas, indiretos amigos: “Vê lá, tens aqui esta obsessão.” “Eu não tenho obsessão nenhuma.” E por isso é que chego à conclusão: “A única maneira de dar o salto nisto e de revigorar uma nova energia no PS é ser eu.”⁴

Haviam corrido rumores de que a recusa de Constâncio em viabilizar a candidatura de João Soares fora mais um dos motivos da crispação do líder socialista com o pai, que porém desmentirá ter feito qualquer diligência para promover a carreira política dos seus descendentes, nessa ou em quaisquer outras circunstâncias⁵: «Eu estava naturalmente partidário do meu filho, mas não intervim em nada, e ele até ficaria furioso se eu o fizesse. O João terá ido ao Palácio de Belém umas três vezes no total, a minha filha uma e as minhas netas [filhas do filho] uma vez também, levadas pela avó.»⁶

Era certo que só a apresentação da candidatura do líder socialista poderia pôr termo às aspirações de João Soares, mas mesmo assim havia que encontrar uma saída para o filho do fundador do partido. E havia também que reunir os meios financeiros para a campanha, inexistentes nos depauperados cofres do PS. Uma fonte envolvida no processo, sob condição de anonimato, revelará que as questões foram resolvidas num encontro ocorrido na residência de Alfredo Barroso quando, em nome de Mário Soares, recebeu Sampaio e o seu assessor de imprensa, o jornalista António Manuel dos Santos (1959-2011): «João Soares só aceitaria não ser candidato se fosse o próprio secretário-geral a avançar. Jorge Sampaio disse que nessa mesma noite iria anunciar numa reunião do Secretariado do partido que seria ele o candidato. Mário Soares aceitava desbloquear os dinheiros para o PS na condição, então, de o filho ser o n.º 2 da lista candidata pelo PS em Lisboa e, em caso de vitória, o substituto de Sampaio nas suas ausências como presidente da Câmara. O negócio era esse, e foi o que aconteceu.»⁷

Nenhum dos intervenientes vivos aceitará confirmar esta versão dos factos, e alguns rejeitam-na até com veemência. Alfredo Barroso recusa comentar o assunto.⁸ João Soares fará questão de acentuar ter sempre rejeitado qualquer ideia de dependência do pai para desenvolver a sua carreira política.⁹ Mário Soares achará até indigno que um texto biográfico sobre si suscite tal hipótese: «Isso lixa o livro. Eu não participei em nada de dinheiros com Sampaio nem com ninguém. Entreguei o meu cartão de militante do PS ao António Macedo no dia em que fui eleito Presidente e nunca mais me interessei por nada do partido [o que a sua entrada no diário a 17 de julho de 1987, de alguma forma, parecia desmentir¹⁰]. Eles ficaram com tudo. Não fiquei com nada na minha mão, nem nunca gostei de tratar de questões de dinheiro.»¹¹ Com uma declaração de princípios: «Alguém pode imaginar, com uma mente sã, que eu, como Presidente da República, obrigado constitucionalmente a um dever de isenção, me empenhasse a angariar ou canalizar dinheiros para o PS?»¹² E a memória de Sampaio não fixará sequer tal encontro: «Não me lembro de negociação nenhuma. Não tenho conhecimento dessas conversas. Não posso admitir que não tenham existido, mas a verdade é que ninguém sabia que eu me ia candidatar à CML e ninguém sabia que eu ia pôr João Soares em n.º 2. Foi uma coisa absolutamente de surpresa. De repente digo: “O n.º 2 é João Soares.” Não foi em negociação com ninguém que cheguei a ele para n.º 2, foi ao considerar que havia uma pressão soarista enorme. E não veio nenhum meio financeiro daí. A minha campanha foi financiada por angariações partidárias.»¹³

O então secretário-geral reconhecerá contudo ter encontrado o PS em situação económica difícil, como já acontecera com o antecessor, e porque o setor soarista controlava ainda os principais meios de rendimento:

Quando Vítor Constâncio chegou, o PS tinha um elevado passivo. O doutor Soares respondia a isto dizendo que o PS tinha passivo mas tinha património. O que em parte era verdade. O PS, se bem me lembro, tinha uma dívida de 450 mil contos

na altura, que eu vim apanhar depois. E procurou resolver-se por um lado integrando as fundações – os “fundadores” eram todos da linha soarista, já que o doutor Soares era o grande propulsor dessa ideia. A correção começou no tempo de Constâncio. A situação não tinha qualquer sentido, e foi-se falar com o doutor Soares para essas fundações voltarem ao PS. Ele teve uma atitude positiva, porque os seus apaniguados mais próximos não queriam que as fundações deixassem de estar em seu nome, ou serem eles os principais “fundadores”, e o doutor Soares mandou que eles passassem as cartas para o PS. Acho que isto aconteceu no tempo do Constâncio e de mim, mas que terá sido mais no período dele. Quem estava à frente das finanças do PS na altura era [Carlos] Santos Ferreira [n. 1949, jurista e futuro administrador bancário, com cargos de presidência dos bancos Pinto & Sotto Mayor, Caixa Geral de Depósitos e Millennium BCP, associado à acumulação de grandes imparidades nas duas últimas instituições], que fez um trabalho bem feito e interessante. Depois – é capaz de já ter sido no meu tempo –, foi preciso vender algum património. Fez-se um acordo com a Segurança Social que foi muito simpático: um secretário de Estado, do PSD, admitiu que o PS pagasse às prestações o que devia à Segurança Social. Depois vendeu-se [o edifício d] a rua da Emenda. O doutor Mário Soares deixou, isto é, fomos perguntar-lhe se se opunha e ele disse: “Não me oponho nada, fazem o favor de vender.” Nós tivemos sempre muitas dificuldades, mas esse passivo começou a ser tratado. Havia ajudas internacionais, mas aí a gente não cheirava nada, até porque isso estava completamente controlado. Fui secretário internacional de Constâncio [sucendo a Rui Mateus], e como tal tive de reconstituir todas as relações internacionais do PS, o que consegui fazer, com alguma dificuldade. É a tal história em que chego como secretário internacional ao gabinete de Relações Internacionais do PS e não está lá um único papel, um único livro, coisa nenhuma. Só estava – e ficou – uma rapariga que algumas pessoas pensavam que era espiã do Rui Mateus, mas acho que não, que ela depois portou-se bem.¹⁴

A outra parte do lance político do líder socialista em Lisboa consistia em o PS concorrer não sozinho, como sempre acontecera, mas numa coligação municipal com o PCP. A ousadia foi compensada pela vitória da aliança de esquerda na capital, mudando a fortuna de Sampaio, que apostara nesse escrutínio autárquico toda a carreira política. As condições da coligação haviam empurrado João Soares para o terceiro lugar, atrás do engenheiro químico Rui Godinho (n. 1947), do PCP, mas, caso, por alguma razão, Sampaio abandonasse a presidência do município, o filho do fundador do PS, até aí com um percurso apagado, seria o presidente da Câmara de Lisboa.

A votação teve lugar logo após o momento mais dramático, até então, da vida de João Soares: em setembro, o pequeno avião no qual abandonava o sudeste de Angola, após visitar a Jamba, principal base da UNITA – que prosseguia em combate contra o governo do MPLA (e de que, tal como o pai, era um fervoroso apoiante) –, despenhou-se ao levantar voo, deixando-o gravemente ferido. Transportado para um hospital de Pretória, os médicos mantiveram-no nos primeiros dias sob prognóstico reservado.

Soares estava então em vésperas de partida para visitas oficiais à Hungria e à Holanda, na companhia de Maria Barroso, e o primeiro membro da família a receber a notícia foi a filha:

Eu tinha estado pouco antes na Jamba. Telefonaram para mim da UNITA às duas da manhã: “Houve um acidente de viação na Jamba.” Repliquei: “Não me podem estar a dizer a mim, que estive lá há um mês, que houve um acidente de viação na Jamba, porque não há acidentes de viação na Jamba.” Foi uma mina – achei na altura – ou um atentado. Eles diziam-me coisas muito evasivas, mas acho que não sabiam mais, pois, estavam a telefonar de Lisboa e presumo que não tivessem outra informação. Fui eu quem deu a notícia aos meus pais. Acordei-os, e ficaram em estado de choque. Estivemos para aí entre as 3h00 e as 5h00 sem saber mais nada. Só então nos disseram que tinha sido a queda de um avião e que iam levar o meu irmão para a África do Sul. Falou-se com o embaixador José Cutileiro [1934-2020, então em Pretória], mas o João ainda

não tinha chegado e ele não sabia de nada. Pôs-se a hipótese de ir logo para lá a minha mãe com a minha cunhada, que só fui acordar pelas 7h00. A notícia era que o João estava muito mal. Fui eu que sugeri ao meu pai que era bom que fosse também o [primo] Eduardo [Barroso], que é médico e podia ajudar. O meu pai tinha a partida para a visita de Estado à Hungria. Ele foi, a minha mãe não.¹⁵

Para uma mãe não poderia haver outra opção: «A Isabel vem dizer-nos que o João tinha tido um desastre de avião e não sabia como ele estava. Imediatamente cancelei as visitas e então, com a então minha nora [Maria] Olímpia [n. 1951], mãe dos nossos três netos mais velhos, fui para Pretória, porque havia a notícia de que o tinham levado para lá.»¹⁶

Na Hungria, Soares desdobrava-se entre as funções de Estado e o drama familiar: «Estive sempre em contacto telefónico com o hospital da África do Sul, onde estava o João a lutar contra a morte, acompanhado pela Maria de Jesus e pela Olímpia, [...] e depois, sucessivamente, pela irmã [...] e pelos meus sobrinhos, o Eduardo [...] e o Carlos [Barroso, 1951-2020, advogado]. Nos primeiros dias, as notícias eram muito preocupantes e desanimadoras. Mas, passada a primeira semana, começaram progressivamente a melhorar.»¹⁷

Isabel Soares iria a acompanhar o pai, no dia a seguir ao seu regresso da Holanda: «O João já tinha tido uma primeira operação, mas não ainda uma segunda que seria necessária. A primeira imagem que tive do meu irmão é que estava irreconhecível. O meu pai ficou muito afetado, mas a minha mãe talvez ainda mais – daí, depois, a reconversão dela [ao catolicismo]. Achámos que havia ali riscos de ele não sobreviver, ainda enquanto lá estávamos. O João queria muito viver. Lembro-me de ele ter dito: “Põe as fotografias dos meus filhos, para os médicos saberem que eu tenho filhos”.»¹⁸

Maria Barroso, filha de pai anticlerical (que, segundo Isabel Soares, «entrava nos elétricos e insultava as freiras»¹⁹), explicará as raízes e razões da sua reconversão:

A minha avó, mãe da minha mãe, que era muito religiosa, levava-me à missa em Setúbal. Depois tive uma professora de Moral, D. Aida Conceição, que tinha muito contacto comigo e queria muito que eu voltasse à religião, e o meu pai dizia-me: “Se Deus existe, Ele é generoso, julga-te pelo que fizeres, de acordo com determinados valores, e não é preciso aproximares-te tanto.” Eu nem sequer era praticante, mas com o desastre do João fiquei tão impressionada e emocionada que até mandei um recado ao padre João Resina [Rodrigues (1930-2010)], d[la paróquia d]o Campo Grande: “Que reze pelo meu filho.” E quando estava em Pretória o médico, que era um grande médico, dizia-me, todos os dias: “Está um bocadinho melhor, mas continua muito doente. Peça a Deus.” Tive um reencontro com a fé e acreditei que a recuperação do João se deu por intervenção divina. Passei a ir muito à igreja do Campo Grande, sou agora muito amiga do monsenhor [Vitor] Feytor Pinto [1932-2021, administrador da paróquia]. O meu marido diz-se ora ateu, ora agnóstico, mas aceitou naturalmente.²⁰

Contará José Manuel dos Santos que, nesse período de incerteza quanto à sorte do filho, Soares se tornou irascível: «Ele lida mal com esses temas da doença e da morte. Eu e o Alfredo Barroso fizemos um pacto entre nós: deixávamo-lo gritar, berrar... E transmitíamos-lhe qualquer coisa positiva que aparecesse.»²¹

Coisas positivas havia então em abundância, na verdade, dado que se viviam à época tempos extraordinários. Acima de todas, o processo de liberalização empreendido por Gorbatchov na União Soviética, que já parecera irreversível ao Presidente português quando fizera uma visita de Estado à URSS em novembro de 1987, avançava afinal mais depressa do que alguém pudesse calcular: «Voltei de Moscovo convencido de que – a menos que sucedesse alguma coisa a Gorbatchov – se iria dar uma imensa transformação no xadrez mundial, de consequências verdadeiramente imprevisíveis. Embora não supusesse que ocorresse de forma tão rápida, profunda e, apesar de tudo, relativamente pacífica.»²²

Apenas dois anos depois, o bloco soviético tornara-se numa enorme panela de pressão, com os habitantes a manifestarem-se pela abertura das fronteiras para conquistarem a liberdade de circulação para o Ocidente. A Hungria havia, aliás, tomado a iniciativa de levantar restrições de passagem na *Cortina de Ferro*, à frente de qualquer outro membro do Pacto de Varsóvia (a aliança criada décadas antes em contraposição à NATO), o que Soares haveria de salientar num discurso proferido em Budapeste, ao mencionar «as corajosas atitudes que o governo e a sociedade civil húngaros têm tomado na defesa dos mais elementares direitos humanos».²³

Na África do Sul decorria em paralelo um movimento de alguma similitude, com vista a extinguir o *apartheid*. Apesar do caráter privado da sua visita a Pretória (tanto mais que a Comunidade Europeia proibia viagens de Estado ao país, devido à prática da segregação racial), Soares não deixou de conferenciar sobre a magna questão com o presidente Frederik Willem de Klerk (1936-2021), empossado apenas escassas semanas antes mas evidenciando forte ânimo reformador: «Falei a sério com eles. E dei algum contributo para que evoluíssem rapidamente. Disse a De Klerk: “Se não evoluírem rapidamente e não libertarem os presos políticos [incluindo o mais ilustre deles todos, Nelson Mandela (1918-2013), na cadeia desde 1962], vocês vão sofrer aqui um grande problema”».²⁴

A conversa teve lugar num almoço a convite dos sul-africanos, onde também participou *Pik Botha*, que então detinha já a titularidade dos Negócios Estrangeiros. Soares terá começado por evocar em termos comparativos a transição falhada de Marcello Caetano e a conseguida do franquismo, para argumentar perante De Klerk: «Só quando puser Nelson Mandela em liberdade e se comprometer publicamente a renunciar à política do *apartheid*, a Europa, os Estados Unidos e o mundo vão acreditar que De Klerk quer fazer uma transição democrática a sério na África do Sul. Mas também lhe digo: se hesitar e ficar a meio caminho por falta de coragem, alguém, um dia, mais tarde ou mais cedo, a vai fazer por si...»²⁵

Já no embarque de Soares para Lisboa, Botha, ao despedir-se dele no aeroporto, ter-lhe-á anunciado que De Klerk iria libertar os presos políticos no imediato, que Mandela sairia meses depois e que o *apartheid* seria de facto desmantelado: «Respondi-lhe que, quando assim fosse, teria muita honra em receber de braços abertos, em Portugal, o presidente sul-africano. O que veio a acontecer.»²⁶ Com efeito, Mandela seria libertado em fevereiro seguinte, seguindo-se o fim das leis do *apartheid* e a sua própria eleição como presidente da África do Sul, após um período de transição, em 1994.

Na passagem de 1989 para 1990, dava-se em simultâneo a queda do Muro de Berlim, a 9 de novembro, e a capitulação consecutiva, como peças de dominó, dos regimes comunistas do bloco de Leste (de forma pacífica na maior parte), com a posterior eleição de governos democráticos.

Entusiasta da metamorfose do bloco soviético, Soares protagonizaria, a propósito do processo checo (conhecido como «Revolução de Veludo»), um heterodoxo episódio objeto de remoques em Portugal, inclusive no seio do governo: convidado telefonicamente pelo escritor Václav Havel (1936-2011, dissidente do anterior regime), que não conhecia, a assistir à sua posse como presidente da Checoslováquia, nos derradeiros dias 1989, foi «desconvidado» após chegar a Praga, tendo de acompanhar a cerimónia pela televisão, no quarto do hotel. O Presidente português defenderá sempre, no entanto, a utilidade de uma deslocação onde a oportunidade política se juntou à emoção democrática:

Por que razão isso irritou tanto o PSD e o Governo de então? Respondo: irritou-o por mero provincianismo. Explico: um grupo de jovens do Porto, liderado p[elo médico] Álvaro Beleza [de Vasconcelos (n. 1958), membro da Comissão Nacional do PS], procurou-me em Belém, para me informar de que tencionava ir a Praga, então capital da Checoslováquia, levar cravos para oferecer aos jovens checos, que tanto se haviam empenhado na Revolução de Veludo. Aplaudi-os e encorajei-os. Passados dias, telefonaram-me de Praga para me comunicar que Václav Havel queria falar comigo e passa-

ram-lhe o telefone. Convidou-me a ir à sua posse. Com total inexperiência do protocolo, disse-lhe, de imediato, que era um grande gosto mas que ele devia fazer-me o convite por escrito. Dias depois, recebi uma carta sem timbre em que me convidava e assinava, desenhando por baixo um coração, pintado a vermelho... Fui [no avião Falcon do Estado, com o ajudante de campo, um assessor diplomático e dois jovens do grupo²⁷], e cheguei a Praga na véspera do dia da posse. Recebeu-me o futuro ministro dos Negócios Estrangeiros, que me disse da dificuldade em que estavam por causa do convite que me fizera Havel. Vários outros presidentes europeus também queriam ser convidados e eles tinham resolvido não os convidar. Facilitei-lhe, imediatamente, a situação, dizendo que eu não iria à posse, visto não querer atrapalhar. Como havia depois um comício, na praça principal de Praga, bastava-me estar ao lado do presidente eleito. O ministro acrescentou: “E também fala.” “Como?”, perguntei. “Não sei uma palavra de checo.” Tranquilizou-me: “Na nossa universidade há uma secção de português, e arranjo-lhe uma jovem estudante que estará a seu lado e vai traduzir o que disser.” Assim foi. Nesse mesmo dia chegou um automóvel *Renault*, com matrícula portuguesa, que os estudantes portugueses e eu arranjámos. Porquê? Porque em Praga, nessa altura, não havia ainda carros que não fossem russos. Ora, Václav Havel fazia questão em não se deslocar, no dia de posse – dia do triunfo da Revolução de Veludo – num carro russo. Os nossos jovens portugueses compraram no Porto um carro *Renault*, com matrícula portuguesa, novo em folha, que dois checos vieram buscar a Portugal e levaram para Praga. Responsabilizei-me pelo pagamento. O carro saiu em todas as televisões do Mundo e com a matrícula de Portugal, bem à vista. Foi uma grande alegria para Václav Havel, de quem fiquei amigo. De resto, no comício, com a multidão em delírio e eu, com a tradutora, de cravo ao peito, fomos recebidos como amigos queridos. Meses depois o representante da Renault do Porto telefonou-me a pedir o pagamento, queixando-se de que os jovens não o tinham feito. Respondi-lhe: “E a publicidade mundial que fizemos à Renault, não tem preço?” Hesitou, insistindo que isso dependia de Paris. Então telefonei

ao administrador da Renault em Paris. Quando lhe falei no caso, compreendeu, imediatamente, que não havia nada a pagar... Convidei Havel para almoçar comigo e com os dirigentes da Revolução de Veludo na embaixada portuguesa. O embaixador Luís Quartin [Bastos, 1932-2013] disse-me depois que os seus colegas ocidentais roeram-se de ciúmes por aquele tão longo e interessante almoço, na nossa embaixada... No meu regresso à pátria vinha feliz pelo que fora conseguido, pela maneira tão fraterna como Václav Havel me recebeu e por ter falado – único estrangeiro presente – ao lado dele no comício histórico realizado após a sua posse. Claro que surgiram críticas mesquinhas de tipo burocrático-protocolar e muito provincianismo à mistura, que gerou alguma incompreensão. Não lhes dei importância. Os cães ladram e a caravana passa. Sempre assim pensei...²⁸

O espontâneo convite de Havel a Soares poderia ter tanto que ver com a Revolução dos Cravos – com cuja suavidade se comparou a Revolução de Veludo – mas também com a circunstância de Soares vir desde pelo menos dois anos antes a prestar atenção à dissidência no bloco soviético, a partir do momento em que, durante a visita oficial a Moscovo, quisera encontrar-se com o físico heterodoxo Andrei Sakharov (1921-1989, Nobel da Paz em 1975):

Comecei por querer que [Sakharov] nos visitasse no Kremlin, onde a minha mulher e eu estávamos instalados. Na preparação da viagem, discutida a alto nível, ficou claro que os soviéticos aceitavam que me encontrasse com o escritor [Sakharov foi autor apenas de um ensaio, *A Liberdade Intelectual na URSS e a Coexistência Pacífica* (1965)], embora pondo sempre as maiores dificuldades. Eu insisti, fazendo desse encontro uma questão fechada, que podia pôr em causa a realização da visita. Acabaram por ceder, mas não consentiram que Sakharov viesse ao Kremlin. A solução foi fazê-lo vir, de manhã cedo, para um pequeno-almoço na embaixada portuguesa. Foi preciso mandar um carro nosso buscá-lo, visto que Sakharov não tinha meios para se deslocar.²⁹

O encontro, tido com a embaixada rodeada «de tanques e carros de assalto», segundo Soares³⁰, deixou memórias também em Maria Barroso:

Na visita à URSS, o Mário disse-me: “Vou dar-te uma grande alegria – vamo-nos encontrar com Sakharov.” Conseguiu que ele e a mulher [Yelena Bonner (1923-2011), médica, também dissidente] viessem tomar o pequeno-almoço connosco à embaixada, e o intérprete foi o jornalista Carlos Fino [n. 1948, então correspondente da RTP em Moscovo, intérprete de toda a viagem de Soares à URSS], que eles só falavam russo. Sakharov mostrou-se um homem de uma inteligência, finura e sensibilidade extraordinárias. E quando acabámos fomos até à porta acompanhá-los. Os jornalistas agarraram-se ao meu marido e fiquei a olhar para o carro onde eles iam, muito emocionada, a pensar: “Eu volto a um país livre e este homem volta a estar com a liberdade cortada.” Fiquei sem fala. Depois fomos de carro a uma outra terra e não consegui falar até lá, pois estava muito comovida.³¹

Outra viagem relevante nos primeiros tempos de mandato presidencial de Soares foi a Espanha, onde, durante um jantar na Generalitat em Barcelona, teve de recorrer a todo o tacto diplomático para se distanciar, no seu discurso, da mensagem independentista antes proferida pelo presidente do governo regional da Catalunha, Jordi Pujol (n. 1930).³²

Mas a sua primeira visita de Estado como Presidente foi a São Tomé e Príncipe e a Cabo Verde, em dezembro de 1986, opção que teve muito de simbólico e sentimental (uma vez que Soares jamais havia regressado ao local onde estivera deportado). A atenção prestada às antigas colónias portuguesas em África (PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) prosseguiria com uma viagem à Guiné-Bissau em novembro de 1989, onde, contra a vontade do PAIGC, no poder, e num clima da tensão com as autoridades locais, insistiu em depor uma coroa de flores num cemitério guardando restos de militares portugueses mortos durante a guerra colonial – Soares, que já prestara idêntica homenagem a combatentes

do PAIGC, acabaria por impor a sua vontade, depois de ameaçar interromper a visita de Estado.³³ Sobre o presidente Nino Vieira (1939-2009), um antigo comandante da guerrilha, que intermediou a questão (aparentando maior flexibilidade do que o seu partido), comentará depois: «Simpatizo com ele, é uma força da natureza, com indiscutível capacidade. [...] Não julgo que seja naturalmente sectário. Mas pode ser brutal. Tem um grande instinto de sobrevivência, e, como velho guerrilheiro, há duas coisas que sabe fazer bem: matar e fugir, para não ser morto.»³⁴ (Mais tarde, Vieira revelar-se-ia fatalmente incompetente em ambas as coisas).

O Presidente português, porém, só foi a Moçambique para o funeral de Samora Machel, ainda em 1986, e não chegou a viajar até Angola durante o mandato – embora em 1987 tenha recebido em Lisboa o presidente angolano, José Eduardo dos Santos (n. 1942), em visita oficial. Tanto o governo português como as autoridades angolanas suspeitavam das simpatias soaristas para com a UNITA e Jonas Savimbi, o que era considerado um empecilho na estabilização das relações entre Lisboa e Luanda. O acidente sofrido por João Soares na Jamba, semanas após a irmã também ter visitado a base, era mencionado apenas como um indício dessa proximidade, apesar das reiteradas juras do pai quanto à autonomia política dos filhos.

Sendo certo que Soares desmentia qualquer favorecimento quanto ao líder da UNITA, também é verdade que enalteceria o seu papel: «Savimbi é uma personalidade política forte e um grande chefe africano, um líder carismático incontestável. Possui uma vontade inquebrantável e uma notável capacidade de resistência. Deve-se-lhe que Angola nunca caísse completamente sob o domínio soviético.»³⁵ João Diogo Nunes Barata, que mais uma vez era, em Belém, seu assessor diplomático – mas que, por uma questão de equiparação de carreiras, uma vez que nas Necessidades já atingira o estatuto de embaixador, tinha a função oficial de chefe de gabinete³⁶ – explicará que «Savimbi era só para contrabalançar»: «Houve um encontro em Paris de Soares, já como Presidente da

República, com Savimbi. Queria que ele em Angola fosse um líder respeitado da oposição, o que naquele país não era reconhecido. Apoiava Savimbi como tal, em defesa da democracia.»³⁷

Mas o caso era suficientemente sério para o governo de Cavaco Silva ter posto o Presidente de lado ao patrocinar uma série de contactos secretos em Portugal entre enviados do governo do MPLA e da UNITA com vista à procura de um acordo de paz em Angola:

Quando, em abril de 1990, informei Mário Soares de que o governo, por intermédio do secretário de Estado [dos Negócios Estrangeiros, José Manuel] Durão Barroso [n. 1956, futuro primeiro-ministro e presidente da Comissão Europeia], tinha conseguido reunir em Évora delegações do governo de Angola e da UNITA e que se abriam possibilidades de negociações entre as duas partes, percebi que não ficou satisfeito. Quando depois lhe fui dando conta do andamento das negociações, não conseguiu esconder um certo ressentimento por não lhe caber um dos papéis que mais poderiam contribuir para consolidar internacionalmente a sua figura de político excecional e para projetar a sua imagem internacional, apesar de ser claro que uma das partes não aceitava de todo a sua intermediação.³⁸

Subsistiam, com efeito, desconfianças quanto à proximidade de Soares a Savimbi, enquanto o Presidente acharia Cavaco Silva mais próximo de Luanda, dando origem a desentendimentos recíprocos: «Na opinião do governo, tal era motivado basicamente pela simpatia que Mário Soares nutria em relação à UNITA e consequente hostilidade para com ele da parte dos dirigentes angolanos. Mário Soares, pelo contrário, achava que era o governo que tinha simpatia pelo MPLA.»³⁹ Soares não esconderá o seu ressentimento: «Por razões mais internas, portuguesas mais do que angolanas, achou-se útil afastar-me do processo de paz angolano, insinuando-se que eu era partidário de Savimbi contra José Eduardo dos Santos.»⁴⁰

Por seu lado, de algum modo antecipando a atitude governamental, Cavaco Silva explicará por que não aceitara antes pressões exercidas por Belém para que as autoridades portuguesas estabelecessem relações com a UNITA:

Portugal seria certamente marginalizado e os seus interesses prejudicados se o governo mantivesse uma atitude dúplice e desenvolvesse relações com a UNITA. As relações oficiais de Portugal deveriam ser exclusivamente com o governo de Luanda, [...] cuja legitimidade era reconhecida pela comunidade internacional, e mantidas no rigoroso plano do Estado. Portugal não tomava partido pelas partes envolvidas na luta armada no território, era favorável ao diálogo entre o governo angolano e a UNITA e estava disponível para participar na procura de soluções de paz, se tal fosse por elas aceite. [...] O Presidente Mário Soares tinha um pensamento um pouco diferente, favorável aos contactos directos com a UNITA logo em 1986. [...] Era óbvio que contactos secretos com a UNITA podiam sempre ocorrer, e para isso existiam serviços de informações.⁴¹

Um dossiê que Cavaco Silva aceitou partilhar com Soares foi o das negociações da transferência para a China da soberania sobre Macau, tanto mais que a governação do único território ainda remanescente do império era da responsabilidade de Belém, que nomeava o seu governador. Depois de a Grã-Bretanha de Margaret Thatcher ceder às pretensões chinesas para a recuperação da colónia inglesa de Hong-Kong, era inevitável que Portugal viesse a fazer o mesmo. O assunto foi discutido entre o Presidente e o primeiro-ministro logo em outubro de 1986, quando o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros chinês Zhou Nan (n. 1927) visitou Lisboa para o abordar.

Pequim pretendia que a transferência não ultrapassasse o ano de 1999, mas, segundo Cavaco Silva, Soares, ao contrário da sua vontade de se livrar dos territórios enquanto antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, ter-se-ia agora enchido de brios para desafiar a exigência chinesa: «O Presidente da República, na audiência que concedeu a Zhou Nan, [...] não lhe fez quaisquer concessões em termos de data [e] terá sido duro com ele. [...] Zhou Nan saiu irritado do Palácio de Belém. [...] Mário Soares não estava convencido de que fosse impossível ultrapassar o ano 2000; Macau era politicamente emblemático, e o povo português não aceitaria que se entregasse à China *à la légère*. Fiquei com a ideia de que para

Mário Soares uma posição firme nas negociações sobre Macau podia ajudar a reparar a má imagem que o processo de descolonização lhe tinha deixado.»⁴² O próprio desmentirá porém esta tese, rejeitando tal ligação.⁴³

Viajando dentro do país tanto quanto viajava fora, Soares, após o ponto de partida vimaranense, cumpriu várias outras presidências abertas ao longo do mandato: Bragança em fevereiro de 1987, Beja em outubro do mesmo ano, Guarda em março de 1988, Portalegre em março 1989, Açores dois meses depois e Coimbra em junho de 1990. Foi um roteiro consensual, contando com o concurso de diversos membros do governo, e jubilatório por parte da população. Pelas suas circunstâncias insulares e periféricas, o Presidente destacará o seu périplo açoriano: «Visitei todas as ilhas de barco. Tinha comigo sempre Mota Amaral e o ministro da República, Rocha Vieira, a vigiarem-se um ao outro, e que alternavam no carro em que eu ia. Foi extremamente divertido. Senti a emoção sincera do povo açoriano. Havia gente eufórica em todas as ilhas. Eu levava comigo, como uma espécie de guia, o livro de Raul Brandão [1867-1930] *As Ilhas Desconhecidas*. Homenageei todas as eminências dos Açores, com um discurso para cada uma.»⁴⁴

José Manuel dos Santos contará que, para preparar a viagem à região autónoma, Soares deu prioridade aos livros em detrimento dos dossiês: «Ele não gostava de ler dossiês porque gostava de ler livros. Antes de partir para os Açores, passou o tempo a ler Raul Brandão, Vitorino Nemésio, Almeida Garrett [1799-1854], Teófilo Braga e Natália Correia [açoriana, então deputada pelo PRD depois de o ter sido pelo PSD, integrando também a comitiva presidencial]. Sabia-lhe melhor do que ler estatísticas. Ele estava em Nafarros a ler essas obras.»⁴⁵

Equiparados a uma presidência aberta, foram também os cinco dias de descida do Douro, da fronteira à foz, que Soares efetuou em julho de 1988, demonstrando assim as virtualidades da navegabilidade do rio – um projeto de adaptação cujas obras estavam em curso, por iniciativa de um dos governos de Pinto Balsemão, e que só terminariam dois anos depois.

Procurando construir uma imagem de Presidente comprometido com a vida intelectual e artística, Soares promoveu uma série de conferências sob o título «Balanço do Século», convidando para as sessões, que tiveram lugar na sede da Fundação Calouste Gulbenkian, alguns nomes sonantes do pensamento internacional: o filósofo italiano Norberto Bobbio (1909-2004), o escritor peruano Mario Vargas Llosa (n. 1936, Nobel da Literatura em 2010), o economista norte-americano John Kenneth Galbraith (1908-2006), o filósofo austríaco (naturalizado britânico) Karl Popper (1902-1994), o matemático francês René Thom (1923-2002), o filósofo espanhol José Luis Aranguren (1909-1996), o semiólogo e escritor italiano Umberto Eco (1932-2016), o químico alemão Manfred Eigen (1927-2019, Nobel da Química em 1967), o psicólogo, sociólogo e politólogo norte-americano Herbert Simon (1916-2001), o etnólogo francês Marc Augé (n. 1935), o químico russo (naturalizado belga) Ilya Prigogine (1917-2003, Nobel da Química em 1977) e o biólogo francês François Jacob (1920-2013). O ciclo foi encerrado pelo pensador português Eduardo Lourenço (1923-2020). Rui Mateus dirá que, para financiar o projeto, Soares ter-se-á socorrido de novo da instituição que deixara à sua guarda: «Entre outras iniciativas totalmente financiadas pela FRI, contar-se-iam [...] as conferências inseridas no “Balanço do Século” que o próprio Presidente da República também patrocinaria com o seu nome, em 1987 e 1988.»⁴⁶

«Quando Soares engraçava com um conferencista do “Balanço do Século”, como foi o caso de Vargas Llosa, até metia jantar no Bairro Alto ou outro sítio qualquer», testemunhará José Manuel dos Santos, mencionando também uma outra iniciativa levada a cabo por Belém no Porto, sob o título «A Experiência do Mundo», com a intervenção do filósofo francês Emmanuel Lévinas (1906-1995).⁴⁷

O assessor cultural do Presidente relatará que Soares não perdia a oportunidade de conviver com um nome famoso da cultura internacional que passasse por Portugal, mencionando um conjunto

de celebridades norte-americanas: «Havia convites aos artistas ou intelectuais para irem a Belém, desde o [ator] Kirk Douglas [1916-2020] à [atriz] Claudette Colbert [1903-1996], da [atriz] Lauren Bacall [1924-2014] ao [escritor] Saul Bellow [1915-2005].»⁴⁸

Revelará ainda José Manuel dos Santos que Soares apoiava financeiramente alguns intelectuais portugueses em dificuldades, «como [o escritor] Luiz Pacheco [1925-2008], Agostinho da Silva e outros, com dinheiro do seu ordenado [de Presidente] – levantava os cheques e depois pagava-lhes em espécie.»⁴⁹

O mandato de Soares culminaria num consenso generalizado, abrindo perspectivas muito favoráveis à sua reeleição. Até o relacionamento com o governo se processou de uma forma genericamente suave, como testemunhará Alfredo Barroso, o principal elemento de contacto com São Bento por parte de Belém:

Foi um mandato relativamente pacífico. A maior parte dos conflitos que pudessem existir com Cavaco Silva eram de natureza legislativa, e foram sempre muitos deles sendo resolvidos por mim e pelo [secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Luís] Marques Mendes [n. 1957], por mandato dos dois [superiores hierárquicos]. Tratámos de muita coisa. Amaciaram-se algumas normas em aspetos mais rebarbativos para evitar o veto. Muitos problemas de constitucionalidade foram também evitados. Houve muito poucos vetos. Apareceu o célebre diploma da [ministra da Saúde] Leonor Beleza sobre a devolução das Misericórdias à Igreja [expropriadas na I República], que era complicado. Mário Soares disse a Cavaco Silva: “Não posso de maneira nenhuma promulgar um diploma destes. A devolução das Misericórdias à Igreja iria ser considerada como um insulto por todos os republicanos deste país. Portanto, senhor primeiro-ministro, tem de perceber que é um problema político, complicado.” E Cavaco Silva compreendeu: não só recuou como congelou o diploma, que nunca mais avançou.⁵⁰

O líder social-democrata mencionará pelo seu lado um «veto de bolso» da parte do Presidente – «evitando justificar por escrito a

sua decisão» – ao decreto de dissolução da Câmara Municipal de Gondomar «por graves ilegalidades em matéria de gestão administrativa e financeira». O presidente da autarquia, Arlindo Neves, dizia-se amigo de Mário Soares, e Cavaco Silva alegará não ter encontrado outro motivo, que não esse, para a atitude presidencial.⁵¹

O então primeiro-ministro evocará ainda alguns pedidos de fiscalização de constitucionalidade que Soares endereçou ao Tribunal Constitucional (TC) relativos a certas reformas de fundo, alegando fazê-lo por ser esse o seu dever: «Soares não estava disposto a facilitar a realização de reformas estruturais indispensáveis, mesmo que se tratasse de legislação que ele próprio tivesse defendido no governo do “Bloco Central”. Cheguei a chamar-lhe a atenção para esta contradição e recebi de Mário Soares uma resposta curiosa: se fosse primeiro-ministro faria tal como eu, mas como Presidente estava sujeito ao juramento que tinha feito de cumprir a Constituição.»⁵²

Soares procurou controlar o *timing* do anúncio da sua possível recandidatura (que era esperada de todos os quadrantes), e durante parte de 1990 – último ano do mandato – foi dizendo em entrevistas que não se sentia «inclinado» para tal ou que a sua «inclinação» não ia «nesse sentido».⁵³ Sem o avisar, no entanto, Cavaco Silva proporia em março, numa reunião da Comissão Política do PSD, para ratificação no congresso do partido marcado para o mês seguinte, que os sociais-democratas não apresentassem ou apoiassem qualquer outra candidatura à Presidência da República, caso o ex-líder socialista viesse a recandidatar-se.⁵⁴ A reunião magna do PSD subscreveria esta proposta unilateral, que passava pela afirmação de que, estrategicamente mais determinantes do que as presidenciais, marcadas para janeiro de 1991, seriam as legislativas, a realizar nove meses depois, e onde os sociais-democratas procurariam renovar a sua maioria absoluta.⁵⁵

Para justificar esta posição, Cavaco Silva explicou ao governo e ao partido que a atitude de Soares perante o executivo lhe parecera preferível à que Ramalho Eanes tivera, e também que a decisão de convocar eleições antecipadas em 1987 fora muito favorável aos

desígnios sociais-democratas.⁵⁶ Mas terá notado que a sua iniciativa não fora do agrado do visado: «Fiquei com a sensação de que Mário Soares não ficou nada satisfeito com o facto de eu ter levado o PSD a dar-lhe apoio formal. Penso que também alimentava o gozo de me infligir indiretamente uma derrota. Afinal, eu tinha-me escapado.»⁵⁷

Soares, na verdade, não gostou que Cavaco Silva condicionasse o seu calendário e o próprio discurso para uma recandidatura já há muito planeada. Explicará José Manuel dos Santos: «Ele percebeu uma coisa fundamental em política, que era o *timing*. Era preciso as coisas terem o seu tempo.»⁵⁸ A verdade é que, porém, logo recuou da nova situação criada:

Para o segundo mandato, sem me prevenir, Cavaco anunciou publicamente nos jornais [ao *Expresso*, antes da reunião da Comissão Política do PSD] que ia dar-me apoio – que não tinham candidato e ia pedir ao eleitorado para me apoiar a mim. Eu ainda não tinha dito que me ia candidatar. Isso obrigou-me a dizer o quê? No [Hotel] Altis, quando anunciei que me recandidatava, disse uma coisa com que toda a gente ficou um bocadinho espantada, que ficou no ouvido das pessoas: “Eu sou Presidente de todos os portugueses e continuarei a ser, mas atenção, que ninguém se engane: em sou republicano, socialista e laico.” Como quem diz: “Vocês têm de me engolir.” Muitas senhoras, velhinhas e não velhinhas, chegaram ao pé de mim e diziam assim: “Ó senhor doutor, mas nunca ninguém lhe perguntou se é socialista ou não. Por que é que está para aí a dizer que é socialista e que é laico?” “Porque sou, minha senhora, e não quero que as senhoras engulam gato por lebre. Portanto, estou a avisar.” O significado era: “O senhor doutor Cavaco apoia-me porque não tem outra maneira senão apoiar-me. Mas ele que não se engane, que eu sou republicano, socialista e laico. É por isso que eu faço política, não é por outra coisa.” Se ele me tivesse dito antes, eu explicava isso de outra maneira. Nunca tinha dito que era republicano, socialista e laico, até porque o *Expresso* me acusava então de ser só republicano – burguês – mas não socialista.⁵⁹

Não havia perigo de Soares arriscar essa divisa, porque com o apoio dos dois partidos do ex-Bloco Central (o cenário com que sonhava e por que lutara debalde em 1986), ele sabia que a reeleição se resumiria a um passeio triunfal. O seu manifesto podia preocupar-se apenas com os grandes desígnios, à maneira de Mitterrand: «construção da Europa», «modernização do país», «solidariedade», «pluralismo». Mas defenderá: «Não havia diferença [para a primeira candidatura]. Estavam na mesma linha de pensamento.»⁶⁰

Tratou-se também da oportunidade de o Presidente fazer o *rassemblement* de toda a esquerda moderada, que nos anos 1980 andara tão dividida – por razões que tinham justamente que ver com o posicionamento dos vários protagonistas e fações perante o próprio Soares. Medeiros Ferreira foi um dos repescados, embora a reconciliação já viesse de trás, como narrará o próprio:

Ele já me tinha convidado em 1980 para a FRS (já tínhamos acabado os Reformadores em meados desse ano). Eu disse-lhe: “Ó Mário Soares, isso é muito simpático da sua parte, mas é melhor fazer aqui um período de luto.” E ele: “Ó Medeiros, eu estou-lhe a oferecer aqui uma tribuna.” Ele é um tipo tático. Para ele, era uma oportunidade para eu continuar a fazer política. Eu disse-lhe que não. Em 83-84, o [Sottomayor] Cardia voltou a fazer-me uma sondagem em nome de Mário Soares, mas o PS tinha acabado de ganhar as eleições, e para mim era insustentável. Foi de novo adiado. Apoio Salgado Zenha em 86 na 1.^a volta, e na 2.^a volta Mário Soares enviou-me alguém a casa a pedir o meu apoio: “Se quiseses não sei quê, fazer parte...” “Não vale a pena fazer parte, vou declarar publicamente o meu voto nele.” Quando saí do PRD [pelo qual era eurodeputado], recebi um convite do grupo socialista do Parlamento Europeu para o passar a integrar como independente, mas por lá. Precisava de dar uma palavra a certas pessoas do PS de cá, e também fui falar com Mário Soares. Recebeu-me em tom muito amigo, de reconciliação, mas a seguir, dali a 10 minutos, diz-me, lembrando o episódio da minha demissão por causa daquela coisa com Ramalho Eanes (o que repetiu várias vezes): “Mas você queria mesmo o meu lugar em 1977?” Respon-di-

-lhe: “Você está doido? Eu tinha 34 anos. Dava-me bem com ele, mas não queria o seu lugar, nem pouco mais ou menos.” Lembrei-me daquela nossa conversa do dia de Natal. Nas eleições de 91, convida-me para estar com ele.⁶¹

O escrutínio presidencial de 1991 traduziu-se na consagração nacional de Mário Soares: foi reeleito com mais de 70 por cento das preferências do votantes, recolhendo o segundo classificado, Basílio Horta, apoiado pelo CDS, apenas cerca de 14 por cento dos boletins e o terceiro, Carlos Carvalhas (n. 1941), pelo PCP (e seu futuro secretário-geral, sucedendo a Álvaro Cunhal), quase 13 por cento.

Na altura sabia-se apenas de uma diferença que o segundo mandato teria em relação ao anterior: Soares já não teria de se preocupar com nova reeleição – pelo menos, consecutiva.

Capítulo 33

Macau

«[**M**acau] foi o assunto que mais me preocupou durante o meu primeiro mandato.» A declaração, vinda da boca do próprio Presidente Soares, estabeleceria a dimensão do problema: «Sendo Macau “um grande desígnio nacional”, era importante, para o futuro do nosso relacionamento com a China e da nossa presença no Oriente, que tudo corresse impecavelmente. Sempre tive a perfeita consciência de que assim era e da responsabilidade pessoal que isso implicava.»¹

Mas, na circunstância, «Macau» era um conceito que ia para além da mera administração do território – pela qual respondia Belém – ou mesmo do processo de transferência da soberania para a China. A propósito de Macau, tinham vindo com efeito a lume toda uma série de ações suspeitas – do ponto de vista da sua legitimidade política – praticadas pelo círculo de militantes socialistas mais próximos de Soares. Suscitaram-se por isso fortes dúvidas sobre o beneplácito ou até estímulo que o Presidente da República pudesse ter dado a essas iniciativas, o que para o próprio se tornou, no mínimo, uma fonte de embaraço político.

O problema radicou, aliás, numa área que à partida nada tinha que ver com o enclave oriental: a relação de Soares e do PS, ainda sob sua liderança, com a comunicação social. Desde o caso *República*, em pleno PREC, que os socialistas – e o seu líder à cabeça – viviam com a obsessão de perderem peso no setor mediático

e a preocupação de aumentarem essa influência, não só através da criação de órgãos de informação próprios como do reforço da sua presença noutras redações.

Por ocasião da formação do Bloco Central, provara-se já que o lançamento de jornais diretamente dependentes do partido, assentando mais em orientações políticas do que empresariais, era uma estratégia destinada ao fracasso – por óbvio desinteresse do público –, pelo que havia que mudar de atitude. Por isso, da terceira vez em que foi primeiro-ministro, a intenção de Soares passou sobretudo pela intervenção direta nos órgãos de informação que eram ainda propriedade estatal devido às nacionalizações de 1975, e logo muito permeáveis à sua instrumentalização pelo governo, a começar na nomeação dos responsáveis editoriais. O próprio confessará o exercício de tais práticas:

A maior parte da imprensa pertencia ainda ao Estado. Competia ao governo exercer a tutela, procedendo a algumas nomeações, nem sempre felizes. Assumo a responsabilidade, como primeiro-ministro, por algumas dessas escolhas – sobretudo na televisão –, que reconheço terem sido profundamente erradas. Muitas delas não foram sequer minhas, e só *a posteriori* delas tive conhecimento. Mas dei-lhes politicamente cobertura, e daí a minha responsabilidade. [...] Aceito que, ainda hoje, não saiba da missa a metade. [...] Em jeito de auto-crítica, [...] reconheço, hoje, que errei: as escolhas não foram as mais certas, houve pessoas injustamente tratadas e postas sem razão na prateleira, e seguiram-se os critérios que não foram os mais corretos.²

À época era um segredo de polichinelo nos meios político-mediáticos da capital que o gabinete do primeiro-ministro intervinha também com regularidade na fixação da agenda jornalística, sobretudo na RTP1, assim como nos conteúdos publicados. Mais uma vez, Soares limitar-se-á a admitir culpas apenas anos após a ocorrência dos factos: «Algumas vezes, como quase todos os políticos, não resisti à tentação de instrumentalizar a imprensa.»³

As pressões ter-se-ão também exercido por via da tutela administrativa, como relatará Mário Mesquita para o caso do *Diário de Notícias*: «Em finais de 1983 há um momento em que o governo do Bloco Central decide deixar de pagar salários aos trabalhadores do jornal, e ficámos todos a receber 10 contos cada um, do diretor ao tipógrafo. Dei entrevistas ao *Expresso* e a *O Jornal* a dizer: “Não é uma crise laboral. O PS regressou ao poder e quer ajustar contas comigo.” Era uma estratégia do Almeida Santos [então com a tutela de comunicação social], a fazer o serviço a Mário Soares. Mário Soares até comentou: “Eu não quero fazer do Mário Mesquita um herói nacional.” Mas isto ainda durou três meses.»⁴

De novo ainda, Soares admitirá *a posteriori* o erro, não deixando contudo de invocar atenuantes: «Tudo isso foi lamentável e desastrosamente tratado. Reconheço-o. Diga-se, porém, que Mário Mesquita, como diretor de um jornal estatizado, não era nada fácil para a tutela, nem uma “pera doce” para o governo. As coisas são o que são...»⁵

A verdade é que o então chefe do governo ainda tencionou nomear um ministro da Comunicação Social para disciplinar uma imprensa que julgava ser-lhe adversa, chegando a convidar Daniel Proença de Carvalho para o cargo, devido à fama que este, em anteriores funções, havia adquirido para tal tipo de missão: «É verdade que o meu governo tinha tido a “habilidade” de pôr toda a comunicação social, maciçamente, contra ele. Isso preocupava-me, naturalmente. Proença de Carvalho fora ministro da Comunicação Social de Mota Pinto, e a sensação que me deixara (apesar de eu estar então na oposição) é que se tinha saído bem. Por isso, [...] resolvi convidar Proença para o governo. [...] Ele recusou.»⁶

Ao saltar de nível, finda a sua carreira governamental, o ex-primeiro-ministro adotou por fim uma abordagem mais empresarial da questão: «Em 1986, Mário Soares estava “vacinado” e queria um grupo de comunicação social nos “moldes” político-comerciais que recusara anos antes.»⁷ Conquistado o Palácio de Belém, o Presidente eleito julgaria com efeito, logo no dia a seguir à contagem

de boletins para a segunda volta, que havia condições para tratar do tema comunicação social com outra largueza e maior margem de manobra, como relatará Rui Mateus:

No dia 17 de fevereiro [de 1986] encontrar-me-ia, como combinado, em casa de Mário Soares, onde Ivanka Corti [secretária internacional do PSDI e «velha amiga da família Soares», que viajara até Lisboa para acompanhar as presidenciais⁸] era convidada para o almoço. Ali, embora ainda sob a emoção da vitória, Soares explicaria que tinha ideia de aproveitar os recursos de algumas fundações partidárias que lhe eram afetas para participar na tão falada privatização dos meios de comunicação social e abertura da TV ao setor privado. Queria primeiro estudar melhor o assunto, mas desde logo pediria à convidada italiana que transmitisse um convite seu a Silvio Berlusconi [então ainda apenas empresário, com forte posição na televisão privada em Itália] para vir a Portugal. Este não perderia tempo e chegaria pouco tempo depois a Lisboa no seu avião pessoal, acompanhado de Ivanka Corti. Estava disposto a associar-se ao grupo do Presidente Mário Soares se isso, estou convencido, lhe pudesse trazer mais benefícios do que investimentos. Antes do jantar, no Palácio de Belém, os seus técnicos seriam autorizados a montar ali uma espécie de miniestúdio de TV com equipamento, para a altura ultrassofisticado, que trouxera consigo no avião. Depois da refeição demonstraria até altas horas o seu “produto” ao Presidente da República e aos seus convidados portugueses, os quais viriam a constituir o grupo Emaudio.⁹

O grupo empresarial controlado pela nova firma Emaudio – Sociedade Anónima de Empreendimentos Audiovisuais –, designação que apareceria meses mais tarde, destinava-se a ocupar posições na anunciada abertura do setor da comunicação social portuguesa à iniciativa privada. A isso havia que adicionar a garantia da reeleição presidencial dentro de cinco anos: «Com a tangencialidade da vitória e a necessidade de reocupar o espaço perdido para Cons-tâncio no PS, não havia tempo a perder em matéria de estratégia

para a reeleição. E o país estava recetivo à privatização dos meios de comunicação social.»¹⁰

Rui Mateus, escolhido pelo líder socialista cessante para ficar à frente da sociedade, «em virtude de deter a presidência da FRI, que assumira por sugestão de Mário Soares após a sua eleição», revelará também de que forma foram escolhidos os restantes membros da sociedade, que o Presidente reuniria poucos dias depois na sua casa de Nafarros e «a quem explicaria os objetivos» do projeto: Almeida Santos, «a quem competiria a orientação jurídica do projeto» e que «era desde há muito o braço-direito de Soares»; João Soares, «que até então vivera numa relativa obscuridade política» e que antes da eleição do pai contactara Mateus «para lhe arranjar uma bolsa para estudar direito marítimo na Holanda»; Bernardino Gomes, «que anos antes tinha definido as “regras” para a viabilidade das empresas ligadas ao PS»; Carlos Melancia, homem da «máxima confiança» do ex-secretário-geral «e reconhecido pela sua competência técnica, com boas ligações quer com a Igreja quer com o grupo do “ex-Secretariado”, que então dirigia o partido»; Raul Junqueiro (1948-2003, ex-secretário de Estado das Comunicações no executivo do Bloco Central), «muito ligado a Melancia e que tinha liderado, no governo e na AR, as questões do PS relacionadas com TV e telecomunicações»; Menano do Amaral, «até então gestor do PS e do MASP, a quem caberia a administração financeira do projeto»; e João Tito de Morais (1939-2001, filho de Manuel Tito de Morais), «que tinha sido o homem do PS e da confiança pessoal de Mário Soares na administração da RTP [...] e dirigia a CEIG, a cooperativa que editava e imprimia tudo o que tinha que ver com o partido em matéria de imprensa».¹¹

Bernardino Gomes reclamará para si um papel discreto no empenhamento: «Eu estava na Emaudio mas não num cargo executivo, era presidente do conselho fiscal. Aquilo era uma coisa criada pela FRI, da qual eu era um dos fundadores e onde estava com o Soares e mais outras 10 pessoas – penso que todos os dirigentes mais ou menos na ala moderada do PS estavam ali. A Emaudio foi

criada com a ideia de se fazer uma televisão. A intenção era ter um meio de comunicação social importante. Havia uma preocupação política e económica. Os anteriores projetos de comunicação social do PS, com intenção mais política, tinham sido todos um desastre.»¹²

Soares, que no futuro sempre falará deste tema com relutância e indisfarçável desconforto, desmentirá qualquer tipo de envolvimento no projeto, achando mesmo uma «mesquinhez» querer-se abordar o assunto ligando-o a ele: «Desconhece-se uma coisa essencial: é que eu tenho repulsa por esse tipo de coisas. Se me vier um gajo qualquer, por aquela porta ou por outra porta qualquer, falar-me de coisas de dinheiro, eu mando-o logo à merda. É a minha maneira de ser.»¹³ O que dirá repugnar-lhe é o negócio: «Negociantes é uma coisa, políticos outra, e não se pode confundir as duas coisas. Eu deixei de ser advogado e pus o meu cartão na Ordem [dos Advogados] por causa disso. Achei que um advogado defende interesses privados, e não pode estar a defender interesses privados e públicos ao mesmo tempo. Infelizmente, não é o que acontece hoje. Deixei de ser advogado por causa disso. Se eu fizesse negócios, hoje estava riquíssimo como advogado. [Nesse projeto] não negocieie com ninguém – eu não sou homem de negócios, metam isso na cabeça.»¹⁴

E podiam aqueles socialistas, todos tão próximos de Soares, fazer tais coisas nas suas costas? «Faziam onde queriam, mas eu nem tinha conhecimento delas.»¹⁵ Di-los-á ainda alheios à obediência a uma qualquer estratégia de um setor do PS: «Qual estratégia? Estratégia de quatro gajos do PS? Não era o PS. Como é que se mistura o PS com quatro gajos do PS?»¹⁶

Em todo o caso, outros sócios confirmarão a influência de Soares na criação do projeto, a começar pelo próprio filho:

A Emaudio já é interferência do meu pai e do Almeida Santos. O Victor Cunha Rego também teve aí um papel. O meu pai foi eleito Presidente, o Cavaco era primeiro-ministro, foi quando se começou a falar das televisões privadas, e o Victor Cunha Rego [que desde a AD se tornara num *compagnon de route* da

direita] apresentou um projeto com Proença de Carvalho e outros para um canal de TV. É ele que pica o setor socialista para também apresentar um projeto, e eu aceitei que o meu nome estivesse naquilo. Confesso que Almeida Santos funcionava como garantia, e o meu pai também dizia que a ideia era fazerem um canal, fazerem uma coisa na fase do cavaquismo. Obviamente era um projeto político.¹⁷

A memória de Alfredo Barroso convergirá no mesmo sentido: «Soares queria fazer um canal de televisão.»¹⁸ E José Manuel dos Santos explicará: «Soares achava que cada partido ia ter uma televisão e um grupo de *media*, e o PS também.»¹⁹

A Emaudio só viria a ter existência formal a 18 de janeiro de 1987, com o ato da sua constituição celebrado na sede da FRI. O capital inicial era de 5000 contos, e aparentemente a parte realizada nesse momento, 35 por cento, provinha dos excedentes da campanha presidencial de Soares, já que «seriam desde logo depositados por Menano do Amaral na Caixa Geral de Depósitos, de uma conta do MASP que ele movimentava.»²⁰ O maior acionista da empresa era a própria FRI, representada por Mateus: «Sessenta por cento [do capital da Emaudio] ficariam em meu nome, enquanto presidente da FRI e na qualidade de fiel depositário dos interesses do projeto político de Mário Soares, a ser desenvolvido por aquela fundação.»²¹

Recusando envolver-se em mais considerações sobre o empreendimento, Soares desmentirá a participação da fundação: «Não participava coisa nenhuma. Não pronuncio uma palavra sobre isso, uma.»²² Mas Bernardino Gomes confirmará a informação dada por Mateus, embora com lapso nos números: «A Emaudio pertencia em 50 por cento à FRI. Quando o Soares saiu [da FRI], os 50 por cento que pertenciam à fundação ficaram a ser administrados pelo Rui Mateus, e portanto era ele o dono daquilo, porque tinha a maioria.»²³

Os restantes 40 por cento do capital caberiam, à razão de cinco por cento cada, aos oito sócios individuais, mas não seriam

realizados: «Nunca meti um tostão, também nunca recebi um tostão.»²⁴ Mateus presidiria ao conselho de administração, tendo como vogais Menano do Amaral e João Tito de Moraes. Almeida Santos seria o presidente da mesa da assembleia geral e João Soares seu vogal.

Para fazer vingar o projeto, os responsáveis da Emaudio cedo compreenderam que deviam associar-se a um empresário já com experiência no setor da comunicação social, e segundo Bernardino Gomes não seria possível encontrar essa figura em Portugal, pois a única admissível impunha uma condição inaceitável para o grupo: «A ideia era que só se justificava fazer televisão privada numa aliança com o Francisco Balsemão [que se mantinha como proprietário do *Expresso*]. Houve várias conversas com ele: a única coisa que exigia sempre era ficar com a maioria.»²⁵

Daí a negociação que desde cedo se entabulou com o magnata italiano, que de início se sentiu atraído pelo negócio: «Berlusconi conhecia muito bem a importância de contactos nos centros de poder, e logo ali [no Palácio de Belém] disse estar disposto a associar-se ao grupo “soarista”.»²⁶ O empresário exigiu um pré-estudo de viabilidade, que seria efetuado e entregue à FRI pela multinacional Arthur Andersen a 12 de setembro de 1986. A Medina Carreira seria encomendada a elaboração do primeiro projeto de contrato-promessa da futura Emaudio com Berlusconi, assim como uma proposta de estatutos.

Depois da visita ao Palácio de Belém, foram os homens da Emaudio conhecer as instalações televisivas do empresário em Milão, como testemunhará Bernardino Gomes: «Nós fomos lá, eu com o Rui Mateus e o João Tito de Moraes.»²⁷ O presidente da Emaudio particularizará que foram falar com Berlusconi à sua residência em Arcore, nos arredores da cidade, e que só depois visitaram os estúdios e outros empreendimentos, percebendo então que o italiano, em Portugal, apenas estava interessado em investir em TV, não na imprensa, «problema da maior importância para o embrionário grupo português».²⁸

Mateus recorreu então ao velho amigo Frank Carlucci em busca de alternativa. O antigo embaixador americano em Lisboa sugeriu o nome do empresário de origem australiana Rupert Murdoch (n. 1931), dono da News Corporation, um dos maiores grupos de comunicação social em todo o mundo. Depois de enviar dois executivos seus a Lisboa para sondar o terreno, Murdoch aceitou visitar a capital portuguesa em março de 1987 para procurar desenvolver a associação empresarial antes tentada com Berlusconi.²⁹ O memorando confidencial que levava consigo, preparado pela sua equipa, resumia as perspetivas do negócio:

"A News Corporation tem a oportunidade de investir num número de empresas de comunicação social em Portugal, nas ex-colónias portuguesas de Macau, Angola e Moçambique e no Brasil", estando "um grupo de amigos íntimos e apoiantes do Presidente Soares" disposto a colaborar com Murdoch "através de uma nova companhia (a estabelecer em Portugal) – a *Atlantic Media Investments*. Esta seria uma *joint-venture* entre a News Corporation (ou uma das suas subsidiárias) e o grupo dos apoiantes de Soares sob os auspícios da Fundação de Relações Internacionais (FRI), uma organização sem fins lucrativos próxima do Presidente Mário Soares. Uma nova empresa, chamada Emaudio, está em vias de constituição pelos apoiantes de Soares para através dela fazerem os seus investimentos".³⁰

Além do lucro, o objetivo era: «Garantir o controlo de interesses na comunicação social favoráveis ao Presidente Soares e – assumimos – apoiar a sua reeleição em 1991.»³¹

Murdoch reuniu-se em Belém com Soares e Mateus, e o Presidente ofereceu-lhe depois no palácio um jantar com a presença de figuras portuguesas ligadas à comunicação social, entre as quais Balsemão. No fim, submeteu ao anfitrião um projeto de comunicado acerca do encontro entre ambos, onde, segundo Mateus, Soares substituiu a palavra «encontrou-se» por «recebeu» para referir a audiência concedida, riscou a indicação de que a visita fora feita «a convite do Presidente» e vetou a publicação do último parágrafo: «No final do encontro com o Presidente, o senhor Murdoch

assinou um acordo com o doutor Rui Mateus visando o estabelecimento de uma nova companhia – a “Atlantic Media Participações”. Esta companhia será uma *joint venture* com interesses portugueses para estudar e investir em oportunidades nos *media* em Portugal e nos territórios de língua portuguesa.»³² Ao acompanhar o empresário ao Hotel Ritz, Mateus registou a pergunta que ele lhe fez sobre a formação de Soares, tendo-lhe o outro replicado depois de saber que o Presidente fora advogado: «Nota-se.»³³

Interpôs-se porém, entre Murdoch e os homens do Presidente, um outro magnata internacional dos *media*, Robert Maxwell (1923-1991), nascido na Checoslováquia mas naturalizado britânico, que então se considerava o grande rival do australiano e que invocou as suas ligações ao Partido Trabalhista para, por afinidade política, ficar ele com o negócio português, conforme contará Mateus:

Não seria Murdoch o preferido para associação com o grupo “soarista” mas sim o “incrível senhor Maxwell” [título de um livro biográfico sobre o empresário³⁴], que Mário Soares me apresentaria às 16 horas do dia 20 de abril [de 1987] no Palácio de Belém. O Presidente português tinha em comum com Maxwell a amizade de François Mitterrand! Quando entrei no gabinete do Presidente da República dei com ambos em aмена cavaqueira em francês, a fumar “puros” cubanos. Não pude deixar de notar a enorme diferença entre o evidente bom relacionamento que então encontraria com a relativa frieza do encontro com Murdoch um mês antes. Maxwell e Soares falavam a mesma língua e tinham estilos muito parecidos. O encontro vinha na sequência de uma carta que Maxwell escrevera ao Presidente português, no dia 11 de Março, a propósito da TV de Macau, em que o malogrado magnata britânico considerava a liderança de Soares “um exemplo de força e iluminação”. Mas o que mais tocava o ego presidencial seria a parte em que Maxwell declarava que “os nossos muitos milhões de leitores, dos nossos seis jornais de grande circulação na Grã-Bretanha, necessitam e desejam conhecer mais, da mais alta autoridade, o pensamento e planos do Primeiro Socialista da Europa”.»³⁵

Mateus acrescentará contudo que única razão da visita de Maxwell a Portugal seria, na verdade, o acordo que a Emaudio estava prestes a constituir com o seu «arquiadversário» Murdoch.³⁶

Era a primeira vez que aparecia nesta história uma referência a Macau, traduzindo o interesse do britânico em investir em televisão naquele território. Maxwell regressaria a Lisboa a 17 de setembro para assinar o acordo de *joint venture* com a Emaudio, tendo o sucesso da operação sido celebrado com a oferta pelo Presidente de um almoço no Palácio de Belém, onde participou também o industrial Ilídio Pinho (n. 1938), um destacado apoiante financeiro do MASP, que Soares apresentou ao britânico «como sendo um dos maiores e mais importantes empresários portugueses».³⁷ Testemunhará Alfredo Barroso que a associação não chegou a ser mencionada no almoço, mas que Pinho envolver-se-ia empresarialmente com o visitante: «Estive num almoço com Maxwell em Belém, em que não se discutiu nada, falou-se de tudo e mais alguma coisa menos da Emaudio. Maxwell faz um negócio *a latere* com Ilídio Pinho.»³⁸

Afinal, o negócio do industrial tinha algo que ver com o projeto Emaudio, como Mateus descobriria surpreendido no mês seguinte:

No dia 27 de outubro, Maxwell enviaria o seu avião a Lisboa para transportar Ilídio Pinho a Londres, onde se faria acompanhar do deputado do PSD Ângelo Correia [n. 1945]. Para meu espanto, viria a ter conhecimento de que neste encontro fora assinado um acordo secreto que abrangia a comunicação social, sem que a Emaudio tivesse sido consultada, o que representava uma clara transgressão do acordo assinado antes com a Emaudio [...]. Quando tentei insurgir-me contra aquele “ato”, Maxwell, que sabia perfeitamente quem mandava na Emaudio, dir-me-ia para tratar esse assunto com o “teu Presidente”. O que faria, sendo informado de que o segundo passo desta estratégia seria a assinatura de um novo acordo entre o empresário Ilídio Pinho e a própria Emaudio.³⁹

Assim terá acontecido, e, ainda de acordo com o presidente da Emaudio, os tempos seguintes seriam de abundância:

O projeto Emaudio nunca teria dificuldades durante 1987 e 1988. Muito pelo contrário, o mais difícil, então, seria escolher entre os que se queriam associar ao projeto lançado e apadrinhado por Mário Soares. [...] Com muitas dezenas de milhar de contos “oferecidos” por Maxwell [...], com consideráveis verbas oriundas do “ex-MASP” e uma importante contribuição de uma empresa próxima de Almeida Santos, houve o suficiente para aumentar o capital da empresa de cinco para cem mil contos. [...] Com Robert Maxwell foi constituída em partes iguais a Emaudio Internacional, a qual, com a entrada das verbas acordadas em Oxford em julho de 1987, deveria controlar todos os projetos de comunicação social, incluindo uma empresa de impressão e artes gráficas.⁴⁰

Estrénuo defensor da «ética republicana», Soares seria confrontado a contragosto com o dossiê Emaudio, em que as aparências levam a supor que terá usado a sua influência presidencial com o objetivo de encontrar um parceiro internacional para um grupo de amigos aos quais estava associado até pouco antes, e cuja atividade ainda inspirava ou supervisionava. Defenderia porém nada ter cometido de errado ao convidar Berlusconi, Maxwell e Murdoch para o Palácio de Belém: «Vieram, sucessivamente, com meses de distância, com o objetivo de sondar a possibilidade de fazer investimentos na área da comunicação social e, em especial, do audiovisual. Como era meu dever, recebi-os, sucessivamente, [...] ofereci-lhes refeições – é certo – para as quais convidei toda a espécie de gente que poderia interessar-se pelo assunto [...], passando por alguns que viriam depois a constituir o projeto Emaudio. Sempre procedi como Presidente da República com total isenção e desinteresse. [...] Não “animei”, não “distribuí” – que tinha eu para distribuir? – e também não “apadrinhei”».⁴¹

Mas punha-se em primeiro lugar a questão dos próprios convidados aos potenciais sócios estrangeiros da Emaudio, que Bernardino Gomes tentará explicar: «Eles foram convidados pela FRI para virem a Portugal, e o Presidente deu-lhes um almoço, o que era uma coisa natural – eram figuras internacionais. Não é ele que convida,

quer dizer, é claro que é ele que convida: do ponto de vista formal não é ele que convida, mas do ponto de vista real era ele que convidava, porque ele era presidente da FRI – deixou de o ser quando foi para Belém, mas evidentemente que a fundação servia também para certos objetivos.»⁴²

O então chefe da Casa Civil de Belém verá numa perspectiva mais crítica a atitude de Soares: «Ele quer aquele pessoal [os empresários estrangeiros] porque quer lançar um canal de televisão e julga que é fácil fazê-lo. Não tinha de se meter nisso, e essa é uma das críticas que se lhe podem fazer. Beneficiou do seu prestígio pessoal e presidencial para pôr aquela gente [da Emaudio] em contacto com os manda-chuvas do capital financeiro ligados à comunicação social.»⁴³

Iniciou-se a formação de um grupo de comunicação social com o lançamento em 1989 de uma revista semanal de atualidades, intitulada *Face*, e a constituição de uma estação radiofónica, Terceiro Canal, tendo como responsáveis os apresentadores e produtores Carlos Cruz (n. 1942) e José Fialho Gouveia (1935-2004), a qual estava sediada no Campo dos Mártires da Pátria, na capital, e emitiria um canal chamado Antena de Lisboa. Estavam ainda em curso outros projetos em novas tecnologias da comunicação e estudos para a constituição de um canal televisivo com distribuição via satélite, que envolveriam Rogério Martins (1928-2017), antigo secretário de Estado da Indústria do governo de Marcello Caetano, Manuel José Homem de Melo e José Nuno Martins, «todos próximos da campanha presidencial de Mário Soares, tendo Homem de Melo dirigido o jornal de campanha do MASP, *Belém*.»⁴⁴

Seria necessário também assegurar o controlo da CEIG: «A cooperativa fundada e com sede no Dafundo era predominantemente “soarista”, mas tinha fundadores próximos de Vítor Constâncio e do “ex-Secretariado”. Era imperativo não deixar que ela resvasse para esse campo, e Almeida Santos seria encarregado de alterar os seus estatutos de forma a permitir esvaziar a “cooperativa” socialista e, com o seu património, constituir uma sociedade anónima.

O que viria a acontecer com o entusiástico apoio da esmagadora maioria dos seus fundadores.»⁴⁵

Mas já então a Emaudio Internacional tentara conquistar a Telledifusão de Macau (TDM), a empresa pública de rádio e televisão daquele território, a qual estaria em vias de privatização e seria a verdadeira razão para o interesse de Maxwell em investir no grupo dos amigos do Presidente português. Apesar da sua diminuta dimensão, Macau ficava a pouca distância de Hong-Kong, próspera metrópole de milhões de pessoas onde as estações de televisão locais estavam proibidas de emitir publicidade a tabaco, produzir programas de apostas e de jogos de azar (a especialidade macaense) e difundir cenas de erotismo. Tudo isso Maxwell contava difundir a partir do enclave sob administração portuguesa, contando não só com o mercado da colónia britânica como com a crescente população das «zonas de desenvolvimento especial» da China então em acelerado crescimento junto a Macau e Hong-Kong. O próprio empresário desvendara à revista francesa *Le Point*, em outubro de 1987, que os seus planos de aquisição da TDM lhe permitiriam «contactar 160 milhões de espectadores chineses e oito milhões em Hong-Kong: um mercado publicitário e comercial fabuloso.»⁴⁶

A questão era como garantir a aquisição da TDM, já que a sua privatização implicaria a abertura de um concurso público. E nesse aspeto suscitar-se-iam de novo questões de transparência na atuação do Palácio de Belém.

Logo após a sua eleição em 1986, o Presidente da República começara por nomear um novo governador de Macau, o primeiro civil a exercer o cargo em toda a história do território: o médico Joaquim Pinto Machado (1930-2011), oriundo da área do PSD, antigo deputado da «ala liberal», e que fora mandatário da candidatura de Soares no distrito do Porto. A escolha apenas tivera lugar após uma sondagem a outras distintas figuras do MASP, como Carlos Monjardino: «Soares mandou uma pessoa falar comigo para saber se eu estaria interessado em ser governador de Macau. Ele antes tinha perguntado a Fraústo [da Silva], que disse que não. Depois

fui eu sondado. Eu disse que ia pensar e perguntar à minha mulher, mas a seguir falou-se de um perfil de pessoa mais velha, ficando eu como n.º 2 da administração e substituto do governador.»⁴⁷

Pinto Machado levou para a administração de Macau, como secretário-adjunto para os Assuntos Sociais, um homem da sua confiança, Nuno Delerue (n. 1960), mandatário nacional para a Juventude na campanha soarista, mas em contrapartida aceitou a indicação de Soares para incluir Monjardino como segunda figura do seu elenco, na qualidade de secretário-adjunto para a Economia, Finanças e Turismo, assim como outro peso-pesado da candidatura de 1986: António Vitorino, como secretário-adjunto da Administração e Justiça.⁴⁸ Confirmará Monjardino: «Foi Mário Soares que me nomeou, mais ao Vitorino.»⁴⁹

Cinco semanas após a chegada da nova administração ao território já se notavam clivagens entre, por um lado, Pinto Machado e Delerue e, por outro, Monjardino e Vitorino.⁵⁰ Dado o processo da sua escolha e a sua proximidade ao Presidente, os segundos deliberavam com plena autonomia, à margem do diálogo com o governador: Monjardino, por exemplo, iniciou, em articulação direta com Belém, negociações com Stanley Ho (1921-2020), o magnata dos casinos de Macau, para a constituição da futura Fundação Oriente, tendo como fundo financeiro uma percentagem das receitas do jogo no território.⁵¹

O secretário para a Economia, que cedo se tornou no homem forte de Macau, entendia, aliás, particularmente proveitosos os contactos imediatos com Soares para resolver algumas questões do seu pelouro, como quando negociou os acordos de exportação têxtil fundamentais para a indústria do enclave:

Ao fim de 15 dias em Macau despacham-me para Bruxelas para a negociação do acordo multifibras com a CEE. Nós éramos sempre acusados de fazer o *transshipment* [exportando confeções oriundas da China mas com a indicação de serem produzidas em Macau]. A capacidade instalada em Macau, segundo o levantamento então efetuado, era de 10 por cento do que se exportava.

Cheguei a Bruxelas e toda a gente estava de baterias assestadas sobre mim. Pretextei doença, devido ao *jet lag*, e consegui um adiamento de 24 horas. Pego no telefone e ligo a Mário Soares que, diz-me a sua secretária, a Osita [Eleutério (n. 1950)], estava em Paris, a almoçar com o presidente Mitterrand. “É mesmo o que eu quero.” A França é que estava a fazer a maior guerra a Macau. Ela passou-me o contacto e liguei. Ele atendeu um pouco maldisposto: “Estou a almoçar com o Mitterrand.” “Mas é precisamente por causa disso. Têm de me dar algum tempo. Aquilo são coisas do passado.” “Promete?” “Sim, o possível para pôr as coisas como querem, mas dêem-nos um pouco de tempo.” Eu tinha apresentado um pedido de quotas [de exportação], e no dia seguinte, para grande espanto meu, passou. Aquilo aterrorizava qualquer pessoa. Disse-lhes: “Vocês não têm culpa nenhuma, mas eu estou há três semanas no cargo, deixem-nos arrumar a casa.” Eu ia a sair a correr e encontro o meu homólogo de Hong-Kong [com o mesmo problema], que me diz: “Foi rápido, não deve ter corrido bem.” “Sim, e por ter corrido bem a mim deve ir correr mal a si.” O que foi verdade. A seguir houve o mesmo nos EUA – quotas. O Departamento do Comércio [norte-americano] não era de brincadeira: havia uma sujeita zangadíssima connosco por causa dos bordados e do seu *transhipment*. Mas enquanto fossem apenas bordados eu estava satisfeito. Só que ela começa a exaltar-se e eu faço a mesma fita: intervalo para consultas. Resolvo pedir uma conversa com Frank Carlucci e peço a Mário Soares que me arranje uma audiência com ele. Recebe-me, muito simpático: estivemos uma hora a falar de Portugal, de como estavam as coisas. E ele no fim: “Sei que veio cá por causa do problema do Departamento do Comércio.” “Estou aflito”, disse-lhe eu. “Não esteja.” No dia seguinte a senhora, apesar de apoplética, deixou as quotas como estavam.⁵²

Não obstante, a cisão latente na administração de Macau haveria de manifestar-se, à luz do dia, meses mais tarde, em abril de 1987, após Delerue escrever um texto para a imprensa local que desagradou a Soares: «Numa jogada política provocatória, resolveu publicar num jornal de Macau um artigo onde me punha

diretamente em causa.»⁵³ O Presidente resolveu por isso demitir o secretário para os Assuntos Sociais sem ouvir Pinto Machado, quando essa era uma competência do governador. A seguir, ante- vendo a reação deste, comunicou-lhe que rejeitava o seu pedido de demissão, que não lhe havia sido colocado.⁵⁴ Mas, ato contínuo, o governador, sentindo-se ultrapassado, resignou mesmo, e de forma irrevogável.

Semanas antes, Cavaco Silva havia visitado Macau, depois de assinar em Pequim o acordo de transição para a China da soberania sobre o território (marcada para fins de 1999, dois anos depois de Hong-Kong), e já se dera conta do mau ambiente instalado ao nível da administração: «Falei com o governador Pinto Machado, achei-o profundamente desiludido, sem força anímica para reagir, cansado não só das intrigas do território mas acima de tudo das interferências de Lisboa, oriundas do Palácio de Belém. [...] Pareceu-me um homem amargurado pela grande desilusão que algumas pessoas lhe tinham causado.» Acrescentará o chefe do governo que a demissão de Pinto Machado encaixaria afinal nos desígnios do Presidente: «Mário Soares tinha concluído, há já algum tempo, que se tinha enganado com a escolha de Pinto Machado para governador e deve ter ficado satisfeito quando conseguiu que ele pedisse a demissão.»⁵⁵

Tratava-se de uma primeira mancha na única área governativa sob alçada direta do Presidente, e onde se apreciava acima de tudo a estabilidade. Lamentará, aliás, Soares sobre Pinto Machado: «Esteve em funções pouco tempo, o que foi desagradável e não terá contribuído – reconheço – para uma boa imagem da nossa administração do território.»⁵⁶ Mas ignorará o contributo que para isso deram os homens da sua confiança no local, como revelou Monjardino: «Pinto Machado demite-se porque Mário Soares demite Delerue, por influência nossa, sem avisar o governador. Não se podia permitir que ele [Delerue] continuasse a fazer asneiras. Eu e o Vitorino já pegávamos em coisas que não eram dos nossos pelouros.»⁵⁷

Monjardino ficou a assegurar o cargo de governador a título interino, enquanto em Lisboa Soares fazia consultas para a escolha do sucessor de Pinto Machado, desde logo se falando do nome do secretário da Economia como uma das hipóteses mais prováveis. Mas a imprensa cedo anunciou que as preferências do Presidente iam para um homem da Emaudio, Carlos Melancia, apesar de os interesses económicos de Macau, contactados *in loco* por Gomes Mota, enviado por Soares para o efeito, preferirem Monjardino.⁵⁸ A atitude deste será sempre de distanciamento em relação à corrida: «Mário Soares chamou-me ao Vau para saber o que pensava da nomeação do novo governador. Eu, que já sabia dos zunzuns acerca do Melancia, disse-lhe que não estava interessado em ficar.»⁵⁹ Cavaco Silva escreverá por sua vez que, devido a um anterior desaguisado com Soares acerca do território, preferia não se pronunciar sequer:

Quando o Presidente da República me falou dos problemas que, em sua opinião, teriam levado ao pedido de demissão de Pinto Machado, aproveitei para lhe dizer que talvez fosse conveniente que o governo fosse um pouco mais informado sobre o que se passava em Macau, dada a sua incidência nas relações com a China. Mário Soares não gostou da minha observação, considerando-a uma descortesia para com ele, o que me deixou surpreso. Quando um mês depois me comunicou que o novo governador seria Carlos Melancia, apesar das pressões que tinham sido feitas por Stanley Ho e outros para que ele nomeasse Carlos Monjardino, não fiz qualquer comentário.⁶⁰

O primeiro-ministro entendia que a China «tinha dificuldade em perceber que o governo português, que com ela negociava a questão de Macau, não tivesse uma palavra a dizer sobre a administração do território», mas preferia não se imiscuir: «A visão estratégica para Macau defendida pelo Presidente não suscitava, em geral, objeções por parte do governo. Contudo, sobre a administração do território, [...] era muito pouca a informação que chegava ao governo [...]. Macau era visto, já no tempo de Ramalho Eanes,

como um domínio privado, uma espécie de “coutada” do Presidente da República e dos seus amigos, e não me parecia que a situação fosse mudar com a chegada de Mário Soares à Presidência. Decidi respeitar integralmente esta zona de domínio presidencial.»⁶¹

Mateus defenderá que, com a nomeação de Melancia, Soares visava mais fundo – retomar aos elementos do ex-Secretariado o controlo do partido que fundara: «A Emaudio fazia parte da sua estratégia para 1990, que passava pela conquista a prazo do PS. Faltava preparar um candidato a secretário-geral do PS para ser lançado no momento certo.» Não havendo mais ninguém com o perfil idealizado pelo ex-líder, Melancia seria a opção, depois de passar por Macau: «Era um “soarista” incondicional, e Soares tinha excelentes razões para lhe estar agradecido. Só lhe faltaria a dimensão de Estado que iria certamente adquirir como governador de Macau. [...] Tudo estava “cl clinicamente” estudado. A Emaudio seria em todo este processo um aliado indispensável não só na comunicação social mas, também, lado a lado com o governador de Macau, na criação de oportunidades de trabalho e lançamento de “benesses” a dirigentes socialistas. O governador de Macau, aliás, não perderia tempo e convidaria para Macau inúmeros socialistas de áreas próximas do “ex-Secretariado”, que interessava “conquistar”.»⁶² Soares terá falado desta estratégia em «frequentes reuniões» com Mateus e Menano.⁶³

Foi só após o desembarque do novo governador no território que Maxwell anunciou o seu interesse pela televisão local. «Maxwell quer a TDM», confirmará Alfredo Barroso, «mas Mário Soares não acompanha isso.»⁶⁴ Rui Mateus, por seu lado, apesar da sua posição na Emaudio, dir-se-á surpreendido pela apetência do empresário britânico: «Quando se sabe do caso da televisão de Macau, eu não sabia do interesse de Maxwell pela TDM. Ele estava convencido de que a TDM podia ser uma coisa à parte do projeto de comunicação social em Portugal. Tinha lá os homens dele para a TDM e o seu projeto. Com Berlusconi e Murdoch nunca falámos em Macau. A ideia da Emaudio era a privatização dos jornais e a

TV em Portugal. Maxwell é que suscita a importância de Macau.»⁶⁵ Mas Monjardino dirá que no seu tempo os homens da Emaudio já haviam procurado oportunidades de negócio no território: «Não deixei Menano do Amaral e Rui Mateus meterem-se em Macau. Era tudo desconchavado.»⁶⁶

De qualquer modo, um dos primeiros atos do governador Melancia será o cancelamento de um concurso internacional, lançado pela anterior administração, para a subconcessão de um canal da TDM em língua chinesa (aquele que podia interessar a Maxwell)⁶⁷ e a diretiva para a transformação do estatuto da rádio e televisão de Macau de empresa pública em sociedade anónima, «no sentido de [lhe] injetar capital privado [...] e de levar a sua situação deficitária a tornar-se lucrativa», transmitindo instruções para «ser financeiramente sobrecarregada a empresa pública e aliviada a nova sociedade».⁶⁸ Será difícil desligar destes factos outros que lhes sucederam: «Pouco depois Maxwell visita o território, sendo recebido e convidado para jantar por Melancia. Logo a seguir, ressurgue em Lisboa para, acompanhado de Rui Mateus, conferenciar com o Presidente da República, em Belém (sendo também recebido a sós por Cavaco Silva).»⁶⁹ Ao mesmo tempo, em Macau, o governador, «sem abertura de concurso público nem, aparentemente, consulta a qualquer outro eventual candidato ao negócio»⁷⁰, procurava fazer entrar como acionista da TDM a Emaudio, «prevendo-se que esta ficasse com uma participação de 49 por cento no capital».⁷¹

Capítulo 34

O fax

Aquilo que parecia uma árvore das patacas, no sentido literal e figurado (e que Soares não podia deixar de conhecer, se não mesmo estimular ou pelo menos permitir), revelar-se-ia contudo uma decepção quando no início de 1988, segundo a narrativa de Mateus, Maxwell, que, «apesar do seu estilo, não era parvo», percebeu durante uma visita a Hong-Kong e Macau que havia dificuldades quicá insuperáveis do ponto de vista político, técnico e comercial, quanto ao canal que ambicionava criar no território sob administração portuguesa, o que punha em causa a viabilidade do projeto.¹ Em nova passagem por Lisboa, em fevereiro de 1988, o britânico falou da sua «decisão de não participação no projeto de privatização da TDM», mas Soares, «que receberia Maxwell de novo», pedir-lhe-ia que não manifestasse publicamente o seu desinteresse, depois de Melancia ter comunicado que tal posição desvalorizaria a venda do capital da empresa.²

Enquanto tudo se confinasse aos bastidores não haveria grande drama, a não ser a perda do que aparentava ser um investimento de excelente retorno. Mas o problema surgiu quando, semanas depois, em abril, foram detidos em Macau dois administradores da TDM por suspeita de irregularidades de gestão, permitindo conhecer os detalhes da operação que Melancia procurara levar a cabo a favor da empresa de que, com outros soaristas, era fundador e sócio. As notícias então publicadas pelo *Expresso* sobre o assunto,

expondo as ligações do quadrado governador-Emaudio-Maxwell-Belém, seriam entendidas por Mateus como uma «violenta campanha contra a Emaudio» levada a cabo por este semanário, que alegava «tráfico de influências» na privatização da TDM.³

A questão logo se adensou quando o secretário-adjunto da Administração e Justiça de Macau, José António Barreiros, depois de afastar do cargo o diretor do Gabinete de Assuntos de Justiça, o socialista Alberto Costa (n. 1947, futuro ministro da Administração Interna e ministro da Justiça em governos do PS), acusando-o de interferências no processo judicial relativo à TDM, pôs o lugar à disposição do governador, alegando, na carta que lhe dirigiu: «Perfilou-se um grupo de pressão cuja atuação foi encorajada pela completa passividade relativamente àquilo que foram os seus intoleráveis métodos de atuação. [...] Desde figuras do estado-maior do Partido Socialista ao assessor diplomático de V. Ex.^a e a um consultor de Sua Ex.^a o Presidente da República [...], tudo se conjurou para que eu me encontrasse na incómoda posição de ter de progredir milímetro a milímetro junto de V. Ex.^a, tendo de prestar constantes explicações e sistemáticas justificações quanto a atos e decisões sobre os quais deveria ter, como a outros colegas vi conceder, uma total liberdade de ação.»⁴ Melancia não se sensibilizou pela reclamação e pediu para Belém a exoneração de Barreiros, a que o Presidente logo anuiu.

O assunto ameaçava projetar uma sombra sobre o primeiro mandato de Soares, até então imaculado. Mas longe da opinião pública insistia-se agora em associar a Emaudio a outros projetos de Macau, embora já à margem de Mateus, o qual relatará ter sido surpreendido com a entrada em cena de Stanley Ho e de uma empresa próxima do magnata do jogo, a Interfina, com forte presença no território: «Almeida Santos [...] convocaria [...] os acionistas para uma reunião no mês de julho [de 1988], destinada a aumentar o capital da Emaudio de 100 mil para dois milhões de contos com a entrada da Interfina. Em 16 de maio, Menano do Amaral deslocar-se-ia a Hong-Kong para um encontro com Stanley Ho,

que o informaria então pretender concretizar a sua entrada no capital da Emaudio através da Interfina.»⁵

Nenhum passo podia contudo ser dado sem o consentimento de Mateus, já que possuía à sua guarda o controlo da maioria da Emaudio através da FRI: «Um milhão e novecentos mil contos por 30 por cento das ações da Emaudio [...] era o que se chama, de facto, um negócio da China! Além disso, chegaria ao meu conhecimento o rascunho de um “memorando” no qual se previa (ou pelo menos se discutia à minha revelia) a participação da Emaudio, junto com a Interfina e com Stanley Ho, no colossal projeto de alargamento e desenvolvimento urbanístico da baía da Praia Grande [em Macau]. Era fácil perceber, neste contexto, por que é que as 60 mil ações da FRI, que estavam na minha mão, eram tão desejadas.»⁶ O aterro e ocupação imobiliária da baía da Praia Grande (*Nam Van* para os chineses) era o maior empreendimento privado de construção civil então previsto para um território em acelerada expansão económica: «[A Emaudio] posteriormente associava-se ao projeto Nam Van, onde estariam previstos lucros de alguns milhões de contos.»⁷

Preparava-se em paralelo um outro grande projeto público de construção, o aeroporto de Macau, e Mateus escreverá que também a Emaudio acabaria nele envolvida por intervenção externa:

Pouco depois da tomada de posse de Carlos Melancia, eu receberia instruções da secretária da Presidência da República, Osita Eleutério, para receber o “camarada” [...] António Strecht Monteiro [n. 1944], [que] era filho de um militante do PS amigo de Mário Soares que tinha sido deputado à Assembleia Constituinte [Alcides Strecht Monteiro (1910-1977)], e tinha entrado em contacto com o Presidente da República na qualidade de representante de uma empresa pública alemã, a companhia do “aeroporto de Frankfurt”, que há anos vinha fazendo estudos e projeções para o governo de Macau. [...] A administração da companhia do “aeroporto de Frankfurt”, aparentemente designada pelo governo do estado alemão de Hessen, era predominantemente ligada ao SPD. [...] Por detrás

do contacto de Monteiro estava o SPD, e aparentemente Mário Soares parecia ver com bons olhos a continuação daquela empresa no território. Assim, um dos administradores da empresa alemã, de nome Mucke, viria a Lisboa acompanhado de Strecht Monteiro para confirmar o seu interesse em continuar associado ao projeto do aeroporto de Macau, disponibilizando-se desde logo para dar uma contribuição ao PS, à FRI ou a quem o Presidente da República determinasse.⁸

Tendo o SPD perdido para o CDU as eleições estaduais no Hesse em 1988, o aeroporto de Frankfurt desapareceu do radar de Strecht Monteiro, que no entanto apareceria junto da Emaudio a representar uma nova empresa alemã – a Weidleplan, dedicada a estudos e consultoria – interessada no projeto de Macau:

Peter Beier [n. 1944, seu diretor-geral] informar-nos-ia de que a sua empresa tivera relações com o anterior regime [português] e que gostariam de regressar a Portugal. Strecht Monteiro tê-los-ia encorajado a vir a Lisboa falar connosco, dadas as grandes oportunidades que se abriam em Macau. Pediam-nos apenas que lhes abríssemos portas, dado o receio de poderem vir a ser conotados com a gente do anterior regime. [...] Como era habitual nestas situações, o alemão Peter Beier prometeria um donativo político de 50 mil contos à organização que lhe indicássemos. E, uma vez mais, como sempre acontecera, informámos Mário Soares, os sócios da Emaudio e, à semelhança do que se passara com o “aeroporto de Frankfurt”, Carlos Melancia, todos concordando com a proposta desde que a Weidleplan estivesse disposta a submeter-se às regras e aos eventuais concursos. E, como sempre acontecera com este tipo de contribuições, não haveria contratos a assinar nem trabalhos de fundo a efetuar.⁹

Assim terá acontecido – garantirá Rui Mateus: «Recebemos instruções de Mário Soares para receber Strecht e o dinheiro relativo ao aeroporto de Macau. Não estávamos autorizados a receber dinheiro sem ser por ordens de Soares. A Emaudio funcionava com dinheiros da sua campanha e os que ele e Almeida Santos arranjavam.»¹⁰

A atmosfera alterar-se-ia, contudo, num «almoço de trabalho» com os acionistas da Emaudio que – sempre de acordo com o relato de Mateus – Soares terá convocado para a sua casa de Nafarros em inícios de 1989:

Pouco tempo antes, tinham sido recebidos os 50 mil contos da Weidleplan e outras contribuições por intermédio de Almeida Santos, e seria dada luz verde ao pagamento dos 30 mil contos pedidos por Melancia [para a sua saída da Emaudio, julgada não consentânea com o exercício do cargo de governador], segundo as disponibilidades do grupo. Mário Soares acusaria então a administração da Emaudio de estar a ser alvo de muitas críticas e de, após o caso TDM, estar ele próprio em declínio de popularidade. Depois diria querer alterar o projeto, exigindo que eu lhe entregasse as 60 mil ações da FRI e das quais, por sua própria sugestão, eu era fiel depositário, enquanto presidente daquele instituto.¹¹

Sentindo o terreno fugir-lhe debaixo dos pés, Mateus resistiu: «Eu recusaria a entrega das ações de Mário Soares enquanto não fosse devidamente esclarecido das alterações a efetuar no projeto Emaudio e da maneira como essas alterações me iriam afetar.»¹² E não se trataria apenas da transferência das ações: «Soares queria transferir tudo para uma outra fundação que estaria em formação. Eu recuso-me, exigindo uma clarificação e o conhecimento do plano. “Estás a desafiar-me?”, diz ele. “Não, mas queria conhecer o projeto.” “Então esta reunião está terminada.” Saímos a meio do almoço, eu e o Menano. Não estavam presentes nem o João Soares nem o Melancia. Os outros quatro ficaram.»¹³

Estava cavado um claro fosso na Emaudio, que Mateus dirá ter levado a ações expeditas: «No dia 21 de janeiro [de 1989], Almeida Santos reunia comigo e com Menano do Amaral [...] e dar-me-ia o “conselho de amigo” de evitar uma confrontação com Mário Soares sobre esta matéria. O “braço-de-ferro” ser-me-ia prejudicial, disse-me!»¹⁴ O ainda presidente da empresa particularizará:

Almeida Santos foi à Emaudio dizer-me que era melhor eu fazer o que Soares dizia. O Tito deixa de ir às nossas instalações

– ele e Melancia é que canalizavam fundos para a Emaudio. Cortam o financiamento. Tito demite-se de administrador da Emaudio, ficando na CEIG. Começam a cair em cima de nós as responsabilidades económicas do grupo. Mário Soares diz: “Agora nem mais um tostão, eles vão ver como é.” A juntar a isto, aparece o Strecht a pedir a devolução do dinheiro pago pela Weidleplan. Soares terá dito a Melancia: “Àqueles dois, não dás nada.” E o aeroporto de Macau foi para outras mãos. E eu digo ao Strecht: “Peçam ao Mário Soares e ao Melancia. Não foram eles que te pediram o dinheiro? Vai ter com eles.”¹⁵

Em fevereiro, de regresso da sua viagem ao Japão, Soares visitava pela primeira vez o território de Macau, acerca do qual prevenia: «Nada seria pior para Portugal do que os últimos anos da nossa administração serem perturbados por questões entre portugueses, ao redor de interesses materiais sem dimensão nacional.»¹⁶

Tendo perdido a confiança em Mateus e Menano do Amaral (atitude a que poderia não ter sido estranha a mediatização do caso TDM), o Presidente – na perspetiva do primeiro – estaria já a pensar na criação de uma fundação alternativa à FRI, que, devido à intransigência de ambos, optava por asfixiar, juntamente com a Emaudio: «A FRI, que fora nos últimos anos o refúgio político de Mário Soares, passaria a ser dispensável com a criação da Fundação Mário Soares [FMS], então já na forja entre os seus novos colaboradores. O que então parecia indispensável era a maioria das ações da Emaudio e o património da CEIG.»¹⁷ Mateus dir-se-á convencido de que o ex-líder socialista «quisera alterar o projeto Emaudio de forma a transferir as ações da FRI para um novo projeto associado à sua Fundação Mário Soares e, assim, aproveitar a entrada da Interfina na Emaudio para, posteriormente, com a transferência das ações, fortalecer a sua própria fundação.»¹⁸

Maxwell, que só perdeu dinheiro com a operação portuguesa, suspenderia os financiamentos que ainda mantinha à Emaudio, e Mateus veria esvaziada a estrutura em que tomava assento: «A partir do momento em que Mário Soares lançara as bases da nova Fundação Mário Soares e exigira o meu afastamento do projeto

Emaudio, em 1989, a FRI deixaria de poder contar com financiamentos oriundos da Emaudio, que esta empresa, aliás, também acabaria por não mais conseguir. Eram financiamentos políticos das mais variadas naturezas e proveniências que mantinham quer a Emaudio, quer a FRI ou a CEIG com vida. Que tinham igualmente mantido o MASP e que, enquanto Mário Soares fora secretário-geral, também o PS.»¹⁹

Os acertos da transferência de valores encontravam-se contudo ainda por fazer, segundo prosseguirá Mateus:

Estava declarada a guerra total! [A 21 de julho] Menano do Amaral e eu reuniríamos com Mário Soares, às 9 horas da manhã, na sua casa do Campo Grande. Exigimos uma reunião com todos os sócios da Emaudio a fim de se decidir a liquidação e acertar as contas. Nunca teria lugar! [...] No dia 2 de agosto comunicaríamos a Mário Soares, em almoço de trabalho no Palácio de Belém, a que assistira também Almeida Santos, a nossa decisão de entregar o património da Emaudio ao PS e pedindo uma nova reunião conjunta para acerto de contas, que incluía obviamente o pagamento de todas as dívidas pendentes [...]. Mário Soares nomearia então Almeida Santos e o seu filho para proporem uma solução e mediar o conflito, acabando João Soares por desistir. Menano e eu reuniríamos então com Jorge Sampaio na sua residência ao Parque Eduardo VII, estando Nuno Brederode [Santos (1944-2017), advogado, companheiro de Sampaio no GIS, dirigente socialista] também presente nas duas reuniões [o então secretário-geral socialista confirmará um encontro a quatro²⁰]. A posição da Emaudio na Imprinter [CEIG] viria assim a ser entregue por *um escudo* ao PS [...]. Quanto ao acerto de contas, nunca teria lugar.²¹

Por sugestão de Mateus, Strecht Monteiro levou os homens da Weidleplan a enviarem por *telefax* a Melancia uma carta exigindo a devolução dos 50 mil contos antes doados à Emaudio, invocando um alegado incumprimento na celebração de um contrato relativo ao aeroporto de Macau. Na ausência de reação do governador, e continuando pressionado pelos alemães, Mateus, «num ato

desesperado»²², resolveu então, em fevereiro de 1990, fazer o impensável: entregar uma cópia do fax ao semanário *O Independente*, para divulgação pública²³.

Impressa com foros de escândalo, a notícia do que parecia um ato de suborno implicaria a abertura de uma investigação do Ministério Público (MP) a Melancia, logo alargada a outros implicados: Strecht Monteiro, os administradores de Emaudio – Rui Mateus, Menano do Amaral e João Tito de Moraes – e ainda os responsáveis da Weidleplan.

Retomavam-se nomes e circunstâncias do caso TDM, e por isso as atenções viraram-se logo também para Soares. Saberia o Presidente do que se passara? Tivera ele conhecimento da existência do «fax de Macau» antes da sua divulgação na imprensa? Tratou logo de o desmentir: «Tudo o que conheço da matéria foi o que li nos jornais.»²⁴ Uma versão que manterá mais tarde: «Não sei nada, não me lembro disso.»²⁵

Em sentido contrário, Rui Mateus apresentará uma explicação mais detalhada sobre a circulação confidencial do fax: «[Almeida Santos] disse-me que Strecht Monteiro [...] lhe tinha entregado uma cópia em mão e que dela dera imediatamente conta “ao Mário.” [...] Mário Soares estava tão furioso com o fax que pretendia cortar relações comigo. [...] O objetivo da Weidleplan com o envio daquele fax não passava de uma forma grosseira de pressionar Soares e Melancia, uma vez que a Weidleplan mostraria surpresa pela minha determinação em devolver o dinheiro que eles inicialmente tinham doado incondicionalmente. O silêncio de Belém e de Macau perante tamanho fax só teria paralelo na fúria que aquela missiva produziria contra mim. Não só deixara de ser *persona grata* de Belém e do “soarismo” como passaria a ser o inimigo a abater.»²⁶

Mas, à indicação de que Almeida Santos lhe teria entregado cópia do documento antes da sua divulgação, Soares responderia por essa altura: «Não é exato. Aliás, não vi que ele tivesse feito em parte nenhuma tal afirmação e não acredito que a tivesse feito.»²⁷ O amigo de longa data contradi-lo-á porém, 20 anos depois:

«Mário Soares teve conhecimento prévio do *fax* de Macau. Era uma situação complicada, punha problemas ao PS – ele tinha de ter conhecimento. Mas não tem culpas nisso. Eu sabia que o PS não tinha responsabilidades nisso, e Mário Soares muito menos.»²⁸

Com a suspeita do envolvimento presidencial seria natural que a equipa de investigação judicial, liderada pelo procurador António Rodrigues Maximiano (1946-2008), pretendesse ouvir também o próprio Soares. Segundo o coordenador da investigação por parte da PJ, António Coutinho, a questão foi levantada junto do então procurador-geral da República, Narciso da Cunha Rodrigues (n. 1940). Este, contudo, não autorizou a audição do Presidente da República, recusa que Coutinho dirá ter ficado registada no processo.²⁹ Cunha Rodrigues apresentará no entanto uma versão com outras *nuances*:

Eu não lia os processos, a não ser quando um magistrado [do MP] vinha ter comigo com hesitações, e admito que o doutor Rodrigues Maximiano me tenha posto esse problema. Não estava excluído à partida que não se fizesse entrar o doutor Mário Soares no processo. Mas eu perguntei ao doutor Rodrigues Maximiano: “Há elementos para se ouvir Mário Soares?” “Não, não há”, respondeu-me ele. Se ele me disse que não havia elementos para se ouvir Mário Soares, e não conhecendo eu o processo, naturalmente concordei com ele. Não tenho dúvidas de que se ele tivesse encontrado elementos teria avançado [para essa audição]. Eu só pedi ao doutor Rodrigues Maximiano que trabalhasse com urgência, dado que se aproximava um ato eleitoral [as presidenciais de janeiro de 1991]. A única coisa que fiz relativamente ao processo foi tratar de promover que se contactasse com os alemães com prioridade e urgência.³⁰

Para Coutinho, no entanto, o pedido de urgência formulado pelo procurador-geral poderia ser interpretado como uma pressão para se confinar a investigação de modo a dela ser excluído Soares, invocando-se a perturbação que tal diligência provocaria no escrutínio presidencial.³¹ Cunha Rodrigues adiantará pelo seu lado que, se por hipótese os autos apontassem para o alargamento

da investigação ao Presidente, isso escapava à sua jurisdição: «Não era da minha competência abrir um processo contra o Presidente da República. Só a Assembleia da República podia fazer isso.»³²

O elemento da Judicária revelará ainda que se eliminou o recurso a escutas telefónicas, com receio das complicações decorrentes da interceção das ligações entre Soares e Melancia. Por outro lado, apesar de se terem recolhido pistas que permitiam averiguar eventuais irregularidades nos financiamentos do PS, os investigadores entenderam não desenvolver essa linha de investigação, concentrando-se apenas na questão do *fax*.³³ Sobre essa questão, Cunha Rodrigues lembrará no entanto que era então outro o ordenamento legal: «Não havia na altura uma lei de financiamento dos partidos políticos [aprovada apenas em 2003], matéria que então não era ainda criminalizada, pelo que eu não podia estar a empenhar-me por essa via. Só podia ir pela corrupção.»³⁴

Acerca do decurso do processo, contará Rui Mateus: «Soares a mim disse-me, da única vez que depois falei com ele: “Não posso garantir a tua integridade física. Há interesses que não estão nada satisfeitos com as declarações que andas a fazer.” Referia-se ao inquérito judicial, que ainda não tinha terminado.»³⁵

Apesar de ter querido ao início sustentar Melancia, o Presidente viu-se forçado a desistir dessa intenção, quando se percebeu que o governador ia ser arguido sob a acusação de corrupção passiva, projetando uma indesejável contrariedade sobre a campanha para a reeleição de Soares. A notícia foi-lhe transmitida por Cunha Rodrigues que, desmentindo comentários segundo os quais as audiências então a ele concedidas pelo Presidente tivessem servido para discutir o processo, esclarecerá só ter falado com Soares para o prevenir de que Melancia iria ser formalmente acusado: «Apenas me reuni com o Presidente da República, para falar do tema *fax* do Macau, após a finalização do processo, nunca antes tendo falado com ele sobre isso. Anunciei-lhe que seria pronunciado Carlos Melancia dentro de dois ou três dias, pois compreendi que ele precisava de resolver a situação por causa de se tratar do governador

de Macau e das implicações que isso pudesse ter, nomeadamente nas relações com a China. Ele à minha frente telefonou-lhe e chamou-o a Lisboa. Mário Soares não gostou de ter recebido esta informação.»³⁶

Se era desejo do Presidente afastar o correligionário do cargo, convinha ser o próprio titular a apresentar a resignação. De tal missão foi encarregado Alfredo Barroso, quando Melancia chegou a Lisboa, em setembro de 1990, numa viagem de trabalho:

Eu tenho de ir ao aeroporto convencer Carlos Melancia a demitir-se. Ele começara por dizer que aceitava, sim senhor, que percebia que tinha de se demitir, numa conversa telefónica que teve ainda de Macau com o Presidente, mas logo antes de partir para Lisboa telefonara outra vez para o Presidente a dizer que afinal mudara de estratégia. E é por isso que Mário Soares me diz – já que eu me dava muito bem com o Melancia desde o tempo do governo do Bloco Central e achava que ele era competente (além disso tratávamo-nos por tu): “Tens de ir aeroporto, ele não pode passar daí, não podes sequer deixá-lo dar qualquer conferência de imprensa antes de falares com ele.” O argumento era a insustentabilidade da situação: ninguém compreenderia que o Presidente da República não o demitisse, mas o Presidente queria que fosse ele a tomar a iniciativa de se demitir. E então quando ele chega eu digo-lhe: “Ó Carlos, antes de ires ali à sala VIP (que estava cheia de jornalistas) eu gostava de falar contigo.” Arranjaram-nos uma sala contígua, e quando eu estava a desbobinar os meus argumentos entram dois inspetores da PJ, e o Melancia ficou convencido de que eu tinha combinado com eles, e eu não tinha nada que ver com aquilo. Chega o José Manuel Galvão Teles, que era o advogado dele, eles entregam a notificação e vão-se embora. O Galvão Teles é que me ajuda a convencer o Melancia a demitir-se, mas ele diz: “Eu não vou dizer isso agora aos jornalistas; direi que falarei com eles mais tarde, na Missão de Macau [em Lisboa].” Há um espaço de duas ou três horas, e eu digo a Soares: “Ele de facto, aparentemente, concordou em demitir-se, mas não sei. Como não disse nada na altura e remeteu as declarações para

as sete da tarde (ou algo assim), o melhor é o senhor falar com ele.” Soares não conseguiu contactá-lo. Mas ele demitiu-se.³⁷

Confessará Soares como foi para ele doloroso o afastamento do governador, cuja iniciativa transferiu porém para o próprio Melancia: «Quando foi pronunciado pelo Ministério Público, só então aceitei o seu pedido de demissão. Custou-me muito, [...] depois da campanha *ad hominem* que fizeram contra ele. Não havia, porém, em termos nacionais, outro caminho. [...] Entendeu tomar a iniciativa e demitir-se. Fez bem.»³⁸ E admitirá mais tarde: «Não demiti Melancia, disse-lhe que era útil que ele se demitisse, que é uma coisa diferente: ele é que se demitiu. Ele não queria, porque estava longe e não percebeu a campanha, mas essa coisa de Macau foi uma malandrice total para lixar o gajo, com a intenção de apanhar o dinheiro, disto, daquilo e daqueloutro, porque Melancia fez uma obra bestial. Quem é que fez tudo em Macau, se não o Melancia? Era um homem seriíssimo.»³⁹

Sugerindo ter uma perspectiva algo diferente sobre o caso, Cavaço Silva optava contudo por continuar a não se intrometer, preferindo lavar as mãos do assunto: «Face às situações nebulosas à volta da administração do território a que a comunicação social frequentemente fazia referência, eu senti um certo alívio por não ter responsabilidades diretas nessa área, o que talvez não fosse, reconheço, a atitude mais correta.»⁴⁰

O tema do *fax* de Macau ainda salpicou o Presidente durante a sua campanha de reeleição, quando Basílio Horta insinuou, num frente-a-frente televisivo com Soares, que o oponente seria um «padrinho» (no sentido mafioso do termo). Soares exasperou-se, como sempre que lhe falavam da minúscula península a 11 mil quilómetros de distância, com «o tom intempestivo e francamente desagradável que [Basílio Horta] utilizou [...] – tom perfeitamente dispensável e que levou o comandante Gomes Mota [também diretor nacional do MASP II] a cortar relações com ele»⁴¹:

Mais do que irritar-me, incomodou-me. Há argumentos que em nenhum caso se podem usar contra pessoas pelas quais se

tem respeito. Ora, eu julgava merecer respeito a Basílio Horta, dadas as nossas relações passadas. [...] Não fui capaz de replicar com a mesma moeda. [...] Nessa altura, havia uma campanha nos jornais, muito virulenta, que começou no *Expresso* e passou em seguida para *O Independente*, a propósito do chamado caso de Macau, procurando, sem o dizerem explicitamente, atingir-me. Mas também sem avançarem com qualquer indício sequer de prova. O que não os impediu de aludirem, inclusivamente, à possibilidade do *impeachment*. As suspeições, às vezes, são piores do que as acusações diretas. São mais difíceis de desfazer. Como as calúnias, deixam sempre um rasto viscoso...⁴²

Acerca do mesmo episódio, Soares particularizará ainda, mais tarde: «Basílio Horta [...] aproveitou os debates televisivos para atingir a minha idoneidade pessoal. Cortei relações com ele, porque uma tal acusação – feita a uma pessoa que se orgulha de ser im-poluta, como eu – não se perdoa. Bastantes anos depois, pediu-me desculpa e fizemos as pazes.»⁴³

Com a sua esmagadora reeleição, o Presidente virá a sugerir o mesmo que qualquer outro político com problemas depois de vencer um sufrágio – uma vitória nas urnas branqueia tudo o que está para trás: «O povo português pronunciou-se, depois disso tudo, em eleições livres, com os resultados que [...] todos os portugueses conhecem...»⁴⁴

Tal como fizera anos antes em relação a Edmundo Pedro e ao seu envolvimento no caso das armas (o qual seria absolvido e libertado meio ano após a sua detenção), Soares não se preocupou com os pruridos da separação de poderes e foi afirmando publicamente a sua convicção na inocência do ex-governador. Em abril de 1993, visitou a Boa Hora, para presidir a uma «Evocação do Tribunal Plenário» (a propósito dos 150 anos da instalação da Comarca de Lisboa), semanas antes de o coletivo de 1.^a instância aí proferir a sentença relativa ao julgamento de Melancia (cujo advogado havia conseguido separar o seu processo do dos restantes arguidos). Com o voto de vencido do juiz-presidente, Melancia viria a ser absolvido da acusação de se ter deixado corromper,

mas os homens da Emaudio, numa decisão algo contraditória, seriam depois condenados a penas de prisão por supostamente terem corrompido o governador (sem bem que, devido à interposição de ações dilatórias pela equipa de defesa, a sentença nunca viesse a ser executada).

Macau passou a ser no léxico presidencial um tema tabu, do qual, quanto menos se falasse, melhor. Almeida Santos, conhecedor dos bastidores do caso – e que Soares virá a considerar ter tido «um contributo importante no assunto, no sentido de desmanchar aquilo»⁴⁵ –, acabará por invocar falta de memória para não comentar outros detalhes sobre a matéria, limitando-se a desvalorizar as alegações do presidente da Emaudio: «Rui Mateus é um fantasista e um homem pouco sério, que me desiludiu; e eu gostava dele.»⁴⁶

Para os homens do Presidente, a estratégia consistiria, com efeito, em insinuar que tudo não passara de um gesto rancoroso de Mateus, como Bernardino Gomes explicará, atirando todas as suspeitas para o lado do ex-presidente da FRI:

O grande conflito entre o Rui Mateus e o Soares não começa aí, começa quando o Rui achou, a partir de um certo momento, que ele devia ser ministro dos Negócios Estrangeiros. Isto é que é a verdade. Eu não sei se o Soares o convidou. Por aquilo que eu conheço, não fazia sentido: entre convidar o Jaime Gama e convidar o Rui Mateus há uma pequena diferença, por assim dizer. É evidente que, na cabeça do Soares, não estava seguramente ter o Rui Mateus como ministro. Depois, o Rui meteu-se nesta coisa. Há um momento em que penso que o doutor Soares percebeu que aquilo tinha uma face escondida qualquer. E essa face escondida, se me perguntarem o que ele fez, não sei. Mas era dinheiro. Tem-se uma casa normal, de duas assoalhadas, e depois de repente tem-se um *triplex* com não sei quantos quartos. Depois tem uma casa no Algarve. Ninguém sabe quem é que deu dinheiro, como, onde está, o que fez. Foi nesse período obscuro. Conheci muito bem o Rui, entrou comigo no PS, era uma pessoa ao início completamente normal, até ao momento em que lhe começaram a subir as coisas à cabeça. Pode acontecer. Espero que não nos aconteça

a todos. E ele tinha lá uma namorada (não a mulher, que era sueca) que era ambiciosa. Começa-se a vê-lo comprar coisas extravagantes, a fazer uma vida que ele não tinha dinheiro para fazer, coisas desse gênero, que eram óbvias – não podia ser. Foram-se abrindo conflitos. As pessoas foram saindo. A coisa da televisão de Macau, para dizer a verdade, nunca percebi muito bem. É uma daquelas coisas obscuras. Macau criava coisas obscuras, porque havia os dinheiros, etc. Uma das coisas que me fizeram entrar em conflito com a Emaudio foi essencialmente porque discordava da maneira como o Rui Mateus tratava das coisas e o que é que fazia com o dinheiro, que ninguém sabia, era uma coisa nebulosa.⁴⁷

Rodolfo Crespo, não tendo pertencido à Emaudio, conhecia bem os principais protagonistas: «Mário Soares considerava Rui Mateus um bom secretário: falava línguas, e o Soares, que em línguas não é um barra, achava possivelmente que o outro não ia fazer sombra a ninguém, o que para ele era ótimo, já que pretendia controlar as relações internacionais [do PS]. Acho que nunca pensou nele para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, mas o Rui Mateus criou essa ilusão. Desde que houve aquela coisa, ele desapareceu completamente.»⁴⁸

Pelo seu lado, João Soares não deixará de expressar desconforto pessoal pela aventura da Emaudio, num contexto em que porém julga que nenhum partido era virgem:

Lembro-me de ter tido uma conversa sobre isso ao fim de dois ou três meses de aceitar que o meu nome estivesse ali. Percebi logo – ainda lá fui uma ou duas vezes falar com o Menano e com o Mateus – que aquilo já estava num delírio total. Obviamente deixei que o meu nome lá estivesse: é uma responsabilidade minha – não sei se fui sócio fundador, mas fui sócio daquilo. Eu era perfeitamente adulto, mas não tive consciência de que fosse uma coisa tão disparatada – o Mateus já estava ressabiado, e tal. A minha responsabilidade é ter dado o nome e ter sido formalmente sócio de uma coisa sobre a qual nunca tive qualquer espécie de comando. Não estou a enjeitar responsabilidades, que assumo – foi um erro, a única coisa na vida

que foi um disparate. Carlos Melancia era um homem bom – foi o que me deu alguma confiança. Foi na fase em que o Vítor Constâncio tinha acabado de ganhar o partido. À FRI só tenho memória de ter ido lá uma vez a uma reunião, quando o Constâncio foi eleito e eu apoiei o Gama e o Almeida Santos. Esteve lá o Gama, ou o Almeida Santos, por razões logísticas: o Mateus convocou a reunião. Foi aí que comecei a envolver-me nas coisas do partido. Obviamente que aquilo [a Emaudio] contou seguramente com dinheiros que vieram dos Macaus e dessas porcarias. Eles lançaram um jornal – acho que se chamava *24 Horas* –, mas eu já não tinha nada que ver com isso ou com o que aconteceu a seguir – separei-me daquilo tudo, eu saí antes dos outros. Depois encerraram aquilo já em rotura com o Mateus, devido ao *fax* e àquelas patéticas todas. Acho que foi o Medina Carreira que fez o encerramento. Ainda me mandaram um cheque, e eu disse logo: “Eu rasgo isso.” Nunca recebi um tostão, mas ainda distribuíram umas coisas; se calhar esses gajos receberam. O meu pai e o Zenha, que também era inquestionável nesse plano, nunca se moveram no sentido de que o dinheiro tenha pesado. Agora que receberam dinheiro dos alemães, etc., devem ter recebido muita coisa, em 74-75. A verdade é esta: durante uma certa fase, e por muito tempo, até final dos anos 90, com o esquema legal que existia em Portugal (e que depois se alterou muito), uma grande parte da atividade política foi feita com dinheiro escuro. O PC deve ter sido, em termos percentuais, o partido que mais recebeu; só que o Cunhal era ele próprio muito traquejado e tinha meia dúzia de dirigentes muito traquejados também. Por exemplo: vamos com Sampaio para a CML em 1989 e os grandes tubarões da construção em Lisboa e arredores ainda iam ao [Octávio] Pato e não sei quê. Os tipos do PC conheciam-nos todos muito bem. Isso já numa fase em que desaparecera o bloco soviético.⁴⁹

A rutura de Mateus com Soares haveria de ser ainda mais profunda, após o ex-responsável da Emaudio ter publicado, já nos últimos meses do segundo mandato presidencial do seu antigo camarada, o livro *Contos Proibidos – Memórias de um PS Desconhecido*, desvendando tudo o que sabia sobre o caso do *fax* de Macau

e toda uma sucessão de outras operações de financiamento do PS ao tempo em que Soares era o líder e o autor tratava das relações internacionais do partido. O editor do livro, Nelson de Matos, relatará que o Presidente enviou até o seu assessor José Manuel dos Santos às instalações da editora para fazer uma leitura prévia à publicação – se bem que a obsessão de Soares tivesse talvez mais que ver com segredos de natureza diferente, também guardados pelo autor: «A preocupação era que houvesse no texto relatos de histórias com mulheres, já que havia que proteger a sensibilidade da Maria Barroso. Respondi através do José Manuel dos Santos que nunca publicaria um livro que fosse por esse caminho.»⁵⁰ Os soaristas sempre encararam a publicação do relato de Rui Mateus como um crime de lesa-majestade, e mesmo os restantes responsáveis do PS fugiram a comentar o conteúdo.

Mencionará Bernardino Gomes o aspeto que mais terá relevado no texto de Mateus: «É a maneira extraordinária como se metem coisas que são umas verdade, outras mentira. E o livro está bem feito, porque aquilo, quando funciona bem, quando se mete umas verdades e umas mentiras, as verdades adaptam-se às mentiras e vice-versa. Porque a pessoa diz: “Isto é verdade.” Mas nesta página já não é verdade, e na outra página a seguir é verdade.»⁵¹ Dirá por sua vez Rodolfo Crespo: «O livro de Rui Mateus são coisas interpretadas e forçadas por ele para chegar a certas conclusões. Aliás, não teve impacto nenhum.»⁵²

Quanto a Soares, haveria, no futuro, de tudo fazer para ignorar o antigo responsável diplomático do PS e o seu livro. Na obra autobiográfica *Um Político Assume-se – Ensaio Autobiográfico, Político e Ideológico* (2011), o já ex-Presidente não conseguirá contornar o episódio do *fax* de Macau, mas fá-lo-á sem nunca mencionar o nome de Rui Mateus:

Mais grave foi, nessa altura, a ofensiva que fizeram contra mim, vinda da direita extrema, para me comprometerem com o caso da Emaudio – dinheiro que se dizia vindo de Macau para comprar uma televisão privada. O que nunca chegou a acontecer.

Tentaram envolver nisso o antigo ministro e governador de Macau – onde, aliás, fez uma obra excelente –, Carlos Melancia, nomeado por mim, que foi mais tarde julgado e absolvido. Na origem disso esteve um fundador do PS, de poucas letras mas que falava bem o inglês, que conheci em Londres, onde era empregado num restaurante. Depois do 25 de Abril regressou a Portugal, ocupando-se do departamento internacional do PS. A ambição cegou-o. Pediu-me para ser ministro dos Negócios Estrangeiros num dos meus governos. Disse-lhe que não era possível porque não tinha habilitações nem competência para tanto. Ficou ressentido comigo e chegou a escrever um livro – com a ajuda de quem? – que, aliás, nunca li e alimentou a intriga.⁵³

O assunto será sempre um embaraço para o principal fundador do PS, visível na forma áspera como reagirá a qualquer tentativa de abordar com ele o caso de Macau. Entre muitos impropérios irreproduzíveis, dirigidos sobretudo ao seu antigo companheiro de viagens mas também a quem julgue merecer o tema análise pública, será possível recolher frases como estas:

Não estou disposto a discutir isso. Eu nunca li o livro, sequer. Não gosto de ler esse tipo de coisas: considero-as suficientemente mesquinhas para não me meter nisso. É uma porcaria, e eu não gosto de mexer em porcaria. É tão simples como isto. Quem gosta de mexer, mexa. Não sou tipo para ocupar o meu tempo com coisas destas. Acho que tenho mais que fazer. Alguém já viu eu andar aí metido em burburinhos desse género alguma vez? Caramba, um gajo tem uma vida, que começa aos 17 anos e vai até aos 87, que teve uma carreira em que nunca se meteu em questões de dinheiro, nunca quis ter nada que ver com dinheiro, esteve-se sempre nas tintas para o dinheiro... Acham que eu era capaz de me meter numa coisa dessas? Por causa de uns gajos que querem fazer uma televisão? Esse gajo [Rui Mateus] fez aquilo por dinheiro, para ganhar dinheiro e para chatear. Quiseram fazer-me a mim uma história de dizer que eu estava metido – não tiveram resultado nenhum. Se ao fim de 20 anos ainda me querem falar nisso, eu digo a mesma

coisa. Ele diz que nós é que fizemos aquilo, que eu é que sou responsável por aquilo. É uma pepineira sem nome: é um livro feito *ad hominem* e para me lixar. Aquilo foi uma vergonha. O gajo nunca mais apareceu em público, ninguém sabe onde é que ele está nem o que faz. Ainda bem. Desapareceu, pronto. Era um palerma. Ele levava-me as pastas de vez em quando. Tinha uma grande capacidade para línguas estrangeiras, aprendeu muito bem a falar inglês e aprendeu a falar sueco. O Willy Brandt gostava bastante dele: servia-lhe de moço de recados, entendiam-se em sueco e inglês. Conheceu o Olof Palme, com quem falava em sueco, e outros assim. Relacionou-se com eles. Ele era meu assessor, o meu braço-direito neste sentido: eu ia por exemplo à Suécia e levava o Rui Mateus – era o meu intérprete, em vez de contratar um profissional. Eu não sabia falar inglês: a importância do Rui Mateus, um tipo simpático, é só por isso. Mas depois começou a achar que podia ser ministro dos Negócios Estrangeiros – e foi aí que começou a minha questão com ele. Um dia veio falar-me disso: “Ah, agora é altura de eu ser ministro dos Negócios Estrangeiros.” E eu disse-lhe: “Ó Rui Mateus, tu és quase analfabeto, mal sabes ler e escrever. Como é que queres ser ministro dos Negócios Estrangeiros?” Ficou danado comigo, porque achou que, por ter sido um auxiliar – porque era bom tradutor –, podia ir para o governo. Quem lhe criou a expectativa foi uma amante dele, que era secretária e queria ser mulher do ministro. Nunca mais falei com ele. Quando o conheci, era empregado de mesa num bar, em Londres. Ele era isso quando veio para cá. Eu sabia perfeitamente que aquele gajo tinha feito a instrução primária, se tanto. Como é que podia ser ministro dos Negócios Estrangeiros? Só se eu fosse louco. Mas além disso ele não tinha nenhuma ideia; só que era um tipo que apanhava muito bem aquilo que se dizia, e era capaz, por exemplo, de repetir discursos meus quase inteiros, que traduzia e depois voltava a repetir. Mas meteu-se-lhe na cabeça que era possível arranjar dinheiro fácil. Eu nunca tive essa ideia. À época, os gajos que não nos tinham apoiado suficientemente durante o período da resistência tinham má consciência por causa disso – o Palme era um exemplo –, e depois queriam dar-nos coisas – e deram

dinheiro. Nessa altura, ele já não tinha grande intimidade comigo. Teve antes. Um gajo que faz uma coisa dessas para lixar um partido é um borra-botas, é pior que um borra-botas. Mas isso é com ele e com a família. O que eu tenho a dizer sobre essa matéria é isto: é um tema que não me interessa, façam como quiserem, pronto. Vão falar com os outros tipos, com quem quiserem, vão falar com o Mateus, eu estou-me nas tintas. Há uma coisa que posso dizer: é que não foi ele que escreveu o livro, com certeza. Não sabe escrever, não sabe minimamente escrever. Isso é o que sei.⁵⁴

Explicará também Soares por que o livro nunca lhe mereceu, *in illo tempore*, em desmentido: «Quero cá saber de desmentidos. Julgam agora que eu ocupo o meu tempo a desmentir coisas idiotas?» Por outro lado, não se mostrará disponível para discutir alguns dos detalhes mais comprometedores revelados por Mateus, como o almoço em Nafarros com os homens da Emaudio para discutir a estratégia de empresa: «Esse gajo é doido.» Ou a soma de dados específicos – factos, nomes, locais, datas – adiantados em *Contos Proibidos...*: «O que ele conta não me interessa. É com os tribunais. Não me metam a mim nisso, que eu não tenho nada que ver com isso nem quero ter. Isso não é política, isso é porcaria. Se querem chafurdar, chafurdem. Agora, não me venham pedir que eu diga o que não é verdade. Digo o que é verdade, mais nada. E meteram nisso o gajo maior, que era o Melancia, e foi absolvido. Esse sim, sempre o considere um homem sério. Não tem nada, não sabe nada de dinheiros nem quer saber. Isso é uma porcaria, não mexam nisso, não tem sentido nenhum.» Quanto à gravidade das alegações, passará também à frente: «Foram julgadas. Não faço ideia nenhuma nem quero falar disso.» Julgadas mas ao que parece mal, pelo menos no caso dos administradores da Emaudio, já que a sentença não se cumpriu: «Não foram condenados. Nenhum foi parar à cadeia. Deviam ter ido.»⁵⁵

Não fornecendo uma explicação para a presença de Ilídio Pinho no almoço com Maxwell em Belém, Soares rejeitará contudo a ideia de que tenha sido intermediário em negócios entre os dois

empresários: «Mas de maneira nenhuma. Nessa altura eu mal conhecia o Ilídio Pinho. Tinha-me auxiliado na campanha – auxiliou-me na primeira campanha e na segunda –, mas na altura eu quase não o conhecia.»⁵⁶

Apagou-se-lhe até a memória dos encontros tanto com Rupert Murdoch como com Robert Maxwell⁵⁷, e quando lembrado da sua ocorrência (até com provas fotográficas) evocará, para explicar o lapso, o provérbio romano «*De minimis non curat praetor*» («O pretor não se ocupa de coisas menores»)⁵⁸. Mas reconstituirá o encontro com Berlusconi, sem nele ter visto alguma violação ética da sua parte:

Eu só estive com o senhor Berlusconi a pedido do Mitterrand, porque ele tinha feito uma reunião também com o Felipe González, e eles estavam convencidos de que o Berlusconi, por causa do Craxi, queria fazer a sério uma televisão europeia que fosse socialista. E eu disse: “Não sei nada disso, nem tenho competência para me meter nisso, mas o que posso fazer é receber o senhor Berlusconi.” Almocei com o Berlusconi, e também com o Balsemão, com a Igreja Católica [com Fernando Magalhães Crespo (n. 1930), presidente da Rádio Renascença], com Proença de Carvalho e os tipos da Emaudio também. Os únicos tipos que lá estavam eram estes. Os da Emaudio claro que eram socialistas: não sei quem dela lá foi, vieram os quatro. E eu tive o cuidado de dizer a esses gajos: “Está aqui o senhor Berlusconi, que quer participar numa televisão portuguesa (só havia a televisão pública). Mas não falam com ele à minha frente, porque eu vou-vos dar um almoço, vamos conversar das coisas todas que quiserem exceto disso, e depois de tomarmos o café deixo-vos aqui para falarem o tempo que quiserem e eu vou-me embora, que eu não sou homem de negócios, sou político.”⁵⁹

Apesar da desvalorização que Soares fará de todo o episódio relacionado com Macau, José Manuel dos Santos considerará: «Macau foi quando o fogo passou mais perto dele, e ele sentiu isso. Mário Soares fica muito surpreendido quando descobre que há uns tipos que, no fundo, praticam um abuso de confiança.»⁶⁰

Passada a tempestade, Mateus atualizará o seu retrato de Soares com o que veio a conhecer dos últimos anos de convívio com ele:

Afável, *bon vivant*, desinteressado das coisas materiais, que não liga aos pormenores – é a imagem que dá. Mas na verdade é vaidoso, acha-se a pessoa mais importante do país, não gosta de ser criticado, afastando quem lhe faz sombra ou o ameaça. É pessoa que foi mimada toda a vida: pode fazer tudo e nunca lhe acontece nada, sente-se imune, mesmo perseguido foi um prisioneiro privilegiado, um opositor diferente dos outros. Isso reflete-se também no sentido de impunidade a que julga ter direito. Não sente a necessidade de prestar contas a ninguém porque acha que o país tem para com ele uma dívida de gratidão e o país é que tem de lhe prestar contas. A família também o trata como uma criança mimada. É como se fosse um pouco seu filho. Apesar de ser uma pessoa de grande simpatia e com grande carisma, tem sempre uma capa à sua volta: nunca foi chamado a prestar contas.⁶¹

O próprio Soares dirá não ser imune a uma regra universal: «Todas as pessoas têm lados ocultos, mas falar dos lados ocultos contra a vontade das vítimas é infame. E, quando uma pessoa diz que não é assim, pensar-se que é ao contrário, então é infamíssimo.»⁶²

Aquele que viria a suceder a Mário Soares em Belém, Jorge Sampaio, receberia, pouco após a posse, o procurador-geral da República para a sua primeira audiência com o novo Presidente. Uma fonte credível que trabalhava no palácio, contará, sem querer identificar-se, que Cunha Rodrigues comunicaria então ao anfitrião ter decidido não mandar abrir um processo de investigação acerca das situações descritas no livro de Mateus (publicado semanas antes) apenas porque «isso seria um problema para o próprio regime.»⁶³ Sampaio não comentará esta matéria, mas o magistrado contestará que as coisas se tenham passado dessa forma:

Tenho a ideia de que nunca disse isso, simplesmente porque não é verdade. E eu seria tonto se fosse dizer tal coisa ao Presidente da República. Nem sequer li o livro de Rui Mateus. Apenas o mandei entregar imediatamente a Rodrigues

Maximiniano. O problema que foi posto consistiu em saber-se se era de reabrir o processo. Ele leu o livro e disse que não continha nada de importante que não estivesse no processo. Não tenho dúvidas de que, se o livro tivesse elementos significativos, Rodrigues Maximiano tinha avançado. Aliás, seria fácil a qualquer pessoa pedir a reabertura do processo, o que não aconteceu. Estou disposto a afrontar a fonte que diz uma coisa dessas.⁶⁴

O caso *tangentopoli* (financiamento ilegal dos partidos políticos através de adjudicações do Estado a empresas privadas) havia acabado de arrasar o sistema político italiano, mas ninguém em Portugal assumiria a responsabilidade por desencadear idêntico processo.

Capítulo 35

A força de bloqueio

«**N**os últimos dias tenho tido uma sensação de angústia, coisa rara em mim», escreveria Mário Soares no diário a 3 de julho de 1991, de novo enquanto veraneava no Vau. «Não sei bem explicar», acrescentava, embora a seguir admitisse, entre as causas para tão estranho sintoma, que algo lhe ficara atravessado da forma agressiva como, meio ano antes, tivera de disputar com os adversários uma corrida para Belém que à partida já tinha vencido:

O stresse da campanha eleitoral? A ressaca dos impiedosos ataques que me foram dirigidos? O facto de a minha vitória eleitoral ter sido abafada pela Guerra do Golfo, com todas as incertezas que contém? Diria que tudo isso – e ainda o cansaço, a idade, 66 anos! – podem explicar um certo torpor, um certo sentimento indefinido de perigo – daí, a angústia – ou de insegurança quanto ao futuro. É preciso reagir! Tenho todos os motivos para o fazer. A vitória eleitoral, festejada por toda a parte, foi enorme: 70,4%. A campanha foi dura e, para mim, muito esforçada. Os tempos de antena correram bem. Tive adesões reconfortantes e inesperadas – tudo quanto de melhor existe na sociedade portuguesa [...]. Mas não foi, como teria desejado, uma campanha alegre, apesar da participação numerosa da juventude. Não houve debate de ideias. Houve insultos e calúnias, que me deixaram um visco amargo... E muita ambiguidade. Urge passar adiante. Respirar fundo! E avançar de novo. Tenho coisas urgentes a fazer: [...] Descansar, tratar da saúde (tonturas, peso, dentes, coluna, próstata). É a primeira prioridade.¹

Mas o calendário político não era de molde a permitir estados de alma. De novo contra as expectativas do Presidente, a aposta de Cavaco Silva nas legislativas de 1991, realizadas a 6 de outubro, revelar-se-ia acertada: o PSD conseguiria manter a sua maioria absoluta, conquistando até mais algumas décimas percentuais, ainda na casa dos 50 por cento, embora perdendo 13 mandatos – 12 dos quais recuperados pelo PS, que subia agora um pouco acima dos 29 por cento.

Foi um Soares dececionado que recebeu os resultados, já que, segundo defenderá, à época «havia comportamentos anómalos, arrogância a mais, taras indisfarçáveis» no governo de Cavaco Silva, além de uma atitude «arrogante e autoritária»²: «A circunstância de se repetir a maioria absoluta do PSD foi para mim uma surpresa... A meu ver, o PSD estava já a entrar numa fase descendente e, apesar disso, obteve a maioria de novo. [...] Estava convencido de que havia já, nesse momento, razões para que os socialistas subissem bastante eleitoralmente, se não pudessem obter a vitória nas eleições. Foram derrotados, porque a sua mensagem não passou.»³

O desfecho não se devia pela certa ao ex-líder socialista, que antes não se coibira de espicaçar Sampaio no sentido de desenvolver uma oposição mais acutilante. O então secretário-geral recordará um desses momentos, ocorrido em público, a meses do escrutínio eleitoral: «Nas cerimónias do 10 de Junho de 1991, em Tomar, estávamos nós a caminho das eleições, e o doutor Soares, na frente de várias pessoas – há foto disso –, dá-me, no fundo, uma rabecada porque eu não faço oposição suficiente. Isso é muito dele.»⁴ Justificará Soares: «Sampaio não fazia a oposição agressiva, contundente e destrutiva que poderia ter feito!»⁵

Nesse aspeto, o ponto de vista do fundador do PS não diferia muito quer se tratasse da liderança de Constâncio ou de Sampaio: «Teria sido útil para o país – penso – uma oposição mais ativa e agressiva e, ao mesmo tempo, capaz de dar sinais, à sociedade civil, de que o PS era bem diferente do PSD. Não se conseguiu nem uma coisa nem outra.»⁶

No mesmo ano, de resto, de acordo com a percepção de Cavaco Silva, Soares não se teria coibido de procurar sabotar também o amplo acordo de concertação social que o líder social-democrata considerou o mais importante dos seus governos: «Fui confrontado pelos jornalistas sobre notícias de que Mário Soares tinha feito diligências para que a UGT não assinasse o acordo. Não tive outro remédio senão mentir e responder que não acreditava que tal tivesse acontecido.»⁷

Longe dos objetivos pretendidos com a sua liderança do PS, classificará entretanto Sampaio: «As eleições de 1991 foram absolutamente trágicas, com o cavaquismo no seu auge e eu com a CML às costas. Foi um erro, que não recomendo a ninguém. Eu fiz essa aprendizagem no duro; prejudiquei porventura várias coisas.»⁸

António Guterres, que espreitava a sua oportunidade, avançou por fim, e no congresso do PS realizado em fevereiro de 1992 derrotou com facilidade um Sampaio ainda enfraquecido pelas legislativas de quatro meses antes. Apesar da consideração que tinha pela capacidade política do novo líder socialista, Soares mais uma vez viu a sua eleição com alguma reserva, dizendo então que não era «o melhor do mundo» mas «o melhor possível»⁹.

No fundo, «Soares nunca deixou de ser do PS enquanto Presidente da República», como considerará Nunes Barata.¹⁰ O que queria significar que o locatário de Belém continuava preocupado com a eficácia da oposição desenvolvida pelo seu partido, duvidando sempre da capacidade dos que se haviam sentado na sua cadeira depois de ele a ter abandonado.

Até que ponto entendeu Soares desenvolver ele próprio formas supletivas de oposição ao governo de Cavaco Silva, para tentar colmatar as lacunas que via do lado dos socialistas, foi e continua a ser objeto de inúmeras análises e discussões de comentadores e observadores da vida política portuguesa. Fosse ou não com essa intenção, a verdade é que o seu segundo mandato se caracterizaria por atitudes de maior confrontação com o executivo social-democrata, chegando-se ao ponto de se especular sobre a sua eventual vontade de dissolver a AR antes de sair de Belém.

Soares erigiria diversos cavalos de batalha para contrapor a Cavaco Silva, e o primeiro, logo em 1991, seria a questão da alegada falta de isenção da televisão pública no tratamento das matérias políticas, como registrará o chefe do governo:

Uma das coisas que mais me aborreciam nas conversas com o Presidente da República eram as suas frequentes queixas sobre a cobertura que a RTP fazia das suas atividades, os critérios jornalísticos sobre a relevância das notícias, o alinhamento dos telejornais e até sobre os comentadores televisivos para, a partir daí, me pressionar para alterar a situação. Eu reagia com certo enfado, dizendo que o governo não podia, nem queria, interferir na programação ou informação televisivas. Achava que não era matéria com dignidade para os encontros de trabalho entre o primeiro-ministro e o Presidente da República. [...] Eu sempre tinha ouvido dizer, inclusive da parte de jornalistas, que nunca tinha havido tanta ingerência política na televisão como no tempo em que Mário Soares fora primeiro-ministro.¹¹

Mesmo assim, Cavaco Silva terá acabado por pedir ao ministro da tutela, António Couto dos Santos (n. 1949), que transmitisse ao presidente da RTP os reparos de Mário Soares.¹²

O que não foi suficiente. Em início de junho de 1991, o Presidente entendeu dirigir à AR uma mensagem sobre o tema, mostrando-se irritado com a estação de televisão, falando em «governamentalização da RTP» e «manipulação dos telejornais», uma «prática constante, indigna de um país democrático membro da Comunidade Europeia», e propondo «uma reflexão sobre a melhor forma de assegurar o pluralismo na comunicação social».¹³ Qual crítico televisivo, Soares dedicava-se mesmo a uma análise minuciosa de diversas facetas da programação da RTP, além de entrar pelo terreno da atividade jornalística: «Crítica aspetos relativos ao processo de produção jornalística, como sejam os “critérios jornalísticos” de seleção de notícias, a organização dos alinhamentos e a edição das notícias. O Presidente vai mais longe na mensagem

à AR, elogiando o papel dos conselhos de redação e preconizando a sua extensão à televisão e à rádio. Defende a criação de órgãos que funcionem como “tribunal de opinião” e recomenda a reformulação dos estatutos da RTP.»¹⁴ Justificará mais tarde Soares a sua mensagem aos deputados sobre aquilo a que chamou «governamentalização da televisão»: «Foi um último recurso precedido por repetidas advertências feitas ainda durante o primeiro mandato, o que [...] só utilizei pouquíssimas vezes.»¹⁵ O líder social-democrata, naturalmente, não gostou:

A quatro meses das eleições legislativas, fui surpreendido com o teor de uma mensagem do Presidente da República à AR sobre comunicação social. Para além de uma crítica feroz à direção de informação da RTP, era também um violento ataque contra o governo. Nela dizia, entre outras coisas, que o pluralismo e a isenção não estavam a ser suficientemente observados, que havia governamentalização da RTP, manipulação dos telejornais e discriminação no tratamento dos diferentes órgãos de soberania. Fiquei chocado. Era totalmente falso que o governo mandasse na informação televisiva. Não quer isto dizer que este ou aquele membro do governo não procurasse às vezes pressionar jornalistas para que divulgassem esta ou aquela notícia do seu agrado. Mas isso era coisa feita por múltiplas entidades políticas, económicas e sociais.¹⁶

Acrescentará Cavaco Silva que a direção de Informação da RTP «sentiu-se atingida pela mensagem do Presidente e respondeu-lhe de forma acalorada [com uma intervenção lida nos ecrãs pelo diretor, José Eduardo Moniz (n. 1952)], em termos que não devia ter feito»: «Para ele [Soares], o mau da fita era o diretor do Canal 1 da RTP, José Eduardo Moniz. Por mais de uma vez insistiu comigo para que o governo o demitisse. Utilizei a minha melhor argumentação para explicar que isso estava fora das competências do governo, que estaria a violar a lei se o fizesse, mas sem grande sucesso.»¹⁷ Soares e Cavaco Silva discutiram o tema em reunião no dia seguinte à divulgação da mensagem (e da resposta de Moniz):

Depois de ouvir Mário Soares acusar o governo de manipular a televisão e dizer que as instituições democráticas estavam a ser postas em causa, resolvi manifestar-lhe, com alguma veemência, a minha discordância em relação ao teor da sua mensagem ao parlamento. Sublinhei que nunca antes a liberdade de imprensa tinha sido tão forte e inequívoca e terminei dizendo que, nos meios jornalísticos, era generalizado o reconhecimento de que no tempo dos meus governos a interferência do poder político na comunicação social não tinha comparação possível com o que acontecera quando ele era o primeiro-ministro. [...] Limitou-se a responder que os erros do passado não servem de argumento e lançou mais uma vez o aviso a que eu já estava a ficar habituado: “Pense bem no que eu lhe estou a dizer.”¹⁸

Era, na verdade, o início de uma guerra de atrito que iria caraterizar todo o segundo mandato presidencial. Sem dúvida que já no anterior se tinham registado alguns sinais mais fortes de conflito entre Belém e São Bento, como quando, em 1988, o Presidente encorajou o movimento de protesto dos médicos contra medidas disciplinadoras que a ministra Leonor Beleza procurava introduzir no setor da saúde. A tática de Soares passara por receber os contestatários em Belém: «O direito de petição e reclamação perante o Presidente da República é um direito constitucional consignado, até, na Constituição de 1933 [...]. Como poderia um Presidente, livremente eleito, representante de um Estado de direito democrático, recusar-se a ouvir – ou a receber em audiência – pessoas com tanta responsabilidade e legitimidade como Manuel Eugénio Machado Macedo [1922-2000], o bastonário da Ordem dos Médicos, e alguns dos seus colegas de direção?! Recebi-os com muita honra – e considerando que isso era um estrito dever meu –, aliás, sempre a pedido deles.»¹⁹

Soares acusará Beleza de «falta de diálogo e mesmo autismo, [...] dado o conflito que opôs a ministra à classe médica, que foi prolongado para além de tudo o que seria sensato, bloqueando uma situação que acabou por se tornar muito gravosa para o país»: «Insistir na intransigência deixou de ser uma demonstração

de força para se tornar tão-só arrogância e incapacidade absoluta de diálogo».²⁰ Pressionaria até Cavaco Silva a exonerar a ministra, alegando, segundo relatará o chefe do governo, que «os médicos não podiam com ela».²¹ Explicará o Presidente que a sua preocupação seria, inclusive, proteger Beleza: «Voltei a falar com o primeiro-ministro, fazendo-lhe ver que, por mais consequente que lhe pudesse parecer a política de saúde do governo, a situação criada entre a ministra Leonor Beleza e os médicos, a “alergia” que ela lhes provocava, era de tal ordem que a única coisa sensata a fazer era retirá-la dessa pasta e colocá-la num outro lugar. Intervim no sentido de proteger Leonor Beleza por a considerar uma personalidade política muito válida que estava a ser queimada ingloriamente.»²² Mas Cavaco Silva resistiria: «Depois de o Presidente insistir várias vezes no assunto, tive de ser muito claro e dizer-lhe que não demitia a ministra. Ela estava a executar a política do governo para a área da saúde, aprovada em Conselho de Ministros, e tinha a minha total solidariedade.»²³ (Beleza acabaria por sair em 1990, mas devido a diferentes circunstâncias também no âmbito do seu ministério).

Ainda em 1988, outra atitude idêntica do Presidente, que o primeiro-ministro considerará «pouco correta», consistiu em receber em Belém as centrais sindicais a escassos dias da realização de uma greve geral. Relatará Cavaco Silva: «Segundo me informou um dos sindicalistas presentes na reunião da UGT com Mário Soares, este teve palavras de compreensão relativamente à greve, quase a roçar o encorajamento. Em dezembro de 2002, [José Manuel] Torres Couto [n. 1947, então secretário-geral da UGT] confirmou ao jornal *Público* que o Presidente Mário Soares tinha sido o maior aliado da greve de 1988.»²⁴

Dois dias após a jornada grevista (em finais de março), o primeiro-ministro tinha um encontro previsto com Soares na Guarda, onde decorria uma presidência aberta: «Cheguei, no entanto, a ameaçar suspender a minha deslocação se o Presidente lá recebesse também, como fora anunciado, o secretário-geral da UGT e

o coordenador-geral da Intersindical [...]. Em meu entender, isso constituiria uma violação das regras de solidariedade institucional que deviam existir entre Presidente e governo.»²⁵ Soares cancelou o encontro com as centrais.²⁶

Em abril do ano seguinte, Soares punha-se mais uma vez ao lado de quem contestava São Bento, durante um movimento reivindicativo de agentes da PSP que, devido a ter sido reprimido com jatos de água pelos seus colegas em serviço, numa concentração na Praça do Comércio, ficou conhecido como «secos contra molhados»: «Mário Soares, embora comedido nas críticas públicas ao governo, colocou-se, como era seu hábito, do lado dos manifestantes, o que, sendo estes polícias, me deixou perplexo.»²⁷

Se bem que nada disto tivesse impedido o apoio do PSD à reeleição do Presidente, a coabitação mudaria de tom no seu segundo mandato. O chefe do governo assinalará, é certo, que o relacionamento recíproco decorreu de forma pacífica ao longo da inteira década em que os dois se mantiveram em simultâneo nos cargos: «Durante os meus 10 anos como primeiro-ministro, reuni-me 310 vezes com Mário Soares, sem contar com as reuniões coletivas, como as do Conselho de Estado e do Conselho Superior de Defesa Nacional. [...] A grande maioria das reuniões foi bem mais tranquila do que o sugerido pelo muito que sobre elas se escreveu na comunicação social. Houve-as também com alguma tensão, mas em número relativamente reduzido. Em geral, as nossas conversas decorreram num clima de cordialidade e respeito mútuo.»²⁸ Mas Cavaco Silva distinguirá no mandato inicial uma «primeira fase [...] bem mais tranquila do que a segunda».²⁹

O padrão estava já estabelecido com os casos ocorridos na primeira fase: dar ouvidos aos grupos contestatários da sociedade portuguesa (em regra com reivindicações junto do executivo), ampliando o seu auditório e estimulando a sua causa. Cavaco Silva dirá como do seu lado sentia essa pressão: «Os grupos de interesses [...], para conseguirem maior impacte mediático para as suas acusações, iam em audiência ao Palácio de Belém, com ar grave,

apresentar queixas ao Presidente da República. [...] Quando Mário Soares me falava das queixas que lhe eram feitas, eu costumava responder que o governo não podia “sacrificar os grandes objetivos de uma nação aos interesses instalados ou a forças ultrapassadas e avessas às exigências da modernização”.»³⁰

Com a explicação de que em democracia «o voto não é tudo»,³¹ Soares justificar-se-á:

Procurei defender as minorias contra o risco de asfixia; ouvi sempre os partidos, os sindicatos, as associações patronais, ambientais, cívicas e culturais, dando-lhes repetidas provas públicas do meu respeito; dialoguei com a sociedade civil, conferindo-lhe visibilidade; segui, com o maior interesse, a vida de instituições como a Igreja, as universidades, as Forças Armadas; de certos corpos do Estado, como as magistraturas judicial e do Ministério Público, a diplomacia ou o funcionalismo; e das classes profissionais, dando voz e estímulo às suas legítimas reivindicações. [...] Nessa medida, exerci uma certa atividade de contenção relativamente às incursões do governo por áreas que, de todo, não lhe pertenciam.³²

Quanto aos reparos que lhe eram feitos por conceder audiências a coletivos em plena ação reivindicativa, o que redundava num encorajamento aos seus protestos, o Presidente ignorava-os: «As queixas por receber os contestatários entravam-me por um ouvido e saíam-me pelo outro. Eu recebia os movimentos reivindicativos e os trabalhadores em greve. Recebia toda a gente, como ainda hoje recebo. Nunca fui de fazer esperar as pessoas.»³³ E não constituiria tal prática um estímulo à contestação? «Podia ser.»³⁴

Soares defenderá sempre esta atitude com laivos de presidente Mao Tsé-tung – que, ao desencadear a «Revolução Cultural» chinesa, instou os «guardas vermelhos» a atacarem os próprios representantes do poder –, advogando ter sido esta a sua forma de combater os erros que estariam do outro lado: «Fui uma força de contenção contra os demónios da arrogância e do autoritarismo, que algumas vezes terão marcado o governo de Cavaco Silva. [...]

Fui também, e sobretudo, uma válvula de segurança do regime democrático, procurando evitar derrapagens, excessos ou eventuais explosões.»³⁵

Cavaco Silva não se dirá contra o conceito de «válvula de segurança do regime» («posto desta forma, como princípio orientador da função presidencial, todos estávamos de acordo»), mas questionará outras intenções por detrás da atitude presidencial: «O governo tinha uma certa desconfiança em relação a Mário Soares, e tinha tendência para ver no acolhimento que dava aos grupos que com ele estavam em conflito mais uma forma de desgastá-lo do que um contributo para aliviar tensões sociais.»³⁶

O Presidente parecia, na realidade, ter descoberto no seu segundo mandato um governo à beira da subversão do regime democrático, como sugeriu numa entrevista concedida à RTP já em 1994 para exprobrar a maioria absoluta: «Chamei a atenção para uma tendência perversa da democracia: em nome da maioria absoluta, abafar o pluralismo, que deve sempre existir para que a sociedade civil respire, conferindo uma razoável margem à expressão livre das minorias. No fundo, estava a sentir crescer uma certa arrogância no Estado, totalmente dominado pela maioria absoluta do PSD, e, ao mesmo tempo, a desenvolver-se uma enorme insatisfação na sociedade. Alertei os portugueses para esse fenómeno perigoso, dando o exemplo do que se passou na I República com o Partido Democrático.» Rematará: «Assim surgiu o 28 de Maio».³⁷

Para Soares, cada executivo cavaquista era pior do que o anterior: «O governo minoritário foi o que considerei melhor. O segundo foi mais fraco. Datam de então os primeiros sinais de triunfalismo. A partir da segunda maioria, a queda começou a aparecer como inevitável. E, nos últimos anos, transmitia fortes sinais de esgotamento. Governava-se apenas com a prata da casa...»³⁸ Detalhará ainda sobre o que considerou os maiores males dessa curva descendente, já na fase mais avançada: «O autismo foi o pior de todos [os «erros graves»], em simultâneo com a autossuficiência e a arrogância, seus parentes próximos.»³⁹ E ainda «um certo perfume

de corrupção, de desacertos administrativos e de escândalos, em total impunidade, que se permitiu que marcassem os últimos meses – ou anos? – do consulado de Cavaco Silva.»⁴⁰ José Manuel dos Santos reforçará esse ponto de vista: «A corrupção no cavaquismo é a questão mais forte que leva Mário Soares ao ataque a Cavaco. Os ministros saíam ricos do governo, e não tinham nada quando entravam. A promiscuidade e a corrupção tornam-se muito evidentes na segunda maioria absoluta.»⁴¹

Seriam fundamentadas as preocupações do Presidente e da sua equipa? Ou tratar-se-ia de colmatar as lacunas de uma oposição que achava demasiado branda por parte do seu partido? Resultaria tudo isso apenas, num plano mais humano e pessoal, de mera inveja face a um primeiro-ministro «arrivista» que conseguira aquilo de que Soares nunca fora capaz: estabilidade, maiorias absolutas e governos de legislatura levados até ao fim?

A última hipótese será descartada com veemência: «Têm de perceber uma coisa: eu sou um tipo que está bem com a vida. Não tenho nenhum complexo de inferioridade de nenhuma natureza e não tenho inveja de ninguém – não é próprio da minha maneira de ser. Não sou daqueles tipos que dizem: “Vou lixar aquele gajo para fazer eu carreira.” Foi uma coisa que nunca me passou pela cabeça.»⁴²

Do seu privilegiado ponto de observação à época, Alfredo Barroso retirará as explicações para esta mudança de comportamento: «O jogo de Mário Soares era fazer de Portugal um exemplo de progresso, justiça social, integração plena e bem sucedida na CEE. Cavaco acaba por fazer isso do ponto de vista estritamente económico, com a ideia do “bom aluno” e companhia. Mas começa-se a perceber já nos interstícios das políticas cavaquistas que a coisa vai correr mal. Soares tem essa intuição, e também porque contacta com muitos economistas. No final do primeiro mandato, percebe que não vai correr bem. Acho que ele tinha mais informação do que Cavaco, era muito mais abrangente nos seus contactos. Aquilo estava a correr mal no sentido de um desenvolvimento não sustentável.»⁴³

Mas algumas atitudes presidenciais pareciam surgir por mero espírito de contradição, como quando Soares defendeu em 1992 que a adesão do governo ao Tratado de Maastricht – que aprovava a União Europeia (só então passada a designar-se dessa forma) e preconizava o lançamento da moeda única comunitária (o futuro Euro) –, depois ratificada pela AR, deveria ser sujeita a referendo nacional: «Mostrei-me favorável a uma consulta popular acerca de Maastricht, por saber que, no futuro, iriam ocorrer perturbações que conduziriam provavelmente a que os portugueses se interrogassem: “Se tivéssemos seguido outro caminho, as coisas teriam sido diferentes e melhores?”»⁴⁴

Esta seria, com toda a probabilidade, uma posição que Soares, um aderente ao Movimento Federalista Europeu ainda nos tempos do exílio, não defenderia se fosse então primeiro-ministro: «Fui o primeiro a dizer que era a favor da moeda única e de uma maior integração, o primeiro a sublinhar que a União Europeia implicaria uma partilha de soberania e que aceitava que assim fosse, como necessário e natural.»⁴⁵ (O primeiro-ministro revelará até que Soares defendeu em novembro de 1991, «sem qualquer suporte técnico, [...] a entrada imediata do escudo no Sistema Monetário Europeu»⁴⁶).

Mas parecia-lhe desagradar que Cavaco Silva, um eurocético inicial depois convertido, também ele, num europeísta, o pudesse ultrapassar em credenciais comunitárias. Embora tivesse o cuidado de salientar que falava em «consulta popular» sem definir a que tipo de consulta se referia, membros da sua equipa, como Alfredo Barroso e o politólogo Carlos Gaspar (n. 1951, consultor para Macau e política internacional), integravam um Movimento Pró-Referendo que foi recebido pelo Presidente em Belém,⁴⁷ pelo que os sinais eram óbvios.

Aliás, o economista e professor universitário João Ferreira do Amaral (n. 1948, irmão de Joaquim Ferreira do Amaral), que então começava a trabalhar em Belém como assessor económico do Presidente, não viu o gesto de outro modo:

Entrei pouco depois de Maastricht. Falava-se das questões que se levantavam no caminho para o euro, e eu aí era cético, mas nunca tive qualquer pressão para defender outra posição. Mário Soares era favorável à adesão à moeda única. Discutimos, trocámos impressões, não o consegui convencer. Mas sempre insistiu para que houvesse um referendo a Maastricht (o que exigia uma revisão constitucional). Curiosamente, eu, que era crítico do euro, ao início não estava muito seguro sobre o referendo, mas ele convenceu-me. O referendo não seria legítimo (por falta de participação [de pelo menos 50 por cento dos eleitores inscritos]), mas estou convencido de que daria uma maioria de sins.⁴⁸

Perante a recusa não só do PSD mas também do PS de Guterres, além da insensibilidade mostrada pelo Conselho de Estado aos seus argumentos⁴⁹, o Presidente não pôde ir muito longe com a exigência, embora ameaçando: «Vão arrepender-se.»⁵⁰

O líder social-democrata acabaria por reagir às constantes picardias presidenciais exercidas sobre a maioria. Primeiro num Conselho Nacional do PSD em julho de 1992, onde declarou: «Hoje, tudo o que é decisivo para que Portugal possa enfrentar o embate da união económica monetária europeia é visto pelo Presidente da República como inconstitucional. Chegámos a um ponto em que qualquer corporação de interesses que não goste de um diploma aprovado pelo governo diz imediatamente que vai pedir ao Presidente que requeira a sua inconstitucionalidade. Lamento a duplicidade daqueles agentes políticos e grupos que fazem discursos dizendo que não se podem adiar as reformas estruturais e, depois, fazem tudo o que podem para que elas não se concretizem.»⁵¹

Depois, no congresso do PSD em meados de novembro do mesmo ano, no Porto, lançando a expressão «forças de bloqueio» para se referir não só a Belém mas a todos os grupos e entidades (incluindo alguns órgãos fiscalizadores do Estado) que o líder social-democrata entendia travarem a ação reformista do seu governo⁵², e acusando Soares de ser uma «caixa de ressonância de interesses corporativos».⁵³ E, em julho de 1993, numa ação de pro-

paganda autárquica em Lisboa, largando um desabafo amplamente glosado: «Deixem-nos trabalhar!»⁵⁴

«O PSD chegou a ver no Presidente da República o principal agente da oposição», escreverá o líder social-democrata⁵⁵, explicando que ao recorrer àquela expressão refletia também um crescente descontentamento com Soares sentido nas fileiras do seu partido:

Mário Soares utilizava a sua voz para evidenciar as dificuldades económicas e sociais do país, esquecendo a herança que os meus governos tinham recebido e sem nunca referir a crise económica internacional que atingia a Europa, a mais grave desde a Segunda Guerra Mundial. Criava, assim, espaço para dar mais credibilidade aos ataques da oposição e estimulava as manifestações de rua. Por outro lado, dava acolhimento aos protestos dos grupos cujos interesses e privilégios eram atingidos pelas reformas lançadas pelo governo, estimulava a sua contestação e não perdia uma oportunidade para mandar para o Tribunal Constitucional diplomas legislativos importantes para a ação do governo, atrasando, desse modo, a entrada em vigor das medidas. Não surpreende, portanto, que ao longo de 1992 as críticas a Mário Soares tenham subido de tom dentro do PSD.⁵⁶

A interposição do veto político ou o recurso à fiscalização preventiva do TC, relativamente a diplomas emanados do executivo ou da AR, eram outras armas que o Presidente usava na sua ação de desgaste da maioria absoluta. Dirá a estatística que Soares vetou politicamente acima de quatro vezes mais diplomas no seu segundo mandato do que no primeiro: 30 entre 1991 e 1996 (sendo 23 emanados do governo e sete da AR) contra apenas sete entre 1986 e 1991 (dois do executivo e cinco do hemiciclo)⁵⁷. Foi o caso da Leis de Imprensa, dos Serviços de Informação e Segurança ou dos Rendimentos e Património dos Titulares dos Cargos Públicos.⁵⁸ Em outubro de 1992, o Presidente vetou um diploma governamental que, num esforço de aumento da produtividade nacional, mandava celebrar na segunda-feira mais próxima quatro feriados nacionais – o 25 de Abril, o 5 de Outubro, o Dia de Finados e o

1.º de Dezembro –, de forma a eliminar algumas *pontes* no calendário laboral. Cavaco Silva contará que Soares não admitia em particular que o 25 de Abril viesse a ser celebrado antes da data.⁵⁹

A decisão presidencial de também vetar, em agosto de 1993, uma autorização legislativa para o governo produzir um diploma sobre o direito de asilo obrigaria o parlamento a interromper as férias, assim como o ministro-ministro, que convocou uma reunião extraordinária do executivo, conduzindo depois ao plenário, também extraordinário, da Assembleia da República, para aprovar uma lei sobre a matéria: tratava-se de «impedir que entrassem no país milhares de falsos exilados políticos, contribuindo para a criação de problemas de insegurança, exclusão social, marginalidade e xenofobia».⁶⁰

Uma lei que aumentava as propinas do ensino superior – objeto, aliás, de forte contestação estudantil – foi outro motivo de conflito institucional, como descreverá Cavaco Silva:

O Presidente Mário Soares percebeu que a lei das propinas do ensino superior era uma oportunidade de ouro para desgastar o governo, bastando para isso dar sinais de que discordava da decisão e que estava ao lado dos estudantes. Foi o que fez. Pediu a inconstitucionalidade da lei sobre o novo sistema de propinas aprovado pela AR, tendo o TC confirmado as suas normas essenciais. Depois, vetou o respetivo diploma regulamentar, forçando o governo a transformá-lo em proposta de lei à AR e aí usar a sua maioria. [...] A atitude do Presidente da República [...] foi um importante encorajamento à contestação por parte dos estudantes, chegando mesmo a ocorrer incidentes com a polícia. O comandante-geral da PSP [...], numa audiência que lhe concedi, manifestou-se chocado com os comentários do Presidente em relação às forças de segurança que tiveram de conter os distúrbios provocados pelos estudantes frente à AR.⁶¹

A pretensão anunciada por Cavaco Silva consistia em «corrigir a situação verdadeiramente imoral de os filhos das famílias de altos rendimentos serem os maiores beneficiários da gratuitidade do ensino superior.»⁶² Mas o Presidente via as coisas de outra

maneira: «Perguntei ao doutor Cavaco se ele entendia como possível e plausível que eu pudesse ser a favor do aumento das propinas, quando começara a minha vida política, em 1941, a lutar contra o aumento das propinas!»⁶³ (Tendo entrado na universidade apenas no ano seguinte, não há indícios de que Soares se tenha envolvido no movimento contra a subida as propinas que, de facto, se registou em 1941).

O primeiro-ministro queixava-se também do efeito de surpresa procurado por Soares quanto às suas decisões neste capítulo, já que na véspera do veto à lei das propinas (em finais de 1993) tinham tido a rotineira reunião de Belém sem que o Presidente lho anunciasse: «Sempre estranhei a prática seguida por Mário Soares de não me dar uma única palavra sobre os vetos e os pedidos de inconstitucionalidade de diplomas do governo nos nossos encontros semanais, ao mesmo tempo que se afirmava defensor da harmonia constitucional.»⁶⁴

Cavaco Silva sublinhará a quantidade de vezes em que o TC não atendeu positivamente os pedidos de fiscalização de constitucionalidade apresentados por Belém, com foi o caso, em julho de 1993, de um diploma do governo visando a erradicação das barracas da área metropolitana de Lisboa e do Porto e a construção de habitações económicas, à semelhança de outros sobre a mobilidade dos funcionários públicos, a extinção da empresa do Teatro Nacional de São Carlos e da auditoria jurídica da presidência do Conselho de Ministros ou a transformação da RDP em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.⁶⁵

Um veto de maio de 1992, apostado por Soares a um decreto-lei que permitia a redução do número de oficiais dos quadros superiores das Forças Armadas – sobretudo tenentes-coronéis e coronéis (pelo que o diploma ficou conhecido como a «lei dos coronéis») – terá sido a gota de água que fez entornar o copo na relação entre Belém e São Bento, já que esse gesto, segundo Cavaco Silva, «marca o fim das ilusões do PSD em relação ao comportamento do Presidente da República».⁶⁶

Havia, para o primeiro-ministro, «um número absurdo de coronéis e tenentes-coronéis – um enviesamento criado pela guerra colonial – que prejudicava a ascensão na carreira dos oficiais mais novos», além de que era necessário adequar a tropa «à nova situação da Europa criada pelo colapso do comunismo»⁶⁷, mas o Presidente manteve-se surdo à argumentação.

Acrescentará Cavaco Silva que era a segunda vez que Soares «criava sérias dificuldades ao governo junto das Forças Armadas», já que, «no seu primeiro mandato, tinha apoiado declaradamente as reivindicações de maiores orçamentos de despesa e de aumentos de vencimentos feitas pelos chefes militares.»⁶⁸ E também dessa primeira ocasião Belém se mantivera intransigente: «De pouco me serviu chamar a atenção do Presidente para a limitação dos meios financeiros do Estado e do equilíbrio que devia ser preservado entre os vencimentos dos militares e de outros grupos da função pública. [...] Para relativizar a minha argumentação “economicista”, Mário Soares assumia-se como comandante supremo das Forças Armadas e dizia-me com ar grave e solene: “Há um profundo mal-estar na tropa.” [...] O Presidente nunca devia chamar os chefes de Estado-Maior para com eles discutir valores concretos de aumentos de vencimentos ou subsídios. Era matéria da clara competência do governo.»⁶⁹

Desta vez, a solução para o governo foi transformar o diploma em proposta de lei para o submeter à apreciação parlamentar, num claro desafio a Belém. A AR aprovou a «lei dos coronéis» e o Presidente promulgá-la-ia, mas faria acompanhar a assinatura de uma comunicação ao país «manifestando a sua discordância e criticando o governo e o PSD».⁷⁰

A intervenção televisiva era, aliás, outro dos instrumentos que Soares sabia ter ao seu dispor: «Dirigi algumas mensagens ao país, quando me pareceu oportuno e adequado. Fez isso parte – foi um dos instrumentos utilizados – do que chamei de magistratura de influência.»⁷¹

Ao longo do ano de 1993 desdobrar-se-ia em novas manobras para pôr em xeque a maioria social-democrata, entre as quais uma bem planeada presidência aberta na região da capital, que se desenrolou logo a partir de fins de janeiro, ao longo de duas semanas:

1993 foi para mim um ano particularmente trabalhoso. Iniciou-se com a presidência aberta na Área Metropolitana de Lisboa, que provocou [...] um choque psicológico no país. Porquê? Porque foi amplamente divulgada, pela primeira vez, a realidade negra e paupérrima das condições de vida de muitos portugueses – e de imigrantes, sobretudo africanos lusófonos – que contrastava com a festejada “democracia de sucesso” [expressão de Cavaco Silva] que se dizia ser o Portugal membro da CEE. Para mim próprio foi uma surpresa muito amarga que desconhecia em absoluto. A rivalidade entre as televisões privadas [apenas a SIC, que iniciara as suas emissões meses antes, tendo a TVI arrancado uma semana após o fim da presidência aberta] e a pública mostrou essa realidade até à exaustão. Foi por isso que fui atacado por alguns partidários do PSD, acusado de ter perdido a isenção e estar a fazer propaganda contra o governo. Foi absolutamente falsa esta acusação. Limitei-me a revelar, como me cumpria, a vergonha das baracas, as deficiências de todo o tipo, a desordem urbanística, a marginalidade, as crescentes desigualdades sociais, dez anos depois de Portugal se considerar um país do Primeiro Mundo e de ter recebido o maná dos fundos comunitários.⁷²

Para lá de uma inócua presidência aberta no distrito de Viana do Castelo em setembro de 1992, Soares tinha agora, na verdade, uma intenção distinta na forma de utilizar este recurso, como explicará Alfredo Barroso:

As presidências abertas, primeiro, foram um instrumento de união com Cavaco, e depois transformaram-se em instrumento de colisão. Têm um papel fundamental nos dois mandatos. No primeiro, Mário Soares quer favorecer também o governo. Fizemos sempre tudo isso de acordo, por um lado, com o governo e, por outro, com as câmaras municipais. Foi um modelo de organização: não houve ali falhanço nenhum.

Impressionante. Mário Soares, quando ia para o terreno, sabia ao minuto o que estava preparado. Havia encontros com ministros e com Cavaco, que ia lá despachar com o Presidente da República, e o chefe do governo estava satisfeito. Evidentemente que às tantas, no segundo mandato (não é logo óbvio o confronto), Cavaco começa a ter dificuldades, e depois há a presidência de Lisboa, que corre de maneira diferente.⁷³

A Cavaco Silva – que depois considerará que, «no segundo mandato, Mário Soares fez de algumas das suas presidências abertas pelo país verdadeiros meios de desgaste do governo e do PSD e de criação de espaço de manobra para os ataques por parte do PS e do PCP»⁷⁴ – a iniciativa na Grande Lisboa cheirou a esturro, tendo recusado, ao contrário do habitual, enviar ministros para acompanhar Soares (à exceção de Joaquim Ferreira do Amaral, titular das Obras Públicas, Transportes e Comunicações): «Desconfiado como estava em relação ao comportamento do Presidente, disse-lhe que o governo não era ingénuo, percebia bem quais eram as suas intenções e não tinha vocação para bombo da festa».⁷⁵ (O próprio chefe do executivo almoçaria contudo com Soares em Setúbal, ao sétimo dia da iniciativa).

Já durante a preparação do programa tinham vindo à tona focos de tensão entre Belém e os serviços sob tutela governamental, tendo em vista a marcação de algumas visitas – relatará a assessora de Belém para a comunicação social, Estrela Serrano, revelando que o chefe da Casa Civil, em carta dirigida ao gabinete do primeiro-ministro, contestou como «excessivos» os «pedidos de autorização» exigidos: «Acréscenta “não ser curial” que o chefe de Estado “solícite autorização para entrar num edifício público ou departamento do Estado”, cabendo-lhe apenas “manifestar essa intenção, antecipadamente, às entidades competentes”.»⁷⁶

A assessora desvendará como a presidência aberta da Grande Lisboa foi preparada em Belém com a minúcia de uma operação militar, visando acima de tudo aspetos debilitantes para o executivo: «Mediante um programa estrategicamente delineado, Soares

deixou que as coisas naturalmente acontecessem, proporcionando a outros (sindicatos, ambientalistas, desempregados, idosos) a iniciativa das críticas ao governo.»⁷⁷

Houve da parte da Presidência da República a preocupação em explorar situações de conflito ou insatisfação dos cidadãos e em virar as atenções para casos por resolver, se possível estimulando a criação de eventos que servissem de notícia aos órgãos de informação:

Agricultores, estudantes, moradores, sindicalistas, ambientalistas organizaram manifestações e dirigiram petições ao Presidente, esperando-o nos locais cobertos pelo programa da PA [presidência aberta]. Soares era informado dessas manifestações, com alguma antecedência, pelos assessores e pela segurança pessoal, o que lhe permitia preparar um determinado tipo de discurso para os manifestantes. Os assessores para a comunicação social alertavam, então, os jornalistas para os imprevistos do Presidente, avisando os representantes dos mais importantes *media* noticiosos que o acompanhavam para que estivessem atentos e não perdessem a cobertura dessas manifestações.⁷⁸

Estava assim garantida a atenção dos repórteres às ações desencadeadas pela presença de Soares: «Os jornalistas obrigavam-se a segui-lo permanentemente, na expectativa de uma declaração ou de uma reação inesperada. Essa era, aliás, uma estratégia do Presidente – surpreender os jornalistas e a sua própria comitiva. Soares não planificava, formalmente, as suas intervenções, apenas indicando quealaria de improviso em determinados momentos. [...] As suas intervenções politicamente mais significativas eram proferidas de improviso, o que não significa que o Presidente não soubesse, antecipadamente, qual era a mensagem que pretendia passar.»⁷⁹

A concessão de entrevistas durante a presidência aberta era outra forma de Soares cativar os jornalistas, com o objetivo de conseguir uma cobertura positiva para Belém:

Nem todos os pedidos [de entrevista] eram considerados, sendo dada prioridade aos *media* noticiosos de maior prestígio. Se algum desses órgãos não solicitava uma “conversa” privada com o Presidente, eram os assessores que a sugeriam, com o objetivo de se certificarem [de] que a perspectiva do jornalista não era desfavorável ao Presidente. A proximidade e o convívio existente entre os jornalistas que acompanhavam o Presidente e os assessores permitiam que estes se apercebessem das reações dos jornalistas a determinados eventos ou palavras do Presidente e o informassem de que era necessária uma sua intervenção no sentido de um enquadramento favorável, que surgia, então, como natural.⁸⁰

A narrativa de Serrano contrariará a forma displicente como Soares se referiu ao papel dos jornalistas na presidência aberta de Lisboa: «O aspeto mediático não foi programado, [...] resultou de uma coincidência fortuita. Mas não nego que terá tido a sua importância.»⁸¹ Não admira que Cavaco Silva, pelo contrário, viesse a classificar as revelações da assessora de Belém como «um terrível libelo acusatório contra Mário Soares»: «Havia uma estratégia de desgaste do governo cuidadosamente delineada [...], e explica-se como os jornalistas eram manipulados pelo Presidente.»⁸²

O chefe da Casa Civil não verá as coisas de forma muito diferente, valorizando sobretudo o novo quadro televisivo: «As TV privadas alteram tudo, a SIC faz uma coisa devastadora nos bairros da lata, nas zonas suburbanas e companhia, e puxa pelo Mário Soares, e depois o Mário Soares diz coisas e puxa pelos jornalistas. Há ali de facto uma convivência, mais do que uma convivência, disso não há dúvida.»⁸³

O político Soares havia aprendido, com a sua experiência passada, que esta seria a melhor estratégia para seduzir jornalistas, e nesse aspeto não deixaria os créditos por mãos alheias: «Os políticos precisam de ser sedutores: sedutores dos auditórios para que falem, dos eleitorados que os elegem, dos partidários que os apoiam e, às vezes, dos próprios adversários que mais os incomodam...

Não raro, os jornalistas entram também nessa categoria de seduzidos.»⁸⁴ Serrano dirá que os contactos de Soares com jornalistas, logo ao início do seu primeiro mandato, haviam quintuplicado em relação aos de Ramalho Eanes.⁸⁵ E nesse terreno nada era deixado ao acaso: «Quando jornalistas menos conhecidos lhe solicitavam entrevistas, Soares gostava de saber qual a orientação partidária ou ideológica desses jornalistas, e dificilmente acreditava que não tivessem alguma.»⁸⁶

O Presidente era capaz de perder a cabeça com um jornalista, como durante uma entrevista para o *Expresso*, em finais de 1990, por causa de uma série de perguntas sobre o *fax* de Macau.⁸⁷ Mas na maior parte dos casos a sua atitude revestia-se de atenção e cordialidade, procurando conquistar os profissionais da comunicação social como seus aliados. O que lhe permitia mesmo corrigir situações que para ele podiam ser adversas do ponto de vista político, como quando, autoritariamente, ordenou a um polícia de trânsito que desimpedisse o caminho do autocarro em que seguia com jornalistas, ao terceiro dia da presidência aberta da região de Lisboa, tendo sido filmado a fazê-lo.

Explicará Serrano que o agente surgiu de mota para acompanhar o veículo na ocasião em que o Presidente tencionava reproduzir a duração do percurso de um cidadão comum ao ir de manhã para o trabalho (logicamente não acompanhado de escolta policial). Soares gritou então para o homem: «Ó senhor guarda, saia daí. Não queremos cá polícias!» Passado à noite nas notícias televisivas, o momento não dignificava a função presidencial, como assinalou Alfredo Barroso: «Achei que a cena do polícia era terrível para Mário Soares, mas toda a gente se riu.»⁸⁸ Alguns colaboradores de Belém ficaram porém preocupados e concluíram pela necessidade de uma correção:

Soares não se apercebeu imediatamente do efeito provocado pela sua invetiva ao guarda. [...] Os jornalistas puderam aperceber-se do mal-estar causado, pelas palavras do Presidente, nos assessores militares, receosos de reacções no seio das forças de segurança. No final do dia, o Presidente viu as imagens dos

telejornais. Os assessores militares começaram a receber as primeiras reações negativas. Soares percebeu que era necessário dizer qualquer coisa que anulasse o efeito das suas palavras e desagravasse os militares. No dia seguinte, logo de manhã, chamou a imprensa, explicou o sentido da frase “não queremos cá polícias” e pediu-lhes que não subvertissem “o principal com o anedótico”. Os jornalistas transmitiram a preocupação do Presidente e o assunto ficou por aí.⁸⁹

Teve também que ver com jornalistas o passo seguinte da disputa entre Belém e São Bento, como contará Cavaco Silva:

Em abril de 1993 fui surpreendido com uma atitude do Presidente [...] a que a princípio não atribuí importância, mas que depois acabou por me preocupar. Na AR surgira um conflito entre os jornalistas que cobriam os trabalhos e o grupo parlamentar do PSD, por lhes ter sido restringido, por uma questão de segurança, o acesso ao corredor dos gabinetes da direção do grupo. Como retaliação, os jornalistas decretaram boicote noticioso ao que se passava no parlamento. Os partidos da oposição perceberam que a matéria era propícia para atacar o PSD, colocaram-se ao lado dos jornalistas e fizeram, também eles, voto de silêncio no hemiciclo. [...] Qual não foi o meu espanto quando, em 15 de abril de 1993, no habitual encontro das quintas-feiras, o Presidente da República me disse que o boicote dos jornalistas era um assunto de extrema gravidade, que estava em causa o regular funcionamento das instituições democráticas. Eu tinha de lhe pôr fim, sem o que ele não iria à sessão da AR comemorativa do 19.º aniversário do 25 de Abril e faria uma comunicação ao país. Eu não queria acreditar no que ouvia. Aconcheguei-me no sofá e respirei fundo, procurando manter-me calmo. “Assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas” era a situação em que o Presidente da República podia demitir o governo. Tornou-se claro para mim que o Presidente tinha encontrado no boicote dos jornalistas mais uma arma de desgaste do PSD e iria utilizá-la com a habilidade política que lhe era reconhecida. No meu bloco de notas escrevi: “Que mais me irá acontecer?!...” [...] Expliquei ao Presidente da República que não era minha função

resolver diferendos entre deputados e jornalistas, mas sim governar o país. Ele estava em muito melhores condições do que eu para pôr fim ao boicote, dadas as suas relações privilegiadas com os jornalistas (aliás, tinha-os recebido em audiência para ouvir as suas queixas e dar-lhes razão).⁹⁰

O caso resolveu-se por si, em conversações entre jornalistas e deputados, mas a conversa em Belém suscitou a questão sobre se o Presidente não procurava um pretexto para dissolver o parlamento. Correria semanas depois esse rumor, ao ser noticiado que Soares se reunira em maio com alguns dos seus amigos políticos mais próximos, num jantar no restaurante Aviz, ao Chiado, onde o prato principal teria sido uma discussão sobre como afastar Cavaco Silva do poder. Estavam presentes Carlos Monjardino, Jorge Sampaio, Manuel José Homem de Melo, António Dias da Cunha, Joaquim da Silva Pinto (n. 1935, ministro das Corporações e Segurança Social do governo de Marcello Caetano, membro das Comissões Política e Executiva do MASP I e do MASP II, então deputado pelo PS), Victor Cunha Rego (regressado ao soarismo), Gomes Mota, Jaime Gama, Manuel Alegre e António Campos. Soares reclamará sempre total inocência quanto à iniciativa:

Não havia ordem de trabalhos nenhuma. Um Presidente da República vai jantar com um grupo de amigos, para estar bem-disposto, fumar um charuto – como eu fumava na altura –, andar para ali, beber uns copos, contar umas coisas engraçadas, divertir-se um bocado... Se eu quisesse fazer uma conspiração contra o Cavaco não ia meter-me no Aviz com os jornalistas todos à volta. O jantar não teve conteúdo político nenhum. Os gajos conversavam comigo à-vontade, uns diziam que sim, outros diziam que não, uns diziam que isto estava bem, outros que estava mal, mas eu sabia o que queria; nunca pedi a esses tipos: “Digam-me lá o que eu devo fazer.” Não me interessava nada dissolver a AR; só arranjava complicações, sem nada. Evidentemente que [com as presidências abertas] o Cavaco ficou desgastado: os problemas surgiram, era o que eu queria que se fizesse. O Cavaco estava lá e não dizia nada.⁹¹

Não havia, na realidade, jornalistas à volta do Aviz. Segundo Alfredo Barroso – que não esteve presente no jantar –, era suposto que o repasto e sobretudo a conversa se mantivessem confidenciais, e terá sido apenas devido à indiscrição de um dos participantes que a imprensa veio a saber: «Manuel José Homem de Melo já estava disposto a passar-se para o lado de Cavaco, e ele é que conta o que se passou.»⁹²

E o que veio a saber-se não foi tanto o que Soares dirá mas mais o que contarão outras testemunhas, como Jorge Sampaio, que apresentará uma perspetiva distinta daquilo a que assistiu:

A predisposição do doutor Soares era atacar o Cavaco. O jantar era feito para que o PS estivesse numa atitude mais ativa e porventura houvesse uma interrupção do mandato de Cavaco. Agora por quem não sei. Estaria ele [Soares] a pensar numa moção de censura? Que, aliás, perderia. Ele ficou muito desastinado: “Vocês não fazem nada!”, disse, acrescentando que era preciso fazer. Havia os soaristas não PS, que estavam manifestamente por um maior intervencionismo do Presidente da República, como Monjardino, Silva Pinto, Gomes Mota, Dias da Cunha – estavam lá todos. O que ele queria ouvir de nós, os mais ativos do PS, é que déssemos um contributo para essa flagelação [de Cavaco Silva]. Guterres deve ter percebido, e teve um magnífico e fantástico pretexto – e era verdade – ao dizer que tinha uma assembleia municipal no Fundão (da qual era membro), e quem apanhou com esse jantar fui eu, o Gama, o Alegre e mais não sei quem. E nós desiludimos. Estou a lembrar-me das intervenções do Gama. Ele [Soares] ficou absolutamente irritado com o Gama, porque o Gama tem aquela espantosa frieza sempre, não é alterável, e assim foi: “Não, nós somos a favor de que o professor Cavaco chegue ao fim do mandato.” Foi o mesmo para nós todos: o Alegre foi nessa mesma direção, eu também fui, talvez um pouco mais complexamente, nessa direção, e o homem viu que o PS efetivo não estava com ele. Para não sei bem o quê, mas que havia alguma coisa, havia. Ele saberia. Nós percebemos que era preciso fazer qualquer coisa, mas não embarcámos nisso.⁹³

Se tinha ou não um fim em vista, Soares retomava no Aviz as pressões sobre o PS para uma oposição mais radical, reiterando uma preocupação recorrente desde que abandonara a liderança do partido – como Sampaio, tendo já passado pelo lugar, sabia muito bem:

Ele também nos passou um responso no Aviz: “Com vocês assim, não vamos a parte nenhuma.” O costume. Porque havia a tese do Guterres, a meu ver corretíssima, de que “vamos deixar chegar isto até ao fim”. Acho que isso foi brilhante: não havia meios claramente evidentes, não havia sequer maioria, a maioria absoluta estava com o professor [Cavaco Silva], e portanto era uma flagelação. A verdade é que a gente o disuadiu [a Soares], fez-lhe ver que ele não poderia contar com o PS, e eu nisso alinhei com a rapaziada estritamente do PS, embora alguns soaristas, como Dias da Cunha, Gomes Mota e Silva Pinto, apoiassem a minha candidatura à CML [que em finais desse ano voltaria a ser bem-sucedida].⁹⁴

Se até para quem participou no conciliábulo do Aviz as intenções do anfitrião eram nebulosas, muito mais seriam para quem estivesse de fora. Desde o início do seu primeiro mandato em Belém, Soares sempre esclareceu que não avançaria para governos de iniciativa presidencial, pelo que não passariam por aí os seus planos. Faltavam-lhe por outro lado pretextos para a dissolução da AR e a convocação de eleições antecipadas, por muito potente que fosse a lente com que olhava para os males da maioria absoluta social-democrata. Talvez não houvesse nessa atitude, no fim de contas, nada de racional, mas apenas a pulsão da política, a instintiva necessidade de dirigir um combate a favor de ou contra o poder governativo, consoante este fosse ou não do agrado de Soares, norma que desde a adolescência havia moldado a sua ação – e não seria agora, como Presidente, que abandonaria o hábito.

Recusará, aliás, reconhecer algo de anómalo no exercício do seu segundo mandato, insistindo em ter sido um mero prolongamento do anterior, sem nunca sair da fórmula «moderador e árbitro», a que amiúde recorreu para definir a função presidencial: «Voltei, [...] no segundo mandato, a ser um Presidente res-

peitador dos seus próprios limites, nunca os excedendo.»⁹⁵ E, se mais agreste e combativo foi o seu comportamento, isso deveu-se à mudança da realidade à sua volta, não dele próprio, firme no mesmo pedestal de sempre: «As conjunturas políticas e sociais é que foram muito diferentes, obrigando-me, por vezes, a outro tipo de intervenção.»⁹⁶

Mas o seu chefe da Casa Civil admitirá a diferença de um mandato para outro: «Não vale a pena negar o conflito com Cavaco Silva no segundo mandato. Soares pensou em dissolver a Assembleia, mas não o fez.»⁹⁷ Alfredo Barroso considerará que nessa escalada houve até, por parte do seu chefe, atitudes mais afrontosas do que a presidência aberta na zona da capital ou o jantar no Aviz: «Há uma declaração de Mário Soares numa entrevista ao jornalista Mário Bettencourt Resendes [1952-2010], do *Diário de Notícias*, a alertar para o perigo das maiorias absolutas monolíticas [«Há o risco de uma ditadura da maioria», diria então ⁹⁸], e isso é na minha opinião o ataque mais frontal que ele faz ao Cavaco, mais do que na presidência aberta sobre Lisboa e outras iniciativas. Pior do que isso (mas não do que a entrevista ou certos discursos) é também o congresso “Portugal: que Futuro?”»⁹⁹

O congresso «Portugal: que Futuro?», organizado por um grupo de soaristas sob a batuta de Gomes Mota, teve lugar em Lisboa num fim de semana de maio de 1994, assumindo a forma de uma iniciativa da sociedade civil para repensar o país e apresentar propostas para o seu desenvolvimento. Na prática, redundou numa jornada de contestação ao governo de Cavaco Silva. Soares protestará inocência no lançamento da iniciativa, se bem que a tenha patrocinado e nela proferisse um discurso: «Não fui, nem tinha de ser, consultado quanto à realização do congresso. Mas é óbvio que uma iniciativa deste género, feita a partir da sociedade civil e com o objetivo de melhor a consciencializar, com um cunho indiscutivelmente cívico, só me poderia agradar. Quando o comandante Gomes Mota, o professor José Mattoso [n. 1933, historiador], o reitor [da Universidade de Coimbra e membro do Conselho de

Estado] Rui Alarcão [1930-2018] e a cientista [imunologista e professora universitária] Maria de Sousa [1939-2020] me convidaram para usar da palavra na abertura do congresso, aceitei sem hesitar, como havia feito com muitas outras iniciativas de igual sentido cívico.»¹⁰⁰

Explicará também que nada se confirmou quanto ao processo de intenções que então lhe foi dirigido pela iniciativa: «Deu lugar a alguma polémica. Mas só foi útil. Pelos temas abordados e a sua atualidade e importância. Incomodou alguns membros dos partidos de direita e os acomodados da situação de então? É verdade. Mas sem razão, porque as consequências que os críticos temiam que eu viesse a tirar do congresso não se verificaram.»¹⁰¹

No entanto, Soares reconhecerá, passada mais de década e meia, aquilo que parecia ter toda a lógica: a sua responsabilidade na ideia. Primeiro, para admitir que esse terá sido o seu único ato de frontal desafio a Cavaco Silva: «Não fiz guerrilha. Eu fiz aquilo que um assessor de Cavaco mais tarde me contou: “Uma vez, o Cavaco disse-nos (mais ou menos textual): ‘Nós fechamos-lhe as portas [a Soares] e ele entra pelas janelas.’” Isto simboliza realmente o que aconteceu. É que se um tipo tem imaginação... Eu só usei isso uma única vez, mas um Presidente patrocinar um congresso, alguém me pode dizer que isto é mau? Pensar sobre Portugal? Foi o que nós fizemos, foi uma reflexão. Veja-se o barulho; ficou tudo aparelhado com isso.»¹⁰² Depois, para assumir que podia – mas recusou – exonerar o primeiro-ministro:

A partir de certa altura, eu percebi que o Cavaco estava a conduzir mal as coisas. Embora eu fosse Presidente e não o demitisse nunca – e tive sempre relações de cordialidade com ele (até quando lhe abri os olhos duas ou três vezes ele amochou sempre) –, eu não tinha nenhuma razão para ter sentimentos com o Cavaco. Toda a gente queria que eu o demitisse (mesmo o [escritor Miguel] Torga [1907-1995], já doente com cancro, sem se poder levantar, se soergueu da cama quando fui vê-lo e me perguntou: “Ó Mário, você ainda não pôs o tipo na rua?”). Mas eu achava que não o devia fazer, e não o fiz. Até podia

ter razão para isso, quando fiz aquela coisa sobre Portugal – aquele congresso – ou as presidências abertas [dias antes do congresso, em abril, tivera lugar outra presidência aberta mas em moldes diferentes, dedicada a temas ambientais, na qual «o governo aprendeu a lição e não voltou a cometer o mesmo erro»¹⁰³, tendo comparecido e desanuviado um pouco a tensão]. Era complicado, mas podia-se ter feito. Só que não o queria provocar nem achava que o devia substituir, porque as coisas deviam seguir o seu caminho.¹⁰⁴

Circulou até nos bastidores políticos a tese de que o congresso não seria dirigido tanto a Cavaco Silva mas mais ao então secretário-geral do PS, com a intenção de o espicar para uma oposição mais aguerrida. E foi assim que o viu alguém tão próximo de Soares como Alfredo Barroso:

Há uma coisa curiosa: o congresso “Portugal: que Futuro?” não é feito contra Cavaco, é feito contra Guterres, que é algo absolutamente extraordinário, em que ninguém acredita. Guterres, aliás, percebe isso, mas, quando vê o Cavaco a reagir, eu acho que ele fez bem em esconder-se. É o Cavaco que dá o flanco [mesmo se nesse fim de semana tenha pretextado uma visita ao sítio do Pulo do Lobo, no Guadiana, para, aos jornalistas, se dizer a leste do que acontecera no encontro]. Soares e algumas pessoas que estão à volta dele, que não eu, acham que o Guterres é a terceira edição do ex-Secretariado, tão má como as anteriores – o que não é verdade. Soares queria espreitar Guterres, estava com medo de que ele perdesse as eleições [legislativas, em 1995].¹⁰⁵

Tendo percebido a intenção, o líder socialista, segundo José Manuel dos Santos, não a apreciou: «Guterres não gostou nada do congresso “Portugal: que Futuro?” Era uma pressão sobre ele. Estavam a disputar-lhe a liderança da oposição. Soares viria depois a dizer que era para ajudar o partido: “Só vos ajuda ao pôr em evidência o estado em que o país se encontra”.»¹⁰⁶

Apesar desta admissão de uma entrada em temas pertencentes à tutela do executivo, o Presidente rejeitará a acusação frequente de,

com a sua atividade crítica em várias áreas da administração pública, pretender imiscuir-se nas competências governativas: «Não era entrar na área do executivo, porque eu nunca dei ordens ao executivo, nem nunca disse nada, nem nunca tive uma questão séria com o Cavaco. Nunca chamei um ministro sem dizer primeiro ao Cavaco: “Não se importa que eu chame o ministro?” Porque eu sabia muito bem que o Eanes, quando eu estava no governo, chamava secretamente ministros, que iam lá. Isso é que é conspiração – nunca fiz isso na vida. As pessoas têm de ter um mínimo de ética na política, senão não conseguem andar para a frente. O Cavaco nunca teve uma ponta de argumento para pegar comigo, ou eu com ele.»¹⁰⁷

Em setembro de 1994 eclodiu outro *casus belli* entre Belém e São Bento devido ao movimento de contestação ao aumento das portagens que a partir do primeiro dia desse mês se verificou na Ponte 25 de Abril, em Lisboa, tendo-se originado no local o bloqueio da circulação de viaturas e confrontos com as forças policiais. Soares começou por verberar Cavaco Silva numa das suas reuniões de rotina: «O Presidente atacou fortemente o comportamento do governo no caso da ponte, fazendo uso dos mesmos argumentos dos partidos da oposição e da associação de utentes contestatários. Acusou-me de querer abafar a voz das pessoas, um absurdo total.»¹⁰⁸

Passaria depois à pressão pública: «No dia seguinte, Mário Soares não se conteve e atacou o governo a propósito do bloqueio da Ponte 25 de Abril, proclamando o direito dos cidadãos à indignação sempre que são vítimas de uma injustiça. Voltou a fazê-lo numa entrevista à RTP, no dia 27 de setembro, em que atacou também as maiorias absolutas no parlamento, quando no passado ele próprio as tinha pedido ao eleitorado, que, no entanto, sempre lhas negou. O governo, como é óbvio, ficou chocado com a atitude do Presidente e interpretou-a como um estímulo ao desrespeito da lei.»¹⁰⁹

O «direito à indignação», expressão que Soares usou pela primeira vez num seminário com juristas no dia em que discutiu com

o primeiro-ministro o caso da ponte¹¹⁰, passou a constituir outra das suas imagens de marca como Presidente da República: «Invoquei o direito à indignação na questão da ponte. Os reclamantes estavam a ficar desesperados pela falta de diálogo, que é fundamental numa sociedade democrática, a qual é feita de compromissos.»¹¹¹

Curiosamente, quando era primeiro-ministro do Bloco Central, durante uma visita a Coimbra, sentindo-se insultado por manifestantes que protestavam contra a austeridade, Soares acercou-se de um agente da PSP e instou-o a atuar sobre os contestatários¹¹². Dez anos passados, tendo mudado de cargo, acarinhava por sua vez os protestos de quem se queixava. Mas diria numa reunião com Cavaco Silva, em novembro de 1994: «Eu nunca critico o governo, o governo é que me critica a mim.» Ao que o primeiro-ministro lhe retorquiria: «Se fosse feita uma lista das críticas que o senhor Presidente tem feito ao governo, ela seria gigantesca, muito maior do que a lista das críticas do governo ao Presidente da República.»¹¹³

De qualquer modo, como escreverá Estrela Serrano, «Soares conquistou ao longo dos seus mandatos uma espécie de impunidade em que tudo lhe era permitido.»¹¹⁴

Capítulo 36

O viajante

O ambiente entre Soares e Cavaco Silva ficava mais desanuviado pela concordância comum quanto à maior parte dos dossiês de política externa. Dirá o primeiro-ministro que mais de metade do tempo gasto nas conversas entre ambos era dedicado a temas desse teor, «e, no essencial, a convergência de posições foi a nota dominante», sobretudo durante o primeiro mandato do Presidente, onde raras foram as situações de diplomacia paralela.¹

Mas as disputas em torno de Angola prolongaram-se para o segundo mandato, cujo início foi desde logo marcado, a 31 de maio de 1991, pela assinatura entre o MPLA e a UNITA, sob a égide portuguesa, de um pacto de pacificação e democratização conhecido como Acordo de Bicesse (local, junto ao Estoril, da última ronda negocial). Soares não terá apreciado que o executivo de Cavaco Silva, como este relatará, recolhesse sozinho os créditos pelo êxito da iniciativa à época: «A assinatura dos acordos de paz para Angola deu origem a um conflito entre o Presidente Mário Soares e o governo. Mário Soares queria presidir à cerimónia, enquanto o governo entendia que, competindo-lhe a condução da política externa e tendo sido ele a realizar toda a difícil e complexa tarefa de mediação, devia ser o primeiro-ministro a fazê-lo. A quatro meses das eleições legislativas, o governo achava que era de toda a justiça colher os louros de um trabalho seu, que era visto como um grande sucesso diplomático e para o qual o Presidente da República nada tinha contribuído.»² O verniz estalou na habitual sessão das quintas-feiras:

Foi o tema principal da nossa reunião, em 2 de maio de 1991, o dia seguinte à rubrica dos acordos, na Escola Superior de Hotelaria, no Estoril. Fui surpreendido com a exigência de Mário Soares de ser ele a presidir ao ato de assinatura. A minha argumentação de que devia ser eu a fazê-lo, como chefe do governo, não só não o convenceu como o irritou profundamente. Levantou a voz zangadíssimo e ameaçador e quase não me deixou falar. Era uma tática que utilizava quando queria impor os seus pontos de vista ao interlocutor. [...] Embora apanhado de surpresa pela fúria de Mário Soares, entendi não ceder à sua pretensão, mesmo perante a ameaça de denunciar publicamente que eu queria marginalizá-lo e o aviso: “Olhe que a sua posição vai voltar-se contra si.”.³

Adiantará Cavaco Silva que a agitação à volta do tema se repetiu na reunião seguinte, a 16 de maio, depois de Belém ter já feito transpirar a divergência para a imprensa:

Disse [...] a Mário Soares que o governo não se opunha à sua presença na reunião, se assim o desejasse. Ser-lhe-ia reservado um lugar destacado, em cadeirão ao lado da mesa onde se sentavam as delegações [...]. Mário Soares percebeu que o governo habilmente lhe tinha retirado margem de manobra para insistir no papel que ambicionava desempenhar na cerimónia. Assistir à reunião em cadeirão separado e não ser ele a controlar as operações era coisa que obviamente não lhe interessava. Descarregou sobre mim a sua fúria e voltou a avisar-me para ter cuidado: não tinha nenhuma competição comigo, era eu que precisava de votos e não ele. Dessa vez eu ia preparado para o embate. Resolvi mostrar que não me amedrontava com as críticas em voz alta e expressei com firmeza a minha discordância em relação ao entendimento manifestado por Mário Soares sobre as competências do Presidente da República em matéria de política externa.⁴

A conciliação possível consistiu na oferta pelo Presidente de «um jantar simbólico no final das negociações», onde discursou e recebeu a sós os dois líderes angolanos subscritores dos acordos: Eduardo dos Santos e Savimbi.⁵ Mas não sem um lastro de ressen-

timento – quiçá mesmo de ulterior consolação pelo descarrilamento do processo angolano: «Tenho críticas a fazer à pressa com que o governo de Cavaco Silva tentou impulsionar as coisas [tais como «que se marcassem eleições antes de se obter o desarmamento prévio das partes envolvidas no conflito»]. Tempos depois, quando as coisas começaram a correr mal, classificou-se o encontro de Lisboa como um fracasso, um desastre ao nível do que fora Alvor.»⁶

O contributo presidencial para o processo limitar-se-ia à publicação de uma «Carta aberta a favor da paz em Angola», já que nem a sua tentativa de visitar então o país, que procurava curar as chagas de 30 anos consecutivos de guerras, foi bem-sucedida, por razões que o primeiro-ministro apontará: «Eu sabia que Mário Soares tinha a grande ambição de ser o fazedor da paz em Angola e várias vezes teve a ilusão de que poderia sê-lo, mas talvez não tenha percebido que a sua manifesta simpatia em relação à UNITA impedia que o governo de Angola o aceitasse como mediador. Foi por isso também que a concretização do seu desejo de visitar Angola sofreu sucessivos adiamentos, por pretextos deliberados das autoridades de Luanda.»⁷

Soares esclarecerá que o falhanço da viagem se deveu a falta de entendimento com Luanda quanto aos contactos que pretendia realizar com a população e com Savimbi (que entretanto, terminado em confrontos o processo eleitoral preconizado em Bicesse, se resguardara longe da capital)⁸, explicação corroborada por Nunes Barata: «Fui duas vezes a Angola preparar a visita do Presidente, já no segundo mandato, após Bicesse, e que não foi possível concretizar. Ele dizia: “Só vou a Angola se me encontrar com todos os líderes políticos” (incluindo Savimbi e Holden Roberto). Telefonei de lá a Mário Soares: “Não tenho resposta de Eduardo dos Santos.” “Então venha-se embora.” Já estavam os partidos instalados no parlamento em Luanda.»⁹

Adiantará ainda Cavaco Silva: «Em janeiro de 1993, depois de a guerra ter regressado a Angola, o Presidente da República veio dizer, em artigo publicado num jornal diário, que os acordos do Estoril tinham sido feitos à pressão, deixando na sombra pontos

decisivos. Era uma crítica incompreensível.»¹⁰ E, numa visita aos EUA em maio seguinte, Soares, faltando cumprir a segunda volta das eleições presidenciais angolanas, pronunciou-se junto da administração do presidente Bill Clinton (n. 1946) contra o reconhecimento por Washington do governo de Luanda, «o que deixou indignados os ministros dos Negócios Estrangeiros dos PALOP, que se preparavam para uma reunião de cooperação política com o ministro dos Negócios Estrangeiros português [então Durão Barroso].»¹¹

De maiores consequências ainda, «o desagrado do governo de Angola em relação a atitudes do Presidente Soares acabou mesmo por impedir que a CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] fosse constituída durante o seu mandato», dado que as autoridades de Luanda, «que sempre viram em Mário Soares um amigo da UNITA», recusaram participar na respetiva cimeira de fundação, marcada para fins de novembro de 1994, como protesto por declarações sobre o conflito angolano pouco antes por ele proferidas.¹² A luz verde de Eduardo dos Santos só viria durante a visita que realizou a Portugal em setembro do ano seguinte, quando disse ao primeiro-ministro: «Vamos apoiar a cimeira, faremos tudo para a sua concretização no próximo ano depois da partida de Mário Soares [de Belém].»¹³

Os atritos entre a Presidência e o executivo à volta de Angola acabaram por fazer uma vítima política, na pessoa do general da aviação Narciso Mendes Dias (n. 1935), que Soares, depois de já ter aceiteado a sua recondução como chefe do Estado-Maior da Força Aérea, recusaria confirmar no cargo. Alegava o Presidente que as circunstâncias se haviam alterado após *O Independente* ter publicado, em finais de novembro de 1994, notícias sobre um alegado fornecimento de armas e reparação de aviões a favor do governo de Angola por parte das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), num momento em que vigorava o embargo de armamento aos beligerantes daquele país previsto nos acordos de Bicesse.¹⁴

Contará Cavaco Silva que o seu ministro da Defesa, Fernando Nogueira (n. 1950), considerou a atitude presidencial uma afronta e apresentou a demissão ao chefe do governo, que a recusaria. O primeiro-ministro escreveu a Soares dizendo que a notícia do semanário era «pura mentira», embora reconhecendo que a delegação das OGMA em Angola fazia reparações menores em aviões soviéticos pertencentes ao governo do MPLA e que esse facto havia sido ocultado pela empresa junto do executivo português. O Presidente manteve-se contudo firme na decisão de não recondução de Mendes Dias.¹⁵

O legado africano projetar-se-ia ainda sob outra forma no segundo mandato de Soares, quando foi apupado por centenas de manifestantes na inauguração do monumento aos «Mortos do Ultramar», em Belém, a 15 de janeiro de 1994 – por certo uma reminiscência da descolonização: «Eram saudosistas do antigo regime, da extremíssima direita. Incapazes de compreender que as coisas mudam e a superioridade moral da democracia. Fiz-lhes frente. Resolutamente! Levava um discurso escrito, mas, perante o desacato telecomandado, acabei por falar de improviso. Foi melhor. Com a ajuda dos microfones, cobri a vozearia dos manifestantes e, no final, quase os reduzi ao silêncio. [...] Foi o último estertor de uma causa perdida.»¹⁶

O ex-Presidente Costa Gomes confirmará a destreza com que Soares enfrentou situação tão delicada: «É uma pessoa de rara habilidade, sabendo dar a volta a situações mais desfavoráveis, como aconteceu, por exemplo, na inauguração do monumento aos combatentes da guerra colonial [...]. Não só soube enfrentar os apupos, que parece terem sido bastantes, como ainda dar a volta por cima, acabando por ser cumprimentado.»¹⁷

Um ex-território português não descolonizado, Timor-Leste, que se mantinha ocupado pela Indonésia, esteve em foco durante o segundo mandato presidencial de Soares, devido ao massacre de manifestantes pró-independência no cemitério de Santa Cruz, em Díli, a 12 de novembro de 1991, com um saldo superior a duas

centenas de mortes. O incidente chamou as atenções mundiais para uma causa que se arrastava adormecida nas chancelarias internacionais, sem solução à vista, obrigando também a diplomacia portuguesa a tornar-se mais ativa na busca de uma solução que passasse pela autodeterminação da população timorense.

Durante o governo do Bloco Central fizeram-se investigações jornalísticas sugerindo que Soares, entre outros membros do executivo, advogaria uma solução para Timor-Leste de algum modo conciliatória com Jakarta, mas tal acabou por ser desmentido. O próprio admitirá, contudo, que a sua posição poderá ter sido alterada pelo conhecimento da existência de uma guerrilha nacionalista: «Quando percebi que havia um movimento de resistência, sempre me bati pela autodeterminação de Timor. Cavaco é que achava que era melhor resolver.»¹⁸

O primeiro-ministro, pelo seu lado, devolverá a jogada a Belém: «A posição de Mário Soares, como Presidente da República, era um pouco diferente da que tinha adotado enquanto primeiro-ministro. Era mais firme e dura em relação à Indonésia, o que não suscitou qualquer objeção da minha parte [...]. Pode dizer-se que a coordenação entre o governo e o Presidente sobre a questão de Timor funcionou bem.»¹⁹

Tendo trabalhado para Soares na área diplomática tanto em São Bento como em Belém, Nunes Barata estará em condições de decodificar as *nuances* que terão existido na posição do primeiro-ministro do Bloco Central e depois Presidente: «Soares sempre defendeu o princípio da autodeterminação para Timor. Em termos de geopolítica global, talvez tivesse pensado que era melhor não ter ali um partido comunista – a Fretilin – e ter um regime como o indonésio. Mas a questão não era prioritária no governo. Só passou a sê-lo após Santa Cruz.»²⁰

De qualquer modo, o ex-líder socialista (que em 1993 condecorou com a Ordem da Liberdade o líder da resistência timorense, Xanana Gusmão [n. 1946, futuro presidente de Timor-Leste], então preso em Jacarta) não apreciava que lhe recordassem tais

nuances: numa das suas raras fúrias com jornalistas, interrompeu intempestivamente uma entrevista que o repórter britânico Max Stahl (1954-2021) – que filmou e denunciou ao mundo o massacre de Santa Cruz – lhe fazia em Belém, quando o inquiriu acerca da sua suposta mudança de posição sobre o tema na passagem do executivo para a Presidência.²¹

Também em Macau, o Presidente terá pretendido punir um jornalista, o português Albino Ribeiro Cardoso (n. 1945), diretor-adjunto do semanário *Comércio de Macau* até 1993, solicitando ao serviço local de informações que encontrasse forma de o expulsar, segundo desvendará, sob anonimato, um dos responsáveis do departamento, dependente da administração Melancia: «Por mais de uma vez, Mário Soares tentou convencer-me de que era possível, nos termos da legislação local, expulsar um jornalista do território. Ele queria que eu expulsasse Ribeiro Cardoso. Não me lembro do motivo. Isso, de qualquer modo, não era possível.»²² O visado reagirá surpreendido, dizendo não encontrar motivos para tal, embora admita ter tido um contencioso com o representante do MASP I e II no enclave, o advogado Jorge Neto Valente (n. 1945).²³

Ainda acerca de Macau, o Presidente, depois de rejeitar pressões de Almeida Santos e um grupo próximo, que o queriam convencer a nomear Veiga Simão como sucessor de Melancia²⁴, regressou à tradição dos governadores militares, com a indigitação de Vasco Rocha Vieira. Para Carlos Monjardino, tratou-se de uma claudicação perante o chefe do governo: «A nomeação de Rocha Vieira foi por causa de Cavaco. O Mário Soares já não podia mais com aquilo. Ouviu-me e eu disse: “Se tem de ser, por causa de Cavaco...”»²⁵

Era também a fórmula para se livrar das dores de cabeça originadas no minúsculo território: «Eu meti lá o Rocha Vieira e nunca mais houve problemas, porque os gajos que faziam os problemas eram os gajos que queriam ir para lá. E eu sabia que, metendo o Rocha Vieira, um tipo de direita, já não havia mais problemas. Eu estava farto dos problemas de Macau. Queria cá saber dos problemas de Macau. Vão a Macau e percebam o que é aquilo, e que

aqueles gajos andavam lá só a cheirar dinheiro. Eu estava cá e não estava para aturar isso.»²⁶

O Presidente lamentaria não ter por essa altura conseguido visitar a China, porque a partir do massacre de manifestantes na Praça de Tiananmen em Pequim, na primavera de 1989, Bruxelas interditou o país aos chefes de Estado europeus. Acharia, aliás, que o governo português não devia ter acatado a diretiva comunitária, o que permitiria ao rei de Espanha, Juan Carlos, ser o primeiro a furá-la: «Essas resoluções devem ser entendidas com alguma flexibilidade, tendo em conta as situações particulares de cada país. [...] Por que aceitar que seja a Espanha o primeiro país a desrespeitar a resolução da CEE [...], quando Portugal [devido a Macau] era o país com mais justificação para o fazer?»²⁷ Soares haveria de fazer uma visita de Estado à gigantesca potência oriental mas já perto do fim do segundo mandato, em abril de 1995 (começando por passar por Macau).

Também em paragens latino-americanas se registaram alguns desacertos entre Belém e São Bento. No período entre a sua reeleição e a posse, Soares aceitou um convite do presidente mexicano Carlos Salinas (n. 1948) para participar na I Cimeira Ibero-Americana, a realizar em Guadalajara, em julho de 1991. Cavaco Silva assinalará que o chefe de Estado o fez sem consultar o executivo, quando essa era matéria do pelouro governamental, o que originou nova reunião agitada entre ambos: «Mário Soares não gostou que eu tivesse levantado o assunto, a conversa ganhou vivacidade e prolongou-se por mais de uma hora, com argumento para cá e argumento para lá, a ponto de eu invocar o artigo da Constituição sobre as competências do Presidente da República nas relações internacionais: nomear embaixadores, ratificar tratados e declarar a guerra.»²⁸

«Primeiro, Cavaco achava que Portugal não devia ir às cimeiras ibero-americanas», recordará Nunes Barata, que também se envolveu em discussão com o assessor diplomático do primeiro-ministro, o embaixador António Martins da Cruz (n. 1946, futu-

ro ministro dos Negócios Estrangeiros). «Depois, não queria que Mário Soares fosse; só ele iria. Expliquei que na América Latina [os chefes do governo] eram todos presidentes. Mas não queria ir, se não fosse só ele e indo também Mário Soares.»²⁹

A três dias do evento, Salinas mandou dois enviados especiais a Lisboa para tentarem uma solução, que por exigência de São Bento envolvia também a equiparação na cimeira do governo português ao governo espanhol.³⁰ Nunca Barata relatará o desfecho: «Cavaco Silva resolveu-se por fim a ir, convencido de que seria pior se não fosse: era a primeira cimeira. Chegou atrasado e a queixar-se a Mário Soares de que o avião vinha cheio de índios. O Presidente explicou-lhe que não eram índios, mas membros de uma das civilizações mais avançadas e antigas.»³¹ Cavaco Silva acabará por reconhecer que, dada a participação também do rei Juan Carlos na cimeira, «reflexo de uma certa tentação hegemónica de Espanha em relação à América Latina», a presença do Presidente português «revelou-se um fator de equilíbrio, benéfico para a defesa dos interesses nacionais.»³²

Nesse mesmo mês de julho de 1991, Soares voou até ao Chile para assistir à cerimónia de posse do presidente Patricio Aylwin (1918-2016), sucessor do ditador Augusto Pinochet (1915-2006), que em setembro de 1973 havia derrubado o socialista Salvador Allende. Desencadearia grande polémica na imprensa local a sua recusa em convidar Pinochet para uma receção que daria na embaixada portuguesa, apesar de o general se manter como chefe do Estado-Maior do Exército.³³

Do outro lado do espectro, Soares teve também alguns enfrentamentos com Fidel Castro, começando por lhe chamar «dinossauro» numa conversa com jornalistas à margem da I Cimeira Latino-Americana. Polemizaria depois com o ditador cubano na III Cimeira, em Salvador da Bahia (julho de 1993),³⁴ e sobretudo na que se seguiu, em Cartagena das Índias (junho de 1994), tendo respondido a Fidel quando este, na reunião plenária, se vangloriou de ter auxiliado a «revolução portuguesa»: «Comandante, o senhor

nunca foi solidário com Portugal. Foi-o, sim, com a União Soviética e com o Partido Comunista Português, quando este quis tomar o poder em Portugal. Em África, participou ativamente no plano de sovietação de Angola e da África Austral. [...] Se insiste em invocar a nossa solidariedade, exigimos, pelo nosso lado, que cumpra aquilo que nos traz aqui e de que sempre falamos quando nos encontramos nestas cimeiras: reforçar a democracia e o respeito pelos direitos humanos.»³⁵ Sublinhará o Presidente português que interveio por solicitação de Cavaco Silva, o qual dessa vez até o elogiou perante os jornalistas.³⁶

Além de uma visita oficial ao Brasil em junho de 1992 para assistir, a convite expresso do presidente Fernando Collor de Mello (n. 1949), à ECO-92 – a cimeira mundial sobre ambiente e desenvolvimento sustentado, realizada no Rio de Janeiro –, Soares empreendeu no segundo mandato relevantes viagens de Estado à Índia (janeiro de 1992), à Turquia (outubro de 1992) e à África do Sul (novembro de 1995).

Em todas as suas deslocações de carácter oficial nunca pôs de parte o lado lúdico de cada visita, preferindo até dispensar a proteção dos serviços de segurança para circular mais à-vontade fora dos programas protocolares. Já assim fora como primeiro-ministro, quando, na sua visita de Estado ao Brasil, em finais de 1976, pediu ao presidente Ernesto Geisel (1907-1996) que lhe aliviasse a escolta para poder contactar com pessoas (o que foi feito)³⁷, e nunca alteraria essa atitude. As razões teriam em parte que ver com o desejo de se encontrar com pessoas amigas fora do controlo dos serviços de informações locais, como sucedera em Nova Iorque em abril de 1977:

O primeiro-ministro deu instruções ao embaixador Themido para mandar desconvoar o aparato policial que o governo americano tinha mandado colocar para sua segurança. A explicação para aquela insólita decisão foi a de que não se sentia ameaçado pela população e, pelo contrário, o seu passado habituara-o a desconfiar das polícias. Depois de negociações

embaraçosas para o representante de Portugal, o responsável pela segurança, que estava a obedecer a ordens superiores, foi autorizado de Washington a reduzi-la, tendo para o efeito obrigado Mário Soares a assinar um documento assumindo todas as responsabilidades por essa decisão. Mas a verdadeira razão prendia-se com o facto de ele ter combinado para essa noite um encontro em casa da milionária Victoria Kent, na 5.^a Avenida, com o velho grupo de que fazia parte Marvine Howe [...]. Ele pretendia fazer o percurso a pé e não queria chegar àquele encontro privado de velhos amigos com o enorme aparato policial que tinha sido montado para sua segurança.³⁸

Contará um dos seus acompanhantes a uma visita de Estado à República Checa (novo Estado resultante da partição da Checoslováquia em dois países), em novembro de 1994, que num dos dias o presidente Havel prometeu levar Soares, após o jantar, a um «sítio especial» em Praga, num programa privado, e que o homólogo português, convencido de que haveria convívio com elementos femininos, pressionou o médico da comitiva portuguesa a persuadir Maria Barroso, que estava constipada, de que teria de permanecer dentro de portas, sob pena de agravamento do problema. Soares ficaria afinal dececionado quando percebeu que tudo o que Havel tinha para lhe mostrar era o clube de jazz onde se reunia com outros intelectuais ao tempo da dissidência contra o regime comunista.³⁹

Durante a visita à Índia, o Presidente teve uma das suas habituais explosões de fúria devido às características da instalação onde o alojaram em Goa, conforme a memória de Nunes Barata, que não só ia com antecedência aos locais preparar as viagens consideradas mais importantes como depois acompanhava o ilustre dignitário:

Soares, com Maria de Jesus e o ajudante de campo, foi colocado no Palácio da Ponta Vermelha (dos antigos governadores portugueses), por cortesia das autoridades locais, mas longe da zona animada e dos hotéis modernos. Telefona-me o ajudante de campo: “O Presidente está fúrio e pede para cá vir.” Lá fui, e ele: “Vocês atiraram-me para aqui, para esta choldra, enquanto

estão instalados em hotéis de luxo.” Reclamava, entre outras coisas, contra as torneiras, que não davam água, e as janelas, que não abriam. E eu disse: “Ó senhor Presidente, assim não!” Atirei para o chão o programa da viagem, que tinha levado, e virei costas. Vem a mulher: “Ele exagerou, afinal a água já funciona, a janela já abre.” Ele queria era estar na zona animada.⁴⁰

O chefe de gabinete do Presidente valorizará esta viagem, devido aos laços históricos entre portugueses e indianos:

Soares conseguiu autorização para Portugal abrir um consulado em Goa. Houve uma grande ajuda, na preparação da visita, do vice-ministro indiano dos Negócios Estrangeiros, Eduardo Faleiro [n. 1940], que era de Goa e que eu conhecia do Colégio Moderno, onde o pai era professor de inglês. O Presidente até lhe disse: “A culpa de eu não saber falar inglês não é do seu pai, é minha, que não tenho jeito para línguas.” Na reunião de preparação, após toda a aquela gente sair, tínhamos ficado só os dois e ele mudou do inglês, em que até ali tinha decorrido a conversa oficial, para o português, pôs-me a mão no ombro e disse-me: “Então diz lá o que é que queres.” E eu enumerei tudo o que era necessário.⁴¹

Em maio de 1991, Soares regressou a Moscovo para uma sessão de homenagem a Sakharov, falecido ano e meio antes. Estaria aí de novo com Gorbatchov, que o visitante descreverá anos depois numa posição muito periclitante, tendo testemunhado situações dramáticas vividas pelo derradeiro líder soviético, assediado por todo o lado e alvo de todas as críticas⁴². Afirmaria contudo à imprensa na altura: «Gorbatchov é senhor da situação»⁴³. A tentativa de golpe em Moscovo para restaurar o regime comunista teria lugar pouco depois, em agosto, e Gorbatchov resignaria no fim do ano.

Já para o fim do mandato, no outono de 1995, Soares visitou também Israel e a Faixa de Gaza, encontrando-se aqui de novo com Arafat. Estava reunido com o líder palestiano, poucas horas após ter saído de Israel, quando chegou a notícia de que, em Telavive, Yitzhak Rabin (n. 1922) fora assassinado por um fanático

judeu de extrema-direita. Na véspera, o líder trabalhista e chefe do governo israelita oferecera ao Presidente português um almoço oficial e estivera à noite no banquete de despedida que este havia dado. Devido à contingência, Soares encurtaria a visita à Faixa de Gaza e sairia no dia seguinte pelo Egipto, tendo a partir do Cairo regressado a Telavive para o funeral de Rabin.⁴⁴

Em finais de 1995, após uma visita de Estado à África do Sul, já com Mandela na presidência, Soares fez um desvio para uma viagem de idêntico estatuto oficial às Ilhas Seychelles, destino turístico de que apenas permaneceu a sua fotografia em calção de banho cavalcando uma tartaruga gigante.

A imagem deixaria sentimentos mistos na memória da opinião pública portuguesa: por um lado, Soares reforçava, com o seu à-vontade, os laços de afeto que há muito estabelecera com os portugueses; mas, por outro, questionava-se a utilidade de certas das suas viagens, dos seus extensos programas e das suas vastas comitivas, tudo a expensas do erário. Nos seus dois mandatos, realizou 46 visitas de Estado⁴⁵ e mais uma dezena de outras idas ao estrangeiro de diferente categoria, frequentando com mais incidência Espanha e França. A sua própria assessora de comunicação admitirá a polémica daí decorrente:

As visitas de Soares ao estrangeiro foram objeto de opiniões contraditórias, devido, sobretudo, à sua duração e à dimensão das comitivas que o acompanhavam. Contudo, o saldo acabava por ser-lhe favorável, na medida em que muitos dos membros dessas comitivas, nomeadamente empresários e homens de cultura, elogiavam as oportunidades que resultavam, para o país, dos contactos proporcionados pelo Presidente. Por outro lado, Soares prezava os contactos com homólogos estrangeiros e cultivava relações com individualidades estrangeiras das mais variadas áreas, respondendo às críticas que lhe faziam de que não lia os dossiês com o facto de conversar diretamente com os grandes decisores da política internacional.»⁴⁶

Nunes Barata defenderá, por seu turno, que Soares viajou menos do que os Presidentes que lhe sucederam mas que «as suas viagens

tinham outro *éclat* [brilho]»: «Foi o primeiro grande embaixador de Portugal como Presidente. Sampaio chegou a levar 70 empresários na comitiva aos [países] bálticos. Soares levava menos.»⁴⁷

O informalismo do Presidente sobressaía no trato com outros dignitários, com os quais procurava estabelecer laços de cumplicidade. Assim foi com João Paulo II, na sua segunda visita a Portugal, em maio de 1991, segundo o que observou José Manuel dos Santos: «Para ele, o Papa não era uma figura sagrada. Mário Soares fez questão de estar sempre a acompanhá-lo. Quando acabava o dia, falava-lhe em francês, dava-lhe uma palmadinha nas costas e dizia-lhe: “*À demain*” [“Até amanhã”]. Eu achava que o Papa estava divertidíssimo.»⁴⁸ Apesar dos formalismos protocolares que Soares reintroduziu nas cerimónias presidenciais portuguesas, Nunes Barata fará a comparação com a pose bem mais hierática de um Mitterrand, apesar da ligação à mesma família política:

Mitterrand era muito formal. Quando Soares lá foi ainda como primeiro-ministro, com os *aboyeurs* [arautos] a anunciarem a chegada do Presidente em cada sala à medida que se ia aproximando, este entra e diz a certa distância: “*Bonjour, monsieur le premier ministre*” [“Bom dia, senhor primeiro-ministro”]. E depois, mais aproximado: “*Comment vas-tu, mon cher Mário?*” [“Como é que vais, meu caro Mário?”]. À despedida, Mitterrand não acompanhou Soares à porta. Mas quando Soares foi como Presidente da República, já ele estava à porta a recebê-lo. Mário Soares não fazia isso; não era nada protocolar. Às vezes eu chamava-lhe a atenção, e ele: “Que é que isso tem a ver? Sou amigo.” Aconteceu com Shimon Peres, por exemplo, que era ministro dos Negócios Estrangeiros. De resto, de cada vez que Soares tinha de pôr casaca e condecorações, era uma chatice para ele.⁴⁹

Seria na capital do protocolo – Londres – que o Presidente português encontraria as regras mais rígidas e, ao mesmo tempo, as personalidades mais descontraídas, entre a própria família real. Na sua visita de Estado ao Reino Unido em abril e maio de 1993, onde fez questão de chegar ido de Paris através do Eurostar – ficando

depois alojado no castelo de Windsor –, Soares teve de cumprir rituais que não se incluíam nos seus hábitos:

Desembarquei em Waterloo. Ia “à paisana”, mas tinha de entrar de fraque e chapéu alto. Não encontrei o chapéu em Lisboa. Como é que vou? O Nunes Barata disse-me: “Leva o meu.” O chapéu dele era pequeno e não me assentava na cabeça. Já saí da estação vestido para entrar no coche aberto onde ia ao lado da rainha [Isabel II (n. 1926)], mas ao contrário, como tudo na Grã-Bretanha: pelo protocolo local, eu dava a direita à rainha. Levávamos uma mantinha em cima das nossas pernas. Pergunto-lhe, em francês: “Ó majestade, estou um bocado embaraçado: não sei se devo pôr o chapéu ou levá-lo ao lado. Que devo fazer?” Ela riu-se (é muito formal, distante): “Olhe, nem precisa de o levar posto nem ao lado; vamos atravessar muito público daqui até ao Castelo de Windsor, havendo muitos portugueses que vai saudar.” E assim foi: fui sempre a tirar o chapéu, com chapelada para um lado e chapelada para o outro durante todo o trajeto, e nunca tive de o pôr, o que era complicado porque não me cabia. Depois, no banquete ao jantar, estava outra vez com a rainha à direita, e, do outro lado, a rainha-mãe [também Isabel (1900-2002)] pergunta-me: “O senhor Presidente é religioso?” “Não, para dizer a verdade.” “Ainda bem, porque do outro lado está o arcebispo da Cantuária [George L. Carey (n. 1935)], e esse tipo é um chato, não tem conversa nenhuma.” Estive todo o tempo a rir com coisas que me dizia a rainha-mãe: “Aquele que está ali é casado com uma mulher muito bonita mas que tem um amante.” Fiquei seduzido por ela. Quanto à rainha, revelou um grande conhecimento da política mundial. O príncipe Carlos [n. 1948] causou-me boa impressão: é um defensor de causas. Tem interesses, bastante à-vontade e sabedoria. A princesa Diana [1961-1997] era meio maluca. Só sabia falar sobre ser a favor das cantigas *pop*, e eu não sei nada de canções. Perguntava-me se em Portugal havia *pop-rock*. Só lhe interessava a moda. Notava-se que a família [real] já estava muito zangada por causa dela. Na nossa embaixada fui falar com ela porque estava muito isolada, não falava com o príncipe. *Nunca a achei especialmente interessante.*⁵⁰

Carlos e Diana não eram desconhecidos para Soares, que os havia recebido com um banquete no Palácio de Ajuda quando, em fevereiro de 1987, visitaram Portugal. Na ocasião, anotou Cavaco que a princesa se divertia com os suspensórios do Presidente.⁵¹

Doutorado *honoris causa* pela Universidade de Oxford durante a visita de Estado, Soares romperia nessa viagem outra norma protocolar, desta vez no universo académico: «O meu discurso em Oxford só podia ser em latim ou em inglês. Disse-lhes: “Não sei nenhuma das línguas, o melhor é não me darem o doutoramento.” Responderam: “Vamos abrir uma grande exceção, pois há muitos anos que não há aqui um discurso que não seja nem inglês nem em latim”.»⁵² E foi no seu estranho idioma que o Presidente português interveio ao receber o doutoramento.

Quanto à dessacralização do poder, Soares nunca a terá levado tão longe no plano diplomático como quando, a 8 de março de 1995, durante uma visita de Estado à Tunísia, entendeu dever receber na embaixada portuguesa em Tunes o ex-primeiro-ministro italiano Bettino Craxi, refugiado naquele país para escapar à ação da justiça em Roma, que o acusava de envolvimento no caso *tangentopoli* (viria depois, esgotados os recursos para as instâncias superiores, a ser condenado à revelia a mais de 17 anos de cadeia).

Em Lisboa, o PSD protestou e Durão Barroso, na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, exprimiu a sua «surpresa» numa nota escrita. O Presidente, porém, afirmaria as suas razões: «Craxi é meu amigo, fora meu companheiro na IS, mantivemos sempre relações políticas próximas. [...] Está bastante doente. Sempre proclamou a sua inocência. Sabendo que eu realizava uma viagem de Estado à Tunísia, pediu para falar comigo. [...] Não tenho por hábito deixar cair os amigos.»⁵³ Para José Manuel dos Santos, a motivação poderá ter sido, contudo, algo distinta: «Com Craxi, não se tratava de uma relação pessoal, tinha sido a questão do financiamento partidário.»⁵⁴

Também noutras circunstâncias o Presidente português se mostrou indulgente perante faltas que considerava menores no com-

portamento de alguns políticos estrangeiros, como sucedeu com mais outro transalpino, Giulio Andreotti, quando lhe foram comunicar que o então primeiro-ministro italiano acabara de roubar um talher de prata do século XVIII durante um banquete em Portugal com vários líderes europeus, do qual Soares era o anfitrião:

Andreotti, que é alguém de primeira ordem e inteligência, não era de roubar nada, mas era talvez como aquelas pessoas que quando veem certas coisas querem guardá-las como recordações. Eu estava a jantar, creio que em Sintra, com ele e uma série de individualidades, incluindo vários primeiros-ministros europeus, e vem um criado de libré: “Ó senhor Presidente, aquele marreco que ali está acaba de roubar um garfo. Que é que eu faço?” “Você não faz absolutamente nada, fica calado e depois, quando contarem os talheres, diz que me disse a mim que desapareceu um garfo.” Foi só isto. Que é que eu ia fazer? Agora um escândalo com o Andreotti? Resta saber se era verdade. Não tenho confirmação, ninguém se queixou.⁵⁵

Queixas teria Soares a fazer em relação ao que considerou uma tendência para ser marginalizado pelo executivo de Cavaco Silva em atos protocolares de natureza diplomática (mencionando, além da cerimónia dos acordos de Bicesse, o caso da cimeira europeia de Lisboa em junho 1992 – a encerrar os seis meses da primeira presidência portuguesa da Comunidade –, resolvido com um banquete oferecido pelo Presidente no Palácio da Ajuda)⁵⁶: «O governo deveria ter tido, quanto a mim, um comportamento menos ostensivo e arrogante em relação aos outros órgãos de soberania. Não devia considerar-se a si próprio, nem proceder como se fosse um super-órgão de soberania. [...] Esta atitude, arrogante e autoritária, acentuou-se no segundo mandato.»⁵⁷

Mas já vinham de trás outros lamentos presidenciais na matéria em que Soares julgava poder ser mais bem aproveitado.⁵⁸ A primeira complicação do género surgiu no período de transição do seu primeiro para o segundo mandato, estando reeleito mas ainda não reempossado. Contactado por escrito por Arafat no sentido de exercer os seus bons ofícios a favor da resolução do eterno con-

flito na região, voluntariou-se como intermediário mas encontrou demasiadas reservas de Cavaco Silva (ficando por apurar se a carta do líder palestino não fora uma espécie de circular enviada a diversos dirigentes internacionais).⁵⁹

Falando de uma «certa ânsia de protagonismo internacional da parte de Mário Soares», o primeiro-ministro escreverá que o episódio, «que acabou por correr mal, criou algumas dificuldades ao governo e não favoreceu a credibilidade do país». ⁶⁰ Em finais de janeiro de 1991, o Presidente informou o chefe do executivo de que iria enviar Nunes Barata à Tunísia para falar com Arafat, depois de este lhe ter mencionado o seu possível papel de mediador. Considerou Cavaco Silva: «Fiquei estupefacto e, delicadamente, alertei para os perigos de uma tal iniciativa, mas sem sucesso.»⁶¹

Sucedia que a Comissão Europeia suspendera os contactos com Arafat face ao apoio que o palestino dera ao líder iraquiano, Saddam Hussein (1937-2006), durante a recente invasão do Kuwait. «A minha argumentação não convenceu Mário Soares, que, com certeza, me via como um inexperiente em matéria de política externa», prosseguiria Cavaco Silva. «Pelo meu lado, eu achava que era o seu desejo de protagonismo que o impedia de raciocinar friamente e concluir que Arafat queria servir-se de Portugal para quebrar o isolamento a que tinha sido remetido.»⁶²

O envio do emissário nenhum resultado concreto forneceu; foi, para o primeiro-ministro, «uma desilusão» e terá desencadeado reacções negativas de vários países, em particular de Israel, dos EUA, da Grã-Bretanha e do Egito: «[O governo] deu as explicações adequadas na Comunidade Europeia. Foi-nos pedido que não tomássemos novas iniciativas em relação à OLP e o assunto passou sem custos significativos.»⁶³ Acusado na imprensa portuguesa de desenvolver diplomacia paralela, o Presidente não prosseguiu as diligências encetadas, porque o governo lhe terá dado «a entender – sem o dizer expressamente – que não lhe parecia prudente». ⁶⁴

Mas o caso daria ainda lugar a uma posterior discussão entre Soares e Cavaco Silva numa das suas reuniões de rotina: «O Pre-

sidente [...] chegou a acusar-me de não ter manifestado solidariedade para com ele perante os ataques que lhe foram feitos.»⁶⁵ No entanto, o chefe do governo também se autocriticaria por «não ter sido mais frontal e firme» quando o interlocutor lhe revelou a sua iniciativa.⁶⁶

Mesmo assim, não faltou no plano internacional espaço de manobra ao Presidente, que relevará uma iniciativa supranacional em que esteve envolvido na fase final do segundo mandato, e que se prolongaria para lá dele: «Em meados de 1995 [...] fui ao Japão com o meu velho amigo e camarada Mário Ruivo, reputado oceanógrafo, e depois de várias sondagens criámos uma Comissão Mundial Independente para os Oceanos, com o objetivo de elaborar um relatório atualizado para apresentar à Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1998, que foi designado como o Ano Internacional dos Oceanos. Aceitei ser o presidente da comissão. [...] O relatório foi traduzido em 11 línguas e intitulou-se “O Oceano, nosso futuro”. Teve um breve prefácio meu e foi apresentado ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan [1938-2018], na Assembleia-Geral de 1998, que o debateu. Ainda hoje é atual e frequentemente citado.»⁶⁷

Capítulo 37

O Presidente-rei

O Presidente Soares – que, ao contrário de Ramalho Eanes, nunca chegou a habitar no Palácio de Belém, residência oficial do chefe de Estado – estruturou a sua Casa Civil de forma não muito distinta da que o antecessor criara: manteve as assessorias para os Assuntos Políticos e Parlamentares, para as Relações Internacionais, para os Assuntos Jurídicos e para a Comunicação Social, extinguiu a assessoria de Representação de Interesses e transformou a assessoria dos Assuntos Sociais em assessoria para os Assuntos Económicos e Sociais.¹

O conjunto de conselheiros, que pouco variou durante os dois mandatos, eram as pessoas que ouvia com mais regularidade, pelo menos, em conjunto, uma vez por semana, antecedendo a reunião com o primeiro-ministro (independentemente de outros contactos individuais). Reconstituirá Vítor Ramalho (n. 1948, futuro deputado socialista e presidente do INATEL, fundação tutelada pelo governo e destinada a ocupar os tempos livres de trabalhadores e reformados), que foi seu assessor para os Assuntos Sociais em ambos os mandatos:

As reuniões com Cavaco eram sempre às quintas-feiras, por volta das 15h00, sendo antecedidas de um almoço com os assessores, que começava mais cedo e onde estávamos até às 14h00. Quem participava sempre eram o João Diogo Nunes Barata, o Alfredo Barroso, o José Manuel dos Santos, o Joaquim Aguiar, o José [Pena] Amaral [n. 1955, ex-jornalista, economista, futuro administrador bancário, consultor para os

Assuntos Europeus], o Guilherme Oliveira Martins [n. 1952, jurista, ex-dirigente do PSD e da ASDI, deputado pelo PS, porta-voz do MASP I, assessor político no primeiro mandato, futuro presidente do Tribunal de Contas], o João Carlos Espada [n. 1955, politólogo e futuro professor universitário, assessor político] e eu. Eu estava no gabinete com o João Ferreira do Amaral.²

Acentuando a componente lúdica que Soares sempre encontrou no exercício da política, outros almoços eram também tidos como sessões de trabalho, segundo o relato do chefe da Casa Civil: «Soares aproveitava muito os almoços para conversar connosco, e às vezes fazia reuniões connosco em véspera dos discursos mais importantes, como no 25 Abril, etc. Para os grandes discursos, não pedia que os escrevêssemos, mas que dêssemos uma contribuição escrita. Ele lia-as todas, tirava uma coisa daqui, uma dali, mas era ele que construía o discurso. Disso não há dúvida.»³

Soares garantirá sempre, em diversas circunstâncias, que escreveu sozinho todos os seus discursos, mas quem trabalhou com ele na Presidência garante não ter sido sempre assim: «É mentira. Em Belém onde é que ele tinha tempo para fazer os 700 ou 800 discursos que proferiu? Simplesmente, aprovava antes o que outros lhe escreviam e reescrevia certas passagens.»⁴

Vítor Ramalho desvendará um pouco desse método de trabalho: «Soares é um homem que não é capaz de trabalhar fora da equipa. Nos seus discursos importantes – não houve um desses que não fosse assim – é tudo escrito pelo punho dele, mas pede tópicos – ele pedia tópicos a todos nós. Nós fazíamos-lhe os tópicos e ele depois reunia connosco. E era no coletivo que muitas vezes alterava aspetos que considerava ali relevantes, por diferentes maneiras – muitíssimas vezes. Aliás, era também incapaz de receber alguém sem ter um assessor a acompanhá-lo, e essa prática ficou, o que é bom, porque permite – digamos – ter ali sempre um ajuizamento de terceiros, não é propriamente o interlocutor e ele próprio.»⁵

A recolha do contributo de outros à sua volta era uma prática já antiga em Soares, segundo a memória de Rodolfo Crespo: «Mário

Soares fazia assim: “Tenho de escrever sobre esta coisa, faz-me aí um papel.” Normalmente, ele pegava naquilo e depois escrevia outra coisa. Ou então dizia: “Isso está bem, publica no teu nome.” Nunca assinava nada que não fosse escrito por ele. Se pedia alguma coisa, depois reescrevia tudo.»⁶

Mas, dado o volume de intervenções que teve de fazer a partir de certa altura da sua carreira política, mesmo antes de ser Presidente da República, Soares terá começado a descentralizar, sobretudo no que respeitava à elaboração de discursos mais circunstanciais. Relatará Alfredo Barroso:

Tem um certo constrangimento em admitir que havia quem lhe escrevia discursos. Há por exemplo um discurso em que ele não mexeu uma vírgula, que é o da sessão da IS em que é eleito vice-presidente [1976]. E em que ele cita Karl Popper e [o seu livro] *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos* [1945]. Fui eu que o escrevi de uma ponta à outra, e basta ler. Mário Soares sabia lá quem era o Popper, que diabo! Ele depois disse-me: “Sabes, correu tudo muito bem. O Willy Brandt e o Helmut Schmidt estavam muito surpreendidos por eu conhecer tão bem o Popper.” Era um autor conhecido nos países nórdicos, mas muito menos entre nós. Quem me introduziu no Popper foi o José Cutileiro.⁷

Em Belém, segundo Barroso, havia além dele outros redatores frequentes para os discursos presidenciais:

Eu não tinha capacidade para dirigir o dia-a-dia da Casa Civil e fazer discursos por atacado. Soares fazia discursos por tudo e por nada. Tudo o que tinha que ver com economia e a União Europeia era com o José Amaral (que tem jeito para a escrita) – ele depois falava com o João Ferreira do Amaral. Eu escrevia os discursos políticos, mas às tantas comecei a pedir ajuda ao José Manuel dos Santos, que foi essencial na ligação de Mário Soares com gente da cultura: era de uma enorme eficiência e teve um papel fundamental sobretudo no segundo mandato. Quanto aos discursos diplomáticos, quem lhos escrevia era o Nunes Barata, que era um ótimo colaborador de Soares nessa

matéria, o que para mim foi um alívio, porque a parte diplomática era da responsabilidade da Casa Civil.⁸

O recurso a redatores fugia de facto à prática antiga de Soares elaborar sempre os seus discursos, e da qual se orgulhava. Assim fora no tempo de primeiro-ministro, apesar da complexidade dos assuntos e de por vezes se enredar em engulhos oratórios, como contaria um colaborador da época, a propósito de o então líder socialista rejeitar o estudo dos dossiês: «Existe um equívoco nessa apreciação. Soares não tem formação matemática – é um homem das “humanidades” – e por isso não dispõe de apetrechos para se guir, por exemplo, um longo relatório. Mas não aceita que lhe escrevam um discurso, seja sobre que matéria for. Consulta os especialistas e depois elabora-o. Só que, como tem uma certa volúpia e orgulho nos seus dotes oratórios, deixa-se levar pelo improviso. E, apesar da preparação, é tanta coisa que alguma há de esquecer.»⁹

Convicto de que as ideias mais complexas se podiam sintetizar em escassas linhas, Soares mantinha em Belém a aversão a grandes estudos ou a explicações muito elaboradas. Joaquim Aguiar – teórico, reflexivo e analítico – era talvez o colaborador que mais sofria com essa característica, pelo relato de Alfredo Barroso (que distinguirá entre assessores, com obrigação de permanência em Belém, e consultores, apenas solicitados a emitir pareceres sobre temas específicos): «Um dos consultores que estavam lá há muito – já fazia parte da mobília – era Joaquim Aguiar. Às vezes, Mário Soares não considerava nada as posições dele. Dizia-lhe: “Lá está você com essas coisas. O que interessa é a política, a realidade.” Joaquim Aguiar fazia autênticos tratados, e Soares reagia: “Eu tenho lá paciência para ler isto”.»¹⁰

«Joaquim Aguiar não conseguia fazer nada que não tivesse 600 páginas», contará José Manuel dos Santos (exagerando talvez para acentuar o seu ponto de vista). «Soares ficava furioso: “Digam-me em duas páginas!” E dizia para Joaquim Aguiar: “Você acha que eu sou o Eanes?” A verdade é que Mário Soares sabia tudo o que era preciso saber sobre uma questão. Quando lhe apareciam

dossiês, comentava: “Estes tipos são completamente analfabetos.” Era como dizia o Nietzsche: “Turvar as águas para parecer que são profundas”.»¹¹

João Ferreira do Amaral, que apesar de consultor comparecia «praticamente todos os dias em Belém», exporá uma ideia semelhante quanto à aptidão do Presidente para temas económicos:

É curioso que não é inteiramente verdade o que se dizia de Mário Soares não ligar ou não ser especialista em matéria económica. Do que visivelmente ele não é especialista é em números. Mas ser especialista em números ou compreender os mecanismos económicos é uma coisa diferente, e ele compreendia muito bem os mecanismos económicos fundamentais que estavam em causa. O resto é mais uma questão quantitativa, e aí não tem a noção. Os seus raciocínios económicos eram muito corretos em geral, o que também me surpreendeu um pouco, pela ideia que se tinha. Quanto ao conflito com o governo de Cavaco, não se traduziu na área económica – aí não se notava.¹²

Do que Soares necessitava, ainda segundo o consultor económico, era da decodificação dos problemas, não de um discurso para especialistas: «Se eu fosse para lá falar em economês, é evidente que ele não teria paciência, com toda a legitimidade, uma vez que não é economista. Era questão de apresentar os aspetos da política económica de uma forma que, para um político, focasse o essencial. Julgo que nesse aspeto – modéstia à parte – tenho alguma facilidade em apresentar problemas desse ponto de vista. Nenhum Presidente quer ter coisas muito grandes para ler, porque tem de ler muita coisa.»¹³

Outra faceta do seu perfil que Soares levou para a Presidência foi o hábito de passar pelas brasas em alturas inesperadas do dia, sobretudo após o almoço. Estrela Serrano escreverá que essa tendência se intensificava em sessões solenes realizadas logo a seguir à refeição.¹⁴ E Ferreira do Amaral invocará um episódio de que foi protagonista: «De vez em quando Mário Soares dormita. Fomos uma vez ao Porto de carro, estávamos a falar sobre um

assunto económico – havia uma sessão no Porto que tinha que ver com temas económicos – e ele adormeceu logo à saída de Lisboa. Só próximo do Porto é que acordou, mas retomámos a conversa exatamente no mesmo ponto onde a tínhamos deixado, como se tivéssemos estado a falar sem ter havido interrupção. É uma personalidade fascinante.»¹⁵

Nada de muito diferente, no fundo, do comportamento de Soares nos tempos heroicos da afirmação do PS, pelo que descreverá Rodolfo Crespo: «Ele chegava a uma reunião em que estávamos reunidos sete ou oito horas. A certa altura dizia: “Desculpem lá, eu vou dormir dez minutos.” E dormia. E acordava dez minutos depois, completamente fresco. Ou então, entre dois comícios, dormia no carro. Tem uma capacidade de dormir e de recuperação que é notável; não há nada que lhe tire o sono.»¹⁶

Embora nunca abdicando das suas prerrogativas presidenciais, Soares – de quem se conta nos meios jornalísticos ter uma vez, em campanha eleitoral, erguido um anão e pespegado nele um beijo julgando tratar-se de uma criança – recusava-se a assumir a pose hierática com que muitos políticos julgam introduzir *gravitas* à função. Estrela Serrano dará disso um exemplo: «Mário Soares [...] uma vez punha uma condecoração num ilustre qualquer e a SIC captou-o a dizer para o ajudante de campo (um tenente): “Ajude-me aqui a atar esta merda.” Foi passado [...] com legenda, porque não se percebia bem. Não houve queixa (fui eu que o aconselhei a não se queixar).»¹⁷

Talvez por se sentir de alguma forma vinculado às suas origens políticas, Soares fazia gala em exibir, não um desapego ao poder, mas um desapego aos rituais do poder. E gostava de o afirmar aos outros, como testemunhará Nunes Barata: «Ele dizia-me: “Eu sou um homem de liberdade, não sou um homem de poder.” Mas eu mostrava-lhe que havia ali uma contradição: para defender a liberdade, era preciso estar no poder.»¹⁸

Esse conceito de plena autonomia dos espartilhos do poder aplicava-o ele também aos seus relacionamentos femininos, já

que nunca se sentiu limitado – e muito menos impedido – pelas funções oficiais nos casos amorosos que foi vivendo. O seu período de Belém não foi exceção, como atestam (sob anonimato) alguns dos seus mais próximos colaboradores na presidência. «Ele era uma coisa extraordinária com mulheres», comentará um deles (retomando curiosamente o que o jovem Soares ouvia acerca do próprio pai), «o que é uma outra forma de exercício do poder dos políticos.»¹⁹

Foram múltiplas as ligações afetivas do Presidente Soares mencionadas por membros da sua equipa (já que delas não fazia segredo perante os homens mais próximos, numa espécie de partilha cúmplice, de acordo com a tradicional cultura machista das sociedades latinas), indo desde mulheres da área socialista a uma atriz vivendo no Brasil. Uma das suas relações mais intensas e duradouras terá sido com uma crítica de arte e professora catedrática, que Soares visitava com frequência no escritório dela, da Rua da Misericórdia, em Lisboa, a pretexto de uma ronda pelas livrarias da Baixa, regressando depois a Belém na companhia de um seu assessor, que, conscientemente, servia de cobertura para o devaneio amoroso.²⁰

O próprio Palácio de Belém podia ser palco para as suas manobras galantes. Uma mulher bem relacionada nos meios intelectuais, cerca de 20 anos mais nova, relatará a título confidencial ter sido seduzida por Mário Soares depois de conseguir dele uma audiência para ela e o marido – cientista político e ensaísta –, com o fim de lhe solicitar um prefácio para um livro que o homem acabara de escrever. Sabendo que o casal não morava em Lisboa, à despedida, o Presidente desafiou-a: «Telefone-me quando cá vier; vamos almoçar ou jantar.» Já no exterior, o marido barafustou pelo atrevimento do anfitrião, mas ela assim fez: «Claro que eu aceitei. Íamos jantar ou almoçar sempre que eu ia a Lisboa.» Foi o início de um relacionamento amoroso de mais de duas décadas: «De platónico nunca teve nada – a criatura não era dada a amores platónicos. Passeávamos, dávamos pequenas viagens. Íamos muito ao [restaurante] Mónaco, mas nunca permiti ninguém na nossa

mesa a servir de pau de cabeloira, a não ser que fosse uma pessoa de que ambos gostássemos.»²¹

Os amantes eram até conspícuos quanto ao seu envolvimento afetivo: «Nós nunca escondemos nada. Íamos ao cinema da tarde, ao cinema da noite, onde me fartei de encontrar gente conhecida. [Do filhos de Soares] o João sempre soube, mas acho que a Isabel foi poupada. Quanto à Maria de Jesus, espero que ela nunca tenha sabido. Eu fazia tudo para ela não saber, e acho de muita maldade se alguém lhe disse.»²² Os encontros mais íntimos eram marcados para um local muito significativo na vida política de Soares e na história do PS: «Íamos muitas vezes ao Hotel Altis. Uma vez a Osita telefonou-me para lá: “O senhor doutor está um bocadinho atrasado.” Quando ele chegou, apanhei uma fúria: “Não quero, não posso permitir que uma secretária se meta na minha vida privada. Não quero isso nunca mais.” Zanguiei-me com ele, fui-me embora e durante 15 dias não lhe disse nada.»²³

No jogo de confidências trocadas entre o par amoroso, Soares acabou por deixar cair um segredo guardado há décadas: «O Mário disse-me que a relação [extraconjugal] mais importante que teve foi com a Marvine [Howe], que ele chegou a pensar separar-se da Maria de Jesus para ficar com ela. E só não ficou porque foi numa época em que ela, sendo americana, dava azo a dizerem que era da CIA. Mas chegaram a viver juntos um tempo nos Estados Unidos [provável referência à viagem de Soares após as eleições de 1969²⁴].»²⁵

Com a consciência, porventura, de que já não corria riscos políticos, impedido como estava de se apresentar a nova reeleição consecutiva, o Presidente Soares fez do perdão a Otelio Saraiva de Carvalho – condenado em 1.ª instância a 15 anos de prisão no julgamento das FP-25, mas em liberdade desde 1989 devido a interposição de recurso – uma das grandes causas do seu segundo mandato. Apesar de se tratar de um tema delicado – pela quantidade de vítimas mortais resultantes dos atos terroristas da organização, para já não falar das consequências em prejuízos materiais e alarme social –, a libertação definitiva de Saraiva de Carvalho passava, na

visão presidencial, por ser uma questão «evidente»: «Como é que nós podíamos sair daquilo? Pôr na cadeia todo o tempo o Otelo, o herói da revolução? Não podia ser. O Mitterrand dizia-me sobre ele: “Mário Soares, você tem de dar liberdade ao Otelo, deixe-o fugir, o gajo vem para França.” E eu: “Ó pá, não posso abrir as portas da cadeia, não sei fazer esse tipo de coisas. Mas na altura própria tem de se arranjar uma coisa”.»²⁶

Soares sentiu tal objetivo como uma espécie de obrigação moral, apesar de reconhecer que a justiça deveria estar certa quanto à condenação do cérebro militar do 15 de Abril: «Nunca vi o processo, mas acho que sim, que ele teve responsabilidades nas FP-25. Não tenho dúvidas.»²⁷ Os crimes não seriam contudo razão bastante para manter a reclusão: «Querem atirar abaixo o herói de uma revolução? Toda a gente acha sempre o que quer, mas os gajos que têm de decidir têm de decidir por aquilo que pensam. Poderia eu achar – sendo eu um homem do 25 de Abril, sendo grato aos homens que fizeram o 25 de Abril – que deixava o Otelo ficar na prisão, apesar das suas asneiras?»²⁸

Ainda nos dias derradeiros do primeiro mandato, Soares chamou os líderes parlamentares e pressionou-os para a concessão de uma amnistia ao chefe operacional do triunfal golpe de 1974²⁹, mas sem qualquer efeito. Seis meses depois, estudava a hipótese de um indulto às FP-25, deixando correr a informação de que não queria deixar Belém sem amnistiar o antigo responsável do COPCON.³⁰ No Natal desse ano, começou a recorrer a indultos parciais³¹, sem contudo ficar satisfeito:

Fui tentando resolver casos agudos e pontuais, que me iam sendo submetidos, pela via casuística do indulto, embora reconhecendo que o indulto não permite, pela sua própria natureza, resolver a questão global. Poderia ter-me ficado por aqui, visto ter feito tudo o que me pareceu possível [...]. Não o fiz. Fui mais além, tendo em vista, também, a preocupação de não deixar uma batata quente na mão do meu sucessor. Dirigi, antes do final do mandato, uma mensagem à AR, solicitando que, por via de uma amnistia ampla e dirigida, resolvesse o proble-

ma, sendo, como é, o único órgão de soberania com competência para o fazer. Pela minha parte, assumi, com coragem política, o que considero ter sido o meu dever.³²

A mensagem desencadeou acesa querela no hemiciclo: «Reagiram sem isenção e serenidade [...]. Pegaram na questão pelo pior lado, jogando-a como arma de arremesso político-partidária. Fui incompreendido e mal interpretado. Paciência, o tempo dar-me-á razão.»³³

A AR acabou por aprovar, a 1 de março de 1996, uma amnistia, dirigida às «infrações de motivação política cometidas entre 27 de julho de 1976 e 21 de junho de 1991» (abrangendo assim o período de atuação das FP-25), mas apesar disso o Presidente pretendia maior abrangência: «A solução final encontrada pela maioria da Assembleia não me agradou. Considero-a timorata e defensiva. Promulguei-a, no entanto.»³⁴ A promulgação teve lugar a 6 de março, escassos três dias antes de Soares abandonar o Palácio de Belém.

«Foi o que se arranjou, e ainda bem que se arranjou», considerará em reflexão posterior. Achará até não ter sido significativa a resistência partidária observada: «Nem por isso, acho que aquela malta toda achou bem aquilo. Toda a gente suspirou de alívio. Que havíamos de fazer àqueles gajos? Só quem ficou chateado foram as vítimas, claro: queriam que eles fossem julgados e condenados à morte, se pudessem. Mas não pode ser; nós não temos pena de morte.»³⁵

A amnistia das FP-25, que contou com os votos contrários do PSD e do CDS, só foi possível no novo quadro político-partidário resultante das eleições legislativas de 1 de outubro de 1995, marcadas por uma viragem do país à esquerda, de que o próprio Soares reclamará, embora sem na altura o assumir, uma quota-parte de responsabilidade.

Estrela Serrano, por exemplo, atribuirá a Belém a iniciativa com vista à mudança do ciclo político: «A presidência aberta na Área Metropolitana de Lisboa foi considerada por jornalistas e político-

logos como um acontecimento detonador da queda do governo de maioria absoluta que vigorava em Portugal há quase 10 anos.»³⁶

Depois de, no início da década de 1990, ter sofrido, com o seu governo, o desgaste causado por uma recessão económica internacional, Cavaco Silva pôs fim, em janeiro de 1995, a um período de expectativa que o próprio designou por «tabu», anunciando que não se recandidataria a primeiro-ministro, o que implicava também o abandono da liderança social-democrata. Soares não apreciou a atitude: «Soube da decisão de Cavaco pelos meios de comunicação social, o que profundamente me desagradou. Quando vi o primeiro-ministro, disse-lhe que não podia – nem devia – ter agido dessa forma comigo. [...] Cavaco Silva compreendeu que tinha cometido uma falta. Justificou-se dizendo-me que nem os seus ministros avisara.»³⁷

O certo é que o inquilino de Belém não voltaria a organizar uma presidência aberta, segundo Serrano «dando assim, implicitamente, razão àqueles que o acusavam de utilizar as presidências abertas como um meio de desgaste dos governos de Cavaco Silva.»³⁸ O próprio chefe do executivo não deixaria de o sublinhar: «É significativo que as presidências abertas de Mário Soares tenham acabado depois de eu, em janeiro de 1995, ter anunciado que não voltaria a recandidatar-me a primeiro-ministro.»³⁹

Perante a «passividade» de Guterres, que, segundo a imprensa, levava Soares a queixar-se do líder da oposição⁴⁰, o Presidente já pouco antes havia alterado a estratégia, optando, «claramente, pelo princípio da coabitação pacífica com o governo» e evitando «nos últimos tempos atitudes idênticas às que vinha ensaiando».⁴¹

O que em nada alterava os pressupostos da ação política de Belém, de acordo pelo menos com o posterior (e reiterado) protesto de Cavaco Silva: «Na última parte da legislatura, Mário Soares era visto pelo PSD como o principal agente da oposição, explicitamente empenhado no desgaste do governo e na derrota do partido nas eleições legislativas de outubro de 1995, apoiando o regresso do PS ao poder.»⁴²

E a verdade é que Soares não estava disposto a facilitar a vida ao primeiro-ministro e ao PSD, como sucedeu logo em fevereiro de 1995, quando o chefe do governo quis nomear Fernando Nogueira – acabado de eleger em congresso como o novo líder social-democrata – para o cargo de vice-primeiro-ministro (e ainda substituir o novo secretário-geral do partido, Eduardo Azevedo Soares [1941-2010], como ministro do Mar), o que o Presidente não aceitou. «Foi uma atitude ditada pela isenção democrática», defenderá.⁴³

Retomando uma argumentação então utilizada por Guterres, Soares alegava que a nomeação de Nogueira poderia ser considerada uma atitude eleitoralista, uma vez que o seu antecessor no partido já anunciara não se recandidatar à chefia do governo e se estava por isso em «período pré-eleitoral» (conceito que – acentuará Cavaco Silva – não é acolhido constitucionalmente).⁴⁴

Relatará o líder social-democrata cessante que as alterações submetidas ao Presidente não suscitaram a este reservas ao início, vindo só depois a rejeitá-las, «ao mesmo tempo que permitiu que se instalasse na comunicação social a incerteza sobre se dissolveria ou não o parlamento».⁴⁵ Neste sentido, Soares chegou mesmo a encetar um processo de consultas formais aos partidos e aos parceiros sociais, o que, para Cavaco Silva, tinha uma intencionalidade: «O objetivo de Mário Soares era claro: aproveitar a minha decisão de deixar a liderança do PSD e de não voltar a candidatar-me a primeiro-ministro para desgastar o partido e facilitar a vitória da oposição nas eleições legislativas.»⁴⁶ No Palácio de Belém, Alfredo Barroso estava em posição de conhecer as motivações presidenciais:

Mário Soares pensou sempre que a saída de Cavaco era *bluff*. Sugeriu-o logo no início da segunda maioria absoluta em entrevista ao *Expresso*. Quando se dá o tabu, ele está convencido de que Cavaco vai continuar, e por isso tem a tentação de dissolver a AR. E depois – já Cavaco tinha desfeito o tabu – fizemos uma malandrice. Nos dias anteriores ao anúncio da deci-

são presidencial, tinha reunido o núcleo duro de Belém. Soares chegou um dia de manhã, fomo-nos sentar e disse: “Decidi não dissolver, mas vamos lá fazer isto como deve ser.” Parecia uma brincadeira de miúdos: preparámos o comunicado, que foi lido por mim em direto na TV, com a imprensa toda à frente. À medida que eu ia lendo, apontava uma lista de razões para dissolver, e só no fim é que digo que não há dissolução.⁴⁷

O remate da comunicação, lida a 6 de março, anunciava, com efeito: «O Presidente da República, que sempre defendeu o cumprimento dos calendários eleitorais, considera que prevalecem as razões para a não dissolução, neste momento, da Assembleia da República.» A Cavaco Silva não passou despercebida a tentativa de suplício psicológico: «Só a alguém politicamente ingénuo podia escapar a malícia que encerrava este comunicado.»⁴⁸

Nogueira demitir-se-ia, de qualquer modo, do governo, onde acumulava a pasta da Presidência com a da Defesa. O que, na perspetiva de Cavaco Silva, era já uma forma de o novo líder social-democrata partir diminuído para a corrida às urnas: «É possível que esta decisão, que não lhe era imposta por razões de ética política, o tenha prejudicado eleitoralmente.»⁴⁹

Com quase 44 por cento dos votos, o PS de Guterres ganharia as eleições – ficando a quatro mandatos da maioria absoluta –, ao mesmo tempo que o PSD mal ultrapassava os 34 por cento e perdia 47 deputados. O líder socialista ensaiaria um governo de minoria – a mesma fórmula seguida por Soares no seu primeiro executivo, e que este jurara nunca mais vir a repetir. Em face da viragem operada, o Presidente teria agora de calar as suas críticas a Guterres, reconhecendo que o novo primeiro-ministro executara uma estratégia vencedora: «Eu tinha uma visão diferente das coisas. Achei, durante muito tempo, que ele deveria ser sido mais agressivo, mais interveniente. Deveria ter responsabilizado mais o governo – e Cavaco Silva – da situação criada. Mas a sua estratégia era cativar o bloco eleitoral situado entre o PS e o PSD, e foi por aí que seguiu. Com os resultados positivos que hoje se conhecem.»⁵⁰

Apesar do que estava para trás, Soares virá a rejeitar – pelo menos para consumo público – qualquer responsabilidade que lhe tenha cabido no triunfo socialista: «O PS veio a ganhar mas por mérito próprio. Não fui eu que contribuí para isso, não empurrei Guterres nenhum. Foi ele que saiu, que veio adiante e que foi primeiro-ministro. Não deve nada a mim.»⁵¹

Cavaco Silva, do seu lado, alimentava um contentamento secreto por não ter concedido a Soares o «prazer» de o ver derrotado nas legislativas de 1995.⁵² E, pese embora toda a conflitualidade ocorrida entre ambos, o ex-primeiro-ministro reconhecerá as capacidades políticas daquele com quem coabitou ao longo de um decénio: «Apesar de, nos últimos anos, ter sido eu o seu adversário privilegiado, tinha de reconhecer que Mário Soares, de acordo com os critérios de avaliação predominantes no país, era, de facto, um grande político.»⁵³

O novo panorama político em Portugal facilitou por fim, já em janeiro de 1996, a concretização de um objetivo há muito perseguido por Soares enquanto Presidente: visitar Angola. Se bem que nem tudo correu de acordo com as suas pretensões, já que não conseguiu encontrar-se com Savimbi, depois de o líder da UNITA recusar a sua sugestão de se deslocar a Luanda: «Por mim, teria até tido gosto de ir ao local onde Savimbi se encontrasse. Mas a diplomacia portuguesa achou – e bem – que era uma boa oportunidade de sublinhar a importância que, para Portugal, reveste a unidade de Angola e o interesse que tinha em que Savimbi voltasse a Luanda devido aos bons ofícios de Portugal.»⁵⁴

Realizava-se nesse mês em Portugal o sufrágio presidencial de onde sairia o sucessor de Soares. A escolha do candidato socialista – que teria a incumbência de derrotar Cavaco Silva, o qual se apresentaria ao escrutínio – fora uma preocupação muito antes sentida pelo fundador do PS, que, contra todos os seus desmentidos, ainda se sentia tutor do partido. Tal como dez anos antes em relação às legislativas, a sua primeira inclinação (em articulação agora com o secretário-geral) fora para Almeida Santos, como confirmará o

próprio: «Mário Soares e Guterres queriam que eu fosse o candidato às presidenciais em 1996.»⁵⁵

António Campos participou também na conversa: «Mário Soares pensou muitas vezes em Almeida Santos para candidato a Presidente da República. Estive em reuniões para conseguir convencer o Almeida Santos, e não foi possível. Um dia, em Nafarros, tivemos com ele uma discussão monumental: Soares queria que o candidato fosse Almeida Santos, mas este fugia sempre. Invocava a vontade da Margarida, a mulher [?-2017, também advogada].»⁵⁶ Também esse aspeto será confirmado pelo antigo aspirante à chefia do governo: «Falei com a minha mulher, que me disse: “António, gosto muito de ti, mas primeira-dama, nunca!” Acabou aí.»⁵⁷

É verdade que, para consumo público, Soares rejeitará a noção de que tivesse andado à procura de candidato presidencial para o PS: «O facto de poder ser aventada esta ou aquela hipótese, no meio de uma conversa despreocupada sobre esse tema, sondando as reações dos interlocutores, não significa que tenha feito diligências concretas nesse sentido ou que, alguma vez, tenha admitido seriamente essa ideia.»⁵⁸

Tudo indica, porém, a existência de um envolvimento muito maior da sua parte, sobretudo com a preocupação de evitar a candidatura de Jorge Sampaio, o qual aguardava luz verde da área socialista, como desvendará Almeida Santos: «Sampaio estava à espera que eu me pronunciasse para se candidatar.»⁵⁹ Talvez daí a insistência de Soares em convencer o PS quanto a um nome alternativo, como – recordará José Manuel dos Santos – já fizera 10 anos antes, por razões que podiam não ser as mais nobres: «Em 1985, Soares toma partido a favor de Almeida Santos contra Gama, e aí errou. Ele erra por causa da lisonja (desde que lhe seja bem feita) e por gostar de ter controlo sobre quem deixa. Ele não queria Sampaio em Belém, queria [Manuel] Alegre ou outro qualquer.»⁶⁰

Reconhecerá Sampaio: «Manifestamente, eu não era o candidato do doutor Soares. Mas depois da minha reeleição para a CML há de repente uma sondagem ou duas que me põem à frente

[numa eleição presidencial].»⁶¹ Soares exporá as suas razões fazendo a comparação entre o então presidente da CML e Jaime Gama, que sempre apoiou para a liderança do PS mas que sempre perdeu: «Sampaio era melhor candidato que Gama, mas Gama seria melhor Presidente que Sampaio. Sampaio é muito hesitante, uma tortura. Parece que tem o peso do mundo em cima dele. Não tem alegria, *savoir-faire*. Mas é um tipo sério.»⁶² José Manuel dos Santos re-produzirá uma frase que Soares, em anteriores circunstâncias, terá atirado a Sampaio durante um dos momentos de hesitação deste, espelhando bem o que pensava dele: «"Ó Sampaio, você parece uma prima minha: tinha dois noivos, não casou com nenhum e ficou para tia." É que Sampaio não se definia. Mas é uma questão de haver diferenças entre os dois: Sampaio é analítico, Soares é sintético.»⁶³ (O fundador do PS dirá que invocou a expressão «ficar para tia», não relacionada com nenhuma prima, quando convidou Sampaio e os restantes membros do GIS para aderirem ao partido em 1978, mas citando Manuel Mendes, que a havia usado pela primeira vez quando, debalde, ambos tentaram aliciar para a RRS, 16 anos antes, o então líder da greve estudantil⁶⁴).

Tendo acabado mesmo por avançar, Sampaio lembrará nisso uma vantagem colateral para a família Soares: «Permitiu que João Soares, de segundo [na CML] passasse a primeiro em 1995, quando saí para me candidatar a Belém.»⁶⁵

E havia, apesar de tudo, a comunhão ideológica, que mantinha os dois homens forçosamente ligados. Caraterizará Sampaio: «Sempre da parte de Mário Soares, que não é às vezes uma pessoa fácil, houve respeito e estima, que eram mútuos. Isso manteve-se até ao presente, apesar das divergências em certos momentos muito quentes. Cada um de nós transporta a sua própria história.»⁶⁶

A vitória de Sampaio sobre Cavaco, no escrutínio realizado a 14 de janeiro de 1996, por quase 54 por cento dos votos contra pouco mais de 46 por cento, consagraria uma situação inédita na política portuguesa, com o PS a ocupar o governo, a Presidência e uma maioria de mandatos no parlamento. Objetivo que, no entender

de Nunes Barata, Soares almejava, porque, se saíra do PS quando fora para Belém, o PS não saíra dele: «A sua preocupação foi deixar Belém com o PS no governo, e conseguiu. Não se deveu só a ele – Cavaco estava desgastado. Mas, pela primeira vez, havia um governo, uma maioria e um Presidente socialistas.»⁶⁷

Alfredo Barroso contará mesmo que Soares estava eufórico com o mais recente triunfo socialista (apesar de ter Sampaio como protagonista): «"É a coroa de glória", dizia ele. "Já viste, pá? Eu acabo o meu mandato com um Presidente, uma maioria e um governo." Acho que dizia a toda a gente: "Eu consegui".»⁶⁸

Como sempre, Soares distanciar-se-á do ocorrido, alegando não ter metido prego nem estopa na derrota de Cavaco Silva (nem pouco antes com o sucesso de Guterres):

Também a vitória do Sampaio foi uma vitória do Sampaio. Houve tipos da campanha dele que me pediram: "Ah, você podia dizer uma palavrinha a favor do Sampaio." Nunca fiz isso, porque achava que, eticamente, não devia fazê-lo – e não era preciso fazê-lo. Bastava que ele era socialista e eu também. Nunca cometi esses erros. Cavaco perdeu as eleições, mas não fui eu que contribuí para isso. A minha preocupação principal foi sempre chegar ao fim do mandato e cumpri-lo sem que ninguém dissesse: "Este gajo fez uma asneira ou cometeu um erro." Repare-se que eu saí em beleza. E podia ter feito isto e aquilo, mas não fiz. Fiz algumas coisas políticas que chatearam a direita – toda a coisa sobre a ecologia [presidência aberta sobre o ambiente], em que percorri todo o país, a coisa que fiz em Lisboa, a falar da vergonha daquilo tudo, a miséria que havia –, levantei muitos alcapões, e fi-lo conscientemente, porque achei que era útil para o país fazê-lo, e não havia perigo de o fazer, mas não quis fazer mais nada. Chamei o Cavaco Silva dezenas de vezes a Belém, e ele ia, sempre. Tivemos boas relações, sempre. Depois daquilo tudo, dos incidentes todos, havia boas relações. ["Ele fez-me algumas coisas de que eu não gostei", dirá noutro contexto, "mas também lhe fiz algumas evidentemente – não nego isso."⁶⁹] Brinquei muitas vezes com ele, porque há uma coisa que é preciso ter também: um certo

humor no exercício de uma função de Estado. Senão, é-se um tipo empertigado. O Cavaco é empertigado. Não tem uma visão agradável das coisas, não é um *bon vivant*, não é um tipo que esteja bem na sua pele; é um tipo que tem ali umas coisas que não se percebem bem. É uma questão de estilo, personalidade. Já o Sampaio não, o Sampaio tem outro mundo, outra visão do mundo, outra familiaridade com as coisas, não está com complexos. O Cavaco tem algumas grandes virtudes, porque é um tipo trabalhador. É um tipo que é previsível e que, porque não é de grandes rasgos, nunca se atreve a dar passos muito desagradáveis: ele quer dar um passo e saber onde é que pisa a seguir. Não dá um pulo: se vê um buraco, tem de ver como é, e tal.⁷⁰

Reiterará mesmo, em balanço final do exercício presidencial, total inocência quanto a manobras de índole eleitoralista, mesmo quando alguns dos que trabalharam com ele em Belém testemunharam em sentido contrário. Dirá que eles não podiam saber: «Se eu comunicasse as conversas à minha equipa estava tramado. Sou um tipo seguro. Sei do que falo; se não soubesse também não tinha chegado onde cheguei. Não sou um tipo crispado, porque tenho confiança em mim, mas sou um tipo que às vezes diz coisas que não deve dizer. Posso contudo dizer que nessa matéria eu nunca disse nada, e foi por isso que nós nos aguentámos 10 anos. Nunca tive um conflito com o Cavaco. Todos os conflitos que a imprensa mencionou foram inventados pela imprensa. Nunca o demiti, nunca procedi contra ele.»⁷¹

Mas, ainda antes de abandonar o cargo, durante um encontro de filiados no PS no Porto para homenagear Mário Cal Brandão, e na presença do Presidente eleito, Soares, levado pelo entusiasmo, avaliou o seu protagonismo presidencial de forma radicalmente oposta, proclamando a satisfação pessoal com o novo quadro político, que punha socialistas nas três mais elevadas funções do Estado, incluindo a presidência da AR (para a qual fora entretanto eleito Almeida Santos). «Deixei, por isso, falar o coração», desculpar-se-á mais tarde.⁷² «Foi a consciência, subitamente presente,

dessa situação inédita – e até há poucos meses inimaginável – que desencadeou o entusiasmo de todos...»⁷³ Explicará:

Na reunião no Porto, estavam mil e tal gajos do PS ou mais – estavam lá todos. Foi a última coisa que fiz em Belém. Já tinha ganho o Sampaio, mas eu ainda era Presidente. Disse: “Meus caros amigos, eu vou deixar aqui a Presidência da República. Vocês criticaram-me muito por eu às vezes não fazer o que desejavam, mas a verdade é que eu tinha razão, como podem ver. Porque, neste momento, que é que acontece? O maior partido português é o PS, elegemos um Presidente da República – Sampaio, que está aqui ao lado –, temos um primeiro-ministro – que está aqui – e temos um presidente da AR.” Era a primeira vez: “Fui eu que consegui isso, não vocês.” Considero que isso foi mérito meu, claro que sim.⁷⁴

Esta ambiguidade – ou mesmo incongruência – não afetou o prestígio alcançado entre os portugueses pelo Presidente Soares, que saía de Belém com elevadíssimos níveis de aprovação, levando muita gente a compará-lo a um monarca (analogia que o próprio dirá sempre ofender o seu ideário republicano). Nem a publicação do livro de Rui Mateus o beliscava, tanto mais que os órgãos de informação quase ignoraram o seu conteúdo. Entrevistado à altura na SIC, a primeira pergunta feita ao autor foi: «Então como é que se sente na pele de um traidor?»⁷⁵ O que sintetizava a narrativa jornalística sobre o caso, onde o vilão era Mateus e Soares o triunfador.

Mesmo antigos adversários se rendiam ao primeiro Presidente socialista, como, entre muitos outros, Henrique Neto, que abandonara o PCP em 1975 e fora levado para o PS pela mão de Sampaio, só se convencendo porém com Soares depois de este se instalar em Belém: «Afinal ele tinha razão: ter criado o PS antes do 25 de Abril foi essencial. Sempre achei que Mário Soares não percebia nada de economia, e às vezes cometeu erros, não sabendo. Mas reconciliei-me de alguma maneira com a sua figura quando foi Presidente da República, porque já tinham passado todas aquelas lutas políticas, tinham passado as divergências. Houve uma certa aproximação: ele visitou a minha empresa e convidou-me para visitas de Estado.»⁷⁶

Valia a pena, no momento de abandonar Belém, Soares fazer retroceder a sua memória meio século antes, quando se encontrava detido em Caxias na companhia, entre outros, de Júlio Pomar e o futuro era apenas uma gigantesca incógnita, antevendo o político que o artista viria a ser o maior pintor português e este que o outro seria Presidente da República: «Realmente acabei por ser. E pedi-lhe a ele para me fazer o retrato [oficial].»⁷⁷

O retrato pintado por Pomar para a Galeria dos Presidentes em Belém tornar-se-ia famoso por fugir ao convencionalismo desse tipo de representações, destoando do estilo de todos os antecessores e desencadeando polémica: «Foi da melhor maneira que podia ter acontecido. Tive alguns amigos que me disseram o diabo. O Almeida Santos disse-me: “Ó Mário, você guarde esse retrato em casa, e faça uma outra coisa que se perceba melhor.” O que é importante é este retrato. Não há dúvida de que é um retrato sensacional, porque me dá como eu sou.»⁷⁸ Pomar falará da génese do quadro:

Eu coloquei-lhe o problema: “Como imaginas, pus duas hipóteses para o retrato: mais solene, com condecorações, etc., inspirado no [Francisco] Goya [1746-1828], ou o retrato de um amigo, como o que o [Édouard] Manet [1832-1883] fez do [primeiro-ministro francês Georges] Clemenceau [1841-1929], e de que este não gostou.” E ele disse-me: “Faz o que quiseses.” Acabei por me fixar naquela imagem: o Mário que está a conversar com amigos, adormece e volta a acordar bem-disposto e retoma a conversa. O [historiador e crítico de arte] José-Augusto França [1922-2021] disse que era como se um convidado para almoçar ou jantar na Presidência da República aparecesse em trajos menores ou fato de banho. O Mário Soares ouviu muita coisa crítica de pessoas amigas, mas aguentou-se. Ele fez pose numa tarde de domingo em minha casa: foi um ponto de partida muito limitado (depois as coisas tomam conta de mim). Resultou um desenho. O retrato, com aquela atitude, apareceu depois.⁷⁹

Face à controvérsia resultante, o pintor defenderá a sua opção: «Mais uma vez se vê como as pessoas podem ser condicionadas.

Entende-se que um político deve ser apresentado de determinada maneira, e, tudo o que não vá dentro dessa maneira, há uma autoridade que deve ser expressa claramente: “Aqui d’el rei!, que ele não está nas suas funções”. Se um dia um pobre de um pintor se lembra de pintar um homem que é político no seu aspeto mais natural – do homem participante, que não está quieto, que tem um sorriso –, as pessoas ficam escandalizadas. O José-Augusto França, que não discutia a sua qualidade pictórica, considerava o retrato impróprio.»⁸⁰

«Foram dez anos em que me senti muito realizado», resumirá Soares. «Foi uma coisa que me deu muito prazer e deixou um rasto: ajudou à consolidação da democracia.»⁸¹ Tendo atingido o cume da carreira, explicaria logo após sair de Belém que terminava ali o seu percurso político: «Não desejo fazer mais política partidária, nem tenciono aceitar quaisquer outros cargos de tipo estritamente político, no plano nacional ou internacional. Quem foi, durante dez anos, Presidente da República, com a ampla aceitação que lhe foi conferida pelos seus concidadãos, não deve aspirar, politicamente, a mais nada. É uma regra de ouro, de que não me afastarei.»⁸²

Capítulo 38

O eurodeputado

Tendo terminado em glória o que se presumia ser o seu longo período de política ativa, e não havendo em Portugal mais nenhum lugar que pudesse ambicionar, Soares, aos 71 anos, reunia as condições para aspirar a um cargo à frente de uma organização internacional. Possuía contudo o óbice idiomático, em particular a carência do inglês – a língua franca da diplomacia –, o que o prendia para sempre ao seu país. Constatará Nunes Barata: «Soares sempre considerou o facto de não saber falar inglês como o grande obstáculo a que tivesse um papel maior no plano internacional.»¹

O Presidente cessante tornava-se assim naquilo a que se convencionou chamar «senador da República» – e, se houvesse uma hierarquia estabelecida entre tais eminências, ele teria direito, pela carreira, a ser o grão-senador.

Por inerência prevista constitucionalmente, Soares tornou-se, como ex-Presidente, membro vitalício do Conselho de Estado. Com mais propriedade do que em 1978, poderia agora invocar as palavras de Teixeira Gomes ao abandonar Belém, dizendo-se um pássaro acabado de soltar da gaiola. Foi esse o sentido das suas palavras numa entrevista concedida em 1997, ao confessar-se mais à-vontade para exprimir os seus valores políticos: «Sinto-me tão de esquerda como sempre fui, mas menos constrangido pelos deveres de Estado.»²

Tendo dado, em diferentes ocasiões, diferentes explicações sobre se, 10 anos antes, ao tomar posse como Presidente, entrega-

ra ou não ao partido o seu título de militante socialista, o certo é que, quando saiu do cargo, Soares tornar-se-ia, com toda a lógica, o filiado com o cartão n.º 1 do PS.³ Mas isso era também um sinal de que poderia continuar a influenciar o partido que fundara, tal como na realidade sempre acontecera até à data.

As suas tarefas imediatas consistiram em pôr de pé a Fundação Mário Soares, que tivera criação jurídica em 1991 mas cujo funcionamento se iniciou apenas no momento em que terminou o segundo mandato presidencial. A fundação – uma instituição privada, sem fins lucrativos e de utilidade pública – abriu as instalações em dois velhos edifícios cedidos pelo município de Lisboa no espaço fronteiro ao Palácio de São Bento, estabelecendo uma simbólica ligação permanente ao parlamento, que certamente não terá sido fruto do acaso.

«Tendo como matriz a personalidade e a vida do doutor Mário Soares», como se estabelecerá no seu *site*⁴, a FMS – cujo conselho de administração passou a ser presidido pelo próprio, com a mulher como vice-presidente – serviu de depósito a dois milhões de documentos do seu patrono, destinando-se ainda a atuar «no plano da recolha de fontes e de estudo da história contemporânea [e] de reflexão político-social, a nível de pós-graduação e de formação democrática de base.»⁵ Os seus arquivos foram recolhendo também documentação alheia: «A fundação tem hoje um arquivo da história contemporânea de Portugal verdadeiramente excecional – com o enorme espólio do seu fundador, todo digitalizado, uma parte do qual consta do seu *site*, e mais de cem espólios de personalidades (portuguesas, do espaço da lusofonia e estrangeiras) de grande valor documental político, social, literário, científico e artístico, ao dispor da consulta dos interessados.»⁶

Meses após a abertura da instituição, foi inaugurada em Cortes, na casa antes pertencendo ao pai de Soares, a Casa-Museu e Centro Cultural João Soares, também sob a alçada da FMS, e cujos objetivos serão assim resumidos pelo seu presidente: «É um museu de História Contemporânea do século XX [...]. Guarda também

o espólio artístico e memorialista que me foi oferecido enquanto exerci funções públicas.»⁷

O modelo da FMS ter-se-á inspirado no das bibliotecas criadas pelos presidentes norte-americanos após a sua saída da Casa Branca, embora houvesse vozes a defender que Soares deveria antes seguir a tradição portuguesa de remeter a sua documentação para a Torre do Tombo, ou até que os presentes recebidos enquanto detentor de funções oficiais deveriam ser doados ao Estado.

Esclareceria Soares que o arranque da fundação foi feito com o saldo positivo resultante da campanha para a sua reeleição⁸ (no valor de cerca de 300 mil contos⁹). Mas a FMS receberia substanciais apoios estatais, sobretudo dos dois governos consecutivos que Guterres dirigiu: «Sob o governo de Guterres, [...] os cofres do Estado abriram-se generosamente para a Fundação Mário Soares. Instalada num edifício camarário, recebia 7500 contos anuais do governo para arrendar um gabinete a Soares (a que este tem direito como ex-Presidente). O Ministério do Ambiente atribuiu-lhe 300 mil contos para uma nova sede; só o partido “Os Verdes” questionou a relação entre a FMS e o meio ambiente. No final de 2001, através do ministro da Cultura, Augusto Santos Silva [n. 1956, sociólogo, futuro titular da Educação, dos Assuntos Parlamentares, da Defesa e dos Negócios Estrangeiros em gabinetes socialistas], recebeu 6000 contos só para digitalizar os arquivos. Durante cinco anos, Soares obteve do Estado, para a fundação, 752807 contos.»¹⁰

O ex-Presidente escreverá que a sede da instituição foi «reconstruída para o efeito pela fundação, à sua custa»¹¹, embora a imprensa tenha levantado questões sobre o processo das obras¹² ou sobre eventuais irregularidades na atribuição de subsídios pela Câmara Municipal de Lisboa, já com João Soares à frente da autarquia, e a possível violação do Plano Diretor Municipal no licenciamento do edifício. Estas questões foram suscitadas num relatório preliminar da Inspeção Geral da Administração do Território, que foi contestado junto do Tribunal Administrativo pelo titular da fundação e pela vereação do concelho, já ao tempo do sucessor do

filho de Soares, o social-democrata Pedro Santana Lopes (n. 1956, futuro líder do PSD e primeiro-ministro).¹³

Ainda em 1996, Soares passou a dar aulas como professor catedrático convidado de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a convite do titular da cadeira, o sociólogo Boaventura Sousa Santos (n. 1940). A incursão académica durou duas temporadas letivas: «Nesses dois anos realizei uma espécie de conferências sobre temas de ordem internacional, predeterminados, seguidas das questões postas pelos alunos no anfiteatro, sempre cheio. Mas as deslocações mensais a Coimbra tornaram-se muito pesadas. Por isso, entendi que [...] devia pôr termo à experiência, embora com saudade, pela universidade e pelos alunos.»¹⁴

A aproximação das eleições para o PE de junho de 1999 suscitaria a Soares um desafio que o próprio, como narrará, julgou irrecusável, apanhando muita gente desprevenida: «O ano de 1998 obrigou-me [...] a um novo rumo, bem inesperado. António Guterres, temendo que as eleições para o Parlamento Europeu não fossem particularmente boas para o PS, convidou-me, com particular insistência, para aceitar ser cabeça-de-lista dos candidatos do PS. Custou-me a aceitar. Primeiro, já tinha, nessa altura, organizado a minha vida. Depois, porque se tratava de uma obrigação para cinco anos [uma legislatura]. E nunca gostei de não cumprir os compromissos que assumi, até ao fim. Mas acabei por aceitar. Era uma experiência internacional totalmente nova e ainda por reconhecer que podia ser útil ao PS.»¹⁵

Muita gente próxima de Soares encarou com dúvidas a sua nova empresa política – mesmo com a garantia, assegurada junto dos dirigentes socialistas europeus, de que viria a ser presidente do PE¹⁶ –, já que um assento no hemiciclo de Bruxelas e Estrasburgo pareceria pouco consentâneo para um ex-ocupante do Palácio de Belém saído dos seus mandatos sob consensual aclamação. As reservas começaram por ser erguidas no seio da própria família, como contará Isabel Soares:

Sempre achei que ele não devia candidatar-se ao PE. Encarei isso mal. Acho que todos nós, de uma maneira geral, não fomos muito a favor da ida do meu pai para o PE. Não é que seja despromoção nenhuma candidatar-se depois de ter sido Presidente da República. Ele é, aliás, a única pessoa que não tem complexos nessa matéria. Foi sempre o contrário disso: é a única pessoa que conheço a quem nada subiu à cabeça, nas relações com os outros ou na maneira como está na vida. Ele nunca achou que essa candidatura fosse uma despromoção. Valoriza muito o mandato de deputado. Mas acho que não foi ser presidente do PE que o fez aceitar candidatar-se. Foi porque achava que era útil ao partido. Guterres tinha-lhe pedido. E o bicho político também estava lá e ele não conseguiu resistir.¹⁷

Alguns amigos políticos também não compreenderam o gesto, como Medeiros Ferreira: «Estranhei a candidatura ao PE, para não falar da candidatura à presidência do PE.»¹⁸

A presidência do hemisfério europeu era assegurada pela existência de um tradicional acordo entre os seus dois maiores grupos parlamentares – o dos socialistas e o dos democratas-cristãos (PPE – Partido Popular Europeu) – através do qual, em cada legislatura, o cargo era exercido em metade do mandato por um membro de um grupo e na segunda metade por um do outro. O grupo que tivesse mais votos tinha também o direito de indigitar o primeiro eurodeputado a exercer a função. Soares baseava as suas hipóteses de ascender à presidência nas expectativas que tinham os socialistas europeus de ganharem o escrutínio no contexto de toda a UE. Ficaram porém atrás do PPE, com apenas 180 deputados contra 233 dos democratas-cristãos – embora em Portugal a lista encabeçada pelo ex-líder socialista tivesse vencido, com mais de 43 por cento (contra cerca de 31 por cento do PSD, o segundo partido mais votado).

Soares insistiu mesmo assim em candidatar-se logo à presidência do PE – e não por metade mas por toda a duração do mandato –, levando à rutura do pacto entre socialistas e democratas-cristãos, que, aliás, o cabeça-de-lista do PS considerou perverso: «Havia um acordo entre a família socialista e a família democra-

ta-cristã para que o presidente do PE fosse um democrata-cristão durante dois anos e meio e um socialista outros dois anos e meio. Votando os dois grupos, eram sempre eles os eleitos; não havia mais nenhum. Quando cheguei ao PE, os gajos do grupo socialista disseram: “Você é o nosso candidato para os dois anos e meio.” E eu disse: “Dois anos e meio? Mas a legislatura é de cinco.” “Ah não, mas nós temos este compromisso.” “Ah têm? Temos de romper esse compromisso. Esse compromisso não é democrático.” Foi só isso. Se tenho aceitado aquilo, eu teria sido presidente.»¹⁹

O candidato português perdeu a votação a favor da francesa Nicole Fontaine (1942-2018), que era a proposta dos democratas-cristãos para o período de dois anos e meio. Desfeito o acordo entre os dois grupos, o PPE realizara idêntico compromisso com os liberais, selando a derrota de Soares no escrutínio, realizado a 20 de julho de 1999, por 306 votos contra 200. O ex-Presidente exprimiu então um misto de ressabiamento e chauvinismo ao criticar a eleição pelo PE de uma «dona de casa» (ou «*domestique*», segundo a palavra francesa que usou).

Independentemente do resto do mandato, esse episódio marcaria a passagem de Soares pelo PE, como assinalará Alfredo Barroso: «O que não corre bem no PE é aquela indelicadeza em relação à senhora. Um homem como Mário Soares não pode dizer aquilo. Isso corre muito mal. Dá a ideia de que é um homem ressentido, que afinal não foi eleito, e, aliás, quebra a regra do *fifty-fifty* entre os dois grupos. O acordo foi desfeito e deixou de haver essa regra. Soares convenceu o PS europeu a avançar com a candidatura dele quando não lhe cabia a vez a ele. Mas aguentou-se os cinco anos lá e correu bem.»²⁰

O sobrinho entenderá a atitude de Soares em resultado de uma certa distorção da realidade dada por 10 anos de permanência no cadeirão presidencial: «Ele saiu de Belém convencido de que tudo politicamente lhe seria permitido, porque nenhum Presidente tinha conseguido tão alto grau de apoio – não digo unanimidade porque não existe. Estava convencido de que tudo aquilo jogava

a favor dele. Perdeu a noção – que sempre tivera na vida política – de que as maiorias são sempre circunstanciais, ditadas por um momento, pela situação.»²¹ O eurodeputado socialista português defender-se-á:

Fizeram para aí um barulho bestial: “O gajo perdeu, humilhação lixada, chamou dona de casa à senhora Nicole Fontaine.” Não, a Nicole Fontaine apareceu por parte da direita para aquela coisa de ser metade do tempo presidente do PE, e eu não aceitei. Dentro da minha família socialista houve bastantes gajos que não votaram por mim. Mas houve quem tinha interesse em votar por mim – os pequenos partidos. Houve uma votação e eu perdi. Nós podíamos ter sido o primeiro partido [na consulta popular]; parece que fomos o segundo. Mas isso só tinha importância para saber quem era o primeiro a exercer na tal rotação do meio ciclo. Existia esse acordo e eles estavam feitos, quer os gajos do PS quer dos outros. Ela só esteve dois anos e meio, e depois houve outro. Fiquei os cinco anos no PE. É o sítio onde há mais informação. Para um gajo que goste de ser informado e de saber o que se passa no mundo, não há melhor local. Sabemos tudo, passa tudo, há informação sobre tudo – e aqueles gajos que ali estão são quase todos bons. O convívio é muito agradável, o ambiente das comissões muito agradável, é tudo muito agradável. Gostei muito de lá estar os cinco anos. Houve partilha, simpatia, fiquei a conhecer dezenas de gajos, houve as viagens que fiz, etc. O Paulo Portas [n. 1962, presidente do CDS, futuro ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, ministro de Estado e da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar e vice-primeiro-ministro em governos de coligação de direita], que foi eleito para o PE como cabeça-de-lista do PP [CDS-Partido Popular, segundo a renomeação do partido então efetuada], embirrou comigo logo de princípio, porque eu queria que houvesse um imposto único europeu, de que estão agora a falar, e depois porque eu era federalista, e agora também toda a gente está a falar disso. E outras ideias que eu tive no primeiro discurso de campanha que fiz no [Hotel] Ritz. E o Portas depois disse: “Este Mário Soares, se perder a votação para a presidência [do PE], no dia

seguinte vem-se embora.” Mas quem se veio embora foi ele, e eu estive até ao fim, e gostei muito.²²

Medeiros Ferreira lamentará que Soares não tenha aceite a regra vigente: «Se ele tivesse esperado dois anos e meio, fazia a segunda parte do mandato de presidente. Se bem que “*domestique*” em francês não seja bem “dona de casa”, foi um erro dele ter feito essa referência. Ele disse-me uma coisa de que nunca mais me esqueci: “Ó Medeiros, há um conselho que lhe vou dar: nunca peça a demissão de um mandato, os mandatos são para ir até ao fim”.»²³

Por estes tempos, o ex-Presidente iria conciliar uma visão a favor do aprofundamento da integração europeia com posições altermundialistas, que antes pareciam arredadas das suas preocupações políticas. Por um lado, criticaria amiúde o que considerou a falta de liderança europeia no sentido de fazer encaminhar a União na direção do federalismo. «Temos uma Europa dececionante», declarara perto do fim do segundo mandato presidencial²⁴, dando o mote do que constituiria a sua futura intervenção neste domínio. Apoiou a elaboração, em 2002 e 2003, da proposta de Constituição Europeia por uma comissão – a chamada Convenção Europeia – presidida por Giscard d’Estaing e lamentou que os referendos realizados em França e na Holanda em 2005 ditassem na prática o fim desse projeto.²⁵

Nos últimos anos, veria assim a Europa como um somatório de egoísmos nacionais, e não como uma família a lutar por um futuro comum: «Fico sempre chocado quando, no final de cada cimeira [europeia], os primeiros-ministros dos diferentes países-membros se precipitam para os jornalistas dos respetivos países para afirmar: “Defendemos bem os interesses do nosso país”. Não existe um único que declare: “Estávamos ali para defender os interesses da Europa”. Ora, é disso que se trata, de defender os interesses da Europa. E, ao defender os interesses da Europa, defende-se também os da França, de Portugal, da Itália, etc.»²⁶

Mostrar-se-ia depois dececionado pelo rumo da democracia-cristã europeia, que dirá contaminada pelas ideias do liberalismo,

o qual entenderá que, da área económica e financeira, saltou para a arena política, com origem nos Estados Unidos: «As duas famílias políticas que construíram a Europa foram os socialistas e os democratas-cristãos. Estes tinham uma doutrina – a doutrina social da Igreja – que apesar de tudo é progressista, como o Papa está a dizer ainda hoje, e a Igreja portuguesa também. Com esses gajos podia-se falar, podia-se construir. Agora os neoliberais – como os republicanos lá na América –, isso são gajos trogloditas.»²⁷

Mas também se zangaria com a sua própria família política, apesar de, mesmo enquanto Presidente da República, nunca se ter desligado da IS:

Eu disse-lhes que, deixando de ser dirigente do PS, saía da IS, e eles reagiram: “Não, você fica presidente honorário.” Não vi problema nenhum. Fui ainda a vários congressos da IS. Fui lá quando António Guterres foi eleito presidente da IS [em 1999]. Porque ele tinha sido vice-presidente pouco depois de eu ter deixado de ser [em 1992]. Eles dizem que eu continuo a sê-lo [presidente honorário], mas nunca mais lá fui. Agora a IS não tem importância. À época em que o presidente era Willy Brandt, foi uma coisa extraordinária, mas depois deixou de ter interesse, porque se encheu de gente e de partidos que queriam entrar. Não há consenso para se dizer coisas importantes que as pessoas querem ouvir. Imagine-se não se ter dito uma palavra sobre a situação que se vive na UE [a crise económica e financeira após 2008]. Quando havia 15 partidos da IS no poder dentro da UE, aquilo tinha peso. Agora [fevereiro de 2011] são três. Ainda por cima, periféricos: Portugal, Espanha e Grécia. É absolutamente preocupante. Neste momento é preciso explicar aos jovens e aos povos o que é ser socialista democrático.²⁸

Numa reação pós-«Primavera árabe», o fundador do PS dirá «encarar mal» a presença na IS de dirigentes não democráticos: «[O presidente tunisino Zine El Abidine] Ben Ali [1936-2019] e [o presidente egípcio Hosni] Mubarak [1928-2020, ambos derrubados por revoluções populares em inícios de 2011] não deviam

ter entrado na IS. Os dois estarem lá é uma merda, que é a IS nos últimos anos. Não tenho dito outra coisa. É uma pouca vergonha. As ditaduras não devem poder entrar, mas é a mesma razão pela qual o MPLA de Angola também faz parte: é o partido único, do José Eduardo dos Santos, ditador que confunde o seu gozo próprio com o orçamento. Já pertence há muito tempo à IS. O primeiro a entrar, dos partidos dos PALOP, acho que foi o PAIGC. De Cabo Verde. Esse está bem.»²⁹

Soares argumentará que a contaminação pelos valores «neoliberais» também afetou o campo social-democrata e afins, apontando especiais responsabilidades ao trabalhista britânico Tony Blair (n. 1953), inventor da «Terceira Via» («que procurava que os Estados estivessem subordinados à “teologização dos mercados”»³⁰), o qual, tendo chefiado o governo do Reino Unido entre 1997 e 2007, permaneceu em Downing Street mais tempo do que qualquer outro primeiro-ministro da sua área política. «Não me falem desse malandro»,³¹ começará por considerar sobre aquele que foi também o mais jovem primeiro-ministro trabalhista inglês:

Isso [o neoliberalismo] começou a germinar dentro dos partidos socialistas e democratas-cristãos, que começaram a desaparecer da Europa, embora eles é que tenham feito a Europa. Tony Blair teve as maiores responsabilidades. Sempre fui adversário dele, sempre escrevi o pior sobre ele. Chegou a ser presidente da IS – conheci-o nesse congresso da eleição do Guterres. A teoria dos britânicos é que não puderam frontalmente liquidar a UE mas meteram-se lá dentro para fazer da UE uma espécie de EFTA [European Free Trade Association, ou Associação Europeia de Comércio Livre, da qual Portugal foi um dos fundadores, em 1960, juntamente com a Áustria, a Dinamarca, a Noruega, o Reino Unido, a Suécia e a Suíça, tendo saído para aderir à CEE], onde eles estavam antes. E também em matéria de socialismo não puderam acabar com o socialismo, porque pertenciam a um partido socialista, ou trabalhista, mas que o melhor era meterem na IS toda a gente. Aumentaram tanto a IS que deixou de ser o que quer que seja.

A mesma coisa que com a UE [alargada entretanto, já na primeira década do século XXI, a 28 países membros].³²

Mais uma vez, a influência – segundo Soares – vinha do outro lado do Atlântico: «Foi nessa altura, de resto, que comecei a refletir – e a escrever – sobre os perigos que a evolução dos Estados Unidos e da globalização desregulada – tão louvada por Bill Clinton – nos iriam, necessariamente, trazer, em especial para o Ocidente (Estados Unidos e União Europeia).»³³

Soares adquiriria assim, na sua fase pós-presidencial, fortes sentimentos antiamericanos, passando a invetivar os seus aliados do passado. Mais do que o democrata Clinton, o responsável por tal metamorfose teria sido o seu sucessor, o republicano George W. Bush (n. 1946, filho de George Bush), no poder a partir de 2001: «Quando percebi o que aquilo ia dar com o Bush, fiquei anti-Bush e antiamericano, de tal maneira que deixei de ir à América.»³⁴

O antigo líder socialista passaria mesmo a alinhar, em prol de uma «globalização que seja humana»³⁵, com movimentos que procuram alternativas aos sistemas democráticos ocidentais e com os quais nunca se identificara no passado, como o Fórum Social Europeu, em Porto Alegre, no Brasil, para cuja segunda edição, em 2002, foi convidado pelo prefeito da cidade:

Aceitei com grande júbilo. Sem pensar, no entanto, na importância da experiência que iria conhecer e no que representou de inovação. Em primeiro lugar, pela imensidade de pessoas, de todos os quadrantes e origens, que estavam presentes e pela riqueza dos temas tratados. [...] O ambiente era claramente de esquerda – e anti-imperialista [...]. Estiveram presentes 51300 participantes, 15230 delegados de ONG [organizações não governamentais], sindicatos e movimentos sociais, vindos de 130 países diferentes. Foi “uma assembleia de gentes”, como escreveram os organizadores, reunidas para trocar impressões, compartilhar experiências, realizar análises e elaborar propostas com um único objetivo: “Mudar o rumo da economia de então, sem valores éticos e ao serviço do dinheiro, para a pôr ao serviço das pessoas.” [...] Lembro-me de que participei em

duas enormes marchas que percorreram as grandes avenidas de Porto Alegre para gritar – em variados idiomas – o nosso desejo de paz, a nossa luta contra o economicismo neoliberal, que só tem como objetivo a acumulação do dinheiro nas mãos de cada vez menos pessoas, esquecendo os direitos humanos, as desigualdades entre pessoas e povos e a tão necessária defesa do ambiente.³⁶

Com a sua atividade internacionalista, Soares interveio menos na política nacional durante este período. Tentou porém, sem o conseguir, impedir a demissão de Guterres – quando chefiava outro governo sem maioria absoluta – após a derrota do PS nas eleições autárquicas de finais de 2001:

Guterres é um homem de primeira qualidade, de uma inteligência rara, de uma afetividade formidável e de uma bondade total. Simplesmente não gosta de dizer “não” às pessoas. Sempre tive muito boas relações com ele e sempre o admirei muito. Tentei convencê-lo a não se demitir de primeiro-ministro, mas ele levou a sua avante e demitiu-se. Telefonei-lhe porque telefonaram para minha casa (não me lembro quem): “O Guterres quer demitir-se e nós vamos perder as eleições. Telefone-lhe.” E eu telefonei-lhe. Ele disse-me: “Mário Soares, estou farto, não posso mais, não aguento mais, eu não estou para isto, vou-me embora, não me peça uma coisa dessas, que eu não posso fazer.” Estava farto, não podia aturar mais aqueles gajos. Tinha a intuição de que o país ia para uma situação económica complicada. Chamou a isso “o pântano”.³⁷

O ex-presidente envolvia-se entretanto noutra cruzada internacional que tinha que ver com a forma de combater o terrorismo, no rescaldo dos atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington, cometidos por fundamentalistas islâmicos da Al-Qaeda (a que se seguiram outros, perpetrados pelo mesmo tipo de gente, em Madrid, Londres e noutros locais). De forma polémica, Soares advogaria a abertura de canais de diálogo com a Al-Qaeda para perceber os seus objetivos, argumentando: «Para fazer a paz, não vale a pena falar com os que fazem a guerra?»³⁸

Virá contudo a desmentir ter defendido tal diálogo:

Não tenho dito nada acerca de diálogo; o que tenho dito é que não se pode combater o terrorismo sem se perceber primeiro o que é o fenómeno, e só depois de se perceber o que é o fenómeno é que a gente se deve meter. As razões deles são uma questão de natureza religiosa e política, porque Israel não quer dar o braço a torcer e sair de Jerusalém e os árabes querem ficar em Jerusalém – é só isso. O 11 de Setembro vem porque [Osama] Bin Laden [1957-2011] tinha na sua cabecinha a ideia de que era preciso mostrar que os EUA não eram invulneráveis; por isso é que matou aquelas pessoas todas [perto de 3000]. Terrorismo é isso: sem ser necessário, só para criar uma situação. Acho que o terrorismo é o mais condenável possível, sou absolutamente antiterroristas sob todos os aspetos. Mas o terrorismo não se combate só com armas, combate-se com inteligência e com política, dividindo os terroristas e não os tornando unos.³⁹

Esta lógica levou Soares a endereçar ferozes críticas públicas a Bush pela sua intervenção militar no Afeganistão ainda em 2001, como retaliação pelo 11 de Setembro, e sobretudo no Iraque, dois anos depois – neste segundo caso, de resto, em sintonia com a condenação da política americana expressa pela esmagadora maioria da opinião pública mundial.

Tratou-se também de um regresso à política interna, já que – contará José Manuel dos Santos (que continuou próximo do ex-Presidente mesmo após a sua saída de Belém, apesar de, com Sampaio, se manter como assessor cultural) – Soares teria de se esforçar por convencer a direção do PS, então sob a liderança de Eduardo Ferro Rodrigues (n. 1949, na oposição a um governo PSD/CDS chefiado por José Manuel Durão Barroso, apoiante da intervenção no Iraque), a participar numa manifestação em Lisboa contra a invasão do país ainda dirigido por Saddam Hussein: «Mário Soares vai como convidado por Ferro Rodrigues à reunião do Secretariado do PS sobre a questão do Iraque e critica: “Vocês não se definem.” Só Ana Gomes [n. 1954, diplomata, então diri-

gente socialista, futura eurodeputada] dizia que avançava. Isso é o que leva o PS a alinhar.»⁴⁰

Vítor Ramalho – outro dos colaboradores de Belém que se mantiveram em estreita ligação posterior a Soares – salientará o facto de o ex-Presidente ter desfilado ao lado não só de Maria de Lourdes Pintasilgo (que foi nesse dia buscar a casa⁴¹) mas sobretudo de Freitas do Amaral, o seu adversário da segunda volta de 1986, num protesto resultante da percepção de profundas alterações em curso: «A circunstância de Soares ter entrado nessas manifestações, depois de ter feito uma série de reuniões com Freitas do Amaral e com malta praticamente de todos os partidos, resultou da noção que ele tinha de que o mundo ia mudar completamente, fruto da ação do Bush. E eu pergunto à distância: quem é que nessa altura imaginava que o mundo ia ficar como ficou? Foi uma manifestação que juntou 80 mil pessoas.»⁴²

«O presidente Bush reagiu pela força bruta, sem tentar sequer compreender o fenómeno do “terrorismo global” que surgia, pela primeira vez, em toda a sua dimensão», reiterará Soares mais tarde, na linha das suas críticas anteriores.⁴³ Para ele, «fez-se uma guerra completamente inútil, que foi a do Iraque [de que resultou o derube e posterior enforcamento de Hussein e uma mudança de regime], como agora está provado»: «Foi um tiro no pé na América, quase tão grande como o ataque às Torres Gémeas, porque Bush se atirou para uma guerra que não sabia o que era, e que foi o contrário do pretendido. O Irão só se pôe bem quando o Iraque desaparece, como aconteceu, e portanto foi um erro total. O Afeganistão era diferente. Bush atacou primeiro o Afeganistão, convencido de que, se a antiga Rússia perdera ali, eles [os Estados Unidos e seus aliados na NATO] iam ganhar, mas perderam, como os outros.»⁴⁴

Apesar de tudo, Soares considerará positiva a aparente ordem de execução de Bin Laden decidida pelo sucessor de Bush, o democrata Barack Obama [n. 1961], e executada num raide militar norte-americano no Paquistão em maio de 2011: «Não tenho dúvida nenhuma de que matar Bin Laden foi uma boa solução, tal como matar o Kadhafi [assassinado por rebeldes líbios em outubro no

mesmo ano]. Como é que queriam que esses gajos sobrevivessem? Um gajo que mata milhões de tipos e que está numa guerra civil, acho que vale a pena matá-lo para acabar com a guerra civil. Eu não tenho dúvidas: nisso sou pragmático.»⁴⁵

Tudo se processava sem grandes intimidades com o sucessor de Soares em Belém, em resultado, porventura, do histórico no relacionamento entre ambos, apesar da pertença ao mesmo partido. Jorge Sampaio queixar-se-á, aliás, de o ilustre correligionário ter ignorado as suas solicitações presidenciais em algumas ocasiões:

Enquanto fui Presidente, a nossa relação foi sempre cordial, correta. Mas houve convites meus a que ele não foi: para estar presente na entrega do Nobel da Paz [de 1996] sobre Timor, a monsenhor [Carlos Filipe Ximenes] Belo [n. 1948, bispo católico] e a [José] Ramos-Horta [n. 1949, futuro presidente de Timor-Leste], convidei-o porque achei que ele tinha tido uma atitude extremamente importante sobre essa questão; e também não foi quando se realizou o funeral do Papa João Paulo II [em abril de 2005], para o qual resolvi convidar Mário Soares e Ramalho Eanes para irem comigo, à maneira de como os americanos também fazem (estavam lá Bush, Clinton e não sei quem mais) – eu fui, Eanes foi, estava lá o Freitas do Amaral também, e Soares não foi. São duas coisas que não têm significado nenhum, mas ele de facto não foi. Depois acedeu ao meu convite para estar presente na transição de Macau [para a soberania chinesa, a 20 de dezembro de 1999]. E a única frase mais dura que eu recordo dele – e fiquei chateado – foi porque, a seguir a um Conselho de Estado, quando foi o auge da crise da transição do governo de Durão Barroso [que abandonou o cargo de primeiro-ministro para assumir a presidência da Comissão Europeia] para o de Santana Lopes, em 2004, ele era a favor da dissolução [da AR] e disse-o cá fora, e era contra a designação de Santana Lopes como primeiro-ministro. Isso é um ponto que foi público, e por isso o refiro.⁴⁶

No final desse mesmo ano de 2004, Soares celebrava o seu 80.º aniversário, tendo a efeméride suscitado a ideia de um jantar de homenagem ao homem que dominara a vida pública portuguesa

ao longo de décadas – quiçá influenciando a construção do regime democrático mais do que qualquer outro protagonista. A iniciativa terá partido de Isabel Soares (eterna admiradora, apoiante e colaboradora do pai), tendo agregado ao projeto alguns dos amigos mais chegados do ex-Presidente, como Vítor Ramalho: «Um dia telefona-me a Isabel Soares e diz-me: “Ó Vítor, o meu pai vai fazer 80 anos. Tu não te importas de ver se lhe fazemos uma homenagem?” Então eu disse-lhe: “Tudo bem. Vamos então alargar isto, para não sermos só os dois.” E falámos com o Vasco Vieira de Almeida e com o [António] Dias da Cunha, e os quatro levámos então a efeito as comemorações do 80º aniversário dele. Inclusivamente, depois quem centralizou tudo isto fui eu.»⁴⁷

O próprio homenageado confessar-se-á surpreendido: «Três amigos meus, Vasco Vieira de Almeida, António Dias da Cunha e Vítor Ramalho, com a cumplicidade da minha filha Isabel, resolveram organizar, sem eu saber, um “jantar de amigos” no dia do meu aniversário.»⁴⁸ E esclarecerá Ramalho: «Esta iniciativa nada tinha que ver com política, mas não tinha mesmo. Era uma coisa genuína. A Isabel disse-me: “Vamos fazer uma homenagem ao meu pai e, Vítor, tu és quase da família”.»⁴⁹

Mas no discurso proferido após o jantar – realizado nas instalações da Associação Industrial Portuguesa (a antiga FIL, onde encerrara a primeira volta da campanha presidencial de 1986) e no qual participaram centenas de admiradores seus de todos os quadrantes políticos (incluindo Freitas do Amaral e José Sócrates [Pinto de Sousa, n. 1957], eleito três meses antes secretário-geral do PS, sucedendo a Ferro Rodrigues), assim como da vida artística e intelectual – Soares acabou por introduzir uma forte nota política, embora em aparente estado de negação quanto ao seu futuro, ao proferir palavras que seriam notórias: «Basta! Nem política partidária nem exercício de cargos políticos. Basta!»⁵⁰

Se o disse, foi porque, na realidade, Soares nunca abandonara a atividade política, centralizando à época uma tertúlia de amigos e companheiros de percurso dedicada a discutir com alguma fre-

quência os temas mais salientes da agenda pública. Vítor Ramalho era um dos seus membros: «Nós tínhamos um grupo que reuníamos com bastante regularidade, regra geral de dois em dois meses, durante anos. Era em casa do Dias da Cunha. Além dele e do Mário Soares, iam o Vasco Vieira de Almeida, o Eduardo Pereira, o Mário Ruivo, o Manuel Alegre, o Medeiros Ferreira, eu próprio... Mais para o fim entraram também em algumas reuniões – a poucas, duas ou três – a Joana Amaral Dias [n. 1975, psicóloga, então deputada do Bloco de Esquerda], o [Jorge] Lacão [n. 1954, dirigente e deputado socialista, futuro ministro dos Assuntos Parlamentares] e o José António Pinto Ribeiro [n. 1946, advogado, futuro ministro da Cultura].»⁵¹

Um dos temas aflorados nessas reuniões consistia na escolha do candidato que o PS deveria apresentar às eleições presidenciais de 2006, das quais sairia o sucessor de Sampaio. Nesse contexto, o nome de Manuel Alegre não era despiciendo. Mas, entre alguns membros do grupo, gerou-se a expectativa – contra tudo o que no exterior se pudesse pensar acerca de uma carreira política ativa que a opinião pública em peso presumia já encerrada a título definitivo – de que Soares, livre da limitação constitucional dos dois mandatos consecutivos, poderia recandidatar-se de novo a Belém. Ramalho era um dos que acreditavam em tal hipótese:

Isso foi ventilado nessas reuniões, não com a preocupação de Soares desejar ser Presidente, mas de que era necessário que a esquerda e o PS tivessem uma candidatura forte. Das reuniões resultou para mim a ideia – presumo que para as outras pessoas que lá estavam também – de que, em circunstância alguma, o Manuel Alegre ia contra ele. Nunca lhe passou pela cabeça outra questão. Não tenho dúvidas nenhuma: eu estava nessas reuniões, estive sempre, nunca faltei a nenhuma. Mas Soares até essa altura [o seu 80.º aniversário] tinha dúvidas, e não hesito em afirmar que no jantar de homenagem, quando fez o seu discurso, a ideia dele era dizer assim: “Eu sei que isto vai ser assim, mas não posso ir.” Porque estou a vê-lo a acabar de fazer o discurso, onde diz que para ele “basta de política ativa”,

a chegar ao pé de mim e a dizer-me assim: “Eu desiludi-o muito, não desiludi?” “Não, eu já o conheço”, respondi. “Mas tem que ser assim”, acrescentou. Eu estava convencido de que ele ia avançar já nessa altura. Ou até antes, pelas conversas que eu ia percebendo dele, nunca ele o dizendo. Eu pensava: “Este homem, face à dimensão do que ele diz que vem aí, não pode deixar de estar.” É verdade que até essa altura o assunto não estava mesmo em cima da mesa de todo, embora ele tivesse a consciência, fruto da crise que se estava a desenhar, que era fundamental haver ao nível da Presidência da República uma personalidade que pudesse ter uma autoridade quer moral quer reconhecida pelo país, porque vinha um período brutalmente difícil. Ele foi sempre claro a esse respeito. Dialogámos bastante sobre isso.⁵²

No discurso, Soares aparentava, com efeito, ter colocado um ponto final às especulações que pudessem estar a desenhar-se quanto a uma sua eventual recandidatura:

A política portuguesa e a europeia estavam a tornar-se muito complexas. Por outro lado, o segundo mandato de Jorge Sampaio estava a terminar e Cavaco Silva preparava-se, desde há muito, para se apresentar de novo como candidato. Do lado do PS, não se apresentava nenhum candidato capaz. Vários amigos meus e antigos apoiantes tentavam empurrar-me para me apresentar de novo, o que eu não queria. Quando entrei naquele enorme salão da FIL – cerca de duas mil pessoas sentadas à mesa – senti que a maior parte tinha em mente essa ideia de uma nova candidatura. Mas eu não queria. No discurso que aí fiz [...] disse, cito: “Ao longo destes 30 anos, pus quase tudo entre parêntesis, por força das circunstâncias e das exigências políticas. Poderia ter sido advogado, professor, jornalista, talvez escritor. Só episodicamente percorri cada um desses caminhos possíveis. Mas nunca me queixei – nem queixo – porque sempre fiz política com convicção, alegria e satisfação pessoal. As circunstâncias empurraram-me para a política – antes e depois do 25 de Abril – onde aliás, dadas as funções que exerci, ultrapassei largamente tudo o que algum

dia poderia ter ambicionado ou sequer imaginado... Por isso vos disse há anos e agora repito: Basta! Outra coisa é pensar a política, no plano teórico e prático, ou seja: interessar-me pelo futuro de Portugal, da União Europeia, em que Portugal está inserido, pela evolução do Mundo – opinar, participar, civicamente, pela ação, pela palavra e pela escrita.” Noutra passagem do meu discurso, lembrando o meu saudoso amigo Alexandre O’Neill [1924-1986, poeta e publicitário], disse: “Nunca tive uma ‘questão comigo mesmo’ em relação a Portugal. Nunca senti remorsos; frustrações, sim; raiva, também, algumas vezes; e, nos últimos 30 anos, muitas alegrias. Mas agora – tenho de reconhecer – Portugal vai mal! Tivemos uma revolução de sucesso, internacionalmente reconhecida como tal. Vivemos em paz e democracia. Houve um incontestável progresso material. Mas estamos de novo – embora noutro patamar de desenvolvimento – pessimistas quanto ao futuro, bloqueados, sem horizonte e sem esperança.” [...] Dizia isto em 7 de dezembro de 2004, ao mesmo tempo que dizia “Basta!” relativamente à política partidária, afastando a ideia de qualquer outra candidatura minha! Os meus amigos ficaram desiludidos e muitos mo disseram e fizeram sentir, de diversas formas.⁵³

Presente na homenagem, Medeiros Ferreira, que era favorável a que Soares apresentasse a recandidatura, faria uma leitura diferente dessas palavras, como se elas guardassem um subtexto: «No discurso da FIL, eu penso que ele já pensava candidatar-se. Ele nega, mas eu tinha a certeza de que se ia candidatar. Ele sabia que eu era um dos defensores da candidatura dele, e cita-me: “Como diz Medeiros Ferreira, a noite é longa – qualquer coisa assim –, nunca se sabe.” E eu comento: “Ele sabe muito bem, e as pessoas que estão connosco sabem que eu sou favorável a isto”.»⁵⁴

Capítulo 39

O último combate

O quadro político alterar-se-ia depois de Sampaio acabar mesmo por dissolver o parlamento, pondo termo aos escassos meses da experiência Santana Lopes, o que permitiu ao PS de José Sócrates conquistar a sua primeira maioria absoluta, nas legislativas realizadas em fevereiro de 2005 – menos de um ano antes das presidenciais –, com mais de 45 por cento dos votos e uma subida de 25 mandatos (enquanto o PSD se ficava abaixo dos 29 por cento e perdia 30 deputados).

Na corrida ao cargo de secretário-geral, Sócrates derrotara Manuel Alegre e João Soares, o que alimentaria as desconfianças iniciais do fundador do PS perante o novo líder, que para mais julgava influenciado pelas ideias e o estilo de Tony Blair. Viria contudo a entender-se com ele, justificando que o secretário-geral alterou as suas posições: «Sócrates ao princípio quis identificar-se com Blair, isso é evidente, mas depois fez uma mudança, no bom sentido do termo. Hoje não pode ver o Blair, e bem. Algumas vezes discuti isso com ele, porque tanto ele como Guterres gostavam muito do Blair. Eu disse-lhe sempre muito mal do Blair, que o Blair era um malandro, que não tinha nenhuma ideia senão ganhar dinheiro – e agora até se fez católico para bater com a mão no peito [pelo apoio dado a Bush na invasão e ocupação do Iraque].»¹

Sócrates procurava a todo o custo travar as ambições presidenciais do rival Alegre – que há muito sondava as águas da esquerda para formalizar a sua própria candidatura –, e do seu entendi-

mento com Soares acabou por se registar uma convergência de vontades. Quase uma década antes, Soares interrogara-se sobre o destino político de Cavaco Silva, no rescaldo da derrota do ex-líder social-democrata nas presidenciais de 1996: «Recandidatar-se-á à Presidência da República? Contra quem?»² Agora iria chegar resposta positiva à primeira pergunta, e na segunda estaria envolvido o próprio ex-Presidente. Vítor Ramalho terá sido um dos primeiros a ouvir a grande novidade:

Já muito próximo do início da campanha presidencial e da sua decisão, Soares disse-me: “Olhe, o Sócrates chamou-me. Eu fui falar com ele e ele está empenhado e interessado em que eu seja candidato. Fiquei de ter uma segunda conversa com ele, porque há aqui questões que eu tenho de salvaguardar na própria campanha, quanto ao apoio do partido e ao apoio financeiro. E, portanto, Vítor Ramalho, provavelmente eu tenho de ir por causa do momento, para não lhe dizer quase de certeza.” E eu ao sair da FMS, por mera coincidência, encontro o Vasco Vieira de Almeida, que ia a descer com a mulher e parou até em frente à AR. Então disse-lhe: “Ó Vasco, prepare-se que vai ver, que o Soares vai ser candidato; é a ideia que eu tenho.” “Não me digas isso.” “Vai, você vai ver que vai ser.”³

Talvez a ideia da recandidatura, afinal, fosse um desejo secreto que Soares nunca tivesse abandonado, segundo concluirá Alfredo Barroso:

Isto só funciona retrospectivamente, mas hoje já estou convencido de que, no dia em que deixou Belém, Soares começou logo a pensar nisso. Fomos os dois almoçar sozinhos ao [restaurante] Café In e ele tem uma daquelas conversas subtis: “Isto é preciso dar tempo ao tempo.” Eu não quis aprofundar. Depois disso apagou-se-me. E, à medida que se foi impondo como uma espécie de senador, achei que se sentia bem na sua pele, que era aquilo que ele queria fazer. Ele tinha o hábito de ir almoçar a Nafarros quando despontava a primavera, e eu tenho uma casa alugada no Penedo [na Serra de Sintra]. Encontrávamo-nos e falávamos de tudo e mais alguma coisa, e a pouco e pouco co-

meça a ser recorrente nele esta ideia: “Isto está a amadurecer, talvez eu me possa recandidatar.” Estava convencido de que toda a votação que Sócrates tinha tido, mais a do PC, ia reverter para ele. Mas o único que sabia que Mário Soares ia avançar era o próprio Mário Soares.⁴

Se de facto alimentava tal projeto, como se há de então compreender o «Basta!» de Soares no jantar de aniversário? «Não se percebe, eu não percebo», confessará ainda o sobrinho. «Ele até a mim me convenceu de que não iria avançar. Quando disse o “basta” ficou satisfeito. Eu estava lá e disse-lhe: “Fez muito bem em fazer isto.” Mas ele interpretou a abrangência extraordinária daquele jantar – estava lá tudo, da direita à extrema-esquerda – e julgou mal: “Isto significa que eles me querem.” Eu disse-lhe depois: “Isso significa que eles estavam convencidos de que o senhor não seria candidato, e portanto era com prazer que iam consagrar o fim da sua carreira política, porque, se não fosse assim, metade daquela gente não tinha lá posto os pés”.»⁵

Vítor Ramalho acreditou também em posteriores mudanças de contexto: «Ele deve ter dito “basta” porque acho que nunca pensou que o partido o apoiasse, e também a questão não se tinha posto. Foi direto, com convicção. Vontade ele tinha, mas se naquela altura tivesse a convicção de que tinha condições para avançar nunca teria dito isso. Ele sempre disse que para se recandidatar tinha de ter o apoio do PS. Aliás, quando o Sócrates lhe falou ele disse isso.»⁶

O próprio Soares só encontrará explicação na volubilidade que caracteriza a espécie humana, sem ver nisso incoerência da sua parte: «Nunca vi a política como carreira. No jantar dos 80 anos, eu disse que não ia mais entrar na política partidária. Quanto ao que se passou depois, quem não conhece aquele verso do Camões: “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”? O que se passou foi tão simples como isso. Não tem dificuldade nenhuma, e eu sou dos poucos políticos coerentes que existem.»⁷

De início tratava-se apenas de combater e derrotar o candidato da direita, que, como testemunhará Alfredo Barroso, Soares não

acreditava que fosse Cavaco Silva, apesar dos rumores que se intensificavam nesse sentido: «Ele disse-me sobre Cavaco: “Ele nem sequer se atreve.” “Nem sequer se atreve? Então ele anda há cinco ou seis anos a preparar isto e o senhor diz que não se atreve?” “Como é que sabes?” “Eu falo com o antigo chefe de gabinete dele [José Honorato Ferreira (n. 1943), economista, chefe de gabinete de Cavaco Silva no seu último governo], meu vizinho, e eles até estavam convencidos de que o senhor ia apoiar Cavaco silenciosamente, na sombra, que olhava com simpatia para a candidatura dele”.»⁸

Soares era instigado a candidatar-se sobretudo pela pequena corte que o rodeava, e em particular por três nomes: «Quem o convence é Vítor Ramalho, Medeiros Ferreira e Dias da Cunha», estabelecerá Alfredo Barroso⁹. A que José Manuel dos Santos acrescentará mais um: «Medeiros Ferreira, Dias da Cunha, Vítor Ramalho, Vasco Vieira de Almeida – é o grupo que lhe dá a volta. Ele estava influenciado pela maioria absoluta do PS.»¹⁰ Considerará porém Barroso: «Mas ele convence-se porque quer ser convencido.»¹¹ Ramalho apresentará as coisas de forma diferente:

Ao Soares ninguém convence. Não nego que achava que ele deveria ser candidato – e ainda hoje acho que não foi errado. Sempre defendi isso, e o Medeiros Ferreira sempre disse isso também. E genericamente as outras pessoas achavam que não era mau: é a ideia que eu tenho desse grupo. Só o próprio Manuel Alegre é que nunca manifestou entusiasmo, nunca. Do Vasco Vieira de Almeida, que é um tipo pragmático, não tenho a certeza absoluta, mas não estaria contra. Aquele homem [Soares], se me perguntarem assim: “É influenciável?” Todas as pessoas são influenciadas pelo juízo que os outros fazem, e depois fazem o seu próprio. Agora, o Mário Soares é uma pessoa, para quem o conhece bem, que, quando faz um juízo definitivo sobre o que deve ou não fazer, assume-o responsabilmente para o bem e para o mal. Se porventura as coisas correm mal, ele não larga. A visão que tive, quando ele se candidatou, é que foi exclusivamente pela consciência que tinha da crise que aí vinha e da inevitabilidade, na ausência de outras

personalidades, de ser ele a ter de o fazer. Não tenho dúvidas: discuti tanto com ele sobre isto e sobre a visão que ele tinha do risco disto tudo para o futuro... Ele gostava de estar, gostava de participar; daí a inflexão a seguir, quando o Sócrates lhe vem pedir: “Eu tinha dito ‘basta’, mas este gajo está-me aqui a pedir, os meus amigos também estão. Isto vai entrar numa situação muito difícil. Se eu estiver à frente disto, pelo menos procurarei também marcar uma evolução diferente.” Porque a ideia que ele tem do Cavaco, respeitando-o, é a de um homem que não tem grande estatuto político. Ele temia isso.¹²

Ou, nas palavras de José Manuel dos Santos, «Soares não tem consideração intelectual pelo Cavaco, e acha que é curto para o país.»¹³

E assim terá construído uma ilusão na base das proclamações de diversas pessoas incapazes de contrariar o antigo Presidente. Como, por exemplo, de quem se situava à esquerda do PS, setor político que, segundo elementares regras aritméticas, seria crucial para uma vitória (como fora em 1986). Relatará Alfredo Barroso: «Ele teve contactos laterais com tipos do PC – a velha guarda –, que pensava que eram correios e não eram; eram tipos que conversavam, que mandavam palpites, e Mário Soares só guardava das conversas o que era agradável para ele. Depois teve também uma conversa com [o historiador e à época dirigente e deputado do Bloco de Esquerda] Fernando Rosas [n. 1946] que foi mal interpretada.»¹⁴ Explicará o próprio Soares esse namoro:

A situação política portuguesa agravou-se, bem como na União Europeia. [...] Amigos meus muito próximos, do PS e independentes, empurraram-me para me candidatar, num momento em que só Cavaco Silva era certo ser candidato. Não havia dúvidas, a direita e parte do centro estavam ao lado dele. E o pior é que o PS não tinha candidato. O próprio PCP, através do meu bem conhecido, desde Paris, Domingos Abrantes, e mesmo o líder do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã [n. 1956, economista], procuraram-me, separadamente, claro, por diversas vezes, na Fundação para me incitar a candida-

tar-me, embora me dissessem sempre que na primeira volta apresentariam candidatos próprios. Como fizeram. No plano sindical, tendo eu chegado a apontar o [líder da CGTP] Manuel Carvalho da Silva [n. 1948] como um candidato possível, nunca deixaram as duas centrais sindicais de me pressionar. Até que, em meados de junho de 2005, tive uma conversa com o Sócrates, que foi para mim decisiva.¹⁵

Talvez não por acaso, Álvaro Cunhal morria nesse ano de 2005, e com a mudança de século Soares deixara de ser a *bête noire* dos seus partidários: «Os comunistas tinham-me dito que me apoiavam, não na primeira mas na segunda volta (se houvesse). O BE fez a mesma coisa: esse dois pediram-me quase de joelhos que eu fosse candidato. Não foi só o PS a pedir-me: Louçã e Rosas vieram à Fundação falar comigo, e do PC falei também com Jerónimo de Sousa [n. 1947, secretário-geral do PCP], mas quem veio aqui [à FMS] várias vezes foi um velho militante que está sempre na sombra, Domingos Abrantes. Quando eu lhe disse “bem, estou resolvendo a avançar”, ele deu um pulo na cadeira. Só que nessa altura não me tinham dito ainda que iam apresentar candidatos, mas não tem importância.»¹⁶

O problema era que Manuel Alegre se tornara noutro potencial candidato também bem visto por largos setores à esquerda do PS. Contudo, sendo o poeta excluído por Sócrates, Soares entendeu embarcar no apelo do secretário-geral – apesar das suspeitas de que Alegre estaria também a preparar candidatura:

Não havia candidato para o PS, nem sequer Alegre. Cheguei à conclusão com Sócrates de que era indispensável haver candidato do PS, e ele quis pôr o seu – e assim foi, aceitei ser. Não estou arrependido. O Alegre vem um mês e tal depois de eu me apresentar. Sócrates nunca gostou do Alegre, e eu achava que ele não tinha nenhuma espécie de condições para ser Presidente da República. Eu posso ser amigo de um tipo, mas não quer dizer que apoie as asneiras que faça: se não tem estrutura para ser Presidente, não posso apoiar. Não quero contar essas coisas; não me sinto bem a dizer mal de um gajo de quem fui

amigo durante 40 anos. Nunca mais vou ter uma relação específica com o Alegre, acabou; mas nunca disse mal dele e nunca direi.¹⁷

Para José Manuel dos Santos, o secretário-geral socialista não estaria convictamente empenhado numa vitória nas presidenciais, mas apenas em recorrer à figura do fundador do PS no sentido instrumental, resolvendo uma questão interna do partido: «Sócrates usa Mário Soares para tapar Alegre.»¹⁸

Aconteceu assim, a 31 de agosto de 2005, no Hotel Altis, o que para grande parte dos observadores e do eleitorado era impensável: Mário Soares apresentava uma terceira candidatura a Belém. «Não serei um candidato do PS, mas sim um candidato nacional, apoiado pelo PS», proferiria a abrir o seu discurso na cerimónia, tentando salvaguardar distâncias e separar águas. «Apercebi-me, agudamente, do estado de espírito dos portugueses, que amplifica a situação de crise económico-financeira que Portugal atravessa – como, de resto, a União Europeia – estando a instalar-se um pessimismo quanto ao futuro da pátria.»

Garantiu ter sido sincero no seu “basta” velho de oito meses e, para os muitos a lembrarem que teria 81 anos no dia do sufrágio presidencial, mencionou a primeira campanha eleitoral em que participara – a de Norton de Matos, candidato a Presidente com a mesma idade. Invocou a anterior experiência presidencial e adiantou dados sobre o seu currículo posterior: «Fui presidente do Movimento Europeu Internacional; presidi à comissão dita dos “sábios” para a reforma do Conselho da Europa; fui presidente da missão da ONU à Argélia; participei no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, dois anos seguidos; sou presidente do Contrato Mundial da Água e da Inter Press Service [agência noticiosa orientada para os países em vias de desenvolvimento].» Situando Portugal no meio de uma crise económica e financeira, rejeitou porém fazer depender da economia a orientação da liderança política:

A economia é extremamente importante, ninguém o ignora. É uma das chaves do nosso futuro coletivo. Mas a economia

está ao serviço das pessoas e não as pessoas da economia. O que faz andar o mundo são as ideias e a vontade das pessoas. As finanças públicas – e a redução do *deficit* – são preocupações que devemos ter sempre presentes, para as resolver a prazo. É óbvio. Mas o equilíbrio orçamental não é um fim em si mesmo: é um elemento essencial e instrumental para a realização de um projeto nacional que ultrapassa largamente uma perspetiva meramente económico-financeira e tem dimensões políticas, sociais e culturais que não devem igualmente ser esquecidas. Depois, como escreveu Fernando Pessoa: “Mais do que isto/ é Jesus Cristo/ que não sabia nada de finanças/ nem consta que tivesse biblioteca”...¹⁹

Na primeira fila, aplaudiam-no José Sócrates, Almeida Santos, António Costa (n. 1961, ex-advogado, então ministro de Estado e da Administração, antes ministro dos Assuntos Parlamentares e da Justiça de Guterres e depois presidente da Câmara Municipal de Lisboa e primeiro-ministro), Carlos César (n. 1956, presidente do Governo Regional dos Açores, futuro presidente do PS) e Vasco Vieira de Almeida (que seria o mandatário nacional da candidatura de Soares), mas mantinham-se imóveis Maria de Jesus Barroso e a filha (que franzia o sobrolho). Na realidade, ao tomar tão temerária iniciativa, Soares tinha contra ele a família (além de parte considerável dos amigos e correligionários – se bem que, por respeito à figura, a esmagadora maioria entendeu não só não o contrariar como até apoiar a ousadia).

Testemunhará a mulher que a resistência começava em casa: «Nós tínhamos muitas reservas. Os meus filhos eram contra. Eu disse-lhe: “Penso que é uma coisa muito difícil, mas fui sempre solidária, e portanto acompanho-te”.»²⁰ Isabel Soares complementarmente: «Também achei que ele não devia candidatar-se. Toda a gente foi contra. Fizemos um jantar de família, e até os netos já crescidos e toda a gente se pronunciou contra. Até mesmo a minha mãe. Mas dissemos-lhe: “Se avançar, estamos consigo.” O argumento dele era: “Devo ir porque tenho condições para ganhar isto. O Cavaco, que disparate!”»²¹

Isabel Soares estava convicta de que o pai não admitia a hipótese antes de ser confrontado com o impulso de Sócrates: «Acho que não alimentava isso. O que ele disse no jantar da FIL veio de dentro, era mesmo o que pensava. Quando anunciou a intenção de se candidatar, eu até lhe disse: “Ó pai, mas o pai disse aquilo.” Só que ele se calhar pensava que era a pessoa que melhor podia impedir a vinda do Cavaco, que tinha mais condições para lhe ganhar e barrá-lo. Alguns amigos também acharam que sim.»²²

Velhos companheiros como José Fernandes Fafe entenderam não dever recusar-lhe apoio, apesar de não acreditarem nas virtualidades da candidatura ou nas probabilidades de sucesso: «Quando ele foi candidato, alguém me telefonou, creio que a Isabel [Soares], a convidar-me julgo que para a Comissão de Honra. “Faz o que quiseses”, disse-lhe eu. Peguei no telefone: “Ó Mário, vi aqui a sondagem, parece que tens 2 ou 3 por cento. Como é para perder, eu assinei.” Bom, isso passou-se, não liguei muita importância. Eu estava de acordo em que ele avançasse. Não havia razão para não ir: a saúde não está mal, etc. Mas pensei: “Isto vai ser uma coisa terrível”.»²³

O mesmo com Carlos Monjardino: «Soares perguntou-me e eu disse-lhe: “Não se candidate.” Mas candidatou-se – e apoiei-o.»²⁴ Ou até com ovelhas tresmalhadas como Mário Mesquita: «Eu apoiei a candidatura, não porque estava convencido de que ele ia ganhar mas pelo valor simbólico do regresso à velha casa. O partido não estava lá, sequer, na campanha. Era discutível se aquilo fazia sentido.»²⁵ Ou António Arnaut: «Eu estava nas termas e em 2005 perguntei ao Mário Soares: “Ó Mário, como é que está isso das presidenciais?” “Não há ninguém, terei de ser eu.” “Vê lá, pode não ser prudente voltar, mas se avançares conta comigo.” Como ele anunciou antes do Alegre, eu apoiei; se fosse depois, não sei. Penso que avançou fazendo um serviço ao PS. Fiz parte da Comissão de Honra. Tenho com ele uma grande amizade, que, como todas as amizades entre pessoas francas, teve os seus incidentes de percurso, mas que nunca a afetaram, a não ser nessa questão do

Zenha: os homens dele acusaram-nos de sermos traidores, eanistas...»²⁶ Ou ainda com um cristão-novo assaltado por muitas dúvidas, como Henrique Neto: «Sou muito crítico do que Soares fez nos últimos anos. Em 2005 disse-lhe que era um erro candidatar-se, mas apoiei-o. Afastei-me um bocado dele outra vez a partir do José Sócrates. Sempre tive ideia de que Sócrates era um *bluff*, um homem perigoso para a democracia; eu conhecia-o relativamente bem: sempre o achei um aldrabão. A mim nunca me enganou. Eu disse ao Mário Soares: “Isto é um perigo para o PS, isto vai dar cabo do PS.” E Mário Soares em privado torcia-se, mas em público apoiava sempre. Agora é tarde.»²⁷

Uma exceção foi Fraústo da Silva, que desta vez não se deixou convencer: convidado para o aparelho da candidatura de Soares, o antigo mandatário nacional do MASP I e do MASP II manifestou-se radicalmente contra ela e não aceitou integrar nenhuma comissão de apoio.²⁸

Outros houve que ficaram dilacerados entre as duas candidaturas da área socialista, como José Neves: «Apoiei Alegre em 2006. Foi a decisão mais difícil e dolorosa da minha vida. Eu era amigo íntimo de Mário Soares, e ele desmentiu que tivesse a intenção de se candidatar. Numa entrevista à SIC Notícias, Soares dissera sobre Alegre: “Com certeza que o apoio, se ele for candidato do PS.” E eu, fundador do PS, vou apoiar uma candidatura contra o partido, contra um amigo meu? Houve uma noite em que não dormi. Mas de manhã escrevo uma carta a Mário Soares e vou para a candidatura de Alegre. A Mário Soares estas coisas não passam com facilidade. Sinto que não é a mesma coisa. Mas às vezes vou lá [à FMS] e falamos.»²⁹

O anúncio da candidatura de Soares com o apoio oficial do PS não inibiria Manuel Alegre, com efeito, de se apresentar também na corrida, com base num movimento independente mas recrutando muitos elementos entre as hostes socialistas. A circunstância cavou uma fossa profunda entre os dois companheiros, que haviam partilhado durante mais de três décadas, dentro do partido,

os mesmos pontos de vista, o mesmo ideário político e os mesmos combates.

Com os ressentimentos acumulados de parte a parte, a atribuição de responsabilidades prolongar-se-á num infindável jogo de passa-culpas. «Soares ficou ferido com o Alegre, muito ferido», testemunhará Vítor Ramalho. «Isso, eu noto. Com o Cavaco não era possível ficar assim, porque ele não o tem em boa conta.»³⁰ Já António Arnaut verá as coisas sob um prisma diferente: «O Alegre ajudou muito o Mário Soares e o partido no I Congresso após o 25 de Abril. Por isso é que o Mário Soares foi um bocado injusto para com ele. O Alegre virou o Congresso no sentido que o Mário Soares queria. Ele dizia certas coisas que o Mário Soares não dizia. E esse aspeto o Mário Soares não resolveu.»³¹

O paralelismo com a questão Zenha, duas décadas antes, surgiu como inevitável, mas Isabel Soares tratará de estabelecer distâncias: «Com Alegre foi completamente diferente. Zenha era o irmão de toda a vida, a pessoa que estava sempre connosco. Não tem comparação.»³²

Foi maior a decepção de Soares com Alegre porque o correligionário o terá apanhado desprevenido. Soaristas como Vítor Ramalho confessar-se-ão atónitos pela atitude do rival socialista: «O Soares nunca acreditou, nem eu, nem o Medeiros Ferreira, por exemplo. De lá de dentro [do grupo soarista] não sei se alguém acreditou. Porque a ideia que havia é que o Manuel [Alegre] disse lá que nunca ia contra o Soares em circunstância alguma. E o Soares acreditou nisso.»³³

José Manuel dos Santos contará contudo que Alegre admitia a possibilidade de se chegar à frente caso Soares não o fizesse: «Alegre, que frequentava este grupo, a certa altura diz: “Eu vou avançar. Só não avanço se Mário Soares for candidato”.»³⁴ E Alfredo Barroso apresentará uma versão idêntica: «O Alegre, que também ia a essas reuniões (eu nunca fui), disse duas ou três vezes a Soares: “Se você quer ser candidato, diga-me, que eu não avanço.” E Mário Soares nunca lhe disse. E depois, quando decide avançar,

também não faz esta coisa elementar que é um encontro com o Alegre.»³⁵ Medeiros Ferreira entenderá contudo que, desde início, Alegre sabia ao que o seu futuro adversário ia, pelo que não podia clamar ignorância: «O Soares, uns três ou quatro anos antes, começou a fazer uns jantares – em restaurantes, em casa dele ou de outras pessoas – onde estava o Alegre, que sabia muito bem o que ele pretendia com aqueles jantares. É certo que, na questão presidencial, ele recusava sempre definir-se – mas apesar de tudo há a natureza humana... Eu definia a coisa da seguinte maneira: “Isto é como no futebol. Quem conduz a bola é Mário Soares, é o nosso n.º 10: pega na bola, progride no terreno e depois, quando estiver à entrada da área, ou está na melhor posição para chutar e remata à baliza ou não está e passa a bola.” Toda a gente ficou de acordo com isto menos Alegre: “Mário, sempre fui teu amigo, eu estive contigo contra o Eanes, eu estive contigo contra o Zenha, mas neste caso eu contrariei-te, não te peço para te candidatares.” Alegre deixou de ir aos jantares quando percebeu que não tinha hipótese de ser o candidato do grupo: aquilo ia para o Soares. Para mim, os potenciais candidatos que se apresentavam pelo PS naquela altura eram intragáveis, incluindo Alegre. Apoiei Alegre para secretário-geral do PS, mas nunca o apoiaria para Presidente da República. Eu sou um institucionalista: um Presidente da República não pode ter grandes fôlegos.»³⁶

Numa declaração acerca das presidenciais feita em Águeda, sua terra natal, na segunda quinzena de setembro, Alegre não se definiria ainda como candidato, mas deixava pairar a ambiguidade, do que Alfredo Barroso fez a leitura exata: «Com a declaração de Águeda, uma jornalista telefona para casa e diz: “Pronto, a coisa já está resolvida, o Alegre não avança.” E eu respondi-lhe: “Não avança? Oiça lá outra vez o que ele disse. Você está equivocada.” E mais tarde ela diz-me: “Você tinha razão.” Ele aparece e avança, e há uma altura em que o Soares vai percebendo com mais intensidade que o problema não é só o Cavaco que vai ganhar, é ele próprio que não vai conseguir chegar à segunda volta, e até vai ficar

em terceiro lugar. Mas diz: “Seja lá o que for, não desisto a meio do combate”.»³⁷

Perante o que se adivinhava como missão impossível, começaram a cavar-se dúvidas e hesitações no seio da campanha soarista. Inclusive de quem sempre estivera muito próximo do candidato, como José Manuel dos Santos: «Eu começo a ser a voz da descrença. Dizia a Soares que o eleitorado agora era mais volátil e ele gritava comigo. Não me consultou para avançar. Chama-me a mim ao Vau, juntamente com o [António] Mega Ferreira [n. 1949, jornalista, escritor, gestor cultural], o José Manuel Galvão Teles e o Mário Ruivo. Quando lá vou, ele já tinha decidido. Leu o discurso que ia fazer no Altis, eu disse-lhe que não concordava, ele ficou furioso comigo. Mas depois deu uns toques no texto. Eu não podia deixar de alinhar: estive lá sempre. Fui consultor político na direção da campanha. Mas não tinha nenhuma convicção na vitória.»³⁸

Alfredo Barroso, escolhido por Soares como diretor da campanha, partilhava idênticas reservas: «Ele estava convencido de que a Presidência estava no papo, porque a maioria absoluta de Sócrates, somada aos números do PC e do BE, lhe ia dar uma vitória esmagadora à primeira volta. E aí falei-lhe, já ele era candidato: “Não me parece que isso funcione assim.” Respondeu ele: “Não te parece porque não percebes nada disso, és um pessimista, o diabo!” O José Manuel dos Santos pensava tal como eu.»³⁹

Numa campanha onde o PS cobria as despesas e o empresário Ilídio Pinho era apoiante financeiro de Soares pela terceira vez em presidenciais, a questão orçamental não foi um problema, apesar de o candidato ter constatado alguma ambiguidade inicial da parte dos socialistas, logo resolvida, porém, pelo seu secretário-geral:

Para poder avançar – disse-lhe [a Sócrates] – precisava que ele me promettesse três coisas: responsabilizar-se pelo dinheiro necessário para a campanha, que eu não tinha; fazer com que o PS – os seus quadros e militantes – participasse na campanha; e, finalmente, aceitar ter eu liberdade, no plano político, para orientar a campanha como melhor entendesse. Disse-me

a tudo que sim, sem qualquer dificuldade. Foi uma conversa a dois, sem qualquer documento escrito, nem isso me passou pela cabeça. [...] Nesse verão Sócrates foi fazer esqui para a Suíça, com os filhos. Deu uma queda e ficou com um pé partido. Entretanto a campanha começou, e como não havia dinheiro – e era necessário –, resolvi pedir a um banqueiro meu amigo uma quantia, para mim não pequena, assinando, como garantia, uma livrança. Simplesmente, passados 15 dias já não havia dinheiro de novo... Sócrates tinha já regressado mas andava ainda de muletas. Telefonei-lhe e pedi-lhe uma audiência urgente. Recebeu-me nesse mesmo dia. Resolvi levar comigo o meu mandatário, Vasco Vieira de Almeida, e o meu velho camarada Raul Capela [n. 1931, gestor bancário e empresarial], que era quem se ocupava dos dinheiros da campanha. Sócrates recebeu-nos muito jovialmente. Tinha uns ecos vagos do modo como a campanha decorria e estava otimista. Disse-lhe ao que ia: que já não havia dinheiro e que não tinha maneira de levantar no banco, como tinha feito quando ele estava de férias. Ficou francamente surpreendido e telefonou, à nossa frente, para o [dirigente e deputado socialista e ex-ministro da Juventude e do Desporto] José Lello [1944-2016], meu velho camarada, mas que eu ignorava que era o presidente da Comissão de Gestão do PS. No dia seguinte chegou-nos o dinheiro e ainda aquele que eu tinha sacado ao banco. Fiquei descansado, por esse lado: Sócrates cumprira o nosso acordo verbal e nunca mais falámos em dinheiro. Cumpriu, aliás, escrupulosamente, tudo quanto se comprometera comigo, em matéria de campanha. Foi algo de que não me posso esquecer.⁴⁰

Particularizará Soares quanto a esse encontro com Sócrates:

Ele não sabia que eu levava duas pessoas, mas não estranhou. Expliquei-lhe por que os levava. “Ó Sócrates, eu preciso absolutamente de dinheiro, porque a campanha está sem dinheiro e eu já desembolsei tanto.” Ele diz: “O quê? Não tem dinheiro?” E dá-lhe um ataque de fúria, daqueles ataques pelos quais ele é conhecido. Falou para o José Lello e disse-lhe: “Quero que tu tenhas o dinheiro imediatamente no banco!” E no dia seguinte o dinheiro estava todo, o que era preciso para o futuro e o que

ele me devia. Isto é uma atitude exemplar. Se Sócrates fosse um malandro não cumpria a palavra dada. Não tínhamos uma testemunha, não fizemos um papel da nossa conversa inicial a dois. E no resto ele fez a mesma coisa: cumpriu tudo. As minhas outras condições eram: “Você tem de mobilizar o partido a meu favor” (ele mobilizou o que pôde, mas pôde pouco, porque muita gente disse-lhe que sim mas fez que não); e “quem dirige politicamente a campanha sou eu, e você não se mete cá a discutir se eu faço isto, se eu sigo com os comunistas, com o BE, com este ou com aquele.” Ele disse-me sim a tudo.⁴¹

A noção do fracasso iminente de um empreendimento amplifica as divergências entre os seus protagonistas, e assim aconteceu em plena campanha entre Alfredo Barroso e o candidato:

Estamos numa reunião ultraconflituosa sobre estratégia e organização, e não havia nada. Eu era diretor da campanha – ele convidou-me, precipitei-me a dizer que sim por uma questão de amizade, simpatia, solidariedade, e pensei mesmo que ia dirigir a campanha. Eu era o chato que dizia: “Ó doutor Mário Soares, agora era preciso começarmos a pensar nisto em termos de estratégia e organização.” E ele: “Lá está este gajo, que é um burocrata, um chato. Vamos é discutir política.” “Política discutimos à hora do almoço e do jantar.” “Não, aqui com estes nossos amigos é que vamos discutir política.” E então eram discussões políticas de uma futilidade extraordinária. Era a tal história de “o Cavaco quando vir que me candidato...” Soares não era assim antes. Das outras vezes submeteu-se muito à disciplina, mas aqui não se submeteu a disciplina nenhuma, perdeu completamente a noção da realidade presidencial e eleitoral. E, quando o Cavaco se apresenta como candidato, há pouco depois uma primeira sondagem que o dá com o dobro do Mário Soares, e é aí que ele começa a perceber onde se meteu, e quando acabamos de saber da sondagem tem um desabafo nessa reunião – onde estavam umas dez ou 12 pessoas – na FMS (nem sequer tínhamos sede), que quase ninguém ouviu: “Se eu soubesse isto...” Como quem diz: “...não me tinha metido nesta merda.” Houve vários incidentes, e eu demito-me e passo a campanha toda demitido. Ele diz:

“Tu não te podes ir embora.” Mas eu não estava ali a fazer nada. O José Manuel dos Santos até me disse: “Ó Alfredo, já reparou? O Soares é o candidato, é o presidente da Comissão de Honra e é o diretor da campanha.” “Eu já reparei, mas que é que hei de fazer agora?” Foi desagradável comigo à frente de outras pessoas. Eu disse-lhe: “Desculpe lá, da primeira vez eu tinha 41 anos, agora tenho 61, já não estou disposto a ouvir ralhetes nem reprimendas dessas em público (se fosse em privado ainda era como o outro), de maneira que não estou para aturar isto, vou-me embora.” Levantei-me e fui-me embora. E demiti-me. Até fui para o Penedo, com a minha mulher. Durante uns dois dias não atendi nenhum telefonema, mas depois, finalmente, atendi a minha prima Isabel: “Eh pá, não sejas chato, vai lá falar com o meu pai.” E eu vim falar com ele, e ele disse-me: “Tu não podes ir-te embora, porque senão lixas-me isto tudo, porque as pessoas dizem que até tu largaste, mas eu vou-te aliviar a carga, ficas como diretor à mesma e eu ponho aqui o Marcos Perestrello [de Vasconcellos (n. 1971), advogado, deputado e dirigente socialista] – que até se dava bem comigo – a tratar disto tudo.” Eu disse-lhe: “Está bem.” Mas depois ele foi-me lançando umas setas: uma vez disse a um jornal que não sabia quem era o diretor de campanha, e coisas assim parecidas... Eu nessa altura até disse: “Ah, não sabe? Pois, claro que não sabe. Eu já me demiti há que tempos; agora é que me vou mesmo embora.” Mas há mais: o Mega [Ferreira], que foi o tipo que arranjámos para tudo quanto era comunicação, também se demitiu, e também não disse nada a ninguém. Veio-se embora porque há uma menina que foi escolhida para mandatária da Juventude [Joana Amaral Dias], que começa a fazer imposições e faz chantagem porque vai direta ao Soares. E o Soares vem ter connosco e diz: “Eh pá, mas cedam lá, eles precisam de ter meios”, e não sei que mais. E altera coisas que estavam já concebidas e até preparadas. E o Mega não entra em conflito com o Soares, era o que faltava – olha o Mega! –, só que fez mais umas coisas que tinha a fazer, aparecia lá uma vez por outra, mas saiu da campanha. O António-Pedro Vascelos [responsável dos tempos de antena] demitiu-se, mas fazendo uma campanha brutal contra mim. Eu dava-lhe liberdade total

mas ele não a queria ter: “E falta-me isto, e falta-me aquilo, e falta-me aqueloutro, e até me falta uma porta da casa de banho.” E eu: “Não tratas dessas merdas comigo, tratas diretamente com os gajos administrativos. Julgas que eu agora vou tratar da porta da tua casa de banho?” E dinheiro, precisava de dinheiro, dinheiro para ele – pagar-lhe. Lá se conseguiu depois fazer um acordo. Mas portou-se bem: quando se foi embora deve ter arranjado outra maneira e prescindiu – ainda tinha direito a meio mês. O [jornalista] António Manuel [dos Santos (1959-2011), assessor da campanha] foi tratado com uma brutalidade extraordinária. Ele era um tipo mais corajoso do que eu pensava: disse ao Soares coisas que ele não queria ouvir, e o Soares chegou a dizer-lhe no carro: “Se fosse de noite, deixava-te neste descampado.” Ainda hoje não percebo por que me convidou ele. E ainda hoje não percebo por que é que eu disse que sim. Foi um dos piores períodos políticos da minha vida: vim de lá doente – um stresse brutal, menos 23 quilos e descobri que tinha desencadeado a diabetes. Trabalhar com ele foi um desastre.⁴²

Nem toda a gente atribuirá tanta importância ao conflito entre tio e sobrinho. Nunes Barata dirá por exemplo que em Belém «Alfredo Barroso escreveu várias cartas de demissão, mas Mário Soares não ligava – punha-as dentro da gaveta».⁴³ O próprio candidato desvalorizará, se bem que sob alguma exaltação: «Não houve zanga nenhuma, por amor de Deus. Pode ter sido um berro, coisas assim, mas sem nenhuma gravidade. Quero lá saber disso; não sou desse estilo. É uma coisa que o Alfredo vive porque para ele tem importância. As pessoas vivem o que vivem, mas é preciso ter uma visão larga das coisas, e essas tricas não têm importância nenhuma, é merda, não vale a pena a gente pensar nisso. De qualquer maneira, eu aguentei aquilo muitíssimo bem, pronto.»⁴⁴

Mas mesmo alguns dos mais acérrimos defensores da sua terceira candidatura presidencial acabaram desapontados, como Me-deiros Ferreira:

Fiquei muito desiludido pela última campanha de Mário Soares. Fui partidário dela, mas para ele fazer uma espécie de ma-

nifesto político de 1965 e de testamento político, que era o papel dele: uma campanha que servisse de indicação para o futuro. Eu achava que devia ser uma campanha mais autónoma, e não uma campanha atrás de Sócrates. Nós, que começámos nos anos 60, temos alguma coisa que ver com um biltre daqueles? Não temos nada, como é óbvio. E, quanto a ser importante ter o aparelho do PS, sempre achei isso errado. E disse-lho. A pessoa que mais me acompanhou nisso, curiosamente, foi Isabel Soares. A minha posição era que ele se candidatasse dentro dos temas que tinha vindo a trabalhar como eurodeputado, que apontavam para a ultrapassagem desta fase da construção europeia. No PE, Soares fez uma espécie de reflexão e começou a contrariar a linha que considero de colonização da esquerda democrática pela direita também democrática, como na questão da Terceira Via – e ele fez um caminho de afirmação de uma autonomia. Ele começou a dar-me essas garantias, de um discurso renovado, *aggiornato*, de uma esquerda que pode fazer compromissos com a direita mas não se submete à direita. Só que aqui houve uma abdicação: na campanha ele recua nesses temas. Com o que sei hoje, talvez não tivesse sido tão entusiasmado junto dele.⁴⁵

E o ex-reformador não se inibirá de explicar o que, a seu ver, não funcionou no derradeiro combate eleitoral de Soares:

A campanha certamente que correu mal. Mesmo que ele perdesse, se tem deixado um testamento político, o PS e a esquerda democrática em geral estariam numa situação mais confortável – tínhamos uma referência, um programa, um exemplo. Na campanha ele disse que estávamos numa economia de casino e que a roubalheira tem de acabar, mas o ministro das Finanças [Fernando Teixeira dos Santos (n. 1951)], na semana antes da votação, tinha apresentado 27 medidas negativas, e ele a fingir que não percebia. Sócrates foi intragável: o país daqui a 10 anos nem deve querer lembrar-se de que foi governado por ele. Eu e a Isabel [Soares] sempre desconfiávamos daquelas muletas: era uma forma de mostrar que estava distante – hoje já não sei se foi uma fita. Quanto ao dinheiro, é óbvio que isso numa campanha conta, mas o Mário Soares

aí cometeu um erro, que acho que ele tinha possibilidade de ter os seus próprios recursos. Isso já é outra parte da história, que não me interessa tanto: sou político e nunca me quis comprometer com essa parte das coisas, mas isso pode explicar parte da campanha. Fiz o mínimo. Ao terceiro comício em que ele não me convida não preciso de lhe perguntar se há alguma coisa comigo. Penso que foi o Sócrates que fez barreira. Ou outros por ele, não sei. Acompanhei Mário Soares de uma maneira discreta. Se tivesse saído, diziam: “Olha o Medeiros, já percebeu que vamos perder.” Fui convidado para ir aos Açores, mais a um sítio ou outro, e pronto, ponto final. O António Costa ainda fez uma coisa relativamente política, mas o [António] Vitorino era só brincadeira: umas piadas, o pessoal ria, mas pronto. Não é um combate político – esses dois ainda foram os que apareceram mais. Contudo, se passasse com Cavaco à segunda volta, Mário Soares ganhava, e faria um bom mandato. Se ele pretendia fazer um ou dois mandatos não foi discutido, embora não deixe de me passar pela cabeça que ele gostava de sair diretamente da Presidência para o cemitério. Ou então a dar um combate político.⁴⁶

Pelo contrário, outros dos indefetíveis, Vítor Ramalho, exporá a tese de que as falhas não seriam tanto do candidato e da organização, mas sim do aparelho socialista, cuja suposta inoperância seria fatal para a nova ambição presidencial de Soares:

Quando isto arranca, o Soares de facto já não conhecia bem o partido – estava há muito tempo fora. E eu disse-lhe: “Nós temos de começar já a trabalhar. Eu vou largar tudo e vou ali para a Fundação.” E estive na Fundação a mobilizar aquela malta toda da cultura, dos sindicatos, os empresários. Cheguei a fazer contactos com seiscentos e tal – eu em pessoa. Praticamente sem ninguém. Porque via-se o tempo a aproximar-se e percebia-se: “Este homem [Soares] pensa que o partido está como estava [quando saiu]. Não está. Portanto, é necessário haver aqui uma relação com a sociedade civil muito funda.” Só depois disto é que começaram a criar-se as comissões: Comissão Política, etc. No Altis, quando se lançou a candidatura, eu disse-lhe: “Por mim aquilo vai estar a abarrotar de malta de nível,

mas você tem de pôr gente jovem à frente, porque a maior crítica que lhe vão fazer – já percebi – é a idade.” E até lhe disse assim: “Olhe, eu como não posso fazer tudo, veja lá quem é que o partido manda para cá para fazer este doseamento todo.” Acho que foi fatal, a partir daí, a circunstância de o partido estar sem alma de resposta nessa altura e com gente muito inexperienced a tratar das coisas da organização. O Soares dizia-me: “Vitor, não é assim.” Mas eu sinto que foi fatal – enfim, fatal não foi, havia outras condicionantes. Só que a experiência da máquina de uma candidatura daquelas não estava consolidada. Depois houve pessoas que, percebendo isto, saíram da candidatura: o caso do António-Pedro Vasconcelos, que se chateou profundamente com aquilo tudo. As pessoas que estavam não tinham uma relação de grande proximidade com o partido nos últimos tempos, não conheciam a máquina. O Barroso nem sequer tinha uma relação. Tenho imensa consideração por ele, é um tipo intelectual de nível, pensa bem, mas ali era atuar no terreno. Portanto, eu comecei cedo a ver – e, aliás, todos nós – que aquilo era complicado, até porque o Alegre dividia de facto o eleitorado e dividia o próprio PS, como dividiu.⁴⁷

No escrutínio presidencial, a 22 de janeiro de 2006, a suprema humilhação para Soares não terá sido tanto a derrota infligida por Cavaco Silva, que venceu à primeira volta com uma vantagem tangencial (50,5 por cento dos boletins), mas sim a sua ultrapassagem, com larga diferença, por Manuel Alegre, que recolheu quase 21 por cento dos sufrágios contra apenas os 13,3 por cento angariados pelo candidato oficial do PS. Nada que, no fundo, ele não soubesse que podia acontecer, como relatará Isabel Soares: «Na noite eleitoral, acho que já se previa que a coisa ia ser muito má. Ajudei também na campanha, estive lá um bocadinho a fazê-la com ele, e já se estava a ver: parecia que se estava a fazer tudo para perder as eleições.»⁴⁸ José Manuel dos Santos dirá que Alegre foi transformado em bode expiatório para problemas que eram mais internos à campanha: «Toda a teoria de Mário Soares e família é que ele não ganhou por causa do Alegre. Mas eu acho que o Alegre só tapou as insuficiências do próprio Mário Soares.»⁴⁹

Se bem que nunca o venha a assumir, Soares terá ficado traumatizado pela vitória de Alegre nessa espécie de novas primárias da esquerda. «Isso marca-o profundamente», defenderá Alfredo Barroso. «Afastei-me dele, e não acompanho o rescaldo. Ainda me pediu para ouvir na noite eleitoral a intervenção que ia fazer, onde não fazia a mínima referência a Alegre. Notei e não comentei, porque percebi que se o fizesse era outra explosão. Mas achei mal que ele não dissesse nada.»⁵⁰ Mário Mesquita também assinalará essa ferida: «No dia seguinte [às eleições], a Osita telefona-me a dizer que ele estava um bocado em baixo, e eu, que moro ao pé da FMS, fui lá. Ele disfarçava, mas estava em baixo, não tanto por ter perdido – já sabia que ia perder –, mas por ter sido ultrapassado pelo Alegre. Disse: “Ah, eu enganava-me: as pessoas falavam-me por simpatia mas não queria dizer que fossem votar em mim”.»⁵¹

A indicação de que Soares nunca digeriu a sua ultrapassagem pelo camarada de partido foi dada cinco anos mais tarde no livro *Um Político Assume-se...*, onde, apesar de passar em revista todo o seu percurso, omitirá qualquer referência a essa circunstância. Garantirá contudo não ter sentido diferença entre ser derrotado por Cavaco Silva e por Alegre:

Tanto me faz. Encarei da mesma maneira as duas coisas: fui vencido. No dia em que perdi as eleições, Sócrates estava no Rato. E eu telefonei-lhe em primeiro lugar (fui o primeiro a telefonar porque fui o primeiro a saber – o Ministério da Administração Interna estava em contacto comigo e disseram-me em primeiro lugar): “Sócrates, perdi. Vou telefonar ao Cavaco a dar-lhe os parabéns e vou fazer uma declaração.” E ele disse: “Dê-me cinco minutos que eu quero estar presente na declaração.” E eu disse: “Você não tem de estar presente por uma razão muito simples: vai ter de lidar com o Presidente, que é o Cavaco. Não tem de se estar a comprometer comigo agora, não tem de vir.” E ele disse: “Para mim é um ponto de honra, eu quero estar ao seu lado neste momento.” E foi. Sócrates portou-se comigo exemplarmente nessa coisa toda. Eu sabia que estava em terceiro lugar, não me lembro se comentei isso com ele.⁵²

Rejeitará também a ideia de humilhação, rótulo que muitos lhe colaram no rescaldo eleitoral:

Não tem importância nenhuma perder uma eleição. O que tem importância é um gajo não ter a coragem de se apresentar numa eleição, como sucedeu com tantos agora [nas presidenciais de 2011]. Sentem-se humilhados se perderem. Humilhados porquê? Quem perde está tão à-vontade como quem ganha. Na democracia é assim, vejo a coisa assim. Apresentei-me para ganhar e com a ideia de que podia ganhar. A grande intelectualidade portuguesa estava comigo – é ver a lista da Comissão de Honra. Todos acharam que eu ia estampar-me e estampeï-me, mas eu achava que devia arriscar e arrisquei. O meu partido está todo à rasca e diz: “Você precisa de ir.” O secretário-geral diz isso, uma data de gajos importantes do partido também, pus-me a pensar com minha família – o João, a Isabel, a Maria de Jesus foram todos contra –, e eu disse: “Mas eu vou ser, porque é uma aventura, uma coisa interessante.” E fui. Fiz uma primeira intervenção [no Altis], e toda a gente estava convencida de que eu ia ganhar aquilo. E cometi um grande erro, que foi ir para o Brasil e para França fazer campanha eleitoral junto da emigração, que pela primeira vez votava para o Presidente da República. Julguei que isso pesasse alguma coisa, mas não pesou nada. Realmente perdi dois meses, em que surge Alegre e essa malta e aquilo tudo.⁵³

Logo a seguir à derrota, Vítor Ramalho recolheu da boca de Soares idêntico posicionamento sobre a questão da humilhação, como que querendo convencer-se a ele próprio: «Da única vez em que falámos sobre essa matéria, ele diz-me assim, mas espontâneo: “Vítor, estou aqui a ler uma coisa a dizerem que fui humilhado. Desculpe lá: você acha que um gajo quando é derrotado em democracia é humilhado? Eu acho que não.” Assim mesmo, eu estava a tomar o pequeno-almoço com ele. Ele teve um período ali em que o que se passou não lhe foi indiferente – ninguém é indiferente a uma coisa dessas –, eu senti isso. Mas foi-se consciencializando – e interiorizando – de que tinha de olhar para a frente.»⁵⁴

Já dias antes do escrutínio, o próprio Soares, porventura intuindo o desfecho, havia admitido aos jornalistas – talvez com demasiada ligeireza para a seriedade do tema – que a derrota não lhe colocaria qualquer espécie de problema e que no dia seguinte partiria para outra qualquer atividade, como se nada se tivesse passado. A filha confirmará que assim aconteceu, se bem que o processo de recuperação ainda tenha demorado algum tempo: «Acho que ele ficou um bocado abalado e esteve ali uns dias assim, no sentido de... bem, foi uma grande derrota. Mas também acho que digeriu aquilo com uma facilidade grande, sem rancor. Foi para o Vau pensar, meditou. Deu a volta a seguir. Foi de uma humildade democrática notável. Pouca gente seria capaz de fazer isso.»⁵⁵

O testemunho do próprio Soares concorrerá no mesmo sentido: «Perdi as eleições e fui-me embora. Fui para o Vau. Estava ainda inverno. Tive uma boa experiência – o Algarve no inverno –, gozei as delícias do inverno algarvio. Estive a escrever durante uns meses o livro que publiquei com o [político espanhol e ex-diretor geral da UNESCO] Federico Mayor Saragoza [n. 1934] [*Um Diálogo Ibérico no Contexto Europeu e Mundial*, editado em 2006]. Ao fim de seis meses dei uma grande entrevista ao *Diário de Notícias*, que foi muito bem acolhida, porque eu não exprimi nenhum ressentimento ou chatice. Toda a gente percebeu que eu digeri e fiquei na mesma; sou a mesma pessoa.»⁵⁶

O fundador do PS não perdera a capacidade de relativizar a adversidade – talvez uma das explicações para a longevidade da sua carreira política –, característica que definirá em 2010 numa outra entrevista à imprensa: «Sempre tive a perspetiva de que nas coisas más há sempre algo de bom. Mesmo quando estive preso, deportado ou exilado... [...] Nunca fui dado, felizmente, a depressões. Todos os dias tenho a sensação, quando me levanto, que é um dia novo para viver. E eu gosto da vida e de viver. Sempre pensei que tinha coisas a fazer. Às vezes de mais. Nunca tive um dia em que dissesse: “Que aborrecimento! Hoje não tenho nada para fazer.” Desde rapaz sempre tive coisas para fazer, interesses, curiosidades a satisfazer...»⁵⁷

José Fernandes Fafe vê nele essa «força de não deixar que a chatice entre em nós e nos domine»⁵⁸ Para ilustrar essa capacidade, um amigo recua até aos tempos do exílio em Paris para relatar um episódio a título confidencial: «Estamos no Hotel Saint Pierre à espera de outro amigo para irmos almoçar, mas ele nunca mais chega. Acontece que se tinha metido numa alhada: arranjou uma paixão pela mulher de um amigo, que ainda por cima era amiga de um amigo nosso, também português. O tipo chegou meia hora depois e vinha desfeito, com os olhos húmidos: tinha acabado a ligação lá com a senhora e queria ir para o quarto. E diz-lhe o Soares: “O quê?! Por causa de uma mulher?! Vamos mas é almoçar, vamos almoçar!”.»⁵⁹

Alfredo Barroso não deixará porém de detetar, a propósito da campanha presidencial de 2006, um padrão na relação de Soares com alguns dos seus maiores amigos: «Há coisas desagradáveis, como os grandes amigos que se foram afastando dele. O Zenha e o Alegre são os casos clássicos, mas há mais tipos: o José Magalhães Godinho afastou-se (pode ter sido por más razões, mas afastou-se), o António Arnaut também se afastou (agora, enfim, dão-se bem)...»⁶⁰

À lista poder-se-ia já acrescentar o próprio sobrinho, colaborador permanente de Soares desde que o tio regressou do exílio para assumir os Negócios Estrangeiros. As presidenciais de 2006 marcariam com efeito um irremediável afastamento político entre ambos (apesar da ligação mantida por via da família), a tal ponto que, quando o ex-líder socialista publicou o seu livro memorialístico em 2011, Alfredo Barroso difundiu por *e-mail*, a familiares e amigos, um protesto por se ter sentido excluído dessa história: «No livro de Mário Soares *Um Político Assume-se* [...] há vários erros de facto e lapsos de memória que podem ser confundidos com uma tendência (inesperada num grande democrata) para apagar personagens da fotografia da (pequena e grande) história.»⁶¹

Capítulo 40

Até ao fim

Mesmo depois da sua derradeira refrega eleitoral, Mário Soares não se consideraria um reformado da política, continuando a intervir na esfera pública sempre que entendeu necessário – e durante longos períodos com um texto semanal de opinião no *Diário de Notícias* –, mas também a conspirar no âmbito do partido que foi o seu desde que o fundou. «Levanta-se de manhã e pensa política, e vai ser até à morte», testemunhava José Manuel dos Santos à entrada da segunda década do século XXI. «Continua a seguir tudo na televisão, todos os debates.»¹ E Isabel Soares confirmava: «É uma pessoa com uma curiosidade intelectual fantástica. Lê todos os dias de manhã os jornais portugueses todos, e também o *El País* e o *Le Monde*. Se eu lhe falo de um livro, se lhe falo de não sei do quê, ele quer saber. Mesmo com os miúdos continua muito curioso intelectualmente e muito vivo. E continua muito lúcido.»²

A crise financeira em que Portugal mergulhou na transição para a segunda década do século XXI seria alvo de múltiplos pronunciamentos de Soares, sempre em sentido keynesiano, contra as políticas austeritárias e a favor da injeção pelos governos de capital na economia e da defesa do modelo de Estado social vigente, se necessário imprimindo notas (apesar das limitações ao método impostas pela pertença à zona euro): «Há alternativas às medidas de austeridade? Os neoliberais dizem que não, porque os Estados não têm dinheiro. O que é falso. O dinheiro fabrica-se quando é preciso. [...] O problema não consiste na falta de dinheiro, como

dizem os economicistas, mas sim nos mercados e nos paraísos fiscais. Quando os mercados deixarem de comandar os Estados e, pelo contrário, os Estados dominarem os mercados – e as negociações que têm por detrás – tudo se resolve num ápice.»³

A aparente contradição entre estas declarações e o facto de ter chamado no passado o FMI a Portugal, para negociar resgates financeiros a troco de pacotes de austeridade, não incomodará o seu autor: «Não é contraditório. As situações são completamente diferentes com o FMI: antes era uma coisa e agora é outra (por acaso, antes, o FMI até era pior do que hoje). Mas era indispensável na altura. E eu não apliquei nada de grande coisa: apliquei o que era necessário. Podia ter ido mais longe.»⁴

Muito na linha da tentativa de resposta ao problema adotada pelos dois governos de José Sócrates (sendo o segundo, decorrente das legislativas de outubro de 2009, minoritário), Soares menosprezou as crónicas patologias financeiras do regime e da economia nacional, não procurando refletir sobre as razões da crise que, em abril de 2011, levou Portugal, pela terceira vez em democracia, pela voz de um primeiro-ministro contrariado, já demissionário e encurralado com a perspetiva de uma bancarrota iminente, a recorrer à ajuda internacional. Ao invés, invocou quase sempre razões externas para o descarrilamento e concentrou-se nos seus efeitos sociais: «Temos uma crise que é essencialmente europeia. O que mais me preocupa, a mim, não é que Portugal tenha um grande défice e grandes endividamentos públicos e privados. Os défices vão e vêm. O problema mais grave consiste em o Estado ficar sem meios para pagar às pessoas. O desemprego, o aumento da pobreza, as desigualdades sociais, cairmos em recessão. A UE não tem um plano concertado para fazer face à crise. E os atuais dirigentes europeus, na sua maioria, resvalam para o nacionalismo e esquecem o projeto europeu, a solidariedade e a unidade entre os Estados-membros, como ensinaram os grandes pais fundadores.»⁵

A escassos meses de Sócrates ser obrigado a recorrer ao resgate internacional, Soares declarava, aliás, não acreditar nessa necessidade, ou sequer na existência de pressões externas em tal sentido:

Os jornais dizem isso, mas acho que não estamos a ser tão pressionados assim. [...] Quem vive das especulações gosta que se diga isso, para ver se pega. Mas ainda não pegou. Também se o FMI vier um dia a Portugal não é morte de ninguém. Haverá mais medidas a tomar – obviamente duras e impopulares – se as que estão anunciadas não forem aplicadas. [...] O que mais me aflige são as pessoas, desempregadas, que passam fome, a pobreza envergonhada. [...] A União Europeia não pode pensar só em dinheiro. Trata-se da paz na Europa! E do bem-estar de todos os europeus. Trata-se de a UE ser uma referência insubstituível para o resto do Mundo. Mas é preciso que o projeto europeu avance no domínio financeiro e económico mas também no sentido político, social e ambiental.⁶

O fabrico do dinheiro seria tarefa da zona euro, não só de um país em crise: «O problema da crise terá de ser resolvido a nível europeu: se a UE for capaz realmente de mudar o sistema europeu e criar um governo europeu – em vez de ser uma Comissão Europeia – que tenha poderes, e um Banco Central Europeu capaz de fabricar dinheiro, o problema europeu desaparece.»⁷

As responsabilidades couberam assim sempre, na perspetiva de Soares, à liderança europeia (ou à falta dela), perante a ausência de resposta a «uma crise vinda da América e importada pela União Europeia, por culpa da falta de visão – e de coragem – dos seus líderes»:

Estamos hoje, portugueses, a ser a terceira vítima – depois da Grécia e da Irlanda – da ganância dos mercados especulativos e da audácia criminosa das agências de avaliação ou de *rating*. Quando se chega a essa situação, tão estranha, com a aquiescência dos líderes políticos e a evidência consentida de que os mercados comandam os Estados ditos soberanos – em vez de ser o contrário –, é óbvio que a crise só pode agravar-se. A verdade, porém, é que ou há uma resolução salutar, antes que seja tarde, e uma mudança de modelo económico e financeiro (o atual está esgotado) ou o caminho só pode ser a decadência e o descrédito internacional. A Itália e a Espanha são as próximas vítimas, mas a seguir virão a Bélgica e a França, e então estaremos perante a catástrofe final da União. Pobre Europa!⁸

Apesar de tudo, o ex-Presidente admitiu algumas culpas nacionais: «A crise portuguesa é essencialmente europeia, embora se deva reconhecer que Portugal, desde a entrada na União, se habituou a viver acima dos seus recursos, com gestores políticos incompetentes ou que se limitaram a aproveitar o momento favorável, sem qualquer visão de futuro.»⁹ E, desse ponto de vista, o então chefe do governo não esteve totalmente isento de culpas:

De uma maneira geral, Sócrates tem algumas responsabilidades, na medida em que se rodeou de alguns gajos que são maus, não viu o que era a crise nos primeiros tempos – custou-lhe a ver – e, em terceiro lugar, foi um tipo que conseguiu evitar uma situação difícil quando foi do primeiro défice, em que cumpriu e reduziu aquilo para 3 por cento ou menos, mas depois não percebeu a crise senão no fim, ou quase no fim. Percebeu finalmente naquele dia em que lá fui [à residência oficial de São Bento] e estive toda a manhã a discutir com ele. Nunca o vi tão irritado, não comigo, mas com a situação. Não queria por força que viesse a coisa [o resgate internacional], porque, se eles não tivessem feito aquela armadilha [o chumbo do quarto PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento – pela oposição, em março de 2011] e o próprio [Presidente] Cavaco não tivesse consentido, teria conseguido tudo sem haver uma troika [comissão de resgate internacional, composta pelo FMI, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu].¹⁰

Em última análise, a oposição (com Belém) seria pois ainda mais culpada do que o primeiro-ministro: «Sócrates conseguiu com a senhora [Angela] Merkel [n. 1954, líder democrata-cristã e chanceler alemã] evitar a troika, e foi deitado abaixo pelo Presidente da República e o PSD. Se aquilo se produzisse, não seria preciso recorrer a isto [negociação de um memorando de entendimento com a troika, em maio de 2011].»¹¹

Tendo contudo também o PCP e o BE (além do CDS) chumbado o PEC IV – do que decorreria a demissão de Sócrates e a convocação de novas legislativas, em junho de 2011, ganhas pelo PSD sob a liderança de Pedro Passos Coelho (n. 1964), que formou

governo com os centristas –, Soares não pouparia palavras com os partidos à esquerda do PS: «Os palermas do BE e do PCP, que deviam ter percebido que era isto [governo PSD-CDS] que vinha, fizeram tudo para lixar o PS – como sempre –, que é o inimigo principal deles. Não há dúvida: aquilo está-lhes na cabeça, e depois ficam à rasca porque estão a destruir os sindicatos, estão a destruir o SNS, estão a criar problemas do catano na educação. Porquê? Porque ajudaram a atirar o PS abaixo.»¹²

Soares viu-se assim condicionado, nesse momento, a ter de criticar partidos que até veria como *compagnons de route* na rota radical por ele empreendida na fase final da carreira política, mas mais os comunistas do que os bloquistas: «Se me perguntarem se os comunistas são democratas, digo que não são. Quanto ao BE, tenho as minhas dúvidas, porque realmente os tipos não são tão fanáticos como os outros. São trotskistas também, mas é um trotskismo um bocadinho escondido, que não se assume como tal, ao passo que os comunistas sim. Então para mandarem uma declaração para a televisão de pesar pela morte do ditador da Coreia do Norte [Kim Jong-il, c.1941-2011] e depois recusarem-se a participar numa homenagem ao Václav Havel, nesta altura da campeonato, após a queda do comunismo em toda a Europa e na Rússia, é preciso serem fanáticos. Não mudaram nada.»¹³

Mas com o movimento dos «indignados», que contestava, de fora do sistema partidário, os impasses a que chegara o sistema governativo, e com o qual Soares poderia entender-se na sua fase de contestação serôdia, o diálogo também não foi fácil, como percebeu quando deparou com os manifestantes junto à FMS:

Os “indignados” estavam acampados frente à AR, eu queria ir-me embora e o motorista, que não podia vir à FMS com o carro, ficou à espera do outro lado. Atravessei a população toda, sozinho, dizia “com licença, com licença”, e às tantas ouço um deles: “Olha o gajo.” E eu: “Que é que tem o gajo? O gajo sou eu?” E ele disse: “Eu não quero conversas consigo.” E eu: “Estenda lá a mão.” “Eu não lhe aperto a mão.” “Mas por que é que você não me aperta a mão?” “Porque eu estou indignado com

isto.” “Mas você, que está aqui a exprimir a sua indignação, saiba que quem trouxe para aqui os indignados fui eu, homem. Vá bardamerda.” E vim-me embora. Não aconteceu nada, só isto. Ele não sabia nada. É que eu trouxe cá o Stéphane Hessel [1917-2013, diplomata e escritor nascido na Alemanha e naturalizado francês, autor, em 2010, de *Indignai-vos!*], eu é que fiz com que o livro dele se editasse em Portugal. Falei ao editor e até lhe fiz um prefácio.¹⁴

O ex-Presidente – que como primeiro-ministro havia chegado a pedir a detenção de manifestantes quando reclamavam contra as suas políticas – apoiará contudo estas formas de protesto, não deixando, aliás, de recordar ter sido ele quem, em Belém, invocou a expressão «direito à indignação»: «Exprimir a indignação pacificamente e sem porrada é uma coisa legítima e útil. Porque as pessoas ficam um bocadinho aflitas, e os governos movem-se hoje um pouco por isso, pelo que diz a televisão e pelo que dizem os indignados. Como o que eles dizem é um fenómeno que dá lucro às televisões, isso é repetido por elas, e o protesto chega lá. Se começam a violência ou a atirar bombas, isso não.»¹⁵

Outra preocupação de Soares seria a deriva dos eleitorados, atraídos por formações extremistas devido à incapacidade dos partidos do centro para encontrarem soluções: «É um problema preocupantíssimo, que explica a degradação desta democracia. Por isso escrevi um artigo sobre o regresso do fascismo. Para vencer a crise, é necessário o retorno à política. Os eleitores dizem e desdizem. Não é uma só vez que os eleitores se enganam, e que há governos que vão ao charco passados 15 dias ou 15 meses.»¹⁶

Soares compartilhará mesmo a tese em tempos expressa por Karl Popper quanto à televisão como «ameaça à democracia»¹⁷, mas não chegará ao ponto, como defendeu o pensador convidado para as conferências do «Balanço do Século», de advogar a censura sobre as emissões: «Ele chegou aí, mas à censura não vou. Popper viveu a guerra no Ocidente e não conheceu a censura, mas eu sim: a censura mata, não posso aceitar a censura, nenhuma hipótese. O que posso aceitar é que se diga certas coisas às pessoas. Quem

tiver atenção à televisão, percebe que antes, com o Sócrates, era uma e com o Passos Coelho é outra. Não estou a dizer que eles estivessem ambos a manobrar a coisa, mas dentro das três televisões – espero que não haja a quarta – acho que quem manda são os donos daquilo, que sopram o que querem aos jornalistas. Não digo que seja de uma maneira direta, mas existe essa influência.»¹⁸

Embora já fora da corrida nas eleições presidenciais de 23 de janeiro de 2011, Soares procurara também aí influenciar a escolha do candidato do PS, na tentativa sobretudo de evitar o apoio oficial do partido a Manuel Alegre, que reincidia e ameaçava impor-se desta vez como a escolha natural dos socialistas: «Perguntei ao Sócrates se aceitava que eu fizesse contactos para possíveis candidaturas presidenciais. Disse-me que sim. Viu a lista que lhe mostrei e disse-me: “Com alguns destes já falei e disseram-me que não.” Contactei à mesma 10 ou 15, como o Jaime Gama, o João Cravinho, o [Guilherme] Oliveira Martins, o Guterres, o Sampaio, o Artur Santos Silva, o [José Eduardo] Vera[-Cruz] Jardim [n. 1939, advogado, deputado e dirigente socialista, ex-ministro da Justiça], o António Vitorino, o Vasco Vieira de Almeida ... Mas ninguém aceitou.»¹⁹ Jorge Sampaio confirmará a sondagem de que também foi então objeto por parte do seu antecessor em Belém:

Estou convencido de que o doutor Soares queria que eu fosse outra vez candidato à Presidência da República. Sondou-me em 2010. Como vi que havia movimentações nessa direção, fiz uma declaração ao *Expresso*: “Bem, também já estou cansado, nunca faria uma coisa dessas.” Depois ele veio almoçar comigo para isso. Foi um almoço até muito agradável. Disse-me: “Você já disse que não, escuso de tratar do assunto.” “Sim, eu já disse que não.” Não me passou isto pela cabeça; estava feito, estava feito. Eu era suficientemente conhecedor da matéria para perceber que nem aí nos dividíamos, porque eu era apoiante do Alegre. Não era assim quatro anos antes, quando o Alegre apareceu e eu era Presidente. Aí mantive-me silencioso, não disse a ninguém como votei, e não interessa [especular-se-á que, em obediência à linha partidária, foi em

Soares]. Mas da segunda vez era a favor do Alegre por razões de geração. Até andei com ele, porque achei que estava muito desacompanhado.²⁰

Falhadas as diligências do antigo líder socialista, e perante o fraco empenho de Sócrates na disputa, Alegre acabou mesmo por ser o candidato oficial do PS, mas Soares não obedeceu ao partido e votou no médico Fernando Nobre [n. 1951, fundador e presidente da ONG Assistência Médica Internacional (AMI)]²¹, que apresentou uma candidatura independente.

As presidenciais saldaram-se pela esperada reeleição de Cavaco Silva, com quase 53 por cento dos votos, repetindo Alegre o segundo lugar, sem ter conseguido chegar aos 20 por cento, e ficando Nobre (numa replicação do lugar de Soares cinco anos antes) colocado a seguir, com mais de 14 por cento.

A atitude pós-eleitoral de Sócrates, eufórico por se ter visto livre de Alegre, não agradou a Soares, apesar do seu distanciamento perante o candidato oficial do PS:

Fiquei um bocado irritado, porque Sócrates fez uma coisa de que não gostei: tenho certos valores que não devem ser ultrapassados. No dia seguinte à vitória do Cavaco, chamou-me lá [à residência oficial]. Eu chego e o gajo estava radiante, bem-disposto. E a primeira coisa que me diz foi: “Ó Mário, acabámos com aquele [insulto].” E eu disse: “Eh pá, não gosto disso, palavra que não gosto, não é bonito, não diga isso.” “Eh pá, mas ele estava na merda, nunca o vi assim.” E eu: “Pode ter estado, mas não se esqueça de que o Alegre pode ter os seus defeitos mas também tem os seus méritos.” (Acho que este serviço que fez ao PS foi mau). E ele: “Mas agora isto mudou tudo, vou fazer uma grande aproximação aos gajos do PSD.” E eu fico a olhar e digo: “Ó Sócrates, acho que você tem grandes méritos, mas não pode continuar a fazer buracos. Anda a tapar buracos, com coragem, bem, a meu ver, e bom para o país, mas precisa de ter uma estratégia, porque quem não tem uma estratégia, a médio prazo pelo menos, não tem nada. Anda para aí de um lado para o outro numa *girouette* [cata-vento]. Não pode ser.

E depois tem problemas no governo, tem problemas em toda a parte. E ele: “Ah, não, vou resolver esses problemas todos. Vou fazer a coisa das Novas Fronteiras [fórum de socialistas com independentes, realizado em 2009].” E eu: “Isso está morto e requentado, não chama ninguém, você arranjou maneira de isso não servir para nada.” E ele: “Não é assim, você está a ver mal, desculpará, tenho muito respeito mas está a ver mal.” “Está bem, você é que é secretário-geral do partido, você é que deve dirigir, mas tenho de lhe dar a minha opinião: isso é uma asneira, e desde já o aviso que escrevo isso nos jornais” (como escrevi). E depois disse-me: “Vamos fazer um novo congresso.” E eu: “Eh pá, mas vai ser um congresso unitário, imobilista, ninguém fala, para que é que serve esse congresso?” “Ah não, está enganado, eu até gostaria que viessem uns gajos à beira para os vencer, tenho a certeza de que venço.” “Pois pudera, não me admira que vença, mas a verdade é que isso não lhe dá muita vantagem. porque está tudo já a conspirar.”²²

Nunca tendo alcançado sintonia com nenhum dos líderes que lhe sucederam à frente do PS, Soares refletia aqui as suas frustrações com Sócrates, cuja agressividade para com os adversários, de resto, nunca lhe agradou: «Estou farto de tentar meter a ideia de diálogo na cabeça do Sócrates», lamentar-se-ia.²³ «Ele tem um temperamento belicoso: gosta de jogar à pancada. Quando o ameaçam, Sócrates dá o soco primeiro – a verdade é essa.»²⁴ Não tendo sobrevivido como primeiro-ministro, Sócrates deixaria também a liderança socialista após ter perdido as legislativas.

No início do novo gabinete de coligação, Soares manteve uma relação cordial com Passos Coelho, que lhe valeu até um convite para intervir nesse ano na «Universidade de Verão» do PSD, destinada a jovens quadros sociais-democratas, onde surpreendentemente foi aclamado no final aos gritos de «Soares é fixe!»: «Não estava à espera. Fiquei satisfeito. É simpático, pelo menos.»²⁵

Mas logo a seguir, para compensar, viu-se obrigado a estar presente também no novo congresso do PS, em setembro de 2011, onde foi consagrada a transição da liderança de Sócrates para An-

tónio José Seguro (n. 1962, licenciado em Relações Internacionais, ex-ministro adjunto de Guterres). «Fui ao congresso porque tinha ido à “Universidade de Verão” do PSD.»²⁶

Só que este desdobramento por múltiplas atividades em final de carreira não seria apreciado por todos os seus próximos, em particular pela filha: «Eu sou talvez a pessoa que mais discute com ele essa matéria. Ainda agora esta história do congresso do PS: ele foi lá para quê? “Eu tinha de lá ir porque fui aos tipos da JSD [Juventude Social-Democrata].” Que ideia! Mas estar lá o tempo todo a aguentar aquilo (aguentou pelo menos o discurso do Seguro)? Embora eu também ache que é isso que o mantém lúcido, ativo, com esta genica. Agora discutimos muito entre nós, parece quase uma família italiana, e até os netos dão também a sua opinião.»²⁷

A ideia da existência de um clã Soares não seria despreciosa, por exemplo, para Alberto Arons de Carvalho, com o conhecimento profundo que teve da família (embora afastado após a crise do ex-Secretariado): «Uma característica do Mário Soares, e também do João Soares, daquela família, é que são de uma enorme coesão e tendem a misturar uma discordância política com uma traição pessoal. Confundem as coisas, a meu ver excessivamente.»²⁸

Muitos dos debates familiares teriam lugar nos jantares de domingo à noite, em casa do casal Soares, também com a participação de alguns amigos mais chegados, seguindo-se a tradição instituída quase 80 anos antes pelo velho João Soares. José Fernandes Fafe foi sempre aí um dos mais frequentes comensais: «Com algumas exceções, normalmente janto com eles ao domingo à noite. Isso também dá um certo ambiente do que se passa ali. Ainda ontem eram eles, eu e a filha – éramos quatro –, mas às vezes também o João Soares, muitas vezes o Vítor Ramalho. E um professor do [Instituto Superior] Técnico [Emanuel Maranha das Neves (n. 1938), ex-bastonário da Ordem dos Engenheiros e secretário de Estado das Obras Públicas no primeiro governo de Guterres] e a mulher [Júlia Maranha (n. 1930), professora de Matemática e ex-grã-mestre da Maçonaria feminina portuguesa (Grande Loja

Feminina de Portugal)], que vão lá muitas vezes. E a Isabel e os netos. Fala-se de tudo, e nunca se está de acordo.»²⁹ Vítor Ramalho completaria o quadro existente ao início dos anos 2010:

Nos últimos tempos, talvez dois anos a esta parte, ao domingo, Mário Soares gosta sempre de ter convívio – é um homem de convívio, um homem de uma relação fácil. Aparece o Fafe, um homem invulgarmente culto. É com ele que nós praticamente jantávamos, e continuamos a jantar, aos domingos, porque aquela gente mais antiga do tempo do Soares desapareceu ou está em vias disso. Quem também se conserva numa relação de grande amizade e proximidade é o Mário Ruivo, que ainda hoje tem um gabinete na própria FMS. Depois, há pessoas a outro nível, já com idade menor, como Vasco Vieira de Almeida, que também foi e é uma pessoa das relações de proximidade do Soares. São pessoas que todos os anos lá vão a casa, sempre a convite da filha, para o aniversário do Soares, que é sempre a Isabel que promove, mas numa outra casa deles, no n.º 99 do Campo Grande, onde a Isabel [que se manterá solteira] vive num dos andares, enquanto o casal Soares viveu sempre no 3.º andar do n.º 2 da Rua João Soares. A casa do Campo Grande foi comprada pela Maria de Jesus por um preço baratíssimo na altura, antes do 25 de Abril. Pediu até um empréstimo de seis mil e tal contos. Depois adaptou e ficou uma casa muito bonita, com três andares e um sótão, ficando o João com o primeiro andar, a Isabel com o segundo e eles com o terceiro e ainda com um sótão muito interessante, onde fazem almoços ou jantares quando há mais gente. Quem lá vai aos jantares, que me lembre, é sempre a [atriz] Lourdes Norberto [n. 1935], muito amiga da Maria Barroso devido ao teatro, como também vai sempre a Júlia Maranha e o marido. Vai também sempre a Rosa Guerreiro [n. 1948], médica fisiatra que há muito acompanha o Soares e a Maria de Jesus. O José Manuel Galvão Teles, que vivia no 4.º andar da Rua João Soares, que o Soares agora comprou e onde pôs a biblioteca, vai lá sempre, com a mulher, e também o Vasco Vieira de Almeida. De vez em quando, se a memória não me falha, vai a família toda: o Alfredo [Barroso], o João [Soares], a sua anterior mulher e

a atual, os netos todos. O Carlos Monjardino também, que é uma relação muito antiga de família.³⁰

Num círculo de amigos um pouco mais alargado, estariam também os elementos que trabalharam com Soares na Presidência:

Toda aquela gente que esteve em Belém aparece. Na relação de amizade, o Soares preserva sempre as pessoas que estiveram na Presidência: é o caso do José Manuel dos Santos, a Estrela Serano, o João Diogo Nunes Barata, o Zé Amaral, o João Ferreira do Amaral, o Joaquim Aguiar a outro nível (porque o Joaquim Aguiar, mantendo a relação com ele, não tem tanta proximidade como todos os outros que vinham com o Soares – é um pouco como o Carlos Gaspar). E há também uma pessoa amiga do José Manuel dos Santos: o [jornalista e antigo aluno de Soares no Colégio Moderno] António Valdemar [pseudónimo de José Stone de Medeiros Tavares (n. 1936)], com quem ele gosta muito de estar e com quem nos encontramos com bastante regularidade, sobretudo em almoços ou jantares. Ainda hoje, para qualquer situação em que precise de ser mais esclarecido, ou de trocar opiniões, é muitas vezes com estas pessoas, que trabalharam com ele nesta proximidade, com quem o Soares fala. É uma Casa Civil que se mantém, embora desarticulada. Porque ele é sobretudo um homem incapaz de trabalhar isoladamente; é um homem do coletivo, e dentro do coletivo respeitador das posições diferenciadas, que gosta de ouvir, ainda que sejam muito críticas relativamente a ele, como por vezes da própria família. Quantas vezes assisti – e assisto ainda – a posições, às vezes até antagónicas em pequenos pormenores, mas que ele vê com tremenda bonomia. A última foi a Isabel mandar-se completamente ao ar por uma coisa menor, em relação à capa do livro [*Um Político Assume-se...*]. Ela reagiu de forma violentíssima: “Ó pai, como é que é possível esta capa? O pai não liga nada a isto!” Ele ouviu e vi que deve ter feito alguma nota, porque a contracapa já apareceu diferente, com a foto dele. Mas no essencial manteve, porque confiou no gráfico da editora. Isto é o que é o Soares. Assisti várias vezes a este tipo de situação com ele, em pequenas coisas ou em grandes situações de conflito.³¹

Revelará um dos convivas, sob anonimato, que Mitterrand era um dos tópicos abordados com frequência nas conversas de domingo, chocando a admiração de Soares pelo amigo com a repulsa de Maria Barroso por um notório efabulador: «Com o Mitterrand é tanta mentira, tanta mentira, que chega a ser uma obra de arte, com algumas histórias admiráveis pelo meio. A Maria de Jesus tem-no no paradigma do mentiroso. E depois há aquelas amantes [do antigo presidente francês] – o que está por detrás da antipatia dela também pode ser isso.»³²

Soares mantinha ainda contactos regulares com outros elementos que com ele colaboraram ao longo da carreira política, como Medeiros Ferreira: «De vez em quando almoçamos os dois. Ele está muito bem informado, até internacionalmente; tem informação qualificada. Uns embaixadores de certas potências informam-no às vezes. Temos um ótima relação, embora por vezes ele venha com aquela história do “você queria substituir-me”. Considero-o o maior homem político português contemporâneo.»³³

O ex-Presidente fez da fundação com o seu nome, que frequentaria a um ritmo diário, a sua nova base de ação. Formada no período de abundância económica que em Portugal caracterizou a transição de século, a gestão da instituição acabaria por se transformar num fardo durante a época de vacas magras que se seguiu: «A Fundação Mário Soares tem-me dado algumas dores de cabeça, como se imagina. Mas também tem adquirido grande prestígio, o que me dá muita alegria.»³⁴ Ainda antes da redução dos apoios estatais às fundações, decidida em 2012, o titular da FMS já antevia tempos difíceis:

«Não vamos com certeza falir neste ano de 2012, porque temos uma reserva em que nunca mexemos desde o início. Estamos pior, mas de qualquer maneira temos dinheiro, se necessário, que espero que possa resolver os problemas para além deste ano. Só que temos de ter muito cuidado. A fundação recebe apoios de bancos – pelo menos dois – e de algumas empresas, por razões de interesse e porque querem e é útil para eles. A Câmara Municipal [de Lisboa] dá-nos alguma coisa. Por

exemplo: fizemos um contrato com eles a propósito d[as comemorações do centenário da fundação da] república [1910-1911]. Nessa altura deram-nos algum dinheiro. As conferências foram feitas por nós lá [na sede do município]. Mas são coisas muito pontuais, sempre. Isto é difícil.»³⁵

Em finais de novembro de 2012, Soares foi o primeiro dos subscritores de uma carta aberta instando Passos Coelho a mudar de políticas ou a demitir-se da liderança do governo, o qual, «num fanatismo cego que recusa a evidência, está a fazer caminhar o país para o abismo.»³⁶ Fê-lo pouco depois de admitir como alternativa possível a formação de um executivo de iniciativa presidencial, solução que antes sempre condenara. Mobilizou para o abaixo-assinado à volta de 80 figuras do PS, do BE e desalinhas (quase todas de esquerda), numa iniciativa a fazer lembrar os seus tempos da oposição ao antigo regime.

Tal tipo de intervenção por parte de um ex-Presidente poderia parecer insólita (Jorge Sampaio, por exemplo, não assinou o documento), mas Soares desenvolvê-la-ia sem complexos, porventura convicto de que ainda seria ouvido por uma nação da qual fora em tempos a autoridade suprema: «Se o futuro fosse estático, nós estávamos quilhados por 15 anos, mas, como é dinâmico, tenho esperança de que não o estejamos. Sou otimista mas realista, não sou um extravagante que acredita que vem aí a Senhora de Fátima. Isto está muito mal e pode ir para o charco, mas eu gostaria de contribuir para evitar que fosse.»³⁷

Um dos visitantes dominicais de Soares, a título confidencial, confessar-se-ia admirado pela recusa do anfitrião em tocar na ideia de finitude: «Faz-me uma impressão monumental como é que aquele homem, com a idade que tem, nunca aborda a questão da morte. Acho que ele ultrapassa isso não pensando, pelo que está sempre otimista. Ele tinha 80 anos, e eu estava com ele e com o Roseirinha [Luís Roseira (1924-2015), antigo membro do MASP], um médico amigo dele [e também produtor vinícola], do Porto, que vive no Douro, e íamos a descer o rio e o tipo, olhando para

aquela paisagem toda, diz assim para o outro: “Isto é lindo de morrer. Realmente, tu vives aqui numa coisa que é paradisíaca. Um dia destes, vais ver se me arranjas aí um terreno para eu fazer aqui uma casa, para, quando for velho, vir para cá.” Isto é o Soares. Não tem a noção da idade que tem, é uma criança grande.»³⁸

Uma amiga com quem Soares convivia então amiúde, Ana Filgueiras (n. 1949), especialista em políticas públicas e consultora da ONU para questões de saúde, e que com ele estava na viagem ao Douro, confirmará que esse era tema ausente do seu quotidiano: «A morte para ele não existia, não era assunto para se falar. Nem da morte, nem doenças terminais, nem nada.»³⁹

Preferindo fechar os olhos a essa realidade, quando foi inquirido sobre por que não quis tratar como testamento político a sua obra *Um Político Assume-se*, Soares respondeu logo após a publicação do livro: «Deixar um testamento? Ainda é cedo. Não há de ser o último livro que publico.»⁴⁰ Mas pouco depois, aos 88 anos, em janeiro de 2013, no seguimento de uma sessão fotográfica para ilustrar uma entrevista acabada de conceder ao *Expresso*, em que, na escadaria do Palácio de São Bento, suportou uma prolongada exposição aos rigores climatéricos da época, o veterano socialista terá tido uma mais aguda consciência da fragilidade da vida humana – e da sua em particular – ao ser submetido a 10 dias de internamento no Hospital da Luz, em Lisboa, afetado por uma encefalite provocada por insistentes sintomas gripais, que lhe causou um prolongado período de confusão discursiva, em estado que suscitou preocupação clínica.⁴¹

Ana Filgueiras recordará como, no dia do episódio, Soares procurava negar que algo estivesse mal com ele: «Mais tarde nesse dia, foi para minha casa e sentiu-se mal: “Eu estou com dor de cabeça, eu não sei o que tenho.” E não estava a ligar ao caso. Eu disse-lhe: “Você vai para casa e chama o médico, isso não é normal.” Doía-lhe imenso a cabeça.»⁴²

Nunca tendo sofrido tão extensa estada hospitalar (dificultada pelas sequelas da enfermidade respiratória de que padecera em

novo, e que na realidade mantinha), Soares sofreria o desconforto de duas realidades que sempre detestou: hospitais e inevitabilidade da morte.

Logo após abandonar o internamento, reconheceu manter uma «série de mazelas bastante graves», embora achasse que os órgãos vitais não haviam sido afetados: «Fiquei com as pernas um bocadinho inchadas, tenho ainda um grande desequilíbrio no andar».⁴³

Conseguiu regressar à atividade intelectual e política assim que pôs o pé fora do hospital, anunciando ter retomado o trabalho na autoria de novo livro, que tencionava intitular *Amar Portugal*. Por esses dias, tornou-se notória a sua reconciliação com Manuel Alegre, tema sobre o qual Maria de Jesus vinha a insistir junto do marido⁴⁴, talvez sensibilizada pelos telefonemas que, durante o internamento, o poeta lhe fez a inquirir do estado de saúde do ex-Presidente⁴⁵. O reencontro entre os dois camaradas deu-se em fevereiro na FMS, com intermediação e sob os auspícios de António José Seguro, que publicamente se congratularia pelo «grande significado político» do momento⁴⁶.

Soares parecia ter saído do hospital revitalizado na sua denúncia do governo de Passos Coelho: «Este governo não presta, este governo não tem nenhuma estratégia, este governo está a dar cabo do nosso país», diria numa entrevista radiofónica. «Este governo está a criar um empobrecimento geral do país [...]. O Durão Barroso [à época presidente da Comissão Europeia] é comandado, ora pela senhora Merkel, ora por outras pessoas, pelo FMI ou por quem seja. É indispensável mudar de governo, é indispensável acabar com a austeridade [...] e com essa ânsia de ser útil à senhora Merkel. Estão a estragar o país, estão a vender tudo. Em dois anos destruíram quase tudo de Portugal. [...] Mais de metade do PSD está contra o Passos Coelho. [...] A esmagadora maioria do povo está contra este governo.»⁴⁷

Cedo mobilizou Alegre para, juntos, e na companhia de outras personalidades de esquerda, como a dupla coordenadora do BE

– o médico João Semedo (1951-2018) e a atriz Catarina Martins (n. 1973) –, o eurodeputado comunista João Ferreira (n. 1978) e o reitor da Universidade de Lisboa (já em final de mandato), António Sampaio da Nóvoa (n. 1954) – mas com a notória ausência de Seguro –, promoverem, a 30 de maio, na Aula Magna da Universidade de Lisboa, uma conferência intitulada «Dois Anos de Troika – Libertar Portugal da Austeridade», que na realidade logo se transformou em comício. Na intervenção principal, o ex-Presidente alertou Cavaco Silva: «O povo que é quem mais ordena, e se este se manifesta quase todos os dias contra um governo que elegeu sob falsas promessas não pode, nem deve, ser considerado legítimo.»⁴⁸ Isto perante uma visão catastrofista: «Não podemos deixar que o país seja fanaticamente destruído e o seu património vendido a retalho por um governo incompetente, [...] cujos ministros não podem sair à rua sem que sejam vaiados.»⁴⁹

Soares desenvolvia assim a experiência antigovernos liderados pelo PSD adquirida com o congresso «Portugal: que Futuro?». E, perante um executivo inamovível, cedo começou a planear outra sessão na mesma linha e para a mesma sala, que teria lugar a 21 de novembro desse ano, agora sob o lema «Em Defesa da Constituição, da Democracia e do Estado Social». Foi ele, de novo, o orador principal, com a defesa da tese, ameaçadora e tremendista, de que «o Presidente e o governo devem demitir-se, enquanto podem ir ainda para suas casas e pelos seus próprios pés; caso contrário, serão os responsáveis de uma onda de violência que está à porta»⁵⁰ – palavras que, pondo a vasta audiência ao rubro, quase fizeram a sala ir abaixo⁵¹.

Seguro voltou a estar cautelarmente ausente, assim como o antecessor, também convidado. Certas personalidades mais à direita – casos de Adriano Moreira (que entretanto já liderara o CDS) e de Freitas do Amaral –, à volta das quais fora criada pelos organizadores (entre eles, de novo Alegre e também o inevitável Vítor Ramalho) a expectativa de que estariam na assistência, optaram igualmente por não comparecer, antevendo o tom radical da iniciativa.

Mas o empolgante comício contou com a presença e a intervenção do historiador José Pacheco Pereira (n.1949), ex-deputado do PSD (que na sessão anterior enviara já uma mensagem escrita), além de representantes do PCP e do BE. E foi sobretudo a circunstância de Soares ter congregado as diversas esquerdas sob sua égide, tal como, de certo modo, já vinha a tentar fazer desde a transição do século, que se tornou mais notório nas duas reuniões da Aula Magna. Para tanto, recuperara já publicamente as súbitas virtudes de quem na AR se sentava à extrema-esquerda: «É possível um entendimento muito grande [do PS] com o BE, porque [este] está realmente numa situação de muita clareza e muita inteligência, enquanto o PC ainda pensa como pensava o Cunhal.»⁵² Considerando Francisco Louçã uma «pessoa bastante dotada», elogiava ainda quem lhe sucedera no BE: «Gosto imenso do Semedo. [...] E esta senhora, Catarina Martins, é esplêndida, inteligentíssima.»⁵³

O ano seguinte foi consumido pelo desafio de António Costa a António José Seguro com vista à conquista da liderança do PS, e Soares, desconfiado da moderação exibida pelo secretário-geral do PS, não deixou de tomar partido desde início pelo então presidente da Câmara de Lisboa, declarando, na sessão de apresentação da sua candidatura, em junho, no Teatro Tivoli, em Lisboa: «António Costa vai fazer do PS um grande partido, um partido de esquerda. E não vai ser um PS feito com a direita, só para ter lugares.»⁵⁴ O primeiro líder dos socialistas acabou por ser um vencedor indireto das «primárias» do PS (as primeiras abertas a militantes e simpatizantes do partido), realizadas a 28 de setembro, nas quais, com efeito, Costa obteve mais do dobro dos votos de Seguro.

O congresso seguinte dos socialistas, marcado para os últimos dias de novembro desse ano, deveria constituir (como foi) o ato de consagração de António Costa como novo secretário-geral, mas uma semana antes, o partido e o país ficaram em estado de choque pela notícia da detenção de José Sócrates, sob suspeita de corrupção passiva, fraude fiscal e branqueamento de capitais. Soares não perdeu tempo, e, sem poder conhecer o que estava em causa, de-

clarou logo o apoio ao ex-líder socialista, escrevendo quatro dias após a captura: «O que foi feito a um ex-primeiro-ministro, com um anormal aparato, fortemente lesivo do segredo de justiça, não pode passar em vão. Independentemente do que está em causa e da separação de poderes entre a política e a justiça.»⁵⁵

O fundador do PS passou, a partir de 26 de novembro, a ser visita frequente de Sócrates na cadeia de Évora, onde o antigo secretário-geral permaneceria quase 11 meses em prisão preventiva (até ser de novo libertado), denunciando o que considerou como um «caso político» e «uma infâmia» e proclamando que «toda a gente acredita na inocência do ex-primeiro-ministro» e que «todo o PS está contra esta bandalheira».⁵⁶ Tal como com Edmundo Pedro Melancia ou Craxi, Soares atravessava-se em defesa dos amigos face à justiça, sem cuidar do desfecho dos respetivos processos.

Procurando conter os danos que a detenção do antigo líder poderia causar ao PS, António Costa reservou-se para uma única visita a Évora, que cumpriu no último dia de 2014, mas, para sua surpresa, ao entrar no estabelecimento, deparou com Soares em conversa com Sócrates:

Eu não estava à espera. Quando entrei, estava já lá o Mário Soares, e ficámos os três no parlatório. Eu ia lá para falar com o José Sócrates pessoalmente e ouvir da boca dele o que tinha para me dizer, mas não consegui estar sozinho com ele. Aliás, nem falei com ele, praticamente. O Soares falou o tempo todo, pontuado por algumas declarações do Sócrates, e eu mal abri a boca. O Soares fez ali um comício contra a “injustiça” e “a canalhice que isto é”, e o outro acrescentava que sim, que era tudo uma “canalhice” e não sei quê. O Soares não estava para ir lá naquele dia. Portanto, o Sócrates mandou-o ir: em primeiro lugar, porque nunca quis ter uma conversa cara a cara comigo e, em segundo lugar, porque me quis condicionar através do Soares. O que, aliás, só agravou mais as minhas suspeitas sobre a coisa toda. E depois do que vi já, entretanto, e que o próprio Sócrates não desmente, concluo que ele, de facto, aldrabou-nos [ao PS].⁵⁷

O ano de 2015 foi de sentimentos fortes mas mistos para Mário Soares. Primeiro o drama: na sequência de uma queda na residência de Lisboa, que a fez bater com a cabeça num rodapé, e apesar de manter sinais de uma lucidez algo traumatizada, Maria de Jesus Barroso foi levada pelo sobrinho Eduardo para observação no Hospital da Cruz Vermelha, acabando por não resistir às sequelas do acidente no cérebro. Com a sua morte, a 7 de julho, dois meses depois de ter completado 90 anos, Soares conheceu uma solidão inédita – recordará Ana Filgueiras: «Ele enfrentou mal a morte da mulher. Foi-se abaixo. A Maria de Jesus é que fazia tudo lá em casa. Inclusive, tentava resolver os conflitos que ele tinha criado».⁵⁸

Depois, a exaltação: apesar de o PS ter ficado num dececionante segundo lugar nas legislativas de 4 de outubro, com 86 assentos face aos 107 conquistados pela coligação eleitoral Portugal à Frente, constituída entre o PSD e o CDS sob a liderança de Passos Coelho, António Costa, vendo que a soma de 122 deputados do seu partido, do BE e da CDU (Coligação Democrática Unitária, tradicional aliança do PCP com um seu partido satélite, «Os Verdes») formava uma maioria absoluta na AR, tomou a iniciativa de negociar com bloquistas e comunistas o apoio a uma solução de governo seu, que tomaria posse a 26 de novembro. Para Soares, era o triunfo da ideia de juntar todas as esquerdas, pela qual se batia nos tempos recentes, podendo pois reclamar, no ocaso da sua longa carreira, ter inspirado a «geringonça» – como ficou conhecida tal fórmula política, inédita no regime saído do 25 de Abril.

O PS voltou a tropeçar nas presidenciais de 24 de janeiro de 2016, com mais que um candidato pertencendo à sua área, e, tendo o partido sido incapaz de patrocinar qualquer um deles, Soares (tal como Jorge Sampaio, Ramalho Eanes e o líder socialista) apoiou António Sampaio da Nóvoa, mas sem qualquer aparição durante a campanha. Com menos de 23 por cento dos votos, o ex-reitor da Universidade de Lisboa perderia à primeira volta para o social-democrata Marcelo Rebelo de Sousa (n. 1948, catedrático de Direito, ex-líder do PSD), o vencedor com 52 por cento.

Tratou-se da derradeira manifestação política de Soares, e a sua discrição nesse momento podia ter tanto que ver com falta de convicção no candidato, como com a degradação do seu estado de saúde ou com ambas as causas. Ao longo desse ano, quase sempre recolhido em casa, passando as noites numa poltrona retrátil e reclinável, tornou-se de facto invisível, e, ao que parece, pela primeira vez na vida adulta, desinteressado da sua razão de viver – a política –, segundo o testemunho de Ana Filgueiras: «Ele falava e tudo, só que não queria ver televisão, não queria ver nada que lhe lembrasse a política. Cortou completamente. Eu dizia-lhe: “Mas não quer ver o noticiário?” E ele: “Não quero essa merda.” Não queria ver os outros metidos no jogo que era o dele – doía-lhe isso. Não via um único noticiário. Dormia, lia e falava com algumas pessoas.»⁵⁹ Entre os visitantes, contavam-se Edmundo Pedro, o ex-adversário Freitas do Amaral e, com presença praticamente diária, o antigo deputado socialista Carlos Manuel Luís (n. 1950), tendo em contrapartida desaparecido Vítor Ramalho⁶⁰. Entretanto, deixaria para trás o projeto de *Amar Portugal*.

Dados os problemas de mobilidade decorrentes da encefalite, era permanentemente acompanhado por uma enfermeira, o que, ainda na recordação de Ana Filgueiras, suscitou incompreensões entre os familiares: «A enfermeira era ótima, quis pô-lo a fazer coisas, como, por exemplo, a andar ou a nadar na Cidade Universitária. Mas os outros achavam que ela puxava demasiado por ele, que estava a fazer o que não devia, e passavam a vida a massacrá-la. Ela sabia o que fazia e não estava a fim de aturar o Eduardo Barroso e outros a interferirem. E portanto, como tinha personalidade, disse que não, e não deixou que interferissem. Eu faria o mesmo.»⁶¹

Quem também não agradou à família foi a própria Ana Filgueiras, a quem Isabel Soares, à frente do pai e das empregadas domésticas, ordenou que deixasse de frequentar a residência do Campo Grande. «A Ana Filgueiras ganhou sobre o meu tio uma influência terrível, maior e diferente da de outras mulheres» – resumirá assim Alfredo Barroso o desconforto da família com essa relação.⁶²

Retorquirá a visada, admitindo «ter construído com Soares uma amizade tão sólida que merecia ser tratada por amor»⁶³: «É o que dizem todos, que eu é que mandava nele. Mas alguém mandava em Soares? É mesmo não o conhecer; acho insultuoso. Ele ouvia, era só isso.»⁶⁴

Soares foi submergindo na noite escura, e alguns meses depois, a 13 de dezembro, menos de uma semana decorrida sobre o seu 92.º aniversário, necessitou de ser internado no mesmo Hospital da Cruz Vermelha onde a mulher vivera os últimos dias, passando para a sua unidade de cuidados intensivos a três dias do Natal. Na passagem de ano, estava em coma profundo, e, apesar de sinais contraditórios sobre a evolução do seu estado clínico, acabaria por morrer ao princípio da tarde de 7 de janeiro de 2017.

O governo decretou três dias de luto nacional, no último dos quais teve lugar, em direção ao Cemitério dos Prazeres, o funeral – um cortejo com honras de Estado, cerimonial fúnebre que não se praticava em Portugal desde 1951.

Com 40 doutoramentos *honoris causa* outorgados por universidades de 18 países e os mais de 80 livros que escreveu e publicou, agraciado em Portugal com a *Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo* (1981), o *Grande Colar da Ordem Militar Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito* (1991) e a *Ordem da Liberdade* (1996) e condecorado por 46 outros Estados, Mário Soares não só protagonizou uma vida excecional como se considerará privilegiado por ter testemunhado tempos únicos: «Há coisas a que se assiste numa só vida e a tornam extraordinária: o 25 de Abril, a queda do Muro de Berlim, a vitória de Obama, a revolução no Egito [durante a chamada primavera árabe]...»⁶⁵

Das figuras de relevo mundial contactadas ao longo da carreira, o ex-Presidente será incapaz de destacar a que mais o impressionou: «É difícil, desde o Mandela até à senhora Gandhi, e passando pelo Palme, pelo Willy Brandt ou pelo Mitterrand – são tipos de primeira ordem. E De Klerk e Arafat – eu conheci-os todos. Conheci gente realmente importantíssima. Andreotti, por exemplo,

um tipo de uma inteligência rara (não sei se teve ligações com a máfia ou não). Gorbatchov também. Ou Sakharov. É impossível escolher uma figura acima das outras.»⁶⁶

No plano doutrinário, como testamento político, ficará do fundador do PS sobretudo o conceito de «socialismo democrático» – ideia vaga que nunca precisou e que, na prática, para todos os efeitos, não se distingue da democracia *tout court*, embora com especial enfoque nas preocupações sociais. Fez a sua defesa em múltiplas proclamações, como ao abandonar Belém:

Foi o modelo social-democrata – ou do socialismo democrático, ou do trabalhismo – que trouxe um maior impulso à prosperidade, ao equilíbrio e ao bem-estar generalizado nas sociedades europeias. Nisso consiste o modelo social europeu, que está agora a ser posto em causa pelo fanatismo do mercado, acima de tudo, pela tecnocracia e pelo neoliberalismo aparentemente triunfantes. A minha tese é a de que, se não conseguirmos avançar, em tempo útil, no domínio da justiça social, com políticas ousadas e coerentes, que satisfaçam os legítimos anseios das populações, caminharemos necessariamente para explosões cada vez mais perigosas e difíceis de controlar. Para evitar esse risco, seriíssimo e iminente, só vejo o regresso em força à social-democracia ou ao socialismo democrático.⁶⁷

Tudo se resumirá, no fundo, a uma junção da democracia com o Estado social: «Não há socialismo sem democracia nem liberdade, não há democracia séria sem preocupação social. Sempre me considerei socialista democrático.»⁶⁸ Soares justificará assim a necessidade da existência de um PS forte em Portugal, tal como da social-democracia na Europa: «Eu tinha a certeza de que era importante para o país que o PS não fosse ao fundo, mas muitas vezes não fui compreendido. Mesmo hoje estou preocupado com isso, e estou convencido de que, se não for o socialismo democrático a salvar a Europa, ela não se salvará.»⁶⁹

NOTAS

Prólogo Um regime personificado

- ¹ Entrevista com José Manuel dos Santos, 21 de março de 2011.
- ² Avillez, Maria João (com Mário Soares), *Soares – Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 292.
- ³ Avillez, Maria João (com Mário Soares), *Soares – Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 109.
- ⁴ Entrevista com Mário Soares, 15 de janeiro de 2010.
- ⁵ Vieira, Joaquim, *Mário Soares – O Animal Político/Freitas do Amaral – O Professor Virtuoso*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1986, p. 68 (depoimento recolhido à época sob condição de anonimato).
- ⁶ Entrevista a Mário Mesquita, *Diário de Notícias*, abril de 1984.
- ⁷ Avillez, *Soares – Democracia*, p. 276.
- ⁸ Vieira, ob. cit., p. 68.
- ⁹ Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- ¹⁰ Entrevista com Adriano Moreira, 11 de maio de 2011.
- ¹¹ Avillez, Maria João (com Mário Soares), *Soares – O Presidente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, p. 82.
- ¹² Entrevista com João Soares, *idem*.
- ¹³ Entrevista com José Fernandes Fafe, 5 de dezembro de 2011.
- ¹⁴ Avillez, *Soares – Democracia*, p. 284.
- ¹⁵ Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.

Capítulo 1 Infância

- ¹ Entrevista com Mário Soares, 15 de janeiro de 2010.
- ² *Idem*, 16 de dezembro de 2009.
- ³ Vieira, ob. cit., p. 7.
- ⁴ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ⁵ *Idem, ibidem*.
- ⁶ Soares, Mário, *Portugal Amordaçado – depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 18.
- ⁷ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ⁸ Rêgo, Raul, *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, vol. III, p. 256.
- ⁹ Soares, ob. cit., p. 18.
- ¹⁰ Vieira, ob. cit., p. 8.
- ¹¹ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ¹² *Idem, ibidem*.
- ¹³ *Idem, ibidem*.
- ¹⁴ *Idem, ibidem*.
- ¹⁵ *Idem, ibidem*.
- ¹⁶ *Idem, ibidem*.
- ¹⁷ *Idem, ibidem*.
- ¹⁸ Avillez, *Soares – Ditadura e Revolução*, p. 16.
- ¹⁹ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ²⁰ Avillez, ob. cit., p. 16.
- ²¹ http://www.fmsoares.pt/casa_museu/expo_temp_joao_lopes_soares.
- ²² Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ²³ Avillez, ob. cit., p. 23.

- 24 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 25 Soares, ob. cit., p. 19.
- 26 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 27 *Idem, ibidem*.
- 28 *Idem, ibidem*.
- 29 *Idem, ibidem*.
- 30 Soares, ob. cit., pp. 19-20.
- 31 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 32 *Idem, ibidem*.
- 33 *Idem, ibidem*.
- 34 Entrevista com Mário Moniz Pereira, 2 de junho de 2011.
- 35 *Idem, ibidem*.
- 36 *Idem, ibidem*.
- 37 http://www.fmsoares.pt/casa_museu/expo_temp_joao_lopes_soares
- 38 Vieira, ob. cit., p. 9.
- 39 Avillez, ob. cit., p. 28.
- 40 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
- 41 Entrevista com Mário Soares, 16 de dezembro de 2009.
- 42 <http://portugalidade.blogspot.pt/2009/08/o-colegio-joao-de-deus-e-o-bairro.html>.
- 43 http://www.fmsoares.pt/casa_museu/expo_temp_joao_lopes_soares.
- 44 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 45 *Idem, ibidem*.
- 46 *Idem, ibidem*.
- 47 Avillez, ob. cit., pp. 21-22.
- 48 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 49 *Idem, ibidem*.
- 50 *Idem, ibidem*.
- 51 Avillez, ob. cit., pp. 22-23.
- 52 *Idem, ibidem*, p. 21.
- 53 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 54 *Idem, ibidem*.
- 55 Entrevista com Isabel Soares, 27 de outubro de 2011.
- 56 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 57 Avillez, ob. cit., p. 27.
- 58 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
- 59 Vieira, ob. cit., p. 9.
- 60 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 61 Avillez, ob. cit., p. 27.
- 62 *Idem, idem*, p. 30.
- 63 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 64 Avillez, ob. cit., p. 28.
- 65 <http://portugalidade.blogspot.pt/2009/08/o-colegio-joao-de-deus-e-o-bairro.html>.
- 66 Entrevista com Mário Soares, 24 de fevereiro de 2010.
- 67 Avillez, ob. cit., p. 28.
- 68 *Idem, idem, ibidem*.
- 69 *Idem, idem*, pp. 28,30.
- 70 http://antigosalunoscolegiomoderno.ning.com/notes/Hist%C3%B3ria_do_Col%C3%A9gio.
- 71 Entrevista com Mário Soares, 16 de dezembro de 2009.
- 72 Entrevista com Odete Ferreira, 25 de janeiro de 2010.
- 73 Soares, ob. cit., p. 21.
- 74 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 75 *Idem, ibidem*.
- 76 *Idem, ibidem*.

Capítulo 2

Adolescência

- 1 Entrevista com Mário Soares, 15 de janeiro de 2010.
- 2 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *Público*, 11 de março de 2012.
- 3 Avillez, ob. cit., pp. 30-31.
- 4 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 5 Soares, ob. cit., *idem*.
- 6 Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
- 7 Entrevista com Mário Soares, 16 de dezembro de 2009.
- 8 *Idem, ibidem*.
- 9 Soares, ob. cit., p. 23.

- 10 *Idem, ibidem.*
- 11 Cf. Vieira, Joaquim, *Mocidade Portuguesa – Homens para um Estado Novo*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008, p. 161.
- 12 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 13 Entrevista com Mário Soares, 15 de janeiro de 2010.
- 14 Entrevista com Odete Ferreira, 25 de janeiro de 2010.
- 15 Vieira, Mário Soares – *O Animal Político...*, p. 11.
- 16 *Idem, ibidem.*
- 17 *Idem, ibidem.*
- 18 Entrevista com Mário Soares, 16 de dezembro de 2009.
- 19 Avillez, ob. cit., p. 33.
- 20 Vieira, ob. cit., pp. 10-11.
- 21 Avillez, ob. cit., p. 32.
- 22 Entrevista com José Fernandes Fafe, 5 de dezembro de 2011.
- 23 Entrevista com Mário Soares, 15 de janeiro de 2010.
- 24 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 25 *Idem, ibidem.*
- 26 Avillez, ob. cit., pp. 32-33.
- 27 Avillez, ob. cit., p. 33.
- 28 Vieira, ob. cit., p. 11.
- 29 Soares, ob. cit., p. 24.
- 30 *Idem, ibidem.*
- 31 Vieira, ob. cit., *idem*.
- 32 Avillez, ob. cit., p. 33.
- 33 Soares, ob. cit., p. 26.
- 34 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 35 Vieira, ob. cit., p. 10.
- 36 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 37 *Idem, ibidem.*
- 38 Soares, ob. cit., p. 27.
- 39 *Idem, ibidem*, p. 28.
- 40 *Idem, ibidem*, p. 29.
- 41 *Idem, ibidem*, p. 30.
- 42 Entrevista com Mário Soares, 16 de dezembro de 2009.
- 43 Soares, Mário, *Um Político Assume-se – ensaio autobiográfico, político e ideológico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, pp. 34-35.
- 44 Dossiê do aluno Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1942-1957), Reitoria da Universidade de Lisboa.
- 45 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, realização de Mário Barroso, coprodução Cinemate/RTP, 1.º episódio, 2012.
- 46 *Idem, ibidem.*
- 47 Entrevista com Mário Soares, 15 de janeiro de 2010.
- 48 Soares, *Portugal Amordaçado...*, pp. 24-25.
- 49 Dossiê do aluno Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1942-1957), Reitoria da Universidade de Lisboa.
- 50 Avillez, ob. cit., p. 40.
- 51 Soares, ob. cit., p. 15.
- 52 Avillez, ob. cit., p. 33.

Capítulo 3 O comunista

- 1 Soares, ob. cit., p. 30.
- 2 Avillez, ob. cit., p. 39.
- 3 Soares, ob. cit., pp. 30-31.
- 4 *Idem, ibidem*, p. 29.
- 5 *Idem, ibidem*, p. 33.
- 6 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
- 7 Vieira, ob. cit., p. 13.
- 8 *Idem, ibidem.*
- 9 <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Espolio283>.
- 10 Entrevista com Mário Soares, 16 de dezembro de 2009.
- 11 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *idem*.
- 12 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
- 13 Soares, ob. cit., p. 48.
- 14 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 15 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.

- 16 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem*, *ibidem*.
- 17 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 18 Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, vol. 2, «Duarte», o *Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 341.
- 19 *Idem*, *ibidem*, p. 340.
- 20 Avillez, ob. cit., p. 43.
- 21 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 22 Vieira, ob. cit., pp. 67-68 (depoimento recolhido na altura sob condição de anonimato).
- 23 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem*, *ibidem*.
- 24 *Idem*, *ibidem*.
- 25 Avillez, ob. cit., p. 49.
- 26 *Idem*, *ibidem*, p. 48.
- 27 *Idem*, *ibidem*.
- 28 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem*, *ibidem*.
- 29 Avillez, ob. cit., p. 48.
- 30 Vieira, ob. cit., p. 14.
- 31 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 32 Soares, Mário, *Portugal: Que Revolução? – Diálogo com Dominique Pouchin*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976, p. 16.
- 33 Avillez, ob. cit., p. 41.
- 34 Entrevista com António Coimbra Martins, 10 de novembro de 2011.
- 35 *Idem*, *ibidem*.
- 36 Avillez, ob. cit., p. 41.
- 37 Soares, ob. cit., pp. 51-52.
- 38 *Idem*, *ibidem*, p. 52.
- 39 *Idem*, *ibidem*, pp. 52-53.
- 40 *Idem*, *ibidem*, p. 53.
- 41 *Idem*, *ibidem*.
- 42 *Idem*, *ibidem*.
- 43 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem*, *ibidem*.
- 44 Soares, ob. cit., p. 54.
- 45 *Idem*, *ibidem*, pp. 49-50.
- 46 Avillez, ob. cit., pp. 44-45.
- 47 Soares, op. cit., p. 56.
- 48 *Idem*, *ibidem*.
- 49 *Idem*, *ibidem*.
- 50 *Idem*, *ibidem*, p. 57.
- 51 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 42.
- 52 *Idem*, *ibidem*, p. 43.
- 53 Avillez, ob. cit., p. 44.
- 54 Entrevista com Mário Ruivo, 29 de novembro de 2011.
- 55 Soares, *Portugal Amordaçado...*, p. 55.
- 56 Almeida, Pedro Ramos de, *Salazar – Biografia da Ditadura*, Edições Avante!, 1999, p. 379.
- 57 Soares, ob. cit., p. 102.
- 58 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
- 59 Avillez, ob. cit., p. 54.
- 60 *Idem*, *ibidem*, p. 56.
- 61 Soares, ob. cit., *idem*.
- 62 Avillez, ob. cit., pp. 56-57.
- 63 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *idem*.
- 64 Pereira, ob. cit., p. 650.
- 65 Soares, ob. cit., p. 115.
- 66 *Idem*, *ibidem*.
- 67 Entrevista com António Almeida Santos, 18 de abril de 2012.
- 68 Avillez, ob. cit., p. 58.
- 69 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 70 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
- 71 Soares, ob. cit., p. 117.
- 72 Avillez, ob. cit., p. 60.
- 73 *Idem*, *ibidem*.
- 74 Pereira, ob. cit., p. 647-648.
- 75 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 76 *Idem*, *ibidem*.
- 77 *Idem*, *ibidem*.
- 78 *Idem*, *ibidem*.
- 79 Soares, ob. cit., p. 102.
- 80 *Idem*, *ibidem*, p. 118.

- 81 Entrevista com Mário Soares,
21 de dezembro de 2009.
- 82 Soares, ob. cit., p. 119.
- 83 Pereira, ob. cit., p. 654.
- 84 *Idem, idem*, pp. 120-121.
- 85 *Idem, idem*, p. 122.
- 86 *Idem, idem*, pp. 120-121.
- 87 *Idem, idem*, p. 122.
- 88 *Idem, ibidem*, p. 649.
- 89 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 90 Vieira, ob. cit., p. 5.

Capítulo 4

A prisão

- 1 Série documental *Memórias do Portugal Futuro, idem, ibidem*.
- 2 Soares, ob. cit., pp. 131-132.
- 3 *Idem, idem*, pp. 132-133.
- 4 *Idem, idem*, pp. 133-134.
- 5 «A sessão de 30 de novembro de 1946 do Movimento de Unidade Democrática»; Lisboa, MUD, 1946.
- 6 Entrevista com Mário Soares,
16 de dezembro de 2009.
- 7 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
- 8 Pereira, ob. cit., p. 650.
- 9 Vieira, ob. cit., p.
- 10 Depoimento recolhido pelo autor em finais de 1985.
- 11 Série documental *Memórias do Portugal Futuro, idem, ibidem*.
- 12 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 13 Pereira, ob. cit., p. 650.
- 14 Entrevista com Mário Soares,
21 de dezembro de 2009.
- 15 Entrevista com Mário Soares,
18 de janeiro de 2010.
- 16 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 17 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 18 Avillez, ob. cit., p. 68.

- 19 Avillez, ob. cit., p. 64.
- 20 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 21 Avillez, ob. cit., p. 69.
- 22 *Idem, ibidem*, pp. 69-70.
- 23 *Idem, ibidem*, p. 70.
- 24 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 25 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 19 de julho de 2011.
- 26 Vieira, ob. cit., p. 15.
- 27 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
- 28 *Idem, ibidem*.
- 29 Entrevista com João Soares,
20 de abril de 2011.
- 30 *Idem, ibidem*.
- 31 Soares, ob. cit., p. 57.
- 32 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
- 33 Vieira, ob. cit., p. 15.
- 34 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
- 35 Soares, ob. cit., p. 137.
- 36 *Idem, ibidem*.
- 37 *Idem, ibidem*, p. 135.
- 38 *Idem, ibidem*, p. 138.
- 39 Série documental *Memórias do Portugal Futuro, idem, ibidem*.
- 40 Soares, ob. cit., p. 138-139.
- 41 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *idem*.
- 42 Entrevista com Júlio Pomar,
4 de março de 2011.
- 43 Entrevista com Mário Soares,
18 de outubro de 2011.
- 44 Entrevista com Júlio Pomar, *idem*.
- 45 *Idem, ibidem*.
- 46 *Idem, ibidem*.
- 47 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 48 Entrevista com Júlio Pomar, *idem*.
- 49 *Idem, ibidem*.
- 50 Soares, ob. cit., p. 122.
- 51 Avillez, ob. cit., p. 68.

- 52 Soares, ob. cit., p. 129.
- 53 *Idem, ibidem*, p. 139.
- 54 Vieira, ob. cit., p. 17.
- 55 Entrevista com Adriano Moreira, 11 de maio de 2011.
- 56 *Idem, ibidem*.
- 57 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
- 58 *Idem, ibidem*.
- 59 Entrevista com Adriano Moreira, *idem*.
- 60 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 61 Entrevista com Adriano Moreira, *idem*.
- 62 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 63 *Idem, ibidem*
- 64 Entrevista com Adriano Moreira, *idem*.
- 65 *Idem, ibidem*.
- 66 *Idem, ibidem*.
- 67 Pereira, op. cit, p. 800.
- 68 Avillez, ob. cit., p. 77.
- 69 *Idem, ibidem*, p. 80.
- 70 Soares, ob. cit., p. 118.
- 71 Pereira, ob. cit., p. 801.
- 72 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
- 73 *Idem, ibidem*.
- 13 Avillez, ob. cit., p. 80.
- 14 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *idem, ibidem*.
- 15 Soares, ob. cit., pp. 154-155.
- 16 *Idem, ibidem*, p. 156.
- 17 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *Idem, Ibidem*.
- 18 Soares, ob. cit., p. 154.
- 19 Avillez, ob. cit., p. 80.
- 20 *Idem, ibidem*, p. 81.
- 21 Pereira, ob. cit., p. 819.
- 22 Avillez, ob. cit., p. 82.
- 23 Pereira, ob. cit., pp. 819-820.
- 24 *Idem, ibidem*, p. 820.
- 25 Avillez, ob. cit., p. 82.
- 26 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *idem, ibidem*.
- 27 Avillez, ob. cit., pp. 82-83.
- 28 *Idem, idem*, p. 84.
- 29 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *idem, ibidem*.
- 30 Avillez, ob. cit., p. 84.
- 31 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *idem, ibidem*.
- 32 *Idem, ibidem*.
- 33 *Idem, ibidem*.
- 34 *Idem, ibidem*.
- 35 Avillez, ob. cit., p. 81.
- 36 Soares, ob. cit., p. 167.
- 37 *Idem, idem*, p. 168.
- 38 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 39 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *idem, ibidem*.
- 40 Avillez, ob. cit., pp. 84-85.
- 41 Soares, ob. cit., p. 161.
- 42 Entrevista com Mário Soares, 21 de fevereiro de 2010.

Capítulo 5

A dissidência

- 1 Entrevista com Mário Ruivo, 29 de novembro de 2011.
- 2 Pereira, ob. cit., p. 810.
- 3 Soares, ob. cit., p. 144.
- 4 *Idem, ibidem*, p. 41.
- 5 Pereira, *idem, ibidem*.
- 6 Soares, ob. cit., pp. 142-143.
- 7 *Idem, ibidem*, p. 142.
- 8 *Idem, ibidem*, p. 143.
- 9 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 10 *Idem, ibidem*.
- 11 Soares, ob. cit., p. 146.
- 12 Pereira, ob. cit., p. 817.

- 43 Soares, ob. cit., p. 162; série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem*, *ibidem*.
- 44 *Idem*, *ibidem*; *idem*, *ibidem*.
- 45 Pereira, ob. cit., p. 838.
- 46 Avillez, ob. cit., p. 90.
- 47 Soares, ob. cit., p. 164.
- 48 *Idem*, *idem*, pp. 164-165.
- 49 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 55.
- 50 Soares, *Portugal Amornado...*, p. 166.
- 51 Avillez, ob. cit., p. 89.
- 52 Soares, ob. cit., p. 165
- 53 Vieira, ob. cit., p. 18.
- 54 *Idem*, *ibidem*.
- 55 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 19 de julho de 2011.
- 56 Avillez, ob. cit., pp. 46, 48.
- 57 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
- 58 *Idem*, *ibidem*.
- 59 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem*, *ibidem*.
- 60 Soares, ob. cit., p. 170.
- 61 *Idem*, *ibidem*, p. 171.
- 62 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, 2.º episódio, *idem*, *ibidem*.
- 63 Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, vol. 3, *O Prisioneiro (1949-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, 2005, pp. 107-108.
- 64 *Idem*, *ibidem*, p. 108.
- 65 Avillez, ob. cit., p. 94.
- 66 *Idem*, *ibidem*.
- 67 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 68 *Idem*, *ibidem*.
- 69 *Idem*, *ibidem*.
- 70 Pereira, ob. cit., p. 60.
- 71 Soares, ob. cit., p. 183.
- 72 *Idem*, *idem*, p. 182.
- 73 *Idem*, *idem*, p. 183.
- 74 *Idem*, *idem*, p. 184.
- 75 *Idem*, *idem*, pp. 184-185.

- 76 *Idem*, *idem*, p. 180.
- 77 *Avante!*, fevereiro de 1951, p. 2.
- 78 Soares, ob. cit., p. 186.

Capítulo 6 O académico

- 1 *Idem*, *idem*, p. 171.
- 2 Avillez, ob. cit., p. 98.
- 3 Soares, ob. cit., pp. 178-179.
- 4 *Idem*, *ibidem*, p. 177.
- 5 *Idem*, *ibidem*, p. 178.
- 6 Avillez, ob. cit., pp. 98, 101.
- 7 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 8 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 9 Soares, ob. cit., p. 179.
- 10 Avillez, ob. cit., p. 100.
- 11 Soares, ob. cit., pp. 179-180.
- 12 *Idem*, *ibidem*, p. 121.
- 13 *Idem*, *ibidem*, pp. 172-173.
- 14 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *idem*, *ibidem*.
- 15 Dossiê do aluno Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1942-1957), Reitoria da Universidade de Lisboa.
- 16 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 17 *Idem*, *ibidem*.
- 18 Dossiê do aluno Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1942-1957), Reitoria da Universidade de Lisboa.
- 19 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 20 *Idem*, *ibidem*.
- 21 *Idem*, *ibidem*.
- 22 Dossiê do aluno Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1942-1957), Reitoria da Universidade de Lisboa.
- 23 http://www.fmsoares.pt/mario_soares/textos_Mário_Soares/002/227.pdf.
- 24 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 25 *Idem*, *ibidem*.

- 26 Soares, Mário, *Obras*, vol. (*As Ideias Políticas e Sociais de Teófilo Braga – com notas de leitura de António Sérgio e cartas sobre a obra*), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2020, pp. 190-192.
- 27 Vieira, ob. cit., pp. 29-30.
- 28 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
- 29 *Idem*, 18 de janeiro de 2010.
- 30 Dossiê do aluno Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1942-1957), Reitoria da Universidade de Lisboa.
- 31 *Idem, ibidem*.
- 32 Avillez, ob. cit., p. 103.
- 33 Soares, ob. cit., p. 168.
- 34 Avillez, ob. cit., p. 104.
- 35 Soares, ob. cit., p. 169.
- 36 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, 2.º episódio, *idem, ibidem*.
- 37 *Idem, ibidem*.
- 38 Avillez, ob. cit., p. 107.
- 39 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
- 40 *Idem, ibidem*.
- 41 Dossiê do aluno Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1942-1957), Reitoria da Universidade de Lisboa.
- 42 *Idem, ibidem*.
- 43 Vieira, ob. cit., p. 30.
- 44 Avillez, ob. cit., pp. 119-120.
- 45 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 46 *idem*, 21 de dezembro de 2009.
- 47 *idem*, 21 de fevereiro de 2010.
- 48 *Idem, ibidem*.
- 49 *idem*, 16 de dezembro de 2009.
- 50 *Idem*, 21 de fevereiro de 2010.
- 51 *Idem, ibidem*.
- 52 *Idem, ibidem*.
- 53 *Idem, ibidem*.
- 54 *Idem, ibidem*.
- 55 *Idem, ibidem*.
- 56 *Idem, ibidem*.
- 57 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 58 *Idem, ibidem*.
- 59 Entrevista com Mário Soares, 16 de dezembro de 2009.
- 60 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, 25 de março de 2011.
- 61 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 62 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, 2 de fevereiro de 2011.
- 63 Entrevista com Carlos Monjardino, 22 de fevereiro de 2011.
- 64 Vieira, ob. cit., p. 32.
- 65 Avillez, ob. cit., p. 109.
- 66 Soares, ob. cit., p. 186.
- 67 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 74.
- 68 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 69 Avillez, ob. cit., p. 108.
- 70 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 71 Pereira, ob. cit., p. 353.
- 72 Soares, *Portugal Amoraçado...*, p. 195.
- 73 Vieira, ob. cit., p. 30.
- 74 Pereira, ob. cit., p. 353.
- 75 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
- 76 Vieira, ob. cit., *idem*.
- 77 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, 2º episódio, *idem, ibidem*.
- 78 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 79 Avillez, ob. cit., p. 123.
- 80 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 81 Avillez, ob. cit., p. 121.
- 82 *Idem, ibidem*.
- 83 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 84 *Idem, ibidem*.
- 85 Soares, ob. cit., p. 193.

Capítulo 7

A vocação

- 1 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 80.
- 2 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.

- 3 *Idem*, 18 de janeiro de 2010.
- 4 Soares, *Portugal Amordaçado...*, p. 227.
- 5 *Idem, ibidem*, p. 197.
- 6 *Idem, ibidem*.
- 7 *Idem, ibidem*, p. 228.
- 8 *Idem, ibidem*, p. 237.
- 9 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 10 Soares, ob. cit., p. 229.
- 11 *Idem, ibidem*, pp. 207-208.
- 12 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 13 Soares, ob. cit., pp. 251-252.
- 14 *Idem, ibidem*, p. 253.
- 15 Avillez, ob. cit., p. 130.
- 16 Soares, ob. cit., p. 253.
- 17 *Idem, ibidem*, pp. 254-255.
- 18 *Idem, ibidem*, p. 255.
- 19 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 20 Soares, ob. cit., p. 258.
- 21 Avillez, ob. cit., p. 132.
- 22 *Idem, ibidem*, p. 125.
- 23 Vieira, *Mário Soares: O Animal Político...* (depoimento recolhido na altura sob condição de anonimato), p. 33.
- 24 *Idem, ibidem*, p. 34.
- 25 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, 1.º episódio, *idem, ibidem*.
- 26 Informação do Gabinete Técnico da PIDE sobre Mário Alberto Nobre Soares, 18 de dezembro de 1967.
- 27 Soares, ob. cit., pp. 280-281.
- 28 *Idem, ibidem*, p. 281.
- 29 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 30 Soares, ob. cit., p. 283.
- 31 *Idem, ibidem*, p. 284.
- 32 Morais, João/Violante, Luís, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais – Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 172.
- 33 <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=036363>.
- 34 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, 2.º episódio, *idem, ibidem*.
- 35 Soares, ob. cit., p. 305.
- 36 *Idem, ibidem*, p. 308.
- 37 Barroso, Maria de Jesus, *Cartas a Mário Soares (1961-74)*, Lisboa, Edição Sol, 2012, 6.º volume, p. 7.
- 38 Vieira, ob. cit., p. 33.
- 39 Soares, ob. cit., p. 285.
- 40 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 19 de julho de 2011.
- 41 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
- 42 Vieira, ob. cit., p. 34.
- 43 Avillez, ob. cit., p. 155.
- 44 Entrevista com Mário Soares, 21 de janeiro de 2010.
- 45 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 46 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
- 47 Avillez, ob. cit., p. 116.
- 48 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 114.
- 49 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 50 *Idem, ibidem*.
- 51 *Idem*, 21 de dezembro de 2009.
- 52 Pereira, ob. cit., pp. 353-354.
- 53 Avillez, ob. cit., pp. 167-168.
- 54 Entrevista com Jorge Sampaio, 13 de março de 2012.
- 55 Entrevista com José Medeiros Ferreira, 20 de outubro de 2011.
- 56 Vieira, ob. cit., p. 32.
- 57 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 58 Vieira, ob. cit., p. 33.
- 59 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 60 Avillez, ob. cit., p. 167.
- 61 Vieira, ob. cit., p. 32.

Capítulo 8 A ASP

- 1 Avillez, ob. cit., p. 167.
- 2 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.

- 3 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 19 de julho de 2011.
- 4 Barroso, ob. cit., 2.º volume, p. 8 (sublinhados no original; passagem expurgada pela autora assinalada com (...)).
- 5 Avillez, ob. cit., p. 202.
- 6 *Idem, ibidem.*
- 7 *Idem, ibidem*, p. 203.
- 8 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 9 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 10 *Idem, ibidem.*
- 11 Barroso, ob. cit., 6.º volume, pp. 63-64 (carta datada de 24 de maio de 1971).
- 12 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 13 *Idem, ibidem.*
- 14 *Idem, ibidem.*
- 15 Vd., por exemplo, Barroso, Maria de Jesus, ob. cit., 2.º vol., p. 12.
- 16 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
- 17 Vd., por exemplo, Barroso, ob. cit., 2.º volume, p. 14 (carta datada de 14 de abril de 1964).
- 18 Barroso, ob. cit., 1.º volume, p. 50 (carta datada de 11 de julho de 1962).
- 19 *Idem, ibidem*, 2.º volume, p. 12 (carta datada de 10 de abril de 1964).
- 20 *Idem, ibidem*, p. 74 (carta datada de 22 de agosto de 1966; sublinhado no original).
- 21 *Idem, ibidem*, p. 79 (carta datada de 30 de agosto de 1966).
- 22 *Idem, ibidem*, 1.º volume, p. 75 (carta datada de 6 de agosto de 1963).
- 23 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 19 de julho de 2011.
- 24 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 25 *Idem, ibidem.*
- 26 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 27 Barroso, ob. cit., 5º volume (várias cartas).
- 28 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 19 de julho de 2011.
- 29 *Idem*, 21 de julho de 2011.
- 30 Barroso, ob. cit., 3º vol., pp. 6-14.
- 31 Avillez, ob. cit., p. 142.
- 32 *Idem, ibidem*, p. 149.
- 33 *Idem, ibidem*, p. 138.
- 34 *Idem, ibidem*, p. 142.
- 35 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 36 Ob. cit., pp. 107-108.
- 37 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 38 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 111.
- 39 Avillez, ob. cit., pp. 142-143.
- 40 *Idem, ibidem*, p. 143.
- 41 Entrevista com António Arnaut, 2 de maio de 2012.
- 42 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 43 Mateus, Rui, *Contos Proibidos – Memórias de um PS Desconhecido*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, p. 31.
- 44 Entrevista com António Campos, 27 de abril de 2012.
- 45 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
- 46 Soares, ob. cit., p. 110.
- 47 Soares, *Portugal Amoraçado...*, p. 525.
- 48 *Idem, ibidem*, p. 527.
- 49 Avillez, ob. cit., p. 139.
- 50 *Idem, ibidem*, pp. 139-140.
- 51 Entrevista com Mário Soares, 18 de janeiro de 2010.
- 52 *Idem, ibidem.*
- 53 *Idem, ibidem.*
- 54 *Idem*, 21 de janeiro de 2010.
- 55 Rosa, Frederico Delgado, *Humberto Delgado – Biografia do General Sem Medo*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2008, p. 1003.
- 56 Avillez, ob. cit., p. 183.
- 57 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 58 Avillez, ob. cit., p. 180.
- 59 *Idem, ibidem*, p. 181.
- 60 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 61 Avillez, ob. cit., p. 182.
- 62 *Idem, idem*, p. 176.

- 63 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 64 Avillez, ob. cit., p. 245.
- 65 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 66 Avillez, ob. cit., p. 177.
- 67 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 68 Avillez, ob. cit., p. 177.
- 69 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 70 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 71 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 72 *Idem, ibidem*.
- 73 *Idem, ibidem*.
- 74 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 75 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 76 Soares, Mário, in *Diário de Notícias*, 17 de abril de 2012.
- 77 Entrevista com José Fernandes Fafe, 13 de agosto de 2012.
- 78 Avillez, ob. cit., p. 178.
- 79 *Idem, ibidem*, p. 179.
- 80 Entrevista com José Fernandes Fafe, 5 de dezembro de 2011.
- 81 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 82 Entrevista com Mário Soares, 4 de março de 2010.
- 83 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 84 *Idem, ibidem*.
- 85 *Idem, ibidem*.
- 86 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 112.
- 87 *Idem, ibidem*, p. 114.
- 88 Entrevista com Mário Soares, 21 de janeiro de 2010.
- 89 *Idem, ibidem*.
- 90 Soares, ob. cit., p. 115.
- 91 Soares, *Portugal Amordaçado...*, p. 334.

Capítulo 9

O caso Delgado

- 1 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 2 *Idem, ibidem*.
- 3 Avillez, ob. cit., p. 185.
- 4 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 5 Soares, ob. cit., pp. 360-361.
- 6 Avillez, ob. cit., p. 186.
- 7 Soares, ob. cit., p. 362.
- 8 *Idem, ibidem*.
- 9 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 10 Soares, ob. cit., pp. 362-363.
- 11 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 12 Soares, ob. cit., p. 364.
- 13 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 14 Soares, ob. cit., pp. 364-365.
- 15 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 16 *Idem, ibidem*.
- 17 Soares, ob. cit., p. 367.
- 18 *Idem, ibidem*, p. 368.
- 19 *Idem, ibidem*.
- 20 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 21 *Idem, ibidem*.
- 22 Soares, ob. cit., p. 372.
- 23 *Idem, ibidem*, p. 375.
- 24 Informação do Gabinete Técnico da PIDE sobre Mário Alberto Nobre Soares, 18 de dezembro de 1967.
- 25 Soares, ob. cit., pp. 377-378.
- 26 *Idem, ibidem*, p. 378.
- 27 *Idem, ibidem*, pp. 276-277.
- 28 *Idem, ibidem*, pp. 277-278.
- 29 *Idem, ibidem*, p. 276.
- 30 Avillez, ob. cit., p. 451.
- 31 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
- 32 Soares, ob. cit., p. 524.
- 33 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 34 *Idem, ibidem*.

- 35 Salazar, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, VI – 1959-1966, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, p. 399.
- 36 Soares, ob. cit., p. 531.
- 37 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 38 Texto introdutório de Vladimiro Nunes em Barroso, ob. cit., 2.º volume, p. 69.
- 39 Entrevista com Mário Soares, 24 de outubro de 2010.
- 40 Soares, ob. cit., p. 540.
- 41 *Idem, ibidem*, pp. 540-541; Avillez, ob. cit., p. 150.
- 42 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
- 43 *Idem, ibidem*.
- 44 Nunes, Vladimiro, *Álbum de Memórias de Maria Barroso*, volume 7 (1961-1966) – «Um regresso aguardado», Lisboa, Edição Sol, 2012, pp. 18, 19, 22.
- 45 Soares, ob. cit., p. 541.
- 46 *Idem, ibidem*, pp. 423-419.
- 47 Entrevista com Mário Soares, 21 de janeiro de 2010.
- 48 *Idem, ibidem*.
- 49 *Idem, ibidem*.
- 50 *Idem, ibidem*.
- 51 *Idem, ibidem*.
- 52 *Idem, ibidem*.
- 53 *Idem, ibidem*.
- 54 Mateus, ob. cit., p. 26.
- 55 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 158.
- 56 Entrevista com Mário Soares, 15 de janeiro de 2010.
- 57 Avillez, ob. cit., p. 195.
- 58 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, 2.º episódio, *idem, ibidem*.
- 59 Cf. *The Daily Telegraph*, 10 de dezembro de 1967.
- 60 Soares, *Portugal Amordaçado*, p. 541.
- 61 Entrevista de Mário Soares ao jornal i, 7 de dezembro de 2009 (<http://www1.ionline.pt/conteudo/36342-soares---85-anos-alegre-tem-um-pe-dentro-e-outro-fora-do-ps>)
- 62 Soares, ob. cit., p. 543.
- 63 *Idem, ibidem*, p. 544.
- 64 *Idem, ibidem*.
- 65 *Idem, ibidem*, p. 545.
- 66 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
- 67 Entrevista com Mário Soares, 21 de janeiro de 2010.
- 68 Soares, ob. cit., p. 547.
- 69 *Idem, ibidem*, p. 548.
- 70 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 71 Soares, ob. cit., *idem*.
- 72 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, 3.º episódio, *idem, ibidem*.
- 73 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 74 Soares, ob. cit., p. 549.
- 75 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 76 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 77 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
- 78 Soares, ob. cit., p. 549.
- 79 *Idem, ibidem*, p. 550.
- 80 Entrevista com Mário Soares, 21 de janeiro de 2010.

Capítulo 10

O desterro

- 1 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 2 Avillez, ob. cit., p. 198.
- 3 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
- 4 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 5 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 6 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 7 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 8 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 9 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 10 Soares, ob. cit., p. 550.
- 11 *Idem, ibidem*.
- 12 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 13 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 14 Avillez, ob. cit., *idem*.

- 15 Arquivo pessoal de Marvine Howe.
- 16 Entrevista com Mário Soares, 24 de fevereiro de 2010.
- 17 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 125.
- 18 *Idem, ibidem.*
- 19 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, 25 de março de 2011.
- 20 Soares, ob. cit., p. 126.
- 21 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 22 Soares, ob. cit., *idem.*
- 23 *Idem, ibidem.*
- 24 *Idem, ibidem.*
- 25 Vieira, ob. cit., p. 41.
- 26 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem.*
- 27 *Idem, ibidem.*
- 28 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 29 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem.*
- 30 Avillez, ob. cit., *idem.*
- 31 Avillez, ob. cit., pp. 198-199.
- 32 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem.*
- 33 Entrevista com Manuel Sebastião, 13 de julho de 2011.
- 34 *Idem, ibidem.*
- 35 *Idem, ibidem.*
- 36 Avillez, ob. cit., p. 199.
- 37 Entrevista com Mário Soares, 24 de fevereiro de 2010.
- 38 Entrevista com Manuel Sebastião, *idem.*
- 39 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem.*
- 40 Vieira, Joaquim, «Soares: reviver o passado em São Tomé», *Expresso*, 14 de fevereiro de 1987.
- 41 *Idem, ibidem.*
- 42 *Idem, ibidem.*
- 43 Vieira, Mário Soares – *O Animal Político...*, p. 42.
- 44 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem.*
- 45 Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 2012.
- 46 Entrevista com Manuel Sebastião, *idem.*
- 47 Antunes, José Freire, *Os Americanos e Portugal – Os anos de Richard Nixon (1969-1974)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 91.
- 48 *Idem, ibidem.*
- 49 *Idem, ibidem.*
- 50 Entrevista com Marvine Howe, 23 de agosto de 2012.
- 51 *Idem, ibidem.*
- 52 *Idem, ibidem.*
- 53 Entrevista com Manuel Sebastião, *idem.*
- 54 Soares, *Portugal Amordaçado...*, p. 551.
- 55 Soares, ob. cit., p. 553.
- 56 *Idem, ibidem*, pp. 553-554.
- 57 Vieira, «Soares: reviver o passado...», *idem.*
- 58 Soares, ob. cit., p. 553.
- 59 *Idem, ibidem.*
- 60 Entrevista com Isabel Soares, *idem.*
- 61 *Idem, ibidem.*
- 62 Entrevista com João Soares, *idem.*
- 63 Vieira, Mário Soares – *O Animal Político...*, p. 43.
- 64 Soares, ob. cit., pp. 554-555.
- 65 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem.*
- 66 *Idem, ibidem.*
- 67 *Idem, ibidem.*
- 68 Entrevista com João Soares, *idem.*
- 69 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem.*
- 70 Entrevista com Mário Soares, 24 de fevereiro de 2010.
- 71 Soares, ob. cit., p. 554.
- 72 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem.*
- 73 Entrevista com Isabel Soares, *idem.*
- 74 Entrevista com João Soares, *idem.*
- 75 Entrevista com Isabel Soares, *idem.*
- 76 Avillez, ob. cit., p. 205.
- 77 Entrevista com Mário Soares, 24 de fevereiro de 2010.

- 78 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem*.
- 79 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 80 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 81 Barroso, ob. cit., 4.º volume, pp. 21-22 (carta sem data).
- 82 Soares, ob. cit., p. 560.
- 83 Avillez, ob. cit., pp. 199-200.
- 84 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 85 Avillez, ob. cit., p. 200.
- 86 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 87 *Idem, ibidem*.
- 88 Soares, ob. cit., p. 556.
- 89 Vd. Avillez, ob. cit., p. 200.
- 90 Avillez, ob. cit., pp. 200-201.
- 91 Vieira, ob. cit., p. 42.
- 92 Avillez, ob. cit., p. 200.
- 93 Soares, ob. cit., p. 557.
- 94 Barroso, ob. cit., 4.º volume, p. 21 (carta sem data).
- 95 Soares, ob. cit., p. 557.
- 96 *Idem, ibidem*.
- 97 *Idem, ibidem*, p. 555.
- 98 Avillez, ob. cit., p. 201.
- 99 Soares, *Um Político Assume-se*, pp. 127-128.
- 100 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem*.
- 101 *Idem, ibidem*.
- 102 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 103 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem*.
- 104 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 105 Vieira, «Soares: reviver o passado...», *idem*.
- 106 Soares, *Portugal Amordaçado...*, p. 556.
- 107 *Idem, ibidem*, p. 558.
- 108 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem*.
- 109 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 110 Soares, ob. cit., pp. 558-559.
- 111 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 112 *Idem, ibidem*.
- 113 Soares, ob. cit., p. 559.
- 114 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 115 Soares, ob. cit., *idem*.
- 116 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 117 *Idem, ibidem*.
- 118 Vieira, «Soares: reviver o passado...», *idem*.
- 119 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 120 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem*.
- 121 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 122 *Idem, ibidem*.
- 123 Soares, ob. cit., 467.
- 124 Avillez, ob. cit., p. 205.
- 125 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 126 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 127 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 128 Soares, ob. cit., p. 560.
- 129 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem*.
- 130 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 19 de julho de 2011.
- 131 Entrevista com Manuel Sebastião, *idem*.
- 132 *Idem, ibidem*.
- 133 *Idem, ibidem*.
- 134 Soares, ob. cit., *idem*.
- 135 *Idem, ibidem*, p. 598.
- 136 Vieira, *Mário Soares – O Animal Político...*, p. 43.
- 137 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 138 *Idem, ibidem*.
- 139 *Idem, ibidem*.
- 140 *Idem, ibidem*.
- 141 Soares, ob. cit., p. 201.
- 142 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 143 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.

Capítulo 11 O marcelismo

- 1 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 128.
- 2 *Idem, ibidem*.

- 3 *Diário de Notícias*, 8 de setembro de 1968.
- 4 Avillez, ob. cit., p. 108.
- 5 Soares, ob. cit., pp. 128-129.
- 6 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 7 Entrevista com Isabel Barroso, *idem*.
- 8 Soares, ob. cit., p. 129.
- 9 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 10 Soares, ob. cit., *idem*.
- 11 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 12 Vieira, «Soares: reviver o passado...», *idem*.
- 13 Soares, *Portugal Amoraçado...*, ob. cit., p. 586.
- 14 Soares, ob. cit., p. 587.
- 15 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem*, *ibidem*.
- 16 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 17 Soares, ob. cit., p. 11.
- 18 Soares, ob. cit., p. 546.
- 19 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 20 Avillez, ob. cit., p. 209.
- 21 *Idem*, *ibidem*, p. 217.
- 22 Soares, ob. cit., p. 599.
- 23 Vieira, *Mário Soares: O Animal Político...*, p. 44.
- 24 Soares, ob. cit., *idem*.
- 25 Entrevista com Manuel Sebastião, *idem*.
- 26 Soares, ob. cit., p. 600.
- 27 Avillez, ob. cit., p. 208.
- 28 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 29 Entrevista com Eduardo Fortunato de Almeida, *idem*.
- 30 Entrevista com Manuel Sebastião, *idem*.
- 31 Avillez, ob. cit., p. 209.
- 32 *Idem*, *ibidem*.
- 33 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 130.
- 34 Vieira, «Soares: reviver o passado...», *idem*.
- 35 Soares, ob. cit., pp. 126-127.
- 36 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
- 37 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 38 Arquivo pessoal de Marvine Howe.
- 39 *Idem*.
- 40 Antunes, José Freire (prefácio e organização), *Cartas Particulares a Marcello Caetano* (1.º vol.), Lisboa, Dom Quixote, 1985, p. 391.
- 41 Soares, *Portugal Amoraçado...*, p. 600.
- 42 Avillez, ob. cit., p. 210.
- 43 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 44 *Idem*, *ibidem*.
- 45 Arquivo pessoal de Marvine Howe.
- 46 Entrevista com Mário Soares, 15 de janeiro de 2010.
- 47 Avillez, ob. cit., p. 209.
- 48 Soares, ob. cit., p. 602.
- 49 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 50 Soares, ob. cit., p. 606.
- 51 Avillez, ob. cit., p. 213.
- 52 Soares, ob. cit., pp. 606-607.
- 53 *Idem*, *ibidem*, p. 608.
- 54 *Idem*, *ibidem*, p. 609.
- 55 *Idem*, *ibidem*, p. 610.
- 56 *Idem*, *ibidem*, pp. 609-610.
- 57 Avillez, ob. cit., p. 211.
- 58 Soares, ob. cit., pp. 614-615.
- 59 Avillez, ob. cit., p. 216.
- 60 *Idem*, *ibidem*, p. 216.
- 61 Soares, ob. cit., pp. 615-617.
- 62 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 63 Vieira, *Mário Soares – O Animal Político...*, p. 45.
- 64 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 65 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 66 Rosas, Fernando/Brito, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo* (vol. 1), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 519.
- 67 Avillez, ob. cit., p. 217.
- 68 Antunes, *Os Americanos em Portugal...*, p. 95.
- 69 Avillez, ob. cit., p. 218.
- 70 Vieira, ob. cit., p. 47.

- 71 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 72 Avillez, ob. cit., p. 215.
- 73 Entrevista com Mário Soares, 21 de janeiro de 2010.
- 74 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 75 *Idem, ibidem*.
- 76 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 77 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 78 Entrevista com Mário Soares, 27 de fevereiro de 2010.
- 79 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 80 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 81 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 82 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 83 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 84 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 85 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
- 86 *Idem, ibidem*.
- 16 *Idem, ibidem*, p. 635.
- 17 *Idem, ibidem*, p. 621.
- 18 *Idem, ibidem*, pp. 640-641.
- 19 Entrevista com Mário Mesquita, 5 de julho de 2011.
- 20 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 21 Entrevista com Alberto Arons de Carvalho, 19 de outubro de 2011.
- 22 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 23 Avillez, ob. cit., p. 224.
- 24 Soares, ob. cit., p. 654.
- 25 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 26 *Idem, ibidem*.
- 27 *Idem, ibidem*.
- 28 Soares, ob. cit., p. 643.
- 29 Avillez, ob. cit., p. 228.
- 30 Barroso, ob. cit., 5.º volume, p. 29 (carta datada de 28 de maio de 1970).
- 31 *Idem, ibidem*, pp. 10-11 (carta datada de 17 de fevereiro de 1970).
- 32 *Idem, ibidem*, p. 16 (carta datada de 17 de março de 1970).
- 33 *Idem, ibidem*, p. 15.
- 34 *Idem, ibidem*, p. 14.
- 35 Entrevista com Mário Soares, 21 de janeiro de 2010.
- 36 *Idem*, 24 de fevereiro de 2010.
- 37 *Idem*, 27 de fevereiro de 2010.
- 38 Soares, *Um Político Assume-se*, p. 142.
- 39 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 40 Mateus, ob. cit., p. 37.
- 41 Entrevista com Marvine Howe, *idem*.
- 42 Vd. *The New York Times*, 1 de abril de 1970, p. A13.
- 43 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 44 *The Washington Post*, 5 de abril de 1970, p. A22.
- 45 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 46 Vieira, ob. cit., p. 48.
- 47 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 48 *Idem, ibidem*.
- 49 Barroso, ob. cit., 5.º volume, p. 20.
- 50 Rollo, Maria Fernanda/Brito,

Capítulo 12

A CEUD

- 1 Entrevista com Henrique Neto, 5 de maio de 2011.
- 2 Avillez, ob. cit., p. 218.
- 3 Vieira, ob. cit., p. 46 (depoimento publicado na altura sob anonimato).
- 4 *Idem, ibidem*, p. 46.
- 5 *Idem, ibidem*.
- 6 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 7 Entrevista com Henrique Neto, *idem*.
- 8 Soares, ob. cit., p. 628.
- 9 *Idem, ibidem*, p. 632.
- 10 Entrevista com Mário Soares, 24 de fevereiro de 2010.
- 11 Avillez, ob. cit., p. 222.
- 12 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 13 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 14 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 15 Soares, ob. cit., p. 631.

- J.M. Brandão de, *Mário Soares – Uma Fotobiografia*, Lisboa, Bertrand, 1995, p. 338.
- ⁵¹ Entrevista com Mário Soares, 15 de janeiro de 2010.
- ⁵² Soares, ob. cit., pp. 144-145.
- ⁵³ Rollo/Brito, ob. cit., *idem*.
- ⁵⁴ Entrevista com António Coimbra Martins, *idem*.
- ⁵⁵ Vieira, ob. cit., p. 49.
- ⁵⁶ Entrevista com Mário Soares, 3 de março de 2010.
- ⁵⁷ Barroso, ob. cit., 5.º volume, p. 29 (carta datada de 28 de maio de 1970).
- ⁵⁸ *Idem, ibidem*, pp. 16-17.
- ⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 22.
- ⁶⁰ *Idem, ibidem*, 4.º volume, p. 8 (carta datada de 23 de março de 1968).
- ⁶¹ *Idem, ibidem*, 5.º volume, p. 24.
- ⁶² *Idem, ibidem*, p. 28 (carta datada de 25 de maio de 1970).
- Capítulo 13**
O exílio
- ¹ Entrevista com Mário Soares, 15 de janeiro de 2010.
- ² Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ³ Soares, ob. cit., p. 146.
- ⁴ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ⁵ Entrevista com José Neves, 10 de novembro de 2011.
- ⁶ *Idem, ibidem*.
- ⁷ Mateus, ob. cit., p. 26.
- ⁸ Soares, *Portugal Amordaçado...*, pp. 39-40.
- ⁹ Mateus, ob. cit., p. 29.
- ¹⁰ Entrevista de Vitorino Magalhães Godinho ao *Semanário*, 27 de outubro de 1984.
- ¹¹ Mateus, ob. cit., *idem*.
- ¹² *Idem, ibidem*, p. 31.
- ¹³ Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- ¹⁴ Barroso, ob. cit., 5.º volume, pp. 24-25.
- ¹⁵ Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 146.
- ¹⁶ Barroso, ob. cit., 5.º volume, p. 93 (carta datada de 13 de dezembro de 1970) e 6.º volume, p. 54 (carta datada de 7 de maio de 1971).
- ¹⁷ *Idem, ibidem*, 6.º volume, p. 63 (carta datada de 24 de maio de 1971).
- ¹⁸ Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- ¹⁹ *Idem, ibidem*.
- ²⁰ *Idem, ibidem*.
- ²¹ Entrevista com João Soares, *idem*.
- ²² Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- ²³ Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
- ²⁴ Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- ²⁵ Entrevista com João Soares, *idem*.
- ²⁶ Entrevista com Mário Soares, 27 de fevereiro de 2010.
- ²⁷ Soares, ob. cit., p. 148.
- ²⁸ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ²⁹ Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- ³⁰ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ³¹ Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- ³² Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ³³ Soares, ob. cit., p. 150.
- ³⁴ Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- ³⁵ Vieira, ob. cit., p. 48.
- ³⁶ Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
- ³⁷ Entrevista com João Soares, *idem*.
- ³⁸ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ³⁹ Entrevista com João Soares, *idem*.
- ⁴⁰ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ⁴¹ Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- ⁴² Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
- ⁴³ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ⁴⁴ Avillez, ob. cit., p. 229.
- ⁴⁵ Soares, ob. cit., pp. 151-152.
- ⁴⁶ Entrevista com João Soares, *idem*.
- ⁴⁷ Entrevista com Mário Soares, 3 de março de 2010.
- ⁴⁸ Barroso, ob. cit., 6.º volume, p. 10 (carta datada de 23 de janeiro de 1971).

- 49 *Idem, ibidem*, p. 6.
- 50 Avillez, ob. cit., p. 254.
- 51 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 52 Entrevista com António Coimbra Martins, *idem*.
- 53 *Idem, ibidem*.
- 54 *Idem, ibidem*.
- 55 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 56 Entrevista com António Coimbra Martins, *idem*.
- 57 *Idem, ibidem*.
- 58 Soares, ob. cit., pp. 153-154.
- 59 Entrevista com António Coimbra Martins, *idem*.
- 60 Vieira, ob. cit., p. 49.
- 61 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 62 Entrevista com António Coimbra Martins, *idem*.
- 63 Entrevista com Mário Soares, 27 de fevereiro de 2010.
- 64 Soares, ob. cit., p. 154.
- 65 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 66 Soares, ob. cit., *idem*.
- 67 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 68 *Idem, ibidem*.
- 69 Soares, ob. cit., *idem*.
- 70 Avillez, ob. cit., p. 231.
- 71 Barroso, ob. cit., 5.º volume, p. 91 (carta datada de 12 de dezembro de 1970).
- 72 Avillez, ob. cit., pp. 230-231.
- 73 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 74 Soares, ob. cit., pp. 154-155.
- 75 Entrevista com Carlos Monjardino, *idem*.
- 76 *Idem, ibidem*.
- 77 Entrevista com António Coimbra Martins, *idem*.
- 78 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 79 Avillez, ob. cit., p. 249.
- 80 Barroso, ob. cit., 5.º volume, p. 85 (carta datada de 28 de outubro de 1970).
- 81 Soares, ob. cit., pp. 155-156.
- 82 *Idem, ibidem*, p. 152.
- 83 Entrevista com Mário Soares, 15 de janeiro de 2010.
- 84 Avillez, op. cit., p. 233.
- 85 Entrevista com Mário Soares, 27 de fevereiro de 2010.
- 86 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009 e 15 de janeiro de 2010.
- 87 Cf. Barroso, ob. cit., 7º volume (várias cartas).
- 88 Soares, *Portugal Amorado...*, p. 728.
- 89 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
- 90 Soares, ob. cit., pp. 718-719.
- 91 *Idem, ibidem*, p. 719.
- 92 *Idem, ibidem*, p. 725.
- 93 *Idem, ibidem*, p. 720.
- 94 *Idem, ibidem*, p. 725.

Capítulo 14

A rede

- 1 Vieira, ob. cit., pp. 49-50.
- 2 Avillez, ob. cit., pp. 234-235.
- 3 *Idem, idem*, p. 247.
- 4 Entrevista com Rodolfo Crespo, 18 de agosto de 2011.
- 5 Entrevista com Bernardino Gomes, 7 de dezembro de 2011.
- 6 Entrevista com Mário Soares, 27 de fevereiro de 2010.
- 7 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 8 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 9 *Idem, ibidem*.
- 10 Entrevista com Mário Soares, 3 de março de 2010.
- 11 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.

- 12 Conversa telefónica com António Coimbra Martins, 6 de setembro de 2012.
- 13 *Idem, ibidem*.
- 14 Barroso, ob. cit., 6.º volume, p. 20 (carta datada de 1 de fevereiro de 1971).
- 15 *Idem, ibidem*, p. 59 (carta datada de 16 de maio de 1971; passagens expurgadas pela autora assinaladas com (...)).
- 16 *Idem, ibidem*, p. 6.
- 17 *Idem, ibidem*, p. 58 (carta datada de 16 de maio de 1971).
- 18 *Idem, ibidem*, p. 67 (carta datada de 27 de maio de 1971).
- 19 *Idem, ibidem*, p. 77 (carta datada de 27 de junho de 1971).
- 20 *Idem, ibidem*, p. 16 (carta datada de 30 de janeiro de 1971).
- 21 *Idem, ibidem*, 8.º volume, p. 47 (carta datada de 30 de maio de 1973).
- 22 *Idem, ibidem*, 5.º volume, pp. 55-56 (carta datada de 10 de setembro de 1970).
- 23 *Idem, ibidem*, pp. 78-79 (carta datada de 12 de outubro de 1970; passagens expurgadas pela autora assinaladas com (...)).
- 24 *Idem, ibidem*, p. 80 (carta datada de 13 de outubro de 1970).
- 25 *Idem, ibidem*, 6.º volume, p. 57 (carta datada de 12 de maio de 1971).
- 26 *Idem, ibidem*, p. 47 (carta datada de 26 de março de 1971).
- 27 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 28 *Idem, ibidem*.
- 29 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
- 30 Barroso, ob. cit., 6.º volume, p. 11 (carta datada de 25 de janeiro de 1971).
- 31 *Idem, ibidem*, 5.º volume, p. 39 (carta datada de 19 de julho de 1970).
- 32 *Idem, ibidem*, 6.º volume, p. 18 (carta datada de 30 de janeiro de 1971; passagens expurgadas pela autora assinaladas com (...)).
- 33 *Idem, ibidem*, pp. 78-79 (carta datada de 27 de junho de 1971; passagens expurgadas pela autora assinaladas com (...)).
- 34 *Idem, ibidem*, pp. 79-80 (carta datada de 27 de junho de 1971; passagens expurgadas pela autora assinaladas com (...)).
- 35 *Idem, ibidem*, p. 14 (carta datada de 27 de janeiro de 1971).
- 36 *Idem, ibidem*, p. 26 (carta datada de 7 de fevereiro de 1971).
- 37 *Idem, ibidem*, p. 28 (carta datada de 9 de fevereiro de 1971).
- 38 Soares, *Um Político Assume-se*, p. 158.
- 39 Amaral, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941-1975)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 117-118.
- 40 Amaral, ob. cit., p. 118.
- 41 Entrevista com Mário Soares, 27 de fevereiro de 2010.
- 42 Avillez, ob. cit., p. 240.
- 43 *Idem, ibidem*, p. 239.
- 44 Soares, ob. cit., pp. 157-158.
- 45 *Idem, ibidem*, p. 241.
- 46 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
- 47 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 48 Entrevista com Mário Ruivo, *idem*.
- 49 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 50 Avillez, ob. cit., p. 252.
- 51 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 52 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 53 *Idem, ibidem*.
- 54 Soares, Mário, *Portugal: Que Revolução?...*, p. 72.
- 55 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 56 Avillez, ob. cit., p. 253.
- 57 Vieira, ob. cit., p. 50.
- 58 *Idem, ibidem*.
- 59 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 60 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 61 Vieira, ob. cit., *idem*.
- 62 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 63 http://www.ahs-descolonizacao.ics.ul.pt/docs/guine-1997_08_01.pdf.
- 64 Entrevista com António Coimbra Martins, 10 de novembro de 2011.

- 65 Entrevista com João Soares, *idem*.
 66 http://www.ahs-descolonizacao.ics.ul.pt/docs/guine_1997_08_01.pdf.
 67 *Idem*.
 68 Entrevista com António Coimbra Martins, *idem*.
 69 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 70 Rollo/Brito, ob. cit., p. 340.

Capítulo 15

O PS

- 1 Entrevista com Mário Soares, 21 de dezembro de 2009.
 2 Soares, ob. cit., p. 162.
 3 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
 4 Entrevista com Alberto Arons de Carvalho, *idem*.
 5 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
 6 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
 7 Entrevista com António Campos, *idem*.
 8 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
 9 Entrevista com António Campos, *idem*.
 10 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
 11 Soares, ob. cit., *idem*.
 12 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
 13 Avillez, ob. cit., pp. 247-248.
 14 Entrevista com Henrique Neto, *idem*.
 15 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
 16 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
 17 Soares, ob. cit., *idem*.
 18 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
 19 Mateus, ob. cit., p. 42.
 20 Entrevista com José Neves, *idem*.
 21 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
 22 Entrevista com Alberto Arons de Carvalho, *idem*.
 23 Avillez, ob. cit., pp. 256-257.
 24 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
 25 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
 26 Entrevista com José Neves, *idem*.
 27 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
 28 Entrevista com Alberto Arons de Carvalho, *idem*.
 29 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
 30 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
 31 Entrevista com António Campos, *idem*.
 32 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
 33 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
 34 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
 35 *Idem, ibidem*.
 36 *Idem, ibidem*.
 37 *Idem, ibidem*.
 38 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
 39 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
 40 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
 41 Avillez, ob. cit., p. 258.
 42 Entrevista com António Campos, *idem*.
 43 Avillez, ob. cit., p. 277.
 44 Cruzeiro, Maria Manuela (entrevistadora), *Melo Antunes – O Sonhador Pragmático*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 37, 58.
 45 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
 46 Entrevista com António Campos, *idem*.
 47 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
 48 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
 49 Entrevista com Mário Soares, 3 de março de 2010.
 50 *Idem, ibidem*.
 51 *Idem, ibidem*.
 52 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, 4.º episódio, *idem, ibidem*.
 53 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
 54 Entrevista com Alberto Arons de Carvalho, *idem*.
 55 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
 56 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
 57 *Idem, ibidem*.
 58 *Idem, ibidem*.
 59 *Idem, ibidem*.

- 60 Entrevista com Mária Mesquita, *idem*.
 - 61 Vieira, ob. cit., p. 51.
 - 62 Entrevista com Mária Mesquita, *idem*.
 - 63 Avillez, ob. cit., p. 259.
 - 64 *Idem, ibidem*, p. 266.
 - 65 Entrevista com Mário Soares, 27 de fevereiro de 2010.
 - 66 Avillez, ob. cit., p. 273.
 - 67 *Le Monde*, 6 de março de 1974.
 - 68 Informação do autor, que passou o dia 16 de março de 1974 junto do biografado.
 - 69 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 70 Entrevista com Carlos Monjardino, *idem*.
 - 71 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
 - 72 *Le Monde*, 21 de março de 1974.
 - 73 Vieira, ob. cit., p. 52.
 - 74 Entrevista com Alberto Arons de Carvalho, *idem*.
 - 75 *Idem, ibidem*.
 - 76 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
 - 77 Avillez, ob. cit., p. 266.
 - 78 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 79 Entrevista com Arons de Carvalho, *idem*.
- Capítulo 16**
O 25 de Abril
- 1 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 2 *Idem, ibidem*.
 - 3 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
 - 4 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 5 Avillez, ob. cit., pp. 266-267.
 - 6 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 7 *Idem, ibidem*.
 - 8 *Idem, ibidem*.
 - 9 Avillez, ob. cit., p. 267.
 - 10 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 11 *Idem, ibidem*.
 - 12 Avillez, ob. cit., p. 268.
 - 13 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
 - 14 Avillez, ob. cit., *idem*.
 - 15 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 16 *Idem, ibidem*.
 - 17 *Idem, ibidem*.
 - 18 Soares, ob. cit., p. 173.
 - 19 *Idem, ibidem*.
 - 20 *Idem, ibidem*, pp. 173-174.
 - 21 Avillez, ob. cit., p. 269.
 - 22 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 23 Soares, ob. cit., p. 174.
 - 24 Avillez, ob. cit., *idem*.
 - 25 *Idem, ibidem*, pp. 271-272.
 - 26 *Idem, ibidem*, p. 273.
 - 27 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 28 Soares, ob. cit., p. 177.
 - 29 *Idem, ibidem*.
 - 30 Entrevista com António Campos, *idem*.
 - 31 Avillez, ob. cit., pp. 275-276.
 - 32 *Idem, ibidem*, p. 281.
 - 33 Soares, ob. cit., p. 178.
 - 34 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.
 - 35 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
 - 36 Entrevista com Henrique Neto, *idem*.
 - 37 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
 - 38 Entrevista com Domingos Abrantes, 23 de maio de 2012.
 - 39 Entrevista com Mário Soares, 26 de março de 2010.
 - 40 Soares, ob. cit., pp. 182-183.
 - 41 Entrevista com Domingos Abrantes, *idem*.
 - 42 Avillez, ob. cit., p. 278.
 - 43 Soares, ob. cit., p. 183.
 - 44 Avillez, ob. cit., *idem*.
 - 45 Entrevista com Domingos Abrantes, *idem*.
 - 46 Avillez, ob. cit., *idem*.
 - 47 Brito, Carlos, *Álvaro Cunhal – Sete Fôlegos do Combatente (Memórias)*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2010, p. 89.
 - 48 Soares, ob. cit., p. 185.

- 49 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 50 *Idem, ibidem*, pp. 278-279.
- 51 Entrevista com Mário Soares, 3 de março de 2010.
- 52 Avillez, ob. cit., p. 290.
- 53 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 54 *Idem, ibidem*.
- 55 *Idem, ibidem*.
- 56 Soares, ob. cit., p. 191.
- 57 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 58 Entrevista com José Neves, *idem*.
- 59 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 60 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
- 61 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 62 Entrevista com João Diogo Lopes Barata, *idem*.
- 63 Avillez, ob. cit., p. 295.
- 64 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 65 Soares, ob. cit., pp. 176-177.
- 66 Avillez, ob. cit., p. 327.
- 67 Gomes, Bernardino/Sá, Tiago Moreira de, *Carlucci vs. Kissinger – Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 2008, pp. 50-51.
- 68 Vieira, ob. cit., p. 63.
- 69 Avillez, ob. cit., p. 328.
- 70 *Idem, ibidem*.
- 71 *Idem, ibidem*, p. 329.
- 72 *Idem, ibidem*, p. 330.
- 73 Soares, ob. cit., p. 192.
- 5 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 6 Entrevista com José Manuel dos Santos, 21 de março de 2011.
- 7 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 8 Avillez, ob. cit., p. 339.
- 9 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 10 Osório, Helena Sanches, *Um só Rosto, uma só Fé – Conversas com Adelino da Palma Carlos*, Lisboa, Edições Referendo, 1988, p. 53.
- 11 Santos, ob. cit., pp. 241-242.
- 12 Avillez, ob. cit., p. 298.
- 13 Santos, ob. cit., p. 351.
- 14 Osório, ob. cit., pp. 218-219.
- 15 *Idem, ibidem*.
- 16 Série documental *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
- 17 Entrevista com Mário Soares, 3 de março de 2010.
- 18 Avillez, ob. cit., p. 300.
- 19 Santos, ob. cit., p. 352.
- 20 *Idem, ibidem*.
- 21 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
- 22 Entrevista com Mário Soares, 26 de março de 2010.
- 23 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
- 24 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 25 Avillez, ob. cit., p. 300.
- 26 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 27 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
- 28 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
- 29 Avillez, ob. cit., p. 303.
- 30 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 31 Avillez, ob. cit., p. 355.
- 32 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
- 33 Avillez, ob. cit., p. 307.
- 34 Entrevista com Otelio Saraiva de Carvalho, 17 de março de 2010.

Capítulo 17

A descolonização

- 1 <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-congresso-de-aveiro-de-1973/>.
- 2 Entrevista com Mário Soares, 4 de março de 2010.
- 3 Soares, Mário, «Une dynamique nouvelle», *Le Monde*, 27 de abril de 1974, p. 10.
- 4 Santos, Almeida, *Quase Memórias*, volume I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 235.

- ³⁵ Avillez, ob. cit., p. 307-308.
- ³⁶ Entrevista com Otelo Saraiva de Carvalho, *idem*.
- ³⁷ Entrevista com Mário Soares, 4 de março de 2010.
- ³⁸ Entrevista com Otelo Saraiva de Carvalho, *idem*.
- ³⁹ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ⁴⁰ Santos, ob. cit., p. 255.
- ⁴¹ Avillez, ob. cit., 308.
- ⁴² Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ⁴³ Entrevista com Otelo Saraiva de Carvalho, *idem*.
- ⁴⁴ *Idem, ibidem*.
- ⁴⁵ Avillez, ob. cit., p. 309.
- ⁴⁶ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ⁴⁷ Entrevista com Otelo Saraiva de Carvalho, *idem*.
- ⁴⁸ Avillez, ob. cit., *idem*.
- ⁴⁹ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ⁵⁰ Avillez, ob. cit., *idem*.
- ⁵¹ Entrevista com Otelo Saraiva de Carvalho, *idem*.
- ⁵² Cruzeiro, ob. cit., p. 98.
- ⁵³ *Idem, ibidem*.
- ⁵⁴ Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
- ⁵⁵ Osório, ob. cit., pp. 53-54.
- ⁵⁶ Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- ⁵⁷ *Idem, ibidem*.
- ⁵⁸ Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
- ⁵⁹ Avillez, ob. cit., p. 310.
- ⁶⁰ Cruzeiro, ob. cit., pp. 292-293.
- ⁶¹ Avillez, ob. cit., p. 309.
- ⁶² Moraes, João/Violante, Luís, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais – Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 254.
- ⁶³ Avillez, ob. cit., pp. 311, 316, 318.
- ⁶⁴ Soares, *Portugal: Que Revolução?...*, p. 42.
- ⁶⁵ Santos, ob. cit., pp. 343-344.

- ⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 348.
- ⁶⁷ Osório, ob. cit., p. 54.
- ⁶⁸ Cruzeiro, ob. cit., pp. 100-101.
- ⁶⁹ Amaral, ob. cit., p. 217.
- ⁷⁰ Entrevista com Mário Soares, *idem*.

Capítulo 18

As crises

- ¹ Avillez, ob. cit., p. 341.
- ² Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- ³ *Idem, ibidem*.
- ⁴ Gomes/Sá, ob. cit., p. 49.
- ⁵ Avillez, ob. cit., pp. 341-342.
- ⁶ Amaral, ob. cit., p. 161.
- ⁷ Avillez, ob. cit., p. 342.
- ⁸ *Idem, ibidem*.
- ⁹ Amaral, ob. cit., p. 233.
- ¹⁰ Entrevista com Mário Soares, 3 de março de 2010.
- ¹¹ Entrevista com António Coimbra Martins, *idem*.
- ¹² Osório, ob. cit., pp. 178-179.
- ¹³ Entrevista com Mário Soares, 4 de março de 2010.
- ¹⁴ Osório, ob. cit., pp. 46-47.
- ¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 47.
- ¹⁶ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ¹⁷ *Série Memórias do Portugal Futuro, idem, ibidem*.
- ¹⁸ Osório, ob. cit., p. 54.
- ¹⁹ Vieira, ob. cit., p. 62.
- ²⁰ Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
- ²¹ Vieira, ob. cit., pp. 62-63.
- ²² Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ²³ *Idem, ibidem*.
- ²⁴ Avillez, ob. cit., 335
- ²⁵ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ²⁶ Avillez, ob. cit., *idem*.
- ²⁷ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ²⁸ *Idem, ibidem*.
- ²⁹ Osório, ob. cit., p. 245.

- 30 *Idem, ibidem.*
- 31 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 32 Avillez, ob. cit., p. 349.
- 33 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 34 Gomes/Sá, ob. cit., p. 58 (tradução alterada).
- 35 Soares, ob. cit., p. 68.
- 36 Rollo/Brito, ob. cit., p. 348.
- 37 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 38 Avillez, ob. cit., p. 352.
- 39 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 40 Rodrigues, Luís Nunes, *Spínola – Biografia*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, pp. 487-489.
- 41 Avillez, ob. cit., pp. 359-360.
- 42 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 43 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem.*
- 44 Soares, ob. cit., p. 57.
- 45 Avillez, ob. cit., p. 360.
- 46 *Idem, ibidem.*
- 47 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem.*
- 48 Oliveira, ob. cit., pp. 519-520.
- 49 Avillez, ob. cit., p. 362.
- 50 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 51 Avillez, ob. cit., *idem.*
- 52 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem.*
- 53 Depoimento recolhido sob condição de anonimato.
- 54 Entrevista com Alfredo Barroso, 20 de maio de 2011.
- 55 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem.*
- 56 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem.*
- 57 Depoimento recolhido sob condição de anonimato.
- 58 Avillez, ob. cit., p. 363.
- 59 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 60 Soares, *Um Político Assume-se*, p. 227.
- 61 *Idem, ibidem*, p. 228.
- 62 *Idem, ibidem*, pp. 228-229.
- 63 Cruzeiro (entrevistadora), Maria Manuela, *Costa Gomes – O Último Marechal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 225.
- 64 Avillez, ob. cit., pp. 353-354.
- 65 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 66 *Idem, ibidem.*
- 67 Soares, ob. cit., p. 229.
- 68 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 69 Santos, *Quase Memórias*, volume II, pp. 276-277.
- 70 Entrevista com Mário Soares, 3 de março de 2010.
- 71 Avillez, ob. cit., p. 357.
- 72 Soares, *Portugal Amoraçado...*, p. 457.
- 73 Soares, *Portugal: Que Revolução?...*, p. 71.
- 74 Avillez, ob. cit., p. 373-374.
- 75 Mateus, ob. cit., p. 63.
- 76 *Idem, ibidem*, pp. 382-383.
- 77 E-mail de José Neves, 10 de setembro de 2012.

Capítulo 19

A radicalização

- 1 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 2 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem.*
- 3 Soares, ob. cit., p. 77.
- 4 Entrevista com Mário Soares, 26 de março de 2010.
- 5 Avillez, ob. cit., pp. 322-323.
- 6 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 7 *Idem, ibidem.*
- 8 *Idem, ibidem.*
- 9 Entrevista com Mário Mesquita, *idem.*
- 10 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 11 Entrevista com Mário Mesquita, *idem.*
- 12 Avillez, ob. cit., pp. 371-372.
- 13 Soares, *Um Político Assume-se...*, pp. 233-234.
- 14 Mateus, ob. cit., p. 71.
- 15 Soares, *Portugal: Que Revolução?...*, p. 78.
- 16 Mateus, ob. cit., pp. 69-70.

- 17 Avillez, ob. cit., pp. 422-423.
- 18 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 19 Santos, ob. cit., volume I, pp. 382-383.
- 20 Avillez, ob. cit., p. 382.
- 21 *Idem, ibidem*, pp. 382-383.
- 22 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 23 Avillez, ob. cit., p. 380.
- 24 Entrevista com Mário Soares, 4 de março de 2010.
- 25 Avillez, ob. cit., p. 381.
- 26 *Idem, ibidem*, p. 377.
- 27 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 28 Entrevista com António Coimbra Martins, *idem*.
- 29 *Idem, ibidem*.
- 30 *Idem, ibidem*.
- 31 Gomes/Sá, ob. cit., p. 113.
- 32 Avillez, ob. cit., pp. 388, 390.
- 33 Santos, ob. cit., p. 394.
- 34 Avillez, ob. cit., p. 392.
- 35 *Idem, ibidem*, pp. 386, 393.
- 36 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 37 Avillez, ob. cit., p. 398.
- 38 *Idem, ibidem*, p. 396.
- 39 *Idem, ibidem*, pp. 398-399.
- 40 *Idem, ibidem*, p. 398.
- 41 *Idem, ibidem*, p. 395.
- 42 *Idem, ibidem*, pp. 399-400.
- 43 *Jornal de Notícias*, 26 de janeiro de 1975, p. 3.
- 44 Entrevista com Mário Soares, 26 de março de 2010.
- 45 Conversa telefónica com Otelo Saraiva de Carvalho, 18 de fevereiro de 2013.
- 46 *Idem, ibidem*.
- 47 Biblioteca Gerald R. Ford (EUA), telegramas do Departamento de Estado, *State 018428*, 26 de janeiro de 1975.
- 48 *Idem, ibidem*, Lisbon 456, 27 de janeiro de 1975.
- 49 Soares, *Portugal: Que Revolução?...*, p. 93.
- 50 Conversa telefónica com Otelo

Saraiva de Carvalho, *idem*.

- 51 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 52 *Idem, ibidem*.
- 53 Avillez, ob. cit., p. 412.
- 54 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 55 Avillez, ob. cit., p. 414.
- 56 *Idem, ibidem*.
- 57 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 58 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 59 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 60 Avillez, ob. cit., *idem*.

Capítulo 20

A resistência

- 1 Avillez, ob. cit., p. 416.
- 2 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 3 Vieira, ob. cit., p. 63.
- 4 Cruzeiro, ob. cit., p. 277.
- 5 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 6 *Idem, ibidem*, p. 415.
- 7 Brito, ob. cit., p. 137.
- 8 Avillez, ob. cit., p. 415.
- 9 Brito, ob. cit., *idem*.
- 10 Entrevista com Domingos Abrantes, *idem*.
- 11 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 252.
- 12 Avillez, ob. cit., pp. 427-428.
- 13 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 14 Avillez, ob. cit., p. 419.
- 15 Gomes/Sá, ob. cit., p. 180.
- 16 Avillez, ob. cit., p. 411.
- 17 Entrevista com Mário Soares, 26 de março de 2010.
- 18 Biblioteca Gerald R. Ford (EUA), telegramas do Departamento de Estado, *Lisbon 1844*, 1 de abril de 1975.
- 19 Gomes/Sá, ob. cit., pp. 183-184 (tradução alterada).
- 20 Avillez, ob. cit., p. 421.
- 21 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
- 22 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.

- 23 Avillez, ob. cit., p. 419.
- 24 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 25 Avillez, ob. cit., pp. 421-422.
- 26 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 27 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
- 28 Avillez, ob. cit., p. 425.
- 29 *Idem, ibidem*, p. 183.
- 30 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 31 Cunhal, Álvaro, *A verdade e a Mentira na Revolução de Abril: A Contra-Revolução Confessa-se*, Lisboa, Edições Avante!, 1999, p. 183.
- 32 Avillez, ob. cit., pp. 430-431.
- 33 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 34 Santos, ob. cit., p. 432.
- 35 Avillez, ob. cit., p. 431.
- 36 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 37 *Idem, ibidem*.
- 38 *Idem, ibidem*.
- 39 Avillez, ob. cit., 436.
- 40 *Idem, ibidem*.
- 41 *Idem, ibidem*, p. 437.
- 42 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 43 Avillez, ob. cit., p. 438.
- 44 *Idem, ibidem*.
- 45 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 46 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 47 Amaral, ob. cit., p. 389.
- 48 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 49 <http://www.arqnet.pt/portal/discursos/julho02.html>.
- 50 *Idem*.
- 51 Avillez, ob. cit., p. 448.
- 52 *Idem, ibidem*, p. 450.
- 53 *Idem, ibidem*, p. 449.
- 54 Avillez, ob. cit., p. 452.
- 55 Antunes, José Freire, *Os Espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003, p. 97.
- 56 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 57 *Idem*, 20 de janeiro de 2011.
- 58 Cruzeiro, Melo Antunes..., p. 207
- 59 Avillez, ob. cit., pp. 476-477 (tradução alterada).
- 60 *Idem, ibidem*, p. 477.
- 61 Gomes/Sá, ob. cit., pp. 268-269.
- 62 *Idem, ibidem*, p. 259.
- 63 Avillez, ob. cit., p. 459.
- 64 Cruzeiro, Melo Antunes..., p. 234.
- 65 *Idem, ibidem*, pp. 459-460.
- 66 *Idem, ibidem*, p. 460.
- 67 Entrevista com Mário Soares, 26 de março de 2010 e 20 de janeiro de 2011.
- 68 Cruzeiro, ob. cit., p. 218.
- 69 Biblioteca Gerald R. Ford (EUA), telegramas do Departamento de Estado, *Lisbon 4157*, 23 de julho de 1975.
- 70 Avillez, ob. cit., p. 444.

Capítulo 21

O 25 de Novembro

- 1 Biblioteca Gerald R. Ford (EUA), telegramas do Departamento de Estado, Lisbon 4965, 27 de agosto de 1975.
- 2 Entrevista com Mário Soares, 3 de março de 2010.
- 3 Série *Memórias do Portugal Futuro*, 4.º episódio, *idem, ibidem*.
- 4 Avillez, ob. cit., pp. 468-469.
- 5 Gomes/Sá, ob. cit., p. 312.
- 6 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
- 7 Avillez, ob. cit., p. 471.
- 8 Biblioteca Gerald R. Ford (EUA), telegramas do Departamento de Estado, *State 2143380*, 9 de setembro de 1975.
- 9 *Idem, ibidem*, Lisbon 5303, 10 de setembro de 1975.
- 10 *Idem, ibidem*.
- 11 *Idem, ibidem*.
- 12 *Idem, ibidem*.
- 13 *Idem, ibidem*.
- 14 *Idem, ibidem*, *State 223854*, 19 de setembro de 1975.

- 15 *Idem, ibidem, Lisbon 5542*, 19 de setembro de 1975.
- 16 *Idem, ibidem*.
- 17 Avillez, ob. cit., pp. 451-452.
- 18 *Idem, ibidem*, p. 464.
- 19 *Idem, ibidem*, p. 471.
- 20 Biblioteca Gerald R. Ford (EUA), telegramas do Departamento de Estado, *Lisbon 5422*, 15 de setembro de 1975.
- 21 *Idem, ibidem, State 223854*, 19 de setembro de 1975.
- 22 *Série Memórias de um Portugal Futuro, idem, ibidem*.
- 23 Avillez, ob. cit., pp. 479-480.
- 24 https://www.youtube.com/watch?v=GXzSfCTmKyI&ab_channel=SergioVictorTamer.
- 25 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 26 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
- 27 Biblioteca Gerald R. Ford (EUA), telegramas do Departamento de Estado, *State 263032*, 6 de novembro de 1975.
- 28 Avillez, ob. cit., p. 483.
- 29 *Idem, ibidem*, pp. 483-484.
- 30 *Idem, ibidem*, p. 485.
- 31 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
- 32 Amaral, ob. cit., pp. 460-461.
- 33 Avillez, ob. cit., p. 484.
- 34 Vieira, ob. cit., pp. 63-64.
- 35 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 36 Janitschek, Hans, *Mário Soares – Portrait of a Hero*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1985, p. 95.
- 37 Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e Sua Influência na Transição Espanhola*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, p. 250.
- 38 Callaghan, James, *Time and Change*, Glasgow, William Collins Son & Co., 1987, pp. 360-362.
- 39 Avillez, ob. cit., p. 485.
- 40 *Idem, ibidem*, p. 487.
- 41 *Idem, ibidem*, p. 490.
- 42 Cruzeiro, Costa Gomes..., p. 363.
- 43 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 44 Avillez, ob. cit., p. 487.
- 45 Cunhal, ob. cit., <http://www.dorl.pcp.pt/index.php/obras-alvaro-cunhal-menumarxismoleninismo-107/2135-lvaro-cunhal-o-25-de-novembro-cap-8-qverdade-e-mentira-na-rev-de-abril>.
- 46 Brito, ob. cit., pp. 187-188.
- 47 *Idem, ibidem*, pp. 189-190.
- 48 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
- 49 *Idem, ibidem*.
- 50 Santos, Boaventura de Sousa/Cruzeiro, Maria Manuela/Coimbra, Maria Natércia, *O Pulsar da Revolução – Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, Lisboa/Coimbra, Edições Afrontamento/Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, 1997, p. 302.
- 51 Avillez, ob. cit., p. 489.
- 52 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 53 Biblioteca Gerald R. Ford (EUA), telegramas do Departamento de Estado, *State 279652*, 26 de novembro de 1975.
- 54 *Idem, ibidem, Lisbon 7078*, 26 de novembro de 1975.
- 55 *Idem, ibidem*.
- 56 *Idem, ibidem, Lisbon 7127*, 29 de novembro de 1975.
- 57 Entrevista com Mário Soares, 26 de março de 2010.
- 58 *Idem, ibidem*.

Capítulo 22

A normalização

- 1 Avillez, Maria João (com Mário Soares), *Soares – Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 12, 14.
- 2 AA.VV., *Soares – Portugal e a Liberdade*, Lisboa, Moraes Editores, 1984, p. 131.
- 3 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.

- 4 Gomes/Sá, ob. cit., p. 359.
- 5 Avillez, ob. cit., p. 15.
- 6 Entrevista com Mário Soares, 26 de março de 2010.
- 7 Avillez, Soares – *Ditadura e Revolução*, p. 354.
- 8 Gomes/Sá, ob. cit., p. 358.
- 9 *Idem, ibidem*, p. 361.
- 10 *Idem, ibidem*.
- 11 *Idem, ibidem*.
- 12 *Idem, ibidem*.
- 13 *Idem, ibidem*, pp. 361-362.
- 14 *Idem, ibidem*, p. 362.
- 15 Entrevista com Mário Soares, 4 de março de 2010; série *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
- 16 *Idem*, 26 de março de 2010.
- 17 Gomes/Sá, ob. cit., pp. 362-363.
- 18 *Idem, ibidem*.
- 19 *Idem, ibidem*.
- 20 *Idem, ibidem*, p. 363 (tradução alterada).
- 21 Mateus, ob. cit., pp. 108-109.
- 22 Avillez, Soares – *Democracia*, p. 18.
- 23 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 24 *Idem*, 20 de janeiro de 2011.
- 25 *Idem, ibidem*.
- 26 Cf. Wilford, Hugh, *The CIA, the British Left and the Cold War: Calling the Tune?*, Londres, Routledge, 2003, pp. 39, 78, 93.
- 27 *Idem, ibidem*.
- 28 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 29 Mateus, ob. cit., p. 198.
- 30 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 31 *Idem, ibidem*.
- 32 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 33 *Idem, ibidem*.
- 34 Avillez, Soares – *Ditadura e Revolução*, p. 329.
- 35 Mateus, ob. cit., p. 111.
- 36 *Idem, ibidem*, p. 110.
- 37 *Idem, ibidem*, p. 111.
- 38 Gomes/Sá, ob. cit., pp. 374-375.
- 39 Avillez, Soares – *Democracia*, p. 15.
- 40 Avillez, ob. cit., p. 20.
- 41 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 42 Entrevista com Mário Soares, 26 de março de 2010.
- 43 Gomes/Sá, ob. cit., p. 360.
- 44 Amaral, ob. cit., p. 389.
- 45 Avillez, ob. cit., p. 21.
- 46 Vieira, ob. cit., pp. 64-65.
- 47 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
- 48 *Idem, ibidem*.
- 49 Avillez, ob. cit., p. 23.
- 50 *Idem, ibidem*.
- 51 Soares, *Um Político Assume-se...*, pp. 287-288.
- 52 Avillez, ob. cit., p. 24.
- 53 Soares, ob. cit., p. 288.
- 54 *Idem, ibidem*, pp. 288-289.
- 55 Avillez, ob. cit., p. 25.
- 56 *Idem, ibidem*, p. 29-31.
- 57 *Idem, ibidem*, pp. 26-27.
- 58 *Idem, ibidem*, p. 31.
- 59 Vieira, ob. cit., 64.
- 60 Avillez, ob. cit., p. 22.
- 61 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 62 Gomes/Sá, ob. cit., p. 383.

Capítulo 23

O primeiro-ministro

- 1 Amaral, Diogo Freitas, *A Transição para a Democracia – Memórias Políticas II (1976-1982)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008, p. 62.
- 2 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 3 Avillez, ob. cit., p. 40.
- 4 *Idem, ibidem*.
- 5 Avillez, ob. cit., p. 37.
- 6 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 7 *Idem, ibidem*.
- 8 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 9 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 10 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 11 *Idem, ibidem*, ob. cit., pp. 38-39.
- 12 *Idem, ibidem*, p. 37.
- 13 Vieira, ob. cit., p. 65 (depoimento recolhido na altura sob condição de anonimato).
- 14 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 15 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 16 Entrevista com Henrique Medina Carreira, 10 de maio de 2011.
- 17 *Idem, ibidem*.
- 18 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 19 Entrevista com Henrique Medina Carreira, *idem*.

- 20 Entrevista com António Campos, *idem*.
- 21 Entrevista com Henrique Medina Carreira, *idem*.
- 22 Gomes/Sá, ob. cit., p. 384.
- 23 Entrevista com Henrique Medina Carreira, *idem*.
- 24 Santos, ob. cit., p. 548.
- 25 Avillez, ob. cit., p. 39.
- 26 *Idem, ibidem*.
- 27 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 28 Avillez, ob. cit., p. 19.
- 29 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 30 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 31 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 32 Avillez, ob. cit., p. 56.
- 33 Entrevista com António Coimbra Martins, *idem*.
- 34 Avillez, ob. cit., p. 56.
- 35 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 36 *Idem, ibidem*, p. 57.
- 37 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 38 Vieira, ob. cit., p. 68.
- 39 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 40 *Idem, ibidem*.
- 41 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 42 Vieira, ob. cit., *idem*.
- 43 Avillez, ob. cit., p. 39.
- 44 *Idem, ibidem*, p. 48.
- 45 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 46 *Idem, ibidem*.
- 47 Avillez, ob. cit., p. 42.
- 48 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 49 Avillez, ob. cit., p. 44.
- 50 Brito, ob. cit., pp. 236-237.
- 51 Entrevista com João Salgueiro, 16 de maio de 2011.
- 52 Avillez, ob. cit., pp. 44-45.
- 53 *Idem, ibidem*, p. 52.
- 54 *Idem, ibidem*, p. 51.
- 55 *Jornal da Tarde* (Brasil), 21 de dezembro de 1976, cit. em Antunes, ob. cit., p. 118.
- 56 Avillez, ob. cit., p. 52.
- 57 Entrevista com Mário Soares, 16 de dezembro de 2009.
- 58 Avillez, ob. cit., p. 32.
- 59 *Idem, ibidem*, p. 60.
- 60 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 61 E-mail de António Ramalho Eanes, 22 de outubro de 2012.
- 62 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 63 Avillez, ob. cit., p. 64.
- 64 *Idem, ibidem*, pp. 64-65.
- 65 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 66 Avillez, ob. cit., p. 66.
- 67 Entrevista com Alfredo Barroso, 9 de maio de 2011.
- 68 Avillez, ob. cit., p. 67.
- 69 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
- 70 Mateus, ob. cit., p. 143.
- 71 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 72 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 73 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 74 Avillez, ob. cit., p. 66.
- 75 *Idem, ibidem*, pp. 66-67.
- 76 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
- 77 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, 26 de julho de 2012.
- 78 Avillez, ob. cit., p. 63.
- 79 *Idem, ibidem*, p. 61.
- 80 *Idem, ibidem*, p. 46.
- 81 *Idem, ibidem*, pp. 43, 88-89.

Capítulo 24

O sucessor de si mesmo

- 1 Amaral, Diogo Freitas, *A Transição para a Democracia – Memórias Políticas II (1976-1982)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008, p. 62.
- 2 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 3 Avillez, ob. cit., p. 40.
- 4 *Idem, ibidem*.
- 5 Avillez, ob. cit., p. 37.
- 6 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 7 *Idem, ibidem*.
- 8 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 9 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 10 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 11 *Idem, ibidem*, ob. cit., pp. 38-39.

- 12 *Idem, ibidem*, p. 37.
- 13 Vieira, ob. cit., p. 65 (depoimento recolhido na altura sob condição de anonimato).
- 14 Avillez, ob. cit., *idem*.
- 15 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 16 Entrevista com Henrique Medina Carreira, 10 de maio de 2011.
- 17 *Idem, ibidem*.
- 18 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 19 Entrevista com Henrique Medina Carreira, *idem*.
- 20 Entrevista com António Campos, *idem*.
- 21 Entrevista com Henrique Medina Carreira, *idem*.
- 22 Gomes/Sá, ob. cit., p. 384.
- 23 Entrevista com Henrique Medina Carreira, *idem*.
- 24 Santos, ob. cit., p. 548.
- 25 Avillez, ob. cit., p. 39.
- 26 *Idem, ibidem*.
- 27 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 28 Avillez, ob. cit., p. 19.
- 29 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 30 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 31 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 32 Avillez, ob. cit., p. 56.
- 33 Entrevista com António Coimbra Martins, *idem*.
- 34 Avillez, ob. cit., p. 56.
- 35 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 36 *Idem, ibidem*, p. 57.
- 37 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 38 Vieira, ob. cit., p. 68.
- 39 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 40 *Idem, ibidem*.
- 41 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 42 Vieira, ob. cit., *idem*.
- 43 Avillez, ob. cit., p. 39.
- 44 *Idem, ibidem*, p. 48.
- 45 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 46 *Idem, ibidem*.
- 47 Avillez, ob. cit., p. 42.
- 48 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 49 Avillez, ob. cit., p. 44.
- 50 Brito, ob. cit., pp. 236-237.
- 51 Entrevista com João Salgueiro, 16 de maio de 2011.
- 52 Avillez, ob. cit., pp. 44-45.
- 53 *Idem, ibidem*, p. 52.
- 54 *Idem, ibidem*, p. 51.
- 55 *Jornal da Tarde* (Brasil), 21 de dezembro de 1976, cit. em Antunes, ob. cit., p. 118.
- 56 Avillez, ob. cit., p. 52.
- 57 Entrevista com Mário Soares, 16 de dezembro de 2009.
- 58 Avillez, ob. cit., p. 32.
- 59 *Idem, ibidem*, p. 60.
- 60 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 61 E-mail de António Ramalho Eanes, 22 de outubro de 2012.
- 62 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 63 Avillez, ob. cit., p. 64.
- 64 *Idem, ibidem*, pp. 64-65.
- 65 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 66 Avillez, ob. cit., p. 66.
- 67 Entrevista com Alfredo Barroso, 9 de maio de 2011.
- 68 Avillez, ob. cit., p. 67.
- 69 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
- 70 Mateus, ob. cit., p. 143.
- 71 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 72 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 73 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 74 Avillez, ob. cit., p. 66.
- 75 *Idem, ibidem*, pp. 66-67.
- 76 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
- 77 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, 26 de julho de 2012.
- 78 Avillez, ob. cit., p. 63.
- 79 *Idem, ibidem*, p. 61.
- 80 *Idem, ibidem*, p. 46.
- 81 *Idem, ibidem*, pp. 43, 88-89.

Capítulo 25

A queda

- 1 *Idem, ibidem*, p. 67.
- 2 *Idem, ibidem*.
- 3 *Idem, ibidem*, p. 68.

- 4 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro e 18 de outubro de 2011.
- 5 *Idem*, 20 de janeiro de 2011.
- 6 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 7 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 8 Amaral, ob. cit., pp. 101-102.
- 9 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 10 Avillez, ob. cit., pp. 68-69.
- 11 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 12 *Idem, ibidem*.
- 13 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 14 *Idem, ibidem*.
- 15 Avillez, ob. cit., p. 70.
- 16 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 17 Avillez, ob. cit., p. 71.
- 18 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 19 Avillez, ob. cit., p. 70.
- 20 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 21 Amaral, ob. cit., p. 108.
- 22 *Idem, ibidem*, p. 109.
- 23 *Idem, ibidem*.
- 24 Avillez, ob. cit., pp. 74-75.
- 25 Amaral, ob. cit., p. 113.
- 26 *Idem, ibidem*, p. 111.
- 27 Avillez, ob. cit., p. 72.
- 28 Mateus, ob. cit., pp. 146-147.
- 29 *Idem, ibidem*, p. 147.
- 30 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 31 Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
- 32 Vieira, Pedro, *Todos os portos a que cheguei – Vasco Rocha Vieira*, Lisboa, Gradiva, 2010, p. 122.
- 33 *Idem, ibidem*, p. 124.
- 34 *Idem, ibidem*, pp. 123-124.
- 35 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 36 Vd. capítulo 4.
- 37 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 38 Avillez, ob. cit., p. 72.
- 39 *Idem, ibidem*, p. 77.
- 40 Amaral, ob. cit., p. 110.
- 41 *Idem, ibidem*.
- 42 Série *Memórias do Portugal Futuro*, 6.º episódio, *idem, ibidem*.
- 43 Vieira, Joaquim, ob. cit., p. 65.
- 44 Série *Memórias do Portugal Futuro, idem, ibidem*.
- 45 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
- 46 Entrevista com Henrique Medina Carreira, *idem*.
- 47 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 48 *Idem, ibidem*.
- 49 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
- 50 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 51 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 52 *Idem, ibidem*.
- 53 Avillez, ob. cit., p. 74.
- 54 Mateus, ob. cit., p. 184.
- 55 Avillez, ob. cit. p. 75.
- 56 *Idem, ibidem*, pp. 76-77.
- 1 Amaral, ob. cit., pp. 121-122.
- 2 *Idem, ibidem*, p. 131.
- 3 *Idem, ibidem*, pp. 132-133.
- 4 <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>.
- 5 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
- 6 *Idem, ibidem*; Amaral, ob. cit., pp. 134-135.
- 7 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
- 8 *Idem, ibidem*; Amaral, ob. cit., p. 135.
- 9 Amaral, ob. cit., p. 130.
- 10 *Idem, ibidem*, pp. 135-136.
- 11 *Idem, ibidem*, p. 129.
- 12 *Idem, ibidem*, p. 147.
- 13 *Idem, ibidem*, pp. 141-142.
- 14 Avillez, ob. cit., p. 76.
- 15 Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
- 16 Avillez, ob. cit., p. 72.
- 17 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
- 18 *Idem*, 25 de janeiro de 2011.
- 19 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 20 Amaral, ob. cit., pp. 146-147.
- 21 Avillez, ob. cit., p. 72.
- 22 *Idem, ibidem*, p. 77.
- 23 Amaral, ob. cit., p. 152.
- 24 *Idem, ibidem*, pp. 153-154.
- 25 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
- 26 Amaral, ob. cit., p. 156.
- 27 *Idem, ibidem*, pp. 156-157.
- 28 *Idem, ibidem*, p. 148.
- 29 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
- 30 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
- 31 Avillez, ob. cit., pp. 78-79.

- 32 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 33 Entrevista com Mário Soares, 20 e 25 de janeiro de 2011.
- 34 Soares, ob. cit., p. 304.
- 35 <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/mario-soares-exonerado-do-ii-governo-constitucional/>.
- 36 Avillez, ob. cit., p. 79.
- 37 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
- 38 *Idem*, 25 de janeiro de 2011.
- 39 *Idem*, 20 de janeiro de 2011.
- 40 «A solução do Presidente da República será constitucional e patriótica», artigo publicado no *Diário de Notícias* de 27 de julho de 1978, pág.7.
- 41 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 42 *Idem, ibidem*.
- 43 *Idem, ibidem*.
- 44 Avillez, ob. cit., pp. 86-87.
- 45 *Idem, ibidem*, p. 86.
- 46 *Idem, ibidem*, p. 87.
- 47 *Série Memórias do Portugal Futuro, idem, ibidem*.
- 48 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 49 Morais/Violante, ob. cit., p. 312.
- 50 Avillez, ob. cit., p. 94.
- 51 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 52 Avillez, ob. cit., p. 95.
- 53 *Idem, ibidem*, p. 23.
- 54 *Idem, ibidem*, p. 99.
- 55 SOUSA, Teresa de, *Os Grandes Líderes - Mário Soares*, São Paulo (Brasil), Nova Cultural, 1988, p. 105.
- 56 Amaral, ob. cit., p. 182.
- 57 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 58 *Série Memórias do Portugal Futuro, idem, ibidem*.
- 59 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 60 Avillez, ob. cit., p. 102.
- 61 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 62 Avillez, ob. cit., pp. 102-103.
- 63 *Série Memórias do Portugal Futuro, idem, ibidem*.
- 64 *Idem, ibidem*.
- 65 *Idem, ibidem*.

Capítulo 26

O desânimo

- 1 Entrevista com Rui Mateus, 23 de maio de 2006.
- 2 Mateus, ob. cit., p. 153.
- 3 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 4 Mateus, ob. cit., p. 154.
- 5 *Idem, ibidem*, pp. 154-155.
- 6 *Idem, ibidem*, pp. 155-156.
- 7 *Idem, ibidem*, pp. 156-157.
- 8 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 9 Mateus, ob. cit., p. 175.
- 10 *Idem, ibidem*, ob. cit., p. 151.
- 11 *Idem, ibidem*.
- 12 *Idem, ibidem*, p. 152.
- 13 Teves, Vasco Hogan, *História da Televisão em Portugal - 1.º volume: 1955/1979*, Lisboa, TV Guia Editora, 1998, pp. 276-277.
- 14 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 15 Mateus, ob. cit., p. 149.
- 16 Avillez, ob. cit., p. 107.
- 17 *Idem, ibidem*, p. 110.
- 18 *Idem, ibidem*, p. 109.
- 19 Mateus, ob. cit., p. 290.
- 20 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
- 21 *Idem, ibidem*.
- 22 *Idem, ibidem*.
- 23 Entrevista com Rui Mateus, *idem*.
- 24 Avillez, ob. cit., p. 188.
- 25 Mateus, ob. cit., p. 150.
- 26 Entrevista com Rui Mateus, *idem*.
- 27 Avillez, ob. cit., p. 104.
- 28 *Idem, ibidem*, p. 113.
- 29 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 30 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 31 *Série Memórias do Portugal Futuro, idem, ibidem*.
- 32 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 33 Avillez, ob. cit., p. 119.
- 34 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 35 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 36 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 37 *Série Memórias do Portugal Futuro, idem, ibidem*.
- 38 Mateus, ob. cit., p. 200.
- 39 *Idem, idem*, p. 162.

- 40 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
 41 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 42 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 43 Entrevista com Rui Mateus, *idem*.
 44 Janitschek, ob. cit., pp. 71-72.
 45 Mateus, ob. cit., p. 186.
 46 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
 47 Mateus, ob. cit., *idem*.
 48 Entrevista com Rui Mateus, *idem*.
 49 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 50 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
 51 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 52 Mateus, ob. cit., pp. 184-185.
 53 Avillez, ob. cit., p. 117.
 54 Entrevista com Alfredo Barroso, 9 de maio de 2011.
 55 Mateus, ob. cit., p. 187.
 56 *Série Memórias do Portugal Futuro*, *idem*, *ibidem*.
 57 Avillez, ob. cit., p. 118.
 58 *Idem*, *ibidem*.
 59 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 60 Entrevista com Rui Mateus, *idem*.
 61 Avillez, ob. cit., *idem*.
 62 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
 63 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 64 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
 65 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 66 Avillez, ob. cit., p. 121.
 67 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
 68 Avillez, ob. cit., *idem*.
 69 *Idem*, *ibidem*, p. 122.
 70 *Idem*, *ibidem*.
 71 Mateus, ob. cit., p. 199.
 72 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 73 Mateus, ob. cit., *idem*.
 25 de janeiro de 2011.
 9 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
 10 Entrevista com António Campos, *idem*.
 11 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 12 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
 13 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
 14 *Idem*, *ibidem*.
 15 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 16 Entrevista com António Campos, *idem*.
 17 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 18 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
 19 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 20 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 21 Avillez, ob. cit., p. 125.
 22 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 23 Avillez, ob. cit., *idem*.
 24 *Série Memórias do Portugal Futuro*, 7.º episódio, *idem*, *ibidem*.
 25 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
 26 *Série Memórias do Portugal Futuro*, *idem*, *ibidem*.
 27 Avillez, ob. cit., p. 204.
 28 *Idem*, *ibidem*, p. 158.
 29 *Idem*, *ibidem*.
 30 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 31 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
 32 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 33 Entrevista com Alberto Arons de Carvalho, *idem*.
 34 Avillez, ob. cit., pp. 158-159.
 35 *Idem*, *ibidem*.
 36 *Idem*, *ibidem*.
 37 Mateus, ob. cit., p. 188.
 38 Entrevista com Rui Mateus, *idem*.
 39 *Idem*, *ibidem*.
 40 Mateus, ob. cit., p. 201.
 41 Barroso, Alfredo, «A crise no PS – das aparências às realidades», *Portugal Hoje*, 18 de março de 1981.
 42 *Idem*, *ibidem*.
 43 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
 44 Mateus, ob. cit., pp. 188-189.
 45 *Idem*, *ibidem*, pp. 191-192.
 46 *Idem*, *ibidem*, pp. 197-198.
 47 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 48 Entrevista com Rui Mateus, *idem*.

Capítulo 27

O ressurgimento

- 1 Entrevista com Mário Soares, 20 de janeiro de 2011.
 2 *Idem*, 25 de janeiro de 2011.
 3 Vieira, ob. cit., p. 66.
 4 *Idem*, *ibidem*.
 5 Sousa, ob. cit., p. 113.
 6 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 7 Sousa, ob. cit., *idem*.
 8 Entrevista com Mário Soares,

- 49 Mateus, ob. cit., p. 192.
 50 *Idem, ibidem*, p. 203.
 51 *Idem, ibidem*, p. 197.
 52 *Idem, ibidem*, p. 203.
 53 Sousa, ob. cit., *idem*.
 54 Entrevista com Mário Soares,
 25 de janeiro de 2011.
 55 *Idem, ibidem*.
 56 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 57 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
 58 Série *Memórias do Portugal*
Futuro, idem, ibidem.
 59 Avillez, ob. cit., p. 162.
 60 Mateus, ob. cit., p. 215.
 61 *Idem, ibidem*, p. 216.
 62 Soares, ob. cit., p. 122.
 63 Entrevista com Alfredo
 Barroso, 9 de maio de 2011.
 64 Entrevista com José Manuel
 dos Santos, *idem*.
 65 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 66 *Idem, ibidem*.
 67 *Idem, ibidem*.
 68 Guardiola, Nicole, «Acuerdo de
 los socialistas portugueses sobre
 los futuros poderes de Eanes»,
El País, 27 de janeiro de 1982, p. 4.
 69 Depoimento escrito de António
 Ramalho Eanes, *idem*.
 70 Entrevista ao *Diário de Lisboa*,
 18 de janeiro de 1982.
 71 Avillez, ob. cit., p. 167.
 72 *Idem, ibidem*, p. 164.
 73 *Idem, ibidem*, p. 163.
 74 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 75 Entrevista com Alberto
 Arons de Carvalho, *idem*.
 76 Amaral, ob. cit., p. 342.
 77 Avillez, ob. cit., p. 164.
 78 *Idem, ibidem*, pp. 159-160.
 79 *Idem, ibidem*, p. 169.
 80 Entrevista com José
 Fernandes Fafe, *idem*.
 81 Entrevista a Maria Flor Pedrosa,
 Antena 1, 12 de abril de 2013.
 82 *Diário de Notícias*, 2 de abril de 1979,
 cit. in Mateus, ob. cit., p. 203.
 83 Avillez, ob. cit., pp. 171-173.
 84 Mateus, ob. cit., p. 219.
 85 *Idem, ibidem*, p. 224.
 86 *Idem, ibidem*, p. 224.
 87 *Idem, ibidem*, p. 226.

- 88 Avillez, ob. cit., p. 152.
 89 Mateus, ob. cit., p. 226.
 90 Avillez, ob. cit., pp. 153-154.
 91 *Idem, ibidem*, p. 155.
 92 Entrevista com Bernardino
 Gomes, *idem*.
 93 Mateus, ob. cit., pp. 227-228.
 94 Avillez, ob. cit., p. 141.
 95 Mateus, ob. cit., p. 231.
 96 Entrevista com Mário Soares,
 4 de janeiro de 2012.

Capítulo 28

O Bloco Central

- 1 Série *Memórias do Portugal*
Futuro, idem, ibidem.
 2 Avillez, ob. cit., p. 182.
 3 *Idem, ibidem*, p. 173.
 4 *Idem, ibidem*, p. 181.
 5 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 6 Entrevista com Alfredo
 Barroso, 9 de maio de 2011.
 7 Avillez, ob. cit., p. 181.
 8 Entrevista com Mário Soares,
 25 de janeiro de 2011.
 9 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 10 Avillez, ob. cit., p. 181.
 11 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 12 Avillez, ob. cit., p. 181.
 13 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 14 Avillez, ob. cit., p. 178.
 15 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 16 Avillez, ob. cit., p. 173.
 17 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 18 *Idem, ibidem*.
 19 Avillez, ob. cit., p. 175.
 20 Avillez, ob. cit., pp. 175-176.
 21 *Idem, ibidem*, p. 177.
 22 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 23 *Idem, ibidem*.
 24 Mateus, ob. cit., p. 236.
 25 Avillez, ob. cit., p. 184.
 26 *Idem, ibidem*.
 27 Série *Memórias do Portugal*
Futuro, idem, ibidem.
 28 *Idem, ibidem*, p. 185.
 29 Série *Memórias do Portugal*
Futuro, idem, ibidem.
 30 Avillez, ob. cit., p. 177.
 31 *Idem, ibidem*, p. 186.
 32 Mateus, ob. cit., p. 233.

- 33 *Idem, ibidem*, p. 237
 - 34 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
 - 35 Mateus, ob. cit., pp. 237-238.
 - 36 *Idem, ibidem*, p. 238.
 - 37 Avillez, ob. cit., p. 193.
 - 38 *Idem, ibidem*, p. 194.
 - 39 *Idem, ibidem*, p. 211.
 - 40 *Idem, ibidem*, p. 214.
 - 41 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
 - 42 Avillez, ob. cit., *idem*.
 - 43 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
 - 44 Avillez, ob. cit., p. 215.
 - 45 *Idem, ibidem*, p. 199.
 - 46 *Idem, ibidem*, p. 201.
 - 47 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 48 *Idem, ibidem*,
 - 49 Avillez, ob. cit., p. 196.
 - 50 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 51 *Idem, ibidem*.
 - 52 Avillez, ob. cit., p. 200.
 - 53 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
 - 54 Avillez, ob. cit., pp. 196-197.
 - 55 *Idem, ibidem*, p. 202.
 - 56 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 57 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 58 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
 - 59 Entrevista com António Campos, *idem*.
 - 60 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 61 Avillez, ob. cit., pp. 205-206.
 - 62 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 63 Mateus, ob. cit., p. 244.
 - 64 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
 - 65 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
 - 66 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 67 Avillez, ob. cit., p. 208.
 - 68 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
 - 69 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 70 Avillez, ob. cit., p. 209.
 - 71 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 72 *Idem, ibidem*.
 - 73 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 74 *Idem, ibidem*.
 - 75 *Idem, ibidem*.
 - 76 Avillez, Maria João (com Mário Soares), *Soares – O Presidente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, pp. 140-141.
 - 77 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 78 Mateus, ob. cit., p. 268.
 - 79 Avillez, *Soares - Democracia*, p. 228
 - 80 *Idem, ibidem*.
 - 81 Avillez, ob. cit., p. 235.
 - 82 Vieira, ob. cit., p. 62.
 - 83 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
 - 84 *Idem, ibidem*.
 - 85 Avillez, ob. cit., pp. 220-221.
 - 86 Rollo/Brito, ob. cit., p. 1984;
 - 87 Avillez, ob. cit., p. 220.
 - 88 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
 - 89 Avillez, ob. cit., p. 221.
 - 90 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- ## Capítulo 29
- ### A reviravolta
- 1 Avillez, ob. cit., p. 213.
 - 2 Entrevista com Mário Soares, 10 de janeiro de 2011.
 - 3 Avillez, ob. cit., p. 222.
 - 4 *Idem, ibidem*, p. 249.
 - 5 Silva, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política*, volume I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 63.
 - 6 Entrevista com António Campos, *idem*.
 - 7 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 8 Avillez, ob. cit., p. 250.
 - 9 Silva, ob. cit., p. 71.
 - 10 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 11 Silva, ob. cit., p. 75.
 - 12 *Idem, ibidem*, pp. 74-75.
 - 13 Avillez, ob. cit., p. 241.
 - 14 *Idem, ibidem*, pp. 242-243.
 - 15 *Idem, ibidem*, p. 248.
 - 16 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 17 Mateus, ob. cit., pp. 264-265.
 - 18 Entrevista com Marvine Howe, *idem*.
 - 19 Mateus, ob. cit., pp. 238-239.
 - 20 *Idem, ibidem*, pp. 266-267.
 - 21 Avillez, ob. cit., p. 271.
 - 22 *Idem, ibidem*, p. 302.
 - 23 *Idem, ibidem*, p. 241.
 - 24 *Idem, ibidem*, p. 242.

- 25 Silva, ob. cit., p. 75.
 26 *Idem, ibidem*, pp. 72-74.
 27 *Idem, ibidem*, p. 75.
 28 Entrevista com Alfredo Barroso, 9 de maio de 2011.
 29 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 30 Entrevista com António Campos, *idem*.
 31 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
 32 Silva, ob. cit., p. 76.
 33 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 34 Silva, ob. cit., p. 78.
 35 *O Jornal*, 13 de junho de 1985.
 36 Silva, ob. cit., pp. 78-79.
 37 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
 38 Silva, ob. cit., p. 79.
 39 *Idem, ibidem*.
 40 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
 41 Entrevista com António Campos, *idem*.
 42 Avillez, ob. cit., p. 250.
 43 *Idem, ibidem*.
 44 Silva, ob. cit., p. 80.
 45 *Idem, ibidem*, p. 81.
 46 *Idem, ibidem*.
 47 *Idem, ibidem*, p. 76.
 48 *Idem, ibidem*, p. 78.
 49 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
 50 Silva, ob. cit., *idem*.
 51 *Idem, ibidem*, p. 81.
 52 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 53 *Idem, ibidem*.
 54 Avillez, ob. cit., p. 254.
 55 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
 56 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 57 *Idem, ibidem*.
- Barroso, 9 de maio de 2011.
 10 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 11 Avillez, ob. cit., *idem*.
 12 *Idem, ibidem*.
 13 *Idem, ibidem* p. 261.
 14 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
 15 Avillez, ob. cit., p. 222.
 16 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 17 Avillez, ob. cit., p. 257.
 18 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 19 Entrevista com António Campos, *idem*.
 20 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 21 *Idem, ibidem*.
 22 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
 23 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 24 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
 25 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
 26 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 27 Avillez, ob. cit., pp. 255, 261.
 28 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
 29 Avillez, ob. cit., p. 265.
 30 Entrevista com António Campos, *idem*.
 31 Vieira, Joaquim, "Presidente Soares", *Expresso*, 22 de fevereiro de 1986.
 32 *Expresso*, 12 de outubro de 1985, p. 1 (sondagem *Expresso/Euroexpansão*).
 33 Silva, ob. cit., p. 96.
 34 Entrevista com Mário Soares, 10 de janeiro de 2011.
 35 Entrevista com António Campos, *idem*.
 36 Entrevista com Carlos Monjardino, *idem*.
 37 Avillez, ob. cit., p. 293.
 38 Entrevista com Carlos Monjardino, *idem*.
 39 *O Jornal*, 18 de outubro de 1985, pp. 20-21.
 40 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 41 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 42 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 43 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
 44 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
 45 Avillez, ob. cit., p. 263.
 46 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 47 *Idem, ibidem*.
 48 *Idem, ibidem*.

Capítulo 30

O momento decisivo

- 1 Silva, ob. cit., p. 82.
 2 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
 3 Silva, ob. cit., p. 83.
 4 Avillez, ob. cit., p. 259.
 5 Avillez, Soares – *O Presidente*, p. 208.
 6 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
 7 Avillez, Soares – *Democracia*, p. 254.
 8 Avillez, ob. cit., p. 260.
 9 Entrevista com Alfredo

- 49 *Idem*, 10 de janeiro de 2011.
- 50 *Idem*, 25 de janeiro de 2011.
- 51 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 52 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
- 53 Entrevista com António Campos, *idem*.
- 54 Série *Memórias do Portugal Futuro*, 8.º episódio, *idem, ibidem*.
- 55 Sousa, ob. cit., p. 131.
- 56 Mateus, ob. cit., p. 267.
- 57 Avillez, ob. cit., p. 288.
- 58 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro e 10 de fevereiro de 2011.
- 59 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 60 Avillez, ob. cit., p. 293.
- 61 Entrevista com Mário Soares, 10 de fevereiro de 2011.
- 62 Mateus, ob. cit., p. 275.
- 63 *Idem, ibidem*, pp. 275-277.
- 64 *Idem, ibidem*, p. 276.
- 65 Entrevista com Alfredo Barroso, 20 de maio de 2011.
- 66 Mateus, ob. cit., *idem*.
- 67 Avillez, ob. cit., p. 272.
- 68 *Idem, ibidem*, pp. 269, 271.
- 69 Entrevista com Alfredo Barroso, 9 de maio de 2011.
- 70 Conversa com José António Barreiros, 8 de dezembro de 2021.
- 71 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 72 Avillez, ob. cit., pp. 288-289.
- 73 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 74 Vieira, “Presidente Soares”, *idem*.
- 75 Conversa com João José Fraústo da Silva, 31 de março de 2011.
- 76 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 77 *Idem, ibidem*.
- 78 Avillez, ob. cit., pp. 280, 282.
- 79 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 80 Entrevista com António Campos, *idem*.
- 81 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
- 82 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 83 Castanheira, José Pedro, *Jorge Sampaio – Uma Biografia* (volume I), Edições Nelson de Matos-Porto Editora, 2012, p. 822.
- 84 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 85 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 86 Entrevista com António Campos, *idem*.
- 87 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 88 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 89 *Idem, ibidem*.
- 90 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 91 *Idem, ibidem*.
- 92 Brito, ob. cit., p. 228.
- 93 *Idem, ibidem*, p. 224.
- 94 Avillez, ob. cit., p. 299.
- 95 *Idem, ibidem*.
- 96 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 97 Entrevista com Mário Soares, 10 de janeiro de 2011.
- 98 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 99 Vieira, “Presidente Soares”, *idem*.
- 100 Mateus, ob. cit., p. 277.
- 101 Vieira, “Presidente Soares”, *idem*.
- 102 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.
- 103 *Idem, ibidem*.
- 104 Entrevista com Mário Soares, 10 de fevereiro de 2011.
- 105 Avillez, ob. cit., p. 306.
- 106 *Idem, ibidem*, p. 42.
- 107 *Idem, ibidem*, p. 255.
- 108 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 109 Depoimento escrito de António Ramalho Eanes, *idem*.
- 110 *Idem, ibidem*.
- 111 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *idem, ibidem*.

Capítulo 31

O Presidente

- 1 Silva, ob. cit., p. 289.
- 2 *Idem, ibidem*.
- 3 Entrevista com Mário Soares, 10 de fevereiro de 2011.
- 4 Silva, ob. cit., *idem*.
- 5 Avillez, ob. cit., p. 312.
- 6 Silva, ob. cit., p. 293.
- 7 *Idem, ibidem*, pp. 296-297.
- 8 *Idem, ibidem*, p. 297.
- 9 Entrevista com Domingos Abrantes, *idem*.
- 10 Silva, ob. cit., p. 292.
- 11 *Idem, ibidem*, p. 298.

- 12 *Idem, ibidem.*
- 13 Entrevista com António Arnaut, *idem.*
- 14 Silva, ob. cit., pp. 294-295.
- 15 *Idem, ibidem*, pp. 295-296.
- 16 *Idem, ibidem*, p. 298.
- 17 *Idem, ibidem.*
- 18 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 19 Silva, ob. cit., p. 288.
- 20 *Idem, ibidem*, p. 294.
- 21 Série *Memórias do Portugal Futuro*, 8.º episódio, *Idem, ibidem.*
- 22 Avillez, Soares, *O Presidente*, p. 35
- 23 *Idem, ibidem.*
- 24 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
- 25 *Idem, ibidem.*
- 26 Silva, ob. cit., p. 297.
- 27 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 28 Avillez, ob. cit., p. 19.
- 29 Mateus, ob. cit., p. 288.
- 30 Entrevista com Alberto Arons de Carvalho, *idem.*
- 31 Silva, ob. cit., p. 167.
- 32 *Idem, ibidem*, pp. 164-165.
- 33 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *Idem, ibidem.*
- 34 Entrevista com Mário Soares, 10 de janeiro de 2011.
- 35 *Idem, ibidem.*
- 36 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem.*
- 37 Entrevista com António Almeida Santos, *idem.*
- 38 Avillez, ob. cit., pp. 27-28.
- 39 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem.*
- 40 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 41 *Idem, ibidem.*
- 42 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *Idem, ibidem.*
- 43 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem.*
- 44 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 45 Entrevista com António Almeida Santos, *idem.*
- 46 Silva, ob. cit., p. 273.
- 47 *Idem, ibidem*, pp. 270-271.
- 48 *Idem, ibidem*, pp. 271-272.
- 49 *Idem, ibidem*, p. 274.
- 50 Avillez, ob. cit., p. 29.
- 51 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 52 Entrevista com Alfredo Barroso, 20 de maio de 2011.
- 53 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 54 *Idem, ibidem.*
- 55 Avillez, ob. cit., p. 34.
- 56 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem.*
- 57 Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 2012.
- 58 Entrevista à RTP, 7 de dezembro de 2011.
- 59 E-mail de Alfredo Barroso, 7 de dezembro de 2011.
- 60 Entrevista com Mário Soares, 10 de fevereiro de 2011.
- 61 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *Idem, ibidem.*
- 62 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 63 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem.*
- 64 Avillez, ob. cit., p. 31.
- 65 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
- 66 *Idem*, 10 de fevereiro de 2011.
- 67 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem.*
- 68 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
- 69 *Idem, ibidem.*
- 70 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem.*
- 71 Silva, ob. cit. p. 298.
- 72 Silva, ob. cit., pp. 298-299, e Castanheira, ob. cit., p. 936.
- 73 Silva, ob. cit., p. 298.
- 74 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 75 Mateus, ob. cit., p. 371.
- 76 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 77 Mateus, ob. cit., p. 289.
- 78 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem.*

⁷⁹ Avillez, ob. cit., p. 55.

⁸⁰ Mateus, ob. cit., p. 317.

⁸¹ Silva, ob. cit., p. 299.

Capítulo 32 A reeleição

¹ Entrevista com Mário Soares, *idem*.

² Vd. Avillez, ob. cit., pp. 43-45.

³ Entrevista com João Soares, *idem*.

⁴ Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.

⁵ Avillez, ob. cit., pp. 47-48.

⁶ Entrevista com Mário Soares, *idem*.

⁷ Depoimento recolhido sob condição de anonimato.

⁸ Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.

⁹ Entrevista com João Soares, *idem*.

¹⁰ Vd. capítulo anterior.

¹¹ Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 2012.

¹² Avillez, ob. cit., p. 166.

¹³ Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.

¹⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁵ Entrevista com Isabel Soares, *idem*.

¹⁶ Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.

¹⁷ Avillez, ob. cit., p. 171.

¹⁸ Entrevista com Isabel Soares, *idem*.

¹⁹ *Idem, ibidem*.

²⁰ Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.

²¹ Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.

²² Avillez, ob. cit., p. 114.

²³ *Idem, ibidem*, p. 169.

²⁴ Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.

²⁵ Avillez, ob. cit., pp. 172-173.

²⁶ *Idem, ibidem*, pp. 173-174.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 177.

²⁸ Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 390-393.

²⁹ Avillez, ob. cit., p. 115.

³⁰ Série *Memórias do Portugal*

Futuro, Idem, ibidem.

³¹ Entrevista com Maria de Jesus Barroso, *idem*.

³² Avillez, ob. cit., pp. 122-23.

³³ *Idem, ibidem*, p. 136.

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 137.

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 130.

³⁶ Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.

³⁷ Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.

³⁸ Silva, ob. cit., p. 306.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 305.

⁴⁰ Avillez, ob. cit., p. 131.

⁴¹ Silva, ob. cit., pp. 233, 306.

⁴² Silva, ob. cit., p. 209.

⁴³ Avillez, ob. cit., p. 152.

⁴⁴ Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.

⁴⁵ Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.

⁴⁶ Mateus, ob. cit., p. 370.

⁴⁷ Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.

⁴⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁹ *Idem, ibidem*.

⁵⁰ Entrevista com Alfredo Barroso, 20 de maio de 2011.

⁵¹ Silva, ob. cit., p. 324.

⁵² *Idem, ibidem*, p. 325.

⁵³ Avillez, ob. cit., p. 210.

⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 213.

⁵⁵ Silva, ob. cit., pp. 327-328.

⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 326.

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 328.

⁵⁸ Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.

⁵⁹ Entrevista com Mário Soares, 10 de janeiro de 2011.

⁶⁰ Avillez, ob. cit., p. 221.

⁶¹ Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.

Capítulo 33

Macau

- ¹ Avillez, ob. cit., p. 165.
- ² Avillez, Maria João, *Soares – Democracia*, p. 189.
- ³ Entrevista ao Diário de Lisboa, abril de 1990, cit. em Soares, Mário, *Intervenções 5*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 431.
- ⁴ Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
- ⁵ Avillez, ob. cit., p. 190.
- ⁶ *Idem, ibidem*, pp. 223-224.
- ⁷ Mateus, ob. cit., p. 291.
- ⁸ *Idem, ibidem*, p. 280.
- ⁹ *Idem, ibidem*, p. 289.
- ¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 290.
- ¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 289-290.
- ¹² Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- ¹³ Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 2012.
- ¹⁴ *Idem*, 18 de outubro de 2011.
- ¹⁵ *Idem*, 4 de janeiro de 2012.
- ¹⁶ *Idem, ibidem*.
- ¹⁷ Entrevista com João Soares, *idem*.
- ¹⁸ Entrevista com Alfredo Barroso, 20 de maio de 2011.
- ¹⁹ Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- ²⁰ Mateus, ob. cit., p. 296.
- ²¹ *Idem, ibidem*.
- ²² Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ²³ Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- ²⁴ Entrevista com João Soares, *idem*.
- ²⁵ Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- ²⁶ Mateus, ob. cit., p. 291.
- ²⁷ *Idem, ibidem*.
- ²⁸ *Idem, ibidem*, p. 291.
- ²⁹ *Idem, ibidem*, p. 292.
- ³⁰ *Idem, ibidem*, pp. 292-293.
- ³¹ *Idem, ibidem*, p. 293.
- ³² *Idem, ibidem*, p. 293.
- ³³ *Idem, ibidem*.
- ³⁴ Haines, Joe, *O Incrível Senhor Maxwell – História de um Império*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988.
- ³⁵ Mateus, ob. cit., p. 294.
- ³⁶ *Idem, ibidem*.
- ³⁷ *Idem, ibidem*, pp. 297-298.
- ³⁸ Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- ³⁹ Mateus, ob. cit., p. 298.
- ⁴⁰ *Idem, ibidem*, pp. 301-302.
- ⁴¹ Avillez, Maria João, *Soares – O Presidente*, pp. 159-160.
- ⁴² Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- ⁴³ Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- ⁴⁴ Mateus, ob. cit., pp. 302-303.
- ⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 291-292.
- ⁴⁶ *Le Point*, 27 de outubro de 1987, cit. em Mateus, ob. cit., p. 307.
- ⁴⁷ Entrevista com Carlos Monjardino, *idem*.
- ⁴⁸ Avillez, ob. cit., p. 154.
- ⁴⁹ Entrevista com Carlos Monjardino, *idem*.
- ⁵⁰ Vieira, Joaquim, «Crise interna no governo de Macau», *Expresso*, 12 de julho de 1986, última página.
- ⁵¹ Entrevista com Carlos Monjardino, *idem*.
- ⁵² *Idem, ibidem*.
- ⁵³ Avillez, ob. cit., p. 154.
- ⁵⁴ *Idem, ibidem*.
- ⁵⁵ Silva, ob. cit., p. 317.
- ⁵⁶ Avillez, ob. cit., p. 155.
- ⁵⁷ Entrevista com Carlos Monjardino, *idem*.
- ⁵⁸ «Soares e Macau fazem prova de força – Presidente quer Carlos Melancia; forças vivas preferem Monjardino», *Expresso*, 13 de junho de 1987, p. 1.
- ⁵⁹ Entrevista com Carlos Monjardino, *idem*.
- ⁶⁰ Silva, ob. cit., p. 317.
- ⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 315.

- 62 Mateus, ob. cit., p. 305.
- 63 *Idem, ibidem.*
- 64 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem.*
- 65 Entrevista com Rui Mateus, *idem.*
- 66 Entrevista com Carlos Monjardino, *idem.*
- 67 Vieira, Joaquim, «Maxwell e o eixo Lisboa-Macau», *Expresso*, 28 de maio de 1988, p. 9.
- 68 Vieira, Joaquim/Rodrigues, Avelino, «Escândalo na televisão ameaça governo de Macau», *Expresso*, 7 de maio de 1988, p. 7.
- 69 Vieira, Joaquim, «Maxwell e o eixo Lisboa-Macau», *Expresso*, 28 de maio de 1988, p. 9.
- 70 Vieira, Joaquim, «Relações da Emaudio embaraçam Belém - Melancia quis dar TDM à empresa que fundou», *Expresso*, 18 de junho de 1988, p. 1.
- 71 Vieira, Joaquim, «Secretário-adjunto e Emaudio põem Melancia entre dois fogos», *Expresso*, 18 de junho de 1988, p. 7.
- 16 Avillez, ob. cit., p. 158.
- 17 Mateus, ob. cit., p. 318.
- 18 *Idem, ibidem*, p. 325.
- 19 *Idem, ibidem*, p. 371.
- 20 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem.*
- 21 Mateus, ob. cit., pp. 321-322.
- 22 *Idem, ibidem*, p. 325.
- 23 Cf. *O Independente*, 16 de fevereiro de 1990, p. 1.
- 24 Entrevista ao *Expresso-A Revista*, por José António Saraiva, Joaquim Vieira, Clara Ferreira Alves e Henrique Monteiro, 1 de dezembro de 1990, p. 18-R.
- 25 Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
- 26 Mateus, ob. cit., pp. 324-325.
- 27 Entrevista ao *Expresso-A Revista*, *Idem, ibidem.*
- 28 Entrevista com António Almeida Santos, *idem.*
- 29 Palestra de António Coutinho «O caso do fax de Macau», Escola de Polícia Judiciária, Barro, Loures, 24 de junho de 2010.

Capítulo 34

O fax

- 1 Mateus, ob. cit., pp. 307-308.
- 2 *Idem, ibidem*, p. 308.
- 3 *Idem, ibidem*, p. 303; a investigação do *Expresso* foi basicamente desenvolvida pelo autor do presente livro.
- 4 Vieira, Joaquim, «Barreiros a Melancia: Macau afunda-se em escândalos», *Expresso*, 18 de junho de 1988, p. 7.
- 5 Mateus, ob. cit., pp. 318-319.
- 6 *Idem, ibidem*, p. 320.
- 7 *Idem, ibidem*, p. 325.
- 8 *Idem, ibidem*, pp. 310-311.
- 9 *Idem, ibidem*, pp. 312-313.
- 10 Entrevista com Rui Mateus, *idem.*
- 11 Mateus, ob. cit., p. 317.
- 12 *Idem, ibidem*, pp. 318-319.
- 13 Entrevista com Rui Mateus, *idem.*
- 14 Mateus, ob. cit., pp. 318-319.
- 15 Entrevista com Rui Mateus, *idem.*
- 30 Conversa telefónica com Narciso da Cunha Rodrigues, 28 de janeiro de 2013.
- 31 Palestra de António Coutinho, *Idem, ibidem.*
- 32 Conversa telefónica com Narciso da Cunha Rodrigues, *idem.*
- 33 Palestra de António Coutinho, *Idem, ibidem.*
- 34 Conversa telefónica com Narciso da Cunha Rodrigues, *idem.*
- 35 Entrevista com Rui Mateus, *idem.*
- 36 Conversa telefónica com Narciso da Cunha Rodrigues, *idem.*
- 37 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem.*
- 38 Avillez, ob. cit., pp. 156-157.
- 39 Entrevista com Mário Soares, *idem.*
- 40 Silva, ob. cit., p. 316.
- 41 Avillez, ob. cit., p. 218.
- 42 *Idem, ibidem*, p. 219.

- 43 Soares, ob. cit., pp. 383-384.
- 44 Avillez, ob. cit., p. 163.
- 45 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 46 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
- 47 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 48 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
- 49 Entrevista com João Soares, *idem*.
- 50 Entrevista com Nelson de Matos, 21 de julho de 2015.
- 51 Entrevista com Bernardino Gomes, *idem*.
- 52 Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
- 53 Soares, ob. cit., p. 383.
- 54 Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 2012.
- 55 *Idem, ibidem*.
- 56 *Idem, ibidem*.
- 57 *Idem, ibidem*.
- 58 Conversa telefónica com Mário Soares, 18 de abril de 2012.
- 59 *Idem, ibidem*.
- 60 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 61 Entrevista com Rui Mateus, *idem*.
- 62 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 63 Depoimento recolhido sob condição de anonimato, 2011.
- 64 Conversa telefónica com Narciso da Cunha Rodrigues, *idem*.
- 8 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 9 Avillez, ob. cit., p. 245.
- 10 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
- 11 Silva, ob. cit., p. 411.
- 12 *Idem, ibidem*.
- 13 Serrano, Estrela, *As Presidências Abertas de Mário Soares*, Coimbra, Minerva, 2002, p. 110.
- 14 *Idem, ibidem*.
- 15 Avillez, ob. cit., pp. 64-65.
- 16 Silva, ob. cit., pp. 411-412.
- 17 *Idem, ibidem*, p. 412.
- 18 *Idem, ibidem*, pp. 412-413.
- 19 Avillez, ob. cit., p. 63.
- 20 *Idem, ibidem*, pp. 58, 60.
- 21 Silva, ob. cit., vol. I, p. 321.
- 22 Avillez, ob. cit., p. 60.
- 23 Silva, ob. cit., p. 321.
- 24 Silva, ob. cit., vol. II, p. 61.
- 25 *Idem, ibidem*.
- 26 *Idem, ibidem*.
- 27 *Idem, ibidem*, p. 95.
- 28 Silva, ob. cit., vol. I, p. 287.
- 29 *Idem, ibidem*.
- 30 Silva, ob. cit., vol. II, p. 79.
- 31 Avillez, ob. cit., p. 266.
- 32 *Idem, ibidem*, p. 265.
- 33 Entrevista com Mário Soares, 16 de janeiro de 2011.
- 34 *Idem, ibidem*.
- 35 Avillez, ob. cit., p. 267.
- 36 Silva, ob. cit., vol. I, p. 321.
- 37 Avillez, ob. cit., p. 343.
- 38 *Idem, ibidem*, p. 272.
- 39 *Idem, ibidem*, p. 360.
- 40 *Idem, ibidem*, p. 360.
- 41 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 42 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
- 43 Entrevista com Alfredo Barroso, 20 de maio de 2011.

Capítulo 35

A força de bloqueio

- 1 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *Idem, ibidem*.
- 2 Avillez, ob. cit., p. 232.
- 3 *Idem, ibidem*, p. 229.
- 4 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 5 Avillez, ob. cit., p. 249.
- 6 *Idem, ibidem*, p. 55.
- 7 Silva, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política*, volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, p. 149.

- 44 Avillez, ob. cit., p. 253.
- 45 *Idem, ibidem*, p. 240.
- 46 Silva, ob. cit., vol. II, p. 205.
- 47 Avillez, ob. cit., pp. 255-256.
- 48 Entrevista com João Ferreira do Amaral, 12 de maio de 2011.
- 49 Avillez, ob. cit., p. 257.
- 50 *Público*, 29 de novembro de 1992.
- 51 Silva, ob. cit., p. 418.
- 52 *Idem, ibidem*, pp. 418-419.
- 53 Avillez, ob. cit., p. 279.
- 54 *Idem, ibidem*, p. 323.
- 55 *Idem, ibidem*, p. 11.
- 56 *Idem, ibidem*, p. 321.
- 57 Cf. Freire, André/Pinto, António Costa, *O Poder dos Presidentes – A República Portuguesa em debate*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2005, p. 87.
- 58 Avillez, ob. cit., p. 273-274.
- 59 Silva, ob. cit., p. 417.
- 60 *Idem, ibidem*, pp. 419-410.
- 61 *Idem, ibidem*, pp. 304-305.
- 62 *Idem, ibidem*, p. 305.
- 63 Avillez, ob. cit., p. 305.
- 64 Silva, ob. cit., p. 421.
- 65 *Idem, ibidem*, p. 419.
- 66 *Idem, ibidem*, p. 416.
- 67 *Idem, ibidem*.
- 68 *Idem, ibidem*.
- 69 Silva, ob. cit., vol. I, p. 320.
- 70 Silva, ob. cit., vol. II, pp. 416-417.
- 71 Avillez, ob. cit., p. 257.
- 72 Soares, *Um Político Assume-se...*, pp. 412-413.
- 73 Entrevista com Alfredo Barroso, 20 de maio de 2011.
- 74 Silva, ob. cit., p. 421.
- 75 *Idem, ibidem*, pp. 422-423.
- 76 Serrano, ob. cit., p. 138.
- 77 *Idem, ibidem*, p. 152.
- 78 *Idem, ibidem*, pp. 141-142.
- 79 *Idem, ibidem*, p. 140.
- 80 *Idem, ibidem*, p. 143.
- 81 Avillez, ob. cit., p. 268.
- 82 Silva, ob. cit., p. 422.
- 83 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 84 Avillez, ob. cit., p. 374.
- 85 Serrano, ob. cit., p. 78.
- 86 *Idem, ibidem*, p. 114.
- 87 Vd. entrevista em *Expresso – A Revista*, *Idem, ibidem*; o autor foi então o alvo da ira de Soares.
- 88 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 89 Serrano, ob. cit., pp. 143-144.
- 90 Silva, ob. cit., pp. 413-414.
- 91 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 92 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 93 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 94 *Idem, ibidem*.
- 95 Avillez, ob. cit., p. 226.
- 96 *Idem, ibidem*, p. 279.
- 97 Entrevista com Alfredo Barroso, 20 de maio de 2011.
- 98 *Diário de Notícias*, 7 e 8 de dezembro de 1994; edição posterior em livro: Resendes, Mário Bettencourt (com Mário Soares), *Moderador e Árbitro*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995.
- 99 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 100 Avillez, ob. cit., p. 292.
- 101 Soares, ob. cit., pp. 418-419.
- 102 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 103 Avillez, ob. cit., p. 270.
- 104 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
- 105 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 106 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 107 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 108 Silva, ob. cit., p. 429.
- 109 *Idem, ibidem*, p. 430.
- 110 Vd. *Público*, 23 de setembro de 1994, p. 1.

- 111 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
 - 112 Avillez, Maria João, *Soares – Democracia*, p. 219.
 - 113 Silva, ob. cit., p. 448.
 - 114 Serrano, ob. cit., p. 106.
- Capítulo 36**
O viajante
- 1 Silva, ob. cit., p. 299.
 - 2 *Idem, ibidem*, p. 244.
 - 3 *Idem, ibidem*, p. 409.
 - 4 *Idem, ibidem*, pp. 409-410.
 - 5 Avillez, Maria João, *Soares – O Presidente*, p. 144.
 - 6 *Idem, ibidem*, p. 145.
 - 7 Silva, ob. cit., volume I, p. 306.
 - 8 Avillez, ob. cit., p. 102-103.
 - 9 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 10 Silva, ob. cit., volume II, p. 411.
 - 11 *Idem, ibidem*, p. 255.
 - 12 *Idem, ibidem*, pp. 445-446.
 - 13 *Idem, ibidem*, p. 448.
 - 14 *Idem, ibidem*, p. 431.
 - 15 *Idem, ibidem*, pp. 432-435.
 - 16 Avillez, ob. cit., p. 324.
 - 17 Cruzeiro, ob. cit., pp. 308-309.
 - 18 Entrevista com Mário Soares, 26 de março de 2010.
 - 19 Silva, ob. cit., volume I, p. 309.
 - 20 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 21 Conversa com Arnold Cohen, ativista norte-americano da causa timorense, que assistia à entrevista, 12 de abril de 2012.
 - 22 Depoimento recolhido a 6 de março de 2012 sob condição de anonimato.
 - 23 Conversa com Albino Ribeiro Cardoso, 22 de novembro de 2012.
 - 24 Depoimento recolhido, sob condição de anonimato, de fonte então colocada no Palácio de Belém.
 - 25 Entrevista com Carlos Monjardino, *idem*.
 - 26 Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
 - 27 Avillez, ob. cit., p. 103.
 - 28 Silva, ob. cit., volume II, pp. 404-405.
 - 29 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 30 Silva, ob. cit., pp. 406-407.
 - 31 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 32 Silva, ob. cit., p. 408.
 - 33 Avillez, ob. cit., pp. 310-311.
 - 34 Soares, ob. cit., pp. 414-415.
 - 35 Avillez, ob. cit., pp. 316-317.
 - 36 *Idem, ibidem*, pp. 317-318.
 - 37 *Idem, ibidem*, pp. 50-51.
 - 38 Mateus, ob. cit., p. 142.
 - 39 Depoimento prestado confidencialmente, sob garantia de anonimato.
 - 40 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 41 *Idem, ibidem*.
 - 42 Avillez, ob. cit., pp. 182-185.
 - 43 *Público*, 21 de maio de 1991, p. 1.
 - 44 Avillez, ob. cit., pp. 339-340.
 - 45 http://www.fmsoares.pt/mario_soares/visitas_de_estado.php.
 - 46 Serrano, ob. cit., p. 94.
 - 47 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 48 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
 - 49 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
 - 50 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
 - 51 Silva, ob. cit., volume I, p. 169.
 - 52 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
 - 53 Avillez, ob. cit., pp. 319-320.
 - 54 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
 - 55 Entrevista com Mário Soares,

- 18 de outubro de 2011.
- ⁵⁶ Avillez, ob. cit., pp. 263-264.
- ⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 265.
- ⁵⁸ *Idem, ibidem*, pp. 104-105.
- ⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 105-108.
- ⁶⁰ Silva, ob. cit., p. 301.
- ⁶¹ *Idem, ibidem*, pp. 301-302.
- ⁶² *Idem, ibidem*, p. 302.
- ⁶³ *Idem, ibidem*, pp. 302-303.
- ⁶⁴ Avillez, op. cit., p. 107.
- ⁶⁵ Silva, ob. cit., p. 303.
- ⁶⁶ *Idem, ibidem*.
- ⁶⁷ Soares, ob. cit., pp. 430, 432.

Capítulo 37

Presidente-rei

- ¹ Serrano, ob. cit., p. 69.
- ² Entrevista com Vítor Ramalho, 5 de dezembro de 2011.
- ³ Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- ⁴ Depoimento recolhido sob condição de anonimato.
- ⁵ Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- ⁶ Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
- ⁷ Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- ⁸ *Idem, ibidem*
- ⁹ Vieira, Soares – *O Animal Político*, p. 68 (depoimento recolhido na altura sob condição de anonimato).
- ¹⁰ Entrevista com Alfredo Barroso, 9 e 20 de maio de 2011.
- ¹¹ Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- ¹² Entrevista com João Ferreira do Amaral, *idem*.
- ¹³ *Idem, ibidem*.
- ¹⁴ Serrano, ob. cit., p. 105.
- ¹⁵ Entrevista com João Ferreira do Amaral, *idem*.
- ¹⁶ Entrevista com Rodolfo Crespo, *idem*.
- ¹⁷ Página de perfil de Estrela Serrano no Facebook, 10 de fevereiro de 2012.
- ¹⁸ Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.

- ¹⁹ Depoimento recolhido em 2011 sob condição de anonimato.
- ²⁰ *Idem*.
- ²¹ Depoimento recolhido sob condição de anonimato.
- ²² *Idem*.
- ²³ *Idem*.
- ²⁴ Vd. capítulo 12.
- ²⁵ Depoimento recolhido sob condição de anonimato.
- ²⁶ Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
- ²⁷ *Idem, ibidem*.
- ²⁸ *Idem, ibidem*.
- ²⁹ *Público*, 21 de dezembro de 1990.
- ³⁰ *Público*, 30 de maio de 1991.
- ³¹ *Público*, 23 de dezembro de 1991.
- ³² Avillez, ob. cit., pp. 385-386.
- ³³ *Idem, ibidem*, p. 386.
- ³⁴ *Idem, ibidem, ibidem*.
- ³⁵ Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- ³⁶ Serrano, ob. cit., p. 155.
- ³⁷ Avillez, ob. cit., p. 344.
- ³⁸ *Idem, ibidem*, p. 156.
- ³⁹ Silva, ob. cit., volume II, p. 423.
- ⁴⁰ *Expresso*, 12 de maio de 1994, p. 1.
- ⁴¹ Serrano, ob. cit., p. 122.
- ⁴² Silva, ob. cit., p. 403.
- ⁴³ Avillez, ob. cit., p. 353.
- ⁴⁴ Silva, ob. cit., pp. 437-441.
- ⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 437.
- ⁴⁶ *Idem, ibidem*.
- ⁴⁷ Entrevista com Alfredo Barroso, 20 de maio de 2011.
- ⁴⁸ Silva, ob. cit., p. 437.
- ⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 441.
- ⁵⁰ Avillez, ob. cit., p. 247.
- ⁵¹ Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- ⁵² Silva, ob. cit., p. 444.
- ⁵³ *Idem, ibidem*, p. 442.
- ⁵⁴ Avillez, ob. cit., p. 334.

- 55 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
- 56 Entrevista com António Campos, *idem*.
- 57 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
- 58 Avillez, ob. cit., p. 358.
- 59 Entrevista com António Almeida Santos, *idem*.
- 60 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 61 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 62 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
- 63 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 64 Avillez, Soares – Ditadura, p. 168.
- 65 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 66 *Idem, ibidem*.
- 67 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
- 68 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 69 Série *Memórias do Portugal Futuro*, *Idem, ibidem*.
- 70 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 71 Entrevista com Mário Soares, 10 de fevereiro de 2011.
- 72 Avillez, Soares – O Presidente, p. 387.
- 73 *Idem, ibidem*, p. 389.
- 74 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 75 Entrevista conduzida por Miguel Sousa Tavares.
- 76 Entrevista com Henrique Neto, *idem*.
- 77 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *Idem, ibidem*.
- 78 *Idem, ibidem*.
- 79 Entrevista com Júlio Pomar, *idem*.
- 80 Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a Mário Soares e Júlio Pomar, *Idem, ibidem*.
- 81 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
- 82 Avillez, ob. cit., p. 406.

Capítulo 38 O eurodeputado

- 1 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
- 2 Entrevista ao *Público*, 28 de dezembro de 1997.
- 3 Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 2012.
- 4 <http://www.fmsoares.pt/fundacao/>.
- 5 Avillez, ob. cit., p. 406.
- 6 Soares, ob. cit., p. 436.
- 7 *Idem, ibidem*.
- 8 Avillez, ob. cit., p. 166.
- 9 *Idem, ibidem*, p. 220.
- 10 Antunes, ob. cit., p. 521.
- 11 Soares, ob. cit., p. 435.
- 12 Vd. por exemplo *Público*, 25 de abril de 1995.
- 13 Agência Lusa, 8 de outubro de 2002.
- 14 Soares, ob. cit., pp. 437-438.
- 15 *Idem, ibidem*, p. 445.
- 16 Série *Memórias do Portugal Futuro*, 9.º episódio, *Idem, ibidem*.
- 17 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 18 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 19 Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
- 20 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 21 *Idem, ibidem*.
- 22 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 23 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 24 Entrevista à agência World Media, 15 de dezembro de 1995.
- 25 Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
- 26 Soares, Mário, *Memória Viva*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2003, p. 196.
- 27 Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 2012.
- 28 *Idem*, 16 de fevereiro de 2011.
- 29 *Idem, ibidem*.

- 30 Soares, *Um Político Assume-se...*, p. 455.
- 31 Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
- 32 *Idem*, 16 de fevereiro de 2011.
- 33 Soares, ob. cit., pp. 434-435.
- 34 Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 2012.
- 35 *Série Memórias do Portugal Futuro*, *Idem*, *ibidem*.
- 36 Soares, ob. cit., pp. 455-456, 458.
- 37 Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
- 38 Agência Lusa, 19 de março de 2004.
- 39 Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 1912.
- 40 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 41 *Série Memórias do Portugal Futuro*, *Idem*, *ibidem*.
- 42 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 43 Soares, ob. cit., p. 464.
- 44 Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 2012.
- 45 *Idem*, *ibidem*.
- 46 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 47 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 48 Soares, ob. cit., p. 468.
- 49 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 50 *Série Memórias do Portugal Futuro*, *Idem*, *ibidem*.
- 51 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 52 *Idem*, *ibidem*.
- 53 Soares, ob. cit., pp. 468-470.
- 54 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 5 *Idem*, *ibidem*.
- 6 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 7 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 8 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 9 Entrevista com Alfredo Barroso, 20 de maio de 2011.
- 10 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 11 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 12 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 13 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 14 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 15 Soares, ob. cit., p. 471.
- 16 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 17 *Idem*, *ibidem*.
- 18 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 19 <http://contradivas2.com.sapo.pt/M-Soares-2005-08-31.pdf>.
- 20 Entrevista com Maria de Jesus Barroso, 21 de julho de 2011.
- 21 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 22 *Idem*, *ibidem*.
- 23 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 24 Entrevista com Carlos Monjardino, *idem*.
- 25 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
- 26 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
- 27 Entrevista com Henrique Neto, *idem*.
- 28 Conversa com José João Fraústo da Silva, *idem*.
- 29 Entrevista com José Neves, *idem*.
- 30 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 31 Entrevista com António Arnaut, *idem*.
- 32 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 33 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 34 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 35 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 36 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 37 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.

Capítulo 39

O último combate

- 1 Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
- 2 Avillez, ob. cit., p. 391.
- 3 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 4 Entrevista com Alfredo Barroso, 9 de maio de 2011.
- 5 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.

- 38 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 39 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 40 Soares, ob. cit., pp. 471-473.
- 41 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 42 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 43 Entrevista com João Diogo Nunes Barata, *idem*.
- 44 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 45 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 46 *Idem, ibidem*.
- 47 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 48 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 49 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 50 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 51 Entrevista com Mário Mesquita, *idem*.
- 52 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 53 *Idem, ibidem*.
- 54 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 55 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 56 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 57 Entrevista a Ana Sá Lopes, jornal *i*, 13 de dezembro de 2010.
- 58 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 59 Depoimento recolhido sob condição de anonimato.
- 60 Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- 61 E-mail de Alfredo Barroso, *idem*.
- 9 *Idem, ibidem*, p. 486.
- 10 Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
- 11 *Idem*, 4 de janeiro de 2012.
- 12 *Idem, ibidem*.
- 13 *Idem, ibidem*.
- 14 *Idem, ibidem*.
- 15 *Idem, ibidem*.
- 16 *Idem, ibidem*.
- 17 *Televisão: Um perigo para a Democracia*, Lisboa, Gradiva, 1995.
- 18 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 19 *Idem*, 20 de janeiro de 2011.
- 20 Entrevista com Jorge Sampaio, *idem*.
- 21 Revelação confidencial de fonte próxima de Mário Soares, 11 de março de 2011.
- 22 Entrevista com Mário Soares, 10 de fevereiro de 2011.
- 23 *Idem*, 16 de fevereiro de 2011.
- 24 *Idem*, 4 de janeiro de 2012.
- 25 *Idem*, 18 de outubro de 2011.
- 26 *Idem, ibidem*.
- 27 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 28 Entrevista com Alberto Arons de Carvalho, *idem*.
- 29 Entrevista com José Fernandes Fafe, *idem*.
- 30 Entrevista com Vítor Ramalho, *idem*.
- 31 *Idem, ibidem*.
- 32 Depoimento recolhido em 2011, sob condição de anonimato.
- 33 Entrevista com José Medeiros Ferreira, *idem*.
- 34 Soares, ob. cit., p. 437.
- 35 Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 2012.
- 36 <http://expresso.sapo.pt/carta-aberta-a-passos-coelho-na-integra=f770322>.
- 37 Entrevista com Mário Soares, 25 de janeiro de 2011.
- 38 Depoimento recolhido em 2011, sob condição de anonimato.
- 39 Conversa telefónica com Ana

Capítulo 40

Até ao fim

- 1 Entrevista com José Manuel dos Santos, *idem*.
- 2 Entrevista com Isabel Soares, *idem*.
- 3 *Diário de Notícias*, 2 de outubro de 2012.
- 4 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 5 Entrevista a Ana Sá Lopes, *idem, ibidem*.
- 6 *Idem, ibidem*.
- 7 Entrevista com Mário Soares, *idem*.
- 8 Soares, ob. cit., pp. 493-494.

- Filgueiras, 7 de fevereiro de 2022.
- ⁴⁰ Entrevista com Mário Soares, 4 de janeiro de 2012.
- ⁴¹ <http://expresso.sapo.pt/encefalite-manteve-mario-soares-no-hospital=f780996>.
- ⁴² Entrevista com Ana Filgueiras, 1 de fevereiro de 2022.
- ⁴³ Entrevista a Maria Flor Pedroso, Antena 1, 12 de abril de 2013.
- ⁴⁴ Entrevista com Ana Filgueiras, *idem*.
- ⁴⁵ Entrevista a Maria Flor Pedroso, *idem, ibidem*.
- ⁴⁶ Agência Lusa, 9 de fevereiro de 2013.
- ⁴⁷ Entrevista a Maria Flor Pedroso, *idem, ibidem*.
- ⁴⁸ *Diário de Notícias*, 31 de maio de 2013.
- ⁴⁹ *Idem, ibidem*.
- ⁵⁰ *Idem*, 21 de novembro de 2013.
- ⁵¹ *Público*, 22 de novembro de 2013
- ⁵² Entrevista a Maria Flor Pedroso, *idem, ibidem*.
- ⁵³ *Idem, ibidem*.
- ⁵⁴ *Visão*, 18 de junho de 2014.
- ⁵⁵ *Diário de Notícias*, 25 de novembro de 2014.
- ⁵⁶ *Observador*, 26 de novembro de 2014.
- ⁵⁷ Entrevista com António Costa, 28 de julho de 2021.
- ⁵⁸ Entrevista com Ana Filgueiras, *idem*.
- ⁵⁹ Entrevista com Ana Filgueiras, *idem*.
- ⁶⁰ *Idem, ibidem*.
- ⁶¹ *Idem, ibidem*.
- ⁶² Entrevista com Alfredo Barroso, *idem*.
- ⁶³ Entrevista com Ana Filgueiras, *idem*.
- ⁶⁴ Conversa telefónica com Ana Filgueiras, 7 de fevereiro de 2022.
- ⁶⁵ Entrevista com Mário Soares, 16 de fevereiro de 2011.
- ⁶⁶ *Idem*, 18 de outubro de 2011.
- ⁶⁷ Avillez, ob. cit., p. 195.
- ⁶⁸ Entrevista com Mário Soares, 18 de outubro de 2011.
- ⁶⁹ *Idem*, 10 de fevereiro de 2011.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AA.VV., *A Companhia Rey Colaço-Robles Monteiro (1921-1970)*, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Cultural, Museu Nacional do Teatro, Lisboa, s.d.
- AA.VV., «A sessão de 30 de novembro de 1946 do Movimento de Unidade Democrática»; Lisboa, MUD, 1946.
- AA.VV., *Soares – Portugal e a Liberdade*, Lisboa, Moraes Editores, 1984.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Salazar – Biografia da Ditadura*, Edições Avantel, 1999.
- AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941-1975)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- AMARAL, Diogo Freitas do, *A Transição para a Democracia – Memórias Políticas II (1976-1982)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.
- ANTUNES, José Freire (prefácio e organização), *Cartas Particulares a Marcelo Caetano* (1º vol.), Lisboa, Dom Quixote, 1985.
- ANTUNES, José Freire, *Os Americanos e Portugal – Os anos de Richard Nixon (1969-1974)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.
- ANTUNES, José Freire, *Os Espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003.
- AVILLEZ, Maria João (com Mário Soares), *Soares – Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- AVILLEZ, Maria João (com Mário Soares), *Soares – Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- AVILLEZ, Maria João (com Mário Soares), *Soares – O Presidente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997.
- BARROSO, Maria de Jesus, *Cartas a Mário Soares* (8 volumes), Lisboa, Edição Sol, 2012.
- BRITO, Carlos, *Álvaro Cunhal – Sete Fôlegos do Combatente (Memórias)*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2010.
- CALLAGHAN, James, *Time and Change*, Glasgow, William Collins Son & Co., 1987.
- CASTANHEIRA, José Pedro, *Jorge Sampaio – Uma Biografia* (volume I), Lisboa-Porto, Edições Nelson de Matos-Porto Editora, 2012.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e Sua Influência na Transição Espanhola*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993.
- CRUZEIRO (entrevistadora), Maria Manuela, *Costa Gomes – o Último Marechal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (entrevistadora), *Melo Antunes – O Sonhador Pragmático*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- CUNHAL, Álvaro, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril: A Contra-Revolução Confessa-se*, Lisboa, Edições Avantel, 1999.

- FREIRE, André/PINTO, António Costa, *O Poder dos Presidentes – A República Portuguesa em debate*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2005.
- GOMES, Bernardino/SÁ, Tiago Moreira de, *Carlucci vs. Kissinger – Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 2008.
- HAINES, Joe, *O Incrível Senhor Maxwell – História de um Império*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988.
- JANITSCHKE, Hans, Mário Soares – *Portrait of a Hero*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1985.
- MATEUS, Rui, *Contos Proibidos – Memórias de um PS Desconhecido*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996.
- MORAIS, João/VIOLENTE, Luís, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais – Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- NUNES, Vladimiro, *Álbum de Memória de Maria Barroso* (7 volumes) Lisboa, Edição Sol, 2012.
- OSÓRIO, Helena Sanches, *Um só Rosto, uma só Fé – Conversas com Adelino da Palma Carlos*, Lisboa, Edições Referendo, 1988.
- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, vol. 2, «Duarte», o *Dirigente Clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.
- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal – Uma Biografia Política*, vol. 3, *O Prisioneiro (1949-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, 2005.
- POPPER, Karl, *Televisão: Um Perigo para a Democracia*, Lisboa, Grádiva, 1995.
- RÊGO, Raul, *História da República* (vol. III), Lisboa, Círculo de Leitores, 1987.
- RESENDES, Mário Bettencourt (com Mário Soares), *Moderador e Árbitro*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995.
- RODRIGUES, Luís Nunes, *Spínola – Biografia*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.
- ROSA, Frederico Delgado, *Humberto Delgado – Biografia do General Sem Medo*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2008.
- ROSAS, Fernando/BRITO, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo* (2 volumes), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- SALAZAR, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, VI – 1959-1966, Coimbra, Coimbra Editora, 1967.
- SANTIAGO, Maria José Tiscar, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado – A Questão das Atas*, Lisboa, Colibri, 2012.
- SANTOS, Almeida, *Quase Memórias*, (2 volumes), Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa/CRUZEIRO, Maria Manuela/COIMBRA, Maria Natércia, *O Pulsar da Revolução – Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, Lisboa/Coimbra, Edições Afrontamento/Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, 1997.
- SERRANO, Estrela, *As Presidências Abertas de Mário Soares*, Coimbra, Minerva, 2002.
- SILVA, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.
- SILVA, Aníbal Cavaco, *Autobiografia Política*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado – Depoimento sobre os Anos do Fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974.
- SOARES, Mário, *Portugal: Que Revolução? – Diálogo com Dominique Pouchin*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.
- SOARES, Mário, *PS, Fronteira da Liberdade*, Lisboa, Edições Portugal Socialista, 1979.
- SOARES, Mário, *Intervenções* (10 volumes), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986-1996.

SOARES, Mário, *Memória Viva*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2003.

SOARES, Mário, *Elogio da Política*, Sextante Editora, Lisboa, 2009.

SOARES, Mário, *Em Luta por um Mundo Melhor*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.

SOARES, Mário, *No Centro do Furacão – Reflexões sobre a Europa e Portugal em Tempo de Mudança*, Lisboa, Objectiva, 2011.

SOARES, Mário, *Obras*, vol. 0 (*As Ideias Políticas e Sociais de Teófilo Braga – com notas de leitura de António Sérgio e cartas sobre a obra*), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2020.

SOARES, Mário, *Um Político Assume-se – ensaio autobiográfico, político e ideológico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.

SOUSA, Paulo Silveira e/RAMALHO, António J./GAMEIRO, Octávio, *Cronologias do Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016.

SOUSA, Teresa de, *Os Grandes Líderes – Mário Soares*, São Paulo (Brasil), Nova Cultural, 1988.

TEVES, Vasco Hogan, *História da Televisão em Portugal* (1.º volume: 1955/1979), Lisboa, TV Guia Editora, 1998.

VIEIRA, Joaquim, *Mário Soares – O Animal Político/Freitas do Amaral – O Professor Virtuoso*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1986.

VIEIRA, Joaquim, *Mocidade Portuguesa – Homens para um Estado Novo*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008.

VIEIRA, Pedro, *Todos os Portos a que Cheguei – Vasco Rocha Vieira*, Lisboa, Gradiva, 2010.

WILFORD, Hugh, *The CIA, the British Left and the Cold War: Calling the Tune?*, Londres, Routledge, 2003.

Vídeo:

BARROSO, Mário, *Memórias do Portugal Futuro*, RTP1, 2012.

Imprensa (consultas pontuais):

Agência Lusa

Avante!

Diário de Lisboa

Diário de Notícias

Expresso

Jornal i

Independente (O)

Jornal (O)

Jornal de Notícias

Monde (Le)

New York Times (The)

País (El)

Público

Portugal Hoje

Washington Post (The)

Arquivos:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo pessoal de Marvinne Howe

Arquivo da Universidade de Lisboa

Biblioteca Gerald R. Ford (EUA), telegramas do Departamento de Estado

Fundação Mário Soares e Maria Barroso (online)

RTP Arquivos (online).

Joaquim Vieira (n. 1951), jornalista, ensaísta e documentarista, ocupou cargos diretivos no *Expresso*, RTP e *Grande Reportagem* e foi provedor do leitor do *Público*. Assinou a obra em 10 volumes *Portugal Século XX – Crónica em Imagens* e dirigiu uma coleção de fotobiografias de figuras nacionais do século XX, redigindo as de Salazar, Marcello Caetano, Almada Negreiros e Benoliel. Entre outros títulos, escreveu: *A Governanta – D. Maria, companheira de Salazar* (reeditado para distribuição com a SÁBADO em 2021); *Álvaro Cunhal – O Homem e o Mito*; *Mocidade Portuguesa – Homens para um Estado Novo*; *Só um Milagre nos Salva*; *De Abril à Troika – Quatro Décadas de Democracia que Transformaram Portugal*; *Francisco Pinto Balsemão – O Patrão dos Media que foi Primeiro-ministro*; *José Saramago – Rota de Vida*; e *História Libidínosa de Portugal*. Foi coautor de *Os Meus 35 Anos com Salazar*; *Mataram o Rei! – O Regicídio na Imprensa Internacional*; *República em Portugal! – O 5 de Outubro Visto pela Imprensa Internacional*; *Nas Bocas do Mundo – O 25 de Abril e o PREC na Imprensa Internacional*; *150 Perguntas & Respostas Essenciais sobre a História de Portugal*; e *Caso Sócrates – O Julgamento do Regime*. Em 2020 escreveu *Bolsonaro, um Capitão no Planalto*, para distribuição com a SÁBADO. O seu último documentário, *Insubmissa*, sobre a escritora Natália Correia, estreou-se na RTP2 em 2021.

«É um livro escrito com muita honestidade.»

Maria de Jesus Barroso,
mulher de Mário Soares.

«Desconfio de que o fundador do PS não gostou deste livro», confessa o autor nas primeiras páginas desta série biográfica, agora revista e ampliada com novas informações e testemunhos. Através de uma investigação rigorosa e pormenorizada, com recurso a dezenas de entrevistas e consulta de diversa documentação, o jornalista Joaquim Vieira (n. 1951) projeta as luzes e sombras sobre um nome maior do século XX e da democracia portuguesa. São quatro volumes obrigatórios para entender Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1924–2017) e as suas circunstâncias: a infância burguesa, a educação de príncipe, as prisões e a resistência à ditadura, a deportação para São Tomé, o exílio, a fundação do PS, o 25 de Abril, o «Presidente de todos os portugueses», mas também as amizades e traições pessoais e políticas, os casos extra-conjugais, as cartas reveladoras de Maria Barroso, as confissões vertidas para um diário íntimo, o *fax* de Macau e outros dossiês polémicos. Afável, solidário e generoso para uns; arrogante, egocêntrico e autoritário para outros – as duas faces de Mário Soares convivem harmoniosamente neste sólido retrato da história recente de Portugal. Ninguém ficará indiferente.



5 607727 194057



00004